JORNAL OFICIAL
Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso

Índice

Camara Municipal de Cáceres 4
Camara Municipal de Chapada dos Guimarães 4
Camara Municipal de Peixoto de Azevedo 4
Camara Municipal de Porto Estrela 9
Camara Municipal de Várzea Grande 9
Camara Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade 9
Consórcio Intermunicipal Complexo Nascentes do Pantanal 10
Consórcio Intermunicipal Portal do Araguaia 10
Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto - CISVP 19
Consórcio Intermunicipal de Saúde do Araguaia 20
Consórcio Intermunicipal do Norte Araguaia 20
Prefeitura Municipal de Acorizal 20
Prefeitura Municipal de Água Boa 20
Prefeitura Municipal de Alto Boa Vista 25
Prefeitura Municipal de Alto Garças 47
Prefeitura Municipal de Alto Paraguai 49
Prefeitura Municipal de Alto Taquari 55
Prefeitura Municipal de Apiacás 55
Prefeitura Municipal de Araguaiana 88
Prefeitura Municipal de Araputanga 92
Prefeitura Municipal de Arenápolis 92
Prefeitura Municipal de Aripuanã 95
Prefeitura Municipal de Barra do Bugres 107
Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Araguaia 111
Prefeitura Municipal de Cáceres 112
Prefeitura Municipal de Campinápolis 121
Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis 121
Prefeitura Municipal de Campo Verde 123
Prefeitura Municipal de Campos de Júlio 135
Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte 146
Prefeitura Municipal de Canarana 156
Prefeitura Municipal de Carlinda 157
Prefeitura Municipal de Castanheira 159
Prefeitura Municipal de Chapada dos Guimarães 159
Prefeitura Municipal de Cláudia 164
Prefeitura Municipal de Cocalinho 170
Prefeitura Municipal de Colíder 181
Prefeitura Municipal de Colniza 182
Prefeitura Municipal de Comodoro 185
Prefeitura Municipal de Confresa 187
Prefeitura Municipal de Conquista D`Oeste 201
Prefeitura Municipal de Cotriguaçu 215
Prefeitura Municipal de Cuiabá 218
Prefeitura Municipal de Curvelândia 218
Prefeitura Municipal de Diamantino 268
Prefeitura Municipal de Dom Aquino 271
Prefeitura Municipal de Feliz Natal 275
Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte 276
Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte 291
Prefeitura Municipal de Indiavaí 292
Prefeitura Municipal de Itanhangá 292
Prefeitura Municipal de Itiquira 299

Prefeitura Municipal de Jaciara 300
Prefeitura Municipal de Jauru 302
Prefeitura Municipal de Juara 303
Prefeitura Municipal de Juruena 304
Prefeitura Municipal de Juscimeira 305
Prefeitura Municipal de Lambari d´Oeste 306
Prefeitura Municipal de Marcelândia 306
Prefeitura Municipal de Matupá 309
Prefeitura Municipal de Mirassol d´Oeste 311
Prefeitura Municipal de Nobres 312
Prefeitura Municipal de Nortelândia 316
Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento 317
Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes 321
Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia 324
Prefeitura Municipal de Nova Guarita 325
Prefeitura Municipal de Nova Lacerda 325
Prefeitura Municipal de Nova Marilândia 326
Prefeitura Municipal de Nova Maringá 331
Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde 338
Prefeitura Municipal de Nova Nazaré 341
Prefeitura Municipal de Nova Olímpia 341
Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena 342
Prefeitura Municipal de Nova Xavantina 342
Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte 342
Prefeitura Municipal de Novo Mundo 343
Prefeitura Municipal de Paranatinga 343
Prefeitura Municipal de Pedra Preta 343
Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte 348
Prefeitura Municipal de Porto Estrela 349
Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal 355
Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira 355
Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho 358
Prefeitura Municipal de Rondolândia 364
Prefeitura Municipal de Salto do Céu 367
Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Xingu 367
Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato 367
Prefeitura Municipal de Santa Terezinha 374
Prefeitura Municipal de Santo Afonso 374
Prefeitura Municipal de São José do Povo 381
Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro 381
Prefeitura Municipal de São José do Xingu 387
Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos 387
Prefeitura Municipal de São Pedro da Cipa 387
Prefeitura Municipal de Serra Nova Dourada 387
Prefeitura Municipal de Tabaporã 388
Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte 393
Prefeitura Municipal de Tesouro 394
Prefeitura Municipal de Torixoréu 394
Prefeitura Municipal de União do Sul 394
Prefeitura Municipal de Vale de São Domingos 394
Prefeitura Municipal de Várzea Grande 395
Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade 401
Prefeitura Municipal de Vila Rica 406

APRESENTAÇÃO

DIRETORIA DA AMM BIÊNIO 2019/2020

Presidente de Honra: Deputado Ondanir Bortolini (Nininho)

Presidente: Neurilan Fraga

Primeiro Vice-Presidente: Arnóbio Vieira De Andrade – Marcelândia

Segundo Vice-Presidente: Janailza Taveira Leite – São Felix Do Araguaia

Terceiro Vice-Presidente: Fabio Marcos Pereira De Farias – Canarana

Quarto Vice-Presidente: Noboru Tomiyoshi – Colíder

Quinto Vice-Presidente: Fabio Martins Junqueira – Tangará Da Serra

Secretário Geral: Jonas Rodrigues Da Silva –Aripuanã

Primeiro Secretário: : Francis Maris - Cáceres

Segundo Secretário: Valdécio Luiz Da Costa – Dom Aquin

Tesoureiro Geral: Marcos De Sá Fernandes Da Silva - Santa Cruz Do Xingu

Primeiro Tesoureiro: Adalto Jose Zago – Apiacás

Segundo Tesoureiro: Valter Kuhn – Terra Nova Do Norte

CONSELHO FISCAL

1. Gerson Rosa De Moraes – Pontal Do Araguaia
2. Joabe Almeida Dos Santos – Santo Afonso
3. Mariuza Augusta De Oliveira - Nova Brasilândia

SUPLENTES DO CONSELHO FISCAL

1. Silmar De Souza Goncalves – Nossa Senhora Do Livramento
2. Leocir Hanel – Nobres
3. Eugênio Pelachim - Porto Estrela

Gerente de Comunicação
Malu Sousa

Responsável pelo Jornal Oficial AMM
Noides Cenio da Silva - (65) 2123-1270

Entre em Contato: jornaloficial@amm.org.br (65) - 2123 - 1270

O Diário Oficial dos Municípios do Estado do Mato Grosso
é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal

CAMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
PORTARIA Nº 146/2019

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, *no uso de suas prerrogativas legais e regimentais;*

Considerando*o que consta na Lei nº 2.766 de 24 de junho de 2019, que "Cria função gratificada e dispõe sobre seu exercício, no âmbito da Câmara Municipal de Cáceres/MT e dá outras providências.".*

R E S O L V E:

Art. 1º Nomear o Servidor efetivo **JOEL DA SILVA BENEVIDES,** portador do Registro Geral – RG sob nº. 12429767/SSP-MT e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF sob nº 978.020. 341-91, para exercer a função de ***Chefe do Departamento de Frotas*** *da Câmara Municipal de Cáceres-MT*, a partir de 09 de julho de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 31 de 26 de março de 2018.

Câmara Municipal de Cáceres-MT, 09 de julho de 2019.

Rubens Macedo

Presidente

Claudio Henrique Donatoni

1º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
RELAÇÃO DOS INSCRITOS À SUBCOMISSÃO TÉCNICA TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2019 – "TÉCNICA E PREÇO"

TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2019 – "TÉCNICA E PREÇO"

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 024/2019

RELAÇÃO DOS INSCRITOS À SUBCOMISSÃO TÉCNICA

1-) SINÉZIO NUNES DE ALCÂNTARA, laudas 48 a 52 destes autos;

2-) FELIPE CARVAS DELIBERAES, laudas 53 a 56 destes autos

3-) JONER FERREIRA DE CAMPOS, laudas 57 a 60 destes autos;

CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2019 – "TÉCNICA E PREÇO"

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 024/2019

D E S P A C H O

Considerando que vencerá na data de 08/07/2019 (segunda-feira) o prazo (de trinta dias) republicado no Edital de Chamamento, sobre as (no mínimo três) inscrições para atender a previsão exigida no item 10 ("DA SUBCOMISSÃO TÉCNICA DE AVALIAÇÃO") do "PROJETO BÁSICO" (Id. 11 destes autos) e no item 3 ("DA ESCOLHA DOS MEMBROS DA SUBCOMISSÃO TÉCNICA") do "EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2019" (Id. 39 f/v destes autos), fica desde já autorizado/determinado a imediata publicação dos inscritos no dia seguinte (09, terça-feira) ao encerramento do prazo, principalmente para atender a previsão contida no tópico 3.2 e seus subtópicos do referido instrumento convocatório.

Cáceres-MT-BRA, 03 de julho de 2.019

SILVIO QUEIROZ TELES

Presidente Comissão Permanente de Licitação

CAMARA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES

CÂMARA MUNICIPAL
OFÍCIO / CONVOCAÇÃO

Ofício nº. 226/2019-Secretaria Em, 03 de julho de 2019.

Prezado Senhor,

Em atenção ao **Requerimento nº 071/2019**, de autoria do Vereador Thomas Jefferson, CONVOCAMOS Vossa Senhoria, para se fazer presente na Sessão Ordinária que será realizada no dia **10 de julho de 2019**, com inicio ás 19h00, no Plenário desta Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos a este Poder Legislativo, referentes a assuntos pertinentes a Secretária Municipal de Obras, durante período de sua gestão, em especial ao que levou a exoneração do cargo.

Informamos que o não comparecimento, implicará na tomada das medidas cabíveis, inclusive ficando sujeito à condução prevista em lei.

Na certeza de poder contar com a compreensão de Vossa Senhoria, subscrevemo-nos,

Cordialmente,

Vereador **Carlos Eduardo de Lima Oliveira – CARLINHOS**

Presidente da Câmara Municipal

Ilmo. Senhor

Adenondes Ferreira do Prado

Ex-Secretário Munucipal de Obras

Chapada dos Guimarães- MT

CAMARA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

CAMARA MUNICIPAL / CONTABILIDADE
CONTRATO N.º 05/2019 CONTRATO PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE INTERNET DE LINK DEDICADO (IP CONNECT).

CONTRATO N.º 05/2019

CONTRATO PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE INTERNET DE LINK DEDICADO (IP CONNECT).

CONTRATANTE: CAMARA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO – MT pessoa jurídica de direito público, sito Av. Lion S Internacional Oeste, nº 2021, salão, Centro CEP: 78.530-000, CNPJ: nº 37.499.373/0001-69, representando por Gilmar Santos de Souza, CPF: 559.152.641-15, **CONTRATADA: OI S.A – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**, pessoa jurídica de direito privado, sito a Rua Lavradio, nº 71, 2º andar, bairro Centro, Rio de Janeiro –RJ, inscrita no CNPJ sob o nº 76.535.764/0001-43, neste ato representado **Marcela Matos Chastinet Mesquita,** brasileira, Casada, Administradora – matricula 260025317, portador da Carteira de Identidade nº 0979322480, expedido pelo SSP/BA, inscrita no CPF/MF sob nº 027.722.015-70, e o Sr. **Mauricio da Cunha Campos**, portador do CPF n° 803.001.385-04, e cédula de identidade n°569193010, expedida pela SSP BA, a seguir denominada CONTRATADA, ajustam firmar o presente Contrato, nos termos da Lei n° 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações e legislações pertinentes, pelos termos da proposta e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

Contratação de empresa para prestação de Serviço de internet de link de dadosna modalidade **UP Grade de 4 MB para 10 MB** noacesso **PXZ 65 0461655.** Velocidade sujeita ao estudo de viabilidade técnica e vistoria in loco.

Endereço de Instalação: AV LIONS INTERNACIONAL 02021 CENTRO

CLÁUSULA SEGUNDA – BASE DO CONTRATO

O presente contrato é assinado baseado no artigo 25, inciso I da lei n° 8.666/93,

Art. 25 – É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial: I - para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por um produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes.

CLÁUSULA TERCEIRA - VALOR CONTRATUAL

O valor a ser pago pela contratação é de **R$ 21.600,00** (vinte e um mil e seiscentos reais)**,** sendo o valor mensal de **R$ 1.800,00** (um mil e oitocentos reais).

Serviço	Valor mensal por Acesso	Qt. De Acessos	Total Mensal	QT Meses	Total Anual
LINK DEDICADO - IP CONNECT 10 MBPS	**R$ 1.660,14**	1	**R$ 1.660,14**	12	R$ 19.921,68
CPE	**R$ 139,86**	1	**R$ 139,86**	12	R$ 1.678,32
	R$ 1.800,00		**R$ 1.800,00**		**R$ 21.600,00**

CLÁUSULA QUARTA – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O Contratante efetuará o pagamento mensalmente mediante a apresentação das faturas e que estejam devidamente dentro dos valores especificados no presente contrato.

Parágrafo Primeiro – O não pagamento da Nota Fiscal/Fatura de Serviços até a data de vencimento sujeitará o CONTRATANTE, independente de interpelação judicial ou extrajudicial, as seguintes sanções:

a) Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da fatura no mês de atraso;

b) juros de mora de 1% (um por cento) a.m; e

c) Correção Monetária, calculada pro rata die, com base na variação do IGP-DI (FGV)

CLÁUSULA QUINTA - RECURSOS FINANCEIROS

As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta dos recursos financeiros da Câmara Municipal de Vereadores, alocados na dotação orçamentária:

01.001.01.031.0001.2003.3390.39.00 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica

CLÁUSULA SEXTA - DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Parágrafo Primeiro - Constituem direitos da **CONTRATANTE** receber os serviços objeto deste Contrato nas condições avençadas e da **CONTRATADA** perceber o valor ajustado na forma e prazo convencionados.

Parágrafo Segundo - Constituem obrigações da CONTRATANTE:

a) Efetuar o pagamento ajustado;

b) Dar à **CONTRATADA** as condições necessárias à regular execução do Contrato;

c) Acompanhar e supervisionar o andamento dos serviços objeto do contrato através da Administração**.**

Parágrafo Terceiro - Constituem obrigações da CONTRATADA:

a) Prestar os seguintes serviços por circuito:

A contratada deverá prestar os serviços de conexão à internet, objeto deste contrato, 24 horas por dia, 7 dias por semana, com qualidade e continuidade, comunicando ao Contratante quando da necessidade de interrupções técnicas, conexão dedicada, com upload e download com velocidades iguais para ambas concedendo garantia total de banda contratada com redundância;

b) Prestar os serviços/atendimentos na forma e condições avençadas;

c) Atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do presente Contrato;

d) Manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação;

e) Responsabilizar-se pelo bom funcionamento;

f) Apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do Contrato, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na contratação;

g) Apresentar-se sempre que necessário para esclarecimento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RECISÃO

O presente contrato poderá ser recindido caso ocorram quaisquer dos fatos elencados no artigo 78 e seguintes da lei n° 8.666/93, ou por interesse publico.

CLÁUSULA OITAVA - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente Instrumento contratual rege-se pelas disposições expressas na Lei n° 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações, demais legislações aplicáveis e pelos preceitos de direito público, aplicando supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA NONA – DA VIGENCIA

A vigência do presente contrato será de doze meses prorrogável em até sessenta meses, contado a partir da assinatura do termo contratual.

Parágrafo Primeiro – O prazo do presente contrato poderá ser prorrogado nos termos do art. 57, §§ 1º e 2º da Lei nº 8.666/93.

Parágrafo Segundo – Em caso de reajuste, o mesmo será realizado com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA em vigor. Na hipótese de suspensão, extinção ou vedação do índice ora ajustado fica, desde já, eleito aquele que vier a substituí-lo oficialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão resolvidos à luz da lei n° 8.666/93 e suas alterações e dos princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PUBLICIDADE

O presente contrato terá seu extrato publicado no Jornal Oficial dos Municípios AMM, dando-se cumprimento ao disposto no artigo 61, parágrafo 1° da lei n° 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Peixoto de Azevedo estado de Mato Grosso, para dirimir toda e qualquer questão oriunda deste instrumento, renunciando-se a outro por mais privilegiado que o seja.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, por si e seus sucessores, em 03 (três) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Peixoto Azevedo - MT, 08 de julho de 2019.

CÂMARA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

Gilmar Santos de Souza

CONTRATANTE

OI S/A

Marcela Matos Chastinet Mesquita

Mauricio da Cunha Campos

CONTRATADA

Testemunhas:

_____ _____

Antonia Deusdéria de Araújo Brás Márcia da Silva Sobrinho

CPF: 968.578.031-53 CPF Nº 005.443.401-75

_____ _____

Pedro Adriano Kotikoski Dr. Irineu Paiano Filho

CPF: 912.887.461-72 OAB/MT 6097

Fiscal do Contrato visto

CAMARA MUNICIPAL / CONTABILIDADE
DECRETO LEGISLATIVO Nº 011 /19.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 011 /19.

De 04 de Julho de 2019.

Sumula: Fica aprovada as contas da Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, exercício financeiro de 2017, Administração **Mauricio Ferreira de Souza**.

O Presidente da Câmara Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são legalmente conferidas em Lei, tendo em vista o disposto no Regimento Interno desta casa de Leis e em especial o conteúdo da Lei Orgânica Municipal, em seu artigo 23 inciso VIII, letras a,b,e,c, o artigo 44, parágrafo 1º ,2º, 3º,e 4º , Faz saber que o Soberano Plenário APROVA o parecer do Tribunal de contas do Estado, da Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, exercício de 2017, administração **Mauricio Ferreira de Souza**, e ele PROMULGA o referido Decreto.

Artigo 1º - Fica Aprovada as Contas da Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, Administração **Mauricio Ferreira de Souza** Exercício 2017.

Artigo 2º - Fica determinada a remessa da cópia do referido Decreto e da Ata, á Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo /MT, aos Tribunais de Contas e de Justiça do Estado de Mato Grosso e ao Ministério Publico desta Comarca.

Artigo 3º - O presente Decreto entra em vigor na data de sua Publicação revogando – se automaticamente as disposições em contrarias.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Plenário Itamar Dias em 04 de Julho. 2019

Gilmar Santos Sousa

Presidente da Câmara Municipal

Joranir José Soares

1º - Secretário

CAMARA MUNICIPAL / CONTABILIDADE
CONTRATO N.º 004/2019 ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO E A EMPRESA OI S.A

CONTRATO N.º 004/2019

ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO E A EMPRESA OI S.A

A **CÂMARA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO/ MT** inscrita no CNPJ/MF sob n.° 37.499.373/0001-69, estabelecida à Av. Lions Internacional Oeste nº 2021, centro, Peixoto de Azevedo/MT, neste ato representado pelo seu Presidente o Senhor **Gilmar Santos de Souza,** brasileiro, vereador, portador do RG n° 0742513-9 SSP/MT e CPF n° 559.152.641-15, doravante denominada **CONTRATANTE**, e de outro lado a Empresa **CONTRATADA: OI S.A** – **EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL,** pessoa jurídica de direito privado, sito a Rua Lavradio, nº 71, 2º andar, bairro Centro, Rio de Janeiro – RJ, inscrita no CNPJ sob o nº 76.535.764/0001-43, neste ato representado representada **Marcela Matos Chastinet Mesquita,** brasileira, Casada, Administradora – matricula 260025317, portador da Carteira de Identidade nº 0979322480, expedido pelo SSP/BA, inscrita no CPF/MF sob nº 027.722.015-70, e o Sr. **Mauricio da Cunha Campos**, portador do CPF n° 803.001.385-04, e cédula de identidade n° 569193010, expedida pela SSP BA, ajustam o presente Contrato, nos termos da Lei n° 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações e legislações pertinentes, pelos termos da proposta e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes e pela Contratação direta, com fulcro na Lei Municipal nº 909/2015.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa para prestação de serviço de telefonia (**Oi Fixo Avançado**), na modalidade migração de plano no terminal e renovação IP profissional 5 MB na linha **(66) 3575 1809**.

CLÁUSULA SEGUNDA – BASE DO CONTRATO

O presente contrato é assinado baseado no artigo 24, inciso II da lei n° 8.666/93, II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

CLÁUSULA TERCEIRA – DO CRÉDITO PELO QUAL CORRERÁ A DESPESA

As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta dos recursos financeiros da Câmara Municipal de Vereadores, alocados na dotação orçamentária:

01.001.01.031.0001.2003.3390.39.00 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica

CLÁUSULA QUARTA - VALOR CONTRATUAL

O valor global a ser pago pela contratação é de **R$ 2.897,64 (dois mil oitocentos e noventa e sete reais e sessenta e quatro centavos).** Sendo o mensal **R$ 241,47 (duzentos e quarenta e um reais e quarenta e sete centavos).** Abaixo valores detalhados.

Serviço	Valor mensal por Acesso	Qt. De Acessos	Total Mensal	QT Meses	Total Anual
IP PROFISSIONAL DE ATÉ 10 MB	R$ 104,90	1	**R$ 104,90**	12	R$ 1.258,80
TAXA DE ADESÃO	R$ -	0	**R$ -**	10	R$ -
OI MAIS FIXO AVANÇADO	R$ 136,57	1	**R$ 136,57**	12	R$ 1.638,84
TAXA DE ADESÃO	R$ -	0	**R$ -**	12	R$ -
	R$ 241,47		**R$ 241,47**		**R$ 2.897,64**

CLÁUSULA QUINTA – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O Contratante efetuará o pagamento mensalmente mediante a apresentação das faturas e que estejam devidamente dentro dos valores especificados na clausula terceira, do presente contrato referente ao serviço fixo.

Parágrafo Primeiro – O não pagamento da Nota Fiscal/Fatura de Serviços até a data de vencimento sujeitará o CONTRATANTE, independente de interpelação judicial ou extrajudicial, as seguintes sanções: a) Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da fatura no mês de atraso; b) juros de mora de 1% (um por cento) a.m; e c) Correção Monetária, calculada pro rata die, com base na variação do IGP-DI (FGV)

CLÁUSULA SEXTA - DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Parágrafo Primeiro - Constituem direitos da **CONTRATANTE** receber os serviços objeto deste Contrato nas condições avençadas e da **CONTRATADA** perceber o valor ajustado na forma e prazo convencionados.

Parágrafo Segundo - Constituem obrigações da CONTRATANTE:

a) Efetuar o pagamento ajustado;

b) Dar à **CONTRATADA** as condições necessárias à regular execução do Contrato;

c) Acompanhar e supervisionar o andamento dos serviços objeto do contrato através da Administração**.**

Parágrafo Terceiro - Constituem obrigações da CONTRATADA:

a) Prestar os seguintes serviços por linha:

- Ligações de Fixo para Fixo Brasil

- Ligações de Fixo para Móvel Brasil

- Utilizando o código da operadora 14

Não estão inclusas chamadas para portais de voz, provedores de internet, centrais de atendimento, resgate de mensagens em caixas postais e serviços de notícias, entretenimento via telefone, 102, chamadas de em conferência, siga-me e chamadas destinadas a códigos das séries 300, 500 e 900.

b) Prestar os serviços/atendimentos na forma e condições avençadas;

c) Atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do presente Contrato;

d) Manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação;

e) Responsabilizar-se pelo bom funcionamento;

f) Apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do Contrato, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na contratação;

g) Apresentar-se sempre que necessário para esclarecimento.

h) Apresentar-se sempre que necessário para esclarecimento

i) Banda Larga ADSL para até 10 Mbps.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RECISÃO

O presente contrato poderá ser recindido caso ocorram quaisquer dos fatos elencados no artigo 78 e seguintes da lei n° 8.666/93, ou por interesse publico.

CLÁUSULA OITAVA - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente Instrumento contratual rege-se pelas disposições expressas na Lei n° 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações, demais legislações aplicáveis e pelos preceitos de direito público, aplicando supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA NONA – DA VIGENCIA

A vigência do presente contrato será de 01 (um) ano, contado a partir da assinatura do termo contratual, podendo ser prorrogado pelo mesmo período por até 60 (sessenta) meses. Em caso de rescisão, antecedendo ao prazo mínimo de vigência, contrato sujeito à cobrança de multa pro - rata.

Parágrafo Primeiro – O prazo do presente contrato poderá ser prorrogado nos termos do art. 57, §§ 1º e 2º da Lei nº 8.666/93.

Parágrafo Segundo – Em caso de reajuste, o mesmo será realizado com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA em vigor. Na hipótese de suspensão, extinção ou vedação do índice ora ajustado fica, desde já, eleito aquele que vier a substituí-lo oficialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão resolvidos à luz da lei n° 8.666/93 e suas alterações e dos princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PUBLICIDADE

O presente contrato terá seu extrato publicado no Jornal Oficial dos Municípios AMM, dando-se cumprimento ao disposto no artigo 61, parágrafo 1° da lei n°8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Peixoto de Azevedo estado de Mato Grosso, para dirimir toda e qualquer questão oriunda deste instrumento, renunciando-se a outro por mais privilegiado que o seja.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, por si e seus sucessores, em 03 (três) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Peixoto De Azevedo – MT, 08 de julho de 2019.

CÂMARA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

Gilmar Santos de Souza

CONTRATANTE

OI S/A

Marcela Matos Chastinet Mesquita

Mauricio da Cunha Campos

CONTRATADA

Testemunhas:

_____ _____

Antonia Deusdéria de Araújo Brás Márcia da Silva Sobrinho

CPF: 968.578.031-53 CPF Nº 005.443.401-75

_____ _____

Pedro Adriano Kotikoski Dr. Irineu Paiano Filho

CPF: 912.887.461-72 OAB/MT 6097

Fiscal do Contrato visto

CAMARA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA

CAMARA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/MT
PORTARIA Nº 020 2019

PORTARIA Nº 020 2019

Decreta luto oficial por Três dias pelo falecimento Vereador Vice Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Porto Estrela, **Srª.Denisson Pedroso Brilhadori** e dá outras providências.

Edinei Aparecido da Silva, Presidente da Câmara Municipal de Porto Estrela, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei.

CONSIDERANDO, o falecimento do Vereador Vice Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Porto Estrela**. Srº. Denisson Pedroso Brilhadori** , ocorrido no dia 07 de Junho do corrente ano.

DECRETA

Art. Fica decretado luto nos dias 08,09, e 10/07/2019, no Poder Legislativo de Porto Estrela, em sinal de pesar pelo falecimento.

Art. 2°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se,

Registre-se e

Cumpra-se.

Gabinete da Presidência, em 08 de Junho de 2019.

Edinei Aparecido da Silvai.

Presidente

CAMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
ATO N.º 242/2019

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1.º - NOMEAR a senhora Thaynara Gabrielly Magalhães de Almeida do CPF: 061.601.121-04 no cargo em comissão de Assessor de Gabinete do Ver. Edilei Roque de Cezaro.

Art. 2.º - Este ato entra em vigor a partir desta data.

Gabinete da Presidência, 04 de julho de 2019.

.

Vereador FABIO JOSÉ TARDIN

Presidente

Vereadora GISELE APARECIDA DE BARROS

1ª Secretária

.

-

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
ATO N.º 239/2019

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1.º - EXONERAR a senhora Kharen Crystina Taveira de Andrade CPF: 043.930.321-44, do cargo em comissão de Gerente de Divisão de Recursos Humanos.

Art. 2.º - Este ato entra em vigor a partir desta data.

Gabinete da Presidência,01 de julho de 2019.

Vereador FABIO JOSÉ TARDIN

Presidente

Vereadora GISELE APARECIDA DE BARROS

1ª Secretária

CAMARA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL N 001-2019

Homologo nos termos do Artigo 43 IncisoVI, da Lei nº. 8.666/93, atualizada pela lei nº. 8.883/94, o Processo de Licitação tendo apreciado a proposta contida na **PREGÃO PRESENCIAL n.º 1/2019**, que trata da contratação do(s) fornecedor(es): **MERCATO ASSESSORIA E INFORMATICA LTDA, CNPJ nº 37.506.052/0001-44**, para: **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA DESENVOLVEDORA DE SOFTWARE PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CONVERSÃO, INSTALAÇÃO, CAPACITAÇÃO, LOCAÇÃO E MANUTENÇÃO, CONTROLE DE PROCESSO LEGISLATIVO INTERLIGADO (PROTOCOLO – FINANCEIRO – ARQUIVO – ATAS - CONTROLE LEGISLATIVO) E ÁREA CONTÁBIL (CONTABILIDADE PÚBLICA, EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, EXTRA-ORÇAMENTÁRIA, CONTROLE INTERNO E FOLHA DE PAGAMENTO); DESTINADA AO CONTROLE DE ADMINISTRATIVO, DESTE PODER LEGISLATIVO, BEM COMO QUE ESTES ESTEJAM DEFINIDOS COM A LEI 8.666/93**

Registrado e publicado, por afixação no lugar público de costume do Órgão na data supra.

VILA BELA SS TRINDADE-MT, 9 de Julho de 2019.

_____

CLODOALDO MIRANDA DA CRUZ

Camara Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE
TERMO DE ADJUDICAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2019

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS TRINDADE – MT., através do, **PREGOEIRO OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL** Desta Urbe**,** nomeado pela Portaria n. 024/2019 (executivo municipal)**,** cedido em caráter excepcional a este Poder Legislativo mediante a Portaria nº 213 de 05 de junho de 2019, após análise da Ata de julgamento **ATA n.º 01/2019**, referente à modalidade **PREGÃO PRESENCIAL n.º 1/2019**, na conformidade do inciso VI do artigo 43 da lei 8.666/93 e suas alterações, adjudico a presente licitação ao Fornecedor: **MERCATO ASSESSORIA E INFORMATICA LTDA CNPJ nº 37.506.052/0001-44 classificado(a) em primeiro lugar nos seguintes Itens: SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE SOFTWARE FOLHA DE PAGAMENTO, DEFINIDO COM A LEI 4.320/1964; LEI Nº 8.666/83 E ALTERAÇÕES, SENDO QUE OS SISTEMAS DEVERÃO ATENDER TODAS AS NORMATIVA EXIGIDAS PELO TRIBUNAL DE CONTAS DE MATO GROSSO.; SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE SOFTWARE ORÇAMENTO E CONTABILIDADE PUBLICA, DEFINIDO COM A LEI 4.320/1964; LEI 8.666/93 E ALTERAÇÕES, SENDO QUE OS SISTEMAS DEVERÃO ATENDER TODAS AS LEGISLAÇÕES VIGENTES, BEM COMO NORMATIVAS EXIGIDA PELO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO; SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE SOFTWARE INTEGRADO DO CONTROLE ADMINISTRATIVO (PATRIMONIAL, ALMOXARIFADO, FROTAS, SISTEMAS DE COMPRAS E LICITAÇÃO, DEFINIDO COM A LEI 4.320/1964; LEI 8.666/93 E ALTERAÇÕES, SENDO QUE OS SISTEMAS DEVERÃO ATENDER TODAS AS LEGISLAÇÕES VIGENTES, BEM COMO NORMATIVAS EXIGIDA PELO TRIBUNAL DE**

CONTAS DO ESTADO; SERVIÇOS DE LOCAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SEGUINTES SOFTWARE LEGISLATIVO INTERLIGADOS; PROTOCOLO, FINANCEIRO, ARQUIVOS, ATAS, CONTROLE LEGISLATIVO, DEFINIDO COM A LEI 4.320/1964 E 8.666/93 E ALTERAÇÕES, SENDO QUE OS SISTEMAS DEVERÃO ATENDER TODAS AS NORMATIVA DO TCE-MT; SERVICO DE LOCACAO DE SOFTWARE - LOCACAO DE LICENCA DE USO DE SOFTWARE GERENCIADOR DE SISTEMA DE ENVIO DE CARGAS A ORGAOS DE CONTROLE EXTERNO (APLIC-TCE-MT), NUMA PLATAFORMA 100% WEB, COM MANUTENCAO E SUPORTE FISICO E/OU ON-LINE.; SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE SOFTWARE INTEGRADO PORTAL TRANSPARENCIA EM TEMPO REAL (ATOS, FATOS ADMINISTRATIVOS, CONTABEIS, FINANCEIRO E RECURSOS HUMANOS) COM BASE DE DADOS INTEGRADO.; SERVIÇO DE LOCACAO DE SOFTWARE - LOCACAO DE LICENCA DE USO DE SOFTWARE GERENCIADOR DE SISTEMA DO PORTAL DO SERVIDOR, NUMA PLATAFORMA 100% WEB, COM MANUTENCAO E SUPORTE FISICO E/OU ON-LINE.;

Registrado e publicado, por afixação no lugar público de costume deste Órgão, na data supra.

VILA BELA SS TRINDADE-MT, 9 de Julho de 2019.

ALESSANDRO SANTANA DE SOUZA

PREGOEIRO OFICIAL

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 13/2018/CIDESAT

Contratante: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL, AMBIENTAL E TURÍSTICO DO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL, CNPJ: 08.979.143/0001-07 Contratada: **ALFA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA-ME,** CNPJ 13.731.784/0001-70. Objeto: Prorroga vigência do instrumento contratual para 30/12/2019. São José dos Quatro Marcos-MT, 10 de junho de 2019.

PAULO REMÉDIO – Presidente.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 12/2018/CIDESAT

Contratante: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL, AMBIENTAL E TURÍSTICO DO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL, CNPJ: 08.979.143/0001-07 Contratada: **ALFA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA-ME,** CNPJ 13.731.784/0001-70. Objeto: Prorroga vigência do instrumento contratual para 30/12/2019. São José dos Quatro Marcos-MT, 10 de junho de 2019.

PAULO REMÉDIO – Presidente.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PORTAL DO ARAGUAIA

EXTRATO DE CONTRATO

Contrante: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO, ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL- PORTAL DO ARAGUAIA /CIDESAPA.

Contratado: E M DA SILVIA- ME

Objeto: contratação de shows artístico nacional e regional para apresentação durante a realização DA XXI EDIÇÃO da temporada de praia da arara; Convênio n° 0304/2018/ SEDEC/MT.

VALOR: 272.000, 00(DUZENTOS E SETENTA E DOIS MIL REAIS).

NÚMERO: 01/2018

DATA: 21/06/2018

VIGÊNCIA: 21/06/2018 a 21 de junho de 2019.

Pontal do Araguaia _ MT, em 21 de junho de 2018

Gerson Rosa de Moraes

Presidente CIDESAPA

ATA DE REGISTRO 02-2019

PREGÃO PRESENCIAL N. 02/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 02/2019

Pelo presente instrumento o **CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO, ECONOMICO,SOCIAL E AMBIENTAL-PORTAL DO ARAGUIA**, neste ato representado pelo seu Presidente Sr. **MARCELO DE AQUINO**, brasileiro, casado, empresário, residente à BR 070, Km 66, Centro, em General Carneiro/MT, portador do RG n° 988.819 /SSP-MT e CPF n° 604.224.401-91, **RESOLVE** registrar os preços da empresa REAVEL VEICULOS EIRELI CNPJ- 30.260.538/0001-04, nas quantidades estimadas nesta Ata de Registro de Preços, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes nesta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei n. 10.520/02 e Lei 8666/93 e suas alterações, no que couber, ao Decreto Estadual n. 7.217/2006, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1. REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE VEICULOS TIPO PICK-UP, CONFORME CONVÊNIO N. 080124/2017 /MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO/CAIXA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS MUNICPIOS PARTICIPANTES DO CIDESPA.

1.2. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas.

2. DA LICITAÇÃO

2.1. Para registrar os preços do objeto desta Ata foi realizado procedimento licitatório na modalidade Pregão Presencial n. 02/2019, com fundamento nas Leis n. 10.520/02, n. 8.666/93 e alterações posteriores, no que couber, conforme autorização da Autoridade Competente, Sr. Marcelo de Aquino.

3. DA FORMA DE EXECUÇÃO

3.1. A empresa detentora do registro deverá realizar o fornecimento dos produtos, em estrita observância dos termos constantes no Termo de Referência.

3.2. O objeto deste registro de preços deverá ser executado em estrita observância ao Edital de Licitação Pregão Presencial n. 02/2019 e seus anexos.

4. DA EMPRESA VENCEDORA E DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1. Empresa Vencedora:

NOME: REAVEL VEICULOS EIRELI CNPJ: 30.260.538/0001-04						
CEP: 74.115.050			**CIDADE/UF: GOIANIA/GO**			
TELEFONES:62-3434 0877 / 0879 (66) 9 9995.1205				**E-MAIL: luizcarlos@reavelveiculos.com reavele-veiculos@gmail.com**		
REPRESENTANTE LEGAL: SINOMAR VAZ DE OLIVEIRA JUNIOR						
RG: 4901708 2ª VIA SSP/GO				**CPF: 039.457.331-54**		
DESCRIÇÃO, QUANTIDADE E PREÇOS REGISTRADOS						
Item	**Quant**	**Unid**	Descrição dos Produtos	**Marca**	Valor Unit.	Valor. Total
1	**10**	**UND**	**VEICULO ULTILITARIO, MARCA FIAT STRDA HARD WORKING CC 1.4 FLEX 2P, 0KMANO E DMODELO 2018 CABINE CURTA, CAMBIO MECANICO DE 05 MARCHAS FRENTE E UMA RÉ, MOTOR 1.4 8V DE 85 CV, COM DUAS PORTAS CAPACIDADE PARA MINIMO 02 PESSOAS INCLUSO MOTORISTA CINTO DE SEGURANÇA PARA TODOS PASSAGEIROS, AR CONDICIONADO, SISTEMA FLEX DE COMBUSTIVE (ALCOOL E GASOLINA), TRAVS ELETRICAS, DIREÇÃO HIDRAULICA, VIDROS ELETRICOS,PROTETOR DE CAÇAMBA, TAPETES; NA COR BRANCA, EM PINTURA TIPO LISA, NO PADRÃO ORIGINAL DE FABRICA E DE LINHA DE PRODUÇÃO, PNEUS COM MEDIDA 175/70 R14 RODAS DE AÇO ESTAMPADO, ALÇA SEGURANÇA DO LADO DE PASSAGEIRO; GANCHOS PARA AMARRAÇÃO DE CARGA NA CAÇAMBA, PARACHOQUE TRAZEIRO COM ESTRIBOS ANTIDERRAPANTES, 01 ESTERPE; GARANTIA DE 12 MESES SEM LIMITES DE KILOMETRAGEN.TODOS OS EQUIPAMENTOS E SEGURANÇA EXIGIDOS PELO CONTRAN.**	**FIAT STRADA 2019/2020 CABINE SIMPLIES**	**62. 500,00**	**625. 000,00**
Total Geral R$ SEICENTOS E VINTE E CINCO MIL REAIS						625. 000,00

Este termo não obriga o CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO, ECONOMICO,SOCIAL E AMBIENTAL-PORTAL DO ARAGUIA a firmar as aquisições nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o objeto, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

5. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. As despesas orçamentaria decorrentes da ata de registro de preços ocorrerão a cada dotação orcamentaria indicada no momento oportuno, nos processos administrativos de utilização da ata pelo Município aderente a esta ata de registro de Preços.:

6. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. O registro de preços constante desta Ata terá validade pelo prazo de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura.

6.2. A partir da vigência da Ata de Registro de Preços, o fornecedor se obriga a cumprir, na integra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades pelo descumprimento de qualquer de suas normas.

7. DA EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO

FISCALIZAÇÃO

7.1. A **CONTRATANTE é obrigada** a acompanhar, fiscalizar, conferir o fornecimento do objeto do presente certame, através de um Gestor/Fiscal a ser designado, por intermédio de **Portaria**, o qual deverá anotar em registro próprio, as falhas detectadas e comunicar por escrito a autoridade superior todas as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da **CONTRATADA**;

7.1.1. A fiscalização será exercida no interesse do **CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO, ECONOMICO,SOCIAL E AMBIENTAL-PORTAL DO ARAGUIA** não exclui nem reduz a responsabilidade da licitante **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade da **CONTRATANTE** ou de seus agentes e prepostos;

7.1.2. Caberá à fiscalização exercer rigoroso controle no cumprimento do Contrato;

7.1.3. Caberá ainda ao Gestor do Contrato as seguintes atribuições:

7.1.3.1 Conferência dos produtos fornecidos;

7.1.3.2. Registrar no ato do recebimento dos produtos, eventuais ocorrências existentes;

7.1.3.3 Atestar tanto a quantidade, como a qualidade dos produtos entregues, sendo responsável por essas declarações;

7.1.3.4. Aplicar as penalidades previstas neste edital e no presente instrumento, na hipótese da CONTRATADA, não cumprir o contrato, mantidas as situações normais de disponibilidade e volume dos produtos, arcando a referida empresa com quaisquer prejuízos que tal ato acarretar à CONTRATANTE;

7.1.3.5. Deverá certificar, para fins de quitação das Notas Fiscais/Faturas, os documentos de regularidade fiscal da empresa.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA

8.1. Acatar as decisões e observações feitas pela fiscalização da Prefeitura Municipal, por escrito, em duas vias e entregues mediante recibo;

8.2. Executar a entrega do objeto deste certame nos termos estabelecidos no Edital de Licitação e seus anexos, especialmente os previstos no Termo de Referência;

8.3. Não realizar subcontratação total ou parcial dos produtos, sem anuência da Prefeitura Municipal. No caso de subcontratação autorizada pela Contratante, a Contratada continuará a responder direta e exclusivamente pelos produtos e pelas responsabilidades legais e contratuais assumidas;

8.4. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Contratante ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, relativos à execução da Ata de Registro de Preço ou em conexão com ele, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade o fato de haver fiscalização ou acompanhamento por parte da Contratante;

8.5. Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações, em caso de acidente de trabalho com seus empregados, em virtude da execução da presente Ata de Registro de Preço ou em conexão com ele, ainda que ocorridos em dependências da Prefeitura Municipal;

8.6. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões, a critério da Administração, referentes à execução do serviço, nos termos da Lei vigente;

8.7. Será de inteira responsabilidade da empresa Contratada quaisquer danos que venham a ocorrer a Prefeitura Municipal ou a terceiros, decorrentes do fornecimento dos produtos;

8.8. A empresa contratada deverá manter as mesmas condições de habilitação e qualificação durante todo o fornecimento.

8.9. Cumprir os prazos de entrega, sob pena de aplicação de sanções administrativas;

9. DAS OBRIGAÇÕES DA GERENCIADORA

9.1. Oferecer todas as informações necessárias para que a licitante vencedora possa executar o objeto adjudicado dentro das especificações;

9.2. Efetuar os pagamentos nas condições e prazos estipulados;

9.3. Designar um servidor para acompanhar a execução e fiscalização do objeto deste Instrumento;

9.4. Notificar, por escrito, à licitante vencedora, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso do fornecimento dos produtos, objeto da Ata, fixando prazo para sua correção;

9.5. Fiscalizar livremente o fornecimento dos produtos, não eximindo a licitante vencedora de total responsabilidade;

9.6. Acompanhar o fornecimento dos produtos, podendo intervir durante a sua execução, para fins de ajuste ou suspensão da entrega; inclusive rejeitando, no todo ou em parte, os produtos fornecidos fora das especificações deste Edital.

10. DA CONTRATAÇÃO

10.1. Observados os critérios e condições estabelecidos no edital do Pregão Presencial n. 28/2018, o MUNICÍPIO e/ou órgãos participantes, visando alcançar a quantidade de bens pretendida, poderá contratar concomitantemente com um ou mais fornecedores que tenham seus preços registrados, respeitando-se a capacidade de fornecimento das detentoras, e obedecida a ordem de classificação das propostas e os preços registrados.

10.2. O Registro de Preços efetuado não obriga o MUNICÍPIO a firmar as contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o objeto, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

10.3. A contratação junto a cada fornecedor registrado será formalizada pelos órgãos integrantes da Administração Direta ou Indireta do Poder Executivo, mediante a assinatura de contrato;

10.4. A critério desta Prefeitura Municipal, o contrato poderá ser substituído por outros instrumentos hábeis, tais como ordem de fornecimento, nota de empenho, autorização de compra, dentre outros, nos termos do artigo 62 da Lei nº 8.666/93.

11. DO PAGAMENTO

11.1. O pagamento será feito após a apresentação da nota fiscal devidamente vistada e atestada pelo Fiscal do Contrato.

11.2. Realizado o fornecimento a licitante vencedora deverá apresentar, a(s) nota(s) fiscal(is)/fatura(s), emitida(s) para fins de liquidação e pagamento, acompanhada(s) dos seguintes documentos:

11.2.1. Ofício solicitando o pagamento;

11.2.2. Certidão Negativa de Débitos – CND, referente às contribuições previdenciárias e às de terceiros;

11.2.3. Certificado de Regularidade de Situação do FGTS – CRF;

11.2.4. Certidões Negativas de Débitos junto às Fazendas Federal e Estadual, do domicílio sede da licitante vencedora;

11.2.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhista – TRT.

11.3. O pagamento será efetuado pelo Município de General Carneiro/MT no prazo de até 30 (trinta) dias consecutivos, contado da data de protocolização da nota fiscal/fatura e dos respectivos documentos comprobatórios, mediante ordem bancária, emitida através do Banco do Brasil, creditada em conta corrente da licitante vencedora.

11.4. Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora, na pendência de qualquer uma das situações abaixo especificadas, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira:

11.4.1. Atestação pelo Fiscal do Contrato, com relação ao cumprimento do objeto desta licitação, das notas fiscais emitidas pela licitante vencedora.

11.5. A contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, a descrição completa dos objetos fornecidos a esta Prefeitura Municipal, além do número da conta, agência e nome do banco onde deverá ser feito o pagamento:

11.5.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas a contratada, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

11.5.2. Nenhum pagamento isentará o contratado das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos produtos entregues.

11.6. O Município de General Carneiro/MT não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de factoring.

11.7. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

12. DAS ALTERAÇÕES

12.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência deste Instrumento, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

12.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

12.3. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao praticado no mercado.

12.4. Fracassada a negociação com o primeiro colocado o Município poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço do 1º (primeiro) colocado, as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

12.5. Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços.

13. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

13.1. O proponente terá o seu registro de preços cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, a pedido, sem prejuízo da aplicação das penalidades legais previstas, caso as razões do pedido não sejam saneadas, após protocolado em até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da constatação das hipóteses a seguir explicitadas:

13.1.1. Comprovar, por meio de documentos, tais como lista de preço de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivos à época da elaboração da proposta e do pedido de desoneração do compromisso, estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de desequilíbrio econômico-financeiro que torne seu preço inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo das aquisições/contratações;

13.1.2. Ocorrer fato superveniente que venha a comprometer a perfeita execução contratual decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovado.

13.2. Por iniciativa da Prefeitura Municipal de General Carneiro, o registro será cancelado:

13.2.1. Quando o proponente:

13.2.1.1. Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

13.2.1.2. Perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;

13.2.1.3. Não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;

13.2.1.4. Não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, da Nota de Empenho, decorrente da Ata de Registro de Preços;

13.2.2. O CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO, ECONOMICO,SOCIAL E AMBIENTAL-PORTAL DO ARAGUIA poderá cancelar o registro de preços, ainda, por razões de interesse público, devidamente motivado e justificado.

14. DAS SANÇÕES ADMNISTRATIVAS

14.1. A licitante vencedora que descumprir quaisquer das condições deste instrumento ficará sujeita às penalidades previstas na Lei nº 10.520/2002, bem como nos art. 86 e 87 da Lei 8.666/93, quais sejam:

14.1.1. Por atraso injustificado na execução do objeto:

14.1.1.1 Atraso de até 10 (dez) dias, multa diária de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento), sobre o valor da nota de empenho;

14.1.1.2 Atraso superior a 10 (dez) dias, multa diária de 0,50% (cinquenta centésimos por cento) sobre o total dos dias em atraso, aplicado sobre o valor da nota de empenho, sem prejuízo das demais cominações legais;

14.1.1.3. No caso de atraso no recolhimento da multa aplicada, incidirá nova multa sobre o valor devido, equivalente a 0,20% (vinte centésimos por cento) até 10 (dez) dias de atraso e 0,40% (quarenta centésimos por cento) acima desse prazo, calculado sobre o total dos dias em atraso.

14.1.2. Pela inexecução parcial ou total das condições estabelecidas neste ato convocatório, a Prefeitura Municipal de General Carneiro/MT poderá, garantida a prévia defesa, aplicar, também, as seguintes sanções:

14.1.2.1. Advertência,

14.1.2.2. Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor homologado, atualizado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados a Prefeitura Municipal de General Carneiro;

14.1.2.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com a administração pública, bem como o cancelamento de seu certificado de registro cadastral no cadastro de fornecedores da Prefeitura Municipal de General Carneiro por prazo não superior a 02 (dois) anos;

14.2. As multas serão descontadas dos créditos da empresa detentora da ata ou cobradas administrativa ou judicialmente;

14.3. As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa, consequentemente, a sua aplicação não exime a empresa detentora da ata, da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar a Prefeitura Municipal de General Carneiro;

14.4. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis;

14.5. Nas hipóteses de apresentação de documentação inverossímil, cometimento de fraude ou comportamento de modo inidôneo, a licitante poderá sofrer, além dos procedimentos cabíveis de atribuição desta instituição e do previsto no art. 7º da Lei 10.520/02, quaisquer das sanções adiante previstas, que poderão ser aplicadas cumulativamente:

14.5.1. Desclassificação ou inabilitação caso o procedimento se encontre em fase de julgamento;

14.5.2. Cancelamento da ata de registro de preços, se esta já estiver assinada, procedendo-se a paralisação do fornecimento;

15. DA GARANTIA

15.1. Se, a qualquer tempo, o Município vier a observar qualquer tipo de dano material, ou desconformidade com as especificações constantes deste instrumento, este deverá ser substituído, sendo de inteira responsabilidade da empresa contratada.

16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. As omissões deste instrumento e as dúvidas oriundas de sua interpretação serão sanadas de acordo com o que dispuserem o Edital do Pregão Presencial nº. 02/2018 e as propostas apresentadas pelas CONTRATADAS, prevalecendo, em caso de conflito, as disposições do Edital sobre as das propostas.

16.2. Caberá o CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO, ECONOMICO,SOCIAL E AMBIENTAL-PORTAL DO ARAGUIA o gerenciamento da presente Ata de Registro de Preços nos termos da legislação vigente.

17. DA PUBLICAÇÃO

17.1. Para eficácia do presente instrumento, o Município providenciará a publicação do seu extrato no Jornal Oficial dos Municípios - AMM, conforme Lei n. 10.520/02.

18. DO FORO

18.1. Fica eleito o foro da Comarca de Barra do Garças, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes da execução deste instrumento, com renúncia das partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e acordadas, as partes assinam a presente ata em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Pontal do Araguia-MT, em, 09 de Julho de 2019.

_____

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO, ECONOMICO,SOCIAL E AMBIENTAL-PORTAL DO ARAGUIA

MARCELO DE AQUINO

Presidente

_____

REAVEL VEICULOS EIRELI

CNPJ 30.260.538/0001-04

CONTRATADA

TESTEMUNHAS

NOME :_____ NOME : _____

CPF : CPF :

EXTRATO DE CONTRATO

Contrate: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO, ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL-PORTAL DO ARAGUAIA / CIDESAPA

Contratado: E M DA SILVIA- ME

Objetivo: contratação empresa especializada na prestação desserviço Geral de limpeza braçal, segurança e palestras, atendendo convênio número 03 04 /2018 SINDEC- MT.

Valor: RS 26 . 300, 20 (vinte e seis mil e trezentos reais).

Número: 03 2018

Data 22/06/2018

VIGÊNCIA: 22/06/ 2018 a 22/ 06/2019

Pontal do Araguaia MT em 22 de julho de 2018

Gerson Rosa de Moraes

Presidente CIDESAPA

EXTRATO DE CONTRATO

Contrate: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL PORTAL DO ARAGUAIA /CIDESAPA

Contratado E M DA SILVA- ME

Objetivo: contratação de locação de palco, som, iluminação e tenda 10 ×10; atendendo o termo número 0304/2018 / SEDEC-MT.

Valor: RS 69. 200, 00 (sessenta e nove mil e duzentos reais).

Número: 02 2018

Data 22 06 2018

Vigência: 22 06 2018 a 22 06 2019

Pontal do Araguaia- MT, 22 de julho de 2018

Gerson Rosa de Moraes

PRESIDENTE CIDESAPA

EXTRATO DE CONTRATO

Contrate: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL PORTAL DO ARAGUAIA /CIDE-SAPA

Contratado E M DA SILVA- ME

Objetivo: contratação de locação de palco, som, iluminação e tenda 10 ×10; atendendo o termo número 0304/2018 / SEDEC-MT.

Valor: RS 69. 200, 00 (sessenta e nove mil e duzentos reais).

Número: 02 2018

Data 22 06 2018

Vigência: 22 06 2018 a 22 06 2019

Pontal do Araguaia- MT, 22 de julho de 2018

Gerson Rosa de Moraes

PRESIDENTE CIDESAPA

ATA DE REGISTRO 03-2019

PREGÃO PRESENCIAL N. 02/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 03/2019

PROCESSO LICITARIO 03/2019

Pelo presente instrumento o **CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO, ECONOMICO,SOCIAL E AMBIENTAL-PORTAL DO ARAGUIA**, neste ato representado pelo seu Presidente Sr. **MARCELO DE AQUINO**, brasileiro, casado, empresário, residente à BR 070, Km 66, Centro, em General Carneiro/MT, portador do RG n° 988.819 /SSP-MT e CPF n° 604.224.401-91, **RESOLVE** registrar os preços da empresa RC EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA-ME CNPJ 10.830.704/0001-45, nas quantidades estimadas nesta Ata de Registro de Preços, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes nesta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei n. 10.520/02 e Lei 8666/93 e suas alterações, no que couber, ao Decreto Estadual n. 7.217/2006, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1. REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO NOTEBOOKS E CAMERAS FOTOGRAFICAS, CONFORME CONVÊNIO N. 080124/2017 /MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO/CAIXA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS MUNICPIOS PARTICIPANTES DO CIDESPA.

1.2. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas.

2. DA LICITAÇÃO

2.1. Para registrar os preços do objeto desta Ata foi realizado procedimento licitatório na modalidade Pregão Presencial n. 02/2019, com fundamento nas Leis n. 10.520/02, n. 8.666/93 e alterações posteriores, no que couber, conforme autorização da Autoridade Competente, Sr. Marcelo de Aquino.

3. DA FORMA DE EXECUÇÃO

3.1. A empresa detentora do registro deverá realizar o fornecimento dos produtos, em estrita observância dos termos constantes no Termo de Referência.

3.2. O objeto deste registro de preços deverá ser executado em estrita observância ao Edital de Licitação Pregão Presencial n. 02/2019 e seus anexos.

4. DA EMPRESA VENCEDORA E DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1. Empresa Vencedora:

NOME:R.C.EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA-ME CNPJ:10.830.704/0001-45						
CEP: 76240-000			**CIDADE/UF: ARAGARÇAS/GO**			
TELEFONES: (66)3638378				**E-MAIL: LICITAÇAO1@RCHOSPITALAR.COMBR**		
REPRESENTANTE LEGAL: KLEVERTON ANSELMO DA ROCHA						
RG: 4432744				**CPF: 978.738.531-87**		
DESCRIÇÃO, QUANTIDADE E PREÇOS REGISTRADOS						
Item	**Quant**	**Unid**	**Descrição dos Produtos**	**Marca**	**Valor Unit.**	Valor. Total
01	**09**	**UND**	NOTEBOOK- intel core I5 minimo 8ª geração com no mínimo 8 gb, hd de 1tb, tela mínimo 14, , Web cam, alimentação elétrica e bateria, sistema operacional Windows 10 ou superior, placa de rede sem fio, teclado padrão com garantia mínima de 12(doze) meses .	**ACER A515-51**	**3.800,00**	**34.200,00**
02	**09**		Câmera Fotografica Semi-profissional com GPS e mapa embutidos, com Monitor/display de no mínimo 2,7, Resolução em Megapixels e no mínimo 16.1MP, com sensibilidade ISSO máximo de 6400 no mínimo, com no mínimo 56MB de Memoria interna, permitindo expansão de Memoria por cartões de memoria SD, com sensor CMOS/ com zoom òptico de no Minimo 42x e zoom digital de no mínimo 4x com lentes de cristal com abertura de no mínimo F 3-5.9, com flash automático e alcance Minimo de(w): 0,5m a	**SONY**	**3.600,00**	**32.400,00**

			8,0 m / (t): 1,5m a 4,5m, com Obturador mecânico Eletronico CMOS/ de no mínimo até 7 disparos de aprox. 7 quadros por segundo, com recursos de vídeo áudio de no mínimo FULL HD e som stereo, idioma em português , na cor preta, incluindo alça, cabo, bateria recarregável, adapator/ carregador, tampa da lente, bolsa de transporte com alça, cartão de Memoria de no mínimo 8 GB e garantia mínima de 1 ano			
Total Geral R$ SESCENTA E SEIS MIL E SEICENTOS REAIS						**66.600,00**

Este termo não obriga o CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO, ECONOMICO,SOCIAL E AMBIENTAL-PORTAL DO ARAGUIA a firmar as aquisições nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o objeto, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

5. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. As despesas orçamentaria decorrentes da ata de registro de preços ocorrerão a cada dotação orcamentaria indicada no momento oportuno, nos processos administrativos de utilização da ata pelo Município aderente a esta ata de registro de Preços.:

6. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. O registro de preços constante desta Ata terá validade pelo prazo de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura.

6.2. A partir da vigência da Ata de Registro de Preços, o fornecedor se obriga a cumprir, na integra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades pelo descumprimento de qualquer de suas normas.

7. DA EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO

FISCALIZAÇÃO

7.1. A **CONTRATANTE é obrigada** a acompanhar, fiscalizar, conferir o fornecimento do objeto do presente certame, através de um Gestor/Fiscal a ser designado, por intermédio de **Portaria**, o qual deverá anotar em registro próprio, as falhas detectadas e comunicar por escrito a autoridade superior todas as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da **CONTRATADA**;

7.1.1. A fiscalização será exercida no interesse do **CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO, ECONOMICO,SOCIAL E AMBIENTAL-PORTAL DO ARAGUIA** não exclui nem reduz a responsabilidade da licitante **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade da **CONTRATANTE** ou de seus agentes e prepostos;

7.1.2. Caberá à fiscalização exercer rigoroso controle no cumprimento do Contrato;

7.1.3. Caberá ainda ao Gestor do Contrato as seguintes atribuições:

7.1.3.1 Conferência dos produtos fornecidos;

7.1.3.2. Registrar no ato do recebimento dos produtos, eventuais ocorrências existentes;

7.1.3.3 Atestar tanto a quantidade, como a qualidade dos produtos entregues, sendo responsável por essas declarações;

7.1.3.4. Aplicar as penalidades previstas neste edital e no presente instrumento, na hipótese da CONTRATADA, não cumprir o contrato, mantidas as situações normais de disponibilidade e volume dos produtos, arcando a referida empresa com quaisquer prejuízos que tal ato acarretar à CONTRATANTE;

7.1.3.5. Deverá certificar, para fins de quitação das Notas Fiscais/Faturas, os documentos de regularidade fiscal da empresa.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA

8.1. Acatar as decisões e observações feitas pela fiscalização da Prefeitura Municipal, por escrito, em duas vias e entregues mediante recibo;

8.2. Executar a entrega do objeto deste certame nos termos estabelecidos no Edital de Licitação e seus anexos, especialmente os previstos no Termo de Referência;

8.3. Não realizar subcontratação total ou parcial dos produtos, sem anuência da Prefeitura Municipal. No caso de subcontratação autorizada pela Contratante, a Contratada continuará a responder direta e exclusivamente pelos produtos e pelas responsabilidades legais e contratuais assumidas;

8.4. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Contratante ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, relativos à execução da Ata de Registro de Preço ou em conexão com ele, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade o fato de haver fiscalização ou acompanhamento por parte da Contratante;

8.5. Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações, em caso de acidente de trabalho com seus empregados, em virtude da execução da presente Ata de Registro de Preço ou em conexão com ele, ainda que ocorridos em dependências da Prefeitura Municipal;

8.6. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões, a critério da Administração, referentes à execução do serviço, nos termos da Lei vigente;

8.7. Será de inteira responsabilidade da empresa Contratada quaisquer danos que venham a ocorrer a Prefeitura Municipal ou a terceiros, decorrentes do fornecimento dos produtos;

8.8. A empresa contratada deverá manter as mesmas condições de habilitação e qualificação durante todo o fornecimento.

8.9. Cumprir os prazos de entrega, sob pena de aplicação de sanções administrativas;

9. DAS OBRIGAÇÕES DA GERENCIADORA

9.1. Oferecer todas as informações necessárias para que a licitante vencedora possa executar o objeto adjudicado dentro das especificações;

9.2. Efetuar os pagamentos nas condições e prazos estipulados;

9.3. Designar um servidor para acompanhar a execução e fiscalização do objeto deste Instrumento;

9.4. Notificar, por escrito, à licitante vencedora, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso do fornecimento dos produtos, objeto da Ata, fixando prazo para sua correção;

9.5. Fiscalizar livremente o fornecimento dos produtos, não eximindo a licitante vencedora de total responsabilidade;

9.6. Acompanhar o fornecimento dos produtos, podendo intervir durante a sua execução, para fins de ajuste ou suspensão da entrega; inclusive rejeitando, no todo ou em parte, os produtos fornecidos fora das especificações deste Edital.

10. DA CONTRATAÇÃO

10.1. Observados os critérios e condições estabelecidos no edital do Pregão Presencial n. 28/2018, o MUNICÍPIO e/ou órgãos participantes, visando alcançar a quantidade de bens pretendida, poderá contratar concomitantemente com um ou mais fornecedores que tenham seus preços registrados, respeitando-se a capacidade de fornecimento das detentoras, e obedecida a ordem de classificação das propostas e os preços registrados.

10.2. O Registro de Preços efetuado não obriga o MUNICÍPIO a firmar as contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o objeto, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

10.3. A contratação junto a cada fornecedor registrado será formalizada pelos órgãos integrantes da Administração Direta ou Indireta do Poder Executivo, mediante a assinatura de contrato;

10.4. A critério desta Prefeitura Municipal, o contrato poderá ser substituído por outros instrumentos hábeis, tais como ordem de fornecimento, nota de empenho, autorização de compra, dentre outros, nos termos do artigo 62 da Lei nº 8.666/93.

11. DO PAGAMENTO

11.1. O pagamento será feito após a apresentação da nota fiscal devidamente vistada e atestada pelo Fiscal do Contrato.

11.2. Realizado o fornecimento a licitante vencedora deverá apresentar, a(s) nota(s) fiscal(is)/fatura(s), emitida(s) para fins de liquidação e pagamento, acompanhada(s) dos seguintes documentos:

11.2.1. Ofício solicitando o pagamento;

11.2.2. Certidão Negativa de Débitos – CND, referente às contribuições previdenciárias e às de terceiros;

11.2.3. Certificado de Regularidade de Situação do FGTS – CRF;

11.2.4. Certidões Negativas de Débitos junto às Fazendas Federal e Estadual, do domicílio sede da licitante vencedora;

11.2.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhista – TRT.

11.3. O pagamento será efetuado pelo Município de General Carneiro/MT no prazo de até 30 (trinta) dias consecutivos, contado da data de protocolização da nota fiscal/fatura e dos respectivos documentos comprobatórios, mediante ordem bancária, emitida através do Banco do Brasil, creditada em conta corrente da licitante vencedora.

11.4. Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora, na pendência de qualquer uma das situações abaixo especificadas, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira:

11.4.1. Atestação pelo Fiscal do Contrato, com relação ao cumprimento do objeto desta licitação, das notas fiscais emitidas pela licitante vencedora.

11.5. A contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, a descrição completa dos objetos fornecidos a esta Prefeitura Municipal, além do número da conta, agência e nome do banco onde deverá ser feito o pagamento:

11.5.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas a contratada, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

11.5.2. Nenhum pagamento isentará o contratado das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos produtos entregues.

11.6. O Município de General Carneiro/MT não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de factoring.

11.7. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

12. DAS ALTERAÇÕES

12.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência deste Instrumento, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

12.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

12.3. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao praticado no mercado.

12.4. Fracassada a negociação com o primeiro colocado o Município poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço do 1º (primeiro) colocado, as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

12.5. Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços.

13. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

13.1. O proponente terá o seu registro de preços cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, a pedido, sem prejuízo da aplicação das penalidades legais previstas, caso as razões do pedido não sejam saneadas, após protocolado em até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da constatação das hipóteses a seguir explicitadas:

13.1.1. Comprovar, por meio de documentos, tais como lista de preço de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivos à época da elaboração da proposta e do pedido de desoneração do compromisso, estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de desequilíbrio econômico-financeiro que torne seu preço inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo das aquisições/contratações;

13.1.2. Ocorrer fato superveniente que venha a comprometer a perfeita execução contratual decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovado.

13.2. Por iniciativa da Prefeitura Municipal de General Carneiro, o registro será cancelado:

13.2.1. Quando o proponente:

13.2.1.1. Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

13.2.1.2. Perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;

13.2.1.3. Não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;

13.2.1.4. Não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, da Nota de Empenho, decorrente da Ata de Registro de Preços;

13.2.2. O CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO, ECONOMICO,SOCIAL E AMBIENTAL-PORTAL DO ARAGUIA poderá cancelar o registro de preços, ainda, por razões de interesse público, devidamente motivado e justificado.

14. DAS SANÇÕES ADMNISTRATIVAS

14.1. A licitante vencedora que descumprir quaisquer das condições deste instrumento ficará sujeita às penalidades previstas na Lei nº 10.520/2002, bem como nos art. 86 e 87 da Lei 8.666/93, quais sejam:

14.1.1. Por atraso injustificado na execução do objeto:

14.1.1.1 Atraso de até 10 (dez) dias, multa diária de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento), sobre o valor da nota de empenho;

14.1.1.2 Atraso superior a 10 (dez) dias, multa diária de 0,50% (cinquenta centésimos por cento) sobre o total dos dias em atraso, aplicado sobre o valor da nota de empenho, sem prejuízo das demais cominações legais;

14.1.1.3. No caso de atraso no recolhimento da multa aplicada, incidirá nova multa sobre o valor devido, equivalente a 0,20% (vinte centésimos por cento) até 10 (dez) dias de atraso e 0,40% (quarenta centésimos por cento) acima desse prazo, calculado sobre o total dos dias em atraso.

14.1.2. Pela inexecução parcial ou total das condições estabelecidas neste ato convocatório, a Prefeitura Municipal de General Carneiro/MT poderá, garantida a prévia defesa, aplicar, também, as seguintes sanções:

14.1.2.1. Advertência,

14.1.2.2. Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor homologado, atualizado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados a Prefeitura Municipal de General Carneiro;

14.1.2.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com a administração pública, bem como o cancelamento de seu certificado de registro cadastral no cadastro de fornecedores da Prefeitura Municipal de General Carneiro por prazo não superior a 02 (dois) anos;

14.2. As multas serão descontadas dos créditos da empresa detentora da ata ou cobradas administrativa ou judicialmente;

14.3. As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa, consequentemente, a sua aplicação não exime a empresa detentora da ata, da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar a Prefeitura Municipal de General Carneiro;

14.4. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis;

14.5. Nas hipóteses de apresentação de documentação inverossímil, cometimento de fraude ou comportamento de modo inidôneo, a licitante poderá sofrer, além dos procedimentos cabíveis de atribuição desta instituição e do previsto no art. 7º da Lei 10.520/02, quaisquer das sanções adiante previstas, que poderão ser aplicadas cumulativamente:

14.5.1. Desclassificação ou inabilitação caso o procedimento se encontre em fase de julgamento;

14.5.2. Cancelamento da ata de registro de preços, se esta já estiver assinada, procedendo-se a paralisação do fornecimento;

15. DA GARANTIA

15.1. Se, a qualquer tempo, o Município vier a observar qualquer tipo de dano material, ou desconformidade com as especificações constantes deste instrumento, este deverá ser substituído, sendo de inteira responsabilidade da empresa contratada.

16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. As omissões deste instrumento e as dúvidas oriundas de sua interpretação serão sanadas de acordo com o que dispuserem o Edital do Pregão Presencial nº. 02/2019 e as propostas apresentadas pelas CONTRATADAS, prevalecendo, em caso de conflito, as disposições do Edital sobre as das propostas.

16.2. Caberá o CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO, ECONOMICO,SOCIAL E AMBIENTAL-PORTAL DO ARAGUIA o gerenciamento da presente Ata de Registro de Preços nos termos da legislação vigente.

17. DA PUBLICAÇÃO

17.1. Para eficácia do presente instrumento, o Município providenciará a publicação do seu extrato no Jornal Oficial dos Municípios - AMM, conforme Lei n. 10.520/02.

18. DO FORO

18.1. Fica eleito o foro da Comarca de Barra do Garças, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes da execução deste instrumento, com renúncia das partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e acordadas, as partes assinam a presente ata em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Pontal do Araguia-MT, em 09, de Julho de 2019.

_____

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO, ECONOMICO,SOCIAL E AMBIENTAL-PORTAL DO ARAGUIA

MARCELO DE AQUINO

Presidente

_____

RC EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA-ME

CNPJ-10.830.704/0001-45

CONTRATADA

TESTEMUNHAS

NOME :_____ NOME : _____

CPF : CPF :

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO - CISVP

TERMO DE RATIFICAÇÃO - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 038/2019

TERMO DE RATIFICAÇÃO

Inexigibilidade de Licitação n° 038/2019

O Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto, por meio de sua Secretária Executiva, torna pública a ratificação do procedimento de inexigibilidade de licitação em epígrafe, visando a contratação da empresa **CENTRO DE IMAGEM BERTINETTI E GAKIYA LTDA,** (CNPJ/MF nº 28.642.623/0001-87), no valor global de ***R$30.520,00*** **(TRINTA MIL, QUINHENTOS E VINTE REAIS)**, tendo como fundamento o artigo 25, *caput* da Lei Federal n° 8.666/93, tendo como objeto os itens da Relação de Serviços Médicos em **EXAMES DE IMAGEM, LABORATORIAL E SERVIÇO MÉDICO ESPECIALIZADO EM ANESTESIOLOGIA** do respectivo chamamento público e do Anexo I do Edital nº 010/2019 da Chamada Pública n° 003/2019, que dispõe sobre credenciamento dos serviços por preço fixo.

Peixoto de Azevedo/MT, 05 de julho de 2019.

VIVIAN LUCAS CASSIANO

Presidente – CPL

ALINE VANESSA MOCHI

Secretária Executiva do CISVP

TERMO DE RATIFICAÇÃO - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 040/2019

TERMO DE RATIFICAÇÃO

Inexigibilidade de Licitação n° 040/2019

O Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto, por meio de sua Secretária Executiva, torna pública a ratificação do procedimento de inexigibilidade de licitação em epígrafe, visando a contratação da empresa **PIZARRO HOSPITAL DIA LTDA,** (CNPJ/MF nº 02.506.535/0001-64), no valor global de **R$ 193.860,00 (CENTO E NOVENTA E TRÊS MIL, OITOCENTOS E SESSENTA REAIS)**, tendo como fundamento o artigo 25, *caput* da Lei Federal n° 8.666/93, tendo como objeto os itens da Relação de Serviços Médicos em **SERVIÇO MÉDICO DE CONSULTAS OFTALMOLÓGICAS E CIRURGIAS DE CATARATA.** do respectivo chamamento público e do Anexo I do Edital nº 013/2019 da Chamada Pública n° 004/2019, que dispõe sobre credenciamento dos serviços por preço fixo.

Peixoto de Azevedo/MT, 05 de julho de 2019.

VIVIAN LUCAS CASSIANO

Presidente – CPL

ALINE VANESSA MOCHI

Secretária Executiva do CISVP

TERMO DE RATIFICAÇÃO - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 039/2019

TERMO DE RATIFICAÇÃO

Inexigibilidade de Licitação n° 039/2019

O Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto, por meio de sua Secretária Executiva, torna pública a ratificação do procedimento de inexigibilidade de licitação em epígrafe, visando a contratação da empresa **CLINICA E MICROCIRURGIA DE OLHOS LTDA,** (CNPJ/MF nº 26.795.401/0001-79), no valor global de **R$193.860,00 *(*CENTO E NOVENTA E TRÊS MIL, OITOCENTOS E SESSENTA REAIS)**, tendo como fundamento o artigo 25, *caput* da Lei Federal n° 8.666/93, tendo como

objeto os itens da Relação de Serviços Médicos em **SERVIÇO MÉDICO DE CONSULTAS OFTALMOLÓGICAS E CIRURGIAS DE CATARATA.** do respectivo chamamento público e do Anexo I do Edital nº 013/2019 da Chamada Pública n° 004/2019, que dispõe sobre credenciamento dos serviços por preço fixo.

Peixoto de Azevedo/MT, 05 de julho de 2019.

VIVIAN LUCAS CASSIANO

Presidente – CPL

ALINE VANESSA MOCHI

Secretária Executiva do CISVP

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ARAGUAIA

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 016/2019

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 007/2019

A Comissão de Licitação do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Araguaia-MT torna público aos interessados o resultado da Licitação nº 016/2019 de Dispensa de licitação n° 007/2019 – CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE SENDO 1 NOBREAK PARA ATENDER AS NECESSIDADE DO CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ARAGUAIA –CISA", CONFORME DESCRIÇÃO LAYOUT EM ANEXO. Sendo contratada empresa **CM – COMANDOS LINEARES – LTDA inscrita no CNPJ sob nº 52.898.194/0001-98 NO VALOR TOTAL: R$ 3.490,00 (TRES MIL E QUATROCENTOS E NOVENTA REAIS)**. São Félix do Araguaia – MT, em 04 de julho de 2019.

DULCE FERNANDA RODRIGUES GOMES

Presidente da CPL

Resolução nº 51/2019.

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 015/2019

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 006/2019

A Comissão de Licitação do Consórcio **Intermunicipal de Saúde do Araguaia-MT** torna público aos interessados o resultado da Licitação nº 015/2019 de Dispensa de licitação n° 006/2019 – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONFECÇÃO DE PIA ASSEPSIA EM INOX, SOB MEDIDA, PARA O USO NO CENTRO CIRUGICO NO HOSPITAL REGIONAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA/MT, CONFORME DESCRIÇÃO LAYOUT EM ANEXO. PARA ATENDER AS NECESSIDADE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ARAGUAIA -CISA. Sendo contratado empresa SICA INOX PRODUTOS METALURGICOS LTDA - CNPJ sob nº 24.139.904/0001-60, No VALOR TOTAL: R$ 3.440,00 (TRES MIL E QUATROCENTOS E QUARENTA REAIS). São Félix do Araguaia – MT, em 02 de julho de 2019.

DULCE FERNANDA RODRIGUES GOMES

Presidente da CPL

Resolução nº 51/2019

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO NORTE ARAGUAIA

AVISO DE PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2019 REGISTRO DE PREÇOS

O Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental "Norte Araguaia" comunica aos interessados que prorroga a licitação na modalidade de Pregão Presencial do tipo menor preço por item. **OBJETO:** Registro de Preço para Futura e Eventual Contratação de empresa para fornecimento de 01 VEÍCULO TIPO PASSEIO conforme Contrato de Repasse nº 853464/2017/ SECRETARIA ESPECIAL DE AGRICULTURA FAMILIAR E DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO/CAIXA. Publica, para atender o Consórcio CIDESA – NA. **Data de Abertura/Recebimento das propostas/credenciamento/julgamento: 31/07/2019 às 09h00min**, local: Rua Tocantins, nº 1.173, Setor Três Irmãos – Antigo Fórum, CEP 78.655-000, Porto Alegre do Norte/MT. O Edital completo estará à disposição dos interessados gratuitamente na sede da Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte/MT, no site da prefeitura, www.portoalegredonorte.mt.gov.br e nos emails licitacao@portoalegredonorte.mt.gov.br, cidesanortearaguaia@gmail.com. Telefone: (66) 3569 1226/1210.

Mônica Pereira da Silva

Pregoeiro(a)

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

AVISO DE RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL N°09/2019

O Município de Acorizal – MT, torna público aos interessados que na licitação modalidade Pregão Presencial com Registro de Preço n. 09/2019, cujo objeto: **AQUISIÇÃO DE CLORO E SULFATO PARA O TRATAMENTO DE ÁGUA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE ACORIZAL/MT**, cuja abertura se deu às 09:00 horas do dia 09/07/2019 às 09:00 hs, após julgamento sagrou-se vencedora à empresa:

a) **INDUSTRIA QUÍMICA CMT LTDA, CNPJ 10.717.170/0001-45** o valor total de R$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais);

ACORIZAL/MT, 09 de Julho de 2019

JOSILEIDE GLÓRIA DE SOUZA E SILVA

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

RECURSOS HUMANOS
PROCESSO SELETIVO PÚBLICO 01/2018 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 09/2018

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO 01/2018

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 09/2018

"Dispõe Sobre a Convocação de Candidatos Aprovados no Processo Seletivo Público Nº. 01/2018, da Prefeitura Municipal de Água Boa – MT."

O Prefeito do Município de Água Boa, Estado de Mato Grosso, Sr. **MAURO ROSA DA SILVA,** no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, considerando o interesse publico e a necessidade da Administração Pública e considerando ainda o Edital do Processo Seletivo Público Nº 01/2018.

RESOLVE:

Art. 1º. Ficam convocados para admissão no Serviço Público os candidatos aprovados no Processo Seletivo Público Nº. 01/2018, constantes no Anexo I deste Edital de Convocação;

Art. 2º. Os candidatos classificados e ora convocados neste Edital deverão comparecer à sede da Prefeitura Municipal na Gerencia de Pessoal e Recursos Humanos.

Art. 3º. Para a tomada de posse no cargo público, o classificado deverá apresentar

3 (três) viasdas seguintes documentações:

a) Cópia da cédula de identidade / RG; **b)** Cópia do cadastro de pessoa física / CPF; **c)** Cópia do título de eleitor e certidão de quitação eleitoral; **d)** Cópia da CNH (Conforme o cargo); **e)** Cópia de reservista ou documento equivalente; **f)** Cópia de certidão de casamento ou nascimento; **g)** Cópia da certidão de nascimento dos filhos; **h)** Cópia da carteira de vacinação dos filhos de 0 a 7 anos e/ou declaração de frequência escolar dos filhos de 05 anos até 14 anos; **i)** Cópia de certificado de escolaridade exigida pelo cargo; **j)** Cópia da carteira profissional no caso de profissão regulamentada; **k)** Cópia do comprovante de inscrição no PIS/PASEP, exceto se nunca fora inscrito; **l)** Cópia do comprovante de residência ou declaração de residência atualizada; **m)** Certidão negativa de débito com o município (retirar no setor de tributos); **n)** Declaração de não aposentado por invalidez; **o)** Atestado médico Admissional expedido por médico do trabalho; **Exames necessários:** - Hepatites virais - Hemograma - Glicemia - Tipagem sanguínea - O candidato aprovado para o cargo de auxiliar de limpeza, deverá apresentar **exame de radiografia da coluna** para o médico do trabalho.

Art. 4º. A nomeação será feita exclusivamente no regime Estatutário e a jornada de trabalho será aquela constante no Edital Nº. 01/2018.

Parágrafo único – O candidato que não comparecer no prazo de 30 (trinta) dias corridos, será considerado desistente.

Art. 5º. Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Água Boa/MT, 03 junho 2019.

MAURO ROSA DA SILVA

Prefeito

JADER LUIS DE ARAUJO MENDES BAHIA

Secretário Municipal de Saúde

LUIZ OMAR PICHETTI

Secretário Municipal de Administração

ANEXO I

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO 01/2018 EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 09/2018

CARGO: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ESF GUARUJÁ

CANDIDATO	*CLASSIFICAÇÃO*
DIEIMY FERREIRA DA SILVA SOARES	2º LUGAR

Água Boa- MT, 03 junho 2019.

MAURO ROSA DA SILVA

Prefeito

JADER LUIS DE ARAUJO MENDES BAHIA

Secretário Municipal de Saúde

LUIZ OMAR PICHETTI

Secretário Municipal de Administração

RESULTADO DE LICITAÇÃO.

MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO 017/2019

O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Água Boa, Estado de Mato Grosso, torna público o resultado da sessão que se realizou na data de 07/06/2019, licitação na modalidade de Pregão Eletrônico nº 017/2019, e teve como vencedores as empresas: Inovamax Teleinformática Ltda, CNPJ: 07.055.987/0001-90, Mappe Brasil Ltda, CNPJ: 13.266.239/0001-50, F.B Borges Equipamentos Eireli, CNPJ: 24.754.327/0001-23, JP Comercio de Produtos Eletroeletrônicos Eireli, CNPJ: 31.552.188/0001-04, 3S Informática Eireli, CNPJ:32.674.351/0001-74, Olmir Ioris & Cia Ltda, CNPJ: 70.429.956/0001-99.

Água Boa, 09 de julho de 2019.

Ivania Cezira Volpi

Pregoeira

PLANEJAMENTO E FINANÇAS
TERMO DE ENCERRAMENTO DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS.

OBJETO: Prestação de serviços de estudo de redução de energia elétrica nos prédios da prefeitura.

LOCAL: Prédios da Prefeitura no Município de Água Boa/MT

FIRMA: Jose Antonio Bortolucci

CONTRATO Nº: 020/2019

DATA: 31/08/2019

VALOR CONTRATUAL: R$ 66.000,00

VALOR TOTAL DA OBRA: R$ 66.000,00

Aos 10 (dez) dias do mês de julho do ano de 2019, (Dois Mil e dezenove), eu Mauro Rosa da Silva, Prefeito do município de Água Boa, dou por **ENCERRADA** as **OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS** pertinentes ao Contrato nº. 020/2019, pôr ter constatado que a firma **JOSE ANTONIO BORTOLUCCI,** para a prestação de serviços de estudo de energia elétrica nos prédios da prefeitura, no município de Água Boa-MT, tendo obedecido as indicações técnicas formulados pelo Município.

Mauro Rosa da Silva

Prefeito Municipal

LEI Nº 1470, DE 24 DE JUNHO DE 2019

PROJETO DE LEI LEGISLATIVO Nº 010/2019

De 06 de maio de 2019.

AUTORIA: Vereador Sandro Lucio Aleixo (PP) – Em Coautoria com os Vereadores: Fernando de Melo Quintanilha (PRB); Joaquim dos Anjos Ferreira da Paixão (MDB); José Ari Zandoná/DEM; Leonardo Leite Ribeiro (MDB); Luís Cesar de Lara Pinto Filho (PR); e Renato Beraldo da Silva (PSD).

"DENOMINA DE PRAÇA DA BIBLÍA A ÁREA DE TERRA PÚBLICA LOCALIZADA NA QUADRA 98, NAS RUAS 11, 13, 16 E 18, NO BAIRRO GUARUJÁ, NO MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA-MT"

MAURO ROSA DA SILVA, Prefeito do Município de Água Boa, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são atribuídas por lei, faz saber que a Câmara Municipal, em Sessão Ordinária do dia 17 de junho de 2019, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 2º. Fica o Poder Executivo Municipal obrigado a dar publicidade desta lei, comunicando aos órgãos constituídos no município, para atualização dos endereços, tais como Demae, Correios, Energisa, Cartório dentre outros que entender necessário.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA, em 24 de junho de 2019.

MAURO ROSA DA SILVA

Prefeito Municipal

LUIZ OMAR PICHETTI

Secretário Municipal de Administração

PLANEJAMENTO E FINANCAS
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 037/2019

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº. 037/2019.

A Prefeitura Municipal de Água Boa, estado de Mato Grosso, através do sua Pregoeira Substituta, nomeada pelo Decreto nº. 3.273/2019 comunica aos interessados que está aberta licitação na modalidade de Pregão Presencial regida pela n°. Lei 10.520 de 17 de julho e 2.002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, e suas alterações posteriores e demais disposições aplicáveis.

MODALIDADE: Pregão Presencial para Registro de Preço nº. 037/2019.

TIPO: Menor Preço por Item

OBJETO: aquisição de passagens e transporte encomendas em geral.

REALIZAÇÃO: 25/07/2019

INICIO ABERTURA DOS ENVELOPES: 08h30min

O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Água Boa MT, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min horas e também através do site www.aguaboa.mt.gov.br e do e-mail pregao@aguaboa.mt.gov.br.

Água Boa - MT, 09 de julho de 2019.

Marcos da Silva **Pregoeiro**

LEI Nº 1469, DE 24 DE JUNHO DE 2019

PROJETO DE LEI Nº 1485, DE 14 DE JUNHO DE 2019

Acrescenta Projeto e Programa no Plano Plurianual para o Período de 2019 a 2020, aprovado pela Lei Municipal nº 1385 de 20 de Dezembro de 2017, na Lei de Diretrizes Orçamentárias ano 2019, aprovado pela Lei Municipal nº 1415 de 17 de Julho de 2018 e Lei Orçamentária Anual ano 2019, aprovado pela Lei Municipal n°1438 de 05 de Dezembro de 2018.

MAURO ROSA DA SILVA, Prefeito Municipal de Água Boa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e, faz saber que a Câmara Municipal em sessão de 17 de junho de 2019, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Municipal:

Artigo 1º - Ficam Incluídos no Plano Plurianual do Município, aprovado pela Lei Municipal nº 1385 de 20 de Dezembro de 2017, na Lei de Diretrizes Orçamentárias, aprovado pela Lei Municipal nº 1415 de 17 de Julho de 2018 e Lei Orçamentária Anual 2019 aprovado pela Lei Municipal n°1438 de 05 de Dezembro de 2018, o programa a seguir, detalhados pelo Anexo I integrante desta lei.

Artigo 2º – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições legais.

Água Boa/MT, 24 de Junho de 2019.

MAURO ROSA DA SILVA

Prefeito Municipal

FÁBIO TADEU WEILER

Secretário de Planejamento e Finanças

LEI Nº 1468, DE 24 DE JUNHO DE 2018.

(Projeto de Lei nº. 1484, de 14 de junho de 2019 – do Executivo)

Autoriza a abertura de crédito Especial por Excesso de Arrecadação no valor de R$ 4.292.965,19 na forma que especifica.

MAURO ROSA DA SILVA, Prefeito Municipal de Água Boa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e, faz saber que a Câmara Municipal em sessão de 17 de junho de 2019, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Municipal:

Art. 1º - Fica a Secretaria Municipal de Cidade e Meio Ambiente autorizada a abrir na Contabilidade um crédito especial, por excesso de arrecadação no valor de R$ 4.292.965,19 (quatro milhões duzentos e noventa e dois mil novecentos e sessenta e cinco reais e dezenove centavos), para atender à finalidade abaixo especificada:

ÓRGÃO: 10 SECRETARIA MUNICIPAL DE CIDADE E MEIO AMBIENTE UNIDADE: 001 SERVIÇOS URBANOS FUNÇÃO: 17 SANEAMENTO SUBFUNÇÃO:448 SANEAMENTO GERAL PROGRAMA: 0039 SANEAMENTO BÁSICO AÇÃO: 10082 IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE RESIDUOS SÓLIDOS.
OBJETIVO DO PROGRAMA: A EXECUÇÃO DA AÇÃO DE RESIDUOS SOLIDOS.

Art. 2º - A cobertura do crédito especial a que se refere o artigo anterior se fará através do excesso de arrecadação resultante do Convênio n° 796734/2013 firmado com o Governo Federal.

Art. 3° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Boa - MT, aos 24 de Junho de 2019.

MAURO ROSA DA SILVA

Prefeito Municipal

FÁBIO TADEU WEILER

Secretário Municipal de Planejamento e Finanças

LEI Nº 1466, DE 10 DE JUNHO DE 2019

PROJETO DE LEI LEGISLATIVO Nº 012/2019

De 20 de maio de 2019

AUTORIA: Vereador Luís Cesar de Lara Pinto Filho (PR) – Em Coautoria com os Vereadores Fernando de Melo Quintanilha (PRB); Joaquim dos Anjos Ferreira da Paixão (MDB); José Ari Zandoná (DEM) e Marilene Teresinha Estefano (MDB).

"CRIA NO MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA, O SELO VERDE-EMPRESA AMIGA DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS DO ARAGUAIA (ACAMARA)."

MAURO ROSA DA SILVA, Prefeito Municipal de Água Boa, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são atribuídas por lei, faz saber que a Câmara Municipal, em Sessão Ordinária do dia 03 de junho de 2019, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Municipal:

Art. 1° Fica instituído, no âmbito do Município de Água Boa, a CERTIFICAÇÃO DO SELO VERDE-EMPRESA AMIGA *DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS DO ARAGUAIA (ACAMARA)*, destinada ao reconhecimento público de empresas que participem do programa de Coleta Seletiva desta cidade. **(EMENDA SUPRESSIVA Nº 014/2019)**

§ 1º O reconhecimento público a que se refere o "caput" deste artigo far-se-á através da concessão do SELO VERDE-EMPRESA AMIGA *DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS DO ARAGUAIA (ACAMARA)* que será oferecido, às entidades que receberem a CERTIFICAÇÃO SELO VERDE-EMPRESA AMIGA *DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS DO ARAGUAIA (ACAMARA).*

§ 2º A concessão do SELO VERDE-EMPRESA AMIGA *DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS DO ARAGUAIA (ACAMARA).* será divulgada nas escolas da rede municipal de ensino, nos sites dos Poderes Legislativo e Executivo e nos meios de comunicação, com o intuito de despertar na sociedade a discussão sobre a importância da participação no Programa de Coleta Seletiva e ao mesmo tempo apresentar as empresas comprometidas com a preservação ambiental e responsabilidade social.

Art. 2º As empresas que cumprirem os requisitos dispostos no art. 4º desta Lei poderão utilizar o SELO VERDE-EMPRESA AMIGA *DOS CATADO-*

RES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS DO ARAGUAIA (ACAMARA). onde e da melhor forma que lhes convier, desde que não o desvirtuem.

Art. 3º Fará jus a ostentar o SELO VERDE-EMPRESA AMIGA *DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS DO ARAGUAIA (ACAMARA).* a empresa instalada no município que:

I- Cumprir integralmente as normas ambientais em nível federal, estadual e municipal. II- Implantar atividade Socioambiental (ações que respeitam o meio ambiente e às políticas que tenham como um dos principais objetivos a sustentabilidade.) Exemplo: coleta seletiva. III- Deem destinação dos resíduos recicláveis à coleta seletiva municipal, sendo destinada posteriormente a Associação de Catadores de Materiais Recicláveis do Araguaia (ACAMARA). **Parágrafo Único**. A inobservância posterior de qualquer um dos dispositivos descritos neste artigo implicará no imediato cancelamento de autorização para utilização do SELO VERDE-EMPRESA AMIGA *DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS DO ARAGUAIA (ACAMARA).* **Art. 4º** Caberá ao Conselho do Meio Ambiente, juntamente à Câmara Municipal de Vereadores analisar as propostas das empresas interessadas em utilizar o SELO VERDE-EMPRESA AMIGA *DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS DO ARAGUAIA (ACAMARA).*

Art. 5º O SELO VERDE-EMPRESA AMIGA *DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS DO ARAGUAIA (ACAMARA)* só poderá ser utilizado em produtos ou serviços que tenham vínculo direto com a empresa autorizada a utilizá-lo.

Art. 6º O SELO VERDE-EMPRESA AMIGA *DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS DO ARAGUAIA (ACAMARA)* será entregue à entidade em cerimônia conjunta entre o Poder Legislativo Municipal de Água Boa, Conselho Municipal do Meio Ambiente (CMMA) e Associação de Catadores de Materiais Recicláveis do Araguaia (Acamara).

Art. 7º - A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas todas as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA, em 10 de junho de 2019.

MAURO ROSA DA SILVA

Prefeito Municipal

LUIZ OMAR PICHETTI

Secretário Municipal de Administração

RESULTADO DE LICITAÇÃO.

MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO 016/2019

O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Água Boa, Estado de Mato Grosso, torna público o resultado da sessão que se realizou na data de 06/06/2019, licitação na modalidade de Pregão Eletrônico nº 016/2019, e teve como vencedores as empresas: Bioplasma Produtos para Laboratório e Correlatos Ltda, CNPJ: 04.086.552/0001-15, Maxlab Produtos para Diagnósticos e Pesquisas Ltda, CNPJ: 04.724.729/0001-61, R. C. Equipamentos Hospitalares Ltda, CNPJ: 10.830.704/0001-45, Phoenix Instrumental Cientifica Ltda, CNPJ: 26.085.154/0001-17, Olmir Ioris & Cia Ltda, CNPJ: 70.429.956/0001-99.

Água Boa, 09 de julho de 2019.

Ivania Cezira Volpi

Pregoeira

LEI COMPLEMENTAR Nº 141, DE 10 DE JUNHO DE 2019

PROJETO DE LEI LEGISLATIVO COMPLEMENTAR Nº 004/2019

De 06 de maio de 2019.

AUTORIA: Vereador **Luís César de Lara Pinto Filho (PR)** - Em Coautoria com os Vereadores: Jonathan Silveira Roberto (PR) Marilene Teresinha Estefano (DEM); Renato Beraldo da Silva (PSD) e Sandro Lúcio Aleixo (PP)

"ALTERA O ARTIGO 7º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 137, DE 22 DE ABRIL DE 2019."

MAURO ROSA DA SILVA, Prefeito do Município de Água Boa, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são atribuídas por lei, faz saber que a Câmara Municipal, em Sessão Ordinária do dia 03 de junho de 2019, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art 1º - Art. 7º - Para controle e organização da expansão urbana, esta lei, impede a aprovação de quaisquer tipos de parcelamentos de solo no **traçado ampliado** até findarem-se os estudos de uso, ocupação e revisão do Plano Diretor.

Art. 2º - Essa lei entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrario.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA, aos 10 de junho de 2019.

MAURO ROSA DA SILVA

Prefeito Municipal

LUIZ OMAR PICHETTI

Secretário Municipal de Administração

DECRETO MUNICIPAL Nº 3305, DE 01 DE ABRIL DE 2019.

Nomeia os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Água Boa/MT, e dá outras providencias;

MAURO ROSA DA SILVA, Prefeito do Município de Água Boa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no Artigo 72, Inciso VI, da Lei Orgânica,

Considerando, o que estabelece a Lei Federal n°8.069 de 13 de julho de 1990, e ;

Considerando, Lei nº 1270, de 09 de Julho de 2015; que estabelece regras para composição e funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), do Conselho Tutelar e do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FMDCA), altera os arts. 132, 134, 135 e 139 da Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para dispor sobre os Conselhos Tutelares e revoga as disposições das Leis Municipal nº 1046/2009 e demais disposições anteriores em contrário, e dá outras providências.

R E S O L V E :

Art. 1º – Nomear os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Água Boa/MT, indicados formalmente pelos órgãos e entidades representados, a saber:

I - REPRESENTANTES DE ENTIDADES GOVERNAMENTAIS:

a) Representante da Secretaria de Assistência Social

Titular	Meiryelen Fernandes Araújo Fachinello
CPF	009.297.541-07
Suplente	Helaine Cristina Santos Barbosa
CPF	694.235.471-68.

b) Representante da Secretaria de Educação

Titular	Cátia Aparecida Gonçalves Tissiani
CPF	395.725.791.34
Suplente	Denise Adriana Ferrari
CPF	536.495.831-00

c) Representante da Secretaria de Saúde

Titular	Juliane Ceolin Facio
CPF	025.184.121-90

Suplente	Naira Aparecida Castro Piccinini Fabro
CPF	447.710.700-59

d) Representante da Secretaria de Planejamento e Finanças

Titular	Fernanda Gasparetto
CPF	800.740.301-91
Suplente	Jalis Machado Filho
CPF	032.665.471-28

II -REPRESENTANTE DE ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS:

a) Representante da Escola Pestalozzi.

Titular	Emerson Marcelo Godoy
CPF	978.573.400-25
Suplente	Margarete Abreu da Silva
CPF	003.651.281-80

b) Representante –Ordem dos Advogados do Brasil OAB.

Titular	Danielly Selke da Luz
CPF	046.075.431-95
Suplente	Karulliny Neves Da Silva
CPF	027.450.141-45

c) Entidades Religiosa- Pastoral da Criança.

Titular	Margarida Campos Valerio
CPF	362.780.840-15
Suplente	Lucia Schuster -
CPF	283.513.980.04

d) Representante da Associação Beneficiente Lar da Criança de Água Boa

Titular	Donata Maria Bastos de Oliveira
CPF	895.379.041-72
Suplente	Maiara Fontes Oliveira
CPF	016.998.051-05

Art. 2º O mandato dos conselheiros são de 2 (dois) anos.

Presidente: Cátia Aparecida Gonçalves Tissiani

Vice- Presidente: Emerson Marcelo Godoy

Secretária: Danielly Selke da Luz

Art. 3° - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial o decreto municipal nº 3301/2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA, AOS 01 DE ABRIL DE 2019.

MAURO ROSA DA SILVA

Prefeito Municipal

HELAINE CRISTINA SANTOS BARBOSA

Secretaria Municipal De Assistencia Social

Publicado na sede da Prefeitura Municipal, em 01 de abril de 2019.

LUIZ OMAR PICHETTI

Secretário Municipal de Administração

PLANEJAMENTO E FINANCAS
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO DESERTA E REABERTURA DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 032/2019

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO DESERTA E REABERTURA DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 032/2019

O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Água Boa /MT, torna público e para conhecimento de quem possa interessar, que a licitação na Modalidade Pregão Presencial Nº. 032/2019, tipo Menor Preço, tendo como objeto a Contratação de Empresa para Fornecimento de hospedagem para a Prefeitura Municipal, para os jogos escolares estadual, com data de abertura ocorrida no dia 09/07/2019 ás 08:30 horas, foi declarada “DESERTA”, face a ausência total de interessados. Assim, reabre-se o prazo para realização de novo certame, devendo ocorrer a Sessão Pública do Pregão no dia 23 de julho de 2019, às 08:30 horas (horário de Brasília); Local: Prefeitura Municipal de Água Boa, localizada na Avenida Planalto, 410, centro. Permanecem inalteradas as demais disposições do Edital. O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Água Boa MT, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min, no site da prefeitura, www.aguaboa.mt.gov.br e pelo e-mail: pregao@aguaboa.mt.gov.br.

Água Boa - MT, 09 de julho de 2019.

Marcos da Silva Pregoeiro

ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EDITAL Nº 007/2019 RREO 1º BIMESTRE 2019

EFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BOA VISTA

ESTADO DE MATO GROSSO
CNPJ 37.465.143/0001-89
GESTÃO 2017-2020

EDITAL 007/2019

ALTO BOA VISTA – MT, 09 DE JULHO DE 2019

O Senhor Prefeito Municipal de ALTO BOA VISTA – MT, em cumprimento ao que determina o artigo 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º, da Lei de Responsabilidade Fiscal nº 101/2000, coloca a disposição da Comunidade de Alto Boa Vista-MT, os anexos do **RELATORIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – RREO**, relativo ao 1º bimestre do exercício financeiro de 2019.

A documentação que compõe os anexos encontra-se na Prefeitura Municipal, a disposição de qualquer contribuinte para analise e questionamento.

Registre-se

Publique-se

Cumpra-se

VALTUIR CANDIDO DA SILVA
Prefeito Municipal

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BOA VISTA
AV. SERRA NOVA, 975, CENTRO II, ALTO BOA VISTA/MT

Quality Sistemas
Exercício: 2019

Entidades Selecionadas: PREF

MUNICÍPIO DE ALTO BOA VISTA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2019 / BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

RREO - ANEXO I (LRF, Art. 52, inciso I, alínea "a" e "b" do inciso II e par. 1º - Anexo I)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	24.484.000,00	24.484.000,00	3.671.641,26	14,99	3.671.641,26	14,99	20.812.358,74
RECEITAS CORRENTES	22.646.000,00	22.646.000,00	3.671.641,26	16,21	3.671.641,26	16,21	18.974.358,74
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.328.200,00	1.328.200,00	273.981,36	20,62	273.981,36	20,62	1.054.218,64
Impostos	1.058.000,00	1.058.000,00	265.346,46	25,08	265.346,46	25,08	792.653,54
Taxas	60.200,00	60.200,00	8.634,90	14,34	8.634,90	14,34	51.565,10
Contribuição de Melhoria	210.000,00	210.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	210.000,00
CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	31.000,00	31.000,00	2.879,21	9,28	2.879,21	9,28	28.120,79
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores Mobiliários	31.000,00	31.000,00	2.879,21	9,28	2.879,21	9,28	28.120,79
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	300,00	300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	300,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	300,00	300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	300,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	21.261.300,00	21.261.300,00	3.394.780,69	15,96	3.394.780,69	15,96	17.866.519,31
Transferências da União e de suas Entidades	9.923.500,00	9.923.500,00	1.385.215,90	13,95	1.385.215,90	13,95	8.538.284,10
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	8.061.800,00	8.061.800,00	1.414.140,75	17,54	1.414.140,75	17,54	6.647.659,25
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	3.276.000,00	3.276.000,00	595.424,04	18,17	595.424,04	18,17	2.680.575,96
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	25.200,00	25.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.200,00
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	200,00	200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200,00
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00
RECEITAS DE CAPITAL	1.838.000,00	1.838.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.838.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BOA VISTA
AV. SERRA NOVA, 975, CENTRO II, ALTO BOA VISTA/MT

Quality Sistemas
Exercício: 2019

Entidades Selecionadas: PREF

MUNICÍPIO DE ALTO BOA VISTA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2019 / BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

RREO - ANEXO I (LRF, Art. 52, inciso I, alínea "a" e "b" do inciso II e par. 1º - Anexo I)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.838.000,00	1.838.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.838.000,00
Transferências da União e de suas Entidades	1.500.000,00	1.500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.500.000,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	338.000,00	338.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	338.000,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	24.484.000,00	24.484.000,00	3.671.641,26	14,99	3.671.641,26	14,99	20.812.358,74
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	24.484.000,00	24.484.000,00	3.671.641,26	14,99	3.671.641,26	14,99	20.812.358,74
DÉFICIT (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	2.178.773,26	0,00	0,00
TOTAL (VII) = (V + VI)	24.484.000,00	24.484.000,00	3.671.641,26	14,99	5.850.414,52	23,89	20.812.358,74
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g)=(e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i)=(e-h)	Despesas Pagas Até o Bimestre (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	23.388.000,00	23.388.000,00	6.153.185,35	6.153.185,35	17.234.814,65	5.850.414,52	5.850.414,52	17.537.585,48	4.211.664,19
DESPESAS CORRENTES	20.280.860,00	20.317.556,08	5.914.162,33	5.914.162,33	14.403.393,75	5.671.731,56	5.671.731,56	14.645.824,52	4.060.390,23
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	9.154.488,00	9.132.664,88	3.309.497,93	3.309.497,93	5.823.166,95	3.270.584,80	3.270.584,80	5.862.080,08	2.349.986,20
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	11.126.372,00	11.184.891,20	2.604.664,40	2.604.664,40	8.580.226,80	2.401.146,76	2.401.146,76	8.783.744,44	1.710.404,03
DESPESAS DE CAPITAL	2.878.140,00	2.841.443,92	239.023,02	239.023,02	2.602.420,90	178.682,96	178.682,96	2.662.760,96	151.273,96
INVESTIMENTOS	2.608.140,00	2.571.443,92	139.023,02	139.023,02	2.432.420,90	115.078,02	115.078,02	2.456.365,90	87.669,02
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DIVIDA	270.000,00	270.000,00	100.000,00	100.000,00	170.000,00	63.604,94	63.604,94	206.395,06	63.604,94
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	229.000,00	229.000,00	0,00	0,00	229.000,00	0,00	0,00	229.000,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	23.388.000,00	23.388.000,00	6.153.185,35	6.153.185,35	17.234.814,65	5.850.414,52	5.850.414,52	17.537.585,48	4.211.664,19
AMORTIZAÇÃO DA DÍV/REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Entidades Selecionadas: PREF

MUNICÍPIO DE ALTO BOA VISTA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2019 / BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g)=(e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i)=(e-h)	Despesas Pagas Até o Bimestre (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	23.388.000,00	23.388.000,00	6.153.185,35	6.153.185,35	17.234.814,65	5.850.414,52	5.850.414,52	17.537.585,48	4.211.664,19
SUPERÁVIT (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.638.750,33
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	23.388.000,00	23.388.000,00	6.153.185,35	6.153.185,35	17.234.814,65	5.850.414,52	5.850.414,52	17.537.585,48	5.850.414,52
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

MUNICÍPIO DE ALTO BOA VISTA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2019 / BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

RREO - ANEXO I (LRF, Art. 52, inciso I, alínea "a" e "b" do inciso II e par. 1º - Anexo I)

RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIS)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BOA VISTA
AV. SERRA NOVA, 975, CENTRO II, ALTO BOA VISTA/MT

Quality Sistemas
Exercício: 2019

Entidades Selecionadas: PREF

MUNICÍPIO DE ALTO BOA VISTA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2019 / BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

RREO - ANEXO I (LRF, Art. 52, inciso I, alínea "a" e "b" do inciso II e par. 1º - Anexo I)

RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIS)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g)=(e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i)=(e-h)	Despesas Pagas Até o Bimestre (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DIVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTIGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

MUNICÍPIO DE ALTO BOA VISTA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUCÃO ORCAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2019 / 1.º BIMESTRE

RREO - Anexo II (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c)=(a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e)=(a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)	
DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	23.388.000,00	23.388.000,00	6.153.185,35	6.153.185,35	100,00	17.234.814,65	5.850.414,52	5.850.414,52	100,00	17.537.585,48
Legislativa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Essencial à Justiça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração	3.258.860,00	3.331.173,13	1.288.596,89	1.288.596,89	20,94	2.042.576,24	1.236.419,00	1.236.419,00	21,13	2.094.754,13
Administração Geral	3.258.860,00	3.331.173,13	1.288.596,89	1.288.596,89	20,94	2.042.576,24	1.236.419,00	1.236.419,00	21,13	2.094.754,13
Defesa Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Segurança Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações Exteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assistência Social	1.623.500,00	1.625.195,00	479.574,62	479.574,62	7,79	1.145.620,38	451.611,83	451.611,83	7,72	1.173.583,17
Assistência ao Idoso	1.500,00	1.500,00	0,00	0,00	0,00	1.500,00	0,00	0,00	0,00	1.500,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	174.200,00	175.895,00	38.940,76	38.940,76	0,63	136.954,24	30.632,94	30.632,94	0,52	145.262,06
Assistência Comunitária	1.447.800,00	1.447.800,00	440.633,86	440.633,86	7,16	1.007.166,14	420.978,89	420.978,89	7,20	1.026.821,11
Previdência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saúde	4.787.000,00	4.771.791,96	1.352.000,94	1.352.000,94	21,97	3.419.791,02	1.227.374,54	1.227.374,54	20,98	3.544.417,42
Administração Geral	2.088.250,00	2.088.250,00	893.863,77	893.863,77	14,53	1.194.386,23	884.721,37	884.721,37	15,12	1.203.528,63
Formação de Recursos Humanos	7.000,00	7.000,00	0,00	0,00	0,00	7.000,00	0,00	0,00	0,00	7.000,00
Atenção Básica	1.956.950,00	1.879.466,14	289.698,36	289.698,36	4,71	1.589.767,78	225.028,55	225.028,55	3,85	1.654.437,59
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	274.900,00	278.270,50	94.924,14	94.924,14	1,54	183.346,36	88.194,04	88.194,04	1,51	190.076,46
Suporte Profilático e Terapêutico	43.900,00	96.426,32	54.471,03	54.471,03	0,89	41.955,29	20.066,71	20.066,71	0,34	76.359,61
Vigilância Sanitária	416.000,00	422.379,00	19.043,64	19.043,64	0,31	403.335,36	9.363,87	9.363,87	0,16	413.015,13
Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Educação	8.153.100,00	7.902.608,02	1.480.576,44	1.480.576,44	24,06	6.422.031,58	1.441.445,67	1.441.445,67	24,64	6.461.162,35
Ensino Fundamental	6.519.990,00	6.295.475,02	1.258.374,87	1.258.374,87	20,45	5.037.100,15	1.220.783,83	1.220.783,83	20,87	5.074.691,19
Educação Infantil	1.596.110,00	1.570.133,00	222.201,57	222.201,57	3,61	1.347.931,43	220.661,84	220.661,84	3,77	1.349.471,16
Educação de Jovens e Adultos	37.000,00	37.000,00	0,00	0,00	0,00	37.000,00	0,00	0,00	0,00	37.000,00
Cultura	241.000,00	239.002,00	49.132,39	49.132,39	0,80	189.869,61	49.132,39	49.132,39	0,84	189.869,61
Difusão Cultural	241.000,00	239.002,00	49.132,39	49.132,39	0,80	189.869,61	49.132,39	49.132,39	0,84	189.869,61
Direitos da Cidadania	11.840,00	11.525,02	0,00	0,00	0,00	11.525,02	0,00	0,00	0,00	11.525,02

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BOA VISTA
AV. SERRA NOVA, 975, CENTRO II, ALTO BOA VISTA/MT

Quality Sistemas
Exercício: 2019

Entidades Selecionadas: PREF

MUNICÍPIO DE ALTO BOA VISTA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUCÃO ORCAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2019 / 1.º BIMESTRE

RREO - Anexo II (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c)=(a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e)=(a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)	
Assistência Comunitária	2.000,00	1.685,02	0,00	0,00	0,00	1.685,02	0,00	0,00	0,00	1.685,02
Assistência aos Povos Indígenas	9.840,00	9.840,00	0,00	0,00	0,00	9.840,00	0,00	0,00	0,00	9.840,00
Urbanismo	1.458.500,00	1.672.228,75	964.909,37	964.909,37	15,68	707.319,38	952.698,66	952.698,66	16,28	719.530,09
Infra-Estrutura Urbana	16.000,00	43.670,00	32.669,00	32.669,00	0,53	11.001,00	32.669,00	32.669,00	0,56	11.001,00
Serviços Urbanos	1.436.500,00	1.627.171,93	932.240,37	932.240,37	15,15	694.931,56	920.029,66	920.029,66	15,73	707.142,27
Habitação Urbana	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Lazer	5.000,00	386,82	0,00	0,00	0,00	386,82	0,00	0,00	0,00	386,82
Habitação	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
Habitação Urbana	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
Saneamento	1.160.000,00	1.162.325,07	63.863,09	63.863,09	1,04	1.098.461,98	63.863,09	63.863,09	1,09	1.098.461,98
Serviços Urbanos	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Saneamento Básico Urbano	1.159.000,00	1.161.325,07	63.863,09	63.863,09	1,04	1.097.461,98	63.863,09	63.863,09	1,09	1.097.461,98
Gestão Ambiental	155.500,00	149.121,00	465,61	465,61	0,01	148.655,39	465,61	465,61	0,01	148.655,39
Preservação e Conservação Ambiental	134.500,00	134.500,00	465,61	465,61	0,01	134.034,39	465,61	465,61	0,01	134.034,39
Recuperação de Áreas Degradadas	21.000,00	14.621,00	0,00	0,00	0,00	14.621,00	0,00	0,00	0,00	14.621,00
Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Agricultura	255.700,00	255.700,00	75.829,39	75.829,39	1,23	179.870,61	74.239,39	74.239,39	1,27	181.460,61
Extensão Rural	255.700,00	255.700,00	75.829,39	75.829,39	1,23	179.870,61	74.239,39	74.239,39	1,27	181.460,61
Organização Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indústria	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Promoção Industrial	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Comércio e Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Energia	210.000,00	199.330,00	0,00	0,00	0,00	199.330,00	0,00	0,00	0,00	199.330,00
Conservação de Energia	210.000,00	199.330,00	0,00	0,00	0,00	199.330,00	0,00	0,00	0,00	199.330,00
Transporte	1.359.000,00	1.359.000,00	261.592,74	261.592,74	4,25	1.097.407,26	253.992,74	253.992,74	4,34	1.105.007,26
Transporte Aéreo	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
Transporte Rodoviário	1.354.000,00	1.354.000,00	261.592,74	261.592,74	4,25	1.092.407,26	253.992,74	253.992,74	4,34	1.100.007,26
Desporto e Lazer	212.000,00	207.000,05	36.643,87	36.643,87	0,60	170.356,18	35.566,66	35.566,66	0,61	171.433,39
Desporto Comunitário	32.000,00	32.000,00	0,00	0,00	0,00	32.000,00	0,00	0,00	0,00	32.000,00

MUNICÍPIO DE ALTO BOA VISTA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUCÃO ORCAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2019 / 1.º BIMESTRE

RREO - Anexo II (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c)=(a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e)=(a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)	
Lazer	180.000,00	175.000,05	36.643,87	36.643,87	0,60	138.356,18	35.566,66	35.566,66	0,61	139.433,39
Encargos Especiais	270.000,00	270.000,00	100.000,00	100.000,00	1,63	170.000,00	63.604,94	63.604,94	1,09	206.395,06
Refinanciamento da Dívida Interna	270.000,00	270.000,00	100.000,00	100.000,00	1,63	170.000,00	63.604,94	63.604,94	1,09	206.395,06
Reserva Legal do RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reserva de Contingência	229.000,00	229.000,00	0,00	0,00	0,00	229.000,00	0,00	0,00	0,00	229.000,00
Reserva de Contingência	229.000,00	229.000,00	0,00	0,00	0,00	229.000,00	0,00	0,00	0,00	229.000,00
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS					0,00				0,00	
Legislativa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Essencial à Justiça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Segurança Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações Exteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cultura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Direitos da Cidadania	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Urbanismo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Habitação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saneamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Gestão Ambiental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Agricultura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Organização Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indústria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

MUNICÍPIO DE ALTO BOA VISTA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUCÃO ORCAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2019 / 1.º BIMESTRE

RREO - Anexo II (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c)=(a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e)=(a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)	
Comércio e Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desporto e Lazer	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Encargos Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reserva Legal do RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reserva de Contingência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	23.388.000,00	23.388.000,00	6.153.185,35	6.153.185,35	100,00	17.234.814,65	5.850.414,52	5.850.414,52	100,00	17.537.585,48

Fonte:
* Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para a abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BOA VISTA
AV. SERRA NOVA, 975, CENTRO II, ALTO BOA VISTA/MT

Quality Sistemas
Exercício: 2019

Entidades Selecionadas: PREF

MUNICÍPIO DE ALTO BOA VISTA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LIQUIDA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Março/2018 A Fevereiro/2019

RREO – ANEXO III (LRF, art. 53, inciso I)

ESPECIFICAÇÃO	RECEITAS REALIZADAS												TOTAL (ÚLT. 12 M.)	PREVISÃO ATUALIZADA 2019
	Mar/18	Abr/18	Mai/18	Jun/18	Jul/18	Ago/18	Set/18	Out/18	Nov/18	Dez/18	Jan/19	Fev/19		
RECEITAS CORRENTES (I)	1.964.881,40	1.810.892,57	2.280.570,53	2.204.870,34	2.503.788,43	1.960.109,33	1.555.492,84	2.408.152,19	2.036.835,88	2.812.738,71	2.146.803,87	2.096.601,91	25.781.738,00	25.622.998,47
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	60.980,85	122.144,30	72.632,36	110.372,07	105.607,60	132.447,61	79.479,97	111.761,25	95.700,89	416.815,13	164.138,35	109.843,01	1.581.923,39	1.328.200,00
IPTU	1.683,82	685,46	1.367,01	4.861,30	10.930,53	2.195,98	1.570,70	4.751,11	11.086,53	1.099,84	2.059,53	3.013,21	45.305,02	66.000,00
ISS	13.878,67	72.759,80	28.572,03	54.807,07	29.356,95	59.574,32	30.214,74	50.062,97	62.201,64	407.782,70	54.572,55	52.356,39	916.139,83	432.000,00
ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00	3.833,76	1.623,74	0,00	11.490,80	3.278,00	0,00	0,00	0,00	20.226,30	10.000,00
IRRF	40.804,75	44.412,37	39.825,29	45.741,24	55.803,28	59.559,74	41.022,18	44.153,03	16.323,12	3.899,17	104.430,26	48.914,52	544.888,95	550.000,00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	4.613,61	4.286,67	2.868,03	4.962,46	5.683,08	9.493,83	6.672,35	1.303,34	2.811,60	4.033,42	3.076,01	5.558,89	55.363,29	270.200,00
CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	2.630,69	1.821,20	1.289,07	2.000,04	1.982,45	2.039,62	1.701,74	1.293,94	1.085,50	1.166,98	1.775,87	1.103,34	19.890,44	135.338,46
Rendimentos de Aplicação Financeira	2.630,69	1.821,20	1.289,07	2.000,04	1.982,45	2.039,62	1.701,74	1.293,94	1.085,50	1.166,98	1.775,87	1.103,34	19.890,44	135.338,46
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	300,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.899.723,46	1.686.074,82	2.204.189,28	2.092.498,23	2.395.466,78	1.825.374,16	1.474.311,13	2.291.411,00	1.927.250,41	2.306.640,93	1.980.889,65	1.985.655,56	24.069.485,41	24.133.960,01
Cota-Parte do FPM	696.617,87	518.062,73	635.788,83	595.386,01	685.859,11	510.137,85	384.746,36	437.069,37	549.011,11	960.773,17	673.947,19	739.709,34	7.387.108,94	7.632.970,01
Cota-Parte do ICMS	533.330,98	471.239,85	687.635,05	470.884,94	750.385,38	638.195,17	545.963,66	903.976,42	628.494,74	616.206,84	500.852,23	638.482,51	7.385.647,77	7.101.000,00
Cota-Parte do IPVA	25.701,90	25.472,06	30.574,74	21.239,25	25.580,04	15.494,76	15.678,18	20.293,21	4.363,39	8.646,07	28.925,15	32.115,95	254.084,70	273.000,00
Cota-Parte do ITR	0,00	28,49	111.988,92	78,87	146.655,22	11.752,92	4.906,34	225.370,73	124.272,85	9.271,59	8.310,90	2.014,85	644.651,68	450.000,00
Transferências da LC 87/1996	2.264,38	2.264,38	2.264,38	2.264,38	2.264,38	2.264,38	2.264,38	2.264,38	2.264,38	2.264,38	0,00	0,00	22.643,80	28.000,00
Transferências da LC 61/1989	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB	249.584,73	233.325,16	318.366,60	239.650,82	301.230,71	273.564,54	228.757,22	366.573,14	272.247,21	285.408,10	309.145,96	286.278,08	3.364.132,27	3.276.000,00
Outras Transferências Correntes	392.223,60	435.682,15	417.570,76	762.993,96	483.491,94	373.964,54	291.994,99	335.863,75	346.596,73	424.070,78	459.708,22	287.054,83	5.011.216,25	5.372.990,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.546,40	852,25	2.459,82	0,00	731,60	247,94	0,00	3.686,00	12.799,08	88.115,67	0,00	0,00	110.438,76	25.200,00
DEDUÇÕES (II)	251.582,94	203.413,42	293.650,31	217.970,63	265.851,14	235.568,92	190.711,71	317.794,76	261.681,22	358.459,98	289.300,07	282.464,45	3.071.719,39	2.910.200,00
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	251.582,94	203.413,42	293.650,31	217.970,63	265.851,14	235.568,92	190.711,71	317.794,76	261.681,22	358.459,98	289.300,07	282.464,45	3.071.719,39	2.910.200,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	1.713.298,46	1.607.479,15	1.986.920,22	1.986.899,71	2.237.937,29	1.724.540,41	1.364.781,13	2.090.357,43	1.775.154,66	2.454.278,73	1.857.503,80	1.814.137,46	22.710.018,61	22.712.798,47

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BOA VISTA
AV. SERRA NOVA, 975, CENTRO II, ALTO BOA VISTA/MT

Quality Sistemas
Exercício: 2019

MUNICÍPIO DE ALTO BOA VISTA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2019 / BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

RREO - Anexo IV (LRF, Art. 53, inciso II)

PLANO PREVIDENCIÁRIO

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS – RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre/2019	Até o Bimestre/2018
RECEITAS CORRENTES (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Parcelamento de Débitos	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)1	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (III) = (I + II)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS – RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2019	Até o Bimestre/2018	Até o Bimestre/2019	Até o Bimestre/2018
ADMINISTRAÇÃO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

MUNICÍPIO DE ALTO BOA VISTA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS – RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2019	Até o Bimestre/2018	Até o Bimestre/2019	Até o Bimestre/2018
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (VI) = (IV + V)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III – VI)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2019	Até o Bimestre/2018	Até o Bimestre/2019	Até o Bimestre/2018
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	Previsão Orçamentária
VALOR	0,00

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	Previsão Orçamentária
VALOR	0,00

APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	Aportes Realizados
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	0,00
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00

BENS E DIREITOS DO RPPS	Período de Referência	
	Até o Bimestre/2019	Até o Bimestre/2018
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00	0,00
Investimentos e Aplicações	0,00	0,00
Outros Bens e Direitos	0,00	0,00

PLANO FINANCEIRO

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS – RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre/2019	Até o Bimestre/2018
RECEITAS CORRENTES (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Parcelamento de Débitos	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00

MUNICÍPIO DE ALTO BOA VISTA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

PLANO FINANCEIRO

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS – RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre/2019	Até o Bimestre/2018
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (X) = (VIII + IX)	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS – RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2019	Até o Bimestre/2018	Até o Bimestre/2019	Até o Bimestre/2018
ADMINISTRAÇÃO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (XIII) = (XI + XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (XIV) = (X - XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO FINANCEIRO DO RPPS	Aportes Realizados
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00

MUNICÍPIO DE ALTO BOA VISTA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2019 / BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

RREO - Anexo V (LRF, Art. 53, inciso III)

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO		
	Em 31/Dez/2018 (a)	Em Bimestre Anterior (b)	Em 1.º Bimestre/2019 (c)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	1.568.354,05	1.568.354,05	2.266.316,15
DEDUÇÕES (II)	2.057.218,54	2.431.216,21	2.428.230,17
Disponibilidade de Caixa bruta	1.254.389,89	1.279.045,74	1.276.059,70
Disponibilidade de Caixa	1.297.209,78	1.297.209,78	1.276.059,70
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto precatórios)	42.819,89	18.164,04	0,00
Demais Haveres Financeiros	802.828,65	1.152.170,47	1.152.170,47
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	**0,00**	**0,00**	**0,00**

RESULTADO NOMINAL	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (c - b)	Até o Bimestre (c - a)
VALOR	700.948,14	326.950,47

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCICIO DE REFERÊNCIA	0,00

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ANEXO 6 - DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO até FEVEREIRO

LRF, Art. 53, inciso III - Anexo 6

ACIMA DA LINHA

G1 - RECEITAS PRIMÁRIAS	Previsão Atualizada	Até o Bimestre 2019
		Receitas Realizadas (a)
RECEITAS CORRENTES (I)	22.646.000,00	3.671.641,26
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.328.200,00	273.981,36
IPTU	66.000,00	5.072,74
ISS	432.000,00	106.928,94
ITBI	10.000,00	0,00
IRRF	550.000,00	153.344,78
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	270.200,00	8.634,90
Contribuições	0,00	0,00
Receita Patrimonial	31.000,00	2.879,21
Aplicações Financeiras (II)	31.000,00	2.879,21
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00
Transferências Correntes	21.261.300,00	3.394.780,69
Cota-Parte do FPM	6.340.000,00	1.130.925,29
Cota-Parte do ICMS	5.680.000,00	864.574,78
Cota-Parte do IPVA	218.400,00	48.832,91
Cota-Parte do ITR	360.000,00	8.260,62
Transferências da LC 87/1996	22.400,00	0,00
Transferências da LC 61/1989	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB	3.276.000,00	595.424,04
Outras Transferências Correntes	5.364.500,00	746.763,05
Demais Receitas Correntes	25.500,00	0,00
Outras Receitas Financeiras (III)	0,00	0,00
Receitas Correntes Restantes	25.500,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (IV) = (I - II - III)	22.615.000,00	3.668.762,05

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BOA VISTA
AV. SERRA NOVA, 975, CENTRO II, ALTO BOA VISTA/MT

Quality Sistemas
Exercício: 2019

Entidades Selecionadas: PREF

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ANEXO 6 - DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO até FEVEREIRO

LRF, Art. 53, inciso III - Anexo 6 — **ACIMA DA LINHA**

G1 - RECEITAS PRIMÁRIAS	Previsão Atualizada	Até o Bimestre 2019
		Receitas Realizadas (a)
RECEITAS DE CAPITAL (V)	1.838.000,00	0,00
Operações de Crédito (VI)	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (VII)	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporá¡rios (VIII)	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (IX)	0,00	0,00
Outras Alienações de Bens	0,00	0,00
Transferências de Capital	1.838.000,00	0,00
Convênios	1.838.000,00	0,00
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (X)	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XI) = (V - VI - VII - VIII - IX - X)	1.838.000,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XII) = (IV + XI)	24.453.000,00	3.668.762,05

G2 - DESPESAS PRIMÁRIAS	Dotação Atualizada	Até o Bimestre 2019				RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
		Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas (a)	Restos a Pagar Processados Pagos (b)	Liquidados	Pagos (c)
DESPESAS CORRENTES (XIII)	20.317.556,08	5.914.162,33	5.671.731,56	4.060.390,23	19.655,85	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	9.132.664,88	3.309.497,93	3.270.584,80	2.349.986,20	11.217,56	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	11.184.891,20	2.604.664,40	2.401.146,76	1.710.404,03	8.438,29	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XV) = (XIII - XIV)	20.317.556,08	5.914.162,33	5.671.731,56	4.060.390,23	19.655,85	0,00	0,00

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BOA VISTA
AV. SERRA NOVA, 975, CENTRO II, ALTO BOA VISTA/MT

Quality Sistemas
Exercício: 2019

Entidades Selecionadas: PREF

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ANEXO 6 - DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO até FEVEREIRO

G2 - DESPESAS PRIMÁRIAS	Dotação Atualizada	Até o Bimestre 2019				RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
		Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas (a)	Restos a Pagar Processados Pagos (b)	Liquidados	Pagos (c)
DESPESAS DE CAPITAL (XVI)	3.070.443,92	239.023,02	178.682,96	151.273,96	0,00	0,00	0,00
Investimentos	2.571.443,92	139.023,02	115.078,02	87.669,02	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	229.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (XIX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	229.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XX)	270.000,00	100.000,00	63.604,94	63.604,94	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXI) = (XVI - XVII - XVIII - XIX - XX)	2.800.443,92	139.023,02	115.078,02	87.669,02	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXIII) = (XV + XXI + XXII)	23.118.000,00	6.053.185,35	5.786.809,58	4.148.059,25	19.655,85	0,00	0,00

RESULTADO PRIMÁRIO - Acima da Linha (XXIV) = [XIIa - (XXIIIa +XXIIIb + XXIIIc)]	-498.953,05

G4 - META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO	Valor Corrente
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	4.474.200,00

G5 - JUROS NOMINAIS	Até o Bimestre 2019
	VALOR INCORRIDO
JUROS E ENCARGOS ATIVOS (XXV)	2.879,21
JUROS E ENCARGOS PASSIVOS (XXVI)	0,00

RESULTADO NOMINAL - Acima da Linha (XXVII) = XXIV + (XXV - XXVI)	-496.073,84

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ANEXO 6 - DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO até FEVEREIRO

G7 - META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL	Valor Corrente
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	0,00

ABAIXO DA LINHA

G8 - CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL	SALDO	
	Em 31/12/2018 (a)	Até o Bimestre 2019
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXVIII)	1.568.354,05	2.198.535,63
DEDUÇÕES (XXIX)	1.254.389,89	1.252.895,66
Disponibilidade de Caixa	1.254.389,89	1.252.895,66
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.297.209,78	1.276.059,70
(-) Restos a Pagar Processados (XXX)	42.819,89	23.164,04
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XXXI) = (XXVIII - XXIX)	313.964,16	945.639,97

RESULTADO NOMINAL - Abaixo da Linha (XXXII) = (XXXIa - XXXIb)	-631.675,81

G10 - AJUSTE METODOLÓGICO	Até o Bimestre 2019
VARIAÇÃO SALDO RPP = (XXXIII) = (XXXa - XXXb)	19.655,85
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (IX)	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS NA DC (XXXIV)	0,00
OUTROS AJUSTES (XXXV)	0,00
RESULTADO NOMINAL AJUSTADO - Abaixo da Linha (XXXVI) = (XXXII - XXXIII - IX + XXXIV + XXXV)	-651.331,66

RESULTADO PRIMÁRIO - Abaixo da Linha (XXXVII) = XXXVI - (XXV - XXVI)	-654.210,87

G12 - INFORMAÇÕES ADICIONAIS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ANEXO 6 - DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO até FEVEREIRO

Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	0,00

MUNICÍPIO DE ALTO BOA VISTA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2019 / BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

RREO Anexo VII (LRF, Art. 53, inciso V)

PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						SALDO TOTAL (C)=(A+B)
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo (A)	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo (B)	
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2018				Em Exercícios Anteriores	Inscritos em 31 de dezembro de 2018					
RESTOS A PAGAR (Exceto Intra-Orçamentário)(I)	19.057,35	23.762,54	19.655,85	0,00	23.164,04	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	23.164,04
EXECUTIVO (Exceto Intra-Orçamentário)	19.057,35	23.762,54	19.655,85	0,00	23.164,04	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	23.164,04
Administração Direta (Exceto Intra-Orçamentário)	19.057,35	23.762,54	19.655,85	0,00	23.164,04	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	23.164,04
Pessoal e Encargos Sociais	314,21	11.217,56	11.217,56	0,00	314,21	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	314,21
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	18.239,14	12.311,58	8.438,29	0,00	22.112,43	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22.112,43
Investimentos	504,00	233,40	0,00	0,00	737,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	737,40
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Indireta (Exceto Intra-Orçamentária)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
LEGISLATIVO (Exceto Intra-Orçamentário)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Direta (Exceto Intra-Orçamentário)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR (Intra-Orçamentárias)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (II) = (I + II)	**19.057,35**	**23.762,54**	**19.655,85**	**0,00**	**23.164,04**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**23.164,04**

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BOA VISTA
AV. SERRA NOVA, 975, CENTRO II, ALTO BOA VISTA/MT

Quality Sistemas
Exercício: 2019

Entidades Selecionadas: PREF

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITOS E DESPESAS DE CAPITAL

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO / BIMESTRE JANEIRO A FEVEREIRO

RREO – ANEXO IX (LRF, art. 53, inciso I)

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	SALDO A REALIZAR (c)=(a - b)
		Até o Bimestre (b)	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	**0,00**	**0,00**	**0,00**

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	Despesas Executadas Até o Bimestre		Saldo a Executar (g)=(d)-(e+f)
		Liquidadas (e)	Incritas em Restos a Pagar Não Processados (f)	
DESPESA DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
(-)Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
(-)Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

DESCRIÇÃO	a - d	b - (e +f)	(c - g)
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	**0,00**	**0,00**	**0,00**

MUNICÍPIO DE ALTO BOA VISTA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO À FEVEREIRO DE 2019 / 6° BIMESTRE

LRF, Art. 53, § 1º, inciso II - Anexo X

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c)=(a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d)=("d" exerc. anterior)+(c)
2018	0,00	0,00	0,00	0,00
2019	0,00	0,00	0,00	0,00
2020	0,00	0,00	0,00	0,00
2021	0,00	0,00	0,00	0,00
2022	0,00	0,00	0,00	0,00
2023	0,00	0,00	0,00	0,00
2024	0,00	0,00	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00
2066	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00
2069	0,00	0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00

Entidades Selecionadas: PREF

MUNICÍPIO DE ALTO BOA VISTA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO À FEVEREIRO DE 2019 / 6° BIMESTRE

LRF, Art. 53, § 1º, inciso II - Anexo X

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c)=(a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d)=("d" exerc. anterior)+(c)
2071	0,00	0,00	0,00	0,00
2072	0,00	0,00	0,00	0,00
2073	0,00	0,00	0,00	0,00
2074	0,00	0,00	0,00	0,00
2075	0,00	0,00	0,00	0,00
2076	0,00	0,00	0,00	0,00
2077	0,00	0,00	0,00	0,00
2078	0,00	0,00	0,00	0,00
2079	0,00	0,00	0,00	0,00
2080	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00
2086	0,00	0,00	0,00	0,00
2087	0,00	0,00	0,00	0,00
2088	0,00	0,00	0,00	0,00
2089	0,00	0,00	0,00	0,00
2090	0,00	0,00	0,00	0,00
2091	0,00	0,00	0,00	0,00
2092	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte:

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS

PREFFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS/SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 132 DE 03 DE JULHO DE 2019.

"SUBSTITUI componente da Comissão de Monitoramento e Avaliação para a celebração de parcerias instituída através da Portaria nº 228/2018, e dá outras providências".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ALTO GARÇAS, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 71, inciso VI e X da Lei Orgânica do Município, e;

CONSIDERANDO, solicitação da Sra. ALLINE KLASENER através do Ofício nº 036/2019/SMADUR/AK;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor abaixo relacionado como componente da Comissão de Avaliação e Monitoramento das parcerias celebradas pelo Município de Alto Garças – MT, nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014 em substituição a Sra. ALLINE KLASENER:

- SIDINEI OLIVEIRA DA SILVA, portador do RG nº 0921357-0 SSP/MT e inscrito no CPF sob nº 545.712.001-53.

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Alto Garças – MT, em 03 de Julho de 2019.

CLAUDINEI SINGOLANO

Prefeito Municipal de Alto Garças – MT

PREFFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS/SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 134 DE 05 DE JULHO DE 2018

"Instaura Processo Administrativo Disciplinar para averiguar possível falta disciplinar de servidor público municipal."

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas na Lei Orgânica do Município e;

CONSIDERANDO, o artigo 187 e seguintes, do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Município de Alto Garças, a Constituição Federal, a Lei Orgânica Municipal e demais regulamentações;

CONSIDERANDO, a Portaria n° 114/2017 que nomeia os membros da Comissão Permanente De Processo Administrativo Disciplinar do município de Alto Garças - MT e dá outras providências;

CONSIDERANDO, Ofício nº 054/2019/SMAS, enviado pela Secretária Municipal de Assistência Social, solicitando abertura de Processo Administrativo Disciplinar em face da servidora LÂNIA CRISTINA SANTOS

R E S O L V E:

Art. 1º - Instaurar PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR para apuração de possível falta disciplinar da servidora pública municipal, Sra. LÂNIA CRISTINA SANTOS**, ocupante do cargo/função de serviços gerais, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social.**

Art. 2º - A Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar deverá proceder à instauração do procedimento com finalidade de apurar os fatos relatados de possíveis desvios de conduta praticados pelo servidor.

Art. 3º - Para bem cumprir as suas atribuições, a Comissão terá acesso a toda a documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher quaisquer declarações, depoimentos e demais provas que entender pertinentes.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Alto Garças – MT, em 05 de julho de 2019.

CLAUDINEI SINGOLANO

Prefeito Municipal de Alto Garças – MT

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
2º REALINHAMENTO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 062/2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS

PROCESSO Nº. 129/2018

PREGÃO PRESENCIAL N.º 067/2018

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E INSUMOS DESTINADOS A DISTRIBUICAO GRATUITA PARA ATENDER A DEMANDA DA FARMACIA MUNICIPAL, de acordo com o Termo de Referência e demais condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

Aos 09 dias do mês julho do ano de dois mil e dezenove, na sede da Prefeitura Municipal de Alto Garças, situada Rua Dom Aquino, n.º 346 – Centro, Alto Garças/MT, CEP 78.770-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Claudinei Singolano, após parecer da Assessoria Jurídica do Município e de seu deferimento, fica autorizado a transferência referente aos itens abaixo, em favor da empresa **PRÓ-REMÉDIOS DIST. DE PROD. FARM. E COSM. LTDA**, situado a Rua São Paulo nº 39, Bairro Medeiros, na cidade de Rio Verde/GO - CEP: 75.900-036, inscrita no CNPJ sob nº**05.159.591/0001-68**,neste ato representada por seu proprietário Sr. Cleidson Godoy de Oliveira, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o nº 336.137.371-91,do pregão presencial n.º 067/2018, Processo n.º 129/2018, **tendo em vista a desistência da 1º colocada "DELTA MED COM PROD HOSPITALARES LTDA", passando a vigorar a partir desta data, tendo a publicação da mesma no site** https://diariomunicipal.org/mt/amm/, conforme documento comprobatório anexo aos autos, nos termos da Lei Federal nº. 8.666/93 e do Edital do Pregão Presencial em epígrafe, resolve registrar o preço por meio de REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E INSUMOS DESTINADOS A DISTRIBUICAO GRATUITA PARA ATENDER A DEMANDA DA FARMACIA MUNICIPAL, de acordo com o Termo de Referência e demais condições estabelecidas no Edital e seus anexos. Permanecerão INALTERADAS todas as demais condições inicialmente definidas no instrumento convocatório, em especial as condições de entrega.

OBJETO REGISTRADO:

ITEM NA ATA	ESPECIFICAÇÃO	UN	MARCA	PREÇO	EMPRESA DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
157	EPINEFRINA 1 MG/ML	AMP	HIPOLABOR	2,48	PRÓ-REMÉDIOS DIST. DE PROD. FARM. E COSM. LTDA

158	ERITROMICINA 50 MG/ML SUSPENSAO	FRS	PRATI	5,20	PRÓ-REMÉDIOS DIST. DE PROD. FARM. E COSM. LTDA

CLAUDINEI SINGOLANO

PREFEITO MUNICIPAL

2º Colocada:

Empresa: **PRÓ-REMÉDIOS DIST. DE PROD. FARM. E COSM. LTDA**

CNPJ: **05.159.591/0001-68**

Representante: **Cleidson Godoy de Oliveira**

PREFFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS/SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 130 DE 02 DE JULHO DE 2019.

Substitui, nomeia e da posse a diretoria e membros do Conselho Municipal de Educação – CME.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ALTO GARÇAS, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 71, inciso X da Lei Orgânica do Município, e;

CONSIDERANDO o Ofício nº 123/2019/SME/MJMC, solicitando Portaria de substituição de alguns membros nomeados anteriormente através da Portaria nº 294, de 17 de Agosto de 2017;

R E S O L V E:

Art. 1º - Substituir, nomear e dar posse a Diretoria e Membros do Conselho Municipal de Educação – CME, ficando a mesma composta da seguinte forma:

I - Secretária Municipal de Educação:

Maria José Mendonça Cajango - Membro Nato - CPF 965821621-87

II - Representante do segmento dos Profissionais da Educação da rede estadual:

Titular: Nicolina de Moraes Cajango Barbosa – Titular – CPF 000079981-55

Suplente: Mônica Rosa de Oliveira – Suplente – CPF 580478751-91

III - Representante do segmento dos Profissionais da Educação da rede municipal:

Titular: Aline Araújo Pereira e Silva – Titular – CPF 012257951-84

Suplente: Márcia Oliveira Martins – Suplente – CPF 803367801-59

Titular: Alessandra Queiroz Barros – CPF 580756401-44

Suplente: Elizabeth Aparecida Leme – CPF 580485101-20

IV - Representante da Assessoria Pedagógica:

Titular: Dilma Rodrigues de Oliveira – Titular – CPF 460876721-68

Suplente: Henrique Rodrigues Felix – Suplente –CPF 031388131-60

V - Representante do Poder Executivo Municipal:

Titular: Lucenir Alves Pereira – Titular – CPF 992104361-72

Suplente: Laura Alves da Silva – Suplente – CPF 004286010-57

VI - Representante do conselho do CDCE

Titular: Izabella Cândida Rodrigues – Titular – CPF 027601621-17

Suplente: Lucely Aparecida Marques de Souza – Suplente – CPF 459994061-53

VII - Representante do segmento Conselho Tutelar:

Titular: Lucenir Machado Freitas – CPF 452128801-49

Suplente: Maria Dolores B. Silva – CPF 513715371-00

VIII - Representante do segmento do Poder Legislativo:

Titular: André Fortini Mateus – Titular – CPF 025052461-90

Suplente: Gustavo Fortunato Nogueira Baldo – Suplente – CPF 042744591-44

IX - Representante do segmento da Sociedade Civil:

Titular: Geraldo Rodrigues de Souza – Titular – CPF 325597551-49

Suplente: Caroline Fernandes Guimarães – Suplente – CPF 040801101-70

Art. 2º - Esta Portaria produzirá seus efeitos a partir da data de 02 de Julho de 2019, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Alto Garças – MT, em 02 de Julho de 2019.

CLAUDINEI SINGOLANO

Prefeito Municipal de Alto Garças – MT

PREFFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS/SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 133 DE 05 DE JULHO DE 2018

"Instaura Processo Administrativo Disciplinar para averiguar possível falta disciplinar de servidor público municipal."

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas na Lei Orgânica do Município e;

CONSIDERANDO, o artigo 187 e seguintes, do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Município de Alto Garças, a Constituição Federal, a Lei Orgânica Municipal e demais regulamentações;

CONSIDERANDO, a Portaria n° 114/2017 que nomeia os membros da Comissão Permanente De Processo Administrativo Disciplinar do município de Alto Garças - MT e dá outras providências;

CONSIDERANDO, Ofício nº 087/2019/SMS, enviado pela Secretária Municipal de Saúde, solicitando abertura de Processo Administrativo Disciplinar em face do servidor IRONIDES PRUDÊNCIO MARÇAL.

R E S O L V E:

Art. 1º - Instaurar PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR para apuração de possível falta disciplinar do servidor público municipal, Sr. IRONIDES PRUDÊNCIO MARÇAL**, ocupante do cargo/função de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.**

Art. 2º - A Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar deverá proceder à instauração do procedimento com finalidade de apurar os fatos relatados de possíveis desvios de conduta praticados pelo servidor.

Art. 3º - Para bem cumprir as suas atribuições, a Comissão terá acesso a toda a documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher quaisquer declarações, depoimentos e demais provas que entender pertinentes.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Alto Garças – MT, em 05 de julho de 2019.

CLAUDINEI SINGOLANO

Prefeito Municipal de Alto Garças – MT

PREFFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS/SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 131 DE 02 DE JULHO DE 2019.

Nomeia KARINNE MARIA DOS SANTOS MOTA, para o exercício do cargo de provimento em comissão de Assessor Técnico II, lotado no Gabinete do Prefeito, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS–MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 71, inciso I da Lei Orgânica do Município, combinado com a Lei Municipal nº 873 de 24 de Outubro de 2011 e a Lei Municipal nº 874, de 08 de Novembro de 2011.

R E S O L V E:

Art. 1° - Nomear, **KARINNE MARIA DOS SANTOS MOTA**, portadora do Registro Geral n° 1996491-9 SEJSP/MT e inscrita no CPF/MF sob n° 043. 152.591-95, para o exercício do cargo em comissão de **Assessor Técnico II**, lotada no Gabinete do Prefeito.

Parágrafo Único - Determinar à Gerência de Recursos Humanos da Secretaria de Administração proceder às providências cabíveis de que trata o caput deste artigo, na forma da legislação vigente que disciplina a matéria.

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito, a partir da data de 02 de Julho de 2019.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Alto Garças-MT, em 02 de Julho de 2019.

CLAUDINEI SINGOLANO

Prefeito Municipal de Alto Garças-MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

LICITAÇÃO CPL

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

CARTA CONVITE N. 002/2019

O Município de Alto Paraguai - MT, por meio da Comissão Permanente de Licitação nomeado pela **Portaria n. 208/2019**, torna público, **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DA 1ª ETAPA DE UMA PRAÇA DE EVENTOS, ORIUNDOS DO CONVENIO Nº847768/2017/MTUR NO MUNICIPIO DE ALTO PARAGUAI-MT**,onde se sagrou vencedora a Empresa;

ü **CONSTRUTORA SANTANA**, inscrita sobCNPJ: 28.764.097/0001-28 com a proposta totalizando R$ 244.000,00(Duzentos e Quarenta e Quatro Mil Reais).

Alto Paraguai - MT, 09 de Julho de 2019.

JOÃO VITOR MARTINS ROCHA

Presidente da CPL

LICITAÇÃO CPL

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº020/2019

PREGÃO PRESENCIAL N 010/2019

Validade: 12 (Doze) meses.

Pelo presente instrumento, **O MUNICÍPIO DE ALTO PARAGUAI ESTADO DE MATO GROSSO,** por intermédio da **PREFEITURA MUNICIPAL,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n° 03.648.532/0001-28, com sede na Rua Presidente Médici, 470, bairro Planalto, Alto Paraguai - MT, neste ato, representada pela **PREFEITA MUNICIPAL,** a Excelentíssima Senhora **DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES,** brasileira, Casada, Dentista, portadora da Cédula de Identidade RG n°. 08176490-4 e inscrita no CPF sob o n° 804.435.751-34, doravante denominada **CONTRATANTE**, e do outro lado a empresa **COMERCIO DE COMBUSTIVEIS ALTO PARAGUAI LTDA-EPP**, CNPJ sob n. 86.806.395/0001-30 sede na Rua Almirante Barroso, Bairro Centro, Cidade Alto Paraguai-MT vencedora do lote nº 01,02,03,04,05 e 06 considerando o julgamento da licitação **MENOR PREÇO POR LOTE,** na modalidade de **PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS N. 010/2019**, bem como a classificação das propostas e sua respectiva homologação, **RESOLVE** registrar os preços das empresas, nas quantidades estimadas anuais, de acordo com a classificação por elas alcançadas por **lote**, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei n° 8.666/93 de 21.06.93 e suas alterações, Decreto Federal n. 5.450, de 31 de maio de 2005, no Decreto n. 7.892 de 23 de janeiro de 2013 atualizado pelo decreto nº 9.488/2018 em conformidade com as disposições a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. A presente Licitação tem por objeto**Registro de preço para futura e eventual aQUISIÇÃO DE COMBUSTIVEIS PARA ATENDer AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE ALTO PARAGUAI - MT.**

CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A presente Ata terá validade de **12 (Doze) meses,** contados a partir de sua publicação na Imprensa Oficial, podendo ser prorrogada na forma da Lei.

2.2. Comparecer o vencedor quando convocado no prazo Maximo de 05(cinco) dias úteis, contados da convocação formal, para assinatura da ata de registro de preços, sob pena de multa de 2%(dois por cento) ao dia, sobre ao valor a ela adjudicado.

2.3. Se o licitante vencedor recusar-se a assinar a ata de registro de preços injustificadamente será aplicada à regra seguinte: quando o proponente vencedor não apresentar situação regular, no ato da assinatura da ata, será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, para celebrar o contrato, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sansões cabíveis na Lei 8666/93, 10.520/02 e demais disposição vigentes.

2.4. No caso de descumprimento (não assinatura), o município de Alto Paraguai-MT, se reservar no direito de convocar outro.

2.5. Em cada aquisição decorrente desta ATA, serão observadas, quanto ao preço, as clausulas e condições constantes do edital do **PREGÃO PRESENCIAL Nº010/2019**, que a precedeu a integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

Parágrafo Único – Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, qualquer Órgão ou Entidade da Administração poderá utilizar a Ata, mesmo que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

CLÁUSULA TERCEIRA – GERÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento deste instrumento caberá a Secretaria de Planejamento e Gestão, através do setor competente no seu aspecto operacional e à Procuradoria Geral do Município, nas questões legais.

CLÁUSULA QUARTA - DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS.

4.1. Os preços registrados, a especificações dos produtos/equipamentos e/ou serviços, os quantitativos, marcas e empresas fornecedoras encontram-se elencados abaixo e no relatório da sessão, em ordem de classificação no processo licitatório do **Pregão presencial n. 010/2019.**

LOTE	DESCRIÇÃO	UNID	QDTE	V. UNIT.	V. TOTAL
01	GASOLINA COMUM	LITRO	200.000	R$4,60	R$920.000,00
02	GOSILNA COMUM ZONA RURAL	LITRO	42.610	R$4,60	R$196.006,00
03	ETANOL	LITRO	60.700	R$2,80	R$169.960,00
04	ETANOL ZONA RURAL	LITRO	12.000	R$2,80	R$33.600,00
05	DIESEL COMUM	LITRO	415.000	R$4,10	R$1.701.500,00
06	DIESEL COMUM ZONA RURAL	LITRO	100.000	R$4,10	R$410.000,00
07	DIESEL S10	LITRO	264.920	R$4,15	R$1.099.418,00
08	DIESEL S10 ZONA RURAL	LITRO	100.000	R$4,15	R$415.000,00
TOTAL:					R$4.945.484,00

4.2.O prazo para início da entrega dos produtos é de 02 (dois) dias corridos, contados da assinatura do Ata de Registro de Preço/emissão da ordem de fornecimento.

4.3. O combustível será entregue na Bomba do Posto ora licitado.

4.4. A aceitação dos produtos não exclui, nem reduz a responsabilidade da empresa contratada com relação ao funcionamento e especificações divergentes do objeto, durante todo o período de garantia. **4.5.**Será recusado todo e qualquer produto que não atenda as especificações deste Instrumento Convocatório;

4.6.A licitante vencedora terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para providenciar a substituição dos produtos, em caso de recusa da Prefeitura, a partir da comunicação feita por este

4.7. Os produtos licitados somente serão adquiridos se houver eventual necessidade de aquisição da Prefeitura Municipal de Alto Paraguai-MT.

4.8. O recebimento não exclui a responsabilidade da Contratada pela qualidade do produto/equipamento fornecido;

4.9. O prazo de garantia que esteja especificado nos produtos/equipamentos e/ou serviços deverá ser obedecido, desde que não fique comprovado o mau uso, nos termos do Art. 3º combinado com o art. 39, VIII, da Lei nº. 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, é vedado o fornecimento de qualquer produto/equipamento ou serviço em desacordo com as normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes ou, se as normas especificadas não existirem, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) ou outra entidade credenciada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial (CONMETRO).

CLÁUSULA QUINTA - DO(S) LOCAL (IS) PARA ENTREGA E PRAZO

5.1. Os produtos/equipamentos e/ou serviços deverão ser entregue no almoxarifado central da Prefeitura Municipal, ou conforme solicitado pela administração, em até **05 (Cinco) dias corridos**, contados da emissão da Ordem de Fornecimento dos itens e quantidade especificada.

5.2. A entrega deverá ser feita com acompanhamento do fiscal do contrato acompanhado com assinatura do mesmo, em canhoto de fatura/nota fiscal ou conhecimento de transporte.

5.3. Após o recebimento dos materiais/equipamentos deverá ser feita conferência da quantidade, avaliação da qualidade e verificação da adequação dos produtos/equipamento e/ou serviços através do servidor designado para esse fim.

5.4. O transporte dos produtos/equipamentos e/ou serviços será custeado pela CONTRATADA, em qualquer tempo do processo, caso o fornecimento realizado esteja em desacordo no todo ou em partes com a ordem de fornecimento e com as normas deste Termo de Referência.

5.5. A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente à instituição, decorrente de sua culpa ou dolo quando da entrega dos produtos/equipamentos e/ou serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

CLÁUSULA SEXTA — DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO E EXECUÇÃO

6.1. Os Produtos/equipamentos e/ou serviços deverão estar de acordo com a quantidade, qualidade e periodicidade especificada no Termo de Referência – Anexo I deste Edital, sendo que a inobservância destas condições implicará recusa sem que caiba qualquer tipo de reclamação por parte da contratada;

6.2. Os produtos/equipamentos e/ou serviços deverão ser entregues no prazo máximo de **05 (Cinco) dias corridos**, em local a ser indicado pela Administração pública, após o recebimento da Ordem de Fornecimento emitida pela Prefeitura Municipal.

6.3. Substituir*, em até **02 (Dois) dias corridos** após a notificação, os produtos/equipamentos e/ou serviços que apresentarem qualquer impropriedade, sem implicar custos adicionais aos preços contratados.*

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos neste Termo de Referência;

7.2. Comunicar antecipadamente a data e horário da entrega, não sendo aceitos os produtos/equipamentos e/ou serviços que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste Termo de Referência;

7.3. Prestar os devidos esclarecimentos que lhe forem solicitados, bem como dar ciência a esta Administração imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do fornecimento.

7.4. Dispor-se a toda e qualquer fiscalização desta Administração, no tocante ao fornecimento do produto/equipamento, assim como ao cumprimento das obrigações previstas neste Termo;

7.5. Comunicar imediatamente ao Setor de Compras desta prefeitura de qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

7.6. Os produtos/equipamentos e/ou serviços que por ventura forem entregues em desacordo com as descrições da TR deverão ser substituídos em até **02 (Dois) dias corridos** a contar da notificação à empresa contratada. Notificação esta que deverá ser feita pela Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão, imediatamente a constatação do fato;

7.7. Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-las na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o CONTRATANTE;

7.8. Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidente de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados durante o fornecimento dos produtos/equipamentos e/ou serviços ou em conexão com ele;

7.9. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal, relacionadas ao processo licitatório e ao presente contrato, originariamente ou vinculadas por prevenção, conexão ou continência;

7.10. Em nenhuma hipótese veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto desta licitação, sem prévia autorização da Contratante.

7.11. Demais obrigações e responsabilidades previstas na Lei nº 8.666/93 e alterações.

7.12. A falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegado como motivo de força maior para atraso, má execução ou inexecução do objeto desta ata e não a eximirá da penalidade a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas;

7.13. Indenizar terceiros e/ou o órgão/entidade, mesmo em caso de ausência ou missão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância as exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

7.14. Responde a contratada nos casos de qualquer tipo autuação ou ação que venha sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo o órgão/entidade de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

7.15. Atender a Ordem de Fornecimento do município fornecendo os produtos, nos preços, com os descontos previstos nas propostas; Repassar eventuais baixas de preços, ainda que, após expedida a ordem de fornecimento e constando valor superior nas pesquisas de mercado.

7.16. Credenciar um representante junto ao município para prestar esclarecimentos que forem solicitados, cujas reclamações se obriga a atender prontamente;

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. Efetuar o pagamento à Contratada. **8.2.** Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado. **8.3.** Comunicar prontamente à Contratada, qualquer anormalidade no objeto deste, podendo recusar o recebimento, caso não esteja de acordo com as especificações e condições estabelecidas, neste Termo de Referência. **8.4.** Acompanhar, fiscalizar, supervisionar, gerir e conferir a entrega dos produtos/equipamentos e/ou serviços, juntamente com a Gerência de Patrimônio.

CLÁUSULA NONA — DO PAGAMENTO

9.1. O pagamento será efetuado em até **30 (trinta) dias** após apresentação de Nota Fiscal Fatura Discriminativa, em duas vias correspondentes ao adimplemento de cada parcela do bem efetivamente entregue e atestado pelo fiscal do contrato (nota fiscal), feita através de ordem bancária e de acordo com as informações repassadas pela empresa vencedora indicando a agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser realizado o depósito.

9.1.2. Cumpridas todas as etapas da fiscalização, a Nota Fiscal do produto/equipamento entregue deverá ser atestada pelo fiscal do contrato e encaminhadaao Setor de Aquisições da Prefeitura municipal, para providências cabíveis.

9.1.3. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação;

9.1.4. O pagamento da nota fiscal fica condicionado à comprovação de situação de regularidade fiscal da fornecedora.

9.1.5. Não serão efetuados quaisquer pagamentos enquanto perdurar pendência de liquidação de obrigações, em virtude de penalidade imposta à CONTRATADA, ou inadimplência contratual.

9.2. DO REAJUSTE

9.2.1. Os preços dos produtos/equipamentos e/ou serviços objeto desta licitação serão fixos pelo prazo de 01 (um) ano, contados a partir da data de assinatura e Publicação da Ata, salvo art. 40, XI, da Lei 8.666/93.

9.2.2. A revisão será precedida de pesquisa previa no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para o levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do ***produto*** ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido;

9.2.3. Considera-se incluso no preço dos itens para fins de desconto todas as despesas e custos, tais como: Tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e para fiscais), transporte, embalagens, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma;

9.3. DO REEQUILÍBRIO

9.3.1. O valor contratual poderá ser revisto mediante solicitação da contratada com vista à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma do artigo 65, inciso II, alínea d, da lei 8666/93, e observados os itens subseqüentes deste termo de referência.

9.3.2. As eventuais solicitações, observadas o disposto no item anterior, deverão fazer-se acompanhar de comprovação de superveniência do fato imprevisível ou previsível, porém de conseqüências incalculáveis bem como de demonstração analítica de seu impacto nos custos do contrato.

9.3.3. Na hipótese de revisão do equilíbrio econômico-financeiro prevista no item anterior, serão objeto da revisão apenas as parcelas do contrato correspondente ao impacto efetivo do reajuste salarial ocorrido.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO REALINHAMENTO DE PREÇOS

10.1 Os preços registrados manter-se-ão inalteradas pelo período da vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

10.2 Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassará aos preços praticados no mercado mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquela vigente no mercado à época do registro.

10.3 Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o Setor de Compras, solicitará ao Fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo Único.

10.4 Fracassada a negociação com o primeiro colocado, o Setor de Compras convocará as demais empresas com preços registrados para o lote, se for o caso, ou ainda os fornecedores classificados, respeitadas as condições de serviço, os preços e os prazos do primeiro classificado para redução do preço; hipótese em que poderá ocorrer alterações na ordem de classificação das empresas com preço registrado.

10.5 Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pelo Setor de Compras desta Prefeitura.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

11.1 A presente Ata de Registro de preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

I. Quando o Fornecedor não cumprir as obrigações constantes no Edital de Registro de Preços;

II. Quando o Fornecedor não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido;

III. Quando o Fornecedor der causa à rescisão administrativa da Nota Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

IV. Em quaisquer hipóteses de inexecução total ou parcial da Nota Empenho decorrente deste Registro;

V. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

VI. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

11.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado, por correspondência, com aviso de recebimento, o qual será juntado ao processo administrativo da presente Ata.

11.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.4. A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura Municipal de Alto Paraguai, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

11.5. Havendo o cancelamento do preço registrado cessarão todas as atividades com o Fornecedor.

11.6. Caso a Superintendência de Compras não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

11.7. Sempre que ficar constatado que a fornecedora perdeu qualquer das condições de habilitação e/ou qualificação exigida na licitação.

CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

12.1 Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:

I. Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Edital.

II. As contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho emolumentos e outras despesas que se façam necessárias à execução da entrega dos materiais.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13.1. Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, o FORNECEDOR ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

13.1. ADVERTÊNCIA

13.1.1. A aplicação da sanção administrativa de advertência pode ser efetuada nos seguintes casos:

a) Descumprimento das obrigações assumidas contratualmente ou na licitação, desde que não acarretem prejuízos para a CONTRATANTE, independentemente da aplicação de multa;

b) Execução insatisfatória ou inexecução dos fornecimentos e/ ou serviços ora contratado, desde que a sua gravidade não recomende o enquadramento nos casos de suspensão temporária ou inidoneidade;

c) Outras ocorrências que possam acarretar pequenos transtornos ao desenvolvimento dos serviços da CONTRATANTE, a seu critério, desde que não sejam passíveis de sanção mais grave;

13.1.2. Atraso na entrega do bem ou na prestação do serviço contratado, pelo prazo não superior a 05 (cinco) dias úteis. **13.2. MULTA**

13.2.1. Conforme disposto no **(Art. 86 da Lei 8.666/93),** na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato; neste caso a Contratante aplicará a MULTA CONTRATUAL correspondente:

a) 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso no prazo de entrega dos materiais ou serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplida; (O atraso para efeito de cálculo, mencionado no item anterior será contado em dias corridos, a partir do 1º dia útil subseqüente ao término do prazo ajustado em até 20 (vinte) dias);

b) 10% (dez por cento) sobre o valor constante do Contrato, pela inexecução total do objeto, sem prejuízo das outras sanções cabíveis;

c) 15% (quinze por cento) sobre o valor da Ordem de Fornecimento/Empenho, pelo descumprimento de qualquer clausula contratual exceto prazo de entrega;

d) 3% (três por cento) sobre o valor global de sua proposta, se decorrido o prazo estabelecido no item 15.2, dentro do prazo de validade da proposta, e não comparecendo à Prefeitura o proponente convocado para a assinatura do contrato.

13.2.2. A adjudicada/Contratada não incorrerá em multa quando houver prorrogação do prazo, previamente autorizado pela CONTRATANTE, em decorrência de impedimentos efetivamente verificados sem que a ela seja imputável a culpa, ou em decorrência de acréscimos ou modificações no objeto inicialmente ajustado, respeitado o limite legal;

13.2.3. A multa será descontada dos créditos constantes da Fatura, ou outra forma de cobrança Administrativa ou Judicial;

13.2.4. Não será aplicada multa se, comprovadamente, o atraso da execução dos serviços ou fornecimento advir de caso fortuito ou motivo de força maior.

13.3. SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÃO E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO, POR PRAZO NÃO SUPERIOR A 02 (DOIS) ANOS.

13.3.1. A suspensão do direito de licitar e contratar com a Contratante pode ser aplicada aos inadimplentes culposos que prejudicarem a execução do Contrato por fatos graves, cabendo defesa prévia, no prazo de 10 (dez) dias úteis da data do recebimento da respectiva intimação;

13.3.2. A sanção administrativa de suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Prefeitura poderá ser aplicada nos seguintes prazos e situações:

13.3.3. Por 06 (seis) meses nos seguintes casos:

a) Atraso no cumprimento das obrigações assumidas contratualmente, que tenham acarretado prejuízos para a CONTRATANTE;

b) Execução insatisfatória dos fornecimentos e/ ou serviços contratados;

13.3.4. Por 02 (dois) anos, nos seguintes casos:

a) Não concluir os fornecimentos e/ ou os serviços contratados;

b) Se recusar a fornecer informações suficientes ou fornecê-las inadequadamente, no que diz respeito à sua fruição, qualidade e riscos de operacionalização;

c) Prestar o serviço em desacordo com as normas aplicáveis à execução do objeto deste ajuste;

d) Cometer quaisquer outras irregularidades que acarretem prejuízo ao órgão licitador, ensejando a rescisão do contrato.

13.4. DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

13.4.1. Enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sansão aplicada com base no inciso anterior.

13.4.2. A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com toda a Administração Pública será proposta pela Seção Administrativa e Financeira para aplicação à ADJUDICADA/CONTRATADA nos casos a seguir indicados:

a) condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

b) prática de atos ilícitos, visando frustrar a execução do contrato;

13.4.3. Demonstração de não possuir idoneidade para licitar e contratar com o órgão contratante, em virtude de atos ilícitos praticados, tais como:

a) praticar ação maliciosa e premeditada em prejuízo da Contratante ou ações que evidenciem interesses escusos ou má-fé;

b) apresentar qualquer documento falso ou falsificado, no todo ou em parte;

c) reproduzir, divulgar ou utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que tenha tomado conhecimento em razão da execução dos serviços objeto deste contrato sem o consentimento da Contratante, por escrito.

Parágrafo Primeiro - Independentemente das sanções administrativas a que se refere a Cláusula Décima Quarta deste contrato, a ADJUDICADA/ CONTRATADA está sujeita ao pagamento de indenização por perdas e danos, quando a inadimplência acarretar prejuízos ao órgão contratante;

Parágrafo Segundo - Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa previa do interessado e recurso dos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS ILÍCITOS PENAIS

14.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 e serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15.1. As despesas decorrentes deste PREGÃO PRESENCIAL correrão à conta da NATUREZA DA DESPEZA consignadas na:**Secretarias Municipal:**

GABINETE (21/100) 02.001.04.122.0003.2003-339030

REC. E CONTROLE (62/100) 03.001.04.123.0003.2008-339030

REC. E CONTROLE (76/100) 03.004.04.123.0003.2009-339030

REC. E CONTROLE (76/100) 03.004.04.123.0003.2009-339030

SEC.PLANEJAMENTO E GESTÃO (539/100) 04.005.04.122.0003.2010-339030

SEC. DE INFRAESTRUTURA (571/100/116) 05.002.04.122.0003.2014-339030

SEC. DE INFRAESTRUTURA (132/100/166) 05.002.15.451.0015.2023-339030

SEC. DE INFRAESTRUTURA (135/100/124/130) 05.002.26.782.0017.1012-339030

SEC. DE INFRAESTRUTURA (598/100/116/130) 05.002.26.782.0017.2019-339030

SEC. DE INFRAESTRUTURA (140/100/130) 05.003.26.782.0016.2015-339030

SEC. DE INFRAESTRUTURA (104/100) 05.005.15.451.0014.1014-339030

SEC. DE INFRAESTRUTURA (613/100) 05.005.25.752.0015.2020-339030

SEC. DE EDUCAÇÃO (151/101) 06.001.12.122.0003.2024-339030

SEC. DE EDUCAÇÃO (184/100/125) 06.002.12.361.0010.2027-339030

SEC. DE EDUCAÇÃO (197/101) 06.002.12.361.0010.2030-339030

SEC. DE SAÚDE (643/102) 07.002.10.122.0003.2049-339030

SEC. DE SAÚDE (266/102/142/146) 07.002.10.301.0009.2051-339030

SEC. DE SAÚDE (275/102/142) 07.002.10.301.0009.2051-339030

SEC. DE SAÚDE (297/102/142/146) 07.002.10.302.0009.2058-339030

SEC. DE SAÚDE (318/102/146/) 07.002.10.304.0009.2056-339030

SEC. DE SAÚDE (327/102/142/146) 07.002.10.305.0009.2057-339030

SEC.DE ASSISTENCIA SOCIAL (336/100) 08.001.08.122.0003.2061-339030

SEC.DE ASSISTENCIA SOCIAL (515/100) 08.002.08.122.0003.2062-339030

SEC.DE ASSISTENCIA SOCIAL (361/100/129) 08.002.08.241.0006.2063-339030

SEC.DE ASSISTENCIA SOCIAL (374/100/129/143) 08.002.08.241.0006.2064-339030

SEC.DE ASSISTENCIA SOCIAL (380/100/129) 08.002.08.243.0006.2065-339030

SEC.DE ASSISTENCIA SOCIAL (384/100/129) 08.002.08.243.0006.2066-339030

SEC.DE ASSISTENCIA SOCIAL (396/100/129) 08.002.08.243.0006.2067-339030

SEC.DE ASSISTENCIA SOCIAL (405/100) 08.002.08.243.0006.2067-339030

SEC. DESENVOL. ECONOMICO (426/100) 09.001.20.122.0003.2069-339030

SEC. DESENVOL. ECONOMICO (509/100) 09.003.18.122.0003.2073-339030

15.2. Para o exercício de 2019, será utilizada Dotações Orçamentárias da Lei Orçamentária Anual – LOA/2019.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo, aditivo presente ata de Registro de Preços.

II. Integram esta Ata, o Edital do **Pregão Presencial n. 010/2019** e seus anexos e as propostas da empresas classificadas para o lote.

III. É vedado caucionar ou utilizar a ATA decorrente do presente registro para qualquer operação Financeira, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura Municipal de Alto Paraguai.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

17.1. O acompanhamento da efetivação dessa Ata ficará a cargo da CONTRATANTE, mediante nomeação dos servidores especialmente designados para este fim, nos termos do Art. 67 da Lei n. 8.666/93.

17.1.1. A fiscalização será realizada pelo servidor abaixo relacionado: **EDEVILSO ALMEIDA DE MESQUITA JUNIOR,** brasileiro, coordenador gerencial da secretaria de infra-estrutura, Matrícula: 1719, portador da cédula de identidade RG 25090135 SSP/MT e inscrito no CPF sob o nº 045.840.651-10.

Caberá ao fiscal do contrato as seguintes atribuições:

a) Realizar conferências das notas fiscais atestadas pelo Fiscal do contrato, e posteriormente efetuar o pagamento, b) Atentar aos valores a serem pagos, tomando cuidado para que os pagamentos não ultrapassem o valor do contrato, c) Acompanhar e analisar os relatórios que por ventura venham a ser emitidos pelo Fiscal do contrato. Havendo qualquer apontamento que acuse atraso ou descumprimento da aquisição/serviço, o gestor devera notificar a contratada solicitando justificativa e o cumprimento no prazo estabelecido pela Secretaria demandante, d) Quaisquer outras ao qual a Administração julgar necessárias e convenientes para o excelente andamento do contrato. e) Orientar: estabelecer diretrizes, dar e receber informações sobre a execução do contrato; f) Fiscalizar: verificar o material utilizado e a forma de execução do objeto do contrato, confirmando o cumprimento das obrigações; g) Interditar: paralisar a execução do contrato por estar em desacordo com o pactuado; h) Informa: a Administração o cometimento de falhas e irregularidades detectadas pela Contratada que implique comprometimento da aquisição e/ou aplicação de penalidades previstas; e noticiar os casos de afastamento em virtude de férias, licenças ou outros motivos, para que o substituto (suplente) possa assumir a gestão do contrato, evitando prejuízos, interrupções e suspensão das atividades de fiscalização; i) Ter total conhecimento do contrato e suas clausulas; j) Solicitar a seus superiores, em tempo hábil para adoção das medidas convenientes, decisões e providencias que ultrapassarem a sua competência; k) Zelar pelo bom relacionamento com a contratada, mantendo um comportamento ético, probo e cortes; l) Conferir os dados das faturas antes de atestá-las, promovendo as correções devidas e arquivando copia junto aos demais documentos pertinentes; m) Anotar todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, informando ao Gestor do Contrato aquelas que dependem de providencias, com vistas á regularização das faltas ou defeitos observados; n) Acompanhar e controlar, quando for o caso, as entregas e o estoque de matérias de reposição, destinado a execução do objeto contratado, principalmente quanto a sua quantidade e qualidade; o) Formalizar, sempre, os entendimentos com a Contratada ou seu Preposto, adotado todas as medidas que permitem compatibilizar as obrigações bilaterais; p) Avaliar constantemente a qualidade da execução contratual, propondo, sempre que cabíveis medidas que visem reduzir gastos e racionalizar os serviços; q) Observar rigorosamente os princípios legais e éticos em todos os atos inerentes as suas atribuições, agindo com transparências no desempenho das suas atividades.

CLÁUSULA DECIMA OITAVA - DO FORO

18.1 As partes contratantes elegem o foro de Diamantino-MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente ATA, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja. E por estarem de acordo, as partes firmam apresente ATA em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei 8.666 de 21/06/93.

Alto Paraguai – MT 09 de Julho de 2019.

Diane Vieira de Vasconcellos Alves Prefeita Municipal	**COMERCIO DE COMBUSTIVEIS ALTO PARAGUAI LTDA-EPP**
	Contratado
Testemunhas:	
YHURI RAYAN ARRUDA DE ALMEIDA CPF:037.765.051-09	**SERGIO VINICIUS MASSAROLO DIAS** CPF:044.957.331-17

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE RESULTADO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 033/2019

A Prefeitura Municipal de Alto Taquari, através de sua Pregoeira e equipe de apoio no uso de suas atribuições legais, torna público aos interessados que o PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS N° 033/2019, cujo certame se deu início às 07h30min, do dia 02/07/2019, sagraram-se vencedores os preponentes: A empresa **PRÓ-REMÉDIOS DIST. DE PROD. FARM. E COSM. EIRELI - ME,** CNPJ: 05.159.591/0001-68 com valor total de **R$ 26.545,38**; **FAMA DISTRIBUIDORA HOSP. EIRELI - ME**, CNPJ: 03.250.803/0001-92, com o valor de **R$ 2.386,11**; **OBJETIVA PROD. E SERV. P/ LAB. LTDA EPP**, CNPJ: 05.895.525/0001-56 com o valor de **R$ 31.787,47**; **BHDENTAL COMERCIAL EIRELI EPP**, CNPJ: 29.312.896/0001-26 no valor de **R$ 14.439,00**; **CCAF COMERCIO DE MED. E MAT. HOSP. EIRELI**, CNPJ: 16.917.181/0001-55 no valor de **R$ 12.290,27**; **CIRÚRGICA GONÇALVES LTDA**, CNPJ: 15.371.628/0001-70 no valor de **R$ 1.775,00**; **DENTAL PRIME PRO. ODONT. MED. HOSPITALARES**, CNPJ: 21.504.525/0001-34 no valor de **R$ 42.599,46**; **I. S. COSTA CENTRAL TELEMEDICINA EIRELI,** CNPJ: 18.031.325/0001-05 no valor **R$ 16.520,00**; **TARCAL COM. DE MAQ., AP. E EQUIP. EIRELI,** CNPJ: 24.237.168/0001-83 no valor de **R$ 13.000,00** e **GOIAS BEM COMERCIO E SERVIÇOS DE PRODUTOS PARA SAUDE EIRELI,** CNPJ: 20.231.242/0001-01 num total de **R$ 5.584,00**. A licitação foi realizada pela modalidade Pregão Presencial, pelo critério do tipo menor preço item, com certame homologado em 09/07/2019. Alto Taquari – MT, 09 de julho 2019. Cacilda Ferreira dos Santos – Pregoeira.

PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS

PREFEITURA MUNICIPAL
ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 013/2019

PREGÃO PRESENCIAL N° 020/2019 – REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 038/2019

O **Município de Apiacás**, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no C.N.P.J. sob nº 01.321.850/0001-54, com sede administrativa sito à Av. Brasil nº 1059 - Centro, Apiacás, MT., neste ato representada pelo Sr. **Adalto José Zago -** Prefeito Municipal, portador do CPF n º 545.625.389-53, e do RG n º 1357154-0 SSP/PR**, residente à rua**das Itaúbas s/n°, Bairro Bom Jesus, Apiacás –MT, denominado simplesmente **CONTRATANTE,** RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) **VALMIR DOS REIS ALVES – ME, CNPJ 06.004.143/0001-58,** Av. Dante Martins de Oliveira s/n°, Apiacás MT., neste ato representada pelo proprietário Sr. Valmir dos Reis Alves portador do RG 2951056-2 e do CPF n° 292.971.333-04, nas quantidades estimadas **na Seção 4 desta Ata de Registro de Preços**, de acordo com a classificação por elas alcançadas por item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório Pregão Presencial nº 020/2019 e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei n. 8.666/93 e suas alterações, Lei 10.520/02 e, no que couber, ao Decreto Municipal nº 0156/2008 e nº 0564/2010, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para futura e eventual AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS, PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA, UTENSILIOS DE COPA E COZINHA, GAS DE COZINHA E OUTROS COM ENTREGA PARCELADA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICIPIO DE APIACÁS, conforme especificações e condições constantes no edital do Pregão Presencial nº. 020/2019.

1.1.1. Este instrumento não obriga a Prefeitura a firmar contratações nas quantidades licitadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

2. DA VIGÊNCIA

2.1. A presente Ata terá validade de **12 (doze) meses**, contados a partir de sua publicação, podendo ser prorrogada na forma da lei.

3. DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento deste instrumento caberá à Secretaria Municipal de Planejamento, Administração e Finanças, através do **Departamento de Compras**, no seu aspecto operacional, com apoio da Assessoria Jurídica, nos aspectos legais;

4. DO CONTRATADO

4.1. O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

FORNECEDOR: VALMIR DOS REIS ALVES – ME

CNPJ 06.004.143/0001-58

ITENS E VALORES:

ITEM	CODIGO	DESCRIÇÃO	UN	MARCA	QTDADE	V. UNIT	V. TOTAL
6	1-01-0261	AGUA MINERAL GARRAFAO 20 LITROS, MODIFICADA COM ADICAO DE SAIS MINERAIS, SEM GAS, PARA CONSUMO HUMANO, ACONDICIONADA EM GARRAFAO PLASTICO COM TAMPA DE PRESSAO E LACRE, VASILHAME RETORNAVEL, UNIDADE.	UN	LEBRINHA	380,000	18,0000	6.840,00
160	1-05-0167	GAS DE COZINHA, ACONDICIONADO EM BOTIJAO COM 13 KG LIQUEFEITO DE PETROLEO, APRESENTADO NO ESTADO LIQUIDO, UNIDADE.	UN	SUPERGASBRAS	790,000	126,5000	99.935,00

Valor total do fornecedor R$ 106.775,00 (cento e seis mil setecentos e setenta e cinco reais).

5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura Municipal, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

5.2. Os itens licitados deverão ser entregues na sede do município de Apiacás/MT, no endereço das Secretarias conforme a solicitação do departamento de compras, sem qualquer ônus para a Prefeitura Municipal de forma fracionada e conforme forem solicitados pelo setor competente.

5.3. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução dos atos de sua responsabilidade ;

5.4. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

5.5. A falta de quaisquer dos itens cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

5.6. Comunicar imediatamente a Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgáveis necessárias para recebimento de correspondência;

5.7. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

5.8. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;

5.9. Indenizar terceiros e/ou à própria Prefeitura em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

5.10. A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

5.11. Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço.

5.12. Fornecer os itens, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

5.13. O prazo máximo para entrega dos itens licitados será de até 02 (dois) dias após a solicitação dos mesmos.

5.14. O atraso na entrega dos itens licitados, caberá penalidades e sanções previstas no Art. 10 e Art. 11 da Presente Ata.

5.15. A Licitante vencedora ficará obrigada a trocar as suas expensas num prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, o produto que vier a ser recusado sendo que o ato de recebimento não importará sua aceitação.

5.16. Independentemente da aceitação, a adjudicatária garantirá a qualidade dos materiais obrigando-se a repor aquele que apresentar defeito ou for entregue em desacordo com apresentado na proposta.

5.17. A licitante vencedora, sujeitar-se-á a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da PREFEITURA, encarregada de acompanhar a entrega dos itens licitados prestando os esclarecimento solicitados atendendo as reclamações formuladas durante as entregas.

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Fornecimento dos itens licitados;

6.2. Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

6.3. Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas neste Edital;

6.4. Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento do objeto;

6.5. Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

6.6. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

7. DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento será efetuado com até 30 dias após a entrega dos itens licitados e, devidamente atestado pela Secretaria responsável.

7.2.. O Contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”;

7.3. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado

8. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

8.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

8.3. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a PREFEITURA solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao praticado no mercado.

8.4. Fracassada a negociação com o primeiro colocado a PREFEITURA poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço do 1º (primeiro) colocado, as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

8.5. Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços**.**

9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

9.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Ata de Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do objeto decorrente deste Registro de Preços;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

9.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

9.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

9.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela PREFEITURA, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

9.5. Havendo o cancelamento da Ata de Registro de Preços, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do objeto.

9.6. Caso a PREFEITURA não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O atraso injustificado no atendimento ao objeto sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93;

10.1.1. A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com a Prefeitura Municipal de Apiacás/MT, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 20.2. b;

10.2. Ocorrendo a inexecução total ou parcial no fornecimento dos itens licitados, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

a) Advertência por escrito;

b) Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Apiacás/MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002;

10.3. Se a Fornecedora não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura Municipal de Apiacás/MT, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com esta Prefeitura e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

10.3.1. Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirada da Ordem de Fornecimento dos Itens, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

10.4. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

10.5. Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 20.2, c, d, deste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

12. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

12.1 - As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente ata de registro de preços correrão à conta das dotações orçamentárias citadas abaixo, ou das demais que possam vir a aderir a presente ata, às quais serão elencadas em momento oportuno:

06.- SECRETARIA DE SAÚDE

001.- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2063. – MANUTENÇÃO ENCARGOS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE

339030.000000-1002-MATERIAL DE CONSUMO

06.- SECRETARIA DE SAÚDE

002.- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE-PROGRAMAS

2072 – MANUTENÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL

339030.000000-1002-MATERIAL DE CONSUMO

04.- SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

002.- ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS PROPRIOS

2014.- MANUTENÇÃO E ADMINISTRAÇÃO EDUCAÇÃO

339030.000000- 1001-MATERIAL DE CONSUMO

07. - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSITENCIA SOCIAL

001. - ADM. GERAL SEC. MUN. ASSITENCIA SOCIAL

2035- MANUTENÇÃO/ ATIVIDADES DA SEC. DE AÇÃO SOCIAL

339030.00000-1000-MATERIAL DE CONSUMO

07. - SECRETARIA MUN. DE ASSITENCIA SOCIAL

002. - FUNDO MUNICIPAL DE ASSITENCIA SOCIAL

2025- MANUTENÇÃO/ ATENDIMENTO AÇÕES DO CRAS

339030.00000-1000-MATERIAL DE CONSUMO

03. - SECRETARIA DE MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

001. – ADMINISTRAÇÃO GERAL DA SECRETARIA.

2022- MANUTENÇÃO E ADM DA SECRETARIA DE FINANÇAS E ADM

339030.00000-1000-MATERIAL DE CONSUMO

05- SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E CULTURA

001- . ADM GERAL ESPORTES

2021- ATIVIDADE E MANUTENÇÃO DO ESPORTE AMADOR

339030.000000-1000-MATERIAL DE CONSUMO

11.- SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA

001- . ADMINISTRAÇÃO GERAL DA SEC INFRA ESTRUTURA

2037- MANUTENÇÃO E ATIVIDADES. SEC. DE OBRAS

339030.000000-1000-MATERIAL DE CONSUMO

09. - SECRETARIA DE AGRICULTURA E DES. ECONOMICO

001. – ADM GERAL SEC. DE AGRICULTURA E DES. ECONOMICO

2027- MANUTENÇÃO E ADM SEC. DE AGRICULTURA E DES. ECONOMICO

339030.00000-1000-MATERIAL DE CONSUMO

13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II. Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital do **Pregão Presencial nº 020/2019,** seus anexos e as propostas das classificadas.

III. é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura Municipal de Apiacás/MT.

14. DO FORO

Fica convencionado que o Foro para dirimir quaisquer dúvidas e controvérsias oriundas do presente instrumento, é o da Comarca de Apiacás - MT, por mais privilegiado que outro possa ser.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Apiacás - MT, 05 de julho de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS/MT

ADALTO JOSÉ ZAGO

PREFEITO MUNICIPAL

VALMIR DOS REIS ALVES – ME

CNPJ 06.004.143/0001-58

CONTRATA

PREFEITURA MUNICIPAL
ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PROCESSO LICITATÓRIO 036/2019

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 014/2019

PREGÃO: Nº 003/2019 – REGISTRO DE PREÇOS

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

Aos 09 dias do mês de julho do ano de 2019, o **MUNICÍPIO DE APIACÁS**, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 01.321.850/0001-54, com sede administrativa na Avenida Brasil, nº 1.059 – Bairro Bom Jesus, CEP: 78.595-000, Apiacás/MT, Brasil - Fone: (66)3593.2200, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **Adalto José Zago**, brasileiro, casado, Prefeito Municipal, portador do CPF n º 545. 625.389-53, e do RG n º 1357154-0 SSP/PR**,** residente à Ruadas Itaúbas s/n°, Bairro Bom Jesus, Apiacás/MT, doravante denominado simplesmente **ÓRGÃO GERENCIADOR** e a empresa **DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MÉDICOS HOSPITALARES-EIRELI**, inscrita no CNPJ sob o nº 21.504.525/0001-34, com sede Rua Anne Frank, 5241, Boqueirão, Curitiba/PR, CEP 81.730-010, neste ato, representada pela Sr. **Humberto Délio**

Donini, brasileiro, empresário, portador da Cédula de identidade RG 7.995.874-3- SESP/PR, inscrito no CPF/MF sob o nº 007.710.129-42, residente e domiciliado na Av. Presidente Getúlio Vargas, n° 881, Bloco C, Apto 401, Rebouças, Curitiba/PR., CEP 80.230-030, denominada simplesmente **FORNECEDOR REGISTRADO**, **FORNECEDOR REGISTRADO**, resolvem em obediência ao disposto na Lei Federal nº. 10.520/2002 subsidiariamente à Lei Federal nº 8.666/19993 (e suas alterações posteriores), Decreto Municipal nº 0156/2008 e Decreto Municipal nº 0564/2010, demais normas complementares, disposições deste instrumento e dos seus anexos e alterações posteriores, firmar a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, cuja minuta foi examinada pela Assessoria Jurídica do município de Apiacás, que emitiu seu parecer, conforme o parágrafo único do artigo 38 da Lei nº 8.666, de 1993, e ainda mediante as cláusulas e condições seguintes.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS ATENDENDO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE APIACÁS/MT**, conforme especificações do **ANEXO I**, do Edital do **PREGÃO ELETRÔNICO nº 003/2019**:

2. DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

2.1. Este instrumento guarda inteira conformidade com os termos do PREGÃO ELETRÔNICO para Registro de Preços nº 003/2019 e seus Anexos, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se, ainda, à proposta do **FORNECEDOR REGISTRADO**.

3. DA VIGÊNCIA DA ATA

3.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.

4. DO PREÇO

4.1. Os preços registrados e a indicação dos respectivos Fornecedores detentores da Ata serão publicados no Diário Oficial dos Municípios e divulgados em meio eletrônico: www.apiacas.mt.gov.br .

4.2. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles existentes no mercado, cabendo ao **ÓRGÃO GERENCIADOR** convocar os **FORNECEDORES REGISTRADOS** para negociar o novo valor.

4.2.1. Caso o **FORNECEDOR REGISTRADO** se recuse a baixar os seus preços, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** poderá liberar o fornecedor do compromisso assumido, uma vez frustrada a negociação e convocar os demais fornecedores visando a igual oportunidade de negociação.

4.3. Durante o período de validade da Ata de Registro de Preços, os preços não serão reajustados, ressalvada a superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.

4.4. O diferencial de preço entre a proposta inicial do Fornecedor detentor da Ata e a pesquisa de mercado efetuada pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** à época da abertura da proposta, bem como eventuais descontos por ela concedidos serão sempre mantidos, inclusive se houver prorrogação da validade da Ata de Registro de Preços.

5. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. O **ÓRGÃO GERENCIADOR** adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

5.2. DO(S) PREÇO(S) REGISTRADO(S) POR ITEM(NS)

Item	Código	Nome do Material	Un	Marca	Qtd	V. Unit	V. Total
1	12-01-1030	ACIDO FOSFORICO EM GEL A 37%,EMBALADO EM SERINGA DE 3 ML, ROTULO N. LOTE, DATA DE FABRICACAO/VALIDADE, COMPOSICAO E PROCEDENCIA, EMBALAGEM COM 3 UNIDADES DE 3 ML CADA	Pt	BIODINAMICA	30,00	3,50	105,00
3	12-01-1046	ALGODAO EM ROLO PARA USO ODONTOLOGICO, ROTULO COM MARCA COMERCIAL E PROCEDENCIA DE FABRICACAO, EMBALADO EM PACOTE COM 100 ROLETES	Pt	SSPLUS	200,00	1,75	350,00
6	12-01-1038	APLICADOR DESCARTAVEL COMO PINCEL PLASTICO, MICROBRUSH, CAIXA COM 100 UNIDADES, CONSTANDO EXTERNAMENTE MARCA COMERCIAL ,FABRICANTE E QUANTIDADE	Cx	FGM	20,00	9,00	180,00
9	12-01-1054	BROCA Nº 1011 DE ALTA ROTACAO DIAMANTADA ESFERICA	UN	CHAMPION MICRODONT	20,00	2,00	40,00
10	12-01-1059	BROCA Nº 1015 DE ALTA ROTACAO DIAMANTADA ESFERICA	UN	CHAMPION MICRODONT	20,00	2,00	40,00
14	12-01-1055	BROCA Nº 1012 PARA USO ODONTOLOGICO PARA ALTA ROTACAO, DIAMANTADA, ESFERICA, CONFORME AS NORMAS ISO EXISTENTES PARA OS INSTRUMENTOS ROTATIVOS ODONTOLOGICOS, PASSIVEL DE ESTERILIZACAO EM MEIOS FISICO-QUIMICOS, EMBALADA INDIVIDUALMENTE, CONTENDO EXTERNAMENTE MARCA COMERCIAL, NUMERACAO, PROCEDENCIA DE FABRICACAO	UN	CHAMPION MICRODONT	20,00	2,20	44,00
16	12-01-1057	BROCA Nº 1014 PARA USO ODONTOLOGICO PARA ALTA ROTACAO, DIAMANTADA, ESFERICA, ESTERELIZAVEL EM MEIO FISICO-QUIMICO,EMBALADO INDIVIDUALMENTE,CONTENDO EXTERNAMENTE COM NUMERO, MARCA COMERCIAL E FABRICANTE	UN	CHAMPION MICRODONT	20,00	2,00	40,00
18	12-01-1060	BROCA Nº 2200 PARA USO ODONTOLOGICO PARA ALTA ROTACAO, DIAMANTADA, CONICA CHAMA, CONFORME AS NORMAS ISO EXISTENTES PARA OS INSTRUMENTOS ROTATIVOS ODONTOLOGICOS, PASSIVEL DE ESTERILIZACAO ESTERILIZACAO EM MEIOS FISICO-QUIMICOS, EMBALADA EMBALAGEM INDIVIDUAL, CONTENDO EXTERNAMENTE MARCA COMERCIAL, NUMERACAO, PROCEDENCIA DE FABRICACAO	UN	CHAMPION MICRODONT	20,00	2,00	40,00
22	12-01-1039	CIMENTO DE OXIDO DE ZINCO PARA RESTAURACAO ODONTOLOGICA, PROVISORIA E FORRAMENTO, PO, EM FRASCO COM 50 GRAMAS, OXIDO DE ZINCO, PRESA LENTA, ROTULO CONTENDO VALIDADE , QUANTIDADE , MARCA COMERCIAL E FABRICANTE,VALIDADE DE 2 ANOS APARTIR DA DATA DE ENTREGA	UN	BIODINAMICA	10,00	5,00	50,00
25	12-01-1051	ESCOVA DE ROBSON EM FORMA DE TACA, HASTE METALICA E CERDAS DE NYLON/ SIMILAR, PARA CONTRA-ANGULO, EMBALADA INDIVIDUALMENTE, CONSTANDO EXTERNAMENTE MARCA COMERCIAL E PROCEDENCIA DE FABRICACAO	UN	MICRODONT	1.500,00	1,25	1.875,00
28	12-01-1034	FIO DENTAL ENCERADO, EM EMBALAGEM RESISTENTE E VEDADA ROLO COM 500M, CONSTANDO EXTERNAMENTE MARCA COMERCIAL, PROCEDENCIA DE FABRICACAO E VALIDADE	UN	MEDFIO	50,00	9,00	450,00

29	12-01-1035	FLUORETO DE SODIO FLUOR EM GEL, COM 2% DE FLUOR NEUTRO, PODENDO SER DE DIVERSOS SABORES : MORANGO , CEREJA , TUTTI-FRUTTI E MENTA, FRASCO DE 200ML,CONSTANDO EXTERNAMENTE VALIDADE, SABOR , MARCA COMERCIAL E FABRICANTE, RECOMENDACOES PARA ARMAZENAMENTO, VALIDADE DE 2 ANOS A PARTIR DA DATA DE ENTREGA	UN	IODONTOSUL	100,00	5,00	500,00
30	12-01-1036	FORMOCRESOL EM SOLUCAO, MISTURA DE CRESOIS E FORMOL, FRASCO COM 10ML, EMBALADO INDIVIDUALMENTE, COM MARCA COMERCIAL E FABRICANTE, RECOMENDACOES PARA ARMAZENAMENTO, VALIDADE MINIMA DE 2 ANOS DA DATA DE ENTREGA	UN	BIODINAMICA	10,00	4,00	40,00
31	12-01-1037	KIT HIDROXIDO DE CALCIO PASTA BASE/PASTA CATALIZADORA E BLOCO DE MISTURA, PASTA BASE COM 13G APROXIMADAMENTE, EM TUBOS, COMPOSTA BASICAMENTE POR ESTER GLICOL SALICILATO, FOSFATO DE CALCIO, TUNGSTATO DE CALCIO, OXIDO DE ZINCO E CORANTES MINERAIS, 01 TUBETE COM 11 G, COMPOSTO BASICAMENTE POR ETIL TOLUENO SULFONAMIDA, HIDROXIDO DE CALCIO, OXIDO DE ZINCO, DIOXIDO DE TITANIO, ESTEARATO DE ZINC, O E CORANTES MINERAIS, EMBALADO EM CAIXA, CONSTANDO EXTERNAMENTE MARCA COMERCIAL E PROCEDENCIA DE FABRICACAO, RECOMENDACOES EMBALAGEM COM RECOMENDACOES PARA PARA ARMAZENAMENTO, VALIDADE MINIMA DE 2 ANOS DA DATA DE ENTREGA, KIT.	UN	HIDCAL TECHNEW	20,00	41,00	820,00
36	13-01-1343	MASCARA CIRURGICA DESCARTAVEL, EM FALSO TECIDO BRANCO, DE AJUSTE, PREGUEADA E COM ELASTICO QUE ENVOLVE OPAVILHAO AURICULAR, COM DUPLO CAMADA, HIPOALERGICA, FILTRO QUE GARANTA BOA VENTILACAO, EMBALAGEM APROPRIADA PARA O PRODUTO, ART.31 L.8078/90 PORT.CONJ.N.1 DE 23/1/96-M. SAUDE,	Cx	SSPLUS	200,00	7,00	1. 400,00
40	12-01-1042	RESINA A1 COMPOSTA FOTOPOLIMERIZAVEL, EMBALADA EM CAIXA INDIVIDUAL, CONSTANDO EXTERNAMENTE MARCA COMERCIAL, VALIDADE MINIMA DE VALIDADE DE 24 MESES DA DATA DE ENTREGA	UN	LLIS FGM	30,00	15,00	450,00
41	12-01-1043	RESINA A2 COMPOSTA FOTOPOLIMERIZAVEL, EMBALADA EM CAIXA INDIVIDUAL, CONSTANDO EXTERNAMENTE MARCA COMERCIAL, VALIDADE MINIMA DE VALIDADE DE 24 MESES DA DATA DE ENTREGA	UN	LLIS FGM	30,00	15,00	450,00
42	12-01-1044	RESINA A3 COMPOSTA FOTOPOLIMERIZAVEL, EMBALADA EM CAIXA INDIVIDUAL, CONSTANDO EXTERNAMENTE MARCA COMERCIAL, VALIDADE MINIMA DE VALIDADE DE 24 MESES DA DATA DE ENTREGA	UN	LLIS FGM	30,00	15,00	450,00
							7. 324,00

6. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

6.1. O **FORNECEDOR REGISTRADO** terá o seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não aceitar reduzir seus preços registrados na hipótese de se tornarem superiores aos praticados no mercado;

c) houver razões de interesse público.

6.2. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho do **ÓRGÃO GERENCIADOR**.

6.3. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. A presente Ata será publicada no diário Oficial dos Municípios/MT e divulgada no portal da internet www.apiacas.mt.gov.br

8. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

8.1. São obrigações do **ÓRGÃO GERENCIADOR**:

8.1.1. Gerenciar a Ata de Registro de Preços;

8.1.2. Prestar, por meio de seu representante, as informações necessárias, bem como atestar as Notas Fiscais oriundas das obrigações contraídas;

8.1.3. Emitir pareceres sobre atos relativos à execução da ata, em especial, quanto ao acompanhamento e fiscalização dos serviços, à exigência de condições estabelecidas no Edital e à proposta de aplicação de sanções;

8.1.4. Assegurar-se do fiel cumprimento das condições estabelecidas na ata, no instrumento convocatório e seus anexos;

8.1.5. Assegurar-se de que os preços contratados são os mais vantajosos para a Administração, por meio de estudo comparativo dos preços praticados pelo mercado;

8.1.6. Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados e a aplicação de penalidades por descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços;

8.1.7. Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela Fornecedora Registrada;

8.1.8. A fiscalização exercida pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** não excluirá ou reduzirá a responsabilidade do **FORNECEDOR REGISTRADO** pela completa e perfeita execução dos serviços.

9. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR REGISTRADO

9.1. São obrigações do **FORNECEDOR REGISTRADO**:

9.1.1. Assinar a Ata de Registro de Preços em até 05 (cinco) dias corridos, contados da sua notificação;

9.1.2. Manter, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, as condições de habilitação exigidas no Edital e na presente Ata de Registro de Preços;

9.1.3. Comunicar ao Gerenciador qualquer problema ocorrido na execução do objeto da Ata de Registro de Preços;

9.1.4. Atender aos chamados do **ÓRGÃO GERENCIADOR**, visando efetuar reparos em eventuais erros cometidos na execução do objeto da Ata de Registro de Preços;

9.1.5. Abster-se de transferir direitos ou obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços sem a expressa concordância do **ÓRGÃO GERENCIADOR**.

9.1.6. Não subcontratar o objeto da presente licitação, sem o consentimento prévio do **ÓRGÃO GERENCIADOR**, o qual, caso haja, será dado por escrito.

9.1.7. Promover por sua conta, através de seguros, a cobertura dos riscos a que se julgar exposta em vista das responsabilidades que lhe cabem na execução do objeto deste edital;

9.1.8. Retirar as Requisições solicitadas referentes ao objeto do presente Pregão no Município de Apiacás/MT, Departamento de Compras, situado na Avenida Brasil, nº 1059, Bairro Bom Jesus;

9.1.9. Aceitar os acréscimos ou supressões do objeto deste edital, nos limites fixados no art. 65, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93;

9.1.10. Proceder à entrega do objeto deste edital, com os deveres e garantias constantes nos Anexos I deste Edital;

9.1.11. A contratada para a execução do objeto estará obrigada satisfazer todos os requisitos, exigências e condições estabelecidas no Edital;

9.1.12. Credenciar junto ao Município de Apiacás/MT funcionário(s) que atenderá(ão) às solicitações dos produtos, objeto deste pregão, disponibilizando ao setor competente, telefones, e-mail e outros meios de contato para atender às requisições;

9.1.13. Providenciar todos os recursos e insumos necessários ao perfeito cumprimento do objeto contratado, devendo estar incluídas no preço proposto, todas as despesas com materiais, insumos, mão de obra, fretes, embalagens, seguros, impostos, taxas, tarifas, encargos sociais e trabalhistas e demais despesas necessárias à perfeita entrega dos produtos pelo **FORNECEDOR REGISTRADO**.

9.1.14. Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração da estimativa de custos;

9.1.15. Efetuar a entrega dos produtos, objeto deste Pregão, responsabilizando-se com exclusividade por todas as despesas relativas à entrega, de acordo com a especificação e demais condições estipuladas neste Edital e na Requisição;

9.1.16. Entregar em até 10 (dez) dias após a emissão da OC – Ordem de Compra, os produtos solicitados, nas quantidades estipuladas na OC, no local indicado na mesma, sempre acompanhados da Nota Fiscal com especificação e quantidade rigorosamente idêntica ao discriminado na OC.

9.1.17. Comunicar à Secretaria requisitante dos produtos, imediatamente, após o pedido de fornecimento, os motivos que impossibilite o seu cumprimento.

9.1.18. A contratada deverá responsabilizar-se pelo transporte apropriado dos produtos, assumindo a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultante da adjudicação desta licitação.

9.1.19. A contratada deverá garantir a qualidade dos produtos licitados comprometendo-se a substituí-los, caso não atendam o padrão de qualidade exigido ou apresentem defeito de fabricação;

9.1.20. No ato da entrega os materiais serão analisados em sua totalidade, sendo que aquele(s) que não satisfizer(em) à especificação exigida será(ão) devolvido(s), à contratada;

9.1.20.1. Na ocorrência do item anterior, a contratada deverá substituir as suas expensas, no todo o(s) produto(s) em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, não atender as especificações ou, se for o caso, não estiver em conformidade com as amostras apresentadas (quando houver), no prazo de 48 (Quarenta e oito) horas, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente.

9.1.21. Responder por qualquer prejuízo que seus empregados ou prepostos causarem ao patrimônio do contratante ou a terceiros, em virtude de ação ou omissão, culposa ou dolosa, procedendo imediatamente aos reparos ou às indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente;

9.1.22. Acatar a fiscalização do objeto contratado, realizada pelo Gestor da Ata de Registro de Preços, que deverá ter suas solicitações atendidas imediatamente;

9.1.23. Responsabilizar-se integralmente pelos danos causados direta ou indiretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do fornecimento do objeto desta licitação, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização realizada pelo setor competente.

9.1.24. Credenciar junto ao Município de Apiacás/MT funcionário(s) que atenderá(ão) às solicitações dos produtos objeto deste pregão, disponibilizando ao setor competente, telefones, e-mail e outros meios de contato para atender às requisições;

9.1.25. Cumprir todas as demais obrigações impostas por este edital e seus anexos.

10. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO DOS PRODUTOS

10.1. A entrega dos produtos deverão ser feitas no Hospital Municipal de Apiacás/MT, a partir do recebimento da requisição no prazo máximo de 10 dias após a emissão da mesma, deverão ser separados e embalados conforme as necessidades da unidade requisitante.

10.2. A entrega dos produtos será de forma parcelada, de acordo com as necessidades das Secretarias interessadas, mediante apresentação da Requisição, emitida pelo setor de Compras.

10.3. Os Produtos solicitados deverão ser entregues pela empresa vencedora, sempre acompanhados de cópia da Requisição no Hospital Municipal de Apiacás, localizado à Avenida Jaime Veríssimo de Campos Junior, s/nº, Bairro Bom Jesus – CEP: 78.595-000, Apiacás - Mato Grosso – Brasil - Fone: (66)3593.1344 - licitacao@apiacas.mt.gov.br - www.apiacás.mt.gov.br, ou outro local determinado pela Administração, na presença de servidores devidamente autorizados, em conformidade com § 8°, do artigo 15, da Lei 8.666/93, em dia e horário comercial, onde a mesma terá o prazo de até 03 (três) dias para aceitar o mesmo.

10.4. A responsabilidade pelo recebimento dos materiais solicitados ficará a cargo do servidor responsável pela farmácia do Hospital Municipal de Apiacás, ou outro servidor designado pela Administração Municipal, que deverá proceder à avaliação de desempenho e atesto da nota fiscal.

10.5. O prazo de entrega poderá ser prorrogado por mútuo acordo entre as partes, para cumprimento do objeto licitado.

10.6. Os produtos dispensáveis da apresentação de amostras (quando houver), deverão ser entregues conforme especificações e disposições contidas no Anexo I do Edital e serão avaliados no ato de cada entrega efetuada pela empresa, através de servidor responsável designado para esse fim.

10.7. As condições de acondicionamento e transporte dos produtos devem ser conforme determina a Legislação vigente, podendo, os produtos serem devolvidos sem quaisquer ônus ao município, caso as exigências não sejam atendidas.

10.8. O recebimento e a aceitação do objeto deste pregão estão condicionados ao enquadramento nas especificações do objeto, descritas no anexo I, e será observado no que couber, as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

10.8.1. Somente serão aceitos materiais, dos quais constem em Nota Fiscal, o vencimento dos mesmos.

10.9. Prazo de validade dos materiais deverá ser de no mínimo 10 (dez) meses, contados a partir da data da entrega.

10.10. Se o item for vendido em caixa, deve constar em nota fiscal, a quantidade dentro de cada caixa, bem como a quantidade de caixas.

11. DAS PENALIDADES

11.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública e, será descredenciado no sistema de cadastramento de fornecedor estadual, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais. licitacao@apiacas.mt.gov.br - www.apiacás.mt.gov.br

11.2. A Administração poderá ainda, garantida a prévia defesa da licitante vencedora, que deverá ser apresentada no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da sua notificação, sem prejuízo das responsabilidades penal e civil, aplicar, as seguintes sanções:

I) advertência por escrito sempre que verificadas pequenas falhas corrigíveis;

II) multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia, pelo atraso injustificado no fornecimento, sobre o valor da contratação em atraso;

III) multa compensatória/indenizatória de 5% (cinco por cento) pelo não fornecimento do objeto desta Ata de Registro de Preços, calculada sobre o valor remanescente da presente;

IV) multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia, pelo descumprimento de qualquer cláusula ou obrigação prevista neste Edital e não discriminado nos incisos anteriores, sobre o valor da contratação em descumprimento, contada da comunicação da contratante (via internet, fax, correio ou outro), até cessar a inadimplência;

V) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Apiacás/MT, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

VI) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

VII) após o 20º (vigésimo) dia de inadimplência, a Administração terá direito de recusar a execução da contratação, de acordo com sua conveniência e oportunidade, comunicando à adjudicatária a perda de interesse no recebimento da nota Fiscal/Fatura para pagamento do objeto deste Edital, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Instrumento.

VIII) a inadimplência da Contratada, independentemente do transcurso do prazo estipulado na alínea anterior, em quaisquer dos casos, observado o interesse da Contratante e a conclusão dos procedimentos administrativos pertinentes, poderá implicar a imediata rescisão unilateral deste Contrato, com a aplicação das penalidades cabíveis;

IX) ocorrida a rescisão pelo motivo retrocitado, a Contratante poderá contratar o remanescente mediante dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, XI, da Lei Federal nº 8.666/93, observada a ordem de classificação da licitação e as mesmas condições oferecidas pela licitante vencedora, ou adotar outra medida legal para prestação dos serviços ora contratados;

X) quando aplicadas as multas previstas, mediante regular processo administrativo, poderão elas serem compensadas pelo Departamento Financeiro da Contratante, por ocasião do pagamento dos valores devidos, nos termos dos arts. 368 a 380 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil);

XI) na impossibilidade de compensação, nos termos da alínea anterior ou, inexistindo pagamento vincendo a ser realizado pela Contratante, ou, ainda, sendo este insuficiente para possibilitar a compensação de valores, a Contratada será notificada a recolher aos cofres do Erário a importância remanescente das multas aplicadas, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contado da data do recebimento, pela Contratada, do comunicado formal da decisão definitiva de aplicação da penalidade, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis.

XII) As sanções acima descritas poderão ser aplicadas cumulativamente, ou não, de acordo com a gravidade da infração;

XIII) O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor da contratação;

XIV) Nenhuma parte será responsável perante a outra pelos atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito.

XV) A multa, aplicada após regular processo administrativo, deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, ou ainda, quando for o caso, será cobrada judicialmente.

XVI) As sanções previstas nesta CLÁUSULA são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra e nem impede a sobreposição de outras sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações.

XVII) As penalidades serão aplicadas, garantido sempre o exercício do direito de defesa, após notificação endereçada à Contratada, assegurando-lhe o prazo de 5 (cinco) dias úteis para manifestação e posterior decisão da Autoridade Superior, nos termos da lei.

XVIII) As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Independente de sua transcrição, o edital e seus anexos, principalmente a proposta de preço e os documentos da proposta e da habilitação apresentados pelo **FORNECEDOR REGISTRADO** no pregão farão parte desta Ata de Registro de Preços.

12.2. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002 e da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas aplicáveis a espécie.

12.2.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

a) todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços.

b) é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira.

12.3. Qualquer órgão ou entidade integrante da Administração Pública poderá utilizar a Ata de Registro de Preços durante sua vigência, desde que manifeste interesse e mediante prévia autorização deste Departamento.

12.4. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento à outra entidade ou órgão, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

12.5. As aquisições adicionais de que trata o subitem 12.3 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

13. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão com recursos do Tesouro Municipal, consignados no Orçamento do Poder Executivo, cuja programação é a seguinte: Dotações Orçamentárias constantes do exercício 2019.

14. DO FORO

14.1. Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas da presente Ata de Registro de Preços será competente o foro da Comarca de Apiacás/MT.

E para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado, foi lavrada a presente Ata de Registro de Preços que, lida e achada conforme, é assinada em 2 (duas) vias, de igual teor e forma, pelos signatários deste instrumento e pelas testemunhas abaixo nomeadas, tendo sido arquivada uma via no Departamento de Licitação.

Apiacás, de 09 de julho de 2019.

Adalto José Zago

PREFEITO MUNICIPAL

Humberto Délio Donini

HIPERDENTAL COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS

E MÉDICO-HOSPITALAR LTDA - EPP

CONTRATADA

PREFEITURA MUNICIPAL
APOSTILAMENTO ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO

PROCESSO LICITATÓRIO 021/2019

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**: N° 009/2019**

Termo De Apostilamento N° 001/2019 Referente A Ata De Registro De Preços: N° 009/2019, ORIGINADO PELO PREGÃO ELETRONICO 001/2019, ASSINADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS E A EMPRESA Ortonutre – Com. De Produtos Hospitalares Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº 11.541.499/0001-60, com sede Rua Santos Dumont, n°3266, Bairro Zona 1, Maringa-PR, CEP 87.013-050, para realinhar os valores dos itens 026.

TENDO COMO OBJETO O FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS.

Adalto José Zago, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, com supedâneo no art. 65, § 8º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, determina o apostilamento para realinhar o valor do item 26, nos termos que se seguem:

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UN	MARCA	QUANT.	VALOR REGISTRADO	VALOR REALINHADO
26	3-01-1852	DIPIRONA SODICA, 500 MG/ML, SOLUCAO ORAL,10 ML	UN	TEUTO	30.000,00	0,69	1,66

Para que surta seus efeitos jurídicos, lavra-se o presente termo de apostilamento, com base no § 8° do Artigo 65 da Lei Federal n° 8.666/93.

Apiacás-MT. 09 de julho de 2019

Adalto José Zago

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

PREFEITURA MUNICIPAL
ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PROCESSO LICITATÓRIO 036/2019

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 014/2019

PREGÃO: Nº 003/2019 – REGISTRO DE PREÇOS

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

Aos 09 dias do mês de julho do ano de 2019, o **MUNICÍPIO DE APIACÁS**, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 01.321.850/0001-54, com sede administrativa na Avenida Brasil, nº 1.059 – Bairro Bom Jesus, CEP: 78.595-000, Apiacás/MT, Brasil - Fone: (66)3593.2200, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **Adalto José Zago**, brasileiro, casado, Prefeito Municipal, portador do CPF n º 545.625. 389-53, e do RG n º 1357154-0 SSP/PR**,** residente à Ruadas Itaúbas s/n°, Bairro Bom Jesus, Apiacás/MT, doravante denominado simplesmente **ÓRGÃO GERENCIADOR** e a empresa **FEMAP COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - ME**, inscrita no CNPJ sob nº 22.803.038/0001-35, com sede à Avenida liberdade, s/nº, Qd. 161, Lt 40, Jardim Buriti Sereno, em Aparecida de Goiânia/GO, CEP: 74.943-400 doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, representada neste ato pela Sra. **Ana Paula Evangelista da Mata**, brasileira, solteira, Empresária, portadora da Cédula de Identidade profissional nº: 3.647.896 2V, SPTC/GO, inscrita CPF/MF sob nº 898.022.841-49 residente e domiciliada à Rua 11 D, s/nº, Qd 138, Lt 07, Setor Garavelo, em aparecida de goiâni/GO CEP: 74.930-210, denominada simplesmente **FORNECEDOR REGISTRADO**, resolvem em obediência ao disposto na Lei Federal nº. 10.520/2002 subsidiariamente à Lei Federal nº 8.666/19993 (e suas alterações posteriores), Decreto Municipal nº 0156/2008 e Decreto Municipal nº 0564/2010, demais normas complementares, disposições deste instrumento e dos seus anexos e alterações posteriores, firmar a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, cuja minuta foi examinada pela Assessoria Jurídica do município de Apiacás, que emitiu seu parecer, conforme o parágrafo único do artigo 38 da Lei nº 8.666, de 1993, e ainda mediante as cláusulas e condições seguintes.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS ATENDENDO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE APIACÁS/MT**, conforme especificações do **ANEXO I**, do Edital do **PREGÃO ELETRÔNICO nº 003/2019**:

2. DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

2.1. Este instrumento guarda inteira conformidade com os termos do PREGÃO ELETRÔNICO para Registro de Preços nº 003/2019 e seus Anexos, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se, ainda, à proposta do **FORNECEDOR REGISTRADO**.

3. DA VIGÊNCIA DA ATA

3.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.

4. DO PREÇO

4.1. Os preços registrados e a indicação dos respectivos Fornecedores detentores da Ata serão publicados no Diário Oficial dos Municípios e divulgados em meio eletrônico: www.apiacas.mt.gov.br .

4.2. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles existentes no mercado, cabendo ao **ÓRGÃO GERENCIADOR** convocar os **FORNECEDORES REGISTRADOS** para negociar o novo valor.

4.2.1. Caso o **FORNECEDOR REGISTRADO** se recuse a baixar os seus preços, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** poderá liberar o fornecedor do compromisso assumido, uma vez frustrada a negociação e convocar os demais fornecedores visando a igual oportunidade de negociação.

4.3. Durante o período de validade da Ata de Registro de Preços, os preços não serão reajustados, ressalvada a superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.

4.4. O diferencial de preço entre a proposta inicial do Fornecedor detentor da Ata e a pesquisa de mercado efetuada pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** à época da abertura da proposta, bem como eventuais descontos por ela concedidos serão sempre mantidos, inclusive se houver prorrogação da validade da Ata de Registro de Preços.

5. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. O **ÓRGÃO GERENCIADOR** adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

5.2. DO(S) PREÇO(S) REGISTRADO(S) POR ITEM(NS)

Item	Código	Nome do Material	Un	Marca	Qtd	V. Unit	V. Total
2	12-01-1029	AGULHA GENGIVAL DESCARTAVEL CALIBRE G-27, LONGA, CONFECCIONADA EM ACO INOXIDAVEL, EMBALADA INDIVIDUALMENTE COM LACRE EM PLASTICO RESISTENTE, EM CAIXA COM 100 UNIDADES, CONSTANDO EXTERNAMENTE MARCA COMERCIAL, PROCEDENCIA DE FABRICACAO, RECOMENDACOES PARA ARMAZENAMENTO, VALIDADE MINIMA DE 2 ANOS DA DATA DE ENTREGA	Cx	PROCARE	6,00	31,39	188,34
17	12-01-1058	BROCA Nº 1016 G PARA USO ODONTOLOGICO PARA ALTA ROTACAO, DIAMANTADA, ESFERICA, GRONA GROSSA, CONFORME AS NORMAS ISO EXISTENTES PARA OS	UN	MICRODONT	20,00	2,10	42,00

		INSTRUMENTOS ROTATIVOS ODONTOLOGICOS, PASSIVEL DE ESTERILIZACAO AO MEIOS FISICO-QUIMICOS, EMBALADA INDIVIDUALMENTE, CONTENDO EXTERNAMENTE MARCA COMERCIAL, NUMERACAO, PROCEDENCIA DE FABRICACAO					
34	13-01-1238	LUVA PARA PROCEDIMENTO EM LATEX TAMANHO P, COMPOSTA DE LATEX 100% NATURAL; NAO ESTERIL; AMBIDESTRA; LUBRIFICADA COM PO BIOABSORVIVEL, CAIXA COM 100 UNIDADES.	Cx	MEDIX	300,00	19,49	5.847,00
35	12-01-1071	LUVA PARA PROCEDIMENTO TAM M, EM LATEX, COMPOSTA DE LATEX 100% NATURAL, NAO ESTERIL, AMBIDESTRA, LUBRIFICADA COM PO BIOABSORVIVEL. CAIXA COM 100 UNIDADES.	Cx	MEDIX	300,00	19,47	5.841,00
38	12-01-1041	PASTA PROFILATICA CONTENDO ABRASIVOS SUAVES E AROMA ARTIFICIAL, COM FLUOR, EM BISNAGAS DE 90G EMBALADAS INDIVIDUALMENTE, ACONDICIONADAS EM CAIXAS OU PACOTES CONFORME O FABRICANTE, CONSTANDO EXTERNAMENTE MARCA COMERCIAL, PROCEDENCIA DE FABRICACAO, RECOMENDACOES PARA ARMAZENAMENTO, VALIDADE MINIMA DE 02 ANOS DA DATA DE ENTREGA	UN	MAQUIRA	30,00	8,45	253,50
45	12-01-1069	SUGADOR DE SANGUE E SALIVA ACOPLADO AO EQUIPAMENTO, TUBO EM PVC, ARAME DE ACO, PONTEIRA, 110 V, PACOTE COM 40 UNIDADES.	Pt	SSPLUS	300,00	5,28	1.584,00
47	12-01-1049	TOUCA CIRURGICA DESCARTAVEL CONFECCIONADA EM TNT COM 100	PT	MEDIX	200,00	6,59	1.318,00
							15.073,84

6. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

6.1. O **FORNECEDOR REGISTRADO** terá o seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não aceitar reduzir seus preços registrados na hipótese de se tornarem superiores aos praticados no mercado;

c) houver razões de interesse público.

6.2. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho do **ÓRGÃO GERENCIADOR**.

6.3. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. A presente Ata será publicada no diário Oficial dos Municípios/MT e divulgada no portal da internet www.apiacas.mt.gov.br

8. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

8.1. São obrigações do **ÓRGÃO GERENCIADOR**:

8.1.1. Gerenciar a Ata de Registro de Preços;

8.1.2. Prestar, por meio de seu representante, as informações necessárias, bem como atestar as Notas Fiscais oriundas das obrigações contraídas;

8.1.3. Emitir pareceres sobre atos relativos à execução da ata, em especial, quanto ao acompanhamento e fiscalização dos serviços, à exigência de condições estabelecidas no Edital e à proposta de aplicação de sanções;

8.1.4. Assegurar-se do fiel cumprimento das condições estabelecidas na ata, no instrumento convocatório e seus anexos;

8.1.5. Assegurar-se de que os preços contratados são os mais vantajosos para a Administração, por meio de estudo comparativo dos preços praticados pelo mercado;

8.1.6. Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados e a aplicação de penalidades por descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços;

8.1.7. Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela Fornecedora Registrada;

8.1.8. A fiscalização exercida pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** não excluirá ou reduzirá a responsabilidade do **FORNECEDOR REGISTRADO** pela completa e perfeita execução dos serviços.

9. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR REGISTRADO

9.1. São obrigações do **FORNECEDOR REGISTRADO**:

9.1.1. Assinar a Ata de Registro de Preços em até 05 (cinco) dias corridos, contados da sua notificação;

9.1.2. Manter, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, as condições de habilitação exigidas no Edital e na presente Ata de Registro de Preços;

9.1.3. Comunicar ao Gerenciador qualquer problema ocorrido na execução do objeto da Ata de Registro de Preços;

9.1.4. Atender aos chamados do **ÓRGÃO GERENCIADOR**, visando efetuar reparos em eventuais erros cometidos na execução do objeto da Ata de Registro de Preços;

9.1.5. Abster-se de transferir direitos ou obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços sem a expressa concordância do **ÓRGÃO GERENCIADOR**.

9.1.6. Não subcontratar o objeto da presente licitação, sem o consentimento prévio do **ÓRGÃO GERENCIADOR**, o qual, caso haja, será dado por escrito.

9.1.7. Promover por sua conta, através de seguros, a cobertura dos riscos a que se julgar exposta em vista das responsabilidades que lhe cabem na execução do objeto deste edital;

9.1.8. Retirar as Requisições solicitadas referentes ao objeto do presente Pregão no Município de Apiacás/MT, Departamento de Compras, situado na Avenida Brasil, nº 1059, Bairro Bom Jesus;

9.1.9. Aceitar os acréscimos ou supressões do objeto deste edital, nos limites fixados no art. 65, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93;

9.1.10. Proceder à entrega do objeto deste edital, com os deveres e garantias constantes nos Anexos I deste Edital;

9.1.11. A contratada para a execução do objeto estará obrigada satisfazer todos os requisitos, exigências e condições estabelecidas no Edital;

9.1.12. Credenciar junto ao Município de Apiacás/MT funcionário(s) que atenderá(ão) às solicitações dos produtos, objeto deste pregão, disponibilizando ao setor competente, telefones, e-mail e outros meios de contato para atender às requisições;

9.1.13. Providenciar todos os recursos e insumos necessários ao perfeito cumprimento do objeto contratado, devendo estar incluídas no preço proposto, todas as despesas com materiais, insumos, mão de obra, fretes, embalagens, seguros, impostos, taxas, tarifas, encargos sociais e trabalhistas e demais despesas necessárias à perfeita entrega dos produtos pelo **FORNECEDOR REGISTRADO**.

9.1.14. Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração da estimativa de custos;

9.1.15. Efetuar a entrega dos produtos, objeto deste Pregão, responsabilizando-se com exclusividade por todas as despesas relativas à entrega, de acordo com a especificação e demais condições estipuladas neste Edital e na Requisição;

9.1.16. Entregar em até 10 (dez) dias após a emissão da OC – Ordem de Compra, os produtos solicitados, nas quantidades estipuladas na OC, no local indicado na mesma, sempre acompanhados da Nota Fiscal com especificação e quantidade rigorosamente idêntica ao discriminado na OC.

9.1.17. Comunicar à Secretaria requisitante dos produtos, imediatamente, após o pedido de fornecimento, os motivos que impossibilite o seu cumprimento.

9.1.18. A contratada deverá responsabilizar-se pelo transporte apropriado dos produtos, assumindo a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultante da adjudicação desta licitação.

9.1.19. A contratada deverá garantir a qualidade dos produtos licitados comprometendo-se a substituí-los, caso não atendam o padrão de qualidade exigido ou apresentem defeito de fabricação;

9.1.20. No ato da entrega os materiais serão analisados em sua totalidade, sendo que aquele(s) que não satisfizer(em) à especificação exigida será(ão) devolvido(s), à contratada;

9.1.20.1. Na ocorrência do item anterior, a contratada deverá substituir as suas expensas, no todo o(s) produto(s) em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, não atender as especificações ou, se for o caso, não estiver em conformidade com as amostras apresentadas (quando houver), no prazo de 48 (Quarenta e oito) horas, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente.

9.1.21. Responder por qualquer prejuízo que seus empregados ou prepostos causarem ao patrimônio do contratante ou a terceiros, em virtude de ação ou omissão, culposa ou dolosa, procedendo imediatamente aos reparos ou às indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente;

9.1.22. Acatar a fiscalização do objeto contratado, realizada pelo Gestor da Ata de Registro de Preços, que deverá ter suas solicitações atendidas imediatamente;

9.1.23. Responsabilizar-se integralmente pelos danos causados direta ou indiretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do fornecimento do objeto desta licitação, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização realizada pelo setor competente.

9.1.24. Credenciar junto ao Município de Apiacás/MT funcionário(s) que atenderá(ão) às solicitações dos produtos objeto deste pregão, disponibilizando ao setor competente, telefones, e-mail e outros meios de contato para atender às requisições;

9.1.25. Cumprir todas as demais obrigações impostas por este edital e seus anexos.

10 – DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO DOS PRODUTOS

10.1. A entrega dos produtos deverão ser feitas no Hospital Municipal de Apiacás/MT, a partir do recebimento da requisição no prazo máximo de 10 dias após a emissão da mesma, deverão ser separados e embalados conforme as necessidades da unidade requisitante.

10.2. A entrega dos produtos será de forma parcelada, de acordo com as necessidades das Secretarias interessadas, mediante apresentação da Requisição, emitida pelo setor de Compras.

10.3. Os Produtos solicitados deverão ser entregues pela empresa vencedora, sempre acompanhados de cópia da Requisição no Hospital Municipal de Apiacás, localizado à Avenida Jaime Veríssimo de Campos Junior, s/nº, Bairro Bom Jesus – CEP: 78.595-000, Apiacás - Mato Grosso – Brasil - Fone: (66)3593.1344 - licitacao@apiacas.mt.gov.br - www.apiacás.mt.gov.br, ou outro local determinado pela Administração, na presença de servidores devidamente autorizados, em conformidade com § 8°, do artigo 15, da Lei 8.666/93, em dia e horário comercial, onde a mesma terá o prazo de até 03 (três) dias para aceitar o mesmo.

10.4. A responsabilidade pelo recebimento dos materiais solicitados ficará a cargo do servidor responsável pela farmácia do Hospital Municipal de Apiacás, ou outro servidor designado pela Administração Municipal, que deverá proceder à avaliação de desempenho e atesto da nota fiscal.

10.5. O prazo de entrega poderá ser prorrogado por mútuo acordo entre as partes, para cumprimento do objeto licitado.

10.6. Os produtos dispensáveis da apresentação de amostras (quando houver), deverão ser entregues conforme especificações e disposições contidas no Anexo I do Edital e serão avaliados no ato de cada entrega efetuada pela empresa, através de servidor responsável designado para esse fim.

10.7. As condições de acondicionamento e transporte dos produtos devem ser conforme determina a Legislação vigente, podendo, os produtos serem devolvidos sem quaisquer ônus ao município, caso as exigências não sejam atendidas.

10.8. O recebimento e a aceitação do objeto deste pregão estão condicionados ao enquadramento nas especificações do objeto, descritas no anexo I, e será observado no que couber, as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

10.8.1. Somente serão aceitos materiais, dos quais constem em Nota Fiscal, o vencimento dos mesmos.

10.9. Prazo de validade dos materiais deverá ser de no mínimo 10 (dez) meses, contados a partir da data da entrega.

10.10. Se o item for vendido em caixa, deve constar em nota fiscal, a quantidade dentro de cada caixa, bem como a quantidade de caixas.

11. DAS PENALIDADES

11.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública e, será descredenciado no sistema de cadastramento de fornecedor estadual, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais. licitacao@apiacas.mt.gov.br - www.apiacás.mt.gov.br

11.2. A Administração poderá ainda, garantida a prévia defesa da licitante vencedora, que deverá ser apresentada no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da sua notificação, sem prejuízo das responsabilidades penal e civil, aplicar, as seguintes sanções:

I) advertência por escrito sempre que verificadas pequenas falhas corrigíveis;

II) multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia, pelo atraso injustificado no fornecimento, sobre o valor da contratação em atraso;

III) multa compensatória/indenizatória de 5% (cinco por cento) pelo não fornecimento do objeto desta Ata de Registro de Preços, calculada sobre o valor remanescente da presente;

IV) multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia, pelo descumprimento de qualquer cláusula ou obrigação prevista neste Edital e não discriminado nos incisos anteriores, sobre o valor da contratação em descumprimento, contada da comunicação da contratante (via internet, fax, correio ou outro), até cessar a inadimplência;

V) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Apiacás/MT, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

VI) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

VII) após o 20º (vigésimo) dia de inadimplência, a Administração terá direito de recusar a execução da contratação, de acordo com sua conveniência e oportunidade, comunicando à adjudicatária a perda de interesse no recebimento da nota Fiscal/Fatura para pagamento do objeto deste Edital, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Instrumento.

VIII) a inadimplência da Contratada, independentemente do transcurso do prazo estipulado na alínea anterior, em quaisquer dos casos, observado o interesse da Contratante e a conclusão dos procedimentos administrativos pertinentes, poderá implicar a imediata rescisão unilateral deste Contrato, com a aplicação das penalidades cabíveis;

IX) ocorrida a rescisão pelo motivo retrocitado, a Contratante poderá contratar o remanescente mediante dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, XI, da Lei Federal nº 8.666/93, observada a ordem de classificação da licitação e as mesmas condições oferecidas pela licitante vencedora, ou adotar outra medida legal para prestação dos serviços ora contratados;

X) quando aplicadas as multas previstas, mediante regular processo administrativo, poderão elas serem compensadas pelo Departamento Financeiro da Contratante, por ocasião do pagamento dos valores devidos, nos termos dos arts. 368 a 380 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil);

XI) na impossibilidade de compensação, nos termos da alínea anterior ou, inexistindo pagamento vincendo a ser realizado pela Contratante, ou, ainda, sendo este insuficiente para possibilitar a compensação de valores, a Contratada será notificada a recolher aos cofres do Erário a importância remanescente das multas aplicadas, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contado da data do recebimento, pela Contratada, do comunicado formal da decisão definitiva de aplicação da penalidade, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis.

XII) As sanções acima descritas poderão ser aplicadas cumulativamente, ou não, de acordo com a gravidade da infração;

XIII) O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor da contratação;

XIV) Nenhuma parte será responsável perante a outra pelos atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito.

XV) A multa, aplicada após regular processo administrativo, deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, ou ainda, quando for o caso, será cobrada judicialmente.

XVI) As sanções previstas nesta CLÁUSULA são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra e nem impede a sobreposição de outras sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações.

XVII) As penalidades serão aplicadas, garantido sempre o exercício do direito de defesa, após notificação endereçada à Contratada, assegurando-lhe o prazo de 5 (cinco) dias úteis para manifestação e posterior decisão da Autoridade Superior, nos termos da lei.

XVIII) As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Independente de sua transcrição, o edital e seus anexos, principalmente a proposta de preço e os documentos da proposta e da habilitação apresentados pelo **FORNECEDOR REGISTRADO** no pregão farão parte desta Ata de Registro de Preços.

12.2. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002 e da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas aplicáveis a espécie.

12.2.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

a) todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços.

b) é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira.

12.3. Qualquer órgão ou entidade integrante da Administração Pública poderá utilizar a Ata de Registro de Preços durante sua vigência, desde que manifeste interesse e mediante prévia autorização deste Departamento.

12.4. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento à outra entidade ou órgão, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

12.5. As aquisições adicionais de que trata o subitem 12.3 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

13. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão com recursos do Tesouro Municipal, consignados no Orçamento do Poder Executivo, cuja programação é a seguinte: Dotações Orçamentárias constantes do exercício 2019.

14. DO FORO

14.1. Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas da presente Ata de Registro de Preços será competente o foro da Comarca de Apiacás/MT.

E para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado, foi lavrada a presente Ata de Registro de Preços que, lida e achada conforme, é assinada em 2 (duas) vias, de igual teor e forma, pelos signatários deste instrumento e pelas testemunhas abaixo nomeadas, tendo sido arquivada um via no Departamento de Licitação.

Apiacás, de 09 de julho de 2019.

Adalto José Zago

Prefeito Municipal

Ana Paula Evangelista da Mata

FEMAP COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - ME

CONTRATADA

ASSISTÊNCIA SOCIAL
DECRETO Nº 0166/2019

SÚMULA: DISPÕE SOBRE CONVOCAÇÃO DA VIII CONFERÊNCIAL MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

ADALTO JOSÉ ZAGO , Prefeito Municipal de Apiacás , Estado de Mato Grosso ,usando de suas atribuições legais:

O Prefeito Municipal de Apiacás Mato grosso, em conjunto com a Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social, no uso de suas atribuições e, considerando a necessidade de avaliar e propor diretrizes para a implementação da Política de Assistência Social no Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica convocada a VIII Conferência Municipal de Assistência Social, a ser realizada no(s) dia(s) 16 de Agosto de 2019, tendo como tema central: “EM DEFESA DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL COMO DIREITO DO CIDADÃO E DEVER DO ESTADO”.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, correrão por conta de dotação própria do orçamento do órgão gestor municipal de Assistência Social.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Apiacás-MT, 09 de Julho de 2019.

_____

Adalto José Zago

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL
ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PROCESSO LICITATÓRIO 036/2019

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 014/2019

PREGÃO: Nº 003/2019 – REGISTRO DE PREÇOS

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

Aos 09 dias do mês de junho do ano de 2019, o **MUNICÍPIO DE APIACÁS**, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 01.321.850/0001-54, com sede administrativa na Avenida Brasil, nº 1.059 – Bairro Bom Jesus, CEP: 78.595-000, Apiacás/MT, Brasil - Fone: (66)3593.2200, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **Adalto José Zago**, brasileiro, casado, Prefeito Municipal, portador do CPF n º 545.625.389-53, e do RG n º 1357154-0 SSP/PR**,** residente à Ruadas Itaúbas s/n°, Bairro Bom Jesus, Apiacás/MT, doravante denominado simplesmente **ÓRGÃO GERENCIADOR** e a empresa **DENTAL OESTE EIRELI - EPP**, inscrita no CNPJ sob nº 05.412.147/0001-02, com sede à Rua das Flores, nº 549, Centro, Iporã do Oeste/SC, CEP: 89.899-000, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, representada neste ato pelo Sr. **Jackson Luiz Berti**, brasileiro, empresário, portador da Cédula de Identidade nº: 1.851.582 SSP/SC, inscrito CPF/MF sob nº 726.179.939-49 residente e domiciliado na Rua das Flores, nº 326, Centro, Iporã do Oeste/SC, CEP: 89.899-000, denominada simplesmente **FORNECEDOR REGISTRADO**, resolvem em obediência ao disposto na Lei Federal nº. 10.520/2002 subsidiariamente à Lei Federal nº 8.666/19993 (e suas alterações posteriores), Decreto Municipal

nº 0156/2008 e Decreto Municipal nº 0564/2010, demais normas complementares, disposições deste instrumento e dos seus anexos e alterações posteriores, firmar a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, cuja minuta foi examinada pela Assessoria Jurídica do município de Apiacás, que emitiu seu parecer, conforme o parágrafo único do artigo 38 da Lei nº 8.666, de 1993, e ainda mediante as cláusulas e condições seguintes.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS ATENDENDO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE APIACÁS/MT**, conforme especificações do **ANEXO I**, do Edital do **PREGÃO ELETRÔNICO nº 003/2019**:

2. DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

2.1. Este instrumento guarda inteira conformidade com os termos do PREGÃO ELETRÔNICO para Registro de Preços nº 003/2019 e seus Anexos, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se, ainda, à proposta do **FORNECEDOR REGISTRADO**.

3. DA VIGÊNCIA DA ATA

3.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.

4. DO PREÇO

4.1. Os preços registrados e a indicação dos respectivos Fornecedores detentores da Ata serão publicados no Diário Oficial dos Municípios e divulgados em meio eletrônico: www.apiacas.mt.gov.br .

4.2. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles existentes no mercado, cabendo ao **ÓRGÃO GERENCIADOR** convocar os **FORNECEDORES REGISTRADOS** para negociar o novo valor.

4.2.1. Caso o **FORNECEDOR REGISTRADO** se recuse a baixar os seus preços, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** poderá liberar o fornecedor do compromisso assumido, uma vez frustrada a negociação e convocar os demais fornecedores visando a igual oportunidade de negociação.

4.3. Durante o período de validade da Ata de Registro de Preços, os preços não serão reajustados, ressalvada a superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.

4.4. O diferencial de preço entre a proposta inicial do Fornecedor detentor da Ata e a pesquisa de mercado efetuada pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** à época da abertura da proposta, bem como eventuais descontos por ela concedidos serão sempre mantidos, inclusive se houver prorrogação da validade da Ata de Registro de Preços.

5. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. O **ÓRGÃO GERENCIADOR** adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

5.2. DO(S) PREÇO(S) REGISTRADO(S) POR ITEM(NS)

Item	Código	Nome do Material	Un	Marca	Qtd	V. Unit	V. Total
4	12-01-1050	ANESTESICO LOCAL INJETAVEL A BASE DE PRILOCAINA A 3% E FELIPRESSINA (OCTAPRESSIN), TUBETES COM 1,8ML, EMBALADO EM CAIXA COM 50 TUBETES, CONSTANDO EXTERNAMENTE MARCA COMERCIAL, PROCEDENCIA DE FABRICACAO, RECOMENDACOES PARA ARMAZENAMENTO, VALIDADE MINIMA DE 2 ANOS DA DATA DE ENTREGA	Cx	DLA	200,00	61,99	12.398,00
5	12-01-1028	ANESTESICO TOPICO EM FORMA DE GEL, COM SABORES DIVERSOS, EM POTE COM APROXIMADAMENTE 12 G, CONSTANDO EXTERNAMENTE MARCA COMERCIAL, PROCEDENCIA DE FABRICACAO, RECOMENDACOES PARA ARMAZENAMENTO, VALIDADE MINIMA DE 2 ANOS DA DATA DE ENTREGA	UN	DFL	100,00	6,24	624,00
11	12-01-1062	BROCA Nº 04 PARA USO ODONTOLOGICO PARA ALTA ROTACAO, ACO CARBIDE, ESFERICA, CONFORME AS NORMAS ISO EXISTENTES PARA OS INSTRUMENTOS ROTATIVOS ODONTOLOGICOS, PASSIVEL DE ESTERILIZACAO EM MEIOS FISICO-QUIMICOS, EMBALADA INDIVIDUALMENTE, CONTENDO EXTERNAMENTE MARCA COMERCIAL, NUMERACAO, PROCEDENCIA DE FABRICACAO	UN	KAVO	20,00	3,98	79,60
12	12-01-1061	BROCA Nº 05 PARA USO ODONTOLOGICO PARA ALTA-ROTACAO, ACO CARBIDE, ESFERICA, CONFORME AS NORMAS ISO EXISTENTES PARA OS INSTRUMENTOS ROTATIVOS ODONTOLOGICOS, PASSIVEL DE ESTERILIZACAO EM MEIOS FISICO-QUIMICOS, EMBALADA INDIVIDUALMENTE, CONTENDO EXTERNAMENTE MARCA COMERCIAL, NUMERACAO, PROCEDENCIA DE FABRICACAO	UN	KAVO	20,00	3,84	76,80
13	12-01-1072	BROCA Nº 06 PARA USO ODONTOLOGICO PARA ALTA-ROTACAO, ACO CARBIDE, ESFERICA, CONFORME AS NORMAS ISO EXISTENTES PARA OS INSTRUMENTOS ROTATIVOS ODONTOLOGICOS, PASSIVEL DE ESTERILIZACAO EM MEIOS FISICO-QUIMICOS, EMBALADA INDIVIDUALMENTE, CONTENDO EXTERNAMENTE MARCA COMERCIAL, NUMERACAO, PROCEDENCIA DE FABRICACAO	UN	KAVO	20,00	3,84	76,80
27	12-01-1031	EUGENOL LIQUIDO, FRASCO COM 20ML, EMBALADO INDIVIDUALMENTE, CONSTANDO EXTERNAMENTE MARCA COMERCIAL E PROCEDENCIA DE FABRICACAO, RECOMENDACOES PARA ARMAZENAMENTO, VALIDADE MINIMA 2 ANOS DA DATA DE ENTREGA	UN	BIODINAMICA	10,00	11,49	114,90
32	12-01-1052	KIT MISTO - IONOMERO DE VIDRO PARA RESTAURACOES ESTETICAS, FOTOPOLIMERIZAVEL, APRESENTACAO EM CAPSULA, COMPOSTO POR CIMENTO DE IONOMERO DE VIDRO REFORCADO COM RESINA, EMBALADO EM CAIXA COM 50 CAPSULAS, CONSTANDO EXTERNAMENTE MARCA COMERCIAL, PROCEDENCIA DE FABRICACAO E VALIDADE,VALIDADE MINIMA DE 2 ANOS A PARTIR DA DATA DE ENTREGA	UN	SDI	10,00	148,99	1.489,90
43	12-01-1045	RESINA COR B1 COMPOSTA FOTOPOLIMERIZAVEL MATRIZ ORGANICA: BIS-GMA, UDMA, BIS-EMA E CANFOROQUINONA. A CARGA INORGANICA 100% ZIRCONIA/SILICA PARTE INORGANICA: ZIRCONIA/SILICA COM 82% EM PESO (60% EM VOLUME). O TAMANHO MEDIO DAS PARTICULAS E DE 0,6 ¼ M.	UN	KERR	20,00	24,99	499,80
46	12-01-1048	TIRA DE LIXA DE ACO, ENVELOPE COM 12 UNIDADES PARA ACABAMENTO E POLIMENTO DE RESTAURACOES DE AMALGAMA, TIRAS DE 6MM DE LARGURA, EMBALADA INDIVIDUALMENTE, CONSTANDO EXTERNAMENTE MARCA COMERCIAL, PROCEDENCIA DE FABRICACAO	Cx	BIODINAMICA	50,00	5,97	298,50

							15.658,30

6. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

6.1. O **FORNECEDOR REGISTRADO** terá o seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não aceitar reduzir seus preços registrados na hipótese de se tornarem superiores aos praticados no mercado;

c) houver razões de interesse público.

6.2. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho do **ÓRGÃO GERENCIADOR**.

6.3. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. A presente Ata será publicada no diário Oficial dos Municípios/MT e divulgada no portal da internet www.apiacas.mt.gov.br

8. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

8.1. São obrigações do **ÓRGÃO GERENCIADOR**:

8.1.1. Gerenciar a Ata de Registro de Preços;

8.1.2. Prestar, por meio de seu representante, as informações necessárias, bem como atestar as Notas Fiscais oriundas das obrigações contraídas;

8.1.3. Emitir pareceres sobre atos relativos à execução da ata, em especial, quanto ao acompanhamento e fiscalização dos serviços, à exigência de condições estabelecidas no Edital e à proposta de aplicação de sanções;

8.1.4. Assegurar-se do fiel cumprimento das condições estabelecidas na ata, no instrumento convocatório e seus anexos;

8.1.5. Assegurar-se de que os preços contratados são os mais vantajosos para a Administração, por meio de estudo comparativo dos preços praticados pelo mercado;

8.1.6. Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados e a aplicação de penalidades por descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços;

8.1.7. Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela Fornecedora Registrada;

8.1.8. A fiscalização exercida pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** não excluirá ou reduzirá a responsabilidade do **FORNECEDOR REGISTRADO** pela completa e perfeita execução dos serviços.

9. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR REGISTRADO

9.1. São obrigações do **FORNECEDOR REGISTRADO**:

9.1.1. Assinar a Ata de Registro de Preços em até 05 (cinco) dias corridos, contados da sua notificação;

9.1.2. Manter, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, as condições de habilitação exigidas no Edital e na presente Ata de Registro de Preços;

9.1.3. Comunicar ao Gerenciador qualquer problema ocorrido na execução do objeto da Ata de Registro de Preços;

9.1.4. Atender aos chamados do **ÓRGÃO GERENCIADOR**, visando efetuar reparos em eventuais erros cometidos na execução do objeto da Ata de Registro de Preços;

9.1.5. Abster-se de transferir direitos ou obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços sem a expressa concordância do **ÓRGÃO GERENCIADOR**.

9.1.6. Não subcontratar o objeto da presente licitação, sem o consentimento prévio do **ÓRGÃO GERENCIADOR**, o qual, caso haja, será dado por escrito.

9.1.7. Promover por sua conta, através de seguros, a cobertura dos riscos a que se julgar exposta em vista das responsabilidades que lhe cabem na execução do objeto deste edital;

9.1.8. Retirar as Requisições solicitadas referentes ao objeto do presente Pregão no Município de Apiacás/MT, Departamento de Compras, situado na Avenida Brasil, nº 1059, Bairro Bom Jesus;

9.1.9. Aceitar os acréscimos ou supressões do objeto deste edital, nos limites fixados no art. 65, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93;

9.1.10. Proceder à entrega do objeto deste edital, com os deveres e garantias constantes nos Anexos I deste Edital;

9.1.11. A contratada para a execução do objeto estará obrigada satisfazer todos os requisitos, exigências e condições estabelecidas no Edital;

9.1.12. Credenciar junto ao Município de Apiacás/MT funcionário(s) que atenderá(ão) às solicitações dos produtos, objeto deste pregão, disponibilizando ao setor competente, telefones, e-mail e outros meios de contato para atender às requisições;

9.1.13. Providenciar todos os recursos e insumos necessários ao perfeito cumprimento do objeto contratado, devendo estar incluídas no preço proposto, todas as despesas com materiais, insumos, mão de obra, fretes, embalagens, seguros, impostos, taxas, tarifas, encargos sociais e trabalhistas e demais despesas necessárias à perfeita entrega dos produtos pelo **FORNECEDOR REGISTRADO**.

9.1.14. Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração da estimativa de custos;

9.1.15. Efetuar a entrega dos produtos, objeto deste Pregão, responsabilizando-se com exclusividade por todas as despesas relativas à entrega, de acordo com a especificação e demais condições estipuladas neste Edital e na Requisição;

9.1.16. Entregar em até 10 (dez) dias após a emissão da OC – Ordem de Compra, os produtos solicitados, nas quantidades estipuladas na OC, no local indicado na mesma, sempre acompanhados da Nota Fiscal com especificação e quantidade rigorosamente idêntica ao discriminado na OC.

9.1.17. Comunicar à Secretaria requisitante dos produtos, imediatamente, após o pedido de fornecimento, os motivos que impossibilite o seu cumprimento.

9.1.18. A contratada deverá responsabilizar-se pelo transporte apropriado dos produtos, assumindo a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultante da adjudicação desta licitação.

9.1.19. A contratada deverá garantir a qualidade dos produtos licitados comprometendo-se a substituí-los, caso não atendam o padrão de qualidade exigido ou apresentem defeito de fabricação;

9.1.20. No ato da entrega os materiais serão analisados em sua totalidade, sendo que aquele(s) que não satisfizer(em) à especificação exigida será(ão) devolvido(s), à contratada;

9.1.20.1. Na ocorrência do item anterior, a contratada deverá substituir as suas expensas, no todo o(s) produto(s) em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, não atender as especificações ou, se for o caso, não estiver em conformidade com as amostras apresentadas (quando houver), no prazo de 48 (Quarenta e oito) horas, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente.

9.1.21. Responder por qualquer prejuízo que seus empregados ou prepostos causarem ao patrimônio do contratante ou a terceiros, em virtude de ação ou omissão, culposa ou dolosa, procedendo imediatamente aos reparos ou às indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente;

9.1.22. Acatar a fiscalização do objeto contratado, realizada pelo Gestor da Ata de Registro de Preços, que deverá ter suas solicitações atendidas imediatamente;

9.1.23. Responsabilizar-se integralmente pelos danos causados direta ou indiretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do fornecimento do objeto desta licitação, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização realizada pelo setor competente.

9.1.24. Credenciar junto ao Município de Apiacás/MT funcionário(s) que atenderá(ão) às solicitações dos produtos objeto deste pregão, disponibilizando ao setor competente, telefones, e-mail e outros meios de contato para atender às requisições;

9.1.25. Cumprir todas as demais obrigações impostas por este edital e seus anexos.

10 – DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO DOS PRODUTOS

10.1. A entrega dos produtos deverão ser feitas no Hospital Municipal de Apiacás/MT, a partir do recebimento da requisição no prazo máximo de 10 dias após a emissão da mesma, deverão ser separados e embalados conforme as necessidades da unidade requisitante.

10.2. A entrega dos produtos será de forma parcelada, de acordo com as necessidades das Secretarias interessadas, mediante apresentação da Requisição, emitida pelo setor de Compras.

10.3. Os Produtos solicitados deverão ser entregues pela empresa vencedora, sempre acompanhados de cópia da Requisição no Hospital Municipal de Apiacás, localizado à Avenida Jaime Veríssimo de Campos Junior, s/nº, Bairro Bom Jesus – CEP: 78.595-000, Apiacás - Mato Grosso – Brasil - Fone: (66)3593.1344 - licitacao@apiacas.mt.gov.br - www.apiacás.mt.gov.br, ou outro local determinado pela Administração, na presença de servidores devidamente autorizados, em conformidade com § 8°, do artigo 15, da Lei 8.666/93, em dia e horário comercial, onde a mesma terá o prazo de até 03 (três) dias para aceitar o mesmo.

10.4. A responsabilidade pelo recebimento dos materiais solicitados ficará a cargo do servidor responsável pela farmácia do Hospital Municipal de Apiacás, ou outro servidor designado pela Administração Municipal, que deverá proceder à avaliação de desempenho e atesto da nota fiscal.

10.5. O prazo de entrega poderá ser prorrogado por mútuo acordo entre as partes, para cumprimento do objeto licitado.

10.6. Os produtos dispensáveis da apresentação de amostras (quando houver), deverão ser entregues conforme especificações e disposições contidas no Anexo I do Edital e serão avaliados no ato de cada entrega efetuada pela empresa, através de servidor responsável designado para esse fim.

10.7. As condições de acondicionamento e transporte dos produtos devem ser conforme determina a Legislação vigente, podendo, os produtos serem devolvidos sem quaisquer ônus ao município, caso as exigências não sejam atendidas.

10.8. O recebimento e a aceitação do objeto deste pregão estão condicionados ao enquadramento nas especificações do objeto, descritas no anexo I, e será observado no que couber, as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

10.8.1. Somente serão aceitos materiais, dos quais constem em Nota Fiscal, o vencimento dos mesmos.

10.9. Prazo de validade dos materiais deverá ser de no mínimo 10 (dez) meses, contados a partir da data da entrega.

10.10. Se o item for vendido em caixa, deve constar em nota fiscal, a quantidade dentro de cada caixa, bem como a quantidade de caixas.

11. DAS PENALIDADES

11.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública e, será descredenciado no sistema de cadastramento de fornecedor estadual, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais. licitacao@apiacas.mt.gov.br - www.apiacás.mt.gov.br

11.2. A Administração poderá ainda, garantida a prévia defesa da licitante vencedora, que deverá ser apresentada no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da sua notificação, sem prejuízo das responsabilidades penal e civil, aplicar, as seguintes sanções:

I) advertência por escrito sempre que verificadas pequenas falhas corrigíveis;

II) multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia, pelo atraso injustificado no fornecimento, sobre o valor da contratação em atraso;

III) multa compensatória/indenizatória de 5% (cinco por cento) pelo não fornecimento do objeto desta Ata de Registro de Preços, calculada sobre o valor remanescente da presente;

IV) multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia, pelo descumprimento de qualquer cláusula ou obrigação prevista neste Edital e não discriminado nos incisos anteriores, sobre o valor da contratação em descumprimento, contada da comunicação da contratante (via internet, fax, correio ou outro), até cessar a inadimplência;

V) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Apiacás/MT, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

VI) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

VII) após o 20º (vigésimo) dia de inadimplência, a Administração terá direito de recusar a execução da contratação, de acordo com sua conveniência e oportunidade, comunicando à adjudicatária a perda de interesse no recebimento da nota Fiscal/Fatura para pagamento do objeto deste Edital, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Instrumento.

VIII) a inadimplência da Contratada, independentemente do transcurso do prazo estipulado na alínea anterior, em quaisquer dos casos, observado o interesse da Contratante e a conclusão dos procedimentos administrativos pertinentes, poderá implicar a imediata rescisão unilateral deste Contrato, com a aplicação das penalidades cabíveis;

IX) ocorrida a rescisão pelo motivo retrocitado, a Contratante poderá contratar o remanescente mediante dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, XI, da Lei Federal nº 8.666/93, observada a ordem de classificação da licitação e as mesmas condições oferecidas pela licitante vencedora, ou adotar outra medida legal para prestação dos serviços ora contratados;

X) quando aplicadas as multas previstas, mediante regular processo administrativo, poderão elas serem compensadas pelo Departamento Financeiro da Contratante, por ocasião do pagamento dos valores devidos, nos termos dos arts. 368 a 380 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil);

XI) na impossibilidade de compensação, nos termos da alínea anterior ou, inexistindo pagamento vincendo a ser realizado pela Contratante, ou, ainda, sendo este insuficiente para possibilitar a compensação de valores, a Contratada será notificada a recolher aos cofres do Erário a importância remanescente das multas aplicadas, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contado da data do recebimento, pela Contratada, do comunicado formal da decisão definitiva de aplicação da penalidade, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis.

XII) As sanções acima descritas poderão ser aplicadas cumulativamente, ou não, de acordo com a gravidade da infração;

XIII) O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor da contratação;

XIV) Nenhuma parte será responsável perante a outra pelos atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito.

XV) A multa, aplicada após regular processo administrativo, deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, ou ainda, quando for o caso, será cobrada judicialmente.

XVI) As sanções previstas nesta CLÁUSULA são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra e nem impede a sobreposição de outras sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações.

XVII) As penalidades serão aplicadas, garantido sempre o exercício do direito de defesa, após notificação endereçada à Contratada, assegurando-lhe o prazo de 5 (cinco) dias úteis para manifestação e posterior decisão da Autoridade Superior, nos termos da lei.

XVIII) As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Independente de sua transcrição, o edital e seus anexos, principalmente a proposta de preço e os documentos da proposta e da habilitação apresentados pelo **FORNECEDOR REGISTRADO** no pregão farão parte desta Ata de Registro de Preços.

12.2. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002 e da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas aplicáveis a espécie.

12.2.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

a) todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços.

b) é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira.

12.3. Qualquer órgão ou entidade integrante da Administração Pública poderá utilizar a Ata de Registro de Preços durante sua vigência, desde que manifeste interesse e mediante prévia autorização deste Departamento.

12.4. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento à outra entidade ou órgão, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

12.5. As aquisições adicionais de que trata o subitem 12.3 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

13. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão com recursos do Tesouro Municipal, consignados no Orçamento do Poder Executivo, cuja programação é a seguinte: Dotações Orçamentárias constantes do exercício 2019.

14. DO FORO

14.1. Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas da presente Ata de Registro de Preços será competente o foro da Comarca de Apiacás/MT.

E para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado, foi lavrada a presente Ata de Registro de Preços que, lida e achada conforme, é assinada em 2 (duas) vias, de igual teor e forma, pelos signatários deste instrumento e pelas testemunhas abaixo nomeadas, tendo sido arquivada um via no Departamento de Licitação.

Apiacás, de 09 de junho de 2019.

Adalto José Zago

Prefeito Municipal

Jackson Luiz Berti

DENTAL OESTE EIRELI - EPP

CONTRATADA

PREFEITURA MUNICIPAL /ADMINISTRAÇÃO
IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL (ITR)

EDITAL DE INTIMAÇÃO FISCAL N° 00012, de 09 de Julho de 2019.

MUNICÍPIO - APIACAS - MT

Delegação de Atribuição - Lei nº11.250, de 27 de dezembro de 2005 - EC nº42/2003

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar

de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do

artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196

/2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado

[s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste

município para tomar ciência do[s] Termo[s] de Intimação Fiscal [ITR] a seguir identificado[s].

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á

feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

Sujeito(s) Passivo(s)

Nome Completo / Razão Social CPF/CNPJ Termo de Intimação Fiscal (ITR)

VANDER PADUA MELLO 802.603.738-34 9773/00273/2019

ALICE ESCOLATICA DAS DORES 621.439.801-91 9773/00278/2019

Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR

Nome: EDEMIR DELLA GIUSTINA Matrícula: 00001379

Cargo: SECRETARIO MUNICIPAL DE FINANÇAS Assinatura:

Data de afixação:

Data de desafixação:

09/07/2019

24/07/2019

PREFEITURA MUNICIPAL
RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRONICO Nº 003/2019- PROCESSO LICITATÓRIO Nº 036/2019

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS ATENDENDO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE APIACÁS, MATO GROSSO.

EMPRESAS VENCEDORAS:

DENTAL OESTE EIRELI - EPP - CNPJ sob nº 05.412.147/0001-02 vencedora nos itens 04, 05, 11, 12 ,1 3, 27, 32, 43 e 46

Valor total do fornecedor R$ 15.658,30 (quinze mil seiscentos e cinquenta e oito reais e trinta centavos).

FEMAP COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA – ME - CNPJ sob nº 22.803.038/0001-35

Vencedora nos itens 02, 17, 34, 35, 38, 45 e 47

Valor total do fornecedor R$ 15.073,84 (quinze mil setenta e três reais e oitenta e quatro centavos).

DENTAL HIGIX DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS, MÉDICOS HOSPITALARES EIRELI - EPP, CNPJ sob nº 26.240.632/0001-16, vencedora nos itens 044.

Valor total do fornecedor R$ 2.980,00 (dois mil novecentos e oitenta reais).

DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MÉDICOS HOSPITALARES-EIRELI- CNPJ sob o nº 21.504.525/0001-34, vencedora nos itens 01, 03, 06, 09, 10, 14, 16, 18, 22, 25, 28, 29, 30, 31, 36, 40, 41 e 42.

Valor total do fornecedor R$ 7.324,00 (sete mil trezentos e vinte e quatro reais).

EQUIPOS COMÉRCIAL LTDA-EPP - CNPJ sob nº 11.674.540/0001-77, vencedora nos itens 20, 23, 37 e 39.

Valor total do fornecedor R$ 5.760,00 (cinco mil setecentos e sessenta reais).

HIPERDENTAL COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E MÉDICO-HOSPITALAR LTDA - EPP, CNPJ sob nº 13.994.852/0001-93, vencedora nos itens 07, 08, 15, 19, 21, 24, 26 e 33.

Valor total do fornecedor R$ 12.384,70 (doze mil trezentos e oitenta e quatro reais e setenta centavos).

PREFEITURA MUNICIPAL
ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PROCESSO LICITATÓRIO 036/2019

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 014/2019

PREGÃO: Nº 003/2019 – REGISTRO DE PREÇOS

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

Aos 09 dias do mês de julho do ano de 2019, o **MUNICÍPIO DE APIACÁS**, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 01.321.850/0001-54, com sede administrativa na Avenida Brasil, nº 1.059 – Bairro Bom Jesus, CEP: 78.595-000, Apiacás/MT, Brasil - Fone: (66)3593.2200, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **Adalto José Zago**, brasileiro, casado, Prefeito Municipal, portador do CPF n º 545.625.389-53, e do RG n º 1357154-0 SSP/PR**,** residente à Rua**das Itaúbas s/n°, Bairro Bom Jesus, Apiacás/MT**, doravante denominado simplesmente **ÓRGÃO GERENCIADOR** e a empresa **EQUIPOS COMÉRCIAL LTDA-EPP**, inscrita no CNPJ sob nº 11.674.540/0001-77, com sede à Rua Pérola, nº 38, Vila Oliveira, em Rolandia/PR, CEP: 86.600-000 doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, representada neste ato pela Sra. **Wildimara Oliveira de Moraes**, brasileira, casada, empresária, portadora da Cédula de Identidade nº: 5.528.707-4 SSP/PR, inscrita CPF/MF sob nº 822.368.369-53, residente e domiciliada nà Avenida Luigi Amorese, nº 5674, JD Leonor, CEP: 86.071-020, denominada simplesmente **FORNECEDOR REGISTRADO**, resolvem em obediência ao disposto na Lei Federal nº. 10.520/2002 subsidiariamente à Lei Federal nº 8.666/19993 (e suas alterações posteriores), Decreto Municipal nº 0156/2008 e Decreto Municipal nº 0564/2010, demais normas complementares, disposições deste instrumento e dos seus anexos e alterações posteriores, firmar a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, cuja minuta foi examinada pela Assessoria Jurídica do município de Apiacás, que emitiu seu parecer, conforme o parágrafo único do artigo 38 da Lei nº 8.666, de 1993, e ainda mediante as cláusulas e condições seguintes.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS ATENDENDO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE APIACÁS/MT**, conforme especificações do **ANEXO I**, do Edital do **PREGÃO ELETRÔNICO nº 003/2019**:

2. DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

2.1. Este instrumento guarda inteira conformidade com os termos do PREGÃO ELETRÔNICO para Registro de Preços nº 003/2019 e seus Anexos, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se, ainda, à proposta do **FORNECEDOR REGISTRADO**.

3. DA VIGÊNCIA DA ATA

3.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.

4. DO PREÇO

4.1. Os preços registrados e a indicação dos respectivos Fornecedores detentores da Ata serão publicados no Diário Oficial dos Municípios e divulgados em meio eletrônico: www.apiacas.mt.gov.br .

4.2. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles existentes no mercado, cabendo ao **ÓRGÃO GERENCIADOR** convocar os **FORNECEDORES REGISTRADOS** para negociar o novo valor.

4.2.1. Caso o **FORNECEDOR REGISTRADO** se recuse a baixar os seus preços, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** poderá liberar o fornecedor do compromisso assumido, uma vez frustrada a negociação e convocar os demais fornecedores visando a igual oportunidade de negociação.

4.3. Durante o período de validade da Ata de Registro de Preços, os preços não serão reajustados, ressalvada a superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.

4.4. O diferencial de preço entre a proposta inicial do Fornecedor detentor da Ata e a pesquisa de mercado efetuada pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** à época da abertura da proposta, bem como eventuais descontos por ela concedidos serão sempre mantidos, inclusive se houver prorrogação da validade da Ata de Registro de Preços.

5. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. O **ÓRGÃO GERENCIADOR** adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

5.2. DO(S) PREÇO(S) REGISTRADO(S) POR ITEM(NS)

Item	Código	Nome do Material	Un	Marca	Qtd	V. Unit	V. Total
20	12-01-1064	CANETA DE ALTA ROTACAO, COM ROTACAO MINIMA DE 380.000 RPM, COM SPRAY TRIPLO, COM ENCAIXE UNIVERSAL BORDEN, COM NUMERO DE SERIE E MARCA IMPRESSOS NO CORPO DA CANETA, EMBALADA EM ESTOJO, CONSTANDO EXTERNAMENTE MARCA COMERCIAL, PROCEDENCIA DE FABRICACAO, GARANTIA DE 1 ANO A PARTIR DA DATA DE ENTREGA	UN	RUCA	4,00	250,00	1.000,00
23	12-01-1066	CONTRA ANGULO, CONFECCIONADO EM METAL, MODELO CONTRA ANGULO (FG), UNIDADE	UN	RUCA	4,00	220,00	880,00
37	12-01-1068	MICROMOTOR TIPO KIT ODONTOLOGICO MICRO MOTOR 500, POSSUI ACOPLAMENTO BORDEN, SPRAY INTERNO, ROTACAO DE 5 MIL A 20 MIL RPM E SISTEMA UNIVERSAL INTRAMATIC: PERMITE GIRO LIVRE DE 360°, BAIXO NIVEL DE RUIDO E VIBRACAO, CANETA ALTA ROTACAO EXTRA TORQUE 505- TURBINA ENCAIXE BORDEN 2 FUROS, REFRIGERACAO POR SPRAY TRIPLO CAPA CURTA, ROLAMENTO CERAMICO, SISTEMA FG DE TROCA BROCA CONVENCIONAL, CAB, ARRENDONDADA, ESTERILIZAVEL EM AUTO CLAVE ATE 135°C, MAXIMO DE 380.000 RPM, CONTRA ANGULO 500 POSSUI GIRO LIVRE 360°,SPRAY EXTERNO E ACOPLAMENTO INTRAMATIC, UTILIZA PROCAS PM 2,35MM E BROCAS ALTAS ROTACAO DE 1,6MM BAIXO RUIDO E VIBRO, PECA RETA 500 UTILIZA BROCAS DE 2,35MM E TEM TROCA DE BRO-	UN	RUCA	4,00	750,00	3.000,00

		CAS NO ANEL, ACOPLAMENTO INTRAMATIC GIRO LIVRE 360°C E SPRAY EXTERNO BAIXO NIVEL DE RUIDO E VIBRACAO, GARANTIA DE 1 ANO					
39	12-01-1065	PECA DE MAO RETA, COM CONEXAO DE SISTEMA INTRA PARA ACOPLAMENTO DE CONTRA-ANGULO E PECA RETA, COM TRANSMISSAO DE ROTACAO 1:1, CONFECCIONADA EM ACO INOXIDAVEL AUTOCLAVAVEL, EMBALADA INDIVIDUALMENTE, COM GARANTIA MINIMA DE 1 (UM) ANO DA DATA DE INSTALACAO, GARANTIA DE ASSISTENCIA TECNICA E PECAS DE REPOSICAO POR 5 (CINCO) ANOS, MANUAL DE OPERACAO E MANUTENCAO EM PORTUGUES.	UN	RUCA	4,00	220,00	880,00
							5.760,00

6. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

6.1. O **FORNECEDOR REGISTRADO** terá o seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não aceitar reduzir seus preços registrados na hipótese de se tornarem superiores aos praticados no mercado;

c) houver razões de interesse público.

6.2. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho do **ÓRGÃO GERENCIADOR**.

6.3. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. A presente Ata será publicada no diário Oficial dos Municípios/MT e divulgada no portal da internet www.apiacas.mt.gov.br

8. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

8.1. São obrigações do **ÓRGÃO GERENCIADOR**:

8.1.1. Gerenciar a Ata de Registro de Preços;

8.1.2. Prestar, por meio de seu representante, as informações necessárias, bem como atestar as Notas Fiscais oriundas das obrigações contraídas;

8.1.3. Emitir pareceres sobre atos relativos à execução da ata, em especial, quanto ao acompanhamento e fiscalização dos serviços, à exigência de condições estabelecidas no Edital e à proposta de aplicação de sanções;

8.1.4. Assegurar-se do fiel cumprimento das condições estabelecidas na ata, no instrumento convocatório e seus anexos;

8.1.5. Assegurar-se de que os preços contratados são os mais vantajosos para a Administração, por meio de estudo comparativo dos preços praticados pelo mercado;

8.1.6. Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados e a aplicação de penalidades por descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços;

8.1.7. Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela Fornecedora Registrada;

8.1.8. A fiscalização exercida pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** não excluirá ou reduzirá a responsabilidade do **FORNECEDOR REGISTRADO** pela completa e perfeita execução dos serviços.

9. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR REGISTRADO

9.1. São obrigações do **FORNECEDOR REGISTRADO**:

9.1.1. Assinar a Ata de Registro de Preços em até 05 (cinco) dias corridos, contados da sua notificação;

9.1.2. Manter, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, as condições de habilitação exigidas no Edital e na presente Ata de Registro de Preços;

9.1.3. Comunicar ao Gerenciador qualquer problema ocorrido na execução do objeto da Ata de Registro de Preços;

9.1.4. Atender aos chamados do **ÓRGÃO GERENCIADOR**, visando efetuar reparos em eventuais erros cometidos na execução do objeto da Ata de Registro de Preços;

9.1.5. Abster-se de transferir direitos ou obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços sem a expressa concordância do **ÓRGÃO GERENCIADOR**.

9.1.6. Não subcontratar o objeto da presente licitação, sem o consentimento prévio do **ÓRGÃO GERENCIADOR**, o qual, caso haja, será dado por escrito.

9.1.7. Promover por sua conta, através de seguros, a cobertura dos riscos a que se julgar exposta em vista das responsabilidades que lhe cabem na execução do objeto deste edital;

9.1.8. Retirar as Requisições solicitadas referentes ao objeto do presente Pregão no Município de Apiacás/MT, Departamento de Compras, situado na Avenida Brasil, nº 1059, Bairro Bom Jesus;

9.1.9. Aceitar os acréscimos ou supressões do objeto deste edital, nos limites fixados no art. 65, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93;

9.1.10. Proceder à entrega do objeto deste edital, com os deveres e garantias constantes nos Anexos I deste Edital;

9.1.11. A contratada para a execução do objeto estará obrigada satisfazer todos os requisitos, exigências e condições estabelecidas no Edital;

9.1.12. Credenciar junto ao Município de Apiacás/MT funcionário(s) que atenderá(ão) às solicitações dos produtos, objeto deste pregão, disponibilizando ao setor competente, telefones, e-mail e outros meios de contato para atender às requisições;

9.1.13. Providenciar todos os recursos e insumos necessários ao perfeito cumprimento do objeto contratado, devendo estar incluídas no preço proposto, todas as despesas com materiais, insumos, mão de obra, fretes, embalagens, seguros, impostos, taxas, tarifas, encargos sociais e trabalhistas e demais despesas necessárias à perfeita entrega dos produtos pelo **FORNECEDOR REGISTRADO**.

9.1.14. Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração da estimativa de custos;

9.1.15. Efetuar a entrega dos produtos, objeto deste Pregão, responsabilizando-se com exclusividade por todas as despesas relativas à entrega, de acordo com a especificação e demais condições estipuladas neste Edital e na Requisição;

9.1.16. Entregar em até 10 (dez) dias após a emissão da OC – Ordem de Compra, os produtos solicitados, nas quantidades estipuladas na OC, no local indicado na mesma, sempre acompanhados da Nota Fiscal com especificação e quantidade rigorosamente idêntica ao discriminado na OC.

9.1.17. Comunicar à Secretaria requisitante dos produtos, imediatamente, após o pedido de fornecimento, os motivos que impossibilite o seu cumprimento.

9.1.18. A contratada deverá responsabilizar-se pelo transporte apropriado dos produtos, assumindo a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultante da adjudicação desta licitação.

9.1.19. A contratada deverá garantir a qualidade dos produtos licitados comprometendo-se a substituí-los, caso não atendam o padrão de qualidade exigido ou apresentem defeito de fabricação;

9.1.20. No ato da entrega os materiais serão analisados em sua totalidade, sendo que aquele(s) que não satisfizer(em) à especificação exigida será(ão) devolvido(s), à contratada;

9.1.20.1. Na ocorrência do item anterior, a contratada deverá substituir as suas expensas, no todo o(s) produto(s) em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, não atender as especificações ou, se for o caso, não estiver em conformidade com as amostras apresentadas (quando houver), no prazo de 48 (Quarenta e oito) horas, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente.

9.1.21. Responder por qualquer prejuízo que seus empregados ou prepostos causarem ao patrimônio do contratante ou a terceiros, em virtude de ação ou omissão, culposa ou dolosa, procedendo imediatamente aos reparos ou às indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente;

9.1.22. Acatar a fiscalização do objeto contratado, realizada pelo Gestor da Ata de Registro de Preços, que deverá ter suas solicitações atendidas imediatamente;

9.1.23. Responsabilizar-se integralmente pelos danos causados direta ou indiretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do fornecimento do objeto desta licitação, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização realizada pelo setor competente.

9.1.24. Credenciar junto ao Município de Apiacás/MT funcionário(s) que atenderá(ão) às solicitações dos produtos objeto deste pregão, disponibilizando ao setor competente, telefones, e-mail e outros meios de contato para atender às requisições;

9.1.25. Cumprir todas as demais obrigações impostas por este edital e seus anexos.

10 – DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO DOS PRODUTOS

10.1. A entrega dos produtos deverão ser feitas no Hospital Municipal de Apiacás/MT, a partir do recebimento da requisição no prazo máximo de 10 dias após a emissão da mesma, deverão ser separados e embalados conforme as necessidades da unidade requisitante.

10.2. A entrega dos produtos será de forma parcelada, de acordo com as necessidades das Secretarias interessadas, mediante apresentação da Requisição, emitida pelo setor de Compras.

10.3. Os Produtos solicitados deverão ser entregues pela empresa vencedora, sempre acompanhados de cópia da Requisição no Hospital Municipal de Apiacás, localizado à Avenida Jaime Veríssimo de Campos Junior, s/nº, Bairro Bom Jesus – CEP: 78.595-000, Apiacás - Mato Grosso – Brasil - Fone: (66)3593.1344 - licitacao@apiacas.mt.gov.br - www.apiacás.mt.gov.br, ou outro local determinado pela Administração, na presença de servidores devidamente autorizados, em conformidade com § 8°, do artigo 15, da Lei 8.666/93, em dia e horário comercial, onde a mesma terá o prazo de até 03 (três) dias para aceitar o mesmo.

10.4. A responsabilidade pelo recebimento dos materiais solicitados ficará a cargo do servidor responsável pela farmácia do Hospital Municipal de Apiacás, ou outro servidor designado pela Administração Municipal, que deverá proceder à avaliação de desempenho e atesto da nota fiscal.

10.5. O prazo de entrega poderá ser prorrogado por mútuo acordo entre as partes, para cumprimento do objeto licitado.

10.6. Os produtos dispensáveis da apresentação de amostras (quando houver), deverão ser entregues conforme especificações e disposições contidas no Anexo I do Edital e serão avaliados no ato de cada entrega efetuada pela empresa, através de servidor responsável designado para esse fim.

10.7. As condições de acondicionamento e transporte dos produtos devem ser conforme determina a Legislação vigente, podendo, os produtos serem devolvidos sem quaisquer ônus ao município, caso as exigências não sejam atendidas.

10.8. O recebimento e a aceitação do objeto deste pregão estão condicionados ao enquadramento nas especificações do objeto, descritas no anexo I, e será observado no que couber, as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

10.8.1. Somente serão aceitos materiais, dos quais constem em Nota Fiscal, o vencimento dos mesmos.

10.9. Prazo de validade dos materiais deverá ser de no mínimo 10 (dez) meses, contados a partir da data da entrega.

10.10. Se o item for vendido em caixa, deve constar em nota fiscal, a quantidade dentro de cada caixa, bem como a quantidade de caixas.

11. DAS PENALIDADES

11.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública e, será descredenciado no sistema de cadastramento de

fornecedor estadual, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais. licitacao@apiacas.mt.gov.br - www.apiacás.mt.gov.br

11.2. A Administração poderá ainda, garantida a prévia defesa da licitante vencedora, que deverá ser apresentada no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da sua notificação, sem prejuízo das responsabilidades penal e civil, aplicar, as seguintes sanções:

I) advertência por escrito sempre que verificadas pequenas falhas corrigíveis;

II) multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia, pelo atraso injustificado no fornecimento, sobre o valor da contratação em atraso;

III) multa compensatória/indenizatória de 5% (cinco por cento) pelo não fornecimento do objeto desta Ata de Registro de Preços, calculada sobre o valor remanescente da presente;

IV) multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia, pelo descumprimento de qualquer cláusula ou obrigação prevista neste Edital e não discriminado nos incisos anteriores, sobre o valor da contratação em descumprimento, contada da comunicação da contratante (via internet, fax, correio ou outro), até cessar a inadimplência;

V) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Apiacás/MT, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

VI) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

VII) após o 20º (vigésimo) dia de inadimplência, a Administração terá direito de recusar a execução da contratação, de acordo com sua conveniência e oportunidade, comunicando à adjudicatária a perda de interesse no recebimento da nota Fiscal/Fatura para pagamento do objeto deste Edital, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Instrumento.

VIII) a inadimplência da Contratada, independentemente do transcurso do prazo estipulado na alínea anterior, em quaisquer dos casos, observado o interesse da Contratante e a conclusão dos procedimentos administrativos pertinentes, poderá implicar a imediata rescisão unilateral deste Contrato, com a aplicação das penalidades cabíveis;

IX) ocorrida a rescisão pelo motivo retrocitado, a Contratante poderá contratar o remanescente mediante dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, XI, da Lei Federal nº 8.666/93, observada a ordem de classificação da licitação e as mesmas condições oferecidas pela licitante vencedora, ou adotar outra medida legal para prestação dos serviços ora contratados;

X) quando aplicadas as multas previstas, mediante regular processo administrativo, poderão elas serem compensadas pelo Departamento Financeiro da Contratante, por ocasião do pagamento dos valores devidos, nos termos dos arts. 368 a 380 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil);

XI) na impossibilidade de compensação, nos termos da alínea anterior ou, inexistindo pagamento vincendo a ser realizado pela Contratante, ou, ainda, sendo este insuficiente para possibilitar a compensação de valores, a Contratada será notificada a recolher aos cofres do Erário a importância remanescente das multas aplicadas, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contado da data do recebimento, pela Contratada, do comunicado formal da decisão definitiva de aplicação da penalidade, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis.

XII) As sanções acima descritas poderão ser aplicadas cumulativamente, ou não, de acordo com a gravidade da infração;

XIII) O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor da contratação;

XIV) Nenhuma parte será responsável perante a outra pelos atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito.

XV) A multa, aplicada após regular processo administrativo, deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, ou ainda, quando for o caso, será cobrada judicialmente.

XVI) As sanções previstas nesta CLÁUSULA são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra e nem impede a sobreposição de outras sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações.

XVII) As penalidades serão aplicadas, garantido sempre o exercício do direito de defesa, após notificação endereçada à Contratada, assegurando-lhe o prazo de 5 (cinco) dias úteis para manifestação e posterior decisão da Autoridade Superior, nos termos da lei.

XVIII) As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Independente de sua transcrição, o edital e seus anexos, principalmente a proposta de preço e os documentos da proposta e da habilitação apresentados pelo **FORNECEDOR REGISTRADO** no pregão farão parte desta Ata de Registro de Preços.

12.2. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002 e da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas aplicáveis a espécie.

12.2.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

a) todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços.

b) é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira.

12.3. Qualquer órgão ou entidade integrante da Administração Pública poderá utilizar a Ata de Registro de Preços durante sua vigência, desde que manifeste interesse e mediante prévia autorização deste Departamento.

12.4. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento à outra entidade ou órgão, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

12.5. As aquisições adicionais de que trata o subitem 12.3 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

13. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão com recursos do Tesouro Municipal, consignados no Orçamento do Poder Executivo, cuja programação é a seguinte: Dotações Orçamentárias constantes do exercício 2019.

14. DO FORO

14.1. Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas da presente Ata de Registro de Preços será competente o foro da Comarca de Apiacás/MT.

E para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado, foi lavrada a presente Ata de Registro de Preços que, lida e achada conforme, é assinada em 2 (duas) vias, de igual teor e forma, pelos signatários deste instrumento e pelas testemunhas abaixo nomeadas, tendo sido arquivada um via no Departamento de Licitação.

Apiacás, de 09 de julho de 2019.

Adalto José Zago

Prefeito Municipal

Wildimara Oliveira de Moraes

EQUIPOS COMÉRCIAL LTDA-EPP

CONTRATADA

PREFEITURA MUNICIPAL
ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PROCESSO LICITATÓRIO 036/2019

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 014/2019

PREGÃO: Nº 003/2019 – REGISTRO DE PREÇOS

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

Aos 09 dias do mês de julho do ano de 2019, o **MUNICÍPIO DE APIACÁS**, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 01.321.850/0001-54, com sede administrativa na Avenida Brasil, nº 1.059 – Bairro Bom Jesus, CEP: 78.595-000, Apiacás/MT, Brasil - Fone: (66)3593.2200, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **Adalto José Zago**, brasileiro, casado, Prefeito Municipal, portador do CPF n º 545.625.389-53, e do RG n º 1357154-0 SSP/PR**,** residente à Rua**das Itaúbas s/n°, Bairro Bom Jesus, Apiacás/MT**, doravante denominado simplesmente **ÓRGÃO GERENCIADOR** e a empresa **HIPERDENTAL COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E MÉDICO-HOSPITALAR LTDA - EPP**, inscrita no CNPJ sob nº 13.994.852/0001-93, com sede à Rua Genésio Roberto Baggio, nº 1304, Centro, Sala 01, em Sorriso/MT, CEP: 78.890-000 doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, representada neste ato pela Sra. **Kerli Luzia Ludwichak**, brasileira, advogada, portadora da Cédula de Identidade profissional nº: 12876, OAB/SC, inscrita CPF/MF SOB nº 017.657.779-33 residente e domiciliada à Avenida Curitiba, nº 2955, Centro, Sorriso/MT, CEP: 78.890-000, denominada simplesmente **FORNECEDOR REGISTRADO**, resolvem em obediência ao disposto na Lei Federal nº. 10.520/2002 subsidiariamente à Lei Federal nº 8.666/19993 (e suas alterações posteriores), Decreto Municipal nº 0156/2008 e Decreto Municipal nº 0564/2010, demais normas complementares, disposições deste instrumento e dos seus anexos e alterações posteriores, firmar a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, cuja minuta foi examinada pela Assessoria Jurídica do município de Apiacás, que emitiu seu parecer, conforme o parágrafo único do artigo 38 da Lei nº 8.666, de 1993, e ainda mediante as cláusulas e condições seguintes.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS ATENDENDO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE APIACÁS/MT**, conforme especificações do **ANEXO I**, do Edital do **PREGÃO ELETRÔNICO nº 003/2019**:

2. DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

2.1. Este instrumento guarda inteira conformidade com os termos do PREGÃO ELETRÔNICO para Registro de Preços nº 003/2019 e seus Anexos, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se, ainda, à proposta do **FORNECEDOR REGISTRADO**.

3. DA VIGÊNCIA DA ATA

3.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.

4. DO PREÇO

4.1. Os preços registrados e a indicação dos respectivos Fornecedores detentores da Ata serão publicados no Diário Oficial dos Municípios e divulgados em meio eletrônico: www.apiacas.mt.gov.br .

4.2. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles existentes no mercado, cabendo ao **ÓRGÃO GERENCIADOR** convocar os **FORNECEDORES REGISTRADOS** para negociar o novo valor.

4.2.1. Caso o **FORNECEDOR REGISTRADO** se recuse a baixar os seus preços, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** poderá liberar o fornecedor do compromisso assumido, uma vez frustrada a negociação e convocar os demais fornecedores visando a igual oportunidade de negociação.

4.3. Durante o período de validade da Ata de Registro de Preços, os preços não serão reajustados, ressalvada a superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.

4.4. O diferencial de preço entre a proposta inicial do Fornecedor detentor da Ata e a pesquisa de mercado efetuada pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** à época da abertura da proposta, bem como eventuais descontos por ela concedidos serão sempre mantidos, inclusive se houver prorrogação da validade da Ata de Registro de Preços.

5. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. O **ÓRGÃO GERENCIADOR** adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

5.2. DO(S) PREÇO(S) REGISTRADO(S) POR ITEM(NS)

Item	Código	Nome do Material	Un	Marca	Qtd	V. Unit	V. Total
7	12-01-1067	AVENTAL DESCARTAVEL JALECO AVENTAL CIRURGICO, TAMANHO UNICO, EM FALSO TECIDO (TIPO JALECO) NA COR BRANCA, MANGA LONGA, 100% POLIPROPILENO, EMBALAGEM APROPRIADA PARA O PRODUTO, APRESENTACAO CONFORME DEC. LEI 79094/77 ART.31 L.8078/90 PORT.CONJ.N.1 DE 23/1/96-M.SAUDE, PACOTE COM 10 UNIDADES.	Pt	BESTFABRIL	100,00	16,36	1.636,00
8	12-01-1063	BABADOR EM POLIETILENO, COM MEDIDA APROXIMADA DE 33 X 47 CM, CORES VARIADAS, ATOXICA, IMPERMEAVEL, DESCARTAVEL, EMBALADO EM PACOTE COM 100 UNIDADES	Pt	SSPLUS	50,00	11,56	578,00
15	12-01-1056	BROCA Nº 1013 PARA USO ODONTOLOGICO PARA ALTA ROTACAO, DIAMANTADA, ESFERICA, ESTERELIZAVEL EM MEIO FISICO-QUIMICO, EMBALADO INDIVIDUAL, CONTENDO EXTERNAMENTE NUMERO, MARCA COMERCIAL E FABRICANTE	UN	FAVA	20,00	2,11	42,20
19	12-01-1053	BROQUEIRO EM ACO INOX COM 15 FUROS, ESTERILIZAR AS BROCAS UTILIZADAS EM MEIOS FISICO-QUIMICOS, PACOTE COM 15 UNIDADES	UN	MAQUIRA	10,00	20,00	200,00
21	12-01-1047	CARBONO PARA ODONTOLOGIA REGISTRO DE ARTICULACAO, 12 FOLHAS DUPLAS AZUL E VERMELHA, PAPEL COM 300 MICRAS DE ESPESSURA, CONSTANDO EXTERNAMENTE MARCA COMERCIAL E PROCEDENCIA DE FABRICACAO, PACOTE COM 12 FOLHAS	Blc	IODONTOSUL	50,00	1,99	99,50
24	12-01-1033	ENVELOPE PARA LABORATORIO CONFECCIONADO EM PAPEL AUTO SELANTE, NA COR BRANCA, NO TAMANHO 90X260MM, COM ESPESSURA DE 90MM, PACOTE COM 100 UNIDADES	Pt	ZERMATT	200,00	17,68	3.536,00
26	12-01-1032	ESPELHO BUCAL PLANO NUM.05, S/CABO, IMAGEM FRONTAL DE PRECISAO, CONFECCIONADO EM ACO INOXIDAVEL, SUPERFICIE ESPELHADA, PASSIVEL DE ESTERILIZACAO EM MEIOS FISICO-QUIMICOS, EMBALADO INDIVIDUALMENTE, MARCA COMERCIAL, PROCEDENCIA DE FABRICACAO	UN	IODONTOSUL	50,00	2,56	128,00
33	12-01-1070	LUVA DESCARTAVEL EM LATEX E SEM PO (POWDER FREE) PARA PROCEDIMENTOS NAO INVASIVOS,TAMANHO G,LUBRIFICADAS COM PO BIO-ABSORVIVEL, CAIXA COM 100 UNIDADES	Cx	UNIGLOVES	300,00	20,55	6.165,00
							12.384,70

6. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

6.1. O **FORNECEDOR REGISTRADO** terá o seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não aceitar reduzir seus preços registrados na hipótese de se tornarem superiores aos praticados no mercado;

c) houver razões de interesse público.

6.2. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho do **ÓRGÃO GERENCIADOR**.

6.3. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. A presente Ata será publicada no diário Oficial dos Municípios/MT e divulgada no portal da internet www.apiacas.mt.gov.br

8. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

8.1. São obrigações do **ÓRGÃO GERENCIADOR**:

8.1.1. Gerenciar a Ata de Registro de Preços;

8.1.2. Prestar, por meio de seu representante, as informações necessárias, bem como atestar as Notas Fiscais oriundas das obrigações contraídas;

8.1.3. Emitir pareceres sobre atos relativos à execução da ata, em especial, quanto ao acompanhamento e fiscalização dos serviços, à exigência de condições estabelecidas no Edital e à proposta de aplicação de sanções;

8.1.4. Assegurar-se do fiel cumprimento das condições estabelecidas na ata, no instrumento convocatório e seus anexos;

8.1.5. Assegurar-se de que os preços contratados são os mais vantajosos para a Administração, por meio de estudo comparativo dos preços praticados pelo mercado;

8.1.6. Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados e a aplicação de penalidades por descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços;

8.1.7. Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela Fornecedora Registrada;

8.1.8. A fiscalização exercida pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** não excluirá ou reduzirá a responsabilidade do **FORNECEDOR REGISTRADO** pela completa e perfeita execução dos serviços.

9. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR REGISTRADO

9.1. São obrigações do **FORNECEDOR REGISTRADO**:

9.1.1. Assinar a Ata de Registro de Preços em até 05 (cinco) dias corridos, contados da sua notificação;

9.1.2. Manter, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, as condições de habilitação exigidas no Edital e na presente Ata de Registro de Preços;

9.1.3. Comunicar ao Gerenciador qualquer problema ocorrido na execução do objeto da Ata de Registro de Preços;

9.1.4. Atender aos chamados do **ÓRGÃO GERENCIADOR**, visando efetuar reparos em eventuais erros cometidos na execução do objeto da Ata de Registro de Preços;

9.1.5. Abster-se de transferir direitos ou obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços sem a expressa concordância do **ÓRGÃO GERENCIADOR**.

9.1.6. Não subcontratar o objeto da presente licitação, sem o consentimento prévio do **ÓRGÃO GERENCIADOR**, o qual, caso haja, será dado por escrito.

9.1.7. Promover por sua conta, através de seguros, a cobertura dos riscos a que se julgar exposta em vista das responsabilidades que lhe cabem na execução do objeto deste edital;

9.1.8. Retirar as Requisições solicitadas referentes ao objeto do presente Pregão no Município de Apiacás/MT, Departamento de Compras, situado na Avenida Brasil, nº 1059, Bairro Bom Jesus;

9.1.9. Aceitar os acréscimos ou supressões do objeto deste edital, nos limites fixados no art. 65, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93;

9.1.10. Proceder à entrega do objeto deste edital, com os deveres e garantias constantes nos Anexos I deste Edital;

9.1.11. A contratada para a execução do objeto estará obrigada satisfazer todos os requisitos, exigências e condições estabelecidas no Edital;

9.1.12. Credenciar junto ao Município de Apiacás/MT funcionário(s) que atenderá(ão) às solicitações dos produtos, objeto deste pregão, disponibilizando ao setor competente, telefones, e-mail e outros meios de contato para atender às requisições;

9.1.13. Providenciar todos os recursos e insumos necessários ao perfeito cumprimento do objeto contratado, devendo estar incluídas no preço proposto, todas as despesas com materiais, insumos, mão de obra, fretes, embalagens, seguros, impostos, taxas, tarifas, encargos sociais e trabalhistas e demais despesas necessárias à perfeita entrega dos produtos pelo **FORNECEDOR REGISTRADO**.

9.1.14. Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração da estimativa de custos;

9.1.15. Efetuar a entrega dos produtos, objeto deste Pregão, responsabilizando-se com exclusividade por todas as despesas relativas à entrega, de acordo com a especificação e demais condições estipuladas neste Edital e na Requisição;

9.1.16. Entregar em até 10 (dez) dias após a emissão da OC – Ordem de Compra, os produtos solicitados, nas quantidades estipuladas na OC, no local indicado na mesma, sempre acompanhados da Nota Fiscal com especificação e quantidade rigorosamente idêntica ao discriminado na OC.

9.1.17. Comunicar à Secretaria requisitante dos produtos, imediatamente, após o pedido de fornecimento, os motivos que impossibilite o seu cumprimento.

9.1.18. A contratada deverá responsabilizar-se pelo transporte apropriado dos produtos, assumindo a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultante da adjudicação desta licitação.

9.1.19. A contratada deverá garantir a qualidade dos produtos licitados comprometendo-se a substituí-los, caso não atendam o padrão de qualidade exigido ou apresentem defeito de fabricação;

9.1.20. No ato da entrega os materiais serão analisados em sua totalidade, sendo que aquele(s) que não satisfizer(em) à especificação exigida será(ão) devolvido(s), à contratada;

9.1.20.1. Na ocorrência do item anterior, a contratada deverá substituir as suas expensas, no todo o(s) produto(s) em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, não atender as especificações ou, se for o caso, não estiver em conformidade com as amostras apresentadas (quando houver), no prazo de 48 (Quarenta e oito) horas, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente.

9.1.21. Responder por qualquer prejuízo que seus empregados ou prepostos causarem ao patrimônio do contratante ou a terceiros, em virtude de ação ou omissão, culposa ou dolosa, procedendo imediatamente aos reparos ou às indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente;

9.1.22. Acatar a fiscalização do objeto contratado, realizada pelo Gestor da Ata de Registro de Preços, que deverá ter suas solicitações atendidas imediatamente;

9.1.23. Responsabilizar-se integralmente pelos danos causados direta ou indiretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do fornecimento do objeto desta licitação, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização realizada pelo setor competente.

9.1.24. Credenciar junto ao Município de Apiacás/MT funcionário(s) que atenderá(ão) às solicitações dos produtos objeto deste pregão, disponibilizando ao setor competente, telefones, e-mail e outros meios de contato para atender às requisições;

9.1.25. Cumprir todas as demais obrigações impostas por este edital e seus anexos.

10 – DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO DOS PRODUTOS

10.1. A entrega dos produtos deverão ser feitas no Hospital Municipal de Apiacás/MT, a partir do recebimento da requisição no prazo máximo de 10 dias após a emissão da mesma, deverão ser separados e embalados conforme as necessidades da unidade requisitante.

10.2. A entrega dos produtos será de forma parcelada, de acordo com as necessidades das Secretarias interessadas, mediante apresentação da Requisição, emitida pelo setor de Compras.

10.3. Os Produtos solicitados deverão ser entregues pela empresa vencedora, sempre acompanhados de cópia da Requisição no Hospital Municipal de Apiacás, localizado à Avenida Jaime Veríssimo de Campos Junior, s/nº, Bairro Bom Jesus – CEP: 78.595-000, Apiacás - Mato Grosso – Brasil - Fone: (66)3593.1344 - licitacao@apiacas.mt.gov.br - www.apiacás.mt.gov.br, ou outro local determinado pela Administração, na presença de servidores devidamente autorizados, em conformidade com § 8°, do artigo 15, da Lei 8.666/93, em dia e horário comercial, onde a mesma terá o prazo de até 03 (três) dias para aceitar o mesmo.

10.4. A responsabilidade pelo recebimento dos materiais solicitados ficará a cargo do servidor responsável pela farmácia do Hospital Municipal de Apiacás, ou outro servidor designado pela Administração Municipal, que deverá proceder à avaliação de desempenho e atesto da nota fiscal.

10.5. O prazo de entrega poderá ser prorrogado por mútuo acordo entre as partes, para cumprimento do objeto licitado.

10.6. Os produtos dispensáveis da apresentação de amostras (quando houver), deverão ser entregues conforme especificações e disposições contidas no Anexo I do Edital e serão avaliados no ato de cada entrega efetuada pela empresa, através de servidor responsável designado para esse fim.

10.7. As condições de acondicionamento e transporte dos produtos devem ser conforme determina a Legislação vigente, podendo, os produtos serem devolvidos sem quaisquer ônus ao município, caso as exigências não sejam atendidas.

10.8. O recebimento e a aceitação do objeto deste pregão estão condicionados ao enquadramento nas especificações do objeto, descritas no anexo I, e será observado no que couber, as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

10.8.1. Somente serão aceitos materiais, dos quais constem em Nota Fiscal, o vencimento dos mesmos.

10.9. Prazo de validade dos materiais deverá ser de no mínimo 10 (dez) meses, contados a partir da data da entrega.

10.10. Se o item for vendido em caixa, deve constar em nota fiscal, a quantidade dentro de cada caixa, bem como a quantidade de caixas.

11. DAS PENALIDADES

11.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública e, será descredenciado no sistema de cadastramento de fornecedor estadual, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais. licitacao@apiacas.mt.gov.br - www.apiacás.mt.gov.br

11.2. A Administração poderá ainda, garantida a prévia defesa da licitante vencedora, que deverá ser apresentada no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da sua notificação, sem prejuízo das responsabilidades penal e civil, aplicar, as seguintes sanções:

I) advertência por escrito sempre que verificadas pequenas falhas corrigíveis;

II) multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia, pelo atraso injustificado no fornecimento, sobre o valor da contratação em atraso;

III) multa compensatória/indenizatória de 5% (cinco por cento) pelo não fornecimento do objeto desta Ata de Registro de Preços, calculada sobre o valor remanescente da presente;

IV) multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia, pelo descumprimento de qualquer cláusula ou obrigação prevista neste Edital e não discriminado nos incisos anteriores, sobre o valor da contratação em descumprimento, contada da comunicação da contratante (via internet, fax, correio ou outro), até cessar a inadimplência;

V) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Apiacás/MT, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

VI) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

VII) após o 20º (vigésimo) dia de inadimplência, a Administração terá direito de recusar a execução da contratação, de acordo com sua conveniência e oportunidade, comunicando à adjudicatária a perda de interesse no recebimento da nota Fiscal/Fatura para pagamento do objeto deste Edital, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Instrumento.

VIII) a inadimplência da Contratada, independentemente do transcurso do prazo estipulado na alínea anterior, em quaisquer dos casos, observado o interesse da Contratante e a conclusão dos procedimentos administrativos pertinentes, poderá implicar a imediata rescisão unilateral deste Contrato, com a aplicação das penalidades cabíveis;

IX) ocorrida a rescisão pelo motivo retrocitado, a Contratante poderá contratar o remanescente mediante dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, XI, da Lei Federal nº 8.666/93, observada a ordem de classificação da licitação e as mesmas condições oferecidas pela licitante vencedora, ou adotar outra medida legal para prestação dos serviços ora contratados;

X) quando aplicadas as multas previstas, mediante regular processo administrativo, poderão elas serem compensadas pelo Departamento Financeiro da Contratante, por ocasião do pagamento dos valores devidos, nos termos dos arts. 368 a 380 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil);

XI) na impossibilidade de compensação, nos termos da alínea anterior ou, inexistindo pagamento vincendo a ser realizado pela Contratante, ou, ainda, sendo este insuficiente para possibilitar a compensação de valores, a Contratada será notificada a recolher aos cofres do Erário a importância remanescente das multas aplicadas, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contado da data do recebimento, pela Contratada, do comunicado formal da decisão definitiva de aplicação da penalidade, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis.

XII) As sanções acima descritas poderão ser aplicadas cumulativamente, ou não, de acordo com a gravidade da infração;

XIII) O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor da contratação;

XIV) Nenhuma parte será responsável perante a outra pelos atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito.

XV) A multa, aplicada após regular processo administrativo, deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, ou ainda, quando for o caso, será cobrada judicialmente.

XVI) As sanções previstas nesta CLÁUSULA são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra e nem impede a sobreposição de outras sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações.

XVII) As penalidades serão aplicadas, garantido sempre o exercício do direito de defesa, após notificação endereçada à Contratada, assegurando-lhe o prazo de 5 (cinco) dias úteis para manifestação e posterior decisão da Autoridade Superior, nos termos da lei.

XVIII) As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Independente de sua transcrição, o edital e seus anexos, principalmente a proposta de preço e os documentos da proposta e da habilitação apresentados pelo **FORNECEDOR REGISTRADO** no pregão farão parte desta Ata de Registro de Preços.

12.2. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002 e da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas aplicáveis a espécie.

12.2.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

a) todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços.

b) é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira.

12.3. Qualquer órgão ou entidade integrante da Administração Pública poderá utilizar a Ata de Registro de Preços durante sua vigência, desde que manifeste interesse e mediante prévia autorização deste Departamento.

12.4. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento à outra entidade ou órgão, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

12.5. As aquisições adicionais de que trata o subitem 12.3 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

13. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão com recursos do Tesouro Municipal, consignados no Orçamento do Poder Executivo, cuja programação é a seguinte: Dotações Orçamentárias constantes do exercício 2019.

14. DO FORO

14.1. Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas da presente Ata de Registro de Preços será competente o foro da Comarca de Apiacás/MT.

E para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado, foi lavrada a presente Ata de Registro de Preços que, lida e achada conforme, é assinada em 2 (duas) vias, de igual teor e forma, pelos signatários deste instrumento e pelas testemunhas abaixo nomeadas, tendo sido arquivada um via no Departamento de Licitação.

Apiacás, de 09 de julho de 2019.

Adalto José Zago

Prefeito Municipal

Kerli Luzia Ludwichak

DENTAL PRIME- PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MÉDICOS HOSPITALARES-EIRELI CONTRATADA

ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 002/2019

O Conselho Municipal de Assistência Social representado neste ato por sua presidente, no uso de suas atribuições legais resolve:

Art. 1º Aprova a VIII Conferencia Municipal da Assistência Social a ser realizada no dia 16 de Agosto de 2019 na sede da Câmara Municipal de Apiacás, tendo como tema: Em defesa da Política de Assistência Social como direito do cidadão e dever do Estado.

Art. 2º - Revogam –se todas as disposições em contrário.

Art.3º- Esta resolução entra em vigor a partir desta data.

Apiacás, 09 de Julho de 2019.

_Erdilene Bueno Onofre

Presidente do CMAS

PREFEITURA MUNICIPAL
ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PROCESSO LICITATÓRIO 036/2019

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 014/2019

PREGÃO: Nº 003/2019 – REGISTRO DE PREÇOS

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

Aos 09 dias do mês de julho do ano de 2019, o **MUNICÍPIO DE APIACÁS**, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 01.321.850/0001-54, com sede administrativa na Avenida Brasil, nº 1.059 – Bairro Bom Jesus, CEP: 78.595-000, Apiacás/MT, Brasil - Fone: (66)3593.2200, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **Adalto José Zago**, brasileiro, casado, Prefeito Municipal, portador do CPF n º 545. 625.389-53, e do RG n º 1357154-0 SSP/PR**,** residente à Rua**das Itaúbas s/n°, Bairro Bom Jesus, Apiacás/MT**, doravante denominado simplesmente **ÓRGÃO GERENCIADOR** e a empresa **DENTAL HIGIX DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS, MÉDICOS HOSPITALARES EIRELI - EPP**, inscrita no CNPJ sob nº 26.240.632/0001-16, com sede à Rua Helena Bigaton, nº 615, Centro, Caibi/SC, CEP: 89.888-000 doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, representada neste ato pela Sra. **Francisco Feitosa de Matos**, brasileiro, solteiro, empresário, portador da Cédula de Identidade nº: 357.441.965 SSP/SP, inscrito CPF/MF SOB nº 248.909.283-91 residente e domiciliado à Rua Pastor Antônio Polito, nº 62, Conj. Moradias União, Boqueirão, Curitiba/PR, denominada simplesmente **FORNECEDOR REGISTRADO**, resolvem em obediência ao disposto na Lei Federal nº. 10.520/2002 subsidiariamente à Lei Federal nº 8.666/19993 (e suas alterações posteriores), Decreto Municipal nº 0156/2008 e Decreto Municipal nº 0564/2010, demais normas complementares, disposições deste instrumento e dos seus anexos e alterações posteriores, firmar a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, cuja minuta foi examinada pela Assessoria Jurídica do município de Apiacás, que emitiu seu parecer, conforme o parágrafo único do artigo 38 da Lei nº 8.666, de 1993, e ainda mediante as cláusulas e condições seguintes.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS ATENDENDO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE APIACÁS/MT**, conforme especificações do **ANEXO I**, do Edital do **PREGÃO ELETRÔNICO nº 003/2019**:

2. DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

2.1. Este instrumento guarda inteira conformidade com os termos do PREGÃO ELETRÔNICO para Registro de Preços nº 003/2019 e seus Anexos, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se, ainda, à proposta do **FORNECEDOR REGISTRADO**.

3. DA VIGÊNCIA DA ATA

3.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.

4. DO PREÇO

4.1. Os preços registrados e a indicação dos respectivos Fornecedores detentores da Ata serão publicados no Diário Oficial dos Municípios e divulgados em meio eletrônico: www.apiacas.mt.gov.br .

4.2. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles existentes no mercado, cabendo ao **ÓRGÃO GERENCIADOR** convocar os **FORNECEDORES REGISTRADOS** para negociar o novo valor.

4.2.1. Caso o **FORNECEDOR REGISTRADO** se recuse a baixar os seus preços, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** poderá liberar o fornecedor do compromisso assumido, uma vez frustrada a negociação e convocar os demais fornecedores visando a igual oportunidade de negociação.

4.3. Durante o período de validade da Ata de Registro de Preços, os preços não serão reajustados, ressalvada a superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.

4.4. O diferencial de preço entre a proposta inicial do Fornecedor detentor da Ata e a pesquisa de mercado efetuada pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** à época da abertura da proposta, bem como eventuais descontos por ela concedidos serão sempre mantidos, inclusive se houver prorrogação da validade da Ata de Registro de Preços.

5. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. O **ÓRGÃO GERENCIADOR** adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

5.2. DO(S) PREÇO(S) REGISTRADO(S) POR ITEM(NS)

Item	Código	Nome do Material	Un	Marca	Qtd	V. Unit	V. Total
44	12-01-1040	SISTEMA ADESIVO FOTOPOLIMERIZAVEL, KIT C/ 02 FR PRIME/BOND 4,0ML CADA, 50 PONTAS APLICADORAS DESCARTAVEIS, COMPOSTO BASICAMENTE POR RESINA DIMETACRILATO ELASTOMERICA, PENTA, FOTOINICIADORES, HIDROFLUORETO DE CETILAMINA E ACETONA, CONDICIONADOR EM SERINGA 2,5ML 05 AGULHAS APLICADORAS DESCARTAVEIS, COMPOSTO BASICAMENTE POR ACIDO ORTOFOSFORICO 37%, EMBALADO INDIVIDUALMENTE EM CAIXA, CONSTANDO EXTERNAMENTE MARCA COMERCIAL, PROCEDENCIA DE FABRICACAO. RECOMENDACOES DE ARMAZENAMENTO, VALIDADE MINIMA DE 2 ANOS DA DATA DE ENTREGA	UN	BIODINAMICA	50,00	59,60	2.980,00

6. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

6.1. O **FORNECEDOR REGISTRADO** terá o seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não aceitar reduzir seus preços registrados na hipótese de se tornarem superiores aos praticados no mercado;

c) houver razões de interesse público.

6.2. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho do **ÓRGÃO GERENCIADOR**.

6.3. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. A presente Ata será publicada no diário Oficial dos Municípios/MT e divulgada no portal da internet www.apiacas.mt.gov.br

8. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

8.1. São obrigações do **ÓRGÃO GERENCIADOR**:

8.1.1. Gerenciar a Ata de Registro de Preços;

8.1.2. Prestar, por meio de seu representante, as informações necessárias, bem como atestar as Notas Fiscais oriundas das obrigações contraídas;

8.1.3. Emitir pareceres sobre atos relativos à execução da ata, em especial, quanto ao acompanhamento e fiscalização dos serviços, à exigência de condições estabelecidas no Edital e à proposta de aplicação de sanções;

8.1.4. Assegurar-se do fiel cumprimento das condições estabelecidas na ata, no instrumento convocatório e seus anexos;

8.1.5. Assegurar-se de que os preços contratados são os mais vantajosos para a Administração, por meio de estudo comparativo dos preços praticados pelo mercado;

8.1.6. Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados e a aplicação de penalidades por descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços;

8.1.7. Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela Fornecedora Registrada;

8.1.8. A fiscalização exercida pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** não excluirá ou reduzirá a responsabilidade do **FORNECEDOR REGISTRADO** pela completa e perfeita execução dos serviços.

9. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR REGISTRADO

9.1. São obrigações do **FORNECEDOR REGISTRADO**:

9.1.1. Assinar a Ata de Registro de Preços em até 05 (cinco) dias corridos, contados da sua notificação;

9.1.2. Manter, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, as condições de habilitação exigidas no Edital e na presente Ata de Registro de Preços;

9.1.3. Comunicar ao Gerenciador qualquer problema ocorrido na execução do objeto da Ata de Registro de Preços;

9.1.4. Atender aos chamados do **ÓRGÃO GERENCIADOR**, visando efetuar reparos em eventuais erros cometidos na execução do objeto da Ata de Registro de Preços;

9.1.5. Abster-se de transferir direitos ou obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços sem a expressa concordância do **ÓRGÃO GERENCIADOR**.

9.1.6. Não subcontratar o objeto da presente licitação, sem o consentimento prévio do **ÓRGÃO GERENCIADOR**, o qual, caso haja, será dado por escrito.

9.1.7. Promover por sua conta, através de seguros, a cobertura dos riscos a que se julgar exposta em vista das responsabilidades que lhe cabem na execução do objeto deste edital;

9.1.8. Retirar as Requisições solicitadas referentes ao objeto do presente Pregão no Município de Apiacás/MT, Departamento de Compras, situado na Avenida Brasil, nº 1059, Bairro Bom Jesus;

9.1.9. Aceitar os acréscimos ou supressões do objeto deste edital, nos limites fixados no art. 65, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93;

9.1.10. Proceder à entrega do objeto deste edital, com os deveres e garantias constantes nos Anexos I deste Edital;

9.1.11. A contratada para a execução do objeto estará obrigada satisfazer todos os requisitos, exigências e condições estabelecidas no Edital;

9.1.12. Credenciar junto ao Município de Apiacás/MT funcionário(s) que atenderá(ão) às solicitações dos produtos, objeto deste pregão, disponibilizando ao setor competente, telefones, e-mail e outros meios de contato para atender às requisições;

9.1.13. Providenciar todos os recursos e insumos necessários ao perfeito cumprimento do objeto contratado, devendo estar incluídas no preço proposto, todas as despesas com materiais, insumos, mão de obra, fretes, embalagens, seguros, impostos, taxas, tarifas, encargos sociais e trabalhistas e demais despesas necessárias à perfeita entrega dos produtos pelo **FORNECEDOR REGISTRADO**.

9.1.14. Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração da estimativa de custos;

9.1.15. Efetuar a entrega dos produtos, objeto deste Pregão, responsabilizando-se com exclusividade por todas as despesas relativas à entrega, de acordo com a especificação e demais condições estipuladas neste Edital e na Requisição;

9.1.16. Entregar em até 10 (dez) dias após a emissão da OC – Ordem de Compra, os produtos solicitados, nas quantidades estipuladas na OC, no local indicado na mesma, sempre acompanhados da Nota Fiscal com especificação e quantidade rigorosamente idêntica ao discriminado na OC.

9.1.17. Comunicar à Secretaria requisitante dos produtos, imediatamente, após o pedido de fornecimento, os motivos que impossibilite o seu cumprimento.

9.1.18. A contratada deverá responsabilizar-se pelo transporte apropriado dos produtos, assumindo a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultante da adjudicação desta licitação.

9.1.19. A contratada deverá garantir a qualidade dos produtos licitados comprometendo-se a substituí-los, caso não atendam o padrão de qualidade exigido ou apresentem defeito de fabricação;

9.1.20. No ato da entrega os materiais serão analisados em sua totalidade, sendo que aquele(s) que não satisfizer(em) à especificação exigida será(ão) devolvido(s), à contratada;

9.1.20.1. Na ocorrência do item anterior, a contratada deverá substituir as suas expensas, no todo o(s) produto(s) em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, não atender as especificações ou, se for o caso, não estiver em conformidade com as amostras apresentadas (quando houver), no prazo de 48 (Quarenta e oito) horas, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente.

9.1.21. Responder por qualquer prejuízo que seus empregados ou prepostos causarem ao patrimônio do contratante ou a terceiros, em virtude de ação ou omissão, culposa ou dolosa, procedendo imediatamente aos reparos ou às indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente;

9.1.22. Acatar a fiscalização do objeto contratado, realizada pelo Gestor da Ata de Registro de Preços, que deverá ter suas solicitações atendidas imediatamente;

9.1.23. Responsabilizar-se integralmente pelos danos causados direta ou indiretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do fornecimento do objeto desta licitação, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização realizada pelo setor competente.

9.1.24. Credenciar junto ao Município de Apiacás/MT funcionário(s) que atenderá(ão) às solicitações dos produtos objeto deste pregão, disponibilizando ao setor competente, telefones, e-mail e outros meios de contato para atender às requisições;

9.1.25. Cumprir todas as demais obrigações impostas por este edital e seus anexos.

10 – DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO DOS PRODUTOS

10.1. A entrega dos produtos deverão ser feitas no Hospital Municipal de Apiacás/MT, a partir do recebimento da requisição no prazo máximo de 10 dias após a emissão da mesma, deverão ser separados e embalados conforme as necessidades da unidade requisitante.

10.2. A entrega dos produtos será de forma parcelada, de acordo com as necessidades das Secretarias interessadas, mediante apresentação da Requisição, emitida pelo setor de Compras.

10.3. Os Produtos solicitados deverão ser entregues pela empresa vencedora, sempre acompanhados de cópia da Requisição no Hospital Municipal de Apiacás, localizado à Avenida Jaime Veríssimo de Campos Junior, s/nº, Bairro Bom Jesus – CEP: 78.595-000, Apiacás - Mato Grosso – Brasil - Fone: (66)3593.1344 - licitacao@apiacas.mt.gov.br - www.apiacás.mt.gov.br, ou outro local determinado pela Administração, na presença de servidores devidamente autorizados, em conformidade com § 8°, do artigo 15, da Lei 8.666/93, em dia e horário comercial, onde a mesma terá o prazo de até 03 (três) dias para aceitar o mesmo.

10.4. A responsabilidade pelo recebimento dos materiais solicitados ficará a cargo do servidor responsável pela farmácia do Hospital Municipal de Apiacás, ou outro servidor designado pela Administração Municipal, que deverá proceder à avaliação de desempenho e atesto da nota fiscal.

10.5. O prazo de entrega poderá ser prorrogado por mútuo acordo entre as partes, para cumprimento do objeto licitado.

10.6. Os produtos dispensáveis da apresentação de amostras (quando houver), deverão ser entregues conforme especificações e disposições contidas no Anexo I do Edital e serão avaliados no ato de cada entrega efetuada pela empresa, através de servidor responsável designado para esse fim.

10.7. As condições de acondicionamento e transporte dos produtos devem ser conforme determina a Legislação vigente, podendo, os produtos serem devolvidos sem quaisquer ônus ao município, caso as exigências não sejam atendidas.

10.8. O recebimento e a aceitação do objeto deste pregão estão condicionados ao enquadramento nas especificações do objeto, descritas no anexo I, e será observado no que couber, as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

10.8.1. Somente serão aceitos materiais, dos quais constem em Nota Fiscal, o vencimento dos mesmos.

10.9. Prazo de validade dos materiais deverá ser de no mínimo 10 (dez) meses, contados a partir da data da entrega.

10.10. Se o item for vendido em caixa, deve constar em nota fiscal, a quantidade dentro de cada caixa, bem como a quantidade de caixas.

11. DAS PENALIDADES

11.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública e, será descredenciado no sistema de cadastramento de fornecedor estadual, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais. licitacao@apiacas.mt.gov.br - www.apiacás.mt.gov.br

11.2. A Administração poderá ainda, garantida a prévia defesa da licitante vencedora, que deverá ser apresentada no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da sua notificação, sem prejuízo das responsabilidades penal e civil, aplicar, as seguintes sanções:

I) advertência por escrito sempre que verificadas pequenas falhas corrigíveis;

II) multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia, pelo atraso injustificado no fornecimento, sobre o valor da contratação em atraso;

III) multa compensatória/indenizatória de 5% (cinco por cento) pelo não fornecimento do objeto desta Ata de Registro de Preços, calculada sobre o valor remanescente da presente;

IV) multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia, pelo descumprimento de qualquer cláusula ou obrigação prevista neste Edital e não discriminado nos incisos anteriores, sobre o valor da contratação em descumprimento, contada da comunicação da contratante (via internet, fax, correio ou outro), até cessar a inadimplência;

V) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Apiacás/MT, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

VI) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

VII) após o 20º (vigésimo) dia de inadimplência, a Administração terá direito de recusar a execução da contratação, de acordo com sua conveniência e oportunidade, comunicando à adjudicatária a perda de interesse no recebimento da nota Fiscal/Fatura para pagamento do objeto deste Edital, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Instrumento.

VIII) a inadimplência da Contratada, independentemente do transcurso do prazo estipulado na alínea anterior, em quaisquer dos casos, observado o interesse da Contratante e a conclusão dos procedimentos administrativos pertinentes, poderá implicar a imediata rescisão unilateral deste Contrato, com a aplicação das penalidades cabíveis;

IX) ocorrida a rescisão pelo motivo retrocitado, a Contratante poderá contratar o remanescente mediante dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, XI, da Lei Federal nº 8.666/93, observada a ordem de classificação da licitação e as mesmas condições oferecidas pela licitante vencedora, ou adotar outra medida legal para prestação dos serviços ora contratados;

X) quando aplicadas as multas previstas, mediante regular processo administrativo, poderão elas serem compensadas pelo Departamento Financeiro da Contratante, por ocasião do pagamento dos valores devidos, nos termos dos arts. 368 a 380 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil);

XI) na impossibilidade de compensação, nos termos da alínea anterior ou, inexistindo pagamento vincendo a ser realizado pela Contratante, ou, ainda, sendo este insuficiente para possibilitar a compensação de valores, a Contratada será notificada a recolher aos cofres do Erário a importância remanescente das multas aplicadas, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contado da data do recebimento, pela Contratada, do comunicado formal da decisão definitiva de aplicação da penalidade, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis.

XII) As sanções acima descritas poderão ser aplicadas cumulativamente, ou não, de acordo com a gravidade da infração;

XIII) O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor da contratação;

XIV) Nenhuma parte será responsável perante a outra pelos atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito.

XV) A multa, aplicada após regular processo administrativo, deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, ou ainda, quando for o caso, será cobrada judicialmente.

XVI) As sanções previstas nesta CLÁUSULA são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra e nem impede a sobreposição de outras sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações.

XVII) As penalidades serão aplicadas, garantido sempre o exercício do direito de defesa, após notificação endereçada à Contratada, assegurando-lhe o prazo de 5 (cinco) dias úteis para manifestação e posterior decisão da Autoridade Superior, nos termos da lei.

XVIII) As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Independente de sua transcrição, o edital e seus anexos, principalmente a proposta de preço e os documentos da proposta e da habilitação apresentados pelo **FORNECEDOR REGISTRADO** no pregão farão parte desta Ata de Registro de Preços.

12.2. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002 e da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas aplicáveis a espécie.

12.2.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

a) todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços.

b) é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira.

12.3. Qualquer órgão ou entidade integrante da Administração Pública poderá utilizar a Ata de Registro de Preços durante sua vigência, desde que manifeste interesse e mediante prévia autorização deste Departamento.

12.4. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento à outra entidade ou órgão, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

12.5. As aquisições adicionais de que trata o subitem 12.3 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

13. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão com recursos do Tesouro Municipal, consignados no Orçamento do Poder Executivo, cuja programação é a seguinte: Dotações Orçamentárias constantes do exercício 2019.

14. DO FORO

14.1. Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas da presente Ata de Registro de Preços será competente o foro da Comarca de Apiacás/MT.

E para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado, foi lavrada a presente Ata de Registro de Preços que, lida e achada conforme, é assinada em 2 (duas) vias, de igual teor e forma, pelos signatários deste instrumento e pelas testemunhas abaixo nomeadas, tendo sido arquivada um via no Departamento de Licitação.

Apiacás, de 09 de julho de 2019.

Adalto José Zago

Prefeito Municipal

Francisco Feitosa de Matos

DENTAL HIGIX DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS, MÉDICOS HOSPITALARES EIRELI - EPP CONTRATADA

PREFEITURA MUNICIPAL /ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 0167/2019

SÚMULA: DESIGNA PARA FISCAL DO CONTRATO Nº 083/2019 PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS E A EMPRESA:ESCRITÓRIO VANDERLEI MOREIRA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA.

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais...

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica designado como fiscal do contrato em tela, para controle, acompanhamento e recebimento dos serviços o Srª. **IVONE HOISSA TEIXEIRA , Analista Tributária.** Tendo como objeto Contratação de empresa para Assessoria Jurídica especializada em assessoramento tributário, com o intuito de levantar créditos tributários para o município**.**

Art. 2º- Este Decreto entrará em vigor da data de sua publicação/afixação, revogando-se as disposições em contrário;

Apiacás - MT, 28 de Junho de 2019.

ADALTO JOSÉ ZAGO

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PLANO DE AÇÃO EM NIVEL DE ENTIDADE PROGRAMA APRIMORA TCE/MT

PLANO DE AÇÃO EM NIVEL DE ENTIDADE

PROGRAMA APRIMORA TCE/MT

Exercício de 2019

UNIDADE: Secretaria Municipal de Administração

Item	IMPROPRIEDADES DETECTADAS	CAUSAS APONTADAS NO DOCUMENTO DE AUDITORIA	PROVIDENCIAS (O que fazer)	RESPONSAVEIS	PROCEDIMENTOS (Como fazer)	PRAZOS	OBSERVAÇÕES
01	Não estabelecimento pela alta administração de um Código de Ética definindo normas apropriadas de comportamento moral e ético esperados dos seus colaboradores?	A Prefeitura Municipal não dispõe de um Código de Ética.	Elaborar o Código de Ética Municipal.	Sec. Municipal de Administração	Realizar a elaboração do Código de Ética do Município.	De Abril a Dezembro de 2019	Ação não iniciada.
02	Ausência de comissão de ética na entidade para tratar os desvios em relação às normas de conduta da entidade.	Conforme verificamos a Prefeitura Municipal não dispõe de Código de Ética, bem como não instituiu a Comissão de Ética.	Instituir a Comissão de Ética do Município. Disponibilizar Código de Ética no sit da entidade e encaminhar a todos os servidores	Sec. Municipal de Administração	Formalizar Comissão de Ética do Município.	De Abril a Dezembro de 2019	Ação não iniciada.
03	Ausência de normativos atualizados que dispõem sobre sua estrutura organizacional (manual, regimento, resolução, portaria, etc) na Entidade.	A Prefeitura Municipal dispõe de Regime Jurídico e de Lei que Dispõe sobre a Estrutura Organizacional, porem essas Leis são do ano de 1993, e estão desatualizadas em relação a Estrutura existente atualmente, necessitando de atualização.	Revisar e atualizar os normativos da estrutura organizacional.	Sec. Municipal de Administração Procurador Jurídico	Revisar a Legislação Municipal para atender a estrutura existente na entidade.	De Abril a Dezembro de 2019	Ação não iniciada.
04	A estrutura organizacional não esta formalizada por meio de organograma.	Em verificação constatamos que o último organograma necessita ser aprovado na Prefeitura Municipal através da Lei Municipal, para adequar a com a atual legislação	Atualizar o organograma da Prefeitura Municipal. Aprovar organograma por meio de Lei Municipal.	Sec. Municipal de Administração	Atualizar o Organograma existente, definindo as atribuições e responsabilidades dos cargos; a caracterização do órgão; a descrição da estrutura organizacional; e a missão das unidades administrativas.	De Abril a Dezembro de 2019	Ação não iniciada.
05	Falta de formalização de políticas e procedimentos pela Organização, estabelecendo as práticas admitidas para selecionar, desenvolver e reter colaboradores.	Constatamos em verificação junto ao Departamento de Recursos Humanos que a Prefeitura não dispõe de políticas ou procedimentos para selecionar, desenvolver e reter servidores.	Aprimorar, no sistema de Gestão de Recursos Humanos, procedimentos adequados para reter, selecionar e desenvolver servidores.	Sec. Municipal de Administração	Implementando no sistema de Gestão de Recursos Humanos, procedimentos adequados para reter, selecionar e desenvolver servidores.	De Abril a Dezembro de 2019	Ação não iniciada.
06	Ausência de um programa de capacitação e treinamento adotado pela organização.	Constatamos em verificação junto ao departamento de Recursos Humanos que não foi criado um programa de capacitação para novos servidores e um programa de treinamento contínuo para todos os demais servidores.	Realizar um programa de capacitação e ofertas de treinamentos.	Sec. Municipal de Administração	Implementar um plano anual de capacitações e treinamentos para desenvolver os servidores.	De Abril a Dezembro de 2019	Ação não iniciada.
07	Dificuldades de a organização adotar um processo de planejamento estratégico.	A Prefeitura Municipal inicialmente não aderiu o Planejamento Estratégico em parceria com o TCE,	Avaliar a implantação de um planeja-	Sec. Municipal de Administração	Estudar a viabilidade de adoção de um planejamento estratégico,	De Abril a Dezembro de 2019	Ação não iniciada.

		porém acabou por desistir desta parceria, atualmente não há uma ferramenta de Planejamento Estratégico formalmente instituída no Município, que trata especificamente de planejamento estratégico.	mento estratégico para o Município.		no qual deva conter a visão, a missão e os objetivos organizacionais de longo prazo com seus indicadores e metas.		
08	Ausência de desdobramento dos objetivos estratégicos em planos tático e operacional até se chegar aos objetivos no nível de atividades (divisões, processos e operações)pela Organização.	Conforme constatamos o Município não dispõe atualmente do Planejamento em nível estratégico.	Avaliar a implantação de um planejamento estratégico para o Município.	Sec. Municipal de Administração	Estudar a viabilidade de adoção de um planejamento estratégico, no qual deva conter a visão, a missão e os objetivos organizacionais de longo prazo com seus indicadores e metas.	De Abril a Dezembro de 2019	Ação não iniciada.
09	A organização não dispõe de uma Política de Gestão de Riscos.	Constamos que o Município não dispõe de política de Gestão de Riscos.	Realizar um estudo sobre a implantação de uma política de Gestão de Riscos.	Sec. Municipal de Administração	Estudar a viabilidade de instituir uma Política de Gestão de Riscos.	De Abril a Dezembro de 2019	Ação não iniciada.
10	Baixa implantação pela Entidade dos controles internos nas atividades avaliadas no âmbito do Projeto APRIMORA, por força de Resolução Normativa do TCE/MT.	Poucas mudanças ocorrem após a realização das auditorias realizadas no âmbito do APRIMORA, porém o efetivo resultado poderá ser mensurado a partir dos monitoramentos dos Planos de Ação.	Realizar monitoramento dos planos de ações implementados pela Administração.	Sec. Municipal de Administração	Monitorar os planos de ação, acompanhar as providências adotadas, e confeccionar os relatórios de avaliação.	De Abril a Dezembro de 2020	Ação Iniciada
11	Aprimorar a Ouvidoria em sua estrutura organizacional	Necessidade de implantação	Necessidade de implantação	Sec. Municipal de Administração	Criar canal de denuncias e de esclarecimento de duvidas aos colaboradores, terceiros e publico externo	De Abril a Dezembro de 2019	Ação não iniciada.
12	Aprimorar a estrutura sobre a Lei de Acesso a Informação	Desenvolver os mecanismos sobre a Lei de Acesso a Informação. Disponibilizar por meio de memorado, internet, email, sit e todos os canais de acessos a LAI.	Elaborar dispositivo para cumprir com a Lei Federal de Acesso a Informação no Município.	Sec. Municipal de Administração	Criar estrutura física de desenvolvimento sobre Acesso a Informação e divulgação da LAI no sit e portal transparência do município.	De Abril a Dezembro de 2019	Ação não iniciada.
13	Dotar a Unidade de Controle Interno de condições adequadas (recursos humanos, materiais, financeiros e tecnológicos) para o exercício de suas atividades conforme Resolução Normativa nº 26/2014, do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.	Falta de sala exclusiva para o líder da UCI, compra de equipamentos tais como maquina de Xerox e scaner. Incompatibilidade recursos financeiros entre o líder da UCI e o Contador conforme complexidade de nível e cargos.	Sala exclusiva para o Responsável pelo UCI, compra de equipamentos como maquina de scaner, Xerox etc. Equiparação salarial entre as funções de maior complexidade no ente.	Sec. Municipal de Administração	Desmembrar sala do Departamento de Sistema de Frotas da Unidade de Controle Interno. Aquisição de Equipamento de scaner, Xerox etc. Elabora projeto de Lei para ser encaminhado para Poder Legislativo sobre adequação da Resolução Normativa do TCE/MT nº 26/2014.	De Abril a Dezembro de 2020	Ação não iniciada.
14	Atualizar e cumprir com as tabelas da Lei Municipal nº 166, de 04 de novembro de 1993, que "Dispõe sobre o Plano de Cargo, Vencimento e Carreira dos servidores da Prefeitura Municipal de Araguaiana"	Entidade necessita atualizar as tabelas do Plano de Cargos carreira e salário existentes que estão desatualizadas.	Desenvolver políticas para atualizar o plano de cargos, carreira e salários de todos os setores da Adm. Municipal.	Sec. Municipal de Administração	Elaborar projeto de Lei Municipal sobre atualização do Plano de Cargos, carreira salários de todos os servidores da Administração Municipal, e encaminhar para Poder Legislativo para aprovação.	De Abril a Dezembro de 2019	Ação não iniciada.

Araguaiana - MT, 02 de abril de 2019.

_____ _____

JOSE MARQUES DA SILVA GETULIO DUTRA VIEIRA NETO

Secretário Municipal de Administração Prefeito Municipal

DEPERTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 67/2019 DE 08 DE MAIO DE 2019

PORTARIA Nº 67/2019

De 08 de maio de 2019

O Senhor **GETÚLIO DUTRA VIEIRA NETO,** Prefeito Municipal de Araguaiana, Estado de Mato Grosso, no uso das Atribuições legais e em conformidade com o artigo 77, Inciso VI da Lei Orgânica do Município.

Considerando a lei Municipal nº 595/2012 de 19 de dezembro de 2012 e a Lei Municipal 698/2016 de 19 de abril de 2019.

RESOLVE:

Art. 1º Promover elevação de Classe e Nível do Profissional Municipal da Educação:

TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL		
NOME	Nível	Classe
JANAINA FERREIRA DE SOUSA	02	C

Art. 2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araguaiana, em 06 de junho 2019.

Getúlio Dutra Vieira Neto

Prefeito Municipal

DEPERTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 74/2019 DE 30 DE MAIO DE 2019

PORTARIA Nº 74/2019

De 30 de Maio de 2019

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES

O Senhor **GETÚLIO DUTRA VIEIRA NETO,** Prefeito Municipal de Araguaiana, Estado de Mato Grosso, no uso das Atribuições legais e em conformidade com o artigo 77, Inciso VI da Lei Orgânica do Município.

Art. 1° Conceder férias regulamentares de 30 (Trinta) dias, computados para o mês de junho de 2019, aos servidores abaixo nominados, relativo aos períodos aquisitivos que menciona:

NOME	PERIODO AQUISITIVO	LOTAÇÃO
Maria Auxuliadora Marques	2017/2018	Secr. De Assistência Social
Tizza Augusta Nery	2017/2018	Secr. De Saúde
Sueleny de Oliveira	2018/2019	Secr. De Saúde
Ademar Duarte dos Reis	2018/2019	Secr. De Saúde
Jairo Duarte Correa	2018/2019	Secr. De Saúde
Magno Flávio Cardoso da Silva	2018/2019	Secr. De Saúde
Maria Aparecida Duarte dos Reis	2018/2019	Secr. De Saúde
Karitta Christynne Carvalho Cortes	2018/2019	Secr. De Saúde
Maria Eleusa Soares	2017/2018	Secr. De Educação
Osvaldi José de Amaral	2017/2018	Secr. De Obras
Ademar dos Reis de Oliveira	2018/2019	Secr. De Obras
Alciro Moreira dos Santos	2018/2019	Secr. De Obras
Missias Arrais de Oliveira	2018/2019	Secr. De Obras
José Augusto Martins Nardes	2018/2019	Secr. De Obras
José Batista Alves Dantas	2018/2019	Secr. De Saúde
Solange Dias Siqueira	2018/2019	Secr. De Saúde

Art. 2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araguaiana, em 30 de maio 2019.

Getúlio Dutra Vieira Neto

Prefeito Municipal

DEPERTAMENTO PESSOAL
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE EDITAL COMPLEMENTAR N.º 3/2019

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Edital Complementar n.º 3/2019

A PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE ARAGUAIANA – CMDCA/MT, no uso da atribuição que lhe é conferida pela Lei Municipal nº 107/91 de 06.08.91, com base no Processo de Escolha em Data Unificada;

RESOLVE publicar a relação dos candidatos Habilitados no Processo de Escolha de candidatos ao Cargo de Conselheiro Tutelar em cumprimento a Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990 e das Lei Municipal nº 107 de 06. 08.1991 que "Dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente" e Lei Municipal nº 458 de 03/03/2008 e de acordo com o Regimento Interno do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, conforme anexo I.

Araguaiana – MT, 09 de Julho de 2019.

Géssica Kamilla Vieira Luz

Presidente do Conselho Mun. dos Direitos da Criança e do Adolescente

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

RELAÇAO DE CANDIDATOS HABILITADOS

01- Nome: Catarine Nardes Rocha

Nº da Inscrição: 012

Nº da Candidatura: 19

02 - Nome: Artur Dutra de Oliveira Neto

Nº da Inscrição: 08

Nº da Candidatura: 04

03- Nome: Sonia Regina da Silva Galisteu

Nº da Inscrição: 01

Nº da Candidatura: 15

04 - Nome: Rosemary Lopes da Silva

Nº da Inscrição: 10

Nº da Candidatura: 10

05°- Susana Gomes Moraes Pádua

Nº da Inscrição: 13

Nº da Candidatura: 25

06 - Nome: Lindalva Maria de Oliveira

Nº da Inscrição: 11

Nº da Candidatura: 55

07 - Nome: Raquel de Castro Santos

Nº da Inscrição: 09

Nº da Candidatura: 07

08 - Nome: Lorena Jéssica Silva

Nº da Inscrição: 07

Nº da Candidatura: 33

09 - Nome: Marcio Candido de Silva Gomes

Nº da Inscrição: 06

Nº da Candidatura: 14

10- Nome: Aliane Lopes dos Santos

Nº da Inscrição: 02

Nº da Candidatura: 1010

11 - Nome: Janaina Silva Luz

Nº da Inscrição: 03

Nº da Candidatura: 12

12-Nome: Karen Gomes Monteiro

N° da Inscrição: 04

N° da Candidatura: 11

DEPERTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 71/2019 DE 20 DE MAIO DE 2019

PORTARIA Nº 71/2019

De 20 de Maio de 2019

CONCEDE LICENÇA PREMIO A SERVIDOR

O Senhor **GETÚLIO DUTRA VIEIRA NETO,** Prefeito Municipal de Araguaiana, Estado de Mato Grosso, no uso das Atribuições legais e em conformidade com o artigo 77, Inciso VI da Lei Orgânica do Município.

Art. 1° Conceder licença premio regulamentares de 90 (Noventa) dias, computados a partir do mês de maio, ao servidor abaixo nominado, relativo aos períodos aquisitivos que menciona:

NOME	PERIODO AQUISITIVO	LOTAÇÃO
Damaris Hoane de Oliveira Alves	2012/2017	Secr. Mun. De Saúde

Art. 2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araguaiana, em 20 de maio 2019.

Getúlio Dutra Vieira Neto

Prefeito Municipal

DEPERTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº76/2019 ARAGUAIANA 03 DE JUNHO DE 2019.

PORTARIA Nº76/2019 Araguaiana 03 de junho de 2019.

"Designa o retorno ao trabalho o servidor GERCIONE FRANCISCO DA FONSECA conforme licença para interesse particular concedido."

O Senhor **GETÚLIO DUTRA VIEIRA NETO,** Prefeito Municipal de Araguaiana, Estado de Mato Grosso, no uso das Atribuições legais e em conformidade com o artigo 77, Inciso VI da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º Retornar de Licença para Interesse Particular, para o cargo de agente de serviço públicos, Lotado na Secretaria Municipal de Obras, o servidor **GERCIONE FRANCISCO DA FONSECA** portador da CI RG nº 1304893-7 SSP MT e inscrito no CPF sob o nº 895.617.161-00, matricula 746, conforme Licença concedida em 01/06/2017.

Art. 2º A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araguaiana, em 03 de junho 2019.

Getúlio Dutra Vieira Neto

Prefeito Municipal

DEPERTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 72/2019 DE 20 DE MAIO DE 2019

PORTARIA Nº 72/2019

De 20 de maio de 2019

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES

O Senhor **GETÚLIO DUTRA VIEIRA NETO,** Prefeito Municipal de Araguaiana, Estado de Mato Grosso, no uso das Atribuições legais e em conformidade com o artigo 77, Inciso VI da Lei Orgânica do Município.

Art. 1° Conceder férias regulamentares de 30 (Trinta) dias, computados para o mês de maio de 2019, aos servidores abaixo nominados, relativo aos períodos aquisitivos que menciona:

NOME	PERIODO AQUISITIVO	LOTAÇÃO
Lidiana Elias Cesar Santos	2017/2018	Secr. Mun. De Administração
João Bosco Gonçalves Ferreira	2018/2019	Secr. Mun. De Obras

Art. 2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araguaiana, em 20 de maio de 2019.

Getúlio Dutra Vieira Neto

Prefeito Municipal

DEPERTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 75/2019 DE 03 DE JUNHO DE 2019

PORTARIA Nº 75/2019

De 03 de Junho de 2019

O Senhor **GETÚLIO DUTRA VIEIRA NETO,** Prefeito Municipal de Araguaiana, Estado de Mato Grosso, no uso das Atribuições legais e em conformidade com o artigo 77, Inciso VI da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a Senhora **NORMA CRISTIAN DUTRA LIMA**, portadora da CI RG nº **1272056-9 SJ-MT** e inscrita no CPF sob o nº **915.897.201-30**, no cargo de **CHEFE DE DIVISÃO** enquadrando-o no Quadro Geral de Provimento em Comissão conforme Lei Municipal nº 713/17 de 24/02/2017.

Art. 2º - As despesas da presente portaria correm por conta da seguinte dotação:

07 – Secretaria Municipal de saúde

07.01 – Fundo Municipal de saúde

2056– Manutenção e encargos com Fundo Municipal de saúde

3.1.90.11.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas

Art. 3º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araguaiana, em 03 de junho de 2019.

Getúlio Dutra Vieira Neto

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO 5º ADITIVO AO CONTRATO Nº 19/2017

EXTRATO 5º Aditivo ao Contrato Nº 19/2017

5º Aditivo ao Contrato Nº 19/2017

CONTRATANTE: Município de Araguaiana - MT.

OBJETO: Prorrogação do prazo e supressão de 30% (trinta por cento) no valor das parcelas, **na CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE VAN SEM CONDUTOR, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO CRAS DE ARAGUAIANA - MT.**

DATA: 27/05/2019

SETOR DE LICITAÇÃO
AVISO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO 012/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA – MT

ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO 012/2019

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA,** pela sua Pregoeira de Licitação, torna Público, AUTORIZAÇÃO DA ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 012/2019/ REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2019 Solicitação de adesão á Ata de Registro de Preços n° 012/2019 da Prefeitura Municipal de Chapada dos Guimarães – MT Interessado: Prefeitura Municipal de Araguaiana – MT DESPACHO com amparo no art. 22°, do Decreto Federal nº 3931/2011 nº 10.520/02 e subsidiariamente, a Lei 8.666/93, consulto a Vossa Senhoria sobre a possibilidade de AUTORIZAR a adesão á Ata de Registro de Preços n° 012/2019/ Prefeitura Municipal de Chapada dos Guimarães – MT em favor da Prefeitura Municipal de Araguaiana – MT. O Gestor da Ata de Registro de Preço da providências de praxe. Chapada dos Guimarães – MT, 13 de junho de 2019. Assinado pela Srª. Thelma Pimentel Figueiredo de Oliveira – Prefeita Municipal. Araguaiana – MT, 09 de julho de 2019.

DEPERTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 73/2019 DE 30 DE MAIO DE 2019

PORTARIA Nº 73/2019

De 30 de Maio de 2019

CONCEDE LICENÇA PREMIO A SERVIDOR

O Senhor **GETÚLIO DUTRA VIEIRA NETO,** Prefeito Municipal de Araguaiana, Estado de Mato Grosso, no uso das Atribuições legais e em conformidade com o artigo 77, Inciso VI da Lei Orgânica do Município.

Art. 1° Conceder licença premio regulamentares de 90 (Noventa) dias, computados a partir do mês de junho, ao servidor abaixo nominado, relativo aos períodos aquisitivos que menciona:

NOME	PERIODO AQUISITIVO	LOTAÇÃO
Juliana Silva Santos	2014/2019	Secr. Mun. De Saúde

Art. 2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araguaiana, em 30 de maio 2019.

Getúlio Dutra Vieira Neto

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA

GABINETE - DEPTO JURIDICO
DECRETO MUNICIPAL Nº 40/2019

DECRETO MUNICIPAL Nº 40/2019

MAJORA A CONTRIBUIÇÃO REALIZADA PELO MUNICÍPIO AO PREVIARA, CONFORME REAVALIAÇÃO ATUARIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOEL MARINS DE CARVALHO, Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Araputanga/MT e:

CONSIDERANDO o disposto no Art. 9º da Lei Municipal nº 1.305/2018, o qual dispõe sobre a alteração da Lei Municipal que disciplina sobre o Fundo de Previdência Municipal de Araputanga/MT e dá outras providências;

CONSIDERANDO a Reavaliação Atuarial nº 1.387 que apontou a necessidade de se reajustar a alíquota de Contribuição realizada pelo ente municipal ao PREVIARA;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica majorada a alíquota prevista no inciso III do art. 44 da Lei Municipal nº 636/2005 e suas alterações, passando a 19,55% (dezenove vírgula cinquenta e cinco por cento), conforme a Reavaliação Atuarial nº 1. 387, bem como em consonância com o art. 9º da Lei Municipal nº 1.305/ 2018.

Art. 2º - *Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas quaisquer disposições em contrário.*

Gabinete do Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos dois (02) dias do mês de julho (07) do ano de dois mil e dezenove (2019).

JOEL MARINS DE CARVALHO

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇAÕ - TRIBUTOS
AUTO DE INFRAÇÃO Nº 138/2019

AUTO DE INFRAÇÃO Nº 138/2019

AUTUADO

Nome/R. Social: **SEBASTIAO DIVINO PIRES DE FARIA**

CNPJ/CPF: **035.480.821-49**

IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL

Quadra: **25** Lote: **21/22**

Endereço**:** Rua Sebastião Fernandes de Oliveira , Nº **1416,** Bairro**: São Sebastião** – Araputanga/MT

LEI MUNICIPAL Nº 1.330/2018

Institui o novo código de limpeza urbana do município de Araputanga/mt, revoga as leis municipais nº 1.104 e 1.129/2014 e dá outras providências.

Art. 6º - É de responsabilidade dos proprietários ou possuidores a qualquer título de terrenos edificados ou não, independentemente de haver habitação ou baldios, mantê-los **limpos, drenados e livres de entulhos.**

Parágrafo Único: Consideram-se terrenos limpos para efeitos desta Lei, aqueles cuja vegetação imprópria não ultrapasse a 20 (vinte) centímetros, considerando qualquer ponto dos terrenos e que não possuam entulhos ou materiais inservíveis.

Fica V. Senhoria **Notificada (a) a proceder com a devida Limpeza do(s) terreno(s) acima identificado(s) no prazo de 10 (Dez) dias, a contar do recebimento deste, conforme p**revisto no **Art.7º** da presente Lei. Ficando obrigado (a) a comunicar ao Setor de Tributos Municipais após tomar as providências exigidas, para que seja efetuada nova vistoria no local e atestar a execução do serviço.

O não cumprimento deste implicará em Multa de **05 (cinco) a 10 (dez) UPF-M** (Unidade Padrão Fiscal do Município de Araputanga/MT) para cada lote, nos termos da referida lei.

Dulcineia Xavier de Lima

Fiscal de Obras e Posturas

Araputanga,09 de Julho de 2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS
PORTARIAS 103 ATÉ 115.2019

P O R T A R I A Nº. 103/2019

O Prefeito Municipal de Arenápolis Estado de Mato Grosso Sr. **JOSÉ MAURO FIGUEIREDO**, no uso de suas atribuições legais, Consoante as normas gerais de direito Público, Resolve:

C O N C E D E R

30 dias de Licença Prêmio a servidora efetiva Srª. **Elma de Oliveira**, brasileira, casada, portadora do **Rg. Nº.** 740.591 SSP/MT e **CPF**. **Nº.** 781.147. 211-20, referente ao qüinqüênio de 2003/2008.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Arenápolis, ao 03º dia do mês de junho de 2019.

JOSÉ MAURO FIGUEIREDO

PREFEITO MUNICIPAL

P O R T A R I A Nº. 104/2019

O Prefeito Municipal de Arenápolis Estado de Mato Grosso Sr. **JOSÉ MAURO FIGUEIREDO**, no uso de suas atribuições legais, Consoante as normas gerais de direito Público, Resolve:

E X O N E R A R

A Servidora Srta. **Jenifer Roberta Garcia Parpinelli,** brasileira, solteira, Auxiliar Administrativo, residente e domiciliada nesta cidade de Arenápolis - MT, portadora da cédula de identidade **RG** nº. 1362103-3 - SSP/MT e **CPF** nº. 875.873.601-82, **Do Cargo** de **Coordenadora de Programa Saúde da Família – PSF**, a partir do mês de Junho de 2019.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Arenápolis ao 03º dia do mês de Junho de 2019.

JOSÉ MAURO FIGUEIREDO

PREFEITO MUNICIPAL

P O R T A R I A Nº. 105/2019

O Prefeito Municipal de Arenápolis Estado de Mato Grosso Sr. **JOSÉ MAURO FIGUEIREDO**, no uso de suas atribuições legais, Consoante as normas gerais de direito Público, Resolve:

C O N C E D E R

Férias Regulamentares ao Servidor Sra. **Niwton Ramos,** brasileiro, casado, Secretario Executivo, residente e domiciliado nesta cidade de Arenápolis - MT, portador da cédula de identidade **RG** nº. 10R/494361 - SSP/SC e **CPF** nº. 303.769.989-20, referente ao período de 2016/2017, a partir do mês de Junho de 2019.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Arenápolis ao 03º dia do mês de Junho de 2019.

JOSÉ MAURO FIGUEIREDO

PREFEITO MUNICIPAL

P O R T A R I A Nº. 106/2019

O Prefeito Municipal de Arenápolis Estado de Mato Grosso Sr. **JOSÉ MAURO FIGUEIREDO**, no uso de suas atribuições legais, Consoante as normas gerais de direito Público, Resolve:

C O N C E D E R

Férias Regulamentares a Servidora Sra. **Angenilza Alves Ferreira Pinheiro,** brasileira, casada, Conselheira Tutelar, residente e domiciliada nesta cidade de Arenápolis - MT, portadora da cédula de identidade **RG** nº. 1219868 - SSP/MT e **CPF** nº. 848.655.631-72, referente ao ano de 2018, a partir do mês de Junho de 2019.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Arenápolis ao 03º dia do mês de Junho de 2019.

JOSÉ MAURO FIGUEIREDO

PREFEITO MUNICIPAL

P O R T A R I A Nº. 107/2019

O Prefeito Municipal de Arenápolis Estado de Mato Grosso Sr. **JOSÉ MAURO FIGUEIREDO**, no uso de suas atribuições legais, Consoante as normas gerais de direito Público, Resolve:

C O N C E D E R

Férias Regulamentares aos Servidores da Secretaria Municipal de Saúde conforme nome e período informado:

Nome Período

Assis José de Moura	2016/2017
Aroldo Soares de Oliveira Filho	2013/2014
Erica Canachiro Morais	2017/2018
Manoel Gomes	2016/2017

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Arenápolis ao 03º dia do mês de Junho de 2019.

JOSÉ MAURO FIGUEIREDO

PREFEITO MUNICIPAL

P O R T A R I A Nº. 108/2019

O Prefeito Municipal de Arenápolis Estado de Mato Grosso Sr. **JOSÉ MAURO FIGUEIREDO**, no uso de suas atribuições legais, Consoante as normas gerais de direito Público, Resolve:

C O N C E D E R

Férias Regulamentares ao Servidor Sr. **David Neri Bueno,** brasileiro, casado, Operador de Maquina, residente e domiciliado nesta cidade de Arenápolis - MT, portador da cédula de identidade **RG** nº. 834.853 - SSP/MT e **CPF** nº. 106.763.411-87, referente ao período de 2017/2018, a partir do mês de Junho de 2019.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Arenápolis ao 03º dia do mês de Junho de 2019.

JOSÉ MAURO FIGUEIREDO

PREFEITO MUNICIPAL

P O R T A R I A Nº. 109/2019

O Prefeito Municipal de Arenápolis Estado de Mato Grosso Sr. **JOSÉ MAURO FIGUEIREDO**, no uso de suas atribuições legais, Consoante as normas gerais de direito Público, Resolve:

C O N C E D E R

20 Dias de Férias Regulamentares 10 dias de Férias Remuneradas ao Servidor Sr. **José Maria Moreira,** brasileiro, casado, Gari, residente e domiciliado nesta cidade de Arenápolis - MT, portador da cédula de identidade **RG** nº. 571.620 - SSP/MT e **CPF** nº. 411.852.6914-34, referente ao período de 2017/2018, a partir do mês de Junho de 2019.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Arenápolis ao 03º dia do mês de Junho de 2019.

JOSÉ MAURO FIGUEIREDO

PREFEITO MUNICIPAL

P O R T A R I A Nº. 110/2019

O Prefeito Municipal de Arenápolis Estado de Mato Grosso Sr. **JOSÉ MAURO FIGUEIREDO**, no uso de suas atribuições legais, Consoante as normas gerais de direito Público, Resolve:

C O N C E D E R

Licença Prêmio ao Servidor Sr. **Sebastião Rodrigues de Souza,** brasileiro, casado, Vigia, residente e domiciliado nesta cidade de Arenápolis - MT, portador da cédula de identidade **RG** nº. 062.912 - SSP/MT e **CPF** nº. 631.202.161-00, referente aos qüinqüênios de 2009/2014 e 2014/2019, a partir do mês de Junho de 2019.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Arenápolis ao 03º dia do mês de Junho de 2019.

JOSÉ MAURO FIGUEIREDO

PREFEITO MUNICIPAL

P O R T A R I A Nº. 110/2019

O Prefeito Municipal de Arenápolis Estado de Mato Grosso Sr. **JOSÉ MAURO FIGUEIREDO**, no uso de suas atribuições legais, Consoante as normas gerais de direito Público, Resolve:

C O N C E D E R

Licença Prêmio ao Servidor Sr. **Sebastião Rodrigues de Souza,** brasileiro, casado, Vigia, residente e domiciliado nesta cidade de Arenápolis - MT, portador da cédula de identidade **RG** nº. 062.912 - SSP/MT e **CPF** nº. 631.202.161-00, referente aos qüinqüênios de 2009/2014 e 2014/2019, a partir do mês de Junho de 2019.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Arenápolis ao 03º dia do mês de Junho de 2019.

JOSÉ MAURO FIGUEIREDO

PREFEITO MUNICIPAL

P O R T A R I A Nº. 112/2019

O Prefeito Municipal de Arenápolis Estado de Mato Grosso Sr. **JOSÉ MAURO FIGUEIREDO**, no uso de suas atribuições legais, Consoante as normas gerais de direito Público, Resolve:

E X O N E R A R

O Sr. Igor Henrique Magalhães dos Santos, brasileiro, portador do **Rg. Nº.** 2396475-8 SSP/MT e **CPF**. Nº. 051.514.641-24, residente e domiciliado nesta Cidade, como **GARI,** junto a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Transporte de Arenápolis/MT.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Arenápolis, ao 12º dia do mês de Junho de 2019.

JOSÉ MAURO FIGUEIREDO

PREFEITO MUNICIPAL

P O R T A R I A Nº. 113/2019

O Prefeito Municipal de Arenápolis Estado de Mato Grosso Sr. **JOSÉ MAURO FIGUEIREDO**, no uso de suas atribuições legais, Consoante as normas gerais de direito Público, Resolve:

E X O N E R A R

A funcionária ***Sra. Airia Ferreira Silva*****,** brasileira, solteira, Agente Comunitário de Saúde, portadora do **RG. nº.** 445104 SSP/MT e **CPF. nº.** 651. 876.791-04, conforme o processo de aposentadoria por Idade, sob nº Benficio185430231-8.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Arenápolis aos 17 dias do mês de Junho de 2019.

JOSÉ MAURO FIGUEIREDO

PREFEITO MUNICIPAL

P O R T A R I A Nº. 114/2019

O Prefeito Municipal de Arenápolis Estado de Mato Grosso Sr. **JOSÉ MAURO FIGUEIREDO**, no uso de suas atribuições legais, Consoante as normas gerais de direito Público, Resolve:

N O M E A R

Membros do Conselho Municipal de Turismo - **COMTUR** – e do Fundo Municipal de Turismo – **FUMTUR** do Município de Arenápolis/MT:

Para Presidente, RINALDO FERRARI – CPF: 431.413.521-53

Para Vice–Presidente JOSÉ A. DE OLIVEIRA - CPF: 227.116.519-91

Para Secretario CLAUDIO R. BARBOSA – CPF: 459.952.301-15

Membros do Conselho Municipal de Turismo:

Representantes do Poder Publico

Jose Alves de Oliveira CPF:227.116.519 -91 Titular

Paulo Giovani de Oliveira e Silva CPF:714.752.571-04 Suplente

Claudio Rodrigues Barbosa CPF: 459.952.301-15 Titular

Rodrigo Paula de Oliveira CPF :000.909.281-13 Suplente

Rubens Emerich Junior CPF :015.877.541-42 Titular

Pedro Eustaquio O. e Silva CPF: 004.494.161-78 Suplente

Jenifer Roberta G. Parpinele CPF: 875.873.601-82 Titular

Núbia Gonçalves Campos CPF: 459.959.231-53 Suplente

Representantes da Sociedade Civil Organizada

Rinaldo Ferrari CPF: 431.413.521-53 Suplente

Rosemary Oliveira de Araujo CPF: 550.050.201-87 Titular

Sebastião Marconi CPF: 240.462.489-04 Vice-Pres.

Job Oliveira Sampaio CPF: 172.679.781-34 Suplente

Marilucia Gomes Campos CPF: 914.485.701-02 Titular

Marcelo Rei Fernandes Tropak CPF: 972.105.101-25 Suplente

Representantes da EMPAER:

Joaquina Tenório de Moura CPF: 570.654.549-91 Titular

Fabíola Francisca D Fernandes CPF:030.878.681-59 Tit. Empaer

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Arenápolis aos 17º dias do mês de Junho de 2019.

JOSÉ MAURO FIGUEIREDO

PREFEITO MUNICIPAL

P O R T A R I A Nº. 115/2019

O Prefeito Municipal de Arenápolis Estado de Mato Grosso Sr. **JOSÉ MAURO FIGUEIREDO**, no uso de suas atribuições legais, Consoante as normas gerais de direito Público, Resolve:

C O N C E D E R

Férias Regulamentares ao servidor **Josiel Rodrigues dos Santos,** brasileiro, casado, Agente Administrativo, portador do CPF: 649.939.901-97 e RG: 1038151-1 SSP/MT residente e domiciliada nesta cidade de Arenápolis-MT, referente aos períodos de 2017/2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Arenápolis, ao 26º dia do mês de Junho de 2019.

JOSÉ MAURO FIGUEIREDO

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS
EDITAL COMPLEMENTAR DE CONVOCAÇÃO 013.2019

EDITAL COMPLEMENTAR DE CONVOCAÇÃO 013/2019

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N°001/2019

JOSÉ MAURO FIGUEIREDO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ARENÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONSOANTE AS NORMAS GERAIS DE DIREITO PÚBLICO, OBSERVADO O QUE DISPÕE AS NORMAS CONSTITUCIONAIS VIGENTES, A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE ARENÁPOLIS/MT, A LEI MUNICIPAL N° 1.365 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2018, RESOLVE:

CONVOCAR

Art. 1º. Os candidatos abaixo relacionados, aprovados no Processo Seletivo Simplificado, Lotação – **Secretaria de Transporte e Infraestrutura**, homologado por meio do Decreto n° 04, de 13 de fevereiro de 2019, devidamente publicado no Jornal Oficial do Município de Arenápolis/MT, no dia 14 de fevereiro de 2019, para comparecerem no período de 10 a 17 de julho de 2019, apresentarem os seguintes documentos e marcarem seus exames pré admissional, junto ao RH da prefeitura municipal de Arenápolis MT, com endereço a AV. Prefeito Caio n.º 642, Bairro Vila Nova, Arenápolis MT;

I – RG e CPF/MF,

II - Certidão de Nascimento ou Casamento,

III - Título de Eleitor, Certidão de Quitação Eleitoral e Certidão de Crimes eleitorais,

VI - Carteira de reservista, se do sexo masculino,

V - Comprovante de endereço atual,

VI - Comprovante do grau de escolaridade referente ao cargo pleiteado,

VII - Carteira de trabalho, cartão ou documento oficial expedido pela instituição competente constando o cadastro de PIS/PASEP,

VIII – Certidão de nascimento de filhos menores;

IX - Declaração de bens e valores,

X- Declaração de que não exerce outro cargo público,

XI – Atestados de Sanidade Física e Mental,

XII- Certidão Negativa de Tributo Municipal.

Todos os documentos necessários para posse e desempenho da atividade deverão ser apresentados, junto ao departamento de Recursos Humanos, em via única autenticada em cartório, exceto se acompanhados do original, para que o servidor responsável o analise e autentique.

GARI

NOME	NOTA FINAL	SITUAÇÃO
EDSON DAS DORES BIANCHI	50,00	14° LUGAR CLASSIFICADO

Art. 2º - **Prazo de apresentação:**

O prazo de apresentação é de no máximo 06 (seis) dias corridos conforme o Art. 1º deste edital, findo o qual será providenciada a convocação imediata do aprovado subseqüente, obedecida à ordem de classificação, sendo considerado desistente o candidato que não se apresentar no prazo referido deste edital.

Art. 3º - **Será desclassificado o candidato que:**

I - Não comparecer na data estipulada;

II - Não apresentar a documentação exigida no artigo 1º;

III - For declarado inapto para exercer o cargo a que foi classificado, mediante atestado médico;

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PAÇO MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS-MT, EM 09 DE JULHO DE 2019.

JOSÉ MAURO FIGUEIREDO

RG Nº 10643694/SSP/SP - CPF Nº 786.970.268-49

PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ARENÁPOLIS-MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ

GABINETE DO PREFEITO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE PARCERIA Nº 003/2019

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE PARCERIA Nº 003/2019 PARA PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS QUE ENTRE SI CELEBRAM MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ E O JOÃO MARIA MACHADO, ambos do Estado do Mato Grosso.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ, Estado de Mato Grosso, inscrito no CNPJ sob nº. 03.507.498/0001-71, estabelecida à Praça São Francisco de Assis, 128, Centro, Aripuanã-MT, CEP 78.325-000, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal **Sr JONAS RODRIGUES DA SILVA**, *brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG. nº 1951955-8 SSP/MT e inscrito no CPF sob nº. 439.897.132-72, residente e domiciliado na Rua E, n° 135, Bairro Vila Operaria*, nesta cidade, doravante denominada simplesmente **MUNICÍPIO** e outro lado a **JOÃO MARIA MACHADO**, Brasileiro, portador do RG 321426 SESP/RO e CPF nº 616.630.522-04 residente nesta cidade de Aripuanã/MT, resolvem celebrar o presente Termo de Parceira para implementação do programa de recuperação de estradas vicinais, que reger-se-á pela **Lei Municipal nº 1.513/2017** e pelas cláusulas e condições seguintes:

Considerando a intenção da Secretaria Municipal de Infraestrutura, quanto à prorrogação de prazo do Termo de Parceria nº 003/2019, conforme solicitado no memorando nº 203/2019, o qual integra o presente, como se estivesse aqui inteiramente transcrito.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente Termo a formalização de parceria entre as partes para consecução das ações de implementação do programa de recuperação de estradas vicinais, autorizado pela Lei Municipal nº 1. 274 de 12 de novembro de 2015 na utilização do maquinário **CAR CAMINHÃO CARROCERIA AB, VOLVO NL12 360 6X4, COR BRANCO, ANO/MODELO 1993, COMBUSTIVEL DIESEL, PLACA ADZ 9198, CHASSI 9BVN2B5DOPE637584.**

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO DE VIGENCIA

2.1. Será prorrogado o prazo previsto na Cláusula Sétima item 7.1 do Termo de Parceria Originário, a fim de concluir os trabalhos de recuperação de estradas vicinais, para mais **45 (quarenta e cinco) dias**, a contar do prazo de seu vencimento. Findo este prazo, tem a Secretaria até 30 (trinta) dias para apresentação da prestação de contas a Controladoria do Sistema de Controle Interno.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA RATIFICAÇÃO

3.1. Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições constantes no acordo originário, não modificadas no todo ou em parte, pelo presente Termo Aditivo.

E, por estarem assim de comum acordo, assinam as partes o presente instrumento, em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que produzam os devidos efeitos legais.

Aripuanã /MT, 03 de Julho de 2.019.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal de Aripuanã

_____

JOÃO MARIA MACHADO

TESTEMUNHAS:

_____ _____

Nome: Nome:

CPF: CPF:

COORDENADORIA DE ADM
EDITAL Nº. 008/2019 DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

O Prefeito Municipal de Aripuanã **JONAS RODRIGUES DA SILVA**, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no Decreto Municipal nº. 1.128/2006 e em conformidade com o disposto no Parágrafo Quarto, do Artigo 9º e o Parágrafo Único, do Artigo 48, da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000, - L.R.F, **CONVIDA** a população do município para participar de **Audiência Pública,** com o objetivo de**Apresentar e Discutir a Lei das Diretrizes Orçamentárias – LDO para o Exercício de 2020.**

Ficanomeada como Presidente da referida Audiência Pública a Senhora **Márcia Aparecida Thomazi,** no local, data e horário, a saber:

Local – Câmara Municipal de Aripuanã

Rua: Antônio Paulo da Costa Bilego nº 168 – Centro.

Data – 28 de agosto de 2.019

Horário – 09h00min

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 09 dias do mês de agosto de 2.018.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 023/2019

A Prefeitura Municipal de Aripuanã - MT torna público para conhecimento dos interessados que o Pregão Presencial que trata o Edital nº. 023/2019, levado a efeito às **08h00min** do dia **08/07/2019** teve como resultado: ***LICITAÇÃO DESERTA.*** Maiores informações poderão ser adquiridas pelo site http://www.aripuana.mt.gov.br, pelo e-mail licitacao@aripuana.mt.gov.br, ou pelo telefone (066) 3565-3900.

Aripuanã–MT, 09 de julho de 2019.

Tamara Piran da Silva

Pregoeiro

GABINETE DO PREFEITO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE PARCERIA Nº 006/2019

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE PARCERIA Nº 006/2019 PARA PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS QUE ENTRE SI CELEBRAM MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ E O ADEMIR LIZZONI, ambos do Estado do Mato Grosso.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ, Estado de Mato Grosso, inscrito no CNPJ sob nº. 03.507.498/0001-71, estabelecida à Praça São Francisco de Assis, 128, Centro, Aripuanã-MT, CEP 78.325-000, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr **JONAS RODRIGUES DA SILVA**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG. nº 1951955-8 SSP/MT e inscrito no CPF sob nº. 439.897.132-72, residente e domiciliado na Rua E, n° 135, Bairro Vila Operaria, nesta cidade, doravante denominada simplesmente **MUNICÍPIO** e outro lado o Senhor **ADEMIR LIZZONI,** Brasileiro, portador do RG 5.007.833-7 SESP/PR e CPF nº 904.453. 171-91 residente nesta cidade de Aripuanã/MT, resolvem celebrar o presente Termo de Parceira para implementação do programa de recuperação de estradas vicinais, que reger-se-á pela **Lei Municipal nº 1.513/2017** e pelas cláusulas e condições seguintes:

Considerando a intenção da Secretaria Municipal de Infraestrutura, quanto à prorrogação de prazo do Termo de Parceria nº 006/2019, conforme solicitado no memorando nº 203/2019, o qual integra o presente, como se estivesse aqui inteiramente transcrito.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente Termo a formalização de parceria entre as partes para consecução das ações de implementação do programa de recuperação de estradas vicinais, autorizado pela Lei Municipal nº 1. 274 de 12 de novembro de 2015 na utilização do maquinário **CAR CAMINHÃO ROLLON ROL, M. BENS/ ATRON 2729, COR BRANCA ANO/ MODELO 2013, COMBUSTIVEL DIESEL, PLACA FMP2957, CHASSI 9BM693328DB943780.**

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO DE VIGENCIA

2.1. Será prorrogado o prazo previsto na Cláusula Sétima item 7.1 do Termo de Parceria Originário, a fim de concluir os trabalhos de recuperação de estradas vicinais, para mais **45 (quarenta e cinco) dias**, a contar do prazo de seu vencimento. Findo este prazo, tem a Secretaria até 30 (trinta) dias para apresentação da prestação de contas a Controladoria do Sistema de Controle Interno.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA RATIFICAÇÃO

3.1. Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições constantes no acordo originário, não modificadas no todo ou em parte, pelo presente Termo Aditivo.

E, por estarem assim de comum acordo, assinam as partes o presente instrumento, em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que produzam os devidos efeitos legais.

Aripuanã /MT, 03 de Julho de 2.019.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal de Aripuanã

_____

ADEMIR LIZZONI

TESTEMUNHAS:

_____ _____

Nome: Nome:

CPF: CPF:

GABINETE DO PREFEITO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE PARCERIA Nº 005/2019

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE PARCERIA Nº 005/2019 PARA PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS QUE ENTRE SI CELEBRAM MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ E O JORGE ANTONIO DE CARVALHO, ambos do Estado do Mato Grosso.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ, Estado de Mato Grosso, inscrito no CNPJ sob nº. 03.507.498/0001-71, estabelecida à Praça São Francisco de Assis, 128, Centro, Aripuanã-MT, CEP 78.325-000, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal **Sr JONAS RODRIGUES DA SILVA***, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG. nº 1951955-8 SSP/MT e inscrito no CPF sob nº. 439.897.132-72, residente e domiciliado na Rua E, n° 135, Bairro Vila Operaria*, nesta cidade, doravante denominada simplesmente **MUNICÍPIO** e outro lado o Senhor **JORGE ANTONIO DE CARVALHO**, Brasileiro, portador do RG 890.066 SSP/MT e CPF nº 531. 316.941-00 residente nesta cidade de Aripuanã/MT, resolvem celebrar o

presente Termo de Parceira para implementação do programa de recuperação de estradas vicinais, que reger-se-á pela **Lei Municipal nº 1.513/2017** e pelas cláusulas e condições seguintes:

Considerando a intenção da Secretaria Municipal de Infraestrutura, quanto à prorrogação de prazo do Termo de Parceria nº 005/2019, conforme solicitado no memorando nº 203/2019, o qual integra o presente, como se estivesse aqui inteiramente transcrito.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente Termo a formalização de parceria entre as partes para consecução das ações de implementação do programa de recuperação de estradas vicinais, autorizado pela Lei Municipal nº 1. 274 de 12 de novembro de 2015 na utilização do maquinário **CAR CAMINHÃO BASCULANTE, M. BENS/LS 1625, COR CINZA, ANO/MODELO 1991/1992, COMBUSTIVEL DIESEL, PLACA BWE7163, CHASSI 9BM386097MB931407.**

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO DE VIGENCIA

2.1. Será prorrogado o prazo previsto na Cláusula Sétima item 7.1 do Termo de Parceria Originário, a fim de concluir os trabalhos de recuperação de estradas vicinais, para mais **45 (quarenta e cinco) dias**, a contar do prazo de seu vencimento. Findo este prazo, tem a Secretaria até 30 (trinta) dias para apresentação da prestação de contas a Controladoria do Sistema de Controle Interno.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA RATIFICAÇÃO

3.1. Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições constantes no acordo originário, não modificadas no todo ou em parte, pelo presente Termo Aditivo.

E, por estarem assim de comum acordo, assinam as partes o presente instrumento, em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que produzam os devidos efeitos legais.

Aripuanã /MT, 03 de Julho de 2.019.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal de Aripuanã

_____

JORGE ANTONIO DE CARVALHO

TESTEMUNHAS:

_____ _____

Nome: Nome:

CPF: CPF:

GABINETE DO PREFEITO
ATO Nº 014/2019

CONVOCAÇÃO DE CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA Nº 001/2019, CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 396/99, DE ACORDO COM AS LEIS COMPLEMENTARES Nº 001/99 E 002/99 E ALTERAÇÕES POSTERIORES.

JONAS RODRIGUES DA SILVA, Prefeito Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Municipal nº 396/1999;

RESOLVE:

Art. 1º Ficam convocados os candidatos abaixo relacionados aprovados no Processo Seletivo Simplificado para Profissionais da Educação Básica nº 001/2019, para comparecer na Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SEMEC, no dia 29/07/2019, às 8:00 horas para atribuição de classes e/ou aulas e posterior contratação.

Art. 2º No ato da convocação os candidatos deverão apresentar fotocópia e os originais dos documentos exigidos no Edital, e demais REQUISITOS constante no quadro de nº de vagas, do Edital nº 001/2019 do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2019.

Art. 3º As despesas decorrentes do presente ato correrão por conta das dotações próprias, suplementadas se necessário.

Art. 4º Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 05 de julho de 2019.

Registre-se

e

Publique-se

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

LOCALIDADE CIDADE MORENA

LICENCIATURA EM PEDAGOGIA/NORMAL SUPERIOR

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME	CPF	REGISTRO GERAL	HABAILITAÇÃO
094/2019	GRAZIELE LATCZUK DE QUEIROZ	052.634.071-14	2539954-3	PEDAGOGIA

LOCALIDADE MILAGROSA

LICENCIATURA EM PEDAGOGIA/NORMAL SUPERIOR

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME	CPF	REGISTRO GERAL	HABAILITAÇÃO
090/2019	ADRIANA BARBOSA DE AGUIAR	006.033.951-98	1582252-4 SSP/MT	PEDAGOGIA
063/2019	ZENILDA MEURER	014.095.471-67	1759248-8 SSP/MT	PEDAGOGIA

LOCALIDADE MILAGROSA

LICENCIATURA EM LÍNGUA PORTUGUESA

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME	CPF	REGISTRO GERAL	HABAILITAÇÃO
016/2019	SEBASTIÃO JOSÉ DAMASCENO NETO	362.213.091-15	530.153 SSP/MT	LÍNGUA PORTUGUESA
023/2019	ANA PAULA ALVES DOS SANTOS	045.058.001-64	2162040-7 SSP/MT	LÍNGUA PORTUGUESA

LOCALIDADE MILAGROSA

ENSINO MÉDIO MAGISTÉRIO

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME	CPF	REGISTRO GERAL	HABAILITAÇÃO
088/2019	ANGELITA MEDEIROS SERPA	474.649.501-78	697556 SESP/MT	ENSINO MÉDIO/MAGISTÉRIO
070/2019	ALDENICE GOMES DE SOUSA GALVÃO	027.096.823-70	4.728.159 SSP/PI	ENSINO MÉDIO/MAGISTÉRIO

LOCALIDADE PROJETO LONTRA

LICENCIATURA EM PEDAGOGIA/NORMAL SUPERIOR

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME	CPF	REGISTRO GERAL	HABAILITAÇÃO
091/2019	SAID DE SOUZA PEREIRA	461.743.115-20	3123511-5 SESP/MT	PEDAGOGIA
018/2019	WILSILENE DE OLIVEIRA BORGES	032.771.831-57	53.523.715-7 SSP/SP	PEDAGOGIA

LOCALIDADE PROJETO LONTRA

LICENCIATURA EM LÍNGUA PORTUGUESA

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME	CPF	REGISTRO GERAL	HABILITAÇÃO
038/2019	ALINE CORREA LIMA	028.019.631-86	2029035-7 SSP/MT	LÍNGUA PORTUGUESA

LOCALIDADE SÃO LOURENÇO

LICENCIATURA EM PEDAGOGIA/NORMAL SUPERIOR

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME	CPF	REGISTRO GERAL	HABILITAÇÃO
076/2019	ALDERLI FIDELIS	369.526.802-68	000510351 SSP/RO	PEDAGOGIA

LOCALIDADE AR2

LICENCIATURA EM PEDAGOGIA/NORMAL SUPERIOR

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME	CPF	REGISTRO GERAL	HABILITAÇÃO
007/2019	ELENICE DOS SANTOS SOUZA	052.040.531-58	1149758 SESDC/RO	PEDAGOGIA

SEDE DO MUNICÍPIO

APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - MERENDEIRA

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME	CPF	REGISTRO GERAL	HABILITAÇÃO
037/2019	TALITA WILLE DIAS	061.281.751-20	2381975-8 SEJSP/MT	ENSINO MÉDIO
042/2019	KARINA SANTANA DOS SANTOS	058.835.841-01	2675564-5 SEJSP/MT	ENSINO MÉDIO
082/2019	FERNANDA NUNES BRAUN	100.816.717-76	1.910.143 SESP/ES	ENSINO MÉDIO
020/2019	MÔNICA GUILHERME DOS SANTOS	031.350.641-82	2.090.132 SSP/AL	ENSINO MÉDIO
055/2019	ALANDIA MAYRA DE FIGUEIREDO	053.907.461-63	2614118-3 SEJSP/MT	ENSINO MÉDIO
107/2019	DJESSICA ARIANE ALVES DE SOUZA	058.097.801-05	2663676-0 SEJSP/MT	ENSINO MÉDIO
032/2019	ANGELINA ARAUJO SILVA	727.638.762-34	429925 SESP/RO	ENSINO FUNDAMENTAL
021/2019	VANESSA LOPES FERREIRA	020.528.461-23	1910522-3 SSP/MT	ENSINO FUNDAMENTAL
043/2019	JACIELE DE LIMA SOARES	037.436.172-00	2992263-1 SESP/MT	ENSINO MÉDIO
098/2019	PATRICIA VIEIRA DA SILVA	029.493.111-21	2070288-4 SSP/MT	ENSINO MÉDIO
052/2019	JANIRA BERNARDO MEDEIROS	042.907.959-19	7.161.207-4 SESP/PR	ENSINO FUNDAMENTAL
047/2019	ERICA ROCHA DE OLIVEIRA	067.870.051-64	3052606-0 SESP/MT	ENSINO MÉDIO

LOCALIDADE CONSELVAN

APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - MERENDEIRA

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME	CPF	REGISTRO GERAL	HABILITAÇÃO
012/2019	ROSELI PADILHA LARA	842.540.922-53	000887904 SESDC/RO	ENSINO FUNDAMENTAL
092/2019	SANDRA MARIA ANGELI	006.767.549-29	7.755.405-0 SESP/PR	ENSINO MÉDIO
030/2019	VANDERLEIA FERREIRA FARIAS	011.004.962-46	1145067SESDC/RO	ENSINO MÉDIO

LOCALIDADE MILAGROSA

APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - MERENDEIRA

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME	CPF	REGISTRO GERAL	HABILITAÇÃO
127/2019	ANDREIA PEREIRA LOPES	970.139.602-25	000968491 SESDC/RO	ENSINO MÉDIO

LOCALIDADE SÃO LOURENÇO

APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - MERENDEIRA

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME	CPF	REGISTRO GERAL	HABILITAÇÃO
013/2019	THALIA PEREIRA DOS SANTOS	071.963.711-27	2945193-0 SESP/MT	ENSINO FUNDAMENTAL

SEDE MUNICÍPIO

APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – ZELADORA

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME	CPF	REGISTRO GERAL	HABILITAÇÃO
001/2019	JULIANA DA SILVA CHRISTO	024.117.481-32	2685569-0 SESP/MT	ENSINO MÉDIO
014/2019	SAMANTHA FREDERICO LUTIKOSKI	049.250.221-80	2193438-0 SESP/MT	ENSINO MÉDIO
022/2019	ÉRICA SILVA DE SOUZA	998.070.412-87	00001021627 SESDC/RO	ENSINO MÉDIO
089/2019	FERNANDA LUZIA DA SILVA	051.453.701-99	2565047-5 SSP/MT	ENSINO MÉDIO
083/2019	MARCIELI APARECIDA FLOR	061.533.951-47	2381921-9 SEJSP/MT	ENSINO MÉDIO
077/2019	REGIANE PINHEIRO DE OLIVEIRA	003.674.392-55	000974455 SESDC/RO	ENSINO FUNDAMENTAL
132/2019	FABIANA RODRIGUES PINHEIRO	016.901.701-07	1827084-0 SSP/MT	ENSINO MÉDIO
129/2019	TATIANA RODRIGUES PINHEIRO	019.608.401-69	1888025-8 SSP/MT	ENSINO MÉDIO
079/2019	ROSIMARA FERREIRA ROMEIRO	058.785.101-54	2674966-1 SESP/MT	ENSINO MÉDIO
054/2019	ALINE SIQUEIRA SOUZA	051.667.292-42	7855595 PC/PA	ENSINO MÉDIO
040/2019	DAIZE CORREA GONÇALVES	856.420.291-34	0244221-3 SESP/MT	ENSINO MÉDIO

SEDE DO MUNICÍPIO

APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - VIGIA

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME	CPF	REGISTRO GERAL	HABILITAÇÃO
058/2019	DIENEFER MIRANDA SOARES	031.670.552-78	1321758 SESDC/RO	ENSINO MÉDIO
110/2019	GIOVANE ALVES SOUZA	062.424.851-84	2727002-5 SESP/MT	ENSINO MÉDIO
044/2019	ESTEFANI MARQUES PEREIRA	032.617.111-83	2090648-0 SSP/MT	ENSINO FUNDAMENTAL
035/2019	LUCAS HENRIQUE MANOEL GONÇALVES	069.021.781-19	2727028-9 SESP/MT	ENSINO FUNDAMENTAL
066/2019	MARIA APARECIDA DA SILVA PEREIRA	615.547.742-68	1822741-4 SSP/MT	ENSINO MÉDIO
134/2019	MARCIA GRACIELA ALVES	828.787.812-87	745650 SSDC/RO	ENSINO FUNDAMENTAL
050/2019	ADRIANA SILVA SOUZA	933.020.881-91	2018201-5 SESP/MT	ENSINO FUNDAMENTAL
067/2019	VICTOR LUCAS DA SILVA	059.133.711-86	2686727-3 SEJSP/MT	ENSINO MÉDIO

SEDE DO MUNICÍPIO

APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – VIGIA (PNE)

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME	CPF	REGISTRO GERAL	HABILITAÇÃO
075/2019	JOSE CARLOS PADILHA DE LARA	999.800.612-00	1154255 SESDC/RO	ENSINO FUNDAMENTAL

LOCALIDADE AR2

APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - VIGIA

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME	CPF	REGISTRO GERAL	HABILITAÇÃO

084/2019	LUIZ CARLOS DOS SANTOS JUNIOR	067.497.441-76	2502422-1 SSP/MT	ENSINO MÉDIO

LOCALIDADE MILAGROSA

APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - VIGIA

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME	CPF	REGISTRO GERAL	HABILITAÇÃO
117/2019	DEMICIANO DE MATOS	356.160.278-98	38.669.450-3 SSP/SP	ENSINO MÉDIO
131/2019	WELLINTON DE OLIVEIRA BORGES	407.103.938-81	52.703.173-2 SSP/SP	ENSINO FUNDAMENTAL
061/2019	ERIEO AUGUSTO FURLANETO	075.170.381-84	3012508-1 SESP/MT	ENSINO FUNDAMENTAL

SEDE DO MUNICÍPIO

APOIO ADMINISTRATIVO OPERACIONAL – MOTORISTA

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME	CPF	REGISTRO GERAL	HABILITAÇÃO
053/2019	GIOVANE CESARIO SABINO	743.537.722-87	000774268 SESP/RO	ENSINO FUNDAMENTAL
048/2019	GILSON ALVES DE MORAIS	045.876.681-09	2193326-0 SSP/MT	ENSINO FUNDAMENTAL
027/2019	ADELMO SILVA VITAL	876.126.742-20	2310425-2 SSP/MT	ENSINO FUNDAMENTAL
104/2019	ADILSON DE SOUZA PEREIRA	867.378.991-53	571.546 SSP/RO	ENSINO MÉDIO

GABINETE DO PREFEITO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE PARCERIA Nº 004/2019

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE PARCERIA Nº 004/2019 PARA PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS QUE ENTRE SI CELEBRAM MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ E O LUIZ ANTONIO MACHADO, ambos do Estado do Mato Grosso.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ, Estado de Mato Grosso, inscrito no CNPJ sob nº. 03.507.498/0001-71, estabelecida à Praça São Francisco de Assis, 128, Centro, Aripuanã-MT, CEP 78.325-000, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal **Sr JONAS RODRIGUES DA SILVA***, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG. nº 1951955-8 SSP/MT e inscrito no CPF sob nº. 439.897.132-72, residente e domiciliado na Rua E, n° 135, Bairro Vila Operaria*, nesta cidade, doravante denominada simplesmente **MUNICÍPIO** e outro lado o Senhor **LUIZ ANTONIO MACHADO**, Brasileiro, portador do RG 454987 SSP/RO e CPF nº 371.416. 359-04 residente nesta cidade de Aripuanã/MT, resolvem celebrar o presente Termo de Parceira para implementação do programa de recuperação de estradas vicinais, que reger-se-á pela **Lei Municipal nº 1.513/2017** e pelas cláusulas e condições seguintes:

Considerando a intenção da Secretaria Municipal de Infraestrutura, quanto à prorrogação de prazo do Termo de Parceria nº 004/2019, conforme solicitado no memorando nº 203/2019, o qual integra o presente, como se estivesse aqui inteiramente transcrito.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente Termo a formalização de parceiro entre as partes para consecução das ações de implementação do programa de recuperação de estradas vicinais, autorizado pela Lei Municipal nº 1. 274 de 12 de novembro de 2015 na utilização do maquinário CAR **CAMINHÃO BASCULANTE, M. BENS/L 2635 6X4, COR BRANCO, ANO/MODELO 1998, COMBUSTIVEL DIESEL, PLACA JYS 9445, CHASSI 9BM3BB364WB161081.**

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO DE VIGENCIA

2.1. Será prorrogado o prazo previsto na Cláusula Sétima item 7.1 do Termo de Parceria Originário, a fim de concluir os trabalhos de recuperação de estradas vicinais, para mais **45 (quarenta e cinco) dias**, a contar do prazo de seu vencimento. Findo este prazo, tem a Secretaria até 30 (trinta) dias para apresentação da prestação de contas a Controladoria do Sistema de Controle Interno.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA RATIFICAÇÃO

3.1. Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições constantes no acordo originário, não modificadas no todo ou em parte, pelo presente Termo Aditivo.

E, por estarem assim de comum acordo, assinam as partes o presente instrumento, em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que produzam os devidos efeitos legais.

Aripuanã /MT, 03 de Julho de 2.019.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal de Aripuanã

_____

LUIZ ANTONIO MACHADO

TESTEMUNHAS:

_____ _____

Nome: Nome:

CPF: CPF:

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.063/2019

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Complementar nº. 096/2014 e no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

CONCEDER, a funcionária Srª. **VALDENEA DANTAS JALES SANTOS**,portadora da Cédula de Identidade RG nº. 1.252.243 SSP/RN e inscrita no CPF sob o nº. 812.422.634-20, ocupante do cargo de Carreira de **ENFERMEIRA**, *lotada na Secretaria Municipal de Saúde,* **GRATIFICAÇÃO ADICIONAL** de 10% (dez por cento) incidente sobre o salário base que percebe, com efeitos a partir do dia 1º/07/2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 08 dias de julho de 2.019.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLAUDIA MARIA TSCHA

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.062/2019

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO, Portaria n° **8.731/2016**, **que concede** gratificação adicional de 10% (dez por cento) incidente sobre o salário base que percebe, a servidora Srª **EMANUELA MENDES DA SILVA,** portadora da Cédula de Identidade RG nº. 1759104-0 SSP/MT e do CPF nº. 030.787.381-16, ocupante do cargo de carreira de **ENFERMEIRO**, *lotada na Secretaria Municipal de Saúde*, a partir do dia 1º/07/2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 08 dias de julho de 2.019.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLAUDIA MARIA TSCHA

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.061/2019

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Complementar nº. 095/2014 e no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

PROMOVER, a funcionária, Srª **LÍRIA CRISTIANE DOMINGOS ALVES,** portadora da Cédula de Identidade RG nº 28.382.057-3 SSP/SP e inscrita no CPF sob o nº 847.194.781-15, ocupante do cargo de Carreira de **AGENTE ADMINISTRATIVO – PROFISSIONALIZADO**, *lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura*, da **CLASSE "B",** para **CLASSE "C",** considerando a conclusão do **Curso de Bacharel em Administração**, a partir do dia **08/07/2019.**

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 08 dias de julho de 2019.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLAUDIA MARIA TSCHA

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.060/2019

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Complementar nº. 095/2014 e no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

PROMOVER, a funcionária, Srª **GREICE KELLEN DE SOUZA FORTUNATO,** portador da Cédula de Identidade RG nº. 1698103-0 SSP/MT, e inscrita no CPF sob o nº. 020.123.891-80, ocupante do cargo de Carreira de **PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA - SEDE DO MUNICÍPIO**, *lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura*, da **CLASSE "B",** para **CLASSE "C",** considerando a conclusão do **Curso de Pós Graduação em Ensino Lúdico**, a partir do dia **08/07/2019.**

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 08 dias de julho de 2019.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLAUDIA MARIA TSCHA

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.059/2019

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

AUTORIZAR o gozo de **FÉRIAS** a **funcionária** Srª. **JESSICA VALERIA FERREIRO,** portadora da Cédula de Identidade RG nº 0870017-6 SESP/MT e inscrita no CPF nº. 959.565.491-49, ocupante do cargo de Carreira de **PROCURADOR DO MUNICÍPIO,** *lotada no Gabinete do Prefeito*, referente ao saldo de **14 (quatorze) dias** relativo à Portaria nº 10.993/2019, a partir de 15/07/2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 08 dias de julho de 2.019.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLAUDIA MARIA TSCHA

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.058/2019

O prefeito Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 69*, Inciso* V *da Lei Orgânica Municipal;*

RESOLVE:

NOMEAR, a pedido do Senhor Prefeito, a Srª. **DEUZELI DA SILVA**, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 000.631.719 SESP/RO e inscrita no CPF sob o nº. 713.758.642-20, para exercer o Cargo em Comissão de Direção e Assessoramento Intermediário de **Diretor de Departamento de Gestão Administrativa – DEGAD, Nível DAI–01,** *lotada na Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Indústria e Comercio***,** a partir de 08/07/2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 08 dias de julho de 2.019.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLAUDIA MARIA TSCHA

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.057/2019

O prefeito Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 69*, Inciso* V *da Lei Orgânica Municipal,*

RESOLVE:

EXONERAR, a pedido do Secretario, a Senhora **DEUZELI DA SILVA**, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 000.631.719 SESP/RO e inscrita no CPF sob o nº. 713.758.642-20, do Cargo em Comissão de Direção e Assessoramento Superior de Coordenadoria de Vigilância em Saúde **- COOVS,** Nível **DAS–04,** *lotada na Secretaria Municipal de Saúde,* a partir de 03/07/2019, tornando sem efeito a Portaria nº 10.236/2018.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 08 dias de julho de 2.019.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLAUDIA MARIA TSCHA

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
REPUBLICADO APÓS REVISÃO

PORTARIA Nº 11.030/2019

O prefeito Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais com amparo no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

Considerando que a Servidora encontra-se de Férias no mês de Julho;

RESOLVE:

CONCEDER, a funcionária efetiva Srª. **ELIETH DE LANA LIMA,** portadora da Cédula de Identidade RG nº 2009445-0 SSP/MT e inscrita no CPF nº. 032.127.201-31, ocupante do Cargo de Carreira de **AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS - SEDE DO MUNICÍPIO,** *lotada na Secretaria Municipal de Saúde*, Gratificação por Desempenho Funcional**/GDF-03,** a partir do dia 1º/08/2019**.**

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 03 dias de julho de 2.019.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLAUDIA MARIA TSCHA

Secretária Municipal de Administração

LICITAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo Administrativo de Dispensa de Licitação nº. 012/2019

Objeto: Contratação de pessoa física para a prestação de serviços na área de engenharia civil na elaboração de projeto de pavimentação, e acompanhamento técnico de execução de obra de pavimentação asfáltica tratamento superficial duplo em vias urbanas neste município, em atendimento a Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Contratante: Prefeitura Municipal de Aripuanã – MT

Contratado: JEVERSON RODRIGUES CARDOSO - CPF Nº. 019.409. 801-00

Valor Global: R$ 30.000,00 (trinta mil reais).

Data: 09 de julho de 2019.

Base Legal: Lei Complementar nº 101/2015, desta Prefeitura Municipal de Aripuanã, com amparo no art. 24, inciso I da Lei nº 8666/93, c/c o art. 37, inciso XXI da Constituição Federal.

Tamara Piran da Silva

Presidente da CPL

GABINETE DO PREFEITO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE PARCERIA Nº 008/2019

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE PARCERIA Nº 008/2019 PARA PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS QUE ENTRE SI CELEBRAM MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ E O VARNEI BRANCO PEREIRA, ambos do Estado do Mato Grosso.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ, Estado de Mato Grosso, inscrito no CNPJ sob nº. 03.507.498/0001-71, estabelecida à Praça São Francisco de Assis, 128, Centro, Aripuanã-MT, CEP 78.325-000, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal **Sr JONAS RODRIGUES DA SILVA***, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG. nº 1951955-8 SSP/MT e inscrito no CPF sob nº. 439.897.132-72, residente e domiciliado na Rua E, n° 135, Bairro Vila Operaria*, nesta cidade, doravante denominada simplesmente **MUNICÍPIO** e outro lado o Senhor **VARNEI BRANCO PEREIRA**, Brasileiro, portador do RG 473.07686 SESP/PR e CPF nº 650. 647.041-00 residente nesta cidade de Aripuanã/MT, resolvem celebrar o presente Termo de Parceira para implementação do programa de recuperação de estradas vicinais, que reger-se-á pela **Lei Municipal nº 1.513/ 2017** e pelas cláusulas e condições seguintes:

Considerando a intenção da Secretaria Municipal de Infraestrutura, quanto à prorrogação de prazo do Termo de Parceria nº 008/2019, conforme solicitado no memorando nº 203/2019, o qual integra o presente, como se estivesse aqui inteiramente transcrito.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente Termo a formalização de parceria entre as partes para consecução das ações de implementação do programa de recuperação de estradas vicinais, autorizado pela Lei Municipal nº 1.274 de 12 de novembro de 2015 na utilização do maquinário **CAR CAMINHÃO CARROC ABT, M. BENS/L 2213, COR AZUL, ANO/MODELO 1980, COMBUSTIVEL DIESEL, PLACA JZA 8536, CHASSI 34540312511559.**

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO DE VIGENCIA

2.1. Será prorrogado o prazo previsto na Cláusula Sétima item 7.1 do Termo de Parceria Originário, a fim de concluir os trabalhos de recuperação de estradas vicinais, para mais **45 (quarenta e cinco) dias**, a contar do prazo de seu vencimento. Findo este prazo, tem a Secretaria até 30 (trinta) dias para apresentação da prestação de contas a Controladoria do Sistema de Controle Interno.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA RATIFICAÇÃO

3.1. Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições constantes no acordo originário, não modificadas no todo ou em parte, pelo presente Termo Aditivo.

E, por estarem assim de comum acordo, assinam as partes o presente instrumento, em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que produzam os devidos efeitos legais.

Aripuanã /MT, 03 de Julho de 2.019.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal de Aripuanã

_____

VARNEI BRANCO PEREIRA

TESTEMUNHAS:

_____ _____

Nome: Nome:

CPF: CPF:

GABINETE DO PREFEITO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE PARCERIA Nº 009/2019

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE PARCERIA Nº 009/2019 PARA PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS QUE ENTRE SI CELEBRAM MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ E O AILTON LIMAS, ambos do Estado do Mato Grosso.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ, Estado de Mato Grosso, inscrito no CNPJ sob nº. 03.507.498/0001-71, estabelecida à Praça São Francisco de Assis, 128, Centro, Aripuanã-MT, CEP 78.325-000, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal **Sr JONAS RODRIGUES DA SILVA, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG. nº 1951955-8 SSP/MT e inscrito no CPF sob nº. 439.897.132-72, residente e domiciliado na Rua E, n° 135, Bairro Vila Operaria**, *nesta cidade*, doravante denominada simplesmente **MUNICÍPIO** e outro lado o Senhor **AILTON LIMAS**, brasileiro, portador do RG 4.334.795-0 SESP/PR e CPF nº 680734379-53 residente nesta cidade de Aripuanã/MT, resolvem celebrar o presente Termo de Parceira para implementação do programa de recuperação de estradas vicinais, que reger-se-á pela **Lei Municipal nº 1.513/2017** e pelas cláusulas e condições seguintes:

Considerando a intenção da Secretaria Municipal de Infraestrutura, quanto à prorrogação de prazo do Termo de Parceria nº 009/2019, conforme solicitado no memorando nº 203/2019, o qual integra o presente, como se estivesse aqui inteiramente transcrito.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente Termo a formalização de parceria entre as partes para consecução das ações de implementação do programa de recuperação de estradas vicinais, autorizado pela Lei Municipal nº 1.274 de 12 de novembro de 2015 na utilização do maquinário **CAMINHÃO BASCULANTE, MARCA MODELO M.BENZ/LK 2214 ANO/MODELO 1988, COR AZUL, COMBUSTIVEL DIESEL, PLACA CMR 4384, CHASSI 9BM345420JB782706.**

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO DE VIGENCIA

2.1. Será prorrogado o prazo previsto na Cláusula Sétima item 7.1 do Termo de Parceria Originário, a fim de concluir os trabalhos de recuperação de estradas vicinais, para mais **45 (quarenta e cinco) dias**, a contar do prazo de seu vencimento. Findo este prazo, tem a Secretaria até 30 (trinta) dias para apresentação da prestação de contas a Controladoria do Sistema de Controle Interno.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA RATIFICAÇÃO

3.1. Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições constantes no acordo originário, não modificadas no todo ou em parte, pelo presente Termo Aditivo.

E, por estarem assim de comum acordo, assinam as partes o presente instrumento, em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que produzam os devidos efeitos legais.

Aripuanã /MT, 03 de Julho de 2.019.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal de Aripuanã

_____

AILTON LIMAS

TESTEMUNHAS:

_____ _____

Nome: Nome:

CPF: CPF:

GABINETE DO PREFEITO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE PARCERIA Nº 010/2019

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE PARCERIA Nº 010/2019 PARA PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS QUE ENTRE SI CELEBRAM MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ E O ANILDO CAMERA, ambos do Estado do Mato Grosso.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ, Estado de Mato Grosso, inscrito no CNPJ sob nº. 03.507.498/0001-71, estabelecida à Praça São Francisco de Assis, 128, Centro, Aripuanã-MT, CEP 78.325-000, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal **Sr JONAS RODRIGUES DA SILVA***, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG. nº 1951955-8 SSP/MT e inscrito no CPF sob nº. 439.897.132-72, residente e domiciliado na Rua E, n° 135, Bairro Vila Operaria*, nesta cidade, doravante denominada simplesmente **MUNICÍPIO** e outro lado o Senhor **ANILDO CAMERA**, Brasileiro, portador do RG 1260732 SSP/PR e CPF nº 213.246.979-20 residente nesta cidade de Aripuanã/MT, resolvem celebrar o presente Termo de Parceira para implementação do programa de recuperação de estradas vicinais, que reger-se-á pela **Lei Municipal nº 1.513/2017** e pelas cláusulas e condições seguintes:

Considerando a intenção da Secretaria Municipal de Infraestrutura, quanto à prorrogação de prazo do Termo de Parceria nº 010/2019, conforme solicitado no memorando nº 203/2019, o qual integra o presente, como se estivesse aqui inteiramente transcrito.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente Termo a formalização de parceria entre as partes para consecução das ações de implementação do programa de recuperação de estradas vicinais, autorizado pela Lei Municipal nº 1. 274 de 12 de novembro de 2015 na utilização do maquinário **CAMINHÃO EQUIPADO COM CAÇAMBA, MARCA MODELO M.BENZ AXOR 2831 ANO/MODELO 2013, COR BRANCA, COMBUSTIVEL DIESEL, PLACA OBE8518, CHASSI 9BM958260DB896753.**

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO DE VIGENCIA

2.1. Será prorrogado o prazo previsto na Cláusula Sétima item 7.1 do Termo de Parceria Originário, a fim de concluir os trabalhos de recuperação de estradas vicinais, para mais **45 (quarenta e cinco) dias**, a contar do prazo de seu vencimento. Findo este prazo, tem a Secretaria até 30 (trinta) dias para apresentação da prestação de contas a Controladoria do Sistema de Controle Interno.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA RATIFICAÇÃO

3.1. Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições constantes no acordo originário, não modificadas no todo ou em parte, pelo presente Termo Aditivo.

E, por estarem assim de comum acordo, assinam as partes o presente instrumento, em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que produzam os devidos efeitos legais.

Aripuanã /MT, 03 de Julho de 2.019.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal de Aripuanã

_____

ANILDO CAMERA

TESTEMUNHAS:

_____ _____

Nome: Nome:

CPF: CPF:

GABINETE DO PREFEITO
ATO DE RETIFICAÇÃO

A PUBLICAÇÃO NO JORNAL ELETRONICO DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DE MATO GROSSO DE 03 DE JULHO DE 2019, ANO XIV Nº 3261, PAGINA 53 REFERENTE À PUBLICAÇÃO DOS CONTRATOS Nº 414 E 415/2019, ONDE LÊ-SE "VALOR MENSAL", LEIA-SE "VALOR GLOBAL".

GABINETE DO PREFEITO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE PARCERIA Nº 011/2019

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE PARCERIA Nº 011/2019 PARA PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS QUE ENTRE SI CELEBRAM MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ E O MARCOS TOMACHESKI ARTUZO, ambos do Estado do Mato Grosso.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ, Estado de Mato Grosso, inscrito no CNPJ sob nº. 03.507.498/0001-71, estabelecida à Praça São Francisco de Assis, 128, Centro, Aripuanã-MT, CEP 78.325-000, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal **Sr JONAS RODRIGUES DA SILVA***, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG. nº 1951955-8 SSP/MT e inscrito no CPF sob nº. 439.897.132-72, residente e domiciliado na Rua E, n° 135, Bairro Vila Operaria*, nesta cidade, doravante denominada simplesmente **MUNICÍPIO** e outro lado o Senhor **MARCOS TOMACHESKI ARTUZO**, Brasileiro, portador do CPF nº 650.918.681-00 residente nesta cidade de Aripuanã/MT, resolvem celebrar o presente Termo de Parceira para implementação do programa de recuperação de estradas vicinais, que reger-se-á pela **Lei Municipal nº 1.513/2017** e pelas cláusulas e condições seguintes:

Considerando a intenção da Secretaria Municipal de Infraestrutura, quanto à prorrogação de prazo do Termo de Parceria nº 011/2019, conforme solicitado no memorando nº 203/2019, o qual integra o presente, como se estivesse aqui inteiramente transcrito.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente Termo a formalização de parceiro entre as partes para consecução das ações de implementação do programa de recuperação de estradas vicinais, autorizado pela Lei Municipal nº 1. 274 de 12 de novembro de 2015 na utilização do maquinário **CAMINHÃO/S REBOQUE/PRANCHA, MARCA MODELO FACCHINI SRF CT ANO/MODELO 2004/2005, COR AMARELA, COMBUSTIVEL DIESEL, PLACA AME9842.**

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO DE VIGENCIA

2.1. Será prorrogado o prazo previsto na Cláusula Sétima item 7.1 do Termo de Parceria Originário, a fim de concluir os trabalhos de recuperação de estradas vicinais, para mais **45 (quarenta e cinco) dias**, a contar do prazo de seu vencimento. Findo este prazo, tem a Secretaria até 30 (trinta) dias para apresentação da prestação de contas a Controladoria do Sistema de Controle Interno.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA RATIFICAÇÃO

3.1. Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições constantes no acordo originário, não modificadas no todo ou em parte, pelo presente Termo Aditivo.

E, por estarem assim de comum acordo, assinam as partes o presente instrumento, em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que produzam os devidos efeitos legais.

Aripuanã /MT, 03 de Julho de 2.019.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal de Aripuanã

_____

MARCOS TOMACHESKI ARTUZO

TESTEMUNHAS:

_____ _____

Nome: Nome:

CPF: CPF:

GABINETE DO PREFEITO
REPUBLICADO APÓS REVISÃO

PORTARIA Nº 11.041/2019

O prefeito Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais com amparo no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

Considerando que a Servidora encontra-se de Férias no mês de Julho;

RESOLVE:

CONCEDER, a funcionária efetiva Srª. **AURISLEIA ALVES MOREIRA**,portadora da Cédula de Identidade RG nº. 2078946-7 SSP/MT e inscrita no CPF sob o nº. 030.496.151-50, ocupante do cargo de Carreira de **ZELADOR – NÃO PROFISSIONALIZADO,** *lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura*, Gratificação por Desempenho Funcional**/GDF-02, a partir do dia 1º/08/2019**, tornando sem efeito a Portaria nº 10.692/2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 08 dias de julho de 2.019.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLAUDIA MARIA TSCHA

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
REPUBLICADO APÓS REVISÃO

PORTARIA Nº 11.024/2019

O prefeito Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 69*, Inciso* V *da Lei Orgânica Municipal,*

RESOLVE:

EXONERAR, a pedido do Secretario o Sr. **NEIBER MARQUES STAUT DE CARVALHO,** portador da Cédula de Identidade RG nº. 143.19403 SSP/MT e inscrito no CPF sob o nº. 960.721.051-49, do cargo em Comissão de Direção e Assessoramento Superior de **Coordenador de Transporte Escolar** – **COOTRES,** nível **DAS-04,** *lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura* a partir de 03/07/2019, tornando sem efeito a Portaria nº 10.103/2018.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 03 dias de julho de 2.019.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLAUDIA MARIA TSCHA

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO 1º REPASSE DO TERMO DE COLABORAÇÃO E CESSÃO DE USO 001/2019

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO 1º REPASSE DO TERMO DE COLABORAÇÃO E CESSÃO DE USO 001/2019

DATA DE ASSINATURA: 01/04/2019
CONCEDENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ/MT
PROPONENTE: **ASSOCIAÇÃO RURAL MORENENSE** CNPJ nº 00.880.427/0001-21
OBJETO DA PARCERIA: Cessão de uso, de forma gratuita, do trator agrícola abaixo especificado e transferência de recursos financeiros a fim de que o PROPONENTE possa realizar serviços voltados para o melhoramento da agricultura no Município de Aripuanã, com serviços de gradagem, apoio ao transporte de insumos, sementes e calcário, reforma de pastagens, ações de logística, dentre outras atividades típicas e correlacionadas.
VALOR TOTAL DO REPASSE: R$ 12.000,00
VIGENCIA TERMO DE FOMENTO - 1°/04/2019 a 31/03/2020

DADOS FINANCEIROS
PERIODO: 1º PARCELA DO REPASSE
VALOR REPASSADO: R$ 1.000,00
DATA DO REPASSE: 01/04/2019
EMPENHO: 2516/2019
ORDEM DE PAGAMENTO: 3829/2019
NOTA DE LIQUIDAÇÃO: 3921/2019

PRESTAÇÃO DE CONTAS

Prestação de Contas Termo de fomento nº 01/2018				
Valor total do repasse	**Valor da parcela**	**Numero do empenho**	**Data do pagamento**	**nº parcela**
R$ 12.000,00	R$ 1.000,00	2516/2019	01/04/2019	1/12

SITUAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Data do repasse	**01/04/2019**
Data legal da prestação de contas	Até 90 (noventa) dias após o termino da vigência
Data entregue ao Comitê de Monitoramento e Avaliação	29/05/2019
Dias de atrasos	-
Situação	Tempestiva

Aripuanã, 09 de julho de 2019.

ANDREIA CRISTINA MEDEIROS RODRIGUES
Secretária Municipal de Finanças

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO 1º REPASSE DO TERMO DE COLABORAÇÃO E CESSÃO DE USO 006/2019

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO 1º REPASSE DO TERMO DE COLABORAÇÃO E CESSÃO DE USO 006/2019

DATA DE ASSINATURA: 01/04/2019
CONCEDENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ/MT
PROPONENTE: **ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DA GLEBA MILAGROSA**, CNPJ sob o nº 08.189.408/0001-65
OBJETO DA PARCERIA: Cessão de uso, de forma gratuita, do trator agrícola abaixo especificado e transferência de recursos financeiros a fim de que o PROPONENTE possa realizar serviços voltados para o melhoramento da agricultura no Município de Aripuanã, com serviços de gradagem, apoio ao transporte de insumos, sementes e calcário, reforma de pastagens, ações de logística, dentre outras atividades típicas e correlacionadas.
VALOR TOTAL DO REPASSE: R$ 12.000,00
VIGENCIA TERMO DE FOMENTO - 1°/04/2019 a 31/03/2020

DADOS FINANCEIROS
PERIODO: 1º PARCELA DO REPASSE
VALOR REPASSADO: R$ 1.000,00
DATA DO REPASSE: 01/04/2019
EMPENHO: 2521/2019
ORDEM DE PAGAMENTO: 3827/2019
NOTA DE LIQUIDAÇÃO: 3919/2019

PRESTAÇÃO DE CONTAS

Prestação de Contas Termo de fomento nº 01/2018				
Valor total do repasse	**Valor da parcela**	**Numero do empenho**	**Data do pagamento**	**nº parcela**
R$ 12.000,00	R$ 1.000,00	2521/2019	01/04/2019	1/12

SITUAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Data do repasse	**01/04/2019**
Data legal da prestação de contas	Até 90 (noventa) dias após o termino da vigência
Data entregue ao Comitê de Monitoramento e Avaliação	03/06/2019
Dias de atrasos	-
Situação	Tempestiva

Aripuanã, 09 de julho de 2019.

ANDREIA CRISTINA MEDEIROS RODRIGUES
Secretária Municipal de Finanças

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO 1º REPASSE DO TERMO DE COLABORAÇÃO E CESSÃO DE USO 004/2019

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO 1º REPASSE DO TERMO DE COLABORAÇÃO E CESSÃO DE USO 004/2019

DATA DE ASSINATURA: 01/04/2019
CONCEDENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ/MT
PROPONENTE: **ASSOCIAÇÃO DAS FAMÍLIAS E PRODUTORES DA GLEBA MILAGROSA, LINHA CAFUNDÓ KM 30**, CNPJ sob n° 08.568.473/0001-00
OBJETO DA PARCERIA: Cessão de uso, de forma gratuita, do trator agrícola abaixo especificado e transferência de recursos financeiros a fim de que o PROPONENTE possa realizar serviços voltados para o melhoramento da agricultura no Município de Aripuanã, com serviços de gradagem, apoio ao transporte de insumos, sementes e calcário, reforma de pastagens, ações de logística, dentre outras atividades típicas e correlacionadas.
VALOR TOTAL DO REPASSE: R$ 12.000,00
VIGENCIA TERMO DE FOMENTO - 1°/04/2019 a 31/03/2020

DADOS FINANCEIROS
PERIODO: 1º PARCELA DO REPASSE

VALOR REPASSADO: R$ 1.000,00
DATA DO REPASSE: 01/04/2019
EMPENHO: 2519/2019
ORDEM DE PAGAMENTO: 3993/2019
NOTA DE LIQUIDAÇÃO: 4021/2019

PRESTAÇÃO DE CONTAS
SITUAÇÃO DA
PRESTAÇÃO DE CONTAS

Data do repasse	**01/04/2019**
Data legal da prestação de contas	Até 90 (noventa) dias após o termino da vigência
Data entregue ao Comitê de Monitoramento e Avaliação	03/06/2019
Dias de atrasos	-
Situação	Tempestiva

Aripuanã, 09 de julho de 2019.

ANDREIA CRISTINA MEDEIROS RODRIGUES
Secretária Municipal de Finanças

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO 1º REPASSE DO TERMO DE COLABORAÇÃO E CESSÃO DE USO 005/2019

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO 1º REPASSE DO TERMO DE COLABORAÇÃO E CESSÃO DE USO 005/2019

DATA DE ASSINATURA: 01/04/2019
CONCEDENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ/MT
PROPONENTE: **ASSOCIAÇÃO RURAL LINHA PROGRESSO, DE COOPERATIVISMO, SINDICALISMO E REIVINDICAÇÃO, GLEBA CONSELVAN – "ARULIPRO"**, CNPJ nº 06**.106.407/0001-84**
OBJETO DA PARCERIA: Cessão de uso, de forma gratuita, do trator agrícola abaixo especificado e transferência de recursos financeiros a fim de que o PROPONENTE possa realizar serviços voltados para o melhoramento da agricultura no Município de Aripuanã, com serviços de gradagem, apoio ao transporte de insumos, sementes e calcário, reforma de pastagens, ações de logística, dentre outras atividades típicas e correlacionadas.
VALOR TOTAL DO REPASSE: R$ 12.000,00
VIGENCIA TERMO DE FOMENTO - 1°/04/2019 a 31/03/2020

DADOS FINANCEIROS
PERIODO: 1º PARCELA DO REPASSE
VALOR REPASSADO: R$ 1.000,00
DATA DO REPASSE: 01/04/2019
EMPENHO: 2520/2019
ORDEM DE PAGAMENTO: 4023/2019
NOTA DE LIQUIDAÇÃO: 3995/2019

PRESTAÇÃO DE CONTAS

Prestação de Contas Termo de fomento nº 01/2018				
Valor total do repasse	**Valor da parcela**	**Numero do empenho**	**Data do pagamento**	**nº parcela**
R$ 12.000,00	R$ 1.000,00	2520/2019	01/04/2019	1/12

SITUAÇÃO DA
PRESTAÇÃO DE CONTAS

Data do repasse	**01/04/2019**
Data legal da prestação de contas	Até 90 (noventa) dias após o termino da vigência
Data entregue ao Comitê de Monitoramento e Avaliação	04/06/2019
Dias de atrasos	-
Situação	Tempestiva

Aripuanã, 09 de julho de 2019.

ANDREIA CRISTINA MEDEIROS RODRIGUES
Secretária Municipal de Finanças

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO 1º REPASSE DO TERMO DE COLABORAÇÃO E CESSÃO DE USO 007/2019

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO 1º REPASSE DO TERMO DE COLABORAÇÃO E CESSÃO DE USO 007/2019

DATA DE ASSINATURA: 01/04/2019
CONCEDENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ/MT
PROPONENTE: **ASSOCIAÇÃO RURAL DA GLEBA AR-2 DE COOPERATIVISMO, SINDICALISMO E REIVINDICAÇÃO ARIPUANÃ-MT** CNPJ sob o nº. 08.358.909/0001-28
OBJETO DA PARCERIA: Cessão de uso, de forma gratuita, do trator agrícola abaixo especificado e transferência de recursos financeiros a fim de que o PROPONENTE possa realizar serviços voltados para o melhoramento da agricultura no Município de Aripuanã, com serviços de gradagem, apoio ao transporte de insumos, sementes e calcário, reforma de pastagens, ações de logística, dentre outras atividades típicas e correlacionadas.
VALOR TOTAL DO REPASSE: R$ 12.000,00
VIGENCIA TERMO DE FOMENTO - 1°/04/2019 a 31/03/2020

DADOS FINANCEIROS
PERIODO: 1º PARCELA DO REPASSE
VALOR REPASSADO: R$ 1.000,00
DATA DO REPASSE: 01/04/2019
EMPENHO: 2522/2019
ORDEM DE PAGAMENTO: 4211/2019
NOTA DE LIQUIDAÇÃO: 4024/2019

PRESTAÇÃO DE CONTAS

Prestação de Contas Termo de fomento nº 01/2018				
Valor total do repasse	**Valor da parcela**	**Numero do empenho**	**Data do pagamento**	**nº parcela**
R$ 12.000,00	R$ 1.000,00	2522/2019	01/04/2019	1/12

SITUAÇÃO DA
PRESTAÇÃO DE CONTAS

Data do repasse	**01/04/2019**
Data legal da prestação de contas	Até 90 (noventa) dias após o termino da vigência
Data entregue ao Comitê de Monitoramento e Avaliação	03/06/2019

Dias de atrasos	-
Situação	Tempestiva

Aripuanã, 09 de julho de 2019.

ANDREIA CRISTINA MEDEIROS RODRIGUES
Secretária Municipal de Finanças

GABINETE DO PREFEITO
ATO Nº 015/2019

CONVOCAÇÃO DE CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA Nº 002/2019, CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 396/99, DE ACORDO COM AS LEIS COMPLEMENTARES Nº 001/99 E 002/99 E ALTERAÇÕES POSTERIORES.

JONAS RODRIGUES DA SILVA, Prefeito Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Municipal nº 396/1999;

RESOLVE:

Art. 1º Ficam convocados os candidatos abaixo relacionados aprovados no Processo Seletivo Simplificado para Professores da Educação Básica nº 002/2018, para comparecer na Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SEMEC, no dia 29/07/2019, às 8:00 horas para atribuição de classes e/ou aulas e posterior contratação.

Art. 2º No ato da convocação os candidatos deverão apresentar fotocópia e os originais dos documentos exigidos no Edital, e demais REQUISITOS constante no quadro de nº de vagas, do Edital nº 001/2019 do Processo Seletivo Simplificado nº 002/2019.

Art. 3º As despesas decorrentes do presente ato correrão por conta das dotações próprias, suplementadas se necessário.

Art. 4º Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 05 de julho de 2019.

Registre-se

E

Publique-se

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

SEDE DO MUNICÍPIO

PROFESSOR DE PEDGOGIA/NORMAL SUPERIOR

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME	CPF	REGISTRO GERAL	HABILITAÇÃO
039/2019	ALESSANDRA ANDRADE DA SILVA	514.283.852-15	1563794-8 SESP/AM	PEDAGOGIA
050/2019	CONCEIÇÃO APARECIDA DE SOUZA SANTANA	587.822.572-72	746.864 SSP/RO	PEDAGOGIA
030/2019	VILMA FERREIRA SANTANA	639.067.592-53	000653448 SSP/RO	PEDAGOGIA

SEDE DO MUNICÍPIO

PROFESSOR DE MATEMÁTICA

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME	CPF	REGISTRO GERAL	HABILITAÇÃO
037/2019	LUCÉLIA PAULO DE OLIVEIRA	035.504.151-09	1807506-1 SESP/MT	MATEMÁTICA

CONSELVAN

PROFESSOR DE PEDGOGIA/NORMAL SUPERIOR

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME	CPF	REGISTRO GERAL	HABILITAÇÃO
048/2019	CLEUSA JUSTINO DA SILVA	009.762.017-39	2210579-4 SSP/MT	PEDAGOGIA
027/2019	ROSANGELA RODRIGUES DOS SANTOS	016.933.161-02	3309824-7 SESP/MT	PEDAGOGIA

GABINETE DO PREFEITO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE PARCERIA Nº 007/2019

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE PARCERIA Nº 007/2019 PARA PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS QUE ENTRE SI CELEBRAM MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ E O SENHOR CELSO DO PRADO BREDA, ambos do Estado do Mato Grosso.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ, Estado de Mato Grosso, inscrito no CNPJ sob nº. 03.507.498/0001-71, estabelecida à Praça São Francisco de Assis, 128, Centro, Aripuanã-MT, CEP 78.325-000, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal **Sr JONAS RODRIGUES DA SILVA***, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG. nº 1951955-8 SSP/MT e inscrito no CPF sob nº. 439.897.132-72, residente e domiciliado na Rua E, n° 135, Bairro Vila Operaria*, nesta cidade, doravante denominada simplesmente **MUNICÍPIO** e outro lado o Senhor **CELSO DO PRADO BREDA**, Brasileiro, portador do RG 4085857 SESP/PR e CPF nº 534.526.079-68 residente nesta cidade de Aripuanã/MT, resolvem celebrar o presente Termo de Parceira para implementação do programa de recuperação de estradas vicinais, que reger-se-á pela **Lei Municipal nº 1.513/2017** e pelas cláusulas e condições seguintes:

Considerando a intenção da Secretaria Municipal de Infraestrutura, quanto à prorrogação de prazo do Termo de Parceria nº 007/2019, conforme solicitado no memorando nº 203/2019, o qual integra o presente, como se estivesse aqui inteiramente transcrito.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente Termo a formalização de parceria entre as partes para consecução das ações de implementação do programa de recuperação de estradas vicinais, autorizado pela Lei Municipal nº 1.274 de 12 de novembro de 2015 na utilização do maquinário **CAR CAMINHÃO BASCULANTE, V.W 31.370 CNN 6X4, COR BRANCA, ANO/MODELO 2008, COMBUSTIVEL DIESEL, PLACA GVO8137, CHASSI 9BWXWWB82618R839262.**

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO DE VIGENCIA

2.1. Será prorrogado o prazo previsto na Cláusula Sétima item 7.1 do Termo de Parceria Originário, a fim de concluir os trabalhos de recuperação de estradas vicinais, para mais **45 (quarenta e cinco) dias**, a contar do prazo de seu vencimento. Findo este prazo, tem a Secretaria até 30 (trinta) dias para apresentação da prestação de contas a Controladoria do Sistema de Controle Interno.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA RATIFICAÇÃO

3.1. Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições constantes no acordo originário, não modificadas no todo ou em parte, pelo presente Termo Aditivo.

E, por estarem assim de comum acordo, assinam as partes o presente instrumento, em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que produzam os devidos efeitos legais.

Aripuanã /MT, 03 de Julho de 2.019.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal de Aripuanã

_____

CELSO DO PRADO BREDA

TESTEMUNHAS:

_____ _____

Nome: Nome:

CPF: CPF:

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATO Nº 421/2019

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; CONTRATADA: EMPRESA CLEILTON DOS SANTOS MARAFIGO 00492740151; REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS PARA MINISTRAR AULAS DE INSTRUMENTOS MUSICAIS SENDO DO TIPO FANFARRA, EVOLUÇÃO, MARCHA E LUTHIER, EM ATENDIMENTO AS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER DESTE MUNICIPIO, COM BASE NO ART. 24 INCISO II DA LEI Nº 8.666/1993, E COM AMPARO NO ART. 37, INCISO XXI DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL; DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 14/2019; VALOR GLOBAL R$ 6.500,00; VIGENCIA: 08/07/2019 A 07/10/2019.

COORDENADORIA DE ADM
DECRETO N°. 3.600/2019

SÚMULA:

"REGULAMENTA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULACAO CONFORME LEI AUTORIZATIVA NO VALOR DE R$ 306.616,83 (TREZENTOS E SEIS MIL SEISCENTOS E DEZESSEIS REAIS E OITENTA E TRÊS CENTAVOS) NO ORÇAMENTO VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais com amparo na Lei 1692 de 10 de dezembro de 2018, Lei 1705 de 18 de dezembro de 2018 e no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

ARTIGO 1º Fica aberto crédito adicional especial no valor de R$ 306. 616,83 (trezentos e seis mil seiscentos e dezesseis reais e oitenta e três centavos) na função programática e dotação orçamentária correspondente:

Quadro Detalhamento da Despesa	Fonte	*Valor R$*
05.001.28.846.0004.9002 – Contribuição PASEP		
3390.4700 – Obrigações Tributárias e Contributivas	01.00	28.000,00
06.002.244.0007.2018 – Manutenção do CRAS		
3390.3900 – Outros Serviços de Terceiros – P. Jurídica	01.00	6.250,00
07.002.12.361.0009.2028 – Manutenção do Transporte Escolar		
3390.3000 – Material de Consumo	01.01	169.466,83
07.002.12.367.0009.2039 – Ensino Especial		
3190.1300 – Obrigações Patronais – INSS	*01.01*	13.000,00
07.004.13.392.0010.2042 – Ações de Fortalecimento da Cultura		
3191.1300 – Obrigações Patronais – FAPEMA	*01.00*	6.700,00
09.002.10.302.0018.2060 – Man. do Atend. Hospitalar		
3190.0400 – Contratação por Tempo Determinado	*01.02*	70.000,00
09.002.10.302.0018.2062 – Manutenção das Ações do SAMU		
3190.0400 – Contratação por Tempo Determinado	*01.02*	12.000,00
3190.1300 – Obrigações Patronais – INSS	*01.02*	1.200,00
TOTAL		***306.616,83***

ARTIGO 2º Para cobertura do crédito adicional suplementar aberto no artigo anterior será anulado saldo orçamentário da seguinte dotação orçamentária:

Quadro Detalhamento da Despesa	Fonte	*Valor R$*
02.001.04.127.0002.2004 – Regularização Fundiária		
3390.3900 – Outros Serviços de Terceiros – P. Jurídica	*01.00*	8.000,00
04.001.04.122.0002.2007 – Gestão da SEMAD		
3390.1400 – Diárias	*01.00*	5.000,00
3390.3000 – Material de Consumo	*01.00*	15.000,00
06.002.08.241.0005.2015 – Ações de Atendimento a Melhor Idade		
3390.3900 – Outros Serviços de Terceiros – P. Jurídica	*01.00*	4.250,00
06.002.08.244.0007.2018 – Manutenção do CRAS		
3390.4000 – Serviços da Tecnologia da Informação e Comunicação - P.J.	*01.00*	2.000,00
07.002.12.361.0009.2025 – Man. e Desenvolvimento do Ensino Fundamental		
3390.3200 – Material de Distribuição Gratuita	*01.01*	6.000,00
3390.4000 – Serviços da Tecnologia da Informação e Comunicação – P. J.	*01.01*	7.000,00
07.002.12.367.0009.2039 – Ensino Especial		
3190.0400 – Contratação por Tempo Determinado	*01.01*	10.000,00
3190.1100 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	*01.01*	3.000,00
07.004.13.392.0010.2042 – Ações de Fortalecimento da Cultura		
3190.1300 – Obrigações Patronais – INSS	*01.01*	6.700,00
07.002.12.365.0009.9004 – Repasses as Unidades Escolares – Pré-escola		
3350.4100 - Contribuições	*01.01*	10.000,00
07.002.12.365.0009.9005 – Repasses as Unidades Escolares - Creche		
3350.4100 - Contribuições	*01.01*	5.000,00
07.002.12.843.0009.9006 – Juros e Amortizações de Dívidas da Educação		
3290.2100 – Juros Sobre a Divida por Contrato	*01.01*	52.178,57
4690.7100 – Principal da Dívida Contratual Resgatado	*01.01*	89.288,26
09.002.10.301.0017.2057 – Manutenção das Ações do PAB		
3190.1100 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	*01.02*	83.200,00
TOTAL		***306.616,83***

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã ao 1º dia do mês de julho de 2.019

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

ANDREIA CRISTINA MEDEIROS RODRIGUES

Secretária Municipal de Finanças

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 2.379/2019

LEI MUNICIPAL Nº 2.379/2019

Que dispõe sobre alteração do Art.3º da Lei Municipal nº 2.346/2018, que dispõe sobre a Contratação Temporária de professores em caráter excepcional em regime de substituição e aulas livres para provimento dos cargos na administração direta.

A Câmara Municipal de Barra do Bugres, tendo em vista o que dispõe o artigo 59 da Lei Orgânica Municipal, aprova e o Prefeito Municipal **RAIMUNDO NONATO DE ABREU SOBRINHO**, nos termos do artigo 77 da Lei Orgânica Municipal, sanciona a seguinte lei.

Art.1° - Fica alterado o Art. 3º da Lei Municipal nº 2.346/2018, que autoriza o Poder Executivo Municipal efetuar contratação de professores, em caráter temporário, para atender os casos de aulas livres previstas pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 3° - A quantidade de vagas de profissionais a serem contratados serão os seguintes:

CARGO	ESPECIALIDADE	VAGAS ATUAL	AMPLIAÇÃO	CARGA HORÁRIA	VENCIMENTO
Professor	Educação Básica (Infantil e Fundamental)	130	05	Até 40 horas	R$ 3.806,51

Art. 2° - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 08 de julho de 2019.

RAIMUNDO NONATO DE ABREU SOBRINHO

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 2.382/2019

LEI MUNICIPAL Nº 2.382/2019

"Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com a Caixa Econômica Federal, e dá outras providências."

A Câmara Municipal de Barra do Bugres, tendo em vista o que dispõe o artigo 59 da Lei Orgânica Municipal, aprova e o Prefeito Municipal **RAIMUNDO NONATO DE ABREU SOBRINHO**, nos termos do artigo 77 da Lei Orgânica Municipal, sanciona a seguinte lei.

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a contratar operação de crédito junto à Caixa Econômica Federal, até o valor de **R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais)**, no âmbito do **FINISA**, nos termos da LDO 2.353/2018 de 17 de dezembro de 2018, e suas alterações, destinados à **PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA DE VIAS URBANAS** no Município de Barra do Bugres/MT, observada a legislação vigente, em especial as disposições da Lei Complementar n° 101, de 04 de maior de 2000.

Art. 2º - Para pagamento do principal, juros, tarifas bancárias e outros encargos da operação de crédito, fica a INSTITUIÇÃO FINANCEIRA autorizada a debitar no FPM - Fundo de Participação dos Municípios os montantes necessários às amortizações e pagamento final da dívida, nos prazos contratualmente estipulados.

Parágrafo Único - Fica dispensada a emissão da nota de empenho para a realização das despesas a que se refere este artigo, nos termos do §1º, do art. 60, da Lei 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º - Os recursos provenientes da operação de crédito a que se refere esta Lei deverão ser consignados como receita no Orçamento ou em créditos adicionais, nos termos do inc. II, § 1º, art. 32, da Lei Complementar 101/2000.

Art. 4º - Os orçamentos ou os créditos adicionais deverão consignar as dotações necessárias às amortizações e aos pagamentos dos encargos anuais, relativos aos contratos de financiamento a que se refere o artigo primeiro.

Art. 5º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais destinados a fazer face aos pagamentos de obrigações decorrentes da operação de crédito ora autorizada.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 08 de julho de 2019.

RAIMUNDO NONATO DE ABREU SOBRINHO

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 2.380/2019

LEI MUNICIPAL Nº 2.380/2019

Que dispõe sobre alteração do Art.3º da Lei Municipal nº 2.347/2018, Que dispõe sobre a Contratação Temporária de pessoal em caráter excepcional para provimento dos cargos na administração direta, e dá outras providencias.

A Câmara Municipal de Barra do Bugres, tendo em vista o que dispõe o artigo 59 da Lei Orgânica Municipal, aprova e o Prefeito Municipal **RAIMUNDO NONATO DE ABREU SOBRINHO**, nos termos do artigo 77 da Lei Orgânica Municipal, sanciona a seguinte lei.

Art.1° - Fica alterado o Art. 3º da Lei Municipal nº 2.347/2018, que dispõe sobre a Contratação Temporária de pessoal em caráter excepcional para provimento dos cargos na administração direta, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 3° - A quantidade de vagas de profissionais a serem contratados para atender a Secretaria Municipal de Educação, serão os seguintes:

CARGO	ESPECIALIDADE	CARGA HORÁRIA	VAGA ATUAL	AMPLIAÇÃO	VENCIMENTO
Técnico de Desenvolvimento Infantil	Educação Básica (Infantil e Fundamental)	Até 40h	45	12	R$ 1.897,12
Nutrição Escolar (Merendeira)	Educação Básica (Infantil e Fundamental)	40h	22	05	R$ 1.053,97
Agente de Serviço Público	Educação Básica (Infantil e Fundamental)	40h	25	06	R$ 1.025,85
Técnico em Multimeios Didáticos (Inspetor de Aluno)	Educação Básica (Infantil e Fundamental)	Até 40h	04	01	R$ 1.897,12
Agente Operacional (Motorista)	Educação Básica (Infantil e Fundamental)	40h	04	02	R$ 1.545,80

Art. 2° - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 08 de julho de 2019.

RAIMUNDO NONATO DE ABREU SOBRINHO

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 2.377/2019

LEI MUNICIPAL Nº 2.377/2019

Institui a semana Municipal de Incentivo à Doação de Órgãos", e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Barra do Bugres, tendo em vista o que dispõe o artigo 59 da Lei Orgânica Municipal, aprova e o Prefeito Municipal **RAIMUNDO NONATO DE ABREU SOBRINHO**, nos termos do artigo 77 da Lei Orgânica Municipal, sanciona a seguinte lei.

Art. 1º - Fica instituída "Semana Municipal de Incentivo a Doação de Órgãos", a ser realizada na última semana do mês de setembro, dando ênfase especial ao dia 27 de setembro – Dia Nacional da Doação de Órgãos".

Art. 2º - A Semana Municipal de Incentivo à Doação de Órgãos tem por objetivo:

I – estimular as atividades de promoção e apoio a doação de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplantes.

II – sensibilizar e conscientizar a população sobre a importância da doação de órgãos

III – promover a orientação da sociedade através da realização de palestras educativas, simpósios, divulgação na mídia, boletins informativos e outras formas de publicidade no sentido de incentivar a doação de órgão; e

IV – promover atividades recreativas junto as entidades, associações e hospital, no sentido de divulgar os benefícios resultantes da doação de órgãos ou realizações de transplantes

Art. 3° -Esta semana será comemorada com destaque e extensivamente divulgada, ficando autorizado o Poder Público Municipal a estabelecer e organizar, calendário de atividades a serem desenvolvidos durante a semana.

Parágrafo único. A Prefeitura Municipal, por meio de sua secretaria MUNICIPAL de saúde, poderá providenciar material de divulgação da Semana Municipal de Incentivo à Doação de Órgãos

Ar.t 4° -A Semana Municipal de Incentivo á Doação de Órgãos, criada por esta lei, será Incluída no calendário oficial do município e realizada anualmente.

Art. 5° - As despesasdecorrente da implementação desta lei correrão por conta da dotação orçamentária próprias.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 24 de junho de 2019.

RAIMUNDO NONATO DE ABREU SOBRINHO

Prefeito Municipal

Autoria:

Vereador: Sebastião Falanque

Institui a semana Municipal de Incentivo à Doação de Órgãos", e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Barra do Bugres, tendo em vista o que dispõe o artigo 59 da Lei Orgânica Municipal, aprova e o Prefeito Municipal **RAIMUNDO NONATO DE ABREU SOBRINHO**, nos termos do artigo 77 da Lei Orgânica Municipal, sanciona a seguinte lei.

Art. 1º - Fica instituída "Semana Municipal de Incentivo a Doação de Órgãos", a ser realizada na última semana do mês de setembro, dando ênfase especial ao dia 27 de setembro – Dia Nacional da Doação de Órgãos".

Art. 2º - A Semana Municipal de Incentivo à Doação de Órgãos tem por objetivo:

I – estimular as atividades de promoção e apoio a doação de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplantes.

II – sensibilizar e conscientizar a população sobre a importância da doação de órgãos

III – promover a orientação da sociedade através da realização de palestras educativas, simpósios, divulgação na mídia, boletins informativos e outras formas de publicidade no sentido de incentivar a doação de órgão; e

IV – promover atividades recreativas junto as entidades, associações e hospital, no sentido de divulgar os benefícios resultantes da doação de órgãos ou realizações de transplantes

Art. 3° -Esta semana será comemorada com destaque e extensivamente divulgada, ficando autorizado o Poder Público Municipal a estabelecer e organizar, calendário de atividades a serem desenvolvidos durante a semana.

Parágrafo único. A Prefeitura Municipal, por meio de sua secretaria MUNICIPAL de saúde, poderá providenciar material de divulgação da Semana Municipal de Incentivo à Doação de Órgãos

Ar.t 4° -A Semana Municipal de Incentivo á Doação de Órgãos, criada por esta lei, será Incluída no calendário oficial do município e realizada anualmente.

Art. 5° - As despesasdecorrente da implementação desta lei correrão por conta da dotação orçamentária próprias.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 24 de junho de 2019.

RAIMUNDO NONATO DE ABREU SOBRINHO

Prefeito Municipal

Autoria:

Vereador: Sebastião Falanque

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO 13º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº: 44/2014

TOMADA DE PREÇO Nº 001/2014

Contratante:Prefeitura Municipal de Barra do Bugres – MT, CNPJ: 03.507.522/0001-72

Contratado: JOSMIRO BATISTA DE SOUZA- ME ; inscrita no CNPJ nº 13.544.186/0001-91.

Objeto: – Constitui objeto do presente Termo Aditivo e sua formalização em decorrência da **PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA**, devido ao término do prazo do contrato principal, referente a **CONSTRUÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL NA ALDEIA UMUTINA,** em conformidades com os Cronogramas Físico-Financeiros, parte integrante deste processo de Termo aditivo, atendendo ao Termo de Compromisso PAR nº 23383/2014 firmado com o FNDE/MEC.

Vigência: 09/07/2019 à 05/01/2020

Responsável Jurídico; ***REINALDO LORENCONI FILHO***

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO 13º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº: 43/2014

Contratante:Prefeitura Municipal de Barra do Bugres – MT, CNPJ: 03.507.522/0001-72

Contratado: JOSMIRO BATISTA DE SOUZA- ME ; inscrita no CNPJ nº 13.544.186/0001-91.

DO OBJETO – Constitui objeto do presente Termo Aditivo e sua formalização em decorrência do **REEQUILIBRIO ECONOMICO-FINANCEIRO**, referente a **CONSTRUÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL NA COMUNIDADE JOÃO E MARIA,** em conformidades com os Cronogramas Físicos-Financeiros, Planilha Orçamentária e Planilha de Comparativo de Custos parte integrante deste processo licitatório de termo de aditivo , atendendo ao Termo de Compromisso PAR nº 23383/2014 firmado com o FNDE/MEC.

- DO VALOR - O valor para estes serviços adicionais importou em **R$- 45.041,97 -(Quarenta e Cinco Mil, Quarenta e um Reais e Noventa e Sete Centavos),** em conformidade com especificações das planilhas anexas a este termo de aditamento, perfazendo um percentual de reequilíbrio de valores em aproximadamente **23.4226**% do valor total do contrato principal.

DOS RECURSOS - Os recursos necessários para pagamento do Objeto deste aditivo correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

1027.44.90.51.00.00.01.01.00.00.00 – CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE ESCOLAS MUNICIPAIS **– Obras e Instalações.**

Responsável Jurídico; SAULO ALMEIDA ALVES

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 2.381/2019 DE 08 DE JULHO DE 2019.

LEI MUNICIPAL Nº 2.381/2019 DE 08 DE JULHO DE 2019.

"Retifica dispositivo da lei municipal n° 2.373, de 20 de maio de 2019, que altera o inciso IV do artigo 44 da Lei Municipal n.º 1.554 de 04 de julho de 2005 que Reestrutura o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Barra do Bugres/MT"

A Câmara Municipal de Barra do Bugres, tendo em vista o que dispõe o artigo 59 da Lei Orgânica Municipal, aprova e o Prefeito Municipal **RAIMUNDO NONATO DE ABREU SOBRINHO**, nos termos do artigo 77 da Lei Orgânica Municipal, sanciona a seguinte lei.

Art. 1º - O inciso IV constante no texto do artigo 1º da Lei Municipal nº 2.373/2019, passa a viger com a seguinte redação:

IV - de uma contribuição mensal do Município, incluídas suas autarquias e fundações, definida na reavaliação atuarial igual a 19,88% (dezenove inteiros e oitenta e oito centésimos por cento) calculada sobre a remuneração de contribuição dos segurados ativos, compreendendo: 14,53% (quatorze inteiros e cinquenta e três centésimos por cento) relativo ao custo normal e 5,35% (cinco inteiros e trinta e cinco centésimos por cento) referentes à alíquota de custo especial, escalonado nos termos do Anexo I desta Lei**.**

Art. 2º - Esta Lei Municipal entra em vigor na data de sua publicação produzindo efeitos retroativos a contar de 20 de maio de 2019.

Gabinete do Prefeito do Município de Barra do Bugres/MT, 08 de julho de 2019.

RAIMUNDO NONATO DE ABREU SOBRINHO

PREFEITO MUNICIPAL

GABINETE DO PREFEITO
LEI COMPLEMENTAR Nº 072/2019

LEI COMPLEMENTAR Nº 072/2019

Que dispõe sobre alteração do §3º do Art. 9º, da Lei Complementar n.º 052/2013 e alterações posteriores, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Barra do Bugres, tendo em vista o que dispõe o artigo 59 da Lei Orgânica Municipal, aprova e o Prefeito Municipal **RAIMUNDO NONATO DE ABREU SOBRINHO**, nos termos do artigo 77 da Lei Orgânica Municipal, sanciona a seguinte lei.

Art.1º - Fica alterada a redação do §3º do artigo 9º da Lei Complementar 052/2013 – dispõe sobre a reestruturação do plano de cargos, carreiras e salários da administração direta da prefeitura municipal de Barra do Bugres, e alterações posteriores, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 9º - [...]

§3º - Agente de Fiscalização: *Compreende a categoria funcional com as atribuições de* ***lançamento de créditos tributários*** *no âmbito Municipal, executar serviços nas áreas preventivas e corretivas relativas a tributos municipais, obras e postura, fiscalizando e aplicando as penalidades cabíveis; zelar e conservar o patrimônio que está sob sua responsabilidade e pela segurança individual, utilizando equipamentos de proteção apropriados quando da execução de suas tarefas; participar de programa de treinamento quando convocado; tratar seus colegas de trabalho com respeito; executar outras tarefas correlatas e conforme necessidade da administração pública.*

Art.2º - Esta Lei entra em vigor da data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 08 de julho de 2019.

RAIMUNDO NONATO DE ABREU SOBRINHO

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 2.378/2019

LEI MUNICIPAL Nº 2.378/2019

Que autoriza o Poder Executivo Municipal a conceder subvenção social a Central das Associações do Assentamento Antônio Conselheiro – CENTAAC, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Barra do Bugres, tendo em vista o que dispõe o artigo 59 da Lei Orgânica Municipal, aprova e o Prefeito Municipal **RAIMUNDO NONATO DE ABREU SOBRINHO**, nos termos do artigo 77 da Lei Orgânica Municipal, sanciona a seguinte lei.

Art.1º -Fica o Poder Executivo Municipal de Barra do Bugres autorizado a conceder subvenção social a Associação abaixo relacionada:

ENTIDADE	CNPJ	VALOR
Central das Associações do Assentamento Antônio Conselheiro – CENTAAC (transporte pacientes saúde).	08.827.559/0001-00	82.800.00
TOTAL		**82.800,00**

Art. 2º – O valor total do recurso financeiro a ser repassado, é de **82.800,00 (oitenta e dois mil e oitocentos reais),** que serão divididos em 06 (seis) parcelas mensais de **R$ 13.800,00** (treze mil e oitocentos reais), pagas diretamente à beneficiária, conforme cronograma de desembolso constante do Plano de Trabalho, e na forma de convênio a ser celebrado entre as partes.

Art. 3° - Os recursos financeiros que dispõe a presente Lei serão destinados para o pagamento de serviços de transporte de Moradores do Assentamento Antônio Conselheiro, comunidade Paulo Freire até a sede do Município de Barra do Bugres, para atendimento médico no Hospital Mu-

nicipal ou Unidades Básicas de Saúde e transporte de pacientes até o Município de Tangará da Serra.. **Art. 4º** - Para atender as despesas de que trata esta Lei serão utilizados recursos provenientes de dotação orçamentária do exercício financeiro de 2019, conforme orçamento vigente.

Art. 5º - A Associação favorecida por esta Lei deverá apresentar o Plano de Trabalho, onde se evidencie a aplicação dos recursos recebidos, até o recebimento da primeira parcela.

Art. 6º - Para celebração e prestação de contas de convênio a convenente deverá obedecer além do disposto nesta lei o que concerne a legislação Municipal, Estadual e Federal para o assunto em pauta, especialmente apresentar as certidões que comprovem a regularidade fiscal.

Art. 7º - A Associação favorecida por esta lei deverá prestar contas à Administração Municipal dos recursos recebidos em até 30 (trinta) dias após o recebimento de cada parcela.

§ 1º - A Prestação de Contas, dos recursos recebidos, será apresentada ao Executivo Municipal, em duas vias, nos prazos previstos, instruídas com os seguintes documentos:

I - Ofício encaminhando a Prestação de Contas;

II - Anexos previstos na lei municipal 1.970/2011;

III - Fotocópias dos documentos suportes de despesa;

IV - Devolução de saldo devedor se houver.

§ 2º - A Prestação de Contas e demais documentos, que comprovem a boa e real aplicação dos recursos recebidos, deverão obrigatoriamente ser assinados, pelos ordenadores de despesa da entidade conveniada.

Art. 8° - Aplica-se a esta Lei e aos subvencionados, no que couber, as regras da Lei 1.970/2011.

Art. 9º- O Auxílio financeiro de que trata esta lei terá vigência até o dia 31/12/2019.

Art.10º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 08 de julho de 2019.

RAIMUNDO NONATO DE ABREU SOBRINHO

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO 13º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº: 45/2014

TOMADA DE PREÇO Nº 001/2014

Contratante:Prefeitura Municipal de Barra do Bugres – MT, CNPJ: 03. 507.522/0001-72

Contratado: JOSMIRO BATISTA DE SOUZA- ME ; inscrita no CNPJ nº 13.544.186/0001-91.

Objeto: – Constitui objeto do presente Termo Aditivo e sua formalização em decorrência da PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA, devido ao término do prazo do contrato principal, referente a **CONSTRUÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL NA ALDEIA BAKALANA,** em conformidades com os Cronogramas Físico-Financeiros, atendendo ao Termo de Compromisso PAR nº 23383/2014 firmado com o FNDE/MEC.

Vigência: 09/07/2019 à 05/01/2020

Responsável Jurídico; ***REINALDO LORENCONI FILHO***

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
TERMO DE RESCISÃO/DISTRATO AMIGÁVEL DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 011/2019

Contratante: Prefeitura Municipal de Barra do Bugres – MT, CNPJ: 03. 507.522/0001-72

Contratado; DOMANI DISTRIBUIDORA DE VEICULOS LTDA, inscrita no CNPJ: nº 01.016.616/0001-13

Objeto;AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS, PARA ATENDER O MUNICÍPIO DE BARRA DO BUGRES-MT

Origem: Processo Licitatório **CARONA 02/2019**

Fundamento Legal: Art. 79 inciso II da Lei 8.666/93

Data do Termo de Rescisão: 18 de Junho de 2019.

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E CONTROLE
EDITAL PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA LDO/LOA 2020

A Prefeitura do Município de Barra do Bugres, Estado de Mato Grosso, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei Complementar Federal nº. 101, de 04 de maio de 2000 (LRF), convida a população em geral para, através dos seus diversos seguimentos sociais, para participarem da Audiência Pública que será realizada no Anfiteatro da Prefeitura Municipal situado a Praça Ângelo Masson, nº 1000, centro, no dia 12de Julho (sexta-feira) do presente ano, a iniciar-se às 10:00 horas, oportunidade em que serão debatidas e discutidas elaboração da LDO e LOA para o exercício financeiro de 2020.

Para que ninguém alegue Ignorância, vai este afixado no local de Costume nesta Prefeitura e publicado em jornal de circulação regional.

Barra do Bugres, 09 de Julho de 2019.

RAIMUNDO NONATO DE ABREU SOBRINHO

PREFEITO MUNICIPAL

SIDNEI FELIZARDO NOGUEIRA

SEC. MUN. DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E CONTROLE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO 14º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº: 43/2014

TOMADA DE PREÇO Nº 001/2014

Contratante:Prefeitura Municipal de Barra do Bugres – MT, CNPJ: 03. 507.522/0001-72

Contratado: JOSMIRO BATISTA DE SOUZA- ME ; inscrita no CNPJ nº 13.544.186/0001-91.

Objeto: – Constitui objeto do presente Termo Aditivo e sua formalização em decorrência da PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA, devido ao término do prazo do contrato principal, referente a **CONSTRUÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL NA COMUNIDADE JOÃO E MARIA,** em conformidades com os Cronogramas Físicos-Financeiros, parte integrante deste processo licitatório de termo de aditivo , atendendo ao Termo de Compromisso PAR nº 23383/2014 firmado com o FNDE/MEC.

Vigência: 09/07/2019 à 05/01/2020

Responsável Jurídico; ***REINALDO LORENCONI FILHO***

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ARAGUAIA

REABERTURAS DAS INSCRIÇÕES PARA PROCESSO DE ESCOLHA DO CONSELHO TUTELAR

ANEXO III

ITEM	INFORMAÇÃO	DATA
01	Publicação do Edital:	05/04/ 2019
02	Inscrições na sede do CMDCA das 8:00 às 11:00hs e das 14:00 às 17:00hs:	05/07 à 11/07/ 2019
03	Análise dos Requerimentos de inscrições	12\07\ 2019
04	Publicação da lista dos candidatos com inscrições deferida e indeferidas;	15/07/ 2019
05	Prazo para solicitação de impugnação de inscrição (indicando os elementos probatórios)	16/07/ 2019
06	Aviso ao candidato de solicitação de impugnação de inscrição e seu teor-	17/07/ 2019
07	Entrega de documentos de defesa contra impugnação de Inscrição	18/07/ 2019
08	Análise de documentos de solicitação impugnação e documentos de defesa:	19/07/ 2019
09	Divulgação do resultado de inscrição deferida, após análise de solicitação de impugnação	22\07/ 2019
10	Prazo para recurso quanto indeferimento de inscrição:	23/07/ 2019
11	Análise dos recursos pela Comissão Organizadora do Processo de Escolha:	24/07/ 2019
12	Divulgação do resultado dos recursos e publicação da lista preliminar dos candidatos com inscrição deferida, em ordem alfabética:	25/07/ 2019
13	Prazo para recurso à Plenária do CMDCA:	26/07/ 2019
14	Análise do recurso pela Plenária do CMDCA:	29/07/ 2019
15	Divulgação do resultado dos recursos e publicação da lista definitiva dos candidatos com inscrição deferida, em ordem alfabética:	30/07/ 2019
16	Publicação do dia, hora e local da avaliação psicológica	30/07/ 2019
17	Publicação do dia, hora e local da devolutiva da avaliação psicológica	02\08\2019
18	Prazo para Recursos da Avaliação Psicológica	05/08\2019
19	Publicação da lista definitiva dos candidatos “Aptos” a participar do processo ESCOLHA	06\08\2019
20	Periodo da campanha do processo ESCOLHA:	07/08 a 05/ 10\2019
21	Data da Escolha por eleição	06/10\2019
22	Divulgação oficial do resultado do processo de ESCOLHA:	07/10\2019
23	Prazo para impugnação do resultado do processo de ESCOLHA	08 à 14/10
24	Julgamento das impugnações ao resultado do processo de ESCOLHA:	15/10\2019
25	Prazo para recurso quanto ao julgamento dos recursos interpostos contra resultado do processo de ESCOLHA:	16 à 22/10\ 2019
26	Publicação do resultado do julgamento das impugnações ao resultado do processo de ESCOLHA	23/10\2019
27	Proclamação do resultado final da ESCOLHA:	24/10\2019
28	Posse e diplomação dos eleitos	10/01/2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES

CONTRATO 070/2019 - SMS

CONTRATO Nº 070/2019 – SMS

POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres – MT, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/ 0001-83, neste ato, representado pelo Secretário Municipal de Saúde Interino, **ANTONIO CARLOS DE JESUS MENDES**, de ora em diante denominado simplesmente Contratante, e a senhora **IMELDA VALDES CORDEIRO** Brasileira, solteira, Residente e Domiciliada em CÁCERES-MT, portadora do RG 3219744-6 SSP/MT e CPF n° 703.428.861-50, daqui por diante denominada Contratada, pelo presente Contrato por Prazo Determinado, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005.

DO OBJETO

Cláusula 1ª – O Objeto do presente Contrato por prazo determinado consiste na contratação emergencial, **IMELDA VALDES CORDEIRO** no cargo de Médica Clinica Geral, em regime de plantonista (20 horas) semanais em caráter de excepcional interesse público, para exercer suas funções no Pronto Atendimento Médico – PAM do Município de Cáceres da Secretaria Municipal de Saúde.

DO PRAZO

Cláusula 2ª – A referida Contratação tem início em **01 de Junho 2019 e término em 30 de Novembro 2019.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª – O Município pagará a título de salário o valor de R$ R$ 2. 315,16 (dois mil trezentos e quinze reais e dezesseis centavos) mensais, acrescido de produtividade na forma da Lei Municipal 2.717 de 24 de dezembro de 2018 e Decreto N°183 de 29 de março de 2019.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª – A Contratada fica comprometido a cumprir a carga horária referida na cláusula 1ª, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª – O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Cláusula 6ª – A contratada fica comprometido a cumprir o prazo legal do contrato, caso haja interesse em solicitar a rescisão contratual deverá ser solicitado no mínimo 15 (quinze) dias com antecedência, para as devidas providencias.

Parágrafo Único – O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 7ª – A Secretaria Municipal de Saúde fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 8ª – O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 9ª – Este Contrato vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, para qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 10ª – Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo término do prazo de sua vigência, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 11ª - As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Saúde:

Órgão/Unidade	Funcional Programática	Natureza de Despesa	Fonte de Recursos
020602	10.302.1002.2041	3.1.90.04	114

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (vias) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 01 de Junho de 2019.

_____

IMELDA VALDES CORDEIRO

Contratada

_____

ANTONIO CARLOS DE JESUS MENDES

Contratante

TESTEMUNHAS:

_____

_____

CPF nº

_____

_____

CPF nº

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ADITIVO Nº 180 ADITIVO DE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA TEMPORÁRIA DE JULHO 2019/SME EMENTA: ADITIVO CONTRATUAL – PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS N° 001/2019

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso das suas atribuições que lhe confere a Lei nº 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Acrescentar a carga horária no contrato **nº 306** por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público, com vínculo previdenciário ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, de **ANDREIA MOREIRA,** Licenciada em Pedagogia para exercer suas funções na EM Vitoria Regia, acréscimo de 20 horas no período de 01/07/2019 a 10/07/2019, em substituição a servidora Juliene Bruno Alves que encontra se de licença médica.

Cáceres, 02 de julho de 2019

_____
_____

Antônia Eliene Liberato Dias

Servidor (a) Secretária Municipal de Educação

TESTEMUNHAS:

NOME: _____ NOME:_____

RG Nº: _____ RG Nº:_____

CPF Nº: _____ CPF Nº: _____

CONTRATO 075/2019 - TORNAR SEM EFEITO - SMS

TORNAR SEM EFEITO A PUBLICAÇÃO DO CONTRATO Nº 075/2019 – SMS

O Secretário de Saúde, Antônio Carlos de Jesus, no uso de suas atribuições, torna-se público para conhecimento dos interessados que decidiram tornar sem efeito a publicação do Contrato nº 075/2019, abaixo determinado:

Contratante: Prefeitura Municipal de Cáceres – Secretaria Municipal de Saúde.

Contratada: APARECIDA DE SOUZA CUIABANO

Objetivo: O Objeto do Contrato por prazo determinado consiste no cancelamento da contratação, **APARECIDA DE SOUZA CUIABANO** no cargo de Enfermeira com carga horária de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais em caráter de excepcional interesse público, para exercer suas funções no Pronto Atendimento Médico – PAM da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Cáceres.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 02 de Julho de 2019.

_____

APARECIDA DE SOUZA CUIABANO

Contratada

_____

ANTONIO CARLOS DE JESUS MENDES

Contratante

EDITAL SOB Nº 22 – DO(S) CANDIDATO(S) CONSIDERADOS DESISTENTES E ELIMINADOS DO CONCURSO PÚBLICO 2017

A Prefeitura Municipal de Cáceres – MT, representada pela **SECRETÁRIA MUNICIPAL INTERINA DE ADMINISTRAÇÃO**, no uso das atribuições legais, torna público a relação nominal do(s) candidato(s) considerado(s) **Desistente(s) e Eliminado(s) no Concurso Público 2017**, conforme estabelece o artigo 3º do Decreto nº 339 de 06/06/2019 "***O candidato nomeado que não apresentar os documentos necessários à posse ou deixar de apresentar no prazo pré-estabelecido será considerado desistente, implicando automaticamente na sua desclassificação, com perda dos direitos decorrentes***".

RELAÇÃO NOMINAL DO(S) CANDIDATO(S) CONSIDERADO(S) DESISTENTE(S) E ELIMINADO(S).

ENGENHEIRO CIVIL:

6º(classificado) VITOR OLIVEIRA RUIZ LIMA

PSICÓLOGA:

9º(classificado) VIVIANE KERLYN DA SILVA PIRES

Cáceres, 9 de julho de 2019.

ARLY MONTEIRO RODRIGUES

Secretária Municipal Interina de Administração

PORTARIA Nº 292 DE 02 DE JULHO DE 2019.

Súmula: Nomeia como responsáveis os servidores da Secretaria Municipal de Saúde de Cáceres-MT para compor a Comissão Técnica para análise de documentações.

O SECRETÁRIO MUNISIPAL INTERINO DE SAÚDE, no uso de suas atribuições legais, que lhe conferem a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº. 2.258, de 16 de dezembro de 2010, e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal de Saúde de Cáceres-MT está com um processo de Chamamento Público Nº03/2019, cujo objeto é o credenciamento de prestadores de serviços credenciados ao SUS para atender os procedimentos da Programação Pactuada Integrada (PPI) entre os entes intermunicipais como complementação de cobertura assistencial necessária.

CONSIDERANDO os serviços de Média e Alta Complexidade, terá seu credenciamento do dia 25 de junho de 2019 ao dia 16 de julho de 2019, na sala de licitações;

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao memorando sob nº 12.149, de 25 de junho de 2019.

RESOLVE:

Art.1º – Nomear servidores abaixo relacionados como responsáveis para compor a comissão para análise de documentações conforme exigido no Edital do processo de Chamamento Público Nº03/2019.

Ronilma da Cunha Martins - CPF: 638.720.641-34

Lenilton Carlos de Souza Campos - CPF: 025.208.191-39

Adriele Prado de Oliveira - CPF: 024.904.771-37

Art.2º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 02 de julho de 2019.

ANTONIO CARLOS DE JESUS MENDES

Secretário Municipal Interino de Saúde

Afixado em: 02.07.19

DECRETO Nº. 436 DE 09 DE JULHO DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 74, Inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal, e;

CONSIDERANDO o que consta no Memorando nº 14.225 de 09 de julho de 2019,

R E S O L V E:

Art. 1º Nomear o senhor **ALESSANDRO FIRMINO DA SILVA**, para o cargo em Comissão de Coordenadoria de Comunicação, do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, com efeitos desde 01 de julho de 2019.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogando o Decreto nº 202 de 04 de abril de 2019.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 09 de julho de 2019.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

Afixado em: 09.07.19

DECRETO Nº. 434 DE 08 DE JULHO DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 74, Inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o que consta no memorando nº 13.015 de 01 de julho de 2019,

RESOLVE:

Art. 1º Fica inutilizada a numeração do Decreto nº 401, uma vez que se encontra em tramitação proposta de alteração das nomenclaturas dos cargos da Secretaria de Fazenda.

Parágrafo Único. O Decreto citado não foi usado para nenhum fim ou pessoa, não havendo assim nenhum prejuízo para esta municipalidade.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 08 de julho de 2019.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

Afixado em: 08.07.19

DECRETO Nº.433, DE 08/07/2019.

Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE ESTADO DE MATO GROSSO, no uso e gozo de suas legais atribuições e de acordo com a Lei N.º 2.726/2019.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto o Crédito adicional Suplementar nos termos do item III, parágrafo primeiro do Art. 43 da Lei n.º 4.320 de 17 de março de 1964, mediante anulação parcial e/ou total da (s) seguinte (s) dotação (ões) orçamentária(s) no valor de R$5.500,00 distribuídos as seguintes dotações:

02 11 01 SEC. MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

1102 20.122.1006.2089.0000 MANUT. E ENC. COM AS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO 5.500,00

3.3.90.92.00 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES F.R. Grupo: 1.00

Art. 2º - Para cumprimento do artigo anterior e de acordo com o art. 43, parágrafo 1º inciso III da Lei Federal nº 4.320/64 ficam parcialmente anuladas as seguintes dotações orçamentárias:

02 11 01 SEC. MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

710 20.122.1006.2089.0000MANUT. E ENC. COM AS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO -5.500,00

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE F.R. Grupo: 1.00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4° - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES-MT, 08 DE JULHO DE 2019.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito de Cáceres

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ADITIVO Nº 181 ADITIVO DE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA TEMPORÁRIA DE JULHO 2019/SME EMENTA: ADITIVO CONTRATUAL – PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS N° 001/2019

A **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,** no uso das suas atribuições que lhe confere a Lei nº 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Acrescentar a carga horária no contrato **nº 306** por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público, com vínculo previdenciário ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, de **Andreia Moreira** naEM Jardim Paraiso, **acréscimo** de 20 horas no período de 13/06/2019 a 28/06/2019, em substituição da professora **Ivete Camargo de Carvalho Melo**, que estava de atestado médico.

Cáceres, 02 de julho de 2019

_____

_____

Antônia Eliene Liberato Dias

Servidor (a) Secretária Municipal de Educação

TESTEMUNHAS:

NOME: _____ NOME:_____

RG Nº: _____ RG Nº:_____

CPF Nº: _____ CPF Nº: _____

DECRETO Nº. 432, DE 08/07/2019.

Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE ESTADO DE MATO GROSSO, no uso e gozo de suas legais atribuições e de acordo com a Lei N.º 2.720/2018.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar nos termos do item III, parágrafo primeiro do Art. 43 da Lei n.º 4.320 de 17 de março de 1964, no valor de R$20.000,00 distribuídos as seguintes dotações:

02 03 01 SEC. MUNICIPAL ESPECIAL DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS

106 19.126.1007.2236.0000 MANUT E ENC C/ AS ATIVIDADES DA TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO 20.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. Grupo: 1.00

Art. 2º - Para cumprimento do artigo anterior e de acordo com o art. 43, parágrafo 1º inciso III da Lei Federal nº 4.320/64 ficam parcialmente anuladas as seguintes dotações orçamentárias:

02 03 01 SEC. MUNICIPAL ESPECIAL DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS

107 19.126.1007.2236.0000MANUT E ENC C/ AS ATIVIDADES DA TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO -20.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. Grupo: 1.00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4° - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES-MT, 08 DE JULHO DE 2019.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito de Cáceres

DECRETO Nº.431, DE 08/07/2019.

Abre Crédito Adicional Especial e da outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE ESTADO DE MATO GROSSO, no uso e gozo de suas legais atribuições e de acordo com a Lei N.º 2.771/2019.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto o Crédito adicional Suplementar nos termos do item III, parágrafo primeiro do Art. 43 da Lei n.º 4.320 de 17 de março de 1964, mediante anulação parcial e/ou total da (s) seguinte (s) dotação (ões) orçamentária(s) no valor de R$654.810,00 distribuídos as seguintes dotações:

02 07 02 COORDENAÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

1211 12.361.1004.1271.0000 AQUISIÇÃO DE KIT DE LINGUA PORTUGUESA E MATEMATICA PARA APOIO A REALIZAÇÃO DA PROVA BRASIL 654.810,00

3.3.90.32.00 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATU F.R. Grupo: 1.22

Art. 2º - Para cumprimento do artigo anterior e de acordo com o art. 43, parágrafo 1º inciso III da Lei Federal nº 4.320/64 ficam parcialmente anuladas as seguintes dotações orçamentárias:

02 07 02 COORDENAÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

477 12.362.1004.1216.0000CONSTRUCAO DE UNIDADES ESCOLARES PADRAO SEDUC -654.810,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R. Grupo: 1.22

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4° - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIAPL DE CÁCERES-MT, 08 DE JULHO DE 2019.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito de Cáceres

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE LICITAÇÃO RETIFICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N°34/ 2019 REGISTRO DE PREÇO POR MENOR PREÇO POR ITEM

Interessada: Secretaria Municipal de Turismo e Cultura.

Objeto: Objeto: O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para Registro de Preço para futura e eventual Contratação de Empresa Especializada em Prestação de Serviços de Segurança não armada para o 38º Festival Internacional de Pesca Esportiva de Cáceres/ FIPe e demais Eventos Institucionais e Culturais, de iniciativa própria ou a título de participação de convênio, envolvendo solenidades, seminários, encontros, palestras, cursos, conferências, reuniões, premiações, treinamento, workshops, festivais, feiras e outros eventos correlatos a serem realizados mediante demanda e de acordo com as necessidades da SMTC – Secretaria Municipal de Turismo e Cultura.

EMPRESAS VENCEDORAS:

UNIVERSAL SEGURANÇA LTDA – CNPJ: 08.830.513/0001-31 perfazendo um total de R$164.832,00 (cento e sessenta e quatro mil e oitocentos e trinta e dois reais);

Observação: A pasta contendo o Edital e seus anexos poderão ser obtidos, na Prefeitura de Cáceres-MT, situada à Av. Brasil nº 119, CEP: 78200.000, ou baixadas no portal http://www.caceres.mt.gov/licitacao/ e na plataforma https://www.comprasgovernamentais.org.br/.

Local e Data: Prefeitura de Cáceres-MT, 09 de julho de 2019.

GRACIELLA OLIVEIRA COELHO

PREGOEIRO OFICIAL

Portaria nº 232/2019

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ADITIVO Nº 182 ADITIVO DE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA TEMPORÁRIA DE JULHO 2019/SME EMENTA: ADITIVO CONTRATUAL – PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS N° 005/2018 E 001/2019.

A **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,** no uso das suas atribuições que lhe confere a Lei nº 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Acrescentar a carga horária no contrato **nº 257** por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público, com vínculo previdenciário ao Regime Geral de Previdência Social **CLAUDIA DA SILVA BARROS,** naEM Buscando Saber acréscimo de 20 horas no período de 03/07/ 2019 a 22/07/2019, em substituição a professora Leila Duarte de Freitas.

Cáceres, 03 de Julho de 2019

_____

_____

Antônia Eliene Liberato Dias

Contratado (a) Secretária Municipal de Educação

TESTEMUNHAS:

NOME: _____ NOME:_____

RG Nº: _____ RG Nº:_____

CPF Nº: _____ CPF Nº: _____

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ADITIVO Nº 183 ADITIVO DE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA TEMPORÁRIA DE JULHO 2019/SME EMENTA: ADITIVO CONTRATUAL – PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS N° 005/2018 E 001/2019.

A **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,** no uso das suas atribuições que lhe confere a Lei nº 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada

pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Acrescentar a carga horária no contrato **nº 124** por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público, com vínculo previdenciário ao Regime Geral de Previdência Social **LUCIANE DO PRADO,** na-EM Erenice Simião Alvarenga acréscimo de 20 horas no período de 04/07/2019 a 18/07/2019, em substituição a professora Milsa Borges de Oliveira.

Cáceres, 04 de Julho de 2019

_____
_____

Antônia Eliene Liberato Dias

Contratado (a) Secretária Municipal de Educação

TESTEMUNHAS:

NOME: _____ NOME:_____

RG Nº: _____ RG Nº:_____

CPF Nº: _____ CPF Nº: _____

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ADITIVO Nº 124 ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO TEMPORÁRIO JUNHO 2019/SME EMENTA: ADITIVO CONTRATUAL – PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS N° 001/2019

Celebram as partes o presente Aditivo de Prorrogação do Contrato nº **293**, firmado entre o Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n° 03.214.145/0001-83, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, Antônia Eliene Liberato Dias, ora denominada contratante, e senhor (a) **CINTIA TATIANE EGUES** denominado (a) contratado(a), no cargo de Professora para exercer sua função na E.M. Madre Maria Estevão em substituição a Cristiane Aparecida da Silva Barbosa que regerá pelas Clausulas a seguir:

Art. 1º) Fica o presente Contrato Temporário de Prestação de Serviço prorrogado a partir de05/07/2019 até 04/08/2019 e poderá extinguir com fundamentos previsto na Lei 1931/2005.

Art.2° O presente Aditivo Contratual poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Parágrafo único- Haverá a rescisão antecipada prevista nesta clausula em caso de concurso público, tão logo seja preenchida vaga por servidor efetivo regularmente aprovado aplicando-se na hipótese deste artigo as regras da Lei mencionada no caput.

Art.3° Todas as demais cláusulas do Contrato Principal permanecerão em vigor, as quais haverão de ser interpretadas à luz das modificações introduzidas pelo presente aditivo.

Art.4° Por estarem, assim, justas e contratadas, assinam o presente em vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Cáceres, 03 julho de 2019.

_____
_____

Antônia Eliene Liberato Dias

Contratado (a) Secretária Municipal de Educação

TESTEMUNHAS:

NOME: _____ NOME:_____

RG Nº: _____ RG Nº:_____

CPF Nº: _____ CPF Nº: _____

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ADITIVO Nº 175 ADITIVO DE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA TEMPORÁRIA DE JULHO 2019/SME EMENTA: ADITIVO CONTRATUAL – PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS N° 001/2019

A **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,** no uso das suas atribuições que lhe confere a Lei nº 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Acrescentar a carga horária no contrato **nº 128** por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público, com vínculo previdenciário ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, de **ELIZABETH DA SILVA RODRIGUES,** Licenciada em Pedagogia E.M. Buscando o saber, acréscimo de 20 horas no período de,27/05/2019 a 27/06/2019 em substituição a servidora Rosileide Rodrigues de Almeida que estava de readaptação.

Cáceres, 02 de julho de 2019

_____
_____

Antônia Eliene Liberato Dias

Servidor (a) Secretária Municipal de Educação

TESTEMUNHAS:

NOME: _____ NOME:_____

RG Nº: _____ RG Nº:_____

CPF Nº: _____ CPF Nº: _____

AGUAS DO PANTANAL
APURAÇÃO DE FATO PARA IMPOSIÇÃO DE SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PREVISTAS NO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 04/2017.

REFERÊNCIA: Processo Administrativo – Protocolo nº 74/2018

ASSUNTO: Apuração de fato para imposição de sanções administrativas previstas no Contrato Administrativo nº 04/2017.

RECORRENTE: Higra Industrial Ltda

RECORRIDO: Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal

DECISÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO

O SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO PANTANAL, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o n. º 22.794.608/0001-78, com sede na Rua Antônio João, s/n, esquina com a Voluntários da Pátria, Centro, na cidade de Cáceres/MT, CEP: 78.200-000, neste ato representado por seu Diretor Executivo, efetua a seguinte decisão administrativa sobre a apuração de fatos relacionados a Contratação de Empresa Especializada em Serviços de Engenharia, objetivando a realização de reforma em E.T.A. Metálica existente, visando aprimorar a qualidade da água no âmbito do município, nos Autos do Processo Administrativo n° 102/2018:

1- RELATÓRIO

Cuida-se de Processo Administrativo, tendo por objeto a apuração de fatos para imposição de sanções administrativas, previstas no contrato administrativo nº 04/2017, oriundo do processo licitatório na modalidade tomada de preços, que objetivou a contratação e empresa especializada em serviços de engenharia para realização de reforma de E.T.A. metálica existente.

(...)

2 - FUNDAMENTAÇÃO

(...)

Dentro deste cenário delineado, é perceptível que às partes é vedado alterar as condições firmadas no contrato, sob pena de se verificar sua desnaturação, nos termos do entendimento do Tribunal de contas da União.

Dar provimento às razões recursais da recorrente, seria praticar conduta vedada ao administrador público, já que não se poderia admitir a alteração do projeto inicial de reforma da Estação de Tratamento de Água, sobretudo, por não concordar o autor do projeto contratado para esta finalidade.

3 – **CONCLUSÃO**

Analisados os fundamentos de Fato e de Direito, mantenho a Decisão Proferida pela comissão processante, declarando a procedência dos fatos narrados no relatório inicial e na portaria, que devido à ausência de pressuposto jurídicos na Defesa apresentada pela requerida e permanecendo o motivo da instauração do processo administrativo e justificando a aplicação das penalidades.

Conforme todos os fundamentos expostos, com base no princípio da Razoabilidade e da Proporcionalidade mantenho a penalidade aplicada empresa, com as seguintes penalidades:

1- Mantida a rescisão do contrato com base nos art. 78 inc. I, II, VII e VIII da Lei 8.666/93, visto que a empresa não cumpriu sua obrigação contratual de iniciar a obra licitada, gerando desperdício e prejuízo aos cofres municipais, não atendimento das notificações e advertências para que a empresa cumprir o determinado no edital.

2- Aplicada a pena de multa, multa de 10% do valor total do contrato; com a rescisão do Contrato, com fundamento nos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, no valor de R$ 91.898,27 (noventa e um mil oitocentos e noventa e oito reais e vinte e sete centavos), conforme previsto na cláusula 15.5.2.

3- Aplicação da pena de proibição de participar de licitações pelo prazo de 01 ano nos termos do art. 7º da Lei 10.520/02, devido a empresa ter ensejado retardamento na execução do objeto.

Notifique-se a empresa para que no prazo de 05 dias pague a multa; não pagando a multa, no prazo de 15 dias, inscreva-se em dívida ativa com protesto por meio de cartório de protestos.

Encaminhe-se os autos para ratificação ou não, da penalidade do item 03 ao Prefeito Municipal.

Publique-se. Intime-se.

Cáceres – MT, 19 de junho de 2019.

PAULO DONIZETE DA COSTA

Diretor Executivo

Homologação

Defiro a penalidade aplicação de multa, não sendo paga, inscrever dívida ativa – protestar, cadastrar empresa como inidônea, proibir de participar em licitação. 27/06/2019.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR Nº 142, DE 05 DE JULHO DE 2019

"Dispõe sobre a alteração da Lei nº 2.373 de 03 de julho de 2013, que alterou o art. 2º da Lei nº 1.164 de 02 de junho de 1992, que disciplina as alterações das estradas municipais e dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, *no uso das prerrogativas que lhe são estabelecidas pelo Artigo 74, Inciso IV da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal de Cáceres-MT, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:*

Art. 1° Altera o artigo 2° da Lei n°. 1.164 de 02 de junho de 1992, modificado pela Lei n°. 2.373 de 03 de julho de 2013, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"**Art. 2°** No que tange as estradas Vicinais:

§1° As estradas vicinais municipais principais sob conservação da Prefeitura não poderão ter menos de 12 metros de largura, sendo 06 (seis) metros a partir do eixo central carroçável para ambas as margens em toda sua extensão.

§2° As estradas vicinais municipais secundárias, que são aquelas que iniciam de uma via principal e sua conclusão se dá também numa via principal, sob conservação da Prefeitura, não poderão ter menos de 10 metros de largura, sendo 05 (cinco) metros a partir do eixo central carroçável para ambas as margens em sua extensão.

§3° As estradas vicinais municipais terciárias, onde sabemos que são aquelas que tem início na via secundária e encerra-se numa propriedade rural, sob conservação da Prefeitura, não poderão ter menos de 09 metros de largura, sendo 04 (quatro) metros a partir do eixo central carroçável para ambas as margens em toda sua extensão.

I – Estrada vicinais Principais- 12 (doze metros);

II – Estradas vicinais Secundárias- 10 (dez metros);

III - Estradas vicinais Terciárias- 08 (oito metros)."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cáceres/MT, 05 de julho de 2019.

RUBENS MACEDO

Prefeito Municipal de Cáceres em Exercício

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ADITIVO Nº 125 ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO TEMPORÁRIO JUNHO 2019/SME EMENTA: ADITIVO CONTRATUAL – PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS N° 001/2019

Celebram as partes o presente Aditivo de Prorrogação do Contrato nº **335**, firmado entre o Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n° 03.214. 145/0001-83, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, Antônia Eliene Liberato Dias, ora denominada contratante, e senhor (a) **WESLEY HENRIQUE MARTINS BINDANDI** denominado (a) contratado(a), no cargo de Guarda para exercer sua função na E.M. Nossa senhora Aparecida em substituição a João Batista da Conceição que estará usufruindo férias regerá pelas Clausulas a seguir:

Art. 1º) Fica o presente Contrato Temporário de Prestação de Serviço prorrogado a partir de 30/07/2019 até 30/10/2019 e poderá extinguir com fundamentos previsto na Lei 1931/2005.

Art.2° O presente Aditivo Contratual poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/ 2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Parágrafo único- Haverá a rescisão antecipada prevista nesta clausula em caso de concurso público, tão logo seja preenchida vaga por servidor efeti-

vo regularmente aprovado aplicando-se na hipótese deste artigo as regras da Lei mencionada no caput.

Art.3° Todas as demais cláusulas do Contrato Principal permanecerão em vigor, as quais haverão de ser interpretadas à luz das modificações introduzidas pelo presente aditivo.

Art.4° Por estarem, assim, justas e contratadas, assinam o presente em vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Cáceres, 03 julho de 2019.

_____

_____

Antônia Eliene Liberato Dias

Contratado (a) Secretária Municipal de Educação

TESTEMUNHAS:

NOME: _____ NOME:_____

RG Nº: _____ RG Nº:_____

CPF Nº: _____ CPF Nº: _____

CONTRATO 071/2019 - SMS

CONTRATO Nº 071/2019 – SMS

POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO*-

O Município de Cáceres – MT, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/ 0001-83, neste ato, representado pelo Secretário Municipal de Saúde Interino, **ANTONIO CARLOS DE JESUS MENDES**, de ora em diante denominado simplesmente Contratante, e o senhor **OTAVIO JOSE DE PAULA JUNIOR**, Brasileiro, Solteiro, Residente e Domiciliado na Rua das Borboletas, S/N°, Cavalhada I, em Cáceres-MT, portador do RG n° 20.015.360-2 SSP/MT e CPF nº 249.247.018-07, daqui por diante denominado Contratado, pelo presente Contrato por Prazo Determinado, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005.

DO OBJETO

Cláusula 1ª – O Objeto do presente Contrato por prazo determinado consiste na contratação emergencial, **OTAVIO JOSE DE PAULA JUNIOR** no cargo de Médico Clínico Geral, em regime de plantonista (20 horas) semanais, para exercer suas funções no Pronto Atendimento Médico do Município de Cáceres da Secretaria Municipal de Saúde.

DO PRAZO

Cláusula 2ª – A referida Contratação tem início em **01 de Junho 2019 e término em 30 de Novembro 2019.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª – O Município pagará a título de salário o valor de R$ 2.315,16 (dois mil trezentos e quinze reais e dezesseis centavos) mensais, acrescido de produtividade médica na forma da Lei Municipal 2.717 de 24 de dezembro de 2018 e Decreto N°183 de 29 de março de 2019

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª – O Contratado fica comprometido a cumprir a carga horária referida na cláusula 1ª, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª – O Município descontará do vencimento do Contratado, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Cláusula 6ª – O contratado fica comprometido a cumprir o prazo legal do contrato, caso haja interesse em solicitar a rescisão contratual deverá ser solicitado no mínimo 15 (quinze) dias com antecedência, para as devidas providencias.

Parágrafo Único – O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 7ª – A Secretaria Municipal de Saúde fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 8ª – O não cumprimento, pelo Contratado, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 9ª – Este Contrato vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, para qual o Contratado contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 10ª – Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo término do prazo de sua vigência, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 11ª - As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Saúde:

Órgão/Unidade	Funcional Programática	Natureza de Despesa	Fonte de Recursos
020602	10.302.1002.2041	3.1.90.04	114

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (vias) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 01 de Junho de 2019.

_____

OTAVIO JOSE DE PAULA JUNIOR

Contratado

_____

ANTONIO CARLOS DE JESUS MENDES

Contratante

TESTEMUNHAS:

_____

_____

CPF nº

_____

_____

CPF nº

CONTRATO 072/2019 - SMS

CONTRATO Nº 072/2019 – SMS

POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres – MT, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/ 0001-83, neste ato, representado pelo Secretário Municipal de Saúde Interino, **ANTONIO CARLOS DE JESUS MENDES**, de ora em diante denominado simplesmente Contratante, e a senhora **ANNE CAMILLE DE CARVALHO CAMPOS**, Brasileira, casada, Residente e Domiciliada na Rua das Maravilhas, N° 986, Bairro Cavalhada I, em CÁCERES-MT, portadora do RG n° 0806359-1 SSP/MT e CPF n° 703.180.261-04, daqui por diante denominada Contratada, pelo presente Contrato por Prazo Determinado, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005.

DO OBJETO

Cláusula 1ª – O Objeto do presente Contrato por prazo determinado consiste na contratação emergencial, **ANNE CAMILLE DE CARVALHO CAMPOS** no cargo de Médica Clinica Geral, em regime de plantonista (20 horas) semanais em caráter de excepcional interesse público, para exercer suas funções no Pronto Atendimento Médico – PAM do Município de Cáceres da Secretaria Municipal de Saúde.

DO PRAZO

Cláusula 2ª – A referida Contratação tem início em **01 de Junho 2019 e término em 30 de Novembro 2019.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª – O Município pagará a título de salário o valor de R$ R$ 2. 315,16 (dois mil trezentos e quinze reais e dezesseis centavos) mensais, acrescido de produtividade na forma da Lei Municipal 2.717 de 24 de dezembro de 2018 e Decreto N°183 de 29 de março de 2019.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª – A Contratada fica comprometido a cumprir a carga horária referida na cláusula 1ª, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª – O Município descontará do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Cláusula 6ª – A contratada fica comprometido a cumprir o prazo legal do contrato, caso haja interesse em solicitar a rescisão contratual deverá ser solicitado no mínimo 15 (quinze) dias com antecedência, para as devidas providencias.

Parágrafo Único – O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 7ª – A Secretaria Municipal de Saúde fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 8ª – O não cumprimento, pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 9ª – Este Contrato vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, para qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 10ª – Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo término do prazo de sua vigência, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 11ª - As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Saúde:

Órgão/Unidade	Funcional Programática	Natureza de Despesa	Fonte de Recursos
020602	10.302.1002.2041	3.1.90.04	114

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (vias) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 01 de Junho de 2019.

_____

ANNE CAMILLE DE CARVALHO CAMPOS

Contratada

_____

ANTONIO CARLOS DE JESUS MENDES

Contratante

TESTEMUNHAS:

_____

_____

CPF nº

_____

_____

CPF nº

CONTRATO 073/2019 - SMS

CONTRATO Nº 073/2019 – SMS

POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres – MT, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/ 0001-83, neste ato, representado pelo Secretário Municipal de Saúde Interino, **ANTONIO CARLOS DE JESUS MENDES**, de ora em diante denominado simplesmente Contratante, e o senhor **LUIZ FELIPE GATTAS ALVARES**, Brasileiro, Solteiro, Residente e Domiciliado na Rua São Pedro, N° 674, Cavalhada, em Cáceres-MT, portador do RG n° 2348213 SSP/MT e CPF nº 046.317.851-36, daqui por diante denominado Contratado, pelo presente Contrato por Prazo Determinado, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005.

DO OBJETO

Cláusula 1ª – O Objeto do presente Contrato por prazo determinado consiste na contratação emergencial, **LUIZ FELIPE GATTAS ALVARES** no cargo de Médico Clínico Geral, em regime de plantonista (20 horas) semanais, para exercer suas funções no Pronto Atendimento Médico do Município de Cáceres da Secretaria Municipal de Saúde.

DO PRAZO

Cláusula 2ª – A referida Contratação tem início em **01 de Junho 2019 e término em 30 de Novembro 2019.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª – O Município pagará a título de salário o valor de R$ 2.315,16 (dois mil trezentos e quinze reais e dezesseis centavos) mensais, acrescido de produtividade médica na forma da Lei Municipal 2.717 de 24 de dezembro de 2018 e Decreto N°183 de 29 de março de 2019

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª – O Contratado fica comprometido a cumprir a carga horária referida na cláusula 1ª, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª – O Município descontará do vencimento do Contratado, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Cláusula 6ª – O contratado fica comprometido a cumprir o prazo legal do contrato, caso haja interesse em solicitar a rescisão contratual deverá ser solicitado no mínimo 15 (quinze) dias com antecedência, para as devidas providencias.

Parágrafo Único – O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 7ª – A Secretaria Municipal de Saúde fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços instrumento do respectivo Contrato.

Cláusula 8ª – O não cumprimento, pelo Contratado, das obrigações assumidas no presente Contrato por Prazo Determinado, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 9ª – Este Contrato vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, para qual o Contratado contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 10ª – Este Contrato por Prazo Determinado extinguir-se-á pelo término do prazo de sua vigência, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 11ª - As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Saúde:

Órgão/Unidade	Funcional Programática	Natureza de Despesa	Fonte de Recursos
020602	10.302.1002.2041	3.1.90.04	114

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (vias) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 01 de Junho de 2019.

_____

LUIZ FELIPE GATTAS ALVARES

Contratado

_____

ANTONIO CARLOS DE JESUS MENDES

Contratante

TESTEMUNHAS:

_____

_____

CPF nº

_____

_____

CPF nº

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ADITIVO Nº 127 ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO TEMPORÁRIO JUNHO 2019/SME EMENTA: ADITIVO CONTRATUAL – PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS N° 001/2019

Celebram as partes o presente Aditivo de Prorrogação do Contrato nº **124**, firmado entre o Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n° 03.214.145/0001-83, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, Antônia Eliene Liberato Dias, ora denominada contratante, e senhor (a) **LUCIANE DO PRADO** denominado (a) contratado(a), no cargo de Professora para exercer sua função na E.M. Erenice Simião Alvarenga em Vaga Livre, até que seja nomeado professor classificado em concurso público vigente regerá pelas Clausulas a seguir:

Art. 1º) Fica o presente Contrato Temporário de Prestação de Serviço prorrogado a partir de 19/07/2019 até 20/12/2019 e poderá extinguir com fundamentos previsto na Lei 1931/2005.

Art.2° O presente Aditivo Contratual poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Parágrafo único- Haverá a rescisão antecipada prevista nesta clausula em caso de concurso público, tão logo seja preenchida vaga por servidor efetivo regularmente aprovado aplicando-se na hipótese deste artigo as regras da Lei mencionada no caput.

Art.3° Todas as demais cláusulas do Contrato Principal permanecerão em vigor, as quais haverão de ser interpretadas à luz das modificações introduzidas pelo presente aditivo.

Art.4° Por estarem, assim, justas e contratadas, assinam o presente em vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Cáceres, 04 julho de 2019.

_____

_____

Antônia Eliene Liberato Dias

Contratado (a) Secretária Municipal de Educação

TESTEMUNHAS:

NOME: _____ NOME:_____

RG Nº: _____ RG Nº:_____

CPF Nº: _____ CPF Nº: _____

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ADITIVO Nº 121 ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO TEMPORÁRIO JUNHO 2019/SME EMENTA: ADITIVO CONTRATUAL – PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS N° 001/2019

Celebram as partes o presente Aditivo de Prorrogação do Contrato nº **140**, firmado entre o Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n° 03.214.145/0001-83, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, Antônia Eliene Liberato Dias, ora denominada contratante, e senhor (a) **FERNANDA PINTO DA SILVA BARROS** denominado (a) contratado(a), no cargo de Professora para exercer sua função na E.M Eduardo Benevides Lindote em vaga Livre até que seja nomeado professor do concurso público que regerá pelas Clausulas a seguir:

Art. 1º) Fica o presente Contrato Temporário de Prestação de Serviço prorrogado a partir de19/07/2019 até 20/12/2019 e poderá extinguir com fundamentos previsto na Lei 1931/2005.

Art.2° O presente Aditivo Contratual poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Parágrafo único- Haverá a rescisão antecipada prevista nesta clausula em caso de concurso público, tão logo seja preenchida vaga por servidor efetivo regularmente aprovado aplicando-se na hipótese deste artigo as regras da Lei mencionada no caput.

Art.3° Todas as demais cláusulas do Contrato Principal permanecerão em vigor, as quais haverão de ser interpretadas à luz das modificações introduzidas pelo presente aditivo.

Art.4° Por estarem, assim, justas e contratadas, assinam o presente em vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Cáceres, 03 julho de 2019.

_____

_____

Antônia Eliene Liberato Dias

Contratado (a) Secretária Municipal de Educação

TESTEMUNHAS:

NOME: _____ NOME:_____

RG Nº: _____ RG Nº:_____

CPF Nº: _____ CPF Nº: _____

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ADITIVO Nº 119 ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO

TEMPORÁRIO JUNHO 2019/SME EMENTA: ADITIVO CONTRATUAL – PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS N° 001/2019

Celebram as partes o presente Aditivo de Prorrogação do Contrato nº **257**, firmado entre o Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n° 03.214. 145/0001-83, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, Antônia Eliene Liberato Dias, ora denominada contratante, e senhor (a) **CLAUDIA DA SILVA BARROS** denominado (a) contratado(a), no cargo de Professora para exercer sua função na EM Província de Arezzo em substituição professora Maria Aparecida da Silva Oliveira que estará em Licença maternidade regerá pelas Clausulas a seguir:

Art. 1º) Fica o presente Contrato Temporário de Prestação de Serviço prorrogado a partir de 20/07/2019 até 20/12/2019 e poderá extinguir com fundamentos previsto na Lei 1931/2005.

Art.2° O presente Aditivo Contratual poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/ 2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Parágrafo único- Haverá a rescisão antecipada prevista nesta clausula em caso de concurso público, tão logo seja preenchida vaga por servidor efetivo regularmente aprovado aplicando-se na hipótese deste artigo as regras da Lei mencionada no caput.

Art.3° Todas as demais cláusulas do Contrato Principal permanecerão em vigor, as quais haverão de ser interpretadas à luz das modificações introduzidas pelo presente aditivo.

Art.4° Por estarem, assim, justas e contratadas, assinam o presente em vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Cáceres, 02 julho de 2019.

_____

_____

Antônia Eliene Liberato Dias

Contratado (a) Secretária Municipal de Educação

TESTEMUNHAS:

NOME: _____ NOME:_____

RG Nº: _____ RG Nº:_____

CPF Nº: _____ CPF Nº: _____

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS

PREVICAMP
EXTRATO CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO 004/2019

CONTRATANTE: Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Campinápolis – PREVI-CAMP

CONTRATADO: Consórcio Gestor RPPS.

OBJETO: "Contratação do Consórcio Gestor RPPS, para execução de serviços técnicos, por empreitada global, necessários à operacionalização do passivo previdenciário do Regime Próprio de Previdência Social CONTRATANTE, conforme descrição contida no Termo de Referência (anexo I) do Pregão Presencial n.º 001/2017 realizado pelo CONSPREV, parte integrante deste contrato, independente de transcrição."

VIGÊNCIA: a vigência é de 60 (sessenta) meses, contando de 01/07/2019 até 30/06/2024, podendo ser prorrogado excecionalmente na forma da lei de Licitação.

VALOR GLOBAL R$ 169.613,88 (cento e sessenta e nove mil, seiscentos e treze reais e oitenta e oito centavos)

DATA: 19/06/2019

PREVICAMP
EXTRATO CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATANTE: Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Campinápolis – PREVI-CAMP

CONTRATADO: CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO DOS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS MUNICÍPIOS MATO-GROSSENSES – CONSPREV.

OBJETO: "O presente instrumento tem por objeto ratear as despesas do Consórcio Público Intermunicipal de Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social dos Municípios Mato-Grossenses – CONSPREV entre os CONSORCIADOS nos termos do art. 8º da Lei n.º 11.107/05. "

VIGÊNCIA: a vigência é de 07 (sete) meses, contando de 01/06/2019 até 31/12/2019, podendo ser prorrogado excecionalmente na forma da lei de Licitação.

VALOR de R$ 1.428,00 (um mil, quatrocentos e duzentos e oito reais)

DATA: 31/05/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 11/2019

INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO para formalização de Termo de Fomento com o Associação dos Deficientes de Campo Novo do Parecis -ADCANP, para a realização do projeto "itens para cozinha, materiais de acabamentos, mão de obra cozinha inclusiva e 02 salas em divisória Eucatex que servirão de recepção e sala da administração da nova sede da Adcanp - Associação dos Deficientes de Campo Novo do Parecis. "

O caput do artigo 31 da Lei 13.019/2014, regulamenta a questão da inexigibilidade do Chamamento Público, senão vejamos:

*"Art. 31: Será considerado **inexigível o chamamento público** na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da **natureza singular do objeto da parceria** ou **se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica**, (...)".*

Considerando a solicitação da Associação dos Deficientes de Campo Novo do Parecis -ADCANP, no Ofício nº 22/2019, em conformidade com o art. 31 da Lei 13.019/2014 e Decreto Municipal 141/2016, **TORNO PÚBLICA** a Inexigibilidade de Chamamento Público para formalização de Termo de Fomento com a Associação dos Deficientes de Campo Novo do Parecis -ADCANP, para a realização do projeto ("ITENS PARA COZINHA,MATERIAIS DE ACABAMENTOS, MÃO DE OBRA COZINHA INCLUSIVA E 02 SALAS EM DIVISÓRIA EUCATEX QUE SERVIRÃO DE RECEPÇÃO E SALA DA ADMINISTRAÇÃO DA NOVA SEDE DA ADCANP), no valor de R$ 19.946,97 (dezenove mil,novecentos e quarenta e seis reais, e noventa e sete centavos), em razão da inviabilidade de competição pela natureza singular do objeto desempenhado por esta entidade.

Encaminhem-se os autos ao Departamento Legislativo para as medidas previstas no §1º, do artigo 32 da Lei 13.019/2014.

Campo Novo do Parecis/MT, 09 de julho de 2019.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
PORTARIA Nº 383, DE 09 DE JULHO DE 2019.

DESIGNA O SERVIDOR **ANDRÉ DOS SANTOS SOUZA**, PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR A EXECUÇÃO DO CONTRATO DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL Nº 42/2019.

AVISO DE RESULTADO

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS,** através de seu Pregoeiro, torna público para conhecimento dos interessados que na licitação modalidade **PREGÃO RP 057/2019**, destinada ao **REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação de empresa do ramo de hotelaria para hospedagem no Município de Campo Novo do Parecis e do Distrito Marechal Rondon,**pelo fato das empresas participantes estarem inabilitadas, a presente licitação ficou **FRACASSADA.**

Campo Novo do Parecis-MT, 09 de julho de 2019.

_____

Leandro Nery Varaschin

Pregoeiro

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
***REPUBLICADO PARA CORREÇÃO**

Decreto Executivo nº 41 de 1 de abril de 2019.

EMENTA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Municipal nº 1.987 de 27/03/2019.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercicio o Crédito Adicional Especial no Orçamento Geral do Municipio, no montante de R$ 52.492,81 (Cinquenta e dois mil e quatrocentos e noventa e dois reais e oitenta e um centavos), destinado ao reforço da seguinte Dotação Orçamentária:

08	**SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E MEIO AMBIENTE**	
004.18.542.0017.20131	MANUTENÇÃO DA COORDENADORIA DE MEIO AMBIENTE	
3371000000	TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS	52.492,81
	TOTAL	**52.492,81**

Art. 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso o Cancelamento de Dotaçao Orçamentária, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320/64.

08	**SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E MEIO AMBIENTE**	
004.18.542.0017.20131	MANUTENÇÃO DA COORDENADORIA DE MEIO AMBIENTE	
3350000000	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRA	52.492,81
	TOTAL	**52.492,81**

Art. 3º**.** As alterações constantes desta Lei passam a integrar a Lei Municipal nº 1.901 de 21 de dezembro de 2017, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2018 a 2021, a Lei Municipal nº 1.949, de 03 de outubro de 2018, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2019 –LDO, e a Lei Municipal nº 1.974, de 26 de dezembro de 2018, que dispõe sobre a Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2019 –LOA.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, Estado do Mato Grosso, em 1 de Abril de 2019.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município, e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

GIRLEI AUGUSTO PEZ BOLZAN

Secretário Municipal de Administração

AVISO DE RESULTADO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS, através do seu Pregoeiro, torna público para conhecimento dos interessados que na licitação com modalidade PREGÃO PRESENCIAL 049/2019, destinado à REGSTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de instrumentos musicais para atender as oficinas de artes do centro cultural paresí e suplementos para sonorização, para atender as necessidades do Município, obedeceu a todas as formalidades legais inscritas na Lei N° 8.666/93 e a Lei Nº 10.520/02, teve como vencedoras as empresas: SETE COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA - EPP, com o valor total de R$ 60.466,10 (sessenta mil quatrocentos e sessenta e seis reais e dez centavos), ELETRÔNICA BANDEIRANTES LTDA com o valor total de R$ 9.245,00 (nove mil duzentos e quarenta e cinco reais), RR LOPES EIRELI com o valor total de R$ 39.068,00 (trinta e nove mil e sessenta e oito reais) e ASSIS VAZ INSTRUMENTOS MUSICAIS EIRELI EPP com o valor total de R$ 95.842,00 (noventa e cinco mil oitocentos e quarenta e dois reais).

Campo Novo do Parecis - MT, 09 de julho de 2019.

_____

Leandro Nery Varaschin

Pregoeiro

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
PORTARIA Nº 382, DE 08 DE JULHO DE 2019.

DESIGNA OS SERVIDORES **DIANGELO HENRIQUE CECON E CLAUDEMAR COSTA ERRESTORFF**, PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR A EXECUÇÃO DO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 02/2019.

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
DECRETO EXECUTIVO Nº 99 DE 08 DE JULHO DE 2019

EMENTA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Municipal nº 2.014 de 02/07/2019.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercicio o Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Municipio, no montante de R$ 800.000,00 (oitocentos mil reais), destinado ao reforço da seguinte Dotação Orçamentária:

10	**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**	
001.10.302.0010.10047	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	
4490000000	APLICAÇÕES DIRETAS	800.000,00
	TOTAL	**800.000,00**

Art. 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso os Provenientes do Superávit Financeiro, de acordo com o Artigo 43, do §1º, Inciso I da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 3º**.** As alterações constantes desta Lei passam a integrar a Lei Municipal nº 1.901, de 21 de dezembro de 2017, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2018 a 2021, a Lei Municipal nº 1.949, de 03 de outubro de 2018, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2019 –LDO, e a Lei Municipal nº 1.974, de 26 de dezembro de 2018, que dispõe sobre a Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2019 –LOA.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, Estado do Mato Grosso, em 8 de Julho de 2019.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município, e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

GIRLEI AUGUSTO PEZ BOLZAN

Secretário Municipal de Administração

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
PORTARIA Nº 380, DE 08 DE JULHO DE 2019.

DESIGNA O SERVIDOR **JONAS FERREIRA DE ALMEIDA**, PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR A EXECUÇÃO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 41/2019.

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
DECRETO EXECUTIVO Nº 100 DE 08 DE JULHO DE 2019.

EMENTA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 1.974 de 26/12/2018.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercicio o Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Municipio, no montante de R$ 165.400,00 (Cento e sessenta e cinco mil e quatrocentos reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias:

02	**GOVERNO MUNICIPAL**	
003.06.182.0002.20006	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO FUNDO MUN. DE DEFESA CIVIL	
4490000000	APLICAÇÕES DIRETAS	57.000,00
004.04.131.0002.20007	MANUTENÇÃO DA COMUNICAÇÃO SOCIAL	
4490000000	APLICAÇÕES DIRETAS	55.400,00
03	**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**	
001.04.122.0002.20012	REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO/ PROCESSO SELETIVO	
3390000000	APLICAÇÕES DIRETAS	53.000,00
	TOTAL	**165.400,00**

Art. 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso os Provenientes do Superávit Financeiro, de acordo com o Artigo 43, do §1º, Inciso I da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 3º**.** As alterações constantes desta Lei passam a integrar a Lei Municipal nº 1.901, de 21 de dezembro de 2017, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2018 a 2021, a Lei Municipal nº 1.949, de 03 de outubro de 2018, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2019 –LDO, e a Lei Municipal nº 1.974, de 26 de dezembro de 2018, que dispõe sobre a Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2019 –LOA.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, Estado do Mato Grosso, em 8 de Julho de 2019.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município, e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

GIRLEI AUGUSTO PEZ BOLZAN

Secretário Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DECISÃO QUANTO A OMISSÃO DE INFORMAÇÕES DA FREQUENCIA ESCOLAR

PROGRAMA MUNICIPAL DE AUXÍLIO TRANSPORTE - ANO 2018.

EDITAL Nº 002 DE 18 DE JUNHO DE 2018.

ESTUDANTES OMISSOS:

- AMANDA SOUZA SCHUSTER, CPF:054.384.261-47;

- CAROLINA STEFANI GARCIA TRINANES, CPF:067.473.951-58;

- EDVÂNIA CANDIDA DE OLIVEIRA, CPF:036.074.191-67;

- ELIANE LEOBRAS DE OLIVEIRA, CPF:035.890.261-46;

- ÉZICA SIQUEIRA DA SILVA NAKONIECNI, CPF:047.091.591-90;

- INGRIDY RAFAELLA SILVA TRINANES, CPF:052.818.461-08;

- JEFFERSON DOS SANTOS SILVA, CPF:055.288.091-42;

- JOYCE FERNANDA RIBEIRO SILVA, CPF:064.399.941-82;

- MAURICIO SILVA DE SÁ, CPF:056.954.361-41;

Considerando que os notificados não apresentaram qualquer atestado ou comprovante de frequência, ou ainda justificativa pela omissão de informações e documentação comprovando a frequência escolar, conforme estabelecido e detalhado no item 12 do Edital de Abertura.

Considerando a inércia dos mesmos quanto a Notificação expedida em 15 de Abril de 2019, e publicada em 16 de Abril de 2019.

Considerando que a situação acima narrada enseja a aplicação de diversas penalidades, contidas no item 13.5 do Edital de Abertura.

A Comissão Permanente de Seleção e Acompanhamento do Programa Municipal de Auxílio Transporte DECIDE pela aplicação da penalidade aos estudantes supramencionados, onde os mesmos deverão restituir ao Município de Campo Verde os valores recebidos indevidamente, por meio de Documento de Arrecadação Municipal (DAM).

Cumpra-se, registra-se e publique.

Campo Verde-MT, 09 de julho de 2019.

ANADABILI SELLER DE MORAES

Secretaria Municipal de Educação

FERNANDA REIS

Secretaria Municipal de Assistência Social

JOAO PAULO RODRIGUES ZAGO

Secretaria Municipal de Administração

SUZANNE PANERAI SCHMIDT

Secretaria Municipal de Finanças

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
NOTIFICAÇÃO DE EMPRESA

Assunto: INEXECUÇÃO DE ENTREGA

PREGÃO: 027/2019

NOTIFICADO: **PRO-SAÚDE DIST. DE MEDICAMENTOS**

CNPJ Nº 21.297.758/0001-03

BRASÍLIA – DF.

1. Vimos através da presente, **NOTIFICAR** a empresapela não entrega dos itens constante(s) na(s) NADs nº(s) 1118.20.1 e 1118.24.1 (parcial), **conforme prazo de entrega estipulado no Edital.**

2. Tendo a Contratada descumprido as obrigações das quais assumiu perante a(s) Ata(s) de Registro de Preços **nº 098/2019**, FICA ESTA EMPRESA **NOTIFICADA** PARA, QUERENDO, ENTREGAR OS ITENS/ OU APRESENTAR DEFESA PRÉVIA REFERENTE AO DESCUMPRIMENTO DE SUAS OBRIGAÇÕES, NO **PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS ÚTEIS**, a contar da data de PUBLICAÇÃO desta Notificação.

3. A NÃO ENTREGA DOS ITENS/OU APRESENTAÇÃO DA DEFESA, NO PRAZO FIXADO, implicará a contratada o imediato CANCELAMENTO de qualquer ATA/CONTRATO firmado com está Administração Pública.

4. Após a Publicação do Termo de Cancelamento, será encaminhado o processo administrativo para o setor jurídico desta Administração, para aplicação das penalidades previstas no referido Edital com base na lei 10. 520/2002, subsidiariamente com a lei 8.666/93 e suas alterações.

5. Informamos que esta notificação será publicada no Diário Oficial dos Municípios, através da mesma a Prefeitura considera a empresa **NOTIFICADA** a partir desta data.

Campo Verde-MT, 09 de julho de 2019.

LEILA GUBERT

Gerente de Compras

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 476, DE 27 DE JUNHO DE 2019.

PORTARIA N.º 476, DE 27 DE JUNHO DE 2019.

SUBSTITUI MEMBRO DO CONSELHO DE RECURSO FISCAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE.

FÁBIO SCHROETER, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais e, considerando o que dispõe o artigo 165, da Lei Municipal nº 045/2014.

RESOLVE:

ARTIGO 1º: Nomear e empossar os membros titulares e respectivos suplentes para compor o Conselho de Recursos Fiscais:

I- REPRESENTANTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

Titular: JOARES ALVES DA SILVA

CPF: 562.061.191-49

Suplente: MOISÉS POLITO

CPF 808.411.471-91

II- REPRESENTANTE DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E EMPRESARIAL DE CAMPO VERDE

Titular: JAIR KREIBICH

CPF: 913.710.669-49

Suplente: TIAGO LANNER

CPF: 737.569.111-87

III- REPRESENTANTE DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

Titular: EDISON GONÇALVES DE ANDRADE JUNIOR

OAB/MT Nº: 22367/0

Suplente: NICOMEDES LINDOLFE FREITAS NETO

CPF: 882.907.191-91

IV- REPRESENTANTE DO CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE

Titular: ANGELA FABIANA COPETTI BOHRER

CPF: 550.755.410-20

Suplente: CARMINI FABRIZ

CPF: 015.033.201-70

V- REPRESENTANTE DO PODER EXECUTIVO

Presidente: LAÍS CRISTINI SANTI LEITE MINUZZI

CPF: 022.954.731-10

Vice-Presidente: FLÁVIO PACHECO RODRIGUES

CPF: 013.967.971-57

Titular: LEILA GUBERT

CPF: 871.281.109-25

Suplente: SUZANNE PANERAI SCHMIDT

CPF: 045.376.091-09

Suplente: HÉLIO VIEIRA DE JESUS

CPF: 834.205.761-83

Suplente: ANTÔNIO REIS DA SILVA

CPF: 960.459.221-15

ARTIGO 2º - O mandato dos membros efetivos e suplentes será de 01 (um) ano, podendo ser reconduzidos.

ARTIGO 3º - Os membros do Conselho de Recursos Fiscais não receberão remuneração de qualquer espécie pelo exercício de suas funções.

ARTIGO 4º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, aos 27 dias do mês de Junho de 2019.

FÁBIO SCHROETER

Prefeito Municipal

Cumpra-se, registra-se e publique.

GILMAR ZITO PRATI

Secretário Municipal de Administração

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE PORTARIAS 368 A 499 DE 2019.

EXTRATO DA PORTARIA N° 368/2019

PORTARIA Nº 368, DE 03 DE JUNHO DE 2019.

REINTEGRA A SENHORA LAURA PATRICIA DA SILVA MACEDO DI LORETO AO CARGO DE PSICÓLOGA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

EXTRATO DA PORTARIA N° 369/2019

PORTARIA Nº 369, DE 03 DE JUNHO DE 2019.

NOMEIA O SENHOR JEAN CARLOS FARIAS RIBEIRO PARA EXERCER O CARGO DE CHEFE DE DIVISÃO DE IDENTIFICAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

EXTRATO DA PORTARIA N° 370/2019

PORTARIA Nº 370, DE 03 DE JUNHO DE 2019.

EXONERA A SENHORA ELIZANGELA TEZA DOS SANTOS DO CARGO DE CHEFE DE DIVISÃO DE ASSESSORIA JURÍDICA DO PROCON DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL.

EXTRATO DA PORTARIA N° 371/2019

PORTARIA Nº 371, DE 03 DE JUNHO DE 2019.

CONCEDE AUTORIZAÇÃO AO SERVIDOR MUNICIPAL NATANAEL SILVA AZEVEDO PARA DIRIGIR VEÍCULO OFICIAL DESTE MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE-MT.

EXTRATO DA PORTARIA N° 372/2019

PORTARIA Nº 372, DE 03 DE JUNHO DE 2019.

CONCEDE AUTORIZAÇÃO AO SERVIDOR MUNICIPAL VAGNER FERNANDO DE OLIVEIRA PARA DIRIGIR VEÍCULO OFICIAL DESTE MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE-MT.

EXTRATO DA PORTARIA N° 373/2019

PORTARIA Nº 373, DE 03 DE JUNHO DE 2019.

CONCEDE AUTORIZAÇÃO AO SERVIDOR MUNICIPAL ALMIR APARECIDO RODRIGUES FERREIRA PARA DIRIGIR VEÍCULO OFICIAL DESTE MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE-MT.

EXTRATO DA PORTARIA N° 374/2019

PORTARIA Nº 374, DE 03 DE JUNHO DE 2019.

CONCEDE AUTORIZAÇÃO AO SERVIDOR MUNICIPAL WESLEY FRANCISCO DA SILVA ROSA PARA DIRIGIR VEÍCULO OFICIAL DESTE MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE-MT.

EXTRATO DA PORTARIA N° 377/2019

PORTARIA Nº 377, DE 03 DE JUNHO DE 2019.

NOMEIA EM ESTÁGIO PROBATÓRIO O SENHOR AGNALDO DA SILVA DE PAULO PARA EXERCER O CARGO DE MECANICO, JUNTO A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE-MT.

EXTRATO DA PORTARIA N° 380/2019

PORTARIA Nº 380, DE 03 DE JUNHO DE 2019.

EXONERA A SENHORA CLAUDIA REJANE SILVA LIMA DO CARGO DE OUVIDORA MUNICIPAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO.

EXTRATO DA PORTARIA N° 381/2019

PORTARIA Nº 381, DE 03 DE JUNHO DE 2019.

EXONERA A SENHORA CLAUDIA REJANE SILVA LIMA DO CARGO DE AUXILIAR ADMINISTRATIVO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO.

EXTRATO DA PORTARIA N° 382/2019

PORTARIA Nº 382, DE 03 DE JUNHO DE 2019.

NOMEIA A SENHORA ELIZANGELA TEZA DOS SANTOS PARA EXERCER O CARGO DE OUVIDORA MUNICIPAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO.

EXTRATO DA PORTARIA N° 383/2019

PORTARIA Nº 383, DE 03 DE JUNHO DE 2019.

CONCEDE LICENÇA/AFASTAMENTO, SEM REMUNERAÇÃO, A SERVIDORA MUNICIPAL LUCIANA NASCIMENTO SILVA PELO PERÍODO DE DOIS ANOS.

EXTRATO DA PORTARIA N° 384/2019

PORTARIA Nº 384, DE 03 DE JUNHO DE 2019.

NOMEIA ROSELI REJANI SCHMIDT PARA DELIBERAÇÃO DE ATOS TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA.

EXTRATO DA PORTARIA N° 385/2019

PORTARIA Nº 385, DE 03 DE JUNHO DE 2019.

CONCEDE AUTORIZAÇÃO A SERVIDORA MUNICIPAL LAIS CRISTINE SANTI LEITE MINUZZI PARA DIRIGIR VEÍCULO OFICIAL DESTE MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE-MT.

EXTRATO DA PORTARIA N° 391/2019

PORTARIA Nº 391, DE 10 DE JUNHO DE 2019.

CONCEDE PROMOÇÃO DE CLASSE A INTEGRANTE DA CARREIRA DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL FERNANDA CRISTINA DE OLIVEIRA ARAUJO, CONFORME DISPÕE A LEI COMPLEMENTAR Nº 057/2015.

EXTRATO DA PORTARIA N° 392/2019

PORTARIA Nº 392, DE 10 DE JUNHO DE 2019.

EXONERA O SENHOR ARMANDO MASSON FURTADO DO CARGO DE PROFESSOR DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA.

EXTRATO DA PORTARIA N° 393/2019

PORTARIA Nº 393, DE 10 DE JUNHO DE 2019.

EXONERA A SENHORA MARIA DA PENHA COUTO DE JESUS DO CARGO DE CHEFE DE NÚCLEO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

EXTRATO DA PORTARIA N° 394/2019

PORTARIA Nº 394, DE 10 DE JUNHO DE 2019.

EXONERA A SENHORA ELIZETE CONCEICAO SENA DE SOUZA DO CARGO DE CHEFE DE NÚCLEO DE ATENDIMENTO AO PÚBLICO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

EXTRATO DA PORTARIA N° 395/2019

PORTARIA Nº 395, DE 10 DE JUNHO DE 2019.

EXONERA O SENHOR GABRIEL ABREU FIGUEREDO DO CARGO DE CHEFE DA DIVISÃO DE DISTRIBUIÇÃO E ALMOXARIFADO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

EXTRATO DA PORTARIA N° 396/2019

PORTARIA Nº 396, DE 10 DE JUNHO DE 2019.

CONCEDE PROMOÇÃO DE CLASSE A INTEGRANTE DA CARREIRA DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL ROSANA SILVERIO DE OLIVEIRA, CONFORME DISPÕE A LEI COMPLEMENTAR Nº 057/2015.

EXTRATO DA PORTARIA N° 397/2019

PORTARIA Nº 397, DE 10 DE JUNHO DE 2019.

EXONERA O SENHOR CARLOS ANTONIO GARCIA DO CARGO DE COORDENADOR DE TRANSPORTES DE EVENTOS ESPORTIVOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER.

EXTRATO DA PORTARIA N° 398/2019

PORTARIA Nº 398, DE 18 DE JUNHO DE 2019.

EXONERA A SENHORA ELISANGELA SILVENTE SPIGUEL REAMI DO CARGO DE CHEFE DE DIVISÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

EXTRATO DA PORTARIA N° 399/2019

PORTARIA Nº 399, DE 18 DE JUNHO DE 2019.

EXONERA A SENHORA JACIANI SCHMEDIKE DO CARGO DE COORDENADORA DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

EXTRATO DA PORTARIA N° 400/2019

PORTARIA Nº 400, DE 18 DE JUNHO DE 2019.

EXONERA A SENHORA ROSELENE GABRIELY SILVA SOUZA SANTOS DO CARGO DE COORDENADORA DE HABITAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO.

EXTRATO DA PORTARIA N° 401/2019

PORTARIA Nº 401, DE 18 DE JUNHO DE 2019.

EXONERA O SENHOR JOAO PAULO RODRIGUES ZAGO DO CARGO DE SUPERVISOR DE RECURSOS HUMANOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

EXTRATO DA PORTARIA N° 402/2019

PORTARIA Nº 402, DE 18 DE JUNHO DE 2019.

EXONERA O SENHOR SAUL DE CARVALHO DO CARGO DE CHEFE DE SETOR DE ESTOQUE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

EXTRATO DA PORTARIA N° 403/2019

PORTARIA Nº 403, DE 18 DE JUNHO DE 2019.

EXONERA O SENHOR LUIZ SOUSA SILVA FILHO DO CARGO DE CHEFE DE DIVISÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

EXTRATO DA PORTARIA N° 404/2019

PORTARIA Nº 404, DE 18 DE JUNHO DE 2019.

EXONERA O SENHOR LUCAS DUARTE MORAES DO CARGO DE CHEFE DE NÚCLEO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

EXTRATO DA PORTARIA N° 405/2019

PORTARIA Nº 405, DE 18 DE JUNHO DE 2019.

EXONERA O SENHOR VALDOVINO ALVES FERREIRA DO CARGO DE COORDENADOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

EXTRATO DA PORTARIA N° 406/2019

PORTARIA Nº 406, DE 18 DE JUNHO DE 2019.

EXONERA A SENHORA ALINE FASSICOLO DO CARGO DE CHEFE DE DIVISÃO DE BAIXA DE PAGAMENTO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA.

EXTRATO DA PORTARIA N° 407/2019

PORTARIA Nº 407, DE 18 DE JUNHO DE 2019.

EXONERA A SENHORA ARLETE FASSICOLO DO CARGO DE DIRETORA DE APOIO ADMINISTRATIVO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA.

EXTRATO DA PORTARIA N° 408/2019

PORTARIA Nº 408, DE 18 DE JUNHO DE 2019.

EXONERA A SENHORA ANNA LUIZA MARTINS DE ALMEIDA DO CARGO DE CHEFE DE SETOR DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS DO GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL.

EXTRATO DA PORTARIA N° 409/2019

PORTARIA Nº 409, DE 18 DE JUNHO DE 2019.

EXONERA A SENHORA ELISSANDRA CORREA MARTINS IWASAKI DO CARGO DE CHEFE DE DIVISÃO DE PAGAMENTOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS.

EXTRATO DA PORTARIA N° 410/2019

PORTARIA Nº 410, DE 18 DE JUNHO DE 2019.

EXONERA A SENHORA CLEONICE VOOS KUMBIER DO CARGO DE GERENCIA DE FINANÇAS DA SUPERVISÃO DE FINANÇAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS.

EXTRATO DA PORTARIA N° 411/2019

PORTARIA Nº 411, DE 18 DE JUNHO DE 2019.

EXONERA A SENHORA KELLY GOUVEIA POLLIS DO CARGO DE CHEFE DE SETOR DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS.

EXTRATO DA PORTARIA N° 412/2019

PORTARIA Nº 412, DE 18 DE JUNHO DE 2019.

EXONERA A SENHORA FRANCIELE XAVIER CAMPOS SCHOSSLER DO CARGO DE CHEFE DE DIVISÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS.

EXTRATO DA PORTARIA N° 413/2019

PORTARIA Nº 413, DE 18 DE JUNHO DE 2019.

EXONERA O SENHOR ALDO FERREIRA CORREIA DO CARGO DE DIRETOR DE CIDADE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA E MEIO AMBIENTE.

EXTRATO DA PORTARIA N° 414/2019

PORTARIA Nº 414, DE 19 DE JUNHO DE 2019.

EXONERA O SENHOR VANDERSON DIAS FIGUEIREDO DO CARGO DE CHEFE DE DIVISÃO DE CONTROLE E MEIO AMBIENTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS.

EXTRATO DA PORTARIA N° 415/2019

PORTARIA Nº 415, DE 19 DE JUNHO DE 2019.

EXONERA O SENHOR JOSE FERREIRA DA SILVA DO CARGO DE CHEFE DE DIVISÃO DE CONTROLE DE OFICINA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS.

EXTRATO DA PORTARIA N° 416/2019

PORTARIA Nº 416, DE 19 DE JUNHO DE 2019.

EXONERA O SENHOR JOAO CAMPOS PEREIRA DO CARGO DE CHEFE DE DIVISÃO DE COMPRAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS.

EXTRATO DA PORTARIA N° 417/2019

PORTARIA Nº 417, DE 19 DE JUNHO DE 2019.

EXONERA O SENHOR GABRIEL FILHO PEREIRA ARAUJO DO CARGO DE CHEFE DE DIVISÃO DE SERVIÇOS RURAIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS.

EXTRATO DA PORTARIA N° 418/2019

PORTARIA Nº 418, DE 19 DE JUNHO DE 2019.

EXONERA O SENHOR ADILSON NASCIMENTO SANTANA DO CARGO DE CHEFE DE DIVISÃO DE MANUTENÇÃO DE FROTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS.

EXTRATO DA PORTARIA N° 447/2019

PORTARIA Nº 447, DE 19 DE JUNHO DE 2019.

CONCEDE VACÂNCIA, A SERVIDORA MUNICIPAL ANNA CLAUDIA WERLANG MACEDO PELO PERÍODO DE TRÊS ANOS.

EXTRATO DA PORTARIA N° 448/2019

PORTARIA Nº 448, DE 19 DE JUNHO DE 2019.

EXONERA A SENHORA KEILY STEFANNI ORDONES NERY MENDES DO CARGO DE GERENTE DE SERVIÇOS MÉDICOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

EXTRATO DA PORTARIA N° 449/2019

PORTARIA Nº 449, DE 19 DE JUNHO DE 2019.

EXONERA A SENHORA FATIMA DA SILVA FRIEDERICH DO CARGO DE CHEFE DE DIVISÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS.

EXTRATO DA PORTARIA N° 450/2019

PORTARIA Nº 450, DE 19 DE JUNHO DE 2019.

EXONERA O SENHOR CARLINHO BALBINO DA SILVA DO CARGO DE COORDENADOR DE CONTROLE DE FROTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS.

EXTRATO DA PORTARIA N° 451/2019

PORTARIA Nº 451, DE 19 DE JUNHO DE 2019.

EXONERA A SENHORA MARGARETE PEREIRA DUARTE DO CARGO DE CHEFE DE NÚCLEO DE SERVIÇOS GERAIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS.

EXTRATO DA PORTARIA N° 452/2019

PORTARIA Nº 452, DE 19 DE JUNHO DE 2019.

EXONERA O SENHOR HENRIQUE PAULO BARBIERI DOS REIS DO CARGO DE CHEFE DE NÚCLEO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS.

EXTRATO DA PORTARIA N° 453/2019

PORTARIA Nº 453, DE 19 DE JUNHO DE 2019.

EXONERA O SENHOR LEANDRO LEITE ROCHA DO CARGO DE DIRETOR DE MANUTENÇÃO ELÉTRICA – ILUMINAÇÃO PÚBLICA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS.

EXTRATO DA PORTARIA N° 454/2019

PORTARIA Nº 454, DE 19 DE JUNHO DE 2019.

EXONERA O SENHOR MARCOS JOSE FERREIRA BEZERRA DO CARGO DE DIRETOR DE MANUTENÇÃO ELÉTRICA – PREDIAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS.

EXTRATO DA PORTARIA N° 455/2019

PORTARIA Nº 455, DE 19 DE JUNHO DE 2019.

EXONERA O SENHOR LOURIVAL ANTONIO ALVES DO CARGO DE COORDENADOR DE SERVIÇOS URBANOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS.

EXTRATO DA PORTARIA N° 456/2019

PORTARIA Nº 456, DE 19 DE JUNHO DE 2019.

EXONERA O SENHOR JOAO ADELAR KRONBAUER DO CARGO DE DIRETOR DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS.

EXTRATO DA PORTARIA N° 457/2019

PORTARIA Nº 457, DE 19 DE JUNHO DE 2019.

EXONERA O SENHOR ANTONIO TINO DA SILVA DO CARGO DE COORDENADOR DE MANUTENÇÃO DAS ESTRADAS VICINAIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS.

EXTRATO DA PORTARIA N° 458/2019

PORTARIA Nº 458, DE 19 DE JUNHO DE 2019.

EXONERA O SENHOR JOSE MARIA DA SILVA DO CARGO DE DIRETOR DE CONSTRUÇÃO CIVIL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS.

EXTRATO DA PORTARIA N° 459/2019

PORTARIA Nº 459, DE 19 DE JUNHO DE 2019.

EXONERA O SENHOR ADEMIR DE BRANCO DO CARGO DE SUPERVISOR DE MECÂNICA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS.

EXTRATO DA PORTARIA N° 460/2019

PORTARIA Nº 460, DE 19 DE JUNHO DE 2019.

EXONERA O SENHOR DJONAS PATRICK RIZZI DO CARGO DE COORDENADOR DE MANUTENÇÃO ELÉTRICA – PREDIAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS.

EXTRATO DA PORTARIA N° 461/2019

PORTARIA Nº 461, DE 19 DE JUNHO DE 2019.

EXONERA O SENHOR ELTON JOHN ARAUJO DOS SANTOS DO CARGO DE CHEFE DE DIVISÃO DE MANUTENÇÃO ELÉTRICA DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS.

EXTRATO DA PORTARIA N° 462/2019

PORTARIA Nº 462, DE 19 DE JUNHO DE 2019.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES MUNICIPAIS.

EXTRATO DA PORTARIA N° 463/2019

PORTARIA Nº 463, DE 24 DE JUNHO DE 2019.

REINTEGRA A SENHORA MARIA LUIZA DA SILVA COSTA AO CARGO DE AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

EXTRATO DA PORTARIA N° 464/2019

PORTARIA Nº 464, DE 27 DE JUNHO DE 2019.

EXONERA A SENHORA LUCIANA FLORENCIO SELLER DO CARGO DE CHEFE DE SETOR DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

EXTRATO DA PORTARIA N° 465/2019

PORTARIA Nº 465, DE 27 DE JUNHO DE 2019.

EXONERA A SENHORA ANACLEIA LOPES DELMON ROCHA DO CARGO DE DIRETORA DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

EXTRATO DA PORTARIA N° 466/2019

PORTARIA Nº 466, DE 27 DE JUNHO DE 2019.

EXONERA A SENHORA JULIANA BUTZEN LICZBINSK DO CARGO DE CHEFE DE NÚCLEO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

EXTRATO DA PORTARIA N° 467/2019

PORTARIA Nº 467, DE 27 DE JUNHO DE 2019.

EXONERA O SENHOR KAIO CESAR NEVES OLIVEIRA DO CARGO DE CHEFE DE DIVISÃO DE MONITORAMENTO DE AREA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

EXTRATO DA PORTARIA N° 468/2019

PORTARIA Nº 468, DE 27 DE JUNHO DE 2019.

EXONERA O SENHOR JOSE GUIRLEI FERREIRA DE SOUZA DO CARGO DE CHEFE DE DIVISÃO DE APOIO DA VIGILANCIA AMBIENTAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

EXTRATO DA PORTARIA N° 469/2019

PORTARIA Nº 469, DE 27 DE JUNHO DE 2019.

EXONERA A SENHORA ANADABILI SELLER DE MORAES DO CARGO DE CHEFE DE DIVISÃO DE ESCRITURAÇÃO E CONTROLE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA.

EXTRATO DA PORTARIA N° 470/2019

PORTARIA Nº 470, DE 27 DE JUNHO DE 2019.

EXONERA A SENHORA MARCELA CRISTINA DE FARIA CAMPOS DO CARGO DE CHEFE DE DIVISÃO DE REGULAÇÃO E ALTA COMPLEXIDADE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

EXTRATO DA PORTARIA N° 471/2019

PORTARIA Nº 471, DE 27 DE JUNHO DE 2019.

EXONERA A SENHORA MARIA LUIZA DA SILVA COSTA DO CARGO DE AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

EXTRATO DA PORTARIA N° 472/2019

PORTARIA Nº 472, DE 27 DE JUNHO DE 2019.

EXONERA O SENHOR LUIZ RICARDO DE SOUZA DO CARGO DE COORDENADORIA DE PROJETOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL.

EXTRATO DA PORTARIA N° 473/2019

PORTARIA Nº 473, DE 27 DE JUNHO DE 2019.

EXONERA A SENHORA TATIANE DE ANDRADE FERREIRA DO CARGO DE COORDENADORA DE ASSESSORIA JURIDICA DO PROCON SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL.

EXTRATO DA PORTARIA N° 474/2019

PORTARIA Nº 474, DE 27 DE JUNHO DE 2019.

EXONERA A SENHORA ALCIONE MARINS BORGES DO CARGO DE COORDENADORA DE IDENTIFICAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL.

EXTRATO DA PORTARIA N° 478/2019

PORTARIA Nº 478, DE 27 DE JUNHO DE 2019.

NOMEIA GABRIEL BARBIERI PARA DELIBERAÇÃO DE ATOS TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

EXTRATO DA PORTARIA N° 479/2019

PORTARIA Nº 479, DE 27 DE JUNHO DE 2019.

EXONERA A SENHORA ANA PAULA MARQUES VIEIRA DA SILVA DO CARGO DE ASSESSORIA DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

EXTRATO DA PORTARIA N° 480/2019

PORTARIA Nº 480, DE 27 DE JUNHO DE 2019.

EXONERA A SENHORA VANIA CHRISTINA SANCHEZ FRANCESCHI DO CARGO DE CHEFIA DE VIGILANCIA EM SAUDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

EXTRATO DA PORTARIA N° 481/2019

PORTARIA Nº 481, DE 27 DE JUNHO DE 2019.

EXONERA A SENHORA GESIKA DE CASSIA MULLER DE BRITO DO CARGO DE COORDENADORA DE FATURAMENTO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

EXTRATO DA PORTARIA N° 482/2019

PORTARIA Nº 482, DE 27 DE JUNHO DE 2019.

EXONERA A SENHORA MARCIA REGINA VIANA DO CARGO DE CHEFIA DE ENFERMAGEM DO SAMU 192 DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

EXTRATO DA PORTARIA N° 483/2019

PORTARIA Nº 483, DE 27 DE JUNHO DE 2019.

EXONERA O SENHOR KELVIN VANJURA DO NASCIMENTO DO CARGO DE DIRETORIA DE RECURSOS E CONVENIOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

EXTRATO DA PORTARIA N° 484/2019

PORTARIA Nº 484, DE 27 DE JUNHO DE 2019.

EXONERA A SENHORA CARLA MACEDO VARGAS DO CARGO DE DIRETORIA DE REGULAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

EXTRATO DA PORTARIA N° 485/2019

PORTARIA Nº 485, DE 27 DE JUNHO DE 2019.

EXONERA A SENHORA VANIELI MESSIAS DOS SANTOS DO CARGO DE COORDENADORA DA AGENCIA TRANSFUSIONAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

EXTRATO DA PORTARIA N° 486/2019

PORTARIA Nº 486, DE 27 DE JUNHO DE 2019.

EXONERA A SENHORA MARIELE FERREIRA DE ARRUDA LIMA DO CARGO DE CHEFE DE NUCLEO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

EXTRATO DA PORTARIA N° 487/2019

PORTARIA Nº 487, DE 27 DE JUNHO DE 2019.

EXONERA A SENHORA RAQUEL DA COSTA RODRIGUES CAMPOS DO CARGO DE COORDENADORA DE MANUTENÇÃO E SERVIÇOS GERAIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

EXTRATO DA PORTARIA N° 488/2019

PORTARIA Nº 488, DE 27 DE JUNHO DE 2019.

EXONERA A SENHORA ANDREIA QUEIROZ DA SILVA ARAUJO DO CARGO DE CHEFIA DE ATENÇÃO BÁSICA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

EXTRATO DA PORTARIA N° 489/2019

PORTARIA Nº 489, DE 27 DE JUNHO DE 2019.

EXONERA A SENHORA MAYRA ZUNTA DO CARGO DE CHEFIA DE ATENÇÃO BÁSICA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

EXTRATO DA PORTARIA N° 490/2019

PORTARIA Nº 490, DE 27 DE JUNHO DE 2019.

EXONERA A SENHORA ELAINE APARECIDA DE LIMA DO CARGO DE GERENTE DE REGULAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

EXTRATO DA PORTARIA N° 491/2019

PORTARIA Nº 491, DE 27 DE JUNHO DE 2019.

EXONERA A SENHORA SONIA APARECIDA FLORES GONCALVES DO CARGO DE COORDENADORA DE ENSINO FUNDAMENTAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA.

EXTRATO DA PORTARIA N° 492/2019

PORTARIA Nº 492, DE 27 DE JUNHO DE 2019.

EXONERA O SENHOR PAULO SERGIO ZAGO FORTUNATO DO CARGO DE DIRETOR DE TRANSPORTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA.

EXTRATO DA PORTARIA N° 493/2019

PORTARIA Nº 493, DE 27 DE JUNHO DE 2019.

EXONERA A SENHORA REGIANE VICENTIN DO CARGO DE COORDENADORA DE MERENDA ESCOLAR DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA.

EXTRATO DA PORTARIA N° 494/2019

PORTARIA Nº 494, DE 27 DE JUNHO DE 2019.

EXONERA A SENHORA MARGARETE CEZAR DO CARGO DE COORDENADORA DE INFORMÁTICA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA.

EXTRATO DA PORTARIA N° 495/2019

PORTARIA Nº 495, DE 27 DE JUNHO DE 2019.

EXONERA A SENHORA KLESIANE DOMINGUES TORRES DO CARGO DE COORDENADORA DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA.

EXTRATO DA PORTARIA N° 496/2019

PORTARIA Nº 496, DE 27 DE JUNHO DE 2019.

EXONERA O SENHOR JULIO CESAR TOMAZI DO CARGO DE DIRETOR DE ESCRITURAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA.

EXTRATO DA PORTARIA N° 497/2019

PORTARIA Nº 497, DE 27 DE JUNHO DE 2019.

EXONERA O SENHOR JESSE RODRIGUES DE OLIVEIRA DO CARGO DE ASSESSOR DE GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA.

EXTRATO DA PORTARIA N° 498/2019

PORTARIA Nº 498, DE 27 DE JUNHO DE 2019.

EXONERA A SENHORA ANA LUIZA CARAMORI DE LEMOS DO CARGO DE COORDENADORA DE ESCRITURAÇÃO E REGISTRO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA.

EXTRATO DA PORTARIA N° 499/2019

PORTARIA Nº 499, DE 27 DE JUNHO DE 2019.

EXONERA A SENHORA VIVIANY LEITE DA SILVA ALEXANDRINO DO CARGO DE COORDENADORA DO ABRIGO CASA E ACONCHEGO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
NOTIFICAÇÃO

PROGRAMA MUNICIPAL DE AUXÍLIO TRANSPORTE - ANO 2019.

EDITAL Nº 001 DE 28 DE JANEIRO DE 2019.

REF.: **OMISSÃO DE INFORMAÇÕES QUANTO A FREQUENCIA ESCOLAR.**

NOTIFICANTE: **COMISSÃO PERMANENTE DE SELEÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO PROGRAMA MUNICIPAL DE AUXÍLIO TRANSPORTE.**

NOTIFICADOS(A):

- CATIELLEN FERREIRA DOS SANTOS, CPF: 025.066.061-06;

- DAMARYS LIMA DA CUNHA, CPF: 046.531.231-44;

- EDIANY MAIRA FLORIANO DE ARAUJO, CPF: 051.605.501-19;

- EDILENE COUTO DE JESUS DOS SANTOS, CPF: 031.745.401-35;

- FERNANDA KAROLINE AMORIM, CPF: 017.548.011-70;

- GISLENE DA SILVA RODRIGUES, CPF: 056.237.081-10;

- JEOVANI PATRICIO DOS SANTOS, CPF: 003.648.731-75;

- NAYREANE NOBRE DE MOURA, CPF: 054.596.861-56;

- NERIAS LIMA DA CUNHA, CPF: 044.341.711-35;

- PATRÍCIA DOS SANTOS OLIVEIRA, CPF: 033.602.821-08;

- RAYSSA DA SILVA PEDROSO, CPF: 021.250.391-09;

- SARA GONÇALVES MARQUES, CPF: 060.917.151-86;

- STEFANY PIVA, CPF: 062.435.021-55;

Em cumprimento aos dispositivos do Edital Nº 001 de 28 de janeiro de 2019 do Programa Municipal de Auxílio Transporte, ficam Vossas Senhorias **NOTIFICADOS** da omissão de informações quanto a frequência escolar mínima de 75% (setenta e cinco por cento) referente ao **PRIMEIRO SEMESTRE DE 2019**, ante a não apresentação de qualquer atestado ou comprovante de frequência tempestivamente.

As condutas praticadas pelos estudantes beneficiados, em tese, configuram a inobservância das obrigações estabelecidas e detalhadas no item 11 do Edital de Abertura, *verbis*:

"O candidato estudante que for beneficiado pelo Programa Municipal de Auxílio Transporte deverá obter frequência escolar mínima de 75% (setenta e cinco por cento) no semestre correspondente a este Edital, comprovada através de Atestado de Frequência emitido pela Instituição de Ensino, no período de 27 de Maio de 2019 até 07 de Junho de 2019, que deverá ser entregue até o dia 07 de Junho de 2019 no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), localizado na rua Amazonas nº 210, Bairro São Lourenço, no horário de expediente da referida unidade administrativa, sob pena de não receber o benefício referente ao mês de Novembro, podendo ainda, sofrer as sanções previstas no item 12.5."

Ressalta-se que a situação acima narrada enseja a aplicação de diversas penalidades, contidas no item 12.5 do Edital de Abertura:

*"**12.5.** Os estudantes beneficiários que receberem auxílio transporte indevidamente, seja por desistência, evasão e afastamento não comunicados, omissão de informações, fraude ou qualquer situação que implique na falta ou perda dos requisitos deste Edital, que torne o beneficiário inapto a receber o auxílio transporte, serão submetidos a procedimento instaurado pela Comissão Permanente de Seleção e Acompanhamento do Programa Municipal de Auxílio Transporte, e uma vez **comprovada a irregularidade o estudante beneficiado deverá restituir ao Município de Campo Verde os valores recebidos indevidamente, por meio de Documento de Arrecadação Municipal (DAM)**, bem como, além da exclusão imediata, poderá ficar impedido de participar do próximo semestre do Programa Municipal de Auxílio Transporte."*

Considerando que os notificados não apresentaram qualquer atestado ou comprovante de frequência, **NOTIFICO** vossas senhorias para apresentar, **no prazo de 10 (dez) dias**, a contar da publicação deste ato, JUSTIFICATIVA PELA OMISSÃO DE INFORMAÇÕES E DOCUMENTAÇÃO COMPROVANDO A FREQUÊNCIA ESCOLAR, sob pena de serem submetidos a procedimento instaurado para averiguar possíveis irregularidades. Outrossim, ficam os mesmos **IMPEDIDOS** de participarem do próximo semestre do Programa Municipal de Auxílio Transporte.

Para apresentar a justificativa supramencionada os estudantes notificados deverão preencher o FORMULÁRIO DE JUSTIFICATIVA, conforme Anexo I, juntamente com ATESTADO OU COMPROVANTE DE FREQUÊNCIA, e protocolá-lo no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), localizado na rua Amazonas nº 210, Bairro São Lourenço, de segunda a sexta-feira das 07h (sete horas) às 11h (onze horas) no período matutino e das 13h (treze horas) às 17h (dezessete horas) no período vespertino, considerado para tanto, o horário oficial do Estado do Mato Grosso.

Informamos ainda, que esta notificação será publicada no Diário Oficial dos Municípios, através da qual consideramos vossas senhorias **NOTIFICADOS** a partir da referida publicação.

Campo Verde-MT, 09 de julho de 2019.

ANADABILI SELLER DE MORAES

Secretaria Municipal de Educação

FERNANDA REIS

Secretaria Municipal de Assistência Social

JOAO PAULO RODRIGUES ZAGO

Secretaria Municipal de Administração

SUZANNE PANERAI SCHMIDT

Secretaria Municipal de Finanças

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE PREGÃO 073/2019

A Prefeitura Municipal de Campo Verde, através da Comissão de Licitação, torna público o **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇO DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE CAIXA D'ÁGUA**, na modalidade pregão (presencial) **n° 073/2019** a se realizar no dia **22/07/2019, as 08hr30-min,** na sede da Prefeitura Municipal de Campo Verde. Retirada do edital www.campoverde.mt.gov.br. Para esclarecimentos: e-mail compras@campoverde.mt.gov.br ou telefone (66) 3419-1244. Em conformidade com a legislação vigente. Campo Verde - MT, 09 de julho de 2019.

Leila Gubert

Pregoeira

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EXTRATO DO TERMO DE COOPERAÇÃO

COOPERANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE, inscrito no CNPJ nº. 24.950.495/0001-88

COOPERADA: ASSOCIAÇÃO DOS FEIRANTES DO MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE – AFECAMPO, inscrita no CNPJ sob nº 06.128.737/0001-70

Objeto: O presente Termo de Cooperação tem por objetivo a cooperação recíproca para custear parcialmente a realização da 1ª Festa do Milho de Campo Verde, no intuito de estimular o Turismo local.

Vigência: O prazo de vigência do presente instrumento será de 26 de junho de 2019 até 04 de julho de 2019.

Assinatura: Campo Verde/MT, 25 de junho de 2019.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PORTARIA Nº 563, DE 08 DE JULHO DE 2019.

PORTARIA Nº 563, DE 08 DE JULHO DE 2019.

SUBSTITUI MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA DE CAMPO VERDE-MT – BIÊNIO 2018/2020.

FÁBIO SCHROETER, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º - Substituir os membros representantes das organizações da sociedade civil do **CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**, constituída pelos seguintes membros:

I – PRESIDENTE:

a) Representante Titular: **ANDRE RÉGIS TAVARES NOVAIS**, portador do RG n.º 1821590-4 SSP/MT, inscrito no CPF sob n.º 018.248.341-01, Endereço: Rua Juína, n.º 680, Bairro Chácara das Uvas, na cidade de Campo Verde-MT, telefone: 66-99968-0496, e-mail: novaistavares@yahoo.com.br

II – VICE-PRESIDENTE:

b) Representante Titular: **HINDIANARA LUANA RODRIGUES LEITE PACHECO**, portadora do RG n.º 16428455 SSP/MT, inscrita no CPF sob n.º 016.142.931-98, Endereço: Rua Teresina, nº 210, Centro, na cidade de Campo Verde-MT, telefone: 66-3419-3516 e 66-99656-0846, e-mail: hindianaraluana@gmail.com

III – SECRETÁRIA:

c) Representante Titular: **BRUNA CRISTINA PEREIRA ABREU**, portadora do RG n.º 17343631 SSP/MT, inscrita no CPF sob n.º 044.025.901-08, Endereço: Rua Teresina, n.º 1.326, Bairro Centro, na Cidade de Campo Verde-MT, telefone: 66-99671-9584, e-mail: terraverde9@hotmail.com

IV – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE:

a) Representante Titular: **VANIA CRISTINA SANCHES FRANCESCHI**, portadora do RG n.º 6758524-0 SSP/PR, inscrita no CPF sob n.º 023.609.049-65, Endereço: Av. Mariano Cattani, n.º 622, Bairro Campo Real II, na cidade de Campo Verde-MT, telefone: 66-99901-5588, e-mail: vanchris_@hotmail.com

b) Representante Suplente: **PATRICIA MIRANDA GIUSTH**, portadora do RG n.º 1295686-4 SSP/MT, inscrita no CPF sob n.º 710.516.191-49, Endereço: Av. Rotary Internacional, n.º 334, Chácaras das Uvas, na cidade de Campo Verde-MT, telefone: 66-99981-1197, email: jiusttl7887@hotmail.com

V – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:

a) Representante Titular: **HINDIANARA LUANA RODRIGUES LEITE PACHECO**, portadora do RG n.º 16428455 SSP/MT, inscrita no CPF sob n.º 016.142.931-98, Endereço: Rua Teresina, nº 210, Centro, na cidade de Campo Verde-MT, telefone: 66-3419-3516 e 66-99656-0846, e-mail: hindianaraluana@gmail.com

b) Representante Suplente: **LUIZ RICARDO DE SOUZA**, portador do RG n.º 1819817-1 SSP/MT, inscrito no CPF sob n.º 025.456.301-52, Endereço: Rua Natal, n.º 217, Bairro Eckert, na Cidade de Campo Verde-MT, telefone: 66-98117-9816, e-mail: ricardosouza.cve@gmail.com

VI – SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER:

a) Representante Titular: **VIVIANE MODESTO RIBEIRO LORENZ**, portadora do RG n.º 2231890-9 SSP/MT, inscrita no CPF sob n.º 023.544.249-65, Endereço: Rua Dos Sulistas, n.º 263, Bairro Jupiara, nesta cidade de Campo Verde-MT, telefone: 66-99223-1717, e-mail: viviane.lorenz@hotmail.com

b) Representante Suplente: **MARIA APARECIDA SANTANA CARNEIRO ALVES**, portadora do RG n.º 1570243-0 SSP/MT, inscrita no CPF sob n.º 019.627.911-90, Endereço: Rua Pardal, n/s, Bairro São Miguel, nesta cidade de Campo Verde-MT, telefone: 66-99643-2737, e-mail: cv.alves@gmail.com

VII – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA:

a) Representante Titular: **FÁTIMA CONTI FERREIRA PINTO**, portadora do RG n.º 17954258-SSP/MT, inscrita no CPF sob n.º 810.484.759-72, Endereço: Av. Mato Grosso, n.º 811, Centro, na cidade de Campo Verde-MT, telefone: 66-99921-0458, email: fati.conti@hotmail.com

b) Representante Suplente: **FÁTIMA ADIB NAF**, portadora do RG n.º 533570 SSP/MT, inscrita no CPF sob n.º 395.077.691-53, Endereço: Av. Cuiabá, n.º 660, Centro, na cidade de Campo Verde-MT, telefone: 66-99642-1419, e-mail: fatima66adib@hotmail.com

VIII – REPRESENTANTES DAS ASSOCIAÇÔES DE ATENDIMENTO A CRIANÇA E ADOLESCENTE:

a) Representante Titular: **ANDRE RÉGIS TAVARES NOVAIS**, portador do RG n.º 1821590-4 SSP/MT, inscrito no CPF sob n.º 018.248.341-01, Endereço: Rua Juína, n.º 680, Bairro Chácara das Uvas, na cidade de Campo Verde-MT, telefone: 66-99968-0496, e-mail: novaistavares@yahoo.com.br

b) Representante Suplente: **SOCORRO DOS SANTOS SOUZA**, portadora do RG n.º 1.421.603 SSP/PR, inscrita no CPF sob n.º 487.880.311-87, Endereço: Rua Belo Horizonte, n.º 1003, Bairro Centro, na cidade de

Campo Verde-MT, telefone: 66-99622-5700, e-mail: socorrosantossouza@hotmail.com

IX – REPRESENTANTES DE ENTIDADES RELIGIOSAS:

a) Representante Titular: **BRUNA CRISTINA PEREIRA ABREU**, portadora do RG n.º 17343631 SSP/MT, inscrita no CPF sob n.º 044.025.901-08, Endereço: Rua Teresina, n.º 1.326, Bairro Centro, na Cidade de Campo Verde-MT, telefone: 66-99671-9584, e-mail: terraverde9@hotmail.com

b) Representante Suplente: **JOSÉ VICENTE PEREIRA**, portador do RG n.º 4444703 SSP/GO, inscrito no CPF sob n.º 594.430.491-04, endereço: Rua Uruguaiana, nº 1753, Bairro Vale do Sol, na cidade de Campo Verde-MT, telefone: 66-3419-3516, e-mail: asedjv@gmail.com

X – REPRESENTANTES DO CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE – CRC:

a) Representante Titular: **ANGELA FABIANA COPETTI BOHRER**, portadora do RG n.º 2227136-8 SSP/MT, inscrita no CPF sob n.º 550.755. 410-20, Endereço: Rua São Salvador, nº 1.368, Bairro Centro, nesta cidade de Campo Verde-MT, telefone: 66-3419-4126 e 66-99664-6226, e-mail: angelabohrer@hotmail.com

b) Representante Suplente: **CARMINI FABRIZ**, portadora do RG n.º 1228797-0 SSP/MT, inscrita no CPF sob n.º 015.033.201-70, Endereço: Rua Maceió, n.º 477, Sala 02, Bairro Centro, na cidade de Campo Verde-MT, telefone: 66-3419-5092 e 66-98411-7358, e-mail: carmini_fabriz@hotmail.com

XI – REPRESENTANTES DAS ASSOCIAÇÕES DE PAIS E MESTRES:

a) Representante Titular: **VIRGÍNIA ROBERTA BORIN**, portadora do RG n.º 300573492 SSP/SP, inscrita no CPF sob n.º 277.748.498-82, endereço: Rua Minuano, nº s/n, Bairro Chácara das Uvas, na cidade de Campo Verde-MT, telefone: 66-3419-2057, e-mail: viborim@outlook.com

b) Representante Suplente: **ADRIELLE MESQUITA DE SOUZA CAMPOS,** portadora do RG n.º 22628320 SSP/MT, inscrita no CPF sob n.º 055.759.241-06, Endereço: Rua Rondônia, nº 306, Bairro São Lourenço, na cidade de Campo Verde-MT, telefone: 66-3419-2057, e-mail: diely60@gmail.com

ARTIGO 2º - O referido Conselho tem como uma de suas atribuições garantir os Direitos da Criança e do Adolescente, conforme determina o Regimento Interno e a Lei nº 2076/2015 e suas alterações.

ARTIGO 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação; retroagindo seus efeitos a partir de 01 de Julho de 2019, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, em 01 dia do mês de Julho de 2019.

FÁBIO SCHROETER

Prefeito Municipal

Cumpra-se, registra-se e publique.

GILMAR ZITO PRATI

Secretário Municipal de Administração

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DECISÃO QUANTO A DESISTÊNCIA, EVASÃO E/OU AFASTAMENTO NÃO COMUNICADOS

PROGRAMA MUNICIPAL DE AUXÍLIO TRANSPORTE - ANO 2018.

EDITAL Nº 001 DE 09 DE FEVEREIRO DE 2018.

ESTUDANTE: **YAN PORTO SILVA, CPF: 035.389.731-05;**

Considerando que o estudante **YAN PORTO SILVA** não apresentou qualquer atestado ou comprovante de frequência, ou justificativa pela omissão de informações e documentação comprovando a frequência escolar, conforme estabelecido e detalhado no item 11 do Edital de Abertura.

Considerando o procedimento instaurado pela Comissão Permanente de Seleção e Acompanhamento do Programa Municipal de Auxílio Transporte, tendo em vista a denúncia de que o estudante não frequentou e/ou concluiu o primeiro semestre do ano de 2018, bem como, em consulta junto a Instituição de Ensino e empresa responsável pelo transporte dos estudantes, foi confirmado a veracidade da denúncia.

Considerando a inércia do mesmo quanto a Notificação expedida em 03 de Julho de 2018, e publicada em 04 de Julho de 2018.

Considerando que a situação acima narrada enseja a aplicação de diversas penalidades, contidas no item 13.5 do Edital de Abertura.

A Comissão Permanente de Seleção e Acompanhamento do Programa Municipal de Auxílio Transporte DECIDE pela aplicação da penalidade ao estudante supramencionado, onde o mesmo deverá restituir ao Município de Campo Verde os valores recebidos indevidamente, por meio de Documento de Arrecadação Municipal (DAM).

Cumpra-se, registra-se e publique.

Campo Verde-MT, 09 de julho de 2019.

ANADABILI SELLER DE MORAES

Secretaria Municipal de Educação

FERNANDA REIS

Secretaria Municipal de Assistência Social

JOAO PAULO RODRIGUES ZAGO

Secretaria Municipal de Administração

SUZANNE PANERAI SCHMIDT

Secretaria Municipal de Finanças

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE PREGÃO 067/2019 - 2ª CHAMADA

A Prefeitura Municipal de Campo Verde, através da Comissão de Licitação, torna público a segunda chamada da **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO E USO DE LICENÇA DE SOFTWARE DE GESTÃO EDUCACIONAL UNIFICADO,** na modalidade pregão (presencial) **n° 067/2019** a se realizar no dia **22/07/2019, as 14hr00min,** na sede da Prefeitura Municipal de Campo Verde. Retirada do edital www.campoverde.mt.gov.br. Para esclarecimentos: e-mail compras@campoverde.mt.gov.br ou telefone (66) 3419-1244. Em conformidade com a legislação vigente. Campo Verde - MT, 09 de julho de 2019.

Leila Gubert

Pregoeira

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE CREDENCIAMENTO N° 002/2019

A Prefeitura Municipal de Campo Verde, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público o **CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA O LABORATÓRIO HABILITADO ATRAVÉS DA QUALICITO – QUALIFICAÇÃO NACIONAL EM CITOPATOLOGIA NA PREVENÇÃO DO CÂNCER DO COLO DE ÚTERO**, na modalidade Credenciamento n° 002/2019a se realizar do dia **10/08/2019 ao dia 10/08/2020**, na sede da Prefeitura Municipal de Campo Verde. Retirada de edital www.campoverde.mt.gov.br. Para esclarecimentos: e-mail: compras@campoverde.mt.gov.br ou telefone (66) 3419-1244**.**Em conformidade com a legislação vigente em vigor. Campo Verde – MT, 09 de Julho de 2019.

FABRÍCIA RODRIGUES ZAGO

Presidente Suplente da CPL

DEPARTAMENTO JURÍDICO
DECRETO N.º 056/2019 DE 08 DE JULHO DE 2019.

DISPÕE SOBRE DIRETRIZES, NORMAS E PERÍODOS PARA A REALIZAÇÃO DE CADASTRAMENTO DE MATRICULAS DE CRITERIOS PARA DISTRIBUIÇÃO DE MATRÍCULAS NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DAS ESCOLAS URBANAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FABIO SCHROETER, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO:

O período de matriculas decorre com o estipulado na lei. A renovação de matrículas far-se-á automaticamente, no entanto, existem situações onde é necessária a intervenção da **Comissão Responsável pelo Cadastro e Distribuição de Matriculas de Escolas Municipais Urbanas,** nomeadamente, em determinadas opções.

O presente documento pretende esclarecer toda a comunidade educativa dos critérios de prioridade das matrículas quer para a Educação Infantil e Ensino Fundamental Regular:

- os princípios expressos na Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, em especial, os artigos 205 a 214;

- as Emendas Constitucionais nº 53, de 2006 e nº 59 de 2009;

- a Lei Federal nº 13.005 de 2014, que Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências;

- a Lei Estadual nº. 10.111, de 06 de junho de 2014, que aprova o Plano Estadual – PEE e dá outras providencias;

- a Lei Municipal Nº 2.102 de junho de 2015, que aprova o Plano Municipal de Educação – PME e dá outras providencias;

- a Lei nº 11.494, de 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB;

- as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, estabelecidas pela Lei Federal nº 9.394, de 1996;

- o disposto na Resolução CNE/CEB nº 04, de 2010, que define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica;

- o Decreto nº 44.415, de 2004, que dispõe sobre as diretrizes para a Política de Atendimento a Crianças, Adolescentes, Jovens e Adultos com Necessidades Educacionais Especiais no Sistema Municipal de Ensino e alterações posteriores;

- a necessidade de otimizar os espaços físicos disponíveis nas Unidades Educacionais;

- a conveniência de assegurar o atendimento nos estabelecimentos mais próximos à residência dos alunos;

- a necessidade de bem informar e esclarecer as famílias sobre todas as questões que envolvem o atendimento dos alunos nas escolas da rede pública, facilitando o processo de inclusão e permanência;

- a política educacional de atendimento à demanda de forma contínua e transparente.

- PORTARIA Nº 415/15/GS/SEDUC/MT. Dispõe sobre os critérios para Composição de Turmas das Unidades Escolares da Rede Estadual de Ensino.

RESOLVE:

I - DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º - A matrícula e transferência das (os) crianças/educandos nas Escolas Municipais Urbanas obedecerão ao contido no presente Decreto, que tratadaRegulamentação do Cadastro para a Distribuição de Matriculas das Escolas Urbanas de Campo Verde Cadastro/Lista de Espera e chamada escolar para as escolas municipais urbanas.

Parágrafo Único – Será assegurada, nas Escolas Municipais Urbanas e, que a matrícula de todo e qualquer educando será realizada nas classes comuns, sendo reconhecida, considerada, respeitada e valorizada a condição humana, ficando vedada qualquer forma de discriminação.

Art. 2º - O atendimento à demanda será definido por endereço residencial ou para a Educação Infantil, considerando o conjunto das características de atendimento das necessidades da população local.

§ 1º - No caso de endereço inválido será considerado aquele registrado na Unidade Escolar de origem para fins de ingresso na Educação Infantil.

Art. 3º - Para garantia do atendimento à demanda, a matrícula em todas as etapas/modalidades de ensino somente se efetivará após a adoção dos procedimentos de cadastramento e compatibilização automática tanto para a Educação Infantil como para o Ensino fundamental.

Art. 4º - O planejamento e a definição das vagas iniciais para matrícula observarão aos procedimentos estabelecidos para as escolas municipais urbanas devendo ser incluídas, no Sistema Integrado, todas as vagas definidas após realizada a rematrículas dos alunos.

Art. 5º - A matrícula nas Escolas Municipais Urbanas obedecerá ao cronograma específico para educação Infantil e Ensino Fundamental, na conformidade do contido no Anexo Único, parte integrante desta Portaria.

Art. 6º - A partir da publicação deste Decreto, o acesso as vagas das Escolas Municipais Urbanas deverá observar os seguintes critérios de prioridade:

I – o responsável pela criança deverá ser morador (a) de Campo Verde;

II – criança em situação de vulnerabilidade psicossocial;

III – a criança e seus pais e/ou responsável deverão residir na área de atendimento da escola.

Art. 7º - Compete a SMEC que realizará o cadastramento das matriculas novas das unidades escolares:

I - preparar as secretarias escolares para acolher, orientar e informar as famílias de forma clara sobre as questões Escolas Municipais Urbanas que envolvem o direito de matrícula das (os) crianças/educandos observados os critérios de excelência no atendimento ao cidadão usuário dos serviços públicos da cidade;

II - comunicar os procedimentos necessários para efetivação da matrícula aos pais ou responsáveis, no momento do cadastramento do educando;

III - zelar pela fidedignidade na coleta de informações e registro dos documentos, na correção dos dados necessários ao cadastramento e matrícula, de modo a evitar duplicidades ou registros incompletos, bem como possibilitar o envio da documentação para as unidades escolares.

Art. 8º - Nas Escolas Municipais Urbanas, a matrícula será efetivada pelos pais ou responsáveis legais.

Parágrafo Único - Na existência de vagas remanescentes no decorrer do ano letivo, a compatibilização automática e matrícula deverão ser realizadas de forma ininterrupta.

Art. 9º - Na hipótese de desistência de vaga disponível em Unidade Educacional próxima à residência da (o) criança/educando para indicação de unidade preferencial distante a partir de 2 km, seus pais e/ou responsáveis deverão ter ciência expressa de que concorrerão somente às vagas daquela Unidade e não farão jus ao Transporte Escolar Municipal Gratuito.

Art. 10º - Para a Educação Infantil e Ensino Fundamental das Escolas Municipais Urbanas, o processo de compatibilização automática da demanda cadastrada deverá considerar:

I - a demanda registrada no Sistema Integrado (cadastro e lista de espera fornecidas pelas Escolas Municipais Urbanas);

II - as vagas existentes nas Unidades Educacionais de cada distrito/setor.

III – respeitar a ordem que está na lista.

Art. 11º - As rematrículas deverão ser efetivadas na perspectiva da garantia da continuidade de atendimento às (aos) crianças/educandos frequentes no ano anterior, conforme consta no Anexo Único deste Decreto.

Parágrafo Único - Na impossibilidade de atendimento na mesma Unidade Educacional, a Equipe de Cadastramento deverá garantir a continuidade de estudos em Unidade Educacional próxima ao endereço residencial.

Art. 12º - Na ocasião da matrícula deverão ser confirmados todos os dados necessários para a formalização da matrícula, com atualização no Sistema Integrado, a fim de viabilizar o atendimento aos diferentes programas da SMEC.

Art. 13º - Fica vedado o condicionamento da matrícula ou rematrícula ao pagamento de taxa de contribuição à Associação Pais e Mestres ou equivalente; ou qualquer exigência de ordem financeira e material, inclusive aquisição de uniforme, material escolar ou carteira de identidade escolar.

Art. 14º - O Cadastramento para matrícula para as vagas das Escolas Municipais Urbanas, terá caráter permanente, e será realizado durante todo o ano, com o preenchimento da Ficha de Cadastro de Educação Infantil Lista de Espera do Ensino Fundamental e imediata transferência dos dados para o Sistema Integrado da SMEC, com impressão e entrega ao pai/mãe ou responsável, de protocolo que conterá o número oficial de inserção no Cadastro de Matrícula.

§1º Na impossibilidade de transferência imediata dos dados da "Ficha de Cadastro de Educação Infantil" para o Sistema Integrado, as Unidades Educacionais terão prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas para efetivá-lo.

§2º No ato do cadastramento, a Equipe de Cadastramento deverá informar ao (a) pai/mãe ou responsável quanto às regras da compatibilização, o acompanhamento do cadastro, as formas de convocação para a matrícula, bem como os prazos para sua efetivação.

§3º Deverá ser registrada na ficha de cadastro e no Sistema Integrado da SMEC se o candidato possui irmão em idade escolar matriculado em escola municipal.

§4º No prazo máximo de 4 (quatro) dias úteis a partir do surgimento da vaga, a Unidade Escolar de destino da matrícula será responsável por convocar o (a) pai/mãe ou responsável pela criança para a efetivação da matrícula.

§5º No caso de não existir interesse da família na vaga oferecida, a desistência deverá ser formalizada pelo pai/mãe ou responsável, na unidade onde a vaga foi disponibilizada pelo Sistema Integrado, observado o prazo máximo de 04 (quatro) dias a partir da convocação, conforme disposto no parágrafo anterior.

§6º Havendo solicitação da família, caberá à Unidade cadastrar, imediatamente, a desistência da vaga no Sistema Integrado bem como realizar posterior registro da indicação de escola específica.

§7º Na hipótese prevista no parágrafo anterior, o cadastro manterá a mesma ordem de protocolo passando, entretanto, a ser considerado, exclusivamente, para vaga disponível na escola indicada pela família.

§8º Decorrido o prazo de 10 (dez) dias da data de encaminhamento, o cadastro será desativado automaticamente pelo Sistema Integrado, inclusive nos casos de não comparecimento do pai/mãe ou responsável pela criança.

§ 9º Os documentos que comprovem a convocação do responsável para a matrícula e a formalização da desistência da vaga oferecida deverão permanecer arquivados por 01 (um) ano na Unidade Educacional e deverão ser apresentados às autoridades educacionais, sempre que solicitados.

§ 10º Para as vagas do Ensino Fundamental os nomes que constam na Lista de Espera do ano de vigente serão convertidos em Cadastro para o Ensino Fundamental.

Art. 15º - Nas Escolas Municipais Urbanas o cadastramento da demanda será realizado mediante apresentação dos seguintes documentos:

I - documento de Identidade da criança (Certidão de Nascimento ou RG);

II - CPF do pai, mãe ou responsável.

III - comprovante de endereço no nome dos pais ou responsável legal pela criança a ser inscrita da seguinte forma: contas de água, luz, telefone fixo e/ou contrato de locação com firma reconhecida.

V – Após a matricula de todas as crianças das listas de espera e se houver vagas a Unidade Escolar poderá disponibilizar vagas para compor seu times de atletas para crianças de outras regiões/setor, desde que a mesma permaneça no time.

§ 1º - Na falta de um ou mais documentos mencionados no caput deste artigo, os responsáveis serão orientados quanto à obtenção do documento e apresentação do mesmo para a efetivação da matricula na Unidade Escolar.

§ 2º - Na data do cadastramento, a Equipe de Cadastramento deverá registrar, de imediato, o recebimento no Sistema e expedir o Protocolo definitivo, válido a partir da data original do cadastramento.

§ 3º - Expirado o prazo referido no § 1º deste artigo, o cadastro que remanescer pendente será desativado automaticamente pelo Sistema Integrado.

Art. 16º - O atendimento à demanda será definido por setor educacional, considerando o conjunto das características e necessidades da população local e a garantia da inclusão de crianças com deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento-TGD e altas habilidades/superdotação.

§ 1º - Compete à Equipe de Cadastramento responsável a orientação aos pais/mães ou responsáveis pela criança com deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento-TGD e altas habilidades/superdotação, quanto ao direito de atendimento prioritário, que deve ser expressamente solicitado, acompanhado de documento comprobatório da condição.

Art. 17º - A partir do cadastro, o processo de matrícula terá início com a compatibilização automática das vagas, pelo Sistema Integrado e efetivação da matrícula em cada Unidade de Educação.

§ 1º - Para efetivação da matrícula, a Direção da Unidade Educacional deverá providenciar o preenchimento imediato da "Ficha de Matrícula", determinar o momento oportuno para o preenchimento da "Ficha de Saúde" e a "Ficha de Informações Complementares", no caso de aluno com deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento-TGD e altas habilidades/superdotação para a entrega dos documentos abaixo relacionados, respeitando o prazo estabelecido na legislação vigente:

a) documento de Identidade da criança (Certidão de Nascimento, RG);

b) comprovante de endereço no nome do pai/mãe ou responsável legal;

c) CPF do pai, mãe ou responsável;

d) carteira de vacinação atualizada;

e) cartão do Programa Bolsa-Família;

f) cartão família;

g) cartão SUS.

§ 2º O encaminhamento para matrícula dar-se-á pela ordem cronológica de cadastramento, observada a correta acomodação nos agrupamentos/turmas, ressalvada os casos de determinação legal.

Art. 18º – O atendimento à demanda de crianças de 01 (um) a 3 (três) anos de idade deverá considerar critérios socioeconômicos e a legislação vigente, como prioridade para o acesso à vaga de educação infantil, conforme os itens abaixo:

I- Crianças com Necessidades Educativas Especiais de carácter permanente, de acordo com Decreto nº 44.415, de 2004.

II - Cumulativamente, e como forma de desempate em situações de igualdade, devem ser observadas as seguintes prioridades:

a) - Crianças com irmãos matriculados e frequentando o estabelecimento de educação pretendido, subentendendo-se por estabelecimento.

b) - Crianças cujos pais ou encarregados de educação residam, comprovadamente, na área de influência do estabelecimento de educação pretendido, ordenadas nos termos previstos na Portaria 432/2014.

Art. 19º - No Cadastro de Matrícula das crianças, Escolas Municipais Urbanas, disponibilizado pela Secretaria Municipal de Educação e organizado por ordem cronológica de cadastro - número do Protocolo Definitivo, constam os seguintes dados:

I - data da inscrição no Sistema Integrado;

II - setor em que o cadastrado aguarda atendimento;

III - indicação de Unidade Educacional específica, conforme Inciso III do artigo 6º deste Decreto;

IV - indicação de residência no município;

V - indicação de prioridades de atendimento.

Parágrafo Único – As listagens constantes do Cadastro de Matrícula/ Lista de Espera do Ensino Fundamental serão atualizadas contendo as informações relativas ao atendimento realizado no mês imediatamente anterior e possibilitando o acompanhamento da acomodação gradativa da demanda.

Art. 20º - Consolidado o registro do Cadastro, através do protocolo definitivo, este passa a ser caracterizado como demanda cadastrada da Educação Infantil no Município, para todos os fins.

Art. 21º – Os agrupamentos nas Creches e Educação Infantil deverão ser formados conforme Resolução Nº. 002/2015 do CEE/MT no seu Art. 25:

"Art. 25. As turmas serão organizadas levando-se em conta a proposta pedagógica, recomendando-se, no geral, a seguinte relação mínima professor/estudante:

I. crianças de 0 a 1 ano - de 4 a 6 estudantes: 1 professor;

II. crianças de 1 ano - de 6 a 8 estudantes: 1 professor;

III. crianças de 2 anos - de 8 a 10 estudantes: 1 professor;

IV. crianças de 3 anos - de 10 a 12 estudantes: 1 professor;

V. crianças de 4 e 5 anos - de 15 a 20 estudantes: 1 professor.

Parágrafo único. Caberá às Unidades de Ensino atribuir a profissional de educação docente ou não docente o apoio e o acompanhamento às turmas de Educação Infantil em qualquer idade"

§7º Excepcionalmente considerando a necessidade de atendimento da demanda cadastrada, respeitada a capacidade física das salas, as turmas de Infantil I e II poderão ser formadas em proporções diferentes, conforme decisão da SMEC e as APMS das Unidades Escolares.

§ 8º -A composição das turmas será feita com base no número de alunos, obedecendo aos critérios:

I - no Ensino Fundamental:

a) 1º ano ao 3 º ano - de no mínimo 23 (vinte e três) a 25 (vinte e cinco);

b) 4º anos e 5º anos - de no mínimo 25 (vinte e cinco) a 27 (vinte sete) alunos;

c) 6º ano ao 9º anos - de no mínimo 27 (vinte e sete) a 30 (trinta) alunos;

§ 9ºNas unidades escolares do Ensino Regular, a inclusão de alunos *com Deficiência* será no máximo 02 (dois) alunos devidamente matriculados, para compor uma turma de 20 (vinte) alunos.

§ 10º - Diferentes formas de organização dos grupos, previstas no Projeto Político-Pedagógico da Unidade Educacional, não devem implicar em diminuição no atendimento à demanda.

Art. 22º – Os educandos matriculados nas turmas das Escolas Municipais Urbanas que mudarem de endereço residencial durante o ano letivo, cuja nova residência inviabilize a permanência na Unidade de matrícula, poderá solicitar transferência para outra Unidade Educacional e deverá aguardar a liberação da vaga.

§ 1º Após solicitação expressa da transferência pelo (a) pai/mãe ou responsável, a Unidade Educacional de origem deverá modificar o endereço residencial do educando e alterar imediatamente o status da criança no Sistema Integrado para "em transferência".

§ 2º A solicitação para nova vaga deverá ser realizada pelo pai/mãe ou responsável na Unidade Educacional próxima ao novo endereço com a reativação do cadastro.

§ 3º Após a compatibilização para nova vaga, a matrícula na Unidade Educacional de origem terá baixa automática quando da efetivação da matrícula no Sistema Informatizado, com alteração do status da matrícula para "transferido", disponibilizando a vaga da Unidade Educacional de origem para a compatibilização automática.

Art. 23º - Após a rematrícula e matrículas novas, as vagas remanescentes deverão ser oferecidas para acomodação dos educandos matriculados em Unidades distantes de sua residência, desde que pertençam em ruas próximas ao perímetro de atendimento da unidade escolar.

Art. 24º - A matrícula será cancelada quando houver solicitação expressa do (a) pai/mãe ou responsável legal ou após 15 (quinze) dias de faltas consecutivas, sem justificativa, esgotadas e registradas todas as possibilidades de contato com a família.

Parágrafo Único – A situação descrita no caput deste artigo deverá ser aplicada inclusive para os alunos com o status "em transferência".

Art. 25º - Na hipótese prevista no artigo anterior, compete ao Diretor da Unidade Educacional a utilização das opções próprias do Sistema Integrado para registro da baixa de matrícula, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis.

II - DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 26º - Compete à SMEC:

I - orientar e garantir, por meio da Equipe Encarregada da Distribuição de Matrículas das Escolas Municipais Urbanas de Campo Verde e da Direção Escolar e Secretários Escolares, todo o processo de rematrícula, cadastramento e matrícula nas Escolas Municipais Urbanas;

II - orientar e acompanhar o registro das matrículas no Sistema Integrado em decorrência do processo de compatibilização automática das vagas existentes, observados os prazos estabelecidos constantes do Anexo Único desta Portaria;

III - monitorar o processo de cadastramento e efetivação de matrículas da Rede Municipal nas Unidades Urbanas, em conformidade com as disposições legais vigentes;

IV - orientar as Unidades Educacionais quanto aos corretos registros no Sistema Integrado para cadastro, efetivação das matrículas e as movimentações durante o ano letivo;

V - realizar ampla divulgação do processo de cadastramento e matrícula no âmbito local;

VI - analisar e validar os relatórios de compatibilização automática da demanda da Educação Infantil cadastrada no Sistema Integrado, para matrícula imediata dos cadastrados em uma das escolas da Rede Pública Municipal;

VII - acompanhar e assegurar o atendimento à totalidade da demanda da Escolas Municipais Urbanas, dos candidatos sem vaga pública, durante todo o ano letivo, inclusive contatando os Diretores Escolares, se necessário;

VIII - garantir a efetivação das matrículas no Sistema Integrado para todas as compatibilizações dos candidatos das Escolas Municipais Urbanas.

Art. 27º - Os casos não previstos nesta Portaria serão resolvidos pelaComissão Responsável pelo Cadastro e Distribuição de Matriculas dasEscolas Municipais Urbanas, ouvida a Secretaria Municipal de Educação.

Art. 28º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde–MT, em 08 de Julho de 2019.

FÁBIO SCHROETER

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE PREGÃO 077/2019

A Prefeitura Municipal de Campo Verde, através da Comissão de Licitação, torna público a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO E USO DE LICENÇA DE SOFTWARE DE GESTÃO EDUCACIONAL UNIFICADO,** na modalidade pregão (presencial) **n° 077/2019** a se realizar no dia **23/07/2019, as 13hr30min,** na sede da Prefeitura Municipal de Campo Verde. Retirada do edital www.campoverde.mt.gov.br. Para esclarecimentos: e-mail compras@campoverde.mt.gov.br ou telefone (66) 3419-1244. Em conformidade com a legislação vigente. Campo Verde - MT, 09 de julho de 2019.

Leila Gubert

Pregoeira

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
RESULTADO DA CONCORRÊNCIA Nº 002/2019

A Prefeitura Municipal de Campo Verde-MT, através da Comissão Permanente de Licitação - CPL, torna público o resultado da Concorrência Pública Nº 002/2019, cujo objeto é a CONCESSÃO ONEROSA DE USO PARA EXPLORAÇÃO COMERCIAL DE ESPAÇOS PÚBLICOS NO MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE – MT: ENNILY CRISTIELI DE OLIVEIRA MORO 06629287177, CNPJ 34.040.987/0001-90, sagrou-se vencedora do LOTE 01 (Quiosque 02 – Praça João Paulo II), com a proposta de 400 UPFCV, que corresponde a R$ 824,00 (oitocentos e vinte e quatro reais). O lote 02 (Quiosque da Área de Lazer Recanto do Sol) resultou em fracassado. Campo Verde, 09 de julho de 2019. Fabrícia R. Zago – CPL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO

ERRATA TERMO DE RETIFICAÇÃO DA RESOLUÇÃO Nº 016/2018/ CMS DE 29 DE OUTUBRO DE 2018

O Vice-Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais torna público a RETIFICAÇÃO da Resolução nº 016/2018/CMS, de 29 de outubro de 2018, que dispõe sobre o Plano Municipal de Educação Permanente em Saúde 2018-2021, referente a 10ª Reunião Ordinária, apresentado na Reunião Extraordinária do dia 11/06/2019 e aprovado pelo Pleno do Conselho Municipal de Saúde, sendo:

Onde se lê:	Leia-se:
Resolução nº 016/2018/CMS de 29 de outubro de 2018	Resolução nº 015/2018/CMS de 29 de outubro de 2018

Permanecendo inalterados e ratificados os demais dispositivos constantes na Resolução.

Registre-se e publique-se.

Campos de Júlio – MT, 27 de junho de 2019.

KESSON ALVES DE CARVALHO

Vice-Presidente do Conselho Municipal de Saúde

ERRATA

TERMO DE RETIFICAÇÃO DA ATA Nº 10/2018 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 29 DE OUTUBRO DE 2018

O Vice-Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais torna público a RETIFICAÇÃO da Ata nº 10/2018 da Reunião Ordinária, de 29 de outubro de 2018, apresentado na Reunião Extraordinária do dia 11/06/2019 e aprovado pelo Pleno do Conselho Municipal de Saúde, sendo:

Linha	Onde se lê:	Leia-se:
216	Resolução nº 016/2018	Resolução nº 015/2018/CMS

Permanecendo inalterados e ratificados os demais dispositivos constantes na Resolução.

Registre-se e publique-se.

Campos de Júlio – MT, 27 de junho de 2019.

KESSON ALVES DE CARVALHO

Vice-Presidente do Conselho Municipal de Saúde

ERRATA

TERMO DE RETIFICAÇÃO DA RESOLUÇÃO Nº 015/2018/CMS

DE 29 DE NOVEMBRO DE 2018

O Vice-Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais torna público a RETIFICAÇÃO da Resolução nº 015/2018/CMS, de 29 de novembro de 2018, que dispõe sobre a alteração da Equipe Multidisciplinar de Aconselhamento para Realização de Laqueadura Tubária e Vasectomia no município de Campos de Júlio, referente a 03ª Reunião Extraordinária, apresentado na Reunião Extraordinária do dia 11/06/2019 e aprovado pelo Pleno do Conselho Municipal de Saúde, sendo:

Onde se lê:	Leia-se:
Resolução nº 015/2018/CMS de 29 de novembro de 2018	Resolução nº 016/2018/CMS de 29 de novembro de 2018

Permanecendo inalterados e ratificados os demais dispositivos constantes na Resolução.

Registre-se e publique-se.

Campos de Júlio – MT, 27 de junho de 2019.

KESSON ALVES DE CARVALHO

Vice-Presidente do Conselho Municipal de Saúde

ERRATA

TERMO DE RETIFICAÇÃO DA ATA Nº 03/2018 DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 29 DE NOVEMBRO DE 2018

O Vice-Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais torna público a RETIFICAÇÃO da Ata nº 03/2018 da Reunião Extraordinária, de 29 de novembro de 2018, apresentado na Reunião Extraordinária do dia 11/06/2019 e aprovado pelo Pleno do Conselho Municipal de Saúde, sendo:

Linha	Onde se lê:	Leia-se:
80	Resolução nº 015/2018	Resolução nº 016/2018/CMS

Permanecendo inalterados e ratificados os demais dispositivos constantes na Resolução.

Registre-se e publique-se.

Campos de Júlio – MT, 27 de junho de 2019.

KESSON ALVES DE CARVALHO

Vice-Presidente do Conselho Municipal de Saúde

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO "SRP" Nº 013/2019

A Prefeitura Municipal de Campos de Júlio - MT torna público que realizará licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, sob o nº 013/2019, pelo SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, com a finalidade de **registrar preços para aquisições futuras e parceladas de tintas para demarcação viária.**, cujas especificações detalhadas encontram-se no Edital e seus anexos, disponíveis no endereço: www.bll.org.br "Acesso Identificado no link - licitações" e no site www.camposdejulio.mt.gov.br.

A abertura da disputa de preços está marcada para o dia 23/07/2019, às 09h00 (nove horas) do horário Brasília (DF).

Campos de Júlio - MT, 09 de julho de 2019.

Marcelo José Batista dos Santos Lino

Pregoeiro Oficial

Decreto nº 006/2018

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL "SRP" Nº 028/2019

A Prefeitura Municipal de Campos de Júlio - MT torna público que estará realizando licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, sob o nº 028/2019, pelo SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, com a finalidade de registrar preços para aquisições futuras e parceladas de Materiais Elétricos para Iluminação Pública, cujas especificações detalhadas encontram-se no Edital e seus anexos.

A abertura está marcada para o dia **22/07/2019**, às **08h00 (horas)** do horário local, no Departamento de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Campos de Julio - MT, situado à Av. Valdir Masutti, 779-W, Bairro Bom Jardim.

Os interessados poderão adquirir o Edital e seus anexos no Departamento de Licitação da Prefeitura Municipal de Campos de Julio – MT, de segunda à sexta, das 07h00 às 11h00 e das 13h00 às 17h00, ou no site www.camposdejulio.mt.gov.br. Informações através do fone (65) 3387-2800 e do e-mail licitacao2@camposdejulio.mt.gov.br, licitacao3@camposdejulio.mt.gov.br

Campos de Júlio - MT, 09 de julho de 2019.

Marcelo José Batista dos Santos Lino - Pregoeiro

Decreto nº 006/2018

ERRATA TERMO DE RETIFICAÇÃO DA RESOLUÇÃO Nº 005/2019/ CMS DE 21 DE FEVEREIRO DE 2019

O Vice-Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais torna público a RETIFICAÇÃO da Resolução nº 005/2019/CMS, de 21 de fevereiro de 2019, que dispõe sobre a baixa dos patrimônios e inclusão em leilão de bens, referente a 1ª Reunião Extraordinária, apresentado na Reunião Extraordinária do dia 11/06/2019 e aprovado pelo Pleno do Conselho Municipal de Saúde, sendo:

Onde se lê:	Leia-se:
Resolução nº 005/2019/CMS	Resolução nº 002/2019/CMS de 04 de fevereiro de 2019.
Campos de Júlio – MT, 21 de fevereiro de 2019.	Campos de Júlio – MT, 04 de fevereiro de 2019.

Permanecendo inalterados e ratificados os demais dispositivos constantes na Resolução.

Registre-se e publique-se.

Campos de Júlio – MT, 27 de junho de 2019.

KESSON ALVES DE CARVALHO

Vice-Presidente do Conselho Municipal de Saúde

ERRATA

TERMO DE RETIFICAÇÃO DA ATA Nº 01/2019 DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 04 DE FEVEREIRO DE 2019

O Vice-Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais torna público a RETIFICAÇÃO da Ata nº 01/2019 da Reunião Extraordinária, de 04 de fevereiro de 2019, apresentado na Reunião Extraordinária do dia 11/06/2019 e aprovado pelo Pleno do Conselho Municipal de Saúde, sendo:

Linha	Onde se lê:	Leia-se:
136	Resolução 005/2019	Resolução nº 002/2019/CMS

Permanecendo inalterados e ratificados os demais dispositivos constantes na Resolução.

Registre-se e publique-se.

Campos de Júlio – MT, 27 de junho de 2019.

KESSON ALVES DE CARVALHO

Vice-Presidente do Conselho Municipal de Saúde

ERRATA

TERMO DE RETIFICAÇÃO DA RESOLUÇÃO Nº 002/2019/CMS

DE 21 DE FEVEREIRO DE 2019

O Vice-Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais torna público a RETIFICAÇÃO da Resolução nº 002/2019/CMS, de 21 de fevereiro de 2019, que dispõe sobre a alteração da 8ª Conferência Municipal de Saúde de Campos de Júlio, referente a 2ª Reunião Extraordinária, apresentado na Reunião Extraordinária do dia 11/06/2019 e aprovado pelo Pleno do Conselho Municipal de Saúde, sendo:

Onde se lê:	Leia-se:
Resolução nº 002/2019/CMS	Resolução nº 003/2019/CMS de 15 de fevereiro de 2019.
Campos de Júlio – MT, 21 de fevereiro de 2019.	Campos de Júlio – MT, 04 de fevereiro de 2019.

Permanecendo inalterados e ratificados os demais dispositivos constantes na Resolução.

Registre-se e publique-se.

Campos de Júlio – MT, 27 de junho de 2019.

KESSON ALVES DE CARVALHO

Vice-Presidente do Conselho Municipal de Saúde

ERRATA

TERMO DE RETIFICAÇÃO DA RESOLUÇÃO Nº 003/2019/CMS

DE 21 DE FEVEREIRO DE 2019

O Vice-Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais torna público a RETIFICAÇÃO da Resolução nº 003/2019/CMS, de 21 de fevereiro de 2019, que dispõe sobre o Regimento Interno da 8ª Conferência Municipal de Saúde de Campos de Júlio, referente a 2ª Reunião Extraordinária, apresentado na Reunião Extraordinária do dia 11/06/2019 e aprovado pelo Pleno do Conselho Municipal de Saúde, sendo:

Onde se lê:	Leia-se:
Resolução nº 003/2019/CMS	Resolução nº 004/2019/CMS de 15 de fevereiro de 2019.
Campos de Júlio – MT, 21 de fevereiro de 2019.	Campos de Júlio – MT, 04 de fevereiro de 2019.

Permanecendo inalterados e ratificados os demais dispositivos constantes na Resolução.

Registre-se e publique-se.

Campos de Júlio – MT, 27 de junho de 2019.

KESSON ALVES DE CARVALHO

Vice-Presidente do Conselho Municipal de Saúde

ERRATA

TERMO DE RETIFICAÇÃO DA RESOLUÇÃO Nº 004/2019/CMS

DE 21 DE FEVEREIRO DE 2019

O Vice-Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais torna público a RETIFICAÇÃO da Resolução nº 002/2019/CMS, de 21 de fevereiro de 2019, que dispõe sobre a Comissão Organizadora da 8ª Conferência Municipal de Saúde de Campos de Júlio, referente a 2ª Reunião Extraordinária, apresentado na Reunião Extraordinária do dia 11/06/2019 e aprovado pelo Pleno do Conselho Municipal de Saúde, sendo:

Onde se lê:	Leia-se:
Resolução nº 004/2019/CMS	Resolução nº 005/2019/CMS de 15 de fevereiro de 2019.
Campos de Júlio – MT, 21 de fevereiro de 2019.	Campos de Júlio – MT, 04 de fevereiro de 2019.

Permanecendo inalterados e ratificados os demais dispositivos constantes na Resolução.

Registre-se e publique-se.

Campos de Júlio – MT, 27 de junho de 2019.

KESSON ALVES DE CARVALHO

Vice-Presidente do Conselho Municipal de Saúde

ERRATA

TERMO DE RETIFICAÇÃO DA ATA Nº 02/2019 DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 15 DE FEVEREIRO DE 2019

O Vice-Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais torna público a RETIFICAÇÃO da Ata nº 02/2019 da Reunião Extraordinária, de 15 de fevereiro de 2019, apresentado na Reunião Extraordinária do dia 11/06/2019 e aprovado pelo Pleno do Conselho Municipal de Saúde, sendo:

Linha	Onde se lê:	Leia-se:
59 e 60	Resolução nº 002/2019	Resolução nº 003/2019/CMS
60	Resolução nº 003/2019	Resolução nº 004/2019/CMS
60 e 61	Resolução nº 004/2019	Resolução nº 005/2019/CMS

Permanecendo inalterados e ratificados os demais dispositivos constantes na Resolução.

Registre-se e publique-se.

Campos de Júlio – MT, 27 de junho de 2019.

KESSON ALVES DE CARVALHO

Vice-Presidente do Conselho Municipal de Saúde

ERRATA

TERMO DE RETIFICAÇÃO DA ATA Nº 03/2019 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 04 DE ABRIL DE 2019, LISTA DE PRESENÇA E PAUTA DA REUNIÃO

O Vice-Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais torna público a RETIFICAÇÃO da Ata nº 03/2019 da Reunião ordinária, de 04 de abril de 2019, apresentado na Reunião Extraordinária do dia 11/06/2019 e aprovado pelo Pleno do Conselho Municipal de Saúde, sendo:

Linha	Onde se lê:	Leia-se:
Cabeçalho	Reunião Ordinária	Reunião Extraordinária
1	Reunião Ordinária	Reunião Extraordinária
Lista de Presença	Reunião Ordinária	Reunião Extraordinária
Pauta	Reunião Ordinária	Reunião Extraordinária

Permanecendo inalterados e ratificados os demais dispositivos constantes na Resolução.

Registre-se e publique-se.

Campos de Júlio – MT, 27 de junho de 2019.

KESSON ALVES DE CARVALHO

Vice-Presidente do Conselho Municipal de Saúde

ERRATA

TERMO DE RETIFICAÇÃO DA ATA Nº 03/2019 DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 15 DE ABRIL DE 2019, LISTA DE PRESENÇA E PAUTA DA REUNIÃO

O Vice-Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais torna público a RETIFICAÇÃO da Ata nº 03/2019 da Reunião Extraordinária, de 15 de abril de 2019, apresentado na Reunião Extraordinária do dia 11/06/2019 e aprovado pelo Pleno do Conselho Municipal de Saúde, sendo:

Linha	Onde se lê:	Leia-se:
1	Ata nº 03/2019 Reunião Ordinária	Ata nº 04/2019 Reunião Extraordinária
Lista de Presença	3ª Reunião Extraordinária	4ª Reunião Extraordinária
Pauta	3ª Reunião Extraordinária	4ª Reunião Extraordinária

Permanecendo inalterados e ratificados os demais dispositivos constantes na Resolução.

Registre-se e publique-se.

Campos de Júlio – MT, 27 de junho de 2019.

KESSON ALVES DE CARVALHO

Vice-Presidente do Conselho Municipal de Saúde

RESOLUÇÃO Nº 011/2018/CMS DE 23 DE ABRIL DE 2018.

Dispõe sobre Emenda Parlamentar Federal para Incremento Temporário de Teto Financeiro do município de Campos de Júlio.

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS DE JÚLIO, no uso de suas atribuições legais e considerando**:**

I. **Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990,** d*ispõe* sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

II. **Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990,** d*ispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e* sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

III. **Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011,** regulamenta e Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde (SUS), o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências;

IV. **Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012,** regulamenta o § 3o do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências;

CONSIDERANDOas deliberações do Conselho Municipal de Saúde de acordo com a **4ª Reunião ordinária, realizada em 23 de abril de 2018**;

RESOLVE:

Art. 1º. Aprovar a proposta n.º36000.1990772/01-800, referente a Emenda Parlamentar Federal nº 71120012, no valor de R$ 385.772,00 (trezentos

e oitenta e cinco mil, setecentos e setenta e dois reais) para **Incremento Temporário de Teto Financeiro de Média e Alta Complexidade** para o Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, Região de Saúde Sudoeste Mato-grossense.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

Campos de Júlio – MT, 23 de abril de 2018.

_____

Luciana Rossato Morais

Presidente

Conselho Municipal de Saúde

Homologação:

_____

JOSÉ ODIL DA SILVA

Prefeito Municipal

RESOLUÇÃO Nº 09/2018/CMS DE 23 DE ABRIL DE 2018.

Dispõe sobre o Termo de Compromisso n.º 5102681712191437916 (Equipamento Odontológico)

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS DE JÚLIO, no uso de suas atribuições legais e considerando**:**

I. **Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990,** d*ispõe* sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

II. **Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990,** d*ispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e* sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

III. **Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011,** regulamenta e Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde (SUS), o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências;

IV. **Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012,** regulamenta o § 3o do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências;

V. **Portaria n.º 3.389, de 12 de dezembro de 2017**, Art 8º - que estabelece que o Gestor do município habilitado ao recebimento dos recursos, nos termos da legislação que regulamentam o SUS.

CONSIDERANDOas deliberações do Conselho Municipal de Saúde de acordo com a **4ª Reunião ordinária, realizada em 23 de abril de 2017**;

RESOLVE:

Art. 1º. Aprovar **o Termo de Compromisso n.º 5102681712191437916 (Equipamento Odontológico) para o Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, Região de Saúde Sudoeste Mato-grossense**.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

Campos de Júlio – MT, 23 de abril de 2018.

_____

Luciana Rossato Morais

Presidente

Conselho Municipal de Saúde

Homologação:

_____

JOSÉ ODIL DA SILVA

Prefeito Municipal

RESOLUÇÃO Nº 010/2018/CMS DE 23 DE ABRIL DE 2018.

Dispõe sobre o Termo de Compromisso n.º 5102681712191437916 (Equipamento Odontológico)

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS DE JÚLIO, no uso de suas atribuições legais e considerando**:**

I. **Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990,** d*ispõe* sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

II. **Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990,** d*ispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e* sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

III. **Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011,** regulamenta e Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde (SUS), o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências;

IV. **Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012,** regulamenta o § 3o do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências;

V. **Portaria n.º 3.389, de 12 de dezembro de 2017**, Art. 8º - que estabelece que o Gestor do município habilitado ao recebimento dos recursos, nos termos da legislação que regulamentam o SUS.

CONSIDERANDOas deliberações do Conselho Municipal de Saúde de acordo com a **4ª Reunião ordinária, realizada em 23 de abril de 2017**;

RESOLVE:

Art. 1º. Aprovar **o Termo de Compromisso n.º 5102681712191437916 (Equipamento Odontológico) para o Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, Região de Saúde Sudoeste Mato-grossense**.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

Campos de Júlio – MT, 23 de abril de 2018.

_____

Luciana Rossato Morais

Presidente

Conselho Municipal de Saúde

Homologação:

_____

JOSÉ ODIL DA SILVA

Prefeito Municipal

RESOLUÇÃO Nº 009/2019/CMS DE 15 DE ABRIL DE 2019.

Dispõe sobre o Relatório Final da 8ª Conferência Municipal de Saúde de Campos de Júlio – MT.

O **CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS DE JÚLIO**, no uso de suas atribuições legais e considerando:

I. **Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, d**ispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e *sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá* outras providências;

II. **Lei Municipal nº 463, de 01 de junho de 2011**, institui o Fundo Municipal de Saúde – FMS e dá outras providências;

III. **Lei Municipal nº 464, de 01 de junho de 2011**, dispõe sobre a gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e dá outras providências;

IV. **Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011**, regulamenta e Lei nº 8. 080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde (SUS), o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências;

V. **Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012**, regulamenta o § 3o do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências;

VI. **Resolução nº 01 de 04 de fevereiro de 2019**, dispõe sobre a **realização 8ª Conferência Municipal de Saúde– CMS de Campos de Júlio**, alterada pela **Resolução 002/2019/CMS;**

VII. **Decreto nº 019, de 11 de fevereiro de 2019**, do Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município de Campos de Júlio, revogado pelo Decreto nº **028 de 21 de fevereiro de 2019** convoca a VIII Conferência Municipal de Saúde do município de Campos de Júlio.

VIII. **Decreto nº 9.463 de 08 de agosto de 2018**, que CONVOCA a 16ª Conferência Nacional de Saúde com o tema "Democracia e Saúde: Saúde como Direito e Consolidação e Financiamento do SUS".

IX. **Ofício Circular nº 001/2019/SGCES/MT de 13 de fevereiro de 2019** que informa sobre as Conferência Estadual e Municipais de Saúde, e delibera sobre a inclusão do tema “Saúde Mental”

CONSIDERANDOas deliberações do Conselho Municipal de Saúde de acordo com a **4ª Reunião Extraordinária, realizada em 15 de abril de 2019;**

RESOLVE:

Art. 1º. Aprovar o Relatório Final da VIII Conferência Municipal de Saúde de Campos de Júlio – MT, com o tema “Democracia e Saúde” e seus eixos temáticos “Saúde como Direito, Consolidação dos Princípios do Sistema Único de Saúde (SUS), Financiamento do Sistema Único de Saúde (SUS) e Saúde Mental”, realizada nos dias 27 e 28 de março de 2019.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

Campos de Júlio – MT, 15 de abril de 2019.

LUCIANA ROSSATO DUARTE DE MORAIS

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Homologação:

JOSÉ ODIL DA SILVA

Prefeito Municipal

RESOLUÇÃO Nº 009/2018/CMS DE 23 DE ABRIL DE 2018.

Dispõe sobre o Termo de Compromisso

n.º 510268171226095829 (Aquisição Ambulância tipo A).

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS DE JÚLIO, no uso de suas atribuições legais e considerando**:**

I. **Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990,** d*ispõe* sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

II. **Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990,** d*ispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e* sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

III. **Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011,** regulamenta e Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde (SUS), o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências;

IV. **Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012,** regulamenta o § 3o do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências;

V. **Portaria GM/MS nº 2.048, de 05 de novembro de 2002**, que estabelece as condições mínimas de materiais e equipamentos similares com eficácia;

VI. **Portaria n.º 3.388, de 12 de dezembro de 2017**, Art. 9º - que estabelece que o Gestor do município habilitado ao recebimento dos recursos, nos termos da legislação que regulamentam o SUS.

CONSIDERANDOas deliberações do Conselho Municipal de Saúde de acordo com a **4ª Reunião ordinária, realizada em 23 de abril de 2017**;

RESOLVE:

Art. 1º. Aprovar o **Termo de Compromisso n.º 510268171226095829 (Aquisição Ambulância tipo A) para o Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, Região de Saúde Sudoeste Mato-grossense.**

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

Campos de Júlio – MT, 23 de abril de 2018.

_____

Luciana Rossato Morais

Presidente

Conselho Municipal de Saúde

Homologação:

_____

JOSÉ ODIL DA SILVA

Prefeito Municipal

RESOLUÇÃO Nº 008/2018/CMS DE 23 DE ABRIL DE 2018.

Dispõe sobre a apreciação do Relatório Anual de Gestão – RAG de 2017

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS DE JÚLIO, no uso de suas atribuições legais e considerando**:**

I. **Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990,** d*ispõe* sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

II. **Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990,** d*ispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e* sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

III. **Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011,** regulamenta e Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde (SUS), o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências;

IV. **Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012,** regulamenta o § 3o do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências;

CONSIDERANDOas deliberações do Conselho Municipal de Saúde de acordo com a **4ª Reunião ordinária, realizada em de 23 de abril de 2018**;

RESOLVE:

Art. 1º. Aprovar o **Relatório Anual de Gestão – RAG de 2017**, da Secretaria Municipal de Saúde, município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, Região de Saúde Sudoeste Mato-grossense.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

Campos de Júlio – MT, 23 de abril de 2018.

LUCIANA ROSSATO DUARTE DE MORAIS

Presidente

Conselho Municipal de Saúde

Homologação:

JOSÉ ODIL DA SILVA

Prefeito Municipal

RESOLUÇÃO Nº 22/2017/CMS DE 28 DE AGOSTO DE 2017.

Dispõe sobre o Regimento Interno do Hospital Municipal Leocyr Lazarette do município de Campos de Júlio, Região de Saúde Sudoeste Matogrossense.

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS DE JÚLIO, no uso de suas atribuições legais e considerando**:**

I. **Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990,** d*ispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e* sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

II. **Lei Municipal nº 463, de 01 de junho de 2011,** institui o Fundo Municipal de Saúde – FMS e dá outras providências;

III. **Lei Municipal nº 464, de 01 de junho de 2011**, dispõe sobre a gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e dá outras providências;

IV. **Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011,** regulamenta e Lei nº 8. 080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde (SUS), o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências;

V. **Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012,** regulamenta o § 3o do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências;

CONSIDERANDOas deliberações do Conselho Municipal de Saúde de acordo com a 8ª **Reunião Ordinária, realizada em 28 de agosto de 2017**;

RESOLVE:

Art. 1º. Aprovar o Regimento Interno do Hospital Municipal Leocyr Lazarette, do município de Campos de Júlio, Região de Saúde Sudoeste Matogrossense, conforme Anexo Único desta Resolução.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

Registrada, Publicada, CUMPRA-SE.

Campos de Júlio – MT, 28 de agosto de 2017.

JAQUELINE DELLATORRE

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Homologação:

JOSÉ ODIL DA SILVA

Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO DA RESOLUÇÃO Nº 22/2017/CMS

REGIMENTO INTERNO DO HOSPITAL MUNICIPAL LEOCYR LAZARETE

CAPITULO I

AS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O Hospital Municipal Leocyr Lazarete (HMLL) do Município de Campos de Júlio, foi fundado em 28 de novembro de 2002 para funcionamento a partir da competência de 2002 é subordinada à Secretaria Municipal de Saúde de Campos de Júlio.

Art. 2º O presente Regimento Interno (RI) disciplina as normas e rotinas a ser seguida pelos diversos setores da Hospital Municipal Leocyr Lazarete de Campos de Júlio, visando a organização e o bom funcionamento dos serviços, garantindo qualidade no atendimento prestados à população.

Art. 3º O Hospital Municipal Leocyr Lazarete é uma Unidade de Saúde de Órgão Público Municipal mantida 100% com recursos próprio do município, e tem por objetivo, prestar assistência nas áreas de pronto atendimento, centro cirúrgico, Clinica Cirúrgica, clínica médica, clínica obstétrica, clínica pediátrica, laboratório de análises clínica e atendimento de enfermagem.

CAPITULO II

DA COMPETÊNCIA

Art. 4º O Hospital Municipal Leocyr Lazarete, para exercício de suas funções possui estrutura básica, instalações e equipamentos específicos, e de pessoal próprio para o seu funcionamento. E tem a seguinte estrutura organizacional:

- Representantes técnicos – Responsável técnico de Enfermagem, responsável técnico do Laboratório, responsável técnico da Farmácia.

Parágrafo único. A indicação de cargos aos referidos setores é da competência do Secretário Municipal de Saúde em concordância com o prefeito Municipal.

Art. 5º O cargo responsável técnico é exclusivo ao profissional de nível superior, e é um órgão administrativo, em assuntos que se referem à Enfermagem. Está diretamente ligada ao Enfermeiro Responsável técnico toda a equipe que executa as atividades de enfermagem, integrada por enfermeiros, técnicos em enfermagem no seu exercício profissional.

Art. 6º Na ausência do Responsável técnico do setor os funcionários estarão subordinados a direção Clínica quanto as suas atividades assistenciais e á direção administrativa quanto às questões de ordem funcional e todos farão parte do quadro de funcionários da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 7º Todos os funcionários deverão obedecer rigorosamente ao horário de trabalho, afixado pela direção ou responsável pelo setor.

Art. 8º Deverá o funcionário respeitar todas as normas e regulamentos do Hospital.

Art. 9º Será obrigatório o uso de uniforme e, que será confeccionado de acordo com a necessidade de cada setor.

Art. 10. Deverá o funcionário, zelar pela limpeza e pelo patrimônio do Hospital Municipal Leocyr Lazarete, seguindo as normas e rotinas.

CAPÍTULO III

DO QUADRO DE ENFERMAGEM

Art. 11. Deverá compor o quadro de enfermagem um número suficiente de profissionais com experiência, para atender dignamente todos os pacientes que procuram os serviços da saúde.

Art. 12. O quadro de enfermagem estará diretamente subordinado ao enfermeiro (a) responsável.

Art. 13. Obedecerá rigorosamente a escala de trabalho, traçada pelo responsável técnico e afixado no quadro de avisos.

Art. 14. Todos os Funcionários do Quadro de Enfermagem deverão usar uniforme, previamente estabelecido pela Direção Administrativa.

Art. 15. Deverá a equipe de enfermagem realizar o seu trabalho adequadamente, respeitando e propiciando ao paciente, assistência humanizada.

Art. 16. Será especificado previamente pelo responsável técnico, quais os setores à que cada funcionário irá trabalhar, podendo haver rodízio de setor.

Art. 17. O funcionário deverá responsabilizar-se pela organização do setor designado, bem como pelo registro de suas atividades.

Art. 18. O funcionário será responsável pela solicitação do CNS (Cartão Nacional de Saúde) do paciente para preenchimento do AIH ou a ficha de internação, caso o paciente não tenha, comunicar a Secretaria Municipal de Saúde para providenciar o CNS (Cartão Nacional de Saúde).

CAPÍTULO IV

DAS FINALIDADES OU OBJETIVOS

Art. 19. O Serviço de Enfermagem tem por finalidades:

I. Prestar assistência de enfermagem ao indivíduo, família e comunidade de maneira integral, humanizada, respeitando o contexto sociocultural e familiar; II. Desenvolver com segurança e qualidade as atividades de assistência ao paciente, de forma participativa e humanizada, enaltecendo as potencialidades individuais e coletivas, tanto de quem presta o cuidado, como do sujeito de suas ações; III. Promover e colaborar em programas de ensino e educação continuada da equipe de enfermagem. IV. Executar os cuidados de Enfermagem de todas as unidades do HMLL, com atenção voltada ao paciente, considerando suas limitações e necessidades de estadia, locomoção, repouso e conforto; V. Fundamentar-se numa filosofia condizente com a missão e com os objetivos do Hospital Municipal; VI. Promover um padrão de atendimento, estimulando a equipe ao desenvolvimento técnico-científico, oferecendo a oportunidade de crescimento dentro das especialidades; VII. Desenvolver e utilizar instrumentos de avaliação e de monitoramento do serviço, visando o aperfeiçoamento e o trabalho em equipe; VIII. Cumprir e fazer cumprir as normas Administrativas e Técnicas da HMLL; IX. Trabalhar de acordo com o Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem da Associação Brasileira de Enfermagem (ABEN); do Conselho Federal de Enfermagem (COFEN) e do Conselho Regional de Enfermagem (COREN); X. Realizar e colaborar com os treinamentos e capacitações para os funcionários da HMLL, em particular aqueles do Serviço de Enfermagem; XI. Desenvolver indicadores de qualidade e dados estatísticos nas unidades do HMLL XII. Desenvolver programas humanizados de atendimento, tanto para o paciente quanto para o profissional de enfermagem.

CAPÍTULO V

POSIÇÃO DO SERVIÇO DE ENFERMAGEM

Art. 20. O serviço de enfermagem do Hospital Municipal Leocyr Lazarete, segue as diretrizes do SUS e da Atenção Básica de Saúde, sendo composto por Enfermeiros e Técnicos de Enfermagem, os quais prestam assistência aos indivíduos, família e comunidade.

Parágrafo Único. Esse serviço está subordinado diretamente a Secretária Municipal de Saúde e será coordenado exclusivamente por Enfermeiros, sendo assim, os técnicos de enfermagem estão subordinados tecnicamente ao Enfermeiro e todos administrativamente à gerência local.

CAPÍTULO VI

DA COMPOSIÇÃO

Art. 21. O pessoal que compõe a equipe de Enfermagem está assim classificado:

I. Enfermeiro II. Técnico de Enfermagem

CAPÍTULO VII

DA COMPETÊNCIA

Art. 22. O Enfermeiro exerce todas as atividades de enfermagem, cabendo-lhe:

I. Privativamente a) Direção do órgão de enfermagem integrante da estrutura básica da instituição de saúde, pública e privada, e chefia de serviço e de unidade de enfermagem; b) Organização e direção dos serviços de enfermagem e de suas atividades técnicas e auxiliares nas unidades de saúde prestadoras desses serviços; c) Planejamento, organização, coordenação, execução e avaliação dos serviços da assistência de enfermagem; d) Consultoria, auditoria e emissão de parecer sobre matéria de enfermagem; e) Consulta de enfermagem; f) Prescrição da assistência de enfermagem; g) Cuidados diretos de enfermagem a pacientes graves com risco de vida; h) Cuidados de enfermagem de maior complexidade técnica e que exijam conhecimentos de base científica e capacidade de tomar decisões imediatas. (Lei 7498/96). II. Compete ainda aos profissionais de enfermagem do Hospital Municipal Leocyr Lazarete: a) Desenvolverem ações individuais e envolver o familiar. Tais atividades devem basear-se nos princípios e diretrizes norteadoras do Sistema Único de Saúde: universalidade, equidade e integralidade; b) Atuar no desenvolvimento das atividades de planejamento e avaliação das ações e assistência de enfermagem aos pacientes atendidos bem como os pacientes internados, no âmbito da área de abrangência da unidade de saúde; c) Desenvolver ações de prevenção e monitoramento dirigidas às situações de risco para a população, conforme plano de ação da equipe; d) Desenvolver ações de promoção, proteção, tratamento, recuperação e reabilitação da saúde da população, conforme o planejamento da equipe de saúde; e) Desenvolver monitoramento dos indicadores de saúde, avaliando impacto da assistência planejada. III. Na prestação de cuidados, compete aos profissionais de enfermagem a organização do processo de trabalho em unidades produtivas como: a) Acolhimento/Triagem/classificação de risco; b) Pronto Atendimento c) Sala de Inalação; d) Sala de Curativo; e) Unidade de Internação; f) Clínica Médica; g) Clínica Cirúrgica; h) Clínica Pediátrica; i) Obstetrícia; j) Isolamento; k) Sala de preparo e esterilização de materiais; l) Sala de Cirurgia; m) Sala de Parto

CAPÍTULO VIII

DO PESSOAL E REQUISITOS

Art. 23. Os profissionais de enfermagem devem obrigatoriamente possuir registro no COREN, com jurisdição no Estado de Mato Grosso, e cumulativamente os requisitos necessários aos cargos:

I. Enfermeiro: a) Ser titular de diploma de enfermeiro conferido por Instituição de Ensino Superior reconhecida pelo MEC; b) Possuir vínculo através de concurso público, ou outro tipo de contrato administrativo; II. Técnico de Enfermagem: a) Serem titulares de diploma de Técnico de Enfermagem conferido por Instituição de Ensino reconhecida pelo MEC; b) Possuírem vínculo através de concurso público, ou outro tipo de contrato administrativo.

CAPÍTULO IX

DO PESSOAL E SUAS ATRIBUIÇÕES

Art. 24. São atribuições do Enfermeiro:

I. Planejar, coordenar, executar e avaliar as ações de assistência integral de enfermagem em todas as fases do ciclo de vida do cidadão e coletividade, considerando o contexto sociocultural e familiar; II. Supervisionar a assistência de enfermagem, as ações de imunização, administração de medicamentos, curativos, bem como avaliar o procedimento de coleta de material para exame e demais procedimentos realizados pelos técnicos de enfermagem; III. Realizar consulta de enfermagem e prescrever a assistência de enfermagem, de acordo com as disposições legais da profissão previstas pela Resolução COFEN nº.159/1993; IV. Solicitar exames complementares e prescrever medicamentos, mediante consulta de enfermagem em conformidade com os protocolos assistenciais do Município e com as disposições legais da profissão previstas pela Lei 7498/86 e Resolução COFEN Nº. 195/1997; V. Planejar e coordenar a capacitação e a educação permanente da equipe de enfermagem, executando-as com a participação dos demais membros da equipe; VI. Participar das reuniões periódicas da Equipe de Enfermagem do HOMML; VII. Promover e coordenar juntamente com a gerência local as reuniões periódicas da equipe de enfermagem, visando o entrosamento e também o enfrentamento dos problemas identificados; VIII. Registrar as ações de enfermagem no prontuário eletrônico do paciente, no sistema de informação e outros formulários e documentos da instituição; IX. Elaborar a escala da equipe de enfermagem conforme diretriz institucional; X. Planejar, executar e participar de atividades educativas coletivas de prevenção, promoção e recuperação da saúde com a participação da equipe multidisciplinar; XI. Acompanhar a previsão e provisão de materiais e insumos relacionados a procedimentos de enfermagem e médicos; XII. Supervisionar, coordenar e avaliar o processo de limpeza, desinfecção de instrumentais, superfícies e artigos, dos setores onde ocorrem procedimentos Enfermagem e médicos; XIII. Zelar pelos equipamentos e pelo patrimônio público; XIV. Participar de ações vigilância em saúde; XV. Participar da elaboração e atualização de protocolos, notas técnicas e diretrizes para os serviços de enfermagem; XVI. Participar da elaboração de medidas que visem a cultura de segurança do usuário e dos profissionais, durante a assistência de enfermagem; XVII. Participar das iniciativas de saúde ocupacional e de biossegurança, conforme diretrizes institucionais.

Art. 25. São atribuições do Técnico de Enfermagem:

I. Participar do planejamento, execução e avaliação das ações de assistência de enfermagem integral ao indivíduo, família e/ou comunidade, conforme sua competência técnica e legal, considerando o contexto sociocultural e familiar do cidadão, sob a supervisão do enfermeiro; II. Realizar procedimentos de enfermagem: imunização, coleta de exame teste do pezinho, administração de medicamentos, nebulização, curativos, retirada de suturas, verificação de sinais vitais, verificação de dados antropométricos, glicemia capilar, auxiliar no exame ECG e organização de consultórios, sob a supervisão do enfermeiro conforme escala de enfermagem, protocolos e diretrizes institucionais; III. Realizar cuidados diretos de enfermagem, sob a supervisão do Enfermeiro; IV. Orientar o usuário para consultas de enfermagem e médicas, exames, tratamentos e outros procedimentos; V. Participar de capacitação e educação continuada promovidas pela SMS, pelo enfermeiro e/ou demais membros da equipe; VI. Executar o processo de limpeza, desinfecção de instrumentais, superfícies e artigos, dos setores onde ocorrem procedimentos Enfermagem e médicos, bem como a reposição de insumos; VII. Participar das reuniões periódicas do HMLL, da equipe enfermagem e da Unidade de saúde; VIII. Participar e colaborar na elaboração e execução de atividades educativas, coletivas de prevenção, promoção e recuperação da saúde; IX. Registrar ações de enfermagem no prontuário do paciente, em formulários ou em outros instrumentos institucionais; X. Manter organizados os setores de enfermagem, zelando pelos equipamentos e pelo patrimônio público.

CAPÍTULO X

Da Competência

Art. 26. Ao Serviço de Enfermagem das Unidades de Internação compete:

I. Admitir pacientes adultos e pediátricos; II. Executar procedimentos de pré e pós-operatório respeitando os princípios de humanização e qualidade; III. Priorizar um ambiente tranquilo e humanizado para o bem-estar do paciente; IV. Atender aos médicos, executando a prescrição com critérios éticos e científicos; V. Colaborar com o Serviço de Controle e Infecção Hospitalar (SCIH); VI. Incentivar a execução de pesquisas científicas em assuntos de enfermagem e colaborar com as pesquisas dos demais profissionais da área da saúde; VII. Colaborar com o Serviço de Educação Continuada; VIII. Cooperar com os demais Serviços do Hospital Municipal; IX. Preservar e controlar equipamentos, instrumentos, instalações, estoque de materiais, drogas e medicamentos colocados à sua disposição;

X. Apresentar relatório trimestral das atividades realizadas e do movimento estatístico;

XI. Controlar e divulgar indicadores de qualidade da assistência de Enfermagem;

XII. Colaborar com as Escolas de Enfermagem e outras Instituições de Ensino que mantenham convênio com o hospital para campo de estágio de seus alunos;

XIII. Manter e controlar os estoques mínimos de materiais, drogas e medicamentos;

XIV. Desenvolver programas de atendimento humanizado juntamente com as outras Unidades do Hospital.

Art. 27. Ao Serviço de Enfermagem da Unidade Obstétrica compete:

I. Assistir à parturiente e puérpera, atendendo às suas necessidades, seja no parto normal ou cirúrgico;

II. Verificar e controlar o foco fetal e a dilatação uterina de acordo com as necessidades;

III. Comunicar ao médico responsável as alterações no estado da parturiente ou do feto;

IV. Prestar assistência imediata ao recém-nascido normal ou prematuro, atendendo as suas necessidades;

V. Orientar a mãe quanto às necessidades do recém-nascido (RN);

VI. Orientar a família sobre os cuidados com o RN e a mãe no puerpério;

VII. Apresentar relatório trimestral das atividades realizadas e do movimento estatístico da unidade;

VIII. Propiciar um ambiente seguro de trabalho, mantendo em perfeitas condições todos os equipamentos das salas de pré-parto e de parto;

IX. Divulgar indicadores de qualidade;

X. Colaborar com os cursos Técnicos de Enfermagem;

XI. Colaborar com o Serviço de Educação Continuada;

XII. Cooperar com os demais Serviços do Hospital;

XIII. Manter e controlar os estoques mínimos de materiais, drogas e medicamentos;

XIV. Desenvolver orientações às gestantes e acompanhantes internadas no HMLL;

XV. Orientar a mãe sobre os cuidados com o RN, amamentação e cuidados pós-alta;

XVI. Desenvolver programas de atendimento humanizado juntamente com as outras Unidades do Hospital.

Art. 28. Ao Serviço de Enfermagem da Unidade do Centro Cirúrgico compete:

I. Receber e dar assistência integral ao paciente que será submetido à cirurgia;

II. Cumprir as normas técnicas específicas para o funcionamento do setor;

III. Atender a equipe médica, de modo a facilitar o desenvolvimento do trabalho;

IV. Propiciar um ambiente seguro de trabalho, mantendo em perfeitas condições todos os equipamentos das salas de operação;

V. Atender o paciente antes, durante o transoperatório e no pós-operatório dentro do Serviço;

VI. Fixar rotinas de marcação de cirurgias que permitam a preparação prévia das salas, equipamentos, medicamentos e materiais;

VII. Controlar e marcar os gastos dos materiais, medicamentos e produtos;

VIII. Preparar de forma adequada os anestésicos com os materiais, medicamentos de urgência e equipamentos para atendimento específico do paciente;

IX. Prestar assistência ao paciente na Recuperação Anestésica;

X. Encaminhar o paciente para a unidade de origem, após o restabelecimento da anestesia;

XI. Manter sigilo profissional e conduta ética de todos os procedimentos realizados no centro cirúrgico, a fim de manter um ambiente de trabalho seguro e harmonioso; (colocar em todas as clinicas)

XII. Apresentar relatórios trimestrais das atividades realizadas e do movimento estatístico das unidades;

XIII. Colaborar com o Serviço de Educação Continuada;

XIV. Cooperar com os demais Serviços da HMLL

XV. Desenvolver programas de atendimento humanizado juntamente com os outros setores da HMLL.

XVI. XVIV. Não postar fotos do Recém-nascido nas redes sociais

CAPÍTULO XI

Do Pessoal

Art. 29. À Gerente de Enfermagem compete:

I. Ser responsável técnica pelo Serviço de Enfermagem; II. Organizar e dirigir o Serviço de Enfermagem, incentivando o trabalho em equipe; III. Executar o dimensionamento do Quadro de Enfermagem, atualizando-o anualmente no planejamento estratégico; IV. Supervisionar a descrição e a atualização regular de normas, rotinas e procedimentos técnicos; V. Analisar e avaliar os cuidados de enfermagem prestados aos pacientes; VI. Desenvolver o planejamento estratégico anual, mensurando o seu cumprimento; VII. Colaborar com as Diretorias Técnica, Clínica e Superintendência; VIII. Passar visita diariamente em todas as Unidades do HMLL; IX. Incentivar a pesquisa científica na sua equipe; X. Desenvolver o programa de reuniões e canal aberto com a equipe de Enfermagem; XI. Interagir com os demais Serviços de apoio do Hospital para facilitar e agilizar o atendimento ao paciente; XII. Prever materiais, medicamentos e equipamentos necessários ao funcionamento das diversas Unidades, junto às Chefias de Serviços; XIII. Incentivar a elaboração e a divulgação dos indicadores de qualidade em todas as Unidades e acompanhar os resultados; XIV. Acompanhar os programas de estágios das Instituições de Ensino de

XV. Enfermagem que mantenham convênio com o hospital, utilizando-o como campo de estágio para seus alunos;

XVI. Desenvolver programas de auditoria dos processos de Enfermagem; XVII. Fazer cumprir a Sistematização da Assistência de Enfermagem – SAE; XVIII. Assegurar o pleno e autônomo funcionamento da Comissão de Ética em Enfermagem; XIX. Desenvolver programas de atendimento humanizado juntamente com as outras Unidades do Hospital; XX. Supervisionar as Coordenações de Enfermagem, a fim de colaborar em suas decisões; XXI. Realizar avaliação de desempenho anualmente da sua equipe de coordenadoras de enfermagem.

Art. 30. À (Ao) Enfermeira (o) compete:

I. Atender às solicitações da Coordenação de Enfermagem;

II. Visitar diariamente os pacientes da Unidade, executando a SAE;

III. Planejar a escala de serviço da Unidade;

IV. Supervisionar a realização dos procedimentos técnicos;

V. Prestar assistência ao paciente respeitando os princípios técnicos, éticos e científicos;

VI. Elaborar rotinas e técnicas, e revisá-las periodicamente, em intervalos máximos de dois anos;

VII. Participar dos programas de Educação Continuada;

VIII. Elaborar os planos de assistência de enfermagem aos pacientes;

IX. Acompanhar as visitas médicas sempre que possível e/ou solicitada;

X. Assistir à passagem de plantão;

XI. Controlar a assiduidade, pontualidade e disciplina dos funcionários sob sua responsabilidade;

XII. Requisitar materiais e medicamentos;

XIII. Controlar os equipamentos, materiais e medicamentos;

XIV. Promover reuniões periódicas com os funcionários sob sua responsabilidade;

XV. Participar de pesquisas em enfermagem;

XVI. Atender ao público e às visitas aos pacientes;

XVII. Colaborar com os alunos e professores nos estágios;

XVIII. Realizar avaliação de desempenho anualmente da equipe de auxiliares / técnicos de enfermagem de seus respectivos setores.

Art. 31. Ao Técnico de Enfermagem compete:

I. Assistir à passagem de plantão; II. Receber os pacientes admitidos e orientá-los na Unidade; III. Executar os cuidados de enfermagem que foram planejados; IV. Executar procedimentos de Enfermagem de sua competência; V. Executar os procedimentos do pré, trans. e pós-operatório; VI. Preparar os pacientes para os exames complementares de diagnóstico; VII. Realizar cuidados de higiene e alimentação dos pacientes; VIII. Colaborar com a (o) Enfermeira (o) no cumprimento da escala de serviço e prescrição de enfermagem bem como no que diz respeito a Sistematização da Assistência de Enfermagem; IX. Comunicar a (o) Enfermeira (o) anormalidades com o paciente; X. Anotar no prontuário do paciente os cuidados prestados e as observações; XI. Anotar no prontuário, diariamente, os materiais e medicamentos gastos na execução de técnicas; XII. Zelar pela manutenção e limpeza das dependências da Unidade; XIII. Zelar pelos equipamentos de sua unidade; XIV. Atender o público e visitas dos pacientes; XV. Colaborar com os alunos e professores nos estágios.

CAPITULO XII

DA EQUIPE DE ENFERMAGEM

a) É de responsabilidade da equipe de enfermagem realizar as orientações cabíveis para acesso de visitantes e acompanhantes nos leitos, principalmente no que diz respeito à higienização das mãos/ antebraços e utilização de capotes conforme rotina de cada setor.

b) Recepcionar os visitantes e acompanhantes com respeito, realizando as devidas orientações sobre a rotina da enfermaria.

c) Orientar sobre a higienização das mãos e utilização de capotes nos setores em que houver necessidade.

d) Explicar aos visitantes e acompanhantes como devem comportar- se durante a permanência ao lado dos clientes.

e) Informar sobre quais os pertences pessoais que podem permanecer junto aos clientes.

f) Contribuir com o fluxo de revezamento dos visitantes.

g) Tirar as dúvidas dos visitantes e acompanhantes dentro de sua área de competência.

h) Conversar com a família sobre os cuidados que estão sendo prestados aos clientes internados.

i) Autorizar encaminhamento ao Serviço de Recepção de permissão para entrada de religiosos.

j) Encaminhar, diariamente, até às 13h, uma lista atualizada dos clientes internados com os seus respectivos leitos a recepção.

DO HORÁRIO DE ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS

Art. 32. O atendimento do Serviço de Enfermagem deve ser garantido durante todo o horário de funcionamento da Unidade, inclusive durante o almoço, reuniões gerais e treinamento dos profissionais, realizando o revezamento dos servidores.

CAPÍTULO XIII

DO HORÁRIO DE TRABALHO

Art. 33 - Todos os servidores deverão apresentar-se ao trabalho no horário determinado conforme a escala de trabalho ou plantão, uniformizados e devidamente identificados.

Parágrafo Único - Os profissionais da saúde deverão exercer suas atividades de acordo com a escala elaborada mensalmente e o seguinte:

I. Somente poderá ser prorrogado o plantão em caso de emergência se for determinado pela Chefia de Enfermagem;

II. Comparecer na unidade de trabalho para receber o plantão com 10 minutos de antecedência;

III. Comunicar à chefia imediata caso haja a necessidade de ausência no setor, com antecedência para que seja possível realizar remanejo e reposição.

Art. 34. O Serviço de Enfermagem manterá plantão durante as 24 (vinte e quatro) horas diárias, através de escalas de revezamento e de acordo com a legislação trabalhista vigente no município.

Art. 35. Todo funcionário do Serviço de Enfermagem deverá se apresentar ao trabalho devidamente uniformizado e no horário determinado em escala.

Art. 36. Os funcionários trabalharão de acordo com a escala elaborada mensalmente pela Enfermeira da Unidade, coordenação e gerência de enfermagem, seguindo a escala diária de trabalho específico.

Art. 37. Todo funcionário deverá prorrogar o seu plantão, em casos de emergência, se for determinado pela Enfermeira da Unidade, Coordenação ou Gerência de Enfermagem.

Art. 38. Nas escalas de trabalho contínuo, é proibido o abandono de posto sem a chagada de substituto.

Art. 39. A carga horária do pessoal de enfermagem e de 160 horas mensais seguindo escala de 12/36 tanto diurna como noturna gerando 02(duas) folgas mensais ou podendo receber com honorários. Carga horária da administração será de 8 horas/dia. É de competência dos funcionários respeitarem horários de acordo com a escala estabelecida pela administração de enfermagem.

Sendo os horários de plantão assim divididos:

? Para Funcionários submetidos a carga horária de 8 horas/dia:

07:00 às 11:00 horas e das 13:00 às 17:00 horas;

? Para Funcionários submetidos a carga horária de 12/36:

6:50 as 19:00 e das 18:50 as 7:00 horas;

? Para Funcionários submetidos a carga horária de 6 horas/dia:

07:00 às 13:00 horas matutino e das 13:00 às 19:00 horas vespertino.

+ 03 plantões de 12 horas finais de semana –07:00 ás 19:00 horas.

Artigo 40º- Das Trocas de Plantões

1- será permitido 2 trocas de plantões durante os 30 dias que procede a escala, que será autorizado somente pela enfermeira chefe ou a enfermeira de plantão.

2- A troca de plantão somente poderá ser feita entre funcionários do Hospital.

Artigo 41º- Das Faltas:

1- Por justificativa de faltas, por motivos particulares, o interessado deverá procurar a chefia imediata com antecedência.

2- As faltas por motivos de doença e outros deverão ser entregues o atestado a chefia imediata, segue conforme Estatuto Municipal do Servidor Público.

3- Havendo falta do funcionário substituto em caso de troca de plantão devidamente documentada, é debitada ao substituto.

CAPÍTULO XIV

DAS MEDIDAS DE PROTEÇÃO

SEÇÃO I

PRECAUÇÃO PADRÃO

Artigo 42 - Como medida de proteção para evitar infecções, a equipe de enfermagem deverá:

I. Lavar as mãos ou usar soluções antissépticas, antes e depois de qualquer procedimento;

II. Usar luvas quando tocar em sangue e secreções corporais, mucosas ou lesão de pele de todos os pacientes, na administração de medicações injetáveis ou quando puncionar uma veia periférica e ao retirar o acesso venoso;

III. Usar avental quando houver risco de contaminação do uniforme com sangue e secreções corporais;

IV. Usar máscara, touca e protetor de olhos quando houver risco de respingos de sangues e secreções na face.

Parágrafo Único - Depois de realizar o procedimento, o técnico ou enfermeiro deverá desprezar as agulhas e instrumentos cortantes em recipientes rígidos (caixa de pérfuro cortante- descarpak) e nunca reencapar agulhas.

CAPITULO XV

DOS CUIDADOS DE HIGIENE

Art. 43 – Os profissionais de enfermagem devem apresentar no desempenho de suas funções: compromisso, responsabilidade, capacidade de trabalho em equipe, iniciativa, postura ética e conhecimento técnico e o seguinte:

I. Manter a higiene corporal, pois somente o banho poderá eliminar o suor, sujidades e os microrganismos e tornar nossa aparência agradável;

II. Os cabelos devem estar limpos e, presos e o uso da touca, quando necessário, deverão cobrir todo o cabelo, pois seu objetivo é a proteção dos cabelos;

III. As unhas devem estar sempre aparadas para evitar que a sujidade fique depositada entre as unhas e a pele dos dedos;

IV. O uniforme deverá ser trocado todos os dias e todas as vezes que se fizer necessário;

V. Os sapatos devem ser fechados e impermeáveis, para proteger nossos pés;

VI. Lavar as mãos com água e sabão como medida de prevenção e controle de infecção que propicia a remoção de bactérias transitórias e algumas residentes, como também células descamativas, pêlos, suor, sujidades e oleosidade da pele (regiões palmo-plantares e extremidades dos dedos) e o profissional de saúde deve fazer desse procedimento um hábito.

CAPÍTULO XVI

DOS DIREITOS, DEVERES E PROIBIÇÕES

DOS DEVERES DOS PROFISSIONAIS DA SAÚDE

Art. 44 - São deveres dos profissionais da saúde:

I. Prestar obediência aos seus superiores, cumprindo ordens e instruções;

II. Apresentar-se ao serviço em perfeitas condições de asseio e quando obrigado ao uso do uniforme, trazê-lo perfeitamente limpo;

III. Submeter-se a exames periódicos de saúde, de acordo com o estabelecido pela Administração;

IV. Dedicar assistência direta e indireta ao paciente, executando com destreza, zelo e atenção os trabalhos que forem confiados;

V. Tratar com a máxima humanidade todas as pessoas que mantiverem contato com o hospital, sem preferências individuais, esforçando-se para atendê-las prontamente;

VI. Cooperar com a administração e os colegas, para que se atinjam satisfatoriamente os objetivos estabelecidos;

VII. Sugerir aos seus superiores, obedecendo à hierarquia, quaisquer medidas que possa concorrer para maior eficiência dos serviços;

VIII. Zelar pela economia do material do hospital e pela conservação do que for confiado à sua guarda e utilização, comunicando aos chefes qualquer quebra, perda ou extravio;

IX. Observar sempre a máxima ordem e disciplina, tanto no seu local de trabalho como quando de passagem por outras dependências do hospital, inclusive na ocasião de entrada e saída para início e fim de trabalho, evitando provocar ruídos e aglomeração na recepção e corredores;

X. Zelar pela ordem e asseio do local de trabalho, jogando os papéis e outros materiais inúteis nos recipientes destinados a este fim;

XI. Comunicar ao Serviço de Enfermagem, sem perda de tempo, as variações de residência, estado civil e número de pessoas dependentes, telefone para contato para que possa ser encaminhado ao serviço de pessoal;

XII. Conservar em absoluto sigilo os assuntos do Hospital Municipal Leocyr Lazarete em que tomar parte ou dos quais tiver conhecimento;

XIII. Comunicar todo acidente de trabalho, imediatamente após sua ocorrência, não excedendo 24 horas de prazo a sua comunicação;

XIV. Empregar todo cuidado no exercício de seu trabalho, utilizando aparelhos e equipamentos de proteção, a fim de prevenir acidentes e a terceiros;

XV. Fazer uso somente de instrumental e materiais aprovados e registrados, sendo responsável pelo seu emprego apropriado e conservação;

XVI. Permanecer no setor até a troca de plantão;

XVII. Participar da passagem de plantão;

XVIII. Cumprir escala mensal e escala de atividade diária, conforme estabelecido;

XIX. Utilizar boas maneiras no falar, utilizando tom baixo e compreensivo;

XX. Bater na porta antes de entrar, solicitar autorização para interromper;

XXI. Ouvir com atenção as queixas e solicitações dos pacientes.

1º - Caso haja a necessidade de troca de plantão, o profissional da saúde deverá realizar previamente o registro da troca em livro de troca de plantão da enfermagem, sendo necessária a assinatura dos dois interessados.

2º - Em hipótese alguma o servidor deverá se ausentar da unidade sem prévia autorização da chefia imediata.

DOS DIREITOS DOS PROFISSIONAIS DA SAUDE

Art.45 - Todo servidor que cumpre escala de 12 horas tem direito a:

I. Repouso de uma hora, podendo ser interrompido ou adiado a qualquer momento em situações de urgência e emergência, conforme avaliação da chefia imediata;

II. Almoço e ou jantar no refeitório de 30 minutos;

III. Lanche no refeitório de 15 minutos

CATÍTULO XVII

DOS CONCEITOS

Art.46º - Para fins desta Instrução Normativa, considera-se:

I. **Acolhimento:** Recepção do usuário, desde sua chegada, responsabilizando-se integralmente por ele, ouvindo sua queixa, permitindo que ele expresse suas preocupações, angústias, e ao mesmo tempo, colocando os limites necessários, garantindo atenção resolutiva e a articulação com os outros serviços de saúde para a continuidade da assistência quando necessário;

II. Classificação de Risco: Mudança na lógica do atendimento, permitindo que o critério de priorização da atenção seja o agravo à saúde e/ou grau de sofrimento e não mais a ordem de chegada;

III. Emergência: qualquer situação que represente risco imediato de vida ou de comprometimento de órgão ou função, exigindo interferência imediata para que seja preservada a integridade da pessoa afetada. A existência de risco imediato é reconhecida pela equipe de saúde responsável pelo atendimento, com base na avaliação clínica da condição mórbida apresentada pelo paciente;

IV. **Ouvidoria:** Serviço representativo de demandas do usuário/paciente ou profissional da saúde e instrumento gerencial na medida em que mapeia problemas, aponta áreas críticas e estabelece a intermediação das relações, promovendo a aproximação das instâncias gerenciais;

V. **Usuário/paciente:** é qualquer pessoa que se submete a tratamento terapêutico e confia sua saúde a um profissional de saúde;

VI. **Urgência:** situação de risco de comprometimento de órgão ou função, estabelecido com base em critérios clínicos e no modo de apresentação da queixa, que, embora não exija interferência imediata, deve ser abordada no prazo máximo de algumas horas, seja por procedimentos diagnósticos complementares, seja por intervenção terapêutica.

CAPÍTULO XVIII

DOS PROCEDIMENTOS

SERVIÇO DE ENFERMAGEM

Art.47º - O Serviço de Enfermagem é formado por profissionais devidamente habilitados e destina-se a atender as necessidades humanas básicas dos usuários/pacientes, buscando reverter estado de desequilíbrio em equilíbrio, respeitando os preceitos éticos e legais.

1º - Os curativos e/ou retirada de pontos somente serão realizados no HMLL aos sábados, domingos e feriados, de modo que, nos demais dias, estes procedimentos deverão ser realizados nas Unidades Básicas de Saúde.

2º - Exames médicos serão solicitados somente para pacientes internados ou em observação que terão seu resultado em até 12 horas.

3º - As solicitações de cópias de prontuários, exames e RX, deverão ser solicitados na administração via protocolo, com prazo para entrega de 15 dias ou conforme ordem judicial.

4º - Pedidos de receita de medicamento de uso contínuo e ou controlados, somente poderão ser retirados nas Unidades Básicas de Saúde.

CAPÍTULO XIX

ORDEM PARA ATENDIMENTO

Art.48 - A equipe de enfermagem deverá realizar uma pré- consulta, devidamente registrada em prontuário próprio, que inclui a queixa básica e aferição de dados vitais, facilitando a identificação dos pacientes de maior risco.

1º - A ordem para atendimento no Hospital Municipal Leocyr Lazarete será de acordo com a Classificação de Risco e será definida em função do potencial de gravidade ou de agravamento da queixa apresentada, sendo avaliada pelo enfermeiro da classificação de risco:

I. **Cor vermelha – Emergência:** acidentados, infartados, ferimentos graves por arma de fogo ou arma branca, crise convulsiva;

II. **Cor amarela – Urgência:** cólicas renais, gestante com sangramento ou perda de liquido vaginal, crianças de 0 a 5 anos com febre acima de 38°C etc.;

III. **Cor verde** – Prioridade: Gestantes, crianças de colo, idosos, portadores de necessidade especiais, indígenas, detentos;

IV. **Cor azul -** Demais consultas e atendimentos.

2º - Dependendo da gravidade do paciente classificado como emergência, urgência e prioridade que está sendo atendido no momento, o usuário/paciente poderá aguardar na recepção para atendimento se classificado na cor azul, de minutos a 4 horas para serem atendidos pelo médico.

3º - A classificação de risco deverá ser identificada na ficha de atendimento e deverá ser realizada pelo enfermeiro responsável do plantão ou pelo enfermeiro do Humaniza SUS que, utilizando protocolos técnicos, identifica os pacientes que necessitam tratamento imediato, considerando o potencial de risco, agravo à saúde ou grau de sofrimento e providencia de forma ágil o atendimento adequado a cada caso.

4º - A classificação de risco não é permanente e pode mudar em função de alterações do estado clínico e de reavaliações sistemáticas do usuário/paciente.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 49 - OChefe de Enfermagem terá o direito de advertir ou penalizar o funcionário que por ventura não seguir este Regimento Interno, ou mesmo cometer alguma falta que não está contida no mesmo.

Art. 50 - Todo funcionário deverá manter informações com os pacientes, sobre as normas do Hospital Municipal Leocyr Lazarete.

Art. 51 - Qualquer caso de infração das normas do HMLL, ou anormalidade que possa vir a prejudicar o bom andamento da unidade de saúde deverá ser levado ao conhecimento da Direção Administrativa, para que a mesma tome as devidas providências.

Art. 52- O presente RI (Regimento Interno) poderá ser modificado, em todo ou em parte, em reunião convocado especialmente para este fim, que o alterará por maioria simples presente e que fixará procedimentos regimentais e anexará imediatamente a este RI e aprovação pelo Conselho Municipal de Saúde ou Secretaria municipal de saúde e serem homologadas por decreto do Executivo.

Art. 53 - Este regimento entrará em vigor a partir da data de sua aprovação pelo Conselho Municipal de Saúde e homologação por decreto do poder executivo municipal, independentemente de sua publicação.

Art.54 - Todos os funcionários deverão apresentar-se ao trabalho no horário determinado, devidamente uniformizados.

Art.55 - Os profissionais de enfermagem deverão executar as suas atividades com apresentação pessoal apropriada para assistência em saúde, destacando o uso de jaleco, sapatos fechados, devidamente munido de carimbo e carteira de identidade profissional do COREN-MT.

Art. 56 - O pessoal de Enfermagem ao ser admitido deverá apresentar além do registro profissional, nada consta fornecido pelo COREN informando se o mesmo encontra-se regularizado com suas obrigações financeiras com o Conselho Regional de Enfermagem (Art. 74 – Dos Deveres Disciplinares – Capítulo VI do Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem).

Art. 57 - O pessoal de Enfermagem deverá apresentar anualmente ao Departamento de Enfermagem, comprovante de quitação da anuidade em exercício.

Art. 58 - Os casos omissos neste regimento serão resolvidos pelo Responsável Técnico pelo Serviço de Enfermagem.

Art. 59 - exercer quaisquer atividades, inclusive conversas e leituras que sejam incompatíveis com o exercício do cargo e com o horário de trabalho;

Art. 60 - O pessoal de Enfermagem não poderá receber de usuários ou familiares, pagamentos referentes aos serviços prestados durante sua jornada normal de trabalho.

Art. 61 - O usuário/paciente que tiver necessidade de fazer reclamações, sugestões ou demais questionamentos deverão ser orientados para procurar a direção ou a ouvidoria.

Art. 62 - Este regimento entrará em vigor a partir da data de sua aprovação pelo Conselho Municipal de Saúde e homologação por decreto do poder executivo municipal, independentemente de sua publicação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este é um documento administrativo e normativo que permite direcionar as ações exercidas pela Enfermagem, como parte fundamental da equipe de enfermagem no atendimento de urgência e emergência, na clínica medica, clinica cirúrgica, atendimento as gestantes parturientes no pós-parto e início da fase puerperal bem como ao atendimento ao recém-nascido, parto cesariana e atendimento a criança, na assistência à saúde ao indivíduo, família e comunidade.

A qualidade da assistência baseia-se na organização e na padronização dos serviços, assim sendo, ressalta-se como essencial o Regimento Interno de Enfermagem.

O presente Regimento entra em vigor nesta data, em decorrência de sua aprovação pelo Conselho Municipal de Saúde de Campos de Júlio.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE

ADMINISTRAÇÃO
LEI N. 937/2019, DE 09 DE JULHO DE 2019.

LEI N. 937/2019, DE 09 DE JULHO DE 2019.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A PRORROGAR A DATA DE VENCIMENTO E CONCEDER DESCONTO PARA PAGAMENTO À VISTA DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO – IPTU, REFERENTE AO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2019, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito do Município de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, **FAZ SABER** que a Câmara Municipal **aprovou**, e eu **sanciono** e **promulgo** a seguinte lei:

Art. 1°. Fica autorizado o Poder Executivo a prorrogar a data de vencimento do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, referente ao exercício financeiro 2019, para 31 de julho de 2019.

Parágrafo Único. Admitir-se-á o pagamento em cota única ou em até 06 (seis) parcelas mensais sucessivas, de acordo com as datas de vencimen-

to consignadas abaixo, não podendo o valor de cada parcela ser inferior a 1 (uma) UFCN - Unidade Fiscal de Canabrava do Norte:

Cota única	31/07/2019
1ª Parcela	31/07/2019
2ª Parcela	30/08/2019
3ª Parcela	30/09/2019
4ª Parcela	31/10/2019
5ª Parcela	29/11/2019
6ª Parcela	30/12/2019

Art. 2°. Para o pagamento do IPTU em cota única e que efetuar o pagamento até a data de vencimento será adotado o seguinte critério de desconto:

I – 10% (dez) por cento, com pagamento em cota única até a data do vencimento;

II – 3% (três) por cento, como abono de adimplência com os tributos municipais até o vencimento da Cota Única;

III – 3% (três) por cento, para o imóvel com benfeitoria de calçada, construídas nos padrões estabelecidos no Código Municipal de Obras e que esteja em bom estado de conservação até a data do vencimento da cota única.

§ 1º. Os descontos referidos neste artigo serão consignados no DAM, não sendo admitida a sua aplicação após a data de vencimento, inclusive nos casos de impugnação.

§ 2º. é permitido ao contribuinte inadimplente a efetuar o pagamento total ou a primeira parcela até a data de vencimento da cota única do exercício financeiro e ser beneficiado pelo desconto mencionado.

Art. 3º. O recolhimento do IPTU fora do prazo legal será atualizado pela UFM, incidindo sobre seu valor os seguintes encargos:

I – juros de mora à razão de 1% (um por cento) ao mês calendário ou fração; e

II – multa de mora diária de 0,33% (trinta e três centésimos percentuais) ao dia, obedecido o limite de 20% (vinte por cento).

Art. 4º. O disposto nesta Lei não autoriza a restituição ou compensação de importâncias já recolhidas aos cofres municipais.

Art. 5º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 09 de julho de 2019.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
LEI N. 935/2019, DE 09 DE JULHO DE 2019.

LEI N. 935/2019, DE 09 DE JULHO DE 2019.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A REDUZIR O SUBSÍDIO DO PREFEITO, DO VICE-PREFEITO, DOS SECRETÁRIOS MUNICIPAIS E DOS CARGOS COMISSIONADOS DO MUNICÍPIO DE CANABRAVA DO NORTE, NA FORMA QUE INDICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito do Município de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, **FAZ SABER** que a Câmara Municipal **aprovou**, e eu **sanciono** e **promulgo** a seguinte lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a reduzir o subsídio do Prefeito Municipal, do Vice-prefeito, e **dos ocupantes de cargos em comissão de Secretário Municipal,** de Secretário(a) Chefe de Gabinete e de Tesoureiro **em 20,5% (vinte e meio por cento)**, de Secretário(a) Executivo(a) Municipal, Secretário(a) Adjunto, Gerente, subprefeito da Regional do Distrito de Primavera do Fontoura, Ouvidor Geral Municipal, Coordenador(a), Assessor(a) de Planejamento, Estudos e Projetos, Assessor(a) Técnico, Vistoriador(a), Diretor de Departamento e Chefe de Seção em 18,5% (dezoito e meio por cento), sobre os seus vencimentos mensais, a partir de 01 de julho de 2019.

Parágrafo Único. Se o servidor público municipal for efetivo, e estiver em exercício de cargo em comissão/função de confiança, poderá optar por receber o vencimento do seu cargo efetivo e/ou o vencimento do cargo comissionado, com a sua devida redução.

Art. 2º.Fica alterado o anexo II da lei n. 908/2019, que passa a viger de forma temporária, na forma especificada no anexo único, da presente lei.

Art. 3º.O valor fixado no Art. 1º será readequado ou aumentado de forma gradativa, conforme-se obtenha resultados positivos do equilíbrio orçamentário e financeiro das despesas com pessoal e custeio, aferidas pela comissão de avaliação e controle de gastos com custeio e pessoal, estabelecida no Decreto n. 682/2019, de 28 de junho de 2019.

Art. 4º.Esta lei terá prazo de validade de 06 (seis) meses, o que corresponde ao período de julho de 2019 a dezembro de 2019, podendo ser revista a qualquer momento, se houver melhora nos índices econômicos do município, e caso contrário, poderá ser prorrogada por tempo indeterminado, por ato administrativo emitido pelo chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 01 de julho de 2019, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 09 de julho de 2019.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO – ALTERA ANEXO II DA LEI N. 908/2019

LIMITE QUANTITATIVO E A CLASSIFICAÇÃO DE CARGOS COMISSIONADOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE – MT.

CARGOS DE DIREÇÃO CHEFIA E ASSESSORAMENTO SUPERIOR

DENOMINAÇÃO DO CARGO	SÍMBOLO	VENCIMENTO	PORCENTAGEM / VALOR DE REDUÇÃO DE VENCIMENTO	QTDE.
Prefeito Municipal	GAPRE	Lei n. 676/2016 – R$ 15.000,00	20,5% - R$ 11.925,00	01
Vice-prefeito	GAVPRE	Lei n. 676/2016 – R$ 5.000,00	20,5% - R$ 3.975,00	01
Secretários(as) Municipais	-	Lei n. 676/2016 – R$ 4.000,00	20,5% - R$ 3.260,00	07
Tesoureiro Municipal	TM	Lei n. 676/2016 – R$ 4.000,00	20,5% - R$ 3.260,00	01
Procurador(a) Geral do Município	PGM	Lei n. 685/2017 - Gratificação 20%	GRATIFICAÇÃO 0,00%	01
Assessor(a) Jurídico	ASSEJUR	R$ 3.000,00	18,5% - R$ 2.445,00	01
Chefe de Gabinete do Prefeito	CHEFIA/GAPRE	Lei n. 676/2016 – R$ 4.000,00	20,5% - R$ 3.260,00	01
Controlador(a) Interno Municipal	UMCI	Definido Por Lei	-	01
Secretario(a) Adjunto(a)	-	R$ 3.000,00	18,5% - R$ 2.445,00	02
Secretário(a) Executivo(a) Municipal	-	R$ 2.500,00	18,5% - R$ 2.037,50	03
Gerente	GER/	R$ 2.000,00	18,5% - R$ 1.630,00	17
Subprefeito da Regional do Distrito de Primavera do Fontoura	REG/DPF	R$ 1.900,00	18,5% - R$ 1.548,50	01

Ouvidor Geral Municipal	OGM	R$ 1.650,00	18,5% - R$ 1.344,75	01
Coordenador(a)	COORD/	R$ 1.850,00	18,5% - R$ 1.507,75	22
Assessor(a) de Planejamento, Estudos e Projetos	ASPLAN	R$ 2.000,00	18,5% - R$ 1.630,00	02
Assessor(a) Técnico	ASSETEC	R$ 1.500,00	18,5% - R$ 1.222,50	07
Vistoriador(a)	VISDET	R$ 1.500,00	18,5% - R$ 1.222,50	01
Diretor de Departamento	DEP/	R$ 1.300,00	18,5% - 1.059,50	16
Chefe de Seção	SEÇ/	R$ 998,00	- R$ 998,00	09

VERBA DE CARÁTER INDENIZATÓRIO		
CARGO	**VALOR**	**VALOR COM A REDUÇÃO DE 15%**
Secretários(as) Municipais Chefe da Unidade Municipal de Controle Interno Chefe de gabinete do Prefeito Tesoureiro(a) Municipal	R$ 1.600,00	R$ 1.360,00
Secretários(as) Adjuntos Secretários(as) Executivos	R$ 1.400,00	R$ 1.190,00
Assessor(a) de Planejamento, Estudos e Projetos Gerentes Assessoria Técnica	R$ 950,00	R$ 807,50

ADMINISTRAÇÃO
LEI N. 936/2019, DE 09 DE JULHO DE 2019.

LEI N. 936/2019, DE 09 DE JULHO DE 2019.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A REDUZIR TEMPORARIAMENTE O VALOR DA VERBA INDENIZATÓRIA PARA OS SECRETÁRIOS(AS) MUNICIPAIS, O CHEFE DE GABINETE DO PREFEITO, O CHEFE DA UNIDADE MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO, OS SECRETÁRIOS(AS) ADJUNTOS, O TESOUREIRO MUNICIPAL, OS SECRETÁRIOS(AS) EXECUTIVOS, OS GERENTES, O ASSESSOR DE PLANEJAMENTO, ESTUDOS E PROJETOS - ASPLAN E OS ASSESSORES TÉCNICOS, NA FORMA QUE INDICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito do Município de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, **FAZ SABER** que a Câmara Municipal **aprovou**, e eu **sanciono** e **promulgo** a seguinte lei:

Art. 1º. Altera o § 2º, do artigo 164º, da lei municipal n. 908/2019, de 29 de abril de 2019, que "dispõe sobre a reorganização administrativa do município de Canabrava do Norte, redefine a estrutura administrativa e o quadro de cargos de provimento em comissão e confiança, e adota outras providências", passando a viger com a seguinte redação:

Art. 164º. *Fica criada e regulamentada no âmbito do Poder Executivo Municipal de Canabrava do Norte - MT a verba indenizatória para os Secretários(as) Municipais, o Chefe de gabinete do Prefeito, o Chefe da Unidade Municipal de Controle Interno, para os Secretários(as) Adjuntos, o Tesoureiro Municipal, os Secretários(as) Executivos, os gerentes, o Assessor de Planejamento, Estudos e Projetos - ASPLAN e os Assessores Técnicos.*

[...]

§ 2º. *A verba indenizatória no âmbito do Poder Executivo Municipal será concedida pelo exercício de atividades fins de Secretário Municipal, Tesoureiro Municipal, Chefe de Gabinete do Prefeito e Chefe da Unidade Municipal de Controle Interno nos termos do Inciso XI do Art. 37 da Constituição Federal, até o limite mensal de R$ 1.360,00 (hum mil e trezentos e sessenta reais), o de Secretário Adjunto e Secretário Executivo, nos termos do Inciso XI do Art. 37 da Constituição Federal, até o limite mensal de R$ 1.190,00 (hum mil e cento e noventa reais), e os de gerentes, o Assessor de Planejamento, Estudos e Projetos – ASPLAN e os Assessores Técnicos nos termos do Inciso XI do Art. 37 da Constituição Federal, até o limite mensal de R$ 807,50 (oitocentos e sete reais e cinquenta reais)".*

Art. 2º.Fica alterado o anexo II da lei n. 908/2019, que passa a viger de forma temporária, na forma especificada no anexo único, da presente lei.

Art. 3º. O valor fixado no Art. 1º será readequado ou aumentado de forma gradativa, conforme-se obtenha resultados positivos do equilíbrio orçamentário e financeiro das despesas com pessoal e custeio, aferidas pela comissão de avaliação e controle de gastos com custeio e pessoal, estabelecida no Decreto n. 682/2019, de 28 de junho de 2019.

Art. 4º.Esta lei terá prazo de validade de 06 (seis) meses, o que corresponde ao período de julho de 2019 a dezembro de 2019, podendo ser revista a qualquer momento, se houver melhora nos índices econômicos do município, e caso contrário, poderá ser prorrogada por tempo indeterminado, por ato administrativo emitido pelo chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 01 de julho de 2019, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 09 de julho de 2019.

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO – ALTERA ANEXO II DA LEI N. 908/2019

LIMITE QUANTITATIVO E A CLASSIFICAÇÃO DE CARGOS COMISSIONADOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE – MT.

CARGOS DE DIREÇÃO CHEFIA E ASSESSORAMENTO SUPERIOR

DENOMINAÇÃO DO CARGO	SÍMBOLO	VENCIMENTO	PORCENTAGEM / VALOR DE REDUÇÃO DE VENCIMENTO	QTDE.
Prefeito Municipal	GAPRE	Lei n. 676/2016 – R$ 15.000,00	20,5% - R$ 11.925,00	01
Vice-prefeito	GAVPRE	Lei n. 676/2016 – R$ 5.000,00	20,5% - R$ 3.975,00	01
Secretários(as) Municipais	-	Lei n. 676/2016 – R$ 4.000,00	20,5% - R$ 3.260,00	07
Tesoureiro Municipal	TM	Lei n. 676/2016 – R$ 4.000,00	20,5% - R$ 3.260,00	01
Procurador(a) Geral do Município	PGM	Lei n. 685/2017 - Gratificação 20%	GRATIFICAÇÃO 0,00%	01
Assessor(a) Jurídico	ASSEJUR	R$ 3.000,00	18,5% - R$ 2.445,00	01
Chefe de Gabinete do Prefeito	CHEFIA/ GAPRE	Lei n. 676/2016 – R$ 4.000,00	20,5% - R$ 3.260,00	01
Controlador(a) Interno Municipal	UMCI	Definido Por Lei	-	01
Secretario(a) Adjunto(a)	-	R$ 3.000,00	18,5% - R$ 2.445,00	02
Secretário(a) Executivo(a) Municipal	-	R$ 2.500,00	18,5% - R$ 2.037,50	03
Gerente	GER/	R$ 2.000,00	18,5% - R$ 1.630,00	17
Subprefeito da Regional do Distrito de Primavera do Fontoura	REG/DPF	R$ 1.900,00	18,5% - R$ 1.548,50	01
Ouvidor Geral Municipal	OGM	R$ 1.650,00	18,5% - R$ 1.344,75	01
Coordenador(a)	COORD/	R$ 1.850,00	18,5% - R$ 1.507,75	22
Assessor(a) de Planejamento, Estudos e Projetos	ASPLAN	R$ 2.000,00	18,5% - R$ 1.630,00	02
Assessor(a) Técnico	ASSETEC	R$ 1.500,00	18,5% - R$ 1.222,50	07
Vistoriador(a)	VISDET	R$ 1.500,00	18,5% - R$ 1.222,50	01
Diretor de Departamento	DEP/	R$ 1.300,00	18,5% - 1.059,50	16
Chefe de Seção	SEÇ/	R$ 998,00	- R$ 998,00	09

VERBA DE CARÁTER INDENIZATÓRIO		
CARGO	**VALOR**	**VALOR COM A REDUÇÃO DE 15%**
Secretários(as) Municipais Chefe da Unidade Municipal de Controle Interno Chefe de gabinete do Prefeito Tesoureiro(a) Municipal	R$ 1. 600,00	R$ 1.360,00
Secretários(as) Adjuntos Secretários(as) Executivos	R$ 1. 400,00	R$ 1.190,00
Assessor(a) de Planejamento, Estudos e Projetos Gerentes Assessoria Técnica	R$ 950,00	R$ 807,50

ATA DE SESSÃO DESERTA - PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 024/2019

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 151/2019

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 024/2019

Às oito horas e trinta minutos do dia quatro de julho do ano de dois mil e dezenove, na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte, situada a Avenida Áurea Tavares de Amorim, S/nº, Vila São João em Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, reuniram-se os membros da Comissão Pregoeira (C.P), designada pelo Pregoeiro Iranizo Matos Rodrigues, e os Membros: Alcione Carvalho da Costa e Adbaldo Nunes Milhomem, de acordo com o disposto na Portaria nº 010/2019 de 07 de Janeiro de 2019, com o objetivo do Registro de Preços para possível e eventual aquisição, instalação e manutenção de extintores de incêndio para atender a demanda do Gabinete do Prefeito, da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças; Secretaria Municipal de Educação, Cultura Esporte e Lazer; Secretaria Municipal de Saúde; Secretaria Municipal de Agricultura; Secretaria Municipal de Infra Estrutura Serviços Públicos e Urbanismo; e Secretaria Municipal de Assistência Social, pelo período de 12 meses. No horário preestabelecido, considerando que não compareceram empresas interessadas em participar do certame regido pelo Edital de Pregão Presencial 024-2019, A CP Declarou **Licitação Deserta**. Devido à importância da contratação do objeto pela Administração, o Pregoeiro, no uso de suas atribuições, determinou a prorrogação do certame, estipulando nova data para a entrega e abertura dos envelopes das empresas interessadas em participar do certame, dia 24 de Julho de 2019 as 08:30h no mesmo local. Após este ato, esta Comissão encerra os trabalhos com a lavratura desta ata que lida e achada de conforme, vai ser assinada. Esta Ata terá publicidade conforme legislação e uma cópia afixada no quadro próprio de avisos dos procedimentos licitatórios desta comissão.

Comissão Pregoeira da Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte, aos quatro dias do mês de julho de 2019.

ADMINISTRAÇÃO
LEI N. 934/2019, DE 09 DE JULHO DE 2019.

LEI N. 934/2019, DE 09 DE JULHO DE 2019.

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO EXERCÍCIO FINANCEIRODE 2019, NO VALOR DE R$380.000,00 E DÁ OUTRASPROVIDÊNCIAS".

JOÃO CLEITON ARAUJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte-MT, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município de Canabrava do Norte, para o exercício financeiro de 2019, no valor de **R$ 380. 000,00 (trezentos e oitenta mil reais),** destinado a reforçar as seguintes dotações Orçamentárias:

Fica adicionado:

ÓRGÃO: 06 – **SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA SERVIÇOS PUBLICOS URBANISMO**

UNIDADE: 001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA SERVIÇOS PUBLICOS URBANISMO

FUNÇÃO 15– **URBANISMO**

SUBFUNÇÃO 451- INFRA- ESTRUTURA URBANA

PROGRAMA 0050- ESPANSÃO E MELHORIA DA INFRAESTRUTURA

PROJ/ATIVIDADE: 1028 – **AQUISIÇÃO DE VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS**

ELEMENTO DA DESPESA: 4.4.90.52.00.00.00.00 ---------- R$ 380. 000,00

CODIGO REDUZIDO 222– EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE

FONTE DE RECURSO: 0124 – Transferência de Convênio – Outros

Art. 2º. A cobertura do valor de R$ 234.833,66(duzentos e trinta e quatro mil oitocentos e trinta e tres reais e sessenda e seis centavos), parte do crédito a que se refere o artigo anterior, se fará com recursos oriundos de tendência de excesso de arrecadação por fonte de destinação de recursos do exercício de 2019, conforme artigo 43, parágrafo 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320/64, provenientes de Transferência de Convênios que deu origem a proposta 027978/2019 entre a prefeitura Municipal de Canabrava do Norte e o Superintendência de Desenvolvimento do Centro – Oeste.

Art. 3º. A cobertura do valor de R$ 145.166,34 (cento e quarenta e cinco mil cento e sessenta e seis reais e trinta e quatro centavos),parte do crédito a que se refere o artigo anterior, se fará com a utilização de recursos de anulação parcial de dotações, conforme artigo 43, parágrafo 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320/64, reduzindo as dotações a seguir:

ANULAR:

ÓRGÃO: 06 – **SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA SERVIÇOS PUBLICOS URBANISMO**

UNIDADE: 001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA SERVIÇOS PUBLICOS URBANISMO

FUNÇÃO 15– **URBANISMO**

SUBFUNÇÃO 451- INFRA- ESTRUTURA URBANA

PROGRAMA 0050- ESPANSÃO E MELHORIA DA INFRAESTRUTURA

PROJ/ATIVIDADE: 1053 – **CONSTRUÇÃO DE PRAÇAS E JARDINS**

ELEMENTO DA DESPESA: 4.4.90.51.00.00.00.00 ---------- R$ 50.000,00

CODIGO REDUZIDO 230– OBRAS E INSTALAÇÕES

RECURSO: 0124 – Transferência de Convenio – Outros

ÓRGÃO: 06 – **SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA SERVIÇOS PUBLICOS URBANISMO**

UNIDADE: 001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA SERVIÇOS PUBLICOS URBANISMO

FUNÇÃO 15– **URBANISMO**

SUBFUNÇÃO 451- INFRA- ESTRUTURA URBANA

PROGRAMA 0050- ESPANSÃO E MELHORIA DA INFRAESTRUTURA

PROJ/ATIVIDADE: 2001 – **MANUTENÇÃO CONSORCIO INTER. DESENVOL. ECON. SOCIAL E AMBIENTAL**

ELEMENTO DA DESPESA: 3.3.90.39.00.00.00.00 ---------- R$ 30.000,00

CODIGO REDUZIDO 233– Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

RECURSO: 0100– Recursos Ordinários

ÓRGÃO: 06 – **SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA SERVIÇOS PUBLICOS URBANISMO**

UNIDADE: 001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA SERVIÇOS PUBLICOS URBANISMO

FUNÇÃO 15– **URBANISMO**

SUBFUNÇÃO 451- INFRA- ESTRUTURA URBANA

PROGRAMA 0050- ESPANSÃO E MELHORIA DA INFRAESTRUTURA

PROJ/ATIVIDADE: 2001 – **MANUTENÇÃO CONSORCIO INTER. DESENVOL. ECON. SOCIAL E AMBIENTAL**

ELEMENTO DA DESPESA: 3.1.90.04.00.00.00.00 ---------- R$ 65.166,34

CODIGO REDUZIDO 234– Contratação por Tempo Determinado

RECURSO: 0100– Recursos Ordinários

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Canabrava do Norte - MT, 09 de julho de 2019.

_____

JOÃO CLEITON ARAUJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 24/2019 - REPUBLICAÇÃO

O Ordenador de Despesas/Prefeito Municipal de Canabrava do Norte/MT, por intermédio da Equipe de Pregão, torna público para conhecimento de todos que o certame acima especificado, cuja sessão de habilitação e abertura de propostas ocorreria em 04 de Julho de 2019, às 08h:30min, foi declarado **DESERTO**, por ausência de participantes/interessados. Ainda, torno público a republicação do Edital, *in tela*, designando nova data e horário para habilitação e abertura das propostas para o dia 24 de Julho de 2019, às 08h:30min, reiterando todos os termos do edital, cujo **OBJETO:** Registro de Preços para possível e eventual aquisição, instalação e manutenção de extintores de incêndio para atender a demanda do Gabinete do Prefeito, da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças; Secretaria Municipal de Educação, Cultura Esporte e Lazer; Secretaria Municipal de Saúde; Secretaria Municipal de Agricultura; Secretaria Municipal de Infra Estrutura Serviços Públicos e Urbanismo; e Secretaria Municipal de Assistência Social, pelo período de 12 meses. TIPO: Menor Preço por Item. LEGISLAÇÃO: Lei Nº: 8.666/93, Lei Nº: 10.520/2002 e Leis Complementares Nºs: 123/2006 e 147/2014. Informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal das 07h30min as 11h30min, de segunda á sexta-feira. Informações adicionais pelo telefone (0xx66) 3577-1152. E-mail. Licitacao.cbn@gmail.com. Edital no Site da Prefeitura www.canabravadonorte.mt.gov.br/transparencia.

Canabrava do Norte/MT, 09 de Julho de 2019

Iranizo Matos Rodrigues

Pregoeiro

Portaria nº 010/2019

RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2019

A Prefeitura de Canabrava do Norte-MT, através do Pregoeiro designado pela Portaria nº 010/2019 de 07 de Janeiro de 2019, torna público o Resultado do Pregão Presencial 018/2019, cujo objeto é o Registro de Preços para possível e eventual contratação de Prestadores de Serviços de Coordenador Geral, Coordenador Técnico Pedagógico e Monitores para a implantação do Projeto Seleção do Futuro, Conforme Proposta de Convênio nº 099743/2017, realizado no dia 18/06/2019 às 08h30min, onde as licitantes tiveram os seguintes resultados:

Maria Mislanea Almeida Mata RG nº 2501626-1 SSP/MT CPF: 058.362.301-88;					
01	Prestação de serviços como **MONITOR 01,** profissional ou acadêmico de educação física. Dedicação de 20 h/semanais.	12	Meses	R$ 866,00	10.392,00
Dreibson Paiva de Amorim RG sob o nº 2050650-3 SSP/MT CPF sob o nº 030.036.721-00					
02	Prestação de serviços como **MONITOR 02,** profissional ou acadêmico de educação física. Dedicação de 20 h/semanais.	12	Meses	R$ 866,00	10.392,00
Fernanda Martins Sousa RG sob o nº 2253233-1 SSP/MT CPF sob o nº 029.468.881-18					
03	Prestação de serviços como **MONITOR 03,** profissional ou acadêmico de educação física. Dedicação de 20 h/semanais.	12	Meses	R$ 866,00	10.392,00
Beatriz Lima Nascimento RG sob o nº 2305308-9 SSP/MT CPF sob o nº 047.129.931-62					
04	Prestação de serviços como **MONITOR 04,** profissional ou acadêmico de educação física. Dedicação de 20 h/semanais.	12	Meses	R$ 866,00	10.392,00
Vânia Maria Damasceno RG sob o nº 4342618 DGPC/GO CPF sob o nº 956.255.691-34					
06	Prestador de serviço como **COORDENADOR GERAL**, com dedicação de 40h/semanais, participando de todo o processo de decisão, definindo objetivo geral do projeto, cronograma de atividades, responsabilidade e recursos.	15	Meses	R$ 2.600,00	R$ 39.000,00

Canabrava do Norte-MT, 09 de Julho de 2019.

Iranizo Matos Rodrigues

Pregoeiro

Portaria nº 010/2019

ADMINISTRAÇÃO
LEI N. 938/2019, DE 09 DE JULHO DE 2019.

LEI N. 938/2019, DE 09 DE JULHO DE 2019.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER PARCELAMENTO DA DÍVIDA ATIVA AOS DEVEDORES COM A FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito do Município de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições

constitucionais e legais, **FAZ SABER** que a Câmara Municipal **aprovou**, e eu **sanciono** e **promulgo** a seguinte lei:

Art. 1º. Esta Lei autoriza o Poder Executivo a conceder parcelamento em até 20 (vinte) meses, para pagamento da dívida ativa aos contribuintes inadimplentes com a Tesouraria Municipal, com o objetivo de recuperar créditos tributários, não podendo o valor de cada parcela ser inferior a 1 (uma) UFCN - Unidade Fiscal de Canabrava do Norte.

§ 1º. O parcelamento de que trata o *caput* deste artigo abrange todos os créditos tributários e não tributários vencidos até 31 de dezembro de 2018, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados e a ajuizar, inclusive aqueles, objeto de acordo de parcelamento anterior não cumprido pelo contribuinte.

§2º. Para fazer jus ao benefício do parcelamento da dívida ativa, os contribuintes inadimplentes com a Tesouraria Municipal, deverá solicitar o referido benefício até o dia 30 de agosto de 2019.

Art. 2º. O disposto nesta Lei não autoriza a restituição ou compensação de importâncias já recolhidas aos cofres municipais.

Art. 3º. Fica o Poder Executivo autorizado a regulamentar a presente lei, no que for necessário para a sua fiel execução, inclusive autorizado a prorrogar referida campanha de incentivo, mediante decreto, se necessário for.

Art. 4º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 09 de julho de 2019.

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
LEI N. 939/2019, DE 09 DE JULHO DE 2019.

LEI N. 939/2019, DE 09 DE JULHO DE 2019.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONALESPECIAL AO ORÇAMENTO DO EXERCÍCIO FINANCEIRODE 2019, NO VALOR DE R$ 525.247,09 E DÁ OUTRASPROVIDÊNCIAS.

JOÃO CLEITON ARAUJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte-MT, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a promover abertura de crédito especial no orçamento financeiro de 2019, no valor de R$525.247,09 (quinhentos e vinte e cinco mil duzentos e quarenta e sete reais e nove centavos), adicionando recursos ao orçamento do município, provenientes de anulação parcial ou totalde dotação, para fazer frente às despesas segue abaixo descrita:

FICA ADICIONADO:

ÓRGÃO: 03 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

UNIDADE: 001 – GABINETE DO SECRETARIO

FUNÇÃO 99 – RESERVA DE CONTINGENCIA

SUBFUNÇÃO 999 - RESERVA DE CONTINGENCIA

PROGRAMA 0056 - RESERVA DE CONTINGENCIA

PROJ/ATIVIDADE: 2115 – RESERVA DE CONTINGENCIA

ELEMENTO DA DESPESA: 9.9.99.99.00.00.00.00 ---------- R$ 201. 318,00

CODIGO REDUZIDO 394– RESERVA DE CONTINGENCIA

FONTE DE RECURSO: 0100 – Recursos Ordinários

ÓRGÃO: 03 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

UNIDADE: 001 – GABINETE DO SECRETARIO

FUNÇÃO 04 – ADMINISTRAÇÃO

SUBFUNÇÃO 122 – ADMINISTRAÇÃO GERAL

PROGRAMA 0055 – ENCARGOS ESPECIAIS

PROJ/ATIVIDADE: 2116 – CONTRIBUIÇÃO AO PASEP

ELEMENTO DA DESPESA: 3.3.90.47.00.00.00.00 ---------- R$ 77.795,83

CODIGO REDUZIDO 395– CONTRIBUIÇÃO AO PASEP

FONTE DE RECURSO: 0100 – Recursos Ordinários

ÓRGÃO: 03 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

UNIDADE: 001 – GABINETE DO SECRETARIO

FUNÇÃO 28 – ENCARGOS ESPECIAIS

SUBFUNÇÃO 843 – SERVIÇO DA DIVIDA INTERNA

PROGRAMA 0001 – ENCARGOS ESPECIAIS

PROJ/ATIVIDADE: 2117 – AMORTIZAÇÃO DA DIVIDA PUBLICA

ELEMENTO DA DESPESA: 3.2.90.21.00.00.00.00 ---------- R$ 5.000,00

CODIGO REDUZIDO 396– JUROS SOBRE A DIVIDA DE CONTRATO

FONTE DE RECURSO: 0100 – Recursos Ordinários

ÓRGÃO: 03 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

UNIDADE: 001 – GABINETE DO SECRETARIO

FUNÇÃO 28 – ENCARGOS ESPECIAIS

SUBFUNÇÃO 843 – SERVIÇO DA DIVIDA INTERNA

PROGRAMA 0001 – ENCARGOS ESPECIAIS

PROJ/ATIVIDADE: 2117 – AMORTIZAÇÃO DA DIVIDA PUBLICA

ELEMENTO DA DESPESA: 4.6.90.71.00.00.00.00 ---------- R$ 68.133,26

CODIGO REDUZIDO 397– JUROS SOBRE A DIVIDA DE CONTRATO

FONTE DE RECURSO: 0100 – Recursos Ordinários

ÓRGÃO: 03 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

UNIDADE: 001 – GABINETE DO SECRETARIO

FUNÇÃO 04 – ADMINISTRAÇÃO

SUBFUNÇÃO 123 – ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

PROGRAMA 0051 – APOIO ADMINISTRATIVO

PROJ/ATIVIDADE: 2118 – SETENÇAS JUDICIAIS

ELEMENTO DA DESPESA: 3.3.90.91.00.00.00.00 ---------- R$ 160. 000,00

CODIGO REDUZIDO 398– SETENÇAS JUDICIAIS

FONTE DE RECURSO: 0100 – Recursos Ordinários

ÓRGÃO: 03 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

UNIDADE: 001 – GABINETE DO SECRETARIO

FUNÇÃO 04 – ADMINISTRAÇÃO

SUBFUNÇÃO 123 – ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

PROGRAMA 0051 – APOIO ADMINISTRATIVO

PROJ/ATIVIDADE: 2119 – CONTRIBUIÇÃO A ORGÃO REPRESENTATIVO DO MUNICIPIO

ELEMENTO DA DESPESA: 3.3.90.39.00.00.00.00 ---------- R$ 13.000,00

CODIGO REDUZIDO 399- OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA

FONTE DE RECURSO: 0100 – Recursos Ordinários

Art. 2º. Para cobertura ao crédito adicional suplementar, aberto no Artigo 1º, serão utilizados recursos conforme o artigo 43º, § 1º da Lei Federal n. 4.320/64, Inciso III – Anulação Parcial ou Total de Dotações, mantendo o equilíbrio orçamentário, conforme o seguinte detalhamento:

ANULAR:

ÓRGÃO: 10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

UNIDADE: 001 – SECRETARIA DE FINANÇAS

FUNÇÃO 99 – RESERVA DE CONTINGENCIA

SUBFUNÇÃO 999 - RESERVA DE CONTINGENCIA

PROGRAMA 0056 - RESERVA DE CONTINGENCIA

PROJ/ATIVIDADE: 2055 – RESERVA DE CONTINGENCIA

ELEMENTO DA DESPESA: 9.9.99.99.00.00.00.00 ---------- R$201.318,00

CODIGO REDUZIDO 351– RESERVA DE CONTINGENCIA

FONTE DE RECURSO: 0100 – Recursos Ordinários

ÓRGÃO: 10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

UNIDADE: 001 – SECRETARIA DE FINANÇAS

FUNÇÃO 04 – ADMINISTRAÇÃO

SUBFUNÇÃO 122 – ADMINISTRAÇÃO GERAL

PROGRAMA 0055 – ENCARGOS ESPECIAIS

PROJ/ATIVIDADE: 2059 – CONTRIBUIÇÃO AO PASEP

ELEMENTO DA DESPESA: 3.3.90.47.00.00.00.00 ---------- R$ 77.795,83

CODIGO REDUZIDO 333– CONTRIBUIÇÃO AO PASEP

FONTE DE RECURSO: 0100 – Recursos Ordinários

ÓRGÃO: 10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

UNIDADE: 001 – SECRETARIA DE FINANÇAS

FUNÇÃO 28 – ENCARGOS ESPECIAIS

SUBFUNÇÃO 843 – SERVIÇO DA DIVIDA INTERNA

PROGRAMA 0001 – ENCARGOS ESPECIAIS

PROJ/ATIVIDADE: 2060 – AMORTIZAÇÃO DA DIVIDA PUBLICA

ELEMENTO DA DESPESA: 3.2.90.21.00.00.00.00 ---------- R$ 5.000,00

CODIGO REDUZIDO 349– JUROS SOBRE A DIVIDA DE CONTRATO

FONTE DE RECURSO: 0100 – Recursos Ordinários

ÓRGÃO: 10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

UNIDADE: 001 – SECRETARIA DE FINANÇAS

FUNÇÃO 28 – ENCARGOS ESPECIAIS

SUBFUNÇÃO 843 – SERVIÇO DA DIVIDA INTERNA

PROGRAMA 0001 – ENCARGOS ESPECIAIS

PROJ/ATIVIDADE: 2060 – AMORTIZAÇÃO DA DIVIDA PUBLICA

ELEMENTO DA DESPESA: 4.6.90.71.00.00.00.00 ---------- R$ 28.719,44

CODIGO REDUZIDO 350– JUROS SOBRE A DIVIDA DE CONTRATO

FONTE DE RECURSO: 0100 – Recursos Ordinários

ÓRGÃO: 10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

UNIDADE: 001 – SECRETARIA DE FINANÇAS

FUNÇÃO 04 – ADMINISTRAÇÃO

SUBFUNÇÃO 123 – ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

PROGRAMA 0051 – APOIO ADMINISTRATIVO

PROJ/ATIVIDADE: 2095 – SETENÇAS JUDICIAIS

ELEMENTO DA DESPESA: 3.3.90.91.00.00.00.00 ---------- R$ 160. 000,00

CODIGO REDUZIDO 346– SETENÇAS JUDICIAIS

FONTE DE RECURSO: 0100 – Recursos Ordinários

ÓRGÃO: 10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

UNIDADE: 001 – SECRETARIA DE FINANÇAS

FUNÇÃO 04 – ADMINISTRAÇÃO

SUBFUNÇÃO 123 – ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

PROGRAMA 0051 – APOIO ADMINISTRATIVO

PROJ/ATIVIDADE: 2097 – CONTRIBUIÇÃO A ORGÃO REPRESENTATIVO DO MUNICIPIO

ELEMENTO DA DESPESA: 3.3.90.39.00.00.00.00 ---------- R$ 13.000,00

CODIGO REDUZIDO 347- OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA

FONTE DE RECURSO: 0100 – Recursos Ordinários

ÓRGÃO: 10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

UNIDADE: 001 – SECRETARIA DE FINANÇAS

FUNÇÃO 04 – ADMINISTRAÇÃO

SUBFUNÇÃO 123 – ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

PROGRAMA 0051 – APOIO ADMINISTRATIVO

PROJ/ATIVIDADE: 2012 – MANUTENÇÃO COM A SECRETARIA DE FINANÇAS

ELEMENTO DA DESPESA: 3.3.90.39.00.00.00.00 ---------- R$ 39.413,82

CODIGO REDUZIDO 343– OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIRO PESSOA JURIDICA

FONTE DE RECURSO: 0100 – Recursos Ordinários

Art. 3º. Fica o Poder Executivo autorizado a atualizar o Anexo I a Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício 2019, Lei n. 831/2018 (LDO), incluindo os Programas e Ações abertos no Artigo 1°.

Art. 4º. Fica o Poder Executivo autorizado a proceder com a atualização do Anexo I da Lei do Plano Plurianual – PPA, Lei n. 748/2017, incluindo os Programas e Ações abertos no Artigo 1°.

Art. 5o.. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Canabrava do Norte - MT, em 09 de julho de 2019.

_____

JOÃO CLEITON ARAUJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
LEI N. 940/2019, DE 09 DE JULHO DE 2019.

LEI N. 940/2019, DE 09 DE JULHO DE 2019.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONALSUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO EXERCÍCIO FINANCEIRODE 2019, NO VALOR DE R$ 32.823,95 E DÁ OUTRASPROVIDÊNCIAS.

JOÃO CLEITON ARAUJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte-MT, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a promover abertura de crédito suplementar no orçamento financeiro de 2019, no valor de R$32.823,95 (Trinta e dois mil, oitocentos e vinte e três reais e noventa e cinco centavos), adicionando recursos ao orçamento do município, provenientes de

anulação parcial ou total de dotação, para fazer frente às despesas segue abaixo descrita:

FICA ADICIONADO:

ÓRGÃO: 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA SERVIÇOS PUBLICOS E URBANISMO

UNIDADE: 001 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA SERVIÇOS PUBLICOS E URBANISMO

FUNÇÃO 15– URBANISMO

SUBFUNÇÃO 452 - SERVIÇOS URBANOS

PROGRAMA 0050 – EXPANSÃO E MELHORIA DE INFRA ESTRUTURA

PROJ/ATIVIDADE: 2015 – FOLHA E ENCARGOS - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA SERVIÇOS PUBLICOS E URBANISMO

ELEMENTO DA DESPESA: 3.1.90.11.00.00.00.00 ---------- R$ 19.560,00

CODIGO REDUZIDO 235– VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – DIARIAS CIVIL

FONTE DE RECURSO: 0100 – Recursos Ordinários

ÓRGÃO: 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA SERVIÇOS PUBLICOS E URBANISMO

UNIDADE: 001 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA SERVIÇOS PUBLICOS E URBANISMO

FUNÇÃO 15– URBANISMO

SUBFUNÇÃO 452 - SERVIÇOS URBANOS

PROGRAMA 0050 – EXPANSÃO E MELHORIA DE INFRA ESTRUTURA

PROJ/ATIVIDADE: 2015 – FOLHA DE PAGAMENTO E ENCARGOS - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA SERVIÇOS PUBLICOS E URBANISMO

ELEMENTO DA DESPESA: 3.1.90.13.00.00.00.00 ---------- R$ 19.560,00

CODIGO REDUZIDO 236– OBRIGAÇÕES PATRONAIS

FONTE DE RECURSO: 0100 – Recursos Ordinários

ÓRGÃO: 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA SERVIÇOS PUBLICOS E URBANISMO

UNIDADE: 001 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA SERVIÇOS PUBLICOS E URBANISMO

FUNÇÃO 15– URBANISMO

SUBFUNÇÃO 452 - SERVIÇOS URBANOS

PROGRAMA 0050 – EXPANSÃO E MELHORIA DE INFRA ESTRUTURA

PROJ/ATIVIDADE: 2016 – MANUTENÇÃO - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA SERVIÇOS PUBLICOS E URBANISMO

ELEMENTO DA DESPESA: 3.3.90.93.00.00.00.00 ---------- R$ 8.350,00

CODIGO REDUZIDO 244– INDENIZAÇOES E RESTITUIÇÕES

FONTE DE RECURSO: 0100 – Recursos Ordinários

ÓRGÃO: 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA SERVIÇOS PUBLICOS E URBANISMO

UNIDADE: 001 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA SERVIÇOS PUBLICOS E URBANISMO

FUNÇÃO 15– URBANISMO

SUBFUNÇÃO 452 - SERVIÇOS URBANOS

PROGRAMA 0050 – EXPANSÃO E MELHORIA DE INFRA ESTRUTURA

PROJ/ATIVIDADE: 1022 – EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA SERVIÇOS PUBLICOS E URBANISMO

ELEMENTO DA DESPESA: 4.4.90.52.00.00.00.00 ---------- R$ 548,27

CODIGO REDUZIDO 229– EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE

FONTE DE RECURSO: 0100 – Recursos Ordinários

Art. 2º. Para cobertura ao crédito adicional suplementar, aberto no Artigo 1º, serão utilizados recursos conforme o artigo 43º, § 1º da Lei Federal n. 4.320/64, Inciso III – Anulação Parcial ou Total de Dotações, mantendo o equilíbrio orçamentário, conforme o seguinte detalhamento:

ANULAR:

ÓRGÃO: 12 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E COMERCIO

UNIDADE: 001 – GABINETE DO SECRETARIO

FUNÇÃO 23 – COMERCIO E SERVIÇOS

SUBFUNÇÃO 691 – PROMOÇÃO COMERCIAL

PROGRAMA 0049 – DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUARIA FOMENTO E ABASTECIMENTO

PROJ/ATIVIDADE: 2053 – FOLHA DE PAGAMENTOS E ENCARGOS - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E COMERCIO

ELEMENTO DA DESPESA: 3.1.90.11.00.00.00.00 ---------- R$32.823,95

CODIGO REDUZIDO 362– VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – DIARIAS CIVIL

FONTE DE RECURSO: 0100 – Recursos Ordinários

Art. 3o.. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Canabrava do Norte - MT, em 09 de julho de 2019.

_____

JOÃO CLEITON ARAUJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
LEI N.941/2019, DE 09 DE JULHO DE 2019.

LEI N.941/2019, DE 09 DE JULHO DE 2019.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO EXERCÍCIO FINANCEIRODE 2019, NO VALOR DE R$ 145.617,13 E DÁ OUTRASPROVIDÊNCIAS.

JOÃO CLEITON ARAUJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte-MT, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a promover abertura de Crédito Suplementar no Orçamento Financeiro de 2019, no valor de **R$145. 617,13**(cento e quarenta e cinco mil seiscentos e dezessete reais e treze centavos), adicionado recursos ao orçamento do Município, proveniente de **anulação total ou parcial** do Orçamento Vigente de 2019, para reforçar nas seguintes dotações:

Fica Adicionado

ÓRGÃO: 04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE, LAZER E CULTURA

UNIDADE: 001 - COORDENADORIA DE ASSISTENCIA TÉCNICA E PEDAGOGICA

FUNÇÃO: 12 – EDUCAÇÃO

SUBFUNÇÃO 361- ENSINO FUNDAMENTAL

PROGRAMA 042 – EDUCAÇÃO TRANSFORMADORA

PROJ/ATIVIDADE: 2026 – Manutenção do Transporte Escolar

ELEMENTO DE DESPESA :3.3.90.30.00.00.00.00

CODIGO REDUZIDO: 0060 – Material de Consumo R$72.000,00

FONTE DE RECURSO: 0115 – Transferência de Recurso do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação – FNDE

ÓRGÃO: 04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE, LAZER E CULTURA

UNIDADE: 001 - COORDENADORIA DE ASSISTENCIA TÉCNICA E PEDAGOGICA

FUNÇÃO: 12 – EDUCAÇÃO

SUBFUNÇÃO 361- ENSINO FUNDAMENTAL

PROGRAMA 042 – EDUCAÇÃO TRANSFORMADORA

PROJ/ATIVIDADE: 2026 – Manutenção do Transporte Escolar

ELEMENTO DE DESPESA:3.3.90.30.00.00.00.00

CODIGO REDUZIDO: 0062 – OUTROS SERVIÇOS DE PESSOA JURIDICAS R$ 73.617,43

FONTE DE RECURSO: 0115 – Transferência de Recurso do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação – FNDE

Art. 2º. A cobertura do valor de **R$145.617,13**(cento e quarenta e cinco mil seiscentos e dezessete reais e treze centavos), parte do crédito a que se refere o artigo anterior, se fará com a utilização de recursos de anulação parcial de dotações, conforme artigo 43, parágrafo 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320/64, reduzindo as dotações a seguir:

ANULAR:

ÓRGÃO: 04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE, LAZER E CULTURA

UNIDADE: 001 - COORDENADORIA DE ASSISTENCIA TÉCNICA E PEDAGOGICA

FUNÇÃO: 12 – EDUCAÇÃO

SUBFUNÇÃO 365- EDUCAÇÃO INFANTIL

PROGRAMA 042 – EDUCAÇÃO TRANSFORMADORA

PROJ/ATIVIDADE: 2020 – FOLHA DE PAGAMENTO E ENCARGOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL

ELEMENTO DE DESPESA:3.3.90.11.00.00.00.00

CODIGO REDUZIDO: 0076 – FOLHA DE PAGAMENTO E ENCARGOS - COORDENADORIA DE ASSISTENCIA TÉCNICA E PEDAGOGICA - R$ 25.117,13

FONTE DE RECURSO: 0101 – RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS - EDUCAÇÃO

ÓRGÃO: 04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE, LAZER E CULTURA

UNIDADE: 003 - COORDENADORIA DE ESPORTE E LAZER

FUNÇÃO: 27 – DESPORTO E LAZER

SUBFUNÇÃO 812- DESPORTO COMUNITARIO

PROGRAMA 047 – DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE E LAZER

PROJ/ATIVIDADE: 2030 – COORDENADORIA DE ESPORTE E LAZER

ELEMENTO DE DESPESA :3.3.90.14.00.00.00.00

CODIGO REDUZIDO: 0104 – DIARIAS CIVIL R$4.000,00

FONTE DE RECURSO: 0100 –RECURSOS ORDINARIOS

ÓRGÃO: 04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE, LAZER E CULTURA

UNIDADE: 003 - COORDENADORIA DE ESPORTE E LAZER

FUNÇÃO: 27 – DESPORTO E LAZER

SUBFUNÇÃO 812- DESPORTO COMUNITARIO

PROGRAMA 047 – DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE E LAZER

PROJ/ATIVIDADE: 2030 – COORDENADORIA DE ESPORTE E LAZER

ELEMENTO DE DESPESA:3.3.90.14.00.00.00.00

CODIGO REDUZIDO: 0105 – MATERIAL DE CONSUMO R$45.000,00

FONTE DE RECURSO: 0100 –RECURSOS ORDINARIOS

ÓRGÃO: 04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE, LAZER E CULTURA

UNIDADE: 003 - COORDENADORIA DE ESPORTE E LAZER

FUNÇÃO: 27 – DESPORTO E LAZER

SUBFUNÇÃO 812- DESPORTO COMUNITARIO

PROGRAMA 047 – DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE E LAZER

PROJ/ATIVIDADE: 2030 – COORDENADORIA DE ESPORTE E LAZER

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.14.00.00.00.00

CODIGO REDUZIDO: 106 – PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTISTICAS, CIENTIFICAS R$5.000,00

FONTE DE RECURSO: 0100 –RECURSOS ORDINARIOS

ÓRGÃO: 04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE, LAZER E CULTURA

UNIDADE: 003 - COORDENADORIA DE ESPORTE E LAZER

FUNÇÃO: 27 – DESPORTO E LAZER

SUBFUNÇÃO 812- DESPORTO COMUNITARIO

PROGRAMA 047 – DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE E LAZER

PROJ/ATIVIDADE: 2030 – COORDENADORIA DE ESPORTE E LAZER

ELEMENTO DE DESPESA:3.3.90.14.00.00.00.00

CODIGO REDUZIDO 108 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA FISICA R$10.000,00

FONTE DE RECURSO: 0100 –RECURSOS ORDINARIOS

ÓRGÃO: 04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE, LAZER E CULTURA

UNIDADE: 003 - COORDENADORIA DE ESPORTE E LAZER

SUBFUNÇÃO 812- DESPORTO COMUNITARIO

PROGRAMA 047 – DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE E LAZER

PROJ/ATIVIDADE: 2030 – COORDENADORIA DE ESPORTE E LAZER

ELEMENTO DE DESPESA 3.3.90.14.00.00.00.00

CODIGO REDUZIDO:109 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURIDICA R$22.000,00

FONTE DE RECURSO: 0100 –RECURSOS ORDINARIOS

ÓRGÃO: 04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE, LAZER E CULTURA

UNIDADE: 002 - COORDENADORIA DE TURISMO E CULTURA

FUNÇÃO: 13 – CULTURA

SUBFUNÇÃO 392- DIFUSÃO CULTURAL

PROGRAMA 0046 – PROMOVENDO A CULTURA

PROJ/ATIVIDADE: 2018 – FOLHA DE PAGAMENTO E ENCARGOS - COORDENADORIA DE TURISMO E CULTURA

ELEMENTO DE DESPESA:3.1.90.13.00.00.00.00

CODIGO REDUZIDO: 85 – OBRIGAÇÕES PATRONAIS R$ 8.000,00

FONTE DE RECURSO: 0100 –RECURSOS ORDINARIOS

ÓRGÃO: 04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE, LAZER E CULTURA

UNIDADE: 002 - COORDENADORIA DE TURISMO E CULTURA

FUNÇÃO: 13 – CULTURA

SUBFUNÇÃO 392- DIFUSÃO CULTURAL

PROGRAMA 0046 – PROMOVENDO A CULTURA

PROJ/ATIVIDADE: 2029 – MANUTENÇÃO - COORDENADORIA DE TURISMO E CULTURA

ELEMENTO DE DESPESA:3.3.90.14.00.00.00.00

CODIGO REDUZIDO: 86 – DIARIAS – CIVIL R$ 5.000,00

FONTE DE RECURSO: 0100 –RECURSOS ORDINARIOS

ÓRGÃO: 04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE, LAZER E CULTURA

UNIDADE: 002 - COORDENADORIA DE TURISMO E CULTURA

FUNÇÃO: 13 – CULTURA

SUBFUNÇÃO 392- DIFUSÃO CULTURAL

PROGRAMA 0046 – PROMOVENDO A CULTURA

PROJ/ATIVIDADE: 2029 – MANUTENÇÃO - COORDENADORIA DE TURISMO E CULTURA

ELEMENTO DE DESPESA:3.3.90.33.00.00.00.00

CODIGO REDUZIDO: 88 – PASSAGENS E DESPESA COM LOCOMOÇÃO R$ 5.000,00

FONTE DE RECURSO: 0100 –RECURSOS ORDINARIOS

ÓRGÃO: 04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE, LAZER E CULTURA

UNIDADE: 002 - COORDENADORIA DE TURISMO E CULTURA

FUNÇÃO: 13 – CULTURA

SUBFUNÇÃO 392- DIFUSÃO CULTURAL

PROGRAMA 0046 – PROMOVENDO A CULTURA

PROJ/ATIVIDADE: 2029 – MANUTENÇÃO - COORDENADORIA DE TURISMO E CULTURA

ELEMENTO DE DESPESA:3.3.90.93.00.00.00.00

CODIGO REDUZIDO: 91 – IDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES R$ 16. 500,00

FONTE DE RECURSO: 0100 –RECURSOS ORDINARIOS

Canabrava do Norte - MT, 09 de julho de 2019.

_____

JOÃO CLEITON ARAUJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
LEI N. 933/2019, DE 09 DE JULHO DE 2019.

LEI N. 933/2019, DE 09 DE JULHO DE 2019.

"ALTERA PARCIALMENTE A LEI N. 908/2019 QUE DISPÕE SOBRE A REORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO DE CANABRAVA DO NORTE, REDEFINE A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E O QUADRO DE CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO E CONFIANÇA, E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Canabrava do Norte aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Altera o artigo os § 1º, inciso IV, do artigo 50º, da Lei Municipal n. 908/2019, de 29 de abril de 2019, que passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 50º. São atribuições da Secretaria Municipal de Saúde:

[...]

§ 1º. A Secretaria Municipal de Saúde tem a seguinte estrutura organizacional:

[...]

IV – Coordenadoria de Regulação e Agendamentos - COORD/RAG;

[...]

Art. 2º. Altera a nomenclatura do título da subseção XLIV, da Lei Municipal n. 908/2019, de 29 de abril de 2019, que passa a se denominar com a seguinte redação:

"SUBSEÇÃO XLIV

Coordenadoria de Regulação e Agendamentos – COORD/RAG"

Art. 3º. Altera o "*caput*" e seus incisos do artigo 100º, bem como, o § 1º, § 3º, § 4º e § 5º,da Lei Municipal n. 908/2019, de 29 de abril de 2019, que passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 100º. A Coordenadoria de regulação e agendamento compete:

I – Cadastramento dos serviços e dos usuários deve ser fidedignos, completos e atualizados permanentemente, de forma a constituírem uma base segura para o processo de programação e organização da assistência;

II – Autorização das internações eletivas e de procedimentos especializados de média e alta complexidade: os fluxos devem facilitar o acesso dos usuários sem prejuízo do monitoramento adequado da produção e faturamento dos serviços;

III – Garantir o acesso aos serviços de saúde disponibilizados de forma adequada, em conformidade com os princípios de equidade e integralidade;

IV – Realizar os agendamentos de consultas, atendimentos e exames nas unidades de saúde;

V – Elaborar, disseminar e implantar protocolos de regulação do acesso;

VI – Diagnosticar, adequar e orientar os fluxos regulatórios da assistência;

VII – Construir e viabilizar as grades de referência e contrarreferência;

VIII – Integrar as ações de regulação entre as centrais de regulação regional;

IX – Coordenar a pactuação de distribuição de recursos em saúde entre as centrais de regulação regionais;

X – Coordenar a integração entre o sistema de regulação estadual e o municipal;

XI – Subsidiar o gestor de informações sobre insuficiência de ofertas em saúde, fila de espera e indicadores de aproveitamento das ofertas;

XII – Pactuar junto aos prestadores o fluxo de utilização das ofertas contratadas;

XIII – Participar do processo de contratação dos diversos serviços em saúde, bem como das readequações contratuais;

XIV – Promover a interlocução entre o Sistema de Regulação e as diversas áreas técnicas de atenção à saúde;

XV – Efetuar a regulação médica, exercendo autoridade sanitária para garantia do acesso, baseado em protocolos, classificação de risco e demais critérios de priorização, tanto em situação de urgência quanto para procedimentos eletivos;

XVI – Fazer a gestão da ocupação de leitos disponíveis e do preenchimento das vagas nas agendas de procedimento eletivos das unidades de saúde;

XVII – Padronizar as solicitações de procedimento por meio dos protocolos de acesso, levando em conta os protocolos assistenciais;

XVIII – Executar o processo autorizativo para realização de procedimentos de alta complexidade e internações hospitalares;

XIX – Operar o SISREG - Sistema Nacional de Regulação.

§ 1º. A Coordenadoria de regulação e agendamentos, também é o órgão responsável pela central de agendamento de consultas e exames em Canabrava do Norte, regulando o acesso através da interferência no processo de consultas e exames ficando a disponibilidade de agenda e o registro de confirmação do procedimento executado sob inteira responsabilidade do usuário do SUS.

[...]

§ 3º. É importante ainda considerar a integração existente entre o Coordenadoria de Regulação e Agendamento, com a Unidade Municipal de Controle Interno e a Ouvidoria Geral do Município, bem como, com as unidades básicas de saúde e o laboratório municipal, sendo que juntos desenvolvem todo um trabalho visando: coordenar, controlar, regular e avaliar em parceria os serviços prestados aos usuários do SUS.

§ 4º. A Coordenadoria de regulação e agendamentos coordenará a central de agendamento de consultas e exames médicos ofertados no município de Canabrava do Norte no intuito de organizar a relação entre a oferta e a demanda qualificando o acesso da população aos serviços de saúde no SUS definida na NOAS como uma "alternativa assistencial mais adequada à necessidade do cidadão, de forma equânime, ordenada, oportuna e qualificada".

§ 5º. A central de consultas e exames em Canabrava do Norte regula o acesso através da interferência no processo de consultas e exames ficando a disponibilidade de agenda e o registro de confirmação do procedimento executado sob inteira responsabilidade da Coordenadoria de regulação e agendamentos".

Art. 4º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, em 09 de julho de 2019.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

PORTARIA Nº 408/2019

Portaria nº 408/2019

De 08 de julho de 2019

Conceder férias a servidora pública municipal **Gracieli Sousa Silva** e dá outras providências.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 69 e § 1º do artigo 73 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Canarana.

R E S O L V E

Art. 1º - Conceder férias regulamentares a Servidora **Gracieli Sousa Silva** um período de 30 dias, a serem gozadas no período de 08 de julho de 2019 à 06 de agosto de 2019.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende a 16/04/2018 à 26/04/2019.

Art. 4° - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso em 08 de julho de 2019.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº407/2019

Portaria nº407/2019

De 05 de julho de 2019

Nomeia servidora em Estágio Probatório.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e com base no que dispõe o Art. 11 § 1º da Lei Municipal Complementar nº 028/2002, de 23 de dezembro de 2002-Estatuto dos Servidores Públicos.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear **Berenice Regina Schlemmer**, em estágio probatório para o cargo de Provimento Efetivo de Técnica de Enfermagem, Anexo I – Grupo Ocupacional II Técnico do SUS, da Lei Complementar nº 123/2014, aprovado em concurso público, homologado pelo Decreto n. 2734/2016 de 01 de dezembro de 2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana MT, 05 de julho de 2019.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº406/2019

Portaria nº406/2019

De 05 de julho de 2019

Nomeia servidora em Estágio Probatório.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e com base no que dispõe o Art. 11 § 1º da Lei Municipal Complementar nº 028/2002, de 23 de dezembro de 2002-Estatuto dos Servidores Públicos.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear **Maria Gorete Pereira Leite**, em Estágio Probatório para o cargo de Provimento Efetivo de Técnica de Enfermagem, Anexo I – Grupo Ocupacional II Técnico do SUS, da Lei Complementar nº 123/2014, aprovado em concurso público, homologado pelo Decreto n. 2734/2016 de 01 de dezembro de 2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana MT, 05 de julho de 2019.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 405/2019

Portaria nº 405/2019

De 04 de julho de 2019.

Exonera Servidora a pedido

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e com base no que dispõe o Art. 11 § 2º da Lei Municipal Complementar nº 028/2002, de 23 de dezembro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos,

RESOLVE:

Art.1º – Exonerar **Maria Gorete Pereira Leite**, do cargo de provimento efetivo de Atendente de Recepção Hospitalar Anexo I – Grupo Ocupacional III, da Lei Complementar nº 123/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, em 04 de julho de 2019.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATOS 119/2019

Contratante: Prefeitura Municipal de Canarana- MT

Modalidade: Dispensa de Licitação nº 050/2019

Data: 03/07/2019

Vigência: 31/12/2019

Contratado: SENAT SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM DO TRANSPORTE

Objeto: Prestação de serviços com Curso especializado para condutores de veículos de transporte escolar de Canarana-MT

Valor: R$ 9.500,00 (Nove mil e quinhentos reais).

PORTARIA Nº 409/2019

Portaria nº 409/2019

De 08 de julho de 2019.

Conceder férias ao servidor público municipal **Clayton Dias de Souza** e dá outras providências.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 69 e § 1º do artigo 73 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Canarana.

R E S O L V E

Art. 1º - Conceder férias regulamentares ao Servidor **Clayton Dias de Souza** por um período de 30 dias, a serem gozadas nos períodos de:

Os primeiros 15 dias de 15 de julho de 2019 à 29 de julho de 2019.

Os últimos 15 dias de 09 de setembro de 2019 à 23 de setembro de 2019.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende a 19/10/2015 à 19/10/2016.

Art. 4° - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso em 08 de julho de 2019.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 029/2019

Processo Seletivo 001/2018

Edital de Convocação N° 029/2019

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e considerando o resultado final do Processo Seletivo Simplificado 001/2018 homologado pelo Decreto n°2948 de 18/01/2019.

RESOLVE TORNAR PÚBLICO

O presente Edital que estabelece a convocação, para fins de suprimento de cargos em caráter temporário no quadro de pessoal da Secretaria Municipal de Saúde como segue:

Candidato	CARGO	PROCESSO SELETIVO
VIVIANNE DE SOUSA DUNCK	ENFERMEIRA	001/2018

A candidata convocada terá 05 (cinco) dias contados a partir da publicação do presente edital, para se apresentar e manifestar sobre a aceitação ou não do cargo no departamento de Recursos Humanos da Secretaria de Administração.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, em 04 de julho de 2019.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE CESSÃO DE USO DE BEM PÚBLICO

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

TERMO DE CESSÃO DE USO DE BEM PÚBLICO

CEDENTE: MUNICÍPIO DE CARLINDA/MT, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o n°. 01.617.905/0001-78, com sede na Avenida Tancredo de Almeida Neves, s/n, Centro, no Município de Carlinda, Estado de Mato Grosso, CEP: 78.587-000.

CESSIONÁRIO: PROSINAL SINALIZAÇÃO DE VIAS LTDA – ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ 23.340.627/0001-97, com sede na Rua Acerola, 522, Setor H, CEP 78580-000, no Município de Alta Floresta, Estado de Mato Grosso.

OBJETO: O Termo de Cessão de uso de bem público tem por finalidade permitir a CESSIONÁRIA a aposição de placas nos espaços públicos que possibilitem a individualização e identificação dos logradouros, ruas e avenidas do Município de Carlinda-MT.

VALOR: Não haverá contraprestação financeira entre as partes parceiras.

MUNICÍPIO DE CARLINDA/MT

CARMELINDA MARTINES COELHO LEAL

PREFEITA MUNICIPAL

CAMARA MUNICIPAL
CÂMARA MUNICIPAL DE CARLINDA

PORTARIA Nº. 029/2019

SÚMULA: "Dispõe sobre o enquadramento de Classe e Nível do servidor DARLEY APARECIDO TAVARES FERREIRA, conforme preceitua a Lei Municipal nº. 811/2014 e alterações, e dá outras providencias".

O Senhor **Francisco Robério Gomes Alencar**, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são concedidas por Lei,

Considerando a Avaliação de Desempenho Individual do servidor, realizado em conformidade à Lei Municipal nº 811/2014;

Resolve:

Artigo 1º - **Elevar a referência salarial do servidor *DARLEY APARECIDO TAVARES FERREIRA* para a Classe "B", Nível "2", da tabela TNS, do Cargo de CONTROLADOR INTERNO, e remuneração de R$ 2.307,63 (dois mil trezentos e sete reais e sessenta e três centavos), conforme a Lei Municipal nº. 1.153/2019**.

Artigo 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos proporcionais à folha salarial do mês de julho/2019, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Carlinda, em 08 de julho de 2019.

Registre-se.

Publique-se.

Cumpra-se.

FRANCISCO ROBERIO GOMES ALENCAR

Presidente

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA INTERNA-DRH Nº 065 DE 09 DE JULHO DE 2019.

SÚMULA: Dispõe sobre concessão Licença para Tratamento de Saúde dos Servidores Municipais e dá outras providências.

DAIANE ROSA DA SILVA, Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art. 118 da Lei Municipal nº. 892/2015.

RESOLVE:

Art. 1º - Com base no atestado apresentado pelo servidor **ANTONIO JUNIOR DE SOUZA** matricula n.º 1219, cargo de Motorista CNH D/E, na data 09 de Julho de 2019, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, concede licença para tratamento da própria saúde no dia 09 de Julho de 2019.

Art. 2º - Publica-se, Registre-se, Cientifique-se e Cumpra-se.

DAIANE ROSA DA SILVA

Secretaria de Administração e Finanças

Decreto 189/2019

LICITAÇÃO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

CONTRATO N°: **043/2019**

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

CONTRATADA: **MACHADO E WEBER LTDA- ME CNPJ: 06.220.401/0001-33**

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE BANHEIROS QUÍMICOS E LIMPEZA DE FOSSA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE CARLINDA/MT.**

VALOR TOTAL: **R$41.938,00 (quarenta e um mil novecentos e trinta oito reais)**

05 de Julho de 2019 até 31 de Dezembro de 2019.

LICITAÇÃO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

ESTADO DE MATO GROSSO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 043/2019

CONTRATANTE**:PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA - MT**

CONTRATADO**: MACHADO E WEBER LTDA- ME**

CNPJ 06.220.401/0001-33

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE BANHEIROS QUÍMICOS E LIMPEZA DE FOSSA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE CARLINDA/MT.**

VALOR SUPRESSIVO: **R$2.188,00** (dois mil cento e oitenta e oito reais).

Ficam ratificadas e mantidas em plena vigência as demais cláusulas e condições do Contrato.

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE PUBLICAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA, Estado de Mato Grosso, de acordo com as disposições da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações; torna público que realizará a **LICITAÇÃO** a seguir caracterizada:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 032/2019

OBJETO DA LICITAÇÃO: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MONITOR PARA AULA DE MÚSICA E INSTRUMENTO MUSICAL, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO DEPARTAMENTO DE CULTURA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CARLINDA – MT.

DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS: 25/07/2019

HORÁRIO: 08:00 HORAS.

LOCAL: PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA.

ENDEREÇO:AV. TANCREDO NEVES S/Nº - CENTRO – CARLINDA /MT.

As informações complementares para a retirada da pasta contendo o Edital completo e seus anexos poderão ser obtidos na Prefeitura, situada na Av. Tancredo de Almeida Neves S/Nº. Cx postal 45, Centro, CEP:78.587-000 CARLINDA MT, das 07:00 às 11:00 e das 13:00 às 17:00, maiores informações pelo telefone (66) 3525-2000.

Carlinda/MT, em 09 **de** Julho de 201**8**.

DEISE DIONE MUTSCHALL

PREGOEIRA OFICIAL

Publique-se

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE PUBLICAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA, Estado de Mato Grosso, de acordo com as disposições da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações; torna público que realizará a **LICITAÇÃO** a seguir caracterizada:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 033/2019

OBJETO DA LICITAÇÃO: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE

SERVIÇOS EXECUTADOS POR CASA DE APOIO PARA ACOMPANHAMENTO DE PACIENTES DO MUNICÍPIO EM TRATAMENTO DE SAÚDE EM CUIABÁ/MT.

DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS: 24/07/2019

HORÁRIO: 08:00 HORAS.

LOCAL: PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA.

ENDEREÇO:AV. TANCREDO NEVES S/Nº - CENTRO – CARLINDA /MT.

As informações complementares para a retirada da pasta contendo o Edital completo e seus anexos poderão ser obtidos na Prefeitura, situada na Av. Tancredo de Almeida Neves S/Nº. Cx postal 45, Centro, CEP:78. 587-000 CARLINDA MT, das 07:00 às 11:00 e das 13:00 às 17:00, maiores informações pelo telefone (66) 3525-2000.

Carlinda/MT, em 09 **de** Julho de 201**8**.

DEISE DIONE MUTSCHALL

PREGOEIRA OFICIAL

Publique-se

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA INTERNA-DRH Nº 064 DE 09 DE JULHO DE 2019.

SÚMULA: Dispõe sobre concessão Licença para Tratamento de Saúde dos Servidores Municipais e dá outras providências.

DAIANE ROSA DA SILVA, Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art. 118 da Lei Municipal nº. 892/2015.

RESOLVE:

Art. 1º - Com base no atestado apresentado pela servidora **LURDES TOLFO DE ALMEIDA PEREIRA** matricula n.º 3670, cargo de Agente Comunitária de Saúde na data 09 de Julho de 2019, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, concede licença para tratamento própria saúde do dia 09 de julho de 2019 ao dia 13 de julho de 2019 totalizando 05 dias.

Art. 2º - Publica-se, Registre-se, Cientifique-se e Cumpra-se.

DAIANE ROSA DA SILVA

Secretaria de Administração e Finanças

Decreto 189/2019

ASSISTENCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 004/2019/CMAS

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

SUMULA: "Dispõe sobre Aprovação do Plano de Ação para co-financiamento do Governo Federal sistema único da Assistência social Ano 2019".

O Conselho Municipal de Assistência Social de Carlinda-MT, considera a necessidade de apreciação e aprovação do Plano de Ação para co-financiamento do Governo Federal sistema único da Assistência social Ano 2019".

Considerando a deliberação de sua plenária em reunião extraordinária, realizada dia 09 de Julho de 2019, conforme Ata de Nº **004/CMAS/2019** no uso da competência que lhe confere a Lei Orgânica de Assistência Social –LOAS.

Resolve:

Art. 1º Fica aprovado Plano de Ação para co-financiamento do Governo Federal sistema único da Assistência social Ano 2019".

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir da data de publicação e afixação no mural.

Cumpra-se e publique-se.

Sala de Reunião CMAS, Carlinda/MT, 09 de Julho de 2019.

_____

Odair Marques Neves

Presidente CMAS

Decreto 221/2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHEIRA

PORTARIA N.º 149/2019

PORTARIA N.º 149/2019

DESIGNA SERVIDORA A EXERCER A FUNÇÃO DE OUVIDORA DO SUS E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

R E S O L V E:

Art.1º - Designar a servidora CLEIRE APARECIDA DE CARVALHO, portadora do RG Nº 15312917 SSP/MT e CPF Nº 018.507.321-24, para atuar como ouvidora do SUS no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 01 de Julho de 2019.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, podendo ser revogada a qualquer tempo pela autoridade competente.

Gabinete da Prefeita Municipal de Castanheira, Estado de Mato Grosso, em 01 de Julho de 2019.

REGISTRE-SE;

PUBLIQUE-SE;

CUMPRA-SE.

MABEL DE FATIMA MELANEZI ALMICI

Prefeita Municipal

REGISTRADO e **PUBLICADO** na data supra em local de costume

PORTARIA N.º 148/2019

PORTARIA N.º 148/2019

EXONERA A SERVIDORA QUE EXERCER A FUNÇÃO DE OUVIDORA DO SUS E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

R E S O L V E:

Art.1º - Exonerar a servidora JUCILENE LAZZAROTTO, portadora do RG Nº 2174733-4 SSP/MT e CPF Nº 052.602.521-28, que atua como ouvidora do SUS no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 01 de Julho de 2019.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, podendo ser revogada a qualquer tempo pela autoridade competente.

Gabinete da Prefeita Municipal de Castanheira, Estado de Mato Grosso, em 01 de Julho de 2019.

REGISTRE-SE;

PUBLIQUE-SE;

CUMPRA-SE.

MABEL DE FATIMA MELANEZI ALMICI

Prefeita Municipal

REGISTRADO e **PUBLICADO** na data supra em local de costume

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 535/GP/2019 EM, 03 DE JULHO DE 2019.

Portaria nº 535/GP/2019

Em, 03 de julho de 2019.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA, Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães-MT, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E

CONCEDER – A Servidora Pública Municipal**, Sr.ª ELIS REGINA GOMES DE MORAES,** portadora do RG nº 12982946 e CPF nº 901.062.291-68, na função de AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE, lotada na SECRETARIA DE SAÚDE, 03 (Três) meses de Licença Prêmio, referente ao Quinquênio de 10/04/2013 a 10/04/2018, de acordo com o artigo 88 da Lei Municipal 581/91.

A Licença Prêmio de que se trata a presente portaria terá início em 20/09/2019 e término em 18/12/2019, devendo a servidora apresentar-se ao trabalho em 19/12/2019.

Esta portaria entra em vigor a partir de 20/09/2019.

REGISTRADA

PUBLICADA

CUMPRA-SE

Chapada dos Guimarães-MT, 03 de julho de 2019.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

Prefeita Municipal

SISTEMA AUTÔNOMO DE AGUÁ E ESGOTO DE CHAPADA DOS GUIMARÃES
DECRETO Nº 41/2019, DE 1 DE MARÇO DE 2019

DECRETO Nº 41/2019DE 1 DE MARÇO DE 2019

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA, Prefeita Municipal de CHAPADA DOS GUIMARAES, Estado de MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, especialmente a Lei Municipal n.º 1787/2018, e em consonância com a Lei Federal 4320/64.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento da Prefeitura Municipal de CHAPADA DOS GUIMARAES - MT, um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, no montante de R$ 200.000,00 (CENTO E CINQUENTA MIL REAIS), nas dotações orçamentárias:

15	**SIST.AUT.AGUA ESGOTO DE CHAP.DOS GUIMARAES-SAAE**	
001.17.605.0044.20219	MANUTENÇÃO DO SAAE	
0.1.00.000000	RECURSOS ORDINARIOS	
3390360000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	200.000,00
	SUBTOTAL	**200.000,00**
	TOTAL	**200.000,00**

Art. 2º - O valor transposto e remanejado pelo artigo anterior, será coberto com a redução das seguintes dotações orçamentárias:

15	**SIST.AUT.AGUA ESGOTO DE CHAP.DOS GUIMARAES-SAAE**	
001.17.605.0042.10134	EXECUÇÃO DE OBRAS E INSTALAÇÕES	
0.1.00.000000	RECURSOS ORDINARIOS	
4490510000	OBRAS E INSTALAÇÕES	100.000,00
001.17.605.0042.20212	INFRAESTRUTURA DE SANEAMENTO RURAL	
0.1.00.000000	RECURSOS ORDINARIOS	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	100.000,00
	SUBTOTAL	**200.000,00**
	TOTAL	**200.000,00**

Art. 3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação em local de costume, tendo efeitos retroativos a 01 de Março de 2019.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARAES – MT, EM 01 DE MARÇO DE 2019.

*THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA*PREFEITA MUNICIPAL

SISTEMA AUTÔNOMO DE AGUÁ E ESGOTO DE CHAPADA DOS GUIMARÃES
DECRETO Nº 42/2019, DE 3 DE JUNHO DE 2019

DECRETO Nº 42/2019DE 3 DE JUNHO DE 2019

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA, Prefeita Municipal de CHAPADA DOS GUIMARAES, Estado de MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, especialmente a Lei Municipal n.º 1787/2018, e em consonância com a Lei Federal 4320/64.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento da Prefeitura Municipal de CHAPADA DOS GUIMARAES - MT, abre CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, até o montante de R$ 50.000,00 (CINQUENTA MIL REAIS), nas dotações orçamentárias:

15	**SIST.AUT.AGUA ESGOTO DE CHAP.DOS GUIMARAES-SAAE**	
001.17.605.0042.20212	MANUTENÇÃO DO SAAE	
0.1.00.000000	RECURSOS ORDINARIOS	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	50.000,00
	SUBTOTAL	**50.000,00**
	TOTAL	**50.000,00**

Art. 2º - O valor transposto e remanejado pelo artigo anterior, será coberto com a redução das seguintes dotações orçamentárias:

15	**SIST.AUT.AGUA ESGOTO DE CHAP.DOS GUIMARAES-SAAE**	
001.17.605.0042.20212	MANUTENÇÃO DO SAAE	
0.1.00.000000	RECURSOS ORDINARIOS	
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	50.000,00
	SUBTOTAL	**50.000,00**
	TOTAL	**50.000,00**

Art. 3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação em local de costume, tendo efeitos retroativos a 03 de Junho de 2019.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARAES – MT, EM 03 DE JUNHO DE 2019.

*THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA*PREFEITA MUNICIPAL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 552/GP/2019 EM, 09 DE JULHO DE 2019.

Portaria nº 552/GP/2019

Em, 09 de julho de 2019.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA, Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães-MT, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E

CONCEDER – A Servidora Pública Municipal **Sr.ª GESIANE DAL CORTIVO MENDES DA SILVA,** portadora do RG nº 17683980 e CPF nº 023.693.161-01, na função de AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE, lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE, 30 (trinta) dias de férias, referente ao período de 06/07/2018 a 06/07/2019, de acordo com o artigo 88 da Lei Municipal 581/91.

As férias de que se trata a presente portaria terá início em 03/08/2019 e término em 01/09/2019, devendo a servidora apresentar-se ao trabalho em 02/09/2019.

Esta portaria entra em vigor a partir de 03/08/2019.

REGISTRADA

PUBLICADA

CUMPRA-SE

Chapada dos Guimarães-MT, 09 de julho de 2019.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

Prefeita Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 551/GP/2019 EM, 09 DE JULHO DE 2019.

Portaria nº 551/GP/2019

Em, 09 de julho de 2019.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA, Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães-MT, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E

CONCEDER – A Servidora Pública Municipal **Sr.ª ROSANGELA DO CARMO MARTINS,** portadora do RG nº 13301284 e CPF nº 002.065.131-78, na função de AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE, lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE, 30 (trinta) dias de férias, referente ao período de 01/03/2017 a 01/03/2018, de acordo com o artigo 88 da Lei Municipal 581/91.

As férias de que se trata a presente portaria terá início em 01/08/2019 e término em 30/08/2019, devendo a servidora apresentar-se ao trabalho em 02/09/2019.

Esta portaria entra em vigor a partir de 01/08/2019.

REGISTRADA

PUBLICADA

CUMPRA-SE

Chapada dos Guimarães-MT, 09 de julho de 2019.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

Prefeita Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 550/GP/2019 EM, 09 DE JULHO DE 2019.

Portaria nº 550/GP/2019

Em, 09 de julho de 2019.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA, Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães-MT, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E

CONCEDER – Ao Servidor Público Municipal efetivo**Sr.º JOÃO GUILHERME DE OLIVEIRA DA SILVA,** portador do RG nº 304832 e CPF nº 283.936.601-06, na função de MOTORISTA, lotado na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE, 30 (trinta) dias de férias, referente ao período de 20/07/2017 a 20/07/2018, de acordo com o artigo 88 da Lei Municipal 581/91.

As férias de que se trata a presente portaria terá início em 01/08/2019 e término em 30/08/2019, devendo o servidor apresentar-se ao trabalho em 02/09/2019.

Esta portaria entra em vigor a partir de 01/08/2019.

REGISTRADA

PUBLICADA

CUMPRA-SE

Chapada dos Guimarães-MT, 09 de julho de 2019.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

Prefeita Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 549/GP/2019 EM, 09 DE JULHO DE 2019.

Portaria nº 549/GP/2019

Em, 09 de julho de 2019.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA, Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães-MT, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E

CONCEDER – A Servidora Pública Municipal **Sr.ª BRIGIDA MARIA MAMORE,** portadora do RG nº 902368 e CPF nº 594.719.721-91, na função de AGENTE DE ENDEMIAS, lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE, 30 (trinta) dias de férias, referente ao período de 01/03/2016 a 01/03/2017, de acordo com o artigo 88 da Lei Municipal 581/91.

As férias de que se trata a presente portaria terá início em 15/07/2019 e término em 13/08/2019, devendo a servidora apresentar-se ao trabalho em 14/08/2019.

Esta portaria entra em vigor a partir de 15/07/2019.

REGISTRADA

PUBLICADA

CUMPRA-SE

Chapada dos Guimarães-MT, 09 de julho de 2019.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

Prefeita Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 533/GP/2019 EM, 03 DE JULHO DE 2019.

Portaria nº 533/GP/2019

Em, 03 de julho de 2019.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA, Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães-MT, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E

CONCEDER – A Servidora Pública Municipal**, Sr.ª REJANE RODRIGUES VALADAO COSTA,** portadora do RG nº 13439057 e CPF nº 982.502.801-72, na função de AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE, lotada na SECRETARIA DE SAUDE, 30 (trinta) dias de férias, referente ao período de 10/04/2015 a 10/04/2016, de acordo com o artigo 88 da Lei Municipal 581/91.

As férias de que se trata a presente portaria terá início em 15/11/2019 e término em 14/12/2019, devendo a servidora apresentar-se ao trabalho em 16/12/2019.

Esta portaria entra em vigor a partir de 15/11/2019.

REGISTRADA

PUBLICADA

CUMPRA-SE

Chapada dos Guimarães-MT, 03 de julho de 2019.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

Prefeita Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 534/GP/2019 EM, 03 DE JULHO DE 2019.

Portaria nº 534/GP/2019

Em, 03 de julho de 2019.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA, Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães-MT, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E

CONCEDER – A Servidora Pública Municipal Efetiva **Sr.ª JUANEIDE FERREIRA DA SILVA,** portadora do RG nº 828691 e CPF nº 621.429. 091-91, na função de AGENTE DE SERVICOS GERAIS, lotada na SECRETARIA DE SAÚDE, 03 (Três) meses de Licença Prêmio, referente ao Quinquênio de 18/01/2004 a 18/01/2009, de acordo com o artigo 88 da Lei Municipal 581/91.

A Licença Prêmio de que se trata a presente portaria terá início em 11/09/ 2019 e término em 09/12/2019, devendo a servidora apresentar-se ao trabalho em 10/12/2019.

Esta portaria entra em vigor a partir de 11/09/2019.

REGISTRADA

PUBLICADA

CUMPRA-SE

Chapada dos Guimarães-MT, 03 de julho de 2019.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

Prefeita Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 536/GP/2019 EM, 03 DE JULHO DE 2019.

Portaria nº 536/GP/2019

Em, 03 de julho de 2019.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA, Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães-MT, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E

CONCEDER – Ao Servidor Público Municipal efetivo **Sr.º GONCALO DE ALMEIDA JUNIOR,** portador do RG nº 474239 e CPF nº 376.396.091-00, na função de PROFESSOR III 30 HORAS, lotado na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, 30 (trinta) dias de férias, **referente ao período de 2018** , de acordo com o artigo 88 da Lei Municipal 581/91.

As férias de que se trata a presente portaria terá início em 01/07/2019 e término em 30/07/2019, devendo o servidor apresentar-se ao trabalho em 31/07/2019.

Esta portaria entra em vigor com efeitos retroativos a partir de 01/07/2019.

REGISTRADA

PUBLICADA

CUMPRA-SE

Chapada dos Guimarães-MT, 03 de julho de 2019.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

Prefeita Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 537/GP/2019 EM, 04 DE JULHO DE 2019.

Portaria nº 537/GP/2019

Em, 04 de julho de 2019.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA, Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães-MT, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E

CONCEDER – A Servidora Pública Municipal Efetiva **Sr.ª MARINEY DA GUIA BORGES,** portadora do RG nº 10975586 e CPF nº 937.406.701-34, na função de AGENTE DE SERVICOS GERAIS, lotada na SECRETARIA MUN. TURISMO, CUL. AMBIENTE, 03 (Três) meses de Licença Prêmio, referente ao Quinquênio de 20/01/2009 a 20/01/2014, **sendo 30 (trinta) dias restantes**, de acordo com o artigo 88 da Lei Municipal 581/91.

A Licença Prêmio de que se trata a presente portaria terá início em 08/07/ 2019 e término em 06/08/2019, devendo a servidora apresentar-se ao trabalho em 07/08/2019.

Esta portaria entra em vigor a partir de 08/07/2019.

REGISTRADA

PUBLICADA

CUMPRA-SE

Chapada dos Guimarães-MT, 04 de julho de 2019.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

Prefeita Municipal

DECRETO MUNICIPAL N.º 039/2019

DISPÕE SOBRE A ATUALIZAÇÃO DA TARIFA DE SERVIÇOS DE AGUA E ESGOTO DO SISTEMA AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO DE CHAPADA DOS GUIMARÃES (SAAE-CG)..

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA, Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e

CONSIDERANDO a necessidade de atualização, devido o lapso temporal, desde o último reajuste tarifário;

CONSIDERANDO o Art. 137, do Decreto 006/2019;

DECRETA:

Art. 1º. Ficam reajustados os valores a serem praticados pelo Sistema Autônomo de Água e Esgoto de Chapada dos Guimarães/MT (SAAE-CG) na cobrança dos serviços de água e esgoto nos termos do Anexo I do Presente Decreto.

Art. 2º. Os novos valores passaram a ser cobrados a partir do mês de referência posterior a publicação deste Decreto.

Art. 3º. Fica autorizado o reajuste dos valores dos serviços de água e esgoto aplicados pelo SAAE-CG, de acordo necessidade de equilíbrio econômico-financeiro para a prestação dos serviços.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães, em 08 de julho de 2019.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

PREFEITA MUNICIPAL

ANEXO I – TABELA TARIFÁRIA DOS SERVIÇOS DO SAAECG

TABELA DE SERVIÇOS
SERVIÇOS GERAIS

Item	Serviços, características, prazos e valores
01	**Serviço de nova ligação de água**
	Incluso: instalação e fornecimento de cavalete de ¾ “, tubetes e hidrômetro de 1,5 m³/h, colar de tomada, conexões, distância máxima da ligação: 12 metros.
	Prazo de execução: 10 uteis após o deferimento do estudo de viabilidade
	Valor do serviço: R$ 225,00 – pagamento em até 3 vezes
02	**Serviço de nova ligação de água – sem hidrômetro**
	Incluso: instalação e fornecimento de cavalete de ¾ “, colar de tomada, conexões, distância máxima da ligação: 12 metros.
	Prazo de execução: 10 uteis após o deferimento do estudo de viabilidade
	Valor do serviço: R$ 140,00 – pagamento em até 3 vezes
03	**Fornecimento de hidrômetro**
	Incluso: fornecimento e instalação de tubetes para cavaletes de ¾ “ e hidrômetros de 1,5 m³/h.
	Prazo de execução: 2 dias úteis após solicitação
	Valor do serviço: R$ 120,00 – pagamento em até 2 vezes
04	**Aferição de hidrômetro sem constatação de variação metrológica**
	Incluso: Aferição de hidrômetro de 1,5 m³/h
	Prazo de execução: 15 dias uteis após solicitação
	Valor do serviço: R$ 200,00
05	**Emissão de 2ª via de fatura**
	Incluso: fornecimento de 2ª via de fatura de cobrança de serviços de água e esgoto
	Prazo de execução: no ato da solicitação presencial
	Valor do serviço: R$ 3,00
06	**Religação do fornecimento de água suspenso a pedido do consumidor ou por débito**
	Incluso: supressão do instrumento de obstrução do fornecimento de água
	Prazo de execução: 24 horas após a solicitação
	Valor do serviço: R$ 25,00
07	**Suspensão do fornecimento de água a pedido do consumidor**
	Incluso: instalação de instrumento de obstrução do fornecimento de água no cavalete ou ramal predial
	Prazo de execução: 2 dias uteis após a solicitação
	Valor do serviço: R$ 25,00
08	**Inativação da Unidade Consumidora**
	Incluso: remoção do cavalete e hidrômetro e instalação de instrumento de obstrução do fornecimento de água no ramal predial
	Prazo de execução: 2 dias uteis após a solicitação
	Valor do serviço: R$ 25,00
09	**Vistoria interna na unidade consumidora**
	Incluso: Visita a unidade consumidora para verificar indícios de vazamento de fácil identificação nas instalações prediais
	Prazo de execução: 3 dias uteis após solicitação
	Valor do serviço: R$ 40,00
10	**Fornecimento de cavalete**
	Incluso: fornecimento de cavalete ¾ “ para instalação por terceiros
	Prazo de execução: no ato da solicitação presencial
	Valor do serviço: R$ 34,00
11	**Troca de cavalete**
	Incluso: fornecimento e instalação de cavalete ¾ “
	Prazo de execução: 2 dias uteis após solicitação
	Valor do serviço: R$ 60,00
12	**Remanejo de cavalete**
	Incluso: fornecimento e instalação de cavalete ¾ “ e conexões.
	Prazo de execução: 7 dias uteis após solicitação
	Valor do serviço: R$ 150,00
13	**Fornecimento de água para caminhão pipa**
	Incluso: fornecimento de água potável para eventualidades ou necessidade, sem causa comprovada de desabastecimento pelo SAAE-CG, ou simples venda
	Prazo de execução: 12 horas após solicitação
	Valor do serviço: Será cobrado o valor da tarifa mínima vigente para a Categoria Pública a cada 10 m³ solicitados, sendo validos para cada UC abastecida ou carga.
14	**Recomposição de pavimento**
	Incluso: recomposição de massa asfáltica
	Prazo de execução: 10 dias após execução dos serviços que demandaram tal solicitação
	Valor do serviço: R$ 46,00/m²
15	**Execução de ligações nova ou remanejo além da distancia maxima**
	Incluso: mangueira e conexões
	Prazo de execução: 10 uteis após o deferimento do estudo de viabilidade e aceitação do consumidor
	Valor do serviço: R$ 8,00/metro
SERVIÇOS COM DANOS CAUSADOS PELO CONSUMIDOR	
Item	**Serviços, características, prazos e valores**
16	**Fornecimento de hidrômetro**
	Incluso: fornecimento e instalação de tubetes para cavaletes de ¾ “ e hidrômetros de 1,5 m³/h.
	Prazo de execução: 2 dias úteis após solicitação
	Valor do serviço: R$ 120,00 – pagamento em até 2 vezes
17	**Reparo de ramal predial**
	Incluso: reparo de ramal predial.
	Prazo de execução: 1 dia útil após solicitação dos serviços
	Valor do serviço: R$ 50,00
18	**Reparo de cavalete**
	Incluso: fornecimento e instalação de cavalete ¾ “
	Prazo de execução: 2 dias uteis após solicitação
	Valor do serviço: R$ 60,00
19	**Reparo na rede de distribuição ou coleta**
	Incluso: reparo na rede de distribuição ou coleta
	Prazo de execução: 1 dia útil após solicitação
	Valor do serviço: 160,00
MULTAS POR INFRAÇÃO	
20	**Descumprimento dos itens** *a), h)* e *n* do Art. 113, do Decreto Municipal nº 006/2019*)*
	Classificação: LEVE
	Valor da multa: 10 UPFM
21	**Descumprimento dos itens** *d), i)* e *s)* do Art. 113, do Decreto Municipal nº 006/2019
	Classificação: MÈDIA
	Valor da multa: 12 UPFM
22	**Descumprimento dos itens** *g), k), l), m)* e *u)* do Art. 113, do Decreto Municipal nº 006/2019
	Classificação: GRAVE|
	Valor da multa: 16 UPFM
23	**Descumprimento dos itens** *b), c), e), f), j), o), p) q), r), t)* e *v)* do Art. 113, do Decreto Municipal nº 006/2019
	Classificação: GRAVISSIMA
	Valor da multa: 20 UPFM
SERVIÇOS GRATUITOS	
Item	**Serviços, características, prazos e valores**
24	**Aferição de hidrômetro com constatação de variação metrológica**
	Incluso: Aferição de hidrômetro de 1,5 m³/h
	Prazo de execução: 15 dias uteis após solicitação
	Valor do serviço: Gratuito
25	**Troca de hidrômetro danificado pela ação do tempo**
	Incluso: fornecimento e instalação de tubetes para cavaletes de ¾ “ e hidrômetros de 1,5 m³/h.
	Prazo de execução: 2 dias úteis após solicitação
	Valor do serviço: Gratuito
26	**Reparo de cavalete**
	Incluso: troca das conexões e peças do cavalete que apresentarem defeitos
	Prazo de execução: 2 dias uteis após solicitação
	Valor do serviço: Gratuito
27	**Religação do fornecimento de agua suspenso indevidamente**
	Incluso: supressão do instrumento de obstrução do fornecimento de água
	Prazo de execução: 06 horas após a solicitação
	Valor do serviço: Gratuito
28	**Emissão de 2ª via de fatura**
	Incluso: fornecimento de 2ª via de fatura de cobrança de serviços de água e esgoto
	Prazo de execução: no ato da solicitação via website
	Valor do serviço: Gratuito
29	**Emissão de Certidão de Quitação Anual ou Negativa de Débitos**
	Incluso: fornecimento de Certidão de Quitação Anual ou Negativa de Débitos
	Prazo de execução: no ato da solicitação presencial
	Valor do serviço: Gratuito

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 538/GP/2019 EM, 05 DE JULHO DE 2019.

Portaria nº 538/GP/2019

Em, 05 de julho de 2019.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA, Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães-MT, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E

I - CONCEDER – Ao Servidor Público Municipal efetivo **Srº ALVINO MARQUES,** portador do RG nº 692676 e CPF nº 502.605.371-87, no cargo de OPERADOR DE MAQUINAS, lotado na SECRETARIA MUNICIPAL DE

OBRAS**,** 120 (cento e vinte) dias de afastamento do trabalho por motivo de saúde, de acordo com o artigo 210 da Lei Municipal 581/91.

II – A referida licença foi expedida pelo Dr.º Munil da Silva Taques /CRM-MT 1202.

III - Esta portaria entra em vigor com efeitos retroativos a partir de 02/07/2019 e término em 29/10/2019.

REGISTRADA

PUBLICADA

CUMPRA-SE

Chapada dos Guimarães-MT, 05 de julho de 2019.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

TERMO DE RETIFICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N° 021/2019 – REGISTRO DE PREÇOS

REFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, através da Pregoeira, vem, por meio deste, **RETIFICAR** os termos do Edital do Pregão Presencial n° 021/2019, cujo objeto é **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PEÇAS DA PARTE ELETRICA E DE AR CONDICIONADO, BEM COMO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE MÁQUINAS AGRÍCOLAS E PESADAS, VEICULOS LEVES E PESADOS, DA FROTA MUNICIPAL DE CLÁUDIA - MT, CONFORME CONDIÇÕES CONTIDAS NO TERMO DE REFERENCIA EM ANEXO,** nos termos abaixo:

1. Ficam alteradas as redações contidas no Anexo III, do Edital do Pregão Presencial n° 021/2019, conforme mencionados a seguir:

1.1. ONDE SE LÊ:

ANEXO III

TERMO DE REFERÊNCIA

9.2.RELAÇÃO DE VEÍCULOS LEVES E PESADOS PERTENCENTES À FROTA MUNICIPAL DE CLÁUDIA – MT:

PEÇAS DA PARTE ELÉTRICA E DE AR CONDICIONADO

ITEM	**REFERÊNCIA**	**DESCRIÇÃO**
01	TRAZVALOR	Fornecimento de **Peças da Parte Elétrica e de Ar Condicionado** dos veículos da marca ***MERCEDES BENZ,*** que compõem a frota de veículos do Município.
02	MÉDIA DE PREÇOS	

VEICULO	**ANO MOD/FAB.**	**Valor estimado de peças (R$)**
ONIBUS ESCOLAR MERCEDES BENS MPOLO VICINO ESC LO 812 115CV	2010	R$ 112.099,00
ONIBUS ESCOLAR MERCEDES BENS MPOLO VICINO ESC LO 812 115CV	2010	
ONIBUS ESCOLAR MPOLO VICINO ESC MARCA MERCEDES BENS LO 812 115CV	2010	
CAMINHAO BASCULANTE MOD M/L 1620 211CV	2003/2004	
CAMINHAO BASCULANTE MERCEDES BENZ. L-1620/51	2009	
CAMINHAO BASC. 6X4, PBT 23 TON ATRON 2729 286CV	2014	
AMBULANCIA TIPO FURGÃO SPRINTER MERCEDES BENZ	2016/2017	
AMBULANCIA MERCEDES BENZ SPRINTER 415 CDI	2018/2019	

ITEM	**REFERÊNCIA**	**DESCRIÇÃO**
01	TRAZVALOR	Fornecimento de **Peças da Parte Elétrica e de Ar Condicionado** dos veículos da marca ***VOLKSWAGEM,*** que compõem a frota de veículos do Município.
02	MÉDIA DE PREÇOS	

VEICULO	**ANO MOD/FAB.**	**Valor estimado de peças (R$)**
ONIBUS RURAL VW / 15.190 EOD E. HD ORE ESCOLAR 48 PASSAGEIROS 186CV	2012/2013	R$ 118.570,00
ONIBUS RURAL VW / 15.190 EOD ESCOLAR 48 PASSAGEIROS 186CV	2012/2013	
ONIBUS RURAL VW / 15.190 EOD ESCOLAR 48 PASSAGEIROS 186CV	2012/2013	
MICRO ONIBUS VW-8.120OD-PASS ESPECIAL MASCA GRANMINI 0 115CV	2010	
ONIBUS VW/15190 EOD E.HD ORE 186CV	2014	
CAMIONETE ABERTA AMAROK CD 4X4 S	2014	
CAMINHAO VW COLETOR COMPACTADOR DE LIXO BRANCO 17.190 WORKER 186CV	2013	
CAMINHAO 3/4 WOLKS MOD 8.150 COM CAMARA FRIA.	2007	

ITEM	**REFERÊNCIA**	**DESCRIÇÃO**
01	TRAZVALOR	Fornecimento de **Peças da Parte Elétrica e de Ar Condicionado** dos veículos da marca ***FORD,*** que compõem a frota de veículos do Município.
02	MÉDIA DE PREÇOS	

VEICULO	**ANO MOD/FAB.**	**Valor estimado de peças (R$)**
CAMINHAO BASCULANTE, TRUCADO, 6 CIL ALIMENTADO, POT. 220 A 275 CV 2422G	2009/2009	R$ 66.500,00
CAMINHAO FORD CARGO 1722 - CACAMBA 218CV	2005	
CAMINHAO BASCULANTE MOD FORD CN8 2421	2004	
CAMINHAO CARGO 2422E COM CACAMBA 220CV	2008/2009	
FORD RANGER XL 13P ANO/MOD 2006 COR BRANCA	2006	

ITEM	REFERÊNCIA	DESCRIÇÃO
01	TRAZVALOR	Fornecimento de **Peças da Parte Elétrica e de Ar Condicionado** dos veículos da marca ***IVECO,*** que compõem a frota de veículos do Município.
02	MÉDIA DE PREÇOS	

VEICULO	ANO MOD/FAB	Valor estimado de peças (R$)
ONIBUS ESCOLAR CITYCLASS 70C16 TURBO 155CV	2011/2011	R$ 21.000,00
AMBULANCIA IVECO TURBO DAILY 2005	2005	
ONIBUS EX02 IVECO CITICLASS 70C17 DIESEL	2015	

ITEM	REFERÊNCIA	DESCRIÇÃO
01	TRAZVALOR	Fornecimento de **Peças da Parte Elétrica e de Ar Condicionado** dos veículos da marca ***FIAT,*** que compõem a frota de veículos do Município.
02	MÉDIA DE PREÇOS	

VEICULO	ANO MOD/FAB	Valor estimado de peças (R$)
FIAT UNO MILLE FIRE FLEX	2006	R$ 102.900,00
FIAT STRADA WORKING 1.4 CAB SIMPL FLEX	2013	
FIAT UNO MILLE WAY ECONOMY FLEX 1.0	2013	
VEICULO UNO MILLE ECONOMY 4 PORTAS BICOMBUSTIVEL	2010/2011	
UNO MILLE ECONOMY1,0 4PT COR BRANCA BICOMB C/AR CONDIC.	2013	
UNO MILLE ECONOMY 1. 0 4PTCOR BRANCA BICOMB.L C/ AR CONDIC.	2013	
FIAT STRADA WORKING 1.4 CAB SIMPLES FLEX COR BRANCA	2013	
UNO MILLE WAY ECONOMI ANO/MOD2013 4P FLEX COR PRATA	2013	
FIAT DUCATO MAXI CARGO MULTIJET ECON 2.3, ANO/MODELO 2015/2015, DIESEL		
AMBULANCIA FIAT STRADA WORKING HARD 1.4, 8V, FLEX, FAB. 2019, MODELO 2019, 2 PORTAS	2019/2019	

ITEM	REFERÊNCIA	DESCRIÇÃO
01	TRAZVALOR	Fornecimento de **Peças da Parte Elétrica e de Ar Condicionado** dos veículos da marca ***MARCOPOLO/ VOLARE/AGRALE*** que compõem a frota de veículos do Município.
02	MÉDIA DE PREÇOS	

VEICULO	ANO MOD/FAB	Valor estimado de peças (R$)
ONIBUS ESCOLAR MARCOPOLO VOLARE V8L ESC COR AMARELA 31 PASS 115CV	2011/2011	R$ 52.500,00
ONIBUS MPOLO/VOLARE V8L 4X4 152CV	2014	
ONIBUS ESCOLAR ANO/MOD2016/2017 MARCOPOLO/VOLARE V6L EO	2016/2017	
ONIBUS ESCOLAR ANO/MOD2016/2017 MARCOPOLO/VOLARE V6L EO	2016/2017	
ONIBUS ESCOLAR ANO/MOD2016/2017 MARCOPOLO/VOLARE V6L EO	2016/2017	
MICRO ONIBUS MARCOPOLO/VOLARE COR BRANCA 20 LUGARES	2015	

ITEM	REFERÊNCIA	DESCRIÇÃO
01	TRAZVALOR	Fornecimento de **Peças da Parte Elétrica e de Ar Condicionado** dos veículos da marca ***GM-CHEVROLET,*** que compõem a frota de veículos do Município.
02	MÉDIA DE PREÇOS	

VEICULO	ANO MOD/FAB	Valor estimado de peças (R$)
VEICULO S-10 ALCOOL/GAS 2.4 BRANCO 2 PORTAS	2009/2010	R$ 60.400,00
VEIC.ADAPTADO P/ AMBULANCIA S-10 CHEVROLET MOD ADVANTAGE 147CV	2010/2011	
VEICULO CORSA CLASSIC 1.0 LS 4P FLEXPOWER	2014/2015	
CORSA	2003	
VEICULO CORSA CLASSIC LS COR PRATA FLEX	2011/2012	
CORSA GM CLASSIC LS	2015/2016	
VEICULO S-10 LTZ(CAB. DUPLA), 4X2, 16 V,2.5, FLEXPOWER	2017/2017	

ITEM	REFERÊNCIA	DESCRIÇÃO
01	TRAZVALOR	Fornecimento de **Peças da Parte Elétrica e de Ar Condicionado** dos veículos da marca ***CITROEN,*** que compõem a frota de veículos do Município.
02	MÉDIA DE PREÇOS	

VEICULO	ANO MOD/FAB	Valor estimado de peças (R$)
CITROEN JUMPER MINIBUS2.3 HDI COR BRANCA TIPO VAN	2013	R$ 42.000,00
CITROEN JUMPER MARIMAR FURGAO AMBUL.DIESEL	2014	
VEICULO CITROEN JUMPER AMBULANCIA ANO/MOD2015	2015	

ITEM	REFERÊNCIA	DESCRIÇÃO
01	TRAZVALOR	Fornecimento de **Peças da Parte Elétrica e de Ar Condicionado** dos veículos da marca ***RENAULT,*** que compõem a frota de veículos do Município.
02	MÉDIA DE PREÇOS	

VEICULO	ANO MOD/FAB	Valor estimado de peças (R$)
FURGÃO MASTER RENAULT AMBULANCIA SR ALT. DIESEL 130 CV	2014/2015	R$ 24.500,00

DUSTER OROCH EXPRESSION 1.6 16V RENAULT 2016/2016	2016	

ITEM	REFERÊNCIA	DESCRIÇÃO
01	TRAZVALOR	Fornecimento de **Peças da Parte Elétrica e de Ar Condicionado** dos veículos da marca ***MITSUBISHI,*** que compõem a frota de veículos do Município.
02	MÉDIA DE PREÇOS	

VEICULO	ANO MOD/FAB	Valor estimado de peças (R$)
CAMIONETE L200 TRITON GL SIESEL 3.2 MT ANO/MOD2016/2017	2016/2017	R$ 14.000,00
CAMIONETE L200 PICK UP, CAB DUPLA, FABRICAÇÃO 2018, MODELO 2019, 0 KM, 4 PORTAS, DIESEL	2018/2019	

ITEM	Referência	DESCRIÇÃO
11	TRAZVALOR	Fornecimento de **Peças da Parte Elétrica e de Ar Condicionado** dos veículos da marca ***NISSAN,*** que compõem a frota de veículos do Município.
12	MÉDIA DE PREÇOS	

VEICULO	Plaqueta	MARCA/MODELO	ANO FAB.	ANO MOD.	Valor estimado de peças (R$)
CAMIONETE FRONTIER 2.5, SL 4X4	13782	SL 4X4	2015	2015	R$ 25.500,00
NISSAN MARCH SV 1.6 FLEXSTAR	15825		2018	2018	
CAMIONETE NISSAN FRONTIER	16048		2010	2010	

MAQUINAS AGRICOLAS E PESADAS

ITEM	REFERÊNCIA	DESCRIÇÃO
01	TRAZVALOR	Fornecimento de **Peças da Parte Elétrica e de Ar Condicionado** dos veículos da marca ***CASE,*** que compõem a frota de veículos do Município.
02	MÉDIA DE PREÇOS	

VEICULO	Plaqueta	MARCA/MODELO	ANO FAB.	ANO MOD.	Valor estimado de peças (R$)
PA CARREGADEIRA	2248	CASE W20	1997	1997	R$ 21.000,00
RETROESCAVADEIRA	13162	MOD.580NNJ 4X4 ROPS	2013	2013	

ITEM	Referência	DESCRIÇÃO
03	TRAZVALOR	Fornecimento de **Peças da Parte Elétrica e de Ar Condicionado** dos veículos da marca ***KOMATSU,*** que compõem a frota de veículos do Município.
04	MÉDIA DE PREÇOS	

VEICULO	Plaqueta	MARCA/MODELO	ANO FAB.	ANO MOD.	Valor estimado de peças (R$)
MOTONIVELADORA DIESEL CAB.FECH., AR COND.SERIE B 15243 NR 36116731	9862	KOMATSU GD555-3	2009	2009	R$ 48.000,00
MOTONIVELADORA DIESEL CAB.FECH., AR COND	9924	KOMATSU GD555-3	2009	2009	
PÁ CARREGADEIRA	10019	WA2005	2009	2009	
MOTONIVELADORA	16145		2018	2018	
MOTONIVELADORA	16153		2018	2018	

ITEM	Referência	DESCRIÇÃO
05	TRAZVALOR	Fornecimento de **Peças da Parte Elétrica e de Ar Condicionado** dos veículos da marca ***JOHN DEERE,*** que compõem a frota de veículos do Município.
06	MÉDIA DE PREÇOS	

VEICULO	Plaqueta	MARCA/MODELO	ANO FAB.	ANO MOD.	Valor estimado de peças (R$)
TRATOR JOHN DEERE C/ ROCAD. GRADE, ARRASTAO CARRETAO E ARADO	8324		2004	2004	R$ 24.500,00
TRATOR JOHN DEERE	11039	5075E 37019090	2012	2012	

ITEM	Referência	DESCRIÇÃO
07	TRAZVALOR	Fornecimento de **Peças da Parte Elétrica e de Ar Condicionado** dos veículos da marca ***CATERPILAR,*** que compõem a frota de veículos do Município.
08	MÉDIA DE PREÇOS	

VEICULO	Plaqueta	MARCA/MODELO	ANO FAB.	ANO MOD.	Valor estimado de peças (R$)
PÁ CARREGADEIRA	13965	930R	2000	2000	R$ 31.500,00
ROLO COMPACTADOR	8345	MOD. CP533	2002	2002	
MOTONIVELADORA DIESEL C/LAM DE 3.60 LARG. 0,60 ALT.CHASSI CAT0120KLJAP06155	13364	120K	2013	2013	

ITEM	Referência	DESCRIÇÃO
09	TRAZVALOR	Fornecimento de **Peças da Parte Elétrica e de Ar Condicionado** dos veículos da marca ***AGRALE,*** que compõem a frota de veículos do Município.
10	MÉDIA DE PREÇOS	

VEICULO	Plaqueta	MARCA/MODELO	ANO FAB.	ANO MOD.	Valor estimado de peças (R$)
TRATOR AGRÍCOLA	10999	BX 6110	2011	2011	R$ 8.400,00

ITEM	Referência	DESCRIÇÃO
11	TRAZVALOR	Fornecimento de **Peças da Parte Elétrica e de Ar Condicionado** dos veículos da marca ***NEW HOLLAND,*** que compõem a frota de veículos do Município.
12	MÉDIA DE PREÇOS	

VEICULO	Plaqueta	MARCA/MODELO	ANO FAB.	ANO MOD.	Valor estimado de peças (R$)
ESCAVADEIRA HIDRÁULICA	9297	PC 175B	2008	2008	R$ 27.400,00
TRATOR AGRICOLA 4X4, POTENCIA MINIMA DE 55CV, COM CAPOTA, MOTOR 3 CILINDROS	15793		2018	2018	

ITEM	Referência	DESCRIÇÃO

11	TRAZVALOR	Fornecimento de **Peças da Parte Elétrica e de Ar Condicionado** dos veículos da marca ***XGMA,*** que compõem a frota de veículos do Município.				
12	MÉDIA DE PREÇOS					
VEICULO		**Plaqueta**	**MARCA/MODELO**	**ANO FAB.**	**ANO MOD.**	**Valor estimado de peças (R$)**
ESCAVADEIRA HIDRÁULICA		13681	XG822CL	2014	2014	R$ 21.000,00

ITEM	**Referência**	**DESCRIÇÃO**				
11	TRAZVALOR	Fornecimento de **Peças da Parte Elétrica e de Ar Condicionado** dos veículos da marca ***VOLVO,*** que compõem a frota de veículos do Município.				
12	MÉDIA DE PREÇOS					
VEICULO		**Plaqueta**	**MARCA/MODELO**	**ANO FAB.**	**ANO MOD.**	**Valor estimado de peças (R$)**
ESCAVADEIRA HIDRÁULICA SOBRE ESTEIRAS		15838		2018	2018	15.000,00

MÃO DE OBRA

ITEM	**DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS ELÉTRICOS**	**UNIDADE**	**PERCENTUAL**	**Valor Global estimado dos serviços (R$)**
01	Prestação de Serviços Elétricos em automóveis leves, camionetes, vans e ambulâncias da Frota Municipal	Hora	%	R$ 145.500,00
02	Prestação de Serviços Elétricos em ônibus, microônibus e caminhões da Frota Municipal	Hora	%	R$ 159.500,00
03	Prestação de Serviços Elétricos em maquinas pesadas e agrícolas da Frota Municipal	Hora	%	R$ 89.500,00
TOTAL R$ 394.500,00				

1.2 LEIA-SE:

ANEXO III

TERMO DE REFERÊNCIA

9.2.RELAÇÃO DE VEÍCULOS LEVES E PESADOS PERTENCENTES À FROTA MUNICIPAL DE CLÁUDIA – MT:

PEÇAS DA PARTE ELÉTRICA E DE AR CONDICIONADO

ITEM	**REFERÊNCIA**	**DESCRIÇÃO**		
01	TRAZVALOR	Fornecimento de **Peças da Parte Elétrica e de Ar Condicionado** dos veículos da marca ***MERCEDES BENZ,*** que compõem a frota de veículos do Município.		
02	MÉDIA DE PREÇOS			
VEICULO			**ANO MOD/FAB.**	**Valor estimado de peças (R$)**
ONIBUS ESCOLAR MERCEDES BENS MPOLO VICINO ESC LO 812 115CV			2010	R$ 22.419,80
ONIBUS ESCOLAR MERCEDES BENS MPOLO VICINO ESC LO 812 115CV			2010	
ONIBUS ESCOLAR MPOLO VICINO ESC MARCA MERCEDES BENS LO 812 115CV			2010	
CAMINHAO BASCULANTE MOD M/L 1620 211CV			2003/2004	
CAMINHAO BASCULANTE MERCEDES BENZ. L-1620/51			2009	
CAMINHAO BASC. 6X4, PBT 23 TON ATRON 2729 286CV			2014	
AMBULANCIA TIPO FURGÃO SPRINTER MERCEDES BENZ			2016/2017	
AMBULANCIA MERCEDES BENZ SPRINTER 415 CDI			2018/2019	

ITEM	**REFERÊNCIA**	**DESCRIÇÃO**		
01	TRAZVALOR	Fornecimento de **Peças da Parte Elétrica e de Ar Condicionado** dos veículos da marca ***VOLKSWAGEM,*** que compõem a frota de veículos do Município.		
02	MÉDIA DE PREÇOS			
VEICULO			**ANO MOD/FAB.**	**Valor estimado de peças (R$)**
ONIBUS RURAL VW / 15.190 EOD E. HD ORE ESCOLAR 48 PASSAGEIROS 186CV			2012/2013	R$ 23.714,00
ONIBUS RURAL VW / 15.190 EOD ESCOLAR 48 PASSAGEIROS 186CV			2012/2013	
ONIBUS RURAL VW / 15.190 EOD ESCOLAR 48 PASSAGEIROS 186CV			2012/2013	
MICRO ONIBUS VW-8.120OD-PASS ESPECIAL MASCA GRANMINI 0 115CV			2010	
ONIBUS VW/15190 EOD E.HD ORE 186CV			2014	
CAMIONETE ABERTA AMAROK CD 4X4 S			2014	
CAMINHAO VW COLETOR COMPACTADOR DE LIXO BRANCO 17.190 WORKER 186CV			2013	
CAMINHAO 3/4 WOLKS MOD 8.150 COM CAMARA FRIA.			2007	

ITEM	**REFERÊNCIA**	**DESCRIÇÃO**		
01	TRAZVALOR	Fornecimento de **Peças da Parte Elétrica e de Ar Condicionado** dos veículos da marca ***FORD,*** que compõem a frota de veículos do Município.		
02	MÉDIA DE PREÇOS			
VEICULO			**ANO MOD/FAB.**	**Valor estimado de peças (R$)**
CAMINHAO BASCULANTE, TRUCADO, 6 CIL ALIMENTADO, POT. 220 A 275 CV 2422G			2009/2009	R$ 13.300,00
CAMINHAO FORD CARGO 1722 - CACAMBA 218CV			2005	
CAMINHAO BASCULANTE MOD FORD CN8 2421			2004	
CAMINHAO CARGO 2422E COM CACAMBA 220CV			2008/2009	
FORD RANGER XL 13P ANO/MOD 2006 COR BRANCA			2006	

ITEM	REFERÊNCIA	DESCRIÇÃO
01	TRAZVALOR	Fornecimento de **Peças da Parte Elétrica e de Ar Condicionado** dos veículos da marca ***IVECO,*** que compõem a frota de veículos do Município.
02	MÉDIA DE PREÇOS	

VEICULO	ANO MOD/FAB	Valor estimado de peças (R$)
ONIBUS ESCOLAR CITYCLASS 70C16 TURBO 155CV	2011/2011	R$ 7.000,00
AMBULANCIA IVECO TURBO DAILY 2005	2005	
ONIBUS EX02 IVECO CITICLASS 70C17 DIESEL	2015	

ITEM	REFERÊNCIA	DESCRIÇÃO
01	TRAZVALOR	Fornecimento de **Peças da Parte Elétrica e de Ar Condicionado** dos veículos da marca ***FIAT,*** que compõem a frota de veículos do Município.
02	MÉDIA DE PREÇOS	

VEICULO	ANO MOD/FAB	Valor estimado de peças (R$)
FIAT UNO MILLE FIRE FLEX	2006	R$ 20.580,00
FIAT STRADA WORKING 1.4 CAB SIMPL FLEX	2013	
FIAT UNO MILLE WAY ECONOMY FLEX 1.0	2013	
VEICULO UNO MILLE ECONOMY 4 PORTAS BICOMBUSTIVEL	2010/2011	
UNO MILLE ECONOMY1,0 4PT COR BRANCA BICOMB C/AR CONDIC.	2013	
UNO MILLE ECONOMY 1. 0 4PTCOR BRANCA BICOMB.L C/ AR CONDIC.	2013	
FIAT STRADA WORKING 1.4 CAB SIMPLES FLEX COR BRANCA	2013	
UNO MILLE WAY ECONOMI ANO/MOD2013 4P FLEX COR PRATA	2013	
FIAT DUCATO MAXI CARGO MULTIJET ECON 2.3, ANO/MODELO 2015/2015, DIESEL		
AMBULANCIA FIAT STRADA WORKING HARD 1.4, 8V, FLEX, FAB. 2019, MODELO 2019, 2 PORTAS	2019/2019	

ITEM	REFERÊNCIA	DESCRIÇÃO
01	TRAZVALOR	Fornecimento de **Peças da Parte Elétrica e de Ar Condicionado** dos veículos da marca ***MARCOPOLO/ VOLARE/AGRALE*** que compõem a frota de veículos do Município.
02	MÉDIA DE PREÇOS	

VEICULO	ANO MOD/FAB	Valor estimado de peças (R$)
ONIBUS ESCOLAR MARCOPOLO VOLARE V8L ESC COR AMARELA 31 PASS 115CV	2011/2011	R$ 10.500,00
ONIBUS MPOLO/VOLARE V8L 4X4 152CV	2014	
ONIBUS ESCOLAR ANO/MOD2016/2017 MARCOPOLO/VOLARE V6L EO	2016/2017	
ONIBUS ESCOLAR ANO/MOD2016/2017 MARCOPOLO/VOLARE V6L EO	2016/2017	
ONIBUS ESCOLAR ANO/MOD2016/2017 MARCOPOLO/VOLARE V6L EO	2016/2017	
MICRO ONIBUS MARCOPOLO/VOLARE COR BRANCA 20 LUGARES	2015	

ITEM	REFERÊNCIA	DESCRIÇÃO
01	TRAZVALOR	Fornecimento de **Peças da Parte Elétrica e de Ar Condicionado** dos veículos da marca ***GM-CHEVROLET,*** que compõem a frota de veículos do Município.
02	MÉDIA DE PREÇOS	

VEICULO	ANO MOD/FAB	Valor estimado de peças (R$)
VEICULO S-10 ALCOOL/GAS 2.4 BRANCO 2 PORTAS	2009/2010	R$ 12.080,00
VEIC.ADAPTADO P/ AMBULANCIA S-10 CHEVROLET MOD ADVANTAGE 147CV	2010/2011	
VEICULO CORSA CLASSIC 1.0 LS 4P FLEXPOWER	2014/2015	
CORSA	2003	
VEICULO CORSA CLASSIC LS COR PRATA FLEX	2011/2012	
CORSA GM CLASSIC LS	2015/2016	
VEICULO S-10 LTZ(CAB. DUPLA), 4X2, 16 V,2.5, FLEXPOWER	2017/2017	

ITEM	REFERÊNCIA	DESCRIÇÃO
01	TRAZVALOR	Fornecimento de **Peças da Parte Elétrica e de Ar Condicionado** dos veículos da marca ***CITROEN,*** que compõem a frota de veículos do Município.
02	MÉDIA DE PREÇOS	

VEICULO	ANO MOD/FAB	Valor estimado de peças (R$)
CITROEN JUMPER MINIBUS2.3 HDI COR BRANCA TIPO VAN	2013	R$ 8.400,00
CITROEN JUMPER MARIMAR FURGAO AMBUL.DIESEL	2014	
VEICULO CITROEN JUMPER AMBULANCIA ANO/MOD2015	2015	

ITEM	REFERÊNCIA	DESCRIÇÃO
01	TRAZVALOR	Fornecimento de **Peças da Parte Elétrica e de Ar Condicionado** dos veículos da marca ***RENAULT,*** que compõem a frota de veículos do Município.
02	MÉDIA DE PREÇOS	

VEICULO	ANO MOD/FAB	Valor estimado de peças (R$)
FURGÃO MASTER RENAULT AMBULANCIA SR ALT. DIESEL 130 CV	2014/2015	R$ 4.900,00

DUSTER OROCH EXPRESSION 1.6 16V RENAULT 2016/2016	2016	

ITEM	REFERÊNCIA	DESCRIÇÃO
01	TRAZVALOR	Fornecimento de **Peças da Parte Elétrica e de Ar Condicionado** dos veículos da marca ***MITSUBISHI,*** que compõem a frota de veículos do Município.
02	MÉDIA DE PREÇOS	

VEICULO	ANO MOD/FAB	Valor estimado de peças (R$)
CAMIONETE L200 TRITON GL SIESEL 3.2 MT ANO/MOD2016/2017	2016/2017	R$ 2.800,00
CAMIONETE L200 PICK UP, CAB DUPLA, FABRICAÇÃO 2018, MODELO 2019, 0 KM, 4 PORTAS, DIESEL	2018/2019	

ITEM	Referência	DESCRIÇÃO
11	TRAZVALOR	Fornecimento de **Peças da Parte Elétrica e de Ar Condicionado** dos veículos da marca ***NISSAN,*** que compõem a frota de veículos do Município.
12	MÉDIA DE PREÇOS	

VEICULO	Plaqueta	MARCA/MODELO	ANO FAB.	ANO MOD.	Valor estimado de peças (R$)
CAMIONETE FRONTIER 2.5, SL 4X4	13782	SL 4X4	2015	2015	R$ 5.100,00
NISSAN MARCH SV 1.6 FLEXSTAR	15825		2018	2018	
CAMIONETE NISSAN FRONTIER	16048		2010	2010	

MAQUINAS AGRICOLAS E PESADAS

ITEM	REFERÊNCIA	DESCRIÇÃO
01	TRAZVALOR	Fornecimento de **Peças da Parte Elétrica e de Ar Condicionado** dos veículos da marca ***CASE,*** que compõem a frota de veículos do Município.
02	MÉDIA DE PREÇOS	

VEICULO	Plaqueta	MARCA/MODELO	ANO FAB.	ANO MOD.	Valor estimado de peças (R$)
PA CARREGADEIRA	2248	CASE W20	1997	1997	R$ 4.200,00
RETROESCAVADEIRA	13162	MOD.580NNJ 4X4 ROPS	2013	2013	

ITEM	Referência	DESCRIÇÃO
03	TRAZVALOR	Fornecimento de **Peças da Parte Elétrica e de Ar Condicionado** dos veículos da marca ***KOMATSU,*** que compõem a frota de veículos do Município.
04	MÉDIA DE PREÇOS	

VEICULO	Plaqueta	MARCA/MODELO	ANO FAB.	ANO MOD.	Valor estimado de peças (R$)
MOTONIVELADORA DIESEL CAB.FECH., AR COND.SERIE B 15243 NR 36116731	9862	KOMATSU GD555-3	2009	2009	R$ 9.600,00
MOTONIVELADORA DIESEL CAB.FECH., AR COND	9924	KOMATSU GD555-3	2009	2009	
PÁ CARREGADEIRA	10019	WA2005	2009	2009	
MOTONIVELADORA	16145		2018	2018	
MOTONIVELADORA	16153		2018	2018	

ITEM	Referência	DESCRIÇÃO
05	TRAZVALOR	Fornecimento de **Peças da Parte Elétrica e de Ar Condicionado** dos veículos da marca ***JOHN DEERE,*** que compõem a frota de veículos do Município.
06	MÉDIA DE PREÇOS	

VEICULO	Plaqueta	MARCA/MODELO	ANO FAB.	ANO MOD.	Valor estimado de peças (R$)
TRATOR JOHN DEERE C/ ROCAD. GRADE, ARRASTAO CARRETAO E ARADO	8324		2004	2004	R$ 4.900,00
TRATOR JOHN DEERE	11039	5075E 37019090	2012	2012	

ITEM	Referência	DESCRIÇÃO
07	TRAZVALOR	Fornecimento de **Peças da Parte Elétrica e de Ar Condicionado** dos veículos da marca ***CATERPILAR,*** que compõem a frota de veículos do Município.
08	MÉDIA DE PREÇOS	

VEICULO	Plaqueta	MARCA/MODELO	ANO FAB.	ANO MOD.	Valor estimado de peças (R$)
PÁ CARREGADEIRA	13965	930R	2000	2000	R$ 6.300,00
ROLO COMPACTADOR	8345	MOD. CP533	2002	2002	
MOTONIVELADORA DIESEL C/LAM DE 3.60 LARG. 0,60 ALT.CHASSI CAT0120KLJAP06155	13364	120K	2013	2013	

ITEM	Referência	DESCRIÇÃO
09	TRAZVALOR	Fornecimento de **Peças da Parte Elétrica e de Ar Condicionado** dos veículos da marca ***AGRALE,*** que compõem a frota de veículos do Município.
10	MÉDIA DE PREÇOS	

VEICULO	Plaqueta	MARCA/MODELO	ANO FAB.	ANO MOD.	Valor estimado de peças (R$)
TRATOR AGRÍCOLA	10999	BX 6110	2011	2011	R$ 1.600,00

ITEM	Referência	DESCRIÇÃO
11	TRAZVALOR	Fornecimento de **Peças da Parte Elétrica e de Ar Condicionado** dos veículos da marca ***NEW HOLLAND,*** que compõem a frota de veículos do Município.
12	MÉDIA DE PREÇOS	

VEICULO	Plaqueta	MARCA/MODELO	ANO FAB.	ANO MOD.	Valor estimado de peças (R$)
ESCAVADEIRA HIDRÁULICA	9297	PC 175B	2008	2008	R$ 5.480,00
TRATOR AGRICOLA 4X4, POTENCIA MINIMA DE 55CV, COM CAPOTA, MOTOR 3 CILINDROS	15793		2018	2018	

ITEM	Referência	DESCRIÇÃO

11	TRAZVALOR	Fornecimento de **Peças da Parte Elétrica e de Ar Condicionado** dos veículos da marca ***XGMA,*** que compõem a frota de veículos do Município.				
12	MÉDIA DE PREÇOS					
VEICULO		**Plaqueta**	**MARCA/MODELO**	**ANO FAB.**	**ANO MOD.**	**Valor estimado de peças (R$)**
ESCAVADEIRA HIDRÁULICA		13681	XG822CL	2014	2014	R$ 4.200,00

ITEM	**Referência**	**DESCRIÇÃO**				
11	TRAZVALOR	Fornecimento de **Peças da Parte Elétrica e de Ar Condicionado** dos veículos da marca ***VOLVO,*** que compõem a frota de veículos do Município.				
12	MÉDIA DE PREÇOS					
VEICULO		**Plaqueta**	**MARCA/MODELO**	**ANO FAB.**	**ANO MOD.**	**Valor estimado de peças (R$)**
ESCAVADEIRA HIDRÁULICA SOBRE ESTEIRAS		15838		2018	2018	3.000,00

TOTAL: R$ 170.073,80 (Cento e setenta mil, e setenta e três reais e oitenta centavos).

MÃO DE OBRA

ITEM	**DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS ELÉTRICOS**	**UNIDADE**	**PERCENTUAL**	**Valor Global estimado dos serviços (R$)**
01	Prestação de Serviços Elétricos em automóveis leves, camionetes, vans e ambulâncias da Frota Municipal	Hora	%	R$ 36.375,00
02	Prestação de Serviços Elétricos em ônibus, microônibus e caminhões da Frota Municipal	Hora	%	R$ 39.875,00
03	Prestação de Serviços Elétricos em maquinas pesadas e agrícolas da Frota Municipal	Hora	%	R$ 22.375,00
TOTAL R$ 98.625,00				

TOTAL: R$ 98.625,00 (Noventa e oito mil e seiscentos e vinte e cinco reais).

2. Considerando que a retificação não altera as condições de participação no certame, fica mantida a mesma data de abertura dos envelopes para o dia **23 de JULHO de 2019, às 08H00min** (horário local de Cláudia - MT), mantido o local.

Publique-se, Registre-se e Intime-se.

Cláudia – MT, 09 de Julho de 2019.

SHIRLEY YOTZCHETZ

Pregoeira Oficial

Prefeitura Municipal de Cláudia – MT

AVISO DE PRORROGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL N.º 021/2019 R.P.

O Município de Cláudia – MT, através de sua Pregoeira Oficial, torna Público que, considerando a identificação de inconsistência no Termo de Referência de Superestimativa de gastos, decide PRORROGAR a data do referido certame, ao qual realizar-se-á às **08h00min (Horário Oficial de Cláudia – MT), do dia 23 de Julho de 2019**, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal, sito a Av. Gaspar Dutra, s/n, Praça dos Três Poderes, Cláudia - MT. Objetivando o "**REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PEÇAS DA PARTE ELETRICA E DE AR CONDICIONADO, BEM COMO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE MÁQUINAS AGRÍCOLAS E PESADAS, VEICULOS LEVES E PESADOS, DA FROTA MUNICIPAL DE CLÁUDIA - MT, CONFORME CONDIÇÕES CONTIDAS NO TERMO DE REFERENCIA EM ANEXO."** O Edital poderá ser obtido através do site www.claudia.mt.gov.br. Maiores informações na Prefeitura Municipal em horário normal de expediente ou através do telefone (66) 3546-3100.

Claudia – MT, 09 de Julho de 2019.

ALTAMIR KURTEN

Prefeito Municipal

SHIRLEY YOTZCHETZ

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE COCALINHO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 031/2019

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 031/2019

Contrato de locação de caminhões que entre si celebram o Município de Cocalinho, e a empresa **EMPAC EMPRESA DE PAVIMENTAÇÃO E CONSTRUÇÃO EIRELI - ME.**

Contrato para Locação máquinas e caminhões ano de fabricação não inferior a 2009, em bom estado de conservação, com motorista/operador e manutenção às expensas da contratada bem como o abastecimento com combustível, para manutenção e recuperação de estradas.

Cláusula Primeira - DAS PARTES

O MUNICÍPIO DE COCALINHO, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Avenida Araguaia nº 676, CEP: 78680-000, devidamente inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o № 00.965.145/0001-27, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pela Prefeita Municipal Senhora Dalva Maria de Lima Peres, portador da Cédula de Identidade – Registro Geral № 1.982.506 SSP-GO e inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o № 556.892.561-53, residente e domiciliada à Av. Araguaia, doravante denominada simplesmente de **CONTRATANTE**, e do outro lado a empresa **EMPAC- EMPRESA DE PAVIMENTAÇÃO E CONSTRUÇÕES EIRELI- ME**, CNPJ: 16.794.116/0001-80, situada na Walter C. Machado, s/nº, qd 02, lote 03, Setor Progresso, na cidade de Santo Antônio Goiás - GO, Cep: 75375-000 doravante denominado **CONTRATADA,**

Cláusula Segunda - DO OBJETO

Este contrato tem por objeto a Locação máquinas e caminhões ano de fabricação não inferior a 2009, em bom estado de conservação, com motorista/ operador e manutenção às expensas da contratada bem como o abastecimento com combustível, para manutenção e recuperação de estradas.

Cláusula Terceira - DO PREÇO

O preço global do presente contrato é de R$ 381.500,00 (trezentos e oitenta e um mil e quinhentos reais) no qual já estão incluídas todas as despesas especificadas na proposta da CONTRATADA, sendo o(s) seguinte(s) preço(s).

Código	Descrição	Unidade de Med.	Quant Horas	V. Unt.	Vl Total
57355	Serviços de Locação de Caminhão Pipa Trucado (três eixos/6X2), Tanque de no mínimo 15.000,00 Litros e bomba acoplada e equipamento para ejetar água por aspersão e barra traseira, com ano de fabricação não inferior a 2009 em bom estado de conservação.	Horas	500	109,00	54.500,00
57338	Serviços de Locação de Caminhão Trucado e Traçado (três eixos/6X4), com capacidade mínima de 14m³ com ano de fabricação não inferior a 2009 em bom estado de conservação.	Horas	3000	109,00	327.000,00
				Total	R$ 381.500,00

Cláusula Quarta - DO LOCAL E DO RECEBIMENTO

A CONTRATADA obriga-se a executar o objeto, no endereço indicado pelo CONTRATANTE.

I - A execução do objeto dar-se-á nas condições estabelecidas no por solicitação emergencial da Secretaria Municipal de Transporte, respeitado o prazo máximo de 48(quarenta e oito) horas, a contar do recebimento da O.S(Ordem de Serviço).

II – O recebimento do objeto, pelo CONTRATANTE, dar-se-á por meio dos seguintes procedimentos:

a) provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto com as especificações contidas no Anexo I, e, encontrada alguma irregularidade, será fixado prazo para correção pela CONTRATADA;

b) definitivamente, após 15 (quinze) dias, mediante a verificação do atendimento às especificações contidas no Anexo I e consequente aceitação.

III – Havendo necessidade de correção por parte da CONTRATADA, os prazos de pagamento serão suspensos e será considerado o fornecimento em atraso. Fica a CONTRATADA sujeita à aplicação de multa sobre o valor considerado em atraso e, conforme o caso, a outras sanções estabelecidas na Lei e neste instrumento.

IV – Em caso de irregularidade não sanada pela CONTRATADA, o CONTRATANTE reduzirá a termo os fatos ocorridos para aplicação de sanções.

Cláusula Quinta – DO PAGAMENTO

Os pagamentos serão efetuados mensalmente, através da Tesouraria, em crédito em conta bancária, até o 5°(quinto) dia útil do mês subsequente á prestação dos serviços, após a entrega da Nota Fiscal de prestação dos serviços, com antecedência mínima de 05(cinco) dias, sendo calculado a partir do valor final da proposta ofertada pelo licitante vencedor.

I - O pagamento da Nota Fiscal fica vinculado à prévia conferência e aprovação pela Secretaria Municipal de Transporte, Obras e Serviços Urbanos.

II - As Notas Fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidas à CONTRATADA e o prazo para o pagamento passará a correr a partir da data da reapresentação do documento, considerado válido pelo CONTRATANTE.

III - A nota fiscal deverá conter todas as especificações dos serviços conforme Anexo I, e estar devidamente atestada pela Secretaria Municipal de Administração, por intermédio de Fiscal de Contratos para recebimento de bens e serviços.

§ 1º. O setor responsável pelo recebimento dos serviços encaminhará a Nota Fiscal a sessão financeira.

§ 2º. O pagamento se fará mediante a apresentação dos documentos de regularidade junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social/INSS e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço/FGTS, em cópias autenticadas, sem as quais o pagamento ficará retido. Na hipótese de irregularidade, o prazo para pagamento será interrompido, reiniciando a contagem a partir da data de sua regularização.

Cláusula Sexta- DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

A despesa decorrente desta contratação correrá por conta da(s) dotação(s) orçamentária(s):

Orgão: 08 Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos

Unidade: 005 - FETHAB

Função: 26 – Transporte

Sub Função: 728 – Transporte Rodoviários

Programa: 0101 – Transporte Rodoviários.

Proj Ativ: 1.049- Aber. Com. Rec. Est. Não. Pav. do Município

Elemento: 3.3.90.39.00.00.00 – Outros Serviços de terceiros – Pessoa Jurídica.

Cláusula Sétima- DAS OBRIGAÇÕES

Constituem obrigações das partes:

§ 1º - DO CONTRATANTE

I - Fiscalizar a execução do Contrato, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da CONTRATADA pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas;

II - Assegurar, respeitadas suas normas internas, o acesso do pessoal da CONTRATADA aos locais de trabalho, desde que devidamente identificados;

III - Comunicar à CONTRATADA qualquer irregularidade encontrada na prestação dos serviços, fixando-lhe, quando não pactuado, prazo para corrigi-la;

IV - Decidir acerca das questões que se apresentarem durante a vigência deste Contrato;

V - Arcar com as despesas de publicação do extrato deste Contrato e dos termos aditivos que venham a ser firmados.

VI - Notificar, por escrito, a CONTRATADA da aplicação de qualquer sanção;

VII - Credenciar servidores autorizados a emitir as requisições de fornecimento ou ordens de serviço, fiscalizando e atestando as notas fiscais apresentadas pela CONTRATADA para o pagamento dos serviços prestados;

VIII - Efetuar o pagamento à CONTRATADA no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal/fatura no setor competente;

§ 2º - DA CONTRATADA

I - Colocar os veículos em bom estado de conservação, à disposição exclusiva da Prefeitura, de segunda-feira à sábado no horário das 07h00 às 17h00 horas.

II - Os veículos deverão estar plenamente adequado(s) à prestação dos serviços, pelo que será(ão) periodicamente vistoriados por equipe técnica da Prefeitura Municipal de Cocalinho.

III - Substituir os veículos no prazo máximo de 02 (dois) dias no caso de acidente ou defeitos mecânicos, que demandem um tempo maior para sua manutenção.

IV - Os veículos substituídos deverão possuir as mesmas características, inclusive o ano de fabricação não deverá ser inferior a 1994.

V - Realizar manutenção mecânica corretiva e preventiva dos veículos, sem ônus para a CONTRATANTE.

VI - Responsabilizar por todas as despesas com motorista, manutenção, lubrificantes, deslocamentos.

VII - Providenciar motoristas devidamente capacitados para conduzir os veículos locados.

VIII - Manter os veículos conforme determinação do Código Brasileiro de Trânsito, bem como toda a legislação pertinente.

IX - Manter os veículos conforme legislação vigente referente a utilização e obrigatoriedade do uso dos equipamentos de segurança e condições dos mesmos.

Cláusula Oitava- DAS SANÇÕES

O atraso e a inexecução parcial ou total do contrato caracterizam descumprimento das obrigações assumidas e permitem a aplicação das seguintes sanções pelo CONTRATANTE:

I - advertência por escrito;

II - multa, nos seguintes limites máximos:

1. 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor dos serviços não realizado;

2. 20% (vinte por cento) sobre o valor do fornecimento não realizado, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, ou entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o tornem impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas.

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, de acordo com os prazos estabelecidos no art. 87, inciso III, da Lei nº. 8.666/93;

IV - declaração de inidoneidade;

§ 1º São consideradas situações caracterizadoras de descumprimento total ou parcial das obrigações contratuais:

I - não atendimento às especificações técnicas relativas a bens, serviços ou obra prevista em contrato ou instrumento equivalente;

II - retardamento imotivado de fornecimento de bens, da execução de obra, de serviço ou de suas parcelas;

III - paralisação do serviço ou de fornecimento de bens, sem justa causa e prévia comunicação à Administração Pública do Município de Cocalinho;

IV - entrega de mercadoria falsificada, furtada, deteriorada, danificada ou inadequada para o uso, como se verdadeira ou perfeita fosse;

V - alteração de substância, qualidade ou quantidade da mercadoria fornecida;

VI - prestação de serviço de baixa qualidade;

§ 2º. A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente às demais sanções previstas nesta cláusula.

§ 3º. A multa será descontada da garantia do contrato e/ou de pagamentos eventualmente devidos pela CONTRATADA.

§ 4º As sanções relacionadas nos incisos III e IV serão obrigatoriamente registradas no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública do Município de Cocalinho.

Cláusula Nona - DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização da execução do contrato será exercida por agente do CONTRATANTE, devidamente designado para tanto, ao qual competirá velar pela perfeita execução do objeto, em conformidade com o previsto no Anexo I do Edital, na proposta da CONTRATADA e neste instrumento.

§ 1º. Em caso de eventual irregularidade, inexecução ou desconformidade na execução do contrato, o agente fiscalizador dará ciência a CONTRATADA, por escrito, para adoção das providências necessárias para sanar as falhas apontadas.

§ 2º. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui, nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA por quaisquer irregularidades, inexecuções ou desconformidades havidas na execução do objeto, aí incluídas imperfeições de natureza técnica ou aquelas provenientes de vício redibitório, como tal definido pela lei civil.

§ 3º. O contratante reserva-se o direito de rejeitar, no todo ou em parte, o objeto da contratação, caso o mesmo afaste-se das especificações do Edital, seus anexos e da proposta da CONTRATADA.

§4°. A fiscalização da execução do contrato fica a cargo dos nomeados pela Portaria 015/2018, para acompanhar a execução dos Contratos Referente a Obras e Serviços de Engenharia:

Cláusula Décima– DA VIGÊNCIA

Este contrato tem vigência por 180 (Cento e oitenta) dias, a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos do art. 57, da Lei 8.666/93.

Cláusula Décima Primeira - DAS ALTERAÇÕES

O presente contrato poderá ser alterado nos casos previstos pelo art. 65 de Lei n.º 8.666/93, desde que devidamente fundamentado e autorizado pela autoridade competente.

Cláusula Décima Segunda - DA RESCISÃO

De acordo com o art. 79 da Lei nº. 8.666/93, a rescisão do Contrato poderá ser:

I - por ato unilateral e escrito da Administração nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da supracitada Lei;

II - amigável, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo respectivo, desde que haja conveniência para a Administração;

III - judicial, nos termos da legislação.

§ 1º. Na hipótese de a rescisão ser procedida por culpa da CONTRATADA, fica a CONTRATANTE autorizada a reter a garantia do contrato e/ou pagamentos eventualmente devido, até o limite do valor dos prejuízos comprovados.

§ 2º. Ficam reconhecidos os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa, prevista no art. 79, da Lei n. 8.666/93.

Cláusula Décima Terceira - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

A tolerância com qualquer atraso ou inadimplência por parte da CONTRATADA não importará, de forma alguma, em alteração contratual.

Cláusula Décima Quarta - DA PUBLICAÇÃO

O CONTRATANTE providenciará a publicação do extrato do contrato na no jornal de publicações oficiais do Município de Cocalinho, em obediência ao disposto no parágrafo único do art. 61 da Lei Federal n.º 8.666/93.

Cláusula Décima Quinta - DO FORO

As partes elegem o foro da Comarca de Água Boa para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios decorrentes deste Contrato.

E por estarem ajustadas, firmam este instrumento em 02 (duas) vias, de igual teor, juntamente com as testemunhas que também o assinam.

Gabinete da Prefeita Municipal de Cocalinho, Estado de Mato Grosso, aos dois dias do mês de Julho do ano de dois mil e dezenove.

Dalva Maria de Lima Peres

Prefeita Municipal

CONTRATANTE

EMPAC- EMPRESA DE PAVIMENTAÇÃO E CONSTRUÇÕES EIRELI- ME

CONTRATADA

Testemunha: _____

CPF:_____

Testemunha:_____

CPF:_____

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 030/2019

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 030/2019

Pelo presente Contrato de Prestação de Serviços, de um lado o Município de Cocalinho, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Avenida Araguaia, nº. 676, Centro, devidamente inscrita no **CNPJ sob o nº. 00.965.145/0001-27**, neste ato representado pelo seu titular, a Prefeita Municipal, **Sr.ª DALVA MARIA DE LIMA PERES**, Brasileira, Casada, Professora, portador da **CI nº.** 1.982.506 e inscrito no **CPF sob o nº. 556.892.561-53**, residente e domiciliado à Avenida Araguaia, nº. , Setor Centro, nesta cidade, doravante denominada **CONTRATANTE**, e do outro lado o Senhor **Dr. ALMIRO PONTES GREGÓRIO,** CNPJ: 33.856.995/0001-46 sediada na Avenida Hermano Ribeiro da Silva nº 611, CEP: 78680-000, Jardim Vera Cruz, Cocalinho – MT, nesta cidade, doravante denominado **CONTRATADO,** ajustam a prestação de serviços de médico, segundo as cláusulas e condições, resolvem celebrar o presente contrato nos termos da Lei nº 8.666/93, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. - Este contrato tem por objeto a execução de serviços médicos para atender demanda no PSF Araguaia com jornada de 40 horas semanais, mais plantões, sendo 8 (oito) plantões de 14 (quatorze) horas mais (02) dois plantões de 24 horas, conforme anexo 01 do termo de referência do Pregão Presencial nº 08/2019.

CLAUSULA SEGUNDA – DOS SERVIÇOS

2.1. – O Contratado cumprirá jornada de 40 (quarenta) horas no PSF Araguaia, atendendo a toda demanda de Atenção Básica na unidade.

2.2 – O contratado prestará serviços de plantões médicos, sendo 8 (oito) plantões de 14 (quatorze) horas mais (02) dois plantões de 24 horas, na unidade de Pronto Atendimento nos termos do Pregão Presencial nº 08/2019, fora do horário normal de expediente os quais serão realizados de forma alternada de acordo com escala da Secretaria Municipal de Saúde no período noturno e nos finais de semana e feriados, atendendo as necessidades de caráter de urgência que surgirem no decorrer da execução dos serviços.

CLAUSULA TERCEIRA – DO LOCAL DA PRESTACAO DE SERVIÇOS

3.1. - Os serviços serão prestados pelo contratado no município de Cocalinho especificamente no PSF Araguaia e no Pronto Atendimento do Hospital Municipal de Cocalinho - MT.

CLÁUSULA QUARTA – DO REGIME DE EXECUÇÃO E DA FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS 4.1. - O regime de execução do presente contrato é o de empreitada por preço global, nos termos da Lei nº 8.666/93; 4.2. - Os serviços serão prestados de forma continuada, de acordo com o agendamento feito pela CONTRATANTE por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde. 4.3. - Os atendimentos serão ininterruptos de Segunda à Sexta-feira no horário comercial; 4.4. - Deverá haver disponibilidade para casos de urgência à noite e nos finais de semana. CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E REAJUSTAMENTO

5.1. - O valor global estimado para a execução do contrato é de R$ 356.400,00 (Trezentos e cinquenta e seis mil e quatrocentos reais) a ser pago de conformidade mensalmente, mediante apresentação de nota fiscal devidamente atestada pela Secretaria Municipal de Saúde ou por quem esta indicar.

5.1.1 – O valor mensal do presente contrato é de R$ 29.700,00 (Vinte e nove mil e setecentos reais), distribuídos da seguinte forma R$ 17.700,00 (dezessete mil e setecentos reais), referente às 40 hrs semanais, 08 (oito) plantões de 14 horas R$ 8.000,00 (Oito mil reais) e 02 (dois) plantões de 24 horas no valor de R$ 4.000,00 (quatro mil reais).

5.2. - O contrato durante toda sua vigência e execução deverá observar o equilíbrio financeiro nos parâmetros da proposta feita pela CONTRATADA;

5.3. - Respeitada a periodicidade mínima legal de acordo com a Lei nº 9.069/95, os preços do contrato poderão sofrer reajuste de acordo com o INPC – IBGE;

5.4. - A **CONTRATANTE**, independente das quantias previstas neste instrumento poderá sustar o pagamento de qualquer fatura no todo ou em parte, nos seguintes casos:

a) execução incorreta ou imperícia médica ocorrida nos serviços; e

b) existência de qualquer débito exigível pela **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA SEXTA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1 – O prazo de execução do presente contrato é de 12 meses, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à sua assinatura, prorrogáveis por igual período se necessário for.

6.1.1 – As etapas de execução, de conclusão e de entrega do objeto serão fixadas previamente pela **CONTRATANTE** em cada caso eserão permanentemente acompanhadas pela **CONTRATANTE** por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde, bem como pelo fiscal de contrato designado para este fim.

6.2. - O presente contrato poderá ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos em até 60 (sessenta) meses se houver interesse público e conveniência econômico-financeira para a **CONTRATANTE**, conforme preceitua o artigo 57, inciso II da Lei nº 8.666/93, lavrando-se o competente termo de aditamento.

6.2.1 - O termo aditivo para a prorrogação de prazo deverá ser firmado, quando houver interesse por parte da **CONTRATANTE**, nos termos do item 6. 2, no máximo, até 05 (cinco) dias da data do seu vencimento.

CLÁUSULA SETIMA – DO CRÉDITO PELO QUAL CORRERÁ A DESPESA

7.1 – As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta dos recursos financeiros da Secretaria Municipal de Saúde, alocados na dotação orçamentária:

Órgão: 07 - Secretaria Municipal de Saúde

Unidade: 001- Fundo Municipal de Saúde

Função: 10 – Saúde

Sub Função: 301 – Atenção Básica.

Programa: 0115 – Bloco de Atenção Básica.

Proj Ativ: 2.042 - Manutenção e Encargos com o Programa Saúde da Família.

Elemento: 3.3.90.39.00.00.00 – Outros Serviços de terceiros – Pessoa Física;

Despesas decorrente dos plantões médicos hospitalares.

Elemento:3.3.90.93.00.00.00 – Indenizações e restituições.

CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

8.1 – São direitos e responsabilidades da **CONTRATADA**:

a) cumprir fielmente o presente contrato, de modo que, no prazo estabelecido pela CONTRATANTE, os serviços sejam executados e entregues inteiramente concluídos e de forma satisfatória;

b) observar na execução dos serviços mencionados a legislação do Sistema Único de Saúde, os regulamentos e a ética profissional;

c) manter rigorosamente em dias as suas obrigações para com o Conselho Regional de Medicina – CRM/MT;

d) manter o ambiente de trabalho em constante higiene e desinfecção para a prevenção de infecção hospitalar e outros tipos de contaminação;

e) aplicar e utilizar na execução dos serviços equipamentos e materiais novos e de primeira qualidade, assim como os medicamentos com prazo de validade não expirado;

f) responsabilizar-se técnica e clinicamente pelos serviços oferecidos pelo hospital e pelo ambulatório;

g) promover a manutenção dos registros e a atualização dos prontuários dos pacientes atendidos no hospital;

h) aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, objeto do presente instrumento até 25% (vinte cinco por cento) do valor inicial atualizado do presente contrato, observado o art. 65 da Lei nº 8.666/93.

i) apresentar no prazo estabelecido neste instrumento as notas fiscais de prestação de serviços acompanhadas das respectivas solicitações devidamente aprovadas pelo titular da Secretaria Municipal de Saúde;

j) receber dentro do prazo estipulado, os pagamentos correspondentes às prestações dos serviços de cada período ou etapa de execução;

k) suspender o atendimento das solicitações da **CONTRATANTE** quando este deixar de honrar os pagamentos dos serviços já executados por um período acima de 90 (noventa) dias.

l) arcar com os custos dos serviços realizados sem a devida requisição ou autorização fornecida pela **CONTRATANTE**.

m) manter rigorosamente em dia a documentação referente a habilitação durante todo contrato; e

n) observar com rigor os preceitos editados pelo Conselho Federal de Medicina e constantes do Código de Ética Médica

8.2 – São direitos e responsabilidades da **CONTRATANTE** os seguintes:

a) aplicar as penalidades regulamentares e contratuais no caso de inadimplemento das obrigações da **CONTRATADA**;

b) Intervir na prestação do serviço, nos casos e condições previstos em lei;

c) homologar reajustes e proceder à revisão dos valores propostos na forma da lei e do presente contrato;

d) cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares do serviço e as cláusulas contratuais deste instrumento;

e) fiscalizar a execução dos serviços por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde;

f) cumprir e fazer cumprir os termos da Lei nº 8.666/93 e do presente instrumento, inclusive no que diz respeito ao equilíbrio econômico-financeiro do contrato durante a sua execução;

g) efetuar os pagamentos devidos a **CONTRATADA** no prazo estipulado no contrato depois do recebimento das notas fiscais e/ ou recibo e respectivas comprovações da execução de cada etapa, já devidamente atestadas pelo responsável da fiscalização;

h) aplicar e cobrar as multas pela inexecução total ou parcial dos serviços ou pela inobservância de quaisquer das cláusulas deste contrato.

i) efetuar sobre o valor de cada fatura o desconto do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza;

j) modificar o contrato unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do CONTRATADO;

k) rescindir unilateralmente o contrato nos casos especificados no inciso I do artigo 79 da referida Lei;

l) denunciar o CONTRATADO ao SUS e ao CRM – MT no caso de prática de atos e ações em desacordo com os princípios da ética médica;

m) efetuar a retenção de todos os tributos incidentes sobre a prestação de serviço;

n) zelar para que os serviços ora contratados sejam executados com diligência e perfeição, cumprindo rigorosamente as normas pertinentes e o estabelecido neste contrato, sem que, com isso, interfira na relação médico-paciente, bem como na conduta diagnóstica e/ou na proposta terapêutica adotadas pelo CONTRATADO(A), desde que consentâneos com a ética e o saber científico preconizado na atualidade;

CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES CABÍVEIS E DOS VALORES DAS MULTAS

9.1 – As penalidades contratuais aplicáveis são:

a) advertência verbal ou escrita.

b) multas.

c) declaração de inidoneidade e,

d) suspensão do direito de licitar e contratar de acordo com o Capítulo IV, da Lei nº 8.666/93, de 21/06/93 e alterações posteriores.

9.2 – A advertência verbal ou escrita será aplicada independentemente de outras sanções cabíveis, quando houver descumprimento de condições contratuais ou condições técnicas estabelecidas.

9.3 – As multas e as demais penalidades previstas são as seguintes:

a) 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor contratual, por dia de atraso na execução dos serviços;

b) 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor contratual por cada ato de negligência médica constatado pela **CONTRATANTE**;

c) 2% (dois por cento) do valor contratual na hipótese de rescisão do contrato nos casos previstos em lei, por culpa da **CONTRATADA**, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal incidente e da obrigação de ressarcir das perdas e danos que der causa;

d) suspensão temporária de participar em licitações e impedimentos de contratar com o Município de Cocalinho - MT por prazo não superior a dois anos;

e) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com as Administrações Públicas Federal, Estadual e Municipal enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação do infrator, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

9.4 – De qualquer sanção imposta a **CONTRATADA** poderá, no prazo máximo de cinco dias contados da intimação do ato, oferecer recurso ao **CONTRATANTE**, devidamente fundamentado.

9.5 – As multas previstas no item anterior são independentes e serão aplicadas cumulativamente.

9.6 – A multa definida na alínea “a” do item 8.3, será descontada de imediato dos pagamentos das parcelas devidas e a multa prevista na alínea “b” do mesmo item será descontada por ocasião do último pagamento.

9.7 – A **CONTRATADA** não incorrerá na multa prevista na alínea “b” acima referida, na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, ou de responsabilidade da **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA – DOS CASOS DE RESCISÃO

11.1 – A **CONTRATANTE** poderá considerar rescindido este contrato, de pleno direito, independentemente de qualquer notificação ou aviso prévio, judicial ou extrajudicial, se:

a) a **CONTRATADA** não iniciar os trabalhos dentro de vinte e quatro horas contados da data do recebimento da "Ordem de Serviço" ou interrompê-los por mais de vinte e quatro horas sem justificativa aceita pelo **CONTRATANTE**;

b) a **CONTRATADA**, sem prévia autorização da **CONTRATANTE**, ceder para terceiros o presente contrato, no todo ou em parte;

c) A **CONTRATADA** atrasar por mais de vinte e quatro horas o cumprimento dos prazos parciais previstos nas solicitações da **CONTRATANTE**.

d) A **CONTRATADA** não atender às exigências da **CONTRATANTE** relativamente à reparação de serviços executados com imperfeição nos pacientes ou utilização inadequada de produtos médico-hospitalares ou ainda por imperícia médica;

e) as multas aplicadas a **CONTRATADA** atingirem, isolada ou cumulativamente, o montante correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato;

f) a **CONTRATADA** deixar de cumprir qualquer cláusula, condições ou obrigações previstas neste contrato ou dele decorrentes;

g) ocorrer qualquer um dos motivos referidos no Capítulo III, seção V da Lei nº 8.666/93.

11.2 – A **CONTRATADA** reconhece os direitos da Administração em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666/93, ocasião em que fará jus apenas à percepção dos honorários do período trabalhado.

11.3 – A rescisão deste contrato de forma unilateral acarretará, sem prejuízos da exigibilidade de débitos anteriores do **CONTRATADO**, inclusive por multas impostas e demais cominações estabelecidas neste Instrumento, as seguintes consequências:

a) assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;

b) ocupação e utilização do local, instalações, equipamentos, material e pessoal empregados na execução do contrato, necessários à sua continuidade, na forma do inciso V do artigo 58 da Lei nº 8.666/93;

c) retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração.

11.4 – A rescisão contratual poderá ainda ocorrer nos casos e formas previstos nos artigos 78 e 79 da Lei nº 8.666/93.

CLAUSULA DECIMA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

12.1 – O presente contrato está vinculado em todos os seus termos ao Pregão Presencial nº 008/2019 amparado pelas leis nº 8.666/93 e 10.520/2002 e alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL AO CONTRATO E AOS CASOS OMISSOS

13.1 – Aplica-se a Lei nº 8.666/93 e o Código Civil Brasileiro ao presente contrato e, em especial, aos seus casos omissos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO 14.1 – A CONTRATADA deverá manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas pelo Conselho Regional de Medicina de Mato Grosso. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

15.1 – A fiscalização da execução dos serviços será exercida pelo titular da Secretaria Municipal de Saúde, independente de qualquer outra supervisão, assessoramento e/ou acompanhamento dos serviços que venha a ser determinada pela **CONTRATANTE**, a seu exclusivo juízo.

15.2 – A fiscalização de que trata este item não exclui, nem reduz, a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, e, na sua ocorrência, não implica co-responsabilidade da **CONTRATANTE** ou de seus empregados, prepostos ou contratados.

15.3 – Todas as ordens de serviços ou requisições, instruções, reclamações e, em geral, qualquer entendimento entre a fiscalização e a **CONTRATADA** serão feitos por escrito, nas ocasiões devidas, não sendo tomadas em consideração quaisquer alegações fundamentadas em ordens ou declarações verbais.

15.4 – Da decisão tomada pela fiscalização poderá a **CONTRATADA** recorrer a **CONTRATANTE** no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sem efeito suspensivo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

16.1 – Concluído cada serviço de atendimento aos pacientes encaminhados pelo **CONTRATANTE**, este será recebido e atestado pelo titular da Secretaria Municipal de Saúde, desde que esteja dentro das normas exigidas pelo SUS.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1 – A **CONTRATANTE** só admitirá quaisquer alterações nas especificações dos serviços se houver motivo justificado e fundamentado com a necessária antecedência.

17.2 – A **CONTRATADA** somente poderá subcontratar parcialmente a execução dos serviços com prévia concordância da **CONTRATANTE**, ficando, neste caso, solidariamente responsável pelos serviços executados pelo subcontratado e, ainda, pelas consequências dos fatos e atos a ele imputáveis.

17.3 – As prorrogações de prazo de execução de etapas dos serviços serão processadas nos termos do artigo 57 da Lei nº 8.666/93.

17.4 – As alterações contratuais obedecerão aos dispositivos constantes do artigo 65 da Lei acima referida.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

18.1 – Fica eleito o Foro da Comarca do Município de Agua Boa – MT, com recusa expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

18.2 – E por estarem justos e contratados, **CONTRATANTE** E **CONTRATADA**, mutuamente assinam o presente instrumento contratual, em três vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais, na presença de duas testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Cocalinho – MT 01, de Julho de 2019.

ALMIRO PONTES GREGÓRIO,

CNPJ: 33.856.995/0001-46

DALVA MARIA DE LIMA PERES

Prefeita de Cocalinho - MT

TESTEMUNHAS:

Nome: _____ C.P.F. _____ Assinatura:	Nome: _____ C.P.F. _____ Assinatura:

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 029/2019

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 029/2019

Pelo presente Contrato de Prestação de Serviços, de um lado o Município de Cocalinho, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Avenida Araguaia, nº. 676, Centro, devidamente inscrita no **CNPJ sob o nº. 00.965.145/0001-27**, neste ato representado pelo seu titular, a Prefeita Municipal, **Sr.ª DALVA MARIA DE LIMA PERES**, Brasileira, Casada, Professora, portador da **CI nº.** 1.982.506 e inscrito no **CPF sob o nº. 556.892.561-53**, residente e domiciliado à Avenida Araguaia, nº. , Setor Centro, nesta cidade, doravante denominada **CONTRATANTE**, e do outro lado a empresa **SÃO FRANCISCO SERVIÇOS MÉDICOS EIRELI, CNPJ: 33.827.746/0001-22 sediada na Avenida Araguaia nº 557, qd. 03 lt.12, setor São José, Mundo Novo – GO,** doravante denominado **CONTRATADO,** ajustam a prestação de serviços de médico, segundo as cláusulas e condições: resolvem celebrar o presente contrato nos termos da Lei nº 8.666/93, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. - Este contrato tem por objeto a execução de serviços médicos para atender demanda no Pronto Atendimento com jornada de 40 horas semanais, mais plantões, sendo 7 (sete) plantões de 14 (quatorze) horas mais (03) Três plantões de 24 horas.

CLAUSULA SEGUNDA – DOS SERVIÇOS

2.1. – O Contratado cumprirá jornada de 40 (quarenta) horas no Pronto Atendimento, atendendo a toda demanda de média e alta complexidade.

2.2 – O contratado prestará serviços ainda de plantões médicos, sendo 7 (sete) plantões de 14 (quatorze) horas mais (03) Três plantões de 24 horas, nos termos do Pregão Presencial nº 08/2019, na unidade de Pronto Atendimento, fora do horário normal de expediente os quais serão realizados de forma alternada de acordo com escala da Secretaria Municipal de Saúde no período noturno e nos finais de semana e feriados, atendendo as necessidades de caráter de urgência que surgirem no decorrer da execução dos serviços.

CLAUSULA TERCEIRA – DO LOCAL DA PRESTACAO DE SERVIÇOS

3.1. - Os serviços serão prestados pelo contratado no município de Cocalinho especificamente no Pronto Atendimento do Hospital Municipal de Cocalinho - MT.

CLÁUSULA QUARTA – DO REGIME DE EXECUÇÃO E DA FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS 4.1. - O regime de execução do presente contrato é o de empreitada por preço global, nos termos da Lei nº 8.666/93; 4.2. - Os serviços serão prestados de forma continuada, de acordo com o agendamento feito pela CONTRATANTE por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde. 4.3. - Os atendimentos serão ininterruptos de Segunda à Sexta-feira no horário comercial; 4.4. - Deverá haver disponibilidade para casos de urgência à noite e nos finais de semana. CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E REAJUSTAMENTO

5.1. - O valor global estimado para a execução do contrato é de R$ 368.400,00 (Trezentos e sessenta e oito mil e quatrocentos reais) a ser pago mensalmente conforme carga horária cumprida no estabelecimento de saúde, mediante apresentação de nota fiscal devidamente atestada pela Secretaria Municipal de Saúde ou por quem esta indicar.

5.1.1 – O valor mensal do presente contrato é de R$ 30.700,00 (Trinta mil e setecentos reais), sendo distribuído da seguinte forma: R$ 17.700,00 (dezessete mil e setecentos reais), referente às 40 horas semanais no Pronto Atendimento do Hospital Municipal de Cocalinho - MT, mais 7 (sete) plantões de 14 (quatorze) horas no valor de R$ 7.000,00 (sete mil reais), mais (03) Três plantões de 24 horas no valor R$ 6.000,00 (seis mil reais).

5.2. - O contrato durante toda sua vigência e execução deverá observar o equilíbrio financeiro nos parâmetros da proposta feita pela CONTRATADA;

5.3. - Respeitada a periodicidade mínima legal de acordo com a Lei nº 9.069/95, os preços do contrato poderão sofrer reajuste de acordo com o INPC – IBGE;

5.4. - A **CONTRATANTE**, independente das quantias previstas neste instrumento poderá sustar o pagamento de qualquer fatura no todo ou em parte, nos seguintes casos:

a) execução incorreta ou imperícia médica ocorrida nos serviços; e

b) existência de qualquer débito exigível pela **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA SEXTA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1 – O prazo de execução do presente contrato é de 12 meses, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à sua assinatura, prorrogáveis por igual período se necessário for.

6.1.1 – As etapas de execução, de conclusão e de entrega do objeto serão fixadas previamente pela **CONTRATANTE** em cada caso eserão permanentemente acompanhadas pela **CONTRATANTE** por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde, bem como pelo fiscal de contrato designado para este fim.

6.2. - O presente contrato poderá ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos em até 60 (sessenta) meses se houver interesse público e conveniência econômico-financeira para a **CONTRATANTE**, conforme preceitua o artigo 57, inciso II da Lei nº 8.666/93, lavrando-se o competente termo de aditamento.

6.2.1 - O termo aditivo para a prorrogação de prazo deverá ser firmado, quando houver interesse por parte da **CONTRATANTE**, nos termos do item 6. 2, no máximo, até 05 (cinco) dias da data do seu vencimento.

CLÁUSULA SETIMA – DO CRÉDITO PELO QUAL CORRERÁ A DESPESA

7.1 – As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta dos recursos financeiros da Secretaria Municipal de Saúde, alocados na dotação orçamentária:

Orgão: 07 Secretaria Municipal de Saúde

Unidade: 001- Fundo Municipal de Saúde

Função: 10 – Saúde

Sub Função: 302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial

Programa: 0116 – Bloco de Atenção de Média e Alta Complexidade.

Proj Ativ: 2.049- Manutenção e Encargos com o Hospital Municipal.

Elemento: 3.3.90.39.00.00.00 – Outros Serviços de terceiros – Pessoa Jurídica.

CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

8.1 – São direitos e responsabilidades da **CONTRATADA**:

a) cumprir fielmente o presente contrato, de modo que, no prazo estabelecido pela CONTRATANTE, os serviços sejam executados e entregues inteiramente concluídos e de forma satisfatória;

b) observar na execução dos serviços mencionados a legislação do Sistema Único de Saúde, os regulamentos e a ética profissional;

c) manter rigorosamente em dias as suas obrigações para com o Conselho Regional de Medicina – CRM/MT;

d) manter o ambiente de trabalho em constante higiene e desinfecção para a prevenção de infecção hospitalar e outros tipos de contaminação;

e) aplicar e utilizar na execução dos serviços equipamentos e materiais novos e de primeira qualidade, assim como os medicamentos com prazo de validade não expirado;

f) responsabilizar-se técnica e clinicamente pelos serviços oferecidos pelo hospital e pelo ambulatório;

g) promover a manutenção dos registros e a atualização dos prontuários dos pacientes atendidos no hospital;

h) aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, objeto do presente instrumento até 25% (vinte cinco por cento) do valor inicial atualizado do presente contrato, observado o art. 65 da Lei nº 8.666/93.

i) apresentar no prazo estabelecido neste instrumento as notas fiscais de prestação de serviços acompanhadas das respectivas solicitações devidamente aprovadas pelo titular da Secretaria Municipal de Saúde;

j) receber dentro do prazo estipulado, os pagamentos correspondentes às prestações dos serviços de cada período ou etapa de execução;

k) suspender o atendimento das solicitações da **CONTRATANTE** quando este deixar de honrar os pagamentos dos serviços já executados por um período acima de 90 (noventa) dias.

l) arcar com os custos dos serviços realizados sem a devida requisição ou autorização fornecida pela **CONTRATANTE**.

m) manter rigorosamente em dia a documentação referente a habilitação durante todo contrato; e

n) observar com rigor os preceitos editados pelo Conselho Federal de Medicina e constantes do Código de Ética Médica

8.2 – São direitos e responsabilidades da **CONTRATANTE** os seguintes:

a) aplicar as penalidades regulamentares e contratuais no caso de inadimplemento das obrigações da **CONTRATADA**;

b) intervir na prestação do serviço, nos casos e condições previstos em lei;

c) homologar reajustes e proceder à revisão dos valores propostos na forma da lei e do presente contrato;

d) cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares do serviço e as cláusulas contratuais deste instrumento;

e) fiscalizar a execução dos serviços por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde;

f) cumprir e fazer cumprir os termos da Lei nº 8.666/93 e do presente instrumento, inclusive no que diz respeito ao equilíbrio econômico-financeiro do contrato durante a sua execução;

g) efetuar os pagamentos devidos a **CONTRATADA** no prazo estipulado no contrato depois do recebimento das notas fiscais e/ ou recibo e respectivas comprovações da execução de cada etapa, já devidamente atestadas pelo responsável da fiscalização;

h) aplicar e cobrar as multas pela inexecução total ou parcial dos serviços ou pela inobservância de quaisquer das cláusulas deste contrato.

i) efetuar sobre o valor de cada fatura o desconto do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza;

j) modificar o contrato unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do CONTRATADO;

k) rescindir unilateralmente o contrato nos casos especificados no inciso I do artigo 79 da referida Lei;

l) denunciar o CONTRATADO ao SUS e ao CRM – MT no caso de prática de atos e ações em desacordo com os princípios da ética médica;

m) efetuar a retenção de todos os tributos incidentes sobre a prestação de serviço;

n) zelar para que os serviços ora contratados sejam executados com diligência e perfeição, cumprindo rigorosamente as normas pertinentes e o estabelecido neste contrato, sem que, com isso, interfira na relação médico-paciente, bem como na conduta diagnóstica e/ou na proposta terapêutica adotadas pelo CONTRATADO(A), desde que consentâneos com a ética e o saber científico preconizado na atualidade;

CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES CABÍVEIS E DOS VALORES DAS MULTAS

9.1 – As penalidades contratuais aplicáveis são:

a) advertência verbal ou escrita.

b) multas.

c) declaração de inidoneidade e,

d) suspensão do direito de licitar e contratar de acordo com o Capítulo IV, da Lei nº 8.666/93, de 21/06/93 e alterações posteriores.

9.2 – A advertência verbal ou escrita será aplicada independentemente de outras sanções cabíveis, quando houver descumprimento de condições contratuais ou condições técnicas estabelecidas.

9.3 – As multas e as demais penalidades previstas são as seguintes:

a) 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor contratual, por dia de atraso na execução dos serviços;

b) 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor contratual por cada ato de negligência médica constatado pela **CONTRATANTE**;

c) 2% (dois por cento) do valor contratual na hipótese de rescisão do contrato nos casos previstos em lei, por culpa da **CONTRATADA**, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal incidente e da obrigação de ressarcir das perdas e danos que der causa;

d) suspensão temporária de participar em licitações e impedimentos de contratar com o Município de Cocalinho - MT por prazo não superior a dois anos;

e) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com as Administrações Públicas Federal, Estadual e Municipal enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação do infrator, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

9.4 – De qualquer sanção imposta a **CONTRATADA** poderá, no prazo máximo de cinco dias contados da intimação do ato, oferecer recurso ao **CONTRATANTE**, devidamente fundamentado.

9.5 – As multas previstas no item anterior são independentes e serão aplicadas cumulativamente.

9.6 – A multa definida na alínea “a” do item 8.3, será descontada de imediato dos pagamentos das parcelas devidas e a multa prevista na alínea “b” do mesmo item será descontada por ocasião do último pagamento.

9.7 – A **CONTRATADA** não incorrerá na multa prevista na alínea “b” acima referida, na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, ou de responsabilidade da **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA – DOS CASOS DE RESCISÃO

11.1 – A **CONTRATANTE** poderá considerar rescindido este contrato, de pleno direito, independentemente de qualquer notificação ou aviso prévio, judicial ou extrajudicial, se:

a) a **CONTRATADA** não iniciar os trabalhos dentro de vinte e quatro horas contados da data do recebimento da "Ordem de Serviço" ou interrompê-los por mais de vinte e quatro horas sem justificativa aceita pelo **CONTRATANTE**;

b) a **CONTRATADA**, sem prévia autorização da **CONTRATANTE**, ceder para terceiros o presente contrato, no todo ou em parte;

c) A **CONTRATADA** atrasar por mais de vinte e quatro horas o cumprimento dos prazos parciais previstos nas solicitações da **CONTRATANTE**.

d) A **CONTRATADA** não atender às exigências da **CONTRATANTE** relativamente à reparação de serviços executados com imperfeição nos pacientes ou utilização inadequada de produtos médico-hospitalares ou ainda por imperícia médica;

e) as multas aplicadas a **CONTRATADA** atingirem, isolada ou cumulativamente, o montante correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato;

f) a **CONTRATADA** deixar de cumprir qualquer cláusula, condições ou obrigações previstas neste contrato ou dele decorrentes;

g) ocorrer qualquer um dos motivos referidos no Capítulo III, seção V da Lei nº 8.666/93.

11.2 – A **CONTRATADA** reconhece os direitos da Administração em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666/93, ocasião em que fará jus apenas à percepção dos honorários do período trabalhado.

11.3 – A rescisão deste contrato de forma unilateral acarretará, sem prejuízos da exigibilidade de débitos anteriores do **CONTRATADO**, inclusive por multas impostas e demais cominações estabelecidas neste Instrumento, as seguintes consequências:

a) assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;

b) ocupação e utilização do local, instalações, equipamentos, material e pessoal empregados na execução do contrato, necessários à sua continuidade, na forma do inciso V do artigo 58 da Lei nº 8.666/93;

c) retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração.

11.4 – A rescisão contratual poderá ainda ocorrer nos casos e formas previstos nos artigos 78 e 79 da Lei nº 8.666/93.

CLAUSULA DECIMA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

12.1 – O presente contrato está vinculado em todos os seus termos, Pregão Presencial nº 008/2019 amparado pelas leis nº 8.666/93 e 10.520/2002 e alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL AO CONTRATO E AOS CASOS OMISSOS

13.1 – Aplica-se a Lei nº 8.666/93 e o Código Civil Brasileiro ao presente contrato e, em especial, aos seus casos omissos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO 14.1 – A CONTRATADA deverá manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas pelo Conselho Regional de Medicina de Mato Grosso. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

15.1 – A fiscalização da execução dos serviços será exercida pelo titular da Secretaria Municipal de Saúde, independente de qualquer outra supervisão, assessoramento e/ou acompanhamento dos serviços que venha a ser determinada pela **CONTRATANTE**, a seu exclusivo juízo.

15.2 – A fiscalização de que trata este item não exclui, nem reduz, a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, e, na sua ocorrência, não implica co-responsabilidade da **CONTRATANTE** ou de seus empregados, prepostos ou contratados.

15.3 – Todas as ordens de serviços ou requisições, instruções, reclamações e, em geral, qualquer entendimento entre a fiscalização e a **CONTRATADA** serão feitos por escrito, nas ocasiões devidas, não sendo tomadas em consideração quaisquer alegações fundamentadas em ordens ou declarações verbais.

15.4 – Da decisão tomada pela fiscalização poderá a **CONTRATADA** recorrer a **CONTRATANTE** no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sem efeito suspensivo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

16.1 – Concluído cada serviço de atendimento aos pacientes encaminhados pelo **CONTRATANTE**, este será recebido e atestado pelo titular da Secretaria Municipal de Saúde, desde que esteja dentro das normas exigidas pelo SUS.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1 – A **CONTRATANTE** só admitirá quaisquer alterações nas especificações dos serviços se houver motivo justificado e fundamentado com a necessária antecedência.

17.2 – A **CONTRATADA** somente poderá subcontratar parcialmente a execução dos serviços com prévia concordância da **CONTRATANTE**, ficando, neste caso, solidariamente responsável pelos serviços executados pelo subcontratado e, ainda, pelas consequências dos fatos e atos a ele imputáveis.

17.3 – As prorrogações de prazo de execução de etapas dos serviços serão processadas nos termos do artigo 57 da Lei nº 8.666/93.

17.4 – As alterações contratuais obedecerão aos dispositivos constantes do artigo 65 da Lei acima referida.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

18.1 – Fica eleito o Foro da Comarca do Município de Agua Boa – MT, com recusa expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

18.2 – E por estarem justos e contratados, **CONTRATANTE** E **CONTRATADA**, mutuamente assinam o presente instrumento contratual, em três vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais, na presença de duas testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Cocalinho – MT 01, de Julho de 2019.

FRANCISCO SERVIÇOS MÉDICOS EIRELI

CNPJ: 33.827.746/0001-22

DALVA MARIA DE LIMA PERES

Prefeita de Cocalinho - MT

TESTEMUNHAS:

Nome: _____ C.P.F. _____ Assinatura:	Nome: _____ C.P.F. _____ Assinatura:

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER

DEPARTAMENTO DE PROJETOS
LEI Nº. 3072/2019 INSTITUI A CAMPANHA DE RECUPERAÇÃO FISCAL 2019 DO MUNICÍPIO DE COLIDER (REFIS-COL 2019) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Projeto de Lei nº. 057/2019

Autoria: Poder Executivo

O Excelentíssimo Senhor **NOBORU TOMIYOSHI**, Prefeito Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica instituída a Campanha de Recuperação Fiscal do Município de Colider (REFIS-COL 2019), com o objetivo de promover a regularização dos créditos tributários das pessoas físicas e jurídicas inscritos na Dívida Ativa do Município, cujos fatos geradores tenham ocorrido até 31 de dezembro de 2018, ajuizados ou a ajuizar, exclusivo os valores retidos, na forma e condições estabelecidos nesta Lei.

Parágrafo Único – Fica garantido aos contribuintes as isenções constantes no Art. 52, da Lei nº. 1764/2005, que versa sobre o Código Tributário do Município.

Artigo 2º - A opção ao REFIS-COL 2019 sujeita o contribuinte:

I – Ao imediato pagamento do débito consolidado, ou em caso de parcelamento, na forma e prazo que dispuser o regulamento, para efeito do disposto no § 5º do artigo 3º;

II - À submissão integral às normas e condições estabelecidas para a campanha;

III – À confissão irrevogável e irretratável dos débitos incluídos no parcelamento;

IV – À aceitação plena e irretratável de todas as condições estabelecidas;

Artigo 3º - O ingresso na campanha REFIS-COL 2019 dar-se-á por opção do contribuinte, pessoa física ou jurídica, que fará jus a regime especial de consolidação e parcelamento dos débitos fiscais a que se refere o artigo 1º, formalizada em termo próprio junto ao setor de Tributação da Prefeitura Municipal de Colider, nos prazos e forma estabelecidos nesta Lei e regulamentações.

§ 1º - a opção poderá ser formalizada à partir da data da publicação desta lei até o dia 30 de setembro de 2019, na forma estabelecida no parágrafo 5º deste artigo.

§ 2º - os débitos existentes em nome do contribuinte optante serão consolidados tendo por base a data da formalização do pedido de ingresso na Campanha ora instituída.

§ 3º - a consolidação abrangerá todos os débitos tributários existentes em nome da pessoa física ou jurídica, na condição de contribuinte ou responsável, constituídos ou não, inclusive os acréscimos legais relativos à multa de mora ou de ofício, a juros moratórios e demais encargos determinados da legislação vigente à época da ocorrência dos respectivos fatos geradores.

§ 5º - os débitos consolidados na forma deste artigo poderão ser parcelados em até 36 (trinta e seis) prestações mensais, ficando assim estabelecidas as condições:

I – Pagamento em parcela única com desconto de 100% de desconto dos acréscimos moratórios (juros e multas), com vencimento em até 15 dias a contar da adesão.

II – Pagamento em até 6 (seis) parcelas com desconto de 80% (oitenta por cento) sobre os acréscimos moratórios (juros e multa);

III - Pagamento em até 12 (doze) parcelas com desconto de 65% (sessenta e cinco por cento) sobre os acréscimos moratórios (juros e multa);

IV - Pagamento em até 18 (dezoito) parcelas com desconto de 50% (cinquenta por cento) sobre os acréscimos moratórios (juros e multa);

V - Pagamento em até 24 (vinte e quatro) parcelas com desconto de 15% (quinze por cento) sobre os acréscimos moratórios (juros e multa);

VI - Pagamento sem anistia de acréscimos, em até 36 parcelas;

§ 6º - o valor mínimo para os boletos das parcelas mensais não poderá ser inferior a 02 (duas) UFCL (Unidade Fiscal do Município de Colider).

§ 7º - a opção à REFIS-COL 2019 exclui qualquer outra forma de parcelamento do débito.

Artigo 4º - O débito será pago à vista ou em parcelas mensais e sucessivas, vencíveis na data aposta nos respectivos boletos, cujos valores serão calculados pelo Setor de Tributação, na forma da Campanha ora instituída, sendo certo que, quando não pagos na forma e na data dos respectivos vencimentos, serão acrescidos de juros de mora e multa nos termos do Código Tributário Municipal.

Artigo 5º - O atraso superior a 30 (trinta) dias dos pagamentos dos créditos parcelados na forma do artigo 3º determinará a imediata suspensão do parcelamento, bem como se for o caso, a imediata execução fiscal e inclusão do nome do devedor nos órgãos de proteção ao crédito tais como, SCPC e/ou SERASA.

Artigo 6º - O disposto nesta Lei, no tocante aos benefícios fiscais, se aplica a créditos tributários lançados de ofício ou não, decorrentes de infrações praticadas com dolo, ou simulação.

§ 1º Exclui-se da aplicação dessa lei as isenções ou imunidades concedidas ou reconhecidas em processos eivados de vícios como aos de falta de recolhimento do tributo retido pelo contribuinte substituto, na forma da legislação pertinente.

Artigo 7º - Os débitos que se encontrarem em fase judicial poderão usufruir dos benefícios desta Lei no que lhes for aplicável, cabendo ao devedor, concomitantemente, o pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios.

Artigo 8º - Os benefícios contidos no artigo 3º desta Lei não alcançam:

I – Os débitos cujos pagamentos tenham sido efetivados em data anterior à vigência desta Lei;

II – Os pagamentos já efetuados em débitos parcelados, em data anterior à vigência desta Lei, sendo extensível somente ao saldo devedor;

Artigo 9º - O contribuinte será excluído da REFIS-COL 2019 mediante ato do Secretário Municipal de Planejamento, Fazenda e Administração ou Departamento de Tributação nas seguintes hipóteses:

I – Inobservância de qualquer das exigências contidas nesta Lei;

II – Inadimplência por três meses consecutivos ou seis alternados, relativamente ao débito consolidado;

III – constatação de débito abrangido pela REFIS-COL 2019, caracterizado por lançamento de ofício, não incluído na confissão a que se referem os artigos 2º e 3º desta Lei, salvo se integralmente recolhido no prazo de trinta dias, contados da ciência do lançamento ou da decisão definitiva na esfera administrativa ou judicial.

Parágrafo único – ao contribuinte que perder os benefícios concedidos nesta Lei, será exigido o imediato recolhimento do saldo remanescente de uma só vez ou parcelado, acrescidos dos valores que haviam sido dispensados, devidamente atualizados e com aplicação dos acréscimos moratórios previstos na legislação tributária municipal.

Artigo 10 – Não serão homologados os pedidos de opção em que se constate débito de qualquer espécie, referente ao período posterior a 31 de dezembro de 2018.

Artigo 11 – O Poder Executivo poderá editar e publicar os atos regulamentares que se fizerem necessários para a implantação e regulamentação desta Lei.

Artigo 12 – Fica autorizado o poder executivo a proceder a compensação de débitos nos termos da Lei.

Artigo 13 – Os benefícios contidos nesta Lei terão vigência na forma do artigo 3º desta Lei, desde que a opção seja formalizada até o dia 30 de setembro de 2019.

Artigo 14 – Fica autorizado a extinção dos créditos tributários lançados em dívida ativa prescritos ou na eminência de prescrição, cujos valores somados por contribuinte não ultrapassem o valor mínimo dos custos de cobrança administrativa ou judicial.

Artigo 15 - Fica autorizado o ajustamento do montante da Dívida Ativa do Município informado na Contabilidade ao valor realmente apurado pelo Departamento de Tributação, após as exclusões por extinção previstas por esta Lei ou por processos Administrativos que verifiquem erros de lançamentos ao longo dos últimos exercícios.

Artigo 16- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colíder-MT, em 09 de julho de 2019.

NOBORU TOMIYOSHI

Prefeito Municipal de Colider-MT

PREVILIDER
PORTARIA N.º 080/2019 "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ EM FAVOR DA SRA. DIRLENA ALVES MÁXIMO DOS SANTOS".

*A Diretora Executiva do **PREVI-LIDER** - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Colider, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 40, §1º, inciso I, da Constituição Federal de 1988, com redação determinada pela Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, Art. 210 da Lei Municipal nº. 2.408/2010, de 28 de dezembro de 2010, Art. 12, inciso I, alínea "a", da Lei Municipal n. º 2.361/2010, de 08 de julho de 2010.*

Resolve,

Art. 1º Conceder o benefício de **aposentadoria por invalidez** em favor da **Sra. Dirlena Alves Máximo dos Santos,** portadora do RG n.º 931.357 SSP/MT, inscrita no CPF. n. º 581.681.091-04 e da Cédula Eleitoral de n. º 193134518/48, Zona. "023", Seção "0212", servidora efetiva no cargo de **Técnico em Desenvolvimento Infantil, Classe "A", Nível "04"**, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, matricula n. º 1860 e matricula n.º 71671, do órgão, trabalhando **3.690 dias, ou seja, 10 (dez) anos, 01 (um) mês e 08 (oito) dias de contribuição***, com **proventos proporcionais e sem direito a paridade**, conforme o processo do PREVI-LIDER n.º 016/2019, até posterior deliberação.*

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para o dia 10 de maio do corrente ano, revogadas as disposições em contrário, em especial 069/2019.

Registre, publique e cumpra-se.

Colíder /MT, 09 de julho de 2019.

_____ MARIZA BERNARDES DA SILVA Diretora Executiva HOMOLOGO: _____ NOBORU TOMIYOSHI

Prefeito Municipal

PREVILIDER
PORTARIA N.º 079/2019 "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO EM FAVOR DO SR. VALDIR FERNANDO DA SILVA".

A Diretora Executiva do Previ-Lider,Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Colider, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 3º, incisos "I", "II" e "III", da Emenda Constitucional nº. 47/05, de 05 de julho de 2005, Art. 210, da Lei Municipal n. º 2.408/2010, de 28 de dezembro de 2010, art. 89, incisos "I", "II", "III", da Lei Municipal n. º 2.361, de 08 de julho de 2010,

Resolve,

Art. 1º Conceder o benefício de aposentadoria por tempo de contribuição ao servidor Sr. Valdir Fernando da Silva, portador do RG. n. º 318362 SSP/MT, inscrito no CPF/MF n.º 362.099.371-87 e da Cédula Eleitoral de n.º 006745931880 Zona "023", Seção "0212", devidamente matriculado sob o n.º 11, contando com um total de 12.810 dias, ou seja, 35 (trinta e cinco) anos 0 (zero) meses e 27 (vinte e sete) dias, de serviços prestados, efetivo no cargo de Operador de Maquinas, Classe "D", Nível "12", lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, Obras e Urbanismo, com proventos integrais e com direito a paridade, conforme o processo do PREVI-LIDER, n.º 048/2019.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de julho de 2019, revogando disposições contrárias.

Registre, publique e cumpra-se.

Colíder /MT, 08 de julho de 2019.

MARIZA BERNARDES DA SILVA

Diretora Executiva

HOMOLOGO:

NOBORU TOMIYOSHI

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA

ASSESSORIA JURIDICA
EDIÇÃO DE SÚMULAS

ASSEJUR-PMC DE 08 DE JULHO DE 2019

"Edição de súmulas de caráter vinculante no âmbito do Município de Colniza/MT de nº 01/2019 à 14/2019 a serem observadas pela Administração Pública"

A **ASSESSORIA JURÍDICA** do Município de Colniza/MT,órgão que compõe a estrutura básica da Administração Municipal,nos termos da Lei 697/2017, art. 19, alínea f e no art. 29, (antiga Lei Municipal nº 498/2011 então revogada pela 697/2017), levando em consideração a missão de contribuir para a organização da Administração Pública, tendo em vista as exigências para o estrito cumprimento das disposições legais, ainda, consoante item 6.4, subitem 6.4.3 da INSTRUÇÃO NORMATIVA SCI Nº 04/2011, ratificado pelo art. 30 do DECRETO-LEI Nº 4.657, DE 4 DE SETEMBRO DE 1942, alterado pela LEI Nº 13.655, DE 25 DE ABRIL DE 2018 (Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro), com amparo em todas as normativas supramencionadas, vem, editar SÚMULAS:

CONSIDERANDO a finalidade típica de aumentar a segurança jurídica na aplicação das normas no âmbito do Município, imprescindível se faz a necessidade de editar súmulas;

CONSIDERANDO a necessidade de uniformizar os entendimentos jurídicos/legais no âmbito da Administração Pública Municipal;

CONSIDERANDO as várias consultas formuladas pelos Órgãos Municipais com o mesmo assunto de forma reiterada e com respostas jurídicas idênticas;

CONSIDERANDO que a Administração deve contribuir para que seja materializado os princípios da legalidade, da eficiência, da razoabilidade, da proporcionalidade;

CONSIDERANDO que a Administração Pública não deve ficar a mercê de atos arcaicos, devendo buscar aprimorar seus atos administrativos, visando o bom andamento da prestação do serviço público;

CONSIDERANDO a proteção ao erário público e ao cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, de forma a respeitar as normativas legais e impedir a aplicação errônea de recursos públicos;

CONSIDERANDO a deficiência da Legislação Municipal em prever solução para casos concretos que somente é encontrada na Legislação Estadual ou Federal, bem como entendimentos do Tribunal Superiores e Tribunais de Contas tanto no âmbito Estadual bem como Federal.

R E S O L V E editar:

SÚMULA Nº 01

É vedada a equiparação e "enquadramento" de qualquer natureza para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público sendo incompatível, dentro da sistemática legal, igualar salários de cargos distintos e de níveis de escolaridade incompatíveis entre si, consoante disposição expressa no art. 37, inciso XIII da Constituição Federal.

SÚMULA Nº 02

A cedência de servidor público municipal para qualquer outro órgão não pertencente ao Município de Colniza/MT, seja Municipal, Estadual ou Federal, não poderá acarretar ônus para o órgão cedente.

SÚMULA Nº 03

Os pedidos de elevação de classe deverão ser analisados por Comissão instituída por meio de Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal, não podendo mencionado pedido ser apreciado de forma individual por membro da comissão, tendo em vista que o caráter da decisão é ser colegiada, ou seja, deve ser exarada por todos os membros integrantes.

SÚMULA Nº 04

A concessão do adicional de insalubridade e periculosidade depende de Laudo Pericial emitido por Médico/Perito/Técnico da Segurança do Trabalho, obedecendo às normas técnicas e regulamentares expedidas pelo MTE - Ministério do Trabalho e Emprego.

SÚMULA Nº 05

As horas extras possuem caráter temporário e excepcional, não justificando o seu pagamento de forma habitual. Ademais, não poderá ultrapassar o limite de 60 (sessenta) horas mensais, fincando o pagamento condicionado a efetiva comprovação do serviço extraordinário executado com autorização e ratificação pelo Chefe imediato, que deverá emitir relatórios detalhados, onde comprovará a necessidade do serviços extraordinário.

SÚMULA Nº 06

O cálculo para pagamento de adicional noturno corresponde as horas efetivamente trabalhadas no período noturno, o que é compreendido entre 22h00min às 05h00min, não podendo ser calculada para dias que o servidor não esteja em efetiva atividade laborativa, ou seja, folga, férias, licenças, feriados, ponto facultativo.

SÚMULA Nº 07

A redução ou ampliação de carga horária dos servidores municipais somente pode ser realizada por Lei específica definindo prazos e condições, mediante estudo (devendo prever impacto financeiro) prévio pelo órgão solicitante de que tal medida é necessária e vantajosa para o serviço público.

SÚMULA Nº 08

A concessão de gratificações, adicionais de insalubridade/periculosidade dentre outros benefícios, por sua natureza *propter laborem*, não são considerados permanentes, devendo serem suspensos/revogados por meio de ato administrativo para os servidores públicos que estejam em gozo de licença prêmio e/ou demais licenças do gênero, fazendo *jus* apenas os servidores que estiverem no efetivo exercício do cargo. O recebimento das vantagens constantes nesta súmula não se incorporam a remuneração do servidor, independentemente da quantidade de tempo em que fora ou é beneficiário de tais vantagens.

SÚMULA Nº 09

O instituto da Readaptação, em regra, possui caráter temporário, devendo o servidor ser submetido a perícia médica do Município de Colniza/MT a cada 06 (seis) meses, e, em caso de incapacidade permanente, o servidor deverá ser readaptado de forma definitiva em outro cargo em que possa exercer o seu labor, todavia, deverá ser um cargo compatível em grau de escolaridade e remuneração, e, não sendo possível a realização da medida mencionada neste texto, o servidor deverá ser encaminhado à PREVICOLNIZA para que de entrada no Procedimento Administrativo pertinente.

SÚMULA Nº 10

É obrigatório o controle da jornada de trabalho dos servidores municipais através de "Folha Ponto" eletrônica nas repartições onde houver, e, na ausência, a utilização da "Folha Ponto" manual, devendo esta ser assinada na presença do Chefe Imediato ou de pessoa previamente designada para tal finalidade.

SÚMULA Nº 11

A alteração e modificação dos Planos de Carreira, Cargos e Vencimentos dos servidores públicos do Município de Colniza/MT, somente compete ao Chefe do Poder Executivo Municipal no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município, devendo ser realizado prévio estudo de impacto orçamentário de modo a evitar o extrapolamento de gastos com despesas de pessoal prevista na Lei de Responsabilidade Fiscal.

SÚMULA Nº 12

Todo Termo Aditivo Contratual, nos limites e termos legais, deve ser finalizado, assinado e publicado em Diário Oficial antes do vencimento final do Contrato e/ou Temo Aditivo antecedente, devendo ser oportunizado prazo mínimo de 05 (cinco) dias úteis para cada setor responsável por emitir os documentos necessários ao andamento do processo administrativo instaurado.

SÚMULA Nº 13

É obrigatória a emissão de Parecer Jurídico formal nos processos Administrativos de aditivo contratuais aprovando ou não a minuta do Termo Aditivo e a regularidade dos atos praticados nos termos do art. 38, parágrafo único da Lei nº 8.6661993.

SÚMULA Nº 14

É vedada a contratação de Empresa para executar serviços previstos nos Planos de Carreiras dos servidores Municipais, excetuando somente os casos em que a legislação permite e em estrita obediência ao fato ensejador da situação fática (emergência ou de calamidade pública).

Nos termos e fundamentos acima expostos, **APROVA** as súmulas de 01 à 14, devendo a mesmas serem publicada,cientificadas e cumprida pela Administração Pública Municipal até que as mesmas sejam revisadas ou canceladas mediante fundamento jurídico exarada pela Assessoria Jurídica do Município de Colniza/MT.

Colniza/MT, 08 de julho de 2019.

Município de Colniza/MT

Assessoria Jurídica

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 259/GP/2019

PORTARIA Nº 259/GP/2019, DE 04 DEJULHO DE 2019.

Jesineison de Aguiar Brandão, Prefeito Interino Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1° - **Conferir elevação de classe,** após realização de estudos direcionados para tal finalidade, desenvolvidos por Comissão designada para verificação do feito, consoante Decreto n° 059/GP/2018 de 27 de março de 2018, sendo conferida a progressão para os servidores abaixo, que irá ser concedida a partir do mês de julho de 2019, **não** prejudicando os direitos adquiridos.

Nº ORDEM	SERVIDOR	INSERIDO NA LEI Nº:	ELEVAÇÃO DE CLASSE
1	CRISTIANA POLLES	**500/2011**	**"C"** PARA **"D"**
2	EDNALVA BARBOSA DA SILVA	**502/2011 - TABELA NÃO PROFISSIONAL PARA A TABELA PROFISSIONALIZADO**	**"A"** PARA **"A"**
3	ELAINE CRISTINA ARAUJO DE OLIVEIRA CANDIOTO	**500/2011**	**"B" PARA "C"**
4	ELEUSIR DOS SANTOS - SUSPENSO CONFORME DECRETO Nº 82/GP/2018	**502/2011**	**"B"** PARA **"C"**
5	ESOLINA NIMER BUSS	**501/2011**	**"A"** PARA **"B"**
6	JOSIANE VOLTOLINI DA SILVA	**502/2011 - TABELA NÃO PROFISSIONAL PARA A TABELA PROFISSIONALIZADO**	**"A"** PARA **"A"**
7	KATIA DE SOUZA NEVES	**502/2011 - TABELA NÃO PROFISSIONAL PARA A TABELA PROFISSIONALIZADO**	**"B"** PARA **"B"**
8	KATIANA DE SOUZA SILVA ABRAMOVSKI	**502/2011**	**"A" PARA "B"**
9	KATINA DOS SANTOS LIMA - SUSPENSO CONFORME DECRETO Nº 82/GP/2018	**502/2011**	**"A"** PARA **"B"**
10	LÉIA FABIANO ZIMMERMANN	**501/2011**	**"B" PARA "C"**
11	LEILA ABREU KIÉLBA	**502/2011**	**"B"** PARA **"C"**
12	NEUCI CANDIDO DA SILVA	**502/2011**	**B"** PARA **"C"**
13	REGINA NEGRISOLI DOS SANTOS	**502/2011 - TABELA NÃO PROFISSIONAL PARA A TABELA PROFISSIONALIZADO**	**"A" PARA "A"**
14	SERGIO DUTRA PEREIRA	**500/2011**	**"B"** PARA **"C"**
15	SUELY FERREIRA SILVA SANTOS	**500/2011**	**"B"** PARA **"C"**
16	ADELICE SOARES DE MIRANDA FREITAS SUSPENSO CONFORME DECRETO Nº 82/GP/2018	**502/2011**	**"B"** PARA **"C"**

Art. 2º - **Indeferir elevação de classe,** após realização de estudos dirigidos por Comissão designada, consoante Decreto n° 059/GP/2018 de 27 de março de 2018, sendo que a progressão não foi conferida para os servidores abaixo, conforme justificativas apresentadas:

Servidor: Adelaide Correa Queiroz
Cargo: Serviços Gerais - Lei 502/2011
Requerimento protocolado em: 08/05/2018
Requer: Requer elevação de nível por ter concluído o curso Profuncionário
Documento apresentado: Diploma de curso técnico em infraestrutura escolar.
Parecer: ***Indeferido*** – pedido já foi deferido anteriormente, conforme portaria PORTARIA Nº 182/ADM/2018, DE 14 DE MAIO DE 2018.

Servidor: Ailson Rosa Pereira
Cargo: Vigilante - Lei 502/2011
Requerimento protocolado em: 17/04/2018
Requer: Solicita a inclusão do certificado no plano de carreira
Documento apresentado: Certificado de 120 horas (EAD) WR Educacional
Parecer: ***Indeferido*** – conformeLei municipal 502/2011, são necessários 200 horas para elevação de Classe.

Servidora: Andréia Carvalho Ramos
Cargo: Serviços Gerais - Lei 501/2011
Requerimento protocolado em: 26/06/2018
Requer: Solicita Elevação de Classe de "B" para "C"
Documento apresentado: Certificado de 300 horas da Faculdade Sul Mineira e Certificado de conclusão do Ensino Médio.
Parecer: ***Indeferido*** – recebeu progressão para classe "B" em 17/06/2016, devendo requerer após 03 anos de interstico, conforme Legislação vigente.

Servidor: Elias Bento de Oliveira
Cargo: Motorista - Lei 502/2011
Requerimento protocolado em: 08/08/2018
Requer: Requer elevação de classe "C".
Documento apresentado: Certificado de conclusão do ensino médio e apresentação de 320 horas de curso na respectiva área.
Parecer: ***Indeferido*** – pedido já foi deferido anteriormente, conforme portaria PORTARIA Nº 182/ADM/2018, DE 14 DE MAIO DE 2018.

Servidor: Fabio Machado de Oliveira
Cargo: Motorista – Lei 502/2011
Requerimento protocolado em: 22/05/2018
Requer: Elevação de Nível
Documento apresentado: Certificado de Relações Humanas com área de formação continuada em Recursos Humanos com 200 horas; Certificado de Noções Básicas em Primeiros Socorros de 160 horas e Certificado de conclusão do Ensino Médio.
Parecer: ***Indeferido*** – o certificado de 200 horas de Relações Humanas com formação continuada em Recursos Humanos está fora da atuação em motorista.

Servidor: Fernanda Gomes Cunha Curty
Cargo: Serviços Gerais – Lei 502/2011
Requerimento protocolado em: 21/03/2018
Requer: Elevação de Nível
Documento apresentado: Certificado Técnico em Infraestrutura Escolar.
Parecer: ***Indeferido*** – Foi conferido a Classe "B" Portaria nº 182/ADM/2018 de 14/05/2018, conforme Lei do Plano de Carreira requerer novamente após 03 anos.

Servidor: Gregory Marana Cardoso
Cargo: Agente Administrativo - Lei 500/2011
Requerimento protocolado em: 08/06/2018
Requer: Futura progressão em tempo oportuno
Documento apresentado: Certificado de Tecnólogo em Controle de Obras
Parecer: ***Indeferido*** – Averiguamos que o servidor começou a trabalhar em 2018, dessa forma, existe um lapso temporal de mais de dois anos e meio para a possível progressão. Ainda, não é incumbência desta Comissão, guardar, armazenar a documentação neste período, até por que existe rotatividade de membros, podendo ser dissolvida ou modificada.

Servidor: Irdes de Fátima da Silva
Cargo: Serviços Gerais – Lei 500/2011
Requerimento protocolado em: 17/05/2018
Requer: Elevação de Classe de "B" para "C"
Documento apresentado: Certificado de Gestão Estratégica nos Serviços Gerais e de Relações Humanas do Instituto Impactos
Parecer: ***Indeferido*** – Está utilizando o mesmo certificado da Classe "B"

Servidor: José Cezario Neto
Cargo: Motorista de Veículo Leve – Lei 501/2011
Requerimento protocolado em: 12/06/2018
Requer: Elevação de Classe "B" para "C"
Documento apresentado: Certificado de Legislação e Direção Defensiva, Relações Humanas do Instituto Impacto e Certificado de conclusão do Ensino Médio.
Parecer: ***Indeferido*** **–** Está utilizando o mesmo certificado da elevação de Classe "B".

Servidor: Juliana Santana Coelho
Cargo: Apoio Administrativo Educacional - Lei 502/2011
Requerimento protocolado em: 09/05/2018
Requer: Requer elevação de nível por ter concluído o curso Profuncionário
Documento apresentado: Diploma de curso técnico em alimentação escolar.
Parecer: ***Indeferido*** – pedido já foi deferido anteriormente, conforme portaria PORTARIA Nº 182/ADM/2018, DE 14 DE MAIO DE 2018.

Servidor: Lucineide Machado de Oliveira Pego
Cargo: Leiturista – Lei 500/2011
Requerimento protocolado em: 04/04/2018
Requer: Elevação de Classe "B" para "C"
Documento apresentado: Certificado de conclusão do Ensino Médio
Parecer: ***Indeferido*** – Conforme Lei 500/2011, página 10, a servidora precisa de 240 horas de curso na área do concurso, mais o Ensino Médio.

Servidor: Marcilene Souza Costa dos Santos
Cargo: Monitora de Creche – Lei 502/2011
Requerimento protocolado em: 10/07/2018
Requer: Elevação de Classe "B" para "C"
Documento apresentado: Certificado de conclusão do Ensino Médio
Parecer: ***Indeferido*** – Indeferido, não preenchimento da classe "C" (curso de 360 horas) e deve adequar ao requerimento constante na Portaria n° 182/ADM/2018 de 14 de maio de 2018.

Servidor: Marco Aurélio de Velasco Teixeira
Cargo: Médico Veterinário – Lei 500/2011
Requerimento protocolado em: 15/03/2018
Requer: Elevação de Classe para "C"
Documento apresentado: Diploma de Mestrado
Parecer: ***Indeferido*** – Funcionário em estagio probatório e conforme Lei do Plano de Carreira 500/2011 precisa do intertico de 03 anos para as progressões de Classe e nível, devendo observar cada classe subsequente.

Servidor: Maria José Sousa Oliveira
Cargo: Serviços Gerais – Lei 502/2011
Requerimento protocolado em: 17/01/2018
Requer: Elevação de Nível
Documento apresentado: Certificado de Auxiliar de Serviços Gerais 300 horas e Certificado de conclusão do Ensino Médio

Parecer: ***Indeferido*** – *(*Servidora em processo de readaptação)Documento apresentado sem autenticação.

Servidor: Maria Aparecida Oliveira
Cargo: Serviços Gerais – Lei 502/2011
Requerimento protocolado em: 01/02/2018
Requer: Elevação de Nível
Documento apresentado: Certificado de conclusão do Ensino Médio
Parecer: ***Indeferido*** **–** Servidora recebe na Classe "B" Portaria 162/2016, mas não possui às 200 hs de curso de aperfeiçoamento, devendo providenciar e anexar a sua pasta funcional. Para Classe "C" exige o Ensino Médio mais 300 hs de curso.

Servidor: Máximo de Paula Silva– Lei 502/2011
Cargo: Motorista de Veículo Pesado
Requerimento protocolado em: 06/04/2018
Requer: Elevação de Nível
Documento apresentado: Certificado de Gestão de Recursos Humanos na área de Formação Continuada em Recursos Humanos 200 horas WR Educacional
Parecer: ***Indeferido*** **–** certificado inválido para a função de motorista.

Servidor: Mercia de Souza Correa Pereira
Cargo: Apoio Administrativo – Lei 502/2011
Requerimento protocolado em: 26/04/2018
Requer: Elevação de Classe de "A" para "B"
Documento apresentado: Certificado de conclusão do Ensino Médio.
Parecer: ***Indeferido*** **–** precisa de 200 horas de curso na área Apoio Educacional.

Servidor: Mirian da Cunha de Oliveira
Cargo: Motorista de Veículo Leve – Lei 500/2011
Requerimento protocolado em: 21/09/2018
Requer: Elevação de Nível
Documento apresentado: Certificado de conclusão do Ensino Médio
Parecer: **Indeferido** – elevação de nível é tempo serviço– Para elevação de classe de "B" para "C" é necessário 300 hs de curso de aperfeiçoamento e seguir o modelo do requerimento da Port. 182/GP/2018.

Servidor: Miriam de Resende Oliveira
Cargo: Apoio Administrativo Educacional – Lei 502/2011
Requerimento protocolado em: 28/09/2018
Requer: Elevação de Classe para a Tabela do Profissionalizado
Documento apresentado: Certificado Técnico em Infraestrutura
Parecer: Perda do objeto – servidora aposentada.

Servidor: Rildo Santos Modesto
Cargo: Agente Administrativo – Lei 500/2011
Requerimento protocolado em: 17/04/2018
Requer: Elevação de Classe "C" para "D"
Documento apresentado: Certificado de Licenciatura em Letras e curso de 160 horas de Assistente de Tesouraria
Parecer: ***Indeferido*** **-** certificado inválido para elevação para Classe "D".

Servidor: Roseli Andrade dos Santos
Cargo: Serviços Gerais – Lei 502/2011
Requerimento protocolado em: 09/05/2018
Requer: Elevação de Nível
Documento apresentado: Certificado de Conclusão do Curso Profuncionário.
Parecer: ***Indeferido*** **-** pois houve perda do objeto por não se encontrar mais na função de serviços gerais.

Servidor: Rúbia de Oliveira Rodrigues
Cargo: Serviços Gerais – Lei 500/2011
Requerimento protocolado em: 11/06/2018
Requer: Elevação de Classe "A" para "B"
Documento apresentado: Certificado de Auxiliar de Serviços Gerais.
Parecer: ***Indeferido*** **–** Documento apresentado sem autenticação e assinatura da servidora – Servidora encontra de afastamento.

Servidor: Unilton Ferreira da Costa
Cargo: Motorista de Veículo Pesado – Lei 502/2011
Requerimento protocolado em: 10/07/2018
Requer: Elevação de Nível
Documento apresentado: Diploma de Curso Técnico em Infraestrutura escolar - Profuncionário.
Parecer: ***Indeferido*** **–** certificado inválido para elevação para Classe para função de motorista conforme Lei 502/2011.

Servidor: Valmiro Alves de Oliveira
Cargo: Motorista de Veículo Leve – Lei 502/2011
Requerimento protocolado em: 07/06/2018
Requer: Elevação de Classe "B" para "C"
Documento apresentado: Certificado de Formação Profissional de Instrutor de Trânsito com carga horária de 180 horas; Legislação e Direção Defensiva; Relações Humanas dos Motoristas nos Serviços Públicos e Certificado de conclusão do Ensino Médio.
Parecer: ***Indeferido*** **–** Certificadosutilizados para Classe "B".

Servidor: Valmor Geraldo Camera
Cargo: Motorista de Veículo Leve – Lei 502/2011
Requerimento protocolado em: 30/01/2018
Requer: Elevação de Nível
Documento apresentado: Certificado 160 horas de Noções Básicas em Primeiros Socorros; 160 horas Relações Humanas com área de Formação Continuada em Recursos Humanos e Certificado de conclusão do Ensino Médio.
Parecer: ***Indeferido*** **-** certificado em Recursos Humano inválido para a função de Motorista.

Servidor: Vanessa Alves dos Santos Calmon
Cargo: Serviços Gerais – Lei 501/2011
Requerimento protocolado em: 29/06/2018
Requer: Elevação de Classe
Documento apresentado: Certificado de conclusão do curso superior em Tecnologia em Gestão Pública.

Parecer: ***Indeferido*** **–** Servidora está na Classe "B" para a Classe "C" exige a apresentação do certificado do Ensino Médio e mais 300 horas de cursos na função de Serviços Gerais.

Servidor: Weverson Beraldo Lucas
Cargo: Motorista de Veículo Pesado - – Lei 502/2011
Requerimento protocolado em: 19/06/2018
Requer: Elevação de Nível
Documento apresentado: Certificado de Direção Defensiva de 120 horas.
Parecer: ***Indeferido*** **–** Conforme legislação vigente na educação é necessário 200 horas de cursos na função de motorista.

Servidor: Luciane Schmitz Pontes
Parecer: documento analisado e deferido na Portaria 182/ADM/2018

Servidor: Marineti Vieira Fuzari
Parecer: documento analisado e deferido na Portaria 182/ADM/2018

Art. 3º - **Indeferir elevação de classe,** após análise da Comissão designada, consoante Decreto n° 059/GP/2018 de 27 de março de 2018, pelo motivo de não adequação dos requerimentos protocolados ao modelo solicitado na PORTARIA Nº 182/ADM/2018, DE 14 DE MAIO DE 2018.

Parágrafo único: Os servidores que tiverem seus pedidos indeferidos pelo motivo apresentado no *caput* deste artigo poderão estar regularizando o requerimento, oportunidade em que a Comissão de Avaliação e Progressão estará realizando nova análise.

Art. 4° - A data de contagem para efeitos de cálculo da concessão de valores retroativos provenientes das elevações de classe será o mês subsequente à data do protocolo de recebimento da Administração.

Art. 5° - Os valores pagos de forma retroativa serão calculados pela diferença entre o salário atual e o novo salário que deverá ser percebido com a elevação de classe, multiplicado pelo número de meses desde a data do protocolo, além do recebimento do 13° salário do período correspondente, se for o caso.

Art. 6° - A Comissão de Avaliação e Progressão apenas aceitará recursos e requerimentos por escrito, **no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da publicação da presente portaria, sendo inadmitidos recursos realizados de modo verbal.**

Parágrafo único. A medida se justifica devido a incidentes ocorridos na última análise das progressões, onde diversos servidores procuraram membros da Comissão de modo individual para debaterem os motivos do indeferimento dos pedidos, não sendo a via adequada, pois a decisão é tomada por uma Comissão e não por servidores de modo individual.

Art. 7° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação**,** ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 04 de julho de 2019.

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT, conforme autorização da Lei Municipal nº. 012/2001.
Colniza/MT, em 04 de julho de 2019.

Elvira Mund da Costa
Secretária Adjunta de Administração

Jesineison de Aguiar Brandão

PREFEITO INTERINO MUNICIPAL

DE COLNIZA/MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 021/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 021/2019

PREGÃO: N° 036/2019 – REGISTRO DE PREÇOS

Município de Comodoro, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Rua Espírito Santo nº 199

E, Bairro Centro, nesta cidade, inscrita no C.N.P.J. /MF sob o nº 01.367. 853/0001-29, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Senhor **Jeferson Ferreira Gomes**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Três Martires nº 219, Bairro Nova Vacaria, nesta cidade de Comodoro – MT, portador da Cédula de Identidade RG n.º 1195680-1SSP/MT e inscrita no CPF sob nº 839.891.371-15, doravante denominado de **GERENCIADOR**, e a empresa: **INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS KUTSCHENKO LTDA,** inscrita no CNPJ: 86.739.497/0001-80, instalada na R. das Mangueiras 1183-E, Jardim Mato Grosso, Comodoro-MT, Certidão Negativa de Debitos Relativos aos Tributos Federais e a Divida Ativa da União nº EF4B.3C61.7A60.147D de 05/06/2019 a 02/12/2019, neste ato representado pelo seu Socio-Administrador o Sr. Hélio Laércio Kutschenko, portador do CPF 413.189.949-34 RG: 1.241.866 PR, residente e domiciliado na Cidade de Comodoro-MT, doravante denominada **FORNECEDORA,** acordam proceder, nos termos do Edital de Pregão Presencial nº 036/2019, Processo Administrativo nº. 053/2019 ao REGISTRO DE PREÇOS, com seus respectivos preços unitários e totais nas quantidades estimadas, atendendo as condições previstas no Edital e as constantes desta Ata de Registro de Preços, conforme as Leis n. 10.520/2002 e 8.666/93 e suas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir. A presente ATA tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MADEIRAS PARA ATENDER DIVERSAS SECRETARIAS,** com as especificações descritas abaixo:

INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS KUTSCHENKO LTDA, no valor de R$ 296.750,00 (duzentos e noventa e seis mil setecentos e cinqüenta reais).

O valor total da presente ata é de R$ 296.750,00 (duzentos e noventa e seis mil setecentos e cinqüenta reais).

A presente Ata terá validade pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura.

Comodoro - MT, 05 de julho de 2019.

Original com texto completo devidamente assinado, consta dos autos do processo do Pregão Presencial com Registro de Preço nº 036/2019.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 020/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 020/2019

PREGÃO: N° 044/2019 – **REGISTRO DE PREÇOS**

Município de Comodoro, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Rua Espírito Santo nº 199 E, Bairro Centro, nesta cidade, inscrita no C.N.P.J. /MF sob o nº 01.367. 853/0001-29, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Senhor **Jeferson Ferreira Gomes**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Três Martires nº 219, Bairro Nova Vacaria, nesta cidade de Comodoro – MT, portador da Cédula de Identidade RG n.º 1195680-1SSP/MT e inscrita no CPF sob nº 839.891.371-15, doravante denominado de **GERENCIADOR**, e a empresa: **E. B MOLINARI EIRELI,** inscrita no CNPJ 09.153.204/0001-37, situada na Rua Carlos Sthal nº 4963, sala 3, Jardim Eldorado, Vilhena/RO, Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Divida Ativa da União nº 0F1D.EE27.57C7.6149 de 05/06/2019 a 02/12/2019, neste ato representado pelo seu Socio Administrador Sr. **Eduardo Braga Molinari**, residente e domiciliado na cidade de Vilhena -RO, portador do CPF: 703.073.260-04, RG: 1004408421 SSP/RS doravante denominada **FORNECEDORA,** acordam proceder, nos termos do Edital de Pregão Presencial nº 044/2019, Processo Administrativo nº. 061/2019 ao **REGISTRO DE PREÇOS**, com seus respectivos preços unitários e totais nas quantidades estimadas, atendendo as condições previstas no Edital e as constantes desta Ata de Registro de Preços, conforme as Leis n. 10.520/2002 e 8.666/93 e suas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir. A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIA** a serem prestados aos pacientes da rede Pública Municipal para atender a Secretaria Municipal de Saúde, sendo quantidade prevista de 150 (cento e cinqüenta) ultrassonografias mensais, sendo a quantidade total de 4.000 (quatro mil) ultrassonografias, com as especificações descritas abaixo:

O valor total da presente ata é de R$ 246.640,00 (duzentos e quarenta e seis mil seiscentos e quarenta reais)

A presente Ata terá validade pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura.

Comodoro - MT, 02 de julho de 2019.

Original com texto completo devidamente assinado, consta dos autos do processo do Pregão Presencial com Registro de Preço nº 044/2019.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO 055/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 055/2019

O Município de Comodoro, Estado de Mato Grosso, através do Pregoeiro Fernando Oliveira Lemos da Rosa, torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade **de REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO PARA ATENDER A DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO,** cuja abertura ocorrerá às 08:00 horas do dia **24/07/2019**, na sede da Prefeitura Municipal, situada à Rua Espírito Santo nº 199 E – Centro – CEP: 78.310-000 - Comodoro – MT. O Edital completo encontra-se à disposição dos interessados na sala de Licitações e no site: www.comodoro.mt.gov.br. Qualquer informação poderá ser obtida pelo telefone (0xx65) 3283-2404 com o Pregoeiro/Equipe de Apoio das 8:00 às 12:00 horas.

Comodoro – MT, 09 de julho de 2019.

Fernando Oliveira Lemos da Rosa

Pregoeiro

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO 054/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 054/2019

O Município de Comodoro, Estado de Mato Grosso, através do Pregoeiro Fernando Oliveira Lemos da Rosa, torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade **de REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS ATENDENDO AOS PROGRAMAS DA MERENDA ESCOLAR PNAE, PNAI, PNAC, PNAPE e PNAEJA,** cuja abertura ocorrerá às 09:00 horas (Horário de Brasília) do dia **23/07/2019**, na sede da Prefeitura Municipal, situada à Rua Espírito Santo nº 199 E – Centro – CEP: 78.310-000 - Comodoro – MT. O Edital completo encontra-se à disposição dos interessados na sala de Licitações e no site: www.comodoro.mt.gov.br. Qualquer informação poderá ser obtida pelo telefone (0xx65) 3283-2404 com o Pregoeiro/Equipe de Apoio das 8:00 às 12:00 horas.

Comodoro – MT, 09 de julho de 2019.

Fernando Oliveira Lemos da Rosa

Pregoeiro

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 022/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 022/2019

PREGÃO: N° 035/2019 – **REGISTRO DE PREÇOS**

Município de Comodoro, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Rua Espírito Santo nº 199 E, Bairro Centro, nesta cidade, inscrita no C.N.P.J. /MF sob o nº 01.367. 853/0001-29, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Senhor **Jeferson Ferreira Gomes**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Três Martires nº 219, Bairro Nova Vacaria, nesta cidade de Comodoro – MT, portador da Cédula de Identidade RG n.º 1195680-1SSP/MT e inscrita no CPF sob nº 839.891.371-15, doravante denominado de **GERENCIADOR**, e a empresa: **CARLOS SOUZA RAMOS 65907698268,** CNPJ: 22. 207.903/0001-80, instalada na Rua Maranhão 497-N, São Francisco, na cidade de Comodoro-MT, Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e a Divida Ativa da União 9655.0CE9.8317.3C4A de 15/03/ 2019 a 11/09/2019, representada neste ato pelo seu representante legal o Sr. Carlos Ramos de Souza CPF: 659.076.982-68, RG 371214749 SSP/ SP, residente e domiciliado na cidade de Comodoro-MT , doravante denominada **FORNECEDORA,** acordam proceder, nos termos do Edital de Pregão Presencial nº 035/2019, Processo Administrativo nº. 052/2019 ao REGISTRO DE PREÇOS, com seus respectivos preços unitários e totais nas quantidades estimadas, atendendo as condições previstas no Edital e as constantes desta Ata de Registro de Preços, conforme as Leis n. 10. 520/2002 e 8.666/93 e suas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir. A presente ATA tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SERRALHERIA (SOLDA, CONSERTO, REPAROS, MANUTENÇÕES E RECUPERAÇÕES) E MONTAGEM/INSTALAÇÃO DE ESTRUTURAS METALICAS PARA ATENDER DIVERSAS SECRETARIAS,** com as especificações descritas abaixo

CARLOS SOUZA RAMOS 65907698268 ME4, no valor de R$ 402.060,00 (quatrocentos e dois mil e sessenta reais

O valor total da presente ata é de R$ 402.060,00 (quatrocentos e dois mil e sessenta reais).

A presente Ata terá validade pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura, vigorando de 05/07/2019 à 05/07/2020.

Comodoro - MT, 05 de julho de 2019.

Original com texto completo devidamente assinado, consta dos autos do processo do Pregão Presencial com Registro de Preço nº 035/2019.ew

AVISO DE RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL 053/2019

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 053/2019

A Prefeitura Municipal de Comodoro - MT torna público aos interessados que a licitação realizada no dia 09/07/2019 às 08:00 horas na modalidade de Pregão Presencial para Registro de Preços EDITAL n° 053/2019, tendo como objeto **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS E RECARGA DE GÁS PARA ATENDER AOS PROGRAMAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL,** consagraram-se vencedoras as empresas licitantes: **PANIFICADORA E MERFCADO CHALÉ DO PÃO LTDA – EPP e PRADO CAMARGO & CIA LTDA – ME.**

Comodoro – MT, 09 de Julho de 2019.

Fernando Oliveira Lemos da Rosa

PREGOEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
PARECER JURÍDICO

Procuradoria Municipal de Confresa

Departamento Jurídico

Notificação (advertência)

Procedimento administrativo Licitatório

Execução do contrato / regularização da prestação dos serviços – Reincidência

Descrição: Processo Administrativo 088/2018 – Pregão Presencial 072/2018 - Objeto: contratação de empresa para o fornecimento de medicamentos e insumos junto a Prefeitura Municipal de Confresa/ MT – execução contratual – descumprimento das cláusulas pactuadas – notificação – imediata regularização sob pena de rescisão contratual – reincidência. O Município de Confresa, pessoa jurídica de direito público interno, ora representado pela Prefeitura Municipal de Confresa, enquanto órgão encarregado de gerir a condução de sua atividade administrativa e da prestação dos serviços públicos essências ao município de Confresa/MT, dentre outras atividades que lhes são inerentes vem, por meio desta, notificar, com base no artigo 87, inciso I da 8.666/93, a empresa contratada CIENTIFICA MEDICA HOSPITALAR LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n° 07.847./0001-10, pelos motivos de fato e de direito a seguir expostos:

A presente notificação trata-se de medida excepcional de caráter, ao menos temporário, informador, no qual se pretende advertir a empresa licitante contratada acerca do descumprimento das cláusulas contratuais hodiernamente vigentes e que não obstante tal fato, vem sendo reiteradamente descumpridas por parte da empresa CIENTIFICA MEDICA HOSPITALAR LTDA, empresa vencedora do processo licitatório na modalidade pregão presencial n° 072/2018 e cujo objeto licitatório dispõe acerca do fornecimento de medicamentos e insumos junto ao Município de Confresa/MT.

Destarte, tendo em vista que a CIENTIFICA MEDICA HOSPITALAR LTDA sagrou-se dentre as vencedora do procedimento licitatório n° 088/2018, pregão presencial n° 072/2018, cujo objeto licitatório referia-se no fornecimento de medicamentos e insumos junto ao Município de Confresa/MT, a fim de propiciar o regular exercício da atividade administrativa inerente à Administração Pública, enquanto poder encarregado de tal *mister* e que o contrato administrativo dele resultante encontra-se, em vigor, enquanto consectário inexorável do procedimento licitatório realizado recentemente, no qual, a empresa CIENTIFICA MEDICA HOSPITALAR LTDA fora vencedora, estabelecendo a partir de então relação jurídico obrigacional entre as partes mediante a celebração de contrato administrativo o qual prevê, expressamente, as cláusulas que passariam a regulamentar a relação jurídica entre as partes, vindo tal conduta ao encontro dos postulados constitucionais constantes no artigo 37 e seguintes da bíblia política[1], eis que a Administração Pública local procedeu à abertura de procedimento licitatório tendente a contratação de empresa hábil a prestação dos serviços supramencionados do qual é decorrência o contrato administrativo pactuado entre a Prefeitura Municipal de Confresa, enquanto órgão responsável por representar a Administração Pública local e a empresa CIENTIFICA MEDICA HOSPITALAR LTDA, pessoa jurídica de direito privado, estabelecendo assim as cláusulas contratuais as quais vinculariam as partes em seu regular cumprimento, mormente por se tratar de serviço tão sensível ao exercício da atividade administrativa local, razão pela qual incumbe à empresa CIENTIFICA MEDICA HOSPITALAR LTDA mantê-lo, primeiro porque decorre da relação jurídica obrigacional com esta entidade política, consubstanciando em uma obrigação de fazer, materializada no contrato administrativo celebrado entre as partes, razão pela qual a Administração Pública local vem, por meio desta, tendo em vista a péssima qualidade dos serviços prestados até então, notifica-la para que regularize imediatamente tal situação junto a esta entidade política, eis que integra a relação jurídica com esta entidade política, obrigando-se, consequentemente a cumprir com as cláusulas contratuais, legais e editaliceas as quais se vinculou quando da participação no procedimento licitatório, independentemente de eventuais circunstâncias impeditivas suscitadas, de modo que não pode a

Administração Pública local ficar *à mercê* de interesses privados, sobretudo, porque cabe a este a tutela do interesse público.

Desse modo, haja vista o regime jurídico administrativo intrínseco a atividade administrativa marcado pelos postulados basilares da supremacia do interesse público e da indisponibilidade do interesse público, a Administração Pública reitera a necessidade da imediata e integral normalização da prestação dos serviços por parte da empresa CIENTIFICA MEDICA HOSPITALAR LTDA, sendo que uma vez não atendido a requisição ora esboçada impõe a Administração Pública a adoção de medidas efetivas e necessárias a propiciar o regular fornecimento do objeto licitatório em questão junto a esta entidade política bem como eventual responsabilização da empresa contratada, CIENTIFICA MEDICA HOSPITALAR LTDA, eis que encontra-se em descumprimento as cláusulas contratuais e legais.

Diante de todo o exposto, fica estipulado o prazo de 05 (cinco) dias para que a empresa CIENTIFICA MEDICA HOSPITALAR LTDA efetivamente normalize e cumpra o que fora solicitado sobre pena de incorrer em infração administrativa decorrente do vínculo outrora estabelecido com a Administração Pública, que a obriga a cumpri-lo, sendo passível, consequentemente, das sanções previstas no instrumento convocatório, no contrato administrativo acima mencionado e, máxime, na lei geral de licitações e contratos, a qual prevê em seu artigo 58 as denominadas cláusulas exorbitantes, cuja normatização decorre da verticalidade inerente (e diga-se de passagem, necessária) as relações entre o poder público e os particulares quando aquele visa a satisfação do interesse público.

Destarte, tendo em vista o exposto, ratifico o prazo estabelecido de 05 (cinco) dias para a normalização das obrigações contratuais por parte da empresa CIENTIFICA MEDICA HOSPITALAR LTDA, sobre pena de sofrer as sanções administrativas cabíveis sem excluir, por óbvio, as demais searas conforme o caso (criminal, civil).

Ademais, fica desde já estabelecido, em igual prazo de 05 (cinco) dias, prazo para defesa prévia por parte da empresa supracitada em razão de eventual rescisão contratual unilateral ou mesmo pela se decorrente de aplicação das penalidades constantes nos instrumentos legais hábeis a tal desiderato, nos moldes do artigo 87 da lei geral de licitações e contratos cuja redação segue transcrita abaixo, ate porque, frise-se em analise as notificações preteridas realizadas por esta entidade politica, verifica-se que esta sociedade empresarial já fora notifica outrora em razão de sua inépcia para com o cumprimento de suas obrigações, circunstancia na qual vislumbra-se a reincidência da sociedade contratada no descumprimento de suas obrigações, o que agrava sua culpabilidade e demonstra o quão irresponsável esta ô é, ensejando, por via de consequência, a adoção de sanções mais gravosas a esta.

Art. 87. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, **garantida a prévia defesa**, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

A seguir, disposições legais pertinentes e aplicáveis ao caso concreto:

Art. 77. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento.

Art. 78. Constituem motivo para rescisão do contrato:

I - O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

II - O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;

III - a lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão da obra, do serviço ou do fornecimento, nos prazos estipulados;

IV - O atraso injustificado no início da obra, serviço ou fornecimento;

V - A paralisação da obra, do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;

VI - A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato;

VII - o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

VIII - o cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1o do art. 67 desta Lei;

[...]

Art. 87. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

I - Advertência;

II - Multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

Confresa – MT, 09 de julho de 2018.

Norton Mussalan Ferreira

OAB/MT n°. 20.035-O

Procurador Municipal

Publique-se.

Notifique a empresa mediante o envio desta notificação via e-mail com ulterior resposta de recebimento por parte desta e, não restando frutífera tal pretensão enviar via malote com A.R.

AFs em aberto e cujo prazo para entrega já expirarão:

AF 3098;

AF 2099;

AF 2652.

[1]Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

[...]

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÃO
PORTARIA 141/2019 ADM DE 08 DE JULHO 2019.

DESIGNAÇÃO DE SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL PARA FISCALIZAR A EXECUÇÃO DA ATA FIRMADOS POR INTERMÉDIO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO: o disposto na Instrução Normativa do Sistema de Licitações, Compras e Contratos, a qual dispõe sobre os procedimentos e normas para a celebração e acompanhamento da execução de contratos, aditivos e instrumentos congêneres no Poder Executivo Municipal, e no art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93 Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

CONSIDERANDO:a necessidade de padronizar, otimizar a fiscalização e o acompanhamento da execução dos contratos de prestação de serviços e fornecedores da Prefeitura Municipal de Confresa.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores públicos municipais qualificados abaixo como **FISCAL DE ATA DE REGISTRO DE PRECOS**.

SECRETARIA	SERVIDOR	CPF
06- SEC – SAÚDE (MAC - HOSPITAL)	JOÃO PAULO LIMA CHRISTICHINI	047.743.951-96
06- SEC – SAÚDE (ATENÇÃO BÁSICA)	NEUSA PEREIRA NEVES	873.227.571-49
06- SEC – SAÚDE (MAC - LABORATÓRIO)	CLEYTON GEOVANI KREMER DE CESARO	010.591.161-54

Art. 2º - Os servidores designados ficam responsáveis pelos contratos respectivos a vossa secretaria, departamento e/ou unidade gestora.

ATA DE REGISTRO	77/2019	CNPJ	VALOR TOTAL
CONTRATADA	**EPROMED COMERCIO E SERVIÇOS DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES EIRELI - ME**	**27.344.468/0001-50**	R$ 156.000,00
OBJETO	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA COM REPOSIÇÃO DE PEÇAS, DE EQUIPAMENTOS HOSPITALAR, ODONTOLÓGICO, LABORATORIAL E EQUIPAMENTOS QUE POSSA VIR ADQUIRIR, PARA		
	ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA DE SAÚDE, JUNTO AO MUNICÍPIO DE CONFRESA-MT.		
VIGÊNCIA	12 MESES – 08/07/2019 a 08/07/2020.		

Art. 3º - Os servidores designados ficam responsável pelas Atas respectivos a vossa secretaria, departamento e/ou unidade gestora.

Art. 4º - O Departamento de Compras e CPL - Comissão Permanente de Licitações disponibilizará ao Fiscal designado, logo após a sua nomeação, em cumprimento ao disposto no contrato, do edital da licitação, do projeto básico ou do termo de referência, da proposta da Contratada, e, oportunamente, dos aditivos bem como, do setor competente, a relação das faturas recebidas e das pagas, sem prejuízo de outros documentos que o Fiscal entender necessários ao exercício da fiscalização.

Art. 5º - Os documentos mencionados no art. 2º poderão ser disponibilizados tanto em meio físico quanto digital devendo, neste último caso, serem lançados na pasta compartilhada na rede denominada “Pública” e em pastas e subpastas específicas com a identificação do respectivo fiscal e do contrato objeto da fiscalização.

Art. 6º - Fica garantido ao Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo aos Contratos sob fiscalização.

Art. 7º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 08 de julho de 2019.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 77/2019

Ao oitavo dia do mês de julho do ano de dois mil e dezenove, o MUNICÍPIO DE CONFRESA, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Av. Centro Oeste nº 286, Centro, Confresa - MT, devidamente inscrita no C.N.P.J./MF, sob o nº 37.464.716/0001-50, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal o Sr. Rônio Condão Barros Milhomem, brasileiro, casado, médico, residente e domiciliado à Rua Tancredo Neves n° 50 Setor Pavilhão nesta cidade, portador da Carteira de Identidade RG n° 0875190-0 SSP-MT e inscrito no CPF sob o n° 535.561.191-53 **a seguir denominada simplesmente ÓRGÃO GERENCIADOR, institui a presente Ata de Registro de Preços (ARP), decorrente da licitação Processo Licitatório nº 067/2019,** homologado em 08/07/2019, na modalidade **Pregão Presencial nº 057/2019** da Prefeitura Municipal de Confresa-MT, cujo objetivo de eventual e futura **contratação de empresa especializada para manutenção preventiva e corretiva com reposição de peças, de equipamentos hospitalar, odontológico, laboratorial e equipamentos que possa vir adquirir,** para atender a demanda da secretaria de Saúde, de **CONFRESA - MT, a qual se constitui em documento vinculativo e obrigacional às partes, conforme o disposto no art. 15 da Lei nº 8.666/93, regulamentado pelo Decreto Municipal nº 26 e 27/2009, de 29 de Maio de 2009, segundo as cláusulas e condições seguintes:**

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

A presente Ata de Registro de Preços estabelece as cláusulas e condições gerais para o registro de preços referente à **contratação de empresa especializada para manutenção preventiva e corretiva com reposição de peças, de equipamentos hospitalar, odontológico, laboratorial e equipamentos que possa vir adquirir,** para atender a demanda da secretaria de Saúde, junto ao Município de **CONFRESA-MT**.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS ÓRGÃOS INTEGRANTES

Integra a presente ARP a PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA, localizada na Av. Centro Oeste nº 286, Centro, em Confresa - MT, na qualidade de **ÓRGÃO GERENCIADOR;**

Parágrafo único – qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal poderá solicitar a utilização da presente ARP, independentemente da participação ou não na licitação em epígrafe.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

O ÓRGÃO GERENCIADOR, através da Seção de Licitação e Contratos, obriga-se a:

a) gerenciar a presente ARP, indicando, sempre que solicitado, os nomes dos fornecedores, os preços, os quantitativos disponíveis e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação;

b) convocar os particulares via fax, telefone ou e-mail, para assinatura da ARP e retirada da nota de empenho;

c) observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive com solicitação de novas certidões ou documentos vencidos;

d) conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades;

e) realizar, quando necessário, prévia reunião com os licitantes objetivando a familiarização das peculiaridades do Sistema de Registro de Preços;

f) consultar os fornecedores registrados (observada a ordem de classificação) quanto ao interesse em fornecimento dos serviços a outros órgãos da Administração Pública que externem a intenção de utilizar a presente ARP;

g) comunicar aos gestores dos órgãos participantes possíveis alterações ocorridas na presente ARP;

h) coordenar a qualificação mínima dos respectivos gestores dos órgãos participantes;

i) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação, na presente ARP.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE E NÃO PARTICIPANTE

O ÓRGÃO PARTICIPANTE e o ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE, através de gestor próprio indicado, obrigam-se a:

a) tomar conhecimento da presente ARP, inclusive às respectivas alterações, para fins de utilização de forma correta da mesma;

b) consultar, previamente, o ÓRGÃO GERENCIADOR objetivando a obtenção das informações necessárias à aquisição pretendida;

c) verificar a conformidade das condições registradas na presente ARP junto ao mercado local, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR, eventuais desvantagens verificadas;

d) encaminhar ao ÓRGÃO GERENCIADOR a respectiva nota de empenho;

e) enviar, no prazo máximo de **05 (cinco) dias** úteis, as informações sobre a contratação efetivamente realizada;

f) acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações contidas no edital da licitação e na presente ARP, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR qualquer irregularidade ou inadimplemento do particular.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

O FORNECEDOR obriga-se a:

a) assinar a ARP, retirar a respectiva nota de empenho e assinar o contrato no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação, no que couber;

b) informar, no prazo máximo de 01 (um) dia, quanto à aceitação ou não do fornecimento a outro órgão da Administração Pública (não participante) que venha a manifestar o interesse de utilizar a presente ARP;

c) realizar os serviços solicitados nos prazos estabelecidos e conforme autorização de fornecimento, conforme solicitado no edital;

d) Realizar os serviços conforme especificações e preços registrados na presente ARP;

e) Realizar os serviços solicitados no respectivo endereço do órgão participante ou não participante da presente ARP, sem nenhum ônus adicional ao Município de Confresa;

f) providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR referentes às condições firmadas na presente ARP;

g) fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;

h) prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da assinatura da presente ARP;

i) ressarcir os eventuais prejuízos causados ao órgão gerenciador e participantes e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na presente ARP;

j) pagar, pontualmente, os fornecedores e cumprir com as obrigações fiscais, relativos aos materiais entregues, com base na presente ARP, exonerando a Administração Pública de responsabilidade solidária ou subsidiária por tal pagamento;

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de até um ano, a contar da data da sua assinatura, vigorando até o dia **08 de julho de 2020.**

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços, as quantidades, o fornecedor e as especificações dos serviços registrados nesta Ata encontram-se indicados nos quadros abaixo, observando-se a ordem de classificação obtida no certame licitatório:

EMPRESA: **EPROMED COMERCIO E SERVIÇOS DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES EIRELI - ME**

CNPJ: 27.344.468/0001-50

END: RUA L 21 A, S/N, QUADRA 43, LOTE 10, SETOR PAPILON PARK, MUNICÍPIO DE APARECIDA DE GOIÂNIA - GO, CEP:74.950-270.

TELEFONE: (63) 98439-5331 E-MAIL: epromed@hotmail.com

REPRESENTANTE LEGAL: Edson Mendes Ferreira

RG: 3162449 SSP/GO CPF: 787.484.101-87

ITEM: 1, 2 e 3.

Especificação - Valor Unitário - Quantidade

				LOTE I **EQUIPAMENTOS HOSPITALARES**		
ITEM	**COD DO TCE**	**UNID.**	**QTDE**	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA COM REPOSIÇÃO DE PEÇAS DOS EQUIPAMENTOS HOSPITALARES	**VALOR UNIT**	**VALOR TOTAL**
03	00026503	MÊS	12		6.500,00	78,000,00
				LOTE II **EQUIPAMENTOS LABORATORIAIS**		

ITEM	**COD DO TCE**	**UNID.**	**QTDE**	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA COM REPOSIÇÃO DE PEÇAS DOS EQUIPAMENTOS LABORATORIAIS	**VALOR UNIT**	**VALOR TOTAL**
02	00026502	MÊS	12		1.500,00	18.000,00
				LOTE III **EQUIPAMENTOS ODONTOLOGICOS**		

ITEM	**COD DO TCE**	**UNID.**	**QTDE**	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA COMREPOSIÇÃO DE PEÇAS DOS EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS	**VALOR UNIT**	**VALOR TOTAL**
01	00026501	MÊS	12		5. 000,00	60.000,00

TOTAL	**156.000,00**

CLÁUSULA OITAVA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado em até **30 (trinta)** dias condicionado à prestação do serviço e apresentação da Nota Fiscal/Fatura. Para tanto, o FORNECEDOR deverá apresentar Nota Fiscal/Fatura à qual deverá ser atestada pelo setor de compras, ou outro servidor formalmente designado;

Parágrafo primeiro – o pagamento só se efetivará depois de confirmada a situação de regularidade fiscal para com a seguridade social (INSS), com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e com a Fazenda Federal através da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; com a Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa de débitos.

Parágrafo segundo – o pagamento será condicionado ao cumprimento das obrigações fixadas na presente ARP.

CLÁUSULA NONA – DA DOTAÇÃO

Órgão: 06- Secretaria Municipal de Saúde

Unid: 06- Mac – Média e Alta Complexidade

Proj. ativ.: 2.019- Manutenção e Encargos com o Hospital

Cód Red: 893-Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica

Fonte: 0000- Recursos ordinários

Elemento: 3.3.90.39.00.00.00.00

Órgão: 06- Secretaria Municipal de Saúde

Unid: 06- Mac – Média e Alta Complexidade

Proj. ativ.: 2.019- Manutenção e Encargos com o Hospital

Cód Red: 894- Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica

Fonte: 0002- Receitas de Impostos e de Transferência - Saúde

Elemento: 3.3.90.39.00.00.00.00

Órgão: 06- Secretaria Municipal de Saúde

Unid: 06- Mac – Média e Alta Complexidade

Proj. ativ.: 2.019- Manutenção e Encargos com o Hospital

Cód Red: 896- Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica

Fonte: 0046- Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS

Elemento: 3.3.90.39.00.00.00.00

Órgão: 06- Secretaria Municipal de Saúde

Unid: 06- Mac – Média e Alta Complexidade

Proj. ativ.: 2.019- Manutenção e Encargos com o Hospital

Cód Red: 895- Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica

Fonte: 0042- Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS

Elemento: 3.3.90.39.00.00.00.00

				LOTE I **EQUIPAMENTOS HOSPITALARES**		

ITEM	COD DO TCE	UNID.	QTDE	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA COM REPOSIÇÃO DE PEÇAS DOS EQUIPAMENTOS HOSPITALARES	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
03	00026503	MÊS	12		6.500,00	78,000,00

Órgão: 06- Secretaria Municipal de Saúde

Unid: 06- Mac – Média e Alta Complexidade

Proj. ativ.: 2.111- - Manutenção e Encargos com Serv. Amb. e laboratorial

Cód Red: 1016- Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica

Fonte: 0002- Receitas de Impostos e de Transferência - Saúde

Elemento: 3.3.90.39.00.00.00.00

Órgão: 06- Secretaria Municipal de Saúde

Unid: 06- Mac – Média e Alta Complexidade

Proj. ativ.: 2.111- Manutenção e Encargos com Serv. Amb. e laboratorial

Cód Red: 1018- Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica

Fonte: 0046- Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS

Elemento: 3.3.90.39.00.00.00.00

Órgão: 06- Secretaria Municipal de Saúde

Unid: 06- Mac – Média e Alta Complexidade

Proj. ativ.: 2.111- - Manutenção e Encargos com Serv. Amb. e laboratorial

Cód Red: 1017- Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica

Fonte: 0042- Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS

Elemento: 3.3.90.39.00.00.00.00

LOTE II
EQUIPAMENTOS LABORATORIAIS

ITEM	COD DO TCE	UNID.	QTDE	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA COM REPOSIÇÃO DE PEÇAS DOS EQUIPAMENTOS LABORATORIAIS	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
02	00026502	MÊS	12		1.500,00	18.000,00

Órgão: 06- Secretaria Municipal de Saúde

Unid: 04- Atenção Básica

Proj. ativ.: 2.014 - Manutenção e Encargos com as UBS

Cód Red: 580- Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica

Fonte: 0002- Receitas de Impostos e de Transferência - Saúde

Elemento: 3.3.90.39.00.00.00.00

Órgão: 06- Secretaria Municipal de Saúde

Unid: 04- Atenção Básica

Proj. ativ.: 2.014 - Manutenção e Encargos com as UBS

Cód Red: 581- Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica

Fonte: 0042- Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS

Elemento: 3.3.90.39.00.00.00.00

Órgão: 06- Secretaria Municipal de Saúde

Unid: 04- Atenção Básica

Proj. ativ.: 2.014 - Manutenção e Encargos com as UBS

Cód Red: 582- Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica

Fonte: 0046- Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS

Elemento: 3.3.90.39.00.00.00.00

LOTE III
EQUIPAMENTOS ODONTOLOGICOS

ITEM	COD DO TCE	UNID.	QTDE	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA COM REPOSIÇÃO DE PEÇAS DOS EQUIPAMENTOS ODONTOLOGICOS	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
01	00026501	MÊS	12		5.000,00	60.000,00

CLÁUSULA DÉCIMA – DA CONDIÇÃO ESPECÍFICA

A existência desta Ata de Registro de Preços não obriga o ÓRGÃO GERENCIADOR, nem o ÓRGÃO PARTICIPANTE, se for o caso, a firmar as futuras aquisições, sendo-lhe facultada a realização de procedimento específico para determinada contratação, assegurado ao particular cujo preço foi registrado, em caso de igualdade de condições, a preferência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DA PUBLICIDADE

Os preços, os quantitativos, o fornecedor e as especificações resumidos do objeto, como também as possíveis alterações da presente ARP, serão publicadas no Diário Oficial do Município, na forma de extrato, em conformidade com o disposto no parágrafo único do artigo 61 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA REVISÃO DE PREÇOS

A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no **art. 65**, da **Lei 8.666/93;**

Parágrafo único – a qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução ocorrido no mercado, ou de fato novo que eleve o seu custo, cabendo ao ÓRGÃO GERENCIADOR promover as necessárias negociações junto aos fornecedores para negociar o novo valor compatível ao mercado.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

O FORNECEDOR terá seu registro cancelado nos seguintes casos:

I – Por iniciativa da Administração, quando:

a) não cumprir as exigências do instrumento convocatório da licitação supracitada e as condições da presente ARP;

b) recusarem-se a retirar a nota de empenho no prazo estabelecido, salvo por motivo devidamente justificado e aceito pela Administração;

c) der causa à rescisão administrativa decorrente desta ARP;

d) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial relativa ao presente Registro de Preços;

e) não manutenção das condições de habilitação e compatibilidade;

f) não aceitar a redução dos preços registrados, nas hipóteses previstas na legislação;

g) em razões de interesse público, devidamente justificadas.

II – Por iniciativa do próprio FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar a impossibilidade de cumprimento das exigências insertas neste Registro de Preços, tendo em vista fato superveniente, aceito pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, que comprovadamente venha a comprometer a perfeita execução contratual;

Parágrafo único – o cancelamento de registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, deverá ser formalizado mediante competente processo administrativo com despacho fundamentado do Prefeito Municipal, gestor do ÓRGÃO GERENCIADOR.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS PENALIDADES

Em casos de inexecução parcial ou total das condições pactuadas na presente Ata, garantida a prévia defesa e o contraditório, ficará o particular sujeito às penalidades constantes no capítulo 16 deste edital, sem excluir outras penalidades de natureza distintas que poderão ser aplicadas cumulativamente.

Parágrafo único – os valores resultantes da aplicação de multas serão cobrados pela via administrativa, devendo ser recolhida no prazo máximo de **10 (dez)** dias corridos, a contar da data de recebimento da comunicação, ou, se não atendido, judicialmente, pelo rito e com os encargos da execução fiscal, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA DOCUMENTAÇÃO

A presente Ata de Registro de Preços vincula-se às disposições contidas nos documentos a seguir especificados, cujos teores são conhecidos e acatados pelas partes:

a) Edital do Pregão Presencial **nº 057/2019** e anexos;

b) Proposta Comercial da FORNECEDORA.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização da execução da aquisição dos materiais será exercida por servidores credenciados, nomeados mediante portaria municipal, independentemente de qualquer outra supervisão, assessoramento e/ou acompanhamento do objeto que venha a ser determinado pelo FORNECEDOR, o seu exclusivo juízo.

SECRETARIA	**SERVIDOR**	**PORTARIA**
06- SEC – SAÚDE (MAC - HOSPITAL)	**JOÃO PAULO LIMA CHRISTICHINI**	
06- SEC – SAÚDE (ATENÇÃO BÁSICA)	**NEUSA PEREIRA NEVES**	**141/2019**
06- SEC – SAÚDE (MAC - LABORATÓRIO)	**CLEYTON GEOVANI KREMER DE CESARO**	

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

Para dirimir as questões decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, fica eleito o foro da Comarca de Porto Alegre do Norte-MT, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Nada mais havendo a tratar eu, **Jean Flávio dos Santos Milhomem**), Pregoeiro, lavrei a presente Ata de Registro de Preços que lida e achada conforme vai assinada pelo ÓRGÃO GERENCIADOR e pelo particular fornecedor.

_____

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

_____

EPROMED COM. E SER. DE EQUIP. HOSPITALARES EIRELI - ME

CNPJ: 27.344.468/0001-50.

REPRESENTANTE LEGAL: **Edson Mendes Ferreira**

CPF: 787.484.101-87

ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 085/2019 PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 072/2019.

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 085/2019.

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 072/2019.

A Prefeitura Municipal de Confresa/MT torna pública, para o conhecimento dos interessados, o resultado do processo licitatório na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL - SRP Nº 072/2019**, conforme segue:

OBJETO: PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA **LOCAÇÃO DE CAÇAMBAS ESTACIONÁRIAS PARA REMOÇÃO DE ENTULHOS**, PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA DE VIAÇÃO OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS, JUNTO AO MUNICÍPIO DE CONFRESA - MT**.**

ADJUDICADO/HOMOLOGADO:

Para a empresa:

SIRLEI LEITE ALVES DE OLIVEIRA - MEI.

CNPJ: 30.134.775/0001-10.

END: RUA NOVA ESPERANÇA, N.º 59, BAIRRO JARDIM PLANALTO, MUNICÍPIO DE CONFRESA-MT, CEP:78.652-000.

FONE: (66) 98451-0914 / (66) 3564-2172.

E-MAIL: entulhooliveira@hotmail.com.

Vencedora do único item do certame no valor global de **R$ 9.120,00** (Nove Mil e Cento e Vinte Reais).

Registro de Preços válido por um período de 12 meses, visto que a empresa atendeu todos os requisitos do Edital e seus Anexos.

Confresa-MT, 09 de Julho de 2019.

JEAN FLÁVIO DOS SANTOS MILHOMEM.

Pregoeiro.

Portaria nº 135/2019.

ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 78/2019

Ao oitavo dia do mês de julho do ano de dois mil e dezenove, o MUNICÍPIO DE CONFRESA, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Av. Centro Oeste nº 286, Centro, Confresa - MT, devidamente inscrita no C.N.P.J./MF, sob o nº 37.464.716/0001-50, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal o Sr. Ronio Condão Barros Milhomem, brasileiro, casado, médico, residente e domiciliado à Rua Tancredo Neves nº 50 Setor Pavilhão nesta cidade, portador da Carteira de Identidade RG n. 0875190-0 SSP-MT e inscrito no CPF sob o n. 535.561.191-53 **a seguir denominada simplesmente ÓRGÃO GERENCIADOR, institui a presente Ata de Registro de Preços (ARP), decorrente da licitação Processo Licitatório nº 099/2019,** homologado em 08/07/2019, na modalidade **Pregão Presencial nº 076/2019** da Prefeitura Municipal de Confresa-MT, cujo objetivo de eventual e futura **aquisição de material permanente sendo resfriador de leite e roçadeira**, para atender a demanda da secretaria agricultura, de **CONFRESA - MT**, a qual se constitui em documento vinculativo e obrigacional às partes, conforme o disposto no art. 15 da Lei nº 8.666/93, regulamentado pelo Decreto Municipal nº 26 e 27/2009, de 29 de Maio de 2009, segundo as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

A presente Ata de Registro de Preços estabelece as cláusulas e condições gerais para o registro de preços referente à **aquisição de material permanente sendo resfriador de leite e roçadeira**, para atender a demanda da secretaria agricultura, junto ao Município de **CONFRESA-MT**.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS ÓRGÃOS INTEGRANTES

Integra a presente ARP a PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA, localizada na Av. Centro Oeste nº 286, Centro, em Confresa - MT, na qualidade de **ÓRGÃO GERENCIADOR;**

Parágrafo único – qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal poderá solicitar a utilização da presente ARP, independentemente da participação ou não na licitação em epígrafe.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

O ÓRGÃO GERENCIADOR, através da Seção de Licitação e Contratos, obriga-se a:

a) gerenciar a presente ARP, indicando, sempre que solicitado, os nomes dos fornecedores, os preços, os quantitativos disponíveis e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação;

b) convocar os particulares via fax, telefone ou e-mail, para assinatura da ARP e retirada da nota de empenho;

c) observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive com solicitação de novas certidões ou documentos vencidos;

d) conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades;

e) realizar, quando necessário, prévia reunião com os licitantes objetivando a familiarização das peculiaridades do Sistema de Registro de Preços;

f) consultar os fornecedores registrados (observada a ordem de classificação) quanto ao interesse em fornecimento dos serviços a outros órgãos da Administração Pública que externem a intenção de utilizar a presente ARP;

g) comunicar aos gestores dos órgãos participantes possíveis alterações ocorridas na presente ARP;

h) coordenar a qualificação mínima dos respectivos gestores dos órgãos participantes;

i) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação, na presente ARP.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE E NÃO PARTICIPANTE

O ÓRGÃO PARTICIPANTE e o ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE, através de gestor próprio indicado, obrigam-se a:

a) tomar conhecimento da presente ARP, inclusive às respectivas alterações, para fins de utilização de forma correta da mesma;

b) consultar, previamente, o ÓRGÃO GERENCIADOR objetivando a obtenção das informações necessárias à aquisição pretendida;

c) verificar a conformidade das condições registradas na presente ARP junto ao mercado local, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR, eventuais desvantagens verificadas;

d) encaminhar ao ÓRGÃO GERENCIADOR a respectiva nota de empenho;

e) enviar, no prazo máximo de **05 (cinco) dias** úteis, as informações sobre a contratação efetivamente realizada;

f) acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações contidas no edital da licitação e na presente ARP, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR qualquer irregularidade ou inadimplemento do particular.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

O FORNECEDOR obriga-se a:

a) assinar a ARP, retirar a respectiva nota de empenho e assinar o contrato no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação, no que couber;

b) informar, no prazo máximo de 01 (um) dia, quanto à aceitação ou não do fornecimento a outro órgão da Administração Pública (não participante) que venha a manifestar o interesse de utilizar a presente ARP;

c) realizar os serviços solicitados nos prazos estabelecidos e conforme autorização de fornecimento, conforme solicitado no edital;

d) Realizar os serviços conforme especificações e preços registrados na presente ARP;

e) Realizar os serviços solicitados no respectivo endereço do órgão participante ou não participante da presente ARP, sem nenhum ônus adicional ao Município de Confresa;

f) providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR referentes às condições firmadas na presente ARP;

g) fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;

h) prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da assinatura da presente ARP;

i) ressarcir os eventuais prejuízos causados ao órgão gerenciador e participantes e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na presente ARP;

j) pagar, pontualmente, os fornecedores e cumprir com as obrigações fiscais, relativos aos materiais entregues, com base na presente ARP, exonerando a Administração Pública de responsabilidade solidária ou subsidiária por tal pagamento;

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de até um ano, a contar da data da sua assinatura, vigorando até o dia **08 de julho de 2020.**

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços, as quantidades, os fornecedores e as especificações dos serviços registrados nesta Ata encontram-se indicados nos quadros abaixo, observando-se a ordem de classificação obtida no certame licitatório:

EMPRESA: **WALMOR HENRICH - EPP**

CNPJ: 09.488.932/0001-08

END: AVENIDA SANTA ROSA, Nº 235, BAIRRO IRAPUÁ, MUNICÍPIO DE MIRAGUAÍ-RS, CEP:98.540-000.

TELEFONE: (55) 3554-1445 / 3554-1304 E-MAIL: whinox@bol.com.br.

REPRESENTANTE LEGAL: **Walmor Henrich**

RG:1102264916 SJS/RS CPF: 468.144.850-87

ITEM: 1 e 2.

Especificação - Valor Unitário - Quantidade

ITEM	COD DO TCE	UNID	QTDE	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
01	334701-0	UND	02	ROÇADEIRA, A GASOLINA, COM 03 PONTAS, POTÊNCIA 2.0 CV	GARTHEN	1.295,00	R$ 2.590,00
02	334701-0	UND	10	RESFRIADOR 1000 LITROS, AÇO INOX.	WHINOX	13.295,00	R$ 132.950,00
						TOTAL	**R$ 135.540,00**

CLÁUSULA OITAVA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado em até **30 (trinta)** dias condicionado à prestação do serviço e apresentação da Nota Fiscal/Fatura. Para tanto, o FORNECEDOR deverá apresentar Nota Fiscal/Fatura à qual deverá ser atestada pelo setor de compras, ou outro servidor formalmente designado;

Parágrafo primeiro – o pagamento só se efetivará depois de confirmada a situação de regularidade fiscal para com a seguridade social (INSS), com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e com a Fazenda Federal através da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; com a Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa de débitos.

Parágrafo segundo – o pagamento será condicionado ao cumprimento das obrigações fixadas na presente ARP.

CLÁUSULA NONA – DA DOTAÇÃO

Órgão: 08- Secretaria de Agricultura Desenv. Econ. Tur. E Meio Ambiente

Unid: 01- Secretaria Mun. de Agric. Desenv. Econ. Tur. e Meio Ambiente

Proj. ativ.: 1.100 Aquisição de Móveis, Máquinas. Eq. Permanentes e Acessórios

Cód Red: 1521 – Equip. e Material Permanente

Fonte: 0000

Elemento: 4.4.90.52.00.00.00.00

CLÁUSULA DÉCIMA – DA CONDIÇÃO ESPECÍFICA

A existência desta Ata de Registro de Preços não obriga o ÓRGÃO GERENCIADOR, nem o ÓRGÃO PARTICIPANTE, se for o caso, a firmar as futuras aquisições, sendo-lhe facultada a realização de procedimento específico para determinada contratação, assegurado ao particular cujo preço foi registrado, em caso de igualdade de condições, a preferência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DA PUBLICIDADE

Os preços, os quantitativos, o fornecedor e as especificações resumidos do objeto, como também as possíveis alterações da presente ARP, serão publicadas no Diário Oficial do Município, na forma de extrato, em conformidade com o disposto no parágrafo único do artigo 61 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA REVISÃO DE PREÇOS

A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no **art. 65**, da **Lei 8.666/93;**

Parágrafo único – a qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução ocorrido no mercado, ou de fato novo que eleve o seu custo, cabendo ao ÓRGÃO GERENCIADOR promover as necessárias negociações junto aos fornecedores para negociar o novo valor compatível ao mercado.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

O FORNECEDOR terá seu registro cancelado nos seguintes casos:

I – Por iniciativa da Administração, quando:

a) não cumprir as exigências do instrumento convocatório da licitação supracitada e as condições da presente ARP;

b) recusarem-se a retirar a nota de empenho no prazo estabelecido, salvo por motivo devidamente justificado e aceito pela Administração;

c) der causa à rescisão administrativa decorrente desta ARP;

d) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial relativa ao presente Registro de Preços;

e) não manutenção das condições de habilitação e compatibilidade;

f) não aceitar a redução dos preços registrados, nas hipóteses previstas na legislação;

g) em razões de interesse público, devidamente justificadas.

II – Por iniciativa do próprio FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar a impossibilidade de cumprimento das exigências insertas neste Registro de Preços, tendo em vista fato superveniente, aceito pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, que comprovadamente venha a comprometer a perfeita execução contratual;

Parágrafo único – o cancelamento de registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, deverá ser formalizado mediante competente processo administrativo com despacho fundamentado do Prefeito Municipal, gestor do ÓRGÃO GERENCIADOR.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS PENALIDADES

Em casos de inexecução parcial ou total das condições pactuadas na presente ata, garantida a prévia defesa e o contraditório, ficará o particular sujeito às penalidades constantes no capítulo 16 deste edital, sem excluir outras penalidades de natureza distintas que poderão ser aplicadas cumulativamente.

Parágrafo único – os valores resultantes da aplicação de multas serão cobrados pela via administrativa, devendo ser recolhida no prazo máximo de **10 (dez)** dias corridos, a contar da data de recebimento da comunicação, ou, se não atendido, judicialmente, pelo rito e com os encargos da execução fiscal, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA DOCUMENTAÇÃO

A presente Ata de Registro de Preços vincula-se às disposições contidas nos documentos a seguir especificados, cujos teores são conhecidos e acatados pelas partes:

a) Edital do Pregão Presencial nº **076/2019** e anexos;

b) Proposta Comercial da FORNECEDORA.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização da execução da aquisição dos materiais será exercida pelo o servidor credenciado Sr. **LUCAS LOPES BEZERRA**, portaria **nº 143/2019**, independentemente de qualquer outra supervisão, assessoramento e/ou acompanhamento do objeto que venha a ser determinado pelo FORNECEDOR, o seu exclusivo juízo.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

Para dirimir as questões decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, fica eleito o foro da Comarca de Porto Alegre do Norte-MT, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Nada mais havendo a tratar eu, **Jean Flávio dos Santos Milhomem**, Pregoeiro, lavrei a presente Ata de Registro de Preços que lida e achada conforme vai assinada pelo ÓRGÃO GERENCIADOR e pelo particular fornecedor.

_____

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

_____

WALMOR HENRICH - EPP

CNPJ: 09.488.932/0001-08

REPRESENTANTE LEGAL: **Walmor Henrich**

CPF: 468.144.850-87

ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÃO
PORTARIA 144/2019 ADM DE 08 DE JULHO DE 2019.

DESIGNAÇÃO DE SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL PARA FISCALIZAR A EXECUÇÃO DO CONTRATO FIRMADO POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO: o disposto na Instrução Normativa do Sistema de Licitações, Compras e Contratos, a qual dispõe sobre os procedimentos e normas para a celebração e acompanhamento da execução de contratos, aditivos e instrumentos congêneres no Poder Executivo Municipal, e no art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93 Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

CONSIDERANDO:a necessidade de padronizar, otimizar a fiscalização e o acompanhamento da execução do contrato de prestação de serviços e fornecedores da Prefeitura Municipal de Confresa.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor público municipal qualificado abaixo como FISCAL DE CONTRATO.

SECRETARIA	SERVIDOR	CPF
03 - SEC. ADEMINISTRAÇÃO	WILLIAN ROCHA DE ALMEIDA	002.412.741-84

Art. 2º - O servidor designado fica responsáveis pelo contrato respectivo a vossa secretaria, departamento e/ou unidade gestora.

CONTRATOS	69/2019	CNPJ	VALOR TOTAL
LOCADOR	LIOMAR SEVERO CAIXETA	**848.852.461-72**	R$ 39.732,00
OBJETO	LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL, LOCALIZADO NA AVENIDA BRASIL, N° 441, LOTE 01 DA QUADRA 01, BAIRRO VILA 2000, MUNICÍPIO DE CONFRESA/MT. LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA SER UTILIZADO PARA VISAR A QUALIDADE DOS SERVIÇOS E GARANTIR A OPERACIONALIZAÇÃO PRESTADOS PELA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.		
VIGÊNCIA	12 MESES - 08/07/2019 a 08/07/2020.		

Art. 3º - O Departamento de Compras e CPL - Comissão Permanente de Licitações disponibilizará ao Fiscal designado, logo após a sua nomeação, em cumprimento ao disposto no contrato, do edital da licitação, do projeto básico ou do termo de referência, da proposta da Contratada, e oportunamente, dos aditivos bem como, do setor competente, a relação das faturas recebidas e das pagas, sem prejuízo de outros documentos que o Fiscal entender necessários ao exercício da fiscalização.

Art. 4º - Os documentos mencionados no art. 2º poderão ser disponibilizados tanto em meio físico quanto digital devendo, neste último caso, serem lançados na pasta compartilhada na rede denominada “Pública” e em pastas e subpastas específicas com a identificação do respectivo fiscal e do contrato objeto da fiscalização.

Art. 5º - Fica garantido ao Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo aos Contratos sob fiscalização.

Art. 6º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 08 de julho de 2019.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 074/2019 TOMADA DE PREÇO Nº 003/2019.

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 074/2019.

TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2019.

A Prefeitura Municipal de Confresa/MT torna pública, para o conhecimento dos interessados, o resultado do processo licitatório na modalidade **TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2019**, conforme segue:

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DA REFORMA DO CENTRO DE CONVIVENCIA DA MELHOR IDADE, CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL DO MUNICIPIO DE CONFRESA-MT.

ADJUDICADO/HOMOLOGADO

Para a empresa:

INCORP CONSTRUTORA E INCORPORADORA EIRELI - EPP.

CNPJ: 07.799.371/0001-24.

END: RUA JERUSALÉM, N.º 27, BAIRRO JARDIM DO EDEM, CIDADE DE CONFRESA - MT, CEP: 78.652-000;

EMAIL: incorp.10@gmail.com.

Vencedora do único item do certame, no valor global de **R$ 63.665,61** (Sessenta e Três Mil Seiscentos e Sessenta e Cinco Reais e Sessenta e Um Centavos).

Confresa-MT, 09 de Julho de 2019.

_____

JEAN FLÁVIO DOS SANTOS MILHOMEM.

Presidente Comissão de Licitação.

Portaria nº 174/2019.

ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO CPL N°. 69/2019

PROCESSO LICITATÓRIO N°. 126/2019

DISPENSA DE LICITAÇÃO N°. 086/2019

DO OBJETO: LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL, LOCALIZADO NA AVENIDA BRASIL, N° 441, LOTE 01 DA QUADRA 01, BAIRRO VILA 2000, MUNICÍPIO DE CONFRESA/MT. LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA SER UTILIZADO PARA VISAR A QUALIDADE DOS SERVIÇOS E GARANTIR A OPERACIONALIZAÇÃO PRESTADOS PELA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

VIGÊNCIA: 08/07/2019 a 08/07/2020

DO VALOR GLOBAL: R$ 39.732,00

DATA: Confresa, 09 de julho de 2019

PARTES: Prefeitura Municipal de Confresa – **LOCADOR:** LIOMAR SEVERO CAIXETA – CPF: 848.852.461-72

FORO: Porto Alegre do Norte - MT

ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 093/2019 TOMADA DE PREÇO Nº 004/2019.

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 093/2019.

TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2019.

A Prefeitura Municipal de Confresa/MT torna pública, para o conhecimento dos interessados, o resultado do processo licitatório na modalidade **TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2019**, conforme segue:

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DA REFORMA DAS ESCOLAS MUNICIPAIS SARAH JHENIFFER E JACARÉ VALENTE, CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CONFRESA-MT.

ADJUDICADO/HOMOLOGADO

Para a empresa:

DIEGO MORELLO – EPP.

CNPJ: 07.694.058/0001-21.

END: BR 158, KM 147, SAÍDA PARA PORTO ALEGRE DO NORTE, CEP: 78.652-000;

FONE: (66) 98445-4423 / (66) 3564-1712 / (66) 3564-2173;

EMAIL: dgmorello@hotmail.com.

Vencedora dos itens 1 e 2 do certame, no valor global de **R$ 97.059,49** (Noventa e Sete Mil e Cinquenta e Nove Reais e Quarenta e Nove Centavos).

Confresa-MT, 09 de Julho de 2019.

_____

JEAN FLÁVIO DOS SANTOS MILHOMEM.

Presidente Comissão de Licitação.

Portaria nº 174/2019.

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
PARECER JURÍDICO

Procuradoria Municipal de Confresa

Departamento Jurídico

Notificação (advertência)

Procedimento administrativo Licitatório

Execução do contrato / regularização da prestação dos serviços – Reincidência

Descrição: Processo Administrativo 134/2018 – Pregão Presencial 106/2018 - Objeto: contratação de empresa para o fornecimento de medicamentos e insumos junto a Prefeitura Municipal de Confresa/MT – execução contratual – descumprimento das cláusulas pactuadas – notificação – imediata regularização sob pena de rescisão contratual – reincidência. O Município de Confresa, pessoa jurídica de direito público interno, ora representado pela Prefeitura Municipal de Confresa, enquanto órgão encarregado de gerir a condução de sua atividade administrativa e da prestação dos serviços públicos essências ao município de Confresa/MT, dentre outras atividades que lhes são inerentes vem, por meio desta, notificar, com base no artigo 87, inciso I da 8.666/93, a empresa contratada CARMO DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI - ME., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n° 22.684.331/0001-20, pelos motivos de fato e de direito a seguir expostos:

A presente notificação trata-se de medida excepcional de caráter, ao menos temporário, informador, no qual se pretende advertir a empresa licitante contratada acerca do descumprimento das cláusulas contratuais hodiernamente vigentes e que não obstante tal fato, vem sendo reiteradamente descumpridas por parte da empresa CARMO DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI - ME, empresa vencedora do processo licitatório na modalidade pregão presencial n° 106/2018 e cujo objeto licitatório dispõe acerca do fornecimento de medicamentos e insumos junto ao Município de Confresa/MT.

Destarte, tendo em vista que a CARMO DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI - ME sagrou-se dentre as vencedora do procedimento licitatório n° 134/2018, pregão presencial n° 106/2018, cujo objeto licitatório referia-se no fornecimento de medicamentos e insumos junto ao Município de Confresa/MT, a fim de propiciar o regular exercício da atividade administrativa inerente à Administração Pública, enquanto poder encarregado de tal *mister* e que o contrato administrativo dele resultante encontra-se, em vigor, enquanto consectário inexorável do procedimento licitatório realizado recentemente, no qual, a empresa CARMO DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI - ME fora vencedora, estabelecendo a partir de então relação jurídico obrigacional entre as partes mediante a celebração de contrato administrativo o qual prevê, expressamente, as cláusulas que passariam a regulamentar a relação jurídica entre as partes, vindo tal conduta ao encontro dos postulados constitucionais constantes no artigo 37 e seguintes da bíblia política[1], eis que a Administração Pública local procedeu à abertura de procedimento licitatório tendente a contratação de empresa hábil a prestação dos serviços supramencionados do qual é decorrência o contrato administrativo pactuado entre a Prefeitura Municipal de Confresa, en-

quanto órgão responsável por representar a Administração Pública local e a empresa CARMO DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI - ME, pessoa jurídica de direito privado, estabelecendo assim as cláusulas contratuais as quais vinculariam as partes em seu regular cumprimento, mormente por se tratar de serviço tão sensível ao exercício da atividade administrativa local, razão pela qual incumbe à empresa CARMO DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI - ME mantê-lo, primeiro porque decorre da relação jurídica obrigacional com esta entidade política, consubstanciando em uma obrigação de fazer, materializada no contrato administrativo celebrado entre as partes, razão pela qual a Administração Pública local vem, por meio desta, tendo em vista a péssima qualidade dos serviços prestados até então, notifica-la para que regularize imediatamente tal situação junto a esta entidade política, eis que integra a relação jurídica com esta entidade política, obrigando-se, consequentemente a cumprir com as cláusulas contratuais, legais e editaliceas as quais se vinculou quando da participação no procedimento licitatório, independentemente de eventuais circunstâncias impeditivas suscitadas, de modo que não pode a Administração Pública local ficar *à mercê* de interesses privados, sobretudo, porque cabe a este a tutela do interesse público.

Desse modo, haja vista o regime jurídico administrativo intrínseco a atividade administrativa marcado pelos postulados basilares da supremacia do interesse público e da indisponibilidade do interesse público, a Administração Pública reitera a necessidade da imediata e integral normalização da prestação dos serviços por parte da empresa CARMO DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI - ME, sendo que uma vez não atendido a requisição ora esboçada impõe a Administração Pública a adoção de medidas efetivas e necessárias a propiciar o regular fornecimento do objeto licitatório em questão junto a esta entidade política bem como eventual responsabilização da empresa contratada, CARMO DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI - ME, eis que encontra-se em descumprimento as cláusulas contratuais e legais.

Diante de todo o exposto, fica estipulado o prazo de 05 (cinco) dias para que a empresa CARMO DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI - ME efetivamente normalize e cumpra o que fora solicitado sobre pena de incorrer em infração administrativa decorrente do vínculo outrora estabelecido com a Administração Pública, que a obriga a cumpri-lo, sendo passível, consequentemente, das sanções previstas no instrumento convocatório, no contrato administrativo acima mencionado e, máxime, na lei geral de licitações e contratos, a qual prevê em seu artigo 58 as denominadas cláusulas exorbitantes, cuja normatização decorre da verticalidade inerente (e diga-se de passagem, necessária) as relações entre o poder público e os particulares quando aquele visa a satisfação do interesse público.

Destarte, tendo em vista o exposto, ratifico o prazo estabelecido de 05 (cinco) dias para a normalização das obrigações contratuais por parte da empresa CARMO DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI - ME, sobre pena de sofrer as sanções administrativas cabíveis sem excluir, por óbvio, as demais searas conforme o caso (criminal, civil).

Ademais, fica desde já estabelecido, em igual prazo de 05 (cinco) dias, prazo para defesa prévia por parte da empresa supracitada em razão de eventual rescisão contratual unilateral ou mesmo pela se decorrente de aplicação das penalidades constantes nos instrumentos legais hábeis a tal desiderato, nos moldes do artigo 87 da lei geral de licitações e contratos cuja redação segue transcrita abaixo, ate porque, frise-se em analise as notificações preteridas realizadas por esta entidade politica, verifica-se que esta sociedade empresarial já fora notifica outrora em razão de sua inépcia para com o cumprimento de suas obrigações, circunstancia na qual vislumbra-se a reincidência da sociedade contratada no descumprimento de suas obrigações, o que agrava a reprovabilidade de sua conduta e demonstra o quão irresponsável esta ô é, ensejando, por via de consequência, a adoção de sanções mais gravosas a esta.

Art. 87. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, **garantida a prévia defesa**, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

A seguir, disposições legais pertinentes e aplicáveis ao caso concreto:

Art. 77. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento.

Art. 78. Constituem motivo para rescisão do contrato:

I - O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

II - O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;

III - a lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão da obra, do serviço ou do fornecimento, nos prazos estipulados;

IV - O atraso injustificado no início da obra, serviço ou fornecimento;

V - A paralisação da obra, do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;

VI - A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato;

VII - o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

VIII - o cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1o do art. 67 desta Lei;

[...]

Art. 87. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

I - Advertência;

II - Multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

Confresa – MT, 09 de julho de 2018.

Norton Mussalan Ferreira

OAB/MT n°. 20.035-O

Procurador Municipal

Publique-se.

Notifique a empresa mediante o envio desta notificação via e-mail com ulterior resposta de recebimento por parte desta e, não restando frutífera tal pretensão enviar via malote com A.R.

AFs em aberto e cujo prazo para entrega já expirarão:

AF 2106;

AF 2591.

[1]Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

[...]

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÃO
PORTARIA 143/2019 ADM DE 08 DE JULHO 2019.

DESIGNAÇÃO DE SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL PARA FISCALIZAR A EXECUÇÃO DA ATA FIRMADOS POR INTERMÉDIO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO: o disposto na Instrução Normativa do Sistema de Licitações, Compras e Contratos, a qual dispõe sobre os procedimentos e normas para a celebração e acompanhamento da execução de contratos, aditivos e instrumentos congêneres no Poder Executivo Municipal, e no art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93 Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

CONSIDERANDO:a necessidade de padronizar, otimizar a fiscalização e o acompanhamento da execução dos contratos de prestação de serviços e fornecedores da Prefeitura Municipal de Confresa.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores públicos municipais qualificados abaixo como **FISCAL DE ATA DE REGISTRO DE PRECOS**.

SECRETARIA	**SERVIDOR**	**CPF**
06- SEC – AGRICULTURA	**LUCAS LOPES BEZERRA**	**048.018.691-06**

Art. 2º - Os servidores designados ficam responsáveis pelos contratos respectivos a vossa secretaria, departamento e/ou unidade gestora.

ATA DE REGISTRO	78/2019	CNPJ	VALOR TOTAL
CONTRATADA	**WALMOR HENRICH - EPP**	**09.488.932/ 0001-08**	R$ 135.540,00
OBJETO	AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE SENDO RESFRIADOR DE LEITE E ROCADEIRA, PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA AGRICULTURA, JUNTO AO MUNICÍPIO DE CONFRESA-MT.		
VIGÊNCIA	12 MESES – 08/07/2019 a 08/07/2020.		

Art. 3º - Os servidores designados ficam responsável pelas Atas respectivos a vossa secretaria, departamento e/ou unidade gestora.

Art. 4º - O Departamento de Compras e CPL - Comissão Permanente de Licitações disponibilizará ao Fiscal designado, logo após a sua nomeação, em cumprimento ao disposto no contrato, do edital da licitação, do projeto básico ou do termo de referência, da proposta da Contratada, e, oportunamente, dos aditivos bem como, do setor competente, a relação das faturas recebidas e das pagas, sem prejuízo de outros documentos que o Fiscal entender necessários ao exercício da fiscalização.

Art. 5º - Os documentos mencionados no art. 2º poderão ser disponibilizados tanto em meio físico quanto digital devendo, neste último caso, serem lançados na pasta compartilhada na rede denominada “Pública” e em pastas e subpastas específicas com a identificação do respectivo fiscal e do contrato objeto da fiscalização.

Art. 6º - Fica garantido ao Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo aos Contratos sob fiscalização.

Art. 7º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 08 de julho de 2019.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
AVISO DE ADESÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO PROCESSO LICITATÓRIO Nº130/2019.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 130/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 098/2019

ADESÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, DECORRENTE DO PREGÃO PRESENCIAL – SRP Nº **035/2019** DA PREFEITURA MUNICIPAL DE **NOVA ANDRADINA - MS**, CUJA A DETENTORA DA ATA É A **MZ BRASIL INDUSTRIA DE MAQUINAS LTDA, INSCRITA NO CNPJ Nº 11. 089.285/0001-03.**

A Prefeitura de Confresa/MT, declara que aderiu a Adesão **Ata de Registro de Preços nº023/2019/PMNA-MS**, decorrente do **Pregão Presencial – SRP nº 035/2019** da **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ANDRADINA - MS**, cuja a Detentora da Ata é a empresa **MZ BRASIL INDUSTRIA DE MAQUINAS LTDA, INSCRITA NO CNPJ Nº 11.089.285/0001-03**, a referida adesão **tem por objeto o Registro de Preços para “AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA SINALIZAÇÃO VIÁRIA, PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS E O DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE TRÂNSITO – DEMTRAN.”** Conforme quantidade abaixo relacionada, com um valor Global Estimado de **R$ 124.500,00- (CENTO e VINTE e QUATRO MIL e QUINHENTOS REAIS).**

Descrição do item	**Quant.**	**Valor Unit.**	**Valor Total**
Veículo automotor para Pintura de Sinalização Viária, nas seguintes configurações: 1- Veículo: Especificações Gerais: veículo do tipo triciclo de carga, com cobertura para o operador, 02 eixos, sendo 03 rodas, mais um estepe, ambos aro 450/12, amortecedor no eixo dianteiro, 02 feixes de molas e 02 amortecedores no eixo traseiro, com barra estabilizadora no eixo traseiro; Tração: motor com no mínimo 250 cc, com lubrificação a óleo; Sistema de Transmissão e Caixa de Marchas: com no mínimo 06 marchas, sendo 05 à frente e 01 marcha ré, sistema de redutor de velocidade 5 km/h, com lubrificação a óleo; Giroflex para sinalização; Sistema de Partida Elétrica e por pedal; Carroceria: de no mínimo 1,25x1,70, ferro de 1,2 mm de espessura, piso antiderrapante, capacidade de carga de no mínimo 300 kg; Freio: estacionário (mão) e de serviço (pé); Pedal para controle de nível de pintura de meio-fio de forma mecanizada; Com rabicho e tomada para atachar carreta reboque. 2- Sistema de Controle Eletrônico de Pintura: O Modelo de comando, CLP - Controlador Lógico Programável deve estar acoplado ao veículo (triciclo) e permitir programações, de forma fácil pelo condutor, para a execução de forma automática e manual a demarcação em linhas contínuas e tracejadas, diversas espessuras de tinta, larguras e cumprimento de linhas, além de permitir programar diversa cadências, com sistema eletrônico que permita manutenção via WEB. O Sistema deverá ser iniciado e encerrado a qualquer momento pelo operador (em movimento ou não) sempre respeitando o delay do guia do equipamento de pistola delay, devidamente calibrado no CLP. O CLP deverá ter as seguintes configurações mínimas: com números de entradas e saídas: 12I/OS sendo 04 (quatro) entradas rápidas de 5KHZ; Frequência de operação: no mínimo 2 HZ carga resistiva e 0,5HZ carga indutiva; Tempo de ciclo: >0,1 MS; Certificações: VDE 0631, IEC 1131, FM Classe 1, Div 2, cULus, C-Tick; 01 (um) econder de aço com 09 (nove) pulsos por ciclo; 01 (um) sensor indutivo PNP 4MM; 01 (uma) válvula solenoide 3/2 vias retorno por mola. 3- Sistema de Aplicação de Tinta e Microesfera: Sistema de Acionamento Pneumático/ Automático: Instalação e adaptação de guia lateral para posicionamento de pistolas; o sistema deverá permitir a alternação de cores contidas nos cilindros; com 01 guia mestre na	**1**	**R$ 124. 500,00**	**R$ 124. 500,00**

parte frontal do equipamento para direcionamento da pintura, com roda de giro de 360º e braço de no mínimo 1,5 metros; 01 pistola pneumático para aplicação de tinta; 01 Pistola pneumática para aplicação de microesfera de vidro; 01 carrinho para fixação das pistolas com roda auxiliar de nivelamento; Sistema de Acionamento Manual: 01 pistola acionamento manual 4.0, 01 alongador para pistola manual de no mínimo 80 cm, com no mínimo de 10 m de mangueira. 4- Sistema de Armazenamento: no mínimo 02 (um) cilindros pressurizados confeccionados em ferro, dentro das normas NR13, com capacidade de abastecimento de material no mínimo de 60 (sessenta) litros para tinta, tampas fixas no cilindro com abertura superior para abastecimento; no mínimo 01 (um) Cilindro pressurizado confeccionado em ferro dentro das normas NR13, com capacidade de abastecimento de material no mínimo de 60 (sessenta) litros para microesfera de vidro, tampa fixa no cilindro com abertura superior para abastecimento; Todos os cilindros devem ter: válvula de segurança, manômetro e fluxômetro regulador de pressão fixados nos cilindro e com tampa para abastecimento fixas no cilindro. 5- Sistema de Acionamento: no mínimo 01 motor a combustão de no mínimo de 8 CV, 04 tempos a gasolina, partida retrátil, 01 compressor de ar com no mínimo 20 pés/litros, com válvula de segurança. 6- Contendo 01 caixa de ferramentas com no mínimo 22 peças para regulagem dos componentes do veículo/equipamentos. 7- Sistema para aplicação da Cal: no mínimo 01 (um) cilindro de pressurização confeccionado em ferro dentro das normas NR13, com capacidade de no mínimo 100 (cem) litros para cal, contendo válvula de segurança, manômetro e fluxômetro regulador de pressão fixados nos cilindro, tampa para abastecimento fixas no cilindro e mangueira dupla para aplicação de cal de no mínimo 10 (dez) metros; 01 (uma) carreta reboque com capacidade de carga de no mínimo 300 (trezentos) kg, para transporte medindo no mínimo (1,20 X 1,70) - com rodas de ferro, com pneus e câmara aro 13 (treze), cadastrado na ABIN, cambão escamoteável com roda giratória 360º de 5 polegadas confeccionada em Nylon, para estacionamento, com parte elétrica na traseira (luz de freio, meia luz, sinaleiros (direita e esquerda), luz alerta, luz de ré, luz de placa, chicote com tomada universal na ponta, adesivos de sinalização, com giroflex para sinalização, com suporte de ferro e instalado na carreta reboque, com tablado de compensado Naval, de 1.5 centímetro de espessura; 01 (um) reservatório de 200 (duzentos) litros - Confeccionado em polipropileno para preparo e distribuição da cal, com válvula de segurança e mangueira para distribuição de material com batedor pneumático. 8- Com 12 (doze) meses de garantia contra defeitos de fabricação e assistência técnica em 48 (quarenta e oito) horas após o acionamento. 9- Com treinamento técnico aos operadores.			
TOTAL		**R$ 124. 500,00**	**R$ 124. 500,00**

Empresa Detentora da Ata de Registro de Preços:

MZ BRASIL INDUSTRIA DE MAQUINAS LTDA

CNPJ: 11.089.285/0001- 03

CIDADE: CASCAVEL - MT

END: CARAJAS, n°1704, Santa Cruz, CEP: 85.806-250.

FONE: (45) 3228-4201

Sr. CLAUDIO FONTANA

CPF:395.129.830-87

REPRESENTANTE LEGAL

Confresa/MT, 09 de JULHO de 2019

CEZAR QUEIROZ DA SILVA

PREGOEIRO

PORTARIA Nº084/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA D`OESTE

CONTRATO
CONTRATO Nº 095/2019

termo de Contrato que entre si celebram O MUNICÍPIO DE Conquista D'OESTE E a Empresa **REAVEL VEÍCULOS EIRELI**.

O **MUNICÍPIO DE CONQUISTA D'OESTE,** com sede na Avenida dos Oitis, nº 1200, Centro, Conquista D'Oeste/MT, inscrito no CNPJ n.º 04.219. 688/0001-56, representada neste ato por sua Prefeita Municipal, MARIA LÚCIA OLIVEIRA PORTO, brasileira, divorciada, portadora da cédula de identidade nº 000844464 SSP/MS e do CPF nº 607.752.031-49, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE** e empresa **REAVEL VEÍCULOS EIRELI**, com sede na R3, nº 1022, Quadra C8, Lote 93/99, Sala 802, Cond. West Office, Setor Oeste, Goiânia, Estado de Goiás, inscrita no CNPJ sob nº 30.260.538/0001-04, doravante denominada **CONTRATADA,** neste ato representada pelo(a) Sr.(a) SINOMAR VAZ DE OLIVEIRA JUNIOR, portador(a) da Carteira de Identidade nº 4901708 2ª VIA, expedida pelo(a) SSP/GO, e CPF nº 039.457.331-54, tendo em vista o que consta do **Processo Administrativo nº 500/2019** e em observância às disposições e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e demais normas aplicáveis à matéria, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Presencial nº 022/2019**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1 Contratação de pessoa jurídica para OBJETO: aquisição de **MATERIAL PERMANENTE, SENDO VEICULO ZERO QUILOMETRO TIPO VAN, COM CAPACIDADE PARA ATÉ 15 PESSOAS – Sendo 14 passageiros e 1 motorista**, para atender a demanda da **Secretaria Municipal de Saúde**, junto ao Município de Conquista D'Oeste – MT.

CLÁUSULA SEGUNDA - LICITAÇÃO

2.1 Para realizar o objeto deste contrato foi realizado procedimento licitatório na modalidade Pregão Presencial nº 022/2019, com fundamento na Lei nº 10.520/02 e, subsidiariamente na Lei nº 8.666/93, conforme autorização da Autoridade Competente, Prefeita Municipal Maria Lúcia Oliveira Porto, disposta no Processo Administrativo nº 500/2019.

2.2 Para eficácia do presente instrumento, o Município providenciará a publicação do seu extrato no Diário Oficial Eletrônico, conforme Lei nº 8.666/93

CLÁUSULA TERCEIRA – FORMA DE ENTREGA

3.1 Os produtos serão entregue conforme condições e especificações constantes no Processo administrativo nº 500/2019

3.2 O objeto deste contrato deverá ser prestado em estrita observância ao Edital do **Pregão Presencial 022/2019** e seus anexos.

CLÁUSULA QUARTA – CONTRATADA E DOS PREÇOS PRATICADOS

4.1 Licitante Vencedora: Reavel Veículos Eireli

CNPJ: 30.260.538/0001-04

Inscrição Estadual: 10.724.767-4

Endereço: R3, nº 1022, Quadra C8, Lote 93/99, Sala 802, Cond. West Office, Setor Oeste.

CEP: 74.115-050

Cidade/Estado: Goiânia/GO

Telefone: (62) 3920-3700

E-mail: reavelveiculos@gmail.com

Representante: Sinomar Vaz de Oliveira Junior

RG: 4901708 2ª VIA - SSP/GO CPF: 039.457.331-54

4.2 Descrição dos produtos: Veículo zero quilometro, tipo VAN, cor : branca, tipo Van Minibus combustível diesel s10, tanque de combustível mínimo de 80 litros, motorização mínima 2.3 – injeção eletrônica, cilindro mínimo 04 cilindros, válvula 16 válvula, com no mínimo 2.287 cilindradas,, potencia mínima 127 cv, volante com regulagem de altura, capacidade mí-

nima de 15 pessoas com o motorista, cambio manual de 05 marchas, a frente e a ré, hidráulica, ar condicionado original de fábrica, vidros e travas elétricas , vidros elétricos na dianteira, trava elétrica, retrovisores externos elétricos, freios dianteiros a disco ventilados, e traseiro a disco rígido.

4.3 Quantidade: 01

Preço unitário: R$ 188.000,00 (cento e oitenta e oito mil reais).

Total Geral: **R$ 188.000,00 (cento e oitenta e oito mil reais).**

CLÁUSULA QUINTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 Entregar os produtos, de acordo com as especificações constantes no Processo Administrativo nº 500/2019, dentro do prazo máximo de 05(cinco) dias úteis, após a solicitação;

5.2 Responsabilizar-se por todas as despesas relativas à entrega dos produtos, bem como, por todas e quaisquer despesas relativas a impostos, taxas e quaisquer outras que forem devidas, referentes ao objeto deste contrato;

5.3 Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar a este órgão ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

5.4 Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem, nos termos do artigo 65, § 1º, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores;

5.5 Manter, durante o período de entrega, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Termo, quando da realização de pagamento pelo Município;

5.6 Cumprir outras obrigações previstas no Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90) que sejam compatíveis com o regime de direito público;

5.7 Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Município;

5.8 Acatar as decisões e observações feitas pela fiscalização do Município, por escrito, em duas vias e entregues mediante recibo;

5.9 Permitir o livre acesso dos servidores do CONTRATANTE e outros órgãos de controle aos documentos e registros contábeis da licitante, na forma do Art. 44 da Portaria Interministerial nº 127/2008;

5.10 Não realizar subcontratação total ou parcial dos produtos, sem anuência do Município. No caso de subcontratação autorizada pelo Contratante, a Contratada continuará a responder direta e exclusivamente pelo serviço e pelas responsabilidades legais e contratuais assumidas;

5.11 Responsabilizarem-se pelos danos causados diretamente à Contratante ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, relativos à execução do contrato ou em conexão com ele, não excluindo ou reduzindo essa possibilidade o fato de haver fiscalização ou acompanhamento por parte da contratante;

5.12 Será obrigado a reparar, corrigir ou remover, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto deste contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções a serem feitas, dessa forma, o contratado deverá substituir, sem ônus para o município, no prazo máximo de 05(cinco) dias úteis;

CLÁUSULA SEXTA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

6.1 Rejeitar no todo ou em parte, os produtos que a licitante vencedora prestar fora das especificações deste Termo;

6.2 Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante da licitante vencedora;

6.3 Comunicar imediatamente a licitante vencedora qualquer irregularidade manifestada na entrega dos produtos;

6.4 Aplicar penalidades à licitante vencedora, por descumprimento das condições estabelecidas neste Termo;

6.5 Efetuar o pagamento à licitante vencedora, de acordo com as condições de preços e prazos estabelecidos neste instrumento;

6.6 Designar um servidor para acompanhar a prestação e fiscalização do objeto deste instrumento.

6.7 Notificar, por escrito, à licitante vencedora, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso da entrega dos produtos, fixando prazo para sua correção;

6.8 Fiscalizar livremente a entrega dos produtos, não eximindo a licitante vencedora de total responsabilidade quanto à entrega dos mesmos.

CLÁUSULA SÉTIMA – VIGÊNCIA DO CONTRATO

7.1 O contrato terá sua vigência de 06 meses, mesmo período de entrega do seu objeto, **contados da data de sua assinatura;**

7.2O prazo para assinatura do Contrato será de 05 (cinco) dias, contados da convocação formal da adjudicatária;

7.3. O contrato deverá ser assinado pelo representante legal da adjudicatária, mediante apresentação do contrato social ou documento que comprove os poderes para tal investidura e cédula de identidade do representante, caso esses documentos não constem dos autos do processo licitatório, e uma vez atendidas às exigências do subitem anterior;

7.4. A critério da administração, o prazo para assinatura do Contrato poderá ser prorrogado, desde que ocorra motivo justificado, mediante solicitação formal da adjudicatária e aceito por este Município;

7.5 Constituem motivos para o cancelamento do Contrato as situações referidas os artigos 77 e 78 da Lei Federal n. 8.666/93 e suas alterações.

7.6 A critério deste Município, o contrato poderá ser substituído por outros instrumentos hábeis, tais como ordem de fornecimento, nota de empenho, autorização de compra, dentre outros, nos termos do artigo 62 da Lei nº 8. 666/93.

CLÁUSULA OITAVA – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado até 30 (trinta) dias condicionado à entrega do produto e apresentação da Nota Fiscal/Fatura. Para tanto, o FORNECEDOR deverá apresenta Nota Fiscal/Fatura à qual deverá ser atestada pelo (a) setor de compras, ou outro servidor formalmente designado;

Parágrafo primeiro – o pagamento só se efetivará depois de confirmada a situação de regularidade fiscal para com a seguridade social (INSS), com o Fundo de Garantia por tempo de Serviço (FGTS) e com a Fazenda Federal através da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Divida Ativa da União; com a Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa de Débitos.

Parágrafo segundo – o pagamento será condicionado ao cumprimento das obrigações fixadas no presente contrato.

CLÁUSULA NONA – REAJUSTE DE PREÇOS

9.1 O valor que propôs o licitante vencedor será fixo e irreajustável, ressalvado o disposto na alínea ‘d’ do inciso II do artigo 65 da Lei nº 8.666/93..

9.1.1 Os preços praticados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência do presente contrato, admitida à revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

9.1.2 Os reajustes permitidos pelo artigo 65, da Lei nº 8.666/93, serão concedidos após decorrido 12 (doze) meses da vigência do contrato, por provocação do contratado, que deverá comprovar através de percentuais do IGPM/FGV, o reajuste pleiteado, que passarão por análise contábil de servidores designados pelo município.

9.2 Os preços praticados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época da contratação.

9.3 Caso o preço praticado seja superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao contratado, mediante correspondência, redução do preço praticado, de forma a adequá-lo ao preço usual no mercado.

9.4 Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços.

CLÁUSULA DÉCIMA - RESCISÃO CONTRATUAL

10.1 O presente instrumento poderá ser rescindindo de pleno direito, nas seguintes situações:

a) Quando o contratado não cumprir as obrigações constantes do Edital de Licitação e neste Contrato;

b) Quando o contratado der causa a rescisão administrativa, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial deste contrato;

d) Os preços praticados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) Por Razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas.

10.2 Ocorrendo a rescisão contratual, o contratado será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo.

10.3 No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do contratado, a comunicação será feita por publicação no Diário do Municípios, considerando-se rescindido o contrato a partir da última publicação.

10.4 A solicitação do contratado para rescisão contratual poderá não ser aceita pelo Município, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste instrumento.

10.5 Havendo a rescisão contratual, cessarão todas as atividades do contratado, relativas ao serviço prestado;

10.6 Caso o Município não se utilize da prerrogativa de rescindir o contrato a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o contratado cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES

Em casos de inexecução parcial ou total das condições pactuadas no presente contrato, garantida a ampla defesa e o contraditório, ficará o particular sujeito às penalidades constantes no capitulo 16 do edital, sem excluir outras penalidades de natureza distintas que poderão ser aplicadas cumulativamente, conforme disposto na Lei 8.666/93.

Parágrafo único – os valores resultantes da aplicação de multas serão cobrados pela via administrativa, devendo ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data de recebimento da comunicação, ou, se não atendidos, judicialmente, pelo rito e com os encargos da execução fiscal, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Órgão: 06 – Secretaria Municipal de Saúde.

Unidade: 001 – Fundo Municipal de Saúde.

Proj. ativ.: 1016 – Aquisição de Ambulância e Veículos utilitários.

Cód. Red.: 312 – Equipamentos e material permanente.

Fonte: Recursos Ordinários

Elemento: 4490.52.00.00.00

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1 As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo ou apostilamento ao presente contrato.

II. A contratada obriga-se a se manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e a cumprir fielmente as cláusulas ora avençadas, bem como as normas previstas na Lei 8.666/93 e legislação complementar;

III. Vinculam-se a este contrato, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de Pregão Presencial nº 099/2018, seus anexos e a proposta da contratada;

IV. É vedado caucionar ou utilizar o presente contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – FORO

14.1 Fica eleito o foro da Comarca de Pontes e Lacerda, Estado de Mato Grosso, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja. Os casos omissos serão resolvidos amigavelmente entre as partes e em observância a legislação pertinente.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em 3 (três) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes e 3 (três) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Conquista D'Oeste/ MT, 07 de junho de 2019.

Maria Lucia de Oliveira Porto Prefeita Responsável Legal da CONTRATANTE	REAVEL VEÍCULOS EIRELI Responsável Legal da CONTRATADA
TESTEMUNHAS:	
Nome: RG:	**Nome:** RG:

PREVIDENCIA
PORTARIA N.º 13/2019

"Dispõe sobre a concessão do benefício Auxílio-Doença à servidora Sra. VANIA PEREIRA DEALMEIDA DANTAS FERNANDES ."

O Secretario Municipal de Administração de Conquista D Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 15, da Lei Municipal n.º 169 de 20 de dezembro de 2004, que rege a Previdência Municipal; Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício Auxílio-Doença, à servidora Sra. VANIA PEREIRA DE ALMEIDA DANTAS FERNANDES, portadora do RG n.º MG-11313229 e do CPF n.º 012.724.696-70, residente e domiciliada neste município, efetiva no cargo de SERVIÇOS GERAIS, lotada na PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA D OESTE, correspondente a ultima remuneração de contribuição, a partir de 20 de maio de 2019 e término em 15 de novembro de 2019, conforme processo administrativo do PREVI - CONQUISTA, n.º 2019.05.00007R2.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 20/05/2019, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Conquista D Oeste - MT, 04/07/2019.

HELIO JOSÉ GARCIAMENDES

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

SDS/UNIDADE DESCENTRALIZADA DE MEIO AMBIENTE
REQUERIMNETO PARA LICENCIAMENTO AMBIENTAL

A Prefeitura municipal de Conquista d Oeste-MT, CNPJ: 04.219.688/0001-56 torna público que requereu à Secretaria de Desenvolvimento Sustentado –SDS/Unidade Descentralizada de meio ambiente, **Licença de Operação** para extração de Cascalho na zona rural no município de Conquista D'Oeste–MT.

CONTRATO
2º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 030/2019

Segungo termo ADITIVO de Contrato que entre si celebram O MUNICÍPIO DE Conquista D'OESTE E a Empresa **G M N EMPREENDIMENTOS LTDA - ME**.

O **MUNICÍPIO DE CONQUISTA D'OESTE,** com sede na Avenida dos Oitis, nº 1200, Centro, Conquista D'Oeste/MT, inscrito no CNPJ n.º 04.219.688/0001-56, neste ato representado por sua Prefeita Municipal, MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA PORTO, brasileira, divorciada, portadora da cédula de identidade nº 000844464 SSP/MS e do CPF nº 607.752.031-49, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE** e empresa **G M N EMPREENDIMENTOS LTDA - ME**, com sede na AVENIDA SÃO BERNARDO, 786, na cidade de NOVA LACERDA, Estado de MATO GROSSO, inscrita no CNPJ sob nº 11.264.133/0001-91, doravante denominada **CONTRATADA,** neste ato representada pelo(a) Sr.(a) GUSTAVO VIEIRA DO NASCIMENTO DE LIMA, portador(a) da Carteira de Identidade nº 2011695-0, expedida pelo(a) SSP/MT, e CPF nº 026.743.101-54, signatários do contrato 127/2018, que tem como objeto **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE REFORMA, CONSISTINDO NA PINTURA DA ESCOLA MUNICIPAL LINDA WAGNER GUSE,** resolvem celebrar o presente termo aditivo de contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas, em concordância com a lei 8.666/93 e suas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente termo aditivo ao Contrato nº 030/2019, a modificação do projeto e suas especificações para melhor adequação técnica aos seus objetivos, com fulcro no art. 65, I, "a", da Lei nº 8.666/93, conforme alteração do Projeto Básico/Projeto Executivo.

1.2. Fica alterado o cronograma físico-financeiro do contrato, conforme Anexo I do presente termo aditivo.

1.3. Fica alterada a planilha de itens, na forma do Anexo II do presente termo aditivo, conforme Planilha em anexo.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR

2.1. O valor do presente acréscimo é de **R$ 20.644,19 (vinte mil seiscentos e quarenta e quatro reais e dezenove centavos),** cuja composição encontra-se especificada na planilha que constitui o Anexo do presente instrumento, que dele é parte integrante. Tal acréscimo corresponde a **47,88 % (quarenta e sete vírgula oitenta e oito por cento)** do valor inicial atualizado do contrato, respeitando os limites estabelecidos no artigo 65, § 1º da Lei nº 8.666/1993 e suas alterações. Deste modo, o valor global do Contrato nº que era de **R$ 43.121,01 (quarenta e três mil cento e vinte e um reais e um centavo)** passa a ser de **R$ 63.756,20 (sessenta e três mil setecentos e cinquenta e seis reais e vinte centavos).**

CLÁUSULA TERCEIRA – DO ADITIVO 3.1.Os prazos estabelecidos nas cláusulas 2.1 do 1º Termo Aditivo fica prorrogado, com vencimento em **31 de agosto de 2019,** conforme novo cronograma**.** 3.2.O prazo de execução da obra estabelecido na clausula 3.2 do Termo inaugural fica prorrogado para **30 de junho de 2019,** conforme novo cronograma**.**

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO

4.1 Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato primitivo, com ratificação de todas elas.

CLÁUSULA QUINTA - DA PUBLICAÇÃO

5.1. A CONTRATANTE promoverá a publicação do extrato deste instrumento no Diário Oficial do Município no prazo estabelecido no parágrafo único do artigo 61 da Lei Federal nº 8.666/1993.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, o presente Termo foi lavrado em 2 (duas) vias de igual teor e forma, assinado pelas partes, na presença das testemunhas abaixo.

Conquista D'Oeste – MT, 27 de maio de 2019.

MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO Prefeita Municipal Representante Legal da CONTRATANTE TESTEMUNHAS: Nome: RG:	**G M N EMPREENDIMENTOS LTDA – ME** Representante Legal da CONTRATADA Nome: RG:

CONTRATO
CONTRATO Nº 096/2019

"Contrato de prestação de serviço que entre si fazem, de um lado o **MUNICÍPIO DE CONQUISTA D´OESTE** e de outro lado **RONALDO JUNIOR PESSOA DA SILVA**".

O **MUNICÍPIO DE CONQUISTA D'OESTE,** com sede na Avenida dos Oitis, nº 1200, Centro, Conquista D'Oeste/MT, inscrito no CNPJ n.º 04.219.688/0001-56, neste ato representado por sua Prefeita Municipal, MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA PORTO, brasileira, divorciada, portadora da cédula de identidade nº 000844464 SSP/MS e do CPF nº 607.752.031-49, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE** e **RONALDO JUNIOR PESSOA DA SILVA, pessoa física,**residente na Rua das primaveras, Centro, na cidade de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, portador da cédula de identidade RG nº 2177358-0 expedida pela SESP/MT, inscrito no CPF sob o nº 050.021.991-51, doravante denominado simplesmente **CONTRATADO,** resolvem celebrar o presente termo de Contrato de Prestação de Serviços em concordância com a lei 8.666/93 e suas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA-DOOBJETO

1.1 Constitui objeto do presente termo a contratação de prestação de serviços de profissional biomédico para atendimento no laboratório municipal de análises clinica.

.

1.2 A contratação é indispensável para suprir a demanda da Unidade de Saúde, em substituição a Profissional efetiva que se encontra de licença Maternidade, não houve profissional aprovado no seletivo 01/2019 e os tramites para novo seletivo esta em fase de inicial.

CLÁUSULA SEGUNDA–DOFUNDAMENTOLEGAL

2.1 O presente contrato é celebrado com base na lei nº 8.666/93, dispensado de licitação em razão de seu valor, conforme disposto no inciso II do artigo 24.

CLÁUSULA TERCEIRA–DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO

3.1 O biomédico CONTRATADO prestará serviço no laboratório da Unidade de Saúde, em período normal de atendimento ou a qualquer momento em casos de urgência/emergência.

3.2 A fiscalização dos serviços da execução dos serviços será exercida por servidor nomeado pela administração, a quem competirá dirimir as duvidas que surgirem no curso da execução do presente contrato (art. 67 da Lei nº 8.666/93).

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR

4.1. O valor deste contrato é de R$7.000,00(sete mil reais), divididos em 02(duas) parcelas no valor de R$3.500,00(três mil e quinhentos reais) mensais.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1 A Contratante se obriga a:

I - pagar os serviços prestados na forma e condições ajustadas neste instrumento;

II - informar previamente a Contratada sobre toda e qualquer anormalidade e/ou mudança no sistema que possa influir no atendimento aos beneficiários.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 A Contratada se obriga a:

I - atender o beneficiário encaminhados pela Unidade de Saúde, de segunda a sexta feira ou a qualquer dia e horário em casos de urgência/emergência;

II - encaminhar documento fiscal dos serviços prestados dentro do mês da prestação dos serviços.

CLÁUSULA SETIMA-DA FORMA DE PAGAMENTO

7.1 O pagamento do valor que se refere a clausula quarta será efetuado até o décimo dia útil do mês subsequente à prestação dos serviços, de acordo com a emissão e apresentação da nota fiscal emitida pela Contratada.

CLÁUSULAS OITAVA–DAVIGÊNCIA

8.1 O presente Termo terá vigência até 17 de agosto de 2019, iniciando-se na assinatura do contrato.

CLÁUSULA NONA-DA DOTAÇÃO

9.1 para fazer face ao pagamento das despesas decorrentes deste contrato, utilizar-se a da seguinte dotação do orçamento vigente:

Cód. Reduzido: 0352

CLÁUSULA DECIMA-DA RESCISÃO

10.1 Constitui motivos para rescisão do presente contrato o não cumprimento de quaisquer de suas cláusulas e condições, bem como os motivos previstos na legislação referente a Contratos Administrativos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA–DO FORO

11.1 Para dirimir as questões oriundas deste TERMO, não resolvidas administrativamente, será competente o Foro da Comarca de Pontes e Lacerda–MT, preterindo outros por mais privilegiados que sejam. E, por estarem de acordo, firmam as partes o presente instrumento em 02(duas)vias de igual teor e forma, para um só efeito, na presença de duas testemunhas.

Conquista D'Oeste – MT, 17 de junho de 2019.

Maria Lucia de Oliveira Porto **Ronaldo Junior Pessoa da Silva**

Prefeito Municipal Biomedico

Representante Legal da Contratante Representante Legal da Contratada

Testemunhas:

Nome: Nome:

RG: RG:

CONTRATO
CONTRATO Nº 098/2019

termo de Contrato que entre si celebram O MUNICÍPIO DE Conquista D'OESTE E a Empresa **JOÃO BATISTA ALVES MIRANDA**.

O **MUNICÍPIO DE CONQUISTA D'OESTE,** com sede na Avenida dos Oitis, nº 1200, Centro, Conquista D'Oeste/MT, inscrito no CNPJ n.º 04.219.688/0001-56, neste ato representado por sua Prefeita Municipal, MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA PORTO, brasileira, divorciada, portadora da cédula de identidade nº 000844464 SSP/MS e do CPF nº 607.752.031-49, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE** e empresa **JOÃO BATISTA ALVES MIRANDA**, com sede na AVENIDA DOS OITIS, Nº 1551, CENTRO, na cidade de CONQUISTA D'OESTE, Estado de MATO GROSSO, inscrita no CNPJ sob nº 18.886.752/0001-67, doravante denominada **CONTRATADA,** neste ato representada pelo(a) Sr.(a) JOÃO BATISTA ALVES MIRANDA, portador(a) da Carteira de Identidade nº 1389473, expedida pelo(a) SSP/PR, e CPF nº 300.982.709-15, tendo em vista o que consta do **Processo Administrativo nº 466/2019** e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e demais normas aplicáveis à matéria, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da **Ata de Registro de Preços nº 024/2019** do **Pregão Presencial nº 023/2019**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1 O objeto do presente Termo de Contrato é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO PRONTA TIPO MARMITEX, NO MUNICPIO DE CONQUISTA D' OESTE, DE FORMA PARCELADA, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital de Pregão identificado no preâmbulo e na proposta vencedora, os quais integram o presente instrumento, independente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é até 31 de dezembro de 2019, contados a partir da data de sua assinatura, prorrogável na forma do art. 57, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA - VALOR CONTRATUAL

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de **R$ 42.000,00(Quarenta e dois mil reais).**

3.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA QUARTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

4.1 São obrigações da CONTRATANTE:

a) receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos e na Proposta da licitante vendedora;

b) Emitiras autorizações de fornecimento e realizar seu controle efetivo;

c) verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto contratado recebido provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo, quando for o caso;

d) comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto contratado, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

e) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de comissão/servidor especialmente designado; e

f) efetuar o pagamento à CONTRATADAno valor correspondente à execução do objeto contratado, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos.

4.2 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA QUINTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

a) efetuar a entrega do objeto contratado conforme as condições, especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal;

b) responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

c) substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado pela CONTRATANTE, o objeto contratado que apresente vícios, avarias ou defeitos;

d) comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

e) manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação; e

5.2. A **CONTRATADA** ainda obriga-se a:

a) aceitar as alterações que se fizerem necessárias, conforme disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93;

b) não transferir, no todo ou em parte, o objeto deste contrato, sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE;

c) responsabilizar-se pela entrega do objeto contratado, inclusive no que se referir a não observância da legislação em vigor;

d) arcar com todos os ônus necessários à completa entrega do objeto deste Termo de Contrato, inclusive no que se referir à qualidade dos recursos materiais empregados e seleção e treinamento dos recursos humanos necessários ao seu desenvolvimento;

e) responder integralmente, por quaisquer perdas e danos que vier a causar à CONTRATANTE ou à terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

f) responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da execução do contrato, tais como: salários, seguros de acidente, taxas, impostos e contribuições, indenizações, encargos trabalhistas, acidentes de trabalho; e

g) assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-las na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEXTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

6.1 As despesas decorrentes da aquisição, objeto desta Licitação, correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento, distribuídos da seguinte forma:

Cód. Reduzido: 212, 338, 436, 454, 475, 498, 579, 603, 629.

CLÁUSULA SÉTIMA – PAGAMENTO

7.1 O PAGAMENTO SERÁ EFETUADO EM ATÉ 30 (TRINTA) DIAS CORRIDOS DA ENTREGADO OBJETO LICITADO CORRESPONDENTES À CADA NOTA FISCAL EMITIDA, **MEDIANTE A APRESENTAÇÃO** DO RESPECTIVO DOCUMENTO FISCAL ATESTADA POR SERVIDOR DESIGNADO PELA CONTRATANTE.

7.2.Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplemento contratual.

7.3. O pagamento poderá ser efetuado através de depósito em qualquer agência da rede bancária, para crédito da CONTRATADA em conta corrente de sua titularidade.

7.4. O pagamento somente será efetuado mediante:

a) prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da contratada, através de Certidões expedidas pelos órgãos competentes, que estejam dentro do prazo de validade expresso na própria certidão, composta de: Certidão de Quitação de Tributos Federais, neles abrangidos as contribuições sociais, administrados pela Secretaria da Receita Federal; Certidão Quanto à Dívida Ativa da União, expedida pela Procuradoria da Fazenda Nacional-Ministério da Fazenda; Certidão expedida pela Secretaria da Fazenda do Estado ou Distrito Federal e Certidão Expedida pela Prefeitura Municipal, da sede da empresa quando couber;

b) prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (art. 27, a, Lei n° 8.036/90), através da apresentação do CRF – Certificado de Regularidade do FGTS; e

c) prova de situação regular perante o Instituto Nacional de Seguridade Social-INSS (art. 195, § 3°, da Constituição Federal), através da apresentação da CND – Certidão Negativa de Débito.

7.5. O não cumprimento do previsto neste Termo de Contrato permitirá à CONTRATANTE a retenção do valor devido constante de documento fiscal até que seja sanada a irregularidade.

CLÁUSULA OITAVA – REAJUSTE E ALTERAÇÕES

8.1. O preço contratado é fixo e irreajustável.

8.2 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, quando:

a) solicitada pela **CONTRATADA**, junto ao setor competente do ÓRGÃO, devidamente justificado e protocolado;

b) solicitada pelo ÓRGÃO, junto à **CONTRATADA**, devidamente justificado e protocolado.

8.3 A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

8.4 As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

CLÁUSULA NONA - FISCALIZAÇÃO

9.1 Exercer, por intermédio de servidor designado na forma do artigo 67 da Lei Federal nº 8.666/93, o acompanhamento e fiscalização da execução do contrato, sob todos os seus aspectos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da CONTRATADA.

9.1.1. A fiscalização e acompanhamento de que trata esta Cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica co-responsabilidade do **CONTRATANTE** ou de seus agentes e prepostos (art. 70 da Lei nº 8.666/93).

CLÁUSULA DÉCIMA - INEXECUÇÃO E RESCISÃO DO CONTRATO

10.1. A inexecução total ou parcial do **CONTRATO** enseja a sua rescisão, e ficará o contrato rescindido de pleno direito, independentemente de aviso ou interpelação judicial ou extrajudicial, se houver ocorrência de uma das situações prescritas nos artigos 77, 78, 79, 80 e seguintes da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores.

10.2. O presente **CONTRATO** poderá, ainda, ser rescindido por ato unilateral da administração, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência da Administração, desde que justificado, a qualquer tempo, mediante aviso prévio de 30 (trinta) dias, ou ainda judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1 Atraso por parte da CONTRATADA na assinatura do contrato e a não apresentação da situação regular na forma exigida nas alíneas a, b e c do Item 8.4 do Contrato, incidirá na aplicação da multa de 0,5 % (zero vírgula cinco por cento) ao dia, sobre o valor adjudicado, sendo que, se a situação perdurar até o 11º dia, será caracterizado inexecução total da obrigação.

11.2 Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei 8. 666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto adjudicado, o Município de Conquista D'Oeste poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total adjudicado.

11.2.1 Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com o Município de Conquista D'Oeste, por prazo de até 02 (dois) anos, e,

11.2.2 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

11.2.3 A licitante, adjudicatária ou contratada que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste pelo prazo de até cinco anos e, se for o caso, será descredenciada do Cadastro Geral de Fornecedores por igual período, sem prejuízo da ação penal correspondente na forma da lei.

11.3 A multa, eventualmente imposta à contratada, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a contratada não tenha nenhum valor a receber da Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste, ser-lhe-á concedido o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao Órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa do município, podendo, ainda o Município de Conquista D'Oeste proceder a cobrança judicial da multa.

11.4 As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar ao Município de Conquista D'Oeste.

11.5 Além das penalidades citadas, a licitante vencedora ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro Geral de Fornecedores, e, no que couber, às demais penalidades referidas no Capítulo IV da Lei n.º 8.666/93.

11.6 As sanções de suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o Município **de Conquista D'Oeste**, e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à licitante vencedora concomitantemente com as de multa, que poderão ser descontadas dos pagamentos a serem efetuados ou cobradas judicialmente.

11.7 A multa prevista no item 11.1 tem caráter de sanção e será cobrada por compensação financeira dos créditos que a contratada tiver a receber.

11.8 Das decisões proferidas pela Administração cabem:

a) Recurso por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, nos casos previstos no art. 109, § 4º da Lei Federal nº 8.666/93;

b) Representação ao Município de Conquista D'Oeste, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação da decisão relacionada com o objeto do Contrato, de que não caiba recurso hierárquico.

c) Pedido de reconsideração da decisão do Município de Conquista D'Oeste nos casos de declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da intimação do ato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - VALIDADE E EFICÁCIA

12.1 Incumbirá à **CONTRATANTE** providenciar a publicação do extrato deste Termo de Contrato e de seus eventuais aditivos na imprensa oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, até o quinto dia útil do mês seguinte ao da sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data, nos termos do artigo 61, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – FORO

13.1 Fica eleito o foro da Comarca de Pontes e Lacerda, Estado de Mato Grosso, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

13.2 Os casos omissos serão resolvidos amigavelmente entre as partes e em observância a legislação pertinente.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes e 03 (três) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Conquista D'Oeste/ MT, 17 de junho de 2019.

Maria Lucia de Oliveira Porto Prefeita Responsável Legal da CONTRATANTE	JOÃO BATISTA ALVES MIRANDA Responsável Legal da CONTRATADA
TESTEMUNHAS:	
Nome: RG:	**Nome:** RG:

CONTRATO
CONTRATO Nº 099/2019

termo de Contrato que entre si celebram O MUNICÍPIO DE Conquista D'OESTE E a Empresa **TRIANGULO COMBUSTIVEL E TRANSPORTES LTDA**.

O **MUNICÍPIO DE CONQUISTA D'OESTE,** com sede na Avenida dos Oitis, nº 1200, Centro, Conquista D'Oeste/MT, inscrito no CNPJ n.º 04.219. 688/0001-56, neste ato representada neste ato por Prefeita Municipal, MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA PORTO, brasileira, divorciada, portadora da cédula de identidade nº 000844464 SSP/MS e do CPF nº 607.752.031-49, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE** e empresa **TRIANGULO COMBUSTIVEL E TRANSPORTES LTDA**, com sede na AVENIDA GETULIO VARGAS, S/N, VILA MARIANA, na cidade de CÁCERES, Estado de MATO GROSSO, inscrita no CNPJ sob nº 09.136.878/0002-04, doravante denominada **CONTRATADA,** neste ato representada pelo(a) Sr.(a) JUAREZ APARECIDO RIBEIRO CABRAL, portador(a) da Carteira de Identidade nº 60600, expedida pelo(a) MTE/MT, e CPF nº. 621.760. 561-91, tendo em vista o que consta do **Processo Administrativo nº 535/ 2019** e em observância às disposições e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e demais normas aplicáveis à matéria, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Presencial nº 024/2019**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1 O objeto do presente Termo de Contrato é a aquisição de **COMBUSTÍVEIS TIPO GASOLINA, ÓLEO DIESEL E ÓLEO DIESEL BS10 NO MUNICÍPIO DE CÁCERES, A VAREJO, COM A FINALIDADE DE ATENDER OS ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO DE CONQUISTA D' OESTE**, conforme especificações e quantitativos estabelecido no Edital de Pregão identificado

no preâmbulo e na proposta vencedora, os quais integram o presente instrumento, independente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de 31 de dezembro de 2019, contados a partir da data de sua assinatura, prorrogável na forma do art. 57, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA - VALOR CONTRATUAL

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de **R$ 338. 940,00(Trezentos e trinta e oito mil novecentos e quarenta reais).**

3.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA QUARTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

4.1 São obrigações da CONTRATANTE:

a) receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos e na Proposta da licitante vendedora;

b) Emitiras autorizações de fornecimento e realizar seu controle efetivo;

c) verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos produtos recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

d) comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

e) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de comissão/servidor especialmente designado; e

f) efetuar o pagamento à CONTRATADAno valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos.

4.2 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA QUINTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

a) efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal.

b) responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

c) substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado pela CONTRATANTE, o objeto com vícios, avarias ou defeitos;

d) comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

e) manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação; e

f) indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

5.2. A **CONTRATADA** ainda obriga-se a:

a) aceitar as alterações que se fizerem necessárias, conforme disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93;

b) não transferir, no todo ou em parte, o objeto deste contrato, sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE;

c) responsabilizar-se pela entrega dos produtos, inclusive no que se referir a não observância da legislação em vigor;

d) arcar com todos os ônus necessários à completa entrega do objeto deste Termo de Contrato, inclusive no que se referir à qualidade dos recursos materiais empregados e seleção e treinamento dos recursos humanos necessários ao seu desenvolvimento;

e) responder integralmente, por quaisquer perdas e danos que vier a causar à CONTRATANTE ou à terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

f) responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes do fornecimento dos produtos, tais como: salários, seguros de acidente, taxas, impostos e contribuições, indenizações, encargos trabalhistas, acidentes de trabalho; e

g) assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-las na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

7.1 As despesas decorrentes da aquisição, objeto desta Licitação, correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento, distribuídos da seguinte forma:

Cód. Reduzido: 08, 046, 081, 151, 207, 356, 371, 430, 473, 494 e 574.

CLÁUSULA OITAVA - PAGAMENTO

8.1 O PAGAMENTO SERÁ EFETUADO MENSALMENTE EM ATÉ 30 (TRINTA) DIAS DA APRESENTAÇÃO DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA/ FATURA, CONTENDO A QUANTIDADE MENSAL CONSUMIDA, DEVIDAMENTE ATESTADA POR FUNCIONÁRIO DESIGNADO PELA CONTRATANTE.

8.2.Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplemento contratual.

8.3. O pagamento, pelos produtos **efetivamente entregues**, poderá ser efetuado através de depósito em qualquer agência da rede bancária, para crédito da CONTRATADA em conta corrente de sua titularidade.

8.4. O pagamento somente será efetuado mediante:

a) prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da contratada, através de Certidões expedidas pelos órgãos competentes, que estejam dentro do prazo de validade expresso na própria certidão, composta de: Certidão de Quitação de Tributos Federais, neles abrangidos as contribuições sociais, administrados pela Secretaria da Receita Federal; Certidão Quanto à Dívida Ativa da União, expedida pela Procuradoria da Fazenda Nacional-Ministério da Fazenda; Certidão expedida pela Secretaria da Fazenda do Estado ou Distrito Federal e Certidão Expedida pela Prefeitura Municipal, da sede da empresa quando couber;

b) prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (art. 27, a, Lei n° 8.036/90), através da apresentação do CRF – Certificado de Regularidade do FGTS; e

c) prova de situação regular perante o Instituto Nacional de Seguridade Social-INSS (art. 195, § 3°, da Constituição Federal), através da apresentação da CND – Certidão Negativa de Débito.

8.5. O não cumprimento do previsto neste Termo de Contrato permitirá à CONTRATANTE a retenção do valor devido constante de documento fiscal até que seja sanada a irregularidade.

CLÁUSULA NONA – REAJUSTE E ALTERAÇÕES

9.1. O preço contratado é fixo e irreajustável.

9.2 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, quando:

a) solicitada pela **CONTRATADA**, junto ao setor competente do ÓRGÃO, devidamente justificado e protocolado;

b) solicitada pelo ÓRGÃO, junto à **CONTRATADA**, devidamente justificado e protocolado.

9.3 A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

9.4 As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA - FISCALIZAÇÃO

4.1 Exercer, por intermédio de servidor designado na forma do artigo 67 da Lei Federal nº 8.666/93, o acompanhamento e fiscalização da execução do contrato, sob todos os seus aspectos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da CONTRATADA.

10.1. A fiscalização da entrega dos produtos será exercida por um representante da **CONTRATANTE**, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do objeto do presente contrato. (art. 67 da Lei nº 8.666/93).

10.2. A Fiscalização de que trata esta Cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica co-responsabilidade do **CONTRATANTE** ou de seus agentes e prepostos (art. 70 da Lei nº 8.666/93).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - INEXECUÇÃO E RESCISÃO DO CONTRATO

11.1. A inexecução total ou parcial do **CONTRATO** enseja a sua rescisão, e ficará o contrato rescindido de pleno direito, independentemente de aviso ou interpelação judicial ou extrajudicial, se houver ocorrência de uma das situações prescritas nos artigos 77, 78, 79, 80 e seguintes da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores.

11.2. O presente **CONTRATO** poderá, ainda, ser rescindido por ato unilateral da administração, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência da Administração, desde que justificado, a qualquer tempo, mediante aviso prévio de 30 (trinta) dias, ou ainda judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1 Atraso por parte da CONTRATADA na assinatura do contrato e a não apresentação da situação regular na forma exigida nas alíneas a, b e c do Item 8.4 do Contrato, incidirá na aplicação da multa de 0,5 % (zero vírgula cinco por cento) ao dia, sobre o valor adjudicado, sendo que, se a situação perdurar até o 11º dia, será caracterizado inexecução total da obrigação.

12.2 Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei 8. 666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto adjudicado, o Município de Conquista D'Oeste poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total adjudicado.

12.2.1 Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com o Município de Conquista D'Oeste, por prazo de até 02 (dois) anos, e,

12.2.2 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

12.2.3 A licitante, adjudicatária ou contratada que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com o Município de Conquista D'Oeste pelo prazo de até cinco anos e, se for o caso, será descredenciada do Cadastro Geral de Fornecedores por igual período, sem prejuízo da ação penal correspondente na forma da lei.

12.3 A multa, eventualmente imposta à contratada, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a contratada não tenha nenhum valor a receber do Município de Conquista D'Oeste, ser-lhe-á concedido o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao Órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa do município, podendo, ainda o Município de Conquista D'Oeste proceder a cobrança judicial da multa.

12.4 As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar ao Município de Conquista D'Oeste.

12.5 Além das penalidades citadas, a licitante vencedora ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro Geral de Fornecedores, e, no que couber, às demais penalidades referidas no Capítulo IV da Lei n.º 8.666/93.

12.6 As sanções de suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o Município **de Conquista D'Oeste**, e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à licitante vencedora concomitantemente com as de multa, que poderão ser descontadas dos pagamentos a serem efetuados ou cobradas judicialmente.

12.7 A multa prevista no item 12.1 tem caráter de sanção e será cobrada por compensação financeira dos créditos que a contratada tiver a receber.

12.8 Das decisões proferidas pela Administração cabem:

a) Recurso por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, nos casos previstos no art. 109, § 4º da Lei Federal nº 8.666/93;

b) Representação ao Município de Conquista D'Oeste, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação da decisão relacionada com o objeto do Contrato, de que não caiba recurso hierárquico.

c) Pedido de reconsideração da decisão do Município de Conquista D'Oeste nos casos de declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da intimação do ato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - VALIDADE E EFICÁCIA

13.1 Incumbirá a **CONTRATANTE** providenciar a publicação do extrato deste Contrato e de seus eventuais aditivos no "Diário Oficial", que é condição indispensável para sua eficácia, até o quinto dia útil do mês seguinte ao da sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – FORO

14.1 Fica eleito o foro da Comarca de Pontes e Lacerda, Estado de Mato Grosso, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

14.2 Os casos omissos serão resolvidos amigavelmente entre as partes e em observância a legislação pertinente.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes e 2 (duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Conquista D'Oeste/ MT, 25 de junho de 2019.

Maria Lucia de Oliveira Porto Prefeita Responsável Legal da CONTRATANTE	TRIANGULO COMBUSTIVEL E TRANSPORTES LTDA Responsável Legal da CONTRATADA
TESTEMUNHAS:	
Nome: RG:	**Nome:** RG:

CONTRATO
CONTRATO Nº 100/2019

termo de Contrato que entre si celebram O MUNICÍPIO DE Conquista D'OESTE E a Empresa **J. FERREIRA LEMOS EMPREENDIMENTOS EIRELI – EPP**.

O **MUNICÍPIO DE CONQUISTA D'OESTE,** com sede na Avenida dos Oitis, nº 1200, Centro, Conquista D'Oeste/MT, inscrito no CNPJ n.º 04.219.688/0001-56, neste ato representada neste ato por Prefeita Municipal, MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA PORTO, brasileira, divorciada, portadora da cédula de identidade nº 000844464 SSP/MS e do CPF nº 607.752.031-49, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE** e empresa**, J. FERREIRA LEMOS EMPREENDIMENTOS EIRELI – EPP**, CNPJ 00.277.059/0001-21, estabelecida à Rua Limiro Rosa Pereira, nº 1.530, Bairro São Sebastião, na cidade de Araputanga – Estado de Mato Grosso, neste ato representado pelo Sr. **Jaconias Ferreira Lemos**, brasileiro, separado judicialmente, empresário, portador do RG 780575 SSP/MT e CPF/MF nº 559.421.481-04, tendo em vista o que consta do **Processo Administrativo nº 623/2019** e em observância às disposições e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e demais normas aplicáveis à matéria, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Presencial nº 029/2019**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DOS PREÇOS REGISTRADOS 1.1 O presente contrato tem por objeto a **Adesão a Ata de Registro de preços 076/2018 da Prefeitura Municipal de Araputanga – MT, para futura e eventual contratação de empresa para prestação de serviços de sonorização, filmagem, locuções, gravação, iluminação e locação de itens para realização de evento 7º Arraia Tudo Junto e Misturado nos dias 05 e 06 de julho de 2019.** 1.2 Os preços registrados, para aquisição e o quantitativo, segue abaixo conforme descrito na proposta da licitante vencedora, constantes no **Edital do Pregão nº 033/2018 da Prefeitura Municipal de Araputanga – MT, objeto da adesão**.

CÓDIGO DO ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	UND	QTDE	V. UNT	V. TOTAL
087.102.067	LOCACAO DE PAINEL DE LED P32 INDOOR DISTANCIA ENTRE PIXELS: 10 MM, ANGULO DE VISAO HORIZONTAL: 140º, ANGULO DE VISAO VERTICAL: 140º, DIMENSOES DO GABINETE: 576 X 576 X 75 MM (LXAXP), RESOL. DO GABINETE: 64 X 64 PIXELS, CONSTR. DO GABINETE: ALUMINIO, BRILHO - 1100 CD/M2, NIVEIS DE CINZA: 4096, CORES: 16,7 MILHOES, REFRESH RATE: 800 HZ, FRAME RATE: 60 HZ, AJUSTE DE BRILHO 256 NIVEIS, COM ART DEMONTAGEM.	Dia	01	R$ 4.480,00	R$ 4.480,00
087.102.055	LOCACAO DE 500 METROS DE GRADE INIBIDORA, MODELO INTERTRAVAVEL, EM ESTRUTURA TUBOS GAALVANIZADOS DE FERRO, ACABAMENTO SUPERIOR SEM PONTEIRAS, PLACA METALICA MEDINDO 2 METROS DE ALTURA.	Metro	33	R$ 35,00	R$ 1.155,00
087.102.025	LOCACAO DE CAMARIM 5 X 5 COM FECHAMEMENTO E PISO – COM TRANSPORTE, MONTAGEM E DESMONTAGEM.	Dia	01	R$ 1.800,00	$ 1.800,00
087.102.062	LOCACAO DE ILUMINACAO C/ 01 MESA DIGITAL C/ CONTROLE DE 48 MOVINGS, 160 REFLETORES, 200 CENAS, 01 INTERCOM 4 VIAS, 30 REFLETORES FOCO1 DE 1000 WATTS, 18 REFLETORES FOCO 5 DE 1000 WATTS, 12 ACL/02 STROBO ATOMIC DMX 3000 WATTS, 6 ELIPSOIDAL 1000 WATTS, 4 MINI BRUTE DE 6 LÂMPADAS, 02 MÁQUINAS DE FUMAÇA NO MÍNIMO 1500 WATTS, 02 VENTILADORES, 36 CANAIS DE DIMMER DIGITAL, 01 MAIN POWER - DISTRIBUIDORA DE AC ATRAVÉS DE CHAVES REVERSORA 220/380 VOLTS, DISJUNTOR DE 125A, TRELIÇAS E MEIO BOX EM ALUMÍNIO - 10 MEIO-BOX TRUSS, 36 METROS LINEAR DE P30 DE 4 METROS, 08 METROS LINEAR DE P30, 2 METROS, 08 METROS LINEAR DE P30 - 1 METRO, 04 PEÇAS SLEEVE, 04 PEÇAS PAU-DE-CARGA, 04 PEÇAS BASE TUBULAR, 14 ALGEMAS DUPLAS, 04 TALHAS 01 TONELADA / CORRENTE DE 10 METROS, 08 CINTAS PARA SUPORTAR 1000 KG CADA CINTA, 04 BALDES.	Dia	01	R$ 6.100,00	R$ 6.100,00
087.102.007	LOCACAO DE PALCO 12X10 MT, ESTRUTURA METALICA EM TRELICA, COBERTURA EM LONA ESPECIAL REFORCADA ANTI-CHAMA, PISO COM ALTURA VARIADA EM ESTRUTURA METALICA COM CHAPA DE COMPENSADO 20 MM,INCLUINDO DESPESAS COM TRANSPORTE MONTAGEM E DESMONTAGEM.	Dia	01	R$ 6.850,00	R$ 6.850,00
087.102.060	SERVICO DE SONORIZACAO E OPERACAO DE SOM 5 MIL PESSOAS, 01 PROCESSADOR DIGITAL, 01 EQUALIZADOR DE 31 BANDAS, 01 ANALISADOR DE ESPECTRO DIGITAL, 01 CD PLAYER, 02 CX DE COMUNICACAO ENTTRE MESAS DE P.A E MONITOR, MESA DIGITAL 32 CANAIS, C/ 6 GRUPOS VCA, 01 MESA DIGITAL 32 CANAIS COM 16 VIAS DE MONITOR P. A., 24 CX LINE ARRAY CONTENDO NO MINIMO 01 ALTO FALANTE DE 08 E 01 DRIVER TITANIUM DE 01 POLEGADA, 08 AMPLIFICADORES DIGITAIS COMPATÍVEIS COM O SISTEMA, 24 CX SUBGRAVE CONTENDO NO MÍNIMO 01 ALTO FALANTE DE 18 POLEGASDAS, 04 AMPLIFICADORES DIGITAIS COMPATÍVEIS COM O SISTEMA, SIDE 08 CAIXAS LINE ARRAY CONTENDO NO MÍNIMO 01 ALTO FALANTE DE 08 E 01 DRIVER TITANIUM DE 01 POLEGADA, 02 AMPLIFICADORES DIGITAIS COMPATÍVEIS COM O SISTEMA, 04 CAIXAS SUBGRAVE CONTENDO NO MÍNIMO 01 ALTO FALANTE DE 18 POLEGADAS, 01 AMPLIFICADOR DIGITAL COMPATÍVEL COM O SISTEMA. MONITOR - 01 CD PLAYER, 01 MULTI CABO 56 VIAS - 60 PA 5 MONITOR METROS, 08 GARRAS GLAMP, 20 PEDESTAIS GIRAFA, 06 PEDESTAIS PEQUENOS, 05 SUB SNAKE NO MÍNIMO 06 VIAS COM CABO DE 20 METROS, 05 RÉGUAS DE AC EM FERRO, 08 MONITORES CONTENDO NO MÍNIMO 01 ALTO FALANTE DE 8 E 01 DRIVER DE TITANIUM DE 01 POLEGADA AMPLIFICADO DIGITAL E PROCESSADO, 01 CAIXA SUB PROCESSADA E AMPLIFICADA, MICROFONES 06 SM 58 OU SIMILAR, 08 SM 57 OU SIMILAR, 02 SM 58 UHF SEM FIO OU SIMILAR, 04 MICROFONES CONDENSER 81 OU SIMILAR, 01 D 52 OU SIMILAR, 04 SHOT GUN OU SIMILAR PARA CORAL, DIRECT BOX PASSIVO, 01 CABEÇOTE VALVULADO DE 800 WATTS, 01 CAIXA CONTENDO 4 ALTO FALANTES DE 10 POLEGADAS, 01 CAIXA COM 01 ALTO FALANTE DE 15 POLEGADAS, 01 CABEÇOTE VALVULADO DE 800 WATTS COM 01 CAIXA CONTENDO 04 ALTO FALANTES DE 08 POLEGADAS, 08 CANAIS DE POWER PLAY, 08 FONES DE OUVIDO, 01 MAIN POWER COM ESTABILIZADOR DE 5.000 WATTS COM CHAVE REVERSORA	Dia	01	R$ 3.999,00	R$ 3.999,00

	220V/380V CONTENDO 08 TOMADAS 220V, 08 TOMADAS 110V COM DISJUNTOR DE 125 AMPERES 110V COM DISJUNTOR DE 125 AMPERES.				
087.102.066	SERVICO CONTINUO DE MAO DE OBRA DE PESSOAS (BRACAL) CONFORME NECESSIDADE DO EVENTO.	Dia	14	R$ 199,00	R$ 2.786,00
087.102.048	SERVICO DE PROFISSIONAL TEMPORARIO - DO TIPO SEGURANCA PARA EVENTOS.	Dia	16	R$ 330,00	R$ 5.280,00
087.102.016	LOCACAO DE TENDAS 4 X 4 M-LOCACAO COM TRANSPORTE, MONTAGEM E ESMONTAGEM.	Dia	08	R$ 200,00	R$ 1.600,00
TOTAL					R$ 34.050,00

CLÁUSULA SEGUNDA - DO REGIME DE EXECUÇÃO

2.1 Os serviços serão realizados de forma de execução indireta, sob o regime de preço unitário, nos termos da Lei Federal n° 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR 3.1 Constituem obrigações da CONTRATADA: 3.1.1 Efetuar os serviços objeto do edital conforme as solicitações. 3.1.2 Cumprir os serviços com os prazos estabelecidos; 3.1.3 Fornecer, durante toda a execução do contrato, os serviços, com menores preços disponíveis no momento da prestação. 3.1.4 Prestação de serviço deverá ser realizada com estrutura física e operacional da Contratada por pessoal qualificado; 3.1.5 Manter pessoal capaz de atender ao objeto da presente licitação, sem interrupção, seja por motivo de férias, licença, falta ao serviço, demissão de empregados ou por qualquer outra razão; 3.1.6 Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, durante a execução do objeto do certame, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento realizado pela **CONTRATANTE**; 3.1.7 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela **CONTRATANTE,** bem como, comunicar, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente; 3.1.8 Fornecer todos os dados necessários à EQUIPE DE FISCALIZAÇÃO para o controle e fiscalização do cumprimento do presente **CONTRATO**; 3.1.9 Comunicar imediatamente ao Município qualquer alteração ocorrida na empresa, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência; 3.1.10 Adequar-se a qualquer alteração procedimental pertinente à prestação dos serviços, efetuadas pela Administração Pública durante a vigência do presente contrato, sob pena de rescisão. 3.1.11 Somente aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) da quantidade inicial do objeto adjudicado somente quando determinado pela gerenciadora da ata (Município de Araputanga), devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes, não cabendo, portanto, acréscimo de quantidades nas contratações dos órgãos e entidades, sob pena de ilegalidade; 3.1.12 Manter durante toda a vigência da ata todas as condições de habilitação prevista neste edital; **3.1.13 Garantir os serviços quanto a sua integridade, em condições normais de uso, dos itens constantes do Anexo I para cada objeto.** 3.1.13.1 Substituir serviços ou equipamentos que estiverem em desacordo com as especificações determinadas, onde deverão ser substituídos no mesmo instante, contados da comunicação pelo responsável. 3.1.13.2 A não substituição dos serviços/equipamentos em desacordo dentro do prazo estipulado, será considerado como não prestado/entregue, estando sujeito à multa conforme conta no contrato. 3.2 As licitantes vencedoras dos itens com os códigos a seguir: 087.102.055 - 087.102.025 - 087.102.062 - 087.102.007 - 087.102.060, deverão apresentar na habilitação, comprovante de registro no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) ou CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo) do domicílio licitante. **CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE 4.1** São obrigações da Contratante: 4.1.1 Aderir previamente à Ata de registro de preços; 4.1.2 Fornecer à CONTRATADA todas as informações relacionadas com o objeto do contrato; 4.1.3 Efetuar o pagamento à CONTRATADA na forma estabelecida neste instrumento; 4.1.4 Notificar, por escrito, à CONTRATADA toda e qualquer irregularidade constatada na execução dos serviços; 4.1.5 Proporcionar à CONTRATADA as facilidades necessárias a fim de que esta possa desempenhar com efetividade o serviço contratado. 4.1.6 Receber o objeto adjudicado, nos termos, prazos, quantidade, qualidade e condições estabelecidas neste edital; 4.1.7 Promover a fiscalização da execução do objeto desta licitação; 4.1.8 Exigir da contratada a comprovação de regularidade fiscal no que tange o recolhimento de INSS/FGTS e CNDT. 4.1.9 Prestar informações pertinentes sempre que solicitado pela contratada a respeito dos fornecimentos a serem efetuados; **CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO 5.1 A vigência deste contrato é de 60 dias, contado da assinatura. CLÁUSULA SEXTA – DO GERENCIAMENTO DO CONTRATO**

6.1 O gerenciamento deste Instrumento, nos aspectos operacional e contratual, caberá à Departamento de Compras, competindo-lhe:

a) Efetuar controle dos fornecedores, dos preços, dos quantitativos fornecidos e das especificações do material registrado; b) Monitorar, pelo menos trimestralmente, os preços dos objetos desta aquisição, de forma a avaliar o mercado, podendo rever os preços registrados, a qualquer tempo, em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos bens registrados; c) Notificar o fornecedor registrado via fax, email ou telefone, para retirada da nota de empenho; d) Observar, durante a vigência da presente ata que nas contratações sejam mantidas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem como a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive, solicitar novas certidões ou documentos vencidos; e) Conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado e de aplicação de penalidades; f) Coordenar as formalidades e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação e na presente Ata, bem como comunicar aos gestores dos órgãos participantes possíveis alterações ocorridas. 6.2. As pesquisas de mercado, atendendo à conveniência e ao interesse público, poderão ser realizadas por entidades especializadas, preferencialmente integrantes da Administração Pública, assim como ser utilizadas pesquisas efetuadas por órgãos públicos. 6.3. O Departamento de Compras nas pesquisas de preços dos itens registrados, de forma a avaliar os preços a serem contratados, bem como elaborará as estimativas de consumo e os cronogramas de contratação. **CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE DOS PREÇOS REGISTRADOS** 7.1. Os preços registrados são fixos e irreajustáveis, podendo manter a correção do equilíbrio econômico financeiro. 7.2. Em caso de redução nos preços, a empresa fica obrigada a repassar ao município o mesmo percentual de desconto. 7.3 Os valores acima poderão eventualmente sofrer revisão (aumento ou decréscimos) nas seguintes hipóteses: 7.3.1 Para mais, visando restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevir fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior caso fortuito, fato do príncipe e fato da administração, nos termos do art. 65, II, “d” e § 5º da Lei 8.666/93; 7.3.1.1 Para menos, na hipótese do valor contratado ficar muito superior ao valor do mercado, ou, ainda, quando ocorrer o fato do príncipe previsto no art. 65, § 5º da Lei 8.666/93. 7.4 A revisão de preços será feita com fundamento em planilhas de composição de custos e/ou preço de mercado. **CLÁUSULA OITAVA - DO CANCELAMENTO DO CONTRATO** 8.1 Os preços registrados no presente contrato poderão ser cancelados de pleno direito, conforme a seguir: **I)** Por iniciativa da Administração: a) Quando o fornecedor der causa à

rescisão administrativa da nota de empenho decorrente deste contrato, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93; b) Se os preços registrados estiverem superiores aos praticados no mercado. **II)** Por iniciativa do fornecedor: a) Mediante solicitação escrita, comprovando estar o fornecedor impossibilitado de cumprir os requisitos deste contrato; b) Quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses contidas no art. 78, incisos XIV, XV e XVI, da Lei nº 8.666/93. 8.2 Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo do presente contrato. 8.3 No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Estado de MATO GROSSO, considerando-se cancelado o preço registrado. 8.4 A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Administração Municipal, facultando-se a este, neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste contrato. 8.5 Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do fornecedor relativas ao respectivo registro. 8.6 Caso se abstenha de aplicar a prerrogativa de cancelar este contrato, a Administração Municipal poderá, a seu exclusivo critério, suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o fornecedor cumpra integralmente a condição contratual infringida. **CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO**

9.1 Os objetos desta licitação será acompanhado e fiscalizado por representante da Administração especialmente designado, conforme prerrogativas legais conferidas pela Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1.993, em especial em seu Art. 67.

Caixa de texto: CLÁUSULA DÉCIMA - DO PRAZO DE REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS, FISCALIZAÇÃO E DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

10.1 A entrega dos itens, objeto desta licitação deverão ser exclusivamente, de acordo com a necessidade do município quando requisitado na forma estabelecida neste edital. 10.1.1 **Os serviços serão realizados de IMEDIATO após ser expedida a ORDEM DE FORNECIMENTO.** 10.2 Na constatação em que os serviços ou equipamentos estiverem em desacordo com as especificações determinadas, deverão ser substituídos no mesmo instante, contados da comunicação pelo responsável. 10.2.1 A não substituição dos serviços ou de equipamentos em desacordo dentro do prazo estipulado será considerado como não prestado/entregue, estando sujeito à multa conforme conta no contrato. 10.3 A prestação de serviço deverá ser realizada com estrutura física e operacional da Contratada e por pessoal qualificado, uma vez que as necessidades a serem atendidos são de uso ininterrupto em diversas atividades administrativas**.** 10.4 O serviço deverá ser efetuado nos prazos estabelecidos, contados a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento pela Contratada. 10.5 Nos casos em que o prazo acima não seja suficiente para entrega do objeto, a empresa contratada deverá formalizar por meio de justificativa a necessidade de maior prazo, bem como estipular qual seria o prazo adequado e o motivo de tal alteração. 10.6 O Município não se responsabilizará por serviços prestados sem que esteja requisitado e autorizada na forma deste edital. 10.7 Os itens que compõem o objeto deste pregão serão entregues em perfeitas condições de conservação e uso, recebido provisoriamente no âmbito estabelecido neste Edital e seus Anexos, para efeito simultâneo ou posterior verificação, conforme o caso, da compatibilidade com as especificações pactuadas, envolvendo a qualidade, quantidade, testes de aceite, perfeita adequação, resultando no recebimento definitivo. 10.8 Quanto à prestação dos serviços objeto da licitação fica sobre a responsabilidade da licitante vencedoras todas as despesas, tais como: ***transporte (inclusive frete), impostos, carga e descargas, mão de obra, montagem, desmontagem, operação de equipamentos, seguro contra todos os riscos existentes, garantia e tributos de qualquer natureza, sendo que aqueles que não forem transcritos, serão considerados como já constantes*** e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital e seus Anexos. 10.9 O objeto desta licitação, conforme sua natureza, serão entregues e recebidos nos prazos e condições na forma estabelecida neste edital e em contrato próprio e serão recebidos conforme reza o art. 73, II, alínea “a” e “b” da Lei 8.666/93 e que segue: 10.10 Os serviços desta licitação serão acompanhados e fiscalizados por representante da Administração especialmente designado, conforme prerrogativas legais conferidas pela Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1.993, em especial em seu Art. 67. 10.11 O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade da proponente adjudicatária, nos termos das prescrições legais. **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DO PAGAMENTO** 11.1 O pagamento será efetuado conforme os pedidos à licitante que deverá apresentar juntamente com os serviços prestados notas fiscais correspondentes a realização dos serviços, devidamente processadas em duas vias, com todos os campos preenchidos, sem rasuras e devidamente atestada pelo servidor designado pela Administração, devendo ainda estar acompanhada das cópias das Ordens de Serviços autorizadas pela Secretaria solicitante. 11.2 Para fazer jus ao pagamento, a licitante vencedora deverá comprovar sua adimplência apresentando certidões com Seguridade Social (CND); com o FGTS (CRF); Certidão Negativa de Débitos Trabalhista (CNDT). Caso a empresa seja optante pelo SIMPLES, deverá apresentar, também, cópia do “Termo de Opção” pelo recolhimento de imposto naquela modalidade. 11.3 O pagamento das notas fiscais apresentadas será efetuado através de Pagamento Eletrônico diretamente na conta da empresa contratada, no prazo máximo de 15 (quinze) dias a partir do recebimento e atestação das referidas notas fiscais pelo servidor designado pela Administração. 11.4 As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à empresa vencedora para as devidas correções. Nesse caso, o prazo de que trata esta cláusula começará a fluir a partir da data de apresentação da nota fiscal/fatura, sem imperfeições. 11.5 Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito de atualização monetária. 11.6 Se o término do prazo para pagamento ocorrer em dia sem expediente no órgão licitante, o pagamento deverá ser efetuado no primeiro dia útil subsequente. **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS SANÇÕES** 12.1. Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração direta e autárquica do Município pelo prazo de até 05 (cinco) anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, a pessoa, física ou jurídica, que praticar quaisquer atos previstos no artigo 7º, da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e, ainda, sujeitará a proponente às penalidades e sanções previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações pelo não cumprimento de quaisquer das exigências contidas na legislação em vigor. 12.1.1. MULTA no percentual diário de 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor da obrigação inadimplida ou, não sendo possível determinar este valor, sobre 1/12 do VALOR TOTAL ESTIMADO DO CONTRATO, pelo atraso injustificado na execução de qualquer obrigação contratual ou legal, podendo o respectivo valor ser abatido no pagamento a que fizer jus a CONTRATADA, ou ainda, quando for o caso, cobrado judicialmente; 12.2. MULTA COMPENSATÓRIA: pela inexecução total ou parcial do contrato, no percentual de 20% (vinte por cento) sobre o valor da obrigação inadimplida ou, não sendo possível determinar este valor, sobre o total estimado pelo contrato, podendo ser abatida do pagamento a que fizer jus o CONTRATADO, ou, ainda, quando for o caso, cobrado judicialmente; 12.3. SUSPENSÃO: temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos; 12.4. A multa de que tratam os itens anteriores, somente poderão ser relevadas, quando os fatos geradores da penalidade decorram de casos fortuitos ou de força maior, que independam da vontade da proponente e quando aceitos, justifiquem o atraso. 12.5. Antes da aplicação das sanções de que tratam os itens anteriores, será expedida uma notificação para que o fornecedor apresente justificativa, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data do recebimento da mesma, visando assegurar o direito à ampla defesa, disposto no artigo 5º, inciso LV da Constituição Federal. 12.6. As sanções de que tratam os itens anteriores poderão

ser aplicadas nos casos de descumprimento de prazo, sendo que serão registradas nos sistemas mantidos pela administração Municipal. 12.7. O valor da multa, aplicada após o regular processo administrativo será descontado de pagamentos eventualmente devidos pela Prefeitura Municipal ao fornecedor ou cobrado judicialmente. 12.8 As sanções previstas nos incisos I, III e IV desta cláusula poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à pena de multa. 12.9 As sanções previstas nos itens III e IV desta cláusula também poderão ser aplicadas ao fornecedor que tenha sofrido condenação definitiva por fraudar recolhimento de tributos, praticar ato ilícito visando frustrar os objetivos da licitação ou demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração. **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESCISÃO** 13.1 O inadimplemento de cláusula estabelecida neste contrato, por parte do fornecedor, assegurará a Administração Municipal o direito de rescindi-lo, mediante notificação, com prova de recebimento. 13.2 Além de outras hipóteses expressamente previstas no artigo 78 da Lei 8.666/93, constituem motivos para a rescisão da contratação: a) Atraso injustificado no fornecimento, bem como a sua paralisação sem justa causa e prévia comunicação a Administração Municipal; b) O cometimento reiterado de falhas comprovadas por meio de registro próprio efetuado pelo representante da Administração Municipal.

13.1 Nos casos em que o fornecedor sofrer processos de fusão, cisão ou incorporação, será admitida a continuação desta contratação desde que a execução da presente Ata não seja afetada e que o fornecedor mantenha o fiel cumprimento dos termos deste documento e as condições de habilitação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESCISÃO

14.1 Ao Município de Araputanga – MT são reconhecidos o direito de rescisão administrativa, nos termos do artigo 79, inciso I, da Lei nº 8.666/93, aplicando-se, no que couber, as disposições dos parágrafos primeiro e segundo do mesmo artigo, bem como as do artigo 80.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS 15.1 As despesas decorrentes com a aquisição futura do objeto desta licitação correrão por conta dos recursos: Elemento de despesa: 212 CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1 Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo ao presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA PUBLICIDADE

17.1 O extrato da presente Ata de Registro de Preço será publicado em Jornal Oficial, conforme o disposto no art. 61, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA- DO FORO

18.1 Fica eleito o Foro da Comarca de Araputanga Estado de MATO GROSSO, para dirimir questões oriundas deste Contrato, com renuncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Conquista D'Oeste – MT, 04 de julho de 2019.

Maria Lucia de Oliveira Porto Prefeita Responsável Legal da CONTRATANTE	J. FERREIRA LEMOS EMPREENDIMENTOS EIRELI – EPP Responsável Legal da CONTRATADA
TESTEMUNHAS:	
Nome: RG:	**Nome:** RG:

CONTRATO
CONTRATO Nº 101/2019

termo de Contrato que entre si celebram O MUNICÍPIO DE Conquista D'OESTE E a Empresa **M. DIESEL CAMINHOES E ONIBUS LTDA**.

O **MUNICÍPIO DE CONQUISTA D'OESTE,** com sede na Avenida dos Oitis, nº 1200, Centro, Conquista D'Oeste/MT, inscrito no CNPJ n.º 04.219.688/0001-56, neste ato representado por sua Prefeita Municipal, MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA PORTO, brasileira, divorciada, portadora da cédula de identidade nº 000844464 SSP/MS e do CPF nº 607.752.031-49, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE** e empresa **M. DIESEL CAMINHOES E ONIBUS LTDA**, com sede na AVENIDA AYRTON SENNA DA SILVA KM 16,2, na cidade de CUIABÁ, Estado de MATO GROSSO, inscrita no CNPJ sob nº 07.811.058/0001-64, doravante denominada **CONTRATADA,** neste ato representada pelo(a) Sr.(a) WELLINGTON AZEVEDO DE SOUZA, portador(a) da Carteira de Identidade nº 1254480-9, expedida pelo(a) SSPMT, e CPF nº 699.283.711-72, tendo em vista o que consta do **Processo Administrativo nº 533/2019** e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e demais normas aplicáveis à matéria, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da **Ata de Registro de Preços nº 026/2019** do **Pregão Presencial nº 025/2019**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1 O objeto do presente Termo de Contrato é a aquisição de 01(UM) CAMINHÃO TIPO CAVALO MECÂNICO TRUCADO 6X4 E DEMAIS CONDIÇOES E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NESTE EDITAL. CONTRATO DE REPASSE 8821282018 MAPA CAIXA E CONTRAPARTIDA DO MUNICIPIO **CONTRATO DE REPASSE 8821282018 MAPA CAIXA E CONTRAPARTIDA DO MUNICIPIO** e na proposta vencedora, os quais integram o presente instrumento, independente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é até 31 de dezembro de 2019, contados a partir da data de sua assinatura, prorrogável na forma do art. 57, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA - VALOR CONTRATUAL

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de **R$ 425.000,00(**Quatrocentos e vinte e cinco mil reais**).**

3.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA QUARTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

4.1 São obrigações da CONTRATANTE:

a) receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos e na Proposta da licitante vendedora;

b) Emitiras autorizações de fornecimento e realizar seu controle efetivo;

c) verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto contratado recebido provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo, quando for o caso;

d) comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto contratado, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

e) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de comissão/servidor especialmente designado; e

f) efetuar o pagamento à CONTRATADAno valor correspondente à execução do objeto contratado, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos.

4.2 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA QUINTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

a) efetuar a entrega do objeto contratado conforme as condições, especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

b) responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

c) substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado pela CONTRATANTE, o objeto contratado que apresente vícios, avarias ou defeitos;

d) comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

e) manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação; e

f) indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

5.2. A **CONTRATADA** ainda obriga-se a:

a) aceitar as alterações que se fizerem necessárias, conforme disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93;

b) não transferir, no todo ou em parte, o objeto deste contrato, sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE;

c) responsabilizar-se pela entrega do objeto contratado, inclusive no que se referir a não observância da legislação em vigor;

d) arcar com todos os ônus necessários à completa entrega do objeto deste Termo de Contrato, inclusive no que se referir à qualidade dos recursos materiais empregados e seleção e treinamento dos recursos humanos necessários ao seu desenvolvimento;

e) responder integralmente, por quaisquer perdas e danos que vier a causar à CONTRATANTE ou à terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

f) responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes do fornecimento dos materiais, tais como: salários, seguros de acidente, taxas, impostos e contribuições, indenizações, encargos trabalhistas, acidentes de trabalho; e

g) assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-las na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEXTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

6.1 As despesas decorrentes da aquisição, objeto desta Licitação, correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento, distribuídos da seguinte forma:

Cód. Reduzido: **593/2019**

CLÁUSULA SÉTIMA - PAGAMENTO

7.1 O pagamento será efetuado conforme previsões estabelecidas em Portaria Interministerial MPDG/MF/CGU nº 424 de 30 de dezembro de 2016 e demais condições prevista no **CONTRATO DE REPASSE 8821282018 MAPA CAIXA E CONTRAPARTIDA DO MUNICIPIO.**

7.2.Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplemento contratual.

7.3. O pagamento poderá ser efetuado através de depósito em qualquer agência da rede bancária, para crédito da CONTRATADA em conta corrente de sua titularidade.

7.4. O pagamento somente será efetuado mediante:

a) prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da contratada, através de Certidões expedidas pelos órgãos competentes, que estejam dentro do prazo de validade expresso na própria certidão, composta de: Certidão de Quitação de Tributos Federais, neles abrangidos as contribuições sociais, administrados pela Secretaria da Receita Federal; Certidão Quanto à Dívida Ativa da União, expedida pela Procuradoria da Fazenda Nacional-Ministério da Fazenda; Certidão expedida pela Secretaria da Fazenda do Estado ou Distrito Federal e Certidão Expedida pela Prefeitura Municipal, da sede da empresa quando couber;

b) prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (art. 27, a, Lei n° 8.036/90), através da apresentação do CRF – Certificado de Regularidade do FGTS; e

c) prova de situação regular perante o Instituto Nacional de Seguridade Social-INSS (art. 195, § 3°, da Constituição Federal), através da apresentação da CND – Certidão Negativa de Débito.

7.5. O não cumprimento do previsto neste Termo de Contrato permitirá à CONTRATANTE a retenção do valor devido constante de documento fiscal até que seja sanada a irregularidade.

CLÁUSULA OITAVA – REAJUSTE E ALTERAÇÕES

8.1. O preço contratado é fixo e irreajustável.

8.2 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, quando:

a) solicitada pela **CONTRATADA**, junto ao setor competente do ÓRGÃO, devidamente justificado e protocolado;

b) solicitada pelo ÓRGÃO, junto à **CONTRATADA**, devidamente justificado e protocolado.

8.3 A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

8.4 As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

CLÁUSULA NONA - FISCALIZAÇÃO

9.1 Exercer, por intermédio de servidor designado na forma do artigo 67 da Lei Federal nº 8.666/93, o acompanhamento e fiscalização da execução

do contrato, sob todos os seus aspectos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da CONTRATADA.

9.1.1. A fiscalização e acompanhamento de que trata esta Cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica co-responsabilidade do **CONTRATANTE** ou de seus agentes e prepostos (art. 70 da Lei nº 8.666/93).

CLÁUSULA DÉCIMA - INEXECUÇÃO E RESCISÃO DO CONTRATO

10.1. A inexecução total ou parcial do **CONTRATO** enseja a sua rescisão, e ficará o contrato rescindido de pleno direito, independentemente de aviso ou interpelação judicial ou extrajudicial, se houver ocorrência de uma das situações prescritas nos artigos 77, 78, 79, 80 e seguintes da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores.

10.2. O presente **CONTRATO** poderá, ainda, ser rescindido por ato unilateral da administração, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência da Administração, desde que justificado, a qualquer tempo, mediante aviso prévio de 30 (trinta) dias, ou ainda judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1 Atraso por parte da CONTRATADA na assinatura do contrato e a não apresentação da situação regular na forma exigida nas alíneas a, b e c do Item 8.4 do Contrato, incidirá na aplicação da multa de 0,5 % (zero vírgula cinco por cento) ao dia, sobre o valor adjudicado, sendo que, se a situação perdurar até o 11º dia, será caracterizado inexecução total da obrigação.

11.2 Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei 8. 666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto adjudicado, o Município de Conquista D'Oeste poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total adjudicado.

11.2.1 Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com o Município de Conquista D'Oeste, por prazo de até 02 (dois) anos, e,

11.2.2 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

11.2.3 A licitante, adjudicatária ou contratada que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste pelo prazo de até cinco anos e, se for o caso, será descredenciada do Cadastro Geral de Fornecedores por igual período, sem prejuízo da ação penal correspondente na forma da lei.

11.3 A multa, eventualmente imposta à contratada, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a contratada não tenha nenhum valor a receber da Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste, ser-lhe-á concedido o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao Órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa do município, podendo, ainda o Município de Conquista D'Oeste proceder a cobrança judicial da multa.

11.4 As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar ao Município de Conquista D'Oeste.

11.5 Além das penalidades citadas, a licitante vencedora ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro Geral de Fornecedores, e, no que couber, às demais penalidades referidas no Capítulo IV da Lei n.º 8.666/93.

11.6 As sanções de suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o Município **de Conquista D'Oeste**, e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à licitante vencedora concomitantemente com as de multa, que poderão ser descontadas dos pagamentos a serem efetuados ou cobradas judicialmente.

11.7 A multa prevista no item 11.1 tem caráter de sanção e será cobrada por compensação financeira dos créditos que a contratada tiver a receber.

11.8 Das decisões proferidas pela Administração cabem:

a) Recurso por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, nos casos previstos no art. 109, § 4º da Lei Federal nº 8.666/93;

b) Representação ao Município de Conquista D'Oeste, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação da decisão relacionada com o objeto do Contrato, de que não caiba recurso hierárquico.

c) Pedido de reconsideração da decisão do Município de Conquista D'Oeste nos casos de declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da intimação do ato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - VALIDADE E EFICÁCIA

12.1 Incumbirá à **CONTRATANTE** providenciar a publicação do extrato deste Termo de Contrato e de seus eventuais aditivos na imprensa oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, até o quinto dia útil do mês seguinte ao da sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data, nos termos do artigo 61, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – FORO

13.1 Fica eleito o foro da Comarca de Pontes e Lacerda, Estado de Mato Grosso, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

13.2 Os casos omissos serão resolvidos amigavelmente entre as partes e em observância a legislação pertinente.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes e 03 (três) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Conquista D'Oeste/ MT, 05 de julho de 2019.

Maria Lucia de Oliveira Porto Prefeita Responsável Legal da CONTRATANTE	M. DIESEL CAMINHOES E ONIBUS LTDA Responsável Legal da CONTRATADA
TESTEMUNHAS:	
Nome: RG:	**Nome:** RG:

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU

EXTRATO DO CONTRATO N° 053/2019

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU/MT E A EMPRESA NELSON BARBOSA CNPJ: 18.158. 137/0001-34, oriundo da ata de registro de preço 083/2018, processo 136/2018, pregão 091/2018 datado em 06 de junho 2018 **"FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE REFEIÇÕES PRONTAS E MARMITAS PARA ATENDIMENTO AOS SERVIDORES MUNICIPAIS CONTRATATADOS OU EFETIVOS QUE ESTIVEREM EM SERVIÇO NO CENTRO DA CIDADE E DISTRITO DE NOVA UNIÃO PARA ATENDER AS SECRETARIAS MUNICIPAIS". O presente contrato tem o valor global de** 68. 257,00 (SESSENTA E OITO MIL, DUZENTOS E cinquenta E SETE RE-

AIS. **Válidos por 05 (cinco) meses podendo ser prorrogado,** O presente contrato vigorará a partir 05 de Julho de 2019 válido até 31 de Dezembro de 2019. ***O presente instrumento contratual advém de*** PROCESSO DE COMPRA Nº 136/2018 **na modalidade de Pregão Presencial Nº 091/2018, cujas regras e condições também estão insertas no edital e processo e vincula-se na íntegra às disposições legais contidas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1.993, e suas alterações posteriores.**

Cotriguaçu, 09 de Julho de 2019.

JAIR KLASNER

PREFEITO MUNICIPAL

SEC. GOVERNO
DECRETO Nº 1.269/2019

REGULAMENTA OS ARTIGOS 74 DA LEI COMPLEMENTAR 38/2009 E ART. 30 DA LEI COMPLEMENTAR 048/2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JAIR KLASNER, Prefeito Municipal de Cotriguaçu - MT, no uso de suas atribuições legais lhe são conferidas, e

CONSIDERANDO a necessidade contínua de acompanhamento e redução das despesas com pessoal e encargos sociais, que tem um peso significativo no orçamento do Município;

CONSIDERANDO, a necessidade de continuar imprimindo processo de revisão e de controle dos gastos públicos, sob pena de inviabilizar as ações essenciais e de imprescindível interesse coletivo;

CONSIDERANDO que atualmente ultrapassou-se o percentual de 54 % do gasto com pessoal previsto no artigo 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal, tendo o gestor o dever de, imediatamente, promover as atitudes descritas nos parágrafos 3º e 4º do artigo 169 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que o Gestor já exonerou parte dos ocupantes de funções ou cargos comissionados e ainda assim não conseguiu adequar ao teto máximo do funcionalismo público;

CONSIDERANDO a discricionariedade, prevista nos Artigos 74 da Lei Complementar 38/2009 e art. 30 da Lei Complementar 048/2014;

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentar e rever a base de cálculo das decorrentes de funções gratificadas e cargos em comissão;

CONSIDERANDO que a Administração Pública deve obedecer aos princípios da moralidade administrativa e da eficiência;

CONSIDERANDO a inocorrência de violação aos princípios constitucionais da irredutibilidade dos vencimentos, proventos, do direito adquirido e do devido processo legal;

DECRETA:

Art. 1º Ficam regulamentados, os Artigos 74 da Lei Complementar 38/2009 e art. 30 da Lei Complementar 048/2014, que dispõem sobre a concessão gratificação, a título de Função Gratificada, por acumulação de tarefas, a ocupantes de cargos em comissão e servidores efetivos que exerçam função de chefia ou assessoramento (Função de confiança) até 100% (cem por cento) do vencimento básico.

Art. 2º O servidor efetivo, quando ocuparem cargo em comissão, poderão optar pela remuneração deste ou pela de seu cargo acrescida de gratificação de função a ser fixada pelo Prefeito, observadas as seguintes regras:

I - Assessoria: 45% (quarenta e cinco por cento) sobre a remuneração do cargo comissionado

II- Representante: 40% (quarenta por cento) sobre a remuneração do cargo comissionado

III - Diretor: 80% (oitenta por cento) sobre a remuneração do cargo comissionado

IV - Coordenador: 60% (sessenta por cento) sobre a remuneração do cargo comissionado

V- Chefe: 70% (sessenta por cento) sobre a remuneração do cargo comissionado

Parágrafo Único – A gratificação aos ocupantes de cargos em comissão não poderá ser concedida em percentual superior aos concedidos aos servidores efetivos em exercício de cargo ou função gratificada.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se disposições em contrário

Gabinete do Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, 04 de Julho de 2019.

JAIR KLASNER

Prefeito Municipal

TERMO HOMOLOGAÇÃO PROCESSO 056/2019 CONCORRÊNCIA 02/2019

O Prefeito Municipal, JAIR KLASNER, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Presidente e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Nr.: 056/2019

b) Licitação Nr.: 002/2019-CC

c) Modalidade: CONCORRÊNCIA

d) Data Homologação: 09/07/2019

e) Objeto da Licitação **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA EDIFICAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA SEGUNDA FASE DE SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, SENDO NA CIDADE SEDE DO MUNICÍPIO DE COTRIGUAÇU/MT E NO DISTRITO DE NOVA UNIÃO, CONFORME PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA FÍSICO/FINANCEIRO, MEMORIAL DESCRITIVO E PROJETO, ANEXO A ESTE EDITAL DE ACORDO COM TC/PAC 0416/2014"**

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. Cotação):

- 012991 – **C.R.G CONSTRUÇÕES EIRELI EPP CNPJ: 14.936.115/0001-05** (1 ITEM)

No valor global de **R$ 3.074,039,15 (TRÊS MILHÕES, SETENTA E QUATRO MIL E TRINTA E NOVE REAIS E QUINZE CENTAVOS**

JAIR KLASNER

PREFEITO MUNICIPAL

RESULTADO DA CONCORRÊNCIA 02/2019 PROCESSO 056/2019

A Prefeitura Municipal de Cotriguaçu/MT, torna público o resultado da Licitação, para conhecimento dos interessados que a licitação na modalidade concorrência nº 002/2019 obteve o seguinte resultado: A empresa **C.R.G CONSTRUÇÕES EIRELI EPP CNPJ: 14.936.115/0001-05**, foi vencedora para os item: 1 com valor global de **R$ 3.074,039,15 (TRÊS MILHÕES, SETENTA E QUATRO MIL E TRINTA E NOVE REAIS E QUINZE CENTAVOS)**. O Processo Administrativo referente à licitação acima se encontra a disposição dos interessados na sala de licitações da referida Prefeitura, localizada na av. 20 de Dezembro, nº 725, Centro, neste município de Cotriguaçu/MT, 09 de julho de 2019.

JAIR KLASNER

PREFEITO MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU-MT

TERMO HOMOLOGAÇÃO PROCESSO 081/2019 - DISPENSA 009/2019

O Prefeito Municipal, JAIR KLASNER, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Presidente da CPL e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Nrº: 081/2019

b) Licitação Nrº: 009/2019- DL

c) Modalidade: Dispensa de licitação p/ Compras e Serviços

d) Data Homologação: 09/07/2019

e) Objeto da Licitação**: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PERFURAÇÕES DE SOLO PARA SONDAGENS DE ATÉ (15MT), COM ELABORAÇÃO DE LAUDO TÉCNICO E MOBILIZAÇÃO DE EQUIPE E MAQUINÁRIOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO MUNICÍPIO E DISTRITO DE COTRIGUAÇU/MT"**

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação):

012998 – **PARECIS PERFURAÇÕES DE POÇOS E SONDAGENS CNPJ: 31.386.206/0001-25,** item (1) Totalizando 01 (UM) item no valor global **R$ 16.350,00 (DEZESEIS MIL, TREZENTOS E CINQUENTA REAIS).**

JAIR KLASNER

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DO CONTRATO N° 054/2019

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU/MT E A EMPRESA PARECIS PERFURAÇÕES DE POÇOS E SONDAGENS CNPJ: 31.386.206/0001-25 "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PERFURAÇÕES DE SOLO PARA SONDAGENS DE ATÉ (15MT), COM ELABORAÇÃO DE LAUDO TÉCNICO E MOBILIZAÇÃO DE EQUIPE E MAQUINÁRIOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO MUNICÍPIO E DISTRITO DE COTRIGUAÇU/MT". O presente contrato tem o valor global de R$ 16.350,00 (DEZESEIS MIL, TREZENTOS E CINQUENTA REAIS).

Válidos por 12 (doze) meses podendo ser prorrogado, O presente contrato vigorará a partir 10 de julho de 2019 válido até 10 de julho de 2020. O presente instrumento contratual advém de PROCESSO DE COMPRA **Nº 081/2019** na modalidade de DISPENSA *Nº 009/2019*, cujas regras e condições também estão insertas no edital e processo e vincula-se na íntegra às disposições legais contidas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1.993, e suas alterações posteriores.

Cotriguaçu, 09 de julho de 2019.

JAIR KLASNER

PREFEITO MUNICIPAL

SEC. GOVERNO
DECRETO Nº 1.270/2019

DISPÕE SOBRE NOVO HORÁRIO DE ATENDIMENTO NO SETOR ADMINISTRATIVO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE COTRIGUAÇU-MT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JAIR KLASNER, Prefeito Municipal de Cotriguaçu - MT, no uso de suas atribuições legais lhe são conferidas.

DECRETA:

Art. 1º - A partir do dia dez (10) de julho de dois mil e dezenove, o horário de atendimento no setor administrativo das Secretarias Municipais será das 07h00m às 13h00m.

Parágrafo Primeiro: Somente as Unidades Básicas de Saúde, Farmácia Básica, Central de Vacina, Laboratório, Conselho Tutelar, Secretaria Municipal de Educação e Secretaria Municipal de Infraestrutura e Secretaria Municipal de Cidades, continuarão o expediente no horário normal.

Parágrafo Segundo: O trabalho de qualquer servidor do município em horário diverso ao estabelecido neste Decreto deverá ser com autorização ou convocação do Secretário Municipal à que está subordinado.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se disposições em contrário

Gabinete do Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, 04 de Julho de 2019.

JAIR KLASNER

Prefeito Municipal

PROCESSO 136/2018 ERRATA CONTRATO 051/2019

A PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU MT, torna público a ERRATA DO CONTRATO 051/2019, PROCESSO Nº 136/2018, tendo em vista que o valor e data estava incorreto, a correção se dá na seguinte forma:

ONDE LÊ-SE: O presente contrato tem o valor global de R$ 96.267,50 (noventa e seis mil, duzentos e sessenta e sete reais e cinquenta centavos).

ONDE LÊ-SE: Válidos por 12 (doze) meses podendo ser prorrogado, O presente contrato vigorará a partir 05 de Julho de 2019 válido até 05 de Julho de 2020.

LEIA - SÊ: O presente contrato tem o valor global de R$ 66.184,50 (sessenta e seis mil, cento e oitenta e quatro reais e cinquenta centavos).

LEIA - SÊ: Válidos por 05 (cinco) meses podendo ser prorrogado, O presente contrato vigorará a partir 05 de Julho de 2019 válido até 31 de dezembro de 2019.

OBJETO: "FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE REFEIÇÕES PRONTAS E MARMITAS PARA ATENDIMENTO AOS SERVIDORES MUNICIPAIS CONTRATATADOS OU EFETIVOS QUE ESTIVEREM EM SERVIÇO NO CENTRO DA CIDADE E DISTRITO DE NOVA UNIÃO PARA ATENDER AS SECRETARIAS MUNICIPAIS".

Juliano Mateus de Almeida

Pregoeiro

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 009/2019 PROCESSO Nº 081/2019

Fica dispensada de licitação a despesa abaixo especificada, cujo objeto **é**

ASSUNTO **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PERFURAÇÕES DE SOLO PARA SONDAGENS DE ATÉ (15MT), COM ELABORAÇÃO DE LAUDO TÉCNICO E MOBILIZAÇÃO DE EQUIPE E MAQUINÁRIOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO MUNICÍPIO E DISTRITO DE COTRIGUAÇU/MT",** com fulcro no artigo 24da Lei no 8.666/93 e lei municipal 1.006/2017, e em consonância com o Parecer Jurídico acostado aos autos, exigência do art.38, inciso VI, do mesmo diploma legal.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU

CONTRATADO: PARECIS PERFURAÇÕES DE POÇOS E SONDAGENS

CNPJ: 31.386.206/0001-25

ENDEREÇO: RUA SÃO JOSE, INDUSTRIAL, SORRISO - MT

VALOR GLOBAL: R$ 16.350,00 (DEZESEIS MIL, TREZENTOS E CINQUENTA REAIS).

VIGÊNCIA: 12 (doze) MESES a partir da data de assinatura do contrato.

Cotriguaçu/MT, 09 de Julho de 2019

JAIR KLASNER

PREFEITO MUNICIPAL

SEC. GOVERNO
DECRETO N° 1.267/2019

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS NOVOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA DE COTRIGUAÇU E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito Municipal de Cotriguaçu, Estado do Mato Grosso, Sr. Jair Klasner, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Legislação em vigor;

DECRETA:

Art. 1° - Ficam nomeados os Conselheiros Titulares e Suplentes abaixo relacionados para compor o novo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA do município de Cotriguaçu/MT, com prazo de 02(dois) anos:

1 – REPRESENTANTES DA ÁREA GOVERNAMENTAL

- Secretaria Municipal de Assistência Social

Titular : Joserlanha Macedo de Oliveira

Suplente : Claudiane Hillesheim

- Secretaria Municipal de Administração

Titular : Rozeli Lima Silva dos Santos

Suplente : Simone Daniela Czysza

- Secretaria Municipal de Saúde

Titular : Diana Debastiane

Suplente : Sirlei Aparecida da Silva

- Secretaria Municipal de Educação e Cultura

Titular : Marilia França Loiola

Suplente : Juliana Cruz Amorim

1 – REPRESENTANTES DA ÁREA NÃO GOVERNAMENTAL

- Associação Pestalozzi de Cotriguaçu/MT

Titular : Rosiclea Sauer Doerner

Suplente : Regiane Castanha de Mello

- Paróquia Nossa Senhora Aparecida

Titular : Reinaldo Valiguski

Suplente : Agostinho Castanha

- Igreja Evangélica Assembleia de Deus

Titular : Queila Damares Figueiredo

Suplente : Valdivino Mendes dos Santos

- Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais

Titular : Romano Sbardelotto Neto

Suplente : Roseli dos Santos Oliveira

Art. 2° - Fica nomeada a Diretoria Executiva do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA do município de Cotriguacu/MT, com prazo de 02 (dois) anos, a saber:

Presidente: Rosiclea Sauer Doerner

Vice Presidente: Joserlanha Macedo de Oliveira

1ª Secretária: Marília França Loiola

2ª Secretária: Queila Damares Figueiredo

Art.3º: Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cotriguaçu/MT, em 01 de Julho de 2019.

JAIR KLASNER

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ

II AVISO DE REABERTURA DE LICITAÇÃO

DIRETORIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº. 047/2018

(PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 49.645/2018)

Órgão Solicitante: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SME

Objeto: Pregão Eletrônico com Registro de Preços tipo menor preço por lote, objetivando a futura e eventual contratação de empresa de prestação de serviços de transporte escolar, com fornecimento de veículos tipo ônibus, vans e micro-ônibus, combustível, mão de obra e manutenção completa, de forma contínua, destinado ao atendimento dos alunos da Rede Municipal de Ensino do campo, atendendo a necessidade da referida secretaria, conforme descrição constante no termo de referência e demais condições contida no Edital e seus Anexos.

Data/Horário: 24/07/2019 às 09h00min (nove horas) – Fuso Horário de Brasília.

Informações/Contato: Diretoria Especial de Licitações e Contratos /Secretaria Municipal de Gestão – DELC/SMGe - Fone: 3645-6252 - E-mail: licitacoes@cuiaba.mt.gov.br - Atendimento: 14:00 às 18:00 h. - Retirada Edital: www.cuiaba.mt.gov.br – Ano: 2019

Magda Rossi

Pregoeira

Visto:

Agmar Divino Lara de Siqueira

Diretor Especial de Licitações e Contratos

Cuiabá/MT, 09 de julho de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA MUNICIPAL Nº 378/2017

EXONERA *SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL* ***SRA. SILVANIA MARIA DE BARROS****,E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.*

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA- Prefeito Municipal de Curvelândia - MT, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas em Lei e;

Em atendimento ao requerimento nº 001/2017, da servidora Silvania Maria de Barros,

RESOLVE,

Art. 1º - **EXONERAR** do quadro funcional da Prefeitura Municipal de Curvelândia - MT, a Servidora **SILVANIA MARIA DE BARROS**, matrícula funcional 1662, efetiva no cargo de **TECNICA EM ENFERMAGEM,** filha de Maria Ana de Barros e Norberto Pedro de Barros, portadora do RG12614246 SSP/MT e CPF 900.814.041-15, lotada na Secretaria Muni-

cipal de Saúde, a partir de 02 de outubro de 2017, a pedido da mesma através de requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se

Curvelândia - MT, 02 de outubro de 2017.

_____

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DO CONTRATO DE PESSOAL Nº. 028/2019

Referente à Prestação de Serviços no Cargo de **OPERADOR DE MÁQUINAS** Contratado: **ROGÉRIO CARNEIRO ROSSIN**; Salário Mensal: R$ 2.244,86; Vigência: 05/07/2019 a 3/12/2019; Lotação: Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DO CONTRATO DE PESSOAL Nº. 027/2019

Referente à Prestação de Serviços no Cargo de **OPERADOR DE MÁQUINAS** Contratado: **GENIVALDO GONÇALVES DE MACEDO**; Salário Mensal: R$ 2.244,86; Vigência: 05/07/2019 a 3/12/2019; Lotação: Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL N° 015/2019

A Prefeitura Municipal de Curvelândia/MT, através do Pregoeiro, torna público, para conhecimento dos interessados, o Resultado do Pregão Presencial nº 015/2019, do tipo “Menor Preço por Item / Maior Percentual de Desconto", para ampla concorrência, reserva de cota e itens exclusivos para micro e pequenas empresas, cujo objeto é o Registro de preços para futura e eventual aquisição de peças mecânicas, hidráulicas, suspensão, transmissão, elétricas, radiadores, ar condicionado e acessórios, devendo ser genuínos e/ou originais de primeira linha, com base no sistema eletrônico traz valor, para serem utilizados na manutenção dos equipamentos e da frota municipal, cujo certame teve como vencedoras as empresas: NORTÃO COM. DE PEÇAS E SERVIÇOS AUTOMOTIVOS LTDA-ME, inscrita no CNPJ:15.271.538/0001-08, para os itens: 01-46,3%; 02-46,3%; 07-46,3%; 10-39,1%; 11-39,1%; 12-39,1%; 18-39,1%; 19-39,1%; 20-45,98%; 25-45,98%; PODIUM COMERCIO E ATACADISTA DE AUTOPEÇAS LTDA-ME, inscrita no CNPJ: 19.822.233/0001-06, para os itens: 03-46,4%; 05-46,2%; 06-46,4%; SÓ PESADO COMERCIO DE PEÇAS EIRELI-ME, inscrita no CNPJ: 24.717.067/0001-00, para os itens: 04-39%; 08-39%; 09-39%; 13-39%; 14-39%; 15-39%; 16-39%; 17-39%; 21-39%; 22-39%; 23-39%; 24-39%; 26-39%; 27-39%; 28-39%; 29-39%; 30-39%; 31-39%; 32-39%; 33-39%; 34-39%; 35-39%; 36-39%; 37-39%; 38-39%; 39-39%; 40-39%; 41-39%.

Curvelândia/MT, 09 de julho de 2019.

Gustavo Alves do Carmo

Pregoeiro Oficial

GABINETE
LEI MUNICIPAL Nº 502 DE 08 DE JULHO DE 2019

“Dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração do Orçamento do Município de Curvelândia, para o Exercício Financeiro de 2020 e dá outras providências. ”

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA, Prefeito do Município de Curvelândia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Esta Lei estabelece as Diretrizes Gerais para elaboração do Orçamento Programa do Município de Curvelândia, relativo ao Exercício Financeiro de 2020, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo, seus Fundos, Autarquias e demais entidades da Administração Direta e Indireta.

Art. 2º - A Proposta Orçamentária Anual será elaborada em consonância com as diretrizes fixadas nesta Lei, em cumprimento ao disposto no art. 165 da Constituição federal, na Lei Federal n.º 4.320, de 17/03/64, na Lei Complementar N.º 101, de 04/05/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e na Lei Orgânica Municipal, tendo seu valor fixado em reais, com base na previsão de receita fornecida pelos órgãos competentes quanto às transferências legais da União e do Estado para o exercício e comparadas com a arrecadação verificada no primeiro semestre de 2019 e Projetada, no concernente à tributos e outras receitas arrecadadas diretamente pelo Município, com base em projeções a serem realizadas considerando-se o comportamento da arrecadação no primeiro semestre de 2019, os efeitos das alterações na legislação tributária até 31 de dezembro de 2019, da variação de índices inflacionários correntes e previstos até dezembro de 2019, do crescimento econômico e das ações fiscais oriundas do poder Público municipal, ou quaisquer outros fatores que possam influenciar de maneira relevante no comportamento da arrecadação.

Parágrafo único - Fazem parte integrante desta Lei os seguintes anexos:

I - Anexo de metas e prioridades para 2020;

II. - Anexo de Riscos Fiscais;

III – Relatório dos projetos em andamento e posição sobre a situação de conservação do patrimônio público e providências a serem adotadas.

Art. 3º - O Projeto de Lei Orçamentária deve obedecer aos princípios da legalidade, legitimidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade e probidade administrativa, devendo primar pela Responsabilidade na Gestão Fiscal, atentando para a ação planejada e transparente, direcionada para a prevenção de riscos e a correção de desvios capazes de afetar o equilíbrio das Contas Públicas e estar voltado para:

§ 1º - Através de ação planejada e transparente, cumprir as metas de resultados entre receitas e despesas;

§ 2º - Mediante prevenção de riscos e correção de desvios, obedecer a limites e condições no que tange a renúncia de receita, a geração de despesas com pessoal, a dívida consolidada, às operações de crédito, inclusive por antecipação de receita - ARO, a concessão de garantias e à inscrição em restos a pagar.

CAPÍTULO II

DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA 2020

Art. 4º - Em consonância com o art. 165, § 2o, da Constituição, as metas e as prioridades para o exercício financeiro de 2020 são as especificadas no Anexo de Metas e Prioridades que integra esta Lei.

Parágrafo único - Os valores constantes no Anexo de que trata este artigo possui caráter indicativo e não normativo, devendo servir de referência para o planejamento, sendo automaticamente atualizados pela lei orçamentária.

CAPÍTULO III

A ESTRUTURA, ORGANIZAÇÃO E DIRETRIZES PARA A EXECUÇÃO

E ALTERAÇÕES DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO PARA 2020

Seção I

Da Organização dos Orçamentos do Município

Art. 5º - O orçamento fiscal e da seguridade social compreenderão a programação dos Poderes do Município, seus fundos, órgãos, autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, bem como das empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto e que dela recebam recursos da Fazenda Municipal.

Art. 6º - Os orçamentos discriminarão a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação (créditos orçamentários) com suas respectivas dotações.

§ 1º As atividades, projetos e operações especiais poderão ser desdobrados em subtítulos (subprojetos ou subatividades), abertos por Decreto do Poder Executivo, para especificar sua localização física integral, parcial ou, ainda, atender à classificação por fonte de recursos (recursos vinculados), não podendo haver alteração das respectivas finalidades, produtos, unidades de medida e valores, estabelecidos para o respectivo título (projeto, atividade ou operação especial).

§ 2º As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no projeto de lei orçamentária por programas, atividades, projetos ou operações especiais, e respectivos subtítulos com vinculação de suas metas físicas ao anexo de metas e prioridades de que trata esta Lei.

Art. 7º - A lei orçamentária discriminará em unidades orçamentárias e/ou em categorias de programação específicas as dotações destinadas:

I – a fundos especiais;

II - às ações de saúde e assistência social;

III - ao pagamento de benefícios da previdência, para cada categoria de benefício;

IV - aos créditos orçamentários que se relacionem à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental;

V - à concessão de subvenções econômicas e subsídios;

VI - à participação em constituição ou aumento de capital de empresas;

VII - ao pagamento de precatórios judiciários, que constarão das unidades orçamentárias responsáveis pelos débitos;

VIII - às despesas com publicidade, propaganda e divulgação oficial; e

IX - ao cumprimento de sentenças judiciais transitadas em julgado consideradas de pequeno valor.

Art. 8º - O projeto de lei orçamentária deverá ser encaminhado pelo executivo ao Legislativo até o dia 30 de setembro de 2019 e será constituído de:

I - Texto da lei;

II - Quadros orçamentários consolidados;

III - anexo dos orçamentos fiscal e da seguridade social, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta Lei;

IV - Anexo do orçamento de investimento a que se refere o art. 165, § 5o, inciso II, da Constituição; e

V - Discriminação da legislação da receita e da despesa, referente aos orçamentos fiscal e da seguridade social.

VI – Demonstrativo da renúncia da receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.

§ 1º. A mensagem que encaminhar o projeto de lei orçamentária conterá:

I - Exposição circunstanciada da situação econômico-financeira, informando, saldos de créditos especiais, situação esperada dos restos a pagar ao final do exercício e outros compromissos financeiros exigíveis;

II - Justificativa da estimativa e da fixação, respectivamente, dos principais agregados da receita e da despesa;

§ 2º. Integrará a proposta orçamentária, além dos documentos referidos, para cada unidade administrativa, descrição sucinta de suas principais finalidades, com indicação da respectiva legislação.

Art. 9º - Para efeito do disposto neste capítulo o Poder Legislativo do Município encaminhará ao Poder Executivo, até 31 de agosto de 2019, sua respectiva proposta orçamentária, para fins de consolidação do projeto de lei orçamentária, observadas as disposições desta Lei.

Seção II

Do Equilíbrio entre Receitas e Despesas

Art. 10º - A Lei orçamentária conterá reserva de contingência constituída de dotação global e corresponderá, na lei orçamentária a, no mínimo, 2 % (dois por cento) da Receita Corrente Líquida prevista para o Município e:

I – Se destinará a atender a passivos contingentes e eventos fiscais imprevistos;

II – Ficará sob a coordenação do órgão responsável pela sua destinação; e

III – será controlada através de registros contábeis no sistema orçamentário.

IV – Suporte orçamentário às dotações que se fizerem insuficientes

Art. 11 - Para os efeitos do art. 16 da Lei Complementar no 101, de 2000:

I - Integrará o processo administrativo de que trata o art. 38 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como os procedimentos de desapropriação de imóveis urbanos a que se refere o § 3o do art. 182 da Constituição, o impacto orçamentário e financeiro exigido em decorrência da LC nº 101/2000, art. 16;

II - Entende-se como despesas irrelevantes, para fins do § 3o, aquelas cujo valor não ultrapasse os limites a que se refere os incisos I e II do art. 24 da Lei no 8.666, de 1993.

Art. 12 - O Poder Executivo elaborará e publicará, até trinta dias após a publicação da lei orçamentária para 2020, cronograma de desembolso mensal para o exercício, nos termos do art. 8º da Lei Complementar no 101 de 2000:

§1º- Para fins de elaboração do cronograma do Poder Executivo, o Poder Legislativo, em até dez dias da publicação da Lei Orçamentária, encaminhará ao Executivo a sua necessidade de repasses financeiros, estabelecidas mensalmente, para o exercício de 2020.

§ 2º- No caso do Poder Executivo, o ato referido no **caput** e os que o modificarem conterão:

I - Metas bimestrais de realização de receitas, conforme disposto no art. 13 da Lei Complementar no 101, incluindo seu desdobramento por origem de recursos;

II - Demonstrativo da despesa por programas de governo.

Art. 13 - Se no final de cada bimestre for verificada a ocorrência de desequilíbrio entre as receitas e as despesas que possam comprometer a situação financeira do Município, o Executivo e o Legislativo Municipal promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos 30 (trinta) dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios estabelecidos na legislação vigente.

Parágrafo Único - Ocorrendo o restabelecimento da receita prevista, ainda que parcial, a recomposição das dotações cujos empenhos foram limitados dar-se-á de forma proporcional às reduções efetivadas.

Art. 14 - Não serão objeto de limitação as despesas relativas:

I - A obrigações Constitucionais e legais do Município;

II - Ao pagamento do serviço da dívida pública fundada, inclusive parcelamento de débitos;

III - A despesas fixas com pessoal e encargos sociais, enquanto o Município se mantiver num patamar de até 95% (noventa e cinco por cento) do limite máximo para realização de dispêndios com pessoal, constante do Artigo 20 da Lei Complementar N.º 101, de 04/05/00;

IV - Despesas vinculadas a uma determinada fonte de recursos cujos recursos já estejam assegurados ou o respectivo cronograma de ingresso estejam sendo normalmente executado.

Art. 15 - Ocorrendo a necessidade de se efetuar contenção de despesas, para o restabelecimento do equilíbrio financeiro, os cortes serão aplicados na seguinte ordem:

I - Novos investimentos a serem realizados com recursos ordinários do Tesouro Municipal;

II - Investimentos em execução à conta de recursos ordinários ou sustentados por fonte de recurso específica, cujo cronograma de liberação não esteja sendo cumprido;

III - Despesas de manutenção de atividades não essenciais, desenvolvidas com recursos ordinários;

IV - Outras despesas, a critério do Executivo Municipal, até se atingir o equilíbrio entre receitas e despesas.

Seção III

Dos Recursos Correspondentes às Dotações Orçamentárias Compreendidas

os Créditos Adicionais Destinados ao Poder Legislativo

Art. 16 - O Poder Legislativo do Município terá como limite de despesas em 2020, para efeito de elaboração de sua respectiva proposta orçamentária, a aplicação do percentual de 7% (sete por cento) sobre a receita tributária e de transferências do Município, auferida em 2019, nos termos do art. 29-A da Constituição da República e **EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 58, DE 23 DE SETEMBRO DE 2009**, acrescidos dos valores relativos aos inativos e pensionistas.

§1º- Para efeitos do cálculo a que se refere o caput considerar-se-á a receita efetivamente arrecadada até o último mês anterior ao do encerramento do prazo para a entrega da proposta orçamentária no Legislativo, acrescida da tendência de arrecadação até o final do exercício.

§2º- Ao término do exercício será levantada a receita efetivamente arrecadada para fins de repasse ao Legislativo, ficando estabelecidas as seguintes alternativas em relação à base de cálculo utilizada para a elaboração do orçamento:

I – Caso a receita efetivamente realizada situe-se em patamares inferiores aos previstos, o Legislativo indicará as dotações a serem contingenciadas ou utilizadas para a abertura de créditos adicionais no Poder Executivo.

II – Caso a receita efetivamente realizada situe-se em patamares superiores aos previstos, o Legislativo indicará os créditos orçamentários a serem suplementados ao Executivo até o limite constitucionalmente previsto.

Art. 17 - Para os efeitos do art. 168 da Constituição da República os recursos correspondentes às dotações orçamentárias da Câmara Municipal, inclusive os oriundos de créditos adicionais, serão entregues até o dia 20 de cada mês, de acordo com o cronograma de desembolso a ser elaborado pelo Poder Legislativo, observados os limites anuais de 7% (sete por cento) sobre a receita tributária e de transferências de que trata o art. 29-A da Constituição da República e da **EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 58, DE 23 DE SETEMBRO DE 2009**, efetivamente arrecadada no exercício de 2019, conforme previsto no artigo anterior.

§ 1º- Em caso da não elaboração do referido cronograma, os repasses se darão na forma de duodécimos mensais, iguais e sucessivos, respeitados, igualmente, os limites de que trata o caput.

§ 2º- Considera-se receita tributária e de transferências para fins de cálculo do orçamento do Poder Legislativo, desde que efetivamente arrecadadas:

a) os impostos;

b) as taxas;

c) a contribuição de melhoria;

d) a dívida ativa de impostos, taxas e contribuições de melhoria;

e) o Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF;

f) a Cota-parte do Imposto Territorial Rural - ITR;

g) a Cota-parte do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA;

h) o valor bruto arrecadado da Transferência da cota-parte do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS

i) o valor bruto arrecadado da Transferência da LC nº 87/96;

j) do valor bruto arrecadado do Fundo de Participação dos Municípios;

k) o valor bruto arrecadado da Cota-parte do IPI/Exportação.

l) o valor arrecadado da CIDE

Art. 18 - O repasse financeiro relativo aos créditos orçamentários e adicionais será feito diretamente em conta bancária indicada pelo Poder Legislativo.

Parágrafo único - Ao final do exercício financeiro o saldo de recursos será devolvido ao Poder Executivo, deduzido:

I – Os valores correspondentes ao saldo do passivo financeiro, considerando-se somente as contas do Poder Legislativo;

II – Os valores necessários para:

a) obras e investimentos do Poder Legislativo que ultrapassem um exercício financeiro;

b) outros, desde que justificados pelo Presidente do Legislativo.

Art. 19 - A Câmara Municipal enviará até o dia 05 de cada mês, a demonstração da execução orçamentária e contábil do mês e até o mês anterior para fins de integração à contabilidade geral do Município.

Seção IV

Das Normas Relativas ao Controle de Custos e avaliação dos Resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos

Art. 20 - Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a escrituração contábil será efetuada de forma a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

Art. 21 - Os serviços de contabilidade do Município organização sistema de custos que permita:

a) mensurar o custo dos produtos das ações governamentais;

b) mensurar os custos diretos e indiretos dos programas de governo;

c) identificar o custo por atividade governamental e órgãos;

d) a tomada de decisões gerenciais.

Art. 22 - A avaliação dos resultados dos programas de governo se fará de forma contínua pelo sistema de controle interno do Poder Executivo.

§1º- A avaliação dos resultados dos programas de governo consistirá em análise sobre o desempenho da gestão governamental através da movimentação dos indicadores de desempenho, conjugando-os com o custo das ações que integram os programas e a evolução, em termos de realização dos produtos das ações e o atingimento de suas metas físicas, de forma que permita à administração e à fiscalização externa concluir sobre a eficiência das ações governamentais e a qualidade do gasto público.

§2º- Anualmente, em audiência pública promovida para fins de propiciar a transparência e a participação popular na lei de diretrizes orçamentárias, o Poder Executivo avaliará, perante a sociedade, a eficácia e a eficiência da gestão, demonstrando o planejamento realizado em comparação com o executado no que se refere aos indicadores de desempenho, aos valores gastos e às metas físicas relacionadas com os produtos das ações.

Seção V

Da Disposição Sobre Novos Projetos

Art. 23 - Além da observância das prioridades e metas de que trata esta Lei, a lei orçamentária e seus créditos adicionais, somente incluirão projetos novos após:

I - Tiverem sido adequadamente contemplados todos os projetos e respectivos subtítulos em andamento com recursos necessários ao término do projeto ou a obtenção de uma unidade completa;

II – Estiverem assegurados os recursos de manutenção do patrimônio público e, efetivamente, o Poder Público estiver adotando as medidas necessárias para tanto.

§ 1º- Não constitui infração a este artigo o início de novo projeto, mesmo possuindo outros projetos em andamento, caso haja suficiente previsão de recursos orçamentários e financeiros para o atendimento dos projetos em andamento e novos.

§ 2º- O sistema de controle interno fiscalizará e demonstrará o cumprimento do parágrafo único do art. 45 da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 3º- É condição para o início de projetos, devendo constar do procedimento de que trata o art. 38 da Lei 8.666/96, ou do procedimento de compra, em casos de contratações com valores estimados inferiores aos previstos no art. 24, I e II da referida Lei, a referência de atendimento ao artigo 45 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Seção VI

Das Transferências de Recursos para o Setor Privado

Subseção I

Dos Recursos Destinados a Entidades Privadas sem Fins Lucrativos

Art. 24 - É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas, aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, de atividades de natureza continuada, que preencham uma das seguintes condições:

I - Sejam de atendimento direto ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde, educação, cultura ou desporto, e estejam registradas nas Secretarias Municipais correspondentes;

II - Sejam vinculadas a organismos internacionais de natureza filantrópica, institucional ou assistencial;

III - atendam ao disposto no art. 204 da Constituição, no art. 61 do ADCT, bem como na Lei no 8.742, de 7 de dezembro de 1993.

Parágrafo único - para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de funcionamento regular nos últimos dois anos, emitida no exercício de 2020, e comprovante de regularidade do mandato de sua diretoria.

Art. 25 - Fica autorizada a inclusão de dotações, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, a título de "auxílios" para entidades privadas sem fins lucrativos e desde que sejam:

I - De atendimento a atividades educacionais, saúde, assistenciais, culturais, de meio ambiente ou desportivas;

II - Cadastradas junto às Secretarias Municipais correspondentes;

III - signatárias de contrato de gestão com a Administração Pública Municipal;

V - Consórcios intermunicipais, constituídos por lei e exclusivamente por entes públicos;

Subseção II

Das Transferências às Pessoas Físicas e Jurídicas

Art. 26 - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a atender necessidades de pessoas físicas, através dos programas instituídos de assistência social, saúde, agricultura, desporto, turismo e educação, desde que aprovada pelo respectivo conselho municipal.

Art. 27 - A transferência de Recursos públicos para cobrir déficits de pessoas jurídicas, além das condições fiscais previstas no art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal, quando for o caso, deverá ser autorizada por lei específica e, ainda, atender a uma das seguintes condições:

I – A necessidade deve ser momentânea e recair sobre pessoa física ou entidade cuja ausência de atuação do Poder Público possa justificar a sua extinção com repercussão social grave no Município, ou, ainda, representar prejuízo para o município.

II – Incentivo fiscal para a instalação e manutenção de empresas industriais, comerciais e de serviços, nos termos do que já dispõe a Lei Municipal.

III – no que se refere à concessão de empréstimos destinados a pessoas físicas e jurídicas, estes ficam condicionados, além do pagamento dos encargos financeiros de juros não inferiores a 12% ao ano, ou ao custo de captação, nos termos do que dispõe o artigo 27 da Lei Complementar nº 101/2000:

a) destinação dos recursos através de fundo rotativo;

b) formalização de contrato;

c) aprovação de projeto pelo Poder Público;

d) acompanhamento da execução;

e) prestação de contas.

Parágrafo único - Lei específica poderá, conforme possibilita o parágrafo único do artigo 27 da LC nº 101/2000, estabelecer subsídio para empréstimos de que trata o inciso III deste artigo, hipótese em que a lei orçamentária estabelecerá crédito orçamentário próprio.

Seção VIII

Dos Créditos Adicionais

Art. 28 - Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais as exposições de motivos que os justifiquem e que indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostas sobre a execução das atividades, dos projetos ou das operações especiais.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS

DE CARÁTER CONTINUADO

Seção I

Do Aproveitamento da Margem de Expansão das Despesas

Obrigatórias de Caráter Continuado

Art. 29 - A compensação de que trata o art. 17, § 2o, da Lei Complementar no 101, de 2000, quando da criação ou aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado, no âmbito dos Poderes Executivo e Legislativo, poderá ser realizada a partir do aproveitamento da respectiva margem de expansão.

Parágrafo único. Cada Poder manterá controle sobre os valores já aproveitados da margem de expansão desde a edição da LC nº 101/2000.

Seção II

Das Despesas com Pessoal

Art. 30 - O Poder Executivo e Legislativo publicarão tabela de cargos efetivos e comissionados integrantes do quadro geral de pessoal civil, demonstrando os quantitativos de cargos ocupados por servidores estáveis e não-estáveis e de cargos vagos.

Art. 31 - Os Poderes Executivo e Legislativo do Município terão como limites na elaboração de suas propostas orçamentárias para pessoal e encargos sociais:

I – No Poder Legislativo:

a) 70% das receitas de impostos e transferências que cabem ao Poder, conforme Art. 29-A da Constituição Federal, excluídos os valores referentes aos inativos e pensionistas e eventuais repasses de cunho extra orçamentários;

b) em caso de a despesa com pessoal projetada situar-se abaixo dos 6% sobre a Receita Corrente Líquida – RCL, deverá ser observado o limite de acréscimo desta despesa, previsto no Art. 71 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

II – No Poder Executivo:

a) caso o Poder tenha ultrapassado os 54% (cinquenta e quatro pontos percentuais) sobre a Receita Corrente Líquida no exercício de 2019, o orçamento de 2020 deverá prever o retorno ao percentual limite até o final do exercício, nos termos do art. 70 da Lei Complementar nº 101 de 2000.

b) em caso de a despesa com pessoal projetada situar-se abaixo dos 54% sobre a Receita Corrente Líquida, deverá ser observado o limite de acréscimo desta despesa, em percentual da receita base de cálculo, nos termos do art. 71 da Lei Complementar no 101, de 2000.

Art. 32 - Os projetos de lei sobre transformação de cargos, bem como os relacionados a aumento de gastos com pessoal e encargos sociais deverão ser acompanhados de manifestação do Conselho de Política e Remuneração de Pessoal de que trata o art. 39 da Constituição da República.

Art. 33 - Para fins de atendimento ao disposto no art. 169, § 1o, inciso II, da Constituição, ficam autorizados, além das vantagens pessoais já previstas nos planos de cargos e regime jurídico:

I – No Poder Executivo:

a) aumento de remuneração em percentual de até 6%;

b) investiduras por admissão por aprovação para cargo ou emprego público, designação de função de confiança ou cargo em comissão com disponibilidade de vagas;

c) concessão de abono remuneratório aos servidores em efetivo exercício do magistério;

d) criação de empregos públicos para o atendimento de programas da União;

e) contratações de pessoal por excepcional interesse público, desde que atendidos os pressupostos que caracterizem como tal, nos termos da Lei Municipal específica e que venham atender a situações cuja investidura por concurso não se revele a mais adequada face às características da necessidade da contratação.

II – No Poder Legislativo:

a) aumento de remuneração em percentual de até 6%;

b) contratações de pessoal por excepcional interesse público, desde que atendidos os pressupostos que caracterizem como tal, nos termos da Lei Municipal específica e que venham atender a situações cuja investidura por concurso não se revelem a mais adequada face às características da necessidade da contratação.

§ 1º - As autorizações dos incisos I e II deverão ser precedidas da análise da repercussão sobre o percentual da despesa com pessoal, nos termos do artigo 17 e 71 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 34 - No exercício de 2020 a realização de serviço extraordinário, quando a despesa houver ultrapassado os 51,3% (cinquenta e um inteiros e três décimos por cento) e 5,7% (cinco inteiros e sete décimos por cento), respectivamente, no Poder Executivo e Legislativo, exceto no caso previsto no art. 57, § 6º, inciso II, da Constituição, somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de relevantes interesses públicos que ensejam situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade, dentre estes:

I – Situações de emergência ou calamidade pública;

II – Situações em que possam estar em risco a segurança de pessoas ou bens;

III – a relação custo-benefício se revelar favorável em relação a outra alternativa possível;

Parágrafo único - A autorização para a realização de serviço extraordinário, no âmbito do Poder Executivo e Legislativo, nas condições estabelecidas no *caput* deste artigo, far-se-á, respectivamente, pelo Prefeito Municipal e Presidente da Câmara, sendo os motivos devidamente fundamentados no ato da autorização.

Art. 35 - Ocorrendo a superação do patamar de 95% (noventa e cinco por cento) do limite aplicado ao Município para as despesas com pessoal, serão aplicáveis aos Poderes Executivo e Legislativo as vedações do § único, inciso I a V do Artigo 22 da Lei Complementar N.º 101, de 04/05/00.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO

Art. 36 - O Poder Executivo poderá encaminhar à Câmara Municipal no corrente exercício, Projeto de Lei dispondo sobre alterações na Legislação Tributária, para vigorarem a partir do exercício de 2020, especialmente no diz respeito a:

I - Revisão das taxas, observando sua adequação às constantes oscilações nos custos reais dos serviços prestados;

II - Revisão da planta genérica de valores dos imóveis urbanos;

III - Revisão das alíquotas do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU);

IV - Revisão do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS);

V - Corrigir quaisquer injustiças tributárias verificadas e constantes da legislação vigente;

VI - Ajustar a Legislação Tributária aos novos ditames impostos pela condição econômica do país, bem como sua adequação em função das características próprias do Município;

VII - Consolidação de toda a Legislação Tributária do Município.

Art. 37 - O Poder Executivo fica incumbido de instituir e utilizar todos os mecanismos legais a ele atribuídos para arrecadar todos os tributos e contribuições de sua competência.

Parágrafo Único - O Poder Executivo envidará ações no sentido de diminuir o volume da dívida tributária e não tributária do Município.

Art. 38 - O Poder Executivo promoverá a modernização da máquina fazendária no sentido de aumentar a produtividade e diminuir os seus custos.

Art. 39 - A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento de despesa, bem como a concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita, somente poderá ser apreciado caso se revista de elevado alcance social e de interesse público justificado, devendo estar acompanhada de:

I - Estimativa do impacto orçamentário e financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois seguintes;

II - Declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias;

III - Medidas de compensação da renúncia por meio do aumento da receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributos ou contribuição.

Art. 40 - Na estimativa das receitas do projeto de lei orçamentária poderão ser considerados os efeitos de propostas de alterações na legislação tributária.

Parágrafo único. Caso as alterações propostas não sejam aprovadas, ou o sejam parcialmente, de forma a não permitir a integralização dos recursos esperados, serão canceladas a previsão da receita e dotações orçamentárias de forma a restabelecer a previsão sem as alterações na legislação.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 41 - Para fins de cumprimento do art. 62 da Lei Complementar nº 101/2000, fica o Município autorizado a firmar convênio ou congêneres, com a União ou o Estado, com vistas:

I – ao funcionamento de serviços bancários e de segurança pública;

II – a possibilitar o assessoramento técnico aos produtores rurais do Município;

III – à utilização conjunta, no Município, de máquinas e equipamentos de propriedade do Estado ou União;

IV – a cedência de servidores para o funcionamento de órgãos ou entidades no município;

Art. 42 - A Lei Orçamentária Anual não conterá dispositivo estranho à previsão de receita e à fixação de despesa, não se incluindo na proibição a autorização para a abertura de créditos adicionais suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.

§ 1º - As emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual ou de abertura de créditos adicionais suplementares obedecerão ao princípio da iniciativa constante do Artigo 165 da Constituição Federal e somente poderão ser aprovados quando:

I - Estiverem compatíveis com o Plano Plurianual vigente;

II - Indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de dotações, excluídos os que incidam sobre:

a) Pagamento de pessoal e seus encargos;

b) Amortização e serviço da dívida; e

c) A destinação ao atendimento de precatórios judiciais.

Art. 43 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Curvelândia - MT, 08 de Julho de 2019.

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA - MT

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO
2020

Lei: 502, Data: 08/07/2019

ITEM	DESCRIÇÃO
1	DESPESAS COM PESSOAL E CONCARGOS
2	DESPESAS DE MANUTENCAO COM ADMINISTRAÇÃO PUBLICA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA - MT

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

PRIORIDADES E INDICADORES POR PROGRAMAS (LDO INICIAL 2020)

2020

Lei: 502, Data: 08/07/2019

Programa	Descrição				
0001	**PROCESSO LEGISLATIVO**				
Indicador		*Unidade de Medida*		*Indice Recente*	*Indice Futuro*
PROCESSO LEGISLATIVO		UNIDA	UNIDADE	1	1
0003	**ADMINISTRAÇÃO GERAL**				
Indicador		*Unidade de Medida*		*Indice Recente*	*Indice Futuro*
ADMINISTRAÇÃO GERAL		UNIDA	UNIDADE	1	1
0004	**AGRICULTURA**				
Indicador		*Unidade de Medida*		*Indice Recente*	*Indice Futuro*
AGRICULTURA		UNIDA	UNIDADE	1	1
0015	**URBANISMO**				
Indicador		*Unidade de Medida*		*Indice Recente*	*Indice Futuro*
URBANISMO		UNIDA	UNIDADE	1	1
0040	**EXPANSAO E MELHORIA DO ENSINO FUNDAMENTAL**				
Indicador		*Unidade de Medida*		*Indice Recente*	*Indice Futuro*
DEFASAGEM / IDADE / SERIE		%	PORCENTGEM	1	1
REPROVAÇÃO		%	PORCENTGEM	1	1
MÉDIA PROVA BRASIL		%	PORCENTGEM	1	1
0041	**ENSINO INFANTIL**				
Indicador		*Unidade de Medida*		*Indice Recente*	*Indice Futuro*
COBERTURA DE 0 A 3 ANOS DE IDADE		%	PORCENTGEM	1	1
COBERTURA DE 4 A 5 ANOS DE IDADE		%	PORCENTGEM	1	1
0042	**EDUCACAO BASICA**				
Indicador		*Unidade de Medida*		*Indice Recente*	*Indice Futuro*
EDUCACAO BASICA		UNIDA	UNIDADE	1	1
0044	**ENSINO SUPERIOR**				
Indicador		*Unidade de Medida*		*Indice Recente*	*Indice Futuro*
APIO A ENSINO SUPERIOR		UN	UNIDADES	1	1
0046	**DESPORTO E LAZER**				
Indicador		*Unidade de Medida*		*Indice Recente*	*Indice Futuro*
DESPORTO E LAZER		UNIDA	UNIDADE	1	1
0055	**DIFUSÃO DE CULTURA**				
Indicador		*Unidade de Medida*		*Indice Recente*	*Indice Futuro*
DIFUSÃO DE CULTURA		UNIDA	UNIDADE	1	1
0057	**HABITACAO**				
Indicador		*Unidade de Medida*		*Indice Recente*	*Indice Futuro*
HABITACAO		UNIDA	UNIDADE	1	1

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA - MT

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

PRIORIDADES E INDICADORES POR PROGRAMAS (LDO INICIAL 2020)

2020

Lei: 502, Data: 08/07/2019

Programa	Descrição
0075	**SAUDE**

Indicador	*Unidade de Medida*	*Indice Recente*	*Indice Futuro*
SAUDE	UNIDA UNIDADE	1	1

Programa	Descrição
0076	**SANEAMENTO**

Indicador	*Unidade de Medida*	*Indice Recente*	*Indice Futuro*
SANEAMENTO	UNIDA UNIDADE	1	1

Programa	Descrição
0081	**ASSISTENCIA SOCIAL**

Indicador	*Unidade de Medida*	*Indice Recente*	*Indice Futuro*
PERCENTUAL DE FAMILIAS PROMOVIDAS P%	PORCENTGEM	1	1
REESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ASSISTEP%	PORCENTGEM	1	1

Programa	Descrição
0082	**PREVIDENCIA**

Indicador	*Unidade de Medida*	*Indice Recente*	*Indice Futuro*
PREVIDENCIA	UNIDA UNIDADE	1	1

Programa	Descrição
0088	**TRANSPORTE RODOVIARIO**

Indicador	*Unidade de Medida*	*Indice Recente*	*Indice Futuro*
TRANSPORTE RODOVIARIO	UNIDA UNIDADE	1	1

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA - MT

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO INICIAL 2020)

2020

Lei: 502, Data: 08/07/2019

Programa	Descrição
0001	**PROCESSO LEGISLATIVO**

Metas

Indicadores	*Unidade de Medida*	*Indice Recente*	*Indice Futuro*
PROCESSO LEGISLATIVO	UNIDA UNIDADE	1	1

Ações

Entidade	*Unid.Orçam.*	*Proj.Ativ.*	*Função*	*SubFunção*	*FonGrupo*	*FonCódigo*	*Categoria*	*Meta*	*Valor*
0002 CAMARA MUNICIPAL DE CURVELANDIA								1	55.000,00
	010101 CAMARA MUNICIPAL								
		1001 AMPLIACAO E REFORMA DO PREDIO DA CAMARA MUNICIPAL							
			01 Legislativa						
				031 Ação Legislativa					
					1 Recursos do Exercício Corrente				
						00 Recursos Ordinários			
							4 DESPESAS DE CAPITAL		
0002 CAMARA MUNICIPAL DE CURVELANDIA								1	753.460,00
	010101 CAMARA MUNICIPAL								
		2002 MANUTENCAO E ENCARGOS COM O LEGISLATIVO MUNICIPAL							
			01 Legislativa						
				031 Ação Legislativa					
					1 Recursos do Exercício Corrente				
						00 Recursos Ordinários			
							3 DESPESAS CORRENTES		
0002 CAMARA MUNICIPAL DE CURVELANDIA								1	500,00
	010101 CAMARA MUNICIPAL								
		2003 PUBLICIDADE OFICIAL DE ATOS DO LEGISLATIVO							
			01 Legislativa						
				031 Ação Legislativa					
					1 Recursos do Exercício Corrente				
						00 Recursos Ordinários			
							3 DESPESAS CORRENTES		

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA - MT

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO INICIAL 2020)

Lei: 502, Data: 08/07/2019

2020

0002 CAMARA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 11.040,00
010101 CAMARA MUNICIPAL
2172 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE - CAMARA
01 Legislativa
031 Ação Legislativa
1 Recursos do Exercício Corrente
00 Recursos Ordinários
4 DESPESAS DE CAPITAL

Total Geral do Programa: 820.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA - MT

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO INICIAL 2020)

Lei: 502, Data: 08/07/2019

2020

Programa Descrição

0003 ADMINISTRAÇÃO GERAL

Metas

Indicadores	*Unidade de Medida*	*Indice Recente*	*Indice Futuro*
ADMINISTRAÇÃO GERAL	UNIDA UNIDADE	1	1

Ações

Entidade Unid.Orçam. Proj.Ativ. Função SubFunção FonGrupo FonCódigo Categoria — *Meta* — *Valor*

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 60.000,00
020201 GABINETE DO PREFEITO
1010 AQUISICAO DE VEICULO
04 Administração
122 Administração Geral
1 Recursos do Exercício Corrente
00 Recursos Ordinários
4 DESPESAS DE CAPITAL

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 330.000,00
020201 GABINETE DO PREFEITO
2005 MANUTENCAO E ENCARGOS COM O GABINETE DO PREFEITO
04 Administração
122 Administração Geral
1 Recursos do Exercício Corrente
00 Recursos Ordinários
3 DESPESAS CORRENTES

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 20.000,00
020201 GABINETE DO PREFEITO
2006 PUBLICIDADE OFICIAL DE ATOS DO PODER EXECUTIVO
04 Administração
122 Administração Geral
1 Recursos do Exercício Corrente
00 Recursos Ordinários
3 DESPESAS CORRENTES

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 88.500,00
020202 CONTROLADORIA INTERNA
2007 MANUT. E ENC. COM A UNIDADE DE CONTROLE INTERNO
04 Administração
122 Administração Geral
1 Recursos do Exercício Corrente
00 Recursos Ordinários
3 DESPESAS CORRENTES

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 129.000,00
020203 ASSESSORIA JURIDICA
2008 MANUTENCAO E ENCARGOS COM A ASSESSORIA JURIDICA
04 Administração
122 Administração Geral
1 Recursos do Exercício Corrente
00 Recursos Ordinários
3 DESPESAS CORRENTES

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 15.000,00
020301 SEC. MUN. DE ADM. PLANEJ. E FINANCAS
1003 AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS, MOVEIS E UTENSILIOS
04 Administração
122 Administração Geral
1 Recursos do Exercício Corrente
00 Recursos Ordinários
4 DESPESAS DE CAPITAL

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 300.000,00
020301 SEC. MUN. DE ADM. PLANEJ. E FINANCAS
1005 CONSTRUCAO DE PREDIO DA PREFEITURA MUNICIPAL
04 Administração
122 Administração Geral
1 Recursos do Exercício Corrente
00 Recursos Ordinários
4 DESPESAS DE CAPITAL

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 15.000,00
020301 SEC. MUN. DE ADM. PLANEJ. E FINANCAS
1097 REALIZACAO DE CONSURSO PUBLICO / TESTE SELETIVO
04 Administração
122 Administração Geral
1 Recursos do Exercício Corrente
00 Recursos Ordinários
3 DESPESAS CORRENTES

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 1.800.000,00
020301 SEC. MUN. DE ADM. PLANEJ. E FINANCAS
2009 MANUT. E ENC. COM A SEC. MUN. AD. PLAN. E FINANCAS
04 Administração
122 Administração Geral
1 Recursos do Exercício Corrente
00 Recursos Ordinários
3 DESPESAS CORRENTES

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 328.000,00
020301 SEC. MUN. DE ADM. PLANEJ. E FINANCAS
2010 UTILIZACAO EM RESERVA DE CONTINGENCIA
99 Reserva de Contingência
999 Reserva de Contingência
1 Recursos do Exercício Corrente
00 Recursos Ordinários
9 RESERVA DE CONTINGêNCIA

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 66.000,00
020301 SEC. MUN. DE ADM. PLANEJ. E FINANCAS
2011 MANUTENCAO DE SENTENCAS JUDICIAIS
04 Administração
122 Administração Geral
1 Recursos do Exercício Corrente
00 Recursos Ordinários
3 DESPESAS CORRENTES

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 195.000,00
020301 SEC. MUN. DE ADM. PLANEJ. E FINANCAS
2012 CONTRIBUICAO PARA FORMACAO DO PASEP
04 Administração
122 Administração Geral
1 Recursos do Exercício Corrente
00 Recursos Ordinários
3 DESPESAS CORRENTES

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 18.000,00
020301 SEC. MUN. DE ADM. PLANEJ. E FINANCAS
2036 AMORTIZACAO E ENCARGOS DA DIVIDA CONTRATADA
04 Administração
122 Administração Geral
1 Recursos do Exercício Corrente
00 Recursos Ordinários
3 DESPESAS CORRENTES

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 18.500,00
020301 SEC. MUN. DE ADM. PLANEJ. E FINANCAS
2036 AMORTIZACAO E ENCARGOS DA DIVIDA CONTRATADA
04 Administração
122 Administração Geral
1 Recursos do Exercício Corrente
00 Recursos Ordinários
4 DESPESAS DE CAPITAL

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 50.000,00
020601 GERENCIA DE OBRAS E SERVICOS PUBLICOS
1004 AQUISICAO DE TERRENOS
04 Administração
122 Administração Geral
1 Recursos do Exercício Corrente
00 Recursos Ordinários
4 DESPESAS DE CAPITAL

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 18.000,00
020601 GERENCIA DE OBRAS E SERVICOS PUBLICOS
1117 AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
04 Administração
122 Administração Geral
1 Recursos do Exercício Corrente
00 Recursos Ordinários
4 DESPESAS DE CAPITAL

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 40.000,00
020601 GERENCIA DE OBRAS E SERVICOS PUBLICOS
2018 MANUTENCAO E ENCARGOS COM O GABINETE DO SECRETARIO
04 Administração
122 Administração Geral
1 Recursos do Exercício Corrente
00 Recursos Ordinários
3 DESPESAS CORRENTES

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 70.712,17
020601 GERENCIA DE OBRAS E SERVICOS PUBLICOS
2123 MANUTENÇÃO DO CONSÓRCIO INTER. DE DESENV.ECON.S.AMB.TURISTIC
04 Administração
122 Administração Geral
1 Recursos do Exercício Corrente
00 Recursos Ordinários
3 DESPESAS CORRENTES

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 17.365,31
020601 GERENCIA DE OBRAS E SERVICOS PUBLICOS
2123 MANUTENÇÃO DO CONSÓRCIO INTER. DE DESENV.ECON.S.AMB.TURISTIC
04 Administração
122 Administração Geral
1 Recursos do Exercício Corrente
00 Recursos Ordinários
4 DESPESAS DE CAPITAL

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 95.000,00
020601 GERENCIA DE OBRAS E SERVICOS PUBLICOS
2147 MANUTENCAO E ENCARGOS COM O DEPTO OBRAS PUBLICAS E VIACAO
04 Administração
122 Administração Geral
1 Recursos do Exercício Corrente
00 Recursos Ordinários
3 DESPESAS CORRENTES

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 5.000,00
020701 SEC. MUN. DE TURISMO E MEIO AMBIENTE
1118 AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
04 Administração
122 Administração Geral
1 Recursos do Exercício Corrente
00 Recursos Ordinários
4 DESPESAS DE CAPITAL

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 15.000,00
020701 SEC. MUN. DE TURISMO E MEIO AMBIENTE
1129 CONTR./AMPLIAÇÃO DO CENTRO DE VISITANTE MON. CAVERNA
23 Comércio e Serviços
695 Turismo
1 Recursos do Exercício Corrente
00 Recursos Ordinários
4 DESPESAS DE CAPITAL

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 33.002,00
020701 SEC. MUN. DE TURISMO E MEIO AMBIENTE
2085 MANUT. E ENCARGOS COM A SEC. DE TURISMO E MEIO AMB
04 Administração
122 Administração Geral
1 Recursos do Exercício Corrente
00 Recursos Ordinários
3 DESPESAS CORRENTES

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 100.000,00
020701 SEC. MUN. DE TURISMO E MEIO AMBIENTE
2092 SINALIZACAO TURISTICAS
23 Comércio e Serviços
695 Turismo
1 Recursos do Exercício Corrente
00 Recursos Ordinários
3 DESPESAS CORRENTES

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 30.000,00
020701 SEC. MUN. DE TURISMO E MEIO AMBIENTE
2095 REALIZACAO DE FESTAS DE EVENTOS MUNICIPAIS
04 Administração
122 Administração Geral
1 Recursos do Exercício Corrente
00 Recursos Ordinários
3 DESPESAS CORRENTES

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 150.000,00
020701 SEC. MUN. DE TURISMO E MEIO AMBIENTE
2095 REALIZACAO DE FESTAS DE EVENTOS MUNICIPAIS
04 Administração
122 Administração Geral
1 Recursos do Exercício Corrente
24 Transferências de Convênios - Outros (não relacionados à Educ
3 DESPESAS CORRENTES

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 2.000,00
020701 SEC. MUN. DE TURISMO E MEIO AMBIENTE
2155 MANUTENCAO DO CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E TURISMO
23 Comércio e Serviços
695 Turismo
1 Recursos do Exercício Corrente
00 Recursos Ordinários
3 DESPESAS CORRENTES

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA - MT

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO INICIAL 2020)

Lei: 502, Data: 08/07/2019

2020

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 15.000,00
020701 SEC. MUN. DE TURISMO E MEIO AMBIENTE
2158 AQUISICAO DE DECORACAO NATALINA EM PRACAS PUBLICAS
23 Comércio e Serviços
695 Turismo
1 Recursos do Exercício Corrente
00 Recursos Ordinários
3 DESPESAS CORRENTES

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 15.000,00
020701 SEC. MUN. DE TURISMO E MEIO AMBIENTE
2198 MANUTENÇAO DO MEIO AMBIENTE
18 Gestão Ambiental
541 Preservação e Conservação Ambiental
1 Recursos do Exercício Corrente
00 Recursos Ordinários
3 DESPESAS CORRENTES

Total Geral do Programa: 4.039.079,48

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA - MT

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO INICIAL 2020)

Lei: 502, Data: 08/07/2019

2020

Programa Descrição

0004 AGRICULTURA

Metas

Indicadores	*Unidade de Medida*		*Indice Recente*	*Indice Futuro*
AGRICULTURA	UNIDA	UNIDADE	1	1

Ações

Entidade Unid.Orçam. Proj.Ativ. Função SubFunção FonGrupo FonCódigo Categoria — *Meta* — *Valor*

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 30.000,00
020902 DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E PECUARIA
1019 CONSTRUÇÃO DE BARRACAO PARA INSTALAÇÃO FABRICA DE FARINHA
20 Agricultura
606 Extensão Rural
1 Recursos do Exercício Corrente
00 Recursos Ordinários
4 DESPESAS DE CAPITAL

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 15.000,00
020902 DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E PECUARIA
1020 INSTALAÇÃO DE MISTURADOR DE RAÇÃO NA COMUNIDADE SATURNINO
20 Agricultura
606 Extensão Rural
1 Recursos do Exercício Corrente
00 Recursos Ordinários
4 DESPESAS DE CAPITAL

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 30.000,00
020902 DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E PECUARIA
1044 CONSTRUÇÃO DO BARRACÃO DA FEIRA
20 Agricultura
606 Extensão Rural
1 Recursos do Exercício Corrente
00 Recursos Ordinários
4 DESPESAS DE CAPITAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA - MT

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO INICIAL 2020)

Lei: 502, Data: 08/07/2019

2020

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 280.000,00
020902 DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E PECUARIA
1046 AQ DE PATRULHA AGRICOLA, APOIO AO PEQ, PRODUTOR
20 Agricultura
606 Extensão Rural
1 Recursos do Exercício Corrente
24 Transferências de Convênios - Outros (não relacionados à Educ
4 DESPESAS DE CAPITAL

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 135.000,00
020902 DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E PECUARIA
2081 MANUTENCAO E ENC. COM A SEC. DE AGR. E PECUARIA
20 Agricultura
606 Extensão Rural
1 Recursos do Exercício Corrente
00 Recursos Ordinários
3 DESPESAS CORRENTES

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 4.000,00
020902 DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E PECUARIA
2082 IMPLANTACAO DE PROGRAMA DE INSEMINACAO ARTIFICIAL
20 Agricultura
606 Extensão Rural
1 Recursos do Exercício Corrente
00 Recursos Ordinários
3 DESPESAS CORRENTES

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 3.000,00
020902 DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E PECUARIA
2125 QUALIF. DE MÃO DE OBRA FEMININA(ARTESANATO,DOCES,EMBUTIDO
20 Agricultura
606 Extensão Rural
1 Recursos do Exercício Corrente
00 Recursos Ordinários
3 DESPESAS CORRENTES

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA - MT

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO INICIAL 2020)

Lei: 502, Data: 08/07/2019

2020

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 35.000,00
020902 DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E PECUARIA
2190 MANUTENÇÃO COM PROGRAMA PORTEIRA A DENTRO
20 Agricultura
606 Extensão Rural
1 Recursos do Exercício Corrente
00 Recursos Ordinários
3 DESPESAS CORRENTES

Total Geral do Programa: 532.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA - MT

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO INICIAL 2020)

2020

Lei: 502, Data: 08/07/2019

Programa Descrição

0015 URBANISMO

Metas

Indicadores	*Unidade de Medida*		*Indice Recente*	*Indice Futuro*
URBANISMO	UNIDA	UNIDADE	1	1

Ações

Entidade	*Unid.Orçam.*	*Proj.Ativ.*	*Função*	*SubFunção*	*FonGrupo*	*FonCódigo*	*Categoria*	*Meta*	*Valor*
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA							1	230.000,00
	020601	GERENCIA DE OBRAS E SERVICOS PUBLICOS							
		1027	AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA COLETA DE LIXO						
			15	Urbanismo					
				451	Infra-Estrutura Urbana				
					1	Recursos do Exercício Corrente			
						24	Transferências de Convênios - Outros (não relacionados à Educ		
							4 DESPESAS DE CAPITAL		
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA							1	305.000,00
	020601	GERENCIA DE OBRAS E SERVICOS PUBLICOS							
		1032	PAVIMENTACAO ASFALTIC DE VIAS URBANAS						
			15	Urbanismo					
				451	Infra-Estrutura Urbana				
					1	Recursos do Exercício Corrente			
						24	Transferências de Convênios - Outros (não relacionados à Educ		
							4 DESPESAS DE CAPITAL		
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA							1	100.000,00
	020601	GERENCIA DE OBRAS E SERVICOS PUBLICOS							
		1033	RECUPERACAO ASFALTICA EM VIAS URBANAS						
			15	Urbanismo					
				451	Infra-Estrutura Urbana				
					1	Recursos do Exercício Corrente			
						24	Transferências de Convênios - Outros (não relacionados à Educ		
							4 DESPESAS DE CAPITAL		

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA - MT

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO INICIAL 2020)

2020

Lei: 502, Data: 08/07/2019

0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA							1	240.000,00
	020601	GERENCIA DE OBRAS E SERVICOS PUBLICOS							
		1033	RECUPERACAO ASFALTICA EM VIAS URBANAS						
			15	Urbanismo					
				451	Infra-Estrutura Urbana				
					1	Recursos do Exercício Corrente			
						30	Recursos do Fundo de Transporte e Habitação – FETHAB		
							4 DESPESAS DE CAPITAL		
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA							1	50.000,00
	020601	GERENCIA DE OBRAS E SERVICOS PUBLICOS							
		1034	RESTAURACAO E JARDINAGEM DOS CANTEIROS DA AVENIDA						
			15	Urbanismo					
				451	Infra-Estrutura Urbana				
					1	Recursos do Exercício Corrente			
						24	Transferências de Convênios - Outros (não relacionados à Educ		
							4 DESPESAS DE CAPITAL		
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA							1	15.000,00
	020601	GERENCIA DE OBRAS E SERVICOS PUBLICOS							
		1036	CONSTRUCAO E REFORMAS DE PRACA						
			15	Urbanismo					
				451	Infra-Estrutura Urbana				
					1	Recursos do Exercício Corrente			
						00	Recursos Ordinários		
							4 DESPESAS DE CAPITAL		
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA							1	30.000,00
	020601	GERENCIA DE OBRAS E SERVICOS PUBLICOS							
		2074	SINALIZAR COM PLACAS DE TRANSITO RUAS E AVENIDAS						
			15	Urbanismo					
				451	Infra-Estrutura Urbana				
					1	Recursos do Exercício Corrente			
						00	Recursos Ordinários		
							3 DESPESAS CORRENTES		

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 160.000,00
020601 GERENCIA DE OBRAS E SERVICOS PUBLICOS
2077 MANUTENCAO DA ILUMINACAO PUBLICA
25 Energia
752 Energia Elétrica
1 Recursos do Exercício Corrente
17 Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Públic
3 DESPESAS CORRENTES

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 60.000,00
020601 GERENCIA DE OBRAS E SERVICOS PUBLICOS
2124 AMPLIAÇÃO E REFORMA DA SEDE DA SECRETARIA DE OBRAS
15 Urbanismo
451 Infra-Estrutura Urbana
1 Recursos do Exercício Corrente
00 Recursos Ordinários
4 DESPESAS DE CAPITAL

Total Geral do Programa: 1.190.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA - MT
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO INICIAL 2020)
2020

Programa	Descrição
0040	EXPANSAO E MELHORIA DO ENSINO FUNDAMENTAL

Metas

Indicadores	*Unidade de Medida*		*Indice Recente*	*Indice Futuro*
DEFASAGEM / IDADE / SERIE	%	PORCENTGEM	1	1
REPROVAÇÃO	%	PORCENTGEM	1	1
MÉDIA PROVA BRASIL	%	PORCENTGEM	1	1

Ações

Entidade Unid.Orçam. Proj.Ativ. Função SubFunção FonGrupo FonCódigo Categoria — *Meta* — *Valor*

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 47.205,00
020401 GABINETE DO SECRETARIO
2045 MANUTENCAO E ENCARGOS COM O GABINETE DO SECRETARIO
12 Educação
122 Administração Geral
1 Recursos do Exercício Corrente
01 Receita de Impostos e de Transferências de Impostos - Educaç
3 DESPESAS CORRENTES

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 40.000,00
020402 GERENCIA DE EDUCACAO
1029 AMPLIACAO/REFORMA GERAL DOS PREDIOS ESCOLARES
12 Educação
361 Ensino Fundamental
1 Recursos do Exercício Corrente
01 Receita de Impostos e de Transferências de Impostos - Educaç
4 DESPESAS DE CAPITAL

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 10.000,00
020402 GERENCIA DE EDUCACAO
1029 AMPLIACAO/REFORMA GERAL DOS PREDIOS ESCOLARES
12 Educação
361 Ensino Fundamental
1 Recursos do Exercício Corrente
15 Transferência de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvim
4 DESPESAS DE CAPITAL

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 200.000,00
020402 GERENCIA DE EDUCACAO
1145 AQUISICAO DE VEICULO TRANSPORTE ESCOLAR
12 Educação
361 Ensino Fundamental
1 Recursos do Exercício Corrente
15 Transferência de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvim
4 DESPESAS DE CAPITAL

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 20.000,00
020402 GERENCIA DE EDUCACAO
2014 MANUTENÇÃO COM SALÁRO EDUCAÇÃO
12 Educação
361 Ensino Fundamental
1 Recursos do Exercício Corrente
01 Receita de Impostos e de Transferências de Impostos - Educaç
3 DESPESAS CORRENTES

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 20.000,00
020402 GERENCIA DE EDUCACAO
2014 MANUTENÇÃO COM SALÁRO EDUCAÇÃO
12 Educação
361 Ensino Fundamental
1 Recursos do Exercício Corrente
15 Transferência de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvim
4 DESPESAS DE CAPITAL

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 130.000,00
020402 GERENCIA DE EDUCACAO
2014 MANUTENÇÃO COM SALÁRO EDUCAÇÃO
12 Educação
361 Ensino Fundamental
1 Recursos do Exercício Corrente
15 Transferência de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvim
3 DESPESAS CORRENTES

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 1.363.129,52
020402 GERENCIA DE EDUCACAO
2023 MANUTENCAO E ENCARGOS COM A GERENCIA DE EDUCACAO
12 Educação
361 Ensino Fundamental
1 Recursos do Exercício Corrente
01 Receita de Impostos e de Transferências de Impostos - Educaç
3 DESPESAS CORRENTES

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 5.000,00
020402 GERENCIA DE EDUCACAO
2026 CAPACITACAO E FORMACAO DE PROFESSORES
12 Educação
361 Ensino Fundamental
1 Recursos do Exercício Corrente
01 Receita de Impostos e de Transferências de Impostos - Educaç
3 DESPESAS CORRENTES

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 0,00
020402 GERENCIA DE EDUCACAO
2027 KIT ESCOLAR
12 Educação
361 Ensino Fundamental
1 Recursos do Exercício Corrente
01 Receita de Impostos e de Transferências de Impostos - Educaç
3 DESPESAS CORRENTES

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 35.000,00
020402 GERENCIA DE EDUCACAO
2028 MANUTENCAO DO TRANSPORTE ESCOLAR
12 Educação
361 Ensino Fundamental
1 Recursos do Exercício Corrente
01 Receita de Impostos e de Transferências de Impostos - Educaç
3 DESPESAS CORRENTES

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 42.000,00
020402 GERENCIA DE EDUCACAO
2028 MANUTENCAO DO TRANSPORTE ESCOLAR
12 Educação
361 Ensino Fundamental
1 Recursos do Exercício Corrente
15 Transferência de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvim
3 DESPESAS CORRENTES

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 350.000,00
020402 GERENCIA DE EDUCACAO
2028 MANUTENCAO DO TRANSPORTE ESCOLAR
12 Educação
361 Ensino Fundamental
1 Recursos do Exercício Corrente
25 Demais Recursos Vinculados Destinados à Educação
3 DESPESAS CORRENTES

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 15.000,00
020402 GERENCIA DE EDUCACAO
2029 MANUT. ALIMENTACAO ESCOLAR -FUNDAMENTAL
12 Educação
306 Alimentação e Nutrição
1 Recursos do Exercício Corrente
01 Receita de Impostos e de Transferências de Impostos - Educaç
3 DESPESAS CORRENTES

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 25.000,00
020402 GERENCIA DE EDUCACAO
2029 MANUT. ALIMENTACAO ESCOLAR -FUNDAMENTAL
12 Educação
306 Alimentação e Nutrição
1 Recursos do Exercício Corrente
15 Transferência de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvim
3 DESPESAS CORRENTES

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 15.000,00
020402 GERENCIA DE EDUCACAO
2032 AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES
12 Educação
361 Ensino Fundamental
1 Recursos do Exercício Corrente
01 Receita de Impostos e de Transferências de Impostos - Educaç
4 DESPESAS DE CAPITAL

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 15.000,00
020402 GERENCIA DE EDUCACAO
2032 AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES
12 Educação
361 Ensino Fundamental
1 Recursos do Exercício Corrente
15 Transferência de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvim
4 DESPESAS DE CAPITAL

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 6.000,00
020402 GERENCIA DE EDUCACAO
2042 MANUTENÇÃO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS
12 Educação
361 Ensino Fundamental
1 Recursos do Exercício Corrente
01 Receita de Impostos e de Transferências de Impostos - Educaç
3 DESPESAS CORRENTES

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 5.000,00
020402 GERENCIA DE EDUCACAO
2115 MANUTENÇÃO DE LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA NAS ESCOLAS
12 Educação
361 Ensino Fundamental
1 Recursos do Exercício Corrente
01 Receita de Impostos e de Transferências de Impostos - Educaç
4 DESPESAS DE CAPITAL

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 13.000,00
020402 GERENCIA DE EDUCACAO
2115 MANUTENÇÃO DE LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA NAS ESCOLAS
12 Educação
361 Ensino Fundamental
1 Recursos do Exercício Corrente
01 Receita de Impostos e de Transferências de Impostos - Educaç
3 DESPESAS CORRENTES

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 7.000,00
020402 GERENCIA DE EDUCACAO
2174 MANUT. ALIMENTACAO ESCOLAR -MAIS EDUCAÇÃO
12 Educação
306 Alimentação e Nutrição
1 Recursos do Exercício Corrente
01 Receita de Impostos e de Transferências de Impostos - Educaç
3 DESPESAS CORRENTES

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 21.300,00
020402 GERENCIA DE EDUCACAO
2174 MANUT. ALIMENTACAO ESCOLAR -MAIS EDUCAÇÃO
12 Educação
306 Alimentação e Nutrição
1 Recursos do Exercício Corrente
15 Transferência de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvim
3 DESPESAS CORRENTES

Total Geral do Programa: **2.384.634,52**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA - MT
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO INICIAL 2020)
2020

Programa Descrição
0041 ENSINO INFANTIL

Metas

Indicadores	*Unidade de Medida*		*Indice Recente*	*Indice Futuro*
COBERTURA DE 0 A 3 ANOS DE IDADE	%	PORCENTGEM	1	1
COBERTURA DE 4 A 5 ANOS DE IDADE	%	PORCENTGEM	1	1

Ações

Entidade Unid.Orçam. Proj.Ativ. Função SubFunção FonGrupo FonCódigo Categoria — *Meta* — *Valor*

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 3 — 40.000,00
020402 GERENCIA DE EDUCACAO
1016 AQUISIÇÃO DE PARQUE INFANTIL
12 Educação
365 Educação Infantil
1 Recursos do Exercício Corrente
01 Receita de Impostos e de Transferências de Impostos - Educaç
4 DESPESAS DE CAPITAL

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 40.000,00
020402 GERENCIA DE EDUCACAO
1017 CONSTRUÇÃO DE MURO NAS UNIDADES ESCOLARES
12 Educação
365 Educação Infantil
1 Recursos do Exercício Corrente
01 Receita de Impostos e de Transferências de Impostos - Educaç
4 DESPESAS DE CAPITAL

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 250.000,00
020402 GERENCIA DE EDUCACAO
1146 CONTRUCAO DE CRECHE
12 Educação
365 Educação Infantil
1 Recursos do Exercício Corrente
15 Transferência de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvim
4 DESPESAS DE CAPITAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA - MT

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO INICIAL 2020)

Lei: 502, Data: 08/07/2019

2020

0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA					1	10.000,00
	020402	GERENCIA DE EDUCACAO					
		2025	MANUTENÇÃO TRANSPORTE ESCOLAR INFANTIL				
			12	Educação			
				365	Educação Infantil		
					1	Recursos do Exercício Corrente	
						15 Transferência de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvim	
						3 DESPESAS CORRENTES	
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA					1	27.000,00
	020402	GERENCIA DE EDUCACAO					
		2030	MANUTENCAO E ENCARGOS COM A EDUCACAO INFANTIL				
			12	Educação			
				365	Educação Infantil		
					1	Recursos do Exercício Corrente	
						01 Receita de Impostos e de Transferências de Impostos - Educaç	
						3 DESPESAS CORRENTES	
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA					1	5.000,00
	020402	GERENCIA DE EDUCACAO					
		2030	MANUTENCAO E ENCARGOS COM A EDUCACAO INFANTIL				
			12	Educação			
				365	Educação Infantil		
					1	Recursos do Exercício Corrente	
						01 Receita de Impostos e de Transferências de Impostos - Educaç	
						4 DESPESAS DE CAPITAL	
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA					1	28.000,00
	020402	GERENCIA DE EDUCACAO					
		2031	CAP. E FORMACAO DOS PROFESSORES DA PRE ESCOLA				
			12	Educação			
				365	Educação Infantil		
					1	Recursos do Exercício Corrente	
						01 Receita de Impostos e de Transferências de Impostos - Educaç	
						3 DESPESAS CORRENTES	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA - MT

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO INICIAL 2020)

Lei: 502, Data: 08/07/2019

2020

0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA					1	12.000,00
	020402	GERENCIA DE EDUCACAO					
		2033	MANUT. ALIMENTACAO ESCOLAR -PRE ESCOLA				
			12	Educação			
				306	Alimentação e Nutrição		
					1	Recursos do Exercício Corrente	
						01 Receita de Impostos e de Transferências de Impostos - Educaç	
						3 DESPESAS CORRENTES	
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA					1	15.000,00
	020402	GERENCIA DE EDUCACAO					
		2033	MANUT. ALIMENTACAO ESCOLAR -PRE ESCOLA				
			12	Educação			
				306	Alimentação e Nutrição		
					1	Recursos do Exercício Corrente	
						15 Transferência de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvim	
						3 DESPESAS CORRENTES	
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA					1	12.000,00
	020402	GERENCIA DE EDUCACAO					
		2034	MANUT. ALIMENTACAO ESCOLAR -CRECHE				
			12	Educação			
				306	Alimentação e Nutrição		
					1	Recursos do Exercício Corrente	
						01 Receita de Impostos e de Transferências de Impostos - Educaç	
						3 DESPESAS CORRENTES	
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA					1	20.000,00
	020402	GERENCIA DE EDUCACAO					
		2034	MANUT. ALIMENTACAO ESCOLAR -CRECHE				
			12	Educação			
				306	Alimentação e Nutrição		
					1	Recursos do Exercício Corrente	
						15 Transferência de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvim	
						3 DESPESAS CORRENTES	

Total Geral do Programa: 459.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA - MT
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO INICIAL 2020)
2020

Lei: 502, Data: 08/07/2019

Programa Descrição
0042 EDUCACAO BASICA

Metas

Indicadores	*Unidade de Medida*		*Indice Recente*	*Indice Futuro*
EDUCACAO BASICA	UNIDA	UNIDADE	1	1

Ações

Entidade	*Unid.Orçam.*	*Proj.Ativ.*	*Função*	*SubFunção*	*FonGrupo*	*FonCódigo*	*Categoria*	*Meta*	*Valor*
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA							1	1.500.000,00
	020403	FUNDEB							
		2037	MANUTENCAO DO FUNDEB 60%						
			12	Educação					
				361	Ensino Fundamental				
					1	Recursos do Exercício Corrente			
						18	Transferências do FUNDEB 60%		
							3 DESPESAS CORRENTES		
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA							1	91.800,00
	020403	FUNDEB							
		2038	MANUTENCAO DO FUNDEB 40%						
			12	Educação					
				361	Ensino Fundamental				
					1	Recursos do Exercício Corrente			
						19	Transferências do FUNDEB 40%		
							3 DESPESAS CORRENTES		
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA							1	284.136,00
	020403	FUNDEB							
		2040	MANUTENCAO DO FUNDEB INFANTIL 60%						
			12	Educação					
				365	Educação Infantil				
					1	Recursos do Exercício Corrente			
						18	Transferências do FUNDEB 60%		
							3 DESPESAS CORRENTES		

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA - MT
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO INICIAL 2020)
2020

Lei: 502, Data: 08/07/2019

0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA							1	7.200,00
	020403	FUNDEB							
		2041	MANUTENCAO DO FUNDEB INFANTIL 40%						
			12	Educação					
				365	Educação Infantil				
					1	Recursos do Exercício Corrente			
						19	Transferências do FUNDEB 40%		
							3 DESPESAS CORRENTES		

Total Geral do Programa: 1.883.136,00

Programa Descrição
0044 ENSINO SUPERIOR

Metas

Indicadores	*Unidade de Medida*		*Indice Recente*	*Indice Futuro*
APIO A ENSINO SUPERIOR	UN	UNIDADES	1	1

Ações

Entidade	*Unid.Orçam.*	*Proj.Ativ.*	*Função*	*SubFunção*	*FonGrupo*	*FonCódigo*	*Categoria*	*Meta*	*Valor*
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA							1	28.000,00
	020402	GERENCIA DE EDUCACAO							
		2035	TRANSPORTE ESCOLAR						
			12	Educação					
				364	Ensino Superior				
					1	Recursos do Exercício Corrente			
						01	Receita de Impostos e de Transferências de Impostos - Educaç		
							3 DESPESAS CORRENTES		

Total Geral do Programa: 28.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA - MT

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO INICIAL 2020)

2020

Lei: 502, Data: 08/07/2019

Programa Descrição

0046 DESPORTO E LAZER

Metas

Indicadores	*Unidade de Medida*	*Indice Recente*	*Indice Futuro*
DESPORTO E LAZER	UNIDA UNIDADE	1	1

Ações

Entidade	*Unid.Orçam.*	*Proj.Ativ.*	*Função*	*SubFunção*	*FonGrupo*	*FonCódigo*	*Categoria*	*Meta*	*Valor*
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA							1	35.000,00
	020405	GERENCIA DE DESPORTO E LAZER							
		1015	REFORMA DO ESTADIO MUNICIPAL						
			27	Desporto e Lazer					
				812	Desporto Comunitário				
					1	Recursos do Exercício Corrente			
						00	Recursos Ordinários		
							4 DESPESAS DE CAPITAL		
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA							1	50.000,00
	020405	GERENCIA DE DESPORTO E LAZER							
		1021	ILUMINACAO DE CAMPO DE FUTEBOL						
			27	Desporto e Lazer					
				812	Desporto Comunitário				
					1	Recursos do Exercício Corrente			
						00	Recursos Ordinários		
							4 DESPESAS DE CAPITAL		
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA							1	100.000,00
	020405	GERENCIA DE DESPORTO E LAZER							
		1022	REFORMA DO GINÁSIO DE ESPORTE						
			27	Desporto e Lazer					
				812	Desporto Comunitário				
					1	Recursos do Exercício Corrente			
						24	Transferências de Convênios - Outros (não relacionados à Educ		
							4 DESPESAS DE CAPITAL		

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA - MT

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO INICIAL 2020)

2020

Lei: 502, Data: 08/07/2019

0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA							1	30.000,00
	020405	GERENCIA DE DESPORTO E LAZER							
		1132	CONSTRUÇÃO DE ACADEMIA AO AR LIVRE						
			27	Desporto e Lazer					
				812	Desporto Comunitário				
					1	Recursos do Exercício Corrente			
						00	Recursos Ordinários		
							4 DESPESAS DE CAPITAL		
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA							1	32.000,00
	020405	GERENCIA DE DESPORTO E LAZER							
		1132	CONSTRUÇÃO DE ACADEMIA AO AR LIVRE						
			27	Desporto e Lazer					
				812	Desporto Comunitário				
					1	Recursos do Exercício Corrente			
						24	Transferências de Convênios - Outros (não relacionados à Educ		
							4 DESPESAS DE CAPITAL		
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA							1	15.000,00
	020405	GERENCIA DE DESPORTO E LAZER							
		2138	CONSTRUCAO E REFORMA DE QUADRAS POLIESPORTIVAS						
			27	Desporto e Lazer					
				812	Desporto Comunitário				
					1	Recursos do Exercício Corrente			
						00	Recursos Ordinários		
							4 DESPESAS DE CAPITAL		
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA							1	8.000,00
	020405	GERENCIA DE DESPORTO E LAZER							
		2141	MANUTENCAO E ENCARGOS COM DEPARTAMENTO DE DESPORTO E LAZER						
			27	Desporto e Lazer					
				812	Desporto Comunitário				
					1	Recursos do Exercício Corrente			
						00	Recursos Ordinários		
							4 DESPESAS DE CAPITAL		

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA - MT

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO INICIAL 2020)

Lei: 502, Data: 08/07/2019

2020

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 82.000,00
020405 GERENCIA DE DESPORTO E LAZER
2141 MANUTENCAO E ENCARGOS COM DEPARTAMENTO DE DESPORTO E LAZER
27 Desporto e Lazer
812 Desporto Comunitário
1 Recursos do Exercício Corrente
00 Recursos Ordinários
3 DESPESAS CORRENTES

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 55.000,00
020405 GERENCIA DE DESPORTO E LAZER
2141 MANUTENCAO E ENCARGOS COM DEPARTAMENTO DE DESPORTO E LAZER
27 Desporto e Lazer
812 Desporto Comunitário
1 Recursos do Exercício Corrente
24 Transferências de Convênios - Outros (não relacionados à Educ
3 DESPESAS CORRENTES

Total Geral do Programa: 407.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA - MT

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO INICIAL 2020)

Lei: 502, Data: 08/07/2019

2020

Programa Descrição

0055 DIFUSÃO DE CULTURA

Metas

Indicadores	*Unidade de Medida*		*Indice Recente*	*Indice Futuro*
DIFUSÃO DE CULTURA	UNIDA	UNIDADE	1	1

Ações

Entidade Unid.Orçam. Proj.Ativ. Função SubFunção FonGrupo FonCódigo Categoria — *Meta* — *Valor*

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 30.000,00
020406 GERENCIA DE CULTURA
1023 CONSTRUÇÃO DE BANHEIRO PUBLICO
13 Cultura
392 Difusão Cultural
1 Recursos do Exercício Corrente
24 Transferências de Convênios - Outros (não relacionados à Educ
4 DESPESAS DE CAPITAL

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 15.000,00
020406 GERENCIA DE CULTURA
1140 CONTRUCAO DE ESPACO CULTURAL
13 Cultura
392 Difusão Cultural
1 Recursos do Exercício Corrente
00 Recursos Ordinários
4 DESPESAS DE CAPITAL

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 35.000,00
020406 GERENCIA DE CULTURA
1140 CONTRUCAO DE ESPACO CULTURAL
13 Cultura
392 Difusão Cultural
1 Recursos do Exercício Corrente
24 Transferências de Convênios - Outros (não relacionados à Educ
4 DESPESAS DE CAPITAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA - MT

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO INICIAL 2020)

Lei: 502, Data: 08/07/2019

2020

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 15.000,00
020406 GERENCIA DE CULTURA
2143 MANUTENCAO E ENCARGOS COM O DEPARTAMENTO DE CULTURA
13 Cultura
392 Difusão Cultural
1 Recursos do Exercício Corrente
00 Recursos Ordinários
3 DESPESAS CORRENTES

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 10.000,00
020406 GERENCIA DE CULTURA
2144 REFORMA DO PREDIO CASA DA CULTURA
13 Cultura
392 Difusão Cultural
1 Recursos do Exercício Corrente
00 Recursos Ordinários
3 DESPESAS CORRENTES

Total Geral do Programa: 105.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA - MT

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO INICIAL 2020)

Lei: 502, Data: 08/07/2019

2020

Programa Descrição

0057 HABITACAO

Metas

Indicadores	*Unidade de Medida*		*Indice Recente*	*Indice Futuro*
HABITACAO	UNIDA	UNIDADE	1	1

Ações

Entidade	*Unid.Orçam.*	*Proj.Ativ.*	*Função*	*SubFunção*	*FonGrupo*	*FonCódigo*	*Categoria*	*Meta*	*Valor*
0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA								1	200.000,00
	020803 Fundo Municipal de Habitação e Interesse Social -								
		1147 CONSTRUÇÃO DE CASAS POPULARES							
			16 Habitação						
				244 Assistência Comunitária					
					1 Recursos do Exercício Corrente				
						00 Recursos Ordinários			
							4 DESPESAS DE CAPITAL		
0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA								1	300.000,00
	020803 Fundo Municipal de Habitação e Interesse Social -								
		1147 CONSTRUÇÃO DE CASAS POPULARES							
			16 Habitação						
				244 Assistência Comunitária					
					1 Recursos do Exercício Corrente				
						24 Transferências de Convênios - Outros (não relacionados à Educ			
							4 DESPESAS DE CAPITAL		

Total Geral do Programa: 500.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA - MT
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO INICIAL 2020)
2020

Lei: 502, Data: 08/07/2019

Programa **Descrição**
0075 **SAUDE**

Metas

Indicadores	*Unidade de Medida*		*Indice Recente*	*Indice Futuro*
SAUDE	UNIDA	UNIDADE	1	1

Ações

Entidade	*Unid.Orçam.*	*Proj.Ativ.*	*Função*	*SubFunção*	*FonGrupo*	*FonCódigo*	*Categoria*	*Meta*	*Valor*
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA							1	0,00
	020502	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE							
		1026	CONSTRUÇÃO DE PISCINA FITOTERÁPICA						
			10	Saúde					
				303	Suporte Profilático e Terapêutico				
					1	Recursos do Exercício Corrente			
						42	Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS -		
							4 DESPESAS DE CAPITAL		
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA							1	15.000,00
	020502	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE							
		1028	CONTRUCAO, REFORMA E AMPLIACAO DE POSTOS DE SAUDE						
			10	Saúde					
				301	Atenção Básica				
					1	Recursos do Exercício Corrente			
						02	Receita de Impostos e de Transferências de Impostos - Saúde		
							4 DESPESAS DE CAPITAL		
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA							1	50.000,00
	020502	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE							
		1134	AQUISICAO DE VEICULO - SAÚDE						
			10	Saúde					
				302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial				
					1	Recursos do Exercício Corrente			
						42	Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS -		
							4 DESPESAS DE CAPITAL		

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA - MT
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO INICIAL 2020)
2020

Lei: 502, Data: 08/07/2019

0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA							1	12.000,00
	020502	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE							
		1135	REFORMA DO CENTRO DE REABILITAÇÃO						
			10	Saúde					
				302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial				
					1	Recursos do Exercício Corrente			
						02	Receita de Impostos e de Transferências de Impostos - Saúde		
							3 DESPESAS CORRENTES		
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA							1	10.000,00
	020502	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE							
		2001	AQUISICAO DE MOVEIS MAQUINAS E EQUIPAMENTOS EM GER						
			10	Saúde					
				301	Atenção Básica				
					1	Recursos do Exercício Corrente			
						02	Receita de Impostos e de Transferências de Impostos - Saúde		
							4 DESPESAS DE CAPITAL		
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA							1	30.000,00
	020502	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE							
		2013	AQUISIÇÃO DE KITS DE CONTROLE DE DIABETE						
			10	Saúde					
				302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial				
					1	Recursos do Exercício Corrente			
						02	Receita de Impostos e de Transferências de Impostos - Saúde		
							3 DESPESAS CORRENTES		
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA							1	52.550,00
	020502	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE							
		2018	MANUTENCAO E ENCARGOS COM O GABINETE DO SECRETARIO						
			10	Saúde					
				301	Atenção Básica				
					1	Recursos do Exercício Corrente			
						02	Receita de Impostos e de Transferências de Impostos - Saúde		
							3 DESPESAS CORRENTES		

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 0,00
020502 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
2021 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA FILA ZERO
10 Saúde
302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial
1 Recursos do Exercício Corrente
46 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenient
3 DESPESAS CORRENTES

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 10.000,00
020502 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
2048 MANUTENCAO DO PROG. PAB FIXO
10 Saúde
301 Atenção Básica
1 Recursos do Exercício Corrente
02 Receita de Impostos e de Transferências de Impostos - Saúde
3 DESPESAS CORRENTES

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 138.000,00
020502 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
2048 MANUTENCAO DO PROG. PAB FIXO
10 Saúde
301 Atenção Básica
1 Recursos do Exercício Corrente
46 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenient
3 DESPESAS CORRENTES

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 25.000,00
020502 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
2050 CONTRIBUICAO AO CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE
10 Saúde
302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial
1 Recursos do Exercício Corrente
02 Receita de Impostos e de Transferências de Impostos - Saúde
4 DESPESAS DE CAPITAL

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 63.100,00
020502 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
2050 CONTRIBUICAO AO CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE
10 Saúde
302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial
1 Recursos do Exercício Corrente
02 Receita de Impostos e de Transferências de Impostos - Saúde
3 DESPESAS CORRENTES

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 28.000,00
020502 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
2050 CONTRIBUICAO AO CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE
10 Saúde
302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial
1 Recursos do Exercício Corrente
42 Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS -
3 DESPESAS CORRENTES

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 1.650.000,00
020502 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
2051 MANUT. E ENCARGOS COM O FUNDO DE SAUDE MUNICIPAL
10 Saúde
301 Atenção Básica
1 Recursos do Exercício Corrente
02 Receita de Impostos e de Transferências de Impostos - Saúde
3 DESPESAS CORRENTES

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 23.000,00
020502 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
2051 MANUT. E ENCARGOS COM O FUNDO DE SAUDE MUNICIPAL
10 Saúde
301 Atenção Básica
1 Recursos do Exercício Corrente
46 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenient
3 DESPESAS CORRENTES

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA 1 32.200,00
020502 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
2052 MANUT. DO PRG. DE AGENTES COMUNITARIOS DE SAUDE
10 Saúde
301 Atenção Básica
1 Recursos do Exercício Corrente
02 Receita de Impostos e de Transferências de Impostos - Saúde
3 DESPESAS CORRENTES

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA 1 146.000,00
020502 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
2052 MANUT. DO PRG. DE AGENTES COMUNITARIOS DE SAUDE
10 Saúde
301 Atenção Básica
1 Recursos do Exercício Corrente
46 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenient
3 DESPESAS CORRENTES

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA 1 9.000,00
020502 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
2053 MANUTENCAO DO CENTRO DE REABILITACAO
10 Saúde
302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial
1 Recursos do Exercício Corrente
02 Receita de Impostos e de Transferências de Impostos - Saúde
3 DESPESAS CORRENTES

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA 1 17.000,00
020502 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
2053 MANUTENCAO DO CENTRO DE REABILITACAO
10 Saúde
302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial
1 Recursos do Exercício Corrente
02 Receita de Impostos e de Transferências de Impostos - Saúde
4 DESPESAS DE CAPITAL

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA 1 58.000,00
020502 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
2054 MANUTENCAO DO PROGRAMA SAUDE DA FAMILIA - PSF
10 Saúde
301 Atenção Básica
1 Recursos do Exercício Corrente
02 Receita de Impostos e de Transferências de Impostos - Saúde
3 DESPESAS CORRENTES

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA 1 80.000,00
020502 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
2054 MANUTENCAO DO PROGRAMA SAUDE DA FAMILIA - PSF
10 Saúde
301 Atenção Básica
1 Recursos do Exercício Corrente
42 Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS -
3 DESPESAS CORRENTES

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA 1 180.000,00
020502 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
2054 MANUTENCAO DO PROGRAMA SAUDE DA FAMILIA - PSF
10 Saúde
301 Atenção Básica
1 Recursos do Exercício Corrente
46 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenient
3 DESPESAS CORRENTES

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA 1 10.000,00
020502 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
2057 MANUTENCAO DO PROGRAMA SAUDE BUCAL
10 Saúde
301 Atenção Básica
1 Recursos do Exercício Corrente
02 Receita de Impostos e de Transferências de Impostos - Saúde
3 DESPESAS CORRENTES

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 9.200,00
020502 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
2057 MANUTENCAO DO PROGRAMA SAUDE BUCAL
10 Saúde
301 Atenção Básica
1 Recursos do Exercício Corrente
42 Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS -
3 DESPESAS CORRENTES

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 40.000,00
020502 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
2057 MANUTENCAO DO PROGRAMA SAUDE BUCAL
10 Saúde
301 Atenção Básica
1 Recursos do Exercício Corrente
46 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenient
3 DESPESAS CORRENTES

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 80.000,00
020502 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
2060 MANUTENCAO DO PROGRAMA FARMACIA BASICA
10 Saúde
303 Suporte Profilático e Terapêutico
1 Recursos do Exercício Corrente
02 Receita de Impostos e de Transferências de Impostos - Saúde
3 DESPESAS CORRENTES

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 4.000,00
020502 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
2060 MANUTENCAO DO PROGRAMA FARMACIA BASICA
10 Saúde
303 Suporte Profilático e Terapêutico
1 Recursos do Exercício Corrente
42 Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS -
3 DESPESAS CORRENTES

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 25.800,00
020502 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
2060 MANUTENCAO DO PROGRAMA FARMACIA BASICA
10 Saúde
303 Suporte Profilático e Terapêutico
1 Recursos do Exercício Corrente
46 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenient
3 DESPESAS CORRENTES

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 14.000,00
020502 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
2067 MANUTENCAO DO PROGRAMA DE VIGILANCIA SANITARIA
10 Saúde
304 Vigilância Sanitária
1 Recursos do Exercício Corrente
46 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenient
3 DESPESAS CORRENTES

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 2.000,00
020502 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
2121 MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE
10 Saúde
301 Atenção Básica
1 Recursos do Exercício Corrente
02 Receita de Impostos e de Transferências de Impostos - Saúde
3 DESPESAS CORRENTES

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 23.000,00
020502 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
2146 MANUTENCAO DO PROGRAMA ENDEMIAS E CONTROLE DE DOENCAS-ECD
10 Saúde
305 Vigilância Epidemiológica
1 Recursos do Exercício Corrente
02 Receita de Impostos e de Transferências de Impostos - Saúde
3 DESPESAS CORRENTES

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA - MT

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO INICIAL 2020)

Lei: 502, Data: 08/07/2019

2020

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 2.000,00
020502 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
2146 MANUTENCAO DO PROGRAMA ENDEMIAS E CONTROLE DE DOENCAS-ECD
10 Saúde
305 Vigilância Epidemiológica
1 Recursos do Exercício Corrente
42 Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS -
3 DESPESAS CORRENTES

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 36.500,00
020502 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
2146 MANUTENCAO DO PROGRAMA ENDEMIAS E CONTROLE DE DOENCAS-ECD
10 Saúde
305 Vigilância Epidemiológica
1 Recursos do Exercício Corrente
46 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenient
3 DESPESAS CORRENTES

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 12.000,00
020502 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
2176 MANUTENCAO DAS ACOES DE MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE
10 Saúde
302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial
1 Recursos do Exercício Corrente
46 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenient
3 DESPESAS CORRENTES

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 15.800,00
020502 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
2177 MANUTENCAO DO INCENTIVO DE ALCANCE DE METAS
10 Saúde
301 Atenção Básica
1 Recursos do Exercício Corrente
42 Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS -
3 DESPESAS CORRENTES

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA - MT

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO INICIAL 2020)

Lei: 502, Data: 08/07/2019

2020

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 26.000,00
020502 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
2195 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA PMAQ
10 Saúde
301 Atenção Básica
1 Recursos do Exercício Corrente
46 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenient
3 DESPESAS CORRENTES

Total Geral do Programa: 2.929.150,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA - MT

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO INICIAL 2020)

2020

Lei: 502, Data: 08/07/2019

Programa Descrição

0076 SANEAMENTO

Metas

Indicadores	*Unidade de Medida*		*Indice Recente*	*Indice Futuro*
SANEAMENTO	UNIDA	UNIDADE	1	1

Ações

Entidade	*Unid.Orçam.*	*Proj.Ativ.*	*Função*	*SubFunção*	*FonGrupo*	*FonCódigo*	*Categoria*	*Meta*	*Valor*
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA							3	45.000,00
	020603	GERENCIA DE SERVICOS DE AGUA E ESGOTO							
		1018	CONSTRUÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS						
			17	Saneamento					
				512	Saneamento Básico Urbano				
					1	Recursos do Exercício Corrente			
						00	Recursos Ordinários		
							4 DESPESAS DE CAPITAL		
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA							1	180.000,00
	020603	GERENCIA DE SERVICOS DE AGUA E ESGOTO							
		2083	MANUTENCAO E ENCARGOS COM O DAE						
			17	Saneamento					
				512	Saneamento Básico Urbano				
					1	Recursos do Exercício Corrente			
						00	Recursos Ordinários		
							3 DESPESAS CORRENTES		

Total Geral do Programa: 225.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA - MT

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO INICIAL 2020)

2020

Lei: 502, Data: 08/07/2019

Programa Descrição

0081 ASSISTENCIA SOCIAL

Metas

Indicadores	*Unidade de Medida*		*Indice Recente*	*Indice Futuro*
PERCENTUAL DE FAMILIAS PROMOVIDAS DA SUTUAÇÃO DE EXTREMA	%	PORCENTGEM	1	1
REESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ASSISTENCIA SOCIAL	%	PORCENTGEM	1	1

Ações

Entidade	*Unid.Orçam.*	*Proj.Ativ.*	*Função*	*SubFunção*	*FonGrupo*	*FonCódigo*	*Categoria*	*Meta*	*Valor*
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA							1	120.000,00
	020801	FUNDO MUNICIPAL DE ASISTENCIA SOCIAL							
		1024	AMPLIAÇÃO /REFORMA DO CRAS						
			08	Assistência Social					
				244	Assistência Comunitária				
					1	Recursos do Exercício Corrente			
						29	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência S		
							4 DESPESAS DE CAPITAL		
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA							1	129.000,00
	020801	FUNDO MUNICIPAL DE ASISTENCIA SOCIAL							
		1025	AQUISIÇÃO DE VEICULO PARA CRAS						
			08	Assistência Social					
				244	Assistência Comunitária				
					1	Recursos do Exercício Corrente			
						29	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência S		
							4 DESPESAS DE CAPITAL		
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA							1	4.000,00
	020801	FUNDO MUNICIPAL DE ASISTENCIA SOCIAL							
		2100	MANUTENCAO DO PROGRAMA BOLSA FAMILIA						
			08	Assistência Social					
				244	Assistência Comunitária				
					1	Recursos do Exercício Corrente			
						29	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência S		
							4 DESPESAS DE CAPITAL		

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA 1 18.000,00
020801 FUNDO MUNICIPAL DE ASISTENCIA SOCIAL
2100 MANUTENCAO DO PROGRAMA BOLSA FAMILIA
08 Assistência Social
244 Assistência Comunitária
1 Recursos do Exercício Corrente
29 Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência S
3 DESPESAS CORRENTES

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA 1 108.000,00
020801 FUNDO MUNICIPAL DE ASISTENCIA SOCIAL
2102 MANUTENCAO DO PROGRAMA D APOIO A FAMILIA - PAIF
08 Assistência Social
244 Assistência Comunitária
1 Recursos do Exercício Corrente
29 Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência S
3 DESPESAS CORRENTES

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA 1 5.000,00
020801 FUNDO MUNICIPAL DE ASISTENCIA SOCIAL
2109 MANUTENCAO DO PROG. IGD
08 Assistência Social
244 Assistência Comunitária
1 Recursos do Exercício Corrente
29 Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência S
3 DESPESAS CORRENTES

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA 1 7.000,00
020801 FUNDO MUNICIPAL DE ASISTENCIA SOCIAL
2109 MANUTENCAO DO PROG. IGD
08 Assistência Social
244 Assistência Comunitária
1 Recursos do Exercício Corrente
29 Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência S
4 DESPESAS DE CAPITAL

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA 1 50.000,00
020801 FUNDO MUNICIPAL DE ASISTENCIA SOCIAL
2130 MANUT.E ENCARGOS COM GABINETE DO SECRETÁRIO DE AÇÃO SOCIAL
08 Assistência Social
244 Assistência Comunitária
1 Recursos do Exercício Corrente
00 Recursos Ordinários
3 DESPESAS CORRENTES

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA 1 8.000,00
020801 FUNDO MUNICIPAL DE ASISTENCIA SOCIAL
2164 MANUT COM FUNDO PARTILHADO INVESTIMENTOS PARTILHADOS-FUPIS
08 Assistência Social
244 Assistência Comunitária
1 Recursos do Exercício Corrente
43 Transferência de recursos do Estado para ações de Assistência
3 DESPESAS CORRENTES

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA 1 6.000,00
020801 FUNDO MUNICIPAL DE ASISTENCIA SOCIAL
2168 MANUTENCAO DO PROGRAMA APOIO A PESSOA COM DEFICIENCIA-APCD
08 Assistência Social
244 Assistência Comunitária
1 Recursos do Exercício Corrente
00 Recursos Ordinários
3 DESPESAS CORRENTES

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA 1 365.000,00
020801 FUNDO MUNICIPAL DE ASISTENCIA SOCIAL
2170 MANUTENCAO E ENC. COM FUNDO MUN. DE ASIST. SOCIAL
08 Assistência Social
244 Assistência Comunitária
1 Recursos do Exercício Corrente
00 Recursos Ordinários
3 DESPESAS CORRENTES

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 15.000,00
020801 FUNDO MUNICIPAL DE ASISTENCIA SOCIAL
2170 MANUTENCAO E ENC. COM FUNDO MUN. DE ASIST. SOCIAL
08 Assistência Social
244 Assistência Comunitária
1 Recursos do Exercício Corrente
00 Recursos Ordinários
4 DESPESAS DE CAPITAL

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 22.000,00
020801 FUNDO MUNICIPAL DE ASISTENCIA SOCIAL
2191 MANUTENÇÃO PROGRAMA MULHER RURAL
08 Assistência Social
244 Assistência Comunitária
1 Recursos do Exercício Corrente
43 Transferência de recursos do Estado para ações de Assistência
3 DESPESAS CORRENTES

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 1.000,00
020801 FUNDO MUNICIPAL DE ASISTENCIA SOCIAL
2193 MANUTENÇÃO COM PROGRAMA COFINANCIAMENTO
08 Assistência Social
244 Assistência Comunitária
1 Recursos do Exercício Corrente
43 Transferência de recursos do Estado para ações de Assistência
4 DESPESAS DE CAPITAL

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 30.000,00
020801 FUNDO MUNICIPAL DE ASISTENCIA SOCIAL
2193 MANUTENÇÃO COM PROGRAMA COFINANCIAMENTO
08 Assistência Social
244 Assistência Comunitária
1 Recursos do Exercício Corrente
43 Transferência de recursos do Estado para ações de Assistência
3 DESPESAS CORRENTES

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 108.000,00
020801 FUNDO MUNICIPAL DE ASISTENCIA SOCIAL
2194 MANUTENÇÃO COM O PROGRMA SCFV
08 Assistência Social
244 Assistência Comunitária
1 Recursos do Exercício Corrente
29 Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência S
3 DESPESAS CORRENTES

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 1.000,00
020802 FUNDO MUNICIPAL DA CRIANCA E DO ADOLESCENTE
2107 MANT. E ENC. COM O FUNDO MUN. DA CÇA E DO ADOLE
08 Assistência Social
243 Assistência à Criança e ao Adolescente
1 Recursos do Exercício Corrente
00 Recursos Ordinários
4 DESPESAS DE CAPITAL

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 5.000,00
020802 FUNDO MUNICIPAL DA CRIANCA E DO ADOLESCENTE
2107 MANT. E ENC. COM O FUNDO MUN. DA CÇA E DO ADOLE
08 Assistência Social
243 Assistência à Criança e ao Adolescente
1 Recursos do Exercício Corrente
00 Recursos Ordinários
3 DESPESAS CORRENTES

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 54.000,00
020802 FUNDO MUNICIPAL DA CRIANCA E DO ADOLESCENTE
2167 MANUTENCAO DA CASA DE APOIO DA CRIANCA E DO ADOLESCENTE
08 Assistência Social
243 Assistência à Criança e ao Adolescente
1 Recursos do Exercício Corrente
00 Recursos Ordinários
3 DESPESAS CORRENTES

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA - MT

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO INICIAL 2020)

Lei: 502, Data: 08/07/2019

2020

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 0 — 7.000,00
020805 GERENCIA DE PROMOÇÃO SOCIAL
2046 MANUTENÇÃO COM O CONSELHO TUTELAR
08 Assistência Social
243 Assistência à Criança e ao Adolescente
1 Recursos do Exercício Corrente
00 Recursos Ordinários
4 DESPESAS DE CAPITAL

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 0 — 129.000,00
020805 GERENCIA DE PROMOÇÃO SOCIAL
2046 MANUTENÇÃO COM O CONSELHO TUTELAR
08 Assistência Social
243 Assistência à Criança e ao Adolescente
1 Recursos do Exercício Corrente
00 Recursos Ordinários
3 DESPESAS CORRENTES

Total Geral do Programa: 1.192.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA - MT

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO INICIAL 2020)

Lei: 502, Data: 08/07/2019

2020

Programa Descrição

0082 PREVIDENCIA

Metas

Indicadores	*Unidade de Medida*		*Indice Recente*	*Indice Futuro*
PREVIDENCIA	UNIDA	UNIDADE	1	1

Ações

Entidade Unid.Orçam. Proj.Ativ. Função SubFunção FonGrupo FonCódigo Categoria — *Meta* — *Valor*

0004 CURVELANDIA PREV — 1 — 165.000,00
031002 FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DO SERV. DE
2015 MANUTENCAO E ENCARGOS COM INATIVOS E PENSIONISTAS
09 Previdência Social
272 Previdência do Regime Estatutário
1 Recursos do Exercício Corrente
50 Recursos do Regime Próprio de Previdência (RPPS)
3 DESPESAS CORRENTES

0004 CURVELANDIA PREV — 1 — 340.000,00
031002 FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DO SERV. DE
2016 MANUTENCAO DE BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS
09 Previdência Social
272 Previdência do Regime Estatutário
1 Recursos do Exercício Corrente
50 Recursos do Regime Próprio de Previdência (RPPS)
3 DESPESAS CORRENTES

0004 CURVELANDIA PREV — 1 — 847.000,00
031002 FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DO SERV. DE
2017 RESERVA DO RPPS
99 Reserva de Contingência
999 Reserva de Contingência
1 Recursos do Exercício Corrente
50 Recursos do Regime Próprio de Previdência (RPPS)
9 RESERVA DE CONTINGêNCIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA - MT
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO INICIAL 2020)
2020

Lei: 502, Data: 08/07/2019

0004 CURVELANDIA PREV — 1 — 5.000,00
031002 FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DO SERV. DE
2112 MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O RPPS
09 Previdência Social
272 Previdência do Regime Estatutário
1 Recursos do Exercício Corrente
50 Recursos do Regime Próprio de Previdência (RPPS)
4 DESPESAS DE CAPITAL

0004 CURVELANDIA PREV — 1 — 133.000,00
031002 FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DO SERV. DE
2112 MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O RPPS
09 Previdência Social
272 Previdência do Regime Estatutário
1 Recursos do Exercício Corrente
50 Recursos do Regime Próprio de Previdência (RPPS)
3 DESPESAS CORRENTES

0004 CURVELANDIA PREV — 1 — 10.000,00
031002 FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DO SERV. DE
2113 COMPENSAÇÃO PREVIDENCIARIA
09 Previdência Social
272 Previdência do Regime Estatutário
1 Recursos do Exercício Corrente
50 Recursos do Regime Próprio de Previdência (RPPS)
3 DESPESAS CORRENTES

Total Geral do Programa: 1.500.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA - MT
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO INICIAL 2020)
2020

Lei: 502, Data: 08/07/2019

Programa Descrição
0088 TRANSPORTE RODOVIARIO

Metas

Indicadores	*Unidade de Medida*		*Indice Recente*	*Indice Futuro*
TRANSPORTE RODOVIARIO	UNIDA	UNIDADE	1	1

Ações

Entidade Unid.Orçam. Proj.Ativ. Função SubFunção FonGrupo FonCódigo Categoria — *Meta* — *Valor*

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 150.000,00
020601 GERENCIA DE OBRAS E SERVICOS PUBLICOS
1009 AQUISIÇÃO DE VEÍCULO FETHAB
26 Transporte
782 Transporte Rodoviário
1 Recursos do Exercício Corrente
30 Recursos do Fundo de Transporte e Habitação – FETHAB
4 DESPESAS DE CAPITAL

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 20.000,00
020601 GERENCIA DE OBRAS E SERVICOS PUBLICOS
1013 CONSTRUÇÃO DE COBERTURA DE PONTO DE ONIBUS
26 Transporte
782 Transporte Rodoviário
1 Recursos do Exercício Corrente
00 Recursos Ordinários
3 DESPESAS CORRENTES

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 250.000,00
020601 GERENCIA DE OBRAS E SERVICOS PUBLICOS
1039 CONSTRUCAO DE PONTES E BUEIROS
26 Transporte
782 Transporte Rodoviário
1 Recursos do Exercício Corrente
30 Recursos do Fundo de Transporte e Habitação – FETHAB
4 DESPESAS DE CAPITAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA - MT

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO INICIAL 2020)

Lei: 502, Data: 08/07/2019

2020

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 200.000,00
020601 GERENCIA DE OBRAS E SERVICOS PUBLICOS
1041 AQ. DE VEICULOS, CAMINHOES E MAQUINAS PESADAS
26 Transporte
782 Transporte Rodoviário
1 Recursos do Exercício Corrente
30 Recursos do Fundo de Transporte e Habitação – FETHAB
4 DESPESAS DE CAPITAL

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 146.000,00
020601 GERENCIA DE OBRAS E SERVICOS PUBLICOS
2079 MANUTENCAO DE VEICULOS E MAQUINAS
26 Transporte
782 Transporte Rodoviário
1 Recursos do Exercício Corrente
00 Recursos Ordinários
3 DESPESAS CORRENTES

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA — 1 — 360.000,00
020601 GERENCIA DE OBRAS E SERVICOS PUBLICOS
2080 MANUTENCAO DE ESTRADAS PRINCIPAIS E VICINAIS
26 Transporte
782 Transporte Rodoviário
1 Recursos do Exercício Corrente
30 Recursos do Fundo de Transporte e Habitação – FETHAB
3 DESPESAS CORRENTES

Total Geral do Programa: 1.126.000,00

Total Geral da LDO: 19.320.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA - MT

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

METAS ANUAIS

2020

Lei: 502, Data: 08/07/2019

AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art. 4º, § 1º) — R$ 1,00

PASSIVOS CONTIGENTES	2020				2021				2022			
	Vl. Corrente (a)	Vl. Constante	% PIB (a/PIB)x100	% RCL (a/PIB)x100	Vl. Corrente (b)	Vl. Constante	% PIB (b/PIB)x100	RCL (b/PIB)x100	Vl. Corrente (c)	Vl. Constante	% PIB (c/PIB)x100	% RCL (c/PIB)x100
Receita Total	16.964.825,73	16.034.806,93	184.400.279,64780	122,93350	17.897.891,14	16.034.806,93	325.416.202,59300	126,04150	18.882.275,16	16.034.806,93	343.314.093,73560	125,88180
Receitas Primárias (I)	16.807.367,61	15.885.980,73	182.688.778,34080	121,79250	17.731.772,83	15.885.980,73	322.395.869,55930	124,87160	18.707.020,33	15.885.980,73	340.127.642,38500	124,71350
Despesa Total	15.224.565,12	14.389.948,13	165.484.403,47300	110,32290	16.061.916,20	14.389.948,13	292.034.840,01990	113,11210	16.945.321,59	14.389.948,13	308.096.756,22100	112,96880
Despesas Primárias (II)	15.180.836,84	14.348.617,05	165.009.096,05680	110,00610	16.015.782,86	14.348.617,05	291.196.052,05960	112,78720	16.896.650,92	14.348.617,05	307.211.834,92290	112,64430
Resultado Primário (III) = (I - II)	1.626.530,77	1.537.363,68	17.679.682,28400	11,78640	1.715.989,96	1.537.363,68	31.199.817,49970	12,08440	1.810.369,41	1.537.363,68	32.915.807,46210	12,06920
Resultado Nominal	0,00	0,00	0,00000	0,00000	0,00	0,00	0,00000	0,00000	0,00	0,00	0,00000	0,00000
Dívida Pública Consolidada	0,00	0,00	0,00000	0,00000	0,00	0,00	0,00000	0,00000	0,00	0,00	0,00000	0,00000
Dívida Consolidada Líquida	0,00	0,00	0,00000	0,00000	0,00	0,00	0,00000	0,00000	0,00	0,00	0,00000	0,00000
Receitas Primárias advindas de PPP (IV)	0,00	0,00	0,00000	0,00000	0,00	0,00	0,00000	0,00000	0,00	0,00	0,00000	0,00000
Despesas Primárias geradas por PPP (V)	0,00	0,00	0,00000	0,00000	0,00	0,00	0,00000	0,00000	0,00	0,00	0,00000	0,00000
Impacto de saldo das PPP (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,00000	0,00000	0,00	0,00	0,00000	0,00000	0,00	0,00	0,00000	0,00000

FONTE: SCPI - PPA [8.21.25.56], PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA, Data/hora da emissão: 09/jul/2019 08h e 47m"

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA - MT

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

2020 **Lei: 502, Data: 08/07/2019**

AMF - Demonstrativo 2 (LRF, art. 4º, §2º, inciso I) R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas 2018 (a)	% PIB	% RCL	Metas Realizadas 2018 (b)	% PIB	% RCL	Variação	
							Valor (c)=(b-a)	% (c/a)x100
Receita Total	16.378.322,04	172.949.546,32180	127,95560	15.990.975,33	168.859.295,98730	124,92950	-387.346,71	-2,36000
Receitas Primárias (I)	16.181.922,78	170.875.636,52260	126,42130	15.842.555,95	167.292.037,48680	123,77000	-339.366,83	-2,10000
Despesa Total	14.318.689,75	151.200.525,36040	111,86480	14.350.612,80	151.537.621,96410	112,11420	31.923,05	0,22000
Despesa Primárias (II)	14.281.295,98	150.805.659,78310	111,57260	14.309.394,70	151.102.372,75610	111,79210	28.098,72	0,20000
Resultado Primário (I - II)	1.900.626,80	20.069.976,73950	14,84870	1.533.161,25	16.189.664,73070	11,97790	-367.465,55	-19,33390
Resultado Nominal	0,00	0,00000	0,00000	0,00	0,00000	0,00000	0,00	0,00000
Dívida Pública Consolidada	0,00	0,00000	0,00000	0,00	0,00000	0,00000	0,00	0,00000
Dívida Consolidada Líquida	0,00	0,00000	0,00000	0,00	0,00000	0,00000	0,00	0,00000

FONTE: SCPI - PPA [8.21.25.56], PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA, Data/hora da emissão: 09/jul/2019 08h e 48m"

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA - MT

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

2020 **Lei: 502, Data: 08/07/2019**

AMF - Demonstrativo 3 (LRF, art. 4º, §2º, inciso II) R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES									
	2017	2018	%	2019	%	2020	%	2021	%	2022	%
Receita Total	15.686.470,10	16.378.322,04	4,41	16.515.053,06	0,83	16.964.825,73	2,72	17.897.891,14	5,50	18.882.275,16	5,50
Receitas Primárias (I)	15.481.342,90	16.181.922,78	4,53	16.337.472,51	0,96	16.807.367,61	2,88	17.731.772,83	5,50	18.707.020,33	5,50
Despesa Total	15.066.640,17	14.318.689,75	-4,96	12.907.667,53	-9,85	15.224.565,12	17,95	16.061.916,20	5,50	16.945.321,59	5,50
Despesas Primárias (II)	15.028.575,52	14.281.295,98	-4,97	12.866.585,54	-9,91	15.180.836,84	17,99	16.015.782,86	5,50	16.896.650,92	5,50
Resultado Primário (III) = (I - II)	452.767,37	1.900.626,80	319,78	3.470.886,97	82,62	1.626.530,77	-53,14	1.715.989,96	5,50	1.810.369,41	5,50
Resultado Nominal	0,00	0,00	0,00	-285.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Pública Consolidada	0,00	0,00	0,00	85.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Consolidada Líquida	0,00	0,00	0,00	950.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES									
	2017	2018	%	2019	%	2020	%	2021	%	2022	%
Receita Total	14.896.932,67	15.598.401,94	4,71	15.728.621,96	0,83	16.034.806,93	1,95	16.034.806,93	0,00	16.034.806,93	0,00
Receitas Primárias (I)	14.702.130,01	15.411.355,03	4,82	15.559.497,63	0,96	15.885.980,73	2,10	15.885.980,73	0,00	15.885.980,73	0,00
Despesa Total	14.308.300,26	13.636.847,38	-4,69	12.293.016,69	-9,85	14.389.948,13	17,06	14.389.948,13	0,00	14.389.948,13	0,00
Despesas Primárias (II)	14.272.151,49	13.601.234,27	-4,70	12.253.890,99	-9,91	14.348.617,05	17,09	14.348.617,05	0,00	14.348.617,05	0,00
Resultado Primário (III) = (I - II)	429.978,51	1.810.120,76	320,98	3.305.606,64	82,62	1.537.363,68	-53,49	1.537.363,68	0,00	1.537.363,68	0,00
Resultado Nominal	0,00	0,00	0,00	-271.428,57	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Pública Consolidada	0,00	0,00	0,00	80.952,38	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Consolidada Líquida	0,00	0,00	0,00	904.761,90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: SCPI - PPA [8.21.25.56], PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA, Data/hora da emissão: 09/jul/2019 08h e 49m"

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA - MT

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

2020

Lei: 502, Data: 08/07/2019

AMF - Demonstrativo 4 (LRF, art. 4º, §2º, inciso III) R$ 1,00

REGIME NORMAL						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2018	%	2017	%	2016	%
Patrimônio/Capital	15.673.757,74	100,000	13.873.976,40	100,000	11.767.861,81	100,000
Reservas	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000
Resultado Acumulado	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000
TOTAL	15.673.757,74	100,00	13.873.976,40	100,00	11.767.861,81	100,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2018	%	2017	%	2016	%
Patrimônio	1.292.423,82	100,000	1.306.900,90	100,000	-37.881.623,70	100,000
Reservas	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000
Lucros ou Prejuízos Acumulados	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000
TOTAL	1.292.423,82	100,00	1.306.900,90	100,00	-37.881.623,70	100,00

FONTE: SCPI - PPA [8.21.25.56], PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA, Data/hora da emissão: 09/jul/2019 08h e 49m"

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA - MT

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS

2020 **Lei: 502, Data: 08/07/2019**

AMF – Demonstrativo 5 (LRF, art.4o, § 2o, inciso III) R$ 1,00

RECEITAS REALIZADAS	2018 (a)	2017 (b)	2016 (c)
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00
Receita de Rendimentos de Aplicações Financeiras	0,00	0,00	0,00

DESPESAS EXECUTADAS	2018 (d)	2017 (e)	2016 (f)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES REGIMES PREVIDÊNCIA	0,00	0,00	0,00
Regime Geral de Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00
VALOR(III)	(g) = ((Ia – IId) + IIIh)	(h) = ((Ib – IIe) + IIIi)	(i) = (Ic – IIf)
	0,00	0,00	0,00

FONTE: SCPI - PPA [8.21.25.56], PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA, Data/hora da emissão: 09/jul/2019 08h e 49m"

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA - MT

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS

2020 **Lei: 502, Data: 08/07/2019**

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a") R$ 1,00

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

PLANO PREVIDENCIÁRIO

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2018	2017	2016
RECEITAS CORRENTES(I)	993.004,00	1.835.929,24	1.831.127,87
Receita de Contribuições dos Segurados	407.999,83	459.867,14	430.616,66
Civil	407.999,83	459.867,14	430.616,66
Ativo	407.999,83	459.867,14	430.616,66
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	743.289,32	535.935,60
Civil	0,00	743.289,32	535.935,60
Ativo	0,00	743.289,32	535.935,60
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
...	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	585.004,17	632.772,78	864.575,61
Receitas Imobiliárias	585.004,17	632.772,78	864.575,61
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00
Aportes Periódicos Amort Déficit Atuarial (II)	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL(III)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS PREVID (IV) = (I + III - II)	993.004,00	1.835.929,24	1.831.127,87

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2018	2017	2016
ADMINISTRAÇÃO(V)	414.403,19	392.288,72	305.248,65
Despesas Correntes	414.403,19	392.288,72	305.248,65
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA(VI)	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Civil	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Compensação Previd. do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
TOTAL DESPESAS PREVID RPPS (VII) = (V + VI)	414.403,19	392.288,72	305.248,65

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA - MT

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS

2020 **Lei: 502, Data: 08/07/2019**

	2018	2017	2016
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VIII) = (IV – VII)	578.600,81	1.443.640,52	1.525.879,22

RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	2018	2017	2016
VALOR	1.500.000,00	0,00	0,00

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	2018	2017	2016
VALOR	1.500.000,00	0,00	0,00

APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	2018	2017	2016
Plano de Amort. - Contr. Patronal Suplementar	0,00	0,00	0,00
Plano de Amort. - Aporte Periódico de Val. Predef.	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00

BENS E DIREITOS DO RPPS	2018	2017	2016
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00	0,00	0,00
Investimentos e Aplicações	0,00	0,00	0,00
Outro Bens e Direitos	0,00	0,00	0,00

PLANO FINANCEIRO

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2018	2017	2016
RECEITAS CORRENTES(IX)	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
...	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL(X)	0,00	0,00	0,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA - MT

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS

2020 **Lei: 502, Data: 08/07/2019**

Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (XI) = (IX	0,00	0,00	0,00

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2018	2017	2016
ADMINISTRAÇÃO(XII)	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA(XIII)	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Civil	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Compensação Previd. do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (XIV) = (X	0,00	0,00	0,00

	2018	2017	2016
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (XV) = (XI – XIV)	0,00	0,00	0,00

APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO FINANCEIRO DO RRPS	2018	2017	2016
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financei	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00

FONTE: SCPI - PPA [8.21.25.56], PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA, Data/hora da emissão: 09/jul/2019 08h e 50m"

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA - MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDENCIA

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

2020 **Lei: 502, Data: 08/07/2019**

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II) R$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITA PREVIDENCIÁRIA (a)	DESPESA PREVIDENCIÁRIA (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
		PLANO PREVIDENCIÁRIO		
2019	1.551.684,74	328.557,65	1.223.127,09	1.223.127,09
2020	1.628.559,84	352.926,80	1.275.633,04	2.498.760,13
2021	1.699.061,01	412.631,97	1.286.429,04	3.785.189,17
2022	1.769.882,82	461.021,45	1.308.861,37	5.094.050,54
2023	1.850.023,32	490.688,71	1.359.334,61	6.453.385,15
2024	1.988.277,46	602.550,40	1.385.727,06	7.839.112,21
2025	2.071.911,05	637.341,61	1.434.569,44	9.273.681,65
2026	2.148.922,48	684.336,74	1.464.585,74	10.738.267,39
2027	2.235.466,40	724.222,77	1.511.243,63	12.249.511,02
2028	2.325.229,76	767.095,32	1.558.134,44	13.807.645,46
2029	2.408.263,46	811.854,71	1.596.408,75	15.404.054,21
2030	2.501.476,78	860.690,20	1.640.786,58	17.044.840,79
2031	2.547.272,35	1.058.150,42	1.489.121,93	18.533.962,72
2032	2.611.974,36	1.166.662,55	1.445.311,81	19.979.274,53
2033	2.662.596,43	1.315.109,01	1.347.487,42	21.326.761,95
2034	2.829.152,14	1.719.753,33	1.109.398,81	22.436.160,76
2035	2.879.113,52	1.821.210,45	1.057.903,07	23.494.063,83
2036	2.905.628,31	1.943.181,15	962.447,16	24.456.510,99
2037	2.861.441,83	2.323.704,57	537.737,26	24.994.248,25
2038	2.802.879,42	2.641.243,54	161.635,88	25.155.884,13
2039	2.794.944,59	2.921.117,35	-126.172,76	25.029.711,37
2040	2.749.801,23	3.061.810,96	-312.009,73	24.717.701,64
2041	2.694.580,52	3.144.294,04	-449.713,52	24.267.988,12
2042	2.426.616,83	3.822.743,60	-1.396.126,77	22.871.861,35
2043	2.257.879,63	4.034.608,84	-1.776.729,21	21.095.132,14
2044	2.033.457,95	4.236.295,00	-2.202.837,05	18.892.295,09
2045	1.904.382,30	4.226.978,92	-2.322.596,62	16.569.698,47
2046	1.767.992,80	4.218.184,57	-2.450.191,77	14.119.506,70
2047	1.623.797,24	4.210.027,26	-2.586.230,02	11.533.276,68
2048	1.471.266,98	4.202.611,05	-2.731.344,07	8.801.932,61
2049	838.978,71	4.125.119,91	-3.286.141,20	5.515.791,41
2050	642.262,82	4.109.898,16	-3.467.635,34	2.048.156,07
2051	515.550,83	4.094.882,33	-3.579.331,50	-1.531.175,43
2052	540.552,11	4.080.059,84	-3.539.507,73	-5.070.683,16
2053	567.056,87	4.065.406,22	-3.498.349,35	-8.569.032,51
2054	595.155,47	4.050.894,80	-3.455.739,33	-12.024.771,84
2055	624.943,39	4.036.490,55	-3.411.547,16	-15.436.319,00
2056	656.521,76	4.022.105,50	-3.365.583,74	-18.801.902,74
2057	689.998,07	4.007.631,80	-3.317.633,73	-22.119.536,47
2058	725.486,26	3.992.929,53	-3.267.443,27	-25.386.979,74
2059	763.107,19	3.977.814,95	-3.214.707,76	-28.601.687,50
2060	802.988,69	3.962.048,20	-3.159.059,51	-31.760.747,01
2061	845.266,19	3.945.334,46	-3.100.068,27	-34.860.815,28
2062	890.083,47	3.927.503,30	-3.037.419,83	-37.898.235,11
2063	937.593,02	3.908.470,88	-2.970.877,86	-40.869.112,97
2064	987.956,47	3.888.154,15	-2.900.197,68	-43.769.310,65
2065	1.041.344,97	3.866.479,92	-2.825.134,95	-46.594.445,60
2066	1.097.939,80	3.843.413,33	-2.745.473,53	-49.339.919,13
2067	1.157.933,38	3.818.818,77	-2.660.885,39	-52.000.804,52
2068	1.221.529,70	3.792.620,15	-2.571.090,45	-54.571.894,97
2069	1.288.945,06	3.764.692,81	-2.475.747,75	-57.047.642,72
2070	1.360.408,48	3.734.932,38	-2.374.523,90	-59.422.166,62
2071	1.436.162,67	3.703.265,01	-2.267.102,34	-61.689.268,96
2072	1.516.465,08	3.669.622,14	-2.153.157,06	-63.842.426,02
2073	1.601.588,69	3.633.912,75	-2.032.324,06	-65.874.750,08
2074	1.691.822,87	3.596.010,89	-1.904.188,02	-67.778.938,10
2075	1.787.474,17	3.555.738,66	-1.768.264,49	-69.547.202,59

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA - MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDENCIA
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL
2020

Lei: 502, Data: 08/07/2019

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II) R$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITA PREVIDENCIÁRIA (a)	DESPESA PREVIDENCIÁRIA (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
		PLANO PREVIDENCIÁRIO		
2076	1.888.867,43	3.512.858,20	-1.623.990,77	-71.171.193,36
2077	1.996.347,20	3.467.092,30	-1.470.745,10	-72.641.938,46
2078	2.110.278,71	3.418.183,28	-1.307.904,57	-73.949.843,03
2079	2.231.049,19	3.365.982,27	-1.134.933,08	-75.084.776,11
2080	2.359.068,89	3.310.323,67	-951.254,78	-76.036.030,89
2081	2.494.772,60	3.250.888,38	-756.115,78	-76.792.146,67
2082	2.638.621,36	3.187.324,78	-548.703,42	-77.340.850,09
2083	2.791.103,93	3.119.347,29	-328.243,36	-77.669.093,45
2084	2.952.738,46	3.046.861,94	-94.123,48	-77.763.216,93
2085	3.124.073,96	2.969.817,05	154.256,91	-77.608.960,02
2086	3.305.692,36	2.888.031,58	417.660,78	-77.191.299,24
2087	3.498.210,63	2.801.323,33	696.887,30	-76.494.411,94
2088	3.702.282,81	2.709.605,69	992.677,12	-75.501.734,82
2089	3.918.602,24	2.612.998,74	1.305.603,50	-74.196.131,32
2090	4.147.903,68	2.511.697,07	1.636.206,61	-72.559.924,71
2091	4.390.965,90	2.405.799,16	1.985.166,74	-70.574.757,97
2092	4.648.614,56	2.295.439,00	2.353.175,56	-68.221.582,41
2093	4.921.724,88	2.180.872,09	2.740.852,79	-65.480.729,62

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA - MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDENCIA

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

2020 **Lei: 502, Data: 08/07/2019**

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II) R$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITA PREVIDENCIÁRIA (a)	DESPESA PREVIDENCIÁRIA (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
		PLANO FINANCEIRO		
2019	1.551.684,74	328.557,65	1.223.127,09	1.223.127,09
2020	1.628.559,84	352.926,80	1.275.633,04	2.498.760,13
2021	1.699.061,01	412.631,97	1.286.429,04	3.785.189,17
2022	1.769.882,82	461.021,45	1.308.861,37	5.094.050,54
2023	1.850.023,32	490.688,71	1.359.334,61	6.453.385,15
2024	1.988.277,46	602.550,40	1.385.727,06	7.839.112,21
2025	2.071.911,05	637.341,61	1.434.569,44	9.273.681,65
2026	2.148.922,48	684.336,74	1.464.585,74	10.738.267,39
2027	2.235.466,40	724.222,77	1.511.243,63	12.249.511,02
2028	2.325.229,76	767.095,32	1.558.134,44	13.807.645,46
2029	2.408.263,46	811.854,71	1.596.408,75	15.404.054,21
2030	2.501.476,78	860.690,20	1.640.786,58	17.044.840,79
2031	2.547.272,35	1.058.150,42	1.489.121,93	18.533.962,72
2032	2.611.974,36	1.166.662,55	1.445.311,81	19.979.274,53
2033	2.662.596,43	1.315.109,01	1.347.487,42	21.326.761,95
2034	2.829.152,14	1.719.753,33	1.109.398,81	22.436.160,76
2035	2.879.113,52	1.821.210,45	1.057.903,07	23.494.063,83
2036	2.905.628,31	1.943.181,15	962.447,16	24.456.510,99
2037	2.861.441,83	2.323.704,57	537.737,26	24.994.248,25
2038	2.802.879,42	2.641.243,54	161.635,88	25.155.884,13
2039	2.794.944,59	2.921.117,35	-126.172,76	25.029.711,37
2040	2.749.801,23	3.061.810,96	-312.009,73	24.717.701,64
2041	2.694.580,52	3.144.294,04	-449.713,52	24.267.988,12
2042	2.426.616,83	3.822.743,60	-1.396.126,77	22.871.861,35
2043	2.257.879,63	4.034.608,84	-1.776.729,21	21.095.132,14
2044	2.033.457,95	4.236.295,00	-2.202.837,05	18.892.295,09
2045	1.904.382,30	4.226.978,92	-2.322.596,62	16.569.698,47
2046	1.767.992,80	4.218.184,57	-2.450.191,77	14.119.506,70
2047	1.623.797,24	4.210.027,26	-2.586.230,02	11.533.276,68
2048	1.471.266,98	4.202.611,05	-2.731.344,07	8.801.932,61
2049	838.978,71	4.125.119,91	-3.286.141,20	5.515.791,41
2050	642.262,82	4.109.898,16	-3.467.635,34	2.048.156,07
2051	515.550,83	4.094.882,33	-3.579.331,50	-1.531.175,43
2052	540.552,11	4.080.059,84	-3.539.507,73	-5.070.683,16
2053	567.056,87	4.065.406,22	-3.498.349,35	-8.569.032,51
2054	595.155,47	4.050.894,80	-3.455.739,33	-12.024.771,84
2055	624.943,39	4.036.490,55	-3.411.547,16	-15.436.319,00
2056	656.521,76	4.022.105,50	-3.365.583,74	-18.801.902,74
2057	689.998,07	4.007.631,80	-3.317.633,73	-22.119.536,47
2058	725.486,26	3.992.929,53	-3.267.443,27	-25.386.979,74
2059	763.107,19	3.977.814,95	-3.214.707,76	-28.601.687,50
2060	802.988,69	3.962.048,20	-3.159.059,51	-31.760.747,01
2061	845.266,19	3.945.334,46	-3.100.068,27	-34.860.815,28
2062	890.083,47	3.927.503,30	-3.037.419,83	-37.898.235,11
2063	937.593,02	3.908.470,88	-2.970.877,86	-40.869.112,97
2064	987.956,47	3.888.154,15	-2.900.197,68	-43.769.310,65
2065	1.041.344,97	3.866.479,92	-2.825.134,95	-46.594.445,60
2066	1.097.939,80	3.843.413,33	-2.745.473,53	-49.339.919,13
2067	1.157.933,38	3.818.818,77	-2.660.885,39	-52.000.804,52
2068	1.221.529,70	3.792.620,15	-2.571.090,45	-54.571.894,97
2069	1.288.945,06	3.764.692,81	-2.475.747,75	-57.047.642,72
2070	1.360.408,48	3.734.932,38	-2.374.523,90	-59.422.166,62
2071	1.436.162,67	3.703.265,01	-2.267.102,34	-61.689.268,96
2072	1.516.465,08	3.669.622,14	-2.153.157,06	-63.842.426,02
2073	1.601.588,69	3.633.912,75	-2.032.324,06	-65.874.750,08
2074	1.691.822,87	3.596.010,89	-1.904.188,02	-67.778.938,10
2075	1.787.474,17	3.555.738,66	-1.768.264,49	-69.547.202,59

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA - MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDENCIA
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL
2020

Lei: 502, Data: 08/07/2019

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II) R$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITA PREVIDENCIÁRIA (a)	DESPESA PREVIDENCIÁRIA (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
		PLANO FINANCEIRO		
2076	1.888.867,43	3.512.858,20	-1.623.990,77	-71.171.193,36
2077	1.996.347,20	3.467.092,30	-1.470.745,10	-72.641.938,46
2078	2.110.278,71	3.418.183,28	-1.307.904,57	-73.949.843,03
2079	2.231.049,19	3.365.982,27	-1.134.933,08	-75.084.776,11
2080	2.359.068,89	3.310.323,67	-951.254,78	-76.036.030,89
2081	2.494.772,60	3.250.888,38	-756.115,78	-76.792.146,67
2082	2.638.621,36	3.187.324,78	-548.703,42	-77.340.850,09
2083	2.791.103,93	3.119.347,29	-328.243,36	-77.669.093,45
2084	2.952.738,46	3.046.861,94	-94.123,48	-77.763.216,93
2085	3.124.073,96	2.969.817,05	154.256,91	-77.608.960,02
2086	3.305.692,36	2.888.031,58	417.660,78	-77.191.299,24
2087	3.498.210,63	2.801.323,33	696.887,30	-76.494.411,94
2088	3.702.282,81	2.709.605,69	992.677,12	-75.501.734,82
2089	3.918.602,24	2.612.998,74	1.305.603,50	-74.196.131,32
2090	4.147.903,68	2.511.697,07	1.636.206,61	-72.559.924,71
2091	4.390.965,90	2.405.799,16	1.985.166,74	-70.574.757,97
2092	4.648.614,56	2.295.439,00	2.353.175,56	-68.221.582,41
2093	4.921.724,88	2.180.872,09	2.740.852,79	-65.480.729,62

FONTE: SCPI - PPA [8.21.25.56], PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA, Data/hora da emissão: 09/jul/2019 08h e 50m"

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA - MT

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
2020

Lei: 502, Data: 08/07/2019

AMF –Demonstrativo 7 (LRF, art. 4°, § 2°, inciso V) R$ 1,00

TRIBUTOS	MODALIDADE	SETOR / PROGRAMAS BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2020	2021	2022	
IPTU		DESCONTO IPTU APONSENTADO	15.000,00	20.000,00	25.000,00	UTILIZAÇÃO DA RESERVA DE CONTIGÊNCIA
DIVA ATIVA		DESCONTOS DE MULTAS E JUROS DA DIVIDA ATIVA	21.500,00	24.800,00	28.350,00	UTILIZAÇÃO DA RESERVA DE CONTIGÊNCIA

FONTE: SCPI - PPA [8.21.25.56], PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA, Data/hora da emissão: 09/jul/2019 08h e 50m"

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA - MT

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO

2020 **Lei: 502, Data: 08/07/2019**

AMF –Demonstrativo 8 (LRF, art. 4°, § 2°, inciso V) R$ 1,00

EVENTOS	Valor Previsto para 2020
Aumento Permanente da Receita	650.000,00
(-) Transferências Constitucionais	120.000,00
(-) Transferências ao FUNDEB	25.000,00
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	505.000,00
Redução Permanente de Despesa (II)	18.000,00
Margem Bruta (III) = (I+II)	523.000,00
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	0,00
Novas DOCC	0,00
Novas DOCC geradas por PPP	0,00
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)	523.000,00

FONTE: SCPI - PPA [8.21.25.56], PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA, Data/hora da emissão: 09/jul/2019 08h e 51m"

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA - MT

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE RISCOS FISCAIS

DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS

2020 **Lei: 502, Data: 08/07/2019**

ARF (LRF, art 4o, § 3°) R$ 1,00

PASSIVOS CONTIGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
PASSIVOS CONTINGENTES	0,00		0,00
Demandas Judiciais	1.500,00	UTILIZAÇÃO DA RESERVA DE CONTIGÊNCIA	1.500,00
Dívidas em Processo de Reconhecimento	0,00		0,00
Avais e Garantias Concedidas	0,00		0,00
Assunção de Passivos	0,00		0,00
Assistências Diversas	10.000,00	UTILIZAÇÃO DA RESERVA DE CONTIGÊNCIA	10.000,00
Outros Passivos Contingentes	150.000,00	UTILIZAÇÃO DA RESERVA DE CONTIGÊNCIA	150.000,00
SUBTOTAL	161.500,00	SUBTOTAL	161.500,00
DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS	0,00		0,00
Frustração de Arrecadação	180.000,00	UTILIZAÇÃO DA RESERVA DE CONTIGÊNCIA	180.000,00
Restituição de Tributos a Maior	0,00		0,00
Discrepância de Projeções:	0,00		0,00
Outros Riscos Fiscais	80.000,00	UTILIZAÇÃO DA RESERVA DE CONTIGÊNCIA	80.000,00
SUBTOTAL	260.000,00	SUBTOTAL	260.000,00
TOTAL	421.500,00	TOTAL	421.500,00

FONTE: SCPI - PPA [8.21.25.56], PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA, Data/hora da emissão: 09/jul/2019 08h e 51m"

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELANDIA

ANEXO IV - RELATÓRIO SOBRE PROJETO EM EXECUÇÃO E DESPESA COM CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO NO EXERCÍCIO DE 2019

RELATÓRIO DE PROJETO EM EXECUÇÃO E CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO

Art. 45 da LRF

	IDENTIFICAÇÃO DOS PROJETOS E ATIVIDADES	DATA DO INICIO DA EXECUÇÃO	VALOR DO PROJETO ATIVIDADE	EXECUÇÃO				REC. PRIORIZ P/ 2020	
				ATÉ 2018	ATÉ ABR 2019	PREVIS. P/ 2019	PREVIS. P/ 2020	CONSERV. PATRIMÔNIO	PROJETOS EM EXECUÇÃO
1	Ampliação Sistema Abast. Água	31/07/2009	R$ 1.733.400,60	R$ 1.733.400,60	-		-		
2	Quadra Carlos Masson Netto	03/12/2013	R$ 506.834,51	R$ 506.834,51		-	-		
3	Residencial Xandico de Barros	06/04/2009	R$ 491.531,50	R$ 140.217,48		R$ 351.314,02	R$ 351.314,02		
4	Ampliação da Farmacia Básica Municipal	20/08/2018	R$ 65.894,93	R$ 65.894,93					
5	Pavimentação Asfaltica Paranavai, Primavera, Desbravadores		R$ 297.743,81		-	R$ 297.743,81			
6	Constr. de Muro e Cozinha na Escola Tia Iracema		R$ 154.515,40			R$ 154.515,40			
7	Constr. de Muro e Ref. da Cozinha na Escola Carlos Masson		R$ 106.958,40			R$ 106.958,40			

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA
Prefeito Municipal

Curvelândia-MT, aos 08 dias do mês de Abril de 2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

SETOR RH
TERMO DE POSSE

Ao primeiro dia do mês de Julho do ano de 2019, ás 8h, na Sede da Prefeitura Municipal de Diamantino o Prefeito Municipal Senhor Eduardo Capistrano de Oliveira, compareceu o Senhor ***GEAN DIAS***, brasileiro, solteiro, Portador do RG sob nº 1301707-1 SSP/MT e CPF sob nº 895.603.701-97, Título de Eleitor sob nº 0211 6385 1856 - Zona 007 - Seção 0082, CTPS sob nº 63490/Série nº 00013/MT, residente e domiciliado na Rua Planalto Alegre, 429, Vale do Sol, Diamantino-MT, para tomar posse no Cargo de *OPERADOR DE MOTONIVELADORA*, Nível I, Classe A, aprovado no Concurso Público nº 001/2018 e nomeado pelo Decreto nº 099/2019, de 29 de Maio de 2019, com lotação na Secretaria Municipal de Obras e Vias Públicas, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, tendo apresentado os documentos exigidos, lhe foi dada a posse sob o compromisso de desempenhar suas funções com Lealdade, Conduta Ética, Obediência, Eficiência e demais deveres inerentes do Servidor Público, visando o regular funcionamento do serviço e interesse coletivo.

O compromissado apresentou declaração de não ocupar outro cargo público, ficando ciente de que qualquer alteração deverá ser comunicada a este órgão.

Compromisso: **"PROMETO BEM E FIELMENTE CUMPRIR COM OS DEVERES DO MEU CARGO".**

Diamantino/MT, 01 de Julho de 2019.

GEAN DIAS

Servidor Compromissado

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

SETOR RH
TERMO DE POSSE

Ao primeiro dia do mês de Julho do ano de 2019, ás 8h, na Sede da Prefeitura Municipal de Diamantino o Prefeito Municipal Senhor Eduardo Capistrano de Oliveira, compareceu a Senhora ***THAINÁ PATRÍCIA FIUZA BAHR***, brasileira, solteira, Portadora do RG sob nº 2481420-2 SEJSP/MT e CPF sob nº 054.543.561-74, Título de Eleitor sob nº 0336 9470 1821 - Zona 019 - Seção 0172, CTPS sob 33939/Série nº 00025/MT, residente e domiciliada na Rua das Seringueiras, 247, casa 05, Novo Diamantino, Diamantino-MT, para tomar posse no Cargo de *Dentista*, Nível I, Classe A, aprovada no Concurso Público nº 001/2018 e nomeada pelo Decreto nº 112/2019, de 11 de Junho de 2019, com lotação na *Secretaria Municipal de Saúde e Vigilância Sanitária*, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, tendo apresentado os documentos exigidos, lhe foi dada a posse sob o compromisso de desempenhar suas funções com Lealdade, Conduta Ética, Obediência, Eficiência e demais deveres inerentes do Servidor Público, visando o regular funcionamento do serviço e interesse coletivo.

O compromissado apresentou declaração de não ocupar outro cargo público, ficando ciente de que qualquer alteração deverá ser comunicada a este órgão.

Compromisso: **"PROMETO BEM E FIELMENTE CUMPRIR COM OS DEVERES DO MEU CARGO".**

Diamantino/MT, 01 de Julho de 2019.

THAINÁ PATRÍCIA FIUZA BAHR

Servidor Compromissado

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

SETOR RH
TERMO DE POSSE

Aos quatro dias do mês de Julho do ano de 2019, ás 8h, na Sede da Prefeitura Municipal de Diamantino o Prefeito Municipal Senhor Eduardo Capistrano de Oliveira, compareceu a Senhora ***PAULA CAPISTRANO***

DE OLIVEIRA CARVALHO, brasileira, casada, Portadora do RG sob nº 1566315-9 SESP/MT e CPF sob nº 002.469.061-97, Título de Eleitor sob nº 0276 6323 1805 - Zona 007 - Seção 0084, CTPS sob 61880/Série nº 00022/MT, residente e domiciliado na Av. Des. J.P.F. Mendes, 725, Apto 02, Centro, Diamantino-MT, para tomar posse no Cargo de *ENFERMEIRA*, Nível I, Classe A, aprovada no Concurso Público nº 001/2018 e nomeada pelo Decreto nº 123/2019, de 18 de Junho de 2019, com lotação na *Secretaria Municipal de Saúde e Vigilância Sanitária*, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, tendo apresentado os documentos exigidos, lhe foi dada a posse sob o compromisso de desempenhar suas funções com Lealdade, Conduta Ética, Obediência, Eficiência e demais deveres inerentes do Servidor Público, visando o regular funcionamento do serviço e interesse coletivo.

O compromissado apresentou declaração de não ocupar outro cargo público, ficando ciente de que qualquer alteração deverá ser comunicada a este órgão.

Compromisso: **"PROMETO BEM E FIELMENTE CUMPRIR COM OS DEVERES DO MEU CARGO".**

Diamantino/MT, 04 de Julho de 2019.

PAULA CAPISTRANO DE OLIVEIRA CARVALHO

Servidor Compromissado

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

SETOR RH
EXTRATO DE CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO

CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº 197/2019 - CONTRATADO(a): ANDRIZELI REGIS GONÇALVES: O presente contrato tem como objeto a contratação do(a) servidor(a) com o cargo de **TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - CONTRATO**, lotado(a) na **Secretaria Municipal de Educação e Cultura**. O (A) CONTRATO(A)receberá o vencimento de **R$ 1.435,71 (Um Mil Quatrocentos e Trinca e Cinco Reais e Setenta e Um Centavos**), equivalente a carga horário de 30 (trinta) horas semanais. A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária: **I – Unidade Orçamentária: Secretaria Municipal de Educação e Cultura; II – Programa de Trabalho: Manutenção e Encargos com a Secretaria - 2.014; III – Natureza da Despesa: Contratação por tempo determinado - 3.1.90.04.00.00.00.00.0018; IV – Fonte do Recurso: FUNDEB INFANTIL 40% - Contratados**. Diamantino/MT, **05 de Julho de 2019**.

SETOR RH
TERMO DE POSSE

Aos oito dias do mês de Julho do ano de 2019, ás 8h, na Sede da Prefeitura Municipal de Diamantino o Prefeito Municipal Senhor Eduardo Capistrano de Oliveira, compareceu o Senhora ***MARIA DOS ANJOS RIBEIRO DE ANDRADE***, brasileira, solteira, Portadora do RG sob nº 586 281 SSP/MT e CPF sob nº 395.630.141-20, Título de Eleitor sob nº 0059 4841 1805 - Zona 035 - Seção 0065, CTPS sob nº 35991/Série 00002/MT, residente e domiciliada na Rua Jacarandá, 576, Bairro Bom Jesus, Diamantino-MT, para tomar posse no Cargo de *TÉCNICA EM ENFERMAGEM*, Nível I, Classe A, aprovada no Concurso Público nº 001/2018 e nomeada pelo Decreto nº 113/2019, de 13 de Junho de 2019, com lotação na *Secretaria Municipal de Saúde e Vigilância Sanitária*, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, tendo apresentado os documentos exigidos, lhe foi dada a posse sob o compromisso de desempenhar suas funções com Lealdade, Conduta Ética, Obediência, Eficiência e demais deveres inerentes do Servidor Público, visando o regular funcionamento do serviço e interesse coletivo.

O compromissado apresentou declaração de não ocupar outro cargo público, ficando ciente de que qualquer alteração deverá ser comunicada a este órgão.

Compromisso: **"PROMETO BEM E FIELMENTE CUMPRIR COM OS DEVERES DO MEU CARGO".**

Diamantino/MT, 08 de Julho de 2019.

MARIA DOS ANJOS RIBEIRO DE ANDRADE

Servidor Compromissado

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 035/2019, COM REGISTRO DE PREÇOS

A PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO - MT, C.N.P.J. nº 03. 648.540/0001-74, com sede na Av. Joaquim Pereira Ferreira Mendes, 2. 287 - Jardim Eldorado, Diamantino - MT, CEP: 78400-000 Fone: (065) 3336-6400/6423,TORNA PÚBLICO, o resultado de procedimento licitatório, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL com REGISTRO DE PREÇOS, do tipo “Menor por Item", tendo como objetivo: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO PARA PACIENTES DESTA MUNICIPALIDADE ENCAMINHADOS PARA O MUNICIPIO DE CUIABÁ PARA ATENDIMENTO ATRAVÉS DE T.F.D (TRATAMENTO FORA DE DOMICILIO)**, **que se deu no dia 09/07/2019, onde** sagrou-se vencedora do Item nº 47345 a empresa **M. A. BARBOSA DE OLIVEIRA - ME**, Inscrita no CNPJ Nº 22.820.685/0001-55, com um valor total de R$ **10.500,00** (dez mil e quinhentos reais). A ata encontra-se disponível no setor de licitação.

Diamantino – MT, 09 de Julho de 2019.

NICHOLAS DA COSTA MACHADO

Pregoeiro

SETOR RH
EXTRATO DE CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO

CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº 198/2019 - CONTRATADO(a): MARIA SALOME DE SOUZA: O presente contrato tem como objeto a contratação do(a) servidor(a) com o cargo de **AGENTE DE HIGIENIZAÇÃO DA SAÚDE - CONTRATO**, lotado na **Secretaria Municipal de Saúde e Vigilância Sanitária**. O (A) CONTRATO(A)receberá o vencimento de **R$ 1.240,93 (Um Mil Duzentos e Quarenta Reais e Noventa e Três Centavos**), mais 20% de adicional de Insalubridade, equivalente a carga horário de 40 (horas) horas semanais. A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária: I – Unidade Orçamentária: Secretaria Municipal de Saúde e Vigilância Sanitária; II – Programa de Trabalho: Manutenção e Encargos o Centro de Reabilitação; III – Natureza da Despesa: Contratação por tempo determinado - 3.1.90.04.00.00; IV – Fonte do Recurso: Próprio; Diamantino/MT, 08 de Julho de 2019.

SETOR RH
TERMO DE POSSE

Aos nove dias do mês de Julho do ano de 2019, ás 8h, na Sede da Prefeitura Municipal de Diamantino o Prefeito Municipal Senhor Eduardo Capistrano de Oliveira, compareceu o Senhora ***LINDISLEIA DE AQUINO***, brasileira, casada, Portadora do RG sob nº 1881948-6 SSP/MT e CPF sob nº 006.830.671-76, Título de Eleitor sob nº 0229 0096 1899 - Zona 007 - Seção 0008, CTPS sob nº 55084/Série 00009/RO, residente e domiciliada na Rua Diamantino, s/n, Piscicultura - Zona Rural, Alto Paraguai-MT, para tomar posse no Cargo de *TÉCNICA EM ENFERMAGEM*, Nível I, Classe

A, aprovada no Concurso Público nº 001/2018 e nomeada pelo Decreto nº 113/2019, de 13 de Junho de 2019, com lotação na *Secretaria Municipal de Saúde e Vigilância Sanitária*, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, tendo apresentado os documentos exigidos, lhe foi dada a posse sob o compromisso de desempenhar suas funções com Lealdade, Conduta Ética, Obediência, Eficiência e demais deveres inerentes do Servidor Público, visando o regular funcionamento do serviço e interesse coletivo.

O compromissado apresentou declaração de não ocupar outro cargo público, ficando ciente de que qualquer alteração deverá ser comunicada a este órgão.

Compromisso: **"PROMETO BEM E FIELMENTE CUMPRIR COM OS DEVERES DO MEU CARGO".**

Diamantino/MT, 09 de Julho de 2019.

LINDISLEIA DE AQUINO

Servidor Compromissado

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

SETOR RH
PORTARIA/DRH Nº 159/2019

Dispõe sobre Licença Prêmio do Funcionário Público Municipal, Senhor **LUIZ JOSÉ REGIS** e dá outras providências.

EDERBALDO ALVES TEIXEIRA, Secretário Municipal de Administração, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais.

CONSIDERANDO o preceituado no art. 73 da Lei 006/90;

CONSIDERANDO que a servidora faz jus ao gozo da licença por assiduidade adquirida no período **01 de Setembro 2005 a 31 de Agosto de 2010;**

RESOLVE:

ART. 1º - Conceder Licença Prêmio ao Senhor **LUIZ JOSÉ REGIS**, matrícula 185-1, exercendo o Cargo/Função de Agente Público Municipal/MOTORISTA, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Vigilância Sanitária, a serem usufruídas no período de **03 de Julho de 2019 a 30 de Setembro de 2019.**

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor com efeito retroativo a 03 de Julho de 2019.

ART. 3º - Revogam – se as disposições em contrário.

Publica-se. Registra-se. Cumpra-se.

Diamantino/MT, 08 de Julho de 2019.

EDERBALDO ALVES TEIXEIRA

Secretário Municipal de Administração

SETOR RH
PORTARIA/DRH Nº 160/2019

Dispõe sobre Licença Prêmio da Funcionária Pública Municipal Senhora **ANAMIM TERTULIANO DE PINHO,** e dá outras providências.

EDERBALDO ALVES TEIXEIRA, Secretário Municipal de Administração, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais.

CONSIDERANDO o preceituado no art. 73 da Lei 006/90;

CONSIDERANDO que a servidora faz jus ao gozo da licença por assiduidade adquirida no período **30 de Março de 2010 a 29 de Março de 2015;**

RESOLVE:

ART. 1º - Conceder Licença Prêmio a Senhora **ANAMIM TERTULIANO DE PINHO,** matrícula 27-1, exercendo o Cargo/Função de Agente Público Municipal/Agente de Higienização da Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Vigilância Sanitária, a serem usufruídas no período de **17 de Junho de 2019 a 14 de Setembro de 2019.**

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor com efeito retroativo a 17m de Junho de 2019.

ART. 3º - Revogam – se as disposições em contrário.

Publica-se. Registra-se. Cumpra-se.

Diamantino/MT, 04 de Julho de 2019.

EDERBALDO ALVES TEIXEIRA

Secretário Municipal de Administração

SETOR RH
TERMO DE POSSE

Ao primeiro dia do mês de Julho do ano de 2019, ás 8h, na Sede da Prefeitura Municipal de Diamantino o Prefeito Municipal Senhor Eduardo Capistrano de Oliveira, compareceu o Senhor ***PHABLO MONTEIRO***, brasileiro, solteiro, Portador do RG sob nº 2226262-8 SSP/MT e CPF sob nº 044.719.691-02, Título de Eleitor sob nº 0316 5097 1805 - Zona 025 - Seção 0122, CTPS sob 31275/Série nº 00023/MT, residente e domiciliado na Travessa da Justiça, 04, Centro, Diamantino-MT, para tomar posse no Cargo de *ENFERMEIRO*, Nível I, Classe A, aprovado no Concurso Público nº 001/2018 e nomeado pelo Decreto nº 123/2019, de 18 de Junho de 2019, com lotação na *Secretaria Municipal de Saúde e Vigilância Sanitária*, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, tendo apresentado os documentos exigidos, lhe foi dado a posse sob o compromisso de desempenhar suas funções com Lealdade, Conduta Ética, Obediência, Eficiência e demais deveres inerentes do Servidor Público, visando o regular funcionamento do serviço e interesse coletivo.

O compromissado apresentou declaração de não ocupar outro cargo público, ficando ciente de que qualquer alteração deverá ser comunicada a este órgão.

Compromisso: **"PROMETO BEM E FIELMENTE CUMPRIR COM OS DEVERES DO MEU CARGO".**

Diamantino/MT, 01 de Julho de 2019.

PHABLO MONTEIRO

Servidor Compromissado

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 042-2019

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EMULSÃO ASFÁLTICA RL-1C PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS DO MUNICIPIO DE DIAMANTINO - MT.

VALOR TOTAL: R$ 16.260,00 (DEZESSEIS MIL DUZENTOS E SESSENTA REAIS).

PRAZO DO CONTRATO: ATÉ 31/12/2019

CONTRATADO: ARAPETRO DISTRIBUIDORA DE PETROLEO EIRELI

CONTRATANTE: EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA – PREFEITO MUNICIPAL

DIAMANTINO/MT, 01 DE JULHO DE 2019.

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 043-2019

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DA REFORMA DAS CALHAS PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA ATENDER A CRECHE/ESCOLA MUNICI-

PAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL CARMEM VIEIRA DIAS NO MUNICÍPIO DE DIAMANTINO-MT.

VALOR TOTAL: R$ 19.152,68 (DEZENOVE MIL CENTO E CINQÜENTA DOIS REAIS E SESSENTA E OITO CENTAVOS).

PRAZO DO CONTRATO: 120 (CENTO E VINTE) DIAS

CONTRATADO: M. DE SANTANA & CIA LTDA

CONTRATANTE: EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA – PREFEITO MUNICIPAL

DIAMANTINO/MT, 02 DE JULHO DE 2019.

LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 015/2019

Considerando as informações prestadas pela Comissão Permanente de Licitação, bem como pelo contido no presente Processo de Dispensa de Licitação, com todos seus documentos, juntamente com o parecer da Assessoria Jurídica, **RATIFICO** todos os atos do presente Processo de Dispensa nº 015/2019, e autorizo a contratação direta da empresa **CONSTRUTORA R D EIRELI**, inscrito no **CNPJ n° 21.476.172/0001-06,** objetivando a **AQUISIÇÃO DE PEDRAS IRREGULARES PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE DIAMANTINO - MT,** no valor de **R$ 7.200,00 (Sete Mil e Duzentos reais).** A presente Dispensa de Licitação esta enquadrada no inciso II do artigo 24, da Lei Federal nº 8.666/93, e suas alterações posteriores.

Publique-se, para os fins do artigo 26 da Lei nº 8.666/93.

Diamantino-MT, 08 de Julho de 2019.

_____

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

SETOR RH
ERRATA DO CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO - CONTRATADO(A): JOSEFINA NOBRES DA SILVA

Texto:

ONDE SE LÊ

CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº 185/2019- CONTRATADO(a): JOSEFINA NOBRES DA SILVA

LEIA-SE

CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº 193/2019- CONTRATADO(a): JOSEFINA NOBRES DA SILVA

SETOR RH
TERMO DE POSSE

Aos oito dias do mês de Julho do ano de 2019, ás 8h, na Sede da Prefeitura Municipal de Diamantino o Prefeito Municipal Senhor Eduardo Capistrano de Oliveira, compareceu o Senhora ***MARCIONE DE OLIVEIRA***, brasileira, solteira, Portadora do RG sob nº 1122019-8 SJ/MT e CPF sob nº 782.405.221-49, Título de Eleitor sob nº 0144 1541 1805 - Zona 007 - Seção 0013, CTPS sob 85188/Série 00002/MT, residente e domiciliada na Rua Presidente Medice, s/nº, Bairro Centro, Diamantino-MT, para tomar posse no Cargo de *TÉCNICA EM ENFERMAGEM*, Nível I, Classe A, aprovada no Concurso Público nº 001/2018 e nomeada pelo Decreto nº 113/2019, de 13 de Junho de 2019, com lotação na *Secretaria Municipal de Saúde e Vigilância Sanitária*, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, tendo apresentado os documentos exigidos, lhe foi dada a posse sob o compromisso de desempenhar suas funções com Lealdade, Conduta Ética, Obediência, Eficiência e demais deveres inerentes do Servidor Público, visando o regular funcionamento do serviço e interesse coletivo.

O compromissado apresentou declaração de não ocupar outro cargo público, ficando ciente de que qualquer alteração deverá ser comunicada a este órgão.

Compromisso: **"PROMETO BEM E FIELMENTE CUMPRIR COM OS DEVERES DO MEU CARGO".**

Diamantino/MT, 08 de Julho de 2019.

MARCIONE DE OLIVEIRA

Servidor Compromissado

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM AQUINO

LICITAÇÃO, GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
EDITAL Nº 004/2019 EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

EDITAL Nº 004/2019

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

O Prefeito Municipal de Dom Aquino-MT, **VALDÉCIO LUIZ DA COSTA**, no uso de suas atribuições, com fulcro no Parágrafo único, artigo 48 da Lei Complementar 101 de 04/05/2000, faz saber que fará realizar **AUDIÊNCIA PÚBLICA:**

§ **Discussão para Elaboração da LOA/2020 e Prestação de Contas do 3º Bimestre de 2019.**

Local: Escola Dom Aquino

Data: 30 de julho de 2019 (terça-feira)

Horário: 08:00 hs

Assim, todos ficam devidamente convocados para participarem desta Audiência Pública.

Dom Aquino-MT, 01 de Julho de 2019.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO, GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
LEI Nº 1.616/2019 DE 08 DE JULHO DE 2019.

LEI Nº 1.616/2019 DE 08 DE JULHO DE 2019.

CRIA, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE DOM AQUINO, OS DIREITOS DAS PESSOAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ARTIGO 1º - Fica instituída a Política Municipal de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA), no que se compreende: Transtorno Autista, Síndrome de Aspenger, Transtorno Desintegrativo da Infância, Transtorno Invasivo do Desenvolvimento Sem Outra Especificação e Síndrome de Rett e estabelece diretrizes para sua consecução.

§ 1º - O Chefe do Poder Executivo adotará no dia 2 (dois) de abril em espaços públicos do município, a cor predominante (Azul), cor esta que simboliza o Dia Mundial da Conscientização do Autismo, data decretada pela ONU (Organização das Nações Unidas).

§ 2º - Para os efeitos desta Lei, é considerada pessoa com Transtorno do Espectro Autista aquela com anomalia qualitativa constituída por característica global do desenvolvimento, conforme definido na Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas relacionados com a Saúde (CID) da Organização Mundial da Saúde (OMS).

§ 3º - A pessoa com Transtorno do Espectro Autista é considerada pessoa com deficiência, para todos os efeitos legais.

ARTIGO 2º - São diretrizes da Política Municipal de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista:

I – a intersetorialidade no desenvolvimento das ações e das políticas e no atendimento à pessoa com Transtorno do Espectro Autista;

II – a participação da comunidade na formulação de políticas públicas voltadas para as pessoas com Transtorno do Espectro Autista e o controle social da sua implantação, acompanhamento e avaliação;

III – a atenção integral às necessidades de saúde da pessoa com Transtorno do Espectro Autista, objetivando o diagnóstico precoce, o atendimento multiprofissional e o acesso a medicamentos e nutrientes;

IV – o estímulo à inserção da pessoa com Transtorno do Espectro Autista no mercado de trabalho, observadas as peculiaridades da deficiência e as disposições da Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);

V – a responsabilidade do poder público quanto à informação pública relativa ao transtorno e suas implicações;

VI – o incentivo à formação e à capacitação de profissionais especializados no atendimento à pessoa com Transtorno do Espectro Autista, bem como a pais e responsáveis;

VII – o estímulo à pesquisa científica, com prioridade para estudos epidemiológicos tendentes a dimensionar a magnitude e as características do problema relativo ao Transtorno do Espectro Autista no país.

VIII – a qualificação dos profissionais da educação, conforme orientação dada pelas normas, ABA (*Applied Behavior Analysis*), TEECH (*Treatmentand Education of Autistic and related Communication-handicapped Children*) e PECS (***Picture Exchange Communication System)***, estes reconhecidos como os mais adequados para resultados efetivos.

PARÁGRAFO ÚNICO - Para cumprimento das diretrizes de que trata este artigo, o poder público poderá firmar contrato de direito público ou convênio com pessoas jurídicas de direito privado.

ARTIGO 3º - São direitos da pessoa com Transtorno do Espectro Autista:

I – a vida digna, a integridade física e moral, o livre desenvolvimento da personalidade, a segurança e o lazer;

II – a proteção contra qualquer forma de abuso e exploração;

III – o acesso a ações e serviços de saúde, com vistas à atenção integral às suas necessidades de saúde, incluindo:

a) o diagnóstico precoce, ainda que não definitivo;

b) o atendimento multiprofissional;

c) a nutrição adequada e a terapia nutricional;

d) os medicamentos;

e) prioridade nas campanhas de vacinação;

f) informações que auxiliem no diagnóstico e no tratamento.

IV – o acesso:

a) à educação e ao ensino profissionalizante;

b) à garantia das vagas em escola da rede pública municipal.

c) à moradia, inclusive à residência protegida (se for o caso);

d) ao mercado de trabalho;

e) à previdência social e à assistência social.

ARTIGO 4º - A pessoa com Transtorno do Espectro Autista não será submetida a tratamento desumano ou degradante, não será privada de sua liberdade ou do convívio familiar nem sofrerá discriminação por motivo da deficiência.

ARTIGO 5º - O Município instituirá horário especial para os servidores municipais que tenham sob sua responsabilidade e cuidados, cônjuge, filho ou dependente com deficiência de transtorno de aspecto autista.

ARTIGO 6º - Os estabelecimentos públicos e privados do Município de Dom Aquino ficam obrigados a inserir nas placas de atendimento prioritário o símbolo mundial da conscientização do Transtorno do Espectro Autista, conforme Anexo.

§ 1º - Entende-se por estabelecimentos privados os supermercados, bancos, casas lotéricas, farmácias, bares, restaurantes, lojas em geral e similares.

§ 2º - Os estabelecimentos que não cumprirem a presente Lei sofrerão as seguintes penalidades:

I – Advertência;

II – Suspensão do Alvará de Licenciamento do estabelecimento, na terceira constatação, até o cumprimento desta Lei.

ARTIGO 8º - O Município de Dom Aquino instituirá e regulamentará, através de Decreto, a Carteira de Identificação do Autista (CIA).

ARTIGO 9º - Essa Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal em 08 de julho de 2019.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO, GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 017/2019

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 017/2019

CONTRATADO: RSMAQ COMERCIO E LOCACÕES DE MAQUINAS EIRELI , CNPJ nº 32.758.928/0001-26

OBJETO: - A presente Ata tem por objeto registro de preços para aquisição de caminhão basculante, zero km, com recursos oriundos do Contrato de Repasse OGU nº 871935/2018 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e Prefeitura Municipal de Dom Aquino-MT, para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Agricultura, conforme condições e especificações, constante no edital e seus anexos.

VALOR:R$ 328.000,00 (trezentos e vinte e oito mil reais)

DATA DE ASSINATURA: 09/07/2019

VIGÊNCIA: 12 MESES A CONTAR DA DATA DA ASSINATURA

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO, GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
LEI Nº 1.620/2019 DE 08 DE JULHO DE 2019.

LEI Nº 1.620/2019 DE 08 DE JULHO DE 2019.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A IMPLANTAR E FOMENTAR A PRÁTICA DE DANÇA NAS PRAÇAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA, Prefeito do Município de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhes são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

ARTIGO 1º - Fica autorizado o Município de Dom Aquino a implantar e fomentar a prática de danças nas praças municipais.

ARTIGO 2º – A atividade esportiva de que trata o artigo anterior, será promovida pela Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, com co-

laboração da Secretaria Municipal de Assistência Social e demais secretarias.

PARÁGRAFO ÚNICO – Para os custeios da efetivação da atividade, o Poder Executivo poderá articular-se com parcerias com instituições públicas e/ou privadas e, inclusive, custear, se possível, a contratação de profissional gabaritado, por meio de dotação a ser prevista na forma do artigo 167 da Constituição Federal.

ARTIGO 3° – Os encontros serão definidos pelas secretarias envolvidas.

ARTIGO 4º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal em 18 de julho de 2019.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO, GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
LEI Nº 1.615/2019 DE 08 DE JULHO DE 2019.

LEI Nº 1.615/2019 DE 08 DE JULHO DE 2019.

***ALTERA A NOMENCLATURA DO CARGO DE TÉCNICO DE FISCALIZAÇÃO E ARRECADAÇÃO PARA FISCAL DE TRIBUTOS E ARRECADAÇÃO E INSTITUI AS ATRIBUIÇÕES DO CARGO*.**

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA, Prefeito do Município de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhes são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

ARTIGO 1º - A redação do inciso III do artigo 9º da Lei Municipal nº 857/2003 de 16 de junho de 2003, passa a vigorar da seguinte forma:

Artigo 9º -

(...)

*III - Técnico Operacional, Técnico Administrativo, **Fiscal de Tributos**, Técnico de Manutenção, Auxiliar em Administração e Agente de Administração Pública, composto pelos cargos que exijam a formação mínima de ensino fundamental.*

ARTIGO 2º - A redação do caput do artigo 12 da Lei Municipal nº 857/2003 de 16 de junho de 2003, passa a vigorar da seguinte forma:

*Artigo 12 - Os cargos de Técnico Operacional, Técnico Administrativo, **Fiscal de Tributos**, Técnico de Manutenção, Auxiliar em Administração e Agente de Administração Pública é estruturado em linha horizontal de acesso, identificados por letras maiúsculas, conforme anexo IV, da presente Lei.*

ARTIGO 3º - A redação do Lotacionograma descrito no Anexo I em sua linha 18 coluna 1 da Lei Municipal nº 857/2003 de 16 de junho de 2003, passa a vigorar da seguinte forma:

Fiscal de Tributos

ARTIGO 4º - A redação do Perfil Profissional e Ocupacional dos Cargos descrito no Anexo III em sua linha 5 coluna 2 da Lei Municipal nº 857/2003 de 16 de junho de 2003, passa a vigorar da seguinte forma:

Fiscal de Tributos

ARTIGO 5º - A redação da 8ª Tabela de Remuneração descrita no Anexo IV da Lei Municipal nº 857/2003 de 16 de junho de 2003, passa a vigorar da seguinte forma:

*Cargo: **Fiscal de Tributos**, Técnico Administrativo e Técnico em Manutenção*

ARTIGO 6º - A atribuição do cargo de Fiscal de Tributos passará a ter a seguinte redação:

*"Compreende o cargo a que se destina a instruir o contribuinte sobre o cumprimento da legislação tributária; coligir, examinar, selecionar e preparar elementos necessários à execução da fiscalização; **apuração, cobrança e lançamento de créditos tributários**; fazer o cadastramento de contribuintes, bem como o lançamento, a cobrança e o controle do recebimento de tributos; verificar balanços e declarações de imposto de renda, objetivando comparar as receitas lançadas com as receitas constantes nas notas fiscais; verificar, em estabelecimentos comerciais, a existência e a autenticidade de livros e registros fiscais instituídos pela legislação especifica; verificar os registros de pagamento dos tributos nos documentos em poder dos contribuintes; fazer plantões fiscais e relatórios sobre as fiscalizações efetuadas; lavrar autos de infração e apreensão, bem como termos de exame de escrita; propor a realização de inquéritos e sindicâncias que visem salvaguardar os interesses da Fazenda Municipal; propor medidas relativas à legislação tributária, fiscalização fazendária e administração fiscal; verificar a regularidade do licenciamento de atividades comerciais; zelar pelo patrimônio sob sua responsabilidade e pela segurança individual e coletiva, utilizando equipamentos de proteção apropriados, quando da execução dos serviços; participar de programa de treinamento, quando convocado; executar outras tarefas correlatas compatíveis com a natureza do cargo e de interesse da municipalidade.*

ARTIGO 7º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal em 08 de julho de 2019.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO, GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
LEI Nº 1.618/2019 DE 08 DE JULHO DE 2019.

LEI Nº 1.618/2019 DE 08 DE JULHO DE 2019.

PROÍBE O CORTE NO FORNECIMENTO DE ÁGUA NO ÚLTIMO DIA ÚTIL DA SEMANA E FERIADOS NACIONAIS PARA EXPEDIENTE BANCÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA, Prefeito do Município de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhes são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

ARTIGO 1º- Fica proibida a efetuação do corte no fornecimento de água dos usuários pelas empresas do município ou por terceiros, prestadores de serviço contratados ou autorizados pelos mesmos, devido a suposto atraso no pagamento das tarifas, no decorrer do último dia útil da semana, véspera de natal, ano novo e feriados nacionais, para efeito de serviços bancários.

ARTIGO 2º- Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal em 18 de julho de 2019.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO, GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 016/2019

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 016/2019

CONTRATADO: SERGIO ALVES DE SOUZA 92255175134, CNPJ nº 25.202.716/0001-00

OBJETO: - A presente Ata tem por objeto registro de preços para futura e eventual aquisição de serviços especializados em funilaria e pintura au-

tomotiva, de forma parcelada - conserto em fibras de veículos, linha leve e pesada, independente de marca ou modelo, incluindo mão de obras e materiais, para atender a demanda da Secretaria de Obras Públicas e Urbanismo, Secretaria de Saúde, Secretaria de Educação Esporte e Lazer e Secretaria de Assistência Social, conforme condições e especificações, constante no edital e seus anexos.

VALOR: R$ 215.400,00 (duzentos e quinze mil e quatrocentos reais)

DATA DE ASSINATURA: 09/07/2019

VIGÊNCIA: 12 MESES A CONTAR DA DATA DA ASSINATURA

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO, GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
LEI Nº 1.614/2019 DE 08 DE JULHO DE 2019.

LEI Nº 1.614/2019 DE 08 DE JULHO DE 2019.

AUTORIZA PERMUTA DE IMÓVEIS DO PATRIMÔNIO PÚBLICO MUNICIPAL, POR IMÓVEL PARTICULAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA, Prefeito do Município de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhes são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a permutar o imóvel descrito no inciso I deste artigo, de propriedade do Município de Dom Aquino-MT, pelo imóvel descrito no inciso II, de propriedade do Sr. Gelcimar Chaves da Cruz, brasileiro, solteiro, agricultor, portador da Carteira de Identidade RG n.º 684.616 SSP/RO e inscrito no CPF/MF n.º 520.198. 882-20:

I – um lote n.º 01 da quadra n.º 02, do loteamento denominado Vila Rocha, com área superficial de 360,00 m² (trezentos e sessenta metros quadrados), ou seja, com dimensão de 15 x 24 (vinte e quatro metros de frete e fundos por quinze metros de ambos os lados), dentro dos seguintes limites e confrontações: Ao **norte** com Avenida João Furtado de Mendonça, na distância de 24,00 (vinte e quatro) metros; Ao **sul** com área da Prefeitura Municipal de Dom Aquino, na mesma distância de 24,00 (vinte e quatro) metros; Ao **Leste** com a rua Projetada 07, na distância de 15,00 (quinze) metros; e, finalmente ao **Oeste** com a Praça Isidório Rodrigues Araújo na distância de 15,00 (quinze) metros, desmembrado da matrícula n.º 6761, fls. 086, livro 2-X, conforme mapa e memorial descritivo em anexo;

II – Um lote n.º 01 da quadra n.º 03 do Loteamento denominado "Jardim dos Estados", com área superficial de 360,00 m² (trezentos e sessenta metros quadrados), ou seja, com dimensão de 12 x 30 (doze metros de frete e fundos por trinta metros de ambos os lados), dentro dos seguintes limites e confrontações: Ao n**orte** com Avenida João Furtado de Mendonça, na distância de 12,00 (doze) metros; Ao **sul** com parte do lote n.º 14, na mesma distância de 12,00 (doze) metros; Ao **Leste** com o lote n.º 02, na distância de 30,00 (trinta) metros; e, finalmente ao Oeste com a Rua H, n. º 06 na distância de 30,00 (trinta) metros;

Art. 2º - Pela Permuta, ora autorizada, a Prefeitura Municipal receberá a escritura pública do imóvel abaixo descrito, livre e desembaraçado de quaisquer ônus judicial ou extrajudicial.

Art. 3º - As despesas com a escritura pública da presente permuta, ficarão por conta e responsabilidade do Município, enquanto que as despesas com os registros ficarão por conta e responsabilidade de cada uma das partes permutantes, no que lhes couberem.

Art. 4º - Passam a ser partes integrantes desta Lei, as cópias das Certidões de Registro dos imóveis de propriedade do Município, Certidão de Registro do imóvel de propriedade do Sr. Gelsimar Chaves da Cruz, Memoriais Descritivos.

PARÁGRAFO ÚNICO - Fica dispensado a avaliação dos referidos inoveis visto que os imóveis são limítrofes.

Art. 5º - Essa Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal em 08 de julho de 2019.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO, GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
LEI Nº 1.619/2019 DE 08 DE JULHO DE 2019.

LEI Nº 1.619/2019 DE 08 DE JULHO DE 2019.

CRIA O DIA DA PROMOÇÃO "BLACK FRIDAY" EM DOM AQUINO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA, Prefeito do Município de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhes são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

ARTIGO 1º - Fica instituído o dia 10 de outubro de cada ano, como o dia da promoção *"Black Friday"* do comércio em Dom Aquino/MT.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Quando o dia 10 de outubro for no domingo, fica alterada a data para o dia 11 de outubro de cada ano.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O dia da Promoção "Black Friday" tem como objetivo a redução de preço (bens e serviços) para a população, fomentando a economia local.

ARTIGO 2º - Os comerciantes/lojistas se reunirão em um local único, a ser definido a cada ano.

ARTIGO 3º - Está lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal em 18 de julho de 2019.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO, GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
LEI Nº 1.617/2019 DE 08 DE JULHO DE 2019.

LEI Nº 1.617/2019 DE 08 DE JULHO DE 2019.

ALTERA AS ALÍNEAS "D" E "K" DO ARTIGO 1º DA LEI N.º 1.580/2018 DE 05/12/2018.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA, Prefeito do Município de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhes são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

ARTIGO 1º- Fica alteradas as Alíneas "d" e "e" do Artigo 1º da Lei n.º 1. 580/2018 de 05 de dezembro de 2018 que passa a ter a seguinte redação:

a- Imóvel urbano. Lote n 04, na quadra 08 do loteamento denominado " Jardim dos Estados", sob registro 11.443 – 02/12/2009 – folha 002. Área 360,00 m² (trezentos e sessenta metros quadrados), forma: Retângulo. Limites: ao norte com a Avenida Pedro Celestino, ao Sul com lote n 07, ao Leste com o lote n 05, ao Oeste com o lote n 03, neste município de Dom Aquino-MT.

k- Imóvel Urbano, com área de 11.820 m² (onze mil oitocentos e vinte metros quadrados), quadra nº 09 completa, matrícula 6.543, folha 198 (antigo Campo do japonês).

ARTIGO 2º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal em 18 de julho de 2019.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL

LEI COMPLEMENTAR Nº 057/2019.

LEI COMPLEMENTAR Nº 057/2019.

DATA: 05 DE JULHO DE 2019.

SÚMULA: ALTERA A TABELA III, REFERENTE A TAXAS DE LICENÇA DE HABITE-SE DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SENHOR RAFAEL PAVEI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei **faz saber**que a **Câmara Municipal de Vereadores** aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Altera a Tabela III do Código Tributário Municipal referente Taxas de licença de habite-se para Desmembramento ou Unificação de áreas, conforme disposto na Tabela anexa, parte integrante desta Lei.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL, CENTRO ADMINISTRATIVO DO MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS CINCO DIAS DO MÊS DE JULHO DE 2019.

RAFAEL PAVEI

PREFEITO MUNICIPAL

TABELA III

	TAXA DE SERVIÇOS DIVERSOS	
1	Depósito de liberação de bens e animais apreendidos;	
-	Liberação de bens ou animais por unidade	0,002
-	Depósito por dia, ou fração de veículo por unidade	0,002
-	Animais por cabeça	0,002
-	Mercadorias ou objetos, por lote ou unidade	0,002
	NOTA - Além da taxa, serão cobradas as despesas de transporte ou alimentação.	0,002
2	Demarcação, alinhamento e nivelamento por metro	0,0013
3	Cemitério	
-	Inumação até 05 anos	0,1
-	Inumação até 20 anos	0,3
-	Aforamento perpétuo, por m2	1
-	Indigentes	0,0
2	Arruamentos	
-	Aprovação de arruamentos por m2, excluídos as áreas de logradouro público	0,00002
3	Loteamentos	
-	Aprovação de loteamento, por m2 de área de lotes	0,00001
4	Exame prévio de loteamento	0,1
5	Obras no cemitério	0,1

TAXAS DE LICENÇA DE HABITE-SE		
1	Taxa de habite-se por m²	0,002
2	Taxa de Licença para construção por m²	0,008
3	Taxa de desmembramento ou Unificação de áreas	Uma UR por unidade

OCUPAÇÃO DE ÁREAS EM VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICO	**Dia**	**Mês**	**Ano**
1 - Feirante, fruteiros e verdureiros ambulantes domiciliados no município.			Isentos
2 - Feirante, fruteiros e verdureiros ambulantes domiciliados em outro município	0.50	3.00	5.00
3 – Veículos			0.30
3 - Barracas e quiosques		0.05	0.10
4 - Taxi por vaga no ponto			0.15
5 - Carrinhos de pipocas, doces.	0.0005	0.04	0.40
6 - Outras atividades	0.005	0.04	0.40
C) Taxa de licença para funcionamento em hora especial			
por hora ou fração			Fração da U.R
Ao dia			0.01
Ao mês			0.056
Ao ano			0.60
D) Execução de obras, arruamentos e loteamentos.			
1) Execução de obras			
Construções em geral por m2			0.0008
Construções de barracões e galpões p/ m2			0.0004
Construções de fachada p/ metro linear			0.0004
Construções de marquises, cobertura e tapumes p/ m2			0.0004
Reconstrução, reformas ou Demolições p/ m2			0.0004
Casas populares, confecções de planta da prefeitura, piscinas p/ m2			0.0006
Nota 2 - A licença será válida por 90(noventa) dias, para início das obras			
4 - Numeração de prédios, por placas exceto custo da placa			0.005
G - Taxa de publicidade (por ano)			
1 - Placas ou pinturas, no interior do estabelecimento, por placas			
1.1 –Luminosas			0.003
1.2 – Simples		0.003	0.003
2 - Publicidade no interior de veículos por produtos		0.02	0.02
3 - Publicidade no exterior do veículo por produto		0.02	0.02
4 - Publicidade sonora em veículo	0.02		
5 - Publicidade em cinema, teatros, circos ou semelhantes por anunciante		0.01	
6 - Publicidade colocada em terrenos, campos de esportes, clubes de associações visível, de vias ou logradouros públicos, inclusive, rodovias, estradas ou caminhões p/ m2		0.0002	
7 - Publicidade sonora em qualquer estabelecimento		0.02	

DECRETO MUNICIPAL N° 046/2019

DECRETO MUNICIPAL N° 046/2019

DATA: 09 DE JULHO DE 2019

SUMULA: CONVOCA A ViII CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, e dá outras providências.

RAFAEL PAVEI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas em Lei,

Considerando a necessidade de avaliar e propor diretrizes para a implementação da Política de Assistência Social no Município.

D E C R E T A:

Art. 1º Fica convocada a VIII Conferência Municipal de Assistência Social, a ser realizada no dia 16 de agosto de 2019, com o tema central: Assistência Social: Direito do Povo com Financiamento Publico e Participação Social.

Parágrafo Único. As despesas decorrentes da aplicação deste decreto correrão por conta de dotação própria do orçamento do órgão gestor municipal de assistência social.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL, CENTRO ADMINISTRATIVO DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS NOVE DIAS DO MÊS DE JULHO DE 2019.

RAFAEL PAVEI

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 59/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 27/2019

Aos 9 dias do mês de Julho de 2019, de um lado o(a) **MUNICIPIO DE GAUCHA DO NORTE**, com sede na rua para, nesta cidade, devidamente inscrita no CGC/MF sob o n.º 01.614.539/0001-01, neste ato, representado pelo(a) **Prefeito(a) Municipal , Sr(a). VONEY RODRIGUES GOULART**, brasileiro(a), portador do R.G. n.º 2477543SSP/GO e inscrito no CPF nº 402.603.301-59, residente e domiciliado na RUA SANTO ANTONIO, bairro CENTRO nesta cidade, neste ato denominado simplesmente **ORGÃO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇOS**, realizado por meio do **PREGÃO PRESENCIAL Nº 27/2019**, e de outro lado a empresa adjudicatária nos itens abaixo, doravante denominada **FORNECEDOR**, tem entre si, justo e avençado a presente Ata que, quando publicada, terá efeito de **compromisso de fornecimento**, nos termos do Art. 15 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, observada as condições estabelecidas no ato convocatório e consoante as cláusulas que se seguem:

1 – DO FORNECEDOR REGISTRADO: A partir desta data, fica registrado na MUNICIPIO DE GAUCHA DO NORTE, o preço do fornecedor registrado a seguir relacionado, objetivando a contratação de pessoa jurídica para AQUISIÇÃO DE PASSAGENS TERRESTRE, de acordo com as especificações e nas condições estabelecidas no ato convocatório.

Fornecedor ANDREIA BALBINO DE MORAES ME	CNPJ 29.002.459/0001-06
Endereço RUA SÃO JOSÉ	Nº 389
Bairro SEM BAIRRO	
Cidade PARANATINGA/MT	CEP 78870-000
Representante Legal	CPF 536.458.121-72
Email paranatingatur@bol.com.br	Telefone (66) 3573-1326

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID.	MARCA	QUANT.	VL. UNIT.	VL. TOTAL
1	5044	CUIABÁ A PARANATINGA	UN - UNIDADE	MODELO	170,00	110,4400	18.774,80
2	5073	GAUCHA DO NORTE (MT) À PARANATINGA (MT)	UN - UNIDADE	MODELO	170,00	69,9900	11.898,30
3	5075	PARANATINGA (MT) A GAUCHA DO NORTE (MT)	UN - UNIDADE	MODELO	170,00	77,9900	13.258,30
4	22248	PARANATINGA A CAUIABÁ	UN - UNIDADE	MODELO	170,00	108,9900	18.528,30

Total: 62.459,70

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço. 2.2. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na aliena "d" do inciso II do caput e do §5° do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993. 2.2.1. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido. 2.2.2. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração. 2.2.3. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo. 2.2.4. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação. 2.2.5. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação. 2.2. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes: a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado; b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação. **2.3. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5° do art. 65 da Lei n° 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:** a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados: b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.3.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes. 2.3.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações. 3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993. 3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4°, da Lei n° 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital; 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4° do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação. 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata. 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis. 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos

processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor: 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3° do Decreto Municipal n° 095/2009; 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração. 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos. 5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização; 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de oficio" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município observada o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários. 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo; 5.1.6. Emitir a autorização de compra; 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contrações por outros meios permitidos pela legislação; 5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias: 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital; 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada; 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata. 5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata: 5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços; 5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação; 5.3.4. Substituir os produtos recusados ou cancelar os serviços executados para entidade usuária, sem qualquer ônus para administração, no prazo máximo de 24(vinte e quatro) horas, independente da aplicação das penalidades cabíveis. 5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata; 5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado; 5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão; 5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto

de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços. 5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços. CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS 6.1. A Ata de Registro de Preços será

cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando: 6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando: a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado; b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável; c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento; d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado; e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal n° 10.520, de 17 de fevereiro de 2002; f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas. **6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior. 6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro. 6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente. 6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa. 6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.**

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal. 7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável. 7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4° do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação. 7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento. 7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará (ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento. 7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar. 7.5.2. O prazo de entrega será conforme as solicitações em anexo no termo de referencia em conformidade com o edital os artigos 73 a 76 da Lei Federal nº 8.666/93. 7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento. 7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento. 7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado. 7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata. 7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer o objeto licitado, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações. 7.8.1. Serão recusado o objeto licitado com defeitos de fabrica, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso. 7.8.2. O objeto licitado deverá ser entregue embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega. 7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança do O objeto licitado contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 02 (DOIS) anos a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural. 7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte do O objeto licitado, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei n° 8.666/93 e alterações. 8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS. 8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será sustado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo. 8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções. 8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais. 8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora. 8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8. 666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas: 11.1.1. Pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos: a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato; b) cancelamento do preço registrado; c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos. **11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente. 11.1.2. Por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:** a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia; b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso. **11.1.3. Por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:** a) advertência, por escrito, nas falta leves; b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor; c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos. d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade. **11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. Poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993. 11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei n° 10.520, de 2002. 11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação. 11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos. 11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação. 11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração. 11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA**

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Paranatinga-MT para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento. E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE -

VONEY RODRIGUES GOULART

Prefeito(a) Municipal

ANDREIA BALBINO DE MORAES ME

SIMONE SICHELERO PORTARIA Nº 17/2017

CRISTIANE SIRNETE LINDEMANN PORTARIA Nº 0/ 0**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 59/2019**

PREGÃO PRESENCIAL Nº 27/2019

Aos 9 dias do mês de Julho de 2019, de um lado o(a) **MUNICIPIO DE GAUCHA DO NORTE**, com sede na rua para, nesta cidade, devidamente inscrita no CGC/MF sob o n.º 01.614.539/0001-01, neste ato, representado pelo(a) **Prefeito(a) Municipal , Sr(a). VONEY RODRIGUES GOULART**, brasileiro(a), portador do R.G. n.º 2477543SSP/GO e inscrito no CPF nº 402.603.301-59, residente e domiciliado na RUA SANTO ANTONIO, bairro CENTRO nesta cidade, neste ato denominado simplesmente **ORGÃO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇOS**, realizado por meio do **PREGÃO PRESENCIAL Nº 27/2019**, e de outro lado a empresa adjudicatária nos itens abaixo, doravante denominada **FORNECEDOR**, tem entre si, justo e avençado a presente Ata que, quando publicada, terá efeito de **compromisso de fornecimento**, nos termos do Art. 15 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, observada as condições estabelecidas no ato convocatório e consoante as cláusulas que se seguem:

1 – DO FORNECEDOR REGISTRADO: A partir desta data, fica registrado na MUNICIPIO DE GAUCHA DO NORTE, o preço do fornecedor registrado a seguir relacionado, objetivando a contratação de pessoa jurídica para AQUISIÇÃO DE PASSAGENS TERRESTRE, de acordo com as especificações e nas condições estabelecidas no ato convocatório.

Fornecedor	CNPJ
ANDREIA BALBINO DE MORAES ME	29.002.459/0001-06
Endereço	Nº

RUA SÃO JOSÉ	389
Bairro SEM BAIRRO	
Cidade PARANATINGA/MT	CEP 78870-000
Representante Legal	CPF 536.458.121-72
Email paranatingatur@bol.com.br	Telefone (66) 3573-1326

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID.	MARCA	QUANT.	VL. UNIT.	VL. TOTAL
1	5044	CUIABÁ A PARANATINGA	UN - UNIDADE	MODELO	170,00	110,4400	18.774,80
2	5073	GAUCHA DO NORTE (MT) À PARANATINGA (MT)	UN - UNIDADE	MODELO	170,00	69,9900	11.898,30
3	5075	PARANATINGA (MT) A GAUCHA DO NORTE (MT)	UN - UNIDADE	MODELO	170,00	77,9900	13.258,30
4	22248	PARANATINGA A CAUIABÁ	UN - UNIDADE	MODELO	170,00	108,9900	18.528,30

Total: 62.459,70

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço. 2.2. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na aliena "d" do inciso II do caput e do §5° do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993. 2.2.1. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido. 2.2.2. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração. 2.2.3. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo. 2.2.4. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação. 2.2.5. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação. 2.2. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes: a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado; b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação. **2.3. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5° do art. 65 da Lei n° 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:** a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados: b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.3.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes. 2.3.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações. 3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993. 3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4°, da Lei n° 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital; 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de

compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4° do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação. 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata. 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis. 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos

processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor: 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3° do Decreto Municipal n° 095/2009; 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração. 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos. 5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização; 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de oficio" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município observada o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários. 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo; 5.1.6. Emitir a autorização de compra; 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contrações por outros meios permitidos pela legislação; 5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias: 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital; 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada; 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata. 5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata: 5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços; 5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação; 5.3.4. Substituir os produtos recusados ou cancelar os serviços executados para entidade usuária, sem qualquer ônus para administração, no prazo máximo de 24(vinte e quatro) horas, independente da aplicação das penalidades cabíveis. 5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata; 5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado; 5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão; 5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto

de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços. 5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços. CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS 6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando: 6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando: a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado; b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável; c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento; d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado; e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal n° 10.520, de 17 de fevereiro de 2002; f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas. **6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior. 6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro. 6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente. 6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa. 6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.**

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal. 7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão ge-

renciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável. 7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4° do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação. 7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento. 7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará (ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento. 7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar. 7.5.2. O prazo de entrega será conforme as solicitações em anexo no termo de referencia em conformidade com o edital os artigos 73 a 76 da Lei Federal nº 8.666/93. 7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento. 7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento. 7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado. 7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata. 7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer o objeto licitado, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações. 7.8.1. Serão recusado o objeto licitado com defeitos de fabrica, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso. 7.8.2. O objeto licitado deverá ser entregue embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega. 7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança do O objeto licitado contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 02 (DOIS) anos a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural. 7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte do O objeto licitado, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei n° 8.666/93 e alterações. 8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS. 8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será sustado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo. 8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções. 8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais. 8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora. 8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8. 666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas: 11.1.1. Pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos: a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato; b) cancelamento do preço registrado; c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos. **11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente. 11.1.2. Por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:** a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia; b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso. **11.1.3. Por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:** a) advertência, por escrito, nas falta leves; b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor; c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos. d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade. **11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. Poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral**

do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993. 11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei n° 10.520, de 2002. 11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação. 11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos. 11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação. 11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração. 11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Paranatinga-MT para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento. E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE -

VONEY RODRIGUES GOULART

Prefeito(a) Municipal

ANDREIA BALBINO DE MORAES ME

SIMONE SICHELERO PORTARIA Nº 17/2017

CRISTIANE SIRNETE LINDEMANN PORTARIA Nº 0/ 0**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 59/2019**

PREGÃO PRESENCIAL Nº 27/2019

Aos 9 dias do mês de Julho de 2019, de um lado o(a) **MUNICIPIO DE GAUCHA DO NORTE**, com sede na rua para, nesta cidade, devidamente inscrita no CGC/MF sob o n.º 01.614.539/0001-01, neste ato, representado pelo(a) **Prefeito(a) Municipal , Sr(a). VONEY RODRIGUES GOULART**, brasileiro(a), portador do R.G. n.º 2477543SSP/GO e inscrito no CPF nº 402.603.301-59, residente e domiciliado na RUA SANTO ANTONIO, bairro CENTRO nesta cidade, neste ato denominado simplesmente **ORGÃO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇOS**, realizado por meio do **PREGÃO PRESENCIAL Nº 27/2019**, e de outro lado a empresa adjudicatária nos itens abaixo, doravante denominada **FORNECEDOR**, tem entre si, justo e avençado a presente Ata que, quando publicada, terá efeito de **compromisso de fornecimento**, nos termos do Art. 15 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, observada as condições estabelecidas no ato convocatório e consoante as cláusulas que se seguem:

1 – DO FORNECEDOR REGISTRADO: A partir desta data, fica registrado na MUNICIPIO DE GAUCHA DO NORTE, o preço do fornecedor registrado a seguir relacionado, objetivando a contratação de pessoa jurídica para AQUISIÇÃO DE PASSAGENS TERRESTRE, de acordo com as especificações e nas condições estabelecidas no ato convocatório.

Fornecedor ANDREIA BALBINO DE MORAES ME	CNPJ 29.002.459/0001-06
Endereço RUA SÃO JOSÉ	Nº 389
Bairro SEM BAIRRO	
Cidade PARANATINGA/MT	CEP 78870-000
Representante Legal	CPF 536.458.121-72
Email paranatingatur@bol.com.br	Telefone (66) 3573-1326

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID.	MARCA	QUANT.	VL. UNIT.	VL. TOTAL
1	5044	CUIABÁ A PARANATINGA	UN - UNIDADE	MODELO	170,00	110,4400	18.774,80
2	5073	GAUCHA DO NORTE (MT) À PARANATINGA (MT)	UN - UNIDADE	MODELO	170,00	69,9900	11.898,30
3	5075	PARANATINGA (MT) A GAUCHA DO NORTE (MT)	UN - UNIDADE	MODELO	170,00	77,9900	13.258,30
4	22248	PARANATINGA A CAUIABÁ	UN - UNIDADE	MODELO	170,00	108,9900	18.528,30

Total: 62.459,70

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço. 2.2. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na aliena "d" do inciso II do caput e do §5° do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993. 2.2.1. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido. 2.2.2. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração. 2.2.3. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo. 2.2.4. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação. 2.2.5. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação. 2.2. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes: a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado; b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação. **2.3. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5° do art. 65 da Lei n° 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:** a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados: b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.3.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes. 2.3.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações. 3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993. 3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4°, da Lei n° 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital; 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4° do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação. 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata. 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis. 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos

processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor: 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3° do Decreto Municipal n° 095/2009; 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração. 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos. 5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro

de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização; 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de oficio" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município observada o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários. 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo; 5.1.6. Emitir a autorização de compra; 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contrações por outros meios permitidos pela legislação; 5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias: 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital; 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada; 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata. 5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata: 5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços; 5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação; 5.3.4. Substituir os produtos recusados ou cancelar os serviços executados para entidade usuária, sem qualquer ônus para administração, no prazo máximo de 24(vinte e quatro) horas, independente da aplicação das penalidades cabíveis. 5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata; 5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado; 5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão; 5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto

de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços. 5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços. CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS 6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando: 6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando: a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado; b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável; c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento; d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado; e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal n° 10.520, de 17 de fevereiro de 2002; f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas. **6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior. 6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro. 6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente. 6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa. 6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.**

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal. 7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável. 7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4° do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação. 7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento. 7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará (ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento. 7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar. 7.5.2. O prazo de entrega será conforme as solicitações em anexo no termo de referencia em conformidade com o edital os artigos 73 a 76 da Lei Federal nº 8.666/93. 7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento. 7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento. 7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado. 7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata. 7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer o objeto licitado, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas

especificações. 7.8.1. Serão recusado o objeto licitado com defeitos de fabrica, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso. 7.8.2. O objeto licitado deverá ser entregue embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega. 7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança do O objeto licitado contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 02 (DOIS) anos a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural. 7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte do O objeto licitado, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei n° 8.666/93 e alterações. 8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS. 8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será sustado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo. 8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções. 8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais. 8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora. 8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8. 666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas: 11.1.1. Pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos: a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato; b) cancelamento do preço registrado; c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos. **11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente. 11.1.2. Por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:** a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia; b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso. **11.1.3. Por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:** a) advertência, por escrito, nas falta leves; b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor; c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos. d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade. **11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. Poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993. 11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei n° 10.520, de 2002. 11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação. 11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos. 11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação. 11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração. 11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA**

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Paranatinga-MT para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento. E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE -

VONEY RODRIGUES GOULART

Prefeito(a) Municipal

ANDREIA BALBINO DE MORAES ME

SIMONE SICHELERO PORTARIA Nº 17/2017

CRISTIANE SIRNETE LINDEMANN PORTARIA Nº 0/ 0

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 58/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 27/2019

Aos 9 dias do mês de Julho de 2019, de um lado o(a) **MUNICIPIO DE GAUCHA DO NORTE**, com sede na rua para, nesta cidade, devidamente inscrita no CGC/MF sob o n.º 01.614.539/0001-01, neste ato, representado pelo(a) **Prefeito(a) Municipal , Sr(a). VONEY RODRIGUES GOULART**, brasileiro(a), portador do R.G. n.º 2477543SSP/GO e inscrito no CPF nº 402.603.301-59, residente e domiciliado na RUA SANTO ANTONIO, bairro CENTRO nesta cidade, neste ato denominado simplesmente **ORGÃO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇOS**, realizado por meio do **PREGÃO PRESENCIAL Nº 27/2019**, e de outro lado a empresa adjudicatária nos itens abaixo, doravante denominada **FORNECEDOR**, tem entre si, justo e avençado a presente Ata que, quando publicada, terá efeito de **compromisso de fornecimento**, nos termos do Art. 15 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, observada as condições estabelecidas no ato convocatório e consoante as cláusulas que se seguem:

1 – DO FORNECEDOR REGISTRADO: A partir desta data, fica registrado na MUNICIPIO DE GAUCHA DO NORTE, o preço do fornecedor registrado a seguir relacionado, objetivando a contratação de pessoa jurídica para AQUISIÇÃO DE PASSAGENS TERRESTRE, de acordo com as especificações e nas condições estabelecidas no ato convocatório.

Fornecedor RIO NOVO TRANSPORTE E TURISMO LTDA-ME	CNPJ 36.909.380/0001-29
Endereço AV GUARANTÃ, S/N	Nº S/N
Bairro CENTRO	
Cidade GUARANTA DO NORTE/MT	CEP 78875000
Representante Legal	CPF
Email	Telefone

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID.	MARCA	QUANT.	VL. UNIT.	VL. TOTAL
1	20655	CANARANA / BARRA DO GARÇAS	UN - UNIDADE	RIO NOVO	30,00	95,4400	2.863,20
2	20656	BARRA DO GARÇAS / CANARANA	UN - UNIDADE	RIO NOVO	30,00	95,4400	2.863,20
3	20657	CANARANA / GOIÂNIA	UN - UNIDADE	RIO NOVO	35,00	137,8600	4.825,10
4	20658	GOIÂNIA / CANARANA	UN - UNIDADE	RIO NOVO	35,00	137,2400	4.803,40
5	20660	CUIABA / CANARANA	UN - UNIDADE	RIO NOVO	150,00	234,8900	35.233,50
6	20661	CANARANA / BRASILIA	UN - UNIDADE	RIO NOVO	20,00	173,2700	3.465,40
7	20662	BRASILIA / CANARANA	UN - UNIDADE	RIO NOVO	20,00	173,4200	3.468,40
8	20663	CANARANA / AGUA BOA	UN - UNIDADE	RIO NOVO	50,00	31,9500	1.597,50
9	20664	ÁGUA BOA MT A CANARANA MT	UN - UNIDADE	RIO NOVO	50,00	31,9500	1.597,50
10	24363	PASSAGEM A CANARANA A CUIABÁ	UN - UNIDADE	RIO NOVO	150,00	234,0400	35.106,00

Total: 95.823,20

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço. 2.2. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na aliena "d" do inciso II do caput e do §5° do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993. 2.2.1. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de

custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.2. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago

pela administração. 2.2.3. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo. 2.2.4. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação. 2.2.5. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação. 2.2. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes: a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado; b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação. **2.3. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5° do art. 65 da Lei n° 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:** a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados: b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.3.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes. 2.3.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações. 3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993. 3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4°, da Lei n° 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital; 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4° do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e

procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata. 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis. 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro. 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor: 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3° do Decreto Municipal n° 095/2009; 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração. 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos. 5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização; 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de oficio" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município observada o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários. 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo; 5.1.6. Emitir a autorização de compra; 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contrações por outros meios permitidos pela legislação; 5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias: 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital; 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada; 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em

parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata. 5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata: 5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços; 5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação; 5.3.4. Substituir os produtos recusados ou cancelar os serviços executados para entidade usuária, sem qualquer ônus para administração, no prazo máximo de 24(vinte e quatro) horas, independente da aplicação das penalidades cabíveis. 5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata; 5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado; 5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão; 5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações. 5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços. 5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços. CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS 6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando: 6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando: a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado; b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável; c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento; d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado; e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal n° 10.520, de 17 de fevereiro de 2002; f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas. **6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior. 6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro. 6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente. 6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa. 6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.**

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal. 7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável. 7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4° do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação. 7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento. 7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará (ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento. 7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade

requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme as solicitações em anexo no termo de referencia em conformidade com o edital os artigos 73 a 76 da Lei Federal nº 8.666/93. 7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento. 7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento. 7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado. 7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata. 7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer o objeto licitado, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações. 7.8.1. Serão recusado o objeto licitado com defeitos de fabrica, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso. 7.8.2. O objeto licitado deverá ser entregue embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega. 7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança do O objeto licitado contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 02 (DOIS) anos a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural. 7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte do O objeto licitado, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei n° 8.666/93 e alterações. 8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS. 8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será sustado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo. 8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções. 8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais. 8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora. 8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8. 666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho,

contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas: 11.1.1. Pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos: a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato; b) cancelamento do preço registrado; c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos. **11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente. 11.1.2. Por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:** a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia; b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso. **11.1.3. Por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:** a) advertência, por escrito, nas falta leves; b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor; c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos. d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade. **11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. Poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993. 11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei n° 10.520, de 2002. 11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação. 11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos. 11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação. 11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração. 11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA**

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Paranatinga-MT para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento. E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE -

VONEY RODRIGUES GOULART

Prefeito(a) Municipal

RIO NOVO TRANSPORTE E TURISMO LTDA-ME

SIMONE SICHELERO PORTARIA Nº 17/2017

CRISTIANE SIRNETE LINDEMANN PORTARIA Nº 0/ 0

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO 027/2019

O(a) Prefeito, , no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

Licitação Nr.: 00000044/2019 Modalidade Nr.: 00000027/2019

Modalidade: Pregão

Data da Adjudicação: 09/07/2019 Data da Homologação: 09/07/2019

Objeto da Licitação: AQUISIÇÃO DE PASSAGENS TERRESTRE

Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação)

Detalhamento

Unid. Qtd.

Vlr. Unitário

Total

42231447 - RIO NOVO TRANSPORTE E TURISMO LTDA-ME

CNPJ: 36.909.380/0001-29

20655	CANARANA / BARRA DO GARÇAS	UN - UNIDADE	30,0000	95,4400	2.863,20
20656	BARRA DO GARÇAS / CANARANA	UN - UNIDADE	30,0000	95,4400	2.863,20
20657	CANARANA / GOIÂNIA	UN - UNIDADE	35,0000	137,8600	4.825,10
20658	GOIÂNIA / CANARANA	UN - UNIDADE	35,0000	137,2400	4.803,40
20660	CUIABA / CANARANA	UN - UNIDADE	150,0000	234,8900	35.233,50
20661	CANARANA / BRASILIA	UN - UNIDADE	20,0000	173,2700	3.465,40
20662	BRASILIA / CANARANA	UN - UNIDADE	20,0000	173,4200	3.468,40
20663	CANARANA / AGUA BOA	UN - UNIDADE	50,0000	31,9500	1.597,50
20664	ÁGUA BOA MT A CANARANA MT	UN - UNIDADE	50,0000	31,9500	1.597,50
24363	PASSAGEM A CANARANA A CUIABÁ	UN - UNIDADE	150,0000	234,0400	35.106,00

Total Fornecedor: 95.823,2000

42232689 - ANDREIA BALBINO DE MORAES ME

CNPJ: 29.002.459/0001-06

5044	CUIABÁ A PARANATINGA	UN - UNIDADE	170,0000	110,4400	18.774,80
5073	GAUCHA DO NORTE (MT) À PARANATINGA (MT)	UN - UNIDADE	170,0000	69,9900	11.898,30
5075	PARANATINGA (MT) A GAUCHA DO NORTE (MT)	UN - UNIDADE	170,0000	77,9900	13.258,30
22248	PARANATINGA A CAUIABÁ	UN - UNIDADE	170,0000	108,9900	18.528,30

Total Fornecedor: 62.459,7000

Total Geral: 158.282,9000

GAUCHA DO NORTE, Terça-feira, 9 de Julho de 2019

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 050/2019

PREGÃO PRESENCIAL/SRP Nº 031/2019

O Município de Gaúcha do Norte/MT, por meio de sua Pregoeira Oficial, torna se público o Pregão Presencial com Sistema de Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa para ***SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS*** e fornecimento de ***BOMBAS ELÉTRICAS PARA O DEMAE - Departamento Municipal de Água e Esgoto*** na sede do Município e Distrito de Nova Aliança, conforme especificações do edital, no dia **22/07/2019 às 07h30min** (**Horário de Cuiabá/MT**) na sala de licitações. Este pregão será regido pela Lei Federal 10. 520/2002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, suas alterações e demais disposições aplicáveis. A retirada do edital será no site www.gauchadonorte.mt.gov.br e no e-mail licitacaogauchadonorte@gmail.com.

Gaúcha do Norte, 08 de julho de 2019.

NEILLA F. DE SOUZA

Pregoeira Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 188/2019

OBJETO: contratação de empresa habilitada no **FORNECIMENTO DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO PREDIAL**, visando atender as necessidades da Administração Municipal.

DATA: 09/07/2019

CONTRATADA: BATISTA REFRIGERAÇÃO LTDA EPP

VALOR R$ **28.674,70**

Guarantã do Norte, 09 de Julho de 2019.

Érico Stevan Gonçalves

Prefeito Municipal

RESULTADO DAS AMOSTRAS REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº Nº 034/2019 - SRP

RESULTADO DAS AMOSTRAS REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº nº 034/2019 - SRP

O município de Guarantã do Norte/MT representado pela Prefeitura Municipal torna público para conhecimento dos interessados que recebeu as amostras das Empresas classificadas em primeiro lugar do Pregão Presencial nº 034/2019 - SRP, procedeu a sua análise e concluiu que: A empresa EDUCA FÁCIL DISTRIBUIDORA DE LIVROS E PEDAGÓGICOS LTDA – ME apresentou a amostra dos itens 02, 04, 05, 06 e 07, as quais foram analisadas e verificou-se que estão em conformidade com as especificações exigidas no edital, sendo neste caso aprovada. A empresa STRONGFER INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS LTDA apresentou a amostra dos itens 01 e 03, as quais foram analisadas e verificou-se que não estão em conformidade com as especificações exigidas no edital, sendo neste caso reprovada. Considerando que a empresa classificada em 1º lugar para os itens 01 e 03 teve sua amostra reprovada, convoco a Empresa classificada em 2º lugar EDUCA FÁCIL DISTRIBUIDORA DE LIVROS E PEDAGÓGICOS LTDA – ME para apresentar amostra dos referidos itens no prazo de até 10 (dez) dias uteis (até o dia 23/07/2019), conforme estabelecido no item 10.1 do edital. Comunico ainda aos interessados que a data de abertura dos envelopes nº 02, Documentos de Habilitação, das empresas cuja amostra for aprovada, será comunicado oportunamente através dos Jornais de Publicação Oficial. Guarantã do Norte/MT, 09 de julho de 2019.Gislaine Ascanio/Pregoeira.

PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIAVAÍ

SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO 008 - 28 DE JUNHO DE 2019

RESOLUÇÃO 008 - 28 DE JUNHO DE 2019.

Dispõe sobre o resultado de análise do Recurso apresentado a Comissão Especial para inscrição que assegura a participação de candidatura a membros do Conselho Tutelar de Indiavaí para o ano de 2020/2024

CONSIDERANDO, A Lei Federal 8.069/1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e Adolescente/ECA.

CONSIDERANDO, As modificações nos termos dos artigos 132 e 139, da Lei Federal nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA), introduzidas pela Lei nº 12.696/2012, que trata do novo processo de escolha dos conselheiros tutelares data unificada em todo território nacional.

CONSIDERANDO, a Resolução Nº 170/2014 do CONANDA que dispõe sobre o processo de escolha em data unificada e todo território nacional dos membros do Conselho Tutelar.

CONSIDERANDO, a Lei Municipal nº 517 de 12 de Dezembro de 2012, que regulamenta a política Municipal dos Direitos da Criança e Adolescentes no município de Indiavaí MT e dá outras providências.

CONSIDERANDO, a Reunião da Comissão Especial encarregada de realizar o Processo de Escolha Unificada do Conselho Tutelar de Indiavai-MT, para o ano de 2020/2024, realizada no dia 28 de Junho de 2019, ás 14:00hs, no Centro de Referência da Assistência Social de Indiavai-MT, para avaliar o recurso apresentado pela candidata **Gislaine Sevieri Faria**, conforme a registro em Ata de nº129/2019;

Resolve;

Art. 1º Tornar Público, o resultado de análise do recurso apresentado ao Conselho Municipal de Direito da Criança e Adolescente e Comissão especial para inscrições para candidatura de membros do Conselho Tutelar do Município de Indiavaí/MT que assegura a participação da requerente Deferida.

§ 1 - Segue a Inscrita Requerente Deferida a Membro do Conselho Tutelar de Indiavaí/MT.

NOME	SITUAÇÃO
Gislaine Sevieri Faria	DEFERIDA

Art.º 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Indiavaí/MT, em 28 de Junho de 2019.

Eliude Soares Campos

Presidente da Comissão Especial

Indiavaí/MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ
RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL N° 040/2019

A Pregoeira e Equipe de Apoio da Prefeitura Municipal de Itanhangá-MT, torna público que na Licitação tipo **Pregão Presencial n° 040/2019**, instaurada para o **"Registro de Preços para futura e eventual aquisição de equipamentos permanentes para atender a demanda das Secretarias Municipais do Município de Itanhangá-MT".,** teve como vencedora as empresas: **DOUGLAS E. C. MONTEIRO EIRELI – ME** sagrou-se vencedora para os itens 01 e 03 no valor total de R$ 25.455,00 (vinte e cinco mil quatrocentos e cinquenta e cinco reais) e a empresa **FERRARI CELL LTDA – EPP** sagrou-se vencedora para o item 02 com o valor total de R$ 22.500,00 (vinte e dois mil e quinhentos reais). O item 04 teve como resultado fracassado.

Itanhangá-MT, 09 de julho de 2019.

CAMILA BRUNA MORESCO

Pregoeira Oficial

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.° 10/2019 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 001/2019

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.° 10/2019

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 001/2019

ITANHANGÁ - MT, 09 DE JULHO DE 2019

A Prefeitura Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, através do seu representando legal Prefeito Edu Laudi Pascoski e tendo em vista a homologação final do resultado do Processo Seletivo Simplificado nº. 01/2019 homologado em 29 de abril de 2019. CONVOCA os candidatos classificados para contratação por tempo determinado, conforme a relação nominal constante no Item I.

Os candidatos deverão se apresentar junto ao Departamento de Recursos Humanos, na sede da Prefeitura Municipal de Itanhangá – MT, Avenida Santa Catarina, Centro, 314, Itanhangá – MT no horário das 7:00 horas as 11:00 horas, no prazo de 72 horas (setenta e duas) 3 dias, após a data de publica-

ção deste Edital no site https://diariomunicipal.org/mt/amm/, munidos dos documentos que refere o Item II, sob pena de não o fazendo perder o direito ao Provimento no cargo público. A contratação será conforme regulamenta a Lei Municipal 267/2011.

O Município de Itanhangá reserva-se o direito de solicitar outros documentos complementares que julgar necessário para o ato de nomeação dos candidatos para os respectivos cargos.

ITEM I

Relação de Convocados

Professor Licenciatura Plena 24H - Pedagogia **Escola Municipal Paulo Freire** **Centro de Educação Infantil Pequeno Príncipe;** Centro de Educação Infantil Primeiros Passos;		
NOME	CPF	CLASSIFICAÇÃO
ANDREIA SILVA DE PADUA	694.317.521-15	3º
SOLANGE PEREIRA ROSA	919.756.201-78	4º

Edu Laudi Pascoski

Prefeito Municipal

ITEM II

DOCUMENTOS PARA A ADMISSÃO

CÓPIA E ORIGINAL

1. RG;

2. CPF (não sendo aceito a numeração disponibilizada em outros documentos de identificação). Em caso de 2ª via, o mesmo pode ser expedido através da internet;

3. Certidão de Nascimento ou Casamento;

4. Certidão de Nasc. dos filhos menores de 18 anos (dependente comprovante);

5. Diploma Registrado no Órgão Competente;

6. Histórico Escolar da Faculdade;

7. Título de eleitor;

8. Número de Inscrição no Pis/Pasep ou Declaração de que não possui numero de contribuição;

9. CTPS (Carteira de Trabalho);

10. RG e CPF do cônjuge (mesmo sendo União Estável);

11. CPF dos dependentes;

12. Comprovante de residência atual em nome do admitido;

13. Se estrangeiro, comprovante de permanência e legalidade no país.

ORIGINAL

14. FOTO 3X4 (atual, colorida);

15. Qualificação Cadastral E-Social Dados Corretos

16. Certidão de Distribuição Primeiro Grau Ações e Execuções Cíveis e Criminais da Esfera Estadual conforme Estado cadastrado em seu endereço da ficha de inscrição do presente Processo Seletivo;

17. Certidão de Quitação Eleitoral;

18. Certidão Negativa de Débitos Municipais – CNDM;

19. Declaração Quanto ao Exercício ou Não de Outro Cargo, Emprego ou Função Pública;

20. Declaração de Bens e Valores que integram seu patrimônio ou Declaração de Imposto de Renda atualizado;

21. Declaração para IRFF e salário família

22. Declaração de Não Ter Sofrido Penalidade Incompatível com Nova Investidura em Cargo Público;

23. Exame médico Admissional.

ITANHANGÁ - MT, 09 DE JULHO DE 2019.

Edu Laudi Pascoski

Prefeito Municipal

ITEM III

DECLARAÇÃO AO EXERCÍCIO OU NÃO DE OUTRO CARGO, EMPREGO OU FUNÇÃO PÚBLICA

Eu, _____, portador (a) da Carteira de Identidade nº. _____, inscrito (a) no CPF sob o nº _____, DECLARO, para os devidos fins de provimento de cargo público, que não exerço nenhum cargo, função e emprego público

em quaisquer das esferas Federal, Estadual e Municipal, da Administração Pública, que gere impedimento legal nos termos do artigo 37, incisos XVI e XVII, da Constituição Federal, não comprometendo, dessa forma, minha nomeação e posse para o cargo de _____, do Município de Itanhangá – MT. DECLARO que não percebo proventos de aposentadoria e pensão decorrentes do art. 40 ou dos arts. 42 e 142 da Constituição Federal, que sejam inacumuláveis com o Cargo em que tomarei posse. E por ser verdade, firmo a presente declaração sob as penas da Lei.

Itanhangá – MT, _____ de _____ de 2019.

_____

Assinatura

CONSTITUIÇÃO FEDERAL "Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (...) XVI - é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no inciso XI: a) a de dois cargos de professor; b) a de um cargo de professor com outro, técnico ou científico; c) a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas; XVII – a proibição de acumular estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público; (...) § 10. É vedada a percepção simultânea de proventos de aposentadoria decorrentes do art. 40 ou dos arts. 42 e 142 com a remuneração de cargo, emprego ou função pública, ressalvados os cargos acumuláveis na forma desta Constituição, os cargos eletivos e os cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração.

ITEM IV

DECLARAÇÃO DOS BENS E VALORES QUE CONSTITUEM SEU PATRIMÔNIO

Eu, _____, portador (a) da Carteira de Identidade nº. _____, inscrito (a) no CPF sob o nº _____, no Cargo de _____,na Prefeitura Municipal de Itanhangá - MT, para fins de inclusão na minha ficha de registro junto ao Departamento de Recursos Humanos em cumprimento as determinações contidas no art. 24 §4º da Lei Complementar 002/2005, combinado com o art. 13 e seus parágrafos da Lei 8.429/1992, DECLARO que:

a. ( ) Não possuo bens e valores patrimoniais conforme discrimina o art. 34 da Instrução Normativa SRH 001/2011. b. ( ) Integram meu patrimônio os bens e valores discriminados no quadro abaixo (imóveis, móveis, semoventes, dinheiro, títulos, ações ou quaisquer outros bens e valores patrimoniais localizados no País ou no exterior) Obs.: A presente declaração deverá abranger o patrimônio do cônjuge, companheiro (a), filho (a) ou qualquer pessoa que viva sob a dependência econômica do declarante.

DISCRIMINAÇÃO DO BEM	**VALOR (R$)**

Declaro ainda ter ciência de que a não veracidade das informações prestada poderá acarretar responsabilização civil, penal e administrativa, gerando as conseqüências previstas na legislação vigente. Por ser verdade, firmo o presente.

Itanhangá – MT, _____ de _____ de 2019.

_____

Assinatura

ITEM V

DECLARAÇÃO PARA IRRF E SALÁRIO FAMÍLIA.

IDENTIFICAÇÃO DO SERVIDOR				
Nome:				
Matricula:	Lotação:			
Situação Funcional: ( ) Inativo ( ) Ativo				
CPF:	RG:			
Endereço residencial: Rua/Avenida/nº/Complemento: _____ Bairro: _____ CEP: _____ Município: _____ UF: _____ Telefone comercial: _____Telefone residencial: _____				
Nome do Dependente	Sexo	Código do Dependente	Data de Nascimento	É portador de necessidade especial ou estudante
Declaro sob as penas da lei serem verdadeiras as informações preenchidas acima, e que o(s) respectivo(s) dependente(s) vivem sob as minhas expensas, não cabendo à fonte pagadora qualquer responsabilidade perante a fiscalização. Data: _____/_____/_____ _____ Assinatura				
CÓDIGO DE DEPENDENTES: C = Cônjuge F = Filho E = Enteado (até 21 anos) P = Pai M = Mãe				

Inclusão no Sistema (para uso do DRH/PMI) Inclusão na folha de pagamento de _____/_____. _____ Assinatura Do Responsável Pela Inclusão/Exclusão

ITEM VI

DECLARAÇÃO DE NÃO TER SOFRIDO PENALIDADE INCOMPATÍVEL COM NOVA INVESTIDURA EM CARGO PÚBLICO

Eu, _____, portador (a) da Carteira de Identidade nº. _____, inscrito (a) no CPF sob o nº _____, DECLARO para o fim específico de ingresso **no Cargo de _____,n**a Prefeitura Municipal de Itanhangá - MT, que não sofri, no exercício profissional ou de qualquer função pública, penalidade disciplinar de suspensão ou demissão aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal, incompatível com a nova investidura em cargo publico.

Declaro ainda ter ciência de que a não veracidade da informação prestada poderá acarretar responsabilização civil, penal e administrativa, gerando as conseqüências previstas na legislação vigente.

Itanhangá – MT, _____ de _____ de 2019.

_____

Assinatura

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

N° 002/2019 – RUA MURICI

O Município de Itanhangá, no uso das suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 145, III, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 c/c artigos 81 e 82 do Código Tributário Nacional c/c 132 a 144 do Código Tributário do Município de Itanhangá (Lei Complementar nº 005/2005), bem como com fulcro no Decreto Lei Federal nº 195 de 24.02.1967, por intermédio do presente edital, que será publicado na imprensa regional, sendo Jornal com circulação no Município de Itanhangá, no Jornal Oficial dos Municípios - AMM e afixado na sede da Prefeitura e da Câmara municipal, nos termos do artigo 73 da Lei Organica do Município, bem como de forma complementar no sítio eletronico oficial www.itanhanga.mt.gov.br NOTIFICA os proprietários, titulares de domínio útil ou possuidores a qualquer título de imóveis situados e/ou com testada para a Rua Murici, situada no bairro Centro, que foram executadas pelo Município as obras de melhoria de que trata este edital, bem como, logo após foram realizadas as avaliação final dos imóveis para fins de cobrança da Contribuição de Melhoria decorrentes da obra de infraestrutura e pavimentação, nas vias públicas da cidade. Da mesma forma, ficam NOTIFICADOS os proprietários e possuidores de imóveis com testada para a Rua Murici, na extensão da Avenida Rio Grande do Sul até a Rua Curitiba dos valores da nova avaliação e valorização de seu imóvel, realizada após a conclusão das obras de asfalto, meio fio e calçada, para efeito de lançamento da Contribuição de melhoria, conforme especificação abaixo:

1. A Contribuição de Melhoria cobrada pelo Município, no âmbito de suas respectivas atribuições, é instituída para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.

2. As obras foram realizadas na Rua Murici, na extensão da Avenida Rio Grande do Sul até a Rua Curitiba, no bairro Centro.

3. - Ao iniciar as obras foram efetuadas avaliação individual de cada imóvel, tendo como parâmetro o valor venal do imóvel no ano de 2019, conforme constam no Edital de notificação nº 001/2019, sem qualquer impugnação.

4. - Após a conclusão da obra, foi realizada nova avaliação dos imóveis inseridos na zona de influência da obra pública, apurando o valor de cada imóvel após a execução da mesma, a fim de estabelecer o diferencial de valorização, assim entendido como sendo a diferença entre o valor anterior à obra pública e posterior à obra pública;

4.1 - Os valores obtidos nas avaliações referidas neste artigo balizarão a observância dos limites individuais da cobrança da contribuição de melhoria, que não poderá ser superior ao limite de valorização individual de cada imóvel.

4.2 - Os laudos de avaliação gozam de presunção de veracidade e legitimidade, admitida a prova em contrário e não serão utilizados para cobrança de tributo diverso da Contribuição de Melhoria.

5. - Para se obter a base de cálculo para a Contribuição de Melhoria, o Departamento de Tributos considerará os seguintes fatores:

5.1 – (AP) - Avaliação Prévia do imóvel (Antes da execução da obra);

5.2 – (AF) Avaliação Final do imóvel (após o término da obra)

5.3 – (VI) Valorização do Imóvel individualizado;

Parágrafo Único - A valorização do imóvel individualizado (VI) será apurada pela diferença entre valor posterior à pavimentação (AF) e o valor anterior à pavimentação (AP):

VI = VP – VA

6. Para se encontrar o custo individual da obra será considerado os seguintes fatores:

6.1 - (TTB) Testada do terreno beneficiado

6.2 - Extensão total do Asfalto: (9,00 metros) – 50% do total da extensão: (4,50 metros)

6.3 - Custo Unitário do m2 (R$ 48,42)

Parágrafo Único - O custo individual da obra foi apurado pela testada do terreno multiplicado por 50% da extensão do asfalto (4,50m) e pelo custo unitário do m2 do asfalto (R$ 48,42); - Custo Individual da obra (TTB x 4,5 x 48,42).

7. A base de cálculo para a Contribuição de melhoria, será considerado o valor da Valorização do Imóvel sob o qual será aplicado a alíquota de 50% (cinquenta por cento), limitado ao valor do custo individual da obra;

8 - RELAÇÃO DE PROPRIETÁRIOS, ÁREA, LOTE/QUADRA e VALORES DAS AVALIAÇÕES PRÉVIAS E FINAL E VALORIZAÇÃO DOS IMÓVEIS BENEFICIADOS:

Matricula / Possuidor(a)	Quadra Lote	Terreno M²	Frente testada	Avaliação Prévia R$:	Avaliação Final R$:	Valorização R$:
3484 – Ilma Amaral Piemonte de Mello	03/06A	658,39	15,74	109.496,37	116.613,63	7.117,26
3485 - Maicon Cristiano Rodrigues Fungueto	03/06B	215,96	9,37	52.387,13	57.625,84	5.238,71
3486 - Maria Cleofe Labrea Munhoz	03/07	1.182,51	20,98	156.123,35	171.735,69	15.612,34
3487 - Claricia Alves de Souza Cavazin	03/08	1.068,57	20,96	163.920,69	180.312,76	16.392,06
3488 - Francisca Terezinha Vaz	03/09	1.168,02	20,02	110.600,66	121.660,73	11.060,06
3489 - Marcel Menezes Meurer	03/10	1.245,42	21,70	61.271,62	67.398,78	6.127,16
3490 - Daniel Sabatine	03/11	1.111,90	18,19	37.261,16	40.987,28	3.726,12
7688 - Mayara Daniela de Oliveira	03/12A	390,61	19,41	22.909,23	26.345,61	3.436,38
7689 - José Carlos da Fonseca	03/12B	385,40	14,39	22.603,66	25.994,20	3.390,54
3545 - José Sadi da Rosa	09/01	778,69	34,50	130.694,52	139.189,66	8.495,14
3559 - Lorival Luis Durante	09/18	790,98	19,89	66.459,35	73.105,29	6.645,94
3558 - Ivanete Vaz Pasquali	09/17	798,18	20,29	114.782,93	126.261,22	11.478,29
3557 - Alceu Vieira Vaz	09/16	798,18	20,29	108.465,17	119.311,69	10.846,52
3556 - Robinson Rafael Mattei	09/15	793,94	19,75	79.880,50	87.868,55	7.988,05

9. **PARCELA DEVIDA POR CADA CONTRIBUINTE**

9.1 - A base de cálculo da contribuição de melhoria será estabelecida pelo *quantum* de valorização experimentada pelo imóvel, cujo valor será obtido pelo comparativo dos dois laudos/valores, o primeiro laudo, representado pelo Valor Venal do Imóvel (territorial + predial) constante do Cadastro e utilizado como base de cálculo para o IPTU/2019 e estabelecido na relação constante do item 2.1 do Edital nº 001/2019 e o segundo, que foi elaborado após a conclusão da obra, por comissão de Avaliação nomeada pela Portaria Municipal nº 138/2019.

9.2 - RELAÇÃO DE PROPRIETÁRIOS, CUSTO INDIVIDUAL DA OBRA, 50% DA VALORIZAÇÃO E VALOR A SER RECOLHIDO DOS IMÓVEIS BENEFICIADOS:

Matricula / Possuidor(a)	Quadra Lote	Frente testada	Custo individual da obra	Valorização Individual R$:	50% da Valorização R$:	Valor a ser recolhido R$:
3484 – Ilma Amaral Piemonte de Mello	03/06A	15,74	3.429,59	7.117,26	3.558,63	3.429,59
3485 - Maicon Cristiano Rodrigues Fungueto	03/06B	9,37	2.041,63	5.238,71	2.619,35	2.041,63
3486 - Maria Cleofe Labrea Munhoz	03/07	20,98	4.571,33	15.612,34	7.806,17	4.571,33
3487 - Claricia Alves de Souza Cavazin	03/08	20,96	4.566,97	16.392,06	8.196,03	4.566,97
3488 - Francisca Terezinha Vaz	03/09	20,02	4.362,16	11.060,06	5.530,03	4.362,16
3489 - Marcel Menezes Meurer	03/10	21,70	4.728,21	6.127,16	3.063,58	3.063,58
3490 - Daniel Sabatine	03/11	18,19	3.963,42	3.726,12	1.863,06	1.863,06
7688 - Mayara Daniela de Oliveira	03/12A	19,41	4.229,24	3.436,38	1.718,19	1.718,19
7689 - José Carlos da Fonseca	03/12B	14,39	3.135,44	3.390,54	1.695,27	1.695,27
3545 - José Sadi da Rosa	09/01	34,50	7.517,21	8.495,14	4.247,57	4.247,57
3559 - Lorival Luis Durante	09/18	19,89	4.333,83	6.645,94	3.322,97	3.322,97
3558 - Ivanete Vaz Pasquali	09/17	20,29	4.420,99	11.478,29	5.739,14	4.420,99
3557 - Alceu Vieira Vaz	09/16	20,29	4.420,99	10.846,52	5.423,26	4.420,99
3556 - Robinson Rafael Mattei	09/15	19,75	4.303,33	7.988,05	3.994,02	3.994,02

10. Constatada a ocorrência do fato gerador, a alíquota incidente para fins de Contribuição de Melhoria é de 50% (cinquenta por cento) sobre a valorização do imóvel, limitando-se o valor da contribuição ao custo individual da obra que teria o proprietário lindeiro.

11. - **IMPUGNAÇÃO DO EDITAL**

11.1 - Comprovado o legítimo interesse, poderão ser impugnados quaisquer elementos constantes do Edital, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados de sua publicação.

11.2 - A impugnação deverá ser dirigida à Administração Municipal Secretaria de Finanças, por meio de petição, que servirá para o início do processo administrativo, na qual o proprietário poderá reclamar contra eventuais erros de localização, cálculos, avaliação, valorização.

11.3 - A impugnação protocolada no prazo do item 11.1, não obstará a prática dos atos necessários à arrecadação do tributo e sua decisão somente terá efeito para o recorrente.

11.4 - A impugnação suspenderá os efeitos do lançamento e a decisão sobre ela manterá ou anulará os valores lançados;

11.5 - Mantido o lançamento, retoma-se do momento em que havia sido suspenso o prazo fixado para pagamento da Contribuição de Melhoria, desde a data da ciência do contribuinte.

11.6 - A anulação do lançamento não ilide a efetivação de novo, em substituição ao anterior, com as correções impostas pela impugnação.

12. FORMA DE PAGAMENTO:

12.1 - O pagamento da Contribuição de Melhoria será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data em que o contribuinte tiver ciência do lançamento, observado as seguintes condições:

12.2 - Pagamento à Vista

12.2.1 - Pagamento pelo contribuinte em cota única, no prazo acima estipulado, com redução de 20% (vinte por cento) sobre o respectivo montante.

12.3 - Pagamento Parcelado

12.3.1 - A Contribuição poderá ser paga em até 03 (três) parcelas anuais, cada parcela anual será dividida em 12 (doze) prestações mensais consecutivas, observado o valor mínimo, por prestação de 05 (cinco) Unidade Fiscal de Itanhangá – UFI, vigente no mês de emissão da notificação do lançamento.

12.3.2 - No caso de parcelamento, a Contribuição de Melhoria será convertida em número de Unidades Fiscais de Itanhangá – UFI, pelo valor vigente à data de ocorrência do seu fato gerador e, para fins de pagamento, reconvertida em moeda corrente, pelo valor da Unidade Fiscal de Itanhangá – UFI, vigente à data de vencimento de cada uma das prestações das parcelas anuais (art. 141 do CTM).

12.3.3 - Ficará a critério do contribuinte, optar pela condição de pagamento que melhor lhe convier, dentro das opções acima;

13. DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1 - As demais informações poderão ser obtidas no setor de Tributação da Prefeitura Municipal de Itanhangá.

Itanhangá - MT, 08 de julho de 2019.

EDU LAUDI PASCOSKI	EMERSON SABATINI
Prefeito Municipal	Secretária de Finanças e Planejamento

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.° 16/2019 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 004/2018

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.° 16/2019

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 004/2018

A Prefeitura Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, através do seu representando legal Prefeito Edu Laudi Pascoski e tendo em vista a homologação final do resultado do Processo Seletivo Simplificado nº. 004/2018 homologado em 07 de dezembro de 2018. CONVOCA a candidata classificada para contratação por tempo determinado, conforme a relação nominal constante no Item I.

A candidata deverá se apresentar junto ao Departamento de Recursos Humanos, na sede da Prefeitura Municipal de Itanhangá – MT, Avenida Santa Catarina, Centro, 314, Itanhangá – MT no horário das 7:00 horas as 11:00 horas, no prazo de 72 horas (setenta e duas) 3 dias, após a data de publicação deste Edital no site https://diariomunicipal.org/mt/amm/, munidos dos documentos que refere o Item II, sob pena de não o fazendo perder o direito ao Provimento no cargo público. A contratação será conforme regulamenta a Lei Municipal 267/2011.

O Município de Itanhangá reserva-se o direito de solicitar outros documentos complementares que julgar necessário para o ato de nomeação dos candidatos para os respectivos cargos.

ITEM I

Relação de Convocados

Professor Licenciatura Plena 24 H *Escola Municipal Joaquim Barbosa dos Santos – Agrovila Simioni*		
Nome	RG	Classificação
KELLY JACIANE DOS SANTOS DA SILVA	22.627.403 SSP/MG	2º

ITANHANGÁ - MT, 09 DE JULHO DE 2019.

Edu Laudi Pascoski

Prefeito Municipal

ITEM II

DOCUMENTOS PARA A ADMISSÃO

1. RG;

2. CPF (não sendo aceito a numeração disponibilizada em outros documentos de identificação). Em caso de 2ª via, o mesmo pode ser expedido através da internet;

3. Certidão de Nascimento ou Casamento;

4. Certidão de Nasc. dos filhos menores de 18 anos (dependente comprovante);

5. Diploma Registrado no Órgão Competente;

6. Histórico Escolar da Faculdade;

7. Título de eleitor;

8. Número de Inscrição no Pis/Pasep ou Declaração de que não possui numero de contribuição;

9. CTPS (Carteira de Trabalho);

10. RG e CPF do cônjuge (mesmo sendo União Estável);

11. CPF dos dependentes;

12. Comprovante de residência atual em nome do admitido;

13. Se estrangeiro, comprovante de permanência e legalidade no país.

ORIGINAL

14. FOTO 3X4 (atual, colorida);

15. Qualificação Cadastral E-Social Dados Corretos

16. Certidão de Distribuição Primeiro Grau Ações e Execuções Cíveis e Criminais da Esfera Estadual conforme Estado cadastrado em seu endereço da ficha de inscrição do presente Processo Seletivo;

17. Certidão Negativa do Poder Judiciário Justiça Militar da União de Ações Criminais (masculino);

18. Certidão de Quitação Eleitoral;

19. Certidão Negativa de Débitos Municipais – CNDM;

20. Declaração Quanto ao Exercício ou Não de Outro Cargo, Emprego ou Função Pública;

21. Declaração de Bens e Valores que integram seu patrimônio ou Declaração de Imposto de Renda atualizado;

22. Declaração para IRFF e salário família

23. Declaração de Não Ter Sofrido Penalidade Incompatível com Nova Investidura em Cargo Público;

24. Apresentar Registro expedido pelo Órgão de Classe

25. Certidão Negativa expedida pelo Órgão de Classe.

26. Exame médico Admissional.

ITANHANGÁ - MT, 09 DE JULHO DE 2019.

Edu Laudi Pascoski

Prefeito Municipal

ITEM III

DECLARAÇÃO AO EXERCÍCIO OU NÃO DE OUTRO CARGO, EMPREGO OU FUNÇÃO PÚBLICA

Eu, _____, portador (a) da Carteira de Identidade nº. _____, inscrito (a) no CPF sob o nº _____, DECLARO, para os devidos fins de provimento de cargo público, que não exerço nenhum cargo, função e emprego público em quaisquer das esferas Federal, Estadual e Municipal, da Administração Pública, que gere impedimento legal nos termos do artigo 37, incisos XVI e XVII, da Constituição Federal, não comprometendo, dessa forma, minha nomeação e posse para o cargo de _____, do Município de Itanhangá – MT. DECLARO que não percebo proventos de aposentadoria e pensão decorrentes do art. 40 ou dos arts. 42 e 142 da Constituição Federal, que sejam inacumuláveis com o Cargo em que tomarei posse. E por ser verdade, firmo a presente declaração sob as penas da Lei.

Itanhangá – MT, _____ de _____ de 2019.

_____

Assinatura

CONSTITUIÇÃO FEDERAL "Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (...) XVI - é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no inciso XI: a) a de dois cargos de professor; b) a de um cargo de professor com outro, técnico ou científico; c) a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas; XVII – a proibição de acumular estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público; (...) § 10. É vedada a percepção simultânea de proventos de aposentadoria decorrentes do art. 40 ou dos arts. 42 e 142 com a remuneração de cargo, emprego ou função pública, ressalvados os cargos acumuláveis na forma desta Constituição, os cargos eletivos e os cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração.

ITEM IV

DECLARAÇÃO DOS BENS E VALORES QUE CONSTITUEM SEU PATRIMÔNIO

Eu, _____, portador (a) da Carteira de Identidade nº. _____, inscrito (a) no CPF sob o nº _____, no Cargo de _____,na Prefeitura Municipal de Itanhangá - MT, para fins de inclusão na minha ficha de registro junto ao Departamento de Recursos Humanos em cumprimento as determinações contidas no art. 24 §4º da Lei Complementar 002/2005, combinado com o art. 13 e seus parágrafos da Lei 8.429/1992, DECLARO que:

a. ( ) Não possuo bens e valores patrimoniais conforme discrimina o art. 34 da Instrução Normativa SRH 001/2011. b. ( ) Integram meu patrimônio os bens e valores discriminados no quadro abaixo (imóveis, móveis, semoventes, dinheiro, títulos, ações ou quaisquer outros bens e valores patrimoniais localizados no País ou no exterior) Obs.: A presente declaração deverá abranger o patrimônio do cônjuge, companheiro (a), filho (a) ou qualquer pessoa que viva sob a dependência econômica do declarante.

DISCRIMINAÇÃO DO BEM	**VALOR (R$)**

Declaro ainda ter ciência de que a não veracidade das informações prestada poderá acarretar responsabilização civil, penal e administrativa, gerando as conseqüências previstas na legislação vigente. Por ser verdade, firmo o presente.

Itanhangá – MT, _____ de _____ de 2019.

_____

Assinatura

ITEM V

DECLARAÇÃO PARA IRRF E SALÁRIO FAMÍLIA.

IDENTIFICAÇÃO DO SERVIDOR				
Nome:				
Matricula:	Lotação:			
Situação Funcional: ( ) Inativo ( ) Ativo				
CPF:	RG:			
Endereço residencial: Rua/Avenida/nº/Complemento: _____ Bairro: _____ CEP: _____ Município: _____ UF: _____ Telefone comercial: _____ Telefone residencial: _____				
Nome do Dependente	Sexo	Código do Dependente	Data de Nascimento	É portador de necessidade especial ou estudante
Declaro sob as penas da lei serem verdadeiras as informações preenchidas acima, e que o(s) respectivo(s) dependente(s) vivem sob as minhas expensas, não cabendo à fonte pagadora qualquer responsabilidade perante a fiscalização. Data: _____/_____/_____ _____ Assinatura				
CÓDIGO DE DEPENDENTES: C = Cônjuge F = Filho E = Enteado (até 21 anos) P = Pai M = Mãe				

Inclusão no Sistema (para uso do DRH/PMI) Inclusão na folha de pagamento de _____/_____. Assinatura Do Responsável Pela Inclusão/Exclusão

ITEM VI

DECLARAÇÃO DE NÃO TER SOFRIDO PENALIDADE INCOMPATÍVEL COM NOVA INVESTIDURA EM CARGO PÚBLICO

Eu, _____, portador (a) da Carteira de Identidade nº. _____, inscrito (a) no CPF sob o nº _____, DECLARO para o fim específico de ingresso **no Cargo de _____,n**a Prefeitura Municipal de Itanhangá - MT, que não sofri, no exercício profissional ou de qualquer função pública, penalidade disciplinar de suspensão ou demissão aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal, incompatível com a nova investidura em cargo publico.

Declaro ainda ter ciência de que a não veracidade da informação prestada poderá acarretar responsabilização civil, penal e administrativa, gerando as conseqüências previstas na legislação vigente.

Itanhangá – MT, _____ de _____ de 2019.

_____

Assinatura

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA

PROCURADORIA JURIDICA
PORTARIA N° 116, DE 24 DE MAIO DE 2019.

"Exonerar a Servidora que menciona de exercer função gratificada de livre nomeação e exoneração, e dá outras providencias. "

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 51, combinado com o art. 95, inciso II da Lei Orgânica do Município, e;

CONSIDERANDO a necessidade de adequação funcional na estrutura administrativa do Poder Executivo/Prefeitura, para cumprimento das atribuições estabelecidas na legislação pertinente em vigor,

R E S O L V E:

Art. 1° - Exonerar as servidoras abaixo relacionadas, do exercício de função gratificada, de livre nomeação e exoneração**, a partir do dia 31/05/2019,** conforme segue:

1. MARIA DAS GRAÇAS DOS SANTOS SANCHES

CPF-MF: 113.822.988-11

Coordenador Pedagógico Escolar FG 2

2. SANDRA ROSA PINHO ARIMATÉIA

CPF-MF: 638.444.781-91

Coordenador Pedagógico Escolar FG 2

Art. 2° - Caberá aos órgãos competentes do Poder Executivo, as providências pertinentes, de acordo com a legislação em vigor, inclusive quantos aos procedimentos orçamentários e financeiros.

Art. 3° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira-MT., 24 de maio de 2019.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

HUMBERTO BORTOLINI

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURIDICA
PORTARIA N° 164, DE 03 DE JULHO DE 2019.

Concede Licença Maternidade à servidora que menciona, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 51, incisos I, combinado com o art. 95, inciso II da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO o requerimento da unidade Administrativa competente do Poder Executivo e o atestado médico, em cumprimento das atribuições estabelecidas na legislação pertinente em vigor;

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder Licença Maternidade a servidora abaixo relacionada:

1. PATRÍCIA SUELEN LIMA SANTOS, servidora pública do quadro de servidores temporários do Poder Executivo, no Cargo de AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, admitida por meio de processo seletivo simplificado, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, sendo o período de gozo de 10/06/2019 à 06/12/2019, devendo retornar ao trabalho no dia 07/12/2019.

Art. 2º -Determinar ao órgão/unidade administrativa competente do Poder Executivo às providências cabíveis, inclusive as de caráter orçamentário e financeiro, se devidas.

Art. 3° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 10/06/2019.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira-MT., 03 de julho de 2019.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

HUMBERTO BORTOLINI

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURIDICA
PORTARIA N° 116, DE 24 DE MAIO DE 2019.

"Exonerar a Servidora que menciona de exercer função gratificada de livre nomeação e exoneração, e dá outras providencias. "

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 51, combinado com o art. 95, inciso II da Lei Orgânica do Município, e;

CONSIDERANDO a necessidade de adequação funcional na estrutura administrativa do Poder Executivo/Prefeitura, para cumprimento das atribuições estabelecidas na legislação pertinente em vigor,

R E S O L V E:

Art. 1° - Exonerar as servidoras abaixo relacionadas, do exercício de função gratificada, de livre nomeação e exoneração**, a partir do dia 31/05/2019,** conforme segue:

1. MARIA DAS GRAÇAS DOS SANTOS SANCHES

CPF-MF: 113.822.988-11

Coordenador Pedagógico Escolar FG 2

2. SANDRA ROSA PINHO ARIMATÉIA

CPF-MF: 638.444.781-91

Coordenador Pedagógico Escolar FG 2

Art. 2° - Caberá aos órgãos competentes do Poder Executivo, as providências pertinentes, de acordo com a legislação em vigor, inclusive quantos aos procedimentos orçamentários e financeiros.

Art. 3° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira-MT., 24 de maio de 2019.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

HUMBERTO BORTOLINI

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA

LICITAÇÃO E CONTRATOS
RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO N. 014/2019

A Prefeitura Municipal de Jaciara - MT, através do Pregoeiro nomeado, torna público que, referente ao o procedimento Licitatório - modalidade **PREGÃO n.º 014/2019**, que tem por objeto o **''Registro de preços para eventual contratação de empresa para prestação de serviços de transporte de alunos da zona rural e urbana do Município de Jaciara/MT'',** onde foram vencedoras as empresas **GILSON JOSE DA SILVA TRANSPORTES – ME** ao valor global de **R$ 148.056,00** (Cento e quarenta e oito mil e cinqüenta e seis reais), **BENTO T DE MENDONCA NETO - ME** ao valor global de **R$ 252.882,00** (Duzentos e cinqüenta e dois mil, oitocentos e oitenta e dois reais) e, **ROSIN TRANSPORTES LTDA ME** ao valor global de **R$ 1.223.366,00** (Um milhão, duzentos e vinte e três mil, trezentos e sessenta e seis reais)..Jaciara-MT, 07 de junho de 2019.

TIAGO RODRIGO ZENKNER

Pregoeiro

PORTARIA Nº. 150/19 DE 03 DE JULHO DE 2019.

PORTARIA Nº. 150/19 DE 03 DE JULHO DE 2019.

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, **ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD**, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR, o servidor abaixo relacionado, do Cargo Comissionado, a partir do dia 01 de Julho de 2019, conforme segue:

- GABRIEL PAULINO DOS SANTOS – COORDENADOR III – MONITORAMENTO, PROJETOS E SISTEMAS.

Art. 2º - Esta Portaria retroage seus efeitos a partir da data acima mencionada, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 03 de Julho de 2019.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal – 2017 a 2020

RONIEVON MIRANDA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças / Portaria nº. 02/2018

LUCIANA CRISTINA DOS SANTOS

Secretária Municipal de Assistência Social e Cidadania – Portaria nº. 011/2018

Registrada e publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costumes estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal – 2017 a 2020

PORTARIA Nº. 149/19 DE 03 DE JULHO DE 2019.

PORTARIA Nº. 149/19 DE 03 DE JULHO DE 2019.

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, **ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD**, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, a servidora abaixo relacionada, do Cargo Comissionado, a partir do dia 01 de Julho de 2019, conforme segue:

- THAYANE ANDRADE GOMES SANTANA – COORDENADOR III – MONITORAMENTO, PROJETOS E SISTEMAS.

Art. 2º - Esta Portaria retroage seus efeitos a partir da data acima mencionada, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 03 de Julho de 2019.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal – 2017 a 2020

RONIEVON MIRANDA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças / Portaria nº. 02/2018

LUCIANA CRISTINA DOS SANTOS

Secretária Municipal de Assistência Social e Cidadania – Portaria nº. 011/2018

Registrada e publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costumes estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal – 2017 a 2020

LICITAÇÃO E CONTRATOS
RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO N. 016/2019

A Prefeitura Municipal de Jaciara - MT, através do Pregoeiro nomeado, torna público que, referente ao o procedimento Licitatório - modalidade **PREGÃO n.º 016/2019**, que tem por objeto o **"Registro de preços para eventual aquisição de sapatos de proteção e confecção de uniformes para atendimento aos Setores pertencentes à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto da Prefeitura Municipal de Jaciara/MT"**, onde sagraram-se vencedoras as empresas **IMPACTO INDUSTRIA E COMÉRCIO DE CONFECÇÕES LTDA – ME** ao valor global de R$ 20.680,00 (Vinte mil, seiscentos e oitenta reais), **ALFAIATARIA DE UNIFORMES LTDA - EPP** ao valor global de R$ 26.917,00 (Vinte seis mil, novecentos e dezessete reais), conforme Relatório Geral de Sessões. Jaciara-MT, 09 de julho de 2019.

TIAGO RODRIGO ZENKNER

Pregoeiro

PORTARIA Nº. 146/19 DE 01 DE JULHO DE 2019.

PORTARIA Nº. 146/19 DE 01 DE JULHO DE 2019.

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, **ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD**, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR, a servidora abaixo relacionada, do Cargo Comissionado, a partir do dia 01 de Julho de 2019, conforme segue:

- GIOVANNA DE LIMA SANTOS – ASSESSOR II – GESTÃO DO TRABALHO.

Art. 2º - Esta Portaria retroage seus efeitos a partir da data acima mencionada, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 07 de Julho de 2019.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal – 2017 a 2020

RONIEVON MIRANDA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças / Portaria nº. 02/2018

LUCIANA CRISTINA DOS SANTOS

Secretária Municipal de Assistência Social e Cidadania – Portaria nº. 011/2018

Registrada e publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costumes estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal – 2017 a 2020

PORTARIA Nº. 151/19 DE 03 DE JULHO DE 2019.

PORTARIA Nº. 151/19 DE 03 DE JULHO DE 2019.

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, **ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD**, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, o servidor abaixo relacionado, do Cargo Comissionado, a partir do dia 01 de Julho de 2019, conforme segue:

- GABRIEL PAULINO DOS SANTOS – ASSESSOR II – GESTÃO DO TRABALHO.

Art. 2º - Esta Portaria retroage seus efeitos a partir da data acima mencionada, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 03 de Julho de 2019.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal – 2017 a 2020

RONIEVON MIRANDA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças / Portaria nº. 02/2018

LUCIANA CRISTINA DOS SANTOS

Secretária Municipal de Assistência Social e Cidadania – Portaria nº. 011/2018

Registrada e publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costumes estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal – 2017 a 2020

PORTARIA Nº. 147/19 DE 02 DE JULHO DE 2019

PORTARIA Nº. 147/19 DE 02 DE JULHO DE 2019

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, **ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD**, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR, o servidor EDSON PEREIRA DOS SANTOS, como FISCAL DE CONTRATOS DO TRANSPORTE ESCOLAR E DEMAIS VEÍCULOS INTEGRANTES DA FROTA DA SECRTARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, a partir do dia 01/07/2019:

Art. 2º - Esta Portaria retroage seus efeitos a partir da data acima mencionada, revogada as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 02 de Julho de 2019.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal – 2017 a 2020

RONIEVON MIRANDA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças / Portaria nº. 02/2018

ANA PAULA BARBOSA BUENO

Secretária Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer – Portaria nº. 085/2019

Registrada e publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costumes estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal – 2017 a 2020

LICITAÇÃO E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO - CONVITE N.º 007/2019

A Prefeitura Municipal de Jaciara-MT, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público que realizará licitação na modalidade **CONVITE**, ao **MENOR VALOR GLOBAL**, tendo por objeto o **"Contratação de empresa especializada para execução de Obra do PRAD I (Programa de Recuperação de área Degradada) compreendendo a construção de cerca (448,96 metros) e plantio de árvores (560 unidades) numa área de 8.361,64 m², contrato de repasse convênio nº 0352.398-38/2011/PAC2, Ministério das Cidades, obra a ser executada no bairro Elias Domingos no Município de Jaciara – MT"**,nos termos da Lei 10.520/02, a realizar-se no dia **19 DE JULHO DE 2019 - 09:00 h - MT.** Os interessados poderão obter o Edital completo através do site www.jaciara.mt.gov.br ou na Prefeitura, à Av. Antonio Ferreira Sobrinho, n.º 1075, das 12:00 até às 18:00 horas. Informações: tel. (0**66) 3461 7925. Jaciara, 08 de julho de 2019.

MARCOS VINÍCIOS DE JESUS ABRAHÃO

Presidente da CPL

PORTARIA Nº. 148/19 DE 03 DE JULHO DE 2019.

PORTARIA Nº. 148/19 DE 03 DE JULHO DE 2019.

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, **ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD**, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR, a servidora abaixo relacionada, do Cargo Comissionado, a partir do dia 01 de Julho de 2019, conforme segue:

- THAYANE ANDRADE GOMES SANTANA – COORDENADOR III – BOLSA FAMILIA.

Art. 2º - Esta Portaria retroage seus efeitos a partir da data acima mencionada, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 03 de Julho de 2019.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal – 2017 a 2020

RONIEVON MIRANDA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças / Portaria nº. 02/2018

LUCIANA CRISTINA DOS SANTOS

Secretária Municipal de Assistência Social e Cidadania – Portaria nº. 011/2018

Registrada e publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costumes estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal – 2017 a 2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAURU

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 021 DE 09 DE JULHO DE 2019

PORTARIA Nº 021 de 09 DE JULHO DE 2019.

ROBSON MARCOS PERES Presidente do Legislativo Municipal de Jauru, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

"DISPÕE SOBRE O HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE JAURU, DURANTE O RECESSO PARLAMENTAR, A PARTIR DO DIA 09 DE JULHO DE 2019".

Considerando o recesso parlamentar de 09 de Julho a 02 de agosto de 2019;

Considerando que as atividades administrativas serão reduzidas no referido período;

Considerando a necessidade de redução de gastos no Poder Público do Legislativo Municipal de Jauru-MT

RESOLVE:

Art. 1 0 - O horário de funcionamento dos trabalhos da Câmara Municipal de Jauru/MT, seja interno e para o público, a partir do dia 09 de julho à 02 de agosto de 2019, será de um único turno, compreendendo das 08:00 às 12:00 horas.

Art. 2 0 - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE.

Gabinete da Presidência, Jauru-MT, 09 de Julho de 2019.

ROBSON MARCOS PERES

Presidente do Legislativo

PORTARIA 167/2019

PORTARIA Nº 167 DE 05 JULHO DE 2019

PEDRO FERREIRA DE SOUZA, PREFEITO MUNICIPAL DE JAURU, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS;

RESOLVE:

CONCEDER, a pedido, a partir do dia 05 de julho de 2019, 30 (trinta) dias de FÉRIAS regulamentares, referente ao período aquisitivo de 2018/2019, em conformidade a Lei Complementar nº 045/2006 de 06 de dezembro de 2006, o Servidor CELSON ELECIO DA SILVA, brasileiro, servidor público municipal.

Gabinete do Prefeito, Paço Municipal José Peres, Jauru-MT, 05 de julho de 2019.

_____

PEDRO FERREIRA DE SOUZA Prefeito Municipal

PORTARIA 168/2019

PORTARIA Nº 168 DE 08 JULHO DE 2019

PEDRO FERREIRA DE SOUZA, PREFEITO MUNICIPAL DE JAURU, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS;

RESOLVE:

EXONERAR, a partir do dia 08 de julho de 2019, a Sra. FLAVIANA VIEIRA MANSANO, Brasileira, do cargo de COORDENADORA PEDAGOGICA na Escola Municipal Rosimeire Aparecida da Silva.

Em conformidade com a Lei complementar nº 129/2018 de 27 de fevereiro de 2018.

Gabinete do Prefeito, Paço Municipal José Peres, Jauru-MT, 08 de julho de 2019.

PEDRO FERREIRA DE SOUZA Prefeito Municipal

TERMOS DE APOSTILAMENTO

1º TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº. 041/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JAURU

CONTRATADA: TWI EMPREENDIMENTOS TECNOLÓGICOS E TURISMO LTDA - ME

OBJETO: ALTERAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

1º TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº. 075/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JAURU

CONTRATADA: PELEGRINO E ALMEIDA LTDA - ME

OBJETO: ALTERAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO N. 058/2019/SECAD TIPO: PRESENCIAL APURAÇÃO: MENOR VALOR POR ITEM.

OBJETO: Registro de Preços Para Futuro e Eventual Fornecimento Parcelado de Óleos Lubrificantes, Graxas, Fluidos e Afins, em Atendimento a Diversas Secretarias Municipais, conforme especificações e condições técnicas constantes neste edital e em seus anexos.

EDITAL E INFORMAÇÕES: O Edital poderá ser obtido a partir de 10/07/2019, na Sede da Prefeitura Municipal de Juara/MT – Divisão de Licitações e Contratos, localizada à Rua Niterói, 81N, Centro – Juara/MT – Fone: (066) 3556-9400/9401 ou por meio dos sites: www.juara.mt.gov.br; www.portaldecompraspublicas.com.br

ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO DO EDITAL: Decairá do direito de pedir esclarecimentos ou impugnar os termos deste Edital aquele que não o fizer até 02 (dois) dias úteis antes da data designada para a abertura dos envelopes, apontando de forma clara e objetiva as falhas ou irregularidades que entende viciarem o mesmo. As petições deverão ser protocoladas, devidamente instruídas (assinatura, endereço, razão social e telefone para contato), junto ao Serviço de Protocolo desta Prefeitura ou diretamente ao Pregoeiro Oficial ou ainda através do Fax (66) 3556-9400/9401 ou **ainda e preferencialmente através do Site**: www.portaldecompraspublicas.com.br e/ou e-mail: licitacao@juara.mt.gov.br que tem o prazo de 24 (vinte e quatro) horas úteis para respondê-las.

SESSÃO DE ABERTURA DE PROPOSTA E DISPUTA DE LANCES: dia 24 de julho de 2019 às 08h30 – Horário Local.

Juara-MT, em 09 de julho de 2019.

Luis Carlos Correia Carlos Amadeu Sirena

Pregoeiro Prefeito Municipal

AVISO DE RETIFICAÇÃO EDITAL.

Processo Pregão Eletrônico 055/2019

Onde Se Lê:

EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N° 055/2019

"EXCLUSIVA ME E EPP"	
Objeto:	**Registro de Preços Para Futura e Eventual Aquisição de Equipamentos e Aparelhos Hospitalares** em Atendimento à Secretaria Municipal de Saúde */ Hospital Municipal / UCT de Juara/MT,* conforme especificações e condições técnicas constantes neste edital e em seus anexos.
Período de recebimento das propostas:	Conforme aviso de licitação, disponível no Portal de Transparência da Prefeitura, Portal de Compras Públicas da Confederação Nacional dos Município, juntamente com este Edital, e publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso.
Abertura das propostas e início da fase de lances	
Endereço para retirada do Edital e participação no pregão:	O Edital completo poderá ser retirado no site www.juara.mt.gov.br e o Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, no aplicativo "Portal de Compras Públicas da Confederação Nacional dos Municípios", constante da página eletrônica da CNM – www.portaldecompraspublicas.mt.gov.br.
Pregoeiro:	**Luis Carlos Correia** Telefone: (066) 3556-9400/9401. Atendimento: 08h00min às 11h00min. E-mail: licitacao@juara.mt.gov.br

.

Leia-SE:

EDITAL DE LICITAÇÃO **PREGÃO ELETRÔNICO N° 055/2019** **" AMPLA CONCORRÊNCIA "**	
Objeto:	**Registro de Preços Para Futura e Eventual Aquisição de Equipamentos e Aparelhos Hospitalares** em Atendimento à Secretaria Municipal de Saúde */ Hospital Municipal / UCT de Juara/MT,* conforme especificações e condições técnicas constantes neste edital e em seus anexos.
Período de recebimento das propostas:	Conforme aviso de licitação, disponível no Portal de Transparência da Prefeitura, Portal de Compras Públicas da Confederação Nacional dos Município, juntamente com este Edital, e publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso.
Abertura das propostas e início da fase de lances	
Endereço para retirada do Edital e participação no pregão:	O Edital completo poderá ser retirado no site www.juara.mt.gov.br e o Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, no aplicativo "Portal de Compras Públicas da Confederação Nacional dos Municípios", constante da página eletrônica da CNM – www.portaldecompraspublicas.mt.gov.br.
Pregoeiro:	**Luis Carlos Correia** Telefone: (066) 3556-9400/9401. Atendimento: 08h00min às 11h00min. E-mail: licitacao@juara.mt.gov.br

J

uara –MT, 09 de julho de 2019.

Luis Carlos Correia Carlos Amadeu Sirena

Coord. Div. Licitação Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA Nº. 094/2018/GS/SME/MT

Portaria Nº. 094/2018/GS/SME/MT

Retifica, em parte, a PORTARIA Nº.092/2018/GS/SME/MT, de 27/11/2018.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, *no uso de suas atribuições legais e tendo em vista a necessidade de alteração parcial na PORTARIA Nº. 092/2018/GS/SME/MT, que orienta e estabelece critérios e procedimentos a serem adotados para o processo de atribuição de classes e/ou aulas do* ***professor, bem como do regime/jornada de trabalho dos Cargos/funções Técnico Administrativo Educacional e Apoio Administrativo Educacional,*** *pertencentes ao quadro das Unidades Escolares e educacionais da Rede Municipal de Ensino para o ano letivo de 2019 e demais providências.*

RESOLVE:

Art. 1º Alterar o caput do **artigo 20,** que passa a vigorar com a seguinte redação:

(...) O quantitativo de profissionais efetivos nos cargos/funções das Unidades Educacionais será definido de acordo com o critério estabelecido em anexo desta Portaria. Entretanto, “as unidades escolares que atende discentes das duas redes públicas Municipais e Estaduais” **o quantitativo de servidores conforme anexo da portaria deverá ser considerado o quantitativo entre os servidores das redes.**

(...) Para as unidades escolaresonde o número de turmas estiver conforme anexo III, entretanto o número de alunos for inferior ao quantitativo de 150 (cento e cinquenta) alunos,

o quadro será composto conforme quadro abaixo.

DISTRIBUIÇÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - NUTRIÇÃO
Ø 01 (um) Apoio Administrativo Educacional, na função de Nutrição Escolar.

DISTRIBUIÇÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - NUTRIÇÃO
Ø 01 (um) Apoio Administrativo Educacional, na função de Infraestrutura.

Art. 26 Esta Portaria de Atribuição entra em vigor na data de sua publicação, permanecendo todo o restante do conteúdo da respectiva Instrução Normativa, inalterado.

Juara-MT, 11 de Dezembro de 2018.

Fernanda Alves dos Santos Ribas

Secretária Municipal de Educação

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO: MODALIDADE: PREGÃO Nº. 051/2019 TIPO: PRESENCIAL JULGAMENTO: MENOR VALOR POR ITEM

O Pregoeiro Oficial da Prefeitura Municipal de Juara, designado pela Portaria GP nº 005/2019, e equipe de Apoio, nomeada pela Portaria GP nº 005/2019, torna público aos interessados que o processo licitatório realizado na modalidade de Pregão nº. 051/2019, cuja abertura ocorreu as 08h30 - Local, do dia 08/07/2019, na sala de Licitação da Prefeitura Municipal. Objeto: Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação de Locação de Veículos para Atendimento Emergencial em Caráter de Substituição Temporária nas Linhas do Transporte Escolar (Zona Rural) em Atendimento a Secretaria Municipal de Educação e Cultura**,**conforme especificações e condições técnicas constantes neste edital e em seus anexos., sagrou-se **Deserta.**

Juara –MT, 09 de julho de 2019.

Luis Carlos Correia Carlos Amadeu Sirena

Pregoeiro Oficial Prefeito do Município

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 055/2019

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 055/2019

Acha-se aberta na Prefeitura Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, a licitação na modalidade de Pregão, do Tipo Eletrônico, apuração pelo Menor Lance ou Oferta, cujo objeto é o **Registro de Preços Para Futura e Eventual Aquisição de Equipamentos e Aparelhos Hospitalares** em Atendimento à Secretaria Municipal de Saúde ***/ Hospital Municipal / UCT de Juara/MT***, conforme especificações e condições técnicas constantes neste edital e em seus anexos**. A realização do Pregão será no dia 23. 07.2019 às 08h30m (Horário Local)**. O edital na íntegra estará disponível para consulta e retirada na Sede da Prefeitura Municipal de Juara, localizada à Rua Niterói n.º 81N - Centro - Juara/MT, junto à Divisão de Licitação de segunda e sexta-feira, no horário das 08h00 às 13h00 (Horário Local) ou pela internet nos endereços: www.juara.mt.gov.br; www.portaldecompraspublicas.com.br. Para participação no presente certame será permitida somente representantes legais, procuradores ou prepostos com poderes específicos ou credenciados pelas empresas interessadas em participar do certame.

Juara/MT, em 09 de julho de 2019.

Luis Carlos Correia Carlos Amadeu Sirena

Pregoeiro Oficial Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE JURUENA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
ERRATA

ERRATA

A Prefeitura Municipal de Juruena, por intermédio do Presidente da Comissão Permanente de Licitação, no exercício das atribuições que lhe confere a Portaria 71/2019, torna público para conhecimento de quem possa interessar que, no aviso de Dispensa de Licitação Nº 002/2019, altera-se o seguinte:

Onde se lê:

L. DOS REIS MAGALHÃES E CIA LTDA-ME, CNPJ 00.629.175/0001-62, sendo 11.000 litros de óleo diesel S-10, no valor de R$ 49.280,00 (quarenta e nove mil, duzentos e oitenta reais).

Leia-se:

A. MANOEL DA SILVA - COMBUSTÍVEL EPP, CNPJ 02.535.956/0001-13, sendo 11.000 litros de óleo diesel S-10, no valor de R$ 49.280,00 (quarenta e nove mil, duzentos e oitenta reais).

Juruena, 09 de julho de 2019.

_____

Nelson Coutinho de Menezes

Pres. CPL

LEI Nº. 1233, DE 14 DE JUNHO DE 2019.

"DISPÕE SOBRE A INSTALAÇÃO EQUIPAMENTO ELIMINADOR DE AR NA TUBULAÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DE JURUENA".

Eu, CARLOS ALEXANDRE ANSCHAU LOPES, Presidente da Câmara Municipal de Juruena, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, Faço SABER que a Câmara Municipal aprovou, e a Prefeita Municipal senhora **Sandra Josy Lopes de Souza**, sanciono a seguinte Lei, de autoria do Vereador Diogo Orben**:**

A Câmara Municipal de Juruena DECRETA:

ARTIGO 1º. Fica a Prefeitura Municipal de Juruena através do DAE - Departamento de Água e Esgoto de Juruena, obrigada a instalar, por solicitação do consumidor, equipamento eliminador de ar na tubulação individual ou coletivo que antecede o hidrômetro de seu imóvel.

§ 1º – As despesas decorrentes da aquisição do equipamento e sua instalação correrão as expensas do consumidor.

§ 2º – O equipamento de que trata o caput deste artigo deverá estar de acordo com a Portaria nº 2 46 item 9.4, do INM ETRO e estar devidamente patenteado.

ARTIGO 2º – O teor desta Lei será divulgado ao consumidor por meio de informação imprensa na conta mensal de água, emitida pelo Departamento de Água, nos três meses subsequentes à publicação da mesma, bem como em seus materiais publicitários.

ARTIGO 3º – Os hidrômetros a serem instalados, após a promulgação desta Lei, deverão ter o eliminador de ar instalado conjuntamente, sem ônus adicional para o consumidor.

ARTIGO 4º – As instalações dos aparelhos eliminadores de ar poderão ser feitas tanto pela Prefeitura como pelas empresas que comercializem esses equipamentos, ou técnicos autônomos com autorização do departamento responsável da prefeitura.

ARTIGO 5º – O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 180 (cento e oitenta dias), contados na data da sua publicação.

ARTIGO 6º – Está lei entra em vigor no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Juruena, MT 14 de Junho de 2019.

SANDRA JOSY LOPES DE SOUZA

Prefeita do Município de Juruena

Registrada e publicada por afixação em local público de costume, conforme autorização da Lei Municipal nº. 484/2002.

RODOLFO PEREIRA DIAS

Secretário Municipal de Administração e Finança

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 013/2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA, nodesempenho de suas atribuições legais, **CONVOCA** os candidatos constantes no quadro em anexo, que foram aprovados no Concurso Público n° 001/2015, destinado ao preenchimento de vagas do quadro da prefeitura de Juscimeira, a comparecerem à Prefeitura Municipal de Juscimeira/MT, no Departamento de Recursos Humanos, localizada na Avenida Joaquim Miguel dos Santos, 210 - Centro, noprazo de **30 (trinta) dias, no horário das 07h30min às 11h30min,** portando os documentos originais ou fotocópia autenticada em cartório abaixo relacionado:

a) Cópia autenticada em cartório da Carteira de Identidade;

b) Cópia autenticada em cartório do Título de Eleitor e certidão de regularidade expedida pelo TRE;

c) Cópia autenticada em cartório do CPF;

d) Cópia autenticada em cartório do Certificado de Reservista, ou documento equivalente, ou ainda dispensa de incorporação (se do sexo masculino);

e) Comprovante de endereço atualizado;

f) Cópia autenticada em cartório da Certidão de nascimento;

g) Comprovante do estado civil (casado e CPF do cônjuge), união estável (declaração de união estável com assinatura dos dois);

h) Cópia do Cartão de Cadastramento do PIS/PASEP (se tiver);

i) Carteira de Trabalho e Previdência Social;

j) Duas fotografia tamanho 3x4 recente, colorida;

k) Fotocópia autenticada em cartório dos documentos que comprovem a escolaridade exigida para o cargo/categoria profissional/especialidade reconhecida pelo Conselho, conforme discriminado neste Edital, e respectivo registro no Conselho de Classe do Estado de Mato Grosso se for o caso;

l) Carteira de habilitação (no caso de exigência do cargo);

m) Exibição do original de Diploma ou Certificado de Conclusão do curso correspondente à escolaridade exigida, conforme especificação constante deste Edital;

n) Certidão de nascimento de filhos menores de 14 anos; ou maiores se for dependente;

o) Carteira de vacinação dos filhos menores de 06 anos e acima de 06 anos declaração da matricula escolar;

p) Certidão da Justiça (civil e criminal);

q) Declaração que não responde ou não a inquérito policial e a processo administrativo disciplinar;

r) Declaração de bens e valores que compõe seu patrimônio;

s) Declaração que não foi demitido com justa causa e a bem do serviço público, no período de 05 (cinco) anos, na esfera federal, estadual e municipal;

t) CPF do Pai e da Mãe ou declaração de falecimento;

u) Declaração de horário de trabalho, se possuir outro vínculo empregatício, para demonstração de compatibilidade com o horário disponível, acúmulo legal de cargo e de interesse da prefeitura de Juscimeira/MT;

v) Exame médico Pré-Admissional, apenas se o candidato convocado apresentar todos os documentos solicitados na 1ª Fase. O candidato convocado deverá submeter-se a exame médico Pré-Admissional ou a exame médico específico (portadores de deficiência) a ser realizado pelo órgão de saúde indicado pela **Prefeitura Municipal de Juscimeira/MT**, que terá decisão terminativa, após análise dos seguintes exames a serem realizados pelo candidato convocado:

x)Resultado de Laudo Médico Pericial, emitido por médico credenciado junto à **prefeitura municipal de Juscimeira/MT,** juntamente com os seguintes exames: **Para todos os cargos,** Hemograma completo, Eletrocardiograma, Plaquetas, Velocidade de hemossedimentação (VHS), Creatinina, Glicemia de jejum, Gama glutamiltransferase (GAMA GT), Tempo de tromboplastina total e Parcial ativado (TTPA), EAS, Raio-X do Tórax)

Fica ciente que o não comparecimento do convocado até a data indicada, a falta de comprovação de qualquer dos requisitos para investidura ou a prática de falsidade ideológica em prova documental acarretará o cancelamento da inscrição do candidato, sua eliminação do respectivo Concurso Público e anulação de todos os atos com respeito a ele praticados, sem prejuízo das sanções legais cabíveis, nos termos do Edital.

Juscimeira/MT, 09 de julho de 2019.

MOISÉS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

Cargo: PROFESSOR-PEDAGOGIA-CEI ENEDINA M. BARBOSA			
Candidato	Inscrição	Colocação	Edital
MARIA GLÓRIA DE SOUZA	001019	7º	001/2015

AVISO LICITAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 034/2019

OBJETO: "REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE MATERIAL HIDRÁULICO, PARA ATENDER O DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO (DAE) DESTE MUNICIPIO", **Data e Hora de Abertura:** 24-07-2019 as 08:00hs-MT. Edital pode ser retirado na Prefeitura e-mail licitacao@juscimeira.mt.gov dias úteis ou 66 3412-1371 ou 1381.

Juscimeira/MT, 09 de julho de 2019

DIVA MARIA SANTOS TRINDADE

Pregoeiro

ATA DE POSSE 053 LEURIA

Ata de posse de servidores nomeados para o cargo de provimento efetivo, aprovado no Concurso Públicos de Provas e Títulos, realizado em 132 (treze) de setembro do ano de 2015 (dois mil e quinze) e homologado pelo Decreto Municipal nº 258/2015. Aos nove (09) dias o mês de julho do ano de

2019(dois mil e dezenove) Na sede da Prefeitura Municipal de Juscimeira, Estado de Mato Grosso, sito à Avenida Joaquim Miguel dos Santos nº 210, Bairro Cajus, reuniram-se para posse da Servidora aprovada no Concurso Publico homologado pelo Decreto Municipal nº 258/2015, o Prefeito Municipal Srº Moises dos Santos, a Secretaria de Educaçao, Esportes, Lazer e Cultura, a srª Bruna Martins dos Santos Marinho, Secretario de Administração Sr. Antonio Carlos Junior, Gerente de Recursos Humanos a Senhora Gracielle Martins Silva, Gerente de Administração Srº Enilton Leitão de Almeida e Gerente de Educação e Cultura Cleonice Moreira do Santos Tabosa. Após a realização dos atos de posse, cumprindo as determinações legais, foi determinado a mim Cleonice Moreira do Santos Tabosa , Gerente de Educação e Cultura, que secretariasse os trabalhos, lavrasse a presente ata, que será assinada pelos os presentes. O prazo de validade do Concurso citado acima , foi prorrogado por 02(dois(anos, pelo Decreto nº 363, de 09 de novembro de 2017, estando vigente até 25(vinte e cinco) de novembro de 2019(dois mil e dezenove). Sendo cumprido todas as determinações a ata será assina pela empossada e autoridades presentes.

Servidora Cargo Lotação Assinatura

Leuria Menezes Guarionti Professora Cei Padre Lother

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAMBARI D´OESTE

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

PREGAO PRESENCIAL Nº 020/2019

A pregoeira oficial regida pela portaria 002/2019 em uso de suas atribuições legais torna público, para conhecimento dos interessados, que a licitação “PREGAO PRESENCIAL” nº 020/2019 cujo certame se deu as 09:00h do dia 02 de julho de 2019 tendo como objeto **“CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS INSTALAÇOES ELETRICAS COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA ILUMINAÇÃO DA PRAÇA CENTRAL DE SÃO JOSE PINGADOR** conforme anexo do edital, a empresa AFX ENGENHARIA EIRELLI **, CNPJ**: 17.923.108/0001-59 , Localizada Av Mato Grosso Nº 1154, Bairro Centro , CEP 78. 285-000 São Jose Dos Quatro Marcos –MT, sagrou vencedora dos item 01 preço final de R$ 20.000,00 (vinte mil reais).

Lambari D’Oeste - MT, 10 de julho de 2019.

Audiley Celestino Pessoa

Pregoeira substituta

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELÂNDIA

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
PUBLICAÇÃO DE REQUERIMENTO P E LI SEMA - AV. DOS PIONEIROS

A Prefeitura Municipal de Marcelândia, CNPJ nº **03.238.912/0001-94,** torna público que requereu junto a SEMA – Secretaria de Estado do Meio Ambiente, a Licença Previa e Licença de Instalação (LP) e (LI), referente a Pavimentação Asfáltica e Drenagem de Águas Pluviais da Avenida dos Pioneiros, localizada no município de Marcelândia/MT.

Marcelândia-MT, 09 de julho de 2019

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
DECRETO Nº 045-2019 ADICIONAL SUPLEMENTAR

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELANDIA
CNPJ: 03238987000175
Rua dos Tres Poderes, 0000777 - Centro
Telefone 06635363100
marcelandia@marcelandia.mt.gov.br

DECRETO SUPLEMENTAR Nº 00045/2019

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Senhor, Prefeito Municipal de MARCELANDIA no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal **00991/2018** , e em consonância com a Lei Federal 4320/64

DECRETA

Art. 1§ - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado abrir um Credito Adicional Suplementar em favor da Prefeitura Municipal no valor de ate R$ 463.999,02 (Quatrocentos e sessenta e tres mil novecentos e noventa e nove reais e dois centavos).

03.001-Gabinete da Secretaria		
03.001.04.121.0028.2012.3.3.9.0.40.00.00.00	SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO	50,00
	Sub-Total:	**50,00**
05.001-Gabinete da Secretaria		
05.001.26.782.0012.2031.4.4.9.0.52.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	500,00
05.001.15.451.0012.1072.3.3.9.0.30.00.00.00	Material de Consumo	243,75
	Sub-Total:	**743,75**
06.001-Gabinete da Secretaria		
06.001.10.301.0013.2035.3.3.9.0.40.00.00.00	SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO	5.000,00
	Sub-Total:	**5.000,00**
06.002-Fundo Municipal de Saude		
06.002.10.302.0013.2040.4.4.9.0.52.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	700,00
06.002.10.302.0013.1093.3.3.7.1.70.00.00.00	Rateio a Consorcios Publicos	5.000,00
06.002.10.302.0014.2072.3.3.9.0.30.00.00.00	Material de Consumo	50.000,00
06.002.10.305.0014.2073.3.3.9.0.39.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	5.000,00
06.002.10.302.0014.2072.3.3.9.0.40.00.00.00	SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO	2.000,00
06.002.10.301.0014.2071.3.3.9.0.40.00.00.00	SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO	5.000,00
06.002.10.301.0013.2038.3.3.9.0.36.00.00.00	Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica	100,00
06.002.10.301.0013.2038.3.1.9.0.04.00.00.00	Contratacao por tempo Determinado	10.000,00
06.002.10.301.0014.2071.3.1.9.0.11.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	120.000,00
06.002.10.301.0014.2071.3.3.9.0.30.00.00.00	Material de Consumo	50.000,00
06.002.10.301.0014.2071.3.3.9.0.14.00.00.00	Diarias	15.000,00
	Sub-Total:	**262.800,00**
07.001-Gabinete da Secretaria		
07.001.12.364.0015.1124.3.3.9.0.40.00.00.00	SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO	5.000,00
07.001.12.365.0017.1152.4.4.9.0.51.00.00.00	Obras e Instalacoes	66.405,27
07.001.12.365.0017.2100.3.3.9.0.39.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	20.000,00
07.001.12.364.0015.1124.3.3.9.0.36.00.00.00	Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica	20.000,00
07.001.12.361.0015.2056.3.3.9.0.39.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	20.000,00
07.001.12.361.0019.2080.3.3.9.0.30.00.00.00	Material de Consumo	30.000,00
07.001.12.361.0019.2080.3.3.9.0.39.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	20.000,00
	Sub-Total:	**181.405,27**
08.002-Fundo Municipal de Assistencia Social		
08.002.08.244.0021.2020.3.3.9.0.40.00.00.00	SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO	5.000,00
	Sub-Total:	**5.000,00**
11.001-Gabinete da Secretaria		
11.001.04.122.0028.2009.4.4.9.0.52.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	7.000,00
	Sub-Total:	**7.000,00**
15.001-Gabinete da Secretaria		
15.001.27.812.0032.2061.3.3.9.0.30.00.00.00	Material de Consumo	2.000,00
	Sub-Total:	**2.000,00**

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELANDIA
CNPJ: 03238987000175
Rua dos Tres Poderes, 0000777 - Centro
Telefone 06635363100
marcelandia@marcelandia.mt.gov.br

DECRETO Nº

Total Parcial Suplementado:	**463.999,02**

06.002-Fundo Municipal de Saude

06.002.10.301.0014.2071.3.1.9.0.11.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	323.999,02
06.002.10.301.0013.2038.3.1.9.0.04.00.00.00	Contratacao por tempo Determinado	40.000,00
06.002.10.301.0013.1149.4.4.9.0.52.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	100.000,00
	Sub-Total:	**463.999,02**
	Total Parcial Reduzido:	**463.999,02**

Art. 3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

03, Junho de 2019

ARNOBIO VIEIRA DE ANDRADE
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO DE SERVIÇO DE ENGENHARIA N. 070/2019

CONTRATANTE: **O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT**

OBJETO: Constitui objeto deste Contrato CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS DE ENGENHARIA, COM COMPROVADA CAPACIDADE TÉCNICA, ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA PARA CONSTRUÇÃO DE CAPELA NO CEMITÉRIO MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE MATUPÁ. Contidas nos anexos do Edital 072/2019, TOMADA DE PREÇO 017/2019, com o fornecimento pela empresa contratada de todos equipamentos, materiais e serviços.

CONTRATADA: **J. M. S. CONSTRUTORA EIRELI**

Valor/Global: O valor**para os serviços, objeto deste contrato é R$29. 517,32 (vinte e nove mil, quinhentos e dezessete reais e trinta e dois centavos).**

Assinatura: 09/07/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ/LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO - TOMADA DE PREÇO Nº. 010/2019

A Prefeitura Municipal de Matupá, através da Comissão Permanente de Licitação comunica a todos os interessados que realizou no dia 09 de maio de 2019 às 10h00min na sede da Prefeitura Municipal, a TOMADA DE PREÇO para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA, COM COMPROVADA CAPACIDADE TÉCNICA, ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA PARA IMPLANTAÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NA AV. HERMINIO OMETTO, CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTES DO MUNICIPIO DE MATUPÁ – MT, aonde sagrou- se vencedor o Licitante ELÉTRICA RADIANTE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 15.984.883/0001-99, com valor total de R$ 107.984,62.

Matupá – MT, 09 de julho de 2019. **CRISTIANA PEREIRA SERRA LOPES - Presidente da Comissão Permanente de Licitação -**

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO DE SERVIÇO DE ENGENHARIA N. 069/2019

CONTRATANTE: **O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT**

OBJETO: Constitui objeto deste Contrato CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA, COM COMPROVADA CAPACIDADE TÉCNICA, ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA PARA CONSTRUÇÃO DE 20 (VINTE) RESIDÊNCIAS UNIFAMILIAR PULVERIZADAS PARA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DO MUNICÍPIO DE MATUPÁ. Contidas nas especificações dos anexos do presente edital, o fornecimento pela empresa contratada de todos os equipamentos, necessários para execução do serviço da Obra.

CONTRATADA: **J. M. S. CONSTRUTORA EIRELI**

Valor/Global: O valor**para os serviços, objeto deste contrato é R$ 565. 506,60 (quinhentos e sessenta e cinco mil, quinhentos e seis reais e sessenta centavos).**

Assinatura: 05/07/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ
EDITAL COMPLEMENTAR N.º 01.1/CMDCA/MATUPA-MT/2019

ESTABELECE COMPLEMENTO AS DIRETRIZES APLICADAS A AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA, CORRESPONDENTE A 3ª ETAPA DO PROCESSO DE ESCOLA DO CONSELHO TUTELAR, GESTÃO 2020/2024 – AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA, E RETIFICAÇÃO AO DISPOSITIVO SOBRE A FORMAÇÃO DA COMISSÃO RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO, APLICAÇÃO E CORREÇÃO DA PROVA OBJETIVA.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Matupá/MT, e a Comissão Especial Responsável pelo Processo de Escolha instituída pela Resolução nº. 01/CMDCA/2019 de 12 de maio de 2.019, no uso de sua competência, ao que confere o Edital 01/CMDCA/MATUPA-MT/2019 em seu Art. 36**[1]**, PUBLICA acréscimo as diretrizes aplicadas ao Processo de Avaliação Psicológica, correspondente a 3ª Etapa do Processo de Escola do Conselho Tutelar, gestão 2020/2024 – Avaliação psicológica e retificação ao dispositivo sobre a formação da comissão responsável pela elaboração, aplicação e correção da prova objetiva.

Art. 1º. Fica retificado o § 3º**.** Art. **7º do Edital 01/CMDCA/MATUPA-MT/2019.**

§ 3º. Os inscritos farão uma prova escrita de conhecimento sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA e outras normas, conforme inciso VII do art. 26 da Lei Municipal, e sobre conhecimentos gerais, formulada pela Secretaria Municipal de Educação, através de comissão especial instituída pelo CMDCA, bem como avaliação psicológica, sob a fiscalização do Ministério Público da Comarca de Matupá/MT.

§ 3º. Os inscritos farão uma prova objetiva de múltiplas escolhas e 03 (três) alternativas, de conhecimentos de português, sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA e outras normas, conforme parágrafo VII do art. 26 da Lei Municipal.

§ 4º. Por indicação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, fica instituída a Assessoria Pedagógica da Rede Estadual de Educação de Matupá, a responsável pela criação da Comissão Especial de elaboração, execução e correção de prova, formada por profissionais de notória especialidade ao que apresenta o conteúdo programático da prova em questão.

Art. 2º. Fica introduzido os §8.1 ao §8.3 e §15 ao §18.13, no Art. 11. do Edital 01/CMDCA/MATUPA-MT/2019, como acréscimo as diretrizes aplicadas ao Processo de Avaliação Psicológica.

.....

VII – DA PROVA OBJETIVA E AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA

Art. 12. .....

Art. 11. .....

§ 1º. - ao § 7º. - .....

§ 8º. - .....

§ 8.1. – Ficará por inteira decisão e critérios do profissional de psicologia contratado para 3ª Etapa eliminatória, a extensão do tempo, turnos e dias para a aplicação da avaliação psicológica, coletiva ou individual.

§ 8.2. – O profissional de psicologia contratado para aplicação da avaliação psicológica terá o prazo de 24 hora da publicação do Edital da 3ª Etapa eliminatória, para entregar a Comissão Especial do Processo de Escola, o resultado das avaliações.

§ 8.3. – O profissional de psicologia contratado para aplicação da prova e por eventualidade o profissional de psicologia contratado na hipótese de avaliação de interposição de recursos por inaptidão de candidatos, se sujeitarão ao inteiro teor deste edital até o encerramento da 3ª Etapa eliminatória.

§ 9º. - ao § 14. - .....

§ 15. – A avaliação psicológica, a qual refere este caput, será realizada por Profissional especializado, devidamente registrado no CRP/18, contratado pelo Município de Matupá para aplicação dos seguintes testes de avaliação psicológica o qual avaliara a personalidade dos candidatos ao cargo de conselheiro tutelar, sendo: 01 - Teste Pirâmides de Pfister na Avalia-

ção da Personalidade Adultos, destacando principalmente a dinâmica afetiva e indicadores relativos a habilidades cognitivas do indivíduo; 02 - BFP Bateria Fatorial de Personalidade o qual avaliara a personalidade, a partir do modelo dos Cinco Grandes Fatores (CGF), que integra as seguintes dimensões: Neuroticismo (N1 –Vulnerabilidade; N2 – Instabilidade emocional; N3 – Passividade / Falta de Energia; N4 – Depressão), Extroversão (E1 – Comunicação; E2 – Altivez; E3 – Dinamismo; E4 – Interações Sociais), Socialização (S1 – Amabilidade; S2 – Pró-sociabilidade; S3 – Confiança nas pessoas), Realização (R1 – Competência; R2 – Ponderação / Prudência; R3 – Empenho / Comprometimento), Abertura (A1 – Abertura a ideias; A2 – Liberalismo; A3 – Busca por novidades).

§ 16. – Na Avaliação Psicológica o candidato não receberá nota, sendo considerado apto ou inapto para o exercício do cargo, nas seguintes condições:

a) Apto: significando que o candidato apresentou no concurso, perfil psicológico pessoal compatível com o perfil psicológico profissional para exercer a função de conselheiro tutelar.

b) Inapto: significando que o candidato não apresentou no concurso, perfil psicológico pessoal compatível com o perfil psicológico profissional para exercer a função de conselheiro tutelar.

§ 16.1. Será considerado Inapto, e consequentemente eliminado do concurso, o candidato que não apresentar as características necessárias ao cargo.

§ 17. A lista dos candidatos aptos na Avaliação Psicológica será divulgada em Edital no site da prefeitura municipal www.matupa.mt.gov.br;

§ 18. O candidato considerado inapto na Avaliação Psicológica poderá comparecer na Secretaria Executiva dos Conselhos Municipais, com funcionamento na Secretaria Municipal de Assistência Social de Matupá/MT, localizada na Rua 5, nº 102, Bairro União, Matupá/MT, no prazo de 3 (três) dias, após a publicação do resultado, para agendar sessão de conhecimento das razões da não recomendação (entrevista devolutiva). Para que os interessados possam ter acesso aos instrumentos utilizados e que resultaram no motivo de contra indicação, faculta-se o direito de comparecimento do candidato acompanhado de psicólogo por ele contratado, com direito à defesa de seu representado.

§ 18.1. O candidato poderá ou não contratar um psicólogo que o represente, sendo este, necessariamente, inscrito no CRP/18, o qual deverá comparecer, juntamente com o candidato, à sessão de conhecimento das razões de não recomendação.

§ 18.2. Na sessão de conhecimento das razões da inaptidão, o candidato e o psicólogo que o representará receberão um laudo-síntese contendo os resultados do exame. Nessa ocasião, também serão fornecidas explicações a respeito do processo.

§ 18.3. O psicólogo contratado pelo candidato terá a responsabilidade de avaliar as condições de aplicação e de correção dos testes psicológicos que o candidato realizou. Mas caso haja imperícia na referida bateria, o psicólogo deverá fundamentar a justificativa, embasando-a na literatura apropriada, ou seja, manual dos testes aplicados.

§ 18.4. A defesa fundamentada deverá ser endereçada ao CMDCA. Nela deverá conter: o nome do candidato, justificativa do critério de eliminação, análise sobre os testes com a situação de imperícia avaliada e conclusão devidamente fundamentada, no prazo de 02 dias, a contar da data da sessão de conhecimento das razões.

§ 18.5. Caso o candidato opte por não ser representado por psicólogo, ele poderá comparecer sozinho à sessão de conhecimento das razões de contra indicação.

§ 18.6. Somente serão considerados os recursos interpostos no prazo estipulado e desde que estejam devidamente fundamentados. O recurso deverá ser protocolizado no prazo estabelecido no Cronograma do Processo de Escolha em Anexo II, do Edital 01/CMDCA/MATUOÁ-MT/2019, onde uma via do recurso ficará com o candidato ou com seu representante, e a outra será encaminhada a um terceiro psicólogo indicado pelo Município que julgará o recurso.

§ 18.7. O recurso interposto será julgado por outro psicólogo indicado pelo Município que apresentará parecer escrito e fundamentado. Esse profissional será independente, não vinculado ao profissional responsável pela aplicação e correção na Avaliação Psicológica e poderá ter acesso à bateria de testes aplicados.

§ 18.8. O recurso interposto deverá ser endereçado ao CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e deverá conter as seguintes especificações:

a) deverá ser digitado ou datilografado;

b) deverá conter o endereçamento ao presidente do CMDCA;

c) o nome do candidato, endereço, o número de inscrição;

d) fundamentação e argumentação lógica e consistente do recurso;

e) data e assinatura do candidato ou de seu representante, que deverá ser legalmente constituído por meio de procuração.

§ 18.9. Os recursos interpostos em desacordo com as especificações contidas neste Capítulo não serão avaliados.

§ 18.10. Durante a sessão de conhecimento da razão de contra indicação ou para a apresentação do recurso, não será admitida a remoção dos testes do candidato do seu local de arquivamento público, devendo o psicólogo contratado pelo candidato fazer seu trabalho na presença do psicólogo da comissão examinadora, salvo determinação judicial, tendo em vista que a avaliação psicológica é sigilosa e apenas o candidato, seu representante e os psicólogos terão acesso aos testes.

§ 18.11. Não haverá qualquer outro recurso e/ou pedido de reconsideração da decisão que julgou o recurso, sendo a decisão de CMDCA soberana, razão pela qual não caberão recursos adicionais.

§ 18.12. Os candidatos poderão saber a decisão do recurso na Secretaria Municipal de Assistência Social, no endereço constante do § 6. deste Edital. O resultado não será publicado para preservar a privacidade dos candidatos.

§ 18.13. As despesas referentes à contratação do psicólogo que representará o candidato, de que se trata o § 18.1., ocorrerão à custa do candidato.

Art. 2º. O presente Edital torna-se peça integrante ao Edital n.º 01/CMDCA/MATUPA-MT/2019 publicado no dia 17 de abril de 2019 e refere-se a 3ª Etapa – avaliação psicológica do Processo de Escolha do Conselho Tutelar de Matupá-MT.

Matupá/MT, 28 de junho de 2019.

HERALDO RODRIGO RICIERI

Presidente da Comissão Especial de Escolha

Resolução nº. 01/CMDCA/2019 de 12 de maio de 2.019

Matupá-MT

ANA LÚCIA DE SOUZA

Presidente do CMDCA

Gestão 2.019/2020

Matupá-MT

[1] Edital 01/CMDCA/MATUPA-MT/2019 - Art. 36 - Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos, enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disserem respeito, ou até a data da convocação dos candidatos para a etapa correspondente, circunstância que será mencionada em Edital ou aviso a ser publicado.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D´OESTE

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA
PORTARIA

PORTARIA Nº 335 DE 09 DE JULHO DE 2019

NOMEIA SERVIDORA PARA EXERCER A FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO QUE ESPECIFICA.

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO, Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas legais atribuições resguardadas na Lei Orgânica do Município;

Considerando a necessidade do cumprimento do disposto no Artigo 67 da Lei de Licitações (8.666/93);

Considerando o Decreto Municipal nº 2761/2014 e a Instrução Normativa nº 50/2014;

R E S O L V E

Art. 1º - Designar a servidora JURACI CERQUEIRA COLOMBO, Psicóloga, matrícula nº 208/20, CPF nº 580.719.031-91 para acompanhar e fiscalizar, como titular, a execução do **Contrato nº 37/2019** celebrado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D' OESTE e a empresa INVIOLÁVEL MONITORAMENTO DE ALARMES MIRASSOL LTDA, CNPJ 25. 190.338/0001-84 que tem como objeto a locação de equipamentos do tipo video monitoramento com manutenção corretiva e preventiva e serviços de segurança eletrônica de monitoramento com pronto atendimento para, Secretaria de Desenvolvimento Social; CRAS; CERAPI; CCI e CONSELHO TUTELAR, nos termos do Pregão Presencial nº 033/2019.

Art. 2º - Fica designada para substituta, nos impedimentos, a servidora ELIANE BARBOSA ALVES, Assistente Social, Matrícula nº 4952, CPF nº 795.589.501-06.

Art. 3º - Compete à fiscal ora designada as atribuições especificadas no Decreto nº 2761 de 07 de novembro de 2014 e na Instrução Normativa nº 50 de 07 de novembro de 2014, bem como o atendimento à Lei 8.666/93 no que for pertinente à execução dos contratos.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento do contrato ou até sua rescisão.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, Sede do Paço Municipal, em 09 de julho de 2019.

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO

Prefeito

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA
AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

Mirassol D'Oeste, 9 de julho de 2019

Ref.: Desempenho dos Servidores

A Prefeitura Municipal de Mirassol d'Oeste, através do Prefeito Municipal o Euclides da Silva Paixão, para efeitos da aprovação em estágio probatório e progressão, apresentar a Homologação Final das avaliações de desempenho de servidores em estágio probatório conforme decreto 3.382/2018.

Considerando aptos os seguintes servidores:

Adalberto Candido da Silva, Adeilson Jose da Rocha , Adelaine de Araújo Nogueria, Alessandra Menande da Silva, Alexandra Cristina Ribeiro, Ana Maria Alonso Ribeiro, Antônio Marcos Baptista Machado, Carlos Leandro de Oliveira Carvalho, Claudemir de Oliveira Silva, Cristina Gomes de Souza do Carmo, Davi Barbosa da Silva, Edina Maria de Oliveira Neves, Edina Pereira dos Santos Moraes, Ednalva Batista Morais, Eliane Maria de Jesus, Enoque Jose Vieira, Fabricia Borges Maia, Heraldo Neri Onorio, Ivanete Maria Antoniassi, Jenair da Silva Prates, Jucilene Serrão da Silva, Kely Rachel de Souza Taveira, Lazaro Lucas de Souza, Liamar de Fátima Zarzenon Almeida, Luciano Saracho, Lucimara Figueira Belarmino, Luzia Alves da Silva, Marcia da Silva, Maria de Fátima Barboza, Maria de Fátima da Silva, Maria Rosa Boaventura, Marines Alves Correia, Marlene Conceição dos Santos, Marlene Moreira Francisco, Marta Regina Brauna Rosalles, Neuza Costa Nunes, Regiane Domingues Trindade Rezende, Reginaldo da Silva Santos, Rhogger Olímpio da Cruz, Rosangela Gonçalves da Silva, Rosenilda da Silva Muniz, Sidnei Barbosa de Souza, Sidnei Barbosa de Souza, Soraia Ayala Cardoso, Tania Maria Domingues de Oliveira e Valdenice de Souza Nascimento.

Considerando que não houve interposição de recurso conforme prevê o art. 29 do Decreto citado e a devida emissão da declaração, **HOMOLOGO** a presente lista com nomes dos servidores, para que supra seus regulares e jurídicos efeitos

Atenciosamente,

_____

Euclides da Silva Paixão

Prefeito

PREFEITURA DE MIRASSOL D'OESTE/RH
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

EDITAL Nº 049/2019

CONVOCAÇÃO DE APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL 002/2019 CONFORME DECRETO DE HOMOLOGACAO Nº 3.503/2019 DE 11/06/2019.

O **PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE MIRASSOL D'OESTE, ESTADO DE MATO GROSSO,** no uso gozo de suas legais atribuições, considerando o interesse público, a necessidade de contratação, e, conforme Edital de Homologação, **convoca,** osaprovados no Processo Seletivo Simplificado Edital 002/2019.

Os Candidatos ora convocados na forma deste Edital e conforme seu anexo Único, deveram comparecerem à Coordenadoria de Gestão de Pessoas, na sede da Prefeitura Municipal, sito a Rua Antonio Tavares, nº 3310 o mais urgente possível, ou em até 02 (dois) dias úteis da publicação deste ato, para apresentar documentos e habilitação exigidos, para procedimentos de conferência de documentação e outros procedimentos de praxe, atinente a contratação e designação dos respectivos locais de trabalho.

O não comparecimento no prazo legal implicará na desistência dos classificados convocados, podendo a Prefeitura Municipal de Mirassol D'Oeste - MT convocar o (s) imediatamente posterior(es), obedecendo a ordem de classificação.

Gabinete do Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato grosso, Paço Municipal "Miguel Botelho de Carvalho", 03 de julho de 2019.

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO

Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO DE APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL 002/2019 CONFORME DECRETO DE HOMOLOGACAO Nº 3.503/2019 DE 11/06/2019.

ANEXO ÚNICO

MERENDEIRA	
NOME	**RESULTADO**
SAMIRA PAULINO LIRA DE LARA	11º COLOCADO(A)
LUZIA ALVES DA SILVA	12º COLOCADO(A)
AUXILIAR DE TRIBUTAÇÃO	
NOME	**RESULTADO**
JESSICA SHUCH DA SILVA	2º COLOCADO(A)
EDIVANI SABINO DA COSTA FERREIRA	3º COLOCADO(A)
PSICÓLOGO – CREAS/PAEFI	

NOME	RESULTADO
JAQUELLYNE BACHI DE QUEIROZ	2º COLOCADO(A)
MOTORISTA (CR)	
NOME	**RESULTADO**
ISAIAS AMBROSIO DE FRIAS	2º COLOCADO(A)

Mirassol D'Oeste, 03 de julho de 2019

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES

ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL N.° 1523/2019

LEI MUNICIPAL N.º 1.523/2019

"Concede Revisão Geral Anual - RGA aos servidores públicos municipais nos termos do artigo 37, X da Constituição Federal, e dá outras providências."

O **PREFEITO MUNICIPAL DE NOBRES/MT**, Sr. LEOCIR HANEL, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona, a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder Revisão Geral Anual - RGA aos vencimentos dos servidores públicos municipais.

Art. 2º. A Revisão Geral Anual – RGA é concedida a partir de 1º de maio de 2019, pela aplicação do percentual de 3,43% (três inteiros e quarenta e três centésimos por cento) sobre o vencimento dos servidores do Poder Executivo Municipal, vigorando até o mês de abril de 2020, época da nova data base.

Art. 3º. Para efeitos desta Lei, entende-se por vencimento a retribuição básica fixada em lei, excluídas as vantagens pecuniárias porventura existentes.

Art. 4º. A revisão de vencimentos prevista nesta lei não se aplica aos ocupantes de cargos de livre nomeação e exoneração do Poder Executivo Municipal.

Art. 5º. As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotações existentes no orçamento em vigor.

Art. 6º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nobres/MT, 28 de junho de 2019.

LEOCIR HANEL

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 291/2019

PORTARIA Nº. 291/2019

*"Dispõe sobre a revogação da concessão de FG ao Sr.***Arcilio Pereira Filho,***e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferidas pela Lei, **RESOLVE:**

Art. 1º. Revoga Concessão FG de 30% ao Sr. **Arcilio Pereira Filho**, portador do RG nº. 990.093 SSP/MT, devidamente cadastrado no CPF nº. 567. 991.441-72.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor, retroagindo seus efeitos a 01 de julho de 2019, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 09 de julho de 2019.

Leocir Hanel

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial SRP Nº 39/2019

A Comissão de Apoio ao Pregão da Prefeitura Municipal de Nobres-MT, através da Pregoeira Sra. Nadir da Silva, nomeada pela portaria 179/2019, torna público aos interessados, que realizará licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL SRP N° 39/2019**, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, cuja abertura ocorrerá as 08:00hs do dia 31/07/2019, na sede da Prefeitura Municipal de Nobres, situada à Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/nº, Jardim Paraná, Nobres-MT. Objeto: **CONTRATAÇÃO DE LABORATÓRIO PROTÉTICO PARA CONFECÇÃO DE PRÓTESES DENTÁRIAS PARA SUPRIR O FORNECIMENTO/CONFECÇÕES DE PRÓTESES PARCIAIS E TOTAIS COM ARMAÇÃO SUPERIORES E INFERIORES DENTRO DO PROGRAMA BRASIL SORRIDENTE, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, conforme especificações contidas no Termo de Referência – anexo I, do edital. Os interessados poderão retirar o edital completo, na sede da Prefeitura Municipal de Nobres, das 07:00 às 11:00 e 13:00h ás 17:00 ou através do site http://www.nobres.mt.gov.br/transparencia. Maiores informações poderão ser obtidas através do telefone (65) 3376-4200 – Ramal 4218.

Nobres, 09 de Julho de 2019.

NADIR DA SILVA

PREGOEIRA

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 299/2019

PORTARIA Nº. 299/2019

"Dispõesobre a exoneração da Sra. **Claudia Gomes de Almeida,** *e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferida pela Lei, **RESOLVE:**

Art. 1º. Exonerar a Sra. **Claudia Gomes de Almeida**, portadora do RG nº. 623 566 SSP/MT, e inscrita no CPF nº. 502.247.861-72, do cargo em Comissão de Supervisora de Departamento no Lar da Criança.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 09 de julho de 2019.

Leocir Hanel

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 294/2019

PORTARIA Nº. 294/2019

*"Dispõe sobre a revogação da concessão de FG ao Sra.***Edenise de Oliveira Souza,***e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferidas pela Lei, **RESOLVE:**

Art. 1º. Revoga Concessão FG de 30% a Sra. **Edenise de Oliveira Souza,** portadora do RG nº. 1477517-4 SSP/MT, e inscrita no CPF nº. 964. 967541-87.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor, retroagindo seus efeitos a 01 de julho de 2019, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 09 de julho de 2019.

Leocir Hanel

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE NOBRES/DPTO INFORMÁTICA
AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial Nº 01/2019

A Comissão de Apoio ao Pregão da Câmara Municipal de Nobres / MT, através da Pregoeira Sra. Nadir da Silva, nomeada pela portaria nº 179/ 2019 da Prefeitura Municipal de Nobres, torna público aos interessados, que realizará licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL N° 01/ 2019**, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, cuja abertura ocorrerá as 14:00 horas do dia 26/07/2019, na sede da Câmara Municipal de Nobres, situada à Avenida Marechal Rondon Nº 373, Bairro Centro, Nobres / MT. **Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM SOFTWARE DE GESTÃO PÚBLICA INTEGRADA, PARA FORNECIMENTO DE LICENÇAS DE USO (LOCAÇÃO) COM ACESSO ILIMITADO DE USUÁRIOS, MIGRAÇÃO DE DADOS, IMPLANTAÇÃO, TREINAMENTO, MANUTENÇÃO E SUPORTE TÉCNICO EM GESTÃO DE ORÇAMENTO, PLANEJAMENTO, TESOURARIA E CONTABILIDADE, GERAÇÃO DE INFORMES PARA O APLIC (TCE / MT), RECURSOS HUMANOS, FOLHA DE PAGAMENTO, LICITAÇÕES, COMPRAS, PATRIMÔNIO PÚBLICO, ALMOXARIFADO, FROTAS, PORTAL TRANSPARÊNCIA E PROVIMENTO DE DATA CENTER, ATENDENDO AO DISPOSTO NA LEI Nº 10.520/2002,** conforme especificações contidas no Termo de Referência – anexo I, do edital. Os interessados poderão retirar o edital completo, na sede da Câmara Municipal de Nobres, das 07:00 às 13:00 horas ou através do site www.camaramunicipaldenobres.mt.gov.br . Maiores informações poderão ser obtidas através do telefone (65) 3376-1529.

Nobres, 08 de Julho de 2019.

NADIR DA SILVA

PREGOEIRA

CÂMARA MUNICIPAL DE NOBRES/DPTO INFORMÁTICA
AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial Nº 01/2019

A Comissão de Apoio ao Pregão da Câmara Municipal de Nobres / MT, através da Pregoeira Sra. Nadir da Silva, nomeada pela portaria nº 179/ 2019 da Prefeitura Municipal de Nobres, torna público aos interessados, que realizará licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL N° 01/ 2019**, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, cuja abertura ocorrerá as 14:00 horas do dia 26/07/2019, na sede da Câmara Municipal de Nobres, situada à Avenida Marechal Rondon Nº 373, Bairro Centro, Nobres / MT. **Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM SOFTWARE DE GESTÃO PÚBLICA INTEGRADA, PARA FORNECIMENTO DE LICENÇAS DE USO (LOCAÇÃO) COM ACESSO ILIMITADO DE USUÁRIOS, MIGRAÇÃO DE DADOS, IMPLANTAÇÃO, TREINAMENTO, MANUTENÇÃO E SUPORTE TÉCNICO EM GESTÃO DE ORÇAMENTO, PLANEJAMENTO, TESOURARIA E CONTABILIDADE, GERAÇÃO DE INFORMES PARA O APLIC (TCE / MT), RECURSOS HUMANOS, FOLHA DE PAGAMENTO, LICITAÇÕES, COMPRAS, PATRIMÔNIO PÚBLICO, ALMOXARIFADO, FROTAS, PORTAL TRANSPARÊNCIA E PROVIMENTO DE DATA CENTER, ATENDENDO AO DISPOSTO NA LEI Nº 10.520/2002,** conforme especificações contidas no Termo de Referência – anexo I, do edital. Os interessados poderão retirar o edital completo, na sede da Câmara Municipal de Nobres, das 07:00 às 13:00 horas ou através do site www.camaramunicipaldenobres.mt.gov.br . Maiores informações poderão ser obtidas através do telefone (65) 3376-1529.

Nobres, 08 de Julho de 2019.

NADIR DA SILVA

PREGOEIRA

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 300/2019

PORTARIA Nº. 300/2019

"Dispõesobre a exoneração do Sr. ***Thiago Soares da Silva,*** *e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferida pela Lei, **RESOLVE:**

Art. 1º. Exonerar o Sr. ***Thiago Soares da Silva***, portador do RG nº. 25210491 SSP/MT, e devidamente cadastrado no CPF nº. 079.726.981-98 do cargo em Comissão de Monitor Técnico na Secretaria de Infraestrutura.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 09 de julho de 2019.

Leocir Hanel

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE NOBRES/DPTO INFORMÁTICA
AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial Nº 01/2019

A Comissão de Apoio ao Pregão da Câmara Municipal de Nobres / MT, através da Pregoeira Sra. Nadir da Silva, nomeada pela portaria nº 179/ 2019 da Prefeitura Municipal de Nobres, torna público aos interessados, que realizará licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL N° 01/ 2019**, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, cuja abertura ocorrerá as 14:00 horas do dia 26/07/2019, na sede da Câmara Municipal de Nobres, situada à Avenida Marechal Rondon Nº 373, Bairro Centro, Nobres / MT. **Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM SOFTWARE DE GESTÃO PÚBLICA INTEGRADA, PARA FORNECIMENTO DE LICENÇAS DE USO (LOCAÇÃO) COM ACESSO ILIMITADO DE USUÁRIOS, MIGRAÇÃO DE DADOS, IMPLANTAÇÃO, TREINAMENTO, MANUTENÇÃO E SUPORTE TÉCNICO EM GESTÃO DE ORÇAMENTO, PLANEJAMENTO, TESOURARIA E CONTABILIDADE, GERAÇÃO DE INFORMES PARA O APLIC (TCE / MT), RECURSOS HUMANOS, FOLHA DE PAGAMENTO, LICITAÇÕES, COMPRAS, PATRIMÔNIO PÚBLICO, ALMOXARIFADO, FROTAS, PORTAL TRANSPARÊNCIA E PROVIMENTO DE DATA CENTER, ATENDENDO AO DISPOSTO NA LEI Nº 10.520/2002,** conforme especificações contidas no Termo de Referência – anexo I, do edital. Os interessados poderão retirar o edital completo, na sede da Câmara Municipal de Nobres, das 07:00 às 13:00 horas ou através do site www.camaramunicipaldenobres.mt.gov.br . Maiores informações poderão ser obtidas através do telefone (65) 3376-1529.

Nobres, 08 de Julho de 2019.

NADIR DA SILVA

PREGOEIRA

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial Nº 36/2019

A Comissão de Apoio ao Pregão da Prefeitura Municipal de Nobres-MT, através da Pregoeira Sra. Nadir da Silva, nomeada pela portaria 179/2019, torna público aos interessados, que realizará licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL N° 36/2019**, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, cuja abertura ocorrerá as 14:00hs do dia 31/07/2019, na sede da Prefeitura Municipal de Nobres, situada à Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/nº, Jardim Paraná, Nobres-MT. Objeto: **PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM CA-**

MINHÃO PIPA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE NOBRES - MT, conforme especificações contidas no Termo de Referência – anexo I, do edital. Os interessados poderão retirar o edital completo, na sede da Prefeitura Municipal de Nobres, das 07:00 às 11:00 e 13:00h ás 17:00 ou através do site http://www.nobres.mt.gov.br/transparencia. Maiores informações poderão ser obtidas através do telefone (65) 3376-4200 – Ramal 4218.

Nobres, 09 de Julho de 2019.

NADIR DA SILVA

PREGOEIRA

ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL N.° 1525/2019

LEI MUNICIPAL N.º 1.525/2019

"Institui a semana municipal da pessoa com deficiência no município de Nobres-MT e dá outras providencias"

O Sr. **Leocir Hanel**, Prefeito Municipal de Nobres/MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica instituído no município de Nobres-MT, a "Semana Municipal da Pessoa com Deficiência", a ser comemorada, anualmente, de 21 à 28 de agosto, passando a fazer parte do calendário de eventos no município.

Art. 2º. A "Semana Municipal da Pessoa com Deficiência" constituirá de um programa oficial que contenha atividades sobre a temática das deficiências, educação especial, geração de oportunidades de trabalho, esporte e lazer, bem como promoção de debates sobre políticas públicas voltadas a atenção integral das pessoas com deficiência, divulgação de avanços técnicos-científicos e médicos que visem a inclusão social e o bem estar destas pessoas, combatendo qualquer forma de preconceito e discriminação com vistas à inclusão social dos mesmos.

Art. 3º. A organização e programação a serem utilizadas no município durante a semana, ficarão a cargo das secretarias municipais de Educação e Cultura, Saúde de Assistência Social, as quais deverão envolver a Associação de Pessoas com Deficiência (APAE) do município, na elaboração e condução dos eventos.

Art. 4º. As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessárias.

Art. 5º. Esta lei entrará em vigor dentro de 30 (trinta) dias após a data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nobres/MT, 02 de julho de 2019.

LEOCIR HANEL

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL N.° 1524/2019

LEI MUNICIPAL N.º 1.524/2019

"Institui o certificado **"Aluno Nota Dez"** para os estudantes, do ensino fundamental e médio, das redes municipal, estadual e particular de ensino do município de Nobres-MT e dá outras providencias"

O Sr. **Leocir Hanel,** Prefeito Municipal de Nobres/MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica instituído no município de Nobres-MT, o certificado "aluno nota dez" ao final de cada ano letivo, conferido aos estudantes, do ensino fundamental e médio, das redes de ensino municipal, estadual e particular do município.

Art. 2º. Serão homenageados 2 (dois) alunos de cada escola, cujos quais obtiveram a maior média anual.

§ 1º No caso de ocorrer a existência de ensino fundamental e médio na mesma escola, será homenageado 1 (um) aluno do ensino fundamental e 1 (um) aluno do ensino médio.

§ 2º Se houver na escola apenas ensino fundamental, será homenageado 1 (um) aluno do ensino fundamental do 1º ao 5º ano e 1 (um) aluno do ensino fundamental do 6º ao 9º ano.

Art. 3º. Em caso de empate, o critério de desempate a ser utilizado será o número de faltas, sendo então homenageado o aluno que obtiver o menor número de faltas.

Parágrafo único: Persistindo o empate, a escolha do aluno a ser indicado deverá ser por sorteio.

Art. 4º. O diretor (a), de cada escola informará a Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SEMEC), ao final de cada ano letivo, os nomes dos alunos nota dez da respectiva escola.

Parágrafo único: As despesas da premiação aos alunos nota dez, fica a responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SEMEC) de acordo com a dotação orçamentária anual, sendo suplementada se necessário.

Art. 5º. A homenagem será feita através de entrega de um certificado aos alunos indicados, em sessão solene, a combinar com o Presidente da Câmara Municipal ao final de cada ano letivo, devendo ser divulgado antecipadamente.

Art. 6º. Esta lei entrará em vigor dentro de 30 (trinta) dias após a data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nobres/MT, 02 de julho de 2019.

LEOCIR HANEL

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 292/2019

PORTARIA Nº. 292/2019

*"Dispõe sobre a revogação da concessão de FG ao Sr.***Célia Gomes Ferreira Delfino de Araújo,***e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferidas pela Lei, **RESOLVE:**

Art. 1º. Revoga Concessão FG de 30% a Sra. **Célia Gomes Ferreira Delfino de Araújo**, portadora do RG nº. 0.799.720-5 SSP/MT, devidamente cadastrada no CPF nº. 890.817.651-91

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor, retroagindo seus efeitos a 01 de julho de 2019, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 09 de julho de 2019.

Leocir Hanel

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 298/2019

PORTARIA Nº. 298/2019

*"Dispõesobre a exoneração da Sra**. Olinalva Maria de Jesus,** e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferida pela Lei, **RESOLVE:**

Art. 1º. Exonerar a Sra. ***Olinalva Maria de Jesus,*** portadora do RG nº. 0684709-9 SSP/MT, e inscrita no CPF nº. 468505381-87, do cargo em Comissão de Chefe de Departamento do CREAS.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 09 de julho de 2019.

Leocir Hanel

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 297/2019

PORTARIA Nº. 297/2019

"Dispõesobre a exoneração do Sr. ***Natalino Luiz de Souza,*** *e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferida pela Lei, **RESOLVE:**

Art. 1º. Exonerar o Sr. ***Natalino Luiz de Souza****,* portador do RG nº. 12382541-6 SSP/SP, e devidamente cadastrado no CPF nº. 001.571. 938-37, do cargo em Comissão de Agente Executivo de Secretaria de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 09 de julho de 2019.

Leocir Hanel

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 293/2019

PORTARIA Nº. 293/2019

*"Dispõe sobre a revogação da concessão de FG ao Sr.****Jesiel Lima dos Reis,****e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferidas pela Lei, **RESOLVE:**

Art. 1º. Revoga Concessão FG de 30% para o *Sr.* ***Jesiel Lima dos Reis***, portador do RG nº. 1518803-5 SSP/MT, e inscrito no CPF nº. 000.731.101. 08.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor, retroagindo seus efeitos a 01 de julho de 2019, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 09 de julho de 2019.

Leocir Hanel

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 296/2019

PORTARIA Nº. 296/2019

*"Dispõe sobre a revogação da concessão de FG ao Sra.***Luziane Aparecida Viana Langer,***e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferidas pela Lei, **RESOLVE:**

Art. 1º. Revoga Concessão FG de 30% a Sra. **Luziane Aparecida Viana Langer**, portadora do RG nº. 0756008-7 SSP/MT, e inscrita no CPF nº. 459.344.951-00.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor, retroagindo seus efeitos a 01 de julho de 2019, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 09 de julho de 2019.

Leocir Hanel

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 295/2019

PORTARIA Nº. 295/2019

*"Dispõe sobre a revogação da concessão de FG ao Sr.***Lino Nunes Brito,***e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferidas pela Lei, **RESOLVE:**

Art. 1º. Revoga Concessão FG de 40% ao Sr. **Lino Nunes Brito,** portador do RG nº. 402.603 SSP/MT, e inscrito no CPF nº. 361.494.701-72.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor, retroagindo seus efeitos a 01 de julho de 2019, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 09 de julho de 2019.

Leocir Hanel

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial SRP Nº 31/2019

A Comissão de Apoio ao Pregão da Prefeitura Municipal de Nobres-MT, através da Pregoeira Sra. Nadir da Silva, nomeada pela portaria 179/ 2019, torna público aos interessados, que realizará licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL SRP N° 31/2019**, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, cuja abertura ocorrerá as 08:00hs do dia 24/07/2019, na sede da Prefeitura Municipal de Nobres, situada à Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/nº, Jardim Paraná, Nobres-MT. Objeto: **AQUISIÇÃO DE PNEUS, CAMARAS E PROTETORES, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DE DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE NOBRES/MT**, conforme especificações contidas no Termo de Referência – anexo I, do edital. Os interessados poderão retirar o edital completo, na sede da Prefeitura Municipal de Nobres, das 07:00 às 11:00 e 13:00h ás 17:00 ou através do site http://www.nobres.mt.gov.br/transparencia. Maiores informações poderão ser obtidas através do telefone (65) 3376-4200 – Ramal 4218.

Nobres, 09 de Julho de 2019.

NADIR DA SILVA

PREGOEIRA

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial SRP Nº 28/2019

A Comissão de Apoio ao Pregão da Prefeitura Municipal de Nobres-MT, através da Pregoeira Sra. Nadir da Silva, nomeada pela portaria 179/ 2019, torna público aos interessados, que realizará licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL SRP N° 28/2019**, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, cuja abertura ocorrerá as 08:00hs do dia 26/07/2019, na sede da Prefeitura Municipal de Nobres, situada à Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/nº, Jardim Paraná, Nobres-MT. Objeto: **AQUISIÇÃO DE UNIFORMES DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL, EQUIPAMENTOS E ITENS DIVERSOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICÍPIO DE NOBRES - MT**, conforme especificações contidas no Termo de Referência – anexo I, do edital. Os inte-

ressados poderão retirar o edital completo, na sede da Prefeitura Municipal de Nobres, das 07:00 às 11:00 e 13:00h ás 17:00 ou através do site http://www.nobres.mt.gov.br/transparencia. Maiores informações poderão ser obtidas através do telefone (65) 3376-4200 – Ramal 4218.

Nobres, 09 de Julho de 2019.

NADIR DA SILVA

PREGOEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NORTELÂNDIA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 562/2019, DE 08 DE JULHO DE 2019.

Concede parcela do tempo de licença prêmio devida a servidora Neuracy dos Santos Módolo, e dá outras providências.

O Senhor **JOSSIMAR JOSÉ FERNANDES**, Prefeito Municipal de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo cargo,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder parcela do tempo de licença prêmio de direito a servidora abaixo relacionada:

Neuracy dos Santos Módolo, Técnico em Gestão Escolar, lotada na Secretaria de Educação, Cultura, Desporto e Lazer da Prefeitura de Nortelândia-Mt, referente ao período aquisitivo de 20/02/2009 (vinte de fevereiro de dois mil e nove) a 20/02/2014 (vinte de fevereiro de dois mil e quatorze), cujo gozo se observará no período no período de 08/07/2019 (oito de julho de dois mil e dezenove) a 05/10/2019 (cinco de outubro de dois mil e dezenove), conforme requerido expressamente pelo servidor em questão.

Art. 2º O presente ato administrativo tem como fundamento o artigo 95, parágrafo 2° da Lei Complementar nº 021/2005 de 11/10/2005 (Estatuto dos Servidores da Administração Direta, Fundações Públicas e Autarquias do Município de Nortelândia-MT); e o artigo 119. Inciso X, da Lei nº 155/2010 de 12/02/2010 (Estatuto e PCCS dos Profissionais da Educação Básica Nortelândia-MT);

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registra-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Pedro Coelho Ormond, Município de Nortelândia, Estado de Mato Grosso. Ao 8º dia do mês de julho de 2019, 66º da Emancipação Político-Administrativa. 08.07.2019

JOSSIMAR JOSÉ FERNANDES

Prefeito Municipal

MARLENE JULIA DE O. SCARPAT

Secretária de Administração, Planej.e Finanças

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 024/2017 REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL 035/2017

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 024/2017 REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL 035/2017

Termo aditivo ao contrato, de um lado a **Município de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob n.º 03.425.170/0001-06, com sede na Avenida Prefeito João Macaúba, nº 82, nesta cidade de NORTELÂNDIA-MT, neste ato devidamente representada pelo Prefeito, Jossimar José Fernandes, brasileiro, casado, inscrito no RG nº 351.773 SSP/MT e CPF nº 503.511.841.04, residente à Rua Antonio Olimpio de Oliveira, nesta cidade**, doravante denominada de CONTRATANTE e a empresa **ARENAPOLIS DIGITAL LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 25.174.326/0001-66, com sede a Av Prefeito Caio, nº 639E, Bairro, Vila Nova na cidade Arenápolis-MT, CEP:7842000, denominada CONTRATADA, representada neste ato por proprietário conforme documentação anexa**, celebram o presente termo aditivo ao contrato nos termos, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO e JUSTIFICATIVA DA SUPRESSÃO.

Este termo aditivo tem por objeto a repactuação de valor justificada na alteração dos serviços inicialmente contratados conforme documentação parte integrante deste aditivo.

DO VALOR SUPRIMIDO – O valor contratual de 135.500,00 (cento e trinta e cinco mil e quinhentos reais) passa a ser o total de R$ 74.400,00 (setenta e quatro mil e quatrocentos) reais divididas em 12 parcelas R$ 6.200,00 (seis mil e duzentos reais) mensais por um período de 12 meses contados a partir deste termo, o valor será suprimido conforme aquiescência do contratado que é parte anexa ao presente.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PRAZOS

2.1 – O prazo do presente contrato fica prorrogado por 12 meses contados do dia 10 de julho de 2019 findando-se em 10 de julho de 2020.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL 3.1 - O fundamento legal para a presente prorrogação está previsto no artigo 65, II § 2º da Lei n.º 8.666/93. CLÁUSULA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1 – As demais cláusulas contratuais permanecem inalteradas.

4.2 – Fica eleito o Foro da Comarca do Município de Nortelândia – MT, com recusa expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

4.3 – E por estarem justos e contratados, CONTRATANTE e CONTRATADO, mutuamente assinam o presente instrumento, em três vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais, na presença de duas testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Nortelândia-MT, 10 de julho de 2019

Caixa de texto: ARENAPOLIS DIGITAL LTDA - ME CONTRATADO

MUNICÍPIO DE NORTELÂNDIA

CONTRATANTE

Testemunhas:

_____ _____

Nome: Nome:

CPF: CPF:

SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
EDITAL Nº 19 CMDCA

ELEIÇÕES UNIFICADO PARA O CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE NORTELÂNDIA – ESTADO DE MATO GROSSO

EDITAL Nº 019/2019/CMDCA

A PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO MUNICÍPIO DE NORTELÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso da atribuição que lhe é conferida pela Lei Municipal nº 293, de 20 de setembro de 2013, alterada pela Lei Municipal nº 500, de 05 de abril de 2019, e de acordo com o Edital 002/2019, de 08 de abril de 2019, faz publicar **o Edital de Divulgação do Gabarito Preliminar da**

prova de conhecimento do Processo de Escolha Unificado para membros do Conselho Tutelar do Município de Nortelândia, Estado de Mato Grosso.

1. DO OBJETO – PUBLICAÇÃO DO GABARITO

1.1. Este Edital tem por objeto a Divulgação do Gabarito Preliminar da prova de conhecimento do Processo de Escolha Unificado para membros do Conselho Tutelar do Município de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, para o quadriênio: 2020/2024.

1.2. Fica divulgado o gabarito preliminar da prova de conhecimentos específicos sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, constante do anexo único deste Edital, conforme previsto no cronograma do Edital nº 001/2019 de 29 de março de 2019.

Nortelândia, Estado de Mato Grosso, 08 de julho de 2019.

Natalia Maria da Silva

Presidente do CMDCA – Nortelândia

GABARITO DO DA PROVA DE CONHECIMENTO DO PROCESSO DE ESCOLHA UNIFICADA, PARA O CARGO DE CONSELHEIRO TUTELAR DE NORTELÂNDIA DO ANO DE 2019, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NORTELÂNDIA – MT

CARGO: CONSELHEIRO TUTELAR

QUESTÃO	**01**	**02**	**03**	**04**	**05**	**06**	**07**	**08**	**09**	**10**	**11**	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**	**18**	**19**	**20**
RESPOSTA	**D**	**A**	**A**	**C**	**A**	**B**	**A**	**anulada**	**D**	**A**	**C**	**D**	**C**	**B**	**D**	**A**	**B**	**D**	**C**	**A**
QUESTÃO	**21**	**22**	**23**	**24**	**25**	**26**	**27**	**28**	**29**	**30**	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RESPOSTA	**B**	**B**	**C**	**anulada**	**D**	**C**	**C**	**A**	**A**	**D**	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

NORTELÂNDIA – MT, 08 julho de2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO

DECRETO Nº: 00037/2019

DECRETO Nº: 00037/2019	O Prefeito de PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO, Estado de MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, autorizado pela lei Municipal Nº00883, de 19/12/2018.
DECRETA:	
Art. 1º - Fica aberto o crédito SUPLEMENTAR no valor de R$ 54.100,00 (CINQUENTA E QUATRO MIL , CEM REAIS), para reforço das seguintes dotações orcamentárias:	
SECRETARIA DE ASSIST. SOCIAL DESV. HUMANO	
06.002.339030.08.244.0007.02082 MATERIAL DE CONSUMO	15,000.00
SECRETARIA DE OBRAS E INFRA ESTRUTURA	
08.001.339014.04.122.0002.02074 DIÁRIAS - CIVIL	10,000.00
08.001.339039.26.452.0019.02277 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	3,000.00
08.001.449052.04.122.0002.02074 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	5,000.00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
05.006.449051.12.361.0016.02087 OBRAS E INSTALAÇÕES	19,500.00
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
07.003.339030.10.303.0022.02086 MATERIAL DE CONSUMO	1,600.00
TOTAL SUPLEMENTAÇÕES	**54,100.00**
Art. 2º - Os recursos a serem utilizados para atender ao que dispõe o artigo anterior é o proveniente de: ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO nos termos de que dispõe o Art. 43, Parágrafo Primeiro, item II e III, da Lei Federal nº 4.320/64,	
SECRETARIA DE ASSIST. SOCIAL DESV. HUMANO	
06.002.319004.08.244.0090.02273 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15,000.00
SECRETARIA DE OBRAS E INFRA ESTRUTURA	
08.001.339030.26.782.0019.02279 MATERIAL DE CONSUMO	5,000.00
08.001.339036.04.122.0002.02074 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	3,000.00
08.001.339039.15.451.0019.02287 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10,000.00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
05.006.339039.12.361.0016.02087 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	19,500.00
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
07.005.449051.10.301.0022.02302 OBRAS E INSTALAÇÕES	1,600.00
TOTAL ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO	**54,100.00**
Art. 3º - Este Decreto entra em vigor nesta data, revogadas as diposições em contrário.	
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO, 08 DE ABRIL DE 2019	
SILMAR DE SOUZA GONÇALVES	

DECRETO Nº: 00071/2019

DECRETO Nº: 00071/2019	O Prefeito de PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO, Estado de MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, autorizado pela lei Municipal Nº00883, de 19/12/2018.		
DECRETA:			
Art. 1º - Fica aberto o crédito SUPLEMENTAR no valor de R$ 298.495,00 (DUZENTOS E NOVENTA E OITO MIL , QUATROCENTOS E NOVENTA E CINCO REAIS), para reforço das seguintes dotações orcamentárias:			
SECRETARIA DE ADM, PLANEJAMENTO E FINANÇAS			
04.008.339030.04.122.0002.02089 MATERIAL DE CONSUMO			10,000.00
04.003.339039.17.512.0005.02060 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			15,000.00
SECRETARIA DE ASSIST. SOCIAL DESV. HUMANO			
06.001.339039.08.122.0090.02022 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			2,500.00
SECRETARIA DE OBRAS E INFRA ESTRUTURA			
08.001.339039.04.122.0002.02074 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			600.00
08.001.339014.04.122.0002.02074 DIÁRIAS - CIVIL			3,000.00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO			
05.002.339039.12.361.0016.02264 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			149,895.00
05.001.339039.12.361.0016.02045 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			10,000.00
05.002.339039.12.361.0016.02265 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			94,000.00
05.006.339039.12.365.0014.02012 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			3,500.00
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE			
07.001.339039.10.122.0002.02030 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			10,000.00
TOTAL SUPLEMENTAÇÕES			**298,495.00**
Art. 2º - Os recursos a serem utilizados para atender ao que dispõe o artigo anterior é o proveniente de: ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO nos termos de que dispõe o Art. 43, Parágrafo Primeiro, item II e III, da Lei Federal nº 4.320/64,			
SECRETARIA DE ADM, PLANEJAMENTO E FINANÇAS			
04.001.339039.04.122.0002.02004 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			15,000.00
04.008.449061.04.122.0002.02089 AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS			10,000.00
SECRETARIA DE ASSIST. SOCIAL DESV. HUMANO			
06.001.449052.08.122.0090.02022 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			2,500.00
SECRETARIA DE OBRAS E INFRA ESTRUTURA			
08.001.319004.26.451.0019.02278 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO			3,000.00
08.001.339030.04.122.0002.02074 MATERIAL DE CONSUMO			600.00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO			
05.007.449052.12.365.0006.02000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			30,395.00
05.007.449052.12.365.0006.01999 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			50,000.00
05.007.339039.12.365.0006.01999 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			50,000.00
05.007.339030.12.365.0006.01999 MATERIAL DE CONSUMO			35,000.00
05.007.339039.12.365.0006.02000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			50,000.00
05.006.339033.12.366.0009.02063 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO			3,500.00
05.001.339039.12.361.0016.01101 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			10,000.00
05.003.339030.12.361.0011.02260 MATERIAL DE CONSUMO			500.00
05.007.339030.12.365.0006.02000 MATERIAL DE CONSUMO			28,000.00
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE			
07.002.339039.10.302.0022.02050 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			10,000.00
TOTAL ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO			**298,495.00**
Art. 3º - Este Decreto entra em vigor nesta data, revogadas as diposições em contrário.			
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO, 14 DE JUNHO DE 2019			
SILMAR DE SOUZA GONÇALVES			

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL - EMPRESA X NOVA FRONTEIRA CONSTRUÇÕES LTDA EPP

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL

NOTIFICANTE: Município de Nossa Senhora do Livramento através da Fiscal Responsável.

NOTIFICADA: Empresa X Nova Fronteira Construções Ltda EPP

REFERENTE: Contrato 092/2018

O **MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o n.º 03.507.514/0001-26, com sede na Av. Coronel Botelho, 458 - Centro, través da Secretaria Municipal de Saúde, representada neste ato pelo Fiscal do Contrato, Jose Orlando Lehr, vem **NOTIFICAR EXTRAJUDICIALMENTE** a ***Empresa X Nova Fronteira Construções Ltda EPP,*** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.644.826/0001-00, com sede na Rua General Ramiro de Noronha, nº 826, Bairro Duque de Caxias, município de Cuiaba/MT CEP 78.043.272, quanto ao descumprimento da Cláusula Quinta, que se trata das obrigações da contratada, no parágrafo 8.11.1 no tocante ao prazo de execução acordado no contrato supracitado.

Enfatizamos que a execução deve estar em total conformidade com o referido contrato, sob pena de serem aplicadas as sanções pertinentes ao caso.

A Empresa Notificada, terá o prazo de 48 (quarenta e oito) horas para a adequação solicitada.

Esta **NOTIFICAÇÃO** é premonitória e tem a finalidade de evitar medidas administrativas e judiciais cabíveis.

Nossa Senhora do Livramento, 8 de julho de 2019.

JOSE ORLANDO LEHR

Fiscal de Contrato

2º TERMO ADITIVO DE VALOR AO CONTRATO 120 2018

2º TERMO ADITIVO DE VALOR AO CONTRATO 120 2018 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA*AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE PADARIA (PÃES, BOLOS, SALGADOS TIPO COQUETEL E LANCHE),* PARA MANUTENÇÃO NECESSÁRIA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E A EMPRESA ROBSON JOSE DE OLIVEIRA 03282097166 PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº. 5451/2017 MODALIDADE: PREGÃO ELETRONICO Nº 044/2017 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 005004/2018 - AS CLAUSULAS A SEGUIR:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO MOTIVO

1.1 O presente instrumento tem por objeto as motivações administrativas apresentada pela Secretaria de Saúde no Processo Administrativo nº 002551/2019 de aditivo de valor R$ 800,66 (Oitocentos Reais e Sessenta e Seis Centavos) alterando o valor original do contrato ao contrato 120/2018 através do Art. 57, no inciso II e 65, II, conforme a Lei 8666/93 contratação de empresa para ***aquisição de produtos de padaria (pães, bolos, Salgados tipo coquetel e lanche),*** para manutenção necessária da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento e das Secretarias municipais, com **Empresa ROBSON JOSE DE OLIVEIRA 03282097166,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 23.501.685/0001-55, com sede Rua Antônio Lisboa, S/N Bairro Morro Boa Vista, CEP: 78170-000, município de Nossa Senhora do Livramento-MT, firmam o presente termo aditivo de valor

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

Os créditos orçamentários para execução do presente termo aditivo serão oriundos das seguintes dotações do orçamento vigente 2019:

Secretaria	Recurso	Projeto Atividade	Reduzido Dotação	Natureza de Despesa	Fonte	Valor
Saúde	Federal	02305 – Manutenção da Atenção Básica	070123	33.90.39.00	146	R$ 800,66

CLÁUSULA TERCEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL

Fundamenta-se o presente Termo Aditivo do Art. 57, no inciso II e 65, II, da Lei 8.666/93, com suas alterações e parecer jurídico nº 193/2019.

CLÁUSULA QUARTA– DAS RATIFICAÇÕES

Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Termo de Contrato original.

E por estarem assim justas e acertadas, as partes contratantes firmam o presente Termo Aditivo ao Contrato 120/2018 em 03 (três) vias de igual teor e valor jurídico, para todos os efeitos legais.

Nossa Senhora do Livramento - MT, 08 de Julho de 2019.

CONTRATANTE

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA

Empresa ROBSON JOSE DE OLIVEIRA 03282097166,

CNPJ nº 23.501.685/0001-55

Representada pelo Senhor Robson Jose de Oliveira

RG:nº 19192797 SSP/MT e CPF nº 032.820.971-66

PORTARIA Nº. 322/2019

PORTARIA Nº. 322/2019

Rose Mary Miranda de Carvalho, Coordenadora de Recursos Humanos-da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT – usando de suas atribuições legais.

Resolve:

Art. 1º - Transferir o Servidor efetivo **Emerson Sales de Arruda** - matricula 1183, Serviços Gerais/Apoio Municipal, lotado na Secretaria de Municipal de Obras e Infra-Estrutura para a Secretaria de Desenvolvimento Rural a partir de Julho 2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir desta data.

Nossa Senhora do Livramento - MT, 05 e Julho de 2019.

Rose Mary Miranda de Carvalho

Coordenadora de Recursos Humanos

2º TERMO ADITIVO DE VALOR AO CONTRATO 086 2018

2º TERMO ADITIVO DE VALOR AO CONTRATO 086 2018 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE DE PACIENTES QUE ENCONTRA-SE EM TRATAMENTO FORA DO DOMICILIO (TFD), QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL

DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTOE O PESSOA FISICA SENHOR VALDEVINO TEODORO DE MORAISPROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº. 4882/2017 MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 039/2017 SRP - PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº. 3864/2018AS CLAUSULAS A SEGUIR:

Pelo presente instrumento, o Município de Nossa Senhora do Livramento, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 03.507.514/0001-26, com sede na Av. Coron

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO MOTIVO

De conformidade com as motivações administrativas constantes na justificativa apresentada pela Secretaria Municipal de Saúde no processo Administrativo nº 002507/2019 de aditivação de valor ao contrato 086/2018 referente Contratação de pessoa física para prestação de serviço de transporte de Pacientes que encontra-se em **Tratamento Fora do Domicilio (TFD)**. Observadas as condições estabelecidas no Edital de Pregão Presencial nº 039/2017, respectivo Termo de Referência nº062/2017, **PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº. 3864/2018**, com a **Pessoa Física –** Valdevino Teodoro de Morais, portador da cédula de identidade nº 636.950 SSP/MT, inscrito no CPF nº 473.923.201-49.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORCAMENTARIA

Para fazer frente às despesas do presente exercício, existem recursos orçamentários empenhado onerando a dotação 2019.

Secretaria/ Programa	Recurso	Projeto Atividade	Reduzido Dotação	Natureza de Despesa	Fonte	Valor
Sec. Municipal de Saúde	PRÓPRIO	02030	070007	3.3.90.36	100	R$ 15.792,00

CLÁUSULA TERCEIRA- DO CONTRATADO

3.1 O preço, a quantidade e a especificação da prestação de serviço neste contrato, encontram-se indicados na tabela abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Serviço de Transporte de pacientes, compreendendo o percurso entre a comunidade Ninho das Águias e localidades próximas, na zona rural do Município de Nossa Senhora do Livramento e o Trevo do Lagarto, no Município de Várzea Grande. Carro de passeio que possa atender no mínimo quatro passageiros que esteja em condições de transportá-los em segurança.	48	R$ 139,00	R$ 6.672,00
Valor Total: R$ 6.672,00 (Seis Mil Seiscentos e Setenta e Dois Reais)				

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	**Serviço de Transporte de pacientes, compreendendo o percurso entre a comunidade do Faval e localidades próximas, passando pela Comunidade Estrela do Oriente, na zona rural do Município de Nossa Senhora do Livramento, e o posto de combustível FREE, situado à margem da BR-070.** Carro de passeio que possa atender no mínimo quatro passageiros que esteja em condições de transportá-los em segurança.	48	R$ 190,00	R$ 9.120,00
VALOR TOTAL: R$ 9.120,00 (Nove Mil Cento e Vinte Reais)				

Valor total : R$ 15.792,00 (Quinze Mil Setecentos e Noventa e Dois Reais)

CLÁUSULA QUARTA– DO FUNDAMENTO LEGAL

Fundamenta-se o presente Termo Aditivo do Art. 57, no inciso II e 65, II, da Lei 8.666/93, com suas alterações e Parecer Jurídico nº 194/2019.

CLÁUSULA QUINTA – DAS RATIFICAÇÕES:

Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Termo de Contrato original.

E por estarem assim justas e acertadas, as partes contratantes firmam o presente Termo Aditivo ao Contrato 086/2018, em 02 (duas) vias de igual teor e valor jurídico, para todos os efeitos legais.

Nossa Senhora do Livramento – MT, 09 de Julho de 2019.

CONTRATANTE:

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

Prefeito Municipal

CONTRATADO:

Pessoa Física – Valdevino Teodoro de Morais

RG: nº 636.950 SSP/MT

CPF nº 473.923.201-49

PORTARIA Nº. 321/2019

PORTARIA Nº. 321/2019

Rose Mary Miranda de Carvalho, Coordenadora de Recursos Humanos-da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT – usando de suas atribuições legais.

Resolve:

Art. 1º - Conceder 01 (Um) período de **Licença Prêmio** a servidor Publico Municipal **Zélis Gonçalo do Prado**, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Infra-Estrutura. **Matricula 634** – no cargo de Serviço Gerais/Apoio Municipal, referente ao período aquisitivo de 2008/2013, conforme processo 000008/2019-1, compreendido de **01/07/2019 a 28/09/2019**. Conceder 01 (Um) período de **Licença Prêmio**, a servidora Pública Municipal **Alice Olímpia Espírito Santo de Campos,** lotada na Secretaria Municipal de Saúde**. Matricula 122** - cargo de Técnica de Enfermagem/Assistente de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2008/2013, conforme processo 002344/2018-1, compreendido de **04/07/2019 a 01/10/2019**. Conceder 02 (Dois) períodos de **Licença Prêmio**, a servidor Público Municipal **Marcos**

André Rufino, lotado na Secretaria Municipal Educação Esporte e Lazer**, Matrícula 301** - cargo de Agente Administrativo/Agente Municipal, referente ao período aquisitivo de 2008/2013 e 2013/2018 conforme processo 003568/2018-1, compreendido de **01/07/2019 a 27/12/2019**.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir desta data.

Nossa Senhora do Livramento - MT, 05 de Julho de 2019.

Rose Mary Miranda de Carvalho

Coordenadora de Recursos Humanos

3º TERMO ADITIVO DE VALOR E PRAZO AO CONTRATO 070/2018

3º TERMO ADITIVO DE VALOR E PRAZO AO CONTRATO 070/2018 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA A REFORMA E AMPLIAÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL ELIETE PEDROSA DA COSTA NA COMUNIDADE RURAL DE PEDRO DO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E A EMPRESA FABIO ALBUQUERGUE DA SILVA ME PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº. 0934/2018 TOMADA DE PREÇO Nº 002/2018 AS CLAUSULAS A SEGUIR:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO MOTIVO

1.1 O presente instrumento tem por objeto as motivações administrativas apresentada pelo setor de engenharia constantes no Processo Administrativo n. nº 2626 e 2736/2019 de aditivação de prazo e valor R$ (Sessenta e Nove Mil Cento e Quinze Reais e Dezessete Centavos) alterando o valor do contrato nº 070/2018 referente ao objeto do presente *Contratação de empresa especializada em obras e serviços de engenharia para a Reforma e Ampliação da Escola Municipal Eliete Pedrosa da Costa na Comunidade Rural de Pedro, neste Município* com a Empresa FABIO ALBUQUERGUE DA SILVA ME pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 18.894.302/0001-16

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGENCIA DO PRAZO

2.1O prazo de vigência deste termo aditivo de prazo será fixado pelo período de 01 (mês) meses a partir do termino de vigência do primeiro termo aditivo de prazo a partir de 03/07/2019

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

3.1 Os créditos orçamentários para execução do presente termo aditivo serão oriundos das seguintes dotações do orçamento vigente 2019:

Secretaria/ Programa	Recurso	Projeto Atividade	Reduzido Dotação	Natureza de Despesa	Fonte	Valor
Secretaria Municipal de Educação – Gestão do **FUNDEB**	**Federal**	**2087** – Construção, Reforma e Ampliação de Unidades Escolares	**050087**	**44.90.51**	**119**	R$ 2.919,18
TOTAL						R$ 2.919,18

CLÁUSULA QUARTA – DO FUNDAMENTO LEGAL:

4.1 Fundamenta-se o presente Termo Aditivo do Art. 57, § II e 65, § I, da Lei 8.666/93, com suas alterações e parecer jurídico nº 189/2019.

CLÁUSULA QUINTA – DAS RATIFICAÇÕES:

5.1 Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Termo de Contrato original.

E por estarem assim justas e acertadas, as partes contratantes firmam o presente Termo Aditivo ao Contrato 070/2019 em 02 (duas) vias de igual teor e valor jurídico, para todos os efeitos legais.

Nossa Senhora do Livramento – MT, 03 de Julho de 2019.

CONTRATANTE

_____

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

Prefeito Municipal

CONTRATADO:

Empresa **FABIO ALBUQUERGUE DA SILVA ME**

CNPJ sob o nº 18.894.302/0001-16

Representada pelo Senhor Fabio Albuquerque da Silva

RG: 1007386-8 SSP/MT e CPF: 631.933.291-34

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES

DEPTO LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 028/2019

O MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES – MT, através da Pregoeira Oficial, torna público para conhecimento dos interessados, o resultado do procedimento licitatório do Pregão Presencial n.º **028/2019, cujo OBJETO é o REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE CAMINHÃO PRANCHA, SENDO: CAMINHÃO CAVALO COM PRANCHA, COM CAPACIDADE TRANSPORTE DE CARGA DE NO MÍNIMO 25 TONELADAS, ADEQUADO PARA TRANSPORTAR ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, COM MANUTENÇÃO BÁSICA COMO: ABASTECIMENTO, LUBRIFICAÇÃO, LUBRIFICANTES, FILTROS, CONSERTO DE PNEUS, E PEQUENOS REPAROS POR CONTA DO CONTRATANTE, EXCETO PEÇAS DE MOTOR, CÂMBIO, DIFERENCIAL E PARTE ELÉTRICA QUE FICARA POR CONTA DO CONTRATADO, BEM CO-**

MO O MOTORISTA QUE TAMBÉM FICARA POR CONTA DO CONTRATADO. PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, SECRETARIA MUNICIPAL INFRAESTRUTURA E DEMAIS SERVIÇOS A FINS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES/MT, EM REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA POR TEMPO INTEGRAL.

SAGROU - SE vencedoraa empresa**:**

NILSON DE OLIVEIRA – ME

CNPJ:09.632.960/0001-49

Total do Fornecedor **R$ 210.000,00 (duzentos e dez mil reais),** sendo pagos mensalmente em 12 (doze) meses no valor de R$ 17.500,00 (dezessete mil e quinhentos reais).

A Pregoeira informa ainda, que os autos do Processo se encontram com vistas franqueadas aos interessados a partir da data desta publicação, nos dias úteis no horário de expediente da PREFEITURA MUNICIPAL NOVA BANDEIRANTES - MT.

_____

Bruna Neiverth

PREGOEIRA

Decreto 250/2017

CAMARA MUNICIPAL
DISPENSA DE LICITAÇÃO 001/2019

JUSTIFICATIVA

DISPENSA DE LICITAÇÃO 001/2019

AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE CONTROLE DE FREQUÊNCIA E HORÁRIOS DOS SERVIDORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES-MT, COMO: 01 RELÓGIO DE CONTROLE DE PONTO, 01 BOBINA PARA RELÓGIO DE CONTROLE DE PONTO, COM FIXAÇÃO DO RELÓGIO, TREINAMENTO PRÁTICO DE CONFIGURAÇÃO, ASSISTÊNCIA TÉCNICA REMOTA, PRÉ-CONFIGURAÇÃO DE DADOS USUAIS, PRIMEIRACONFIGURAÇÃO E SIMULAÇÃO DE DADOS.

A Comissão Permanente de Licitação da Câmara Municipal de Nova Bandeirantes-MT, por solicitação da Secretaria Administração e autorização do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Sr. Cesar Augusto Perigo, vem abrir o presente processo administrativo de DISPENSA DE LICITAÇÃO, sob o nº. 001/2019, objetivando a: A presente contratação de empresa, que se faz-se necessário A aquisição de equipamento de controle de frequência e horários dos servidores da Câmara Municipal de Nova Bandeirantes-MT, como: 01 relógio de controle de ponto, 01 bobina para relógio de controle de ponto, com fixação dos relógios, treinamento prático de configuração, assistência técnica remota, pré-configuração de dados usuais, primeira configuração e simulação de dados, se faz necessário para regulamentar um dispositivo legal de controle de frequência de servidor, bem como garantir o direito do servidor no tocante a jornada de trabalho.

assim apresentamos a justificativa com base no Inciso II art.24, da Lei nº. 8.666/93 e inciso II do Artigo 2º da Lei Municipal 1004/2017.

A presente dispensa de licitação tem como fundamento o inciso II, do art. 24, da Lei 8666/93 e suas alterações posteriores.

Assim dispõe o art. 24 é dispensável a licitação:

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

A Lei Municipal nº 1.004/2017 que atualizou monetariamente e fixou os valores constantes no artigo 23 da Lei 8.666/93, com base no indexador IGP-M, os quais passaram a vigorar nos procedimentos licitatórios da Câmara Municipal de Nova Bandeirantes, a partir do dia 26 de abril de 2.017. Assim dispõe o artigo 2º É dispensável a licitação:

II - para outros serviços e compras de valor até R$ 20.132,80 (vinte mil e cento e trinta e dois reais e oitenta centavos)

A contratação de pequeno valor como hipótese para dispensar a licitação, prevista no artigo 24, incisos II da Lei nº. 8666/93 é aquela em que o objeto do contrato não supera 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea 'a' do inciso I do artigo 23 para outros serviços e compras e alienações, do inciso II do artigo já mencionando acima.

A justificativa da faculdade da dispensa de licitação para este caso, reside no fato de ser a simplicidade do objeto e de seu pequeno valor. Ressalta-se que o administrador público deve observar, sempre, os limites estabelecidos pelo inciso

para suas aquisições e contratações de serviços, para que não infrinja o Estatuto Licitatório e utilize a dispensa em lugar de uma das modalidades de licitação. O critério objetivo estabelecido pela lei afasta a discricionariedade da Administração. Repita-se ela só poderá ser discricionária na conveniência de realizar ou não a licitação, mas se o valor ultrapassar os limites previstos, deverá a administração realizar licitação sob pena de ilegalidade.

Desse modo, o caso de dispensa de licitação em razão do pequeno valor, está amparada nas cotações que alicerçam esse processo, utilizando cotações com empresas do ramo e com padrão definido como meio para apurar o melhor preço, isto é, selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

A contratação da empresa por dispensa de licitação vem atender o interesse público conforme disposto no art. 24, inciso II da Lei nº. 8.666/1993, consideramos que a dispensa se faz necessária, para atender as necessidades da Secretaria Administração em suas diversas atividades.

Promover a dispensa de licitação é o recurso disponível neste momento e com suporte orçamentário para atendimento do objeto, pois constatamos que a Câmara Municipal de Nova Bandeirantes possui quantia consignada no orçamento suficiente para atender e adquirir em sua totalidade o objeto em questão conforme cotações apresentadas e entendemos ser oportuno atender a resolução e providenciar a contratação neste momento.

A escolha do fornecedor foi calçada nas propostas de preços apresentadas, entre as propostas apresentadas a cotação da empresa **CENTERMAC MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA, CNPJ: 09.441.942/0001-80,** por outro lado, o valor a ser pago pelos **Valor Global: R$ 3.439,00 (três mil e quatrocentos e trinta e nove reais).**

Por outro lado, o valor a ser pago pelos é a mais vantajosa para Administração, inclusive superando o valor da média dos três orçamentos, ou seja, o valor que a Câmara Municipal vai pagar com a dispensa de licitação, é inferior ao limite licitatório na modalidade convite, sendo assim financeiramente favorável.

A escolha da proposta mais vantajosa teve como base os preços pesquisados pelo setor de compras da Câmara Municipal, onde foram cotados os preços em 03 empresas apresentaram cotações. Assim sendo, a escolha recaiu na empresa **CENTERMAC MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA, CNPJ: 09.441.942/0001-80**,**Valor Global: R$: 3.439,00 (três mil e quatrocentos e trinta e nove reais),** foi o menor preço, conforme proposta anexada aos autos deste processo.

Para efetivação da dispensa da licitação a empresa escolhida deverá estar em dia com as certidões:

-Certidões Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica pessoa Física (cartão CNPJ)

- Certidões Negativas de Débitos Relativas a Contribuições Previdenciárias (INSS);

- Certidão de Regularidade do FGTS-CRF;

- Certidões Conjuntivas de Débitos Tributos Federais e Dívida Ativa da União;

- Certidão Débitos trabalhista;

- Certidão Débitos Municipal

- Certidão Negativa de Pedido de Falência e Concordata

Apresentar também ato constitutivo ou contrato social, cédula de identidade e CPF do representante legais.

Os documentos acima deverão ser apresentados antes da emissão e assinatura do termo de ratificação pelo Presidente da Câmara Municipal.

CENTERMAC MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA

CNPJ: 09.441.942/0001-80,

Valor Global: R$: 3.439,00 (três mil e quatrocentos e trinta e nove reais)

DOTAÇÃO: Órgão:01 Orçamentária - 44905200000 Natureza da Despesa.

Deste modo, sujeitamos nossa justificativa a Vossa Senhoria Para que, entendo ser ela sustentável, ratifique nossas razões e determine a contratação que ora indicamos, tendo em vista que isto, além de respaldo por lei, respeita todos os princípios norteadores da Administração Pública.

É que temos a expor e requerer.

Nova Bandeirantes-MT, 08 de julho de 2019.

_____

Maraisa Lopes dos Santos

Presidente da CPL

_____

Andreia Cristina da Silva Della Rosa

Secretaria da CPL

_____

Rosana Alves dos Santos Nascimento

Membro da CPL

ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº001/2019

CRITÉRIO DE JULGAMENTO – MENOR PREÇO POR VALOR GLOBAL

Aos 08 dias do mês de julho do ano dois mil e dezenove, ás 11:00 horas na Sala da Comissão Permanente de Licitação, reuniram-se os servidores: Maraisa Lopes dos Santos, Andreia Cristina da Silva Della Rosa, Rosana Alves dos Santos Nascimento– Comissão Permanente de Licitação, sob a Presidência do primeiro, instituída pela Portaria **nº 009/2019, de 20 de fevereiro de 2019,** com a finalidade de proceder as fases no processo licitatório, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, e suas alterações, identificado como **Dispensa de Licitação Nº 001/2019, Processo Licitatório nº 003/2019,** tendo como objeto do presente procedimento a "**AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO DE CONTROLE DE FREQUÊNCIA E HORÁRIOS DOS SERVIDORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES-MT, COMO: 01 RELÓGIO DE CONTROLE DE PONTO, 01 BOBINA PARA RELÓGIO DE CONTROLE DE PONTO, COM FIXAÇÃO DOS RELÓGIOS, TREINAMENTO PRÁTICO DE CONFIGURAÇÃO, ASSISTÊNCIA TÉCNICA REMOTA, PRÉ-CONFIGURAÇÃO DE DADOS USUAIS, PRIMEIRA CONFIGURAÇÃO E SIMULAÇÃO DE DADOS** É dado Início a Reunião onde é conferida a documentação da empresa: empresa **CENTERMAC MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA, CNPJ: 09.441.942/0001-80**,onde verificou-se que a empresa apresentou toda a documentação solicitada. O Valor global para a presente locação é de **Valor Global R$: 3.439,00 (três mil e quatrocentos e trinta e nove reais).** Diante da conferencia a empresa é declarada habilitada e apta para a presente contratação, encaminha-se a autoridade superior para que proceda a Ratificação, homologação e adjudicação do objeto ao licitante retro mencionado.

Eu **Andreia Cristina da Silva Della Rosa,** lavrei a presente Ata que vai assinada pela Comissão Permanente de Licitação. Nova Bandeirantes-MT, 08 de julho de 2019.

_____

Maraisa Lopes dos Santos

Presidente da CPL

_____

Andreia Cristina da Silva Della Rosa

Secretaria da CPL

_____

Rosana Alves dos Santos Nascimento

Membro da CPL

TERMO DE RATIFICAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 001/2019

Nos termos do Artigo 24 da Lei 8.666/93 e Art. 2 Inciso II da Lei 1004/2017 Municipal e suas alterações posteriores, RATIFICA-SE a Dispensa de Licitação nº.014/2019 **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE CONTROLE DE FREQUÊNCIA E HORÁRIOS DOS SERVIDORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES-MT, COMO: 01 RELÓGIO DE CONTROLE DE PONTO, 01 BOBINA PARA RELÓGIO DE CONTROLE DE PONTO, COM FIXAÇÃO DOS RELÓGIOS, TREINAMENTO PRÁTICO DE CONFIGURAÇÃO, ASSISTÊNCIA TÉCNICA REMOTA, PRÉ-CONFIGURAÇÃO DE DADOS USUAIS, PRIMEIRA CONFIGURAÇÃO E SIMULAÇÃO DE DADOS,** no Município de Nova Bandeirantes atendendo aos projetos e necessidades para o funcionamento do mesmo.

CENTERMAC MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA

CNPJ: 09.441.942/0001-80

Valor Global: R$: 3.439,00 (três mil e quatrocentos e trinta e nove reais)

Registra-se, Publique-se, Cumpra-se.

Nova Bandeirantes - MT, 09 de julho de 2019.

CESAR AUGUSTO PERIGO

Presidente

ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO 001/2019

Homologo a Presente Dispensa de Licitação nº. 001/2019 Adjudicando o objeto da Dispensa ao Interessado, conforme 24, II da Lei 8.666/93 e artigo 2 inciso II da Lei 1004/2017 Municipal.

Adjudique-se ao Sr**: CENTERMAC MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA,** pelo

AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO DE CONTROLE DE FREQUÊNCIA E HORÁRIOS DOS SERVIDORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES-MT, COMO: 01 RELÓGIO DE CONTROLE DE PONTO, 01 BOBINA PARA RELÓGIO DE CONTROLE DE PONTO, COM FIXAÇÃO DO RELÓGIO, TREINAMENTO PRÁTICO DE CONFIGURAÇÃO, ASSISTÊNCIA TÉCNICA REMOTA, PRÉ-CONFIGURAÇÃO DE

DADOS USUAIS, PRIMEIRA CONFIGURAÇÃO E SIMULAÇÃO DE DADOS objeto da presente dispensa de licitação.

Contratado: Contratado: CENTERMAC MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA, CNPJ: 09.441.942/0001-80,

Valor Global: R$: 3.439,00 (três mil e quatrocentos e trinta e nove reais)

REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE

Nova Bandeirantes – MT, 09 de julho de 2019

CESAR AUGUSTO PERIGO

Presidente

DEPTO LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N. º 028/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES – MT, através do Prefeito Municipal Sr. **VALDIR PEREIRA DOS SANTOS,** torna público para conhecimento dos interessados, que **HOMOLOGA** a Licitação resultante do procedimento licitatório na modalidade de Pregão Presencial n. º **028/2019, cujo OBJETO é o REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE CAMINHÃO PRANCHA, SENDO: CAMINHÃO CAVALO COM PRANCHA, COM CAPACIDADE TRANSPORTE DE CARGA DE NO MÍNIMO 25 TONELADAS, ADEQUADO PARA TRANSPORTAR ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, COM MANUTENÇÃO BÁSICA COMO: ABASTECIMENTO, LUBRIFICAÇÃO, LUBRIFICANTES, FILTROS, CONSERTO DE PNEUS, E PEQUENOS REPAROS POR CONTA DO CONTRATANTE, EXCETO PEÇAS DE MOTOR, CÂMBIO, DIFERENCIAL E PARTE ELÉTRICA QUE FICARA POR CONTA DO CONTRATADO, BEM COMO O MOTORISTA QUE TAMBÉM FICARA POR CONTA DO CONTRATADO. PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, SECRETARIA MUNICIPAL INFRAESTRUTURA E DEMAIS SERVIÇOS A FINS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES/MT, EM REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA POR TEMPO INTEGRAL.**

SAGROU - SE vencedoraa empresa**:**

Sociedade/Empresária	*CNPJ:*	*VALOR GLOBAL*
NILSON DE OLIVEIRA – ME	**09.632.960/0001-49**	**R$ 210.000,00**

Nova Bandeirantes – MT, 08 de julho de 2019.

_____

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 288/2019, DE 08 DE JULHO DE 2019.

"DISPOE SOBRE A READAPTAÇAO DA SERVIDORA EFETIVA ODENICIA GOMES FONSECA PAGANE, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS"

O Senhor Prefeito Municipal de Nova Brasilândia do Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são concedidas pela Lei e considerando o artigo 76 e seus incisos da Lei nº 324/2007 de 27 de julho de 2007.

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder à servidora efetiva srª **Odenicia Gomes Fonseca Pagane –Técnico em Enfermagem,**readaptação em outra função, haja vista que a mesma apresenta limitação na sua capacidade laboral para exercer as atribuições do seu cargo, conforme Relatório de Exame Médico Pericial e Laudo médico Pericial - PREVBRAS – datados de 05/07/2019, que concede **Readaptação de Função**, a partir de 27 de Junho de 2019.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, surtindo os seus efeitos a partir de 27 de junho de 2019.

Art. 3º - *Revogam-se as disposições em contrário.*

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 08 de Julho de 2019.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

JOCIVANI CRISTINA PINHEIRO DE SÁ

Secretária Municipal de Administração

Portaria n° 002/2018

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 290/2019, DE 09 DE JULHO DE 2019.

Convocação da funcionária efetiva senhora Odenicia Gomes Fonseca Pagane.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições privativas que confere o disposto no § 2º art.174, da Lei nº 324/2007 de 27 de julho de 2007;

RESOLVE

Artigo 1º - CONVOCAR a Servidora Efetiva Srª **ODENICIA GOMES FONSECA PAGANE – TECNICA EM ENFERMAGEM**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, para comparecer no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, para regularização da Situação Funcional, a partir desta data.

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 2° Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 09 de Julho de 2019.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

JOCIVANI CRISTINA PINHEIRO DE SÁ

Secretária Municipal de Administração

Portaria n° 002/2018

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 273/2019, DE 01 DE JULHO DE 2019.

"Exoneração para efeito de aposentadoria por invalidez a servidora Rosimar Pereira das Neves".

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são concedidas pelo Art. 12 da Lei nº 512/2013 de 30 de Julho de 2013 e considerando o Artigo 45 Item IV da Lei nº 324/2007 de 27 de julho de 2007.

R E S O L V E:

Artigo 1º - Exonerar a Servidora Efetiva Srª **ROSIMAR PEREIRA DAS NEVES – Técnico Administrativo Educacional,** lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desportos, em decorrência de **Aposentadoria por Invalidez**, a partir de 01 de julho de 2019.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 01 de julho de 2019.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

JOCIVANI CRISTINA PINHEIRO DE SÁ

Secretária Municipal de Administração

Portaria n° 002/2018

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 273/2019, DE 01 DE JULHO DE 2019.

"Exoneração para efeito de aposentadoria por invalidez a servidora Rosimar Pereira das Neves".

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são concedidas pelo Art. 12 da Lei nº 512/2013 de 30 de Julho de 2013 e considerando o Artigo 45 Item IV da Lei nº 324/2007 de 27 de julho de 2007.

R E S O L V E:

Artigo 1º - Exonerar a Servidora Efetiva Srª **ROSIMAR PEREIRA DAS NEVES – Técnico Administrativo Educacional,** lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desportos, em decorrência de **Aposentadoria por Invalidez**, a partir de 01 de julho de 2019.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 01 de julho de 2019.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

JOCIVANI CRISTINA PINHEIRO DE SÁ

Secretária Municipal de Administração

Portaria n° 002/2018

EXTRATO PP 022/2019 - ADESÃO ARP 016/2019 PRIMAVERA DO LESTE

EXTRATO DO PROCESSO: N. 066/2019 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 022/2019 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILANDIA/MT, ADESÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.016/2019 PREGÃO ELETRONICO Nº.150/2018/PREFEITURA MUNICIPAL DE PRIMAVERA DO LESTE/MT /MT.

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA – MT

CONTRATADO: KLEBER ARRABACA BARBOSA EPP

OBJETO: Adesão a ata de Registro de Preços n°.016/2019 referente ao Pregão Eletrônico para Registro de preços nº.150/2018, Processo nº. 1880/2018 do Município de Primavera do Leste/MT, Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais de informática para atender as necessidades das Secretarias do Município de Nova Brasilândia/MT, conforme termo de referência Nº. 161/2018 e adesão da ata 016/2019 de Primavera do Leste/MT.

VALOR: R$ 22.050,60 (Vinte e Dois Mil, Cinquenta Reais e Sessenta Centavos).

DATA DA ADESAO: 08/07/2019

ORGÃO GERENCIADOR DA ATA: O MUNICIPIO DE PRIMAVERA DO LESTE/MT

FUNDAMENTO: De acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações e Lei 10. 520/2002

Nova Brasilândia/MT, 08 de julho de 2019.

Mauriza Augusta de Oliveira

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA

SETOR DE CONVENIOS
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Objeto	Prestação de serviços de mão de obra para aplicação de lama asfáltica, em uma área de 56.933,83 m², no perímetro urbano de Nova Guarita, para recuperação de pavimentação asfáltica conforme planilha orçamentária e cronograma físico financeiro em anexo, as quais são partes integrantes deste instrumento.
Favorecido	M DE ARRUDA SILVA E CIA LTDA CNPJ: 24.069.344/0001-15
Prazo de execução	09 de julho à 07 de setembro de 2019.
Valor global	R$ 33.000,00 (trinta e três mil reais).
Fundamento Legal	Como bem determina o art. 55, XI da Lei Federal n.º. 8.666/93, este contrato tem como base a dispensa de licitação nos termos do art. 24, I da Lei Federal n.º 8.666/93, atualizado pelo Decreto Federal nº 9.412, de 18 de junho de 2018.

Ratificamos a Dispensa de Licitação em consonância com a justificativa apresentada pela Comissão Permanente de Licitação e Parecer Jurídico.

Nova Guarita – MT, 08 de Julho de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 29/2019

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 29/2019

PROC. LICITATÓRIO: 62/2019 PREGÃO PRESENCIAL: 30/2019

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Nova Lacerda-MT

OBJETO: Registro de preço na aquisição de 01 motocicleta zero quilometro ano 2019, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação.

PRAZO: 12 Meses, a partir de 09 de julho de 2019.

CONTRATADO:

W. MOTOS PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA - VALOR: R$ 10.890,00 (Dez mil e oitocentos e noventa reais).

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA–MT, 09 de Julho de 2019.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
AVISO DE RESULTADO DA LICITAÇÃO 30/2019

AVISO DE RESULTADO DA LICITAÇÃO 30/2019

PROC. LICITATÓRIO: 62/2019 PREGÃO PRESENCIAL: 30/2019

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Nova Lacerda-MT

CONTRATADO: W. MOTOS PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA.

OBJETO: Registro de preço na aquisição de 01 motocicleta zero quilometro ano 2019, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação.

PRAZO: 12 Meses, a partir de 09 de julho de 2019.

CONTRATADO:

W. MOTOS PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA - VALOR: R$ 10.890,00 (Dez mil e oitocentos e noventa reais).

Ata de Registro 29/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA–MT, 09 de Julho de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO MUNICIPAL Nº 023/2019

EMENTA: HOMOLOGA A INSTRUÇÃO NORMATIVA SRH Nº 006/2019, QUE DISPÕE SOBRE ROTINAS DE TRABALHO A SEREM OBSERVADAS PELO SETOR DE RECURSOS HUMANOS.

JUVENAL ALEXANDRE DA SILVA, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONSOANTE AS NORMAS DE DIREITO PÚBLICO E NA FORMA DA LEI,

D E C R E T A:

Art. 1º- As manutenções preventivas e corretivas do Sistema de Recursos Humanos obedecerão aos critérios e formatação definidos na Instrução Normativa nº 006/2019, aprovada por este decreto.

Art. 2°- Os órgãos e entidades da administração indireta, como unidades executoras do Sistema de Controle Interno, sujeitam-se, no que couber, à observância das rotinas de trabalho e dos procedimentos de controle estabelecidos através de Instruções Normativas confeccionadas pela Unidade de Controle Interno e pela Unidade de Recursos Humanos e aprovadas pelo Prefeito Municipal.

Art. 3º -Caberá à Unidade de Controle Interno - UCI - prestar os esclarecimentos e orientações a respeito da aplicação dos dispositivos deste decreto.

Art. 4º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre–se e publique–se, na data supra, na forma da lei.

PAÇO MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA-MT, AOS 09 DE JULHO DE 2019.

JUVENAL ALEXANDRE DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Registrado e publicado, na data supra, na forma da lei.

INSTRUÇÃO NORMATIVA - SRH - SISTEMA DE RECURSOS HUMANOS 006/2019, DE 09 DE JULHO DE 2019.

DISPÕE SOBRE AS ROTINAS PARA DISCIPLINAR E NORMATIZAR OS PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS NA ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS DO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA-MT.

Versão: 01

Aprovação em: 09 de julho de 2019

Ato de Aprovação: Decreto nº 006/2019 de 09 de julho de 2019

Unidade Responsável: Secretaria Municipal de Administração (Setor de Recursos Humanos).

CAPÍTULO I

DA FINALIDADE

Art. 1º- Disciplinar os procedimentos relativos aos atos de administração de pessoal, com objetivo de padronização.

CAPÍTULO II

DA ABRANGÊNCIA

Art. 2º- Esta instrução Normativa abrange a Secretaria Municipal de Administração com o setor especifico de Recursos Humanos.

CAPÍTULO III

DO CONCEITO

Art. 3º- Para os fins desta Instrução Normativa considera-se:

I. ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL: A Administração de Pessoal trata das rotinas trabalhistas e de pessoal, tendo sob sua responsabilidade a administração dos eventos burocráticos decorrentes dos vínculos de trabalho. **II. ADMISSÃO**: É o ingresso de servidor nos quadros da Administração Pública. A admissão para cargo público compreende a nomeação, a posse e o exercício; **III. EXONERAÇÃO/DEMISSÃO:** A exoneração determina a quebra do vínculo entre o Poder Público e o servidor, mas sem o caráter punitivo, podendo se dar por iniciativa do Poder Público ou do servidor, que também é apto a pedir a sua exoneração. Demissão o ato administrativo que determina a quebra do vínculo entre o Poder Público e o servidor, tendo caráter de penalidade, quando do cometimento de falta funcional pelo servidor. **IV. TRANSFERÊNCIA:** É o deslocamento do servidor para desempenhar as funções em outra Unidade Administrativa, podendo caracterizar alteração de subordinação e/ou dotação orçamentária. **V. AFASTAMENTO:** Caracteriza-se como afastamento a dispensa temporária do servidor, do exercício integral das atividades inerentes ao seu cargo. **VI. HORAS EXTRAORDINÁRIAS:** São horas trabalhadas excedente ao período normal definido por legislação. **VII. CARGOS PÚBLICOS:** É o conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional da Administração direta, das autarquias e das fundações públicas que devem ser cometidas a um servidor. Os cargos públicos são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei (CF, art. 37, I, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 19/98). Possuem denominação própria e vencimentos pagos pelos cofres públicos, e são criados por lei (cf. art. 3º da Lei nº 8.112/90). **VIII. CONCURSOS PÚBLICOS:** É o meio utilizado pela Administração Municipal para selecionar, impessoal e igualitariamente, candidatos a cargos ou empregos públicos, exceto os cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração. O concurso público será de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei (cf. art. 37, II, da CF, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 19/98). **IX. CONTRATAÇÕES TEMPORÁRIAS:** É a contratação de pessoal por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público. O recrutamento é realizado mediante processo seletivo simplificado, exceto nos casos de calamidade pública e combate de surtos epidêmicos. **X. CONVOCAÇÃO:** É o ato por meio do qual a Administração Municipal convoca candidatos aprovados em concurso público ou em processo seletivo simplificado para comparecerem ao órgão ou entidade a fim de satisfazer exigências previstas em edital ou para assinar contrato de trabalho. **XI. EXERCÍCIO:** É o efetivo desempenho das atribuições do cargo (cf. art. 6º da Lei nº 1.799/97), portanto, marco de início do desempenho legal das funções do servidor e da aquisição do direito à contagem de tempo de serviço e à contraprestação pecuniária devida pelo Poder Público. Ver também admissão. **XII. NOMEAÇÃO:** É uma das formas de provimento de cargo público por meio de ato da autoridade competente, respeitados a ordem de classificação dos habilitados em concurso público e o prazo de validade do certame. Ver também admissão. **XIII. POSSE:** É a investidura em cargo público, por meio de ato solene, em que a autoridade competente e o nomeado assinam o respectivo termo do qual constam as atribuições, os deveres, as responsabilidades e os direitos inerentes ao cargo ocupado. **XIV. PROVIMENTO:** É o ato pelo qual o servidor público é investido no exercício do cargo ou emprego público. (Nomeação). **XV. SERVIDORES PÚBLICOS:** É a pessoa física legalmente investida em cargo ou emprego público que presta serviço ao Estado, com vínculo empregatício e mediante remuneração paga pelos cofres públicos. **XVI. RESCI-**

SÕES CONTRATUAIS: É o termo de desfazimento do contrato de trabalho. **XVII. VACÂNCIA:** É a abertura de um cargo ou emprego público.

CAPÍTULO IV

DA BASE LEGAL

Art. 4º- A presente Instrução Normativa integra o conjunto de ações, de responsabilidade da Secretaria Municipal de Administração, por intermédio do Recursos Humanos, no sentido da implementação do Sistema de Controle Interno do Município, sobre o qual dispõem os artigos 37, 38,39,40,41 da Constituição Federal de 88, Lei orgânica do município de Nova Marilândia-MT, Lei Municipal 725/2016(PCCS), Lei Municipal 30/1993(Estatuto do servidor público do município de Nova Marilândia-MT), Lei Municipal 465/2007 (Lei que dispõe sobre o Sistema de Controle Interno do Município) e demais legislações pertinentes à matéria.

CAPÍTULO V

INSTRUÇÃO NORMATIVA

Art. 5º- Documento que estabelece os procedimentos a serem adotados objetivando a padronização na execução de atividades e rotinas de trabalho.

CAPÍTULO VI

DAS RESPONSABILIDADES

Art. 6º- Da Unidade Responsável pela Instrução Normativa:

I. Promover discussões técnicas com as unidades executoras e com a unidade responsável pela coordenação do controle interno, para definir as rotinas de trabalho identificar os pontos de controle e respectivos procedimentos de controle, objetos da Instrução Normativa a ser elaborada; **II.** obter a aprovação da Instrução Normativa, após submetê-la à apreciação da unidade de controle interno e promover sua divulgação e implantação; **III.** manter atualizada, orientar as áreas executoras e supervisionar a aplicação da Instrução Normativa.

Art. 7º- Da Unidade Responsável pela Coordenação do Controle Interno:

I. prestar o apoio técnico na fase de elaboração das Instruções Normativas e em suas atualizações, em especial no que tange à identificação e avaliação dos pontos de controle e respectivos procedimentos de controle; **II.** através da atividade de auditoria interna, avaliar a eficácia dos procedimentos de controle inerentes a cada sistema administrativo, propondo alterações nas Instruções Normativas para aprimoramento dos controles ou mesmo a implantação de novas Instruções Normativas; **III.** organizar e manter atualizado o manual de procedimentos, em meio documental e/ou em base de dados, de forma que contenha sempre a versão vigente de cada Instrução Normativa.

Art. 8º- São responsabilidades do Setor de Recursos Humanos como unidade responsável pela Instrução Normativa:

I. promover a divulgação e implementação dessa Instrução Normativa, mantendo-a atualizada, orientando as unidades executoras e supervisionar sua aplicação; **II.** promover discussões técnicas com as unidades executoras e com a unidade responsável pela coordenação de controle interno, para definir as rotinas de trabalho e os respectivos procedimentos de controle que devem ser objeto de alteração, atualização ou expansão; **III.** Atender às solicitações da unidade responsável pela Instrução Normativa, quanto ao fornecimento de informações e à participação no processo de atualização; **IV.** Alertar a unidade responsável pela Instrução Normativa sobre alterações que se fizerem necessárias nas rotinas de trabalho, objetivando a sua otimização, tendo em vista, principalmente, o aprimoramento dos procedimentos de controle e o aumento da eficiência operacional; **V.** Manter a Instrução Normativa à disposição de todos os funcionários da unidade, velando pelo fiel cumprimento da mesma; **VI.** Cumprir fielmente as determinações da Instrução Normativa, em especial quanto aos procedimentos de controle

CAPÍTULO VII

DOS PROCEDIMENTOS

SEÇÃO I

INGRESSO POR CONCURSO PÚBLICO

Art. 9º- Ingresso por Concurso Público se dará mediante demanda, é solicitado à Secretaria de Administração convocação de aprovados do concurso. A Secretaria da Administração faz análise da disponibilidade Orçamentário Financeira e de Planejamento de Pessoal.

Art. 10º- A Secretaria da Administração pública convocação respeitando ordem de classificação e número de vagas previstas na lei, obedecendo às normas de publicidade do ato (AMM).

Art. 11º- O candidato convocado se apresenta ao RH portando a documentação necessária, conforme edital do concurso, para que seja efetivada a posse.

Art. 12º- A Unidade de RH cadastra em sistema informatizado de folha de pagamento, mantendo por meio documental, as fichas individuais de assentamento funcional contendo, no mínimo cópia dos seguintes documentos:

a) Cédula de Identidade;

b) Cartão do CPF;

c) Quitação com o Serviço Militar (homens);

d) Título de eleitor com Certidão de Quitação Eleitoral;

e) Certidão de nascimento ou casamento;

f) Certidão de nascimento dos filhos;

g) Cópia da Carteira de Trabalho (página inicial e verso);

h) Cartão do PIS/PASEP;

i) Comprovante de endereço atualizado;

j) Certidão de regularidade perante a Fazenda Pública Municipal;

k) Declaração de que não exerce outro cargo ou função pública remunerada

l) Declaração de não ter, ou haver sofrido punição disciplinar e política;

n) Declaração de não acúmulo de cargo;

o) Declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio.

p) Exames laboratoriais e complementares, realizados a expensas dos convocados, para comprovação de aptidão física e mental, conforme edital do concurso;

Art.13º- Os cadastros deverão ser mantidos sempre atualizados, registrando as alterações funcionais verificadas.

Art.14º- O RH deve emitir o termo de posse e portaria de nomeação do estágio probatório para que seja devidamente assinado pelo Chefe do Poder Executivo, e servidor nomeado, posteriormente à Secretaria de Administração para registro e publicação.

Art.15º- Todo processo de admissão deverá ser cadastrado conforme normativa do TCE-MT para fins de cumprir procedimentos do Sistema De Auditoria Informatizada De Contas Públicas APLIC, bem como, cumprir solicitação de envio de documentos conforme Manual de Orientação para Remessa de Documentos ao TCE.

SEÇÃO II

INGRESSO POR NOMEAÇÕES

Art.16º- A nomeação para cargos em comissão, cujas características são o desempenho de funções relativas à direção, chefia e assessoramento, ficará condicionado à existência de vaga em Lei Municipal que dispõe sobre a estrutura administrativa do Município.

Art.17º- A pessoa selecionada para ocupar o cargo se apresenta ao RH portando a documentação necessária, para que seja efetivada a nomea-

ção sendo a documentação abaixo entre outros que podem estar relacionados no edital:

a) Cédula de Identidade; **b)** Cartão do CPF; **c)** Quitação com o Serviço Militar (homens); **d)** Título de eleitor com Certidão de Quitação Eleitoral; **e)** Certidão de nascimento ou casamento; **f)** Certidão de nascimento dos filhos; **g)** Cópia da Carteira de Trabalho (página inicial e verso); **h)** Cartão do PIS/PASEP; **i)** Comprovante de endereço atualizado; **j)** Certidão de regularidade perante a Fazenda Pública Municipal; **k)** Declaração de que não exerce outro cargo ou função pública remunerada; **l)** Declaração de não ter, ou haver sofrido punição disciplinar e política; **m)** Declaração de não acúmulo de cargo; **n)** Declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio. **o)** Exames laboratoriais e complementares, realizados a expensas dos convocados, para comprovação de aptidão física e mental, conforme edital do concurso;

Art.18º- O RH cadastra em sistema informatizado de folha de pagamento, mantendo por meio documental, as fichas individuais de assentamento funcional contendo, no mínimo cópia dos documentos citados no PCCS (Lei Complementar Municipal nº 725/2016 (alteração até lei nº 827/2019)).

Art.19º- Os cadastros deverão ser mantidos sempre atualizados, registrando as alterações funcionais verificadas.

Art. 20º- O RH deve emitir portaria de nomeação para que seja devidamente assinado pelo Chefe do Poder Executivo, e servidor nomeado, posteriormente à Secretaria de Administração para registro e publicação.

Art. 21º- Todo processo de admissão deverá ser cadastrado conforme normativa do TCE-MT para fins de cumprir procedimentos do Sistema De Auditoria Informatizada De Contas Públicas APLIC, bem como, cumprir solicitação de envio de documentos conforme Manual de Orientação para Remessa de Documentos ao TCE.

SEÇÃO III

INGRESSO POR PROCESSO SELETIVO (SELETISTA)

Art. 22º- A contratação para ocupar cargos temporários, cujas características são o desempenho de funções relativas à necessidade de excepcional interesse público, ficará adstrita às situações, prazos e condições previstas em lei especial.

Art. 23º- Mediante demanda, a Secretaria solicita á Unidade de Recursos Humanos a contratação temporária de pessoal indicando a dotação orçamentária especifica que suportará a despesa decorrente da contratação, devidamente aprovada pelo Chefe do Poder Executivo.

Art. 24º- A Unidade de RH analisa a disponibilidade de vaga e previsão legal para contratação temporária.

Art. 25º- Após o tramite da classificação diante de provas e capacidade técnica para cada cargo, o candidato selecionado para ocupar o cargo se apresenta ao RH portando a documentação necessária, para que seja efetivada a contratação, sendo as relações abaixo entre outras desde que relacionadas em edital de processo seletivo:

a) Cédula de Identidade; **b)** Cartão do CPF; **c)** Quitação com o Serviço Militar (homens); **d)** Título de eleitor com Certidão de Quitação Eleitoral; **e)** Certidão de nascimento ou casamento; **f)** Certidão de nascimento dos filhos; **g)** Cópia da Carteira de Trabalho (página inicial e verso); **h)** Cartão do PIS/PASEP; **i)** Comprovante de endereço atualizado; **j)** Certidão de regularidade perante a Fazenda Pública Municipal; **k)** Declaração de que não exerce outro cargo ou função pública remunerada; **l)** Declaração de não ter, ou haver sofrido punição disciplinar e política; **m)** Declaração de não acúmulo de cargo; **n)** Declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio. **o)** Exames laboratoriais e complementares, realizados a expensas dos convocados, para comprovação de aptidão física e mental, conforme edital do concurso;

Art.26º- O RH cadastra em sistema informatizado de folha de pagamento, mantendo por meio documental, as fichas individuais de assentamento funcional contendo, no mínimo cópia dos documentos citados no art. 12º. , com exceção do documento que consta no inciso "I" e “o", se necessário, incluindo outros documentos comprobatórios dos requisitos do cargo a exercer.

Art. 27º- Os cadastros deverão ser mantidos sempre atualizados, registrando as alterações funcionais verificadas.

Art. 28º- O RH deve emitir contrato temporário de prestação de serviços para que seja devidamente assinado pelo Chefe do Poder Executivo, e servidor contratado, posteriormente à Secretaria de Administração para registro e publicação.

Art. 29º- Todo processo de admissão deverá ser cadastrado conforme normativa do TCE-MT para fins de cumprir procedimentos do Sistema De Auditoria Informatizada De Contas Públicas APLIC, bem como, cumprir solicitação de envio de documentos conforme Manual de Orientação para Remessa de Documentos ao TCE.

SEÇÃO IV

DO ESTÁGIO PROBATÓRIO

Art. 30º- O servidor aprovado em concurso público convocado para assumir o respectivo cargo, firmará a ata de posse.

Art. 31º- Ao tomar posse no cargo de provimento efetivo, o servidor entrará em estágio probatório, devendo a Unidade de Recursos Humanos supervisionar e orientar as comissões setoriais, provendo a avaliação do estágio.

Art. 32º- A Avaliação Especial de Desempenho dos servidores admitidos mediante concurso público submetidos a estágio probatório será realizada por comissão designada especificamente para este fim.

Art. 33º- O servidor será avaliado pelo período de 3 anos, após este período serão realizados os relatórios finais e conclusivos por parte da comissão, que serão encaminhados ao Chefe do Poder Executivo para respectiva homologação..

Art. 34º- O servidor que não atingir a pontuação mínima exigível será considerado ineficiente para o serviço público e será exonerado do cargo assegurando-lhe a ampla defesa e o contraditório administrativo.

Art. 35º- O servidor que atingir nota igual ou superior a mínima estabelecida, terá apostilado junto ao seu ato de nomeação a condição de servidor estável para todos os efeitos legais.

SEÇÃO V

DA RESCISÃO

Art. 36º- A Unidade de Recursos Humanos recebe das áreas as solicitações de dispensas, seja por iniciativa do servidor ou por iniciativa do Município, devidamente deferidas pelo superior hierárquico e Chefe do Poder Executivo, no caso de servidores efetivos.

Art. 37º- O RH realiza no sistema informatizado de folha de pagamento o processo rescisório, encaminha para empenho, liquidação e pagamento, emite o termo de rescisão e recolhe assinaturas dando quitação às verbas rescisórias, finalizando o processo.

Art. 38º- Todo processo de rescisão deverá ser cadastrado conforme normativa do TCE-MT para fins de cumprir procedimentos do Sistema De Auditoria Informatizada De Contas Públicas - APLIC, bem como, cumprir solicitação de envio de documentos conforme Manual de Orientação para Remessa de Documentos ao TCE.

SEÇÃO VI

DA FOLHA DE PAGAMENTO

Art. 39º- Na elaboração da folha de pagamento dos servidores a Unidade de Recursos Humanos deverá promover o controle individualizado de todas as verbas remuneratórias e descontos legalmente previstos, referentes a:

I. Vencimento: Valor fixado pela lei para cada cargo. **II.** Adicionais:

a) Por Tempo de Serviço (ATS) - É devido a razão de um por centro por ano de serviço prestado ao Município, incidente sobre o vencimento do servidor ocupante de cargo efetivo; o servidor fará jus ao adicional a partir do mês em que completar o anuênio. A data base é lançada pela Unidade de RH em sistema informatizado que fará o processamento automaticamente.

b) Por serviço extraordinário - serviço prestado mediante determinação da autoridade competente, acrescida de no mínimo 100% da hora normal, a qual será observada por lei municipal vigente, podendo ser utilizado o sistema de compensação de horário. O exercício de cargo em comissão ou função gratificada exclui a remuneração por serviço extraordinário. Cada Secretaria deverá informar ao RH até dia 18 de cada mês, através de relatórios, a quantidade de horas que deverá ser paga a cada servidor. O controle da efetivação das horas trabalhadas por cada servidor é de competência da Secretaria.

c) Noturno - A Secretaria deverá informar a Unidade de Recursos Humanos, até o dia 18 de cada mês a relação de funcionários com as respectivas quantidades de horas noturnas trabalhadas. Entende-se por hora noturna aquela executada entre as 22 horas de um dia e às 5 horas do dia seguinte.

d) De Férias - o planejamento de férias é feito por cada Secretaria.

I. Deverá ser informada através de oficio individual a Unidade de Recursos Humanos com 30(trinta) dias de antecedência, informando ainda o período de gozo, que poderá ser fracionada no máximo em três períodos de 10(dez).

II. O RH recebe a solicitação, verifica a disponibilidade para posterior confirmação do direito de gozo das férias, assim, a remuneração do servidor será acrescida de 1/3 (um terço).

e) Licença-Prêmio por Assiduidade - A cada 5 anos ininterruptos de serviço prestado ao município, a contar da investidura em cargo de provimento efetivo, o servidor fará jus 3 (três) meses de licença, sendo permitida sua conversão em espécie. Adquirido o direito, o servidor solicita a opção ao Secretário Responsável, que defere o pedido e envia a Unidade de RH que realiza o procedimento conforme legislação. **f)** Insalubridade e periculosidade - É de responsabilidade de cada secretaria informar a Unidade de RH os funcionários expostos a atividades insalubres ou periculosas, definidas no Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho (LTCAT), elaborado por profissional habilitado.

I. A Unidade de RH processa o valor devido relativo ao grau de risco, conforme legislação.

SEÇÃO VII

DO BENEFICIO PREVIDENCIÁRIO

Art. 40º- Os Benefícios serão concedidos ao servidor pelo Regime Previdenciário Próprio (PREVINOM) quando se tratar de servidor efetivo e pelo Regime de Previdência Geral (INSS) quando se tratar de outros servidores.

a) Aposentadoria - Por Invalidez ou compulsoriamente, o encaminhamento é feito pelo PREVINOM e comunicado à Unidade de RH encaminhado para que seja feito quitação rescisória e emissão de portaria do afastamento. Voluntariamente por solicitação do servidor diretamente ao PREVINOM para avaliação e concessão, após, encaminhado à Unidade de RH para procedimentos citados acima. Ocorrendo situação de solicitação de aposentadoria pelo Regime Oficial, a Unidade de RH procede à quitação rescisória após confirmação do INSS sobre a concessão do benefício.

b) Auxilio doença: A Unidade de RH envia os atestados médicos superiores a 30 dias de afastamento para o PREVINOM no caso de servidores efetivos e atestados médicos superiores a 15 dias para o INSS para o caso dos demais servidores. A Unidade de RH efetua os procedimentos de afastamento e retorno no Sistema Informatizado de Folha de Pagamento e emite as portarias.

c) Salário Família: A Unidade de RH cadastra os dependentes que fazem que tenham direito ao benefício no Sistema Informatizado de Folha de Pagamento, que processará os valores conforme tabela oficial.

d) Auxilio Maternidade: A Unidade de RH recebe a solicitação do afastamento e envia para PREVINOM no caso de servidoras efetivas e para o INSS para as demais servidoras. A Unidade de RH efetua os procedimentos de afastamento e retorno no Sistema Informatizado de Folha de Pagamento e emite as portarias.

e) Controle dos repasses: A Unidade de RH manterá registro individual dos repasses mensais a título de auxílios feitos pelo PREVINOM, através de relatórios e guias de recolhimentos emitidos pela própria instituição (PREVINOM).

SEÇÃO VIII DOS DESCONTOS

Art. 41º- Todo servidor efetivo ou contratado terá descontos em folha sendo eles:

a) Previdenciário - os descontos obedecem a tabelas com percentuais de contribuição definidas em leis especificas, sendo estas cadastradas em Sistema Informatizado de Folha de Pagamento. Tratando-se de servidor efetivo, este será ligado ao Regime Previdenciário Próprio (PREVINOM)) e os demais servidores ao Regime de Previdência Geral (INSS). É de responsabilidade da Unidade de RH manter o arquivo da Guia de Recolhimento ao FGTS e Informações à Previdência Social (GFIP).

b) Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) - Obedece a tabela com percentuais de descontos e incidências definidas em Lei específica da Receita Federal, sendo estas cadastradas em Sistema Informatizado de Folha de Pagamento.

c) Pensão alimentícia - Mediante determinação da justiça ou por autorização do próprio servidor, a Unidade de RH procede ao lançamento do valor a ser descontado do servidor para ser repassado ao beneficiário conforme constante no mandado judicial .

d) Por falta sem justificativa - O Servidor perderá a remuneração dos dias que faltar o serviço sem justificativa. É de responsabilidade de cada Secretaria enviar relatório à Unidade de RH, constando o nome do Servidor e quantidade de dias que o mesmo faltou ao trabalho sem justificativa, para que seja efetivado o desconto correspondente.

e) Outros - Mediante Lei, convênio e/ou autorização expressa do servidor poderão ser efetivados outros descontos em folha de pagamento, que não incidam ônus ao erário público. Estes recolhimentos serão repassados as instituições de deram origem ao procedimento. Como exemplos têm: Empréstimo Consignado, Unimed, etc....

SEÇÃO IX DA TRANSFERÊNCIA

Art. 42º- A transferência é o deslocamento do servidor para outra Unidade Administrativa ou Dotação Orçamentária. É de responsabilidade da Secretaria que originou a transferência, comunicar ao Servidor e a Unidade de RH através de oficio com o aceite da Secretaria que irá recebê-lo.

Art. 43º- A Unidade de RH procedera a transferência conforme solicitada, no Sistema Informatizado de Folha de Pagamento e emite portaria se no caso for efetivo.

SEÇÃO X DOS AFASTAMENTOS

Art. 44º- O afastamento mediante Licenças procederá da seguinte forma

I. A Unidade de RH recebe a solicitação do servidor deferida pelo Chefe do Poder Executivo, verifica se há ou não remuneração durante o período e emite a portaria especificando o tipo da licença e o prazo. **II.** Configuram licenças: **a)** Por motivo e doença em pessoa da família; **b)** Para o serviço militar; **c)** Para concorrer a cargo eletivo; **d)** Para tratar de interesses particulares; **e)** Para desempenho de mandato classista.

Art. 45º- O afastamento mediante Cedências procederá da seguinte forma

I. A Unidade de RH recebe a solicitação do servidor deferida pelo Chefe do Poder Executivo, verifica se há ou não remuneração durante o período e emite a portaria especificando o tipo da licença e o prazo. Configuram licenças: **a)** Por motivo e doença em pessoa da família;

Art. 46º - O afastamento mediante Concessões procederá da seguinte forma

I. A Unidade de RH recebe, em prazo hábil, a comprovação da ausência do servidor para que não haja prejuízo da remuneração nos seguintes casos: **a)** Para doação de sangue; **b)** Alistamento eleitoral; **c)** Falecimento de parente; **d)** Casamento **e)** Nascimento de filho(a);

Art. 47º - O afastamento mediante Atestados procederá da seguinte forma

I. É de responsabilidade de cada Secretaria enviar à Unidade de RH em prazo hábil, todos os atestados médicos.

a) A Unidade de RH recebe os atestados e verifica se o servidor é beneficiário da Previdência Própria ou Regime Previdência Geral.

b) Verifica também se há atestados anteriores que possam vir a compor o prazo para envio à previdência (Previdência Própria - 30 dias, Previdência Geral - 15 dias).

c) A Unidade de RH emite a documentação necessária aos encaminhamentos, registra no Sistema Informatizado e emite portaria.

SEÇÃO XI

DAS PENALIDADES

Art. 48º - Aplicada a penalidade pela autoridade competente, o processo é enviado à Unidade de RH para registro, arquivo e descontos ou procedimento de demissão se for o caso.

SEÇÃO XII

DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

Art. 49º - Os profissionais da educação são regidos por Estatuto Próprio, aplicando-se subsidiariamente as disposições do Estatuto dos Servidores Públicos de Nova Marilândia-MT, respeitando as particularidades da Carreira do Magistério.

I. Da Carreira - A Unidade de RH faz o procedimento de alteração salarial por tempo de serviço (linha horizontal de progressão) e por formação profissional (linha vertical de acesso), conforme tabela. **SEÇÃO XIII DOS TREINAMENTOS E CURSOS DE CAPACITAÇÃO, QUALIFICAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS**

Art. 50º - Como atividade permanente na Prefeitura Municipal de Nova Marilândia-MT o treinamento de seus servidores obedecera o Plano Anual de Capacitação e tem como objetivos (Art. 72 Lei 3247/00):

I- Criar e desenvolver hábitos, valores e comportamentos adequados ao digno exercício de sua função; **II-** Capacitar o servidor para o desempenho de suas atribuições específicas, orientando-o no sentido de obter os resultados desejados pela Administração; **III-** Estimular o desenvolvimento funcional, criando condições propícias ao constante aperfeiçoamento dos servidores; **IV-** Integrar os objetivos de cada servidor, no exercício de suas atribuições, às finalidades da Administração como um todo.

Art. 51º - O treinamento será de três tipos (Art. 73 Lei 3247/00):

I- De integração, tendo como finalidade integrar o servidor ao ambiente de trabalho através de informações sobre a organização e funcionamento da Prefeitura e de técnicas de relações humanas; **II-** De formação, objetivando dotar o servidor de conhecimentos e técnicas referentes às atribuições que desempenha, mantendo-o permanentemente atualizado e preparando-o para a execução de tarefas mais complexas, com vistas à promoção; **III-** De adaptação, com a finalidade de preparar o servidor para o exercício de novas funções quando a tecnologia absorver ou tornar obsoletas aquelas que vinham exercendo até então.

Art. 52º - O treinamento terá sempre caráter objetivo e prático, e será ministrado, direta ou indiretamente, pela Prefeitura (Art. 74 Lei 3247/00):

I- Com a utilização de monitores locais; **II-** Mediante o encaminhamento de servidores para cursos e estágios realizados por instituições especializadas, sediadas ou não no Município; **III-** Através da contratação de especialistas ou instituições especializadas, observada a legislação pertinente.

Art. 53º - As chefias de todos os níveis hierárquicos participarão dos programas de treinamento (Art. 75 Lei 3247/00):

I- Identificando e analisando, no âmbito de cada órgão, as necessidades de treinamento; **II-** Estabelecendo programas prioritários e propondo medidas necessárias ao atendimento das carências identificadas e à execução dos programas propostos; **III-** Facilitando a participação de seus subordinados nos programas de treinamento e tomando as medidas necessárias para que os afastamentos, quando ocorrerem, não causem prejuízos ao funcionamento regular da unidade administrativa; **IV-** Desempenhando, dentro dos programas de treinamento aprovados, atividades de instrutor; **V-** Submetendo-se a programas de treinamento gerencial relacionados as suas atribuições ou a novas tecnologias.

Art. 54º - A Secretaria Municipal de Administração e finanças, através do órgão de recursos humanos da Prefeitura, em colaboração com os demais órgãos de igual nível hierárquico, elaborará e coordenará a execução de programas de treinamento (Art. 76 Lei 3247/00).

Art. 55º - Independentemente dos programas previstos, cada chefia desenvolverá, com seus subordinados, atividades de treinamento em serviço, em consonância com o programa de desenvolvimento de recursos humanos estabelecido pela Secretaria Municipal de Administração e finanças, sob a coordenação do órgão de recursos humanos da Prefeitura, através de (Art. 77 Lei 3247/00):

I- Reuniões para estudo e discussão de assuntos de serviço; **II-** Divulgação de normas legais e aspectos técnicos relativos ao trabalho e orientação quanto ao seu cumprimento e a sua execução; **III-** Discussão dos programas de trabalho do órgão que chefia e de sua contribuição para o sistema administrativo da Prefeitura; **IV-** Utilização de rodízio e de outros métodos de treinamento em serviço, adequados a cada caso.

Art. 56º- Os cursos de capacitação são aqueles que objetivam dar condições para o exercício de determinadas funções, assim como também objetivam preparar para o mundo do trabalho, oferecendo a oportunidade de uma melhor adaptação às novas exigências.

Art.57º- Os cursos de qualificação são aqueles cursos de nível básico, compatíveis com a qualificação profissional identificada, desenvolvendo competências para o cargo/função a que se destina.

Art. 58º- Os cursos de aperfeiçoamento são aqueles que objetivam revitalizar, aprimorar e aprofundar os conhecimentos adquiridos.

Art. 59 º- Os cursos de que tratam este capítulo deverão ser realizados durante período do interstício da classe para a qual o requerente irá progredir, excetuando-se os casos em que a lei de carreira do servidor especifique prazo diverso.

SEÇÃO XIII DA COMPROVAÇÃO DE CURSOS

Art. 60 º- A comprovação dos cursos de que trata o seção XII, desta Instrução Normativa, deverá ser feita através da apresentação da cópia autenticada do certificado ou diploma respectivo.

Parágrafo único. A autenticação da cópia do certificado ou diploma poderá ser feita por servidor efetivo do RH, responsável pelo recebimento da documentação, mediante a apresentação do documento original de conclusão do curso, sendo imprescindível a devida identificação do servidor autenticador, com a inscrição de seu nome, cargo, número de matrícula e a data de recebimento.

Art. 61º- Os certificados dos cursos de que trata o Seção XII - Dos Cursos de Capacitação, Qualificação e Aperfeiçoamento Profissional, desta Instrução Normativa, devem possuir, pelo menos, os seguintes requisitos:

- nome do estabelecimento, órgão ou entidade responsável pela promoção do curso;

- nome completo do servidor;

- nome do curso;

- data de início e término (período de realização);

- carga horária do curso;

- conteúdo programático das disciplinas cursadas;

- data e local de expedição (data posterior da conclusão do curso);

- assinatura do responsável pela expedição do certificado,

-com identificação legível da autoridade;

– código de validação nos casos de cursos EAD – Ensino à Distância;

– CNPJ da Instituição promotora, caso seja entidade privada.

Art. 62º- Poderão ser aceitos, excepcionalmente, certificados que não possuam algum dos requisitos mencionados nos artigos 27 e 28, desde que a ausência seja motivada em argumento de ordem técnica, declarada expressamente pela entidade expedidora do certificado, sem prejuízo, em qualquer caso, do direito da Secretaria de Estado de Gestão julgar sobre a legitimidade da alegação e do certificado utilizado.

Art. 63º- A carga horária do curso, consubstanciada na quantidade de horas/aula inscritas em 01 (um) certificado, não poderá ser fracionada, devendo ser utilizada apenas uma vez e para uma única classe.

Art. 64º- Os certificados dos cursos de que trata o Capítulo II - Dos Cursos de Capacitação, Qualificação e Aperfeiçoamento Profissional, desta Instrução Normativa, caso sejam realizados à distância (EAD) somente serão aceitos para fins de progressão, se a carga horária diária, somada ou não, não ultrapassarem 12 (doze) horas diárias.

Art. 65º- Os cursos realizados à distância (EAD) devem obrigatoriamente conter o código validador no certificado, validados pelo próprio requerente e, após, anexados os comprovantes de validação no processo de progressão horizontal, devendo posteriormente ser conferidos pelo órgão de origem no site da instituição de ensino responsável pelo curso ministrado.

Art. 66º- Na impossibilidade de apresentação do certificado/diploma original, por pendência de expedição, registro ou convalidação, poderá ser suprida a ausência com a apresentação de atestado ou declaração, acompanhado do histórico escolar/conteúdo programático, expedidos pela entidade de ensino responsável pelo curso, devendo constar no atestado ou declaração, no que forem cabíveis, os requisitos mínimos previstos no art. 61, desta Instrução Normativa.

Parágrafo único. O atestado/declaração mencionado no caput terá validade de 01 (um) ano a contar da data da conclusão do curso e deverá conter a informação de que o Diploma/Certificado já se encontra em fase de registro/expedição. O prazo supracitado deverá ser acompanhado pelo órgão de origem.

Art. 67º- No caso de conclusão de curso de graduação ou pós-graduação realizado fora do país, o mesmo deverá ser convalidado por universidade brasileira, nos termos da legislação educacional vigente.

Art. 68º- Em qualquer caso, as pendências relacionadas com a apresentação do original do certificado ou diploma, ou com os mesmos ainda não convalidados, não poderá ser motivada por ato voluntário do servidor, devendo o mesmo comprovar que cumpriu todas as obrigações pertinentes ao saneamento da expedição e registro.

Art. 69º- Os certificados de cursos ministrados pelo servidor somente terão validade quando a lei de carreira autorizar, podendo ser utilizado uma única vez, independentemente de serem ministrados mais de uma vez.

Art. 70º- Todas as titulações apresentadas deverão seguir as exigências estabelecidas pelo MEC – Ministério da Educação e demais legislações estaduais e municipais, assim como estar cadastrado no site do e-mec.

Parágrafo único. Os casos omissos serão analisados conforme legislação do MEC vigente à época da emissão do diploma/certificado.

SEÇÃO XIII

DO ENCAMINHAMENTO DE DOCUMENTOS AO TCE

Art. 71º- É de responsabilidade da Unidade de RH, observando a previsão legal, o prazo para remessa e os documentos exigidos para cada assunto, o envio das informações em conformidade com o Manual de Orientação publicado pelo TCE - MT.

SEÇÃO XIV

INFORMAÇÕES ANUAIS - RAIS E DIRF

Art. 72º- É de responsabilidade da Unidade de RH, observando a previsão legal e o prazo para remessa, processar as informações anuais para a Previdência Social e Receita Federal, bem como, a guarda dos resumos e protocolos de envio.

CAPÍTULO VIII

DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Art. 73º- A inobservância das tramitações e procedimentos de rotina estabelecidos nesta instrução normativa, sem prejuízo das orientações e exigências do TCE/MT relativas ao assunto, sujeitará os responsáveis às sanções legais cabíveis.

Art. 74º-Esta Instrução Normativa deverá ser atualizada sempre que fatores organizacionais, legais ou técnicos assim o exigirem, bem como de manter o processo de melhoria contínua.

Art. 75º- Os termos contidos nesta Instrução Normativa não eximem a observância das demais normas competentes, que deverão ser respeitadas.

Art. 76º- Os esclarecimentos adicionais a respeito deste documento poderão ser obtidos junto à controladoria municipal que, por sua vez, através de procedimentos de checagem (visitas de rotinas) ou auditoria interna, aferirá a fiel observância de seus dispositivos por parte das diversas unidades da estrutura organizacional;

Art. 77º- Caberá à Secretaria Municipal de Fazenda divulgar, cumprir e fazer cumprir as orientações contidas nesta Instrução Normativa.

Art. 78º- Esta Instrução Normativa entrará em vigor 30 (trinta) dias após a sua publicação.

Nova Marilândia - MT,09 de Julho de 2019

JUVENAL ALEXANDRE DA SILVA

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ

PROCURADORIA JURIDÍCA
DECRETO Nº 021 DE 08 DE JULHO DE 2019

Aprova a Instrução Normativa nº 003/2019 da Unidade Central de Controle Interno da Prefeitura Municipal de Nova Maringá - MT que dispõe sobre as orientações a serem observadas no registro, controle, inventário e depreciação de bens móveis e imóveis do Município de Nova Maringá/MT no âmbito do poder executivo e dá outras providências.

JOÃO BRAGA NETO, PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhes são conferidas por lei e de acordo com o disposto no artigo 47, inciso IV da Lei Orgânica Municipal.

D E C R E T A

Art. 1º Fica aprovada a INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 003/2019 DA UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ-MT,queregulamenta sobre as orientações a serem observadas no registro, controle, inventário e depreciação de bens móveis e imóveis do Município de Nova Maringá/MT.

Art. 2ºEste Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL em 08 de julho de 2019.

JOÃO BRAGA NETO

PREFEITO MUNICIPAL

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 003/2019

Aprovação: 08/07/2019.

Ato de Aprovação: Decreto nº 21 de 08 de julho de 2019.

Unidade Executora: Secretaria Municipal de Administração e de Finanças: Departamento de Patrimônio.

Unidade Responsável: Unidade Central de Controle Interno.

Dispõe sobre as orientações a serem observadas no registro, controle, inventário e depreciação de bens móveis e imóveis do Município de Nova Maringá/MT no âmbito do poder executivo e dá outras providências.

OCONTROLADOR GERAL MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 3º, §1º da Lei Municipal nº 991 de 2019, bem como, em atendimento ao disposto nos artigos 31 e 74 da Constituição Federal e nos termos da Lei nº 532/2009 e artigo 5º do Decreto Municipal nº 025/2010.

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentar e orientar sobre o registro, controle, inventário e depreciação de bens móveis e imóveis do Município de Nova Maringá/MT, resolve expedir a seguinte Instrução Normativa:

CAPÍTULO I DOS OBJETIVOS

Art. 1º A presente Instrução Normativa tem por finalidade orientar o Patrimônio e demais setores que compõe a estrutura do Poder Executivo e Legislativo Municipal para a correta observância dos procedimentos relativos à identificação, controle, guarda e depreciação de bens móveis permanentes; administração, apreciação e avaliação dos bens imóveis.

CAPÍTULO II DA ABRANGÊNCIA

Art. 2º Esta Instrução Normativa abrange diretamente o patrimônio de todas as Unidades Executoras que compõe a Estrutura Organizacional do Município de Nova Maringá/MT.

CAPÍTULO III DA BASE LEGAL

Art. 3º A presente Instrução Normativa tem como base legal as seguintes legislações:

I – Lei Federal nº 4.320/64;

II – Lei Federal nº 10.406/2002;

III - Lei Orgânica Municipal;

IV – Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade 1.129/08 (Normas Brasileiras de Contabildade NBC T 16.2) e 1.136/08 (Normas Brasileiras de Contabilidade NBC T 16.9);

V – Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP;

VI – Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP;

CAPÍTULO IV DOS CONCEITOS

Art. 4º Para fins do disposto nesta Instrução Normativa adotam-se as seguintes definições:

I – Cessão: transferência gratuita da posse de um bem público de uma entidade ou órgão para outro, a fim de que o cessionário o utilize nas condições estabelecidas no respectivo termo, por tempo certo ou indeterminado;

II – Depreciação: diminuição parcelada do valor dos elementos (bens do ativo imobilizado) decorrentes do desgaste pelo uso, da ação da natureza ou da obsolescência normal dos ativos imobilizados (máquinas, veículos, móveis, imóveis e instalações) do Município de Nova Maringá/MT;

III – Doação: transferência por liberalidade dos bens ou vantagens do patrimônio de uma pessoa para outra que a aceita;

IV – Incorporação: ato pelo qual bens do patrimônio público passam a contribuir para a formação ou integralização do capital da entidade pública;

V – Inventário Físico: instrumento de controle que permite o ajuste dos dados escriturais com o saldo físico do acervo patrimonial em cada Setor das Secretarias Municipais, o levantamento da situação dos bens em uso e a necessidade de manutenção ou reparos, a verificação da disponibilidade dos bens da Secretaria, bem como o saneamento do acervo;

VI – Método das Cotas Constantes: este método considera que depreciação ocorre a taxa constante ao longo do tempo de vida útil do bem, ou seja, a quota de depreciação será a divisão do total a depreciar pelo número de anos de vida útil do bem;

VII – Método das Somas dos Dígitos: é um método que propicia carga anual de depreciação decrescente, de forma a acelerar o processo de depreciação no início da vida do bem;

VIII – Movimentação: o processo de movimentação consiste na saída de um bem de seu local de guarda para manutenção ou empréstimo, sem a correspondente troca de responsabilidade, sendo emitido documento que comprove a movimentação. Nesse caso, deverá haver uma data provável de devolução do bem;

IX – Reavaliação: é a técnica de atualização dos valores dos bens, por meio do preço de mercado, fundamentada em laudos técnicos onde a diferença entre o valor originalmente registrado e o valor reavaliado deve ser registrado no patrimônio, ocorrendo assim superveniência ativa;

X – Tombamento: ato de reconhecimento do valor de um bem, que o transforma em patrimônio oficial e institui regime jurídico especial de propriedade, levando-se em conta sua função social;

XI – Transferência: constitui na mudança da responsabilidade pela guarda e conservação de um bem permanente.

CAPÍTULO V DAS RESPONSABILIDADES

Art. 5º Compete ao Responsável pela Unidade Executora pela guarda dos bens:

I – Conferir e assinar o Termo de Responsabilidade que relaciona os bens sob sua guarda;

II – Quando necessário, solicitar via comunicação interna ao Setor de Patrimônio, para proceder *in loco* o tombamento de bens recebidos em doação ou cessão;

III – Informar via comunicação interna ao Setor de Patrimônio a existência de bens ociosos ou inservíveis em seu local de trabalho, para as providências devidas;

IV – Promover a imediata comunicação de eventos relacionados a extravio de bens (furto, roubo, movimentações não autorizadas, etc.), ao Setor de Patrimônio que deverá tomar as medidas necessárias em função do evento ocorrido;

V – Cuidar da conservação dos bens móveis, solicitando a sua manutenção sempre que necessário, verificando sempre se as plaquetas de tombamento encontram-se bem afixadas no bem, especialmente ao voltarem da manutenção;

VI – Solicitar via comunicação interna ao Setor de Patrimônio qualquer movimentação dos bens móveis permanentes (troca/transferência) antes de simplesmente fazê-lo. Isso se faz necessário, exatamente, para que se

atualize permanentemente o relatório de bens sob a responsabilidade administrativa dos titulares das Unidades Executoras;

VII – Comunicar via comunicação interna ao Setor de Patrimônio, qualquer irregularidade ocorrida com o material entregue aos seus cuidados, assim como quando houver o descolamento de plaquetas.

VIII – Indicar um responsável pelos bens patrimoniais de cada Setor, encaminhando a relação, via comunicação interna, ao Setor de Patrimônio e a Secretaria Municipal de Administração e Finanças;

IX – Comunicar o Setor de Patrimônio e a Secretaria Municipal de Administração e Finanças sempre que houver alterações realizadas acerca do item anterior.

Art. 6º Compete aos Usuários dos Bens Patrimoniais:

I – Zelar pelo bom uso dos bens;

II – Comunicar, antecipadamente, ao responsável pela guarda do bem qualquer situação que necessite de movimentação/transferência/manutenção, entre outros.

Art. 7º Compete ao responsável pelo Setor de Patrimônio:

I – Efetuar o tombamento dos bens móveis tão logo receba os dados da Contabilidade, registrando suas características, conta contábil e seu histórico no sistema informatizado de Patrimônio disponibilizado pela Administração;

II – Ao fazer o registro, o responsável pelo patrimônio deverá classificar o bem em uma categoria de depreciação, por meio de uma tabela de via útil, regulamentada por Decreto, a qual será definida pela Contabilidade;

III – Providenciar emplacamento e identificação de todos os materiais permanentes e equipamentos, de acordo com o tombamento e em consonância com a numeração sequencial;

IV – Manter em arquivo próprio todos os documentos referentes à movimentação e baixa de bens;

V – Manter atualizado o registro de tombamento, de maneira que informe todo os materiais permanentes e equipamentos em uso em cada Secretaria/Setor;

VI – Manter relação atualizada dos servidores, contendo nome e demais dados que forem necessários para o efetivo controle dos responsáveis pela guarda dos bens;

VII – Providenciar baixas de Termos de Responsabilidades e emissão de novos termos nos casos de transferência de equipamentos, móveis e demais bens patrimoniais;

VIII – Controlar e fiscalizar o cumprimento das normas sobre guarda, conservação e utilização de equipamentos, móveis e demais bens patrimoniais;

IX – Proceder ao levantamento do Inventário Físico do patrimônio ao final de cada legislatura, ou quando solicitado;

X – Em caso de movimentação dos bens, a exemplo de manutenção, expedir Documento de Movimentação dos mesmos, caracterizando o bem, o responsável pela guarda e o responsável pela manutenção.

Art. 8º Compete a Contabilidade:

I – Realizar os devidos registros contábeis dos valores referentes aos bens, tanto no tocante à aquisição, depreciação e reavaliação;

II – Arbitrar sobre valor de tombamento quando requisitado em caso de incorporação de bens;

Art. 9º Compete a Unidade Central de Controle Interno do Município de Nova Maringá/MT:

I – Verificar em qualquer ocasião e sem aviso prévio, se a localização, conservação e a responsabilidade pela guarda dos bens, bem como a identificação, marcada em cada um deles, correspondem aos dados registrados.

CAPÍTULO VI

DOS PROCEDIMENTOS

SEÇÃO I

DO INGRESSO DOS BENS PÚBLICOS

Art. 10. Quando por aquisição:

I - O processo de compra deverá obedecer às exigências dispostas na Lei nº 8.666/1993;

II – No ato do lançamento da liquidação da compra no sistema Contábil, a Contabilidade deverá encaminhar no prazo máximo de 05 (cinco) dias ao responsável pelo Patrimônio documentação hábil para regular incorporação do bem no acervo – cópia da Nota Fiscal;

III – Os bens patrimoniais que tenham ingressado por aquisição, deverão ser tombados tão logo o Setor de Patrimônio receber a documentação advinda da Contabilidade – prazo máximo de 05 (cinco) dias para lançamento no sistema;

IV – O Setor de Patrimônio de posse da cópia da Nota Fiscal e demais documentos comprobatórios do ingresso de novo bem, após fazer a incorporação no sistema de Patrimônio do Município de Nova Maringá/MT.

V – Para efeito de identificação e inventário, os bens móveis receberão números próprios de registro patrimonial;

VI – Sem nenhuma exceção, sob pena de responsabilidade, o bem adquirido deverá ter a identificação feita pelo Setor de Patrimônio, com a afixação da plaqueta, com número correspondente ao registro patrimonial e com o Termo de Responsabilidade assinado pelo responsável do Setor/Secretaria;

VII – A plaqueta de patrimônio deve ser fixada em local de fácil acesso. Para que haja boa aderência de cola, o local onde a plaqueta deverá será afixada não deve ser áspero, necessitando estar limpo e seco;

VIII – O número dado a um bem é certo e definitivo não podendo ser aproveitado, ainda que o mesmo seja baixado do acervo;

IX – O registro patrimonial dos bens móveis far-se-á de forma analítica, contendo a indicação dos elementos necessários à sua caracterização, bem como os agentes responsáveis pela sua guarda e administração;

X – No caso de perda das plaquetas, o detentor deverá comunicar por escrito o responsável pelo Patrimônio para que seja encontrada uma maneira alternativa de identificar o bem;

XI – O Modelo do Termo de Transferência deverá ser solicitado ao Setor de Patrimônio caso a Secretaria/Setor não disponha deste;

XII – Por meio do Termo de Transferência Patrimonial, o Setor de Patrimônio deverá alterar no Sistema de Patrimônio a responsabilidade pela guarda do bem.

Parágrafo único. Quando ocorrer substituições de Secretários Municipais, Gerentes, Coordenadores, Diretores de Escolas entre outros responsáveis pela guarda dos bens móveis deverá ser comunicado através de Comunicação Interna – CI a relação dos bens com códigos e descrição ao responsável pelo bem patrimonial do setor o qual comunicará ao Setor de Patrimônio sobre a conferência dos bens móveis devidamente assinados pelo sucessor, Secretário (a) da pasta ou a quem for designado para a emissão do novo Termo de Responsabilidade.

Art. 11. Quando por Cessão:

I – No caso de a cessão ser de outra Entidade para a Administração Pública Municipal é necessária a autorização legal para essa transferência;

II – O ingresso no Sistema de Patrimônio deverá conter dados como: Termo de Cessão; condições estabelecidas; finalidade; prazo para o cumprimento (se houver), além das características do bem.

Art. 12. Quando por Doação:

I – Os processos de aquisição de bens móveis por doação devem ser iniciados com a formalização do "Termo de Doação", que será firmado pelo doador e pelo Secretário da Pasta a receber o objeto da doação, com prévia autorização do Chefe do Poder Executivo;

II – A incorporação de material permanente oriundo de doação será feita com base no documento de origem, onde deverá constar a descrição quantitativa e qualitativa do material.

Art. 13. Quando por Incorporação:

I – Quando não for possível a identificação da origem dos recursos de um bem que se encontre, a pelo menos dois anos, no acervo do Setor/Secretaria, deverá ser realizada avaliação pela Contabilidade, para arbitrar o valor de tombamento;

II – Para tanto, devera ser o processo formalizado e arquivado junto ao Setor de Patrimônio.

Art. 14. Quando do ingresso de Bem Imóvel:

I – Os bens imóveis serão cadastrados pelo Setor de Patrimônio considerando o seu valor de aquisição ou de construção;

II – O setor de Patrimônio deverá arquivar cópia do Termo de Recebimento Definitivo da Obra e/ou Escritura Pública;

III – O ingresso de bens imóveis por meio de processo de aquisição deverá conter: escrituração do imóvel; certidão de registro do imóvel, projeto arquitetônico (quando edificações); e nota de empenho, quando for o caso;

IV – De posse deste processo, o Setor de Patrimônio procederá ao registro no sistema de Patrimônio, atribuindo a todo bem patrimonial imóvel seu número de registro patrimonial;

V – O registro patrimonial dos bens imóveis deverá conter também as seguintes indicações: tipo de imóvel, localização e atividade a que se destina planta completa, dimensões, confrontações e características principais, título de propriedade ou documento que autorize a posse e custo de construção ou de aquisição.

SEÇÃO II

DO CONTROLE PATRIMONIAL

Art. 15. O setor de Patrimônio deverá manter um sistema de Controle de bens móveis e imóveis evidenciando de forma clara e objetiva, a especificação correta do bem em linguagem padronizada, o valor histórico ou de avaliação, o nome atualizado do responsável pelo bem e outros elementos porventura cabíveis.

Art. 16. O aplicativo operacional utilizado como gerenciador de banco de dados, deve permitir acesso ágil às afirmações, bem como a centralização dessas informações de modo a oferecer a possibilidade de consultas gerais a cerca dos bens permanentes do âmbito da Administração Pública Municipal.

Art. 17. Para realização de seus trabalhos o Setor de Patrimônio se utilizará de sistema informatizado que conterá registro de bem patrimonial (Tombamento):

I – Todos os bens patrimoniais ingressados deverão ser cadastrados no Sistema de Patrimônio, observando os seguintes procedimentos de Tombamento:

a) Cadastramento de documentos, onde serão informados os dados referentes à origem dos bens;

b) Cadastramento de itens, onde serão registrados os itens que compõe o documento, contendo especificações completas do bem, o mais detalhadamente possível – marca, modelo, entre outras;

c) Distribuição de bens, contendo a atribuição de um número patrimonial ao bem, assim como a vinculação desse bem a um local de guarda;

d) Geração de Termos de Responsabilidade – impressão, assinatura, exposição no local onde se encontra o arquivamento.

II – Os Termos de responsabilidade serão emitidos sempre que ocorrer: tombamento de bens, mudança de responsável pela guarda de bens; mudança de locação de bens ou renovação anual.

a) Os Termos de Responsabilidade devem ser emitidos pelo Setor de Patrimônio, em duas vias e assinados pelo Responsável pela Guarda e Conservação do bem. Uma via será arquivada no Setor de Patrimônio e a outra será destinada para o Setor/Secretaria onde os bens estiverem alocados;

b) A responsabilidade pela guarda de um bem, sempre que possível deve ser exercida por quem dele se utiliza;

III – Termo de Movimentação de Bens Patrimoniais:

a) É expressamente proibida a movimentação de bens patrimoniais, sem a anuência ou controle por parte do Setor de Patrimônio. Toda e qualquer movimentação de bens, incluindo mudança de Salas, Setores e Secretarias, será precedida de autorização e acompanhamento do Setor de Patrimônio;

b) A movimentação ou transferência de bens móveis entre vários Setores da mesma Secretaria será processada mediante o preenchimento da Solicitação de Transferência de Bens, em duas vias, devendo ser assinada pelo Setor/Secretaria solicitante, com destino ao Patrimônio;

c) O Setor de Patrimônio de possa da Solicitação de Transferência de Bens providenciará a entrega do bem ao Setor/Secretaria solicitante, juntamente com o respectivo Termo de Responsabilidade;

d) Deverá ser emitido novo Termo de Responsabilidade tanto para o novo local de guarda do bem, quanto para o local de onde o bem foi transferido;

e) No caso de transferência de bem móvel de uma localização para outra, entre Setores da mesma Secretaria, o bem transferido conservará o número de origem;

f) No caso de empréstimo, em que seja preestabelecida uma data de devolução do bem.

SEÇÃO III

DO INVENTÁRIO FÍSICO

Art. 18. O inventário realizado para conferência física dos bens patrimoniais deve:

I – Confirmar a atribuição da carga e a localização dos bens;

II – Manter atualizado o controle dos bens e seus registros;

III – Apurar a ocorrência de dano, extravio ou qualquer outra irregularidade.

Art. 19. Os inventários físicos dos bens permanentes, elaborados através do responsável pelo Patrimônio, deverão ser realizados nas seguintes situações:

I – Ao final da legislatura: destinado a comprovar a quantidade dos bens patrimoniais do acervo de cada Unidade Executora/Secretaria, existente em 31 de dezembro do último exercício da legislatura – constituído do inventário anterior e das variações patrimoniais ocorridas durante o exercício (inventário, baixas, transferências, etc);

II – Inicial: realizado quando da criação de um Setor, para identificação e registro dos bens sob sua responsabilidade;

III - De transferência de Responsabilidade: Realizado quando da mudança do dirigente de uma Unidade Executora/Secretaria ou mudança do Chefe do Poder Executivo Municipal;

IV – De Extinção ou Transformação: Realizado quando da extinção ou transformação de um Setor/Secretaria;

V – Eventual: Realizado em qualquer época, por iniciativa do Chefe do Poder Executivo.

Art. 19. Quando da observação da ocorrência de bens não inventariados, ou ainda da não localização física dos bens listados, o responsável pelo Patrimônio deverá enviar comunicado por escrito a Unidade Central de Controle Interno para que ele tome as providências cabíveis, podendo ser aberto Processo Administrativo ou Sindicância.

Art. 20. Para qualquer modalidade de Inventário, o responsável pela sua realização deve atentar para o fato de que todo bem em uso necessita estar sob a sua responsabilidade do seu usuário.

SEÇÃO IV

DA DEPRECIAÇÃO

Art. 21. No ato do tombamento do bem, o mesmo deve ser classificado em uma categoria de taxa anual de depreciação, que deverá ser oferecida pelo aplicativo operacional, observando parâmetros e índices admitidos em norma ou laudo técnico específico, de acordo com o inciso II, do artigo 8º, desta Instrução Normativa.

Art. 22. A taxa anual de depreciação deverá ser fixada em função do prazo durante a vida útil do bem.

Art. 23. Sem prejuízo da utilização de outros métodos de cálculo dos encargos da depreciação o responsável pelo Patrimônio adotará os seguintes métodos conforme conceito/definição do Art. 4º incisos VI, VII e VIII, desta Instrução Normativa.

Art. 24. A depreciação de bens imóveis deve ser calculada com base, exclusivamente, no custo de construção, deduzido o valor dos terrenos.

Art. 25. De acordo com a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade – CFC nº 1.136/08, os bens que não estão sujeitos ao regime de depreciação são:

a) bens móveis de natureza cultural, tais como obras de artes, antiguidades, documentos, bens com interesse histórico, bens integrados em coleções, entre outros;

b) bens de uso comum que absorveram ou absorvem recursos públicos, considerados tecnicamente, de vida útil indeterminada;

c) animais que se destinam à exposição e à preservação;

d) terrenos rurais e urbanos.

Art. 26. Conforme previsto nas Normas Brasileiras de Contabilidade – NBC – T 16.2 e artigo 99, inciso I, da Lei nº 10.406 de 2002 considera-se bens de uso comum os rios, estradas, ruas e praças.

Parágrafo único. A Resolução nº 345/90 do Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura – CONFEA, diz que os bens de uso comum só podem ser avaliados por engenheiros em suas diversas especialidades.

Art. 27. A depreciação dos bens deverá ser realizada pelo Sistema de Controle Patrimonial, seguindo as orientações e critérios, conforme definido pela Contabilidade, por meio de Decreto onde, terá uma Tabela de Vida Útil para cada conta Contábil, definindo assim uma padronização de critérios para Administração Pública Municipal, gerando dados consistentes e comparáveis.

§1º A padronização tem como função viabilizar as notas explicativas do balanço geral dos critérios adotados para a depreciação.

§2º Os métodos de depreciação, amortização e exaustão devem ser compatíveis com a vida útil e econômica do ativo e aplicado uniformemente.

Art. 28. O valor depreciado apurado mensalmente deverá ser comunicado a Contabilidade para os devidos lançamentos contábeis.

SEÇÃO V

DA REAVALIAÇÃO DOS BENS PATRIMONIAIS

Art. 29. A determinação de reavaliar os bens será solicitada pela Secretaria Municipal de Administração e Finanças por meio de Processo Administrativo.

Art. 30. O setor de Patrimônio relacionará por Unidade Executora, no formulário “Relação de Bens Patrimoniais”, os bens sob a responsabilidade de cada uma delas, de acordo com o relatório emitido pelo Sistema de Patrimônio.

Art. 31. O setor de Patrimônio a vista de cada um dos bens patrimoniais, identificará a necessidade de apoio técnico para a realização da reavaliação do bem, e em conjunto determinarão os critérios que serão utilizados para determinar o valor a ser reavaliado.

Art. 32. O Ativo Permanente sofrerá reavaliação depois de constatado pelo setor de Patrimônio que o valor de mercado é superior ao valor líquido contábil.

Parágrafo único. Para definição do critério de reavaliação devemos atentar para os seguintes fatores:

a) O Sistema de Patrimônio possui memória sobre o valor original de aquisição do bem, ou seja, seu valor histórico. Nesta primeira situação, basta atualizar o valor do bem, por um indexador escolhido (ex. o IGP-M), fazendo a reavaliação automaticamente;

b) O Sistema registra apenas um valor contábil, resultante das sucessivas conversões monetárias. Neste caso, o que prevalece é uma reavaliação que deverá levar em conta dois fatores o estado de conservação do bem e o preço de mercado do mesmo;

c) Sempre que se verifiquem grandes reparações ou conservações de bens que aumentem o valor e o período de vida útil ou econômica dos mesmos, deverá tal fato ser comunicado no prazo de 05 (cinco) duas ao responsável pelo Patrimônio, para efeitos de registro;

d) Quanto à data do balanço, os elementos do ativo imobilizado corpóreo e incorpóreo, seja ou não limitada a sua vida útil, tiverem um fator inferior ao registrado na Contabilidade, devem ser objeto de amortização correspondente à diferença, se for previsível que a redução desse valor seja permanente.

Art. 33. Depois de efetuado o levantamento de reavaliação, o Setor de Patrimônio adotará as seguintes providências:

I – Extrairá cópia das relações de reavaliação;

II – Enviar para a Gerência de Contabilidade para atualizar os registros;

III – Pelas relações de reavaliação atualizará os registros no Sistema de Patrimônio;

IV – Arquivará as relações de reavaliação na pasta de “Responsáveis pela Guarda de Bens Patrimoniais” da respectiva Unidade Executora/Secretaria.

CAPÍTULO VII

DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Art. 34. Todos os bens móveis permanentes e bens imóveis serão cadastrados no Sistema Patrimonial, devendo ter controle individual.

Art. 35. Para o registro dos bens patrimoniais móveis o Setor de Patrimônio observará os critérios utilizados pela Contabilidade para caracterizá-lo como Ativo Permanente.

Art. 36. Todo servidor público poderá ser responsabilizado pelo desaparecimento do material que lhe for confiado, para guarda ou uso, bem como pelo dano que, dolosa ou culposamente, causar a qualquer material, esteja ou não sob sua guarda.

Art. 37. O Setor de Patrimônio providenciará o ajuste do Termo de Responsabilidade dos bens quando ocorrer exoneração ou destituição de servidores responsáveis por bens patrimoniais.

Art. 38. Ficará a cargo da Unidade Central de Controle Interno unificar e encadernar, fazendo uma coletânea das Instruções Normativas, com a finalidade de elaborar o Manual de Rotinas Internas e Procedimentos do

Controle Municipal, atualizando sempre que tiver aprovação de novas instruções normativas, ou alterações nas mesmas.

Art. 39. Os esclarecimentos adicionais a respeito desta Instrução Normativa poderão ser obtidos junto à Unidade Central de Controle Interno do Município que, por sua vez, por meio de técnicas de controle, aferirá a fiel observância de seus dispositivos por parte das diversas Unidades da Estrutura Organizacional.

Art. 40. O servidor público que descumprir com as disposições desta Instrução Normativa ficará sujeito à responsabilização administrativa.

Art. 41. Esta Instrução Normativa entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Nova Maringá, 08 de julho de 2019.

FERNANDO SALLES MICHELETTI

Controlador Geral Municipal

Portaria nº 096/2019

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO.PREGÃO PRESENCIAL 017/2019.

A Prefeitura Municipal de Nova Maringá, Estado de Mato Grosso, através de sua Pregoeira e Equipe de Apoio, instituída pela Portaria nº 130/2019/ GAPRE de 21 de Maio de 2019, torna público para conhecimento de quantos possam interessar que fará realizar no dia **24/07/2019 as 09h00-min**(horário de Cuiabá/MT), em sua sede situada na Av. Amos Bernardino Zanchet, nº 50E, Centro, Fone: (66) 3537-1310, CEP 78445-000, na cidade de Nova Maringá-MT, Licitação com OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PEDREIRO E AUXILIA DE PEDREIRO PARA ATENDER A DEMANDA DO MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ-MT,** com recebimento e abertura das documentações e proposta, conforme especificado no Edital de Licitação n° **017/2019.**

O pregão presencial, encontra-se disponível aos interessados junto a comissão permanente de licitação no endereço supra citado e site http://www.novamaringa.mt.gov.br/Transparencia

Nova Maringá - MT, 09 de Julho de 2019.

ROSIMEIRE SILVA SOUZA

Pregoeira Oficial

RECURSOS HUMANOS
ERRATA 03-2019

NA PORTARIA 169/2019, Matéria publicada no JORNAL OFICIAL ELETRÔNICO DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE MATO GROSSO no dia 09/07/2019 edição 3.265.

ONDE SE LÊ:

RESOLVE:

Art. 2º- O desempenho de cargo de Secretário de Ação e Promoção Social pelo servidor designado no Art.1° será exercido cumulativamente com o cargo de Secretario de Governo Geral e Secretário Municipal de Administração.

LEIA – SE:

RESOLVE:

Art. 2º- O desempenho de cargo de Secretário de Meio Ambiente pelo servidor designado no Art.1° será exercido cumulativamente com o cargo de Secretario de Governo Geral e Secretário Municipal de Administração.

Nova Maringá – MT, 09 de Julho de 2018.

Fatima Fernandes Goliczeski

Chefe do Depto de Recursos Humanos

Portaria 218/2018

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 155/2019

"*Dispõe sobre a Nomeação de cargo Comissionado de Chefe de Departamento de Transporte Frota Leves o Sr. Sormany Jose da Silva.*"

EDILSON CEZAR DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Nova Maringá - MT, no uso de suas atribuições legais.

Considerando o art. 54, inciso I da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 8º, inciso II da Lei n.º 293/2003 e demais alterações, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Nova Maringá-MT.

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR de Cargo Comissionado o Sr***.SORMANY JOSE DA SILVA*** portador do RG Nº. 42111244 SESP/PR, inscrito no CPF sob o n.º 527. 286.849.87, no cargo de CHEFE DO DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE FROTA LEVES*,* do Município de Nova Maringá-MT, a partir desta data 03 de Junho de 2019, até posterior deliberação.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 03 de Junho de 2019 revogando todas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Nova Maringá – MT, 28 de Junho de 2019.

EDILSON CEZAR DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURIDÍCA
DECRETO Nº 020 DE 04 DE JULHO DE 2019

Aprova a Instrução Normativa nº 002/2019 da Unidade Central de Controle Interno da Prefeitura Municipal de Nova Maringá - MT que dispõe sobre os procedimentos gerais do gerenciamento e controle da frota de veículos oficiais do Município de Nova Maringá e dá outras providências.

JOÃO BRAGA NETO, PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ, ESTADO DE MATO GROSSO, em exercício, no uso das atribuições que lhes são conferidas por lei e de acordo com o disposto no artigo 54, inciso IV da Lei Orgânica Municipal.

D E C R E T A

Art. 1º Fica aprovada a INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 002/2019 DA UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ-MT,queregulamenta sobre os procedimentos gerais do gerenciamento e controle da frota de veículos oficiais do Município de Nova Maringá/MT.

Art. 2ºEste Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL em 05 de julho de 2019.

JOÃO BRAGA NETO

PREFEITO MUNICIPAL

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 002/2019

Aprovação: 05/07/2019

Ato de Aprovação: Decreto nº 20 de 04 de julho de 2019.

Unidade Executora: Secretaria de Administração, Secretaria de Educação, Secretaria de Saúde, Secretaria de Obras, Secretaria de Agricultura, Secretaria de Assistência Social e demais Secretarias do Município de Nova Maringá/MT.

Unidade Responsável: Unidade Central de Controle Interno.

Dispõe sobre os procedimentos gerais do gerenciamento e controle da frota de veículos oficiais do Município de Nova Maringá/MT e dá outras providências.

OCONTROLADOR GERAL MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 3º, §1º da Lei Municipal nº 991 de 2019, bem como, em atendimento ao disposto nos artigos 31 e 74 da Constituição Federal e nos termos da Lei nº 532/2009 e artigo 5º do Decreto Municipal nº 025/2010.

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentar sobre os procedimentos gerais do gerenciamento e controle da frota de veículos oficiais do Município de Nova Maringá/MT, resolve expedir a seguinte Instrução Normativa:

TÍTULO I DOS OBJETIVOS

Art. 1º A presente Instrução Normativa tem por objetivo precípuo a regulamentação do uso da frota municipal e do sistema de transporte.

I - Objetivando maior agilização, transparência, eficiência e eficácia quando do acompanhamento das ações do sistema de transporte municipal pela Controladoria Municipal, a normativa que se apresenta vem padronizar o uso da frota em conformidade com a Lei Federal nº 9.503 de 23 de setembro de 1997 “Código de Trânsito Brasileiro – CTB”.

II –Visando otimizar os procedimentos administrativos da Prefeitura Municipal de Nova Maringá, disciplinando sobre normas gerais para as Secretarias que utilizam os veículos oficiais do Município, com o objetivo de organizar e estabelecer as atividades mínimas a serem observadas.

TÍTULO II DOS PROCEDIMENTOS

Art. 2º Sem prejuízo das atribuições estabelecidas na Lei de Estrutura Organizacional do Município “Lei nº 217 de 2001” e “Lei nº 904 de 2017” , o Sistema de Controle Interno recomenda as Secretarias que utilizam os veículos oficiais do Município de Nova Maringá, e aos operadores e condutores de veículos e máquinas a adoção dos seguintes procedimentos do controle dos veículos, máquinas e equipamentos da frota municipal:

I – Realizar cadastro de todos os veículos pertencentes à Administração e respectivas alocações;

II – Analisar as fichas individuais de veículos, máquinas e equipamentos, permitindo comparação de desempenho e análise de desvios;

III – Conservar, controlar e distribuir os veículos, máquinas e equipamentos aos diversos órgãos da Prefeitura, de acordo com as necessidades de cada unidade e as disponibilidades da frota municipal;

IV – Proceder ao levantamento mensal do quadro demonstrativo, por veículo e máquina dos gastos com combustível, lubrificantes e peças utilizadas para apreciação do rendimento da frota;

V – Manter o local da guarda dos veículos, máquinas e equipamentos limpo, em condições adequadas de higiene e segurança;

VI – Manter as chaves dos veículos e máquinas em lugar seguro e de acesso restrito;

VII – Manter os veículos e máquinas sempre limpos e em condições de uso;

VIII – Verificar periodicamente as condições dos veículos quanto à lataria, vidros, escapamentos, pneus, hodômetro e outros;

IX – Autorizar o abastecimento dos veículos para os veículos/máquinas que será utilizado o “Controle de Abastecimento”;

X – Programar e acompanhar as manutenções periódicas dos veículos e máquinas;

XI – Autorizar a utilização do veículos e máquinas somente no interesse do serviço público, fiscalizando o fiel cumprimento das autorizações, sendo expressamente proibido o uso do mesmo para fins particulares;

XII – Assegurar que todos os veículos estejam recolhidos à garagem ou pátio ao final do expediente, registrando ou justificando as possíveis ausências;

XIII – Não permitir que os veículos circulem sem os acessórios e ferramentas obrigatórias, tais como: i) macaco; ii) chave de rodas; iii) triângulo; iv) extintor de incêndio; bem como, quaisquer equipamentos ou peças danificadas que possam ser objeto de multa de trânsito;

XIV – Instituir mapa de controle de consumo de combustíveis e despesas de manutenção, por veículo e máquina, conforme estabelecido por essa Instrução Normativa;

XV – Consolidar mensalmente os gastos com veículos e máquinas, emitindo relatórios detalhados por unidades administrativas;

XVI – Apurar responsabilidades em caso de acidentes de trânsito;

XVII – Assegurar que os condutores zelem pelos mesmos, e, em caso de quebra, seja apurado os fatos, e se, constatado que foi por mal uso, imprudência ou desleixo, o valor do conserto seja revertido ao infrator;

XVIII – Providenciar o licenciamento dos veículos, reservando cópia autenticada para arquivamento em pasta própria e assegurando que o original de porte obrigatório esteja no veículo;

XIX – Acompanhar o vencimento das apólices de seguro e solicitar a renovação, com antecedência necessária;

XX – Gerenciar o contrato de lavagem, lubrificação e/ou troca de óleo com o fornecedor contratado, acompanhando a quantidade e administrando a real necessidade dos serviços, visando sempre manter a frota limpa e em condições de uso;

XXI – Receber as Notas Fiscais de prestação de serviços e/ou aquisição de peças utilizadas na frota, atestar a correta execução/utilização e encaminhar as Notas Fiscais a Tesouraria, Setor de Compras ou Licitações conforme a modalidade de compra;

XXII – Aprovar os orçamentos prévios fornecidos pelo contratado para manutenção da frota e acompanhar a execução dos trabalhos quanto à quantidade, prazos, eficiência e garantia;

XXIII – Conferir as peças substituídas nos veículos e máquinas;

Art. 3º Os procedimentos a serem adotados pelos operadores e condutores de veículos e máquinas, sem prejuízos de outros existentes em lei federal, estadual e municipal são:

I – Proceder à inspeção periódica dos veículos e máquinas, verificando seu estado de conservação, e comunicar a chefia responsável, preferencialmente por escrito para que este solicite os reparos que se fizerem necessários;

II – Verificar os níveis de água, óleo e pressão dos pneus periodicamente;

III – Levar o veículo para serviços mecânicos, programados ou imprevistos, mediante autorização;

IV – Respeitar as Lei de Trânsito, se responsabilizando pelo pagamento imediato de multas a quem der causa;

V – Cumprir as Normas estabelecidas pela Administração;

VI – Não fumar e não permitir que outros fumem no interior do veículo;

VII – Não falar ao telefone celular quando este estiver em movimento;

VIII – Ter zelo pelo veículo, cuidando do mesmo como se fosse de sua propriedade e se responsabilizando por danos ocorridos por mal uso, imprudência ou desleixo;

IX – Recolher o veículo à garagem ou pátio da Secretaria, Setor ou Órgão ao final do expediente, providenciando para que esteja limpo e pronto para ser utilizado a qualquer momento;

X – Usar sempre o cinto de segurança, exigindo que todos os demais passageiros também o usem;

XI – No transporte escolar, manter a velocidade máxima de 70 Km/h em estrada asfaltada e de 40 km/h em estrada de terra e área urbana;

XII – Tratar os colegas e usuários dos veículos sempre com respeito e cordialidade;

XIII – Apresentar-se para o trabalho sempre bem trajado, preferencialmente com uniforme personalizado do Órgão à que pertencer;

TÍTULO III DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 4º Os procedimentos instituídos por esta Instrução Normativa se sujeitam a fiscalização *in loco* realizados periodicamente pelo órgão gestor e/ou pelo Sistema de Controle Interno do Município.

Art. 5º A presente Instrução Normativa integra o conjunto de ações de responsabilidade do Chefe do Poder Executivo e Legislativo, no sentido de atendimento aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, dispostos no artigo 37 da Constituição Federal.

I – Além dessas mencionadas no *caput* encontra-se amparo legal nos artigos 31, 70 e 74 da Constituição da República Federativa do Brasil; na Lei Federal nº 9.503 de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro; na Lei Federal nº 8.429 de 02 de junho de 1992; na Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964; Lei Municipal nº 293 de 2003, além de outras normas que venham assegurar o cumprimento dos princípios inerentes, bem como, Legislação Municipal e disposições do Tribunal de Contas do Estado.

TÍTULO IV DO PROCESSO ADMINISTRATIVO

Art. 6º O processo administrativo é um procedimento voltado para apurar responsabilidade de servidores pelo descumprimento de normas de controle interno caracterizado com grave infração.

Art. 7º O processo administrativo será proposto pela Controladoria Geral do Município e determinado pelo chefe de poder correspondente.

Art. 8º Instaurado o processo administrativo, sua conclusão se dará no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.

Art. 9º O processo administrativo será desenvolvido por comissão designada pelo chefe de poder correspondente, assegurado aos envolvidos o contraditório e a ampla defesa.

Art. 10. Os fatos apurados pela comissão serão objeto de registro claro em relatório e encaminhado à Unidade Central de Controle Interno do Município para emissão de parecer e conhecimento ao chefe de poder correspondente.

Art. 11. O chefe de poder correspondente decidirá no prazo de 20 (vinte) dias, a aplicação das penalidades indicadas no processo.

TÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 12. O descumprimento do previsto nos procedimentos aqui definidos será objeto de instauração de Processo Administrativo para apuração da responsabilidade da realização do ato contrário às normas instituídas.

Art. 13. A inobservância desta Instrução Normativa constitui omissão de dever funcional e será punida na forma prevista em lei.

Art. 14. Aplica-se no que couber aos instrumentos regulamentados por esta Instrução Normativa as demais legislações pertinentes.

Art. 15. Ficará a cargo da Unidade Central de Controle Interno unificar e encadernar, fazendo uma coletânea das Instruções Normativas, com a finalidade de elaborar o Manual de Rotinas Internas e Procedimentos do Controle Municipal, atualizando sempre que tiver aprovação de novas instruções normativas, ou alterações nas mesmas.

Art. 16. Os esclarecimentos adicionais a respeito deste documento poderão ser obtidos junto a Unidade Central de Controle Interno, que, por sua vez, através de procedimentos de checagem (visitas de rotinas) ou auditoria interna aferirá a fiel observância de seus dispositivos por parte das diversas unidades da estrutura organizacional.

Art. 17. Esta Instrução Normativa entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Nova Maringá, 05 de julho de 2019.

FERNANDO SALLES MICHELETTI

Controlador Geral Municipal

Portaria nº 096/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

GABINETE DO PREFEITO
PROJETO DE LEI Nº 913/2019

SUMULA: “HOMOLOGA A REAVALIAÇÃO ATUARIAL PARA ANÁLISE DAS CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE – PREVVER, REALIZADA EM FEVEREIRO DE 2019, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES, Prefeita do Município de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e ainda com fulcro na Lei Orgânica do Município, encaminha para apreciação e deliberação da Câmara Municipal o seguinte projeto de Lei.

Art. 1º. Fica instituído novo plano de amortização destinado ao equacionamento do déficit atuarial, incidente sobre a totalidade da remuneração de contribuição, conforme alíquotas de contribuição suplementar devidas pelo ente definidas na tabela a seguir.

TABELA DE FINANCIAMENTO DO DÉFICIT ATUARIAL

PERIOD	ANO	SALDO DEVEDOR	AMORTIZAÇÃO	JUROS	PRESTAÇÃO	C.S. *	FOLHA SALARIAL
0		24.289.893,88					
1	2019	25.365.490,19	(1.075.596,31)	1.435.782,46	360.186,15	4,71%	7.647.264,43
2	2020	26.460.868,50	(1.095.378,31)	1.497.785,01	402.406,70	5,21%	7.723.737,07
3	2021	27.551.551,73	(1.090.683,23)	1.559.521,80	468.838,56	6,01%	7.800.974,45
4	2022	28.635.892,48	(1.084.340,75)	1.620.899,57	536.558,82	6,81%	7.878.984,19
5	2023	29.695.253,75	(1.059.361,27)	1.680.863,42	621.502,15	7,81%	7.957.774,03
6	2024	30.726.392,84	(1.031.139,09)	1.739.229,78	708.090,69	8,81%	8.037.351,77
7	2025	31.725.846,63	(999.453,79)	1.795.802,64	796.348,85	9,81%	8.117.725,29
8	2026	32.603.009,61	(877.162,98)	1.845.453,37	968.290,39	11,81%	8.198.902,54
9	2027	33.346.983,60	(743.973,98)	1.887.565,11	1.143.591,13	13,81%	8.280.891,57
10	2028	33.946.163,50	(599.179,91)	1.921.480,95	1.322.301,05	15,81%	8.363.700,48
11	2029	34.388.194,26	(442.030,76)	1.946.501,56	1.504.470,81	17,81%	8.447.337,49
12	2030	34.569.487,88	(181.293,62)	1.956.763,46	1.775.469,84	20,81%	8.531.810,86
13	2031	34.468.814,44	100.673,44	1.951.064,97	2.051.738,41	23,81%	8.617.128,97

14	2032	34.063.587,22	405.227,22	1.928.127,58	2.333.354,80	26,81%	8.703.300,26
15	2033	33.329.780,21	733.807,01	1.886.591,33	2.620.398,35	29,81%	8.790.333,26
16	2034	32.147.731,32	1.182.048,89	1.819.682,90	3.001.731,79	33,81%	8.878.236,60
17	2035	30.482.739,53	1.664.991,78	1.725.438,09	3.390.429,87	37,81%	8.967.018,96
18	2036	28.460.147,60	2.022.591,94	1.610.951,75	3.633.543,69	40,12%	9.056.689,15
19	2037	26.277.684,58	2.182.463,02	1.487.416,11	3.669.879,12	40,12%	9.147.256,04
20	2038	23.925.373,07	2.352.311,52	1.354.266,40	3.706.577,92	40,12%	9.238.728,60
21	2039	21.392.633,13	2.532.739,93	1.210.903,76	3.743.643,70	40,12%	9.331.115,89
22	2040	18.668.246,18	2.724.386,95	1.056.693,18	3.781.080,13	40,12%	9.424.427,05
23	2041	15.740.316,56	2.927.929,62	890.961,31	3.818.890,93	40,12%	9.518.671,32
24	2042	12.596.230,92	3.144.085,64	712.994,20	3.857.079,84	40,12%	9.613.858,03
25	2043	9.222.615,10	3.373.615,82	522.034,82	3.895.650,64	40,12%	9.709.996,61
26	2044	5.605.288,43	3.617.326,67	317.280,48	3.934.607,15	40,12%	9.807.096,58
27	2045	1.729.215,32	3.876.073,11	97.880,11	3.973.953,22	40,12%	9.905.167,55
28	2046	(2.421.546,08)	4.150.761,40	(137.068,65)	4.013.692,75	40,12%	10.004.219,22
29	2047	(6.863.898,30)	4.442.352,22	(388.522,55)	4.053.829,68	40,12%	10.104.261,41
30	2048	–	–	–	–	–	–
31	2049	–	–	–	–	–	–
32	2050	–	–	–	–	–	–
33	2051	–	–	–	–	–	–
34	2052	–	–	–	–	–	–
35	2053	–	–	–	–	–	–

* Custo Suplementar

Art. 4º - As contribuições correspondentes às alíquotas de custo suplementar, relativas ao exercício de 2019, serão exigidas a partir do primeiro dia do mês de janeiro de 2020.

Art. 5º - Caso a reavaliação atuarial anual indique a necessidade de majoração do plano de custeio, as alíquotas de contribuição do ente poderão ser revistas por meio de Decreto expedido pelo Poder Executivo.

Art. 6º - Fica homologado o Relatório Atuarial sobre os resultados da reavaliação atuarial, elaborado em FEVEREIRO/2019 pelo responsável técnico Igor França Garcia, inscrito no MIBA/RG 1.659.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogada as disposições em contrário.

Nova Monte Verde-MT, 25 de Junho de 2019.

BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES

Prefeita Municipal

JUSTIFICATIVA AO PROJETO DE LEI MUNICIPAL 913/2019

DE: 25 DE JUNHO DE 2019

Senhor Presidente, Nobres Vereadores (a)

Tem-se a honra de submeter ao exame dessa egrégia Câmara Municipal o Projeto de Lei nº. 913/2019, que “HOMOLOGA A REAVALIAÇÃO ATUARIAL PARA ANÁLISE DAS CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE – PREVVER, REALIZADA EM FEVEREIRO DE 2019, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Avaliação Atuarial é o estudo técnico desenvolvido pelo atuário, baseado nas características biométricas, demográficas e econômicas da população analisada, com o objetivo principal de estabelecer, de forma suficiente e adequada, os recursos necessários para a garantia dos pagamentos dos benefícios previstos pelo plano.

De acordo com o Artigo 1º, da Lei n° 9717/98, os regimes próprios de previdência deverão ser organizados, baseados em normas gerais de contabilidade e atuária, de modo a garantir o seu equilíbrio financeiro e atuarial.

Para isso, são obrigados a realização de avaliação atuarial inicial e novas reavaliações a cada balanço, utilizando-se parâmetros gerais, para a organização e revisão do plano de custeio e benefícios.

Assim, cumprindo exigência legal, encaminhamos a essa Egrégia Casa de Leis, o presente PL, que homologará o estudo atuarial, anexo, realizado no mês de FEVEREIRO de 2019.

Por todo exposto, contamos com o apoio dos Nobres Edis para a aprovação deste PL, para regularidade do nosso Regime Próprio de Previdência Social.

Atenciosamente,

BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES

Prefeita Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 178/2019

SÚMULA: Nomeia Fiscal Administrativo para o Contrato nº 51/2019 DEPTO/ADM/COMPRAS.

BEATRIZ DE FATIMA SUECK LEMES Prefeita Municipal em Exercício de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 90, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO que a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, em seu art. 67, exige que a execução dos contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública;

CONSIDERANDO que o Decreto nº 141, de 03 de novembro de 2011 definiu e regulamentou as atribuições do fiscal de contrato no âmbito da Administração Pública Municipal e deu outras providências;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os servidores abaixo indicados para, em observância a legislação vigente, atuarem como fiscais administrativos do contrato nº51/2019/DPTO/ADM/COMPRAS, celebrado entre o MUNICIPIO DE NOVA MONTE VERDE e CESIRA BERGAMINI AMANCIO & CIA LTDA – ME.

CONTRATO Nº 51/2019/DPTO/ADM/COMPRAS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3858/2019

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE REESTRUTURAÇÃO E EDIFICAÇÃO DO RESERVATÓRIO DE ÁGUA DO VIVEIRO MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE – MT.

DATA DA ASSINATURA: 08 DE JULHO 2019

VIGENCIA: 08 DE JULHO DE 2019 Á 08 DE SETEMBRO 2019

VALOR: R$ 6.996,48 (seis mil novecentos e noventa e seis reais e quarenta e oito centavos)

FISCAL TITULAR: LIVIA DE ALMEIDA NUNES FIDELIS DO PRADO

RG Nº: 5305627

CPF Nº: 034.055.421-54

CARGO: DIRETORA DE DEPARTAMENTO

LOTAÇÃO: SECRETARIA DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO

MATRICULA: 3563

FISCAL SUBSTITUTO: ANTONIO ALVES DOS REIS

RG Nº: 6306695 SSP/SP

CPF Nº: 318.177.349-20

CARGO: ENGENHEIRO AGRONOMO

LOTAÇÃO: SECRETARIA DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO

MATRICULA: 404

Art. 2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Nova Monte Verde/MT, 08 de Julho de 2019.

Beatriz de Fátima Sueck Lemes

Prefeita Municipal

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 1011/2019

SUMULA: “HOMOLOGA A REAVALIAÇÃO ATUARIAL PARA ANÁLISE DAS CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE – PREVVER, REALIZADA EM FEVEREIRO DE 2019, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

A Câmara Municipal aprovou e BEATRIZ DE FATIMA SUECK LEMES, Prefeita Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais a sanciona a seguinte Lei;

Art. 1º. Fica instituído novo plano de amortização destinado ao equacionamento do déficit atuarial, incidente sobre a totalidade da remuneração de contribuição, conforme alíquotas de contribuição suplementar devidas pelo ente definidas na tabela a seguir.

TABELA DE FINANCIAMENTO DO DÉFICIT ATUARIAL

PERIOD	ANO	SALDO DEVEDOR	AMORTIZAÇÃO	JUROS	PRESTAÇÃO	C.S. *	FOLHA SALARIAL
0		24.289.893,88					
1	2019	25.365.490,19	(1.075.596,31)	1.435.782,46	360.186,15	4,71%	7.647.264,43
2	2020	26.460.868,50	(1.095.378,31)	1.497.785,01	402.406,70	5,21%	7.723.737,07
3	2021	27.551.551,73	(1.090.683,23)	1.559.521,80	468.838,56	6,01%	7.800.974,45
4	2022	28.635.892,48	(1.084.340,75)	1.620.899,57	536.558,82	6,81%	7.878.984,19
5	2023	29.695.253,75	(1.059.361,27)	1.680.863,42	621.502,15	7,81%	7.957.774,03
6	2024	30.726.392,84	(1.031.139,09)	1.739.229,78	708.090,69	8,81%	8.037.351,77
7	2025	31.725.846,63	(999.453,79)	1.795.802,64	796.348,85	9,81%	8.117.725,29
8	2026	32.603.009,61	(877.162,98)	1.845.453,37	968.290,39	11,81%	8.198.902,54
9	2027	33.346.983,60	(743.973,98)	1.887.565,11	1.143.591,13	13,81%	8.280.891,57
10	2028	33.946.163,50	(599.179,91)	1.921.480,95	1.322.301,05	15,81%	8.363.700,48
11	2029	34.388.194,26	(442.030,76)	1.946.501,56	1.504.470,81	17,81%	8.447.337,49
12	2030	34.569.487,88	(181.293,62)	1.956.763,46	1.775.469,84	20,81%	8.531.810,86
13	2031	34.468.814,44	100.673,44	1.951.064,97	2.051.738,41	23,81%	8.617.128,97
14	2032	34.063.587,22	405.227,22	1.928.127,58	2.333.354,80	26,81%	8.703.300,26
15	2033	33.329.780,21	733.807,01	1.886.591,33	2.620.398,35	29,81%	8.790.333,26
16	2034	32.147.731,32	1.182.048,89	1.819.682,90	3.001.731,79	33,81%	8.878.236,60
17	2035	30.482.739,53	1.664.991,78	1.725.438,09	3.390.429,87	37,81%	8.967.018,96
18	2036	28.460.147,60	2.022.591,94	1.610.951,75	3.633.543,69	40,12%	9.056.689,15
19	2037	26.277.684,58	2.182.463,02	1.487.416,11	3.669.879,12	40,12%	9.147.256,04
20	2038	23.925.373,07	2.352.311,52	1.354.266,40	3.706.577,92	40,12%	9.238.728,60
21	2039	21.392.633,13	2.532.739,93	1.210.903,76	3.743.643,70	40,12%	9.331.115,89
22	2040	18.668.246,18	2.724.386,95	1.056.693,18	3.781.080,13	40,12%	9.424.427,05
23	2041	15.740.316,56	2.927.929,62	890.961,31	3.818.890,93	40,12%	9.518.671,32
24	2042	12.596.230,92	3.144.085,64	712.994,20	3.857.079,84	40,12%	9.613.858,03
25	2043	9.222.615,10	3.373.615,82	522.034,82	3.895.650,64	40,12%	9.709.996,61
26	2044	5.605.288,43	3.617.326,67	317.280,48	3.934.607,15	40,12%	9.807.096,58
27	2045	1.729.215,32	3.876.073,11	97.880,11	3.973.953,22	40,12%	9.905.167,55
28	2046	(2.421.546,08)	4.150.761,40	(137.068,65)	4.013.692,75	40,12%	10.004.219,22
29	2047	(6.863.898,30)	4.442.352,22	(388.522,55)	4.053.829,68	40,12%	10.104.261,41

30	2048	–	–	–	–	–	–
31	2049	–	–	–	–	–	–
32	2050	–	–	–	–	–	–
33	2051	–	–	–	–	–	–
34	2052	–	–	–	–	–	–
35	2053	–	–	–	–	–	–

* Custo Suplementar

Art. 4º - As contribuições correspondentes às alíquotas de custo suplementar, relativas ao exercício de 2019, serão exigidas a partir do primeiro dia do mês de janeiro de 2020.

Art. 5º - Caso a reavaliação atuarial anual indique a necessidade de majoração do plano de custeio, as alíquotas de contribuição do ente poderão ser revistas por meio de Decreto expedido pelo Poder Executivo.

Art. 6º - Fica homologado o Relatório Atuarial sobre os resultados da reavaliação atuarial, elaborado em FEVEREIRO/2019 pelo responsável técnico Igor França Garcia, inscrito no MIBA/RG 1.659.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogada as disposições em contrário.

Nova Monte Verde-MT, 09 de Julho de 2019.

BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA NAZARÉ

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA Nº. 526 DE 04 DE MARÇO DE 2.010.

"Dispõe sobre a Exoneração de servidor público, e dá outras providências".

A Senhora **Raílda de Fátima Alves** Prefeita Municipal de Nova Nazaré, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais;

Considerando o disposto no art. 26, inciso II, da Lei Complementar Municipal n° 023 de 23 de agosto de 2007, que dispõe sobre a reestruturação do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Nova Nazaré-MT e de suas Autarquias e Fundações e dá outras Providências;

Considerando eminentemente o pedido expresso firmado pela servidora concursada ALAIDE ALVES DOS SANTOS *a* qual solicita a sua exoneração do cargo de *AGENTE DE LIMPEZA*, pedido este, que desde já, faz parte integrante da presente Portaria.

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a pedido a Servidora ***ALAIDE ALVES DOS SANTOS***, brasileira, casada, inscrito sob o RG: nº 1255006 SSP/MT e CPF: Nº 889. 554.861-20, residente e domiciliado no município de Nova Nazaré - MT, do cargo de **AGENTE DE LIMPEZA**, lotado na Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeitura de Nova Nazaré, Estado de Mato Grosso, aos quatro dias do mês de Março de 2.010.

Raílda de Fátima Alves CARVALHO

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
PORTARIA MUNICIPAL N.º 131 DE 04 DE JULHO DE 2019.

"QUE DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL".

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE, Prefeito Municipal de Nova Olímpia - MT, usando de suas atribuições legais que lhe são inerentes por Lei, expede a seguinte portaria;

R E S O L V E N D O:

Art. 1º Exonerar o Senhor **FERNANDO ANTONIO SILVA DE MORAIS**, brasileiro, Portador da Cédula de Identidade RG: 10777806-SSP-MT e do CPF: 791.950.591.72, residente e domiciliado neste Município de Nova Olímpia-MT, nomeado para o **CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE SECRETÁRIO ADJUNTO DE SAÚDE**, através da Portaria n.º 035/ 2019 de 03/01/2019.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogando as disposições em contrária.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Olímpia – MT, 04 de Julho de 2019.

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº034/2019/PMNO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 096/2019/PMNO

O município de Nova Olímpia - Mato Grosso, através da Pregoeira devidamente instituída, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar a Licitação na Modalidade PREGÃO SRP Nº. 034/2019/ PMNO, para seleção da melhor proposta pelo MENOR PREÇO POR LOTE, tendo como objeto **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE SOFTWARE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DO SISTEMA PÚBLICO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DO MUNICÍPIO DE NOVA OLIMPIA/MT**. A abertura do certame está prevista para as 08h00min do dia **22 de julho de 2019**. As especificações detalhadas encontram-se em anexo acompanhado do edital. O edital completo poderá ser obtido pelos interessados através do site www.novaolimpia.mt.gov.br. As duvidas sobre o certame será dirimidas no departamento de licitações de segunda a sexta-feira no prédio da prefeitura municipal de Nova Olímpia localizado na Rua Wilson de Almeida, nº 259 s Bairro Jardim Ouro Verde, Cidade de Nova Olímpia/ MT, no horário de 08h00min as 11h00min e das 14:00 as 17:00 horas, ou contatar pelo telefone (65) 3332-1130.

Nova Olímpia/MT, 09 de julho de 2019.

Eliete Silva

Pregoeira Oficial

Port. 058/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - LEILÃO PÚBLICO Nº 001/2019 BENS MÓVEIS DIVERSOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA / MT.

AVISO DE LICITAÇÃO - LEILÃO PÚBLICO Nº 001/2019 BENS MÓVEIS DIVERSOS

Leilão hibrido: presencial e on-line simultaneamente

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA/MT, através da Comissão de Avaliação e Alienação nomeada pela Portaria Municipal 132/2019, comunica aos interessados que realizará, na forma da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, leilão do tipo Maior Lance, para alienação de bens móveis diversos de sua propriedade e no estado em que se encontram, conforme Anexo I do Edital de Leilão. **- Dia e local do leilão: 26 de julho de 2019, às 09:00 horas**, na Sala de Reunião da Prefeitura Municipal, no perímetro urbano da cidade

- Leiloeiro Público Oficial Álvaro Antônio Mussa Pereira, portador da Matricula no 013/2008/Jucemat.- Leilão hibrido: presencial e on-line simultaneamente. Os interessados em participar via internet deverão se habilitar em até 48 horas antes do leilão para aprovação de cadastro e liberação de acesso ao sistema no site: www.kleiberleiloes.com.br.

- Visitas aos bens no local do leilão a partir do dia **15/07/2019,** no horário de 07h00m as 13h00m. Edital completo e relação dos bens com a Comissão de Leilão (66) 3523-1035 ou com o Leiloeiro (65) 3027.5131 - 99987.9838

- Veja mais no Portal da Transparência da Prefeitura www.novasantahelena.mt.gov.br e no site do Leiloeiro: www.kleiberleiloes.com.br.

DILMA APARECIDA GONÇALVES VOINAROSKI

Presidente da Comissão de Avaliação Patrimonial

TEREZINHA GUEDES CARRARA

Prefeita Municipal

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
RESULTADO DA AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA

A Comissão Especial Eleitoral do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente divulga o resultado da Avaliação Psicológica para candidatos a Conselheiro Tutelar, com os nomes dos candidatos aptos a continuar no processo eleitoral.

Candidatos aptos	
ORDEM	**CANDIDATOS**
07	Tcharllen Fernando Bonfim
11	Elisangela Cristina Menani

Nova Santa Helena MT, 09 de julho de 2019

JULIANO SCHILKE

Presidente

Comissão Especial Eleitoral

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 63/2018.

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 63/2018.

O MUNICÍPIO DE NOVA XAVANTINA Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de Direito Publico Interno, sediada no Paço Municipal, na Avenida Expedição Roncador Xingu, nº 249, inscrita no CNPJ 15.024.45/0001-73, representada pelo seu Prefeito Municipal Sr. **JOÃO BATISTA VAZ DA SILVA - CEBOLA**, brasileiro, casado, inscrito (a) no CPF/MF nº. 282.509.151.00 e no RG nº. 1.392.532 SSP/GO, ora denominado CONTRATANTE e do outro lado (a) Sr(a) **HISVETISLANIA COSTA SOUZA,** brasileiro(a), **matricula funcional nº 4313,** inscrito(a) no CPF/MF nº 014.343.111.04 e no RG n.º 10716050 SSP/**MT**, neste ato denominado contratado(a), na qualidade de **AGENTE DE HIGIENIZACAO HOSPITALAR,** detentores do contrato celebrado entre si em **02 de outubro de 2018**, resolvem celebrar o 1º Termo Aditivo ao contrato nº **63/2018:**

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA

1.1 Este Aditivo será por prazo determinado, com início no dia **05 de julho de 2019 e término dia 29 de outubro de 2019,** em razão da necessidade temporária desubstituição de servidores efetivos para cumprir cronograma de escala para gozo de licença prêmio, **elaborado pela Secretaria Municipal de Saúde**, comprometendo-se o (a) contratado (a) a cumprir 40 (quarenta) horas semanais, levando-se em conta o horário determinado para o exercício de sua função na respectiva Secretaria onde está lotado(a).

1.2 A prorrogação do presente contrato pela vigência final do processo seletivo também se justifica pela economia aos cofres públicos, vez que o (da) contratado (a) já se encontrar desempenhando suas atribuições de modo satisfatório, devidamente capacitado e inserido no contexto do local de trabalho, aliado ao fato da administração publica estar organizando novo processo seletivo para suprir essa semanada.

1.3 Importante ressaltar que o artigo 130 c/c artigo 278 da Lei Municipal n° 1.752/2013, impõe a Administração Pública Municipal o dever de realizar o planejamento das licenças prêmios por assiduidade, sendo vedado a acumulação de licença prêmio, razão pela qual faz-se necessário a prorrogação da presente contratação temporária.

CLÁUSULA SEGUNDA – RATIFICAÇÕES

2.1. Ficam inteiramente ratificadas em todos os seus termos, cláusulas e condições, as disposições contratuais originais, no que não tiverem sido retificadas, alteradas ou modificadas pelo presente TERMO, que fica fazendo parte integrante e inseparável do Contrato nº **63/2018.**

E por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

NOVA XAVANTINA-MT, 04 DE JULHO DE 2019.

JOÃO BATISTA VAZ DA SILVA - CEBOLA

Prefeito Municipal

HISVETISLANIA COSTA SOUZA

Contratado (a)

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO NORTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE DESISTÊNCIA

Eu, **ANDRESSA PAULA LADEIA,** inscrito no **CPF: 048.374.781-58**, **RG nº. 2700066-4 SJSP/MT**, residente e domiciliado neste Município, não havendo mais interesse em continuar inclusa no Projeto municipal do qual recebeu um terreno em doação firmado pelas Leis Municipais 656/2005, Decreto Municipal nº 066/2015 que regulamenta a Lei 1113/2015, **contrato nº. 048/2015.** Vempor livre e espontânea vontade comunicar sua desistência deste.

Declara estar ciente de que o imóvel será transferido para outro beneficiário, que se encontra na lista de substituição conforme requisito do projeto.

Por ser verdade, firmo(amos) o presente Termo de Desistência, em caráter irrevogável e irretratável, para mais nada reclamar a esse título.

Novo Horizonte do Norte, 09 de julho de 2019.

_____-

ANDRESSA PAULA LADEIA

Beneficiário (a)

Testemunhas

Nome: Maria Dolores Marinotti Moreira	**Nome: Polianna Alves dos Santos**
CPF: 834.561.631-34	**CPF: 019.500.461-25**
Endereço: Rua Iguaçu, Centro, Novo Horizonte do Norte	**Endereço: Rua Paraiba, casa 09 da quadra 09, Boa Esperança II, Novo Horizonte do Norte**

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO

LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2019

A Prefeitura Municipal de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, através da Pregoeira Oficial, torna público que realizou Licitação na Modalidade **"Pregão Presencial"** nos termos da Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02 e suas alterações, em sua Sede na Rua Nunes Freire, 12, Alto da Bela Vista, às 08:00 horas do dia 09 de julho de 2019, objetivando o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GRAFICOS (IMPRESSOS, CARIMBOS, BANNERS, PANFLETOS, ENTRE OUTROS) EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE NOVO MUNDO MT**, conforme discriminado no Edital, onde obteve o seguinte resultado:

Sagraram se vencedoras do citado certame as seguintes empresas: **: WELITÃO JOSE SIQUEIRA** com o valor de **R$ 4.334,00 (**Quatro Mil e Trezentos e trinta e quatro reais), **4 D DESIGNER GRAFICA EDITORA E COMUNICAÇÃO VISUAL EIRELI** com o valor de **R$ 32.500,00 (Trinta e Dois Mil e Quinhentos reais), MASTER SERVIÇOS DE PUBLICIDADES LTDA com o valor de R$ 40.386,80** (Quarenta Mil e Trezentos e Oitenta e Seis Reais e Oitenta Centavos), **E. DE .S. BRANDAO – GRAFICA EDITORA EXATA** com o valor de **R$ 25.844,00** (Vinte e Cinco Mil e Oitocentos e Quarenta e Quatro Reais)**.** Assim por ter apresentado propostas com preço praticado no mercado e dentro das condições exigidas no Edital, foram declaradas vencedoras.

O Processo Administrativo referente à licitação acima, encontra-se a disposição dos interessados na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Novo Mundo/MT, sito na Rua Nunes Freire, n° 12, Alto da Bela Vista, de segunda a sexta-feira no horário de atendimento ao público.

Novo Mundo MT, 09 de julho de 2019.

Luciana Da Silva Betarelo

Pregoeira Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA

LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE PRAZO/VALOR Nº 01 AO CONTRATO 43/2019.

Aditivo nº 01 ao Contrato 43/2019 – Contratante: Prefeitura Municipal de Paranatinga; Contratado: **CLÍNICA DIETÉTICA LTDA - ME, CNPJ: 01. 240.677/0002-40.** Objeto: Contratação de Empresa Especializada para a Aquisição de Leite Neocate LCP 400G para atender paciente com alergia a intolerância a lactose (via Judicialização), a pedido da Secretaria Municipal de Saúde de Paranatinga-MT, com fulcro no artigo 24, Inciso II da Lei 8.666/93. **Prazo**: **08/07/2019 A 08/10/2019. Valor Global R$: 5.940,00**. Departamento de Licitações e Contratos, em 09 de julho de 2019.

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL 048/2019

A Prefeitura Municipal de Paranatinga – MT, através do pregoeiro nomeado pela portaria nº 009 de 15 de janeiro de 2019, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação, pela modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 048/2019**, regido pela Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002, subsidiariamente à Lei nº 8.666/93 (e suas alterações posteriores), Decreto Federal 3.555 de 08 de Agosto de 2000, que regulamenta o Pregão e Decreto Municipal nº 1005/2014, Decreto nº 1452/2018 e Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006 que Institui o Estatuto Nacional da ME da EPP. Objeto: o Registro de preço para Futura e Eventual **Aquisição de Pó de Pedra e Pedra Brita com Recursos Próprios e Recursos do FETHAB, para utilização na Pavimentação asfáltica de ruas e avenidas**, atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos de Paranatinga-MT. Conforme especificações contidas no ANEXO I e Termo de Referência do respectivo Edital. Data de abertura **22/07/2019**, segunda-feira **às 08:00 h (Horário Local).** O Edital e os seus Anexos poderão ser retirados no site da Prefeitura **www.paranatinga.mt.gov.br** ou na sede da Prefeitura Municipal de Paranatinga - MT, Sito Av. Brasil, nº 1900 – Centro, mais Informações pelo e-mail: **edital.ptga@hotmail.com** ou Telefone 66 3573-1329/1756. Horário de atendimento é de segunda a sexta-feira das **07 às 11h (Horário Local)**. Em 09 de julho de 2019. Pregoeiro Devenilson da Silva.

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL 049/2019

A Prefeitura Municipal de Paranatinga – MT, através do pregoeiro nomeado pela portaria nº 009 de 15 de janeiro de 2019, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação, pela modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 049/2019**, regido pela Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002, subsidiariamente à Lei nº 8.666/93 (e suas alterações posteriores), Decreto Federal 3.555 de 08 de Agosto de 2000, que regulamenta o Pregão e Decreto Municipal nº 1005/2014, Decreto nº 1452/2018 e Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006 que Institui o Estatuto Nacional da ME da EPP. Objeto: o Registro de Preços para Futura e Eventual **Aquisição de Material Betuminoso (Emulsão Asfáltica) para utilização na Pavimentação asfáltica de ruas e avenidas**, **com Recursos Próprios e Recursos do FETHAB,** atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos de Paranatinga - MT. Conforme especificações contidas no ANEXO I e Termo de Referência do respectivo Edital. Data de abertura **22/07/2019**, segunda-feira **às 14:00 h (Horário Local).** O Edital e os seus Anexos poderão ser retirados no site da Prefeitura **www.paranatinga.mt.gov.br** ou na sede da Prefeitura Municipal de Paranatinga - MT, Sito Av. Brasil, nº 1900 – Centro, mais Informações pelo e-mail: **edital.ptga@hotmail.com** ou Telefone 66 3573-1329/1756. Horário de atendimento é de segunda a sexta-feira das **07 às 11h (Horário Local)**. Em 09 de julho de 2019. Pregoeiro Devenilson da Silva.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

PORTARIA Nº 299/2019 - FÉRIAS REGULARES - ILZA CLAUDIA DOS SANTOS

PORTARIA Nº 299/2019

DE 08 DE JULHO DE 2019

Dispõe sobre FÉRIAS REGULARES da Servidora Pública Municipal **e** dá outras providências;

JUVENAL PEREIRA BRITO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO o recebimento requerimento de FÉRIAS REGULARES protocolado pelo Departamento de Recursos Humanos.

CONSIDERANDO que a servidora faz jus a referida, adquirida no período aquisitivo de 01**/02/2017 à 01/02/2018.**

RESOLVE:

ART. 1º - Conceder FÉRIAS regulares a servidora ILZA CLAUDIA DOS SANTOS, lotada na Secretaria de Saúde Pedra Preta – MT, ocupante do

cargo Agente Comunitário de Saúde, a serem usufruídas no período de **10/07/2019 à 08/08/2019.**

ART.2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MT.

AOS OITO DIAS MÊS DE JULHO DO ANO DE 2019.

JUVENAL PEREIRA BRITO

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria

Publicada no Diário Oficial AMM

PORTARIA Nº 303/2019 - FÉRIAS REGULARES - SIDNEI MARCO DA SILVA

PORTARIA Nº 303/2019

09 DE JULHO DE 2019

Dispõe sobre FÉRIAS REGULARES ao Servidor Público Municipal **e** dá outras providências;

JUVENAL PEREIRA BRITO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO o recebimento requerimento de FÉRIAS REGULARES protocolado pelo Departamento de Recursos Humanos.

CONSIDERANDO que o servidor faz jus a referida, adquirida no período aquisitivo de **04/08/2016 à 04/08/2017.**

RESOLVE:

ART. 1º - Conceder FÉRIAS regulares ao servidor SIDNEI MARCO DA SILVA, lotado na Secretaria de Educação Pedra Preta – MT, ocupante do cargo Agente de Vigilância, a serem usufruídas no período de **11/07/2019 à 09/08/2019.**

ART.2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MT.

AOS NOVE DIAS MÊS DE JULHO DO ANO DE 2019.

JUVENAL PEREIRA BRITO

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria

Publicada no Diário Oficial AMM

PORTARIA Nº 300/2019 - FÉRIAS REGULARES - RENATA DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 300/2019

DE 08 DE JULHO DE 2019

Dispõe sobre FÉRIAS REGULARES da Servidora Pública Municipal **e** dá outras providências;

JUVENAL PEREIRA BRITO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO o recebimento requerimento de FÉRIAS REGULARES protocolado pelo Departamento de Recursos Humanos.

CONSIDERANDO que a servidora faz jus a referida, adquirida no período aquisitivo de 30/**11/2017 à 29/11/2018.**

RESOLVE:

ART. 1º - Conceder FÉRIAS regulares a servidora RENATA DE OLIVEIRA, lotada na Secretaria de Saúde Pedra Preta – MT, ocupante do cargo Enfermeira, a serem usufruídas no período de **14/07/2019 à 12/08/2019.**

ART.2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MT.

AOS OITO DIAS MÊS DE JULHO DO ANO DE 2019.

JUVENAL PEREIRA BRITO

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria

Publicada no Diário Oficial AMM

PORTARIA Nº 301/2019 - FÉRIAS REGULARES - ROSANA GOMES DE LIMA MACHADO

PORTARIA Nº 301/2019

09 DE JULHO DE 2019

Dispõe sobre FÉRIAS REGULARES da Servidora Pública Municipal **e** dá outras providências;

JUVENAL PEREIRA BRITO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO o recebimento do requerimento de FÉRIAS REGULARES protocolado pelo Departamento de Recursos Humanos.

CONSIDERANDO que a servidora faz jus a referida, adquirida no período aquisitivo de **06/10/2017 à 06/10/2018.**

RESOLVE:

ART. 1º - Conceder FÉRIAS regulares a servidora **ROSANA GOMES DE LIMA MACHADO**, lotada na Secretaria de Assistência Social Pedra Preta – MT, ocupante do cargo Auxiliar Administrativo, a serem usufruídas no período de **15/07/2019 à 13/08/2019.**

ART.2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MT.

AOS NOVE DIAS MÊS DE JULHO DO ANO DE 2019.

JUVENAL PEREIRA BRITO

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria

Publicada no Diário Oficial AMM

DECRETO Nº 103/2019 - CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

DECRETO Nº 103/2019.

09 DE JULHO DE 2019.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a proceder à abertura de CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no Orçamento Vigente, e dá outras providências.

JUVENAL PEREIRA BRITO, PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

CONSIDERANDO a Lei: Nº 1.089/2018 de 27 de novembro de 2018;

DECRETA:

Art. 1° Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a proceder à abertura de **CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR,** de até o valor de R$ **296.**

794,00 (duzentos e noventa e seis mil setecentos e noventa e quatro reais)no Orçamento Vigente, destinado ao reforço das seguintes dotações:

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

FUNÇÃO: (12) – EDUCAÇÃO

SUBFUNÇÃO: (361) – ENSINO FUNDAMENTAL

PROGRAMA: (0013) – MANUTENÇÃO E REVITALIZAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL

07.001.12.361.0013.2.029 – MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	**R$ 195.000,00**
3.3.90.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO	R$ 195.000,00

Cód. Reduzido: 208

Fonte de Recursos: 02.

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

FUNÇÃO: (12) – EDUCAÇÃO

SUBFUNÇÃO: (365) – EDUCAÇÃO INFANTIL

PROGRAMA: (0014) – MANUTENÇÃO E REVITALIZAÇÃO DO ENSINO INFANTIL

07.001.12.365.0014.2.034 – MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL	**R$ 101.794,00**
3.3.90.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO	R$ 101.794,00

Cód. Reduzido: 255

Fonte de Recursos: 02.

TOTAL GERAL	**R$**	**R$ 296.794,00**

Art. 2º Para cobertura do Crédito Adicional Suplementar referido no Artigo Anterior serão utilizados recursos provenientes de Anulação Parcial (Redução) das dotações orçamentárias abaixo descritas:

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

FUNÇÃO: (12) – EDUCAÇÃO

SUBFUNÇÃO: (122) – ADMINISTRAÇÃO GERAL

PROGRAMA: (0015) – GESTÃO DO SISTEMA DE EDUCAÇÃO

07.001.12.122.0015.1.145 – REFORMA, AMPL. E MELHOR. NO PRÉDIO DA SEC. DE EDUC.	**R$ 25.000,00**
4.4.90.51.00.00. – OBRAS E INSTALAÇÕES	R$ 25.000,00

Cód. Reduzido: 180

Fonte de Recursos: 02.

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

FUNÇÃO: (12) – EDUCAÇÃO

SUBFUNÇÃO: (361) – ENSINO FUNDAMENTAL

PROGRAMA: (0015) – GESTÃO DO SISTEMA DE EDUCAÇÃO

07.001.12.361.0015.1.033 – AQUISIÇÃO DE VEICULO PARA O ENSINO FUNDAMENTAL	**R$ 121.794,00**
4.4.90.52.00.00. – EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE	R$ 121.794,00

Cód. Reduzido: 223

Fonte de Recursos: 02.

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

FUNÇÃO: (12) – EDUCAÇÃO

SUBFUNÇÃO: (365) – EDUCAÇÃO INFANTIL

PROGRAMA: (0014) – MANUTENÇÃO E REVITALIZAÇÃO DO ENSINO INFANTIL

07.001.12.365.0014.1.030 – AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS	**R$ 10.000,00**
4.4.90.52.00.00. – EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE	R$ 10.000,00

Cód. Reduzido: 243

Fonte de Recursos: 02.

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

FUNÇÃO: (12) – EDUCAÇÃO

SUBFUNÇÃO: (365) – EDUCAÇÃO INFANTIL

PROGRAMA: (0014) – MANUTENÇÃO E REVITALIZAÇÃO DO ENSINO INFANTIL

07.001.12.365.0014.1.123 – CONSTRUIR BRINQUEDOTECA	**R$ 10.000,00**
4.4.90.51.00.00. – OBRAS E INSTALAÇÕES	R$ 10.000,00

Cód. Reduzido: 245

Fonte de Recursos: 02.

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

FUNÇÃO: (12) – EDUCAÇÃO

SUBFUNÇÃO: (365) – EDUCAÇÃO INFANTIL

PROGRAMA: (0014) – MANUTENÇÃO E REVITALIZAÇÃO DO ENSINO INFANTIL

07.001.12.365.0014.2.034 – MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL	**R$ 15.000,00**
3.3.90.36.00.00. – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIRO PESSOA FISICA	R$ 15.000,00

Cód. Reduzido: 256

Fonte de Recursos: 02.

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

FUNÇÃO: (12) – EDUCAÇÃO

SUBFUNÇÃO: (365) – EDUCAÇÃO INFANTIL

PROGRAMA: (0014) – MANUTENÇÃO E REVITALIZAÇÃO DO ENSINO INFANTIL

07.001.12.365.0014.2.035 – REFORMA E MANUT. DE UNID. DE ENSINO INFANTIL	**R$ 20.000,00**
3.3.90.30.00.00. – MATERIAL DE CONSUMO	R$ 20.000,00

Cód. Reduzido: 259

Fonte de Recursos: 02.

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

FUNÇÃO: (12) – EDUCAÇÃO

SUBFUNÇÃO: (365) – EDUCAÇÃO INFANTIL

PROGRAMA: (0014) – MANUTENÇÃO E REVITALIZAÇÃO DO ENSINO INFANTIL

07.001.12.365.0014.2.035 – REFORMA E MANUT. DE UNID. DE ENSINO INFANTIL	**R$ 5.000,00**
3.3.90.36.00.00. – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA	R$ 5.000,00

Cód. Reduzido: 260

Fonte de Recursos: 02.

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

FUNÇÃO: (12) – EDUCAÇÃO

SUBFUNÇÃO: (365) – EDUCAÇÃO INFANTIL

PROGRAMA: (0014) – MANUTENÇÃO E REVITALIZAÇÃO DO ENSINO INFANTIL

07.001.12.365.0014.2.035 – REFORMA E MANUT. DE UNID. DE ENSINO INFANTIL	**R$ 60. 000,00**
3.3.90.39.00.00. – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	R$ 60. 000,00

Cód. Reduzido: 261

Fonte de Recursos: 02.

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

FUNÇÃO: (12) – EDUCAÇÃO

SUBFUNÇÃO: (361) – ENSINO FUNDAMENTAL

PROGRAMA: (0015) – GESTÃO DO SISTEMA DE EDUCAÇÃO

07.002.12.361.0015.2.203 – REALIZAR CURSOS DE CAPACITAÇÃO DOS SERV. DA EDUCAÇÃO	**R$ 10. 000,00**
3.3.90.30.00.00. – MATERIAL DE CONSUMO	R$ 10. 000,00

Cód. Reduzido: 274

Fonte de Recursos: 02.

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

FUNÇÃO: (12) – EDUCAÇÃO

SUBFUNÇÃO: (361) – ENSINO FUNDAMENTAL

PROGRAMA: (0015) – GESTÃO DO SISTEMA DE EDUCAÇÃO

07.002.12.361.0015.2.203 – REALIZAR CURSOS DE CAPACITAÇÃO DOS SERV. DA EDUCAÇÃO	**R$ 5. 000,00**
3.3.90.36.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIRO – PESSOA FISICA	R$ 5. 000,00

Cód. Reduzido: 275

Fonte de Recursos: 02.

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

FUNÇÃO: (12) – EDUCAÇÃO

SUBFUNÇÃO: (366) – EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

PROGRAMA: (0052) – MANUT. E ENC. COM EDUCAÇÃO DE JOV. E ADULTOS

07.002.12.366.0052.2.223 – MANTER O PROGRAMA DE JOVENS E ADULTOS - PEJA	**R$ 10. 000,00**
3.3.90.30.00.00. – MATERIAL DE CONSUMO	R$ 10. 000,00

Cód. Reduzido: 293

Fonte de Recursos: 02

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

FUNÇÃO: (12) – EDUCAÇÃO

SUBFUNÇÃO: (366) – EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

PROGRAMA: (0052) – MANUT. E ENC. COM EDUCAÇÃO DE JOV. E ADULTOS

07.002.12.366.0052.2.223 – MANTER O PROGRAMA DE JOVENS E ADULTOS - PEJA	**R$ 5. 000,00**
4.4.90.52.00.00 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 5. 000,00

Cód. Reduzido: 296

Fonte de Recursos: 02

TOTAL GERAL	**R$**	**R$ 296.794,00**

.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e revoga o DECRETO Nº100/2019 do dia 05 do mês de julho de 2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de Pedra Preta, Estado de Mato Grosso, Edifício Sede do Poder Executivo, aos 09 dias do mês de julho de 2019.

Juvenal Pereira Brito

Prefeito

RETIFICAÇÃO DA ATA DE ABERTURA, DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO E DO CONTRATO Nº 032/2019, REFERENTE AO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2019.

O Prefeito Municipal de Pedra Preta - MT, no uso de suas atribuições legais, **RETIFICA** a Ata de Abertura, o Termo de Homologação e Adjudicação e o Contrato nº 032/2019, referente ao Chamamento Público nº 001/2019, que tem por Objeto o Credenciamento de pessoas físicas e/ou jurídicas unipessoais para prestação de serviços médicos em consultas de atenção especializada. Passando para a seguinte redação:

I - ONDE SE LÊ:

item 02 Prestação de Serviços de Procedimentos Médicos - Tipo Consulta Médica de Ortopedia e Traumatologia, **proposta valor unitário R$ 120,00 (cem e vinte reais), perfazendo o valor total de R$ 115.200,00 (cento e quinze mil duzentos reais).**

Razão Social: **ACS CONSULTORIO MEDICO LTDA EPP, INSCRITA NO CNPJ: 20.292.508/0001-18**

Item	**Qtd**	**Unid.**	**Cód.**	**Descrição**	**Valor Unit.**	**Valor Total**
02	960	UND	66829	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROCEDIMENTOS MÉDICOS - TIPO CONSULTA MÉDICA DE ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA	R$ 120,00	R$ 115. 200,00

VALOR TOTAL: CENTO E QUINZE MIL E DUZENTOS REAIS

CLÁUSULA QUARTA – PREÇO E PAGAMENTO

4.1. Pela contratação dos serviços, deste Instrumento, será pago o valor total de:

Item	**Qtd**	**Unidade**	**Cód.**	**Descrição**	**Valor. Unit.**	**Valor Total**
02	140	UND	66829	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROCEDIMENTOS MÉDICOS - TIPO CONSULTA MÉDICA DE ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA	R$ 120,00	R$ 16. 800,00

VALOR TOTAL: R$ 16.800,00 (Dezesseis mil e oitocentos reais).

II - LER-SE-Á:

item 02 Prestação de Serviços de Procedimentos Médicos - Tipo Consulta Médica de Ortopedia e Traumatologia, **proposta valor unitário R$ 119,00 (cem e vinte reais), perfazendo o valor total de R$ 114.240,00 (cento e quatorze mil duzentos e quarenta reais).**

Razão Social: **ACS CONSULTORIO MEDICO LTDA EPP, INSCRITA NO CNPJ: 20.292.508/0001-18**

Item	Qtd	Unid.	Cód.	Descrição	Valor Unit.	Valor Total
02	960	UND	66829	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROCEDIMENTOS MÉDICOS - TIPO CONSULTA MÉDICA DE ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA	R$ 119,00	R$ 114.240,00

VALOR TOTAL: CENTO E QUINZE MIL E DUZENTOS REAIS

CLÁUSULA QUARTA – PREÇO E PAGAMENTO

4.1. Pela contratação dos serviços, deste Instrumento, será pago o valor total de:

Item	Qtd	Unidade	Cód.	Descrição	Valor. Unit.	Valor Total
02	140	UND	66829	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROCEDIMENTOS MÉDICOS - TIPO CONSULTA MÉDICA DE ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA	R$ 119,00	R$ 16.660,00

VALOR TOTAL: R$ 16.660,00 (Dezesseis mil cento e sessenta reais).

As retificações supracitadas serão publicadas no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso – AMM.

Os demais itens dos atos supracitados permanecem inalterados, e esse Ato fará parte do Processo Licitatório Chamamento Público nº 001/2019 e do Contrato nº 032/2019.

Pedra Preta - MT, 08 de Julho de 2019.

JUVENAL PEREIRA BRITO

PREFEITO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO TOMADA DE PREÇO Nº 006/2019

O Prefeito Municipal de Pedra Preta - MT, no uso de suas atribuições legais, regimentais e com fundamento no inciso VI, do art.43, da Lei 8.666/1993 e suas alterações posteriores, e conforme o que consta no Edital Tomada de Preço **006/2019-TP.**

RESOLVE:

HOMOLOGAR: o procedimento licitatório na modalidade **Tomada de Preço n.º 006/2019,** a escolha da proposta mais vantajosa para **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E DRENAGEM URBANA DA RUA Nº 06 DO BAIRRO JARDIM MATO GROSSO, CONFORME CONVÊNIO 846108/2017, PROPOSTA 015358/2017 – MINISTÉRIO DAS CIDADES"**, mediante o regime empreitada por menor preço global conforme especificações constantes no Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária, Cronograma Físico Financeiro e Composição do BDI para Serviços - ANEXOS, os mesmos são parte integrante deste Edital. O aviso de abertura de licitação da **Tomada de Preço nº 006/2019.**

ADJUDICAR o objeto licitado da Empresa abaixo relacionada, vencedora do certame acima mencionado.

Razão social: **DVI CONSTRUTORA EIRELI – EPP, inscrita no CNPJ 25.165.825/0001-97.**

Valor da Proposta desendo:**R$ 348.528,54 (trezentos e quarenta e oito mil quinhentos e vinte e oito mil reais e cinquenta e quatro reais).**

Proceda - se a contratação da empresa**: DVI CONSTRUTORA EIRELI – EPP.**

Pedra Preta - MT, 08 de Julho de 2019.

JUVENAL PEREIRA BRITO

PREFEITO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 020/2019 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2018

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 020/2019

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 002/2018.

Dispões sobre convocação de aprovados no Processo Seletivo Simplificado n.º 002/2018.

JUVENAL PEREIRA BRITO, Prefeito Municipal de *Pedra Preta*, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas;

CONSIDERANDO a necessidade de continuidade dos serviços públicos e o princípio da Supremacia do Interesse Público;

CONSIDERANDO a necessidade dos serviços e não havendo classificado no concurso publico e o recebimento do Ofício nº 307/2019/GESTÃO DO SUS;

CONSIDERANDO que mesmo extrapolado o Limite Prudencial estabelecido na LRF, conforme estabelecido na Resolução de Consulta n.º 50/2010 do TCE-MT, **é possível contratação de servidores para substituição de pessoal decorrente de exoneração, demissão ou dispensa, nas ÁREAS DE SAÚDE, EDUCAÇÃO e segurança, desde que seja para realização de atividades finalísticas dessas áreas e que não haja aumento de gastos com pessoa**l;

CONSIDERANDO a homologação do Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado n.º 002/2018 realizada por meio do Decreto nº 158/2018, de autoria do Executivo Municipal, Publicado no diário oficial da AMM na data de 14/12/2018, **TORNA PÚBLICO** o presente Edital, ficando **CONVOCADO** os candidatos abaixo relacionados a comparecerem na sede da Prefeitura Municipal de Pedra Preta – MT, situada na Avenida Fernando Correa da Costa, 940, Centro, cidade de Pedra Preta, **no prazo máximo de 05 (cinco) dias**, munido dos documentos necessários à comprovação dos requisitos para provimento do cargo pleiteado, conforme estabelecido no **EDITAL DE RETIFICAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 0002/2018,** sob pena de ser considerado como desistente, perdendo a respectiva vaga podendo à Prefeitura convocar o candidato imediatamente posterior.

Técnico de Enfermagem

16º	483	FREYDA DO CARMO DA SILVA	Em substituição ao servidor Nelson Noel do Nascimento que foi exonerado a pedido.	Hospital Municipal ''Luciana Martins Amorin''.

Técnico de laboratório

2º	503	EVELLYN BIANCA GUIMARAES BOFF	Em substituição a servidora Maria Ines de Souza Ramos que não foi renovado o contrato.	Hospital Municipal ''Luciana Martins Amorin''.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA - MT

AOS NOVE DIAS DO MÊS DE JULHO DO ANO DE 2019.

JUVENAL PEREIRA BRITO

Prefeito

PORTARIA Nº 302/2019 - LICENÇA MATERNIDADE - VANESSA RODRIGUES DE LIRA

PORTARIA Nº 302/2019. 09 DE JULHO DE 2019.

Concede Licença Maternidade a senhora **VANESSA RODRIGUES DE LIRA** e dá outras providências.

JUVENAL PEREIRA BRITO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

Considerando ainda: a Lei Municipal nº. 075/98, de 23/03/98, no Título IV, Capitulo I, Seção III, Sub-Seção IV, Artigo 90 e seus respectivos parágrafos;

RESOLVE:

ART. 1º - Conceder Licença Maternidade a Senhora VANESSA RODRIGUES DE LIRA,ocupante do Cargo de AUXILIAR CUIDADORA, lotada junto à Secretaria de Assistência Social, a serem usufruídas pelo período de 120 dias a partir do período de05/07/2019, conforme Atestado Médico do dia 06 de julho de 2019.

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 05/07/2019.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MATO GROSSO.

AOS NOVE DIAS DO MÊS DE JULHO DO ANO DE 2019.

JUVENAL PEREIRA BRITO

Prefeito

Registrada Nesta Secretaria

Publicada no Diario Oficial Da AMM

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE CONTRATOS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 47/2019.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 47/2019.

FUNDAMENTO: PROCESSO ADMINISTRATIVO N°.27/2019 PREGÃO PRESENCIAL N°. 14/2019.

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE-MT.

EMPRESA: T I CONSULTORIA E INFORMATICA EIRELI-ME, inscrita no CNPJ/MF nº. 21.598.111/0001-11.

Valor total R$ 54.622,40 (Cinqüenta e quatro mil e seiscentos e vinte dois reais e quarenta centavos).

VIGÊNCIA: Prazo de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura da mesma, 02/07/2019.

OBJETO: Contratação de empresas para fornecimento de Equipamentos de Informática para atender as secretarias desta municipalidade, com entrega em Porto Alegre do Norte-MT

DANIEL ROSA DO LAGO

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE CONTRATOS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 45/2019.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 45/2019.

FUNDAMENTO: PROCESSO ADMINISTRATIVO N°.27/2019 PREGÃO PRESENCIAL N°. 14/2019.

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE-MT.

EMPRESA: GLOBAL CENTER MERCANTIL EIRELI, inscrita no CNPJ/MF nº 02.330.299/0001-78

Valor total R$ 30.300,00 (Trinta mil e trezentos reais).

VIGÊNCIA: Prazo de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura da mesma, 02/07/2019.

OBJETO: Contratação de empresas para fornecimento de Equipamentos de Informática para atender as secretarias desta municipalidade, com entrega em Porto Alegre do Norte-MT

DANIEL ROSA DO LAGO

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO

RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/2019-SRP.

O Município de Porto Alegre do Norte/MT, torna público para conhecimento dos interessados resultado do **Pregão Presencial nº30/2019**, Objeto: Contratação de empresa para Prestação de Serviço de horas maquinas e Caminhão, com operador. Empresa vencedora: **Empresa: Evandro Borges Transportes ME** inscrito no CNPJ:21.966.646/0001-06 Valor Total R$ 878.445,00. Visto que atendeu a todos os requisitos do edital supracitado.

Mônica Pereira da Silva

Pregoeiro (a)

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE CONTRATOS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 46/2019.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 46/2019.

FUNDAMENTO: PROCESSO ADMINISTRATIVO N°.27/2019 PREGÃO PRESENCIAL N°. 14/2019.

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE-MT.

EMPRESA: R PRATES DOS SANTOS EIRELI, inscrita no CNPJ/MF nº. 26.624.608/0001-80

Valor total R$ 59.864,20 (Cinqüenta e nove mil oitocentos e sessenta e quatro reais e vinte centavos).

VIGÊNCIA: Prazo de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura da mesma, 02/07/2019.

OBJETO: Contratação de empresas para fornecimento de Equipamentos de Informática para atender as secretarias desta municipalidade, com entrega em Porto Alegre do Norte-MT

DANIEL ROSA DO LAGO

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE CONTRATOS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 44/2019.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 44/2019.

FUNDAMENTO: PROCESSO ADMINISTRATIVO N°.27/2019 PREGÃO PRESENCIAL N°. 14/2019.

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE-MT.

EMPRESA: MCM-TECNOLOGIA E REPRESENTAÇÕES EIRELI-ME, inscrita no CNPJ/MF nº. 23.323.053/0001-49

Valor total R$ 36.000,00 (Trinta e seis mil reais).

VIGÊNCIA: Prazo de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura da mesma, 02/07/2019.

OBJETO: Contratação de empresas para fornecimento de Equipamentos de Informática para atender as secretarias desta municipalidade, com entrega em Porto Alegre do Norte-MT

DANIEL ROSA DO LAGO

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE CONTRATOS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 43/2019.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 43/2019.

FUNDAMENTO: PROCESSO ADMINISTRATIVO N°.27/2019 PREGÃO PRESENCIAL N°. 14/2019.

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE-MT.

EMPRESA: MV ATACADISTA DE MOVEIS LTDA-ME, inscrita no CNPJ/MF nº.19.071.896/0001-28

Valor total R$ 50.545,50 (Cinqüenta mil e quinhentos e quarenta e cinco reais e cinqüenta centavos).

VIGÊNCIA: Prazo de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura da mesma, 02/07/2019.

OBJETO: Contratação de empresas para fornecimento de Equipamentos de Informática para atender as secretarias desta municipalidade, com entrega em Porto Alegre do Norte-MT

DANIEL ROSA DO LAGO

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO IL Nº 04 2019

TERMO DE RATIFICAÇÃO - EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº01/2019

***ILNº04/2019* - CHAMADA PUBLICA**

Respaldado No artigo 25, da Lei nº 8.666/93, e no Parecer Jurídico, AUTORIZO a contratação direta, através Do credenciamento. Objeto: Credenciamento de profissionais para exercerem as funções: Coordenador de Núcleo, Agente Recreativo de Esporte e Lazer e Auxiliar de Apoio Administrativo, no município de Porto Alegre do Norte, para atendimento aos benefícios do Projeto Brincando com Esporte, Convênio nº 880229/2018 – Ministério do Esporte. Credenciados: Agente Recreativos: Wallas Junior Souza Vasconcelos CPF:056.061.461-69; Priscilla Caetano de Freitas CPF: 007.082.611-08; Antonio Wagnes de Sousa Alves CPF: 048.220.823-69; Lindomar Pereira da Silva CPF: 026664611-57; Reginalva Ribeiro de Sousa Rocha CPF: 807.601.801-30; Eurides Freitas de Oliveira CPF: 722283851-15;;Auxiliar de Apoio Administrativo: Lucilene Leandro de Almeida CPF: 018.249.501-95; Erica Matos Guimarães CPF: 061.460.341-26; por terem atendido os requisitos do edital.. Em cumprimento ao disposto no artigo 26 da Lei nº 8.666/93 DETERMINO a publicação da presente ratificação no Diário Oficial da AMM, para que produza os efeitos legais.

Daniel Rosa do Lago

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PP 34 2019

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N°. 34/2019 REGISTRO DE PREÇOS

A Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte-MT, através de sua Pregoeira Oficial, nomeado pela portaria nº. 05/2019 comunica aos interessados que realizará licitação na modalidade de Pregão Presencial nº34/2019 – Registro de Preço - do tipo menor preço por item , **OBJETO:** Registro de Preço para Futura e Eventual Contratação de empresa para Prestação de Serviço de lavagem de veículos. **Data de Abertura/Recebimento das Propostas/credenciamento/julgamento: 30/07/2019 as 9h00min,** local: Rua Tocantins nº 1.173, Setor Três Irmãos,– Centro, CEP 78.655-000, Porto Alegre do Norte/MT**.** O Edital completo estará à disposição dos interessados gratuitamente na sede da Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte /MT, no site da prefeitura, www.portoalegredonorte.mt.gov.br e no e-mail licitacao@portoalegredonorte.mt.gov.br Telefone: (66) 3569 1226/1210.

Monica Pereira da Silva

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/SAD
DECRETO Nº 056/2019 - ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

Sumula: Abre Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 86.125,51 (oitenta e seis

mil, cento e vinte e cinco reais e cinquenta e um centavos)

EUGÊNIO PELACHIM, Prefeito Municipal de Porto Estrela, MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 42 da Lei nº 4.320/64, e Lei Municipal 0632/2019 - SÚMULA: Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar a transposição, remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, dos recursos orçamentários constantes da lei Orçamentária Anual nº 0621/2018, para o Exercício de 2019,conforme artigo 4º, b. abrir Credito Suplementar até o limite de 30% (trinta por cento) do total de despesa fixada nesta Lei, nos termos do inciso I, II, e III do art. 43 da Lei Federal.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento do Município um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 86.125,51 (oitenta e seis mil, cento e vinte e cinco reais e cinquenta e um centavos),para atender as seguintes dotações:

05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

05.050.0.5 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

05.050.0.5.10.301.0100.2036 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM PSFs

3.3.50.41.00.00 - 0146008000 - Contribuições R$ 36.125,51

(trinta e seis mil, cento e vinte e cinco reais e cinquenta e um centavos)

06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E AÇÃO SOCIAL

06.060.0.2 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

06.060.0.2.08.244.0140.2057 - MANUTENÇÃO DE PROGRAMAS MUNICIPAIS

3.3.90.30.00.00 - 0129000000 - Material de Consumo R$ 5.000,00 (cinco mil reais)

3.3.90.39.00.00 - 0129000000 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica R$ 9.000,00

(nove mil reais)

09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, INFRA - ESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS

09.090.0.1 - DEPARTAMENTO DE OBRAS, SETORES URBANOS E RURAL

09.090.0.1.04.122.0020.2071 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA

3.3.90.30.00.00 - 0100000000 - Material de Consumo R$ 6.000,00 (seis mil reais)

3.3.90.39.00.00 - 0100000000 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica R$ 10.000,00

(dez mil reais)

09.090.0.2 - DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO

09.090.0.2.17.512.0130.2012 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO

3.3.90.39.00.00 - 0100000000 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica R$ 20.000,00

(vinte mil reais)

T O T A L R$ 86.125,51

Art. 2° - Para fazer face ao credito aberto no artigo anterior serão utilizados os recursos no artigo nº 43, §1º, III da Lei Federal nº 4.320/64,os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentarias ou de créditos adicionais, autorizados em lei.

05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

05.050.0.5 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

05.050.0.5.10.122.0100.2075 - MANUTEÇÃO E ENCARGOS DA CENTRAL DE REGULAÇÃO

3.3.90.39.00.00 - 0102000000 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica R$ 36.125,51

(trinta e seis mil, cento e vinte e cinco reais e cinquenta e um centavos)

06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E AÇÃO SOCIAL

06.060.0.2 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

06.060.0.2.08.244.0140.2049 - MANUT. DO PROGRAMA DE ATENÇÃO INTEGRAL A FAMILIA - PAIF

3.3.90.36.00.00 - 0100000000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R$ 5.500,00

(cinco mil e quinhentos reais)

3.3.90.36.00.00 - 0129000000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R$ 6.000,00

(seis mil reais)

3.3.90.39.00.00 - 0100000000 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica R$ 2.500,00

(dois mil e quinhentos reais)

08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

08.080.0.1 - DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA

08.080.0.1.20.601.0050.1064 - APOIO AS ASSOCIAÇÕES DE PRODUTORES RURAIS E INCENTIVO AS CADEIAS PRODUTIVAS

3.3.90.39.00.00 - 0100000000 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica R$ 20.000,00

(vinte mil reais)

08.080.0.1.20.605.0050.1046 - IMPLANTAR O PROGRAMA DE APOIO A PRODUÇÃO AGROPECUARIA E ASSISTENCIA TECNICA

3.3.90.30.00.00 - 0100000000 - Material de Consumo R$ 6.000,00 (seis mil reais)

09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, INFRA - ESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS

09.090.0.1 - DEPARTAMENTO DE OBRAS, SETORES URBANOS E RURAL

09.090.0.1.26.782.0040.2079 - CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE RODOVIAS ESTADUAIS E MUNICIPAIS - FETHAB

3.3.90.36.00.00 - 0130000000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R$ 10.000,00

(dez mil reais)

T O T A L R$ 86.125,51

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de PORTO ESTRELA

Estado de MATO GROSSO

Em 16 de maio de 2019.

EUGENIO PELACHIM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/SAD
DECRETO Nº 057/2019 - ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

Sumula: Abre Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 500,00 (quinhentos reais)

EUGÊNIO PELACHIM, Prefeito Municipal de Porto Estrela, MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 42 da Lei nº 4.320/64, e Lei Municipal 0621/2018 - SÚMULA: Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Porto Estrela, para o Exercício de 2019.conforme artigo 5º, I, criar novas fontes de recursos em créditos orçamentários existentes.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento do Município um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 500,00 (quinhentos reais),para atender as seguintes dotações:

04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

04.040.0.1 - DIVISÃO DE ENSINO E PESQUISA

04.040.0.1.04.122.0020.2080 - MANTER O GABINETE E DEPENDENCIAS DA SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO

3.3.90.30.00.00 - - Material de Consumo

Fonte Criada: 0100000000

R$ 500,00 (quinhentos reais)

T O T A L R$ 500,00

Art. 2° - Para fazer face ao credito aberto no artigo anterior serão utilizados os recursos no artigo nº 43, §1º, III da Lei Federal nº 4.320/64,os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentarias ou de créditos adicionais, autorizados em lei.

04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

04.040.0.1 - DIVISÃO DE ENSINO E PESQUISA

04.040.0.1.04.122.0020.2080 - MANTER O GABINETE E DEPENDENCIAS DA SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO

3.3.90.30.00.00 - - Material de Consumo

Fonte Reduzida: 0101000000

R$ 500,00 (quinhentos reais)

T O T A L R$ 500,00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de PORTO ESTRELA

Estado de MATO GROSSO

Em 22 de maio de 2019.

EUGENIO PELACHIM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/SAD
DECRETO Nº 055/2019 - ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

Sumula: Abre Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 13.000,00 (treze mil reais)

EUGÊNIO PELACHIM, Prefeito Municipal de Porto Estrela, MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 42 da Lei nº 4. 320/64, e Lei Municipal 0632/2019 - SÚMULA: Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar a transposição, remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, dos recursos orçamentários constantes da lei Orçamentária Anual nº 0621/2018, para o Exercício de 2019,conforme artigo 4º, b. abrir Credito Suplementar até o limite de 30% (trinta por cento) do total de despesa fixada nesta Lei, nos termos do inciso I, II, e III do art. 43 da Lei Federal.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento do Município um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 13.000,00 (treze mil reais), para atender as seguintes dotações:

08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

08.080.0.1 - DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA

08.080.0.1.20.122.0020.2068 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

3.3.90.30.00.00 - 0100000000 - Material de Consumo R$ 3.000,00 (três mil reais)

09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, INFRA - ESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS

09.090.0.1 - DEPARTAMENTO DE OBRAS, SETORES URBANOS E RURAL

09.090.0.1.04.122.0020.2071 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA

3.3.90.30.00.00 - 0100000000 - Material de Consumo R$ 10.000,00 (dez mil reais)

T O T A L R$ 13.000,00

Art. 2° - Para fazer face ao credito aberto no artigo anterior serão utilizados os recursos no artigo nº 43, §1º, III da Lei Federal nº 4.320/64,os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentarias ou de créditos adicionais, autorizados em lei.

08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

08.080.0.1 - DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA

08.080.0.1.20.605.0050.1046 - IMPLANTAR O PROGRAMA DE APOIO A PRODUÇÃO AGROPECUARIA E ASSISTENCIA TECNI

CA

3.3.90.30.00.00 - 0100000000 - Material de Consumo R$ 13.000,00

(treze mil reais)

T O T A L R$ 13.000,00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de PORTO ESTRELA

Estado de MATO GROSSO

Em 07 de maio de 2019.

EUGENIO PELACHIM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/SAD
DECRETO Nº 054/2019 - ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

Sumula: Abre Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 43.600,00 (quarenta e três mil e seiscentos reais)

EUGÊNIO PELACHIM, Prefeito Municipal de Porto Estrela, MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 42 da Lei nº 4. 320/64, e Lei Municipal 0632/2019 - ÚMULA: Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar a transposição, remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, dos recursos orçamentários constantes da lei Orçamentária Anual nº 0621/2018, para o Exercício de 2019, conforme artigo 4º, b. abrir Credito Suplementar até o limite de 30% (trinta por cento) do total de despesa fixada nesta Lei, nos termos do inciso I, II, e III do art. 43 da Lei Federal.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento do Município um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 43.600,00 (quarenta e três mil e seiscentos reais), para atender as seguintes dotações:

03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO

03.030.0.1 - COORDENAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO GERAL

03.030.0.1.04.122.0020.2008 - MANTER AS ATIVIDADES DA SECRETÁRIA E DEPENDÊNCIAS

3.3.90.40.00.00 - 0100000000 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunic. – Pessoa Jurídica

R$ 5.000,00 (cinco mil reais)

04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

04.040.0.5 - DEPARTAMENTO DE ENS. FUNDAMENTAL

04.040.0.5.12.782.0060.2021 - MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL

3.3.90.39.00.00 - 0130061000 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica R$ 1.000,00

(um mil reais)

05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

05.050.0.5 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

05.050.0.5.10.122.0100.2075 - MANUTEÇÃO E ENCARGOS DA CENTRAL DE REGULAÇÃO

3.3.90.30.00.00 - 0102000000 - Material de Consumo R$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais)

05.050.0.5.10.301.0100.2036 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM PSFs

3.3.90.30.00.00 - 0146008000 - Material de Consumo R$ 10.000,00 (dez mil reais)

3.3.90.39.00.00 - 0146008000 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica R$ 10.000,00

(dez mil reais)

05.050.0.5.10.301.0100.2040 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS SAÚDE BUCAL

3.3.90.39.00.00 - 0146011000 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica R$ 2.000,00

(dois mil reais)

05.050.0.5.10.302.0110.2077 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS DAS AÇÕES DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

3.3.90.30.00.00 - 0146017000 - Material de Consumo R$ 5.000,00 (cinco mil reais)

06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E AÇÃO SOCIAL

06.060.0.3 - GABINETE DO SECRETARIO

06.060.0.3.08.122.0020.2053 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ASSISTENCIA SOCIAL

4.4.90.52.00.00 - 0100000000 - Equipamentos e Material Permanente R$ 100,00 (cem reais)

09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, INFRA - ESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS

09.090.0.1 - DEPARTAMENTO DE OBRAS, SETORES URBANOS E RURAL

09.090.0.1.04.122.0020.2071 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA

3.3.90.30.00.00 - 0100000000 - Material de Consumo R$ 4.000,00 (quatro mil reais)

T O T A L R$ 43.600,00

Art. 2° - Para fazer face ao credito aberto no artigo anterior serão utilizados os recursos no artigo nº 43, §1º, III da Lei Federal nº 4.320/64,os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentarias ou de créditos adicionais, autorizados em lei.

03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO

03.030.0.1 - COORDENAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO GERAL

03.030.0.1.04.122.0020.1006 - REFORMA E AMPLIAÇÃO DA SECRETARIA E DEPENDENCIAS

3.3.90.39.00.00 - 0100000000 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica R$ 2.500,00

(dois mil e quinhentos reais)

4.4.90.51.00.00 - 0100000000 - Obras e Instalações R$ 2.500,00

(dois mil e quinhentos reais)

04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

04.040.0.5 - DEPARTAMENTO DE ENS. FUNDAMENTAL

04.040.0.5.12.782.0060.2021 - MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL

3.3.90.36.00.00 - 0125000001 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R$ 1.000,00

(um mil reais)

05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

05.050.0.5 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

05.050.0.5.10.301.0100.1029 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA ATENÇÃO BÁSICA



4.4.90.52.00.00 - 0102000000 - Equipamentos e Material Permanente R$ 10.425,00

(dez mil e quatrocentos e vinte e cinco reais)

4.4.90.52.00.00 - 0146008000 - Equipamentos e Material Permanente R$ 6.275,00

(seis mil e duzentos e setenta e cinco reais)

05.050.0.5.10.301.0100.2040 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS SAÚDE BUCAL

3.3.90.30.00.00 - 0102000000 - Material de Consumo R$ 6.800,00 (seis mil e oitocentos reais)

05.050.0.5.10.302.0110.2033 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS DO CENTRO DE SAÚDE

3.3.90.39.00.00 - 0102000000 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica R$ 10.000,00

(dez mil reais)

06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E AÇÃO SOCIAL

06.060.0.2 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

06.060.0.2.08.244.0140.2051 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE INVESTIMENTO SOCIAL - FUMIS

4.4.90.52.00.00 - 0129000000 - Equipamentos e Material Permanente R$ 100,00 (cem reais)

09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, INFRA - ESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS

09.090.0.1 - DEPARTAMENTO DE OBRAS, SETORES URBANOS E RURAL

09.090.0.1.15.451.0040.1050 - CONSTRUÇÃO DE CAPELA MORTUARIA

3.3.90.36.00.00 - 0100000000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R$ 2.000,00

(dois mil reais)

3.3.90.39.00.00 - 0100000000 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica R$ 2.000,00

(dois mil reais)

T O T A L R$ 43.600,00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de PORTO ESTRELA

Estado de MATO GROSSO

Em 02 de maio de 2019.

EUGENIO PELACHIM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/SAD
LEI MUNICIPAL N.º 635/2019 - DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE PORTO ESTRELA/MT

"Altera a redação do inciso IV do art. 45 da Lei Municipal n. 275, de 09 de agosto de 2005, que dispõe sobre a reestruturação do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Porto Estrela/MT e, dá outras providências"

EUGENIO PELACHIM, Prefeito de Porto Estrela, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º A redação do inciso IV do artigo 45 da Lei Municipal n.º 275, de 09 de agosto de 2005, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 45. .....

IV - de uma contribuição mensal do Município, incluídas suas autarquias e fundações, definida na reavaliação atuarial igual a 12,93% (doze inteiros e noventa e três centésimos por cento) calculada sobre a remuneração de contribuição dos segurados ativos, compreendendo: 11,90% (onze inteiros e noventa centésimos por cento) relativo ao custo normal e 1,03% (um inteiro e três centésimos por cento) referentes à alíquota de custo especial, escalonado nos termos do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Fica homologado o relatório técnico sobre os resultados da reavaliação atuarial, realizado em ABRIL/2019.

Art. 3º A contribuição previdenciária prevista no inciso IV do art. 45 na redação dada por esta lei será exigida a partir do primeiro dia do mês seguinte ao da publicação desta lei.

Art. 4º Esta Lei Municipal entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário, respeitado o disposto no artigo anterior.

Gabinete do Prefeito do Município de Porto Estrela/MT, 09 de julho de 2019.

EUGENIO PELACHIM

PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO I

ESCALONAMENTO DO DÉFICIT ATUARIAL

ANO	ALÍQUOTA
2019	1,03%
2020	1,05%
2021	1,08%
2022	1,10%
2023	1,13%
2024	1,15%
2025	1,18%
2026	1,20%
2027	1,23%
2028	1,26%
2029	1,60%
2030	1,94%
2031	2,28%
2032	2,61%
2033	2,95%
2034	3,29%
2035	3,63%
2036	3,97%
2037	4,31%
2038	4,65%
2039	4,99%
2040	5,32%
2041	5,66%
2042	6,00%
2043	6,34%

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/SAD
LEI COMPLEMENTAR Nº 090/2.019 -INSTITUI A CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PORTO ESTRELA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

"Que autoriza a adequação dos valores das tabelas de Cargos e Salários que estão abaixo do Salario mínimo Nacional e concessão do RGA - Revisão Anual Geral , conforme **ANEXO II** da Lei Complementar nº 003/2006 **(INSTITUI A CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PORTO ESTRELA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS),** e Dá Outras providências".

EUGENIO PELACHIM, PREFEITO MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE PORTO ESTRELA-MT.

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizado a adequação de valores das tabelas de Cargos e Salários que estão abaixo do Salário Mínimo e conceder RGA – Revisão Anual Geral, conforme **ANEXO II**, da Lei Complementar nº 003/2006 **(INSTITUI A CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PORTO ESTRELA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS)**, que passa a ter nova redação, conforme anexo I desta Lei:

§ **1º -** Além da adequação de valores ao mínimo nacional, as tabelas constantes no anexo II disposto neste artigo do PCCS dos servidores Públicos do Sistema Único de Saúde do Município, já estão reajustadas em **3,83% (Três vírgula, oitenta e três por cento**), a titulo de RGA período de 03/2018 a 02/2019.

§ **2º -** Para os Níveis que estavam abaixo do Salario mínimo referente a classe "a" com Vigência a partir de 01 de março de 2019, não serão aplicados percentuais de progressão, retornando normalmente as progressões a partir de 01/01/2020 conforme tabela de salários constantes do anexo I desta Lei.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de março do corrente ano, revogadas as disposições em contrário.

Porto Estrela-MT, 25 de Junho de 2.019.

EUGENIO PELACHIM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/SAD
LEI COMPLEMENTAR Nº 089/2019 - QUE DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DO PLANO DE CARGOS, CARREIRA E VENCIMENTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE PORTO ESTRELA

"Que autoriza a adequação dos valores das tabelas de Cargos e Salários que estão abaixo do Salario mínimo Nacional e concessão do RGA - Revisão Anual Geral , conforme **ANEXO II** da Lei Complementar nº 015/2008 **(Que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreira e Vencimento dos Servidores Públicos do Poder Executivo do Município de Porto Estrela, estabelece normas de enquadramento e institui nova tabela de vencimentos),** e Dá Outras providências".

EUGENIO PELACHIM, PREFEITO MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE PORTO ESTRELA-MT.

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizado a adequação de valores das tabelas de Cargos e Salários que estão abaixo do Salário Mínimo e conceder RGA – Revisão Anual Geral, conforme **ANEXO II**, da Lei *Complementar nº 015/2008 (Que d***ispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreira e Vencimento dos Servidores Públicos do Poder Executivo do Município de Porto Estrela, estabelece normas de enquadramento e institui nova tabela de vencimentos)**, que passa a ter nova redação, conforme anexo I desta Lei:

§ **1º -** Além da adequação de valores ao mínimo nacional, as tabelas constantes no anexo II disposto neste artigo do PCCS dos servidores Públicos do Município, já estão reajustadas em **3,83% (Três vírgula, oitenta e três por cento**), a titulo de RGA período de 03/2018 a 02/2019.

§ **2º -** Para os Níveis que estavam abaixo do Salario mínimo referente a classe "a" com Vigência a partir de 01 de março de 2019, não serão aplicados percentuais de progressão, retornando normalmente as progressões a partir de 01/01/2020 conforme tabela de salários constantes do anexo I desta Lei.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de março do corrente ano, revogadas as disposições em contrário.

Porto Estrela-MT, 25 de Junho de 2.019.

EUGENIO PELACHIM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 002/2019 - PROCESSO SELETIVO PÚBLICO 001.2017

EUGÊNIO PELACHIM, Prefeito Municipal de Porto Estrela, no uso das atribuições que legalmente lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e pelo Edital de Abertura do Processo Seletivo Público n°. 001/2017;

CONSIDERANDO o pedido de exoneração do ocupante do cargo de agente comunitário de saúde da microarea 13 e necessidade de provimento;

RESOLVE:

Em atenção ao Edital Complementar n.º 010/2017, do Processo Seletivo Público n.º 001/2017, convocar os aprovados para o cargo de Agente Comunitário de Saúde – ACS, conforme especificado no anexo I, deste Edital.

Por derradeiro, informamos que os convocados deverão comparecer na Avenida José Antônio de Faria, nº. 2.035 – Centro – Porto Estrela/ MT, **à partir do dia 10 de julho de 2019**, no horário das 07:00 às 11:00 e das 13:00 às 17:00 horas, no prazo de 30 (trinta) dias, para efetivar a posse, quando deverão apresentar os documentos constantes no anexo II, deste Edital.

O não comparecimento do (a) interessado (a) na data aprazada, e/ou, a não apresentação da documentação prevista anexo II, deste Edital, implicará no reconhecimento da **DESISTÊNCIA E RENÚNCIA** quanto ao preenchimento do cargo para o qual foi aprovado, reservando-se à Administração o direito de convocar outro candidato.

O candidato que não comparecer no prazo estipulado de Convocação do Processo Seletivo Público n.º 001/2017, ou não apresentar a documentação acima elencada, perderá o direito à nomeação e ao conseqüente ingresso no serviço Público Municipal.

Gabinete do Prefeito de Porto Estrela/MT, 09 de julho de 2019.

EUGÊNIO PELACHIM

Prefeito Municipal

ANEXO I - RELAÇÃO DE CONVOCADOS

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACS

MICRO-AREA 13

Inscrição: PMPE-00021/PS17	HOSANA VIEIRA MATOS DE OLIVEIRA	Classificação: 2°

Gabinete do Prefeito de Porto Estrela/MT, 09 de julho de 2019.

EUGÊNIO PELACHIM

Prefeito Municipal

ANEXO II – CÓPIA DOS DOCUMENTOS EXIGIDOS

RG E CPF

ASO – Atestado de Saúde Ocupacional

TITULO DE ELEITOR COMPROVANTE DA ULTIMA ELEIÇÃO

§ CARTEIRA DE TRABALHO (Pág. 7 e 8)

§ RESERVISTA

§ **COMPROVANTE DE RESIDENCIA** (no nome do candidato ou declaração de residência registrada em cartório pelo proprietário do imóvel ou pelo Centro de Referência da Assistência Social – CRAS, como data mínima de 30/03/2017, conforme item 2.3 e 2.3.1 do Edital de Abertura do Processo Seletivo n.º 001/2017.)

§ HISTORICO ESCOLAR/DIPLOMA

§ CERTIDAO DE NASCIMENTO DOS FILHOS / CARTEIRA DE VACINAÇÃO/HISTORICO ESCOLAR

§ CERTIDAO DE CASAMENTO

§ CERTIDAO DE NASCIMENTO

§ DECLARAÇÃO DE NÃO ACUMULO DE CARGO PUBLICO

§ DECLARAÇÃO DE BENS

§ DECLARAÇÃO QUE NÃO FOI DEMITIDO POR JUSTA CAUSA

§ PIS

§ CERTIDAO NEGATIVA ESTADUAL E FEDERAL

§ CONTA CORRENTE/SALARIO BRADESCO

§ 2 fotos 3x4

§ Telefone para contato

§ email

I - Poderá não tomar posse o Candidato portador de deficiência aprovado, classificado e convocado, que for comprovado via perícia médica a incompatibilidade entre a deficiência e o exercício do cargo;

II - Será considerado desistente, perdendo a respectiva vaga, o Candidato aprovado que não se apresentar no prazo fixado pelo Edital de Convocação; não se apresentar para tomar posse no prazo fixado; não comprovar os requisitos exigidos através da documentação necessária para o provimento do cargo;

III - Não obstante todas as disposições deste Edital sobre a posse do aprovado, os órgãos competentes aplicarão, no que couber, as disposições da Lei Orgânica Municipal e demais Leis Municipais vigentes do Município de Porto Estrela - MT.

Gabinete do Prefeito de Porto Estrela/MT, 09 de julho de 2019.

EUGÊNIO PELACHIM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2019

O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal-MT, no uso de suas atribuições legais, torna público que fará realizar Procedimento Licitatório, Modalidade: Pregão Presencial com Registro de Preço, Tipo: Menor Preço.

Objeto: Prestação de Serviços com gravação de áudio, filmagens, documentários, vts para publicidade, banners de exposição, locução de eventos de médio e grande porte, divulgação de mídia eletrônica, editoração para revistas e jornais, divulgação em mídia impressa e assessoria de imprensa, para atender a demanda da Secretaria Municipal de Administração, Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Educação e Gabinete do Prefeito da Prefeitura do Município de Reserva do Cabaçal-MT.

Data de abertura: Dia **23/07/2019** as **08:00** horas.

Local: Prefeitura Municipal, Av. Mato Grosso, 221, Centro, CEP: 78. 265-000, Reserva do Cabaçal-MT.

Reserva do Cabaçal – MT, 09 de Julho de 2019.

VONISSON GOMES DOS SANTOS

Pregoeiro

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE N.º 96/2019 DE 03 DE JUNHO DE 2019.

"DISPÕE SOBRE A COMISSÃO RESPONSÁVEL PELAS ELEIÇÕES DO CONSELHO TUTELAR NO MUNICIPIO DE RESERVA DO CABAÇAL-MT."

TARCISIO FERRARI, Prefeito Municipal de Reserva do Cabaçal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º - Nomeia Comissão responsável para Eleição do Conselho Tutelar do Município de Reserva do Cabaçal – Mato Grosso, sendo a seguinte:

Marco Antônio Molina Gomes-Presidente; **Alciene Teixeira Montoaneli**-Secretária; **Lilliane Ventura da Silva** -Membro e **Marilaine Negris**-Membro.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Reserva do Cabaçal, Estado de Mato Grosso, 03 de Junho de 2019.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Tarcisio Ferrari

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE N.º 103/2019 DE 28 DE JUNHO DE 2019.

"NOMEIA SERVIDORA DALVA DE LAET FRANÇA SECRETÁRIA EXECUTIVA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL-CMAS, DESTA PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL-MT."

TARCÍSIO FERRARI, Prefeito Municipal de Reserva do Cabaçal, no uso de suas atribuições legais resolve;

RESOLVE

Art. 1º - Nomear a Servidora DALVA DE LAET FRANÇA, a função de **SECRETÁRIA EXECUTIVA** do Conselho Municipal de Assistência Social-CMAS, desse município de Reserva do Cabaçal – Mato Grosso .

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Reserva do Cabaçal, Estado de Mato Grosso, 28 de Junho de 2019.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

TARCÍSIO FERRARI.

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
REAVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2019

O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal-MT, no uso de suas atribuições legais, torna público para o conhecimento dos interessados o **Reaviso do Procedimento Licitatório**, Modalidade: Pregão Presencial Nº 20/2019, Tipo: Menor Preço.

Objeto: Registro de preço para futura e eventual aquisição de materiais de construção para manutenção predial das secretarias da Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal-MT .

Data de abertura: Dia **22/07/2019** as **08:00** horas.

Reserva do Cabaçal – MT, 09 de Julho de 2019.

VONISSON GOMES DOS SANTOS

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA

SETOR DE LICITAÇÃO
ERRATA DO EXTRATO DO CONTRATO 036/2019

ERRATA DO EXTRATO DO CONTRATO 036/2019

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA-MT

CONTRATADA:L.F ENGENHARIA-EPP

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DO MAPA RODOVIÁRIO DO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA PARA READEQUAÇÃO E CONFERÊNCIA DAS QUILOMETRAGENS DAS ESTRADAS VICINAIS INFORMADAS PARA A COMISSÃO DO FETHAB 2019.

A Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira-MT, informa a todos que no Extrato do Contrato 036/2019, publicado nos jornais oficiais utilizados por este Município, **onde se lê:**

Data da assinatura: 30/04/2019

leia-se:

Data da assinatura: 26/04/2019

Luzia Nunes Brandão

PREFEITO DO MUNICIPAL

GABINETE
LEI Nº 823/2019 ALTERA A TABELA IV DA LEI N.º 314/2001 – CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

LEI Nº 823/2019

DE 04 DE JULHO DE 2019.

"ALTERA A TABELA IV DA LEI N.º 314/2001 – CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A Câmara Municipal de Vereadores de Ribeirão Cascalheira, Estado de Mato Grosso,nouso das atribuições, aprova e a Prefeita **LUZIA NUNES BRANDÃO**, sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º -Fica alterado a Tabela IV que passará a vigorar como segue:

Tabela IV

VALORES DA TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE LOCALIZAÇÃO, INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO

Descrição dos Serviços	Período de incidência	Quantidade de UPFM
1 – Profissionais autônomos, inclusive liberais, estabelecidos prestadores de serviços em geral, entidades de classe e clubes esportivos	Anual	12
2 –Estabelecimentos Comerciais e Industriais	Anual	12
3 – Pequenas Oficinas e pequenos estabelecimentos comerciais ou industriais, localizados em garagens, quintais ou outras dependências de imóveis utilizados simultaneamente para outros fins, inclusive residenciais.	Anual	12
4 – Depósitos e reservatórios de combustíveis, materiais e exploráveis	Anual	12
5 –Postos de venda ao consumidor final de combustíveis, materiais inflamáveis explosivos.	Anual	15
6 – Restaurantes, bares e similares e estabelecimentos que explorem diversões públicas.	Anual	12
7 – Atividades provisórias, assim entendidas as exercidas em 30 dias.	Anual	12
8 – Atividades provisórias, assim entendidas as exercidas superiores a 30 dias.	Anual	12
9 – Atividades Provisórias assim entendidas, as exercidas em vendas ambulantes por pessoas não residentes no município e que não possuem local fixo para a comercialização, como barracas, bancas, camionetes e caminhões.	Diário	10

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

LUZIA NUNES BRANDÃO

Prefeita Municipal

GABINETE
PORTARIA N. 96/2019 ALTERA A PORTARIA N° 044/2017 DE COORDENAÇÃO DE VIGILÂNCIA AMBIENTAL E SUPERVISÃO

PORTARIA N. 96/2019

DATA: 26 DE JUNHO DE 2019

"ALTERA A PORTARIA N° 044/2017 DE COORDENAÇÃO DE VIGILÂNCIA AMBIENTAL E SUPERVISÃO DE CAMPO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

LUZIA NUNES BRANDÃO, Prefeita Municipal de Ribeirão Cascalheira – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

R E S O L V E:

Art. 1º - Altera a Portaria n° 044/2017 do Senhor **PAULO VICTOR SANTOS SILVA** brasileiro, portador da cédula de identidade RG nº 168.546-83 SSP/MT e inscrito no CPF nº 029.607.681-32, residente e domiciliado neste município, para o cargo de **RESPONSÁVEL POR COORDENAÇÃO DE VIGILÂNCIA AMBIENTAL E SUPERVISÃO DE CAMPO FG-4**. Conforme Lei 821 de 18 de junho de 2019.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrário.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

E CUMPRA-SE

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL

EM, 26 DE JUNHO DE 2019.

LUZIA NUNES BRANDÃO

Prefeita Municipal

GABINETE
PORTARIA N°.100/2019 NOMEA PLANTONISTA SALA DE VACINA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS

PORTARIA N°.100/2019

DATA: 26 DE JUNHO DE 2019

"NOMEA PLANTONISTA SALA DE VACINA E dá OUTRAS PROVIDENCIAS."

LUZIA NUNES BRANDÃO, Prefeita Municipal de Ribeirão Cascalheira – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

R E S O L V E:

Art. 1º - Nomear a Senhora **ROSANGELA DA CUNHA,** brasileira, portadora do RG nº 10765220 SJSP/MT e inscrita no CPF nº 935.632.211-20, residente e domiciliada na neste município, para o cargo de **PLANTONISTA SALA DE VACINA** FG-7. Conforme Lei 821 de 18 de junho de 2019.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrario.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

E CUMPRA-SE

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL

EM, 26 DE JUNHO DE 2019.

LUZIA NUNES BRANDÃO

Prefeita Municipal

GABINETE
PORTARIA N°.98/2019 NOMEA RESPONSÁVEL PELA ALIMENTAÇÃO DO SISTEMA E ACOMPANHAMENTO DOS CONVÊNIOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS

PORTARIA N°.98/2019

DATA: 26 DE JUNHO DE 2019

"NOMEA RESPONSÁVEL PELA ALIMENTAÇÃO DO SISTEMA E ACOMPANHAMENTO DOS CONVÊNIOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE E dá OUTRAS PROVIDENCIAS."

LUZIA NUNES BRANDÃO, Prefeita Municipal de Ribeirão Cascalheira – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

R E S O L V E:

Art. 1º - Nomear a Senhora **MARALÚCIA PINTO PEREIRA MARQUES** brasileira, viúva, portadora do RG nº 1233638-6 SSP/MT e inscrita no CPF nº 922.332.521-87, residente e domiciliado na Rua Severino Soares dos Santos, nº 380, Jardim Tangará, neste município, para o cargo deRESPONSÁVEL PELA ALIMENTAÇÃO DO SISTEMA E ACOMPANHAMENTO DOS CONVÊNIOS DO MINIISTÉRIO DA SAÚDE FG-6. Conforme Lei 821 de 18 de junho de 2019.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a portaria n° 045/2017 e as demais disposições em contrario.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

E CUMPRA-SE

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL

EM, 26 DE JUNHO DE 2019.

LUZIA NUNES BRANDÃO

Prefeita Municipal

GABINETE
PORTARIA N°.97/2019 ALTERA A PORTARIA N° 161/2018 DE RESPONSÁVEL POR COORDENAÇÃO DE ATENÇÃO BÁSICA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS

PORTARIA N°.97/2019

DATA: 26 DE JUNHO DE 2019

"ALTERA A PORTARIA N° 161/2018 DE RESPONSÁVEL POR COORDENAÇÃO DE ATENÇÃO básica E dá OUTRAS PROVIDENCIAS."

LUZIA NUNES BRANDÃO, Prefeita Municipal de Ribeirão Cascalheira – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

R E S O L V E:

Art. 1º - Altera a portaria n° 161/2018 da Senhora **KISS MEKELLY PEREIRA MARQUES,** brasileira, portador da cédula de identidade RG n° 16723937 SSP/GO e inscrita no CPF n° 007.035.931-88, residente e domiciliada neste município, para o cargo deRESPONSAVEL POR COORDENAÇÃO DE ATENÇÃO BÁSICA FG-5. Conforme Lei 821 de 18 de junho de 2019.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a portaria n° 161/2018 e as demais disposições em contrario.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

E CUMPRA-SE

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL

EM, 26 DE JUNHO DE 2019.

LUZIA NUNES BRANDÃO

Prefeita Municipal

GABINETE
PORTARIA N°.99/2019 NOMEA PLANTONISTA SALA DE VACINA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS

PORTARIA N°.99/2019

DATA: 26 DE JUNHO DE 2019

"NOMEA PLANTONISTA SALA DE VACINA E dá OUTRAS PROVIDENCIAS."

LUZIA NUNES BRANDÃO, Prefeita Municipal de Ribeirão Cascalheira – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

R E S O L V E:

Art. 1º - Nomear a Senhora **ADRIANA FERREIRA DA SILVA,** brasileira, portadora do RG nº 920887 SSP/MT e inscrita no CPF nº 593.695.661-04, residente e domiciliada na neste município, para o cargo de **PLANTONISTA SALA DE VACINA** FG-7. Conforme Lei 821 de 18 de junho de 2019.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrario.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

E CUMPRA-SE

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL

EM, 26 DE JUNHO DE 2019.

LUZIA NUNES BRANDÃO

Prefeita Municipal

GABINETE
PORTARIA N°.102/2019 NOMEA RESPONSÁVEL PELAS ATIVIDADES DA ACADEMIA DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDENCIA

PORTARIA N°.102/2019

DATA: 26 DE JUNHO DE 2019

"NOMEA RESPONSÁVEL PELAS ATIVIDADES DA ACADEMIA DE SAÚDE E dá OUTRAS PROVIDENCIAS."

LUZIA NUNES BRANDÃO, Prefeita Municipal de Ribeirão Cascalheira – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

R E S O L V E:

Art. 1º - Nomear a Senhora **DAYHENNE PAULA SOUSA KIL,** brasileira, portadora do RG nº 4760965 SSP/GO e inscrita no CPF nº 360.257.628-05, residente e domiciliada na neste município, para o cargo de **RESPONSÁVEL PELAS ATIVIDADES DA ACADEMIA DE SAÚDE** FG-8. Conforme Lei 821 de 18 de junho de 2019.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrario.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

E CUMPRA-SE

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL

EM, 26 DE JUNHO DE 2019.

LUZIA NUNES BRANDÃO

Prefeita Municipal

GABINETE
PORTARIA N. 95/2019 ALTERA A PORTARIA N° 057/2017 DE COORDENADORA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

PORTARIA N. 95/2019

DATA: 26 DE JUNHO DE 2019

"ALTERA A PORTARIA N° 057/2017 DE COORDENADORA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

LUZIA NUNES BRANDÃO, Prefeita Municipal de Ribeirão Cascalheira – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

R E S O L V E:

Art. 1º - Altera a Portaria n° 057/2017 da Senhora **HALLANA DOS SANTOS MOURA WILLIG,** Médica Veterinária, portadora da cédula de identidade RG de nº 2.918.038 SSP/PI e inscrita no CPF sob o nº 047.878.713-82 e Inscrita no Conselho Regional de Medicina Veterinária – MT, CRMV – MT nº 05145, para o cargo de **COORDENADORA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA – FG-3**. Conforme Lei 821 de 18 de junho de 2019.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrário.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

E CUMPRA-SE

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL

EM, 26 DE JUNHO DE 2019.

LUZIA NUNES BRANDÃO

Prefeita Municipal

GABINETE
PORTARIA N°. 103/2019 NOMEIA CONTADOR RESPONSÁVEL TÉCNICO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS

PORTARIA N°. 103/2019

DATA: 28 DE JUNHO DE 2019

"NOMEIA CONTADOR RESPONSAVÉL TECNICO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

LUZIA NUNES BRANDÃO, Prefeita Municipal de Ribeirão Cascalheira – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

R E S O L V E:

Art. 1º - Nomeiar a Senhora **JUVENAIDE SOARES MIRANDA**, brasileira, portadora do RG 1059378-0 SSP/MT, e sob CPF nº 823.957.641-91, residente e domiciliada neste municipio de Ribeirão Cascalheira-MT, para o cargo de **Contador Responsável Técnico FG-9**. Conforme Lei 821 de 18 de junho de 2019.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrario.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

E CUMPRA-SE

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL

EM 28 DE JUNHO DE 2019.

LUZIA NUNES BRANDÃO

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃOZINHO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 009/2019

PREGÃO: Nº. 010/2019 –**REGISTRO DE PREÇOS**

PROCESSO: Nº. 020/2019

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios

Pelo presente instrumento, O Município de Ribeirãozinho - MT, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa á Rua Antônio João, 156, Centro, nesta cidade, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 15.943.434/0001-00, representado neste ato pelo seu Prefeito Municipal, Senhor Ronivon Parreira das Neves, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Colônia Couto Magalhães, nesta cidade de Ribeirãozinho - MT, portador da Cédula de Identidade nº. 1133902-0 SJ/MT e CPF sob n.º 931.895.161-20, e de outro lado a empresa PNEUS VIA NOBRE LTDA CNPJ: 01.976.860/0048-91 representada por Sergio Carlos Ferreira, CPF: 234.279.731-15, residente e domiciliado na AV. Independência, nº 4.887, Setor Aeroporto, CEP 78045-200 em Cuiabá-MT, nas quantidades estimadas no Anexo I desta Ata, de acordo com a classificação por elas alcançadas por Lote, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações, Decreto nº. 3.931/2001, Decreto 4.342/2002, Decreto Estadual nº. 7.217/2006 e 1.805/2009, e demais legislações pertinentes a matéria e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1. O presente pregão tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS DE PNEUS DE PRIMEIRA LINHA E SERVIÇOS COM RECAPAGENS**, utilizados nas Secretarias Municipais de acordo com as especificações constantes no Termo de Referência – Especificação dos Produtos.

2. DA VIGÊNCIA

2.1. O presente Registro de Preços terá validade DE (12) MESES, contados a partir de sua publicação no Diário Oficial.

3. DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento deste instrumento caberá ao Departamento de Licitações, através da C. P. L, no seu aspecto operacional e à Coordenadoria Jurídica de Licitações da Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho – MT, nas questões legais.

4. DA ESPECIFICAÇÃO, QUANTIDADE E PREÇO

4.1. O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela, anexo desta ata.

5. EMPENHO

5.1. O Contrato, no caso do presente PREGÃO, será substituído pela Nota de Empenho na forma do artigo 62, "caput" e parágrafo 4º, da Lei 8.666/93.

5.2. Como condição para emissão da Nota de Empenho, o licitante vencedor deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada ou comprovar situação regular no Cadastro de Fornecedores Estadual, ou ainda perante a Fazenda Federal, à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

5.3. Se as certidões referidas no item anterior não comprovarem a situação regular do licitante, a sessão será retomada e os demais chamados, na ordem de classificação, para fazê-lo nas condições de suas respectivas ofertas, observado que o (a) pregoeiro (a) examinará a aceitabilidade, quanto ao objeto e valor, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

5.4. A Contratada ficará obrigada a entregar os produtos, nas quantidades e condições contratado com o Órgão ou Entidade Adeso ao registro de preço, contados a partir da data de do recebimento da nota de empenho que advém desta licitação.

5.5. Da nota de empenho advinda da homologação e adjudicação, acima referida, constará o valor global da contratação.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. Retirar a Nota de Empenho no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal:

6.2. Os materiais deverão ser entregues nos locais indicados pelos Órgãos/Entidades adesos a ata de registro de preços no Município de Ribeirãozinho - MT;

6.3. O vencedor ficará obrigado a entregar os materiais desta licitação, em até 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da Nota de Empenho.

6.4. A contratada será responsável pelo transporte dos materiais até a sua entrega, não cabendo quaisquer ônus adicionais à Administração;

6.5. A embalagem deverá ser acondicionada conforme padrão do fabricante, devendo garantir a proteção durante o transporte e estocagem, bem como constar a identificação do produto e demais informações exigidas na Legislação em vigor.

6.6. Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus para os Órgãos/ Entidade.

6.7. **Executar o fornecimento dos materiais dentro dos padrões estabelecidos pela PREFEITURA e conforme estipulado neste edital e na proposta apresentada;**

6.8. Substituir, às suas expensas, no prazo de 02 (dois) dias úteis, após notificação formal, os produtos entregues em desacordo com as especificações deste edital, conforme anexos e com a respectiva proposta, ou que apresente vício de qualidade (que apresentem problemas na utilização);

6.9**.** Comunicar antecipadamente a data e horário da entrega, não sendo aceitos os materiais que estiverem em desacordo com as especificações constantes neste edital, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado;

6.10**.** Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Órgão/Entidade, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência à PREFEITURA, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da Ata;

6.11. Dispor-se a toda e qualquer fiscalização da PREFEITURA, no tocante ao fornecimento do produto, assim como ao cumprimento das obrigações previstas na Ata;

6.12. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

6.13. A falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegado como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto desta ATA e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas;

6.14**.** Comunicar imediatamente à PREFEITURA qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

6.15. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

6.16. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercido pela PREFEITURA;

6.17**.** Indenizar terceiros e/ou ao Órgão/Entidade, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

6.18. A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. Aderir ao registro de preços e determinar a execução do objeto quando houver garantia real da disponibilidade financeira para a quitação de seus débitos frente à consignatária/contratada, sob pena de ilegalidade dos atos.

7.2. Emitir ordem de fornecimento estabelecendo dia, hora, quantidade, local e demais informações que achar pertinentes para o bom cumprimento do objeto;

7.3. Receber o objeto adjudicado, nos termos, prazos, quantidade, qualidade e condições estabelecidas neste edital;

7.4. Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao Objeto, que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

7.5. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da Contratada às dependências do Órgão ou Entidade adeso ao registro;

7.6. Fiscalizar o cumprimento das obrigações contratuais pela contratada;

7.7. Rejeitar os materiais em desacordo com o edital;

7.8**.** Notificar a contratada de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos produtos.

7.9. Efetuar o pagamento à CONTRATADA conforme condições previstas neste edital.

7.10. Nenhum pagamento será efetuado à empresa adjudicatária enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

8. DO RECEBIMENTO DOS MATERIAIS

8.1**.** Os materiais descritos no Anexo I deste Edital serão recebidos:

a) Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação;

b) Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação;

c) c) Rejeitado,quando em desacordo com o estabelecido no Edital, e seus Anexos.

8.2. A entrega dos materiais deverá ser em conformidade com o especificado no Termo de Referência e Proposta da licitante contratada.

8.3.O produto em desconformidade com o especificado acarretará a correção; caso não seja possível será rejeitado, com aplicações das sanções administrativas e/ou legais cabíveis.

9. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. As despesas decorrentes da contratação, objeto desta Licitação, correrão à conta dos ÓRGÃOS/ENTIDADES adesos ao registro de preços, mediante concretização da ordem de empenho.

10. DO PAGAMENTO

10.1. Efetuar o pagamento após o recebimento definitivo dos produtos, mediante ordem bancária através do Banco do Brasil S/S, em moeda corrente até o 20º (vigésimo) dia útil, contados a partir do recebimento da fatura/Nota fiscal, devidamente atestada pelo setor competente.

10.1.1. A Administração se reserva o direito de não receber os materiais que não estiverem em perfeitas condições de uso e/ou de acordo com as especificações estipuladas neste edital, ficando suspenso o pagamento da Nota Fiscal enquanto não forem sanadas tais incorreções;

10.1.2. A omissão de qualquer despesa necessária à realização do objeto será interpretada como não existente ou já incluída nos preços, não podendo a licitante pleitear acréscimo após a entrega das Propostas;

10.2. O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do equipamento (com detalhes), o número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária;

10.2.1. **Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.**

10.2.2. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

10.3. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado;

11. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1.A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) Quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) Quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota de Empenho decorrente deste Registro;

d) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

11.2.Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Secretaria, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas nesta Ata e no Edital.

11.5.Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do Item.

11.6.Caso a PREFEITURA não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

12. DAS PENALIDADES

12.1.O descumprimento injustificado das obrigações assumidas nos termos desta ata e do edital sujeita a contratada a multas, consoante o *caput* e § 1º do art. 86 da Lei no8.666/93, incidentes sobre o valor da Nota de Empenho, na forma seguinte:

12.2. Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto adjudicado, ao ÓRGÃO/ENTIDADEpoderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado.

12.3. Se a adjudicatária recusar-se a retirar a nota de empenho injustificadamente ou se não apresentar situação regular no ato da feitura da mesma, garantida prévia e ampla defesa, sujeita-se às seguintes penalidades:

12.3.1. Multa de até 10% sobre o valor adjudicado;

12.3.2. Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo de até 02 (dois) anos, e/ou;

12.3.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

12.4. A licitante, adjudicatária ou contratada que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude

fiscal, garantida prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com o Estado pelo prazo de até 05 (cinco) anos e, se for o caso, será descredenciado do Cadastro de Fornecedores por igual período, sem prejuízo da ação penal correspondente na forma da lei.

12.5.A multa, eventualmente imposta à contratada, será automaticamente descontada da garantia do contrato.

12.6.As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar a PREFEITURA.

13. DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1.As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

ITodas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente ata de Registro de Preços.

II Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão nº. 010/2019** e seus anexos e as propostas das classificadas.

III É vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da PREFEITURA

14. DO FORO

14.1 - Fica eleito o foro da cidade de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, como competente para dirimir quaisquer dúvidas ou questões decorrentes da execução deste contrato.

Ribeirãozinho - MT, 04 de julho de 2019.

Ronivon Parreira das Neves Prefeito Municipal CONTRATANTE	Pneus Via Nobre LTDA CNPJ: 01.976.860/0048-91 CONTRATADA
Testemunhas: Rayane Peixoto da Silva CPF: 042.291.361-88	Maria Auxiliadora Cardoso Souza CPF: 834.559.571-53
Elayne Bento Parreira Assessora Jurídica	

DAS ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO

Item	5049 Código	PNEUS VIA NOBRE LTDA CNPJ: 01.976.860/0048-91 AVE AVENIDA DA FEB, 0 - PONTE NOVA, VARZEA GRANDE - MT, CEP: 78275-000 Descrição do Produto/Serviço	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	156.001.101	PNEU 1000 R 20 Marca: FORMULA	UNIDA	20	1.215,00	24.300,00
3	156.001.079	PNEU 12.16/5 MINIMO 10 LONAS RETROESCAVADEIRA Marca: PIRELLI		8	1.064,00	8.512,00
7	258.003.946	PNEU 1400-24 Marca: PIRELLI	UNIDA	28	2.685,00	75.180,00
18	156.001.080	PNEU 19.5L/24 MINIMO 10 LONAS RETROESCAVADEIRA Marca: PIRELLI	UNIDA	4	2.815,00	11.260,00
24	156.000.009	PNEU 23.1-30 Marca: PIRELLI	UNIDA	4	4.419,00	17.676,00
27	156.000.013	PNEU 600-16 Marca: PIRELLI	UNIDA	8	420,00	3.360,00
29	156.001.089	PNEU 750-16 Marca: PIRELLI		10	680,00	6.800,00
35	009.001.069	RECAPAGEM DE PNEU 1000-20 Marca: VIPAL	SERV	12	490,00	5.880,00
36	009.005.264	RECAPAGEM DE PNEU 12.4 X 24 AGRÍCOLA Marca: VIPAL	UN	8	750,00	6.000,00
37	011.001.002	RECAPAGEM DE PNEU 1400 - 24 Marca: VIPAL	SERVI	32	1.301,00	41.632,00
38	009.005.203	RECAPAGEM DE PNEU 16 X 16,5 NHS Marca: VIPAL	UNIDA	12	599,00	7.188,00
40	009.005.198	RECAPAGEM DE PNEU 18.4 - 30 Marca: VIPAL	UNIDA	20	1.800,00	36.000,00
42	009.005.202	RECAPAGEM DE PNEU 19,5 L X 24 Marca: VIPAL	UNIDA	14	1.473,00	20.622,00
43	009.005.201	RECAPAGEM DE PNEU 215/75 R 17,5 Marca: VIPAL	UNIDA	12	203,00	2.436,00
9	156.001.064	PNEU 175/65 R14 Marca: PIRELLI	UNIDA	36	280,00	10.080,00
30	016.007.872	PNEU 750 R 16 Marca: PIRELLI	UNIDA	10	680,00	6.800,00
31	156.001.088	PNEU 900-20 MINIMO 14 LONAS Marca: PIRELLI	UNIDA	20	1.080,00	21.600,00
45	009.005.194	RECAPAGEM DE PNEU 275/80 R 22.5 LISO Marca: VIPAL	UNIDA	20	630,00	12.600,00
10	016.007.860	PNEU 175/70 AR 13 SEM CAMARA Marca: PIRELLI	UNIDA	8	208,00	1.664,00
21	156.001.068	PNEU 215/75 R 17,5 Marca: FORMULA	UNIDA	30	1.041,00	31.230,00
28	156.001.058	PNEU 7.50-16 10PR Marca: PIRELLI	UNIDA	10	670,00	6.700,00

11	156.001.086	PNEU 175/70 R13 Marca: PIRELLI	UNIDA	12	208,00	2.496,00
12	016.007.843	PNEU 175/70 R14 Marca: PIRELLI	UNIDA	6	305,00	1.830,00
15	016.007.070	PNEU 185R14C102-100R Marca: PIRELLI	UNIDA	14	400,00	5.600,00
19	156.001.067	PNEU 205/75 R 16 Marca: PIRELLI	UNIDA	16	659,00	10.544,00
20	156.001.085	PNEU 215/65 R16 Marca: PIRELLI	UNIDA	24	710,00	17.040,00
25	016.008.157	PNEU 265/70 R16 Marca: PIRELLI	UNIDA	16	840,00	13.440,00
		Total do Proponente				408.470,00

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 008/2019

PREGÃO: Nº. 010/2019 – REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO: Nº. 020/2019

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios

Pelo presente instrumento, O Município de Ribeirãozinho - MT, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa á Rua Antônio João, 156, Centro, nesta cidade, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 15.943.434/0001-00, representado neste ato pelo seu Prefeito Municipal, Senhor Ronivon Parreira das Neves, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Colônia Couto Magalhães, nesta cidade de Ribeirãozinho - MT, portador da Cédula de Identidade nº. 1133902-0 SJ/MT e CPF sob n.º 931.895.161-20, e de outro lado a empresa PNEUAR COMERCIO DE PNEUS LTDA CNPJ: 03.532.991/0001-41 representada por Fabricio Margreiter, RG: 3159921, CPF: 010.008.979-82, sediada na Rua Ulisses Pompeu de Campos, nº 132, bairro Suburbano, em Várzea Grande - MT, nas quantidades estimadas no Anexo I desta Ata, de acordo com a classificação por elas alcançadas por Lote, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações, Decreto nº. 3.931/2001, Decreto 4.342/2002, Decreto Estadual nº. 7.217/2006 e 1.805/2009, e demais legislações pertinentes a matéria e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO 1.1. O presente pregão tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS DE PNEUS DE PRIMEIRA LINHA E SERVIÇOS COM RECAPAGENS**, utilizados nas Secretarias Municipais de acordo com as especificações constantes no Termo de Referência – Especificação dos Produtos. **2. DA VIGÊNCIA** 2.1. O presente Registro de Preços terá validade DE (12) MESES, contados a partir de sua publicação no Diário Oficial. **3. DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

3.1. O gerenciamento deste instrumento caberá ao Departamento de Licitações, através da C. P. L, no seu aspecto operacional e à Coordenadoria Jurídica de Licitações da Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho – MT, nas questões legais. **4. DA ESPECIFICAÇÃO, QUANTIDADE E PREÇO**

4.1. O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela, anexo desta ata. **5. EMPENHO** 5.1. O Contrato, no caso do presente PREGÃO, será substituído pela Nota de Empenho na forma do artigo 62, “caput” e parágrafo 4º, da Lei 8.666/93. 5.2. Como condição para emissão da Nota de Empenho, o licitante vencedor deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada ou comprovar situação regular no Cadastro de Fornecedores Estadual, ou ainda perante a Fazenda Federal, à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). 5.3. Se as certidões referidas no item anterior não comprovarem a situação regular do licitante, a sessão será retomada e os demais chamados, na ordem de classificação, para fazê-lo nas condições de suas respectivas ofertas, observado que o (a) pregoeiro (a) examinará a aceitabilidade, quanto ao objeto e valor, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis. 5.4. A Contratada ficará obrigada a entregar os produtos, nas quantidades e condições contratado com o Órgão ou Entidade Adeso ao registro de preço, contados a partir da data de do recebimento da nota de empenho que advém desta licitação. 5.5. Da nota de empenho advinda da homologação e adjudicação, acima referida, constará o valor global da contratação. **6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA** 6.1. Retirar a Nota de Empenho no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal: 6.2. Os materiais deverão ser entregues nos locais indicados pelos Órgãos/Entidades adesos a ata de registro de preços no Município de Ribeirãozinho - MT; 6.3. O vencedor ficará obrigado a entregar os materiais desta licitação, em até 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da Nota de Empenho. 6.4. A contratada será responsável pelo transporte dos materiais até a sua entrega, não cabendo quaisquer ônus adicionais à Administração; 6.5. A embalagem deverá ser acondicionada conforme padrão do fabricante, devendo garantir a proteção durante o transporte e estocagem, bem como constar a identificação do produto e demais informações exigidas na Legislação em vigor. 6.6. Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus para os Órgãos/Entidade. **6.7. Executar o fornecimento dos materiais dentro dos padrões estabelecidos pela PREFEITURA e conforme estipulado neste edital e na proposta apresentada;** 6.8. Substituir, às suas expensas, no prazo de 02 (dois) dias úteis, após notificação formal, os produtos entregues em desacordo com as especificações deste edital, conforme anexos e com a respectiva proposta, ou que apresente vício de qualidade (que apresentem problemas na utilização); 6.9. Comunicar antecipadamente a data e horário da entrega, não sendo aceitos os materiais que estiverem em desacordo com as especificações constantes neste edital, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado; 6.10. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Órgão/Entidade, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência à PREFEITURA, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da Ata; 6.11. Dispor-se a toda e qualquer fiscalização da PREFEITURA, no tocante ao fornecimento do produto, assim como ao cumprimento das obrigações previstas na Ata; 6.12. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza; 6.13. A falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegado como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto desta ATA e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas; 6.14. Comunicar imediatamente à PREFEITURA qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência; **6.15. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes; 6.16. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou,**

cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercido pela PREFEITURA; 6.17. Indenizar terceiros e/ou ao Órgão/Entidade, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes; **6.18. A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;**

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE 7.1. Aderir ao registro de preços e determinar a execução do objeto quando houver garantia real da disponibilidade financeira para a quitação de seus débitos frente à consignatária/contratada, sob pena de ilegalidade dos atos. 7.2. Emitir ordem de fornecimento estabelecendo dia, hora, quantidade, local e demais informações que achar pertinentes para o bom cumprimento do objeto; 7.3. Receber o objeto adjudicado, nos termos, prazos, quantidade, qualidade e condições estabelecidas neste edital; 7.4. Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao Objeto, que venham a ser solicitados pela CONTRATADA; 7.5. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da Contratada às dependências do Órgão ou Entidade adeso ao registro; 7.6. Fiscalizar o cumprimento das obrigações contratuais pela contratada; 7.7. Rejeitar os materiais em desacordo com o edital; 7.8. Notificar a contratada de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos produtos. 7.9. Efetuar o pagamento à CONTRATADA conforme condições previstas neste edital. 7.10. Nenhum pagamento será efetuado à empresa adjudicatária enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária. **8. DO RECEBIMENTO DOS MATERIAIS** 8.1. Os materiais descritos no Anexo I deste Edital serão recebidos: a) Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação; b) Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação; c) c) Rejeitado, quando em desacordo com o estabelecido no Edital, e seus Anexos. 8.2. A entrega dos materiais deverá ser em conformidade com o especificado no Termo de Referência e Proposta da licitante contratada. 8.3. O produto em desconformidade com o especificado acarretará a correção; caso não seja possível será rejeitado, com aplicações das sanções administrativas e/ou legais cabíveis. **9. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA** 9.1. As despesas decorrentes da contratação, objeto desta Licitação, correrão à conta dos ÓRGÃOS/ENTIDADES adesos ao registro de preços, mediante concretização da ordem de empenho. **10. DO PAGAMENTO** 10.1. Efetuar o pagamento após o recebimento definitivo dos produtos, mediante ordem bancária através do Banco do Brasil S/S, em moeda corrente até o 20º (vigésimo) dia útil, contados a partir do recebimento da fatura/Nota fiscal, devidamente atestada pelo setor competente. 10.1.1. A Administração se reserva o direito de não receber os materiais que não estiverem em perfeitas condições de uso e/ou de acordo com as especificações estipuladas neste edital, ficando suspenso o pagamento da Nota Fiscal enquanto não forem sanadas tais incorreções; 10.1.2. A omissão de qualquer despesa necessária à realização do objeto será interpretada como não existente ou já incluída nos preços, não podendo a licitante pleitear acréscimo após a entrega das Propostas; **10.2.** O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do equipamento (com detalhes), o número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária; **10.2.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.** 10.2.2. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento. **10.3.** As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado; **11. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** 11.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações: a) Quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços; b) Quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93; c) Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota de Empenho decorrente deste Registro; d) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado; e) Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas; 11.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata. 11.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação. 11.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Secretaria, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas nesta Ata e no Edital. 11.5. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do Item. 11.6. Caso a PREFEITURA não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida. **12. DAS PENALIDADES** 12.1. O descumprimento injustificado das obrigações assumidas nos termos desta ata e do edital sujeita a contratada a multas, consoante o *caput* e § 1º do art. 86 da Lei no 8.666/93, incidentes sobre o valor da Nota de Empenho, na forma seguinte: 12.2. Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto adjudicado, ao ÓRGÃO/ENTIDADE poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado. 12.3. Se a adjudicatária recusar-se a retirar a nota de empenho injustificadamente ou se não apresentar situação regular no ato da feitura da mesma, garantida prévia e ampla defesa, sujeita-se às seguintes penalidades: 12.3.1. Multa de até 10% sobre o valor adjudicado; 12.3.2. Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo de até 02 (dois) anos, e/ou; 12.3.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública. 12.4. A licitante, adjudicatária ou contratada que deixar de entregar ou apresentar documentação

falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com o Estado pelo prazo de até 05 (cinco) anos e, se for o caso, será descredenciado do Cadastro de Fornecedores por igual período, sem prejuízo da ação penal correspondente na forma da lei.

12.5. A multa, eventualmente imposta à contratada, será automaticamente descontada da garantia do contrato. 12.6. As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar a PREFEITURA. **13. DISPOSIÇÕES FINAIS** 13.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições: I Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente ata de Registro de Preços. II Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de

Pregão nº. 010/2019 e seus anexos e as propostas das classificadas.

III É vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da PREFEITURA **14. DO FORO**

14.1 - Fica eleito o foro da cidade de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, como competente para dirimir quaisquer dúvidas ou questões decorrentes da execução deste contrato.

Ribeirãozinho - MT, 04 de julho de 2019.

Ronivon Parreira das Neves Prefeito Municipal CONTRATANTE	PNEUAR COM. DE PNEUS LTDA CNPJ: 03.532.991/0001-41 CONTRATADA
Testemunhas: Rayane Peixoto da Silva CPF: 042.291.361-88	Maria Auxiliadora Cardoso Souza CPF: 834.559.571-53
Elayne Bento Parreira Assessora Jurídica	

DAS ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO

Item	1168 PNEUAR COMERCIO DE PNEUS LTDA Código CNPJ: 03.532.991/0001-41	Unidade	Quantidade	Valor	Valor Total
	AV ULISSES P. DE CAMPOS, 132 - CENTRO, VARZEA			Unitário	
	GRANDE - MT, CEP: 78613-000				
	Descrição do Produto/Serviço				
2	156.001.107 PNEU 11L - 15 Marca: TITAN/TITAN	UNIDA	4	750,00	3.000,00
4	016.007.886 PNEU 12.4-24 Marca: TITAN/TITAN	UNIDA	4	1.599,00	6.396,00
6	156.000.012 PNEU 14.9 - 26 Marca: TITAN/TITAN	UNIDA	4	2.050,00	8.200,00
13	016.007.883 PNEU 18.4-30 Marca: TITAN/TITAN	UNIDA	4	3.290,00	13.160,00
46	009.005.199 RECAPAGEM DE PNEU 750 R 16 Marca: VIPAL/VIPAL	UNIDA	12	328,00	3.936,00
5	156.001.096 PNEU 12.5/80-18 MINIMO 10 LONAS Marca:	UNIDA	10	1.531,00	15.310,00
	TITAN/TITAN				
8	156.001.093 PNEU 17.5-25 MINIMO 12 LONAS Marca: TITAN/TITAN	UNIDA	10	3.700,00	37.000,00
14	156.001.097 PNEU 18.4-34 MINIMNO 10 LONAS Marca: TITAN/TITAN	UNIDA	4	3.785,00	15.140,00
17	156.001.090 PNEU 185/70 R14 Marca: FATE/FATE	UNIDA	18	300,00	5.400,00
26	156.001.065 PNEU 275 80 R 22.5 Marca: FATE/FATE	UNIDA	80	1.640,00	131.200,00
39	009.005.192 RECAPAGEM DE PNEU 17 5/25 Marca: VIPAL/VIPAL	UNIDA	10	1.709,00	17.090,00
41	009.005.197 RECAPAGEM DE PNEU 18.4 - 34 Marca: VIPAL/VIPAL	UNIDA	6	2.000,00	12.000,00
44	009.005.263 RECAPAGEM DE PNEU 275/80 R 22.5 BORRACHUDO	UN	40	643,00	25.720,00
	Marca: VIPAL/VIPAL				
47	009.005.195 RECAPAGEM DE PNEU 900/20 Marca: VIPAL/VIPAL	UNIDA	30	523,00	15.690,00
22	156.001.087 PNEU 225/75 R16 Marca: SAILUN/SAILUN	UNIDA	46	800,00	36.800,00
32	156.001.038 PNEU 900 R 20 RADIAL 140/137L Marca:	UNIDA	10	1.580,00	15.800,00
16	DUNLOP/SUMITHOMO 156.001.104 PNEU 185/70 R13 Marca: FATE/FATE	UNIDA	16	260,00	4.160,00
23	156.001.033 PNEU 225/75R15 Marca: FATE/FATE	UNIDA	16	600,00	9.600,00
33	156.001.106 PNEU BROS DIANTEIRO 90/90 R19 Marca:	UNIDA	12	255,00	3.060,00
	RINALDI/RINALDI				
34	156.001.105 PNEU BROS TRASEIRO 110/90 R17 Marca: RINALDI/RINALDI Total do Proponente	UNIDA	12	280,00	3.360,00 382.022,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA

ATO ADMINISTRATIVO Nº 30/2019/GAB/PREFEITO

- Proc. nº 079/2014/GAB (PRINCIPAL)

- Ref.: ***Processo Administrativo por abandono do cargo.***

- ACUSADO: RODRIGO SAMPAIO DE SOUZA

- Cargo: Procurador Municipal, Matricula nº 696.

- **Proc. nº 008/2017/GAB (APENSO)**

- Ref.: ***Revisão do Processo Administrativo Disciplinar nº 079/2014, do ex-servidor (Rodrigo Sampaio de Souza)***

Vistos...

Relatório:

1. Em 26 de Janeiro de 2017 fora protocolado e recebido expediente de pedido de Revisão de Processo Administrativo Disciplinar, pelo ex-servidor o Sr. Rodrigo Sampaio de Souza, Procurador Municipal, com fundamento na súmula 473 do STF, bem como inciso I e II do Art. 269 da LC 003/2007 (RJU), alegando de início, que a Decisão Administrativa nº 029/GAB/PMR/2016 (que aplicou a pena de demissão do Art. 209, inc, III, ao fundamento do inc. III do Art. 214, pela infringência do § 3º, do Art. 214, todos da LC 003/2007) que o exonerou por inassiduidade habitual estava eivada de vícios, contrária às evidências dos autos. Produziu em seu requerimento e juntou ao mesmo novas provas para sua alegações e que concluiu em seus pedidos e fundamentos pela nulidade do processo e posteriores atos em decorrência deles.

2. Ao Processo Administrativo nº 008/2017 (Gabinete do Prefeito) constam os seguinte documentos: às Fls. 02 o despacho do Chefe de Gabinete, solicitando abertura de PAD de Revisão; às fls. 03 – 27 o pedido de Revisão do PAD do Requerente; fls. 27 solicitação de Parecer Jurídico; fls. 28-36, parecer jurídico nº 13/PGM/GAB/2017; FLS. 37-39, Decreto 1.284/2019, que designou comissão revisora do PAD; fls. 40-44 Decisão Administrativa s/nº de 07 de março de 2017; fls. 45 – 47, Decreto nº 1.286/GAB/PMR2017 de 07 de março de 2017; fls. 48 Certidão de Publicação pelo DRH; fls. 49-51, Decreto nº 1.305/2019 de 25 de abril de 2017; fls. 52 – 53, Decreto nº 1.310/2017 de 03 de maio de 2017; fls. 54 (04.05.2017) Portaria 001/PRES/CRPAD-2017; fls. 55 Termo de Compromisso; fls. 56 despacho do Secretário da CRPAD; fls. 57 (04/05/2017) termo de instalação) 04/05/2017; fls. 58- 59 (despacho); fls. 60, Mandado de Citação; fls. 61 Certidão DRH; fls. 62 (ofício nº 074/GAB/2019) de 17/04/2019; fls 63-64 (Decisão da Comissão de Revisão do Processo Administrativo Disciplinar 079/2014); fls. 65, despacho do Prefeito; fls. 66, Certidão da Secretária Municipal de Administração; fls. 67, Ofício nº 08/Administração/2019; fls. 68 Resposta ao Oficio nº 08/Administração/2019 pelo Presidente da Comissão; fls. 69 Memorando 062/GAB/2019; FLS. 70, MEMEORANDO Nº 057/GAB/PMR/2019; fls. 71 Termo de Juntada e despacho para conclusão.

3. O processo de Revisão teve seu início com a petição do Requerente sob o argumento de que a Comissão do PAD no autos do Processo 079/2014 foi formada por servidores não estáveis, o que contraria em seu entendi-

mento o Art. 227, capur, da LC 003/2007; alega também que comunicou "verbalmente" o registro de um Boletim de Ocorrência (sob o nº 104/2013, de 17/12/2013), alegando que sofria perseguição decorrente de sua atuação profissional e registrou ainda que não teve acesso às folhas pontos dos meses de outubro a dezembro de 2013; relata ainda que faz justificativa de suas ausências aos dias 16 e 17 de dezembro de 2013 pois ficou na prefeitura o dia todo à "espera" do final de uma reunião para conversar com seu superior à época o que contrariava mais uma vez o Relatório Demonstrativo de Faltas; juntou também mais 02 (dois) atestados médicos justificando suas faltas nos dias 02 e 03 de outubro de 2013; alega também que recebeu no mês de dezembro o valor de R$ 1.829,42 (hum mil e oitocentos e vinte e nove reais e quarenta e dois centavos) referente ao 08 (oito) dias trabalhados; alega ainda a circulação de uma "folha paralela" para justificar suas ausências e presenças ao serviço público; solicita então, através da aplicação do princípio da autotutela administrativa a anulação da decisão que o exonerou e requer ao final Revisão do Processo Disciplinar Administrativo;

4. Da decisão de fls. 40-44, com efeito, em 07 de março de 2017, tendo em vista os argumentos trazidos pelo Requerente à época, nos foi bem convincente à ponto de determinar a anulação do PAD, condicionando tal anulação à comprovação dos fatos por nova Comissão Revisora do PAD dos documentos trazidos pelo mesmo, acompanhou o *decisium* o Decreto Municipal nº 1.286 de 07 de março de 2017.

5. Após a reintegração do ex-Servidor Requerente ao seu cargo efetivo de Procurador Municipal, foi criada comissão específica, formada por servidores estáveis, tudo em conformidade com o que determina a legislação pertinente através dos Decretos Municipais 1.305/2017, alterado pelo Dec. 1.310/2017. Desde então transcorreu mais de 02 (dois) anos após a criação da Comissão Revisora do Processo Disciplinar Administrativo sem manifestação da designada comissão, oportunidade que buscamos então a localização dos referidos processos físicos (em geral) que estavam em poder do ex-servidor. Constatou-se então que o presente processo estava em poder do ex-Servidor Requerente (Rodrigo Sampaio de Souza) desde maio de 2017.

6. Conforme constam às fls. 69 e 70, atuamos no intuito de "recuperar" o referido processo e outros processos que estavam em poder do ex-Servidor Requerente em 18/03/2019 (fls. 70) e numa segunda vez em 25/03/2019 (fls. 69). O ex-servidor por algum motivo, entregou o processo original diretamente ao Presidente da Comissão Revisora em 17/04/2019 (conforme fls. 63) em que a Comissão devolveu ao Gabinete do Prefeito em 06/06/2019 (fls. 63) com decisão da Comissão Revisora;

7. Vejamos então, o que concluiu a Comissão Revisora em sua decisão: *"Diante do exposto concluímos que o Processo Administrativo Disciplinar* ***não se fundamenta com base no apresentado****, porém aconselha-se rever o período que ficou em aberto no interstício de doze meses conforme versa a Lei Complementar nº 03/2007 para que possa-se ter a certeza que a apuração dos fatos estejam no estrito campo do bom senso, no equilíbrio e na ponderação entre os fatos e a finalidade almejada" (Grifos nossos).*

8. Desta forma, passaram-se então 50 (cinquenta) dias entre a entrega do Processo de Revisão ao Presidente da CRPAD e a emissão da decisão e conclusão do mesmo, salienta-se que por mais de 02 (dois) anos o processo ficou "parado", em tese, concluísse que o mesmo encontrava-se em poder do ex-servidor-requerente e que foi entregue diretamente por ele ao Presidente da Comissão.

DOS AUTOS DO MANDADO DE SEGURANÇA PROCESSO Nº 1355-65.2016.811.0046, Código sob o nº 87507:

9. Pois bem, antes de adentrarmos no mérito, propriamente dito de qualquer decisão administrativa, temos que nos manifestar à respeito da decisão nos autos do MS que tramitou na 1ª Vara Civel da Comarca de Comodoro, onde o ex-servidor-Requerente apresentou seus argumentos (fls. 181 – 209 – Proc. 079/2014) para apreciação e crivo do Poder Judiciário, pois restou inconformado com o *decisium* Administrativo.

10. Verifica-se que o MS teve pedido liminar não concedido em 02.05.2016; e que no dia 02 de março de 2017 fora julgado improcedente com resolução do mérito. Necessário ainda, a citação *ipisis litteris,* da conclusão da sentença do Magistrado:

"Ante o exposto, tenho que o impetrante não provou nos autos a existência das nulidades alegadas na inicial (Composição de Servidor Não Estável na Comissão Especial de Processo Administrativo, Falta de Descrição dos Atos e Fatos a apurar e a emissão de juízo de valor na portaria que nomeou a comissão especial).

Assim sendo julgo improcedente o pedido inicial para denegar a segurança, com fundamento no art. 487, I do CPC. Deixo de arbitrar honorários advocatícios, nos termos do artigo 25 da lei 12.016/09. Sem custas. P. I. Ciência ao MPE. Após o transito em julgado, arquive-se com as cautelas de praxe. Comodoro/MT, 2 de março de 2017. Marcelo Sousa Melo Bento de Resende Juiz de Direito"

11. Verificamos também, que o Município de Rondolândia – MT, não teve conhecimento da Decisão proferida nos autos do MS, tendo em vista que a decisão fora publicado no dia 07/03/2017, conforme certidão de publicação, exatamente no mesmo dia em que foi expedido o Decreto nº 1.286/GAB/PMR/2017 de 07 de Março de 2017 que retornava o ex-servidor-requerente ao cargo de Procurador.

12. Mesmo com a anulação do PAD em 2017, condicionamos a ratificação da anulação após a revisão do Processo Disciplinar Administrativo pela Comissão Revisora o que não ocorreu ou ocorreu de forma precária, pois passados mais de 02 (dois) anos, sem que o ex-servidor requerente (buscou a conclusão do seu processo de revisão, pois era o maior interessado) e nem o Presidente da Comissão concluíram pela procedência do pedido, citado anteriormente, dizendo que o pedido do mesmo não procede.

13. Verificou-se que na apreciação Judicial em sede de MS, na decisão meritória, o ex-servidor-requerente não comprovou nos autos suas alegações e no mesmo sentido administrativamente a Comissão concluiu que o processo "***não se fundamenta com base no apresentado"***. Então, corrobora as decisões Judicial e Administrativa que o ex-servidor-requerente não tinha razão ao apresentar seu pedido de Revisão de PAD.

DAS NOVAS PROVAS DE INOCÊNCIA DO PUNIDO:

14. A Comissão Revisora em parágrafo específico descreve o seguinte: *"verificou-se que o apurado nos autos do Processo de Revisão nos remete a sessenta faltas apuradas e documentadas nos autos, porém com fragilidade de provas visto que foram apresentados pelo Servidor documentos referente a dias contabilizados que demonstram falha na apuração de fatos contidos no PAD" (...).*

15. Desta forma, constata-se mais uma vez fragilidade nas provas trazidas pelo ex-servidor-requerente, pois como demonstra não comprovou mais uma vez que os referidos atestados comprovam suas ausências e que mesmo a Comissão Revisora deliberando no sentido, não se sentiu convencida de que se comprovou suas faltas. Outro fato que devemos levar em consideração como Prova Nova, é a juntada às fls. 25-26 do BO nº 104/2013, como comunicação de fato de possível "assédio moral" como relatado no teor do Boletim, o que ao nosso ver não justifica e nem comprova ausências/faltas pelo ex-servidor-requerente, tendo em vista inclusive o que determina o Art. 7º, XXIV da Constituição Federal de 1988.

16. *Ad argumentandum tantum,* se considerássemos as provas de que os Atestados trazidos como prova nova pelo ex-servidor-requerente fossem computadas e diminuídas da relação de 60 (sessenta) faltas contabilizadas naquele período, as justificativa não seriam suficientes e necessárias para desconfigurar a inassiduidade habitual.

17. Devemos transcrever a manifestação da Comissão de que tratou o PAD no proc. 079/2014 (as fls. 107 c.c 122): *"Iniciamente, esclarece-se*

que o período de verificação da inassiduidade habitual não se resume ao descrito no relatório acostado de fls. 38-40 uma vez que, em verdade, corrobora com o relatório do sistema BETHA de fls. 04 que evidencia a ocorrência de (126) cento e vinte e seis faltas não justificadas entre o período de 16/07/2013 até 01/06/2014."

18. Portanto, as alegações tanto do ex-servidor Requerente, quando à conclusão no Relatório de decisão da Comissão Revisora não prosperam, pois as faltas contabilizadas dentro do período nos remetem à 12 (doze) meses e não 06 (seis) meses como referenciado pelos mesmos. Oportunizando o princípio da ampla defesa e do contraditório ou alegação de cerceamento de defesa de suas alegações, o ex-servidor-requerente teve então, duas oportunidades para justificar tais ausências e/ou faltas e não o fez: na primeira através do PAD proc. 07/2014 e numa segunda oportunidade na Revisão do PAD, proc. 008/2017 e nunca se manifestou acerca das 126 (cento e vinte e seis) faltas à que era cometido. Se ateve tão somente em justificar algumas ausências que foram refutadas nas duas oportunidades pela Comissão do PAD e pela Comissão Revisora. Levando em consideração ainda, se tal fato pudesse ser justificado (ausência de número de oito faltas justificáveis às fls. 15 do proc. 008/2017 e outros sete dias, totalizariam 15 faltas justificadas, conforme petição de revisão do PAD) restariam ainda a serem comprovadas pelo menos outras 66 (sessenta e seis) faltas não justificadas e/ou compensadas pelo servidor, que em nenhum momento tentou esclarecer.

19. Já em relação ao recebimento de vencimentos de 08 (oito) dias no mês de dezembro de 2013, no valor de R$ 1.829,42, tal argumento cai por terra, tendo em vista que conforme consta ás fls. 40 do proc. 079/2014 no Relatório de faltas por inassiduidade habitual, as mesmas não estão incluídas e que o recebimento de tais valores são referente ao período do recesso natalino do exercício de 2013, onde todos os servidores municipais receberam.

DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:

20. Ao presente caso de Revisão de Processo Administrativo Disciplinar do ex-Servidor-Requerente nossa legislação municipal aplicável temos o seguinte:

Lei Complementar nº 003/2007:

"Art. 270 – O pedido de revisão será interposto perante a autoridade que aplicou a pena, cabendo ao requerente o ônus da prova."

21. Como se confere nos autos, o Ex-servidor Requerente não comprovou em suas alegações e nas "provas novas" trazidas a procedência de seu pedido revisional. Pelo Contrário, os documentos não comprovaram suas ausências ao serviço público (total de 126 faltas não justificadas), que concluímos, detidamente ao que consta nos autos do processo foram meramente protelatórias e que consignamos ainda que fomos de alguma forma induzidas à erro pelo ex-servidor-Requerente.

22. Temos também a Súmula da mais alta estância Jurídica no Brasil, Supremo Tribunal Federal, sob o nº 473, que dispõe o seguinte:

"*A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se original direitos; ou revoga-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressavalda, em todos os caso, a apreciação judicial."*

23. A Súmula sob o nº 346 do STF ainda determina:

"*A Administração Pública pode declarar a nulidade dos seus próprios atos".*

DECIDO:

24. Concluímos então, que dos fatos apresentados, instruídos com documentação, autoria definida e forte acervo probatório evidenciando a hipótese do delito administrativo funcional pelo servidor RODRIGO SAMPAIO DE SOUZA por intermédio do Ato Administrativo específico (Decisão Administrativa nº 029/GAB/PMR/2016) que deu conta da infringência ao §3º, do art. 214, da Lei Complementar nº 3, de 17 de Outubro de 2007 (Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município de Rondolândia), e que após pedido de Revisão do PAD, constituída por servidores públicos estáveis do quadro de pessoal permanente do Município de Rondolândia, cujos trabalhos foram encerrados com a apresentação do relatório anexado de fls. 63-64, que o servidor não comprovou as alegações suscitadas que justifiquem suas ausências ao serviço público, configurando o delito de Inassiduidade Habital, que tem como penalidade a demissão do servidor.

25. Consideramos ainda que o pedido do ex-servidor-requerente também já passou pelo Crivo judicial, nos autos do M**ANDADO DE SEGURANÇA - PROCESSO Nº 1355-65.2016.811.0046, Código sob o nº 87507, onde sob os mesmos argumentos o mesmo foi julgado totalmente improcedente.**

26. Sintonizado com a posição da doutrina e da jurisprudência do STF, decido com base nas provas dos autos fazendo as remissivas necessárias ao relatório conclusivo da comissão anexado de fls. 113-130, do Proc. Administrativo nº 079/2014. Colacionado com o entendimento do STF, conforme Jurisprudência:

" PROCESSO Nº 150.2334.40000.0500: STF – Agravo Regimental em mandado de segurança. Processo Administrativo Disciplinar. Pedido de Revisão. Lei 9.784/1999, art. 65. Presidência da República. Não Provimento, por ausência de fatos novos. Impetração que pretende revisitar fatos já apreciados em processo administrativo findo e já analisados em processo judicial transitado em julgado. Descabimento. Agravo Regimental não provido.

1. Pedido administrativo de anulação de portaria de demissão, quando apresentado após o esgotamento das instâncias administrativa e judicial em que se discutia o ato demissório, configura, nos termos da Lei 9.7884/1999, art. 65, pedido de revisão; o qual foi denegado, no caso dos autos, por ausência de circunstâncias ou fatos novos relativamente aos já apreciados no processo administrativo disciplinar. (Grifos nossos).

27. Ratificamos e confirmamos todos os Atos Administrativos decorrentes da Instauração do PAD do Proc. Administrativo nº 079/2014, bem como os atos da Comissão do PAD, seus relatórios, suas audiências, suas conclusões, etc... e RATIFICAMOS ainda a Decisão Administrativa nº 029/GAB/PMR/2016, concluindo ainda que não houve comprovação das alegações do ex-servidor-requerente que determinaram a Revisão do Processo Disciplinar Administrativo e sua procedência.

28. Ratificamos na oportunidade, a expedição do Decreto Municipal nº 1.626/GAB/PMR de 28 de Maio de 2019, que determinou *"Princípio da Autotutela. Declaro nulo do Decreto nº 1.286/GAB/PMR/2017 de 07 de março de 2017, que declarou nulo o Processo Administrativo nº 070/2014 realizado nesta gestão 2013/2016, restabelecendo as penalidades nela imposta. "* Em consagração e avocando o princípio geral da autotutela (Súmulas nº 473 e 346, ambas do STF) que oportuniza à Administração rever e anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que o tornam ilegais e mantemos a pena de Demissão do servidor RODRIGO SAMPAIO DE SOUZA por ter cometido a infração disciplinar de inassiduidade habitual, conforme demonstrados tanto pelo Relatório do Sistema BETHA de fls. 04, o relatório individualizado de fls. 38-40, Relatório da Comissão do PAD, proc. 079/2014 de fls. 113-130, o que o enquadra no tipo objetivo do ilícito funcional capitulado no §3º, do art. 214 da Lei Compl. Nº 3/2007.

Como consequência:

a) Ratificamos a pena aplicada ao servidor RODRIGO SAMPAIO DE SOUZA, Procurador Municipal, Matricula nº 696, à pena de demissão (art. 209, inc. III), ao fundamento do inc. III, do art. 214, pela infringência do §3º, do art. 214, todos da Lei Compl. Nº 3/2007 (R.J.U.).

b) Determino a publicação da presente decisão no Diário Oficial para que surta seus efeitos, bem como, afixe-a nos murais de publicações da Prefeitura e da Câmara Municipal, certificando nos autos;

c) Determino ao Diretor do Departamento de Recurso Humanos que dê conhecimento pessoal ao servidor por qualquer meio idôneo disponível, podendo, inclusive ser por *email,* certificando nos autos.

d) Ainda, ao Departamento de Recursos Humanos para as anotações exigíveis em lei, bem como, para que apure a existência de valores devidos ao servidor, dando providencias para o seu efetivo pagamento e, por fim, promova a comunicação desta decisão ao Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso pelos meios usuais e ao Ministério Público do Estado de Mato Grosso, para querendo, apure se houve ou não às fls. 54-68 do Proc. Administrativo nº 008/2017, arremetendo-lhe cópias, o cometimento de infrações dispostas no Art. 297 e seguintes do Código Penal, nos termos do Art. 264 da Lei Complementar nº 003/2007.

É a decisão.

Rondolândia/MT, 08 de Julho de 2019.

_____

Agnaldo Rodrigues de Carvalho

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 1.635/GAB/PMR DE 4 DE JULHO DE 2019.

PODER EXECUTIVO

Designa servidor para Comissão Permanente de Licitação para responder em substituição pela Presidência em razão do gozo de férias da atual titular, dando outras providências.

AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO, Prefeito do Município de Rondolândia, Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 70, da Lei Orgânica do Município e, especialmente ao disposto no art. 51 da Lei 8.666, de 21 de Junho de 1.993 e suas alterações posteriores;

Considerando o Decreto nº 1.563, de 26 de Fevereiro de 2019 que designou a Comissão Especial de Licitação do Município de Rondolândia-MT para o exercício de 2019;

Considerando o Decreto nº 1595, de 28 de Março de 2019 que deu nova redação ao artigo 1º do Decreto nº 1.563, de 26 de fevereiro de 2019, promovendo a substituição dos membros, bem como a designação da servidora **Liliane Guedes Santos Souza** para ocupar a Presidência da aludida Comissão Permanente;

Considerando o início do gozo de férias regulares pela servidora **Liliane Guedes Santos Souza** entre 02/07/2019 até 21/07/2019;

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica designada a servidora**KEILA TAIANE NASCIMENTO FREIRE,** matrícula nº 673 para em substituição, no prazo de 02/07/2019 até 21/07/2019, exercer as atribuições da Presidência da Comissão Permanente de Licitação.

Paragrafo único. Encerrado o prazo disposto no *caput*, encerram-se as atribuições de que trata este decreto.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a 02 de julho de 2019.

Agnaldo Rodrigues de Carvalho

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO TERMO ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 035/2018 – Seleção de melhor proposta objetivando o **REGISTRO DE PREÇOS** para Contratação de Empresa Especializada para **"Prestação de Serviços mensal em ASSESSORIA para envio dos informes do SICONFI, SIOPS, SIOPE, SUAS, WEB e DCTF";** pelo período de 12 (doze) meses. Conforme Pregão Presencial nº 016/2018; para os fins que especifica. O presente Termo Aditivo tem por objeto a PRORROGAÇÃO DO CONTRATO, este estabelecido nos Itens 4.1 e 4.2 da cláusula quarta do contrato original. **CONTRATADA: ALTERNATIVA ASSESSORIA CONTÁBIL, ADMINISTRATIVA E TRIBUTÁRIA LTDA – ME CNPJ: 10.676.722/0001-14.** Fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, ficando vigente até 25/06/2020.

MARIA INÊS PEREIRA DA SILVA

Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO XINGU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N° 013/2019

MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO XINGU - MT

Aviso de Licitação

Pregão Presencial n° 013/2019

Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais de expediente para atender as secretarias municipais do Município de Santa Cruz do Xingu-MT. Modalidade Pregão presencial n° 013/2019, na forma Presencial, tipo: Menor Preço por Item. A sessão realizar-se-á às 09h00 minutos, do dia 24 de Julho de 2019. O Edital poderá ser adquirido no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Xingu – MT, situada na Avenida 14 de Setembro, s/nº, Centro, Santa Cruz do Xingu/MT, Fone/Fax: (66) 3594-1000, pelo e-mail: scxlicitacao@gmail.com ou pelo site: https://sic.tce.mt.gov.br/123/assunto/listaPublica...

Santa Cruz do Xingu – MT, 09 de Julho de 2019. **Astor Albrecht –** Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO

COMPRAS E LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 045/2019 PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 029/2019

EXTRATO DO CONTRATO 045/2019

Processo de Dispensa de Licitação nº 029/2019

Vigência do contrato: 12 meses

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO – MT; CONTRATADO: 3 F LTDA (ORÇAFASCIO), inscrita no CNPJ sob nº **23.484.444.0001-45**; VIGENCIA: 08/07/2019 até 08/07/2020; **R$ 1.598,00**; Objeto.: **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE SOFTWARE ANUAL PARA ORÇAMENTO DE ENGENHARIA, PARA ATENDER A SECREATRIA DE MEIO AMBIENTE VISANDO SUPRIR A NECESSIDADE DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO-MT**, conforme Processo de Dispensa de Licitação nº 029/2019. DATA: 08/07/2019.

COMPRAS E LICITAÇÃO
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 034/2019

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 034/2019, REFERENTE AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS PARA ESTRUTURAÇÃO DE REDE DE INTERNET, QUE ENTRE SÍ CELEBRAM O MUNICIPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO - MT E A EMPRESA GLOBAL TELECOMUNICAÇÕES EIRELI – ME.

O **MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda – CNPJ sob o Nº 04.205.596/0001-17 com sede na Av. Flávio Luiz, 2201, Centro, SANTA RITA DO TRIVELATO – MT, neste ato representado pelo seu Prefeito **Sr. EGON HOEPERS**, no exercício de seu mandato, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e,

de outro lado, a empresa **GLOBAL TELECOMUNICAÇÕES EIRELI - ME,** inscrita no CNPJ sob nº 21.735.605/0001-09, situada na Av. Tancredo Neves, 1258, sala 01 - Centro, na cidade de Sorriso - MT, neste ato representada pela Sra. **PATRICIA DE MERCHI,** brasileira, empresária, portadora da CNH n° 04602230240, órgão expedidor DETRAN - MT, e CPF nº 024. 683.221-50, residente e domiciliado no Município de Sorriso/MT, doravante denominada **CONTRATADA,** tendo em vista os termos do contrato original nº 034/2019, ajustam e acordam celebrar o presente Termo Aditivo, nos termos da Lei Federal n° 8.666/93, com suas posteriores alterações, e demais dispositivos legais aplicáveis, mediante as clausulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1. O presente Termo Aditivo tem por objeto o acréscimo quantitativo dos itens descritos abaixo, alterando assim o valor global da contratação, previstos nas Cláusulas Primeira e Terceira, respectivamente, do Contrato nº 034/2019, que passam a ter as seguintes redações:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E FINALIDADE

1.1. Ficam acrescidos os seguintes itens contratados, conforme descrito abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	VALOR UNT.	VALOR GLOBAL
9	RB SXT MIKROTIK 16 DB	1	R$ 359,00	R$ 359,00
10	HORA TÉCNICA	1	R$ 78,00	R$ 78,00

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

3.1. O valor do presente Termo Aditivo é de **R$ 437,00 (quatrocentos e trinta e sete reais),**pagos impreterivelmente no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, após apresentação da Nota Fiscal e atesto do Fiscal de Contrato.

3.2. O valor total do contrato originário, com sua respectiva adição, passa a ser de R$ 7.807,50 (sete mil oitocentos e sete reais e cinquenta centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:

2.1. As despesas decorrentes deste Termo Aditivo correrão à conta da Dotação Orçamentária abaixo especificada e consignada na peça orçamentária do exercício de 2019.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO AMPARO LEGAL:

3.1. O presente Termo Aditivo está amparado pelo artigo 65, § 1°, da Lei Federal n° 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA – DISPOSIÇÕES FINAIS:

4.1. Ficam inalteradas as demais cláusulas contratuais estabelecidas no contrato inicial, celebrado entre as partes em data de 05/06/2019.

E, para constar, foi lavrado o presente instrumento, que, depois de lido e achado conforme, vai pelos contratantes assinado, na presença de duas testemunhas, em duas vias de igual teor e efeito, de onde serão extraídas as cópias necessárias.

Santa Rita do Trivelato - MT, 09 de Julho de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO

EGON HOEPERS

Prefeito Municipal

GLOBAL TELECOMUNICAÇÕES EIRELI – ME

CNPJ sob nº 21.735.605/0001-09

EMPRESA CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

_____ _____

Nome: Nome:

CPF: **CPF:**

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 0270/2019, DE 09 DE JULHO DE 2019.

PORTARIA Nº 0270/2019, DE 09 DE JULHO DE 2019.

SÚMULA: "CONCEDE FÉRIAS A ALINE CRISTINA NERIS DA SILVA".

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Art. 1º. Concede Férias a servidora ALINE CRISTINA NERIS DA SILVA, portadora do RG nº 24037826 SSP/MT e inscrita no CPF/MF sob o nº 041. 746.861-06, no período de 18/07/2019 a 27/07/2019.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Santa Rita do Trivelato – MT, 09 de Julho de 2019.

EGON HOEPERS

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

COMPRAS E LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 047/2019 PREGÃO Nº 033/2019 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 003/2019 DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, ORIUNDA DA ARP 094/2019 DO PREGÃO PRESENCIAL 020/2019, DA PREFEITURA MUNIC

EXTRATO DO CONTRATO 047/2019

Pregão nº 033/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 003/2019 DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, oriunda da ARP 094/2019 do Pregão Presencial 020/2019, da Prefeitura Municipal de Sorriso/MT;

Vigência do Contrato: 12 meses

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO – MT; CONTRATADO: **SANORTE SANEAMENTO AMBIENTAL LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 10.242.459/0001-55; VIGENCIA: 09/07/2019 até 09/07/2020; R$ 121.548,00; Objeto.: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA EXECUÇÃO DE SERVIÇO DE DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES E COMERCIAIS, (CLASSIFICADOS SEGUNDO NBR 10.004 COMO CLASSE IIA E IIB) GERADOS NO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO-MT**, contratação foi realizada **PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 003/2019 DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, oriunda da ARP 094/2019 do Pregão Presencial 020/2019, da Prefeitura Municipal de Sorriso - MT. DATA: 09/07/2019.

COMPRAS E LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE – PREGÃO PRESENCIAL Nº 039/2019

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE – PREGÃO PRESENCIAL Nº 039/2019

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE DIVERSOS PARA SEREM USADOS NAS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SANTA RITA DO TRIVELATO-MT**, conforme condições e especificações constantes no Termo de Referência em anexo**, torna público que no dia 01 de agosto de 2019, estará recebendo propostas, para abertura às 09h00-min, do Pregão Presencial**, para a contratação supracitada. O Edital estará disponível no site www.santaritadotrivelato.mt.gov.br. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitação, na Pre-

feitura Municipal, em horário de expediente, ou através do telefone (65) 3529-6161. Santa Rita do Trivelato/MT, 09 de julho de 2019.

MARIA CILENE PEREIRA

PREGOEIRA OFICIAL

DEPARTAMENTO DE TI
EDITAL N° 005 RESULTADO FINAL PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2019

	PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2019					
EDITAL N° 005						
	Em cumprimento às determinações do Senhor EGON HOEPERS – Prefeito do Município de Santa Rita do Trivelato – Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, juntamente com a Comissão Organizadora do Processo Seletivo, nomeada pela Portaria nº 0171/2019, resolve:					
	TORNAR PÚBLICO					
	O RESULTADO FINAL do Processo Seletivo Simplificado para provimento de vagas, que vierem a vagar no quadro de servidores do Município de Santa Rita do Trivelato, nos termos da legislação pertinente e das normas estabelecidas no Edital do Processo Seletivo nº 001/2019.					
PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM CIÊNCIAS OU CIÊNCIAS BIOLÓGICAS						
	NOME	DATA NASC.	NPO	NPD	MF	CLAS
1	DONIZETE SOARES DOS SANTOS	07/09/1989	4	7,8	5,9	AP
2	GESIANE ZANOTELLI DE ATHAYDE	30/08/1990	3	8,8	5,9	CLASS
3	EDILSON FRANCISCO DA SILVA SALES	NÃO COMPARECERAM				
4	MARCELO ALVES NEIVA					
5	JOSÉ MAURO DE JESUS					
PROFESSOR DE HISTORIA						
	NOME	DATA NASC.	NPO	NPD	MF	CLAS
1	REGIANE FRANCIELI BONINI	16/12/1987	5	6,6	5,8	AP
2	DANIELE LIMA BARBOSA	22/05/1995	3	8,4	5,7	CLASS
3	JOCIMAR PORTUGAL DE JESUS	NÃO COMPARECERAM				
4	DIVA CARME RISSI					
5	MARCOS ANTÔNIO ESTEVES BASTOS					
AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL						
	NOME	DATA NASC.	NPO	CLASS		
1	AIALA CRISTINE GERHARDT	16/01/1994	10	AP		
2	PATRICIA PILAR	21/03/1997	10	CLASS		
3	ROSAMARIA NÉRIS DA SILVA	30/08/1977	9	CLASS		
4	GILBERTO ANTÔNIO DINIZ	24/09/1980	9	CLASS		
5	RAQUEL FRANÇA DE SOUSA	25/10/1985	9	CLASS		
6	LUCELIA FERREIRA LEMES	02/09/1979	8	CLASS		
7	CRISTIANO MIRANDA	10/06/1982	8	CLASS		
8	LEONARDO BERNARDES DA MOTTA	01/08/1985	8	CLASS		
9	CLESIA SANTOS XAVIER DE LUNA ARAUJO	15/12/1985	8	CLASS		
10	LOURENÇA CONCEICAO DA SILVA	10/08/1986	8	CLASS		
11	ELIZANGELA RODRIGUES DA SILVA	22/07/1989	8	CLASS		
12	EDIANA REIS DA SILVA	07/05/1993	8	CLASS		
13	LOURDIANE PEREIRA DOS SANTOS	09/01/1994	7	CLASS		
14	SIMONE BANDEIRA SOERO	05/05/1995	7	CLASS		
15	SILVANA PIRES	12/05/1981	6	CLASS		
16	ANDREA PEDROZO GENEROSO	24/09/1987	6	CLASS		
17	GISELE ATENIZA DA SILVA	29/04/1989	6	CLASS		
18	EVANICE SILVA SOUSA	24/07/1993	6	CLASS		
19	REGIANE SILVA BARBOSA	22/07/2000	6	CLASS		
20	FRANCIANE DA SILVA TRINDADE	29/04/1979	5	CLASS		
21	LUCIMAR DOS SANTOS CORREIA	18/10/1987	5	CLASS		
22	LUANA VÁZ EUZÉBIO	31/08/2000	5	CLASS		
23	JOSEFRAN DA SILVA VIANA	29/08/1984	4	REP		
24	JUCILENE DA SILVA	13/09/1984	4	REP		
25	FRANCIELI APARECIDA DE ARAUJO	30/09/1991	4	REP		
26	MAISA DA SILVA DOS SANTOS	09/03/1993	2	REP		
27	JULIANA ALVES DUTRA MENDES	NÃO COMPARECERAM				
28	MARIA CLARA DOS SANTOS ALVES					
29	FABIANA DE SOUZA SALES					
30	GISLAINE APARECIDA DE ARRUDA SOUZA RODRIGUES					
31	LUMA BARBOSA MELLÃO DE MOURA					
32	MONICA LETÍCIA SILVA DE CAMARGO					
33	SHIRLEY CORES SANTANA					
34	RAQUEL BORJA CORREIA					
35	MIRENE RODRIGUES					
36	ELIARE KEILA DA SILVA					
TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL						
	NOME	DATA NASC.	NPO	CLASS		
1	FLÁVIA CAVALCANTE ZANIN	31/03/1991	7	CLASS		
2	BÁRBARA MARQUES NOBEL DE OLIVEIRA	26/07/1999	7	CLASS		
3	JOSÉ MAURO DE JESUS	29/12/1975	6	CLASS		
4	RANDESON SILVA MORAIS DE MENDONÇA	17/03/1988	6	CLASS		
5	CLAUDIA LOURENÇO DE SIQUEIRA	09/04/1992	6	CLASS		
6	PAOLA KAROLAINE BARBOSA VIDEIRA	24/07/1999	6	CLASS		

7	ALINE CRISTIE RAMOS DA CRUZ	23/06/1985	5	CLASS		
8	MARCELA YASMIN DA SILVA DE LUNA	16/11/1990	5	CLASS		
9	SUILLA ANTONIA FIDELIS MACEDO	26/02/1995	5	CLASS		
10	BRUNA FOLHATO	20/07/2000	5	CLASS		
11	FRANCIELLY PEREIRA DOS SANTOS SABATINO					
12	FERNANDA DE SOUZA SALES					
13	MICHAEL VINICIUS VIEIRA DE ALMEIDA					
14	CRISLAINE CLARA DIAS DE MORAES ZANOL					
15	ANDRÉIA MAIA DOS SANTOS					
16	JULIA BRAZ DE SOUZA	NÃO COMPARECERAM				
17	KATIA MARA DE ARRUDA					
18	JOSLEY DA SILVA MAGALHAES					
19	JESSICA DA SILVA CORREA					
20	ANDREA MONTEIRO DA SILVA ATHAYDES					
21	ALINE CRISTINA NÉRIS DA SILVA					
22	POLYANNE RODRIGUES DE ALMEIDA					

OPERADOR DE MAQUINAS

	NOME	DATA NASC.	NPO	NPP	MF	CLASS
1	DIRLAN BORGES ARRUDA	09/04/1989	10	8,5	9,25	AP
2	JOÃO EVANGELISTA PEREIRA	29/08/1969	8	9,5	8,75	AP
3	ISAAC WILLIK ALVES DA CONCEICAO	27/05/1994	8	9	8,5	AP
4	GEVERSON GOMES DE MORAES	12/07/1992	5	10	7,5	CLASS
5	LUIZ EUGENIO MOTTA DE SIQUEIRA	04/10/1973	8	7	7,5	CLASS
6	ALESSANDRO RAMOS	25/01/1985	6	8,5	7,25	CLASS
7	WELLINGTON PAULO DA SILVA	26/12/1987	9	0	7	CLASS
8	FLÁVIO ROQUE DA CRUZ	11/07/1974	7	6	6,5	CLASS
9	RENILDO DA SILVA LIMA	08/12/1984	6	5	5,5	CLASS
10	ISRAEL GLEDSON SANTOS XAVIER DE LUNA	30/11/1990	8	0	4	REP
11	ROGERIO RICARDO MOTTA DE SIQUEIRA	12/09/1974	3	0	1,5	REP
12	GUSTAVO DA COSTA LUNA JUNIOR					
13	ELIAS ROSA SANTANA	NÃO COMPARECERAM				
14	BRUNO PIRES DA COSTA					

NPP- NOTA PROVA PRÁTICA
NPO - NOTA PROVA OBJETIVA
NPD - PROVA DISSERTATIVA
MF - MEDIA FINAL
REP - REPROVADO
CLAS - CLASSIFICADO

Santa Rita do Trivelato/MT, 10 de Julho de 2019.

CAMILA TAQUES FERREIRA
Presidente da Comissão Organizadora

EGON HOEPERS
Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 0265/2019, DE 08 DE JULHO DE 2019.

PORTARIA Nº 0265/2019, DE 08 DE JULHO DE 2019.

SÚMULA: "CONCEDE FÉRIAS A ELIENE RIBEIRO DA SILVA ALMEIDA".

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Art. 1º. Concede Férias a servidora ELIENE DA SILVA DE ALMEIDA, portadora do RG nº 12996572 SSP/MT e inscrito no CPF/MF sob o nº 944. 977.531-15, no período de 15/07/2019 a 13/08/2019.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Santa Rita do Trivelato – MT, 08 de Julho de 2019.

EGON HOEPERS

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 0266/2019, DE 09 DE JULHO DE 2019.

PORTARIA Nº 0266/2019, DE 09 DE JULHO DE 2019.

SÚMULA: "CONCEDE FÉRIAS A FABIO LOHMANN".

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Art. 1º. Concede Férias ao servidor FABIO LOHMANN, portador do RG nº 1678961-0 SSP/MT e inscrito no CPF/MF sob o nº 019.172.941-82, no período de 15/07/2019 a 24/07/2019.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Santa Rita do Trivelato – MT, 09 de Julho de 2019.

EGON HOEPERS

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 0273/2019, DE 09 DE JULHO DE 2019.

PORTARIA Nº 0273/2019, DE 09 DE JULHO DE 2019.

SÚMULA: "CONCEDE FÉRIAS A JOSEFRAN DA SILVA VIANA".

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Art. 1º. Concede Férias a servidora JOSEFRAN DA SILVA VIANA, portadora do RG nº 17026872001-9 SSP/MT e inscrita no CPF/MF sob o nº 012.490.073-99, no período de 15/07/2019 a 14/08/2019.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Santa Rita do Trivelato – MT, 09 de Julho de 2019.

EGON HOEPERS

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 0272/2019, DE 09 DE JULHO DE 2019.

PORTARIA Nº 0272/2019, DE 09 DE JULHO DE 2019.

SÚMULA: "CONCEDE FÉRIAS A LEOMARIO TABORDA".

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Art. 1º. Concede Férias ao servidor LEOMARIO TABORDA, portador do RG nº 873161 SSP/MT e inscrita no CPF/MF sob o nº 570.481.931-15, no período de 15/07/2019 a 24/07/2019.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Santa Rita do Trivelato – MT, 09 de Julho de 2019.

EGON HOEPERS

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 0267/2019, DE 09 DE JULHO DE 2019.

PORTARIA Nº 0267/2019, DE 09 DE JULHO DE 2019.

SÚMULA: "CONCEDE FÉRIAS A JENIFER CRISTINA DOS SANTOS VARGAS LOHMANN".

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Art. 1º. Concede Férias a servidora JENIFER CRISTINA DOS SANTOS VARGAS LOHMANN, portadora do RG nº 99683767 SSP/MT e inscrita no CPF/MF sob o nº 025.139.421-24, no período de 15/07/2019 a 24/07/2019.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Santa Rita do Trivelato – MT, 09 de Julho de 2019.

EGON HOEPERS

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

COMPRAS E LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 046/2019 PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 030/2019

EXTRATO DO CONTRATO 046/2019

Processo de Dispensa de Licitação nº 030/2019

Vigência do contrato: 07/10/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO – MT; CONTRATADO: SETE COMERCIO E SERVIÇOS LTDA – ME, inscrita no CNPJ sob nº **04.578.067/0001-69**; VIGENCIA: 09/07/2019 até 07/10/2019; **R$ 12.306,38**; **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS DE SOM E MULTIMIDIA A FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO-MT,** conforme Processo de Dispensa de Licitação nº 030/2019 . DATA: 09/07/2019.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 0271/2019, DE 09 DE JULHO DE 2019.

PORTARIA Nº 0271/2019, DE 09 DE JULHO DE 2019.

SÚMULA: "CONCEDE FÉRIAS A LORECI ANA BASSE SALVALAIO".

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Art. 1º. Concede Férias a servidora LORECI ANA BASSE SALVALAIO, portadora do RG nº 975332 SSP/MT e inscrita no CPF/MF sob o nº 652. 253.761-34, no período de 22/07/2019 a 06/08/2019.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Santa Rita do Trivelato – MT, 09 de Julho de 2019.

EGON HOEPERS

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

COMPRAS E LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 046/2019 PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 030/2019

EXTRATO DO CONTRATO 046/2019

Processo de Dispensa de Licitação nº 030/2019

Vigência do contrato: 07/10/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO – MT; CONTRATADO: SETE COMERCIO E SERVIÇOS LTDA – ME, inscrita no CNPJ sob nº **04.578.067/0001-69**; VIGENCIA: 09/07/2019 até 07/10/2019; **R$ 12.306,38**; **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS DE SOM E MULTIMIDIA A FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO-MT,** conforme Processo de Dispensa de Licitação nº 030/2019 . DATA: 09/07/2019.

COMPRAS E LICITAÇÃO
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 036/2017

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 036/2017, REFERENTE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS, QUE ENTRE SÍ CELEBRAM O MUNICIPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO - MT E A EMPRESA LGL MACEDO SERVIÇÕS CONTÁBEIS - ME.

O **MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda – CNPJ sob o Nº 04.205.596/0001-17 com sede na Av. Flávio Luiz, 2201, Centro, SANTA RITA DO TRIVELATO – MT, neste ato representado pelo seu Prefeito **Sr. EGON HOEPERS**, no exercício de seu mandato, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE,

e, de outro lado, a empresa **LGL MACEDO SERVIÇOS CONTÁBEIS – ME,** pessoa jurídica de direito privado, regulamente inscrita no CNPJ sob nº 08.133.584/0001-85, estabelecida na Av. Mutum, 600 N, Sala 08, Nova Mutum - MT, neste ato representada pela **Sra. LENI GLÓRIA LEITE MACEDO,** inscrita no CPF nº 535.280.341-49, tendo em vista os termos do Contrato original nº 036/2017, ajustam e acordam celebrar o presente Termo Aditivo, nos termos da Lei Federal n° 8.666/93, com suas posteriores alterações, e demais dispositivos legais aplicáveis, mediante as clausulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1. O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência, bem como aditar o valor da contratação, previstos nas Cláusulas Quarta e Quinta, respectivamente, do Contrato nº 036/2017, que passam a ter as seguintes redações:

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E DOS PRAZOS DE FORNECIMENTO

4.1. O prazo de vigência do presente contrato fica prorrogado em 12 (doze) meses, passando a vigorar até ***14/07/2020,*** *prorrogado, se necessário, mediante Termo Aditivo.*

CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO, DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E REAJUSTAMENTO

5.1. O valor do presente aditivo em decorrência da prorrogação da vigência é de R$ 49.920,00 (quarenta e nove mil novecentos e vinte reais), pagos em 12 (doze) parcelas mensais de R$ 4.160,00 (quatro mil cento e sessenta reais), na forma inicialmente pactuada.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:

2.1. As despesas decorrentes deste Termo Aditivo correrão à conta da Dotação Orçamentária abaixo especificada e consignada na peça orçamentária do exercício de 2019 e do exercício subsequente (2020).

CLÁUSULA TERCEIRA - DO AMPARO LEGAL:

3.1. O presente Termo Aditivo está amparado pelo artigo 57, inciso II, da Lei Federal n° 8.666/93, bem como, disposto na Cláusula 4.1.1. do Contrato 036/2017.

CLÁUSULA QUARTA – DISPOSIÇÕES FINAIS:

4.1. Ficam inalteradas as demais cláusulas contratuais estabelecidas no contrato inicial, celebrado entre as partes em data de 14/07/2017.

E, para constar, foi lavrado o presente instrumento, que, depois de lido e achado conforme, vai pelos contratantes assinado, na presença de duas testemunhas, em duas vias de igual teor e efeito, de onde serão extraídas as cópias necessárias.

Santa Rita do Trivelato - MT, 12 de Julho de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO

EGON HOEPERS

Prefeito Municipal

LGL MACEDO SERVIÇOS CONTÁBEIS – ME

LENI GLÓRIA LEITE MACEDO

Contratada

TESTEMUNHAS:

_____ _____

Nome: Nome:

CPF: **CPF:**

PORTARIA Nº 263/2019 DE 8 DE JULHO DE 2019.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SERVIDORA PARA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO Nº 041/2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear a servidora Mara Regina Fernandes Winch, inscrita no CPF nº 289.208.306-06, para fiscalização do Contrato nº 041/2019, referente a aquisição de materiais odontológicos a fim de atender as necessidades da secretaria municipal de saúde do municipio de Santa Rita do Trivelato/MT, conforme processo de dispensa de licitação nº 025/2019.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se as demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 8 DE JULHO DE 2019.

_____

EGON HOEPERS

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se e Publique-se

Na data supra

DECRETO Nº 046/2019 DE 9 DE JULHO DE 2019.

SÚMULA: NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SENHOR PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI, E

Considerando a Lei Municipal nº 068/2001 de 08 de Outubro de 2001, que criou Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, fixando o prazo de 24 meses para atuação de seus membros;

Considerando a Lei Municipal nº 364/2010 de 10 de Outubro de 2010, que alterou a composição do Conselho;

Considerando a necessidade de reorganizar o Conselho Municipal;

D E C R E T A:

Representante Governamental

TITULAR: Jenifer Cristina dos Santos Vargas Lohmann – CPF: 025.139.421-24

SUPLENTE: Sandra Cristina Lemes Pereira – CPF: 031.288.321-99

Representante Governamental

TITULAR: Celma Regina Mendes dos Santos – CPF: 028.434.539-33

SUPLENTE: Walquiria Francini Tramontin – CPF: 016.190.221-92

Representante Governamental

TITULAR: Debora Aline Nied – CPF: 046.577.911-23

SUPLENTE: Pierre Francis Haubricht – CPF: 014.981.911-00

Representante Governamental

TITULAR: Rubia de Fátima Mendes **–** CPF: 31332424821

SUPLENTE: Artemio Syperreck – CPF: 000.871.289.18

Representante da Igreja Pentecostal Deus é Amor

TITULAR: Diana Martins Cezario - CPF: 031.593.781-52

SUPLENTE: Gilvaneide Maria de Jesus – CPF: 987.017.381-00

Representante da Igreja Assembléia de Deus

TITULAR: Fabio Lohmann – CPF: 019.172.941-82

SUPLENTE: Rosineia Nunes Almeida – CPF: 827.973.401-59

Representante da Igreja Católica:

TITULAR: Hermocinda Bassao Deluqui – CPF: 012.105.751-83

SUPLENTE: Margarete Padilha – CPF: 126.079.258-40

Representante da Associação de Moradores

TITULAR: Rosangela Cristina Cabreira – CPF: 021883311-33

SUPLENTE: Edilson Pereira da Cruz – CPF: 015. 844.951-70

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam - se as disposições em contrário em especial o Decreto Municipal nº 027/2019.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 9 DE JULHO DE 2019.

EGON HOEPERS

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 0268/2019, DE 09 DE JULHO DE 2019.

PORTARIA Nº 0268/2019, DE 09 DE JULHO DE 2019.

SÚMULA: "CONCEDE FÉRIAS A PAULA ADRIANA HAUBRICKT BARBOZA".

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Art. 1º. Concede Férias a servidora PAULA ADRIANA HAUBRICKT BARBOZA, portadora do RG nº 2968022-0 SSP/MT e inscrita no CPF/MF sob o nº 965.173.791-34, no período de 15/07/2019 a 29/07/2019.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Santa Rita do Trivelato – MT, 09 de Julho de 2019.

EGON HOEPERS

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

COMPRAS E LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 044/2019 PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 026/2019 VIGÊNCIA DO CONTRATO: 12 MESES

EXTRATO DO CONTRATO 044/2019

Processo de Dispensa de Licitação nº 026/2019

Vigência do contrato: 12 meses

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO – MT; CONTRATADO: **MICHELE CRISTINA MARCANZONI**; VIGENCIA: 09/07/2019 até 09/07/2020; **R$ 15.600,00**; Objeto.: **LOCAÇÃO DE IMOVEL VISANDO A INSTALAÇÃO DA SEDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E MEIO AMBIENTE, LOCALIZADO NO ENDENREÇO: RUA NICO BARACAT, LOTE URBANO Nº 08, QUADRA A, ESQUINA COM A AVENIDA MAGESTER, BAIRRO JARDIM MOROCÓ, NO MUNICIPIO SANTA RITA DO TRIVELATO – MT,**conforme Processo de Dispensa de Licitação nº 00262019 . DATA: 08/07/2019.

PORTARIA Nº 269/2019 DE 9 DE JULHO DE 2019.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SERVIDORA PARA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 041/2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear a servidora Aline Cristina Néris da Silva, inscrita no CPF nº 041.746.861-06, para fiscalização da Ata de Registro de Preços nº 041/2019, cujo objeto é: futura e eventual aquisição de gêneros alimenticios para atender as necessidades das secretarias municipais de Santa Rita do Trivelato/MT, pregão presencial nº 027/2019.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se as demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 9 DE JULHO DE 2019.

_____

EGON HOEPERS

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se e Publique-se

Na data supra

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 0274/2019, DE 09 DE JULHO DE 2019.

PORTARIA Nº 0274/2019, DE 09 DE JULHO DE 2019.

SÚMULA: "CONCEDE FÉRIAS A ARILSON ANICETO DA SILVA FONSECA".

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Art. 1º. Concede Férias ao servidor ARILSON ANICETO DA SILVA FONSECA, portador do RG nº 09107851 SSP/MT e inscrito no CPF/MF sob o nº 570.573.891-91, no período de 17/07/2019 a 31/07/2019.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Santa Rita do Trivelato – MT, 09 de Julho de 2019.

EGON HOEPERS

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 0269/2019, DE 09 DE JULHO DE 2019.

PORTARIA Nº 0269/2019, DE 09 DE JULHO DE 2019.

SÚMULA: "CONCEDE FÉRIAS A MARILZETI AUGUSTINHO DA SILVA CAMPOS".

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Art. 1º. Concede Férias a servidora MARILZETI AUGUSTINHO DA SILVA CAMPOS, portadora do RG nº 20945701 SSP/MT e inscrita no CPF/MF sob o nº 036.285.621-47, no período de 22/07/2019 a 31/07/2019.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Santa Rita do Trivelato – MT, 09 de Julho de 2019.

EGON HOEPERS

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA

PORTARIA Nº 01/2019 FISCAL DE CONTRATO Nº 032/2019

PORTARIA 049/2019 ADM de 08 de julho de 2019.

DESIGNAÇÃO DE SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL PARA FISCALIZAR A EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 032/2019 FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA/MT E A EMPRESA DIEGO MORELLO - EPP, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Euclesio José Ferretto, Prefeito Municipal de Santa Terezinha/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO: o disposto na Instrução Normativa do Sistema de Licitações, Compras e Contratos, a qual dispõe sobre os procedimentos e normas para a celebração e acompanhamento da execução de contratos, aditivos e instrumentos congêneres no Poder Executivo Municipal, e no art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93 Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

CONSIDERANDO:a necessidade de padronizar, otimizar a fiscalização e o acompanhamento da execução do contrato de prestação de serviços e fornecedores da Prefeitura Municipal de Santa Terezinha/MT.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor público municipal qualificado abaixo como FISCAL DE CONTRATO.

SERVIDOR	CPF
THIAGO CASTELLAN RIBEIRO	359.215.228-99

Art. 2º - O servidor designado fica responsáveis pelo contrato respectivo a vossa secretaria, departamento e/ou unidade gestora.

CONTRATOS	CONTRATO Nº 032/2019	CNPJ	VALOR TOTAL
CONTRATADA	DIEGO MORELLO - EPP	07.694.058/0001-21	R$ 278.645,92
OBJETO	EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARÁ **OBRA DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA/MT**		
VIGÊNCIA DO CONTRATO	160 (cento e sessenta) Dias		
PRAZO DE EXECUÇÃO DA OBRA	120 (cento e vinte) Dias		

Art. 3º - O Departamento de Compras e CPL - Comissão Permanente de Licitações disponibilizará ao Fiscal designado, logo após a sua nomeação, em cumprimento ao disposto no contrato, do edital da licitação, do projeto básico ou do termo de referência, da proposta da Contratada, e oportunamente, dos aditivos bem como, do setor competente, a relação das faturas recebidas e das pagas, sem prejuízo de outros documentos que o Fiscal entender necessários ao exercício da fiscalização.

Art. 4º - Os documentos mencionados no art. 2º poderão ser disponibilizados tanto em meio físico quanto digital devendo, neste último caso, serem lançados na pasta compartilhada na rede denominada “Pública” e em pastas e subpastas específicas com a identificação do respectivo fiscal e do contrato objeto da fiscalização.

Art. 5º - Fica garantido ao Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo aos Contratos sob fiscalização.

Art. 6º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Santa Terezinha-MT, 08 de junho de 2019.

Euclesio José Ferreto

Prefeito Municipal

ATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 04/2019

PROCESSO DE LICITAÇÃO 30/2019

ATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 04/2019

OBJETO: Contratação de empresa para realização de shows musicais com artistas de conhecimento nacional e regional para apresentação no XXX festival de praia “Verão Vivo 2019" a serem realizados no período de 12/07 a 28/07/2019 na Praia das Gaivotas no município de Santa Terezinha- MT.

FAVORECIDOS: **DEL PRODUÇÕES ARTISTICAS LTDA**

CNPJ: 26.195.349/0001-10

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25, Inciso III, da Lei nº 8.666/93.

JUSTIFICA: Nº 04/2019.

VALOR GLOBAL: R$ 40.000,00 (quarenta mil reais).

Ratifico a inexigibilidade de licitação em concordância com a justificativa apresentada pela Comissão Permanente de Licitação e por se tratar de adquirir shows, nos termos do Art. 26 da Lei 8.666/93 e nas alterações posteriores. Santa Terezinha/MT 09 de julho de 2019.EUCLESIO JOSÉ FERRETTO- Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO

LEI MUNICIPAL Nº 458 DE 10 DE JUNHO DE 2019

LEI MUNICIPAL Nº 458 DE 10 DE JUNHO DE 2019

“Dispõe sobre a reorganização e o funcionamento do Conselho Tutelar no Município de Santo Afonso/MT e dá providências correlatas.”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições, e atendendo ao disposto no artigo 42 e 43 da lei Federal 4320/64, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores de Santo Afonso aprovou, e ele sanciona a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º - O Conselho Tutelar, órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, com a função de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente no Município de Santo Afonso/MT, fica reorganizado nos termos desta lei.

Parágrafo único - O Conselho Tutelar vincula-se administrativamente à Secretaria Municipal de Assistência Social, órgão responsável pela execução da política de assistência social no Município.

Art. 2º - O Conselho Tutelar será composto de 5 (cinco) membros, escolhidos pela população local para mandato de 4 (quatro) anos, permitida uma recondução.

§ 1º - A recondução, permitida por uma única vez, consiste no direito do conselheiro tutelar de concorrer ao mandato subsequente, em igualdade de condições com os demais pretendentes, inclusive a realização de prova de conhecimentos, vedada qualquer outra forma de recondução.

§ 2º - O conselheiro tutelar que tiver exercido a função por período consecutivo superior a um mandato e meio não poderá participar do processo de escolha subsequente.

CAPÍTULO II

DO PROCESSO DE ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR

Seção I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 3º - O processo para a escolha dos membros do Conselho Tutelar será realizado sob a responsabilidade do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e a fiscalização do Ministério Público, observadas as seguintes regras:

I - eleição mediante sufrágio universal e direto, pelo voto facultativo e secreto dos cidadãos do Município de Santo Afonso/MT;

II - candidatura individual e sem vinculação a partido político, não sendo admitida a composição de chapas agrupando candidatos.

Parágrafo único - Poderão participar da escolha dos conselheiros tutelares os cidadãos maiores de 16 (dezesseis) anos de idade, inscritos como eleitores no Município.

Art. 4º - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente constituirá uma Comissão Organizadora do Processo de Escolha, com 6 (seis) membros, de composição paritária entre conselheiros representantes do Poder Público e da sociedade civil, para a condução do processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, observados os mesmo impedimentos legais previstos no art. 28 desta lei.

Art. 5º - Caberá à Comissão Organizadora do Processo de Escolha, com a antecedência mínima de 6 (seis) meses do término do mandato dos membros do Conselho Tutelar em exercício, dar início ao processo eleitoral para escolha dos conselheiros tutelares, mediante publicação de edital de convocação do pleito no órgão oficial de imprensa do Município, ao qual deverá ser dada ampla publicidade.

Parágrafo único - O edital conterá, dentre outras disposições, os requisitos legais à candidatura, a relação dos documentos a serem apresentados pelos candidatos, regras da campanha e o calendário com as datas e os prazos para registro de candidaturas e demais fases do certame.

Seção II

DOS REQUISITOS E DO REGISTRO DAS CANDIDATURAS

Art. 6º - Somente poderão concorrer à eleição para a escolha dos membros do Conselho Tutelar os cidadãos que preencherem, até o encerramento das inscrições, os seguintes requisitos:

I - reconhecida idoneidade moral, comprovada por meio de certidão expedida pelo Poder Executivo, Legislativo ou Judiciário;

II - idade superior a 21 (vinte e um) anos;

III - residir no Município de Santo Afonso há mais de 2 (dois) anos;

IV - estar no gozo dos direitos políticos e ser eleitor no Município;

V - formação escolar mínima correspondente ao ensino médio completo;

VI - comprovada atuação de no mínimo 2 (dois) anos na área de promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente ou qualquer outra função laboral que configure a experiência com crianças ou adolescentes.

VII – Certidão negativa de antecedentes criminais da justiça estadual e federal de primeiro e segundo grau.

Parágrafo único - Além do preenchimento dos requisitos previstos neste artigo, os candidatos deverão submeter-se a uma prova de conhecimentos, de caráter eliminatório, cujo conteúdo e critério de aprovação serão disciplinados em resolução do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 7º - O registro de candidatura será feito durante o prazo mínimo de 10 (dez) dias, contados a partir da data fixada no edital de convocação do processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, mediante apresentação de requerimento endereçado ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, instruído com os seguintes documentos:

I - cópia da cédula de identidade;

II - cópia do título de eleitor, com prova de votação na última eleição;

III - prova de residência no Município, comprovando o mínimo de 2 (dois) anos;

IV - cópia do certificado de conclusão do ensino médio;

V - certidões dos distribuidores cível e criminal e da Vara do Júri e Execuções Criminais do Fórum da Comarca de Arenapólis/MT;

VI - comprovantes de atuação na área de promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente, por no mínimo 2 (dois) anos.

Art. 8º - O pedido de registro de candidatura será autuado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, via de sua secretaria, e encaminhado à Comissão Organizadora do Processo de Escolha, que analisará o atendimento dos requisitos legais exigidos nos incisos I a VI do art. 6º.

Parágrafo único - Findo o prazo para registro de candidaturas, a Comissão Organizadora do Processo de Escolha fará publicar no órgão oficial do Município a relação dos candidatos inscritos, facultando a qualquer cidadão impugnar, no prazo de 10 (dez) dias contados da publicação, candidatos que não atendam os requisitos exigidos, indicando os elementos probatórios.

Art. 9º - Oferecida impugnação de candidatura, caberá à Comissão Organizadora do Processo de Escolha:

I - notificar o candidato, concedendo-lhe o prazo de 5 (cinco) dias úteis para apresentação de defesa;

II - realizar reunião para decidir acerca da impugnação da candidatura, podendo, se necessário, ouvir testemunhas eventualmente arroladas, determinar a juntada de documentos e a realização de outras diligências.

§ 1º - Das decisões da Comissão Organizadora do Processo de Escolha caberá recurso à plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da publicação, que se reunirá, em caráter extraordinário, para decisão em igual prazo.

§ 2º - Esgotada a fase recursal, a Comissão Organizadora do Processo de Escolha fará publicar edital com os nomes dos candidatos habilitados, informando, no mesmo ato, o dia da realização da prova de conhecimentos, que deverá ser realizada no prazo máximo de 15 (quinze) dias, com cópia ao Ministério Público.

§ 3º - O resultado da prova de conhecimentos será publicado no órgão oficial do Município, assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para interposição de recurso junto à Comissão Organizadora do Processo de Escolha, que decidirá em igual prazo.

§ 4º - Decididos os recursos, a Comissão Organizadora do Processo de Escolha fará publicar no órgão oficial do Município a relação dos candidatos habilitados ao pleito.

Art. 10 - Caberá ainda à Comissão Organizadora do Processo de Escolha:

I - realizar reunião destinada a dar conhecimento formal das regras de campanha aos candidatos considerados habilitados ao pleito, que firmarão compromisso de respeitá-las, sob pena de imposição das sanções previstas nesta lei;

II - estimular e facilitar o encaminhamento de notícias de fatos que constituam violação das regras de campanha por parte dos candidatos ou à sua ordem;

III - analisar e decidir, em primeira instância administrativa, os pedidos de impugnação e outros incidentes ocorridos no decorrer do processo eleitoral para escolha dos membros do Conselho Tutelar;

IV - aprovar o modelo da cédula de votação;

V - escolher e divulgar os locais de votação;

VI - selecionar, preferencialmente junto aos órgãos públicos municipais, os membros das mesas receptoras e apuradoras de votos, bem como seus respectivos suplentes, que serão previamente orientados sobre como proceder no dia da votação;

VII - solicitar à Justiça Eleitoral o empréstimo de urnas eleitorais de lona e cabinas de votação;

VIII - solicitar, junto aos Comandos da Polícia Militar, a designação de efetivo para garantir a ordem e segurança dos locais de votação e apuração;

IX - divulgar, imediatamente após a apuração, o resultado oficial da votação.

Parágrafo único - O Ministério Público deverá ser prévia e formalmente comunicado, com a antecedência devida, de todas as reuniões deliberativas realizadas pela Comissão Organizadora do Processo de Escolha e pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, bem como de todas as decisões nelas proferidas e de todos os incidentes verificados no decorrer do processo eleitoral para escolha dos membros do Conselho Tutelar.

Art. 11 - Para a realização do pleito, deverão ser habilitados, no mínimo, 10 (dez) candidatos.

Parágrafo único - Caso o número de candidatos habilitados seja inferior a 10 (dez), a Comissão Organizadora do Processo de Escolha suspenderá o trâmite do processo de escolha e reabrirá prazo para inscrição de novas candidaturas, sem prejuízo da garantia de posse dos novos conselheiros ao término do mandato em curso.

Seção III

DA DIVULGAÇÃO DAS CANDIDATURAS

Art. 12 - A propaganda eleitoral somente será permitida a partir da publicação da relação dos candidatos habilitados ao pleito, e deverá ser encerrada às 22 horas do dia que antecede a eleição, ressalvada, quanto ao limite imposto para encerramento, a propaganda na internet.

§ 1º -É vedada qualquer propaganda eleitoral nos veículos de comunicação social, admitindo-se a realização de debates e entrevistas, em igualdade de condições para todos os candidatos.

§ 2º - É vedada a veiculação de propaganda de qualquer natureza, inclusive pichação, inscrição a tinta, fixação de placas, estandartes, faixas e assemelhados, nos bens cujo uso dependa de cessão ou permissão do Poder Público, ou que a ele pertençam, e nos de uso comum.

§ 3º - É proibida a realização de propaganda eleitoral mediante o uso de alto-falantes ou amplificadores de som instalados em locais fixos ou em veículos.

§ 4º - É vedado ao candidato doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor.

§ 5º - É vedado, no dia do pleito, qualquer tipo de propaganda, ressalva a propaganda na internet.

Art. 13 - A divulgação das candidaturas será permitida através da distribuição de impressos, indicando o nome do candidato bem como suas características e propostas.

Parágrafo único - Em bens particulares será permitida a veiculação de propaganda eleitoral por meio de fixação de faixas, placas e cartazes, respeitado o tamanho máximo de 2m² (dois metros quadrados), sendo vedada a veiculação de propaganda por meio de pintura, inscrição a tinta ou pichação em muros, paredes e tapumes divisórios.

Art. 14 - A propaganda eleitoral na internet poderá ser realizada por meio de *blogs*, redes sociais, mensagem eletrônica, sítios de mensagens instantâneas e assemelhados, cujo conteúdo seja gerado ou editado pelo próprio candidato ou de iniciativa de qualquer pessoa natural.

§ 1º - Na internet, é vedada a veiculação de qualquer tipo de propaganda eleitoral paga.

§ 2º - É vedada, ainda que gratuitamente, a veiculação de propaganda eleitoral na internet, em sítios de pessoas jurídicas, com ou sem fins lucrativos.

Art. 15 - O descumprimento do disposto no arts 12 a 14 sujeitará o candidato à cassação de seu registro de candidatura em procedimento a ser apurado pela Comissão Organizadora do Processo de Escolha.

§ 1º - A denúncia relativa à propaganda irregular poderá ser feita por qualquer cidadão, devendo relatar fatos e indicar provas.

§ 2º - Recebida a denúncia, a Comissão Organizadora do Processo de Escolha notificará o candidato para, querendo, apresentar defesa em 5 (cinco) dias úteis.

§ 3º - Transcorrido o prazo previsto no § 2º, apresentada ou não a defesa, a Comissão Organizadora do Processo de Escolha decidirá em igual prazo e fará publicar a decisão.

§ 4º - Aplica-se à hipótese prevista neste artigo o disposto no § 1º do art. 9º desta lei.

Seção IV

DA REALIZAÇÃO DO PLEITO

Art. 16 - A eleição dos membros do Conselho Tutelar ocorrerá em data unificada em todo o território nacional a cada 4 (quatro) anos, no primeiro domingo do mês de outubro do ano subsequente ao da eleição presidencial.

§ 1º - A votação terá início às 8:00 horas e terminará às 17:00 horas, caso não haja eleitores na fila.

§ 2º - Às 17:00 horas do dia da votação, o Presidente da mesa receptora de votos fará entregar senhas a todos os eleitores presentes, começando pelo último da fila.

Art. 17 - As cédulas eleitorais serão confeccionadas pela Prefeitura Municipal, que as imprimirá conforme modelo aprovado pela Comissão Organizadora do Processo de Escolha.

§ 1º - A cédula conterá os nomes de todos os candidatos habilitados ao pleito, após aprovação na prova de conhecimentos, observada a ordem determinada por sorteio que será realizado pela Comissão Organizadora do Processo de Escolha, na presença de todos os candidatos, que, notificados, comparecerem.

§ 2º - As cédulas serão rubricadas pelos membros das mesas receptoras de voto antes de sua efetiva utilização pelo cidadão.

Art. 18 - As mesas receptoras serão compostas por um Presidente e um mesário, indicados previamente pela Comissão Organizadora do Processo de Escolha, que também designará os respectivos suplentes.

Parágrafo único - Não podem compor as mesas receptoras de votos:

I - os candidatos e seus parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive;

II - o cônjuge ou companheiro do candidato, ainda que em união homoafetiva.

Art. 19 - A composição das mesas apuradoras será definida pela Comissão Organizadora do Processo de Escolha, dentre os membros das mesas receptoras.

CAPÍTULO III

DA VOTAÇÃO E APURAÇÃO DOS VOTOS

Art. 20 - No momento da votação, além da exibição do respectivo título de eleitor, o cidadão deverá apresentar documento oficial com foto, que comprove sua identidade.

Art. 21 - O cidadão poderá votar em apenas um candidato, constante da cédula, sendo nula a cédula que contenha mais de um nome assinalado ou que tenha qualquer tipo de inscrição que possa identificar o eleitor.

Art. 22 - A fiscalização poderá ser exercida pelo próprio candidato ou por fiscal por ele previamente indicado à Comissão Organizadora do Processo de Escolha, nunca em número superior a 1 (um) fiscal por mesa receptora ou apuradora.

Art. 23 - A apuração dos votos será feita no próprio local de votação, em período imediatamente posterior ao encerramento da votação.

Art. 24 - À medida em que os votos forem sendo apurados, poderão os candidatos ou fiscais apresentar impugnações que serão resolvidas de plano pela Comissão Organizadora do Processo de Escolha, de tudo fazendo registro, cabendo recurso ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar do dia da apuração, que decidirá em igual prazo.

CAPÍTULO IV

DA PROCLAMAÇÃO E POSSE DOS ELEITOS

Art. 25 - Concluída a apuração dos votos e resolvidas as impugnações, a Comissão Organizadora do Processo de Escolha proclamará o resultado da eleição e fará publicar no órgão oficial do Município os nomes dos candidatos e o respectivo número de votos recebidos.

Art. 26 - Serão considerados eleitos os 5 (cinco) candidatos mais votados, ficando os demais, pela ordem decrescente de votação, como suplentes.

Parágrafo único - Havendo empate entre os candidatos, será considerado eleito aquele que tiver obtido melhor desempenho na prova de conhecimentos e, persistindo o empate, o candidato de maior idade.

Art. 27 - Decididos os eventuais recursos, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente proclamará os eleitos, que serão nomeados e empossados por ato do Prefeito Municipal.

Parágrafo único - A posse dos conselheiros tutelares eleitos ocorrerá no dia 10 (dez) de janeiro do ano subsequente ao processo de escolha.

CAPÍTULO V

DOS IMPEDIMENTOS

Art. 28 - São impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar os cônjuges, companheiros, ainda que em união homoafetiva, ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive.

Parágrafo único - Estende-se o impedimento do conselheiro, na forma deste artigo, em relação à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude, em exercício na Comarca.

CAPÍTULO VI

DA VACÂNCIA

Art. 29 - Ocorrendo a vacância ou o afastamento temporário de qualquer dos membros titulares do Conselho Tutelar, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deverá promover a imediata convocação do suplente para o preenchimento da vaga.

§ 1º - Os conselheiros tutelares suplentes serão convocados de acordo com a ordem de votação e receberão remuneração proporcional aos dias que atuarem no órgão, sem prejuízo da remuneração dos titulares, quando em gozo de licença e férias regulamentares.

§ 2º - No caso de inexistência de suplentes, a qualquer tempo, caberá ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente realizar processo de escolha suplementar para o preenchimento das vagas, pelo período restante do mandato.

Art. 30 - A vacância da função de membro do Conselho Tutelar decorrerá de:

I - renúncia;

II - falecimento;

III - perda do mandato.

CAPÍTULO VII

DAS ATRIBUIÇÕES E DO FUNCIONAMENTO DO CONSELHO TUTELAR

Seção I

DAS ATRIBUIÇÕES DO CONSELHO

Art. 31 - São atribuições do Conselho Tutelar:

I - atender as crianças e adolescentes nas hipóteses previstas nos arts. 98 e 105, aplicando as medidas previstas no art. 101, I a VII, todos da Lei Federal nº 8.069, de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente;

II - atender e aconselhar os pais ou responsável, aplicando as medidas previstas no art. 129, I a VII, da Lei Federal nº 8.069, de 1990;

III - promover a execução de suas decisões, podendo para tanto:

a) requisitar serviços públicos nas áreas da saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança;

b) representar junto à autoridade judiciária nos casos de descumprimento injustificado de suas deliberações;

IV - encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou adolescente;

V - encaminhar à autoridade judiciária os casos de sua competência;

VI - providenciar a medida estabelecida pela autoridade judiciária, dentre as previstas no art. 101, de I a VI, da Lei Federal nº 8.069, de 1990, para o adolescente autor de ato infracional;

VII - expedir notificações;

VIII - requisitar certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente quando necessário;

IX - assessorar o Poder Executivo na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

X - representar, em nome da pessoa e da família, contra a violação dos direitos previstos no art. 220, § 3º, inciso II da Constituição Federal;

XI - representar ao Ministério Público para efeito das ações de perda ou suspensão do poder familiar, após esgotadas as possibilidades de manutenção da criança ou do adolescente junto à família natural, observando-se o disposto no art. 136, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.069, de 1990;

XII - elaborar o seu Regimento Interno, que deverá ser aprovado pela maioria absoluta dos seus membros.

§ 1º - A proposta do Regimento Interno deverá ser encaminhada ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente para apreciação, sendo-lhe facultado propor alterações.

§ 2º - Uma vez aprovado, o Regimento Interno do Conselho Tutelar deverá ser publicado e afixado em local visível em sua sede.

Seção II

DA COORDENAÇÃO

Art. 32 - O Coordenador do Conselho Tutelar será escolhido dentre os seus membros, na primeira reunião após a posse, para cumprir mandato de 1 (um) ano, permitida uma recondução.

Parágrafo único - Nas ausências ou impedimentos temporários do Coordenador, as reuniões do Conselho Tutelar serão dirigidas pelo conselheiro mais votado dentre os presentes.

Seção III

DO FUNCIONAMENTO

Art. 33 - O Conselho Tutelar funcionará diariamente, na forma prevista em seu Regimento Interno, observadas as seguintes regras:

I - nos dias úteis, atendimento das 07:00 às 17:00 horas, ininterruptamente;

II - nos finais de semana e feriados, bem como no período noturno, atendimento em regime de plantão domiciliar, conforme escala previamente estabelecida, devendo, nesta hipótese, permanecer o plantonista escalado munido de meio de comunicação capaz de torná-lo facilmente localizável.

§ 1º - Todos os conselheiros tutelares serão submetidos à mesma carga horária semanal de trabalho, bem como aos mesmos períodos de plantão, sendo vedado qualquer tratamento desigual.

§ 2º - O disposto no § 1º não impede a divisão de tarefas entre os conselheiros, para fins de realização de diligências, fiscalização de entidades, programas e outras atividades externas, sem prejuízo do caráter colegiado das decisões tomadas pelo Conselho.

Art. 34 - O Conselho Tutelar reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por semana e, extraordinariamente, sempre que necessário, mediante requerimento da maioria de seus membros.

Art. 35 - As decisões do Conselho Tutelar serão tomadas por maioria simples de votos dos membros presentes.

§ 1º - As medidas de caráter emergencial, tomadas durante os plantões, serão comunicadas ao Colegiado no primeiro dia útil subsequente, para ratificação ou retificação.

§ 2º - As decisões serão motivadas e comunicadas formalmente aos interessados, mediante documento escrito, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, sem prejuízo de seu registro em arquivo próprio.

§ 3º - Se não localizado, o interessado será intimado através de publicação do extrato da decisão na sede do Conselho Tutelar.

Art. 36 - As decisões do Conselho Tutelar proferidas no âmbito de suas atribuições e obedecidas as formalidades legais, têm eficácia plena e são passíveis de execução imediata.

Art. 37 - As decisões do Conselho Tutelar somente poderão ser revistas pela autoridade judiciária mediante provocação da parte interessada ou do representante do Ministério Público.

Parágrafo único - Enquanto não suspensa ou revista pelo Poder Judiciário, a decisão proferida pelo Conselho Tutelar deve ser imediata e integralmente cumprida pelo seu destinatário, sob pena da prática da infração administrativa prevista no art. 249 da Lei Federal nº 8.069, de 1990.

Art. 38 - Para o exercício de suas atribuições, o membro do Conselho Tutelar poderá ingressar e transitar livremente:

I - na sala de sessões do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

II - nas entidades de atendimento nas quais se encontrem crianças e adolescentes; e

III - em qualquer recinto público ou privado no qual se encontrem crianças ou adolescentes, ressalvada a garantia constitucional de inviolabilidade de domicílio.

Parágrafo único - Sempre que necessário o conselheiro tutelar poderá requisitar o auxílio dos órgãos locais de segurança pública, observados os princípios constitucionais da proteção integral e da prioridade absoluta à criança e ao adolescente.

Art. 39 - Em qualquer caso, deverá ser preservada a identidade da criança ou adolescente atendido pelo Conselho Tutelar.

§ 1º - O membro do Conselho Tutelar poderá se abster de se pronunciar publicamente acerca dos casos atendidos pelo órgão.

§ 2º - O membro do Conselho Tutelar será responsável pelo uso indevido das informações e documentos que requisitar.

§ 3º - A responsabilidade pelo uso e divulgação indevidos de informações referentes ao atendimento de crianças ou adolescentes se estende aos servidores a disposição do Conselho Tutelar.

CAPÍTULO VIII

DA REMUNERAÇÃO E DOS DIREITOS ASSEGURADOS AOS CONSELHEIROS TUTELARES

Seção I

DA REMUNERAÇÃO

Art. 40 – A remuneração mensal dos membros do Conselho Tutelar, nunca será menor que um salário mínimo nacional.

§ 1º - A remuneração fixada não gera relação de emprego com a Municipalidade.

§ 2º - É vedada a acumulação remunerada da função de conselheiro tutelar com outro cargo, emprego ou função pública.

Art. 41 - O servidor público municipal eleito conselheiro tutelar ficará afastado de seu cargo ou emprego, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.

Parágrafo único - Durante o afastamento para o exercício da função de conselheiro tutelar, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento.

Seção II

DOS DIREITOS

Art. 42 - Aos conselheiros tutelares é assegurado o direito a:

I - cobertura previdenciária;

II - gozo de férias anuais remuneradas, acrescidas de 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal;

III - licença-maternidade;

IV - licença-paternidade;

V - gratificação natalina.

Parágrafo único - Os direitos previstos nos incisos II a V deste artigo serão concedidos segundo os mesmos critérios e condições estabelecidos para os servidores públicos municipais.

Art. 43 - Os recursos necessários à remuneração dos conselheiros tutelares terão origem em dotação específica consignada na Lei Orçamentária Anual do Município.

CAPÍTULO IX

DO REGIME DISCIPLINAR DO CONSELHEIRO TUTELAR

Seção I

DOS DEVERES

Art. 44 - São deveres do conselheiro tutelar:

I - residir no Município;

II - manter conduta pública e particular compatível com o exercício da função;

III - zelar pelo prestígio da instituição;

IV - indicar os fundamentos de seus pronunciamentos administrativos, submetendo sua manifestação à deliberação do Colegiado;

V - obedecer os prazos regimentais para suas manifestações e exercício das demais atribuições;

VI - comparecer às sessões deliberativas do Conselho Tutelar;

VII - desempenhar suas funções com zelo, presteza e dedicação;

VIII - declarar-se impedido, nos termos desta lei;

IX - adotar, nos limites de suas atribuições, as medidas cabíveis em face de irregularidade no atendimento a crianças, adolescentes e famílias;

X - tratar com urbanidade os interessados, testemunhas, funcionários e auxiliares do Conselho Tutelar;

XI - prestar as informações solicitadas pelas autoridades públicas e pelas pessoas que tenham legítimo interesse ou seus procuradores legalmente constituídos;

XII - identificar-se em suas manifestações funcionais;

XIII - atender aos interessados, a qualquer momento, nos casos urgentes;

XIV - levar ao conhecimento da autoridade competente as irregularidades de que tiver ciência em razão da função.

§ 1º - O membro do Conselho Tutelar deverá declarar-se impedido de analisar o caso quando:

I - a situação atendida envolver cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive;

II - for amigo íntimo ou inimigo capital de qualquer dos interessados;

III - algum dos interessados for seu credor ou devedor, ou de seu cônjuge, companheiro ou de parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive;

IV - tiver interesse na solução do caso em favor de um dos interessados.

§ 2º - O membro do Conselho Tutelar também poderá declarar-se impedido por motivo de foro íntimo.

§ 3º - O interessado poderá requerer ao Colegiado o afastamento do conselheiro tutelar que considere impedido, nas hipóteses do § 1º.

Seção II

DAS PROIBIÇÕES

Art. 45 - Ao conselheiro tutelar é proibido:

I - ausentar-se da sede do Conselho Tutelar durante o expediente, salvo quando em diligências ou por necessidade do serviço;

II - recusar fé a documentos públicos;

III - opor resistência injustificada ao andamento do serviço;

IV - promover manifestação de apreço ou desapreço no recinto do Conselho Tutelar;

V - valer-se da função para lograr proveito pessoal ou de outrem;

VI - receber propina, comissão, presente ou vantagem de qualquer espécie, em razão de suas atribuições;

VII - proceder de forma desidiosa;

VIII - utilizar pessoal ou recursos materiais do Conselho Tutelar em serviços ou atividades particulares;

IX - exceder no exercício da função, abusando de suas atribuições específicas;

X - utilizar-se do Conselho Tutelar para o exercício de propaganda e atividade político-partidária;

XI - romper o sigilo em relação aos casos analisados pelo Conselho Tutelar;

XII - exercer quaisquer atividades que sejam incompatíveis com o exercício da função e com o horário de trabalho;

XIII - delegar a pessoa que não seja membro do Conselho Tutelar o desempenho de atribuição que seja de sua responsabilidade;

XIV - deixar de submeter ao Colegiado as decisões individuais referentes à aplicação de medidas protetivas a crianças, adolescentes pais ou responsáveis previstas nos arts. 101 e 129 da Lei Federal nº 8.069, de 1990.

Seção III

DAS PENALIDADES

Art. 46 - São penalidades disciplinares aplicáveis aos membros do Conselho Tutelar:

I - advertência;

II - suspensão do exercício da função;

III - perda do mandato.

Art. 47 - Na aplicação das penalidades deverão ser consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provieram para a sociedade ou serviço público, a repercussão do fato e os antecedentes do conselheiro tutelar.

Art. 48 - A advertência será aplicada por escrito, nos casos de violação de proibição constante do art. 45, incisos I a IV, e de inobservância de dever funcional previsto no art. 44, que não justifique imposição de penalidade mais grave.

Art. 49 - A suspensão do exercício da função será aplicada em caso de reincidência das infrações punidas com advertência e de violação das demais proibições que não tipifiquem infração sujeita à penalidade de perda do mandato, não podendo exceder de 90 (noventa) dias.

Art. 50 - A penalidade de perda do mandato será aplicada nos seguintes casos:

I - condenação por sentença transitada em julgado pela prática de crime que comprometa sua idoneidade moral;

II - abandono da função por período superior a 30 (trinta) dias;

III - inassiduidade habitual;

IV - improbidade administrativa;

V - ofensa física, em serviço, a outro conselheiro tutelar, servidor público ou a particular;

VI - conduta incompatível com o exercício da função;

VII - deixar de residir no Município;

VIII - homologação de candidatura a cargo eletivo;

IX - acumulação remunerada de cargos, empregos ou funções públicas;

X - reincidência das faltas punidas com suspensão;

XI - transgressão dos incisos V a X do art. 45.

CAPÍTULO X

DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

Art. 51 - A apuração das infrações disciplinares atribuídas a membro do Conselho Tutelar será realizada mediante processo administrativo disciplinar, assegurado ao acusado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

Art. 52 - O processo disciplinar será conduzido por Comissão Disciplinar integrada por 3 (três) membros, observada a seguinte composição:

I - 1 (um) conselheiro municipal dos direitos da criança e do adolescente, representante do Poder Público;

II - 1 (um) conselheiro municipal dos direitos da criança e do adolescente, representante da sociedade civil;

III - 1 (um) conselheiro tutelar.

§ 1º - Os membros da Comissão Disciplinar serão escolhidos na primeira reunião ordinária de cada ano, para cumprirem mandato de um ano, permitida uma recondução por igual período.

§ 2º - Na mesma reunião serão escolhidos os suplentes dos membros da Comissão, que serão convocados nos casos de falta ou afastamento do titular ou em situações específicas em que ao membro titular for imputada a prática de infração disciplinar.

§ 3º - Não poderão participar da Comissão Disciplinar o cônjuge, companheiro ou parentes do acusado, em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive.

Art. 53 - O procedimento administrativo será iniciado mediante representação escrita, fundamentada e com indicação de provas, endereçada ao Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Parágrafo único - A representação de irregularidade poderá ser encaminhada por qualquer cidadão.

Art. 54 - O prazo para a conclusão do processo disciplinar não excederá 60 (sessenta) dias, contados da data de recebimento da representação, admitida a sua prorrogação por igual prazo, quando as circunstâncias o exigirem.

Art. 55 - Recebida a representação, será aberto prazo de 10 (dez) dias para que o acusado apresente sua defesa escrita, mediante notificação pessoal e cópia da representação.

Parágrafo único - No caso de recusa do acusado em apor o ciente na cópia da notificação, o prazo para defesa contar-se-á da data declarada, em termo próprio, pelo membro da Comissão Disciplinar que fez a notificação, com a assinatura de 2 (duas) testemunhas.

Art. 56 - Como medida cautelar e a fim de que o acusado não venha a influir na apuração da irregularidade, a Comissão Disciplinar poderá determinar o seu afastamento do exercício da função até a conclusão do procedimento, sem prejuízo da remuneração.

Art. 57 - É assegurado ao acusado o direito de acompanhar o processo pessoalmente ou por intermédio de procurador, arrolar e inquirir testemunhas e produzir demais provas admitidas em direito.

Art. 58 - O depoimento de testemunhas será prestado oralmente e reduzido a termo, não sendo lícito à testemunha trazê-lo por escrito.

Art. 59 - A Comissão Disciplinar terá um relator, sorteado dentre os seus membros, que conduzirá o procedimento de apuração da prática de infração disciplinar, e ao final apresentará um relatório que será submetido aos demais integrantes da Comissão, que poderão com ele concordar ou discordar.

Parágrafo único - O relatório será sempre conclusivo quanto à inocência ou à responsabilidade do conselheiro tutelar.

Art. 60 - As conclusões do procedimento administrativo serão remetidas ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que, em plenária, deliberará acerca da aplicação da penalidade cabível.

Art. 61 - Havendo indícios da prática de crime por parte do conselheiro tutelar, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente comunicará o fato ao Ministério Público para adoção das providências cabíveis.

Art. 62 - No caso de aplicação da penalidade de perda de mandato ou de suspensão do exercício da função por período superior a 10 (dez) dias, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente convocará o suplente para o preenchimento da vaga.

Parágrafo único - O suplente convocado deverá tomar posse dentro de 10 (dez) dias, sob pena de ser considerado renunciante.

CAPÍTULO XI

DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS

Art. 63 - O Conselho Tutelar, no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da publicação desta lei, promoverá a adequação de seu Regimento Interno às suas disposições.

Art. 64 - A Lei Orçamentária do Município consignará, anualmente, os recursos necessários ao funcionamento do Conselho Tutelar e à remuneração e formação continuada dos conselheiros tutelares.

Art. 65 - A Secretaria de Assistência Social proporcionará ao Conselho Tutelar os recursos materiais e humanos necessários ao seu pleno e regular funcionamento.

Art. 67 - A Secretaria de Assistência Social, com o apoio do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, estabelecerá uma política de qualificação e formação continuada dos conselheiros tutelares.

Art. 68 - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 69 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario.

Edifício da Prefeitura Municipal de Santo Afonso - MT, aos 10 dias do mês de Junho de 2019.

JOABE ALMEIDA DOS SANTOS

Prefeito Municipal

SETOR DE LICITAÇÃO
RETIFICAÇÃO DA RETIFICAÇÃO DA PUBLICAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 008/2019

Onde se lê:

ITEM	QTD	UNID	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	MARCA	VALOR UNIT	VALORT TOTAL
01	24.000,00	LTS	Gasolina Comum		R$- 4,60	R$-110.400,00
02	24.000,00	LTS	Álcool Comum		R$- 2,59	R$- 62.160,00
03	30.000,00	LTS	Óleo Diesel		R$- 3,91	R$- 117.300,00

Valor total dos itens: 289.860,00 (duzentos e oitenta e nove mil, oitocentos e sessenta reais).

Leia-se:

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA
DOTAÇÃO: 06.001.20.122.0003.2060.339030000000 RED: 138 FONTE 100

ITEM	QTD	UNID	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	MARCA	VALOR UNIT	VALORT TOTAL
03	30.000,00	LTS	Óleo Diesel		R$- 3,91	R$- 117.300,00

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
DOTAÇÃO: 12.001.10.301.0009.2021.339030000000 RED: 505 FONTE: 102

01	12.000,00	LTS	Gasolina Comum	R$- 4,60	R$-55.200,00
02	12.000,00	LTS	Álcool Comum	R$- 2,59	R$- 31.080,00

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
DOTAÇÃO: 12.001.10.301.0009.2021.339030000000 RED: 505 FONTE: 146

01	12.000,00	LTS	Gasolina Comum	R$- 4,60	R$-55.200,00
02	12.000,00	LTS	Álcool Comum	R$- 2,59	R$- 31.080,00

Valor total dos itens: R$- 289.860,00 (duzentos e oitenta e nove mil, oitocentos e sessenta reais).

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO DE COMPRA 56/2019

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

CONTRATO (A): C. M. COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA - ME

OBJETO - A presente licitação tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição depeças, acessórios e/ou componentes de reposição Genuínas e/ou originais de 1º linha, não remanufaturados, não recondicionados, não recuperados, para veículos leves, pesados e máquinas, para atender todas as Secretarias Municipais,conforme especificado no Termo de Referência em anexo.

VALOR TOTAL- O valor global do presente contrato é de R$ **271.379,20** (duzentos e setenta e um mil, trezentos e setenta e nove reais e vinte centavos), constante da proposta homologada em 08.07.2019, oriundo da multiplicação dos valores mensais conforme pre - empenho em anexo.

DA VIGÊNCIA- A Ata de Registro de Preços firmada entre o Município de São Jose do Povo e as empresas referidas no preambulo deste instrumento, terá validade de no máximo 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

SECRETARIA DE GOVERNO E GABINETE
PORTARIA Nº 017/2019 DE 09 DE JULHO DE 2019

Dispõe sobre **Concessão de Licença-Prêmio** a Servidora Municipal **VALERIA GABRIEL LOPES** e dá outras providências.

MIRIAN VIEIRA FREIRE, SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO POVO – MT, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas em lei, etc.

RESOLVE:

ARTIGO 1º - Conceder 01 (um) mês de Licença-Prêmio referente ao período aquisitivo de 05**/06/2011 a 05/06/2016**; conforme Lei n.º 280/2004 (**Regime Jurídico Único Dos Servidores Públicos Do Município De São José Do Povo),**Art. 102, considerando os Artigos 103 e 104, a funcionária **VALERIA GABRIEL LOPES,** Servidora Efetiva**,** portadora do RG nº 1316544-5 SSP-MT e inscrito no CPF sob o nº006.675.371-63, no cargo de Técnica em enfermagem, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, **sendo o afastamento em 01/07/2019 e retorno em 01/08/2019.**

ARTIGO 2º - Esta portaria entre em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

São José do Povo – MT; 02 de julho de 2019.

_____

MIRIAN VIEIRA FREIRE

Secretária de Administração

Registrado nesta Secretaria e publicada

No Jornal Oficial da AMM-MT nº_____

____/____/_____.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO DE COMPRA 55/2019

INEXIGIBILIDADE 02/2019

CONTRATO (A): *CUMMINS VENDAS E SERVIÇOS DE MOTORES E GERADORES LTDA*

OBJETO - Aquisição de peças e motor básico B6 para fazer as devidas manutenções na MOTONIVELADORA RG 140 CHASSIS NA-AF06375 ANO 2010/2010, Conforme proposta entregue no processo licitatório "INEXIGIBILIDADE" n.º02/ 2019 e planilha com descrição e quantitativo, como segue:

VALOR TOTAL- - O valor global do presente contrato é de R$ **49.733,25** (quarenta e nove mil setecentos e trinta e três reais e vinte e cinco centavos), constante da proposta homologada em 28.06.2019, oriundo da multiplicação dos valores mensais conforme pre - empenho em anexo.

DA VIGÊNCIA- O prazo previsto para o presente contrato será de 06 (meses) meses, vigorando pelo período de 09 de Julho de 2019 a 09 de Janeiro de 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃ JOSÉ DO RIO CLARO
PORTARIA Nº 178/2019, DE 4 DE JUNHO DE 2019

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA À GESTANTE.

Valdomiro Lachovicz, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro – MT, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder Licença à Gestante à servidora abaixo, de acordo com o disposto no Art. 125, da Lei Municipal n° 991, de 23 de janeiro de 2014:

NOME	PERÍODO DA LICENÇA	A PARTIR DE
Thalita Aparecida da Silva	120 dias	4/6/2019

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro – MT, 4 de junho de 2019.

VALDOMIRO LACHOVICZ

Prefeito Municipal

DEPARATAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO 033/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 033/2019. ASS: 05/07/2019; VCT: 05/07/2020; Fornecedor: **MARCOS S BIUDES-ME** Objeto:Futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviço em re-

carga de tonner, para atender as necessidades das secretarias do município de São José do Rio Claro-MT**. Valor: 26.274,72**

DEPARATAMENTO DE LICITAÇÃO
PREGÃO Nº 015/2019 – RESULTADO DO JULGAMENTO

O Município de São José do Rio Claro – MT, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público, para quem possa interessar que o julgamento do certame supracitado resultou vencedora a Empresa**: MARCOS S BIUDES-ME,** CNPJ: N° **08.257.279/0001-03** com o valor total de R$ **26. 274,72 ;** São José do Rio Claro – MT, 09 de julho de 2019. **Angela Rodrigues de Matos – Pregoeira Oficial**

DEPARATAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL PREGÃO Nº 017/2019

O Município de São José do Rio Claro – MT, com sede administrativa na Rua Paraíba, nº 355, Centro – São José do Rio Claro – MT, CEP: 78. 435-000, fone (65) 3386-1222, informa a todos os interessados, especialmente àqueles que já adquiriram o edital, que o horário de abertura e julgamento das propostas do Pregão Presencial Registro de Preço 017/ 2019, **aquisição de materiais para construção, para atendimento de reparos nas secretarias municipais**, foi alterada para as 08h:00min do dia 16 de julho de 2019, devido a alteração no horário de funcionamento do paço Municipal. Informações mais detalhadas e edital retificado completo poderão ser solicitado no endereço supramencionado, de segunda a sexta-feira, das 07h00min as 13h00min com a Comissão Permanente de Licitação, pelo e-mail: licitacaosjrc@gmail.com, ou no site do município www.saojosedorioclaro.mt.gov.br. São José do Rio Claro-MT, 09 de julho de 2019.Angela Rodrigues de Matos – Pregoeiro Oficial.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃ JOSÉ DO RIO CLARO
PORTARIA Nº 170/2019, DE 3 DE JUNHO DE 2019

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE À SERVIDOR.

Valdomiro Lachovicz, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro – MT, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder Licença para tratamento de saúde à servidora abaixo, de acordo com o disposto no Art. 123, da Lei Municipal n° 991, de 23 de janeiro de 2014:

NOME	PERÍODO LICENÇA	A PARTIR DE
Silvania de Oliveira Melo	90 dias	23/5/2019

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro – MT, 3 de junho de 2019.

VALDOMIRO LACHOVICZ

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃ JOSÉ DO RIO CLARO
PORTARIA Nº 171/2019, DE 3 DE JUNHO DE 2019

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA À GESTANTE.

Valdomiro Lachovicz, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro – MT, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder Licença à Gestante à servidora abaixo, de acordo com o disposto no Art. 125, da Lei Municipal n° 991, de 23 de janeiro de 2014:

NOME	PERÍODO DA LICENÇA	A PARTIR DE
Miriam Yoshida Ramos	120 dias	21/5/2019

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro – MT, 3 de junho de 2019.

VALDOMIRO LACHOVICZ

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃ JOSÉ DO RIO CLARO
PORTARIA Nº 172/2019, DE 3 DE JUNHO DE 2019

DISPÕE SOBRE TRANSFERÊNCIA DE LOTAÇÃO DE SERVIDOR.

Valdomiro Lachovicz, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º - Transferir a Lotação da servidora abaixo, conforme descrito:

NOME	CARGO	ÓRGÃO DE ORIGEM	PARA O ÓRGÃO	DATA TRANSF.
Westefane Silva Mariano	Gerene de Programas	Secretaria de Administração	Secretaria de Saúde e Saneamento Básico	3/6/ 2019

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro(MT), 3 de junho de 2019.

VALDOMIRO LACHOVICZ

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃ JOSÉ DO RIO CLARO
PORTARIA Nº 173/2019, DE 3 DE JUNHO DE 2019

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS REGULARES À SERVIDORES.

Valdomiro Lachovicz, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro – MT, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder Férias Regulares pelo período de 30 (trinta) dias, de acordo com a legislação, aos Servidores abaixo, no mês de junho/2019, conforme descrito:

NOME
ADAO NUNES DA SILVA
ADRIANA DE ASSIS ROSA
AFONSO APARECIDO MERCER
ALINE YARA DA SILVA MASCHIO
ANGELA TEREZINHA SANCHES MARTINEZ
ANGELICA SANTIAGO MACIEL
ARLINDO LEONEL FERREIRA
CAMILA BRUSTOLIN DOS SANTOS
CARLOS ROBERTO MORETTI
CLEIDE FERNANDES BUSCIOLI GRUNOV
CLEONICE OLAVO RIBEIRO
CRISTIANE MIQUELOTI LOPES
CRISTINA ALVES DE LIMA
DANIELE TAVARES DA SILVA
ELIZA APARECIDA RIZZATO
ERENITA PEREIRA DA SILVA
FATIMA NEUZA BORO DE OLIVEIRA
FRANCISCA CORDEIRO FERREIRA DA SILVA
GUSTAVO SILVA BRITO
IRENE SOUZA POLIDORO
JOANA CARNAVALI SANCHES
JOEL ALCANTARA

JOSE RONALDO AUGUSTO
JOSEFA FERREIRA DE LIMA TURRA
JOSIANI DOS SANTOS JERICO
JOSINEIA MEDEIROS
KAREN NASGORSKI
KATIA LIMA MELO DOS SANTOS
KATIA LUCIANA GARCEZ
KELI CRISTINA VIEIRA DE MEDEIROS
KELJA SILVA DE ASSIS
KLEITON DE OLIVEIRA SILVA SANTOS
LEANDRO DE SOUSA CAETANO
LEONICE DOS SANTOS
LUCAS XAVIER RODRIGUES
LUCIANA AGUILERA
LUCIANE DE OLIVEIRA SANTOS
LUIZA MARIA DE SOUZA GUIMARAES
MARCELO FERNANDES MARQUES
MARCIA CRISTINA DOS SANTOS FREITAS
MARCIA VIRGINIA RAMIRES
MARIA DE JESUS SOARES MOTA
MARIA DE LOURDES BRITO NUNES
MARIA IZABEL ARAUJO BRITO
MARILDA APARECIDA CAMARGO
MARLENE TERESINHA BOTH DE CAMPOS
MICHELE APARECIDA DA SILVA SALMAZO
OSEIAS DE PAIVA LEAL
REGINA DOMINGAS DA COSTA
RINALDO CALHEIROS GOMES
ROSANA APARECIDA MELO STUGINSKI
ROSANGELA DOS SANTOS
ROSILANE SILVA COSTA
ROZELI ARAUJO DE SOUZA
SIMONE MARQUES
THIANE ARAUJO COSTA
VANER MALAQUIAS
VERA LUCIA FERREIRA GONCALVES
VIVIAN ROBERTA DOS SANTOS LEITE

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro – MT, 3 de juho de 2019.

VALDOMIRO LACHOVICZ

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃ JOSÉ DO RIO CLARO
PORTARIA Nº 174/2019, DE 3 DE JUNHO DE 2019

DISPÕE SOBRE RETORNO DE SERVIDOR AS SUAS FUNÇÕES.

Valdomiro Lachovicz, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º - Autorizar ao servidor abaixo o retorno as suas funções, conforme discrimina:

NOME	MOTIVO	A PARTIR DE
Mark Garlane da Silva e Silva	Interrupção de Licença para Acompanhamento de Cônjuge ou Companheiro (a pedido)	3/6/2019

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro-MT, 3 de junho de 2019.

VALDOMIRO LACHOVICZ

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃ JOSÉ DO RIO CLARO
PORTARIA Nº 175/2019, DE 3 DE JUNHO DE 2019

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR DE CARGO COMISSIONADO.

Valdomiro Lachovicz, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º - Exonerar a servidora de cargo comissionado abaixo, conforme discriminado:

NOME	CARGO	DATA EXON.	MOTIVO
Tamires Ribeiro Rodrigues	Gerente de Programas	3/6/2019	21- Rescisão s/ justa causa iniciativa do empregado

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro(MT), 3 de junho de 2019.

VALDOMIRO LACHOVICZ

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃ JOSÉ DO RIO CLARO
PORTARIA Nº 176/2019, DE 3 DE JUNHO DE 2019

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR DE CARGO EFETIVO.

Valdomiro Lachovicz, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º - Exonerar o servidor de cargo efetivo abaixo, conforme discriminado:

NOME	CARGO	DATA EXON.	MOTIVO
Mark Garlane da Silva e Silva	Motorista	3/6/2019	21- Rescisão sem justa causa por iniciativa do empregado

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro(MT), 3 de junho de 2019.

VALDOMIRO LACHOVICZ

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃ JOSÉ DO RIO CLARO
PORTARIA Nº 177/2019, DE 4 DE JUNHO DE 2019

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PARA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA À SERVIDOR.

Valdomiro Lachovicz, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro – MT, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder Licença para Tratamento de Saúde à servidora abaixo, de acordo com o disposto no Art. 114, da Lei Municipal n° 991, de 23 de janeiro de 2014:

NOME	PERÍODO LICENÇA	A PARTIR DE
Marsele Faleiro do Nascimento	30 dias	4/6/2019

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro – MT, 4 de junho de 2019.

VALDOMIRO LACHOVICZ

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃ JOSÉ DO RIO CLARO
PORTARIA Nº 179/2019, DE 6 DE JUNHO DE 2019

DISPÕE SOBRE RETORNO DE SERVIDOR AS SUAS FUNÇÕES.

Valdomiro Lachovicz, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º - Autorizar a servidora abaixo o retorno as suas funções, conforme discrimina:

NOME	MOTIVO	A PARTIR DE
Ana Maria Baldinotti	Interrupção de Licença para tratamento de saúde (para fins de rescisão por falecimento)	6/6/2019

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro-MT, 6 de junho de 2019.

VALDOMIRO LACHOVICZ

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃ JOSÉ DO RIO CLARO
PORTARIA Nº 180/2019, DE 6 DE JUNHO DE 2019

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR DE CARGO EFETIVO.

Valdomiro Lachovicz, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º - Exonerar a servidora de cargo efetivo abaixo, conforme discriminado:

NOME	CARGO	DATA EXON.	MOTIVO
Ana Maria Baldinotti	Professor Magistério	6/6/2019	60- Falecimento

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro(MT), 6 de junho de 2019.

VALDOMIRO LACHOVICZ

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃ JOSÉ DO RIO CLARO
PORTARIA Nº 181/2019, DE 14 DE JUNHO DE 2019

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE À SERVIDORES.

Valdomiro Lachovicz, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro – MT, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder Licença para Tratamento de Saúde aos servidores abaixo, de acordo com o disposto no Art. 123, da Lei Municipal n° 991, de 23 de janeiro de 2014:

NOME	PERÍODO LICENÇA	A PARTIR DE
Angela Domingas da Silva	Conforme Perícia Médica	14/5/2019
Edinaldo Alves Silveira	Conforme Perícia Médica	14/5/2019
Marli Gomes da Silva	Conforme Perícia Médica	14/5/2019
Nereci Alamine	Conforme Perícia Médica	23/5/2019
Norma Suely Ribeiro Silva	Conforme Perícia Médica	14/5/2019
Roberto Rivelino Silva	Conforme Perícia Médica	14/5/2019
Rozilda de Oliveira Ramos Barbosa	Conforme Perícia Médica	14/5/2019
Sirlei de Souza Santos Venancio	Conforme Perícia Médica	14/5/2019
Suedi Pereira dos Santos	Conforme Perícia Médica	14/5/2019

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro – MT, 14 de junho de 2019.

VALDOMIRO LACHOVICZ

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃ JOSÉ DO RIO CLARO
PORTARIA Nº 182/2019, DE 15 DE JUNHO DE 2019

DISPÕE SOBRE RETORNO DE SERVIDORES AS SUAS FUNÇÕES.

Valdomiro Lachovicz, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º - Autorizar os servidores abaixo o retorno as suas funções, conforme discrimina:

NOME	MOTIVO	A PARTIR DE
Cláudia Ribeiro de Jesus	Após cumprir licença para tratamento de saúde	15/6/2019
Irene Maria Dias	Após cumprir licença para tratamento de saúde	15/6/2019
Sandra Freire	Após cumprir licença para tratamento de saúde	15/6/2019

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro-MT, 15 de junho de 2019.

VALDOMIRO LACHOVICZ

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃ JOSÉ DO RIO CLARO
PORTARIA Nº 183/2019, DE 17 DE JUNHO DE 2019

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR DE CARGO EFETIVO.

Valdomiro Lachovicz, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º - Exonerar a servidora de cargo efetivo abaixo, conforme discriminado:

NOME	CARGO	DATA EXON.	MOTIVO
Ana do Rosário da Silva	Conzinheira (Educ)	17/6/2019	70- Aposentadoria por tempo de serviço, com rescisão contratual

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro(MT), 17 de junho de 2019.

VALDOMIRO LACHOVICZ

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃ JOSÉ DO RIO CLARO
PORTARIA Nº 184/2019, DE 17 DE JUNHO DE 2019

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR DE CARGO COMISSIONADO.

Valdomiro Lachovicz, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º - Exonerar a servidora de cargo comissionado abaixo, conforme discriminado:

NOME	CARGO	DATA EXON.	MOTIVO
Edna Rodrigues da Silva	Gerente de Programas	17/6/2019	11- Rescisão s/ justa causa iniciativa do empregador

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro(MT), 17 de junho de 2019.

VALDOMIRO LACHOVICZ

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃ JOSÉ DO RIO CLARO
PORTARIA Nº 185/2019, DE 17 DE JUNHO DE 2019

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - CME.

VALDOMIRO LACHOVICZ, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando a Lei Municipal nº 873, de 4 de julho de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º. Ficam nomeados para comporem o Conselho Municipal de Educação - CME do Município de São José do Rio Claro-MT os seguintes membros:

I - Representante da Secretaria Municipal de Educação	
Titular: Claudivam de Araújo Gericó RG: 782.220 SSP/MT CPF: 632.804.931-53	Suplente: Débora Sleder Engel RG: 1198797 SSP/MT CPF: 013.219.081-80
II- Representante dos Professores da Educação Infantil de Ensino	
Titular: Maria Beatriz Magalhães Moraes RG: 1109052-0 SSP/MT CPF: 952.593.411-04	Suplente: Ádila Geny Inácio dos Santos Souza RG: 1236630-7 SSP/MT CPF: 723.038.671-34
III- Representante dos Coordenadores Pedagógicos da Rede Municipal de Ensino	
Titular: Rosimeire da Silva Trindade RG: 1544270-5 SSP/ CPF: 002.745.951-92	Suplente: Jeeziele Ferreira da Silva RG: 1318456-3 SSP/MT CPF: 021.024.521-23
IV- Representante dos Agentes Administrativos das Escolas Básicas Públicas	
Titular: Márcio Castanha RG: 1453488-6 SSP/MT CPF: 004.223.341-03	Suplente: Sandra Regina Ramires RG: 1171223-6 SSP/MT CPF: 622.545.611-20
V- Representante da Rede Privada de Ensino	
Titular: Noemia Oliveira Neves RG: 1655885-5 SSP/MT CPF: 010.278.721-23	Suplente: Cristiane Macedo da Silva Guimarães RG: 4143591-4 SSP/ CPF: 295.584.008-40
VI- Representante do Segmento de Pais e Mães de Alunos da Educação Básica Pública	
Titular: Wagner de Oliveira Leite Moretti RG: 23412763 SSP/ CPF: 986.166.091-72	Suplente: Juliana Raquel Chrusczak RG: 18129714 SSP/MT CPF: 018.234.981-08
VII- Representante dos Professores do Ensino Fundamental	
Titular: Marcia Aparecida Alexandre RG: 348.272 SSP/MT CPF: 436.757.351-68	Suplente: Sheila Aparecida Alaves RG: 95320-6 SSP/MT CPF: 593.794.481-04
VIII- Representante do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	
Titular: Rosana Rafael Moreira Carão RG: 60651553-7 SSP/SP CPF: 311.516.528-57	Suplente: Clotilde de Souza Cortez RG: 071834-3 SSP/MT CPF: 171.720.121-00
IX- Representante dos Professores do Ensino Médio	
Titular: Elizabeth da Silva RG: 5986820-9 SSP/PR CPF: 461.938.209-49	Suplente: Sélia dos Santos Moretti RG: 0328528-6 SSP/ CPF: 571.159.401-00
X- Representante dos Diretores de Escolas da Rede Pública	
Titular: Josinéia Medeiros RG: 359986 SSP/MT CPF: 326.644.781-68	Suplente: Katia Lima Melo dos Santos RG: 676034-0 SSP/ CPF: 051.336.603-44

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal

São José do Rio Claro-MT, 28 de junho de 2019.

VALDOMIRO LACHOVICZ

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃ JOSÉ DO RIO CLARO
PORTARIA Nº 186/2019, DE 27 DE JUNHO DE 2019

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DO FISCAL DE ACOMPANHAMENTO E EXECUÇÃO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 028/2019, Nº 029/2019, 031/2019 E Nº 032/2019.

VALDOMIRO LACHOVICZ, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os Servidores ALBERTO CARDOSO DE CASTRO e VALDINES TEIXEIRA DOS SANTOS, como Fiscal e Suplente, respectivamente, para o exercício de acompanhamento e fiscalização da execução das Atas de Registro de Preços nº 028/2019, nº 029/2019, nº 030/2019, nº 031/2019 e nº 032/2019, referente ao Pregão Presencial nº 010/2019, que tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTRUA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO - MT.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro-MT, 27 de junho de 2019.

VALDOMIRO LACHOVICZ

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃ JOSÉ DO RIO CLARO
PORTARIA Nº 187/2019, DE 28 DE JUNHO DE 2019

DISPÕE SOBRE RETORNO DE SERVIDOR AS SUAS FUNÇÕES.

Valdomiro Lachovicz, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º - Autorizar a servidora abaixo o retorno as suas funções, conforme discrimina:

NOME	MOTIVO	A PARTIR DE
Suzana Carolina Ramos Silva	Após cumprir licença para tratamento de saúde	28/6/2019

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro-MT, 28 de junho de 2019.

VALDOMIRO LACHOVICZ

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃ JOSÉ DO RIO CLARO
PORTARIA Nº 188/2019, DE 28 DE JUNHO DE 2019

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE PROMOÇÃO DE SERVIDORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO – MT., E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Valdomiro lachovicz, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro – MT, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder Promoção aos servidores da Educação Básica do Município de São José do Rio Claro-MT, no mês de **junho/2019**, de acordo com a Lei n° 831, de 22 de julho de 2010, conforme discriminado:

PROMOÇÃO				
SERVIDOR	***CARGO***	**CLAS/ REF ATUAL**	**CLAS/ REF PROMOVIDA**	**A PARTIR DO MÊS DE:**
ELIANE DOS SANTOS FERREIRA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS EDUC	A6	B1	Retroativo à fev/19
MARIA JOSÉ ALBINO	SERVIDOR BRAÇAL - EDUC	A6	B1	Retroativo à mai/19
ROSELI AP. DE VICENTE SILVA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS EDUC	A6	B1	Retroativo à mai/19

Art. 2º - Fica autorizado o pagamento aos servidores descritos no artigo primeiro da presente Portaria, referente ao período retroativo da respectiva promoção.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro – MT, 28 de junho de 2019.

Valdomiro Lachovicz

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃ JOSÉ DO RIO CLARO
PORTARIA Nº 189/2019, DE 28 DE JUNHO DE 2019

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE PROGRESSÃO DE SERVIDORES DA ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO – MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Valdomiro Lachovicz, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro – MT, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder Progressão Vertical às servidores da Administração do Município de São José do Rio Claro-MT, no mês de **junho/2019**, de acordo com a Lei n° 989, de 21 de janeiro de 2014, conforme discriminado:

PROGRESSÃO				
SERVIDOR	**CARGO**	**CLAS/ NIV ATUAL**	**CLAS/ NIV PROGREDIDA**	**A PARTIR DO MÊS DE:**
ARLETE APARECIDA DO NASCIMENTO	ACS	A1	A2	-
GUERINO JOÃO OPENCOSKI	MOTORISTA	C5	C6	Retroativo abril/19
JAKSON VAGNER A. DE OLVEIRA	AGENTE ADMINISTRATIVO	A1	A2	Retroativo maio/19
MARINÉIA MACHADO DOS SANTOS	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	B2	B3	Retroativo nov/18
MIQUÉIAS GOMES DOS SANTOS	OPERADOR DE MÁQUINAS	A1	A2	-

Art. 2º - Fica autorizado o pagamento às servidoras descritas no artigo primeiro da presente Portaria, referente ao período retroativo da respectiva proprogressão.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro – MT, 28 de maio de 2019.

VALDOMIRO LACHOVICZ

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃ JOSÉ DO RIO CLARO
PORTARIA Nº 190/2019, DE 28 DE JUNHO DE 2019

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE PROMOÇÃO DE SERVIDOR DA ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO – MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Valdomiro Lachovicz, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro – MT, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder Promoção ao servidor da Administração do Município de São José do Rio Claro-MT, no mês de **junho/2019**, de acordo com a Lei n° 989, de 21 de janeiro de 2014, conforme discriminado:

PROMOÇÃO				
SERVIDOR	**CARGO**	**CLAS/ NIV ATUAL**	**CLAS/ NIV PROMOVIDA**	**A PARTIR DO MÊS DE:**
IVONE VEREDA DOS SANTOS	ACS	A2	B2	Retroativo à dez/18

Art. 2º - Fica autorizado o pagamento à servidora descrita n**o artigo primeiro da presente Portaria, referente ao período retroativo da respectiva promoção.**

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro(MT), 28 de junho de 2019.

VALDOMIRO LACHOVICZ

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃ JOSÉ DO RIO CLARO
PORTARIA Nº 191/2019, DE 1º DE JULHO DE 2019

DISPÕE SOBRE A INVERSÃO DE FUNÇÕES DE MEMBROS DA CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO PARA O EXERCÍCIO DE 2019.

Valdomiro Lachovicz, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei:

R E S O L V E:

Art. 1º. Inverter as funções de membros da CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO da Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro, para o exercício de 2019, instituída pela Portaria nº 007/2019, conforme definido abaixo:

Presidente: Josileide Adriana Castão Ribeiro

Secretário: Danielle dos Santos Fialho Campos

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro(MT), 1º de julho de 2019.

VALDOMIRO LACHOVICZ

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃ JOSÉ DO RIO CLARO
PORTARIA Nº 192/2019, DE 1º DE JULHO DE 2019

DISPÕE SOBRE RETORNO DE SERVIDOR AS SUAS FUNÇÕES.

Valdomiro Lachovicz, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º - Autorizar a servidora abaixo o retorno as suas funções, conforme discrimina:

NOME	MOTIVO	A PARTIR DE
Leonia Dutra Camilo	Após cumprir licença para tratamento de saúde	1º/7/2019

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro-MT, 1º de julho de 2019.

VALDOMIRO LACHOVICZ

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 133/2019

PORTARIA Nº 133/2019

DE 01 DE JULHO DE 2019.

"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PREMIO PARA A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL".

O Prefeito Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr. Vanderley Soares da Silva, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Legislação, bem como o Art. 104, § 1º E 2º, da Lei Complementar nº 005/2012**,** baixa a seguinte **PORTARIA:**

Art. 1° - Fica concedido Licença Prêmio a Servidora, RAIMUNDA RIBEIRO ARRUDA, lotada na Secretaria Municipal de Educação, exercendo o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais no município de São Jose do Xingu – MT, no período de 01/06/2019 a 30/08/2019, totalizando 90 dias, Conforme requerimento em anexo.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia 01/06/2019, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito

Em, 01 de julho de 2019.

Vanderley Soares da Silva

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se Cumpra-se

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

AVISO DE LICITAÇÃO

O Pregoeiro da Prefeitura de São José dos Quatro Marcos/MT comunica às empresas que às 08h00min, do dia **22/07/2019**, realizará a licitação na modalidade Pregão Presencial Registro de Preço de nº. **17/2019**, e receberá os envelopes de (proposta e de habilitação) visando futuro e eventual "**PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CONSULTORIA JURÍDICA PARA ATUALIZAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO COMPREENDENDO A PLANTA GENÉRICA DE VALORES E CTM (CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL) ".** O Edital completo e seus anexos poderão ser adquiridos na Sede da Prefeitura através de REQUERIMENTO pelo e-mail: licitacao@saojosedosquatromarcos.mt.gov.br, ou no site http://www.saojosedosquatromarcos.mt.gov.br Maiores informações pelo telefone 3251-1455, das 07:00 as 13:00 horas. EVANDO DE SOUZA VENTUROLLI, Pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA CIPA

AVISO DE LICITAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 008/2019

A Prefeitura Municipal de São Pedro da Cipa-MT, através da Comissão Permanente de Licitação, torna pública a Dispensa de Licitação tendo por objeto:" **Contratação de Empresa para Execução de Obra de Construção de uma praça ao fim da Rua Cassimiro Dias",**visto a empresa **PAULO ROCHA DOS SANTOS EIRELI** ao valor global de R$ 51.621,93 (cinqüenta e um mil seiscentos e vinte e um reais e noventa e três centavos), tendo como fundamento o disposto no Art. 24, I, da Lei 8666/93 em conformidade com a Lei Estadual Nº 10.534 e Lei municipal 546/2017. SÃO PEDRO DA CIPA, 09 de Julho de 2019. **MARCIANA DA SILVA CHERUBIM Presidente da CPL**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA NOVA DOURADA

ATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 024/2019.

DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 007/2019.

RECONHEÇO a contratação por meio de Dispensa de Licitação, considerando a orientação exposta no Parecer do Procurador Jurídico do Município, presente aos autos do processo, que está fundamentado no artigo 24, inciso II, da Lei Federal n.º 8.666/93 e alterações posteriores.

PROCESSO: 024/2019.

OBJETO:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS NA ELABORAÇÃO METODOLOGICA, FINANCEIRA E EXECUÇÃO DE ATIVIDADE TRIBUTARIA, visando a elaboração de Planta Genérica de VM2T, VM2E e seus fatores corretivos, para o lançamento de IPTU e ITBI da Zona Urbana e Rural do Município de Serra Nova Dourada – MT.

VIGÊNCIA: 60 (sessenta) dias**.**

FAVORECIDO: SOLUÇÃO CONSULTORIA, ASSESSORIA TRIBUTARIA, ADMINISTRATIVA E CONTABIL.

CNPJ DE N.º: 31.989.489/0001-08

Valor Total: R$ 12.978,00(doze mil novecentos e setenta e oito reais).

Serra Nova Dourada - MT, em 08 de julho de 2019.

Carina Mignoso

Presidente da Comissão Permanente de Licitação - Portaria n.º 034/2019.

ATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA

Ratifico a dispensa do certame licitatório em consonância com a JUSTIFICATIVA apresentada, nos termos do art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Serra Nova Dourada - MT, em 09 de Julho de 2019.

JOSE OCIMAR GOMES DA SILVA AGUIAR.

PREFEITO MUNICIPAL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORÃ

REPUBLICAR

MUNICIPIO DE TABAPORÃ-MT

EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº. 13/2019.

Contratante: Município de Tabaporã (MT)

Contratado: SUELLEN SANTOS SILVA

OBJETO: A Contratada neste ato fica admitida no quadro de servidores da Contratante, onde passará a exercer a função de **ESPECIALISTA DA SAÚDE V – ENFERMEIRO**, mediante a remuneração mensal de R$: **4.277,20 (Quatro Mil, Duzentos e Vinte e Sete Reais e Vinte Centavos)** e, irá prestar seu serviço na Secretaria Municipal de Saúde – Atenção Básica – PSF I.

Assinatura contr. em 09/07/2019

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 389/2019

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. – REVOGAR A PORTARIA 386/2019, que *PRORROGOU A POSSE, pelo prazo de 60 (sessenta) dias,* da Senhora ***ELIANA RODRIGUES DOS SANTOS*****,** brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 49890303-5 SSP/SP, por motivo de conveniência administrativa.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se;

Registre-se;

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 10 de Julho de 2019.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº. 14/2019.

MUNICIPIO DE TABAPORÃ-MT

EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº. 14/2019.

Contratante: Município de Tabaporã (MT)

Contratado: ELIANA RODRIGUES DOS SANTOS

OBJETO: A Contratada neste ato fica admitida no quadro de servidores da Contratante, onde passará a exercer a função de **Técnico Da Saúde II – Técnico Em Enfermagem,** mediante a remuneração mensal de **R$: 2.083,84 (Dois Mil, Oitenta e Três Reais e Oitenta e Quatro Centavos)** e, irá prestar seu serviço na Secretaria Municipal de Saúde – Atenção Básica – PSF I.

Assinatura contr. em 10/07/2019

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 393/2019

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. – CONCEDER "*LICENÇA PRÊMIO FINAL", pelo período de 19 (Dezenove) dias, iniciando-se em 30/07/2019 e término em 17/08/2019**,** *do período aquisitivo de 22/05/2012 à 21/05/2017, sem prejuízo de sua remuneração ao* Senhor **GREISIVAL PEREIRA DA SILVA,** servidor estável, admitido em 22/05/2012,nocargo de **Professor**, com matricula no RH nº. 1393, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer desta Prefeitura, de acordo com o Art. 55, da Lei Municipal nº. 1080/2017 e suas alterações, e ainda com a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã/MT, em 10 de Julho de 2019.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 392/2019

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. – CONCEDER "*LICENÇA PRÊMIO FINAL", pelo período de 19 (Dezenove) dias, iniciando-se em 30/07/2019 e término em 17/08/2019**,** *do período aquisitivo de 25/04/2012 à 24/04/2017, sem prejuízo de sua remuneração à* Senhora **MARCILENE DE MELO SOUSA,** servidora efetiva, admitida em 25/04/2012, com matricula no RH nº. 1381,nocargo de **Professora**, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer desta Prefeitura, de acordo com o Art. 55, da Lei Municipal nº. 1080/2017 e suas alterações, e ainda com a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã/MT, em 10 de Julho de 2019.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 391/2019

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. – CONCEDER "*LICENÇA PRÊMIO FINAL", pelo período de 19 (Dezenove) dias, iniciando-se em 30/07/2019 e término em 17/08/2019, do período aquisitivo de 01/04/2009 à 31/03/2014, sem prejuízo de sua remuneração à* Senhora **LUCIA TELES PINTOR,** servidora efetiva, admitida em 01/04/2004,nocargo de **Professora**, com matricula no RH nº. 315, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer desta Prefeitura, de acordo com o Art. 55, da Lei Municipal nº. 1080/2017 e suas alterações, e ainda com a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã/MT, em 10 de Julho de 2019.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 390/2019

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Considerando o período de Férias Escolares, conforme Calendário Escolar, programada 15/07/2019 a 29/07/2019;

RESOLVE:

Artigo 1º. – Conceder **"*FÉRIAS COLETIVAS", aos*** servidores no cargo de **Professores**, lotados na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer desta Prefeitura, de acordo com o Art. 87 da Lei Municipal nº. 218/1999; Art. 53, Inciso I, alínea "a", da Lei Mun. nº. 1.080/2017 e ainda, de acordo com a Constituição Federal.

Nº.	NOME DO SERVIDOR	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO
1821	Adriana Leite dos Santos Borges	02/10/2018 a 01/10/2019	15/07/2019 a 29/07/2019
1357	Adriana Sutero Lançone	13/04/2019 a 12/04/2020	15/07/2019 a 29/07/2019
1856	Alexandra Stockmam Ludwig	28/01/2019 a 27/01/2020	15/07/2019 a 29/07/2019
361	Alysson Denardi Antoniassi	01/06/2019 a 31/05/2020	15/07/2019 a 29/07/2019
322	Andréia Camilo de Souza	22/01/2019 a 21/01/2020	15/07/2019 a 29/07/2019
1825	Andreia Cristina Fliegner	05/10/2018 a 04/10/2019	15/07/2019 a 29/07/2019
1369	Anilton da Silva Pereira	19/04/2019 a 18/04/2020	15/07/2019 a 29/07/2019
951	Cristiane Romagna Ferreira	20/03/2019 a 19/03/2020	15/07/2019 a 29/07/2019
1870	Denise de Almeida Ribeiro Nascimento	01/04/2019 a 31/03/2020	15/07/2019 a 29/07/2019
318	Devair de Oliveira Souza	01/04/2019 a 31/03/2020	15/07/2019 a 29/07/2019
323	Doreni de Brito	01/04/2019 a 31/03/2020	15/07/2019 a 29/07/2019
26	Dulcineia Apª Barbosa Melo	15/02/2019 a 14/02/2020	15/07/2019 a 29/07/2019
1839	Eliane de Oliveira Ventura Siqueira	22/10/2018 a 21/10/2019	15/07/2019 a 29/07/2019
1819	Elica Aparecida dos Santos	01/10/2018 a 30/09/2019	15/07/2019 a 29/07/2019
1363	Ester Moreira de Moraes	17/04/2018 a 16/04/2019	15/07/2019 a 29/07/2019
1112	Flavia Ferreira Fraga Belo	26/05/2019 a 25/05/2020	15/07/2019 a 29/07/2019
329	Genita Zanon	01/04/2019 a 31/03/2020	15/07/2019 a 29/07/2019
1847	Geovane Luzes Galvão	22/10/2018 a 21/10/2019	15/07/2019 a 29/07/2019
45	Gislene G. Vargas M. Souza	01/03/2019 a 28/02/2020	15/07/2019 a 29/07/2019
1393	Greisival Pereira da Silva	22/05/2019 a 21/05/2020	15/07/2019 a 29/07/2019
1113	Iraci Santos G. da Silva	26/05/2018 a 25/05/2019	15/07/2019 a 29/07/2019
1823	Itania Patricia dos Santos Cruz	04/10/2018 a 03/10/2019	16/07/2019 a 30/07/2019
319	Janete R. Vieira de Carvalho	01/04/2019 a 31/03/2020	15/07/2019 a 29/07/2019
1845	Jeferson Ap. Fernandes da Silva	22/10/2018 a 21/10/2019	15/07/2019 a 29/07/2019
325	José Luzia M. da Fonseca	01/04/2019 a 31/03/2020	15/07/2019 a 29/07/2019
1820	Leila Ricken do Nascimento	01/10/2018 a 30/09/2019	15/07/2019 a 29/07/2019
1834	Leonir Guebien	01/10/2018 a 30/09/2019	15/07/2019 a 29/07/2019
1822	Loraine Carolina Barbosa	04/10/2018 a 03/10/2019	15/07/2019 a 29/07/2019
315	Lúcia Teles Pintor	01/04/2019 a 31/03/2020	15/07/2019 a 29/07/2019
98	Madalena Batista Treuherz	01/02/2019 a 31/01/2020	15/07/2019 a 29/07/2019
1827	Marcia Coelho de Carvalho	08/10/2018 a 07/10/2019	15/07/2019 a 29/07/2019
1115	Márcia Elaine Toso	19/01/2019 a 18/01/2020	15/07/2019 a 29/07/2019
1381	Marcilene de Melo Souza	25/04/2019 a 24/04/2020	15/07/2019 a 29/07/2019
83	Margarete Apª. Baesso	01/02/2019 a 31/01/2020	15/07/2019 a 29/07/2019
330	Maria Fernandes Francolino	01/04/2019 a 31/03/2020	15/07/2019 a 29/07/2019
251	Maria José Souza Bessa	01/04/2019 a 31/03/2020	15/07/2019 a 29/07/2019
270	Marli da Rocha L. Aiolfi	01/04/2019 a 31/03/2020	15/07/2019 a 29/07/2019
84	Marli Fª. Sparvolli Santaella	19/04/2019 a 18/04/2020	15/07/2019 a 29/07/2019
85	Marli Gottardi Silva	01/03/2019 a 28/02/2020	15/07/2019 a 29/07/2019
94	Marli T. Amorim Contreiras	06/02/2019 a 05/02/2020	15/07/2019 a 29/07/2019
1818	Meire Roseli Medeiros	01/10/2018 a 30/09/2019	15/07/2019 a 29/07/2019
217	Rakel Vieira Streg	01/04/2019 a 31/03/2020	15/07/2019 a 29/07/2019
1384	Renata da S. Fleury Ribeiro	02/05/2019 a 01/05/2020	15/07/2019 a 29/07/2019
327	Roseli Pereira da Cunha	01/04/2019 a 31/03/2020	15/07/2019 a 29/07/2019
134	Seloi Terezinha Welter	21/05/2019 a 20/05/2020	15/07/2019 a 29/07/2019
1858	Rute Ester de Paula Oliveira	01/02/2019 a 31/01/2020	15/07/2019 a 29/07/2019
135	Silvina Maria C. de Souza	06/02/2019 a 05/02/2020	15/07/2019 a 29/07/2019
136	Siomara Muller Pereira	01/06/2019 a 31/05/2020	15/07/2019 a 29/07/2019
321	Tatiana da Silva	01/04/2019 a 31/03/2020	15/07/2019 a 29/07/2019

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã MT, em 10 de Julho de 2019.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 388/2019

CONVOCAR O CANDIDATO CLASSIFICADO NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – SAÚDE - 001/2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SIRINEU MOLETA, Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º *- Convocar o candidato abaixo relacionado, classificado no Processo Seletivo Simplificado 001/2019,realizado no período de 02/05/2019 a 28/06/2019, para comparecerem no prazo máximo de* ***15 (quinze) dias****, da publicação desta, na sede da Secretaria Municipal de Administração, anexo a Prefeitura de Tabaporã, sito a Avenida Comendador José Pedro Dias, 979-N, Centro, no horário das 07:00 ás 11:00 e das 13:00 ás 17:00 hs., para comprovação dos requisitos exigidos no Edital de abertura do Processo Seletivo Simplificado– Saúde 001/2019, apresentando o rol de documentos abaixo listados, e tomar posse de seu respectivo cargo.*

ORIGINAIS E CÓPIA:

01 foto 3x4;

Apresentar comprovante de exame de Sanidade Física e Mental, que deverá ser realizado em qualquer Unidade de Saúde Publica do Município (Documento Original);

Declaração de Antecedentes Criminais

Declaração de Antecedentes Funcionais (Penalização em Processo Disciplinar – Modelo - Anexo I);

Declaração de bens e valores (Modelo – Anexo II);

Declaração de não estar exercendo acumulação ilegal de cargos públicos (Modelo – Anexo III);

Apresentar número de Conta Correnteou Conta Salário – "Cadastrada Junto ao Banco do Brasil" (para fins de pagamento em conta).

FOTOCÓPIAS: - (01 via de cada)

Cédula de Identidade/RG;

Cadastro de Pessoas Físicas/CPF;

Certidão de Nascimento ou Casamento;

RG e CPF do Cônjuge (esposo ou esposa);

Certidão de Nascimento dos filhos dependentes;

Carteira de Vacina dos filhos menores de 06 (seis) anos;

Declaração de matricula escolar dos filhos até 14 anos.

Título de Eleitor;

Último comprovante de votação;

Reservista ou alistamento militar (sexo masculino);

Pasep ou Pis;

CTPS – Carteira de Trabalho

Documentos de escolaridade conforme a exigência do cargo;

Comprovante de residência.

CONVOCADO:

INSCRIÇÃO	II - ESPECIALISTA DA SAÚDE V – ENFERMEIRO
001	ROSILENE DA SILVA

Artigo 2º - O não comparecimento no prazo legal implicará na desistência dos aprovados e/ou classificados convocados, podendo a Prefeitura de Tabaporã, convocar o imediatamente posterior, obedecendo à ordem de classificação.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em10 deJulho de 2019.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO I

DECLARAÇÃO DE NÃO TER SOFRIDO PENALIDADE INCOMPATÍVEL COM A NOVA INVESTIDURA EM CARGO PÚBLICO

Eu_____, abaixo assinado(a), brasileiro(a), estado civil _____ portador(a) do RG nº _____, inscrito(a) no CPF sob o nº_____, ***DECLARO,*** para o fim específico de ingresso no serviço público Municipal de Tabaporã/MT., que não sofri em tempo algum, no exercício profissional ou de qualquer função publica, penalidade incompatível com nova investidura em cargo público.

Declaro *ainda ter ciência de que a não veracidade das informações prestadas poderá acarretar responsabilização civil, penal e administrativa, gerando as consequências prevista na legislação vigente.*

Tabaporã - MT, _____ de _____ de _____.

_____

DECLARANTE **ANEXO II**

DECLARAÇÃO DE BENS E VALORES

Eu_____, abaixo assinado(a), brasileiro(a), estado civil _____ portador(a) do RG nº _____, inscrito(a) no CPF sob o nº_____, **DECLARO,** para o fim específico de ingresso no serviço público Municipal de Tabaporã/MT., que os bens patrimoniais gravados em meu nome e de meus dependentes são os seguintes:

1) Imóveis Urbanos (identificação/valor atual)

2) Imóveis Rurais (identificação / valor atual)

3) Veiculo e Maquinas (identificação/valor atual)

4) Outros (Ex: Poupança, Proprietário de Empresa ou Sócio Adm. (identificação/Razão Social e CNPJ/valor atual)

Declaro ainda ter ciência de que a não veracidade das informações prestadas poderá acarretar responsabilidade civil, penal e administrativa, gerando as consequências prevista na legislação vigente.

Tabaporã - MT, _____ de _____ de _____.

_____

DECLARANTE **ANEXO III**

DECLARAÇÃO NAO ACÚMULO DE CARGOS PUBLICOS

Eu_____,Infra-assinado, portador(a) do RG nº _____, inscrito(a) no CPF sob o nº _____, em cumprimento ao que determina o artigo 37, incisos XVI e XVII da Constituição da Republica/88, ***DECLARO,*** para todos os efeitos legais e sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, nos termos da legislação vigente, que NÃO ocupo ou recebo proventos de aposentadoria de cargo, emprego ou função pública na Administração Pública Direta, Indireta, na suas subsidiárias, bem como em qualquer sociedade controlada pelo Poder Público, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados do Distrito Federal e dos Municípios.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente DECLARAÇÃO.

Tabaporã - MT, _____ de _____ de _____.

_____

DECLARANTE

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº. 15/2019.

MUNICIPIO DE TABAPORÃ-MT

EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº. 15/2019.

Contratante: Município de Tabaporã (MT)

Contratado: EDSON DOS REIS AMARAL

OBJETO: O Contratado neste ato fica admitido no quadro de servidores da Contratante, onde passará a exercer a função de **AGENTE DE APOIO À SAÚDE I – TRABALHADOR DE SERVIÇOS GERAIS,** mediante a remuneração mensal de **R$: 1.074,91 (Um Mil, Setenta e Quatro Reais e Noventa e Um Centavos)** e, irá prestar seu serviço na Secretaria Municipal de Saúde – Coordenadoria Administrativa.

Assinatura contr. em 10/07/2019

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº. 16/2019.

MUNICIPIO DE TABAPORÃ-MT

EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº. 16/2019.

Contratante: Município de Tabaporã (MT)

Contratado: WEVERTON PEREIRA RUPOLO

OBJETO: O Contratado neste ato fica admitido no quadro de servidores da Contratante, onde passará a exercer a função de **TECNICO DE NIVEL SUPERIO III – PRODURADOR JURÍDICO,** mediante a remuneração mensal de **R$: 4.144,00 (Quatro Mil, Cento e Quarenta e Quatro Reais)** e, irá prestar seu serviço na Procuradoria Municipal.

Assinatura contr. em 10/07/2019

RECURSOS HUMANOS
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL MUNICIPIO DE TABAPORÃ - MT

Resolução Nº. 002 de 10 de Julho de 2019.

Dispõe sobre a convocação da VII Conferência Municipal de Assistência Social do Município de Tabaporã MT.

O Prefeito Municipal de Tabaporã - MT, em conjunto com a Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social no uso de suas atribuições e, considerando a necessidade de dar cumprimento ao disposto na Lei Municipal nº 721 de 23 de Março de 2009, Artigo 2ª, inciso XII,

DECRETA

Artigo 1º - Fica convocada a VII Conferência Municipal de Assistência Social a ser realizada no município de Tabaporã - MT, no dia 16 de agosto de 2019 , das 8:00h às 11:00h e das 13:00 h às 17:00h , na respectiva Secretaria Municipal de Assistência Social, situada na Avenida Comendador Pedro Dias S/N – Bairro Centro, Tabaporã- MT.

Artigo 2º - O evento terá como tema geral: **"**Em Defesa da Política de Assistência Social como Direito do Cidadão e dever do Estado"

Artigo 3º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão pagas por dotação própria do orçamento do órgão gestor municipal de assistência social.

Artigo 4º - O município durante a sua Conferência Municipal elegerá delegados para participação na Conferência Estadual, conforme critério definido no Regimento Interno da Conferência e baseado nas orientações estabelecidas pelo CEAS/MT garantindo a paridade entre representantes do governamental e da sociedade civil.

Artigo 4º - Os delegados eleitos nas Plenárias Municipais receberão suporte financeiro do município para participarem da Conferência Estadual.

Artigo 5º - Para organização do evento poderão ser criados grupos de trabalho, denominados de Comissões Organizadoras.

Artigo 6º - Fica delegado o CMAS para a adoção de outras providências necessárias ao cumprimento do objeto desta resolução.

Artigo 7º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Tabaporã MT / 10 de Julho de 2019.

_____

Sirineu Moleta

Prefeito Municipal de Tabaporã- MT

_____

Osvaldo Baesso

Presidente

Conselho Municipal de Assistência Social de Tabaporã MT

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 394/2019

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. – CONCEDER "*LICENÇA PRÊMIO FINAL", pelo período de 19 (Dezenove) dias, iniciando-se em 30/07/2019 e término em 17/08/2019**, do período aquisitivo de 02/05/2012 à 01/05/2017, sem prejuízo de sua remuneração* à Senhora **RENATA DA SILVA FLEURY RIBEIRO,** servidora efetiva, admitida em 02/05/2012, com matricula no RH nº. 1384,nocargo de **Professora**, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer desta Prefeitura, de acordo com o Art. 55, da Lei Municipal nº. 1080/2017 e suas alterações, e ainda com a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã/MT, em 10 de Julho de 2019.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 395/2019

CONVOCAR OS CANDIDATOS APROVADOS/CLASSIFICADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – EDUCAÇÃO - 002/2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SIRINEU MOLETA, Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º *- Convocar os candidatos abaixo relacionados, aprovados/classificados no Processo Seletivo Simplificado 002/2019,realizado no período de 02/05/2019 a 28/06/2019, para comparecerem no prazo máximo de* ***30 (trinta) dias****, da publicação desta, na sede da Secretaria Municipal de Administração, anexo a Prefeitura de Tabaporã, sito a Avenida Comendador José Pedro Dias, 979-N, Centro, no horário das 07:00 ás 11:00 e das*

13:00 ás 17:00 hs., para comprovação dos requisitos exigidos no Edital de abertura do Processo Seletivo Simplificado– Educação - 002/2019, apresentando o rol de documentos abaixo listados, e tomar posse de seu respectivo cargo.

ORIGINAIS E 01 CÓPIA:

01 foto 3x4;

Apresentar comprovante de exame de Sanidade Física e Mental, que deverá ser realizado em qualquer Unidade de Saúde Publica do Município (Documento Original);

Declaração de Antecedentes Criminais (http://cidadao.tjmt.jus.br/servicos/certidaonegativa/)

Declaração de Antecedentes Funcionais (Penalização em Processo Disciplinar – Modelo - Anexo I);

Declaração de bens e valores (Modelo – Anexo II);

Declaração de não estar exercendo acumulação ilegal de cargos públicos (Modelo – Anexo III);

Apresentar número de Conta Correnteou Conta Salário – "Cadastrada Junto ao Banco do Brasil" (para fins de pagamento em conta).

FOTOCÓPIAS: - (02 vias de cada)

Cédula de Identidade/RG;

Cadastro de Pessoas Físicas/CPF;

Certidão de Nascimento ou Casamento;

RG e CPF do Cônjuge (esposo ou esposa);

Certidão de Nascimento dos filhos dependentes;

Carteira de Vacina dos filhos menores de 06 (seis) anos;

Declaração de matricula escolar dos filhos até 14 anos.

Título de Eleitor;

Último comprovante de votação;

Reservista ou alistamento militar (sexo masculino);

Pasep ou Pis;

CTPS – Carteira de Trabalho

Documentos de escolaridade conforme a exigência do cargo;

Comprovante de residência.

CONVOCADOS:

INSCRIÇÃO	PROFESSOR SUBSTITUTO – Licenciatura Plena em Pedagogia Localidade: Sede – Tabaporã
145	CLAUMIR MACIEL EUZÉBIO
151	LUCENILDA RAMALHO DOS SANTOS
143	FRANCIELY SILVA LIMA ALVES DE SOUZA
172	ANA PAULA BORGES DOS ANJOS SILVA
118	LUCIANNE SOARES DE BRITO RIGOTTI

INSCRIÇÃO	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – INFRAESTRUTURA Localidade: Sede – Tabaporã
102	CLEUDA GOMES DE MORAIS
184	ALBERTINA DA SILVA BONTEMPO DA SILVA
123	MARILZA CARVALHO BERTOLOCE
188	VALCILEIA DE FREITAS

INSCRIÇÃO	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – NUTRIÇÃO Localidade: Sede – Tabaporã
133	SIMONE VICENTE DA SILVA

INSCRIÇÃO	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - INFRAESTRUTURA Localidade: PAI HEROI – Tabaporã
174	SOLANGE DA SILVA

INSCRIÇÃO	PROFESSOR–Licenciatura Plena em Pedagogia /Magistério e/ou Leigo Localidade: P.A. MERCEDES BENZ I e II – Tabaporã
72	IVANILZA RUFATTO

INSCRIÇÃO	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - INFRAESTRUTURA Localidade: P.A. MERCEDES BENZ I e II – Tabaporã
53	NAYARA APARECIDA DIAS DA SILVA
59	ELAINE DO NASCIMENTO LEITE FERNANDES
134	JOSEANE DE SOUZA FAGUNDES
64	MONARA BRAGA TELOCKEN PRESTES
63	SIRLENI HONORATO DE SOUZA

INSCRIÇÃO	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - NUTRIÇÃO Localidade: P.A. MERCEDES BENZ I E II – Tabaporã
69	ELIZABETE TEODORO
80	IVONE LIDIA KURTZENBAUM

INSCRIÇÃO	PROFESSOR–Licenciatura Plena em Pedagogia /Magistério e/ou Leigo Localidade: AMERICANA DO NORTE – Tabaporã
01	ANA MARIA ANDRADE DOS SANTOS
04	REGIANE BARROS DOS SANTOS
03	ANA ALICE BORTOLUZZI VIOLA

Artigo 2º - O não comparecimento no prazo legal implicará na desistência dos aprovados e/ou classificados convocados, podendo a Prefeitura de Tabaporã, convocar o imediatamente posterior, obedecendo à ordem de classificação.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em10 deJulho de 2019.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO I

DECLARAÇÃO DE NÃO TER SOFRIDO PENALIDADE INCOMPATÍVEL COM A NOVA INVESTIDURA EM CARGO PÚBLICO

Eu_____, abaixo assinado(a), brasileiro(a), estado civil _____ portador(a) do RG nº _____, inscrito(a) no CPF sob o nº_____, ***DECLARO,*** para o fim específico de ingresso no serviço público Municipal de Tabaporã/MT., que não sofri em tempo algum, no exercício profissional ou de qualquer função publica, penalidade incompatível com nova investidura em cargo público.

Declaro *ainda ter ciência de que a não veracidade das informações prestadas poderá acarretar responsabilização civil, penal e administrativa, gerando as consequências prevista na legislação vigente.*

Tabaporã - MT, _____ de _____ de _____.

_____

DECLARANTE **ANEXO II**

DECLARAÇÃO DE BENS E VALORES

Eu_____, abaixo assinado(a), brasileiro(a), estado civil _____ portador(a) do RG nº _____, inscrito(a) no CPF sob o nº_____, **DECLARO,** para o fim específico de ingresso no serviço público Municipal de Tabaporã/MT., que os bens patrimoniais gravados em meu nome e de meus dependentes são os seguintes:

1) Imóveis Urbanos (identificação/valor atual)

2) Imóveis Rurais (identificação / valor atual)

3) Veiculo e Maquinas (identificação/valor atual)

4) Outros (Ex: Poupança, Proprietário de Empresa ou Sócio Adm. (identificação/Razão Social e CNPJ/valor atual)

Declaro ainda ter ciência de que a não veracidade das informações prestadas poderá acarretar responsabilidade civil, penal e administrativa, gerando as consequências prevista na legislação vigente.

Tabaporã - MT, _____ de _____ de _____.

_____

DECLARANTE **ANEXO III**

DECLARAÇÃO NAO ACÚMULO DE CARGOS PUBLICOS

Eu_____,Infra-assinado, portador(a) do RG nº _____, inscrito(a) no CPF sob o nº _____, em cumprimento ao que determina o artigo 37, incisos XVI e XVII da Constituição da Republica/88, ***DECLARO,*** para todos os efeitos legais e sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, nos termos da legislação vigente, que NÃO ocupo ou recebo proventos de aposentadoria de cargo, emprego ou função pública na Administração Pública Direta, Indireta, na suas subsidiárias, bem como em qualquer sociedade controlada pelo Poder Público, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados do Distrito Federal e dos Municípios.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente DECLARAÇÃO.

Tabaporã - MT, _____ de _____ de _____.

_____

DECLARANTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE

AVISO DE LICITAÇÃO CREDENCIAMENTO Nº 04/2019

AVISO DE LICITAÇÃO CREDENCIAMENTO Nº 04/2019

A PREGOEIRA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE-MT NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, TORNA PÚBLICO QUE FARÁ REALIZAR A LICITAÇÃO A SEGUIR CARACTERIZADA:

MODALIDADE: CREDENCIAMENTO/INEXEGIBILIDADE Nº. 04/2019

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

DATA DO CREDENCIAMENTO: DIA 10/07/2019 À 30/07/2019 DAS 08:00 AS 11:00 E DAS 13:00 ÀS 18:00 HORAS (HORÁRIO DE MATO GROSSO).

OBJETO: O MUNICÍPIO DE TERRA NOVA REMUNERARÁ OS SERVIÇOS M E D I C O S PRESTADOS CONFORME OS PREÇOS ESTABELECIDOS NO **ANEXO – I** DESTE EDITAL.

O PROCEDIMENTO LICITATÓRIO OBEDECERÁ AO DISPOSTO NA LEI FEDERAL Nº 8.666/1993 E SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES. O EDITAL COMPLETO ESTARÁ DISPONÍVEL NO SITE WWW.TERRANOVADONORTE.MT.GOV.BR E TAMBÉM NO HORÁRIO DE EXPEDIENTE, NA PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE - MT / DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES, SITO CLOVES FELÍCIO VETORATTO, 101, CENTRO, TERRA NOVA DO NORTE - MT, NO HORÁRIO DE EXPEDIENTE (7H00 ÀS 11 E DAS 13:00 ÀS 17H00). MAIORES INFORMAÇÕES PODERÃO SER OBTIDAS PELOS TELEFONES 66.3534.2503.

TERRA NOVA DO NORTE - MT, 08 DE JULHO DE 2019.

ELIZANGELA DE OLIVEIRA AZEVEDO DO SANTOS

PREGOEIRA

CONTRATOS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO: 64/2019

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO: 64/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE-MT

CONTRATADO: **EDSON FURQUIM 00000887145**

***OBJETO* : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA SER UTILIZADO DO LABORATÓRIO MUNICIPAL DE ÁGUA DE REFERÊNCIA REGIONAL DO MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE-MT**

***VALOR:* 26.789,00**

VIGÊNCIA: 05/07/2019 Á 05/07/2020

FUNDAMENTO: DE ACORDO COM A LEI Nº 8.666/93, DE 21 DE JUNHO DE 1993.

VALTER KUHN

PREFEITO

CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO: 150.2019

EXTRATO DO CONTRATO: 150.2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE-MT

CONTRATADO: JOÃO BOSCO NOGUEIRA DE PINHO E CIA LTDA-ME

OBJETO : CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO SERVIÇOS MÉDICOS PARA ATENDIMENTO NO POSTO DE SAÚDE SÃO PEDRO 8 HORAS POR DIA 5 DIAS POR SEMANA.

VALOR: 11.000,00

VIGÊNCIA: 09/07/2019 Á 15/08/2019

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: 436

FUNDAMENTO: DE ACORDO COM A LEI Nº 8.666/93, DE 21 DE JUNHO DE 1993.

VALTER KUHN

PREFEITO

CONTRATOS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO: 65/2019

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO: 65/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE-MT

CONTRATADO: PAVAN & REINA LTDA-ME

OBJETO : FORNECIMENTO DE COMBUSTIVEL PARA ATENDER A FROTA DA PREFEITURA DE TERRA NOVA DO NORTE-MT

VALOR: R$1.788.805,00

VIGÊNCIA: 08/07/2019 Á 08/07/2020

FUNDAMENTO: DE ACORDO COM A LEI Nº 8.666/93, DE 21 DE JUNHO DE 1993.

VALTER KUHN

PREFEITO

CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO:151.2019

EXTRATO DO CONTRATO:151.2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE-MT

CONTRATADO: HENDRIK VIEIRA DA SILVA-ME

OBJETO : CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO SERVIÇOS DE MÉDICOS

DE PLANTOES PARA ATENDIMENTO NO HOSPITAL MUNICIPAL EM DIAS UTEIS 12HORAS CADA.

VALOR: 20.400,00

VIGÊNCIA: 09/07/2019 Á 15/08/2019

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: 464

FUNDAMENTO: DE ACORDO COM A LEI Nº 8.666/93, DE 21 DE JUNHO DE 1993.

VALTER KUHN

PREFEITO

PREFEITURA MUNICIPAL DE TESOURO

AVISO DE RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2019

AVISO DE RESULTADO

PREGÃO PRESENCIAL RP Nº. 07/2019

O Município de Tesouro - MT, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrita no CNPJ sob n.º 03.543.303/0001-49, com sede à Av. Humberto Marcilio, nº 158, Centro, nesta cidade de Tesouro – MT, através da PREGOEIRA E EQUIPE DE APOIO, pelas portarias nº. 36, de 02/04/2018, e 13/2019 de 14/02/2019, torna público para conhecimento dos interessados, que sagrou- se vencedora do respectivo processo, a seguinte empresa: GUIMAQUINAS PEÇAS E IMPLEMENTOS, CNPJ 09.458.531.0001/05, com o valor para Item 01: R$ 15.670,00 (Quinze Mil seiscentos e setenta reais.) Item II: R$ 10.000,00 (Dez Mil reais.) totalizando R$ 25.670,00 (Vinte e cinco mil seiscentos e setenta Reais),

Objeto: Aquisição de patrulha mecanizada tipo carreta agrícolas para atender as necessidades da secretaria de Agricultura e meio ambiente do município.

Tesouro – MT, 09 de Julho de 2019.

_____

QUEREN HAPUQUE SILVA COSTA

PREGOEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TORIXORÉU

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO E TRANSPARÊNCIA GOVERNAMENTAL
PROCESSO DE ESCOLHA UNIFICADA DO CONSELHO TUTELAR DE TORIXORÉU-MT - QUADRIÊNIO 2020/2024 - RESULTADO DAS PROVAS OBJETIVAS.

PROCESSO DE ESCOLHA UNIFICADA DO CONSELHO TUTELAR DE TORIXORÉU-MT

QUADRIÊNIO 2020/2024

RESULTADO DAS PROVAS OBJETIVAS

Nº	CANDIDATOS	ACERTOS	%	RESULTADO
01	IÚNA HEIDRICH SILVA	20	100%	APROVADA
02	MÁRIO GABRIEL SANTOS TRINDADE	19	95%	APROVADO
03	LUCIMARA ROSA DE SOUSA	18	90%	APROVADA
04	MAYARA SOUSA CARRIJO	17	85%	APROVADA
05	DIVINA ALVES RIBEIRO	15	75%	APROVADA
06	LAIANNE DA SILVA VILELA	14	70%	APROVADA
07	DULCILENE SOARES SIQUEIRA CAETANO	13	65%	APROVADA
08	SANDER DE PAULA SILVA	13	65%	APROVADO
09	CRISTIANE SOUSA DANTAS	NÃO COMPARECEU		
10	MAYANE COELHO MORAES	NÃO COMPARECEU		
% = percentual de aproveitamento, mínimo 60% (Lei Municipal nº 1.015/2015 de 27/02/2015).				

_____

Polianna Matos Dias

Presidente do CMDCA e Membra da COPE

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: Contrato de Servidor por Tempo Determinado e Excepcional Interesse Público.

Nº do Contrato: Nº 111/2019

Vínculo Legal: Lei Municipal nº 437, de 27/02/2012.

Regime Previdenciário: INSS.

Contratante: Prefeitura Municipal de União do Sul - CNPJ nº 01.614.538/0001-59.

Contratada: Simone Aparecida Vidal Barbosa – CPF nº 021.089.101-74.

Cargo/função: Professor Graduado Pedagogia - jornada de 20 horas semanais, vinculada à Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Remuneração base: R$ 1.918,29 por mês.

Prazo: Até 20/12/2019.

Data assinatura: 12/06/2019.

Signatários:

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ

Prefeito de União do Sul.

SIMONE APARECIDA VIDAL BARBOSA

Contratada

PREFEITURA MUNICIPAL DE VALE DE SÃO DOMINGOS

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 34/2019

A prefeitura Municipal de Vale de São Domingos – MT, com sede na Avenida Tancredo Neves, nº 88, Centro, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar as seguintes licitações nos termos da Lei 8666/93 e alterações posteriores e Lei 10.520. **MODALIDADE**: PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO 34/2019; **OBJETO**:**PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO PARA "AQUISIÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS E REAGENTES PARA O SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO NO MUNICÍPIO DE VALE DE SÃO DOMINGOS-MT. DATA DE ABERTURA**:23/07/2019 AS 08:00. O Edital completo poderá ser obtido junto a Comissão Permanente de Licitação, das 07:00 às 11:00 e 13:00 às 17:00 horas no Departamento de Licitações, maiores informações pelos telefones (65) 3268 1058/1140.Vale de São Domingos – MT, 09 de julho de 2019. Edinaldo Ferreira de Santana Pregoeiro

AVISO DE RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL 31/2019

A prefeitura Municipal de Vale de São Domingos – MT, com sede na Avenida Tancredo Neves, nº 88, Centro. Torna público para conhecimento dos interessados o **resultado** das seguintes licitações nos termos da Lei 8666/93 e alterações posteriores e Lei 10520: MODALIDADE: Pregão Presencial Registro de Preço 31/2019, com objetivo "REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE E PAPELARIA DO MUNICÍPIO DE VALE DE SÃO DOMINGOS-MT". Teve como "VENCEDOR", a empresa M R FERNANDES - EPP, inscrito no CNPJ: 15.198.081/0001-53, vencedor dos itens, 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 31, 32, 36, 39, 41, 42, 43, 44, 47, 48, 50, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 60, 62, 65, 66, 67, 69, 70, 71, 72, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 86, 88, 89, 91 e 92 no valor global de R$ 29.654,83. Vale de São Domingos – MT, 09 de Julho de 2019. EDINALDO FERREIRA DE SANTANA pregoeiro.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 35/2019

A prefeitura Municipal de Vale de São Domingos – MT, com sede na Avenida Tancredo Neves, nº 88, Centro, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar as seguintes licitações nos termos da Lei 8666/93 e alterações posteriores e Lei 10.520, **MODALIDADE**: PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO 35/2019. **OBJETO**: FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, PARA ATENDER A SECRETARIA DE SAUDE DE VALE DE SÃO DOMINGOS-MT.". **DATA DE ABERTURA**: 24/07/2019 AS 08:00 HORAS, O Edital completo poderá ser obtido junto a Comissão Permanente de Licitação, das 07:00 às 11:00 e das 13:00 as 17:00 horas no Departamento de Licitações, maiores informações pelos telefones (65) 3268 1058/1140. Ou no Site www.valedesaodomingos.mt.gov.br. Vale de São Domingos – MT, 09 de julho de 2019. Edinaldo Ferreira de Santana Presidente Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

EDITAL DE CONVOCAÇÃO REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA COMDEMA-VG

Várzea Grande, 09 de julho de 2019.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

COMDEMA-VG

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural Sustentável do Município de Várzea Grande, no uso das atribuições que lhe garantem a Lei Nº 3.546, faz saber que dia 15 de julho de 2019 as 09:00h na sede desta Secretaria, será realizada reuniãoExtraordináriado Conselho Municipal do Meio Ambiente de Várzea Grande – COMDEMA.

Pauta :

1. Deliberação - Parecer – Câmara Técnica;

Senhores Conselheiros, membros titulares e suplentes do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – COMDEMA, do Município de Várzea Grande/MT.

CONSELHEIROS	FUNÇÃO NO COMDEMA	INSTITUIÇÃOS
HELEN FARIAS FERREIRA	TITULAR - PRESIDENTE	SEMMADRS
CELSO DE SOUZA BRANDÃO	SUPLENTE	SEMMADRS
ICARO GIBRAN REVELES DE ANDRADE	TITULAR	CÂMARA MUNICIPAL
IVAN DOS SANTOS OLIVEIRA	SUPLENTE	CÂMARA MUNICIPAL
BERNADETE DA SILVA SIQUEIRA	TITULAR	SMVO
ELVISTON EULÁLIO DA ANUNCIAÇÃO	SUPLENTE	SMVO
JADERSON DIEGO FIGUEIREDO	TITULAR	SMS
ANDRÉ LUIZ PEREIRA BARROS	SUPLENTE	SMS
CÁSSIA RABELO SILVA	TITULAR	PROCURADORIA GERAL
	SUPLENTE	PROCURADORIA GERAL
CÉSAR AUGUSTO OLIVEIRA VIANA	TITULAR	DAE
MICHELLE STUY ROSADA	SUPLENTE	DAE
FERNANDO DA SILVA SÉ	TITULAR	SMDUET
GONÇALO SOARES DE LIMA FILHO	SUPLENTE	SMDUET
CLAIDO CELESTINO BATISTA	TITULAR	UNIVAB
OSMAR MILAN CAPILÉ	SUPLENTE	UNIVAB
GERMANO GUARIM NETO	TITULAR	UFMT
KELLY DAYANA BENEDET MAAS	SUPLENTE	UNIVAG
DOMINGOS SÁVIO BRUNO DA SILVA	TITULAR	CREA-VG
JOÃO FRANCISCO ALBUUERQUE	SUPLENTE	CREA-VG
GISELE GAUDENCIO ALVES DA SILVA	TITULAR	OAB-VG
SAMUEL RICHARD DECKER NETO	SUPLENTE	OAB-VG
ADAUTON CESAR DE ALMEIDA	TITULAR	ACIVAG
DAVID WILLIAN CORREA	SUPLENTE	ACIVAG

Certos de contarmos com a costumeira colaboração, desde já agradecemos.

Atenciosamente;

HÉLEN FARIAS FERREIRA

Secretária Municipal de Meio Ambiente e de Desenvolvimento Rural Sustentável - PMVG-MT

RESOLUÇÃO Nº. 013/2019/CME/VG/MT

O Conselho Municipal de Educação de Várzea Grande, no uso de suas atribuições legais, conferida pela Lei Nacional N° 9.394/96, que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 2.363/2001 – que instituiu o Sistema Municipal de Ensino de Várzea Grande, Lei Municipal N° 4.303/2017 - do Conselho Municipal de Educação/VG/MT e por deliberação do Pleno do Conselho Municipal de Educação.

Resolve:

Art. 1º -Autorizar o Funcionamento da 1ª Etapa da Educação Básica - Educação Infantil - Creche, através do Processo Nº016/2019/CME/VGaoCMEI Mariana Rodrigues de Azevedo, mantida pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, situado à Rua Março s/nº, Bairro Mapim, CEP: 78.142-285, neste Município.

Art. 2 º - O presente ato terá vigência por 05 (cinco) anos no período compreendido de 01/01/2019 a 31/12/2023.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Registrada Publicada

Cumpra-se

Várzea Grande, 03 de julho de 2019.

Eva de Paulo Vieira Santos

Presidente do Conselho Municipal de Educação

Homologo:

Silvio Aparecido Fidelis

Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer de Várzea Grande.

ERRATA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 19/2019/PMVG/MT

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS, Prefeita Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no desempenho de suas atribuições e em conformidade com o Edital de Abertura do Concurso Público nº. 002/2017 – DEMAIS CARGOS e do Edital de Homologação do Concurso Público, de 02 de abril de 2018, ambos publicados no Jornal Oficial dos Municípios - MT.

RESOLVE: Convocar os candidatos abaixo relacionados para apresentação da documentação necessária para a investidura no cargo, conforme anexo II e III deste Edital e item 17.1 do Edital nº. 002/2017 – DEMAIS CARGOS, junto à:

Local: Secretaria Municipal de Administração/Superintendência de Gestão de Pessoas

Endereço: Av. Castelo Branco n° 2.500, Bairro: Água Limpa – Várzea Grande-MT.

Horário: 08:00h às 11:00h. das 14:00h às 17:00h

Data da Entrega dos documentos: 09/07/2019 a 07/08/2019

ONDE SE LÊ:

CARGO: TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

PERFIL: ENGENHEIRO AMBIENTAL

NÍVEL: SUPERIOR COMPLETO

TIPO DE VAGA: AMPLA CONCORRÊNCIA

CLASS	PROTOCOLO	NOME	DOC.IDENT.	SITUAÇÃO
1	30384	EVA PATRICIA DA SILVA	18372007 - SSP/MT	APROVADO

LEIA-SE:

CARGO: TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

PERFIL: ENGENHEIRO AMBIENTAL

NÍVEL: SUPERIOR COMPLETO

TIPO DE VAGA: AMPLA CONCORRÊNCIA

CLASS	PROTOCOLO	NOME	DOC.IDENT.	SITUAÇÃO
2	34554	RAMOM RODRIGUES ARAUJO	18897816 - PC/MG	APROVADO

Várzea Grande-MT, 10 de julho de 2019.

Publique-se, Registre-se, Cumpra-se.

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

Pablo Gustavo Moraes Pereira

Secretário Municipal de Administração

ORDEM DE INÍCIO DE SERVIÇOS N°. 34/2019

Ao 01 (primeiro) dia do mês de julho de 2019, neste município, o Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Sr. SILVIO APARECIDO FIDÉLIS, a EmpresaBJ TENDÊNCIAS, COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI,pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n°. 03.301.414/0001-49, com sede na Rua Papa João Paulo XIII, n°. 828, Bairro Poção, Cuiabá – MT, neste ato representado por sua administradora a Senhora Daniela Borges Junqueira, **a iniciar**a obra de Reforma e Manutenção na **EMEB Joanita Benedita Teixeira Costa Campos,** localizado na Rua D, s/nº. Bairro: Asa Bela, conforme descrito nos anexos deste projeto básico e documentos constantes nos autos do processo e no disposto na Tomada de Preços n°. 15/2018 e, em consonância com o disposto no **Contrato n°. 034/2019**

Várzea Grande, 08 de julho de 2019.

Silvio Aparecido Fidelis

Secretária Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Representante da Empresa

EXTRATO SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 094/2013

PARTES INTERESSADAS: Prefeitura Municipal de Várzea Grande-MT e a Senhora MARINA CICÍLIA BRANQUINHO GARCIA, devidamente inscrita no CPF sob o n°. 992.880.441-91. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Encontra-se fundamentação legal na Lei Federal de Licitações e Contratos Administrativos nº. 8666/93 e suas alterações, no Artigo 51 Lei do Inquilinato nº. 8.245/1991, bem como nas disposições do Contrato n. 094/2013. OBJETO: Tem por objeto, aditar no Contrato de Locação de Imóvel Nº. 094/2013 a "CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PRAZOS E SUAS PRORROGAÇÕES", e o item 4.1 e 4.2 da "CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA E DA FORMA DE PAGAMENTO", "CLÁUSULA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO E DO ACOMPANHAMENTO", referente à locação do imóvel localizado na Avenida Arthur Bernardes, nº. 1. 399, Bairro Planalto Ipiranga II, em Várzea Grande/MT, destinado as instalações físicas da Procuradoria Geral do Município e da Coordenadoria de Defesa do Consumidor PROCON/VG. VALOR GLOBAL: Fica aditado o pagamento do aluguel mensal será de R$ 12.000,00 (Doze mil reais), totalizando o valor global de R$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais). **UO: PROCURADORIA GERAL DO: 03.01.04.122.0002. P/A: 2.006. ND: 3.3.90.36.00.00.00 – OST PF. FONTE: 0100. DO: 03.02.14.422.0002. P/A: 2.090. ND: 3.3.90.36.00.00.00 – OST PF. FONTE: 0100. VIGÊNCIA:** Fica prorrogado por um período de mais 90 (noventa) dias, o prazo de vigência do Contrato Original, produzindo seus efeitos a partir do seu vencimento. FISCAL DE CONTRATO: Fica designada para este ato, a servidora CAROLINA BARBOSA COSTA DE ARRUDA, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 1087063-6 SSP/MT e inscrita no CPF nº. 856.392.221-15.

DATA DE ASSINATURA: 14.07.2019.

SADORA XAVIER FONSECA CHAVES

Procuradora Geral do Município PMVG/MT

MARINA CICÍLIA BRANQUINHO GARCIA

Locadora

EXTRATO CONTRATO N. 115/2019

PARTES INTERESSADAS: Prefeitura Municipal de Várzea Grande e a Empresa PONTES COMÉRCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA, devidamente inscrita no CNPJ sob o n°. 33.031.535/0001-89. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Encontra-se vinculado aos termos e condições da Lei nº. 8.666 de 21 de Junho de 1993, decorrente da Ata de Registro de Preços n. 73/2018, no procedimento licitatório da modalidade Pregão Eletrônico N. 20/2018, bem como na proposta da contratada, no Processo Administrativo nº 09/2018, no Termo de Referência nº 04/2018 da Secretaria de Administração, bem como nos demais documentos acostados no PROCESSO GESPRO Nº. 604581/2019. OBEJTO: Tem por objeto deste contrato é a contratação de pessoa jurídica capacitada para prestação de serviço de locação de veículos tipo, caminhões, maquinários, micro – ônibus, ônibus e van teto alto para atender ás necessidades da Prefeitura Municipal De Várzea Grande/MT. VALOR GLOBAL: Este instrumento tem o valor global estimado de R$ 399.360,00 (Trezentos e noventa e nove mil trezentos e sessenta reais). **UO: SECRETARIA SERVIÇOS PÚBLICOS E MOBILIDADE URBANA DO: 38.03.15.452.0023. P/A: 1.578. ND: 3.3.90.39.00.00.00 – OST – PJ. FONTE: 0100.** VIGÊNCIA: Terá validade por 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura. FISCAL DE CONTRATO: Fica designado pela Secretaria de Serviços Públicos e Mobilidade Urbana que designa neste ato, servidor Eduardo Henrique Barros Provatti, matrícula 109598 e inscrito no CPF n. 857.002.311-15..

DATA DE ASSINATURA: 03.07.2019

PABLO GUSTAVO MORAES PEREIRA Secretaria de Administração

BRENO GOMES

Secretaria de Serviços Públicos

DIÓGENES MARCONDES

Secretaria de Saúde

FLÁVIA LUIZA COELHO DE LANNES

Secretaria de Assistência Social

SILVIO APARECIDO FIDELIS

Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

LUIZ CELSO MORAIS DE OLIVEIRA

Secretaria De Viação E Obras

PONTES COMÉRCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA

Contratada

JUNTA DE JULGAMENTO - SEMMADRS

FEITO: RECURSO ADMINISTRATIVO

REFERÊNCIA: AUTO DE EMBARGO Nº001260, datado de 25/09/2018;

AUTOS DE INSPEÇÃO Nº 003184 e 003186, datados de 24 e 25/09/2018, respectivamente;

AUTO DE INFRAÇÃO Nº 001434, datado de 25/09/2018;

NOTIFICAÇÕES Nº 002924 e 002925, datadas de 24 e 25/09/2018, respectivamente.

OBJETO: Defesa Administrativa requerendo a anulação do Auto de Infração nº 001434; a redução da multa.

DEFESA ADMINISTRATIVA Nº 8786

LAURI LUIS KUHN

1- DAS PRELIMINARES

Defesa Administrativa protocolada por LauriLuis Kuhn, em face ao Auto de Infração nº 001434, aplicado ao Recorrente, em fiscalização que gerou além do Auto de Infração, os Autos de Inspeção nº 003184 e 003186, Embargo nº 001260 e Notificações nº 002924 e 002925.

2- DAS FORMALIDADES LEGAIS

Aos 25dias de outubro de 2018, sob nº 8786/2018, o Sr. LauriLuis Kuhn, inscrito no CPF 487.880.310-04, protocolou defesa. Ocorre que, como informado no Auto de Infração nº 001434 o prazo para apresentação de defesa é de 20 (vinte) dias úteis, sendo então, dia 24/10/2018 o prazo final para o infrator apresentar sua defesa. Tendo sido protocolada no dia 25/10/2018, observa-se que não está presente o pressuposto objetivo de admissibilidade do recurso, tempestividade, que é condição formal imposta por lei para que o recurso possa regularmente ter seu mérito analisado.

Portanto, ausente algumdos pressupostos de admissibilidade, não poderá ser analisado, de modo que a não admissão ou o não conhecimento do apelo será medida impositiva.

3 – DA DECISÃO

Diante do exposto, e por não ser admissível, NÃO CONHEÇO o presente Recurso Administrativo, mantenho assim o Auto de Infração nº 001434.

Segue decisão para publicação e notificação do Requerente.

Várzea Grande, 08 de julho de 2019.

Michele Kovacs

Assessora Jurídica

PORTARIA Nº 673/2019

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de Janeiro de 2017.

RESOLVE

Conceder **Férias** regulamentares, referente ao mês de Julho/2019, de acordo com Estatuto dos Servidores Públicos de Várzea Grande, Lei Complementar nº. 1.164/1991 que dispõe em seu Art.85, aos servidores abaixo relacionados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE				
MAT.	**NOME DO SERVIDOR**	**VINCULO**	**PERIODO AQUISITIVO**	**PERIODO DE GOZO**
100954	MARIA DE FATIMA HENRIQUE	Efetivo	**2018/2019**	01.07.19 a 30.07.19 (30 dias)
100937	MARIA DE LOURDES GOMES	Efetivo	**2016/2017**	01.07.19 a 30.07.19 (30 dias)
92081	MARIA ELOISA DA SILVA ARINOS	Efetivo	**2016/2017**	01.07.19 a 30.07.19 (30 dias)
100934	MARIA MARCIA DE OLIVEIRA	Efetivo	**2016/2017**	01.07.19 a 30.07.19 (30 dias)
95705	MARLENE ALVES FIRME DE MELO	Efetivo	**2017/2018**	01.07.19 a 30.07.19 (30 dias)
84711	MICHEL BELMONTE	Efetivo	**2018/2019**	01.07.19 a 30.07.19 (30 dias)
130138	MICHEL NATALINO ROCHA DE ARAUJO	Efetivo	**2018/2019**	01.07.19 a 20.07.19 (20 dias)

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 09 de Julho de 2019.

MARCOS RODRIGUES DA SILVA

Superintendente de Gestão de Pessoas/ SAD.

PORTARIA Nº 674/2019

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de Janeiro de 2017.

RESOLVE

Conceder **Férias** regulamentares, referente ao mês de Julho/2019, de acordo com Estatuto dos Servidores Públicos de Várzea Grande, Lei Complementar nº. 1.164/1991 que dispõe em seu Art.85, aos servidores abaixo relacionados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE				
MAT.	**NOME DO SERVIDOR**	**VINCULO**	**PERIODO AQUISITIVO**	**PERIODO DE GOZO**
101085	MICHELLE CONCEIÇÃO CAMPOS BRANDÃO	Efetivo	**2017/2018**	01.07.19 a 30.07.19 (30 dias)
35757	MIRIAN APARECIDA DA SILVA	Efetivo	**2017/2018**	01.07.19 a 30.07.19 (30 dias)
36105	NADIR PINTO DA SILVA	Efetivo	**2018/2019**	31.07.19 a 29.08.19 (30 dias)
130216	NALDSON RAMOS DA COSTA JUNIOR	Efetivo	**2018/2019**	01.07.19 a 30.07.19 (30 dias)
101038	NILDA TENUTA DE CAMPOS	Efetivo	**2015/2016**	01.07.19 a 30.07.19 (30 dias)
101127	NILTON BENEDITO AKERLEY	Efetivo	**2018/2019**	01.07.19 a 30.07.19 (30 dias)
100780	ODINEY DAS DORES LEITE	Efetivo	**2017/2018**	01.07.19 a 30.07.19 (30 dias)
84139	OTACILIO VALENTIM DA MATTA GOMES	Efetivo	**2016/2017**	15.07.19 a 13.08.19 (30 dias)

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 09 de Julho de 2019.

MARCOS RODRIGUES DA SILVA

Superintendente de Gestão de Pessoas/ SAD.

PORTARIA Nº 672/2019

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de Janeiro de 2017.

RESOLVE

Conceder **Férias** regulamentares, referente ao mês de Julho/2019**,** de acordo com Estatuto dos Servidores Públicos de Várzea Grande, Lei Complementar nº. 1.164/1991 que dispõe em seu Art.85, aos servidores abaixo relacionados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE				
MAT.	**NOME DO SERVIDOR**	**VINCULO**		

			PERIODO AQUISITIVO	PERIODO DE GOZO
8240	CLAUDIA MARA MENDES	Efetivo	**2017/2018**	08.07.19 a 27.07.19 (20 dias)
29789	LUSINIL YOLANDA NUNES DA SILVA	Efetivo	**2017/2018**	01.07.19 a 30.07.19 (30 dias)
29789	LUSINIL YOLANDA NUNES DA SILVA	Efetivo	**2018/2019**	31.07.19 a 29.08.19 (30 dias)
100924	MARA SILVIA DA COSTA	Efetivo	**2017/2018**	01.07.19 a 30.07.19 (30 dias)
84963	MARCELO ADRIANO CORREA DA COSTA	Efetivo	**2017/2018**	01.07.19 a 30.07.19 (30 dias)
100933	MARCIA VICENTE BANDEIRA	Efetivo	**2016/2017**	01.07.19 a 30.07.19 (30 dias)
31525	MARIA ALICE RAMOS DA SILVA	Efetivo	**2017/2018**	01.07.19 a 30.07.19 (30 dias)
32086	MARIA DA CONCEIÇÃO DE LARA	Efetivo	**2017/2018**	01.07.19 a 30.07.19 (30 dias)

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 09 de Julho de 2019.

MARCOS RODRIGUES DA SILVA

Superintendente de Gestão de Pessoas/ SAD.

PORTARIA Nº 675/2019

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de Janeiro de 2017.

RESOLVE

Conceder **Férias** regulamentares, referente ao mês de Julho/2019, de acordo com Estatuto dos Servidores Públicos de Várzea Grande, Lei Complementar nº. 1.164/1991 que dispõe em seu Art.85, aos servidores abaixo relacionados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO				
MAT.	**NOME DO SERVIDOR**	**VINCULO**	**PERIODO AQUISITIVO**	**PERIODO DE GOZO**
117334	CARLOS HENRIQUE NARDEZ BRANCO	Comissão	**2018/2019**	22.07.19 a 26.07.19 (05 dias)
7102	CAROLINA COLNAGO GAMBALLI DE MELLO	Efetivo	**2017/2018**	10.07.19 a 19.07.19 (10 dias)

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 09 de Julho de 2019.

MARCOS RODRIGUES DA SILVA

Superintendente de Gestão de Pessoas/ SAD.

PORTARIA Nº 677/2019

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de Janeiro de 2017.

RESOLVE

Conceder **Férias** regulamentares, referente ao mês de Julho/2019**,** de acordo com Estatuto dos Servidores Públicos de Várzea Grande, Lei Complementar nº. 1.164/1991 que dispõe em seu Art.85, aos servidores abaixo relacionados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE				
MAT.	**NOME DO SERVIDOR**	**VINCULO**	**PERIODO AQUISITIVO**	**PERIODO DE GOZO**
40253	RODOLFO JORGE RODRIGUES DE ARRUDA	Efetivo	**2014/2015**	08.07.19 a 06.08.19 (30 dias)
130096	ROSEMEIRE CARVALHO RIBEIRO ANTUNES	Efetivo	**2018/2019**	08.07.19 a 06.08.19 (30 dias)
100950	ROSIMEIRY LIRA MILHOMEM	Efetivo	**2017/2018**	01.07.19 a 30.07.19 (30 dias)
41801	ROSINEL BERTASSO FERNANDES	Efetivo	**2017/2018**	01.07.19 a 30.07.19 (30 dias)
41147	ROSANGELA TIZUKO CHIMADA NAKAMURA	Efetivo	**2017/2018**	01.07.19 a 30.07.19 (30 dias)
101062	ROSITA MACHADO RODRIGUES	Efetivo	**2018/2019**	01.07.19 a 30.07.19 (30 dias)
101097	RUTE DA COSTA	Efetivo	**2017/2018**	01.07.19 a 20.07.19 (20 dias)

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 09 de Julho de 2019.

MARCOS RODRIGUES DA SILVA

Superintendente de Gestão de Pessoas/ SAD.

AVISO DE ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 39/2019

Processo n.595500/2019. O Município de Várzea Grande, representada neste ato pela Secretaria Municipal de ***Secretária de*** **Gestão Fazendária do Município de Várzea Grande/MT,** por meio da autoridade competente torna-se público para conhecimento dos interessados, que obedecendo aos princípios inerentes à Administração, decide **ANULAR** o **PREGÃO ELETRÔNICO N. 39/2019**, cujo objeto é: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa de telecomunicações para a prestação de serviços de comunicação de dados (Acesso à Internet Dedicado) e com segurança de perímetro no Município de Várzea Grande, incluindo instalação, configuração, manutenção e serviços técnicos de suporte, conforme especificações técnicas constantes no Termo de Referência e as demais condições do Edital e seus anexos, para atender as Secretarias de Gestão Fazendária, Assistência Social, Saúde e Educação da Prefeitura Municipal de Várzea Grande, considerando a decisão, as razões e justificativas contidas na CI nº 421/SEGEFAZ/2019 (em anexo), consubstanciado no artigo 49 da Lei nº 8.666/93. O presente documento encontra-se disponível no site www.varzeagrande.mt.gov.br. Várzea Grande-MT, 09 de julho de 2019. **Lucinéia dos Santo Ribeiro -** Secretária Municipal de Gestão Fazendária.

PORTARIA Nº 678/2019

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de Janeiro de 2017.

RESOLVE

Conceder **Férias** regulamentares, referente ao mês de Julho/2019, de acordo com Estatuto dos Servidores Públicos de Várzea Grande, Lei Complementar nº. 1.164/1991 que dispõe em seu Art.85, aos servidores abaixo relacionados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE				
MAT.	**NOME DO SERVIDOR**	**VINCULO**	**PERIODO AQUISITIVO**	**PERIODO DE GOZO**
42615	SARAH DE FREITAS NOVAIS	Efetivo	**2017/2018**	01.07.19 a 30.07.19 (30 dias)
100936	SILVANA GARCES DA SILVA	Efetivo	**2016/2017**	01.07.19 a 30.07.19 (30 dias)
101040	SIMONE SANTOS DE OLIVEIRA	Efetivo	**2015/2016**	01.07.19 a 30.07.19 (30 dias)
130036	TERGIO ALCINDO DA SILVA	Efetivo	**2018/2019**	01.07.19 a 30.07.19 (30 dias)
100928	VANDA HELENA KINDT DA SILVA	Efetivo	**2017/2018**	01.07.19 a 30.07.19 (30 dias)
46565	VERA LUCIA GOMES DOS SANTOS	Efetivo	**2010/2011**	01.07.19 a 30.07.19 (30 dias)
47848	ZILDA LUCIMAR DE MORAES CORREIA	Efetivo	**2018/2019**	01.07.19 a 20.07.19 (20 dias)
130091	WALLISON PRADO DE ARRUDA	Efetivo	**2018/2019**	08.07.19 a 06.08.19 (30 dias)

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 09 de Julho de 2019.

MARCOS RODRIGUES DA SILVA

Superintendente de Gestão de Pessoas/ SAD.

PORTARIA Nº 679/2019

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de Janeiro de 2017.

RESOLVE

Art. 1°. Conceder 15 (quinze) dias de férias regulamentares referente ao período aquisitivo 2018/2019, a vigorar a partir de **15.07.2019 a 29.07. 2019,** a servidora **MARIA APARECIDA CAVALCANTE DIAS**, matrícula n° 31604, exercendo o cargo Efetivo de Auxiliar de Desenvolvimento Econômico Social, lotada na Secretaria Municipal de Comunicação Social.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 09 de Julho de 2019.

MARCOS RODRIGUES DA SILVA

Superintendente de Gestão de Pessoas/ SAD.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 02/2019/SUPERINT/SEGEFAZ/VG

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 441701/2017

REQUERENTE: OLINEY DA SILVA E CIA LTDA ME

Considerando o previsto no art. 12, §1, III , da Lei Complementar Municipal n. 4.354/2018, o qual prevê que **"Considera-se intimado o sujeito passivo, alternativamente: III – com a publicação do extrato da decisão no meio de publicação oficial do município."**

MOTIVO: Considerando que não houve êxito na intimação pessoal e por aviso de recebimento do contribuinte acima identificado.

FINALIDADE: Intimar a parte requerente do julgamento em 1ª Instância, nos termos do art. 27 da Lei Municipal 4.354/18, bem como cientificá-la do prazo para pagamento do tributo devido nos termos do art. 28, ou interposição de recurso voluntário nos termos do art. 33 da Lei 4.354/18.

DECISÃO: *É o relatório. Passo a decidir.*

Da análise detida dos autos do processo, depreende-se que no que tange à forma de apuração do imposto, metodologia e procedimentos adotados pelo auditor estão de acordo com a legislação aplicável, haja visto que:

O lançamento do imposto ora questionado se deu a requerimento do próprio contribuinte, formulado por sua procuradora legalmente constituída e apresentando documentos essenciais para o cálculo.

O auditor demonstrou a sistemática do cálculo efetuado conforme solicitação do contribuinte, além do mais, expôs o embasamento legal para o cálculo; Os documentos apresentados pelo contribuinte não oferecem respaldo para o lançamento do imposto, tampouco comprovam tratar-se de mão de obra própria para fins de não incidência, razão pela qual o auditor desconsiderou a planilha orçamentária por conter inconsistências consideráveis, como por exemplo, nos valores de serviços muito aquém dos constantes na tabela do SINDUSCOM.;

Relativamente aos contratos de prestação de serviço apresentados verificam-se divergências entre as datas em que foram firmados e as datas do reconhecimento das firmas. De igual forma, observa-se que as guias de GPS (apenas no nome da empresa) das competências 02 a 07/2017 foram recolhidas em 02/08/2017. Datas posteriores ao pedido inicial formalizado no Processo nº 441701/17 de 03/04/2017 (tanto do reconhecimento de firma quanto do recolhimento das guias do GPS). Outrossim, não foram apresentados documentos essenciais para a comprovação de mão de obra própria do contratante tais como livro de registro de funcionários, cópias das carteiras de trabalho, comprovante de recolhimento do ISS dos profissionais autônomos. Restou comprovado nos autos que o lançamento procede, havendo divergência apenas quanto ao sujeito passivo da obrigação tributária, fato este que foi saneado pelo auditor conforme fls. 142 e despacho às fls. 143.

Dessa forma, considerando que houve retificação no que diz respeito ao sujeito passivo da obrigação tributária, tendo sido cancelado o lançamento original e refeito para o sujeito passivo devido, entendo que houve perca do objeto da presente impugnação, não cabendo apreciação em 1ª Instância Administrativa, devendo dar início a novo contraditório intimando-se o contribuinte do lançamento para realizar o pagamento ou contestá-lo no prazo legal.

Devolvo os autos do processo para a Superintendência de Gestão Fazendária para que dê ciência às partes interessadas na forma e no prazo previsto no art. 27 da Lei Municipal nº 4.354/2018.

Publique-se.

Várzea Grande/MT, 08 de Julho de 2019.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N. 15/2019 - MENOR PREÇO POR ITEM

Processo nº 606036/2019. Objeto: Registro de preços para contratação de empresa capacitada em fornecimento de artefatos de concreto (piso de concreto intertravado, concregrama, conjunto de mesa de concreto com bancos, bancos de concreto com encosto) para atender a Secretaria Municipal **de Viação e Obras.** A realização prevista para o dia **23 de julho de 2019, às 14hs30min** (horário de Mato Grosso), o Edital completo está à disposição dos interessados, na Prefeitura Municipal de Várzea Grande – Superintendência de Licitação, nos dias úteis das 08h00min às 18h00min, sito à avenida Castelo Branco, 2500 – Várzea Grande/MT, a ser disponibilizado através de mídia gravada em dispositivo do interessado ou gratuitamente no seguinte site: www.varzeagrande.mt.gov.br. Várzea Grande-MT, 09 de julho de 2019.**Luiz Celso Morais De Oliveira -** Secretário Municipal de Viação e Obras.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 01/2019/SUPERINT/SEGEFAZ/VG

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 564585/2018

REQUERENTE: SÃO BERNARDO AUTO CENTER PEÇAS E SERVIÇOS EIRELI

Considerando o previsto no art. 12, §1, III , da Lei Complementar Municipal n. 4.354/2018, o qual prevê que **"Considera-se intimado o sujeito passivo, alternativamente: III – com a publicação do extrato da decisão no meio de publicação oficial do município."**

MOTIVO: Considerando que não houve êxito na intimação pessoal e por aviso de recebimento do contribuinte acima identificado.

FINALIDADE: Intimar a parte requerente do julgamento em 1ª Instância, nos termos do art. 27 da Lei Municipal 4.354/18, bem como cientificá-la do prazo para pagamento do tributo devido nos termos do art. 28, ou interposição de recurso voluntário nos termos do art. 33 da Lei 4.354/18.

DECISÃO: *É o relatório. Passo a decidir.*

Preliminarmente, tem-se que o impugnante não apresenta argumentos plausíveis nem fundamentação legal para o pedido. Sua alegação consiste tão-somente em pedir "a revisão do valor do meu Alvará, tendo em vista que a empresa anteriormente pagava o valor inferior a 400,00".

Em se tratando do mérito, depreende-se da análise dos documentos e das contrarrazões apresentadas, que o lançamento do Alvará 2018 foi efetuado obedecendo-se a legislação tributária, havendo apenas as adequações dos parâmetros utilizados e atualização monetária da UPF.

Entretanto, é necessário adentrar na análise da tempestividade da impugnação.

Ora, o artigo 325 da Lei Municipal n. 1.178/91 transcrito anteriormente é muito claro quando dispõe sobre o prazo que o contribuinte tem para reclamar do lançamento efetuado, qual seja, de 30 dias. No caso em tela, a Taxa de Alvará 2018 foi lançada em 16/01/2018 com vencimento em 28/02/2018, sendo que o contribuinte protocolizou a impugnação aos 17/12/2018, portanto, fora do prazo previsto em lei.

Acerca da tempestividade da impugnação ora analisada, assim dispõe o artigo 9º da Lei Complementar nº 4.354/2018 (que dispõe sobre o contencioso administrativo) in verbis:

"Art. 9º As impugnações e recursos tempestivamente interpostos suspendem

a exigibilidade do crédito tributário, até o trâmite final do processo.

§ 1º Não serão conhecidas as impugnações ou recursos interpostos fora dos prazos estabelecidos nesta Lei Complementar, podendo a autoridade julgadora denegar o seu seguimento. (grifo nosso)

§ 2º Não cabe qualquer recurso do despacho denegatório de seguimento de impugnação ou recurso interpostos intempestivamente, ressalvado um único pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias, contados da data da intimação da decisão, dirigido à mesma autoridade julgadora e que verse exclusivamente sobre ausência ou inexistência de intimação ou contagem de prazo."

Dessa forma, em observância à legislação tributária, entendo não prosperar o pedido no mérito e, tendo restado comprovada a intempestividade do pedido, com fulcro nos §§ 2º e 3º, art. 9º da Lei Complementar nº 4.354/2018 acima transcrito, denego seguimento do pleito e concluo na situação em epígrafe pela manutenção da cobrança do Alvará 2018 no valor calculado e lançado.

Devolvo os autos do processo para a Superintendência de Gestão Fazendária para que dê ciência às partes interessadas na forma e no prazo previsto no art. 27 da Lei Municipal nº 4.354/2018.

Publique-se.

Várzea Grande/MT, 08 de Julho de 2019.

RESOLUÇÃO Nº. 012/2019/CME/VG/MT

O Conselho Municipal de Educação de Várzea Grande, no uso de suas atribuições legais, conferida pela Lei Nacional N° 9.394/96, que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 2.363/2001 – que instituiu o Sistema Municipal de Ensino de Várzea Grande, Lei Municipal N° 4.303/2017 - do Conselho Municipal de Educação/VG/MT e por deliberação do Pleno do Conselho Municipal de Educação.

Resolve:

Art. 1º -Autorizar o Funcionamento da Educação Básica na etapa da Educação Infantil através do Processo Nº015/2019/CME/VGàEscola Crescer e Aprender, mantida pela Escola Crescer e Aprender LTDA, situada à Av. Q1, Quadra 76, Nº05, Bairro Nova Fronteira, neste município.

Art. 2º - O presente ato terá vigência por 05 (cinco) anos no período compreendido de 01/01/2019 a 31/12/2023.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Registrada Publicada

Cumpra-se

Várzea Grande, 03 de julho de 2019.

Eva de Paulo Vieira Santos

Presidente do Conselho Municipal de Educação

Homologo:

Silvio Aparecido Fidelis

Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer de Várzea Grande.

PORTARIA Nº 676/2019

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de Janeiro de 2017.

RESOLVE

Conceder **Férias** regulamentares, referente ao mês de Julho/2019, de acordo com Estatuto dos Servidores Públicos de Várzea Grande, Lei Complementar nº. 1.164/1991 que dispõe em seu Art.85, aos servidores abaixo relacionados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE				
MAT.	**NOME DO SERVIDOR**	**VINCULO**	**PERIODO AQUISITIVO**	**PERIODO DE GOZO**
100943	PAULA MARIA DA CONCEIÇÃO	Efetivo	**2016/2017**	01.07.19 a 30.07.19 (30 dias)
38814	PEDRO DE GUSMÃO FILHO	Efetivo	**2017/2018**	01.07.19 a 30.07.19 (30 dias)
39682	REJANE MARTINS RIBEIRO ITABORAHY	Efetivo	**2012/2013**	22.07.19 a 05.08.19 (15 dias)
39687	RENATA ALICE LIBARDI	Efetivo	**2009/2010**	01.07.19 a 30.07.19 (30 dias)
39790	RENATO TAPIAS TETILLA	Efetivo	**2016/2017**	01.07.19 a 30.07.19 (30 dias)
39942	RITA DE CASSIA SILVA DESIDERIO CUTIARO	Efetivo	**2015/2016**	01.07.19 a 30.07.19 (30 dias)
39942	RITA DE CASSIA SILVA DESIDERIO CUTIARO	Efetivo	**2016/2017**	31.07.19 a 29.08.19 (30 dias)
100913	RIZALETE NOVAIS FERREIRA	Efetivo	**2017/2018**	01.07.19 a 30.07.19 (30 dias)

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 09 de Julho de 2019.

MARCOS RODRIGUES DA SILVA

Superintendente de Gestão de Pessoas/ SAD.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 038/2019 PREGÃO PRESENCIAL N. 057/2019 PROCESSO: 114/2019

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE - MT

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA OU EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE CAMINHÃO PIPA, SENDO A MANUTENÇÃO E ABASTECIMENTO POR CONTA DA CONTRATADA**, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DISCRIMINADAS NO ANEXO I DO EDITAL.

PRAZO: 12 Meses, a partir de 09 de julho de 2019.

CONTRATADOS:

EMPRESA:	CNPJ	VALOR GLOBAL
: **MIRYAN MARIA DE OLIVEIRA**	**27.089.124/0001-41**	**R$ 45.000,00**

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 09 de julho de 2019.

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 047/2019

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE**, Estado de Mato Grosso, através de sua Comissão Permanente de Licitação, instituída pela Portaria n. 005, de 07 de janeiro de 2019, tendo como objeto a locação de um imóvel por um período de 03 (três) meses, para servir de moradia para senhora Eliana Mercês de Souza e seus 05 (cinco) filhos menores, tendo em vista que os mesmos se encontram em situação de vulnerabilidade e risco social, conforme Lei Orgânica da Assistência Social n. 8.742/93 e Termo de Referência, opina em efetuar a contratação do sr. **JOSÉ LUIZ SERINER, RG: 360.598 SSP/MT E CPF: 326.124.511-53**, nos termos do art. 24, Inciso II, da Lei nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993 , com suas alterações posteriores. Vila Bela da Ss. Trindade - MT, 09 de julho de 2019 – ADRIELLI MOREIRA DA SILVA - PRESIDENTE C.P.L.

PORTARIA N.246/2019.

DESIGNA SERVIDORA PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR A EXECUÇÃO DE CONTRATOS QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA, prefeito municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente em atendimento ao disposto no art. 67, da Lei nº 8.666/93, de 21 de Junho de 1993;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora **JANAÍNA RODRIGUES DE LARA,** brasileira, residente e domiciliada no bairro jardim Aeroporto, município de Vila Bela da Ss. Trindade – MT, portadora da Cédula de Identidade nº 1088704-0 SSP/MT e CPF n. **882.161.951-68,** para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos e aditivos da Administração Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade de **N. 087/2019.**

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrario.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS NOVE DIAS DO MÊS DE JULHO DO ANO DE DOIS MIL E DEZENOVE.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DO PREGÃO N. 062/2019 PMVB SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (PROCESSO N. 121/2019-PMVB)

PREGÃO N. 062/2019 Regido pela Lei Federal n. 10.520/2002, Decreto Estadual n. 7.217/2006, Decreto Municipal n. 033/2013 e, subsidiariamente, pela Lei 8.666/1993.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E/OU FUTURA AQUISIÇÃO A VAREJO DE COMBUSTÍVEIS (ETANOL, GASOLINA COMUM, ÓLEO DÍESEL COMUM E ÓLEO DÍESEL S-10), NO MUNICÍPIO DE CÁCERES, PARA VEÍCULOS DE DIVERSAS SECRETARIAS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES DISCRIMINADAS NO ANEXO I DO EDITAL.

CREDENCIAMENTO: 08:30 do dia 25/072019.

INICIO DA SESSÃO: 08:30 do dia 25/07/2019. Aquisição do Edital no site: http://www.vilabeladasantissimatrindade.mt.gov.br/... – Solicitar pelo: Fone/fax: (65) 3259-1313 ou pelo- e-mail: pmvilabela@yahoo.com.br.

Local: Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade – Situada à Av. Dr. Mário Correia, Nº 205, Centro, CEP. 78.245-000. PREGOEIRO: ALESSANDRO SANTANA DE SOUZA.

CONTRATO DE FINANCIAMENTO MEDIANTE ABERTURA DE CRÉDITO N.º 20/00631-4

QUE ENTRE SI CELEBRAM O BANCO DO BRASIL S.A. E O MUNICÍPIO DE VILA BELA DA SANTISSIMA TRINDADE, NA FORMA COMO SEGUE: O BANCO DO BRASIL S.A., com sede no Setor Bancário Sul, Quadra 01, Bloco C, Lote 32, Ed. Sede III, na Cidade de Brasília, Distrito Federal, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 00.000.000/0001-91, através de sua agência VILA BELA S.TRINDADE (MT), prefixo 1095-2, localizada na R. LINO BISPO DE OLIVEIRA, 493, CENTRO, na Cidade de VILA BELA DA SANTISSIMA TRINDADE (MT), neste ato representado na forma de seu Estatuto Social, pelo Sr. NADIR JOSE HERMANN, brasileiro, casado, bancário e economiário, residente e domiciliado em CUIABÁ (MT), portador da CARTEIRA DE IDENTIDADE nº 3033156468, emitida pela SSP RS, e inscrito no CPF/MF sob o nº 458.762.740-20, doravante denominado “FINANCIADOR”; e o MUNICÍPIO DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à TV DO PALACIO, S/N, CENTRO, VILA BELA DA SANTISSIMA TRINDADE (MT), inscrito no CNPJ sob o nº 03.214.160/0001-21, doravante denominado “FINANCIADO”, neste ato representado pelo Prefeito do Município, Excelentíssimo Senhor WAGNER VICENTE DA SILVEIRA, brasileiro, divorciado, residente e domiciliado em VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE (MT), portador da CARTEIRA DE IDENTIDADE nº 19731531, emitida pela SSP MT, e inscrito no CPF/MF sob o nº 125.443.291-49, ao final assinado; Considerando: a) as disposições da Resolução do Conselho Monetário Nacional – CMN nº 4.589, Art. 5º, de 29.06.2017 e suas alterações; b) o oficio nº 060/2019/BB/CENOP-SP, de 18/06/2019, do Banco do Brasil S.A., atestando a verificação dos limites e condições para a realização de operação de crédito; c) as Leis Municipais nº 1.385, de 17/08/2018 e nº 1.407, de 22/02/2019, publicadas no órgão oficial em que os atos da administração são publicados, autorizando a contratação de operação de crédito; e d) o Parecer nº 060/2019 da Procuradoria Geral do Município de Vila Bela da Santíssima Trindade quanto ao cumprimento dos requisitos legais aplicáveis às operações de crédito, conforme disposto na Resolução do Conselho Monetário Nacional – CMN de nº 3.751/2009. RESOLVEM celebrar o presente Contrato de Financiamento nos termos e condições estabelecidas nas cláusulas a seguir: Continuação do CONTRATO DE FINANCIAMENTO MEDIANTE ABERTURA DE CRÉDITO N.º 20/00631-4, QUE ENTRE SI CELEBRAM O BANCO DO BRASIL S.A. E O MUNICÍPIO DE VILA BELA DA SANTISSIMA TRINDADE. CLÁUSULA PRIMEIRA – VALOR DO CONTRATO O FINANCIADOR abre ao FINANCIADO, por meio deste contrato, e este aceita, um crédito fixo no valor de até R$872.840,00 (OITOCENTOS E SETENTA E DOIS MIL, OITOCENTOS E QUARENTA

REAIS), a ser provido Linha de Crédito com recursos próprios do FINANCIADOR. CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO DO CONTRATO O presente contrato tem por objeto o financiamento de aquisição de máquinas, equipamentos, veículos e softwares, capacitação de servidores e serviços técnicos especializados vinculados aos bens, constantes do plano plurianual (PPA) e da Lei Orçamentária Anual (LOA 2019) e dos exercícios subsequentes, do MUNICÍPIO DE VILA BELA DA SANTISSIMA TRINDADE, nos termos das definições e regras estabelecidas na Lei nº 4.320, de 17. 03.1964 e na Lei Complementar nº 101/2000, de 04.05.2000. PARÁGRAFO PRIMEIRO – Os recursos deste Contrato se destinam, única e exclusivamente, à aplicação na forma autorizada pela Lei Municipal nº 1.385/ 2018, de 17/08/2018, alterada pela Lei nº 1.407/2019 de 22/02/2019, e nos itens passíveis de financiamento pela Linha de Crédito do FINANCIADOR. PARÁGRAFO SEGUNDO – É de inteira, e exclusiva, responsabilidade do FINANCIADO qualquer sobrecusto com a aquisição de bens e serviços e quaisquer outras despesas de capital que venham a ultrapassar o valor deste Contrato. PARÁGRAFO TERCEIRO – É vedada ao FINANCIADO a aplicação dos recursos obtidos com o presente financiamento em: a) itens não passíveis de financiamento pela Linha de Crédito do FINANCIADOR; b) despesas correntes do FINANCIADO, nos termos do artigo 35, § 1º, inciso I, da Lei Complementar de nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal); c) despesas pagas em período anterior a formalização deste Contrato; d) aquisição de máquinas e equipamentos fixos ao solo que passem a integrar definitivamente imóveis ou terrenos de terceiros; e) aquisição de armamentos, em quaisquer de suas modalidades; e f) aquisição de máquinas, equipamentos e veículos usados. CLÁUSULA TERCEIRA – FORMA DE DESEMBOLSO O recurso será disponibilizado ao FINANCIADO, depois de cumpridas as condições de desembolso referidas na Cláusula Condições para Desembolso de Recursos, de acordo com as necessidades para adquirir os bens e/ou serviços financiados por este Contrato. Continuação do CONTRATO DE FINANCIAMENTO MEDIANTE ABERTURA DE CRÉDITO N.º 20/00631-4, QUE ENTRE SI CELEBRAM O BANCO DO BRASIL S.A. E O MUNICÍPIO DE VILA BELA DA SANTISSIMA TRINDADE. PARÁGRAFO PRIMEIRO – Os recursos serão creditados pelo FINANCIADOR na(s) conta(s)-corrente(s) a ser(em) indicada(s) pelo(s) fornecedor(es) contratado(s) pelo FINANCIADO, ou a ordem desse(s) fornecedor(es). PARÁGRAFO SEGUNDO – As solicitações de desembolsos deverão ser apresentadas pelo FINANCIADO na forma do modelo de Pedido de Desembolso de Recursos disposto no ANEXO I deste Contrato. PARÁGRAFO TERCEIRO – O FINANCIADO reconhecerá como prova, para determinação da dívida resultante deste Contrato, os lançamentos que o FINANCIADOR efetuar, sob aviso, os recibos, ordens, transferências que venha a passar ou emitir, os recibos ou comunicações que expedir sobre as quantias creditadas na(s) conta(s), conforme o Parágrafo Primeiro desta Cláusula. PARÁGRAFO QUARTO – Os desembolsos deverão ocorrer até 360 (trezentos e sessenta) dias antes da data de vencimento deste Contrato prevista na Cláusula Forma de Pagamento. CLÁUSULA QUARTA – ENCARGOS FINANCEIROS Sobre os saldos devedores verificados na conta de empréstimo, decorrentes do lançamento do valor emprestado e das quantias devidas a título de acessórios, taxas e despesas, incidirão encargos financeiros correspondentes a 175,00%, (CENTO E SETENTA E CINCO) pontos percentuais, da taxa média dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI). Referidos encargos financeiros serão calculados diariamente, por dias úteis, com base na taxa equivalente diária (ano de 252 dias úteis), e debitados mensalmente na conta vinculada de empréstimo a cada data-base, nas amortizações antecipadas, no vencimento e na liquidação da dívida, devendo ser pagos integralmente a cada data-base, ou no dia útil imediatamente posterior, se aquele não o for, inclusive durante o período de carência de pagamento de capital, nas amortizações antecipadas, no vencimento e na liquidação da dívida PARÁGRAFO PRIMEIRO – Para fins do disposto neste instrumento, entende-se que: dias úteis são todos os dias, exceto sábados, domingos e feriados bancários nacionais; CDI é a taxa média diária dos certificados de depósitos interbancários, divulgada pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos (CETIP); e data-base é o dia correspondente, em cada mês, ao do vencimento final da operação. PARÁGRAFO SEGUNDO – Na hipótese do índice legal de remuneração deste contrato (CDI) se tornar inexigível ou entrar em desuso, o índice de remuneração deverá ser substituído pela TMS – Taxa Média Selic, divulgada pelo Banco Central do Brasil e na inexigibilidade deste, o que legalmente vier a substituí-lo. Continuação do CONTRATO DE FINANCIAMENTO MEDIANTE ABERTURA DE CRÉDITO N.º 20/00631-4, QUE ENTRE SI CELEBRAM O BANCO DO BRASIL S.A. E O MUNICÍPIO DE VILA BELA DA SANTISSIMA TRINDADE. CLÁUSULA QUINTA – REMUNERAÇÕES, TARIFAS E TRIBUTOS Além dos encargos financeiros pactuados, será devida pelo FINANCIADO: a) a título de remuneração sobre serviços, o valor correspondente às tarifas aplicáveis à operação da espécie, vigentes à época da cobrança, constante da Tabela de Tarifas de Serviços Bancários – Pessoa Jurídica, que se encontra disponível em qualquer agência do FINANCIADOR; b) a comissão de contratação, de 2,00% (dois) sobre o valor total da operação, descrito no caput da Cláusula Valor do Contrato, a ser paga até o primeiro desembolso do presente Contrato; c) a tarifa de pagamento antecipado referente a liquidação ou amortização antecipada do financiamento equivalente a 2,00% (dois) do valor do saldo devedor na data da liquidação/amortização antecipada; e d) eventuais tributos, contribuições, encargos e custos adicionais de qualquer natureza, incidentes ou que venham a incidir sobre o crédito aberto por este Contrato, inclusive os decorrentes de alterações nas alíquotas, bases de cálculo ou prazos de recolhimento, obrigando-se a recolhê-los na forma da legislação em vigor ou a reembolsá-los ao FINANCIADOR, conforme o caso. PARÁGRAFO PRIMEIRO – O FINANCIADO autoriza o FINANCIADOR a debitar em sua conta corrente indicada na Cláusula Autorização para Débito em Conta as remunerações, tarifas e tributos previstos no Caput desta Cláusula. PARÁGRAFO SEGUNDO – O valor da comissão de que trata a alínea [b] desta Cláusula deverá ser paga pelo FINANCIADO em até 5 (cinco) dias úteis da data de publicação do extrato deste Contrato. PARÁGRAFO TERCEIRO – A comissão de que trata a alínea [b] desta Cláusula será devida pelo FINANCIADO ainda que não tenham sido cumpridas as condições previstas na Cláusula Eficácia do Contrato uma vez que ao formalizar-se o presente instrumento haverá reserva de recursos por parte do FINANCIADOR. PARÁGRAFO QUARTO -A partir do inadimplemento e sobre o valor inadimplido da comissão de que trata a alínea [b] desta Cláusula, serão exigidos os encargos, juros, multa e outros acessórios previstos na Cláusula Inadimplemento deste Contrato. CLÁUSULA SEXTA – EFICÁCIA DO CONTRATO A eficácia deste Contrato depende: a) da comprovação de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária, por meio de consulta ao Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Continuação do CONTRATO DE FINANCIAMENTO MEDIANTE ABERTURA DE CRÉDITO N. º 20/00631-4, QUE ENTRE SI CELEBRAM O BANCO DO BRASIL S.A. E O MUNICÍPIO DE VILA BELA DA SANTISSIMA TRINDADE. Voluntárias – CAUC, do recibo de entrega da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, da comprovação quanto a adoção ou não do Regime Especial de Pagamento de Precatórios e seu adimplemento pelo FINANCIADO, na forma solicitada pelo FINANCIADOR, válidos na data constante neste Contrato; b) a comprovação da adimplência junto ao Sistema Financeiro Nacional (CADIP) e com a União, na forma do disposto na Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001, em nome do FINANCIADO, na data constante neste Contrato; c) da publicação deste Contrato ou de seu extrato no órgão oficial em que os atos da administração do MUNICÍPIO DE VILA BELA DA SANTISSIMA TRINDADE são publicados, às suas expensas, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, em atendimento ao § único do artigo 61 da Lei Federal de n º 8.666/93; d) do pagamento do valor correspondente à comissão de contratação, prevista na Cláusula Remunerações, Tarifas e Tributos; e e) da inexistência de inadimplemento de qualquer natureza em outra(s) operação(ões) junto ao FINANCIADOR ou de situação irregular com qualquer das obrigações assumidas por prestações de serviços que o FINANCIADO tenha contratado com o FINANCIADOR. CLÁUSULA SÉTIMA – FORMA DE PAGAMENTO Após o perío-

do de carência de 06 (SEIS) meses, o principal da dívida decorrente deste Contrato será pago ao FINANCIADOR, em 54 (CINQUENTA E QUATRO) prestações mensais e sucessivas, e iguais, na forma do Sistema de Amortização Constante – SAC, vencendo-se a primeira prestação em 10 de fevereiro de 2020 e as demais todo dia 10. PARÁGRAFO PRIMEIRO – sobre o período de carência: a) contará a partir da data de formalização deste Contrato, encerrando-se em 10/01/2020, permanecendo inalterado, independente da data de liberação dos recursos; b) continuarão incidentes e exigíveis todos os encargos financeiros contratados sobre os recursos desembolsados, na forma da Cláusula Encargos Financeiros, referida na Cláusula Remunerações, Tarifas e Tributos. c) O prazo de carência previsto no caput desta cláusula permanecerá inalterado, independente da data de desembolso dos recursos. PARÁGRAFO SEGUNDO – O presente Contrato vencerá em 10/07/2024, obrigando-se o FINANCIADO a pagar todas as responsabilidades dele oriundas, aí compreendidos: principal, comissão, juros, correção monetária, Continuação do CONTRATO DE FINANCIAMENTO MEDIANTE ABERTURA DE CRÉDITO N.º 20/00631-4, QUE ENTRE SI CELEBRAM O BANCO DO BRASIL S.A. E O MUNICÍPIO DE VILA BELA DA SANTISSIMA TRINDADE. outros acessórios e quaisquer despesas, inclusive tributárias, independentemente de qualquer aviso ou interpelação judicial ou extrajudicial, sendo que a quitação da dívida resultante deste Contrato dar-se-á após a liquidação do saldo devedor das parcelas referidas no caput desta Cláusula, acrescidos dos encargos por este instrumento indicado. PARÁGRAFO TERCEIRO – Qualquer recebimento de prestação de amortização de principal ou encargos fora dos prazos avençados constituirá mera tolerância e não afetará de forma alguma as datas de seus vencimentos ou as demais cláusulas e condições deste Contrato, nem importará novação ou modificação do ajustado, inclusive quanto aos encargos resultante da mora, imputando-se o pagamento do débito o valor recebido obrigatoriamente na seguinte ordem: multa, juros moratórios, juros remuneratórios, outros acessórios debitados, principal vencido e principal vincendo. PARAGRÁFO QUARTO – Todo vencimento de prestação de amortização de principal e/ou encargos que ocorra em sábados, domingos ou feriados nacionais, inclusive os bancários, será, para todos os fins e efeitos, deslocado para o primeiro dia útil subsequente, sendo os encargos calculados até essa data, e iniciando-se, também a partir dessa data, o período seguinte regular de apuração e cálculo dos encargos da operação. PARAGRÁFO QUINTO – Na hipótese de, na data do vencimento de qualquer prestação do principal e/ou encargos, não existir saldo suficiente na conta-corrente do FINANCIADO mencionada na Cláusula Autorização para Débito em Conta para o pagamento do montante contratualmente exigível, poderá o FINANCIADOR debitar o saldo específico então disponível, como pagamento parcial do aludido montante, e aplicar os encargos de inadimplemento previstos na Cláusula Inadimplemento sobre os valores faltantes que, juntamente com tais acréscimos, continuarão exigíveis e realizáveis. PARAGRÁFO SEXTO – Na hipótese de pagamento parcial das prestações, as quantias recebidas para crédito do FINANCIADO serão imputadas ao pagamento das verbas a seguir discriminadas, obrigatoriamente na seguinte ordem: multa, juros moratórios, juros remuneratórios, outros acessórios debitados, principal vencido e principal vincendo. PARAGRÁFO SÉTIMO – A cobrança de prestação de principal e/ou encargos será feita mediante aviso de cobrança expedido pelo FINANCIADOR, por meio do qual será informado, ao FINANCIADO, o montante necessário à liquidação de suas obrigações nas datas dos vencimentos, para todo o período contratado, incluindo-se aquele referente à carência. Continuação do CONTRATO DE FINANCIAMENTO MEDIANTE ABERTURA DE CRÉDITO N.º 20/00631-4, QUE ENTRE SI CELEBRAM O BANCO DO BRASIL S.A. E O MUNICÍPIO DE VILA BELA DA SANTISSIMA TRINDADE. PARAGRÁFO OITAVO – O não recebimento de aviso de cobrança não eximirá o FINANCIADO da obrigação de pagar ao FINANCIADOR as prestações do principal e encargos nas datas estabelecidas neste Contrato. PARAGRÁFO NONO – O FINANCIADO poderá amortizar ou liquidar, antecipadamente o saldo devedor resultante deste Contrato, mediante aviso ao FINANCIADOR com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da data prevista das obrigações e o pagamento de tarifa conforme previsto na Cláusula Remunerações, Tarifas e Tributos, só o fazendo com a anuência do FINANCIADOR, sem prejuízo de continuar respondendo pelas demais obrigações assumidas neste Contrato. PARAGRÁFO DÉCIMO – O lugar do pagamento das obrigações assumidas neste CONTRATO é a Agência VILA BELA DA SANTISSIMA TRINDADE (MT), prefixo 1095-2, do FINANCIADOR, localizada em VILA BELA DA SANTISSIMA TRINDADE (MT), sendo que a sua alteração deverá ser informada pelo FINANCIADOR ao FINANCIADO. CLÁUSULA OITAVA – AUTORIZAÇÃO PARA DÉBITO EM CONTA O FINANCIADO autoriza, neste ato, o FINANCIADOR, em caráter irrevogável e irretratável, a debitar em sua conta corrente de nº 20.013-1 mantida na agência 1095-2, os montantes necessários ao pagamento de cada prestação de principal e/ou encargos, nos respectivos vencimentos, inclusive os previstos durante o período de carência, e ao pagamento final da dívida, na forma da Cláusula Forma de Pagamento, bem como, ao pagamento das comissões, remunerações e tarifas previstas na Cláusula Remunerações, Tarifas e Tributos. PARÁGRAFO PRIMEIRO – A autorização contida no caput desta Cláusula independe de qualquer outra providência ou condição, ficando a cargo do FINANCIADO observar as fases atinentes à execução orçamentária da despesa pública, nos termos da Lei 4.320/64. PARÁGRAFO SEGUNDO – O FINANCIADO se compromete, neste ato, a manter a conta corrente, citada nesta cláusula, na situação de ativa, até o encerramento dos compromissos assumidos com este Contrato e sua total liquidação. PARÁGRAFO TERCEIRO – O FINANCIADOR, por meio de solicitação formal do FINANCIADO, poderá autorizar a alteração do número da conta corrente prevista neste Caput. Continuação do CONTRATO DE FINANCIAMENTO MEDIANTE ABERTURA DE CRÉDITO N.º 20/00631-4, QUE ENTRE SI CELEBRAM O BANCO DO BRASIL S.A. E O MUNICÍPIO DE VILA BELA DA SANTISSIMA TRINDADE. CLÁUSULA NONA – CONDIÇÕES PARA DESEMBOLSO DE RECURSOS O desembolso de recursos fica sujeita a apresentação, pelo FINANCIADO, dos seguintes documentos e condições: a) Cumprimento das condições enumeradas na Cláusula Eficácia do Contrato; b) Cópia da publicação do extrato deste Contrato na Imprensa Oficial do MUNICÍPIO DE VILA BELA DA SANTISSIMA TRINDADE; c) Solicitação de desembolso, observado a forma e o conteúdo previstos no ANEXO I deste Contrato, com discriminação dos itens em que os recursos serão aplicados, que deverá ser preenchido e assinado pelo representante legal do FINANCIADO, e aprovado pelo FINANCIADOR; d) Comprovação de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária por meio de consulta ao Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias – CAUC, ou serviço que o venha a substituir, cuja validade se dará por meio do status “comprovado” nos requisitos fiscais obtidos no sítio https://sti.tesouro.gov.br/cauc, listados no tópico “I – Obrigações de Adimplência Financeira” e “IV -Adimplemento de Obrigações Constitucionais ou Legais” (item 4.4 – Regularidade Previdenciária), ou na descontinuidade/ausência do serviço ou caso as exigências não sejam comprovadas por meio do site, o FINANCIADO deverá comprovar documentalmente sua situação de regularidade, para todo o conjunto de CNPJ de órgãos da administração direta, na forma a ser exigida pelo FINANCIADOR; e) Apresentação, para os investimentos que receberão recursos do desembolso, comprovação da realização do Processo Licitatório na forma a ser exigida pelo FINANCIADOR; f) Apresentação das Notas Fiscais que comprovam a aquisição de bens e serviços, indicados no Pedido de Desembolso de Recursos; e g) Lei Orçamentária Anual – LOA, do ano em curso, com a indicação do item orçamentário referente a(s) despesas(s) de capital objeto do financiamento e da fonte de recursos específica para operação. PARÁGRAFO PRIMEIRO – Os desembolsos de recursos ficam condicionados a não ocorrência de evento ou circunstância que possa alterar adversamente as condições dos mercados financeiro, bancário ou de capitais nacionais, além da inexistência de inadimplemento de qualquer natureza em outra(s) operação(ões) junto ao FINANCIADOR ou de situação irregular com qualquer das obrigações assumidas por prestações de serviços que o FINANCIADO tenha contratado com o FINANCIADOR. PARÁGRAFO SEGUNDO – Os documentos apresentados para a utiliza-

ção dos recursos que, por qualquer razão, não sejam aceitos em sua integralidade, entrarão em demanda de diligência que deverá ser integral e tempestivamente Continuação do CONTRATO DE FINANCIAMENTO MEDIANTE ABERTURA DE CRÉDITO N.º 20/00631-4, QUE ENTRE SI CELEBRAM O BANCO DO BRASIL S.A. E O MUNICÍPIO DE VILA BELA DA SANTISSIMA TRINDADE. sanada pelo FINANCIADO, sob pena de haver a recusa do FINANCIADOR em realizar o desembolso solicitado. PARÁGRAFO TERCEIRO – Nenhum documento de comprovação de aplicação de recursos será aceito contendo ressalvas, rasuras, acertos e/ou condições restritivas, e tais documentos ficarão sujeitos à análise e aceitação pelo FINANCIADOR. PARÁGRAFO QUARTO – O FINANCIADOR poderá acatar a documentação de comprovação de aplicação de recursos de forma digital, digitalizada ou eletrônica desde que haja assinatura digital por autoridade certificadora regulamentada ou na forma definida pelo FINANCIADOR. PARÁGRAFO QUINTO – O FINANCIADOR poderá, a seu critério, dispensar o FINANCIADO da apresentação de qualquer documento disposto nesta cláusula. PARÁGRAFO SEXTO – O FINANCIADO assume o compromisso de manter arquivado, até o vencimento deste Contrato, todas as notas fiscais, faturas, recibos, notas de empenho, notas de liquidação e outros documentos decorrentes das operações de prestação de serviços e de compra e venda de bens realizados com os recursos deste Contrato, previstos na Cláusula Condições para Desembolso de Recursos, e entregar cópias autenticadas, por agente público do próprio FINANCIADO, ao FINANCIADOR no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, quando por este solicitado. PARÁGRAFO SÉTIMO – O FINANCIADOR poderá suspender os desembolsos de recursos, por prazo por este indicado, na ocorrência de mudança material ou substancial nas condições de mercado, ou quando o FINANCIADO: a) prestar ao FINANCIADOR, através de seus agentes públicos, informações incompletas ou alteradas; inclusive através de documento público ou particular de qualquer natureza; b) deixar de prestar, através de seus agentes públicos, informações que, se de conhecimento do FINANCIADOR, poderiam alterar seus julgamentos e/ou avaliações; c) aplicar os recursos desembolsados anteriormente em finalidade diversa daquela prevista neste Contrato, sem prejuízo da comunicação ao Ministério Público, para os efeitos da Lei Federal nº 7.492, de 16. 06.1986. PARÁGRAFO OITAVO -O FINANCIADO permitirá, além de facilitar, ao FINANCIADOR e seus representantes devidamente identificados e indicados Continuação do CONTRATO DE FINANCIAMENTO MEDIANTE ABERTURA DE CRÉDITO N.º 20/00631-4, QUE ENTRE SI CELEBRAM O BANCO DO BRASIL S.A. E O MUNICÍPIO DE VILA BELA DA SANTISSIMA TRINDADE. por ele, amplo e livre acesso às dependências do FINANCIADO para fins de inspeção dos bens e serviços adquiridos com a finalidade de desembolso dos recursos deste Contrato. PARÁGRAFO NONO – Em se tratando de ano em que haja eleições, não haverá liberação de recursos dentro dos três meses que antecedem o pleito eleitoral, inclusive no caso de segundo turno, conforme disposto na Lei Federal n°9.504, de 30.09.1997, em seu artigo 73, inciso V I, alínea “a”, ressalvadas as exceções previstas na norma legal. CLÁUSULA DÉCIMA – DECLARAÇÕES DO FINANCIADO O FINANCIADO: a) cumprirá a legislação que trata do combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, bem como à Legislação Aplicável às Pessoas Portadoras de Deficiência; b) observará a regularidade licitatória das intervenções e aquisições financiadas durante a vigência do presente Contrato; c) cumprirá a legislação trabalhista referente à proteção à segurança, saúde, higiene e conforto nos locais de trabalho, especialmente das Normas Regulamentadoras do Ministério competente; d) adotará diligências, ao repassar recursos oriundos deste financiamento a terceiros, de forma a garantir que cada terceiro declare ciência da Lei 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), bem como de suas implicações pela eventual prática de atos lesivos à administração pública, previstos em seu artigo 5º, que envolvam recursos decorrentes deste financiamento; e e) tem ciência de que, conforme disposto no artigo 30 da Lei 12.846/2013, a aplicação das sanções previstas nesta Lei não afeta os processos de responsabilização e aplicação de penalidades decorrentes de: I -ato de improbidade administrativa nos termos da Lei nº 8.429, de 1992; e II atos ilícitos alcançados pela Lei nº 8.666, de 1993, ou por outras normas de licitações e contratos de administração pública, inclusive no que se refere ao Regime Diferenciado de Contratações Públicas -RDC, instituído pela Lei nº 12.462, de 2011. PARÁGRAFO PRIMEIRO – O FINANCIADO autoriza o FINANCIADOR, na forma do art. 1º, §3º, inc. V, da Lei Complementar nº 105, de 2001, a informar, aos órgãos de controle e fiscalização das partes, por quaisquer meios, a identidade do FINANCIADO, valor, encargos contratuais, cronogramas de concessão e amortização e estado de cumprimento das obrigações contratuais relativas a este contrato. PARÁGRAFO SEGUNDO – O acompanhamento da execução do objeto do presente Contrato, se de interesse do FINANCIADOR, inclusive a inspeção dos bens e serviços adquiridos, tem a finalidade, específica e exclusiva, de aferição Continuação do CONTRATO DE FINANCIAMENTO MEDIANTE ABERTURA DE CRÉDITO N.º 20/00631-4, QUE ENTRE SI CELEBRAM O BANCO DO BRASIL S.A. E O MUNICÍPIO DE VILA BELA DA SANTISSIMA TRINDADE. da aplicação dos recursos desembolsados, não se configurando em fiscalização ou em qualquer responsabilidade técnica pela aquisição dos bens ou execução dos serviços contratados pelo FINANCIADO. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL O FINANCIADO obriga-se a: a) cumprir o disposto na legislação federal, estadual e municipal (nas localidades onde as intervenções serão financiadas com os recursos deste Contrato) referente à Política Nacional do Meio Ambiente, adotando, durante o prazo de vigência deste, medidas e ações destinadas a evitar ou corrigir danos causados ao meio ambiente, à segurança e à medicina do trabalho, em decorrência dos bens e serviços da execução das ações financiadas, objeto deste Contrato; b) isentar o FINANCIADOR de responsabilidades de qualquer natureza que lhes sejam imputadas em função da inobservância da legislação sócio ambiental, e/ou de exigências impostas pelas autoridades públicas no âmbito das ações financiadas c) comunicar imediatamente ao FINANCIADOR qualquer evento que cause grave lesão ao meio ambiente ou violação às leis e práticas de proteção ambiental durante a execução das ações/ações financiadas apoiados com os recursos deste Contrato, nominando as ações reparadoras das ocorrências e as atitudes de reversão adotadas para a sua solução; d) ressarcir ao FINANCIADOR, independente de aviso extrajudicial ou interpelação judicial, qualquer quantia que este seja compelido a pagar por conta de dano ambiental que, de qualquer forma, a autoridade entenda estar relacionado as ações financiadas por este Contrato, assim como deverá indenizar ao FINANCIADOR por qualquer perda ou dano que venha experimentar em decorrência da violação da Legislação Socioambiental causado pela execução/implantação das ações financiadas, inclusive em virtude de invasões, esbulho, turbação ou ameaça à posse livre e desembaraçada das áreas de implantação/execução das ações deste Contrato; e e) implementar esforços junto ao(s) seu(s) fornecedor(es) direto(s) de produtos ou serviços, a fim de que esse(s) também se comprometa(m) a conjugar esforços para proteger, preservar e prevenir práticas danosas ao meio ambiente, executando suas atividades em conformidade com as legislações vigentes emanadas das esferas Federal, Estadual, Distrital e Municipal e ainda cumprir a legislação social e trabalhista, especialmente as normas relativas à saúde e segurança ocupacional e a inexistência de trabalho análogo ao escravo, exploração de mão de obra infantil e exploração sexual de menores. Continuação do CONTRATO DE FINANCIAMENTO MEDIANTE ABERTURA DE CRÉDITO N.º 20/00631-4, QUE ENTRE SI CELEBRAM O BANCO DO BRASIL S.A. E O MUNICÍPIO DE VILA BELA DA SANTISSIMA TRINDADE. PARÁGRAFO ÚNICO – O FINANCIADO será o único e exclusivo responsável por todos e quaisquer impactos, danos, prejuízos e/ou perdas ao meio ambiente, à saúde e à segurança dos trabalhadores, e/ou a terceiros afetados pelas ações financiadas, decorrentes de atos, fatos e omissões praticados pelo FINANCIADO, por meio de seus agentes públicos e/ou contratados. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VENCIMENTO ANTECIPADO Poderá o FINANCIADOR considerar vencidas antecipadamente, de pleno direito, todas as parcelas ainda vincendas, relativas aos desembolsos efetivamente realizados, assumidas neste Contrato e exigir o total

da dívida delas resultante, independentemente de aviso extrajudicial ou interpelação judicial, na(s) seguinte(s) hipótese(s), se o FINANCIADO: a) não pagar pontualmente quaisquer das prestações previstas neste Contrato, inclusive os juros durante o período de carência, ou não dispuser de saldo suficiente na conta corrente citada na Cláusula Autorização de Débito em Conta, nas datas dos seus respectivos vencimentos, para que o FINANCIADOR promova os lançamentos contábeis destinados às suas devidas liquidações, conforme expressamente previsto na Cláusula Forma de Pagamento; b) aplicar os recursos liberados e não devolvidos em finalidade diversa daquela definida na Cláusula Objeto do Contrato; e c) substituir o FINANCIADOR como Instituição Financeira Depositária responsável pelo débito e transferência dos valores das amortizações e pagamento final. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – INADIMPLEMENTO Em caso de descumprimento de qualquer obrigação legal ou convencional, ou no caso de vencimento antecipado da operação, a partir do inadimplemento e sobre o valor inadimplido, serão exigidos, nos termos da Resolução 4.558, de 23.02.2017, do Conselho Monetário Nacional: a) encargos financeiros contratados para o período de adimplência da operação, previstos neste Contrato; b) juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou fração, incidentes sobre o valor inadimplido; c) multa de 2% (dois por cento), calculada e exigida nos pagamentos parciais, sobre os valores amortizados, e na liquidação final, sobre o saldo devedor inadimplido da dívida. PARÁGRAFO PRIMEIRO – Os encargos financeiros contratados para o período de normalidade e os juros moratórios previstos nas alíneas “a” e “b” retro serão calculados, por dia de atraso, e exigidos nos pagamentos parciais e na liquidação da dívida, juntamente com as amortizações de principal, proporcionalmente aos seus valores nominais. Continuação do CONTRATO DE FINANCIAMENTO MEDIANTE ABERTURA DE CRÉDITO N.º 20/00631-4, QUE ENTRE SI CELEBRAM O BANCO DO BRASIL S.A. E O MUNICÍPIO DE VILA BELA DA SANTISSIMA TRINDADE. PARÁGRAFO SEGUNDO – Sem prejuízo dos encargos anteriormente previstos, o devedor responderá por prejuízos a que sua mora der causa, nos termos do artigo 395 do Código Civil, inclusive despesas de cobrança e honorários advocatícios quando devidos. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – SISTEMA DE INFORMAÇÕES DE CRÉDITO DO BANCO CENTRAL – SCR O FINANCIADO declara-se ciente de que foi comunicado que: a) os débitos e responsabilidades decorrentes de operações com características de crédito por ele (s) realizadas serão registrados no Sistema de Informações de Crédito do Banco Central -SCR; b) o SCR tem por finalidades fornecer informações ao Bacen para fins de supervisão do risco de crédito a que estão expostas as instituições financeiras e propiciar o intercâmbio de informações entre essas instituições com o objetivo de subsidiar decisões de crédito e de negócios; c) poderá(ão) ter acesso aos dados constantes em seu (s) nome (s) no SCR por meio da Central de Atendimento ao Público do Bacen (CAP); d) os pedidos de correções, de exclusões e de manifestações de discordância quanto às informações constantes do SCR devem ser dirigidas ao Bacen ou à instituição responsável pela remessa das informações, por meio de requerimento escrito e fundamentado, ou, quando for o caso, pela respectiva decisão judicial; e) a consulta a quaisquer informações disponibilizadas pelas instituições financeiras e registradas em seu nome, na qualidade de responsável por débitos ou garantias de operações, depende de prévia autorização. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – RESILIÇÃO OU RESCISÃO A resilição ou rescisão ocorrerá sem ônus para o FINANCIADO eo FINANCIADOR e depois de honradas as obrigações já incorridas ou anteriormente ao encerramento da operação, ensejando o vencimento antecipado do Contrato e a suspensão de desembolsos de recursos, na ocorrência de qualquer das hipóteses abaixo, isolada ou conjuntamente: a) se não for(em) cumprida(s) a(s) condição(ões) a cargo do FINANCIADO estabelecida(s) na Clausula de Eficácia de Contrato; b) se ocorrer a incidência de novos tributos de qualquer natureza sobre as operações da espécie, ou aumento substancial das alíquotas ou valores dos tributos vigentes; c) eventos graves que, de comum acordo entre FINANCIADO e FINANCIADOR, tornem impossíveis, ou desaconselháveis, o cumprimento das obrigações assumidas neste contrato; d) ocorrência de eventos que afetem a capacidade operacional e/ou legal e/ou financeira do FINANCIADO; Continuação do CONTRATO DE FINANCIAMENTO MEDIANTE ABERTURA DE CRÉDITO N.º 20/00631-4, QUE ENTRE SI CELEBRAM O BANCO DO BRASIL S.A. E O MUNICÍPIO DE VILA BELA DA SANTISSIMA TRINDADE. e) eventos que possam causar prejuízo à imagem do FINANCIADOR no contexto da sociedade e do Sistema Financeiro Nacional; e f) se não for(em) cumprida(s) a(s) condição(ões) à cargo do FINANCIADO estabelecida(s) na Cláusula Condições para Desembolso de Recursos deste Contrato; g) a existência de inadimplemento de qualquer natureza em outra(s) operação(ões) junto ao FINANCIADOR ou de situação irregular com qualquer das obrigações assumidas por prestações de serviços que o FINANCIADO tenha contratado com o FINANCIADOR. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PRESERVAÇÃO DE DIREITOS Fica expressa e irrevogavelmente estabelecido que a abstenção do exercício, por parte do FINANCIADOR, de quaisquer direitos que lhe assista por força deste Contrato ou a concordância com atrasos no cumprimento ou inadimplemento de obrigações do FINANCIADO, não afetarão aqueles direitos ou faculdades, que poderão ser exercidos a qualquer tempo e não alterarão, de nenhum modo, as condições estipuladas neste instrumento, nem obrigarão o FINANCIADOR relativamente a vencimentos ou inadimplementos futuros. PARÁGRAFO PRIMEIRO – Nenhuma ação ou omissão, tanto do FINANCIADO quanto do FINANCIADOR importará em renúncia de seus direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo, nem significará novação de quaisquer das obrigações decorrentes deste Contrato. Os direitos e recursos aqui previstos são cumulativos, podendo ser exercidos individual ou simultaneamente, e não excluem quaisquer outros direitos ou recursos previstos em lei. PARÁGRAFO SEGUNDO – Se qualquer item ou cláusula deste Contrato vier a ser considerada ilegal, inexequível ou, por qualquer motivo, ineficaz, todos os demais itens e cláusulas permanecerão plenamente válidos e eficazes. FINANCIADO e FINANCIADOR, desde já, se comprometem a negociar, no menor prazo possível, item ou Cláusula que, conforme o caso, venha a substituir o item ou cláusula considerado ilegal, inexequível ou ineficaz. Nessa negociação será considerado o objetivo primeiro deste Contrato na data de sua assinatura, bem como o contexto no qual o item ou cláusula revista foi inserida. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DISPOSIÇÕES GERAIS As obrigações assumidas neste Contrato poderão ser objeto de execução específica por iniciativa do FINANCIADOR, nos termos do disposto nos artigos 461, 632 e seguintes do Código de Processo Civil Brasileiro, sem que isso signifique renúncia a qualquer outra ação ou providência, judicial ou não, que objetive resguardar direitos decorrentes deste Contrato. PARÁGRAFO PRIMEIRO – Fica o FINANCIADOR autorizado, a qualquer tempo a ceder, transferir ou dar em penhor o crédito deste Contrato, bem como ceder os direitos, títulos, garantias ou interesses seus a terceiros, na forma Continuação do CONTRATO DE FINANCIAMENTO MEDIANTE ABERTURA DE CRÉDITO N.º 20/00631-4, QUE ENTRE SI CELEBRAM O BANCO DO BRASIL S.A. E O MUNICÍPIO DE VILA BELA DA SANTISSIMA TRINDADE. regulamentada pelo Conselho Monetário Nacional, sendo vedada a securitização. PARÁGRAFO SEGUNDO – Fica facultado ao FINANCIADOR mencionar, em qualquer divulgação, que fizer sobre suas atividades, a colaboração financeira concedida por meio deste contrato. PARÁGRAFO TERCEIRO – O FINANCIADO não poderá ceder ou transferir, no todo ou em parte, quaisquer de seus direitos e obrigações previstos no presente CONTRATO sem o prévio consentimento do FINANCIADOR. PARÁGRAFO QUARTO – Fica expressamente acordado entre o FINANCIADO eo FINANCIADOR que todos e quaisquer custos, despesas, encargos, emolumentos e tributos (incluindo quaisquer impostos, taxas e/ou contribuições devidos), relacionados à celebração, registro ou execução e acompanhamento do presente contrato, da garantia nele prevista ou de qualquer alteração do mesmo serão de responsabilidade e correrão por conta do FINANCIADO, mesmo na hipótese de cancelamento parcial ou total do crédito aberto. PARÁGRAFO QUINTO – O FINANCIADO obriga-se a atender às intimações/notificações que lhe venham a ser feitas pelo FINANCIADOR, no interesse da segurança e realização do crédito ora aberto, na forma e no prazo

que delas constarem, as quais se tornarão efetivas pela aposição do "ciente" do FINANCIADO, representado por agente público ou carimbo/recibo do seu protocolo oficial, ou em virtude de aviso por via postal. PARÁGRAFO SEXTO – Toda e qualquer notificação ou comunicação trocada entre o FINANCIADO eo FINANCIADOR, relativamente a este Contrato, deverá ser feita por escrito e entregue via correio ou portador, para o endereço indicado a seguir: BANCO DO BRASIL S.A. – Agência SETOR PÚBLICO CUIABÁ (MT) Endereço: Av. Rubens de Mendonça, nº 2.300, Cuiabá -MT Telefone: (65) 3648-0300 MUNICÍPIO DE VILA BELA DA SANTISSIMA TRINDADE Endereço: TV do Palácio, S/N, Centro -Vila Bela da Santíssima Trindade -MT Telefone: (65) 3259 1313 CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO FINANCIADO e FINANCIADOR elegem o foro da Comarca da cidade de Vila Bela da Santíssima Trindade, Estado de Mato Grosso, como competente para decidir judicialmente qualquer questão referente a este Contrato. E por assim estarem justas e acordadas, assinam as partes o presente Contrato em caráter irrevogável e irretratável, em 03 (TRÊS) vias de igual teor e conteúdo para um só efeito perante as duas testemunhas adiante assinadas. Continuação do CONTRATO DE FINANCIAMENTO MEDIANTE ABERTURA DE CRÉDITO N.º 20/00631-4, QUE ENTRE SI CELEBRAM O BANCO DO BRASIL S.A. E O MUNICÍPIO DE VILA BELA DA SANTISSIMA TRINDADE. Vila Bela da Santíssima Trindade (MT), 05 de julho de 2019 FINANCIADOR: BANCO DO BRASIL S.A. FINANCIADO: MUNICÍPIO DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE TESTEMUNHAS: Nome: Nome: CPF: CPF: Continuação do CONTRATO DE FINANCIAMENTO MEDIANTE ABERTURA DE CRÉDITO N.º 20/00631-4, QUE ENTRE SI CELEBRAM O BANCO DO BRASIL S.A. E O MUNICÍPIO DE VILA BELA DA SANTISSIMA TRINDADE. ANEXO I – Modelo de Pedido de Desembolso PEDIDO DE DESEMBOLSO REFERENTE A O CONTRATO DE FINANCIAMENTO MEDIANTE ABERTURA DE CRÉDITO Nº 20/00631-4 Na qualidade de representante legal do FINANCIADO, solicito ao BANCO DO BRASIL S.A. o desembolso de recursos no montante de R$ [.] (valor por extenso), objeto do Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 20/00631-4, assinado com esse Banco, conforme a seguir: Quadro Demonstrativo de Valores a Desembolsar: Em R$ mil A Valor Total do Contrato B Valor Desembolsado A-B Saldo a Desembolsar C Valor de Desembolso Solicitado Obs: O valor de B está limitado ao valor de A e o valor de C só poderá ser menor que o valor de A e o valor de A -B (conjuntamente). Discriminação dos bens e serviços adquiridos com os recursos deste desembolso: Componentes LOA (Programa/Ação) Valor a Desembolsar (R$) Código da Ação Nº Página 1. Máquinas, equipamentos e veículos novos 2. Serviços técnicos especializados e (TI) 3. Software 4. Veículos 5. Capacitação Técnica 6. Iluminação pública 7. Sistema de Georreferenciamento 7. Outros (Atual. Cadastro, custom, descrever) TOTAL 17 Continuação do CONTRATO DE FINANCIAMENTO MEDIANTE ABERTURA DE CRÉDITO N.º 20/00631-4, QUE ENTRE SI CELEBRAM O BANCO DO BRASIL S.A. E O MUNICÍPIO DE VILA BELA DA SANTISSIMA TRINDADE. Para tanto, declaro que o MUNICÍPIO DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE cumpriu todas as condicionantes prévias ao desembolso a que se refere o presente pedido, além de ter cumprido todos os requisitos previstos nas leis, normas e regulamentos aplicáveis, inclusive quanto ao atendimento das condições previstas na Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000) e na Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001. MUNICÍPIO DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE Chefe do Poder Executivo

AVISO DO PREGÃO N. 063/2019 PMVB SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (PROCESSO N. 122/2019-PMVB)

PREGÃO N. 063/2019 Regido pela Lei Federal n. 10.520/2002, Decreto Estadual n. 7.217/2006, Decreto Municipal n. 033/2013 e, subsidiariamente, pela Lei 8.666/1993.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E/OU FUTURA AQUISIÇÃO DE TONER E CARTUCHOS DE TINTA PARA IMPRESSORAS CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES DISCRIMINADAS NO ANEXO I DO EDITAL.

CREDENCIAMENTO: **14:00 do dia 25/072019.**

INICIO DA SESSÃO: **14:00 do dia 25/07/2019**. Aquisição do Edital no site: http://www.vilabeladasantissimatrindade.mt.gov.br/... – Solicitar pelo: Fone/fax: (65) 3259-1313 ou pelo- e-mail: pmvilabela@yahoo.com.br.

Local: Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade – Situada à Av. Dr. Mário Correia, Nº 205, Centro, CEP. 78.245-000. PREGOEIRO: ALESSANDRO SANTANA DE SOUZA.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 161/2019

De 09 de Julho de 2019.

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA**,** Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

R E S O L V E:

Art. 1º- **Exonerar a pedido** o servidor **BRUNO GARCIA NUNES DE MELLO,** Matricula 3716,portador do CPF sob o nº 369.341.378-92 lotado na Secretaria de Finanças, do cargo de **Chefe se Seção de APLIC**.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

C U M P R A – S E

Gabinete do Prefeito Municipal.

Abmael Borges da Silveira

Prefeito Municipal

PREFEITURA/LICITAÇÃO
RETIFICAÇÃO I (MAT. LABORATORIAL).

AVISO DE RETIFICAÇÃO I

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 043/2019

PREGÃO ELETRÔNICO N° 011/2019

REGISTRO DE PREÇO N° 019/2019

A Prefeitura Municipal de Vila Rica, mediante a Pregoeira Oficial, designada pela Portaria nº 012/2015 de 13/01/2015, tendo em vista o Processo já epigrafado e autorizado pelo Sr. Prefeito Municipal, torna público, para conhecimento e esclarecimento dos interessados, que houve RETIFICAÇÃO, conforme questionamento da empresa: CQC- Tecnologia em Sistemas Diagnósticos LTDA (46.962.122/0003-21) e a empresa Genética Com. Import. e Export. Eireli . O Edital encontra-se disponível no site da Prefeitura www.vilarica.mt.gov.mt e pode ser solicitado no email licitavilaricamt@yahoo.com.br e ainda pelo Telefone 66 3554-1107 no horário de 07:30 às 13:30.

REABERTURA DE PRAZO

• Início Acolhimento das propostas:

22/07/2019 às 08h00min

• Abertura da sessão:

24/07/2019 às 08h30min

• Início da Disputa de Preços:

24/07/2019 às 09h00min

Permanecem inalterados os demais lotes e condições do Edital.

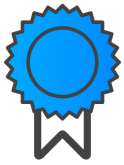
Vila Rica/ MT, 08 de Julho de 2019.

CRISTINA MAGALHÃES CASTRO

Pregoeira Oficial

Port. nº 012/2015

Esse documento foi assinado por

	**Signatário**	CN=ASSOCIACAO MATOGROSSENSE DOS MUNICIPIOS:00234260000121, OU=Certificado PJ A1, OU=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Data/Hora	Tue Jul 09 22:31:42 UTC 2019
	Emissor do Certificado	CN=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Número Serial.	1170115676103352402
	Método	urn:adobe.com:Adobe.PPKLite:adbe.pkcs7.sha1 (Adobe Signature)